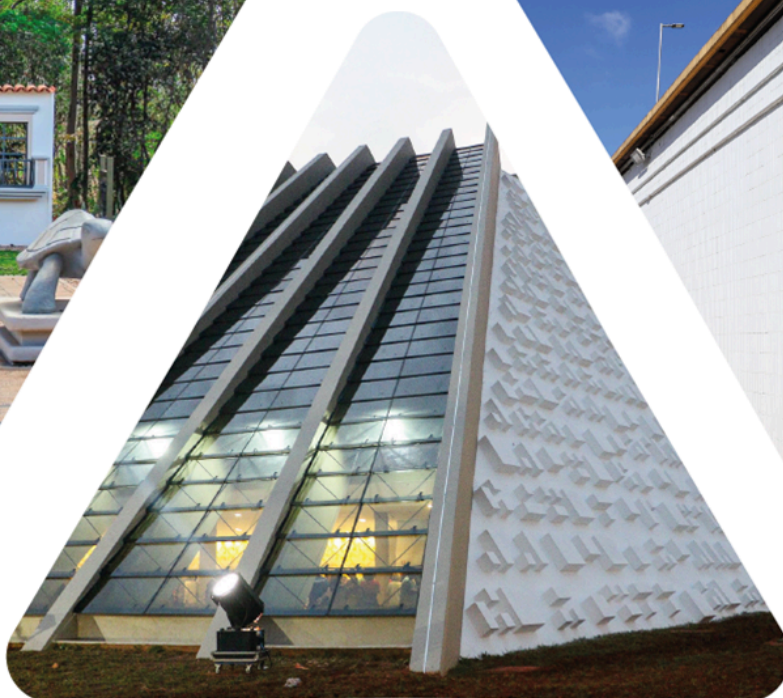


BALANÇO GERAL

2024

Prestação de Contas Anual do Governo



ANEXO IV RELATÓRIO DE GESTÃO VOLUME II



10101 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A estrutura da unidade Gabinete da Vice Governadoria do Distrito Federal, orgânica de direção superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, tem por competência o assessoramento ao Vice-Governador no que concerne aos assuntos políticos, sociais, econômicos, de natureza parlamentar e nas representações políticas e sociais, bem como acompanhar os programas, projetos e atividades do Governo do Distrito Federal.

De acordo com o estabelecido no art. 1º do Decreto nº 25.511, de 19 de janeiro de 2005, o Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal, tem por competências:

I - Assessorar o Vice-Governador no que concerne aos assuntos políticos, sociais, econômicos e de natureza parlamentar;

II - Auxiliar o Vice-Governador em suas representações política e social;

III - Assistir o Vice-Governador na adoção de decisões técnicas ou administrativas;

IV - Acompanhar os programas, projetos e atividades do Governo do Distrito Federal, mantendo o Vice-Governador permanentemente informado;

V - Assistir diretamente o Vice-Governador em sua segurança pessoal, em assuntos de natureza militar e na segurança da Residência Oficial;

VI - Executar as atividades de cerimonial do Vice-Governador;

VII - Executar as atividades de secretaria executiva do Vice-Governador;

VIII - Exercer outras competências que lhe forem determinadas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	0	2	0	6
Comissionados sem vínculo efetivo	101	0	0	0	101
Requisitados de órgãos do GDF	74	0	2	0	76
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	8	0	8
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	179	0	12	0	191
(-) Cedidos para outros órgãos	5	0	0	0	5
Total Geral	174	0	12	0	186



Ao final do exercício de 2024 a força de trabalho da Vice Governadoria era composta por 186 (cento e oitenta e seis) servidores, distribuídos entre servidores efetivos do GDF, comissionados sem vínculos efetivos, requisitados, estagiários e outros, conforme apresentado no quadro acima.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	110000,0	78000,00	66582,59	66582,59
0115 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	110000,0	78000,00	66582,59	66582,59
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	231000,0	632658,00	573223,44	554223,44
0080 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	231000,0	632658,00	573223,44	554223,44
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000,0	1000,0	59,4	59,4
0039 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,0	59,4	59,4
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	30000,0	0,00	0	0
0007 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	30000,0	0,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	372000,00	711658,00	639865,43	620865,43

Programação Orçamentária Realizada

Neste programa foram realizados pagamento de parcelas de licença prêmio em pecúnia - LPA (indenizações) a servidores aposentados, em conformidade com o Decreto nº 40.208, de 30 de outubro de 2019, pela ação 9041, bem como ressarcimentos, indenizações e restituições por exoneração de servidores, através da ação 9050 - Ressarcimento, Indenizações e Restituições de Pessoal.

Programação Orçamentária não Executada

9127.0007 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia - Servidor Ativo

No exercício 2024, não foi efetuado pagamento em pecúnia para servidores ativos.

6211 - DIREITOS HUMANOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	1000,0	1000,00	0	0
0006 - APOIO A EVENTOS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	19995000,0	19995000,0	19722000,00	17625079,45
0001 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM - DISTRITO FEDERAL	19995000,0	19995000,0	19722000,00	17625079,45
9078 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES	500000,0	0,0	0	0
0070 - APOIO AO PROJETO NEURODIVERSIDADE NAS ESCOLAS - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA-2024-JV	500000,0	0,0	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	1000,0	1000,0	0	0
0002 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS	20497000,00	19997000,00	19722000,00	17625079,45

Programação Orçamentária Realizada

O Programa Jovem Candango que tem por finalidade estimular a formação técnico profissional metódica de adolescentes, denominados aprendizes, mediante atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, compatíveis com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, em conformidade com a CLT, nos dispositivos que tratam da aprendizagem, com a legislação Federal e Distrital, e com outros normativos que regem a matéria, em especial os emanados do Ministério do Trabalho e Emprego. O público alvo é formado de jovens em situação de risco social, de 14 a 22 anos incompletos, que estejam cursando o ensino fundamental ou médio em estabelecimento de ensino público no Distrito Federal, ou em instituição particular na condição de bolsista, salvo em caso de conclusão da educação básica. Esta limitação de idade não se aplica aos aprendizes com deficiência. Em 2024 foram beneficiados 1.326 (um mil trezentos e vinte e seis).

Os órgãos participantes do programa em 2024 foram: Administrações Regionais, Arquivo Público, Agência do Trabalhador, Casa Civil, Casa da Mulher Brasileira, Casa Militar, Ceasa, Secretaria de Educação, Defensoria Pública do Distrito Federal, Departamento de Estradas de Rodagem, Diretoria da Biblioteca Nacional, Fundação de Ensino e Pesquisa, Fundação Hemocentro, Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação, Secretaria da Família e Juventude, Secretaria de Economia, Secretaria da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Justiça e Cidadania, Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, Secretaria do Meio Ambiente, Serviço de Limpeza Urbana, Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística, Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Parque Jardim Botânico e Secretaria da Mulher.

Programação Orçamentária não Executada

4090.0006 - Apoio a Eventos - Distrito Federal

No subtítulo não houve disponibilidade orçamentária para apoiar eventos.

9078.0070 - Transferência às Instituições de Assistência às Crianças e aos Adolescentes - Apoio ao Projeto Neurodiversidade nas Escolas - Transtorno do Espectro Autista - TEA - 2024-JV

O recurso orçamentário foi destinado para outra emenda parlamentar.

9107.0002 - Transferência Financeira a Entidades - Distrito Federal



Não houve manifestação para transferir recursos orçamentários a entidades.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1000,0	1000,00	0	0
0008 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	1000,00	1000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

2426.0008 - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família - Distrito Federal

No exercício 2024, no subtítulo não houve realização, por não ter sido solicitado a contratação de reeducandos junto à FUNAP.

6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	0	511727,0	511726,63	511726,63
0379 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- APOIO A PROJETOS SOCIAIS TM DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	511727,0	511726,63	511726,63
TOTAL - 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	511727,00	511726,63	511726,63

Programa Orçamentária Realizada

Neste programa foi realizado o Termo de Fomento (MROSC) nº 1/2024, que fomentou a Realização do Projeto Culinária Social, cujo o objeto foi uma abordagem inovadora para o atendimento de todos os membros das famílias do Distrito Federal, oferecendo 9 oficinas intensivas de culinária e gastronomia, realizadas na Região Administrativa da Estrutural, nos meses de novembro e dezembro e beneficiou aproximadamente 13.670 pessoas.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1000,0	1000,00	0	0
0055 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2578 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR	10000,0	40000,00	16502,00	16502,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR--DISTRITO FEDERAL	10000,0	40000,00	16502,00	16502,0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	4000,0	375650,00	134750,0	105330,0
0137 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	4000,0	375650,00	134750,0	105330,0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1000,0	686844,0	686843,58	686843,58
0005 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	686844,0	686843,58	686843,58
4090 - APOIO A EVENTOS	4000,0	4000,00	3775,0	3775,0
0003 - APOIO A EVENTOS - DISTRITO FEDERAL	4000,0	4000,00	3775,0	3775,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	14273524,0	19694280,00	19605401,43	19464201,43
0081 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	14273524,0	19694280,00	19605401,43	19464201,43
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	919901,0	1181105,00	1181105,00	1174201,64
0068 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	919901,0	1181105,00	1181105,00	1174201,64
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	211719,0	990253,00	792901,60	725590,19
0109 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	211719,0	990253,00	792901,60	725590,19
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1000,0	1000,00	0	0
0053 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10500,0	0,0	0	0
0066 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10500,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	30000,0	30000,00	25177,0	25177,0
0039 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	25177,0	25177,0
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	15466644,00	23004132,00	22446455,61	22201620,84

Programação Orçamentária Realizada

Nesta programação foram realizadas diversas ações que tiveram por objetivo suprir as demandas administrativas da Vice-Governadoria do Distrito Federal, além de melhorias na



Residência Oficial do Lago Sul (ROLS). Despesas com Folha de pagamento, contratos de manutenção, melhorias na Residência Oficial do Lago Sul, serviços e aquisição de materiais de consumo e permanente, além de suprimentos de fundos e pagamento de diárias, afim de atender assessoramento à Vice-Governadora, conforme detalhadas no site institucional do órgão: <https://www.vice.df.gov.br/>, de acordo com as disposições Instrução Normativa/CGDF nº 02, de 08/12/2015 e treinamento para servidores.

Programação Orçamentária não Executada

2396.0055 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas - Distrito Federal

No exercício, não houve demandas relacionadas à conservação das estruturas físicas de edificações públicas da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

1471.0053 - Modernização de Sistema de Informação - Distrito Federal

No exercício, não houve necessidade de contratação de equipamentos.

2557.0066 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação - Distrito Federal

Não houve orçamento disponível para contratação de serviços de tecnologia da informação.

8211 - DIREITOS HUMANOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4133476,0	3735751,00	3735750,44	3735750,44
0008 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - DISTRITO FEDERAL	4133476,0	3735751,00	3735750,44	3735750,44
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	203598,0	107125,00	107124,14	107124,14
0010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - DISTRITO FEDERAL	203598,0	107125,00	107124,14	107124,14
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1000,0	30571,0	30570,54	23943,48
0023 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	30571,0	30570,54	23943,48
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1000,0	1000,00	0	0
0021 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1000,0	1000,00	0	0
0038 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
TOTAL - 8211 - DIREITOS HUMANOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	4340074,00	3875447,00	3873445,12	3866818,06

Programação Orçamentária Realizada

Neste programa, foram feitas realizações administrativas para a Secretaria da Família e Juventude, através do Decreto nº 44.681, de 28 de Junho de 2023, as atividades relativas ao apoio operacional, administrativo, orçamentário e financeiro da Secretaria de Estado da



Família e Juventude do Distrito Federal foram desempenhadas pela Vice-Governadoria do Distrito Federal, com isso foram demandadas contratação de serviços, diárias e passagens aéreas, bens em geral e despesas com Folha de Pagamento.

Programação Orçamentária não Executada

2557.0021 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologias da Informação - Distrito Federal

Não houve orçamento disponível para contratação de serviços de tecnologia da informação da Vice Governadoria.

4088.0038 - Capacitação de Servidores - Distrito Federal

Não houve pedido para realização de curso de capacitação para os servidores da Secretária de Estado da Família e Juventude.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Vice Governadoria trabalha com o objetivo primordial dos serviços públicos e, portanto, através dos seus agentes, presta a assistência efetiva e concreta às reivindicações legais e exigências individuais ou coletivas dos cidadãos em geral. A visão para com a sociedade e os cidadãos tem como base o respeito às necessidades, sobretudo destes, para poderem exercer plenamente sua cidadania. Entre os nossos canais de atendimento a Ouvidoria realizou 105 atendimentos, entre o Participa DF, registros presenciais e manifestação tramitadas de outros órgãos. O atendimento presencial foi marcado por um aspecto relevante em nossa seccional. Através dessa disponibilidade, podemos contribuir, de forma significativa, no auxílio às pessoas que portavam dúvidas sobre vários serviços fornecidos pelo Estado. Através desses procedimentos, observamos que, mesmo com os aspectos tecnológicos, uma parcela dos nossos cidadãos carece do auxílio no manuseio com as ferramentas oferecidas pelo meio digital. Dessa forma, a nossa seccional se propôs a manter e expandir o diálogo com o cidadão, para ampliar o conhecimento ao acesso às tecnologias desenvolvidas pelo Estado, e ter como resultado, a satisfação das pessoas com os serviços públicos oferecidos nas plataformas digitais.

De acordo com Painel de Transparência Passiva, a Vice Governadoria recebeu 69 pedidos de informação. Nesse contexto, reiteramos o nosso compromisso com o fortalecimento da participação ativa do cidadão nos rumos da sociedade, que já é um valor fundamental em si mesmo; nas ações de controle social, que se refletem em vários níveis para a melhoria da gestão pública e, por consequência, a vida de toda a coletividade. Cabe ressaltar que o nosso tempo de resposta para cada demanda teve uma média de 8 dias, o que corresponde a um prazo de excelência na execução do trabalho de pesquisa e tramitação dos processos.



A Carta de Serviços, pela sua importância, estabelece padrões de qualidade de atendimento ao público, e a avaliação dos serviços públicos. É um instrumento que contribui, de forma



decisiva, para o esforço de alinhar os serviços prestados pela Administração Pública aos anseios da sociedade, tornando-se em uma verdadeira ferramenta de transparência, participação e controle social na medida em que prevê mecanismos de conhecimento do público-alvo e dos demais públicos afetados. Ela permite que a entidade pública traga seu público-alvo para participar da construção dos padrões de qualidade e excelência dos serviços públicos; abre o espaço para que o usuário saiba exatamente o que esperar e, portanto, o que cobrar de cada serviço.

No dia 4 de dezembro de 2024, a Vice Governadoria recebeu o prêmio Índice de Transparência (ITA), que busca mensurar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação, no quesito transparência ativa, pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, pelo Governo do Distrito Federal, por meio da Controladoria-Geral, baseado no art. 46, da Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012. Alcançamos o índice a partir do mês de maio.



Vice Governadoria esteve presente em 575 (quinhentas e setenta e cinco) agendas oficiais, atendendo todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal e participando de solenidades e reuniões em diversos órgãos, como na Presidência da República, Ministério Público, Tribunais e diversos.



Produzimos releases diários, amplamente distribuídos, assegurando a transparência e o alinhamento estratégico da comunicação com os veículos de imprensa. Foram produzidas 305 publicações para o site oficial da Vice Governadoria, refletindo um trabalho constante de atualização e engajamento com a população. Nas redes sociais da Vice Governadoria, foram realizadas 2.272 (dois mil duzentos e setenta e dois) publicações ao longo de 2024, consolidando a presença digital da instituição e garantindo um canal direto de interação com a população.



Com o intuito de assessorar a Vice Governadoria a Assessoria de Assuntos Rurais manteve sua atuação com ações para melhorar a condição de vidas da população, nesse intuito assistimos as comunidades rurais do DF e Entorno e estamos diariamente em contato com a sociedade civil organizada e órgãos competentes do Governo do Distrito Federal, com o objetivo de promover uma melhor qualidade de vida para as famílias rurais. Promovemos encontros das comunidades rurais com órgãos do GDF, com a finalidade de facilitar o acesso entre ambos e a resolução dos problemas apresentados.



Realizamos a segunda edição do Projeto Mulheres no Poder Doando Sangue Salvando Vidas, que visa promover a solidariedade e a empatia; conscientizar a população sobre a importância da doação de sangue; inspirar ações comunitárias; abordar desafios relacionados à doação de sangue; e fortalecer o empoderamento feminino.

Celebramos o Dia Mundial do Doador de Sangue e promover a doação de sangue como um ato de solidariedade e cidadania. A ação teve como objetivo principal conscientizar a sociedade sobre a importância da doação regular de sangue, especialmente em um período crítico de baixa nos estoques, mobilizando a população e as autoridades locais.

O evento foi um sucesso e apresentou resultados significativos não apenas pelo ato de doação, mas também pelo impacto que causou em termos de conscientização, empoderamento e mobilização social, além de promover um gesto de extrema importância para a saúde pública, pois o ato de doar sangue é fundamental para salvar vidas e pode fazer toda a diferença para quem precisa.



O evento Pais que Protegem teve um papel significativo, tanto no aspecto social quanto na criação de um ambiente mais seguro e saudável para as crianças, a saber: A Promoção da paternidade ativa; o fortalecimento de vínculos familiares; a conscientização sobre a proteção infantil; a educação e prevenção; promoção de um ambiente seguro e saudável; empoderamento dos pais. O evento também ofereceu atendimentos e serviços, como a Carreta de atendimento ao microempreendedor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Atividades de orientação sobre saúde bucal com o Serviço Social do Comércio (Sesc), Aferição de pressão arterial pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, entre outros.



O objetivo do evento foi promover reflexões leves e naturais sobre a paternidade protetora em um ambiente descontraído e acolhedor, integrando diversão, serviços essenciais e diálogo com as famílias e enfatizar a importância do papel dos pais na criação dos filhos, promovendo uma paternidade mais presente e participativa, essencial para o bem-estar emocional e psicológico das crianças. A ação buscou aproximar os atendimentos do Governo do Distrito Federal (GDF) da comunidade, promovendo o acesso a atendimentos essenciais de forma rápida e direta, e ao mesmo tempo que ofereceu lazer, entretenimento e conscientização. A ação integrou reflexão e entretenimento, gerando maior conscientização sobre o papel dos pais como agentes de proteção e cuidado na sociedade.

A ação contou com atividades esportivas e recreativas que proporcionaram momentos de diversão e união para as famílias presentes, com jogos de vôlei e futevôlei na areia, partida de futebol na quadra poliesportiva. A contação de histórias e os brinquedos infláveis criaram um espaço especial para as crianças, incentivando o aprendizado e a criatividade.



O evento Recanto Feliz teve um papel significativo, pois além de ter celebrado a data especial do dia das crianças, gerou impactos positivos tanto para as crianças quanto para a comunidade em geral, trazendo a igualdade de oportunidades, o fortalecimento da solidariedade e proporcionando momentos de alegria e aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e o fortalecimento da comunidade.

O objetivo do evento foi celebrar o Dia das Crianças com uma ação comunitária integrada, oferecendo serviços essenciais, cultura, lazer e atividades esportivas. O evento buscou valorizar a comunidade local, fortalecer os laços sociais, proporcionar às crianças e famílias um dia repleto de alegria, aprendizado e entretenimento. As crianças foram o centro do evento, com atividades variadas que garantiram um dia especial e memorável para elas e suas famílias.

A iniciativa ofereceu diversos serviços gratuitos, como: corte de cabelo e design de sobrancelhas. Pintura de rosto para crianças. Inscrição para castração de pets pela Secretaria Extraordinária de Proteção Animal (SEPAN), com alta procura e pessoas chegando de madrugada para garantir atendimento. O evento incluiu atividades direcionadas ao esporte e ao lazer, oferecendo momentos de aprendizado, diversão e integração social, como: roda de capoeira, realizada ao longo de todo o evento, com ampla participação da comunidade e integração da vice-governadora durante sua visita. Aulas de jiu-jitsu, incentivando a prática esportiva e a disciplina. Brinquedos infláveis, garantindo diversão para as crianças. Aulas de zumba, balé e ritmos, promovendo atividades físicas e culturais para todas as idades. Teve atividades voltadas para a educação e entretenimento com a exposição de animais empalhados do Zoológico de Brasília, despertando o interesse das crianças pela fauna e pela conservação ambiental. A demonstração do Batalhão de Cães da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), com interação entre os animais e o público. A apresentação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), com exibição de equipamentos e experiências práticas, como entrar no caminhão de bombeiros.

Cumprir destacar que, durante a manhã, cerca de 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas circularam pelo evento, incluindo crianças, famílias e moradores da região. A mobilização contou com o apoio de voluntários da comunidade, reforçando o protagonismo local e a colaboração entre moradores e governo.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As principais ações realizadas pela Vice Governadoria em 2024:

Assessorar a Vice-Governadora em assuntos com pautas importantes para a população do Distrito Federal. Outrossim, receber, analisar, instruir e encaminhar documentos; organizar e agendar a pauta de audiências, visitas e compromissos da Vice-Governadora; registrar e encaminhar para publicação os atos oficiais sujeitos à divulgação; entre outras ações.

Acompanhar sistematicamente as atividades da Vice-Governadora bem como de todas as notícias que a vinculem. Também é feito o acompanhamento diário e ininterrupto dos veículos de imprensa que relacionem o Distrito Federal e que possam ensejar sua atuação. Dessa forma, é possível detectar e bloquear tempestivamente qualquer tipo de ameaça e vulnerabilidade relacionadas à sua figura.

Por meio das mídias sociais, produzimos materiais informativos; acompanhamento em eventos e monitoramento da imagem da Vice Governadoria na mídia.

Atuar pautada pelo absoluto compromisso com princípios éticos, pela qualidade das relações humanas e pelo dever de contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das relações governamentais, assessorar nas rotinas diárias envolvendo a análise e solução de imbróglis jurídicos apresentados pela coletividade em geral, prestando subsídios jurídicos, instruções, recepção, autuação, tramitação e distribuição de documentação, elaboração e consolidação de manifestações jurídicas, bem como, interpretação da legislação em geral. Entre essas ações estão a assistência jurídica às Unidades subordinados ao Gabinete da Vice-Governadora, quanto à elaboração de manifestações jurídicas formais e informais referentes à análise de minutas de contratos para aquisição de materiais e serviços, esclarecimentos e interpretações de normas jurídicas distritais e federais, à luz do entendimento de todas as instâncias dos tribunais de justiça e de contas pátrios.

Executar as atividades de promoção, coordenação e levantamento das necessidades sociais e das ações sociais, visando fortalecer o gerenciamento dos projetos e programas sociais; realizou a entrega de cestas básicas, agasalhos, brinquedos; o encaminhamento de demandas recebidas às áreas de trabalho e emprego, saúde e educação.

Contribuir diretamente no cumprimento da Missão da Vice-Governadora do Distrito Federal. Entre elas estão a manutenção preventiva e corretiva da ROLS; segurança pessoal e física do Vice Governadora e de seus familiares, bem como das instalações onde exerça suas atividades; controle de acesso de pessoal a Vice Governadora; controle de condutores civis; gestão de contratos de: serviços de telefonia; serviços de transporte - TAXIGOV; de aquisição de gêneros alimentícios da ROLS; fornecimento de energia elétrica e de abastecimento de água e esgoto da ROLS; de gerenciamento de viagens; de prestação de serviço de dedetização; de serviços continuados de limpeza, conservação e manutenção de piscina da ROLS, a reforma da fachada e da área de convivência da ROLS.

Executar as atividades de coordenação, implementação e consolidação dos métodos de gestão de programas, ações e projetos estratégicos e os processos de elaboração relativos a Vice Governadoria.



Executar as atividades de promoção, coordenação e de implementação de planos, programas, projetos e ações estratégicas de inovação, modernização e aperfeiçoamento da gestão da Vice Governadoria, visando a melhoria dos serviços oferecidos pelo Gabinete da Vice Governadora, bem como desenvolvimento de ações que agregam valores às políticas públicas com impacto positivo para o Governo do Distrito Federal, busca-se constante alcance das metas, tais como, atualização do site institucional do Órgão, com o objetivo de manter a transparência das ações e realizações; capacitação continuada dos servidores; celebração de novos contratos administrativos para suprir as demandas, no intuito de propiciar condições de trabalho satisfatórias aos colaboradores e um melhor atendimento à população; implementação de programa de qualidade de vida para os servidores, visando a sua valorização e motivação.

Aprimorar o portal do servidor, que tem por objetivo viabilizar, de forma didática, os principais pontos que se alinham à jornada do servidor no exercício das suas funções. Serão ofertados os links para a confecção da folha de ponto, acesso ao contracheque e dicas básicas de gestão de pessoas as quais pertencem ao rol dos direitos do servidor. O portal poderá englobar aspectos da Lei Complementar nº 840/2011; do Código de Conduta da Alta Administração e do Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Distrito Federal (Decreto nº 37.297 de 29 de abril de 2016) e com previsão da entrega desse serviço está programada para o início de 2025.

A Vice Governadoria do Distrito Federal reafirma, seu compromisso de servir à população do Distrito Federal. Em 2025, os esforços estarão direcionados ao fortalecimento do trabalho conjunto com a sociedade e as diversas esferas de governo, promovendo ações que atendam às necessidades coletivas com eficiência, justiça e responsabilidade.

Nosso foco principal será trabalhar incansavelmente para promover iniciativas que assegurem dignidade, oportunidades e justiça social a todos os cidadãos, com atenção especial às mulheres, às pessoas em situação de vulnerabilidade e às comunidades menos favorecidas.

Como parte do nosso compromisso, reforçamos que todas as ações serão conduzidas com base nos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade social, buscando sempre o interesse público primário e priorizando o bem-estar coletivo. Os objetivos serão:

- **Parcerias e Articulação:** Fortalecer as parcerias e articular iniciativas que promovam o desenvolvimento humano e econômico. Atuaremos de forma integrada com as demais esferas de governo para garantir que nossas ações tenham impacto positivo em todas as regiões administrativas.
- **Inclusão e Participação Social:** Garantir o respeito aos direitos de cada cidadão por meio de ações inclusivas que incentivem a participação popular e fortaleçam o senso de pertencimento das comunidades.
- **Transparência e Legalidade:** Agir sempre de maneira ética e transparente, assegurando que todas as medidas estejam de acordo com a legislação e que o cidadão tenha pleno acesso às informações públicas.
- **Apoio e Soluções:** Oferecer suporte contínuo à Governadoria, com assessoramento técnico e político, promovendo soluções práticas e eficazes para os desafios enfrentados pela população.

A Vice-Governadoria tem como missão prestar apoio integral à Vice-Governadora no desempenho de suas funções, especialmente em questões políticas, sociais, econômicas, administrativas e parlamentares. Agirá como um elo entre o governo e a população, ouvindo, acolhendo e buscando soluções que contribuam para um Distrito Federal mais justo, humano e próspero para todos.

Em 2025, o objetivo é construir um futuro pautado pelo respeito, igualdade e esperança, trilhando pelo caminho do desenvolvimento social e econômico, sempre colocando a população no centro das decisões e trabalhando para garantir o bem-estar de todos.



11101 - SECRETARIA DE GOVERNO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em junho de 2019, a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal - SEGOV/DF, órgão de direção superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, foi criada pelo Decreto n.º 39.898/2019. Dando seguimento ao processo de estruturação, em fevereiro de 2022 o regimento interno da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal foi aprovado, através da Portaria n.º 60, de 08 de fevereiro de 2022, ambos dando competência à SEGOV para:

- I. Acompanhar as políticas de gestão governamental, visando à eficiência das demais Secretarias de Estado, Administrações Regionais e da Administração
- II. Acompanhar e avaliar a eficiência e eficácia da execução dos programas de governo;
- III. Coordenar e supervisionar o monitoramento dos projetos e das políticas estratégicas ou prioritárias do governo;
- IV. Acompanhar, coordenar, supervisionar e monitorar os resultados de programas e projetos e de políticas públicas estratégicas ou prioritárias do governo;
- V. Articular as ações estratégicas de políticas públicas de governo;
- VI. Supervisionar a formulação e a articulação dos projetos estratégicos relativos a desenvolvimento social, Direitos Humanos e políticas Inter setoriais;
- VII. Supervisionar a formulação e articulação dos projetos estratégicos ou prioritários do governo nas Administrações Regionais;
- VIII. Planejar e integrar as ações regionais de governo;
- IX. Coordenar projetos, programas e políticas públicas executadas pelas Administrações Regionais, com suporte de órgãos e entidades governamentais ou não governamentais;
- X. Coordenar as ações relacionadas ao licenciamento de atividades econômicas e auxiliares, em parceria com demais órgãos competentes;
- XI. Promover a integração e a articulação das Administrações Regionais com os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, do Governo Federal e entidades da sociedade civil, com vistas ao desenvolvimento regional e à melhoria da qualidade de vida das populações das regiões administrativas;
- XII. Coordenar, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos e autoridades destinatários da decisão, o atendimento e o cumprimento de decisões emanadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e demais órgãos de controle relativas ao conjunto das Administrações Regionais. Em junho de 2024, por meio do Decreto n.º 45.960, a estrutura administrativa da SEGOV, passou a ser composta conforme abaixo descrito:

- Secretaria Adjunta de Governo - SEADJ, Secretaria Executiva de Gestão Estratégica - SEGEST, Secretaria Executiva das Cidades - SECID.
- Unidades de Assistência Direta ao Secretário de governo: do Gabinete; da Subsecretaria de Administração Geral; da Assessoria Jurídico-Legislativa; da Assessoria de Comunicação; da Unidade de apoio Institucional; da Unidade de Projetos Especiais; da Ouvidoria.

A SECID é composta pela Subsecretaria de Mobiliário Urbano e apoio às Cidades - SUMAC, que coordena a atuação das feiras livres e permanentes, ambulantes, quiosques, trailers e *food trucks* e pela Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Operações nas Cidades - SUOC, responsável por planejar e coordenar as ações de melhoria de infraestrutura e desenvolvimento urbano nas 35 regiões administrativas.

A SECID possui Unidades vinculadas diretamente ao Secretário Executivo, sendo: da Assessoria Especial; da Unidade de Planejamento, Lançamento e Apoio Técnico - UPLAT; tendo como atribuições:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Supervisionar as ações das Administrações Regionais;
- Normatizar, orientar e acompanhar as ações relacionadas ao licenciamento de atividades econômicas e auxiliares, em parceria com demais órgãos competentes;
- Estabelecer normas, padrões e procedimentos para a racionalização e o aperfeiçoamento do funcionamento e prestação de serviços pelas Administrações Regionais.

A SEGEST é composta pelas seguintes Unidades Administrativas: Assessoria Especial - ASSESP; Assessoria de Acompanhamento de Projetos Estratégicos - UNIAPE, Assessoria de Planejamento Estratégico - UNIAPLE e Unidade de Mobilização - UNIMOB, com as seguintes atribuições:

- Coordenar e orientar a execução das atividades do Gabinete do Secretário de Governo, inclusive as ações referentes a políticas públicas;
- Auxiliar o secretário de Governo na formulação e na articulação das ações estratégicas de Governo;
- Prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Secretário em sua representação política e social;
- Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas, no âmbito de suas competências, pelo Secretário de Estado de Governo.

Nesse sentido, o presente relatório apresenta as informações de todas as ações, projetos e políticas públicas coordenadas pela SEGOV no ano de 2024, detalhando, especificamente, as realizações por programas e informações complementares desenvolvidas pela Secretaria Adjunta, Gabinete, bem como pelas suas Secretarias Executivas, SEGEST e SECID.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	7	2	3	0	12
Comissionados sem vínculo efetivo	151	15	0	0	166
Requisitados de órgãos do GDF	5	12	3	0	20
Requisitados de órgãos fora do GDF	3	2	0	0	5
Estagiários	0	0	6	0	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	24	0	24
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	166	31	36	0	233
(-) Cedidos para outros órgãos	4	0	0	0	4
Total Geral	162	31	36	0	229



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	50000,0	47691,00	26044,70	26044,70
0009 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	50000,0	47691,00	26044,70	26044,70
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	1446822,0	1500398,00	644215,83	556968,94
0117 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	1446822,0	1500398,00	644215,83	556968,94
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	278402,0	278402,0	170745,8
0103 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DISTRITO FEDERAL	0	278402,0	278402,0	170745,8
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	50000,0	52309,00	2309,3	2309,3
0014 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	50000,0	52309,00	2309,3	2309,3
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1546822,00	1878800,00	950971,83	756068,74

Programação Orçamentária Realizada

Houve execução orçamentária na ação 9041 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia, tendo em vista aposentadoria de servidor ativo e na ação 9050 - Ressarcimentos e Indenizações e Restituições de Pessoal, considerando a folha de pagamento bem como restituições de servidores cedidos à pasta.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	730000,0	730000,0	643902,69	643902,69
0003 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL	730000,0	730000,0	643902,69	643902,69
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	730000,00	730000,00	643902,69	643902,69



Programação Orçamentária Realizada

Houve execução orçamentária na ação 2426 - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família. Com a principal finalidade de contribuir para inclusão e reintegração social das pessoas presas, oportunizando melhorias em suas condições de vida, por meio da qualificação profissional e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, pelo contrato de Prestação de Serviços n.º 49664/2023 - SECID, abrimos a oportunidade para 24 reeducandos sentenciados egressos do regime aberto ou semiaberto do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, por meio de contratação da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, instituição vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, para prestarem serviços no âmbito da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal e suas Unidades vinculadas, relacionados à execução de atividades de serviços gerais, manutenção e conservação predial, recolhimento de bens inservíveis, transporte de materiais, entre outros previstos no Decreto n.º 24.193/2003 - Programa Reintegra Cidadão.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50000,0	50000,0	0	0
0093 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	17010000,0	20922000,00	20906678,43	20381094,43
0119 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	17010000,0	20922000,00	20906678,43	20381094,43
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	981399,0	1521399,00	1421640,55	1371640,55
0102 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	981399,0	1521399,00	1421640,55	1371640,55
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	513316,0	513316,00	244661,95	235327,84
0181 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	513316,0	513316,00	244661,95	235327,84
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	190000,0	190000,0	51800,0	51800,0
0104 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	190000,0	190000,0	51800,0	51800,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30000,0	30000,0	0	0
0117 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,0	0	0



TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	18774715,00	23226715,00	22624780,93	22039862,82

Programação Orçamentária Realizada

No programa, houve execução orçamentária nas ações: 8502 - Administração de Pessoal a fim de cobrir os gastos com o pagamento da força de trabalho disponível na Secretaria; 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores, conceder benefícios aos servidores tais como: auxílio creche, auxílio alimentação, auxílio transporte e outros ; 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, para manutenção dos serviços administrativos, adquirindo materiais de expediente, permanentes, água, café, entre outros; e, 1471 - Modernização de Sistema de Informação, para cobrir os gastos com a modernização na infraestrutura técnica.

Programação Orçamentária não Executada

No programa, não foram executadas as ações 4088 - Capacitação de Servidores e 2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, devido à falta de recursos humanos especializados na área para elaborar projetos e, consequentemente, os recursos destinados a essas ações foram remanejados para atender às necessidades de outras áreas.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

• Projetos Especiais

Identificação	Projetos Especiais
Documento de Referência - SEI	
Objetivo	- Atendimento de demandas cotidianas, esporádicas e extraordinárias cuja atribuições são passadas a Secretaria de Estado de Governo. - Apoiar outros órgãos do GDF na realização de projetos como facilitadores, vez que nossa vocação é a atividade-meio.
Ação Desenvolvida	- Precursora dos Eventos, Visitas, Lançamentos, Assinaturas de Ordens de Serviço, Entregas e Inaugurações do GDF. - Acompanhamento em Obras do GDF com Relatório SEI nº 04018- 00000447/2023-17 - Atendimento de demandas específicas e sazonais como entrega de cestas básicas, cadeiras de rodas, fraldas infantil e geriátrica, brinquedos entre outros. - Participação nos Eventos "GDF + Perto do Cidadão" (Tivemos 43 até atual data). - Participação em Campanha de arrecadação "Campanha Brasília pelo Sul" - Participação em Campanha do Agasalho. - Participação em Campanha de arrecadação de brinquedo Campanha Vem Brincar Comigo. - Apoio a operações de emergência (chuva). - Levantamento junto a população das necessidades, referente a infraestrutura local, como saneamento básico, energia, calçamento, sinalização horizontal e vertical, poda de árvores entre outros. - Identificação dos problemas nos Abrigos/Paradas de ônibus do Transporte Escolar Rural do DF. - Caminho das Escolas. - Ação no CEF 02, acompanhamento da Pintura do piso, muro e portão da Escola, colocação por volta de 500 metros de grama, implantação de 400m² de meios fios, demarcação de estacionamento, plantação de Ipês e mudas de árvores frutíferas, entrega dos Módulos Escolares e Revitalização da Casa de Boneca na Cidade Estrutural. - Necessário o acompanhamento in loco do Restaurante Comunitário do Varjão, Restaurante Comunitário de Samambaia, Terminal Rodoviária do Varjão, Terminal Rodoviária do Itapuã, Delegacia de Polícia Civil de Sobradinho e a Escola Técnica do Paranoá. - No Engenho das Lajes, houve o acompanhamento e monitoramento das Obras de Melhorias, como fresado, colocação de bloquete, instalação de quebra-molas, colocação de placas de sinalização, retirada de entulho, entre outros. - Em Água Quente, foi acompanhada e monitorada de perto, as Obras como, mudança para a nova Sede da Administração da 35ª Região Administrativa do Distrito Federal, também de fresado em vários pontos da cidade, pintura das Faixas de Pedestre e colocação das Placas de Sinalização e instalações de quebras molas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Status da Realização	(X) Totalmente Realizado. () Parcialmente Realizado. () Não Realizado.
Resultados Esperados/Obtidos	- Equipe de Trabalho sempre de prontidão para identificar, apontar e acompanhar todas as necessidades, como fizemos até a data atual: - Identificando os problemas. - Acompanhando as obras - Sendo precursores nos eventos, visitas, lançamentos, Assinaturas de Ordem de Serviço, Entrega e Inaugurações do GDF - Participando dos Eventos do GDF. - Atendendo as demandas específicas e sazonais - Apoiando as operações de emergência e intempéries. - Participando das Campanhas do GDF.
Outros Órgãos Envolvidos	- Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF. - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES. - Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB. - Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal - SEJUS. - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda - SEDET. - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. - Secretaria de Executiva das Cidades - SECID. - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SELDF. - Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP. - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB. - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB. - Companhia Energética de Brasília - CEB. - Neoenergia Brasília. - Departamento de Estrada e Rodagem do Distrito Federal - DER. - Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN. - Administrações Regionais do Distrito Federal - RA's. - Serviço de Limpeza Urbana - SLU.
Informações Financeiras	
Observações	

• **Planejamento, Lançamento e Apoio Técnico**

Identificação	Atualização, Publicação e divulgação do Preço Público dos mobiliários urbanos de competência da Secretaria Executiva das Cidades.
Documento de Referência - SEI	04018-00002612/2022-86.
Objetivo	Divulgar a atualização da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, para efeitos do disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001 § 2º do art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001.
Ação Desenvolvida	Envio de circular a todas as Administrações Regionais, para conhecimento e providências quanto a atualização a ser prático pela RA.
Status da Realização	(X) Totalmente Realizado. () Parcialmente Realizado. () Não Realizado.
Resultados Esperados/Obtidos	Atualização do INPC divulgada em todas Regiões Administrativas do DF.
Outros Órgãos Envolvidos	SEGOV/SECID/RA'S
Informações Financeiras	Não.
Observações	

Identificação	Publicação no Diário Oficial do Distrito Federal 2023 e 2024 - Portarias nº 01;02;03;04; e 05 - Atualização do Preço Público referentes a utilização de áreas públicas por Mobiliários Urbanos no âmbito do Distrito Federal para o ano de 2023 e 2024.
Documento de Referência - SEI	04018-00003071/2023-94.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Objetivo	Portaria nº 440, de 18 de dezembro de 2023, que divulga a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, para efeitos do disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001. (Aguardar até a 1ª quinzena para realizar a atualização dos Preços Públicos dos Mobiliários Urbanos do DF). Orientações de Preços Públicos referente aos Parques no DF, Áreas Lindeiras, SUMAC, orientação junto ao DF Legal/Consulta no Sislanca.
Ação Desenvolvida	Envio de circular a todas as Administrações.
Status da Realização	(X) Totalmente Realizado () Parcialmente Realizado () Não Realizado
Resultados Esperados/Obtidos	Atualização do INPC das RA's .
Outros Órgãos Envolvidos	SEGOV/SECID/RA'S
Informações Financeiras	Não
Observações	

Identificação	Outorga Onerosa de Alteração de Uso - ONALT.
Documento de Referência - SEI	04018-00001486/2021-61; 04018-00001533/2022-58; 00020-00021193/2021- 09 e outros
Objetivo	Orientar sobre Onalt (Outorga Onerosa de Alteração de Uso) que consiste em uma autorização do Poder Público, mediante contrapartida financeira, que possibilita a alteração de destinação original da unidade imobiliária para outra pretendida, sendo ambas as destinações previstas em normas. Portanto, se a atividade pretendida, a ser desenvolvida no imóvel em questão, divergir do previamente estabelecido pelos parâmetros urbanísticos e tiver elevação na classe de uso.
Ação Desenvolvida	Recebimento/Encaminhamento/contato telefônico e eletrônico /Cobrança e Lançamento.
Status da Realização	(X) Totalmente Realizado. () Parcialmente Realizado. () Não Realizado. Observações: Busca-se constantemente padronizar junto com os órgãos envolvidos a melhor forma de ser analisar tal pedido, como: Circular Formulário (Requerimento ONALT) Certidão de Ônus atualizada ou outro documento da matrícula do Registro de Imóveis que comprove a fração ideal do imóvel a ser avaliado com as Orientação e Solicitação de Procedimento: Todo tratamento e trâmite sejam enviado de forma "restrita" pelo SEI-GDF, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural e Exposição de Motivos refere-se à proposta de publicação de Portaria estabelecendo o Formulário unificado de solicitação do cálculo da Outorga Onerosa da Alteração de Uso no Distrito Federal, prévia à expedição da Licença de Funcionamento, a ser utilizado por todas Administrações Regionais, quando instadas a expedirem documento de viabilidade comercial.
Resultado Esperado/Obtidos	Tem como objetivo orientar e regularizar a situação dos requerentes junto as suas empresas, e assim, desempenharem suas atividades regularizadas, nas respectivas regiões onde atuam. A verificação de incidência ou não da cobrança de ONALT se dá na emissão da Consulta de Viabilidade do novo empreendimento, na qual constará observação expressa, a título informativo, sobre a probabilidade da referida cobrança.
Outros Órgãos Envolvidos	SEGOV; SECID; TERRACAP, SEDUH, PGDF, OUVIDORIA e RA's.
Informações Financeiras	Não. Somente é lançado/arrecadado. Importante destacar que em 2 anos e meio, foram lançados/arrecadado cerca de 2 (dois) milhões referente a ONALT, deste que a competência passou para esta Secretaria, cerca de 350 processos foram analisados, lançados no SISLANCA e repassados para os órgãos responsáveis, e cerca de 30% dos processos analisados e encaminhados , tiveram sua viabilidade regularizadas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Observações	Com a Publicação da Portaria nº 28, de 08 de agosto de 2022, que regulamenta os procedimentos para a cobrança da Outorga Onerosa da Alteração de Uso no Distrito Federal - ONALT, prévia à Licença de Funcionamento, considerando o Organograma. É lançado o valor da Onalt constante do Laudo de Avaliação elaborado pela TERRACAP, no Sistema Integrado de Lançamento de Créditos do Distrito Federal - SISLANCA, instituído pelo Decreto nº 38.097, de 30 de março de 2017, e efetuará a cobrança junto ao interessado. A Outorga Onerosa de Alteração de Uso é um instrumento de política urbana definida no Estatuto da Cidade e tem a missão de recuperar a valorização imobiliária de um lote. Essa valorização decorre de uma autorização dada pelo Poder Público para um uso distinto do que foi estabelecido pelos parâmetros urbanísticos. Ressaltar sobre a Lei Complementar nº 1.038, de julho de 2024(Autoria: Poder Executivo) Institui o Programa de Incentivo de Regularização de Débitos Não Tributários do Distrito Federal - Refis-N e isenta o pagamento da Outorga Onerosa da Alteração de Uso - ONALT. Realizado o lançamento no sistema da Secretaria de Economia do Distrito Federal - SISLANCA, é enviado o boleto ao solicitante quando houver, juntado aos autos comprovante de pagamento, restituindo-os à Administração Regional; e a tramitação dos autos referentes a cobrança da ONALT, ocorrerá, preferencialmente, entre as unidades envolvidas, tendo em vista a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), salvo em caso de atos decisórios de competência dos titulares das pastas às quais as referidas unidades são subordinadas. Pago / Regularizado: Total: Processo na PGDF: 01 (um processo); Total: Processos para análise: 348 (trezentos e quarenta e oito) Total: Arrecadado: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); Total: Regularizados: 50 (cinquenta estabelecimentos no DF); e Total: Falta de interesse no prosseguimento: 77 (setenta e sete).

Identificação	SISLANCA - Secretaria de Estado de Economia – SEEC/DF.
Documento de Referência - SEI	Sistema.
Objetivo	Sistema administrado pela Secretaria de Economia para lançar créditos tributários e não tributários de competência do Governo do Distrito Federal, em atendimento às regras da contabilidade internacional.
Ação Desenvolvida	Consulta e Lançamentos realizados referente: Preço Público; Licitação e ONALT.
Status da Realização	(X) Totalmente Realizado. () Parcialmente Realizado. () Não Realizado.
Resultados Esperados/Obtidos	Cerca de 2 milhões lançados no sistema.
Outros Órgãos Envolvidos	SEGOV/SECID/UPLAT
Informações Financeiras	Não.
Observações	Apesar de realizarmos o lançamento, a arrecadação é da Secretaria de Economia do DF. Importante destacar-se que houve a modificação da nomenclatura da unidade responsável, conforme Decreto 46.309 de 25/09/2024.

Identificação	Membro Titular da Comissão Permanente de Licitação – CLPF - Portaria nº 70, de 10/08/2023, pág. 62 DODF nº 153,14 de agosto de 2023/ Designação de membros do Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer do DF, Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF – CONEF/DF.
Documento de Referência - SEI	00220-00006181/2023-15; 04018-00002583/2023-33; 04018-00002591/2023 e outros.
Objetivo	CONEF - As reuniões são realizadas na terceira semana de cada mês, às quatorze horas e trinta minutos. As Comissões Permanentes são: Comissão de Política do Esporte, Comissão de Orçamento e Finanças, Comissão de Legislação e Normas e Comissão de Programa e Projetos. A comissões terá um coordenador e um relator, em cumprimento ao art. 58 do Decreto mencionado, que trata sobre a estrutura organizacional. A Secretaria Executiva da Cidades lançou novo lote de licitação de bancas de feiras permanentes. No dia 15 de dezembro, foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal as concorrências públicas de 260 unidades nas feiras permanentes no DF. Foram finalizadas sete concorrências públicas para ocupar boxes que estavam vazios em feiras de diferentes cidades. Neste ano, foram lançados 27 editais para licitar boxes em feiras de diferentes regiões administrativas.
Ação Desenvolvida	Reuniões para aprovação de Projetos/Lançamento do Edital, análise/recebimento documental, análise de recursos, audiências públicas de entregas de propostas de sorteio, envio de boletos e homologação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Status da Realização	(X) Totalmente Realizado. () Parcialmente Realizado. () Não Realizado.
Resultados Esperados/Obtidos	Regularização das Feiras do DF. Após a publicação no Diário Oficial nº115 de 19 de junho de 2024, do Decreto de 18 de junho de 2024, que dispõe sobre o Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer do Distrito Federal, o qual é um órgão colegiado vinculado à Secretaria de Estado de Esporte e tem competência consultiva para planejamento, normatização, fiscalização e coordenação da educação física, desporto e lazer no Distrito Federal, fez-se necessária a indicação e nomeação dos membros que integrarão a Comissão Técnica que será responsável pelas deliberações processuais referentes aos trâmites da Lei de Incentivo ao Esporte do Distrito Federal (LIEDF), incumbida da análise dos projetos apresentados, conforme Decreto nº 44.738 de 14 de julho de 2023.
Outros Órgãos Envolvidos	Representante governamental, indicado pela Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal (SEL); Representante dos setores desportivo e paradesportivo, indicado pelo CONFAE, Representante da Sociedade Civil Organizada que representam no Conselho; Representante desportivo e paradesportivo, indicado pelo Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer do Distrito Federal - CONEF/DF. Representantes da SEGOV/SECID, Secretaria de Estado da Criança; Secretaria de Estado Economia.
Informações Financeiras	Não.
Observações	Indicado servidor para compor o Conselho em epígrafe.

Identificação	Indicação de Conselheiro para representação da Secretaria de Estado de Governo no Conselho de Assistência Social do DF / Designação de Comissão Setorial de Avaliação de Documentos - CSAD nesta Secretaria de Estado de Governo/Portaria nº 89, de 16 de Julho de 2024 - Art. 1º Instaurar Sindicância Investigativa, visando à apuração de supostas irregularidades constantes no Processo nº 04018-00001829/2024-31/ Grupo de Trabalho (GT) para o desenvolvimento do sistema de gestão dos mobiliários urbanos do Distrito Federal/Levantamento das Pec's de ordem do Gabinete. /Elaboração e Implantação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Secretaria Executiva das Cidades.
Documento de Referência - SEI	04018-00001953/2024-04; 04018-00000883/2022-05; 04018-00001829/2024-31 e outros.
Objetivo	
Ação Desenvolvida	
Status da Realização	(X) Totalmente Realizado () Parcialmente Realizado. () Não Realizado Observações: A Elaboração e Implantação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Secretaria Executiva das Cidades, foram definidas e estabelecidas conforme programação das oficinas de trabalho.
Resultados Esperados/Obtidos	
Outros Órgãos Envolvidos	SEGOV; SECID e RA's.
Informações Financeiras	Não.
Observações	Servidor indicado para compor a Comissão e Grupo de Trabalho (PEI) em epígrafe.

Identificação	Decreto nº 46.309, de 25 de setembro de 2024.
Documento de Referência - SEI	04018-00003078/2024-97.
Objetivo	A Unidade de Arrecadação e Parcelamento de Débitos, da Secretaria Executiva das Cidades passa a denominar-se Unidade de Planejamento, Lançamento e Apoio Técnico, mantidas suas estruturas administrativas e de cargos, bem como seus atuais ocupantes.
Ação Desenvolvida	Continuidade dos trabalhos com o mesmo planejamento que era realizado pela Unidade de Arrecadação e Parcelamento de Débitos- UAPD.
Status Realização	(X) Totalmente Realizado. () Parcialmente Realizado. () Não Realizado. Observações:
Resultados Esperados/Obtidos	Aguardando a definição do Regimento Interno ou Ordem de serviço da SECID/SEGOV.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Outros Órgãos Envolvidos	SEGOV/SECID.
Informações Financeiras	Não.
Observações	

• **Operações nas Cidades**

Identificação	GDF Presente
Documento de Referência - SEI	Decreto nº 40.677, de 30 de abril de 2020
Objetivo	Aproximar o Governo das demandas regionais, o programa foca em executar ações planejadas, estimulando o crescimento e melhoria da infraestrutura das cidades, aumentando a segurança na utilização de espaços ou vias públicas, aprimorando e unificando as ações de planejamento com atendimento da manutenção e conservação das cidades, visando a melhoria das condições de vida da sociedade.
Ação Desenvolvida	- Articulações com os órgãos e entidades do Distrito Federal, desenvolvimento de demandas das áreas urbanas e rurais e fortalecimento do Poder Executivo na conservação e manutenção das cidades, serviços como: • Implantação, remoção, substituição e recuperação das sinalizações verticais e horizontais; • Reparação de calçadas e dos meios-fios; • Pintura dos meios-fios; • Remoção manual ou mecânica de resíduos úmidos e secos, bem como de entulhos em geral; • Poda, manutenção e remoção de arborização; • Limpeza e manutenção de espaços públicos e áreas ajardinadas, incluindo a roçagem; • Manutenção das condições de vias públicas e operação buraco zero; • Execução de reparos na rede de águas pluviais; • Limpeza e desobstrução de bocas de lobo; • Reparo de tampas, grelhas e galerias pluviais. • Reparação e pequenos ajustes nas redes de água potável e de esgoto; • Manutenção da rede de iluminação pública mediante: • Troca de lâmpadas e reatores; • Limpeza das luminárias. • Limpeza dos logradouros públicos; • Pequenos reparos em quadras, parquinhos e praças; • Manutenção e conservação das vias vicinais, prioritariamente as que dão acesso às escolas rurais.
Status da Realização	() Totalmente Realizado. (X) Parcialmente Realizado. () Não Realizado. Observações: O serviço é parcialmente realizado, por se tratar de um trabalho contínuo.
Resultados Esperados/Obtidos	- Massa asfáltica • 63.033,48 Toneladas Total - Poda • 89.871,00 und - Roçagem • 819.510.322,38 m² - Entulho • 1.863.430,46 Toneladas Total - Serviços realizados no Polo Rural • Melhorias nas vias não Pavimentadas • 416,99 km - Estradas rurais (Porteira para Dentro) • 105,75 km - Eficientização da iluminação pública - Substituição de postes • 59 und - Serviço de luminária • 25.649 und - DETRAN - Placas instaladas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

	• 1.597 und -Faixas de Pedestre • 2.978 und -Lombadas • 3.782 und -CAESB- Serviços de manutenção de redes • 45.948,00 Serviços atendidos
Outros Órgãos Envolvidos-	-Secretaria de Estado de Governo. -Casa Civil do Distrito Federal. -Secretaria de Estado de Segurança Pública. -Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal. -Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. -Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP. -Serviço de Limpeza Urbana - SLU. -Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB. -Companhia Energética de Brasília - CEB. -Departamento de Estrada e Rodagem do Distrito Federal - DER. -Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN. -Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal. -Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM. -Administrações Regionais do Distrito Federal. -Polícia Civil do Distrito Federal. -Polícia Militar do Distrito Federal. -Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
Informações Financeiras	
Observações	

Projeto	Caminho das Escolas
Documento Referência - SEI	04018-00002113/2023-70.
Objetivo	O programa visa o benefício principalmente dos alunos, através de serviços de melhorias que envolvem as escolas como um todo. Tem como objetivo fazer a manutenção dos acessos viários na zona rural, pintura dos parquinhos, recolhimento de lixo, pintura de quadras, recolhimento de galhos e inservíveis.
Ação Desenvolvida	Manutenção dos acessos viários na zona rural, pintura dos parquinhos, recolhimento de lixo, pintura de quadras, recolhimento de galhos e inservíveis.
Status da Realização	() Totalmente Realizado (X) Parcialmente Realizado. () Não Realizado Observações: O serviço é parcialmente realizado, e não possui percentual por ser um trabalho contínuo.
Resultados/Obtidos	Melhorias nas vias rurais, foram recuperados aproximadamente 150 km de estradas rurais com o polo rural e porteira pra dentro.
Outros Envolvidos- Órgãos	-Secretaria de Estado de Governo - SEGOV. -Secretaria Executiva das Cidades - SECID. -Secretaria de Estado de Agricultura Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI. -Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP. -Departamento de Estrada e Rodagem do Distrito Federal - DER. -Administrações Regionais. -Secretaria de Educação - SEE.
Informações Financeiras	
Observações	

Identificação	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF
Documento de Referência - SEI	04018-00000035/2023-79.
Objetivo	Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes ao fornecimento de mão de obra de até 24 (vinte e quatro) sentenciados presos e egressos.
Ação Desenvolvida	Apoiar e executar as ações de zeladoria e manutenção estabelecidas pelos Coordenadores de polo, junto as Administrações Regionais.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Resultados Esperados/Obtidos	Maior atendimento, agilidade e eficiência para executar as demandas de zeladoria e manutenção das Regiões Administrativas.
Outros Órgãos Envolvidos	-Secretaria de Estado de Governo. -Administrações Regionais do Distrito Federal. - FUNAP/SEJUS.
Informações Financeiras	O valor total do Contrato é de R\$ 707.400,00 (setecentos e sete mil e quatrocentos reais), correspondentes à prestação de serviços por até 24 (vinte e quatro) ree-ducandos, perfazendo o montante de R\$ 58.950,00 (cinquenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais) mensal, a ser atendido à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, na respectiva Lei Orçamentária.

• **Gestão de Sistemas nas Administrações Regionais**

Identificação	Programa Administração Regional Digital 24 Horas
Documento de Referência – SEI	04018-00000345/2022-11.
Objetivo	Plataforma criada como um canal de comunicação direta entre População e Governo, a fim de solicitar serviços de zeladoria da sua cidade nas Administrações Regionais.
Ação Desenvolvida	Demandas registradas na Plataforma Digital nas Administrações Regionais: 14.735 - Serviços de Infraestrutura: 10.316 – ou seja - 70,01% - Serviços de Saúde: 2.184 – ou seja - 14,82% - Serviços de Limpeza: 1.639 – ou seja - 11,12% - Serviços de Trânsito e Transportes: 595 – ou seja - 4,05%
Resultados Esperados/Obtidos	Melhorias no acesso pelo Cidadão aos serviços oferecidos pelo GDF
Outros Órgãos Envolvidos	Administrações Regionais e Órgãos de Execução do GDF
Informações Financeiras	Não

Identificação	Elaboração e Implantação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Secretaria Executiva das Cidades, elaborado pela Secretaria Executiva de Gestão Estratégica (SEGEST).
Documento de Referência – SEI	04018-00003208/2024-91 - 04018-00003335/2024-91
Objetivo	Compor o grupo técnico que atuará em conjunto com as equipes da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos/ SEEC e da Secretaria Executiva de Gestão Estratégica/ SEGOV.
Ação Desenvolvida	• Diagnóstico organizacional • Definição de objetivos estratégicos • Estabelecimento de indicadores e metas • Elaboração de planos de ação • Monitoramento e avaliação da execução
Resultados Esperados/Obtidos	Cumprimento às diretrizes de Governança da Secretaria de Governo e visar o fortalecimento da gestão pública orientada para resultados.
Outros Órgãos Envolvidos	SEGOV/SEGEST
Informações Financeiras	Não

• **Mobiliário Urbano e Apoio às Cidades**

Identificação	- Recadastramento nas Feiras do Distrito Federal. - Participação em Comitê Gestor. - Acompanhamento da elaboração do Planos de Ocupação de ambulantes, engenhos publicitários e quiosques e trailers. - Participação na atualização das legislações referente aos Mobiliários Urbanos. - Implementação do Sistema de Gestão dos Mobiliários Urbanos do Distrito Federal por meio do SIDAF (Sistema Integrado de Demandas e Arrecadação Fiscal). - Análise prévia dos processos de Recadastramento pela Administração Regional. - Estudo e elaboração de Edital de Chamamento Público para serviço ambulante. - Estudo da Lei nº. 14.133/2021 que baseará a elaboração de Novo Edital de Licitação e de Credenciamento. - Comitê Gestor da Feira de Artesanato da Torre de TV - CGFTV. - Planos de Ocupação de Ambulantes. - Comitê Gestor da Feira Permanente da Candangolândia.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

	- Planos de Ocupação de quiosques e trailers - Regiões Administrativas do Conjunto Urbanístico de Brasília. - Planos de Ocupação de quiosques e trailers - Regiões Administrativas do Distrito Federal. - Acompanhamento e organização dos ambulantes em eventos na área central de Brasília. - Cronograma de Recadastramento nas Feiras do Distrito Federal. - Participação na atualização das Legislações referente aos mobiliários. - Levantamento das necessidades de serviços de obras nas feiras. - Recadastramento nas Feiras do Distrito Federal. - Preparação para Licitação das Feiras 2024/2025. - Chamamento Público para as feiras que já foram licitadas em 2023/2024. - Participação de reuniões com judiciário sobre o Plano de Ocupação de Quiosques do CUB. - Atendimento ao Público.
Documento de Referência - SEI	04018-00002874/2023-21; 04018-00002793/2024-11; 04018-00002585/2024-11 e outros
Objetivo	- Melhoria para os Autorizatários/Permissionários, trazendo mais segurança jurídica e melhor acolhimento aos frequentadores das Feiras. - Gerir os conflitos nas Feiras, organizar a associação, melhorando o funcionamento da Feira. - Construir o Plano de Ocupação de cada mobiliário urbano, para melhor organização dos mobiliários e os Autorizatários. - Construir o Plano de Ocupação de cada mobiliário urbano, para melhor organização dos mobiliários e os Autorizatários. - Implementação do Sistema de Gestão dos Mobiliários Urbanos do Distrito Federal, com o escopo de otimizar e padronizar os atos da Administração Pública relativos uso de área pública, englobando emissão de Autorização de Uso, cobrança do preço público e fiscalização. - Analisar os processos enviados pelas Administrações, seja do recadastramento, devolução dos boxes ou transferência de titularidade. - O novo Edital tem como principal definição as melhorias entre os Ambulantes e Secretaria de Governo. - Regularizar a ocupações de boxes em feiras. - Apurar denúncias de venda de boxes e de mal-uso dos recursos provenientes das cotas de rateio pagas pelos feirantes. - Monitorar e auxiliar as Regiões Administrativas do Distrito Federal no cumprimento da determinação do Ministério Público constante no Ofício Nº 118/2024/5ªPROURB (143252747), para a conclusão dos Planos de Ocupação de Ambulantes. - Constituir ou reativar Associação dos Feirantes da Candangolândia. - Monitorar e auxiliar as Regiões Administrativas do Distrito Federal no cumprimento da decisão expedida pela 7ª Vara Tribunal Regional da Primeira Região constante no Ofício Nº 118/2024/5ªPROURB (143252747), para a conclusão dos Planos de Ocupação de Quiosques Trailers nas Regiões Administrativas do Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia e Sudoeste/ Octogonal. - Monitorar o andamento dos trabalhos realizado pelas Regiões Administrativas do Distrito Federal na elaboração, conclusão e publicação dos Planos de Ocupação de Quiosques e Trailers. - Organizar o trabalho de ambulantes licenciados pela SECID. - Melhoria para os Autorizatários/Permissionários, trazendo mais segurança jurídica e melhor acolhimento aos frequentadores das feiras. - Melhorar o desenvolvimento das atividades nos mobiliários público. - Identificar as demandas de infraestrutura das Feiras Permanentes do DF visando a confecção de projetos para a execução de construção/reforma. - Melhoria para os Autorizatários/Permissionários, trazendo mais segurança jurídica e melhor acolhimento aos frequentadores das feiras. - Estudo e elaboração do Projeto Básico e Edital Padrão de Licitação baseado na Lei 14.144/2021, para ocupação de boxes vazios, abandonados e devolvidos nas feiras a serem licitadas. - Ocupação dos boxes vazios, abandonados, devolvidos ou que restaram desertos na Licitação. - Cumprimento de Sentença do Processo nº 0013916-92.1998.4.01.3400 para criação do Plano de Ocupação de Quiosques e Trailers do CUB. - Atender as demandas individuais dos autorizatários.
Ação Desenvolvida	- Criação de Comissão de Acompanhamento e Implementação do Sistema de Gestão dos Mobiliários Urbanos do Distrito Federal, instituída pela Portaria Conjunta nº 5, de 23 de setembro de 2024. - Procedimentos a serem utilizados para implantação de sistema informatizado de registro de dados de permissionários no âmbito do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

	- Possibilidade de Padronização e Uniformização de procedimentos com as unidades administrativas que também possuem sistemas uniformizados de arquivos e/ou manipulação de dados acerca de permissionários de mobiliários urbanos. - Apresentação dos procedimentos adotados pela Administração Regional, Secretaria Executiva das Cidades e DF-LEGAL acerca dos dados referentes aos mobiliários urbanos e respectivos Permissionários. - Possibilidade de criação de aplicativo para atendimento aos Permissionários/Autorizatórios. - Análise de documentos enviados a SUMAC com a finalidade de emitir, cancelar ou mudar a titularidade da Autorização de Uso, atendimento à população retirando dúvidas ou auxiliando na resolução de conflitos seja com a Administração Pública ou com as Associações dos feirantes. • Ambulantes - Mudança no Local de Licenciamento de Eventos na Arena BRB Estádio Mané Garrincha, do Estacionamento Público do Planetário para a SRPN - Quadra 901 Trecho 1 Asa Norte. - Devido a constatação de utilização de área Pública, incluído no Edital a cobrança de Preço Público de mesas e cadeiras em frente à barraca utilizada. - Incluído no sorteio para os contemplados a questão de se manter apenas 1 sorteado por família de acordo com Art.16 da Lei 6.190/2018. - Descumprimento das regras estabelecidas no Edital pelo Ambulante, este ficará impedido de participar por 3 chamamentos e no caso de reincidir perderá o direito de participar dos chamamentos. - Participação das vistorias realizadas em todos os Eventos Licenciados juntamente com a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF-LEGAL). - Estudo e elaboração de minutas de editais para análise jurídica. - Convocação de feirantes para colher depoimento sobre denúncias. - Solicitação de documentação contábil da Associação dos Artesãos e Expositores da Feira de Artesanato da Torre de TV para análise. - Análise de documentação contábil da Associação. - Confecção de documento com a conclusão dos trabalhos do Comitê Gestor da Feira de Artesanato da Torre de TV - Decisão Conclusão Comitê Gestor (154724783). - Criação de planilha de monitoramento dos processos relacionados à confecção dos Planos de Ocupação; - Encaminhamento à SECID dos processos das Administrações Regionais que concluíram os procedimentos de forma correta e legal para a publicação das Ordem de Serviço dos Planos de Ocupação. - Levantamento de informações sobre suposta Associação constituída em 1990. - Criação de planilha de monitoramento dos processos relacionados à confecção dos Planos de Ocupação. - Participação de audiências junto poder judiciário e órgãos relacionados ao cumprimento da demanda. - Levantamento das necessidades de serviços de obras nas feiras, como manutenção, reforma ou construção. - Análise de 1.607 processos individuais dos feirantes na UREC, visando emissão de autorizações de uso de boxes em feiras diversas. - Ocupação dos boxes vazios, abandonados, devolvidos ou que restaram desertos na Licitação. - Solicitação de plano de Ação e cronograma para conclusão do POQT das RAs que compõem o CUB e pedido de participarem da reunião no dia 30. - Emissão de 1.768 Autorizações Provisórias para Ambulantes. - Análise de processo para licença Eventual e Autorização de Uso Provisória. - Vistorias realizadas em todos os eventos. • Outras demandas. - Emissão de 220 Autorizações de Uso Não Qualificada para Quiosques. - Análise para emissão de Autorizações de Uso de Quiosques e Trailers. - Revogação/Extinção/Cassação de Termo de Permissão ou Autorização de Uso. - Emissão de 1.322 Autorizações de Uso Não Qualificadas e 181 Permissões de Uso Qualificadas.
Resultados Esperados/Obtidos	- Tornar conhecido a situação regular dos boxes, os que estão disponíveis para Licitação. - Facilitar a gestão dos Mobiliários Urbanos existentes em todo o Distrito Federal. - Regularização dos permissionários, maior adimplemento com o preço público, realizar levantamento dos boxes repassados ilegalmente para retomada e posterior licitação levando segurança jurídica aos feirantes. Obtidos: 688 termos emitidos no ano de 2024. - Melhoria no Processo de Licenciamento dos Ambulantes. - Regularizar a ocupações de boxes em feiras.



	- A conclusão dos trabalhos de confecção e publicação dos Planos de Ocupação de Ambulantes das Regiões Administrativas. - Regularização da atividade de ambulantes em todo o território do Distrito Federal. - Constituir e operacionalizar a Associação da Feira Permanente da Candangolândia. - Conclusão dos trabalhos de confecção e publicação dos Planos de Ocupação de Quiosques e Trailers das Regiões Administrativas do Conjunto Urbanístico de Brasília. - Conclusão dos trabalhos de confecção e publicação dos Planos de Ocupação de Quiosques e Trailers das Regiões Administrativas. - Organização e cumprimentos das ações estabelecidas pelos órgãos de organização e fiscalização. - Realizado 23 (vinte e três) recadastradas, houve abstenções no recadastramento. - Diversas autorizações de uso emitidas em diversas feiras. - Ocupação de todos os boxes das feiras.
Outros Órgãos Envolvidos	- Administração Regional. - Administração Regional. - Administração Regional e SEDUH. - Administração Regional e SEDUH. - Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF-LEGAL e Administrações Regionais. - Administração Regional. - Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF-LEGAL) e Subsecretaria de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública do DF (SOPI). - Administração Regional - Secretaria de Governo do Distrito Federal (SEGOV), Secretaria Executiva das Cidades (SECID) e Administração Regional do Plano Piloto. - Secretaria de Governo do Distrito Federal (SEGOV), Secretaria Executiva das Cidades (SECID) e Administrações Regionais do Distrito Federal. - Secretaria de Governo do Distrito Federal (SEGOV), Secretaria Executiva das Cidades (SECID) e Administração Regional da Candangolândia. - 7ª Vara do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Procuradoria Geral do Distrito Federal, Ministério Público do Distrito Federal, Secretaria de Governo do Distrito Federal (SEGOV), Secretaria Executiva das Cidades (SECID) e Administração Regional do Plano Piloto, Administração Regional do Cruzeiro, Administração Regional da Candangolândia e Administração Regional do Sudoeste/Octogonal, SEDUH, NOVACAP, NEOENERGIA, CAESB. - SEGOV, SECID, SEDUH, NOVACAP, NEOENERGIA, CAESB e Administrações Regionais do Distrito Federal. - DETRAN, DF-Legal, Polícia Militar, SSP, Vigilância Sanitária e outros. - Administrações Regionais e Procuradoria Geral do DF.
Informações Financeiras	A contratação da empresa desenvolvedora do sistema ocorreu por meio de recursos do Fundo de Modernização, Manutenção e Reaparelhamento dos Órgãos de Auditoria de Atividades Urbanas e de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas (Fundafau-DF).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As ações desenvolvidas pela SEGOV, em 2024, buscaram cumprir no todo a programação orçamentária e financeira estabelecida para o exercício, ainda que frente a restrita mão de obra qualificada e ao efetivo reduzido de responsáveis pela elaboração de projetos.

A perspectiva para o ano de 2025 é que a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, continue a desempenhar suas atribuições com eficácia e eficiência inerentes às atividades programadas para o exercício citado, em atendimento às demandas internas, bem como em sua atividade fim.

À vista disto, objetiva trabalhar consoante os anseios da comunidade e prestando contas de suas ações governamentais à população do Distrito Federal.



12101 - PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) é um órgão da administração direta do Governo do Distrito Federal, dotada de autonomia funcional e administrativa, com natureza jurídica de entidade pública, sem personalidade jurídica própria, que atua como parte integrante do ente federativo.

A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) define a PGDF como um órgão essencial à administração pública distrital, responsável por exercer a representação judicial e a consultoria jurídica do Distrito Federal. A LODF garante à PGDF autonomia funcional e administrativa, assegurando que seus procuradores possam atuar com independência técnica na defesa dos interesses do Distrito Federal. Além disso, também estabelece que a PGDF deve atuar em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que são fundamentais para a execução de suas funções institucionais.

A Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001, dispõe sobre a organização da PGDF, suas atribuições e o regime jurídico dos seus procuradores. Esta lei estabelece a estrutura administrativa da PGDF, define as funções dos procuradores e orienta sobre questões relacionadas a carreiras, cargos e remuneração, garantindo que o órgão funcione de forma adequada e alinhada aos princípios da administração pública.

O Regimento Interno da PGDF, aprovado pelo Decreto nº 42.094, de 13 de maio de 2021, é o documento que organiza e normatiza sua estrutura interna. Ele define as competências e responsabilidades das diferentes unidades administrativas, estabelecendo procedimentos claros para a execução de suas funções.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	80	21	187	237	525
Comissionados sem vínculo efetivo	170	0	0	0	170
Requisitados de órgãos do GDF	9	0	5	0	14
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	47	107	154
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	0	3
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	259	21	242	344	866
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	9	17	26
Total Geral	259	21	233	327	840



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	4000000,0	2792100,00	2782850,62	2782850,62
0044 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	4000000,0	2792100,00	2782850,62	2782850,62
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	1630711,0	1480711,00	1412450,20	1227559,51
7056 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1630711,0	1480711,00	1412450,20	1227559,51
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2188314,0	5932614,00	5808568,89	5808568,89
0005 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	2188314,0	5932614,00	5808568,89	5808568,89
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	5000000,0	4681854,00	4385548,43	3144089,00
0046 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	5000000,0	4681854,00	4385548,43	3144089,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	12819025,00	14887279,00	14389418,14	12963068,02

No exercício de 2024, foram atingidos os quantitativos abaixo para as ações constantes do Programa de Operações Especiais:

1. Conversão de licença-prêmio em pecúnia - servidor inativo: pagamento de 14 licenças-prêmio convertidas no exercício e continuidade do pagamento médio de 45 licenças convertidas em exercícios anteriores;
2. Realização do pagamento mensal de 251 indenizações de transportes a procuradores e servidores, totalizando em média 3.012 pagamentos efetivados, tendo ainda 46 acertos referentes a exonerações; 14 acertos decorrentes de aposentadorias e 2 ressarcimentos referentes a servidores requisitados de outros órgãos;
3. Conversão de licença-prêmio em pecúnia - servidor ativo: conversão de 140 licenças-prêmio em pecúnia para Procuradores do Distrito Federal; e
4. Concessão de uma média mensal de 763 benefícios, perfazendo um montante anual de 9.156 benefícios, dentre eles: auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-creche.



8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50000,0	0,00	0	0
5343 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	50000,0	0,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	177250000,0	216824449,00	216517834,61	216346179,35
8766 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	177250000,0	216824449,00	216517834,61	216346179,35
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	4987289,0	5501129,00	5419045,06	5413321,62
9583 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	4987289,0	5501129,00	5419045,06	5413321,62
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	830000,0	1290000,00	1260813,12	1218759,91
9689 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	830000,0	1290000,00	1260813,12	1218759,91
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	183117289,00	223615578,00	223197692,79	222978260,88

Programações Orçamentárias Realizadas

Entre as ações realizadas no Programa de Gestão Para Resultados, podemos citar:

- Nomeação de 10 novos procuradores do Distrito Federal – Categoria I, para reposição do quadro de pessoal da PGDF;
- Nomeação de 10 novos servidores da Carreira de Apoio às atividades jurídicas para reposição do quadro de pessoal da PGDF. Destaca-se que alguns candidatos não tomaram posse e houve, ainda, exonerações a pedido de diversos servidores em razão de posse em outros cargos incompatíveis.

Programações Orçamentárias Não Executadas

Referente a Ação 2396 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas, é válido observar que a conservação das estruturas físicas do prédio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal é efetuada com recursos próprios do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Dessa forma, as realizações estão inseridas no Relatório de Gestão daquela unidade.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.



A Gestão da Procuradoria-Geral do Distrito Federal atuou no sentido de obter a aprovação e a publicação da Lei Complementar nº 1.043, de 13 de dezembro de 2024, que concretizou a reestruturação da tabela de vencimentos da Carreira de Apoio às Atividades Jurídicas, possibilitou o pagamento de auxílio-saúde, bem como o direito à licença-compensatória por atividades em serviços extraordinários, a qual poderá ser convertida em indenização, como forma de reconhecimento e valorização contínua dos servidores e procuradores desta Casa Jurídica.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES

1. Aprimoramento da atuação das instâncias de governança da PGDF

Em 12/05/2023, foram publicadas a Portaria PGDF nº 204, de 12 de maio de 2023, que instituiu o Sistema de Governança Pública da PGDF, a Portaria PGDF nº 205, de 12 de maio de 2023, que aprovou a Política de Governança de Projetos Estratégicos da PGDF, a Portaria PGDF nº 206, de 12 de maio de 2023, que aprovou a Política de Governança de Processos de Trabalho da PGDF; a Portaria PGDF nº 207, de 12 de maio de 2023, que aprovou a Política de Gestão de Riscos da PGDF; e a Portaria PGDF nº 208, 12 de maio de 2023, que instituiu o planejamento estratégico da PGDF.

Em 26/05/2023, foram publicadas a Portaria PGDF nº 233, de 23 de maio de 2023, que aprovou a Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (MGPE-PGDF); a Portaria PGDF nº 234, de 23 de maio de 2023, que aprovou a Sistemática para Mapeamento e Modelagem de Processos de Trabalho da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (SISTrab-PGDF) e a Portaria PGDF nº 235, de 23 de maio de 2023, que aprovou a Metodologia de Gestão de Riscos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (MGR PGDF). Essas portarias representam a integralização da base normativa do sistema de governança pública da PGDF.

Quanto à atuação das instâncias, o Conselho Interno de Governança Pública da Procuradoria Geral do Distrito Federal (CIG-PGDF) reuniu-se em cinco ocasiões entre 2023 e 2024, sendo duas Reuniões Ordinárias e, com esta, três Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE) (Publicações Procuradoria-Geral do Distrito Federal).

2. Elaboração e implementação da sistemática de mapeamento de processos de trabalho

A Sistemática para Mapeamento e Modelagem de Processos de Trabalho foi aprovada pela Portaria nº 234, de 2023. A metodologia encontra-se consolidada e está sendo aplicada pelo Núcleo de Processos de Trabalho (Nuprot), que até o momento mapeou dois processos da área finalística (CAVTJ - PROSEG e PROSAÚDE) e cinco processos da área de apoio.

Em outubro de 2024, foi aprovada a nova Cadeia de Valor – Procuradoria-Geral do Distrito Federal e o CIG-PGDF determinou ao Nuprot a apresentação de proposta de priorizações dos processos de trabalho que a compõem (Processo 00020-00060449/2024-38, Acórdão 155246048).

3. Instalação da Comissão de Ética da PGDF e estabelecimento das normas de funcionamento e dos fluxos de trabalho

O Regimento Interno da Comissão de Ética da PGDF foi publicado conforme a Portaria PGDF nº 650, de 18 de novembro de 2024.

4. Precatórios

O Plano Estratégico Institucional da PGDF - PEI-PGDF 2020-2025 estabelece o objetivo estratégico de "reduzir em 12% o acervo de Precatórios, anualmente – 20%". A meta de 2024 foi atingida.



2.1	2023	2024	2025
Planejado	12%	12%	12%
Executado	19,8%	20,53%	-

O Plano de Pagamento de Precatórios – 2024, encaminhado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) em conformidade com Emenda Constitucional nº 109, previa a quitação do montante de R\$ 598.265.967,81 ao longo de 2024. Esse valor foi integralmente quitado antes do final de 2024. Com isso, já se atingiu o percentual de 20,53% da dívida líquida de precatórios, que totaliza R\$ 2.912.815.422,89.

5. Recuperação de Crédito Tributário

O Plano Estratégico Institucional da PGDF - PEI-PGDF 2020-2025 estabelece o objetivo estratégico de "aumentar de 0,3% para 1% a taxa de recuperação dos valores inscritos em dívida ativa ajuizada". A Meta de 2024 foi atingida.

3.1	2023	2024	2025
Planejado	0,75%	0,75%	1%
Executado	0,96%	1,06%	-

6. Aumento da emissão de protestos de títulos da dívida ativa por mês

Em 2022, foram protestados 462.888 títulos, que equivaleram a R\$ 2.285.601.517,09. Com exceção dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, os demais superaram o montante de 15 mil emissões por mês. Em 2023, foram protestados 916.298 títulos, que equivaleram a R\$ 1.938.372.522,44. Com exceção dos meses de novembro e dezembro, os demais superaram o montante de 15 mil emissões por mês. Até outubro de 2024, foram protestados 815.033 títulos, que equivaleram a R\$ 3.812.937.882,23. Com exceção do mês de janeiro, os demais superaram o montante de 15 mil emissões por mês.

7. Implementação da política de desjudicialização

O Plano Estratégico Institucional da PGDF - PEI-PGDF 2020-2025 estabelece o objetivo estratégico de "reduzir em 30% o estoque de processos de execução fiscal". A Meta de 2024 foi atingida.

3.3	2023	2024	2025
Planejado	10%	20%	30%
Executado	35,27%	38,59%	-

Desde 2021, ocorreu desistência de mais de 100.000 execuções fiscais, reduzindo-se o estoque em 30%. Em que pese a meta inicial ter sido atingida, foi celebrado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Acordo de Cooperação Técnica nº 103/2024 para a extinção de execuções fiscais de valores da causa inferiores a R\$ 10.000,00. O estágio atual é de auditoria da lista de execuções fiscais, com entregas parciais, a cada vinte dias úteis. A previsão de finalização é no primeiro semestre de 2025.

8. Gestão estratégica da dívida ativa ajuizada: monitoramento de contribuintes

O Plano Estratégico Institucional da PGDF - PEI-PGDF 2020-2025 estabelece o objetivo estratégico de "aumentar para 10% o número de contribuintes monitorados dentro de um modelo de gestão estratégica da dívida ativa ajuizada". A meta de 2024 foi atingida.

3.4	2023	2024	2025
Planejado	3%	5%	10%
Executado	9,5%	9,5%	-

9. Criação da Agenda de Serviços ao Cidadão

A PGDF aderiu à plataforma Agenda DF, utilizada pelo GDF, para marcação de horário de atendimento presencial ao cidadão, não sendo necessário o desenvolvimento interno da solução.

Foram disponibilizados treze tipos de serviços a serem prestados mediante agendamento prévio para atendimento, por quatro setores diferentes da PGDF:

1. Regularização de débitos inscritos em Dívida Ativa;



2. Regularização de Débitos Administrativos Protestados (não e/ou tributários) Negativados;
3. Regularização de Débitos Judiciais e/ou Honorários de Sucumbência;
4. Outras atividades de regularização;
5. Emissão de Certidão de Titularidade de Precatórios;
6. Registro de Escritura Pública de Cessão de Precatório;
7. Emissão de certidão de "objeto e pé" de processo de compensação com precatório;
8. Informações sobre Processos de Precatórios e/ou Requisições de Pequeno Valor;
9. Informações sobre Processos de Compensação com Precatórios;
10. Pesquisa de legislação e atos normativos do Distrito Federal;
11. Pesquisa de Pareceres da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
12. Pesquisa de Doutrina Jurídica; e
13. Atendimento de Ouvidoria.

10. Implantação do novo sistema de processo eletrônico - SPA

Execução do projeto conforme cronograma do Termo de Referência:

Grandes Entregas	Representação	Execução	% de execução projeto
1) Licença de uso perpétua	5%	100%	5%
2) Dimensionamento e instalação	5%	100%	5%
3) Integrações iniciais	5%	100%	5%
4) Implantação - PGFAZ	30%	70%	21%
5) Implantação - PGCONT, GABINETE, PROSUP, PRODEC	30%	70%	21%
6) Implantação - PGCONS	25%	0%	0%
Total	100%	57%	57%

11. Projeto OSIRIS

O projeto OSIRIS é um projeto de pesquisa e desenvolvimento que ainda não entrou em operação. Conforme a Carteira de Projetos da PGDF são consideradas grandes entregas do OSIRIS:

1. Programa computacional que aplique métodos de aprendizado de máquina, incluindo aprendizado estruturado profundo (PGDF e TDJFT);
2. Transferência de conhecimento aos servidores públicos da PGDF;
3. Treinamento para a gestão da ferramenta desenvolvida; e
4. Plano de Suste da solução.

O Plano Estratégico Institucional da PGDF - PEI-PGDF 2020-2025 estabelece o objetivo estratégico de "receber as entregas do projeto OSIRIS até junho de 2025".

4.4	2023	2024	2025
Planejado	0%	0%	100%
Executado	-	71%	-

Em 24/06/2024, a equipe de pesquisa e desenvolvimento do projeto OSIRIS (AI Lab e Dr. IA - UnB) noticiou mudança na arquitetura da pesquisa, que passou a utilizar modelo massivo de linguagem (LLM) como agente para indicar o ato associado à movimentação processual da execução fiscal. A metodologia aplicada, até então, era a de classificador supervisionado. A alteração da arquitetura do OSIRIS foi oficialmente apresentada ao TJDF em 19/09/2024. A transferência de tecnologia para os servidores da PGDF e do TJDF iniciou-se em 30/09/2024 e foi concluída em 06/11/2024. O OSIRIS está sendo exercitado (testado) pela PGDF com o apoio da equipe de pesquisa.

Após a nova arquitetura, foram realizados dois exercícios (testes), cujos relatórios de resultados e feedback estão em fase de elaboração pela PGDF (Processo SEI 00020-00007701/2024-81). O Termo de Outorga e Aceitação (TOA) nº 499, de 2021, foi objeto de prorrogação (SEI 00020-00059914/2024-98), com previsão de conclusão em 30 de junho de 2025.

12. Redução do absenteísmo



O Plano Estratégico Institucional da PGDF - PEI-PGDF 2020-2025 estabelece o objetivo estratégico de "reduzir em 15% o índice de absenteísmo na PGDF". A Meta de 2024 foi atingida.

5.2	2023	2024	2025
Planejado	10,03	9,8	9,2
Executado	9,15	5,6	-

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Na análise das realizações da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), algumas dificuldades e desafios podem ser destacados:

1. Implementação e Adaptação a Novas Políticas: a introdução de novas políticas e sistemas de governança pode enfrentar resistência interna, exigindo tempo e recursos significativos para a capacitação dos servidores e a adaptação dos processos existentes;
2. Complexidade dos Processos Jurídicos: a gestão de precatórios e a recuperação de créditos tributários envolvem processos complexos que demandam coordenação eficiente entre diversas unidades e órgãos externos;
3. Desjudicialização e Redução de Estoques Processuais: a meta de reduzir o estoque de processos judiciais, embora atingida, requer um esforço contínuo e a implementação de práticas inovadoras para manter a eficácia a longo prazo;
4. Integração Tecnológica: embora projetos como o OSIRIS estejam em andamento, a integração de novas tecnologias pode ser desafiadora, exigindo ajustes na infraestrutura existente e treinamento especializado para o manejo das novas ferramentas;
5. Gestão de Mudanças: a implementação de novos sistemas e práticas, como o sistema de processo eletrônico (SPA), exige uma gestão eficaz das mudanças para garantir que todos os envolvidos estejam alinhados com os novos procedimentos; e
6. Força de Trabalho Limitada: alterações na priorização de projetos e a diminuição da força de trabalho, como observado no projeto Contribuinte Legal, podem atrasar implementações e afetar a entrega de serviços planejados.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Com base nas dificuldades enfrentadas e nas ações realizadas em 2024, as perspectivas para 2025 podem incluir várias estratégias e objetivos para continuar avançando e superando desafios.

1. **Continuidade na Modernização Tecnológica:** com projetos como o OSIRIS em andamento, 2025 pode focar na conclusão e integração total dessas tecnologias, melhorando a eficiência processual e a capacidade de resposta jurídica. A implementação do sistema de processo eletrônico (SPA) também deverá ser finalizada, garantindo que todos os processos sejam digitalizados e acessíveis.
2. **Fortalecimento da Gestão de Mudanças:** para lidar com as resistências internas e a adaptação a novos sistemas e políticas, a PGDF intenta intensificar seus esforços em gestão de mudanças. Isso pode incluir programas de treinamento mais robustos e comunicação interna eficaz para alinhar todos os envolvidos às novas diretrizes.
3. **Otimização de Recursos Humanos:** diante das limitações de pessoal, a PGDF pode buscar otimizar seus recursos humanos por meio de automação de tarefas repetitivas e foco em capacitação contínua.
4. **Expansão das Iniciativas de Desjudicialização:** continuar a reduzir o estoque de processos judiciais será crucial. A PGDF pode explorar novas parcerias e acordos de cooperação, como o celebrado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para expandir as estratégias de desjudicialização e melhorar a efetividade dessas iniciativas.
5. **Aprimoramento da Gestão de Precatórios e Créditos Tributários:** manter o foco na eficiência da gestão de precatórios e recuperação de créditos tributários será importante. Isso pode incluir o desenvolvimento de novas ferramentas analíticas com priorização de ações mais eficazes na recuperação de ativos.



12901 - FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PRÓ-JURÍDICO, desenvolvido e coordenado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 2.605 de 18 de outubro de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 21.624 de 20 de outubro de 2000, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual e material que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública.

Objetivos:

- Aparelhamento das instalações da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- Aquisição de bens e serviços;
- Qualificação profissional de seus integrantes;
- Apoio aos setores jurídicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal; e
- Realização de outras atividades relacionadas ao bom exercício da advocacia pública.

Constituem recursos financeiros do Fundo PRÓ-JURÍDICO as seguintes receitas:

1. os honorários advocatícios arbitrados em favor do Distrito Federal, em face da aplicação do princípio da sucumbência;
2. os honorários de sucumbência deferidos a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, quando essas entidades forem representadas por Procurador do Distrito Federal;
3. os honorários decorrentes de acordos extrajudiciais celebrados pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
4. os encargos de que trata o art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 4, de 30 de abril de 1994, em relação aos créditos cobrados em procedimento extrajudicial e judicial, observados os percentuais previstos no § 2º do mesmo artigo;
5. as contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
6. as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, além de outros recursos;
7. os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
8. os valores advindos da aplicação dos recursos do Fundo do Pró-Jurídico, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;
9. as contribuições, as subvenções e outros valores destinados a propiciar a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública; e
10. outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

O Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal não possui quadro próprio de servidores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400000,0	800491,0	132899,34	132899,34
0007 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	400000,0	800491,0	132899,34	132899,34
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	400000,00	800491,00	132899,34	132899,34

Programação Orçamentária Realizada

Sem informações.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2484 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	20000000,0	40000000,0	17000000,00	15968883,09
0001 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-PRÓ-JURÍDICO-DISTRITO FEDERAL	20000000,0	40000000,0	17000000,00	15968883,09
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	100000,0	178550,0	38664,0	34552,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

5929 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-PRÓ-JURÍDICO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	178550,0	38664,0	34552,0
4090 - APOIO A EVENTOS	40000,0	40000,0	0	0
5921 - APOIO A EVENTOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	40000,0	40000,0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	2734221,0	25347221,0	924591,50	798646,65
0007 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-PRÓ-JURÍDICO-DISTRITO FEDERAL	2734221,0	25347221,0	924591,50	798646,65
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4500000,0	32500000,0	1157428,37	1131103,76
0034 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-PLANO PILOTO .	4500000,0	32500000,0	1157428,37	1131103,76
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4800000,0	30540000,0	5960677,67	4857479,26
0019 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-PRÓ-JURÍDICO-DISTRITO FEDERAL	4800000,0	30540000,0	5960677,67	4857479,26
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	2000000,0	4000000,0	2193220,00	1970861,74
0018 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO--DISTRITO FEDERAL	2000000,0	4000000,0	2193220,00	1970861,74
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	872759,0	1872759,00	1199384,91	1199384,91
0069 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	872759,0	1872759,00	1199384,91	1199384,91
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	11300000,0	28525000,0	2386941,31	1900943,19
9768 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-PLANO PILOTO .	11300000,0	28525000,0	2386941,31	1900943,19
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2000000,0	6785000,0	0	0
9712 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-PLANO PILOTO .	2000000,0	6785000,0	0	0
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	48346980,00	169788530,00	30860907,76	27861854,60



Programação Orçamentária Realizada

Durante o exercício de 2024, foram custeadas, por meio de ressarcimento aos servidores, 27 bolsas de estudos, referentes à cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Foram promovidos 23 cursos de capacitação para os servidores, incluindo palestras, oficinas, cursos de curta duração, seminários, congressos, dentre outros, os quais permitiram a capacitação e a atualização de aproximadamente 400 servidores desta Casa Jurídica. Com destaque para o 50º Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, o Curso de Redação Jurídica e a Oficina CHATGPT para Advocacia, os quais, em conjunto, capacitaram cerca de 146 servidores.

O programa de bolsa de estágio de nível médio, superior e pós-graduação contratou 333 bolsas de estágio, com uma média mensal de 186 estagiários ativos, correspondendo ao pagamento de 2.232 bolsas ao longo do ano.

Pagamento de honorários advocatícios aos Procuradores do Distrito Federal, conforme a Lei nº 5.369 de 09 de julho de 2014, com uma média mensal de 396 favorecidos, totalizando 4.753 pagamentos realizados no ano.

Nas áreas de Gestão e Tecnologia da Informação e Licitações e Contratos, foram mantidos os contratos em andamento, bem como realizadas novas contratações, dentre elas:

- Renovação - Plataforma low code Outsystem;
- Renovação - Outsourcing de impressão;
- Aquisição de acesso permanente a 13 Bibliotecas Digitais Fórum de Direito;
- Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em 3 elevadores;
- Prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas;
- Fornecimento de água potável;
- Fornecimento e entrega de periódicos (jornais e revistas);
- Fornecimento e instalação de persianas/cortina;
- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro;
- Prestação de serviço de locação de containers;
- Contratação de assinatura de 50 acessos simultâneos da Biblioteca Digital de Livros da Editora Revista dos Tribunais – Biblioteca Digital Proview;
- Contratação de ferramenta de pesquisa e comparação de preços;
- Contratação de terceirizados Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF;
- Convênio com a Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Assefaz;
- Assinatura da Plataforma Digital de Livros Minha Biblioteca;
- Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de suporte técnico prevendo manutenção preventiva, evolutiva e corretiva para servidores (hosts) de rede e para a biblioteca de fitas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, incluindo a substituição e o fornecimento de peças para esses equipamentos e seus componentes;
- Aquisição de 33 notebooks, com licenças de uso do sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro (OEM), incluindo serviços de assistência técnica e garantia on-site de 60 meses; e
- Contratação de empresa visando à execução continuada de serviços especializados para o sistema integrado de gestão de processos jurídicos, denominado Sistema de Automação da Justiça – SAJ, incluindo suporte técnico, atualização e personalização evolutiva da solução.

Programações Orçamentárias Não Executadas

Subtítulo 5921 - Apoio a Eventos: durante o exercício de 2024, o próprio Fundo da Procuradoria organizou e realizou seus eventos. Portanto, não houve necessidade de realização de eventos em conjunto com outros órgãos, que ensejaram necessidade de execução orçamentária na unidade.

Subtítulo 9712 - Reforma de Prédios e Próprios: durante o ano foram realizadas pequenas reformas por meio de parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP e Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, os quais cederam os meios necessários à execução dos serviços. Desta forma, não foi registrada execução nesta unidade.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Celebração do Contrato de Empreitada de Obra de Engenharia – D.E Nº 068/2024 – DJ/NOVACAP para retomada, em abril de 2024, da construção do novo Edifício Sede da PGDF, localizado no Setor de Administração Municipal, SAM-Projeção I, em Brasília/DF. A previsão de encerramento é 2025, conforme cronograma físico-financeiro.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Análise das realizações

A Administração da PGDF, em consonância com o Plano Estratégico PGDF 2020-2025, está plenamente ciente de que a melhoria da prestação dos serviços está diretamente ligada à constante evolução do seu parque tecnológico, bem como à adoção de novas tecnologias e à oferta de serviços por meio virtual. Nesse sentido, há contínuo investimento de recursos do Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal na área de TI, em busca de parcerias e fontes de recursos alternativas para atendimento das necessidades de evolução.

Como ações de modernização realizadas por esta Procuradoria nos anos anteriores e que tiveram continuidade em 2024, pode-se citar:

- Projeto Osíris: projeto de pesquisa executado pela UnB e FAPDF para desenvolvimento de uma API de Inteligência Artificial que torne automáticas ações adotadas no processo de Execução Fiscal do DF. Ações concluídas: Desenvolvimento API Osíris Endereços e Desenvolvimento API Consulta Bens;
- Projeto Contribuinte Legal: solução para consulta, parcelamento e pagamento de débitos; canal de comunicação entre governo e cidadão;
- Implantação Sistema de Processos Automatizados - SPA em substituição ao Sistema de Automação Judicial - SAJ;
- Pessoal - SP 2.0: solução para atender o registro funcional dos servidores da PGDF pela DIGEP: Manutenções evolutivas em andamento;
- Honorários: solução para consulta e alteração de critérios de distribuição dos honorários sucumbenciais;
- Contribuinte Legal: solução para consulta, parcelamento e pagamento de débitos; canal de comunicação entre governo e cidadão;
- E-cartas: integração com os serviços dos Correios e automatização do trabalho de envio de correspondência de débitos administrativos realizado pela SUOP/PGDF;
- Portal de soluções: solução para autenticação de usuário que viabiliza o acesso aos sistemas da PGDF por servidores ou cidadãos, mediante uma única credencial, contribuindo para o reforço da segurança e administração das aplicações;
- Consulta Protestos: solução de consulta pública, onde o cidadão, ao receber uma comunicação de protesto, pode obter a informação da natureza do débito e as instruções do que se deve fazer; e
- Busca de endereços: solução para disponibilizar dados de contatos pessoais, como endereço e e-mail, permitindo a extração de relatórios padronizados para inclusão em processos judiciais e outras demandas corporativas.

Perspectivas para o próximo exercício

Previsão de conclusão da construção do novo Edifício Sede da PGDF, localizado no Setor de Administração Municipal, SAM-Projeção I, em Brasília/DF;

No que diz respeito às perspectivas na área de Tecnologia da Informação para o ano de 2025, destacam-se as seguintes:



- Conclusão do Projeto Osiris (projeto de pesquisa executado pela UnB e FAPDF para desenvolvimento de uma API de Inteligência Artificial que torne automáticas ações adotadas no processo de Execução Fiscal do DF);
- Implantação da Solução de Automação de Processo Eletrônico Judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF;
- Contratação de Fábrica de software, Softwares Microsoft, Outsourcing de impressão, Data Center, Firewall, Backup, Garantia storage;
- Webservice/API de Integração PJE/SITAF: solução de integração para disponibilizar os dados de dívida ativa do SITAF no PJe (em andamento);
- Sistema Precatório Rápido: solução para cadastro e participação em acordo direto de precatório que permite agilizar e automatizar os processos de gestão de precatórios na PGDF (em andamento);
- Pareceres: solução para indexação da base de pareceres jurídicos e pesquisa do inteiro teor, fluxo de tratamento de dados sigilosos e pesquisa interativa de pareceres em linguagem natural (prompt) (em andamento);
- Cálculos: solução para realização de cálculos judiciais, notadamente aplicação de índices de correção e fornecimento de memória de cálculo (em andamento);
- Desajuizamento: solução que permite à área fiscal a análise e elaboração de parecer de aptidão para desajuizamento; auditoria das alterações de situação financeira da CDA, evitando que eventuais inconsistências na mensageria gerem custos futuros. Durante o próximo ano espera-se evoluir a usabilidade do sistema para contribuir na redução de erros humanos na análise dos critérios processuais e evoluir nas integrações utilizadas na aplicação para aprimorar o monitoramento e auditoria da operação de desajuizamento;
- Jurimetria: acompanhamento das atuações junto ao poder judiciário (em andamento);
- Concessão de Abono de Permanência e Previsão de Aposentadoria (entrega da primeira versão - em evolução); e
- PDTI/Contratações (entrega da primeira versão - em evolução).

Com a base normativa de governança já estabelecida, 2025 pode ser o ano para focar na implementação total de projetos que visem a melhoria dos serviços prestados. O estabelecimento de cultura organizacional que valorize o uso responsável da Inteligência Artificial será um ponto de atenção para 2025. Isso incluirá a capacitação contínua de servidores e procuradores para que compreendam não apenas as funcionalidades das ferramentas de IA, mas também suas implicações éticas e legais.

Dificuldades Encontradas

Para implementação da melhoria na prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Modernização, é necessário o aumento do quadro de servidores na área técnica de TI em conjunto com a contratação de fábrica de software prevista para 2025, possibilitando assim a execução do PDTI e criação de soluções ágeis.



14101 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI/DF, órgão de direção superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, nos termos da Portaria nº 908, de 18 de novembro de 2024, tem atuação nas seguintes áreas:

- I - agricultura, pecuária, aquicultura e agroindustrialização;
- II - produção e fomento agropecuário;
- III - política agrícola, abastecimento e planejamento agropecuário;
- IV - defesa sanitária animal e vegetal;
- V - fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias;
- VI - inspeção de produtos de origem animal e vegetal;
- VII - fiscalização fundiária e administração de terras públicas rurais;
- VIII - proteção, conservação e manejo do solo e água, voltado ao processo produtivo agropecuário; e
- IX - assistência técnica e extensão rural.

Missão

Promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária do Distrito Federal e contribuir para a garantia da segurança alimentar de sua população.

Visão

Ser nacionalmente reconhecida, até 2031, pela excelência dos resultados no desenvolvimento sustentável da agropecuária e na segurança alimentar e pela crescente relevância na economia do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	26	52	89	141	308
Comissionados sem vínculo efetivo	14	18	0	0	32
Requisitados de órgãos do GDF	5	7	0	1	13
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	1	3
Estagiários	0	0	28	23	51
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	20	0	20
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	47	77	137	166	427



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	40	0	40
Total Geral	47	77	97	166	387

Embora ainda configure um cenário reduzido do quadro de servidores, no ano de 2024, foram nomeados servidores aprovados no último concurso público da Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária. Em 2025 segue a expectativa de novas convocações.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	2500000,0	2500000,00	2493433,34	2493433,34
0014 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	2500000,0	2500000,00	2493433,34	2493433,34
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	2750000,0	2750000,00	2749999,66	2391328,43
0031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	2750000,0	2750000,00	2749999,66	2391328,43
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30000,0	30000,00	0	0
0024 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	0	0
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	2500000,0	0,00	0	0
0039 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO--DISTRITO FEDERAL	2500000,0	0,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	7780000,00	5280000,00	5243433,00	4884761,77

Programação Orçamentária Realizada

Como demonstra o quadro acima, as despesas autorizadas para pagamentos dos servidores, ativos e inativos, foram realizadas pela unidade conforme as demandas existentes.

Programação Orçamentária não Executada



PT 28.846.0001.9093.0024 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - Distrito Federal - Não houve ocorrência de fatos geradores que resultassem em necessidade de ressarcimentos, indenizações e restituições; e

PT 28.846.0001.9127.0039 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia - Servidor Ativo - Distrito Federal - Cancelamento do orçamento com base em estudos técnicos na SEEC. Os recursos disponíveis não seriam suficientes para atender todos os órgãos do Poder Executivo.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	130000,0	2221371,00	836858,62	836858,62
0002 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA--DISTRITO FEDERAL	130000,0	2221371,00	836858,62	836858,62
4022 - FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, VEGETAIS E PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	1925000,0	693399,00	294044,14	294044,14
0001 - FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, VEGETAIS E PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL--DISTRITO FEDERAL	425000,0	193399,00	170281,18	170281,18
0005 - FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, VEGETAIS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL	1500000,0	500000,0	123762,96	123762,96
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	200000,0	200000,00	199995,9	199995,9
0002 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA-FOMENTO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULN. SOC-DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,00	199995,9	199995,9
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	16000,0	0,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	16000,0	0,00	0	0
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	25000,0	10738250,00	831211,65	768433,05
0007 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO--DISTRITO FEDERAL	25000,0	9908438,00	1400,0	1400,0
0013 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO-CONSTRUÇÃO GALPÃO COMERCIAL DA AGRICULTURA FAMILIA - EMPÓRIO RURAL DO COLORADO.-DISTRITO FEDERAL	0	829812,0	829811,65	767033,05
3724 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL	25000,0	3475245,00	1009509,77	1009509,77



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0006 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL--DISTRITO FEDERAL	25000,0	3475245,00	1009509,77	1009509,77
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	150000,0	196227,00	38218,26	38218,26
0004 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS--DISTRITO FEDERAL	150000,0	196227,00	38218,26	38218,26
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	50000,0	5055565,00	1606284,68	1606284,68
0001 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR - APOIO A PROJETOS DE INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR - DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	0	0
0005 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR--DISTRITO FEDERAL	25000,0	3997888,00	1003556,84	1003556,84
0007 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-ENTREGA DE SEMENTES, MUDAS E ADUBOS A AGRICULTORES FAMILIARES-DISTRITO FEDERAL	25000,0	807677,00	602727,84	602727,84
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1020000,0	17272148,00	2504046,13	2504046,13
0041 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS--DISTRITO FEDERAL	20000,0	17247148,00	2504046,13	2504046,13
0090 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EMM PROL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	25000,0	0	0
9666 - Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Agricultura do DF	1000000,0	0,0	0	0
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	25000,0	4285,00	0	0
0002 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS--DISTRITO FEDERAL	25000,0	4285,00	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	20000,0	5400,00	1678,49	1678,49
0008 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO--DISTRITO FEDERAL	20000,0	5400,00	1678,49	1678,49
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	3520000,0	6792995,77	6721177,79	6454982,84
0412 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO A EVENTOS NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	730000,0	669967,16	403772,21
0028 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRO A ENTIDADES-PARQUE DA GRANJA DO TORTO-DISTRITO FEDERAL	220000,0	0,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0290 - APOIO À PROJETOS DE FOMENTO AO AGRONEGÓCIO	2000000,0	5199395,77	5187610,63	5187610,63
0291 - APOIO À GESTÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS GRANJA DO TORTO	1000000,0	663600,0	663600,00	663600,00
0292 - Transferência de recursos a projetos	300000,0	0,0	0	0
0396 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO À PROJETOS DE FOMENTO AO AGRONEGÓCIO NO-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS	20000,0	0,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS--DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,00	0	0
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	120000,0	1434244,00	23784,44	23784,44
0002 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL--DISTRITO FEDERAL	120000,0	1434244,00	23784,44	23784,44
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	7246000,00	48089129,77	14066809,87	13737836,32

O Programa Agronegócio e Desenvolvimento Rural tem por objetivo desenvolver ações no âmbito rural com a finalidade de fortalecer a produção agropecuária, a comercialização, o abastecimento e o uso sustentável de recursos naturais. Desta forma, faz-se necessário apoiar o produtor rural, garantir a oferta de alimentos seguros, promover a defesa agropecuária, valorizar a assistência técnica e a extensão rural e consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor à produção e à comercialização no Distrito Federal e RIDE.

O programa visa também ampliar o acesso ao crédito rural, bem como fornecer a infraestrutura necessária para o desenvolvimento rural por intermédio do fortalecimento da agricultura familiar. Será desenvolvido pelo Sistema Público de Agricultura (SEAGRI, EMATER e CEASA).

A Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal contribui com quatro Objetivos quanto ao Programa de Agronegócio e Desenvolvimento Rural, quais sejam:

OBJETIVO: 0247 - INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL: Apoio à produção agropecuária e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, bem como promover a integração entre área urbana e rural. Público beneficiário: Produtores rurais e população em geral.

OBJETIVO: 0250 - FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO: Consolidar as cadeias produtivas rurais, por intermédio das políticas públicas incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos agroindustriais, parcerias, agregação de valor e comercialização dos produtos no Distrito Federal, além da geração de emprego e renda. Público Beneficiário: Produtor rural e consumidores em geral.

OBJETIVO: 0251 - DEFESA AGROPECUÁRIA: Este objetivo contribui e promove a saúde animal e a sanidade vegetal, a segurança pública quando aos processos de produção dos alimentos, controle de pragas e doenças no campo, fiscalizar, inspecionar a qualidade



sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, o transporte adequado de animais, vegetais e seus produtos, e a conformidade do comércio e uso de insumos agropecuários. O Objetivo reflete diretamente no desenvolvimento socioeconômico no âmbito do Distrito Federal e Entorno.

Público Beneficiário: Produtor rural, empresas e consumidores em geral.

OBJETIVO: O396 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL: Fortalecer as cadeias produtivas da agricultura familiar através de incentivos desde a produção à comercialização de seus produtos. Busca-se geração de renda, desenvolvimento socioeconômico rural e contribuição para segurança alimentar da população do Distrito Federal. Público beneficiário: Produtores da agricultura familiar e população em geral.

Programação Orçamentária Realizada

Quanto ao Objetivo O247, que se refere à Infraestrutura e Desenvolvimento Rural, em 2024 foram realizados, com êxito, serviços de construção, recuperação e manutenção de estradas rurais (não pavimentadas), do Distrito Federal. Essas atividades dividiram-se em duas ações:

- Estradas rurais (não pavimentadas) de uso coletivo, totalizando 1802 km recuperados e mantidos no exercício de 2024. Esta atividade operacional superou a meta prevista para 2024, assim como de anos anteriores, em 175,6%. Este resultado positivo deve-se a melhor gestão da equipe e aquisição de novos maquinários;
- Estradas rurais internas das propriedades rurais (pelo Programa Porteira para Dentro), em apoio ao produtor quanto a sustentabilidade das atividades agropecuárias desenvolvidas, totalizando 232 km. Também foi uma ação que superou a meta prevista em 54,67%. Além da manutenção das estradas, foi realizado pelo Programa Porteira para Dentro a construção de 277 bolsões, 225 peitos de pombo, 750 horas de retroescavadeira e 718 horas de motoniveladora. Destaca-se que essa ação é contínua.

Os impactos gerados com as ações de recuperação e manutenção de estradas rurais permite qualidade de vida aos usuários, com boa trafegabilidade até suas propriedades, melhorias no acesso às escolas e aos postos de saúde das áreas rurais, logística de insumos básicos para produção agropecuária (sementes, corretivos, fertilizantes, ração), escoamento da produção, redução de perdas no transporte e maior qualidade do produto. Além disso, melhora o acesso à segurança pública, saúde e qualidade de vida para os produtores e seus familiares que permanecem no campo produzindo alimento e garantindo a segurança alimentar para a população do Distrito Federal. Sem dúvidas, a eficiência dessa política pública contribui e continuará contribuindo com a promoção da segurança social e desenvolvimento rural do Distrito Federal.



Figura 1. Atuação da Seagri-DF na infraestrutura das áreas rurais - manutenção de estradas rurais não pavimentadas

O Porteira para Dentro é um programa regulamentado pela Portaria nº 22, de 11 de junho de 2018, gerido pela Secretaria de Agricultura, e que atende exclusivamente demandas de produtores rurais que precisam realizar ou manter obras de conservação dos recursos hídricos



e solo nas suas propriedades. As obras atendidas pelo Porteira para Dentro consiste em construção de bacias de captação de águas, estradas internas nas propriedades, peito-de-pombo, canais de águas fluviais e manutenções. Essas iniciativas supracitadas promovem melhorias nos atributos dos solos (físicos, químicos e biológicos) como maior capacidade de infiltração de água, construção do perfil do solo, e com isso maior produtividade nas propriedades rurais do Distrito Federal.

Outra ação importante da Secretaria de Agricultura, quanto a infraestrutura, é a construção de galpões e empórios comunitários, em atendimento a demandas dos produtores rurais. Em 2024, foi entregue a obra do Empório do Colorado, no valor de R\$ 767.033,05, destravada, executada e concluída no ano em exercício. Destaca-se que o valor contratado foi inferior ao orçamentário disponível.



Figura 2. Obra concluída e entregue do Empório do Colorado

Os empórios são mais um canal de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, dos pequenos e médios agricultores, de forma menos burocrática e eficiente na oferta de alimentos e, ao mesmo tempo, promovendo a segurança alimentar. Nessa perspectiva, vale destacar que muitos destes produtores encontram-se na lista de espera, há anos, para serem contemplados com um espaço para comercializar seus produtos na CEASA, situação esta que será amenizada com a construção de galpões e empórios locais.

Além disso, incentiva a atividade e permanência do homem no campo, com dignidade, minimizando o "inchaço" demográfico urbano. Por fim, a construção destes galpões se faz importante para o desenvolvimento rural regional, pois faz apoio direto aos agricultores na comercialização de seus produtos nas Regiões Administrativas mais distantes dos principais centros de comercialização, garantindo abastecimento de alimentos em quantidade e qualidade para a população.

Na Ação 3534 - Construção de Galpão cujo objeto é o galpão do produtor do Paranoá foi autorizado R\$ 9.908.438,00, com valor de empenho (R\$ 1.400,00) e liquidação (R\$ 1.400,00) referente à contrapartida de celebração do convênio. Salienta-se que a ação encontra-se em fase de atendimento de condição suspensiva.

Outra importante iniciativa em 2024, foi a manutenção e tubulação de canais de irrigação, pois com tubos de PEAD, as perdas de água são eliminadas, reduzindo os conflitos entre os usuários e promovendo o uso racional da água na agricultura. Foram feitas intervenções com tubulação em 6 canais de irrigação, foram eles: Lagoinha, Rodeador, Capão Comprido, Canal Extrema, Monjolo e Jardim II, totalizando cerca de 10,7 km de tubulações instaladas. Com essas ações, cerca de 204 propriedades foram diretamente beneficiadas. Destacamos que



esta atividade encontra-se em andamento, e até 2027, a Secretaria de Agricultura irá entregar 100 km de canais de irrigação revitalizados.

Localidade Rural	Canal tubulado (km)	Região
Lagoinha	1,2	Planaltina
Rodeador	3,0	Brazlândia
Capão Comprido	0,3	Paranoá
Ch 09 - Rio Preto	0,9	Rio Preto
Monjolo	3,5	Planaltina
Jardim II	1,8	Paranoá
Total	10,7	



Figura 3. Tubos de PEAD utilizados para tubulação de canais de irrigação

A água é um dos insumos básicos para garantir a continuidade das atividades produtivas do setor agropecuário. No Distrito Federal os canais de irrigação foram construídos a céu aberto, tipo de canal que já configurava perdas de aproximadamente 50% do volume dimensionado.

Em continuação, outras iniciativas estão vinculadas a este objetivo, como a implantação do Plano de Inteligência Agropecuária, sendo realizada algumas ações importantes em 2024 que correspondem a 30% da meta estabelecida para o período de 2024-2027, as quais elencamos:

- Publicação da Portaria conjunta nº 01 de 29 de janeiro de 2024 SEAGRI, EMATER e CEASA, no DODF nº 32, pág. 54, 16/02/2024, a qual constitui Grupo de Trabalho para implementação da Plataforma do Observatório do Agronegócio e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (ObservAgro DF);
- Realização de levantamentos geoespacializados sobre suinocultura e vinicultura no DF;
- Mapeamento das Declarações de Conformidade Agropecuária - DCAA's emitidas;
- Ações voltadas à implementação do endereçamento rural digital, relativas ao mapeamento de vias de acesso coletivo (vias rurais) mantidas pela Seagri; bem como parcerias da Seagri-DF para implementação de Solução tecnológica de endereçamento rural;
- Montagem de banco de informações georreferenciadas de fiscalização de áreas públicas rurais (Registro do relacionamento de processos de fiscalização e de pedidos de informações de outros órgãos com as áreas cadastradas na base de dados da SEAGRI, administrada pela equipe da Gerência de Geoprocessamento e Fiscalização Fundiária;
- Celebração de acordo de cooperação técnica com o IPEDF, publicado no DODF nº 233, pág. 58, de 06/12/2024;
- Adesão da SEAGRI à Rede Brasil M.A.I.S, com contrapartida de compartilhamento de dados.

Ainda quanto às ações voltadas à implementação do Plano de Inteligência Agropecuária, especificamente destaca-se a realização das atividades: Mapeamento de vias de acesso coletivo (vias rurais); Coleta e geolocalização de dados de projetos ativos financiados pelo FDR; Coleta e geolocalização dos produtores de Asininos, Muers, Bubalinos, Caprinos, Ovinos, suínos, Bovinos, Equinos, Aves (em geral), Abelhas, Peixes; Coleta e geolocalização dos produtores de uva do DF; Coleta de informações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Distrito Federal e do PAPA/DF; Vistorias in loco para regularização fundiária em área pertencente ao patrimônio do GDF; Atendimento ao público quanto à regularização fundiária do Distrito Federal; Cobrança de retribuição anual nas áreas rurais do Distrito Federal.



No que consiste à Ação 2620 - Fomento às Atividades Rurais do Distrito Federal, visando o fortalecimento das cadeias produtivas do agronegócio, no exercício do ano de 2024 foram trabalhadas 4 cadeias produtivas do setor agropecuário, sendo elas:

- Aquicultura/Piscicultura – venda de 180.800 (falta dezembro) alevinos a pequenos produtores assistidos pela Emater-DF; convém ressaltar a atribuição de condução do secretariado da Cadeia Setorial da Aquicultura [C-AQUA] (até setembro/2025);
- Apicultura e Meliponicultura – Criação da Câmara Setorial da Apicultura e Meliponicultura com instalação prevista para fim de janeiro/2025;
- Frutas - Criação da Câmara Setorial das Frutas com instalação prevista para fevereiro/2025; Berry Day em 03/09/2024;
- Leite - Reativação da Câmara Setorial do Leite com instalação prevista para fevereiro/2025.

No esforço para fortalecer a cadeia de piscicultura, foram realizadas reuniões da Câmara Setorial de Aquicultura (C-AQUA), com objetivo principal de ampliar a participação dos produtores do DF, de forma a garantir que as políticas públicas atendam às necessidades do setor. Identificou-se a necessidade de maior engajamento dos produtores, especialmente no que tange à formação de associações e cooperativas, o que ajudaria a reduzir custos e permitiria a regularização do comércio de pescado. Nesse contexto, foi apresentada aos membros da C-AQUA a possibilidade de fornecer filés de tilápia ao Governo por meio das compras institucionais, com a previsão de aquisição de 700.000 toneladas de filés de peixe para atender ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2025.

Atualmente, a maioria dos produtores inicia sua atividade de piscicultura com apoio técnico da EMATER e do SENAR, adquirindo os alevinos por meio do Programa Alevinar. No ano de 2024, foram produzidos 205.950 alevinos, dos quais 195.700 foram comercializados e 10.250 foram doados, beneficiando 68 produtores nas instalações da Granja Modelo do Ipê. Não houve publicação de normativas para cultivo de pescado e a doação de pescado a entidades carentes e população em situação de vulnerabilidade social não foram realizadas em 2024. As doações foram limitadas a alevinos de descarte, destinados ao Zoológico de Brasília, já que os peixes adultos são utilizados como reprodutores e só serão doados ao fim de sua vida reprodutiva.

No setor de apicultura e meliponicultura, foi realizada uma reunião com os produtores, que manifestaram interesse na criação da Câmara Setorial da Apicultura e Meliponicultura do DF (C-APIMEL/DF). No setor apícola, duas cooperativas já foram formadas para o beneficiamento do mel, com estruturação no Palácio do Mel, no Parque Granja do Torto, e na Fercal, onde contêineres foram doados pela CODEVASF.

No que tange à Fruticultura, destaca-se as ações relativas à criação da Câmara Setorial de Fruticultura do Distrito Federal - CSF/DF, bem como a execução do Berry Day em 3 de setembro de 2024, oportunidade em que foi promovido um dia para discussão do cultivo de frutas vermelhas dentro da Expoabra. O evento contou com a participação de 150 inscritos, com palestrantes pesquisadores e relato de produtores e empresários que atuam no setor ligado à fruticultura. Na oportunidade também foram abordados temas vinculados às boas práticas e tecnificação de produção rural em fruticultura.

Além disso, foram realizadas 32 visitas e revisitas a produtores de mirtilo e morango em sistema hidropônico de produção (produção em substratos), no Distrito Federal e na região da RIDE, com a presença de pesquisadores da Embrapa Hortaliças e de técnicos especialistas neste sistema de produção, ocasião em que houve a sugestão, e adoção, de novas soluções nutritivas e de manejo de poda/condução das culturas, além de atualizações do sistema hidráulico utilizado nas propriedades. Dentre as visitas, ocorreram duas visitas a Buritis-MG com o objetivo de visitar propriedade para conhecer os problemas de produção (pragas e doenças) com o intuito de dar suporte futuro aos produtores do Distrito Federal.

Convém destacar as ações referentes ao convênio 950/2023/MAPA/SEAGRI-DF (processo 00070-00007717/2024-15), relativas à aquisição de equipamentos para atender produtores rurais, fruticultores e horticultores de preferência, com vistas a melhorar seus



respectivos processos produtivos por meio de aquisição de conjunto motobomba; pulverizadores motorizados; perfuradores de solo à combustão e roçadeiras motorizadas.

Destaca-se também as ações voltadas à celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEAGRI-DF, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável - IDS e o Centro Brasileiro de Inovação e Sustentabilidade – CEBIS, que tem por objeto a constituição de parceria entre as entidades para empreender a estruturação da cadeia produtiva do bambu no Distrito Federal, promovendo e difundindo práticas de construção sustentável de baixo carbono, com ênfase na utilização do bambu, tanto na recuperação de áreas degradadas como no seu potencial de insumo na construção civil e na produção de móveis.

Outra cadeia em andamento é a do leite e derivados. Nesse contexto, foi identificado a necessidade de reativação da Câmara Setorial do Leite (CSL), que será retomada ao longo de 2025.

Em 2024 foram trabalhadas 4 ações de boas práticas agropecuárias vinculadas ao objetivo de fortalecimento das cadeias produtivas do agronegócio, sendo elas vinculadas:

- Distribuição de mudas nativas – produtores assistidos pela Emater-DF receberam, gratuitamente, mudas de espécies nativas do cerrado para recomposição de áreas de preservação permanente e reserva legal;
- Hackaton Agro Hack – apresentações de iniciativas sustentáveis para soluções inovadoras para o Agronegócio, através de 15 equipes “start-up”, com início na AgroBrasília (maio/2024) e apoio até outubro;
- Expo Abra – evento agropecuário no Parque de Exposição da Granja do Torto com vários painéis voltados para boas práticas e tecnificação da produção rural e agroindústria (setembro/2024).
- FestFlor 2025 - Apoio ao evento que possui abrangência em boas práticas no setor da floricultura.

Sobre a implantação dos Polos Agroindustriais, em 2024 foram realizadas ações que correspondem a 20% do que foi estabelecido como meta para o período de 2024-2027, as quais elencamos:

- Realização modificação/adequação dos Decretos nºs 22.452/2001 e 37.937/2016;
- Encaminhamentos para celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Empresa de Terras Rurais ETR S/A para instrução da regularização das áreas rurais e georreferenciamento.

Quanto as agroindústrias registradas no Distrito Federal, até o ano de 2024, foi possível verificar um total de 82 com registro ativo, sendo 14 delas do tipo artesanal. Dos 68 registros de estabelecimentos convencionais ativos, 3 obtiveram o SID em 2024, 17 estão com adesão ao SISBI, sendo 12 aderidos antes de 2024 e 5 com adesão em 2024. Destacamos que neste mesmo ano foram cancelados 6 estabelecimentos, por inatividade por mais de 12 meses. No que tange à Agroindústrias artesanais, dos 14 estabelecimentos ativos foram cancelados 2 estabelecimentos, sendo um por inatividade por mais de 12 meses e outro por ter obtido o Selo SIF.

No que diz respeito ao apoio à gestão do Parque de Exposições Agropecuárias Granja do Torto todo o recurso financeiro autorizado foi executado com êxito. O Parque Granja do Torto (PGT) possui um papel estratégico para o desenvolvimento sustentável e econômico do Distrito Federal, sobretudo no fortalecimento do agronegócio. Sua revitalização foi uma das prioridades do Governo em 2024, visando transformá-lo em um centro de excelência voltado ao setor agropecuário. Durante o exercício do referido ano, houve algumas alterações, como a mudanças de gestão, no qual foram implementadas reformas administrativas para garantir maior eficiência operacional e alinhamento às demandas do setor, o que não acarretou ônus para a fluidez das atividades administrativas previstas.

A Ação 0412 - Transferência Financeira a entidades-apoio a eventos no Distrito Federal é subsidiada por recurso oriundo de emenda parlamentar em apoio as atividades agropecuárias quanto a participação do sistema Agricultura DF na 2ª edição da maior feira de fruticultura



do mundo, a Fruit Attraction. A diferença entre valor empenhado e liquidado justifica-se por ainda estar em execução, a qual correrá até a realização do evento.

Os serviços de Defesa Agropecuária da SEAGRI-DF têm a missão de proteger os rebanhos e lavouras contra pragas e doenças, assegurar a qualidade dos insumos agropecuários e garantir alimentos seguros e de qualidade à sociedade. Essa função é cumprida por meio de políticas de fiscalização, planos e programas voltados à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, fiscalizações de trânsito animal e vegetal, além de ações educativas sobre prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças, em alinhamento com o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, beneficiando produtores rurais, comerciantes, agroindústrias e consumidores, o serviço promove a sustentabilidade e o desenvolvimento pleno do agronegócio no Distrito Federal, garantindo produtos de procedência confiável e alta qualidade para a população. Ao longo de 2024, a Defesa Agropecuária alcançou importantes avanços na execução das atividades previstas, sendo estes os principais resultados obtidos:

- **Fiscalização para Peste Suína Clássica - PSC:** Foram fiscalizadas 28 propriedades identificadas como de risco, contribuindo para a manutenção da zona livre de PSC e para a biossegurança na produção suídea. Essas ações não apenas contribuíram para prevenir surtos da doença, mas também fortaleceram a biossegurança na produção suídea, proporcionando maior segurança sanitária aos sistemas produtivos. Ressalta-se que a suinocultura desempenha um papel essencial na economia da pecuária do Distrito Federal, sendo fundamental para a manutenção da zona livre para PSC, o que garante a continuidade e expansão desse setor estratégico. Em complementação a atividade orientada ao risco também foi realizado um inquérito soroepidemiológico para o vírus da PSC. Ao todo 40 estabelecimentos participaram e cerca de 370 amostras de sangue de suínos foram coletadas, contribuindo ainda mais para o monitoramento e vigilância para a doença.



Figura 1: Inquérito soroepidemiológico para PSC no Distrito Federal.

- **Programa de Sanidade dos Animais Aquáticos:** Realizou-se a vistoria de 36 propriedades, permitindo identificar e mitigar riscos sanitários que poderiam impactar negativamente a cadeia produtiva da aquicultura. Este setor, em robusta expansão comercial, apresenta significativo potencial de contribuição para a segurança alimentar e a economia local. A abordagem adotada pela DISAF/GESAN priorizou ações preventivas e proativas, assegurando maior eficiência na resposta a possíveis ameaças.

- **Outras Ações de Vigilância:** Foram executadas 250 ações de vigilância baseadas em riscos sanitários relativos aos demais Programas Sanitários, otimizando recursos e maximizando resultados. A estratégia focada em riscos permitiu que as áreas de maior vulnerabilidade fossem monitoradas com maior atenção, alinhando-se ao indicador de desempenho previsto no PPA.

- **Cadastro de Agrotóxicos:** Foram cadastrados 571 produtos no Sistema de Informações Agropecuárias do DF (SIAGRO), representando cerca de 35% da meta prevista para o período de vigência do PPA. É importante esclarecer que essa meta refere-se exclusivamente ao



cadastro de agrotóxicos de uso agrícola, enquanto o registro de operadores de agrotóxicos refere-se ao registro, no órgão distrital de defesa agropecuária, de toda pessoa física ou jurídica que importa, exporta, produz, formula, manipula ou comercializa agrotóxicos e afins destinados ao uso agrícola ou que presta serviços de aplicação desses produtos, e portanto não faz parte da referida meta. Além disso, é importante destacar que grande parte da atividade foi realizada empregando-se outros sistemas, além do Sistema de Informações em Defesa Agropecuária do Distrito Federal (SIAGRO/DF), fato que dificulta sobremaneira a sistematização dos dados e exige investimento de mão de obra qualificada em tarefas que poderiam ser realizadas pelo sistema.

• **Fiscalização de Uso de Agrotóxicos:** foram executadas 45 fiscalizações de uso de agrotóxicos em propriedades rurais distribuídas em sete Regiões Administrativas, representando quase 30% do total da meta. Observa-se um aumento de 125% no número das fiscalizações de uso de agrotóxicos desde o ano de 2021(Figura 2).

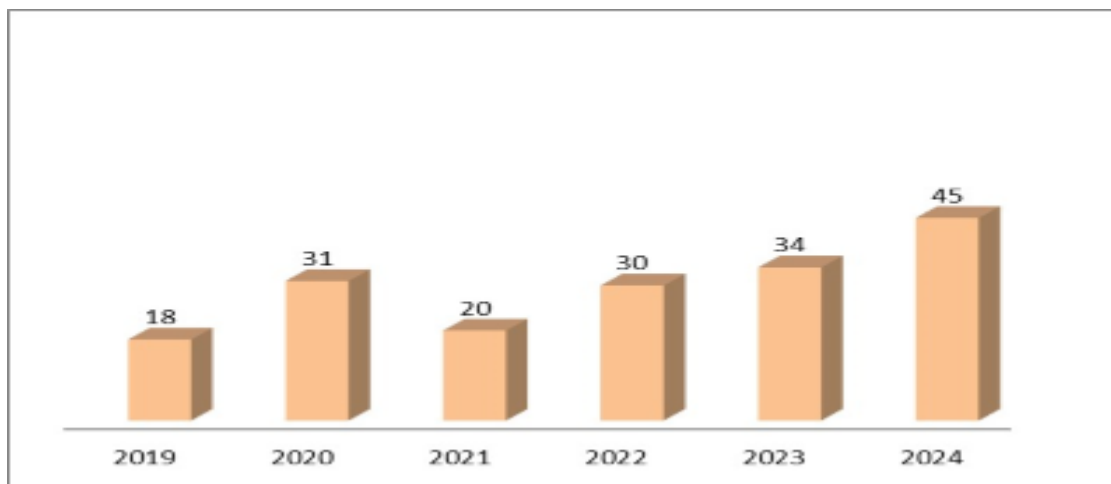


Figura 2: Número de fiscalizações de uso de agrotóxicos em propriedades rurais no Distrito Federal de 2019 a 2024.

• **Fiscalização de Comércio de Agrotóxicos:** foram realizadas 33 fiscalizações de operadores de agrotóxicos em estabelecimentos comerciais localizados em oito Regiões Administrativas, alcançando em torno de 22% do cumprimento da meta proposta. Em comparação aos outros anos observa-se uma tendência positiva no número total de fiscalizações desde 2022. Em 2021, o número expressivo se deveu a uma ação conjunta entre Seagri e Crea, principalmente com a finalidade de treinar os colegas desse órgão para atuarem no âmbito da competência do conselho de classe.

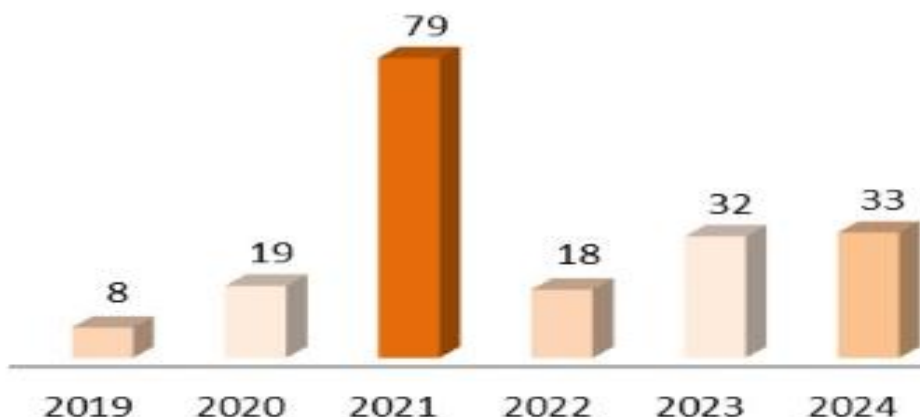


Figura 3: Número de fiscalizações de comércio de agrotóxicos no Distrito Federal durante os anos de 2019 a 2024.

O processo de reimplantação do Laboratório de Análise de Alimentos e Água está em andamento, com cinco processos administrativos ativos para aquisição dos equipamentos necessários. Um desses processos já teve a licitação homologada, enquanto os demais estão na etapa final de ajustes para publicação dos editais. Esta Ação também está vinculada ao Convênio 942803/2023, que tem como objetivo a aquisição de Máquinas e Equipamentos -



Reativação do laboratório de análises de água e alimentos da DIPOVA / SEAGRI-GDF, junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, sendo o recurso financeiro oriundo de Emenda Parlamentar, na ordem de R\$ 1.407.042,24, com contrapartida de 2.200,00. O Convênio encontra-se vigente, em processo licitatório na fase de verificação dos requisitos legais.

No que diz respeito ao Sistema de Gestão Agropecuária (SIAGRO), a funcionalidade de acesso externo para estabelecimentos inspecionados ainda não foi implementada. Contudo, a contratação da empresa responsável pela manutenção e evolução do sistema foi concluída em outubro de 2024, e conforme o Plano de Evoluções, essa melhoria será iniciada em 2025 para possibilitar o atendimento.

No âmbito da fiscalização de bebidas, a prorrogação das atividades do Convênio com o MAPA possibilitou a execução de nove fiscalizações em estabelecimentos produtores no Distrito Federal. Embora não houvesse metas específicas para 2024, essas atividades contribuíram para o treinamento dos servidores que futuramente assumirão a tarefa de forma permanente quando ocorrer a adesão ao SISBI-POV. Para tal, em 2024 foi iniciada a elaboração de um Plano de Ação e Programa de Trabalho para adesão ao SISBI, baseado nas experiências obtidas por outros Serviços de Inspeção no país. A previsão é de que em 2025 a adesão seja efetivamente concluída.

Houve um aumento de 32% nas inspeções em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Distrital (SID), totalizando 443 ações (Gráfico 2).

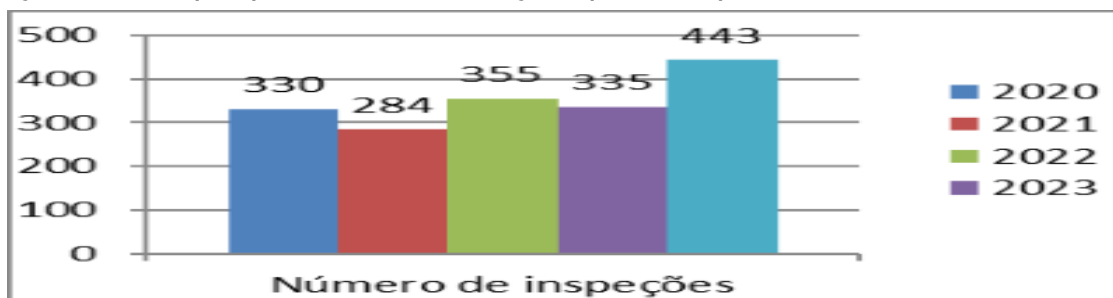


Gráfico 2. Número de Inspeções/ano

A adesão de cinco novos estabelecimentos ao Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI-POA) ampliou para 17 o número de agroindústrias que podem comercializar seus produtos em todo o país (Tabela 1). Também houve destaque na realização de 399 auditorias de Programas de Autocontrole (PAC), 307% acima do ano anterior, com 51% de conformidade nas verificações.

Categoria	2020	2021	2022	2023	2024
Abatedouro de Bovinos	1	1	1	1	1
Carnes	4	4	4	4	8
Mel	1	1	1	1	1
Pescados	0	0	4	5	5
Leite	0	1	1	1	1
Ovos	0	0	0	0	1
Total ativos	6	7	11	12	17

Tabela 1. Número de estabelecimentos/categoria aderidos ao SISBI nos últimos 5 anos

Adicionalmente, houve a publicação da Portaria 196/2024 que institui o Registro Provisório para Fábricas de Laticínios, tema que foi apresentado no 5º Encontro Distrital da Agroindústria (EDA), evento promovido pela DIPOVA em parceria com SEBRAE e SENAR.



Também foram realizados avanços administrativos para reativar o Laboratório de Análise de Alimentos e Água, que conta com a verba de R\$1,4 milhão, oriunda de convênio/emenda parlamentar federal, destinada à aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais.

Por fim, os resultados foram surpreendentes na atividade de apreensão de animais de grande porte, com um aumento de 72% das apreensões em relação ao ano de 2023, tendo sido apreendidos 466 animais, em sua grande maioria equinos, e em sua maioria provenientes de Planaltina, Ceilândia e Samambaia.

Em 2024, a DIFIT obteve resultados surpreendentes na atividade de apreensão de animais de grande porte, com um aumento de 72% das apreensões em relação ao ano de 2023, conforme gráfico 01.

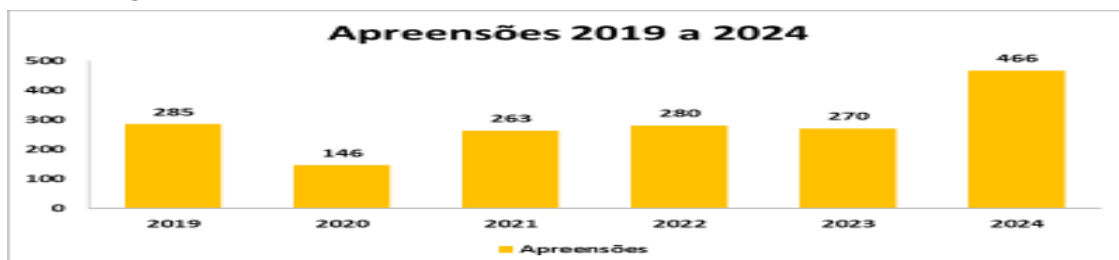


Gráfico 01 - Total de animais recolhidos em vias e logradouros públicos ou sob demanda de outros órgãos.

Além disso, a fiscalização do trânsito de cargas vivas, vegetais e produtos de origem animal também obteve bons resultados com o aumento no número das abordagens no trânsito, em que pese tenha seu menor efetivo dos últimos anos, conforme pode ser visto no Gráfico 02.

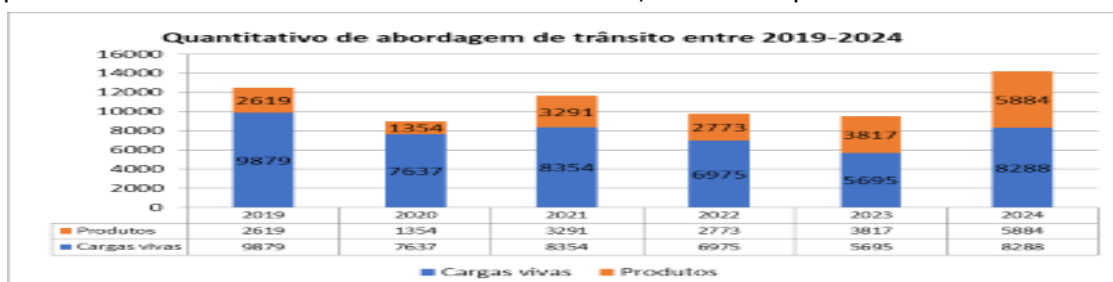


Gráfico 02 - Distribuição anual do quantitativo de abordagens por tipo de carga em trânsito, entre 2019 e 2024.

Outro ponto que merece destaque é a atuação dos médicos veterinários nos cuidados com os animais albergados no curral da Gerência de Apreensão de Animais – GEAN. No Gráfico 03 observa-se uma redução ao longo dos anos no número de óbitos dos animais frente ao aumento no número de servidores com esta especialidade lotados na unidade e à realização de capacitações técnicas.



Gráfico 03 - Quantidade anual de óbitos

As doações dos animais apreendidos e não reclamados pelos proprietários também alcançou resultado recorde com 182 doações realizadas em 2024, representando um aumento de 70% frente ao número obtido no ano de 2023, conforme pode ser visto no Gráfico 04.

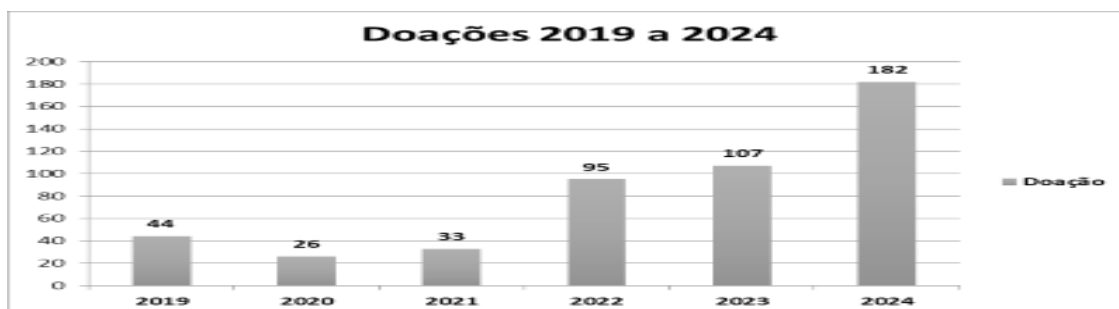


Gráfico 04 - Total de animais doados por ano (2019 a 2024).

Dentre as atividades desenvolvidas no escopo do Objetivo O396 (Fortalecer as cadeias produtivas da agricultura familiar através de incentivos desde a produção à comercialização de seus produtos), no ano de 2024, destacam-se as ações da UTE/DF, que beneficiou 104 famílias através do crédito fundiário: 18 famílias foram beneficiadas na entrega da Fazenda Cipó em Formosa/GO; 53 famílias foram beneficiadas com a realização do Plano de Fiscalização Operacional na Fazenda Choro em Vila Boa/GO e 33 famílias foram beneficiadas com a realização do Plano de Fiscalização Operacional na Fazenda Palmeiras em Formosa/GO.

A política de acesso ao Crédito Fundiário, no âmbito da Secretaria de Agricultura - DF, está sendo tratada através do Convênio 837678/2016 junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, com disponibilidade de recurso financeiro na ordem de R\$ 3.295.726,98. Cabe ressaltar que em 2024 foi executado cerca de 2% (R\$ 66.375,29) do Convênio.

As dificuldades encontradas, incluíram, inicialmente, a estruturação da equipe no início do exercício que foi regularmente composta no decorrer do ano, bem como, houve barreiras normativas quanto à divergência entre legislação ambiental do Estado de Goiás, a legislação ambiental federal e os normativos do PNCF. O impasse normativo inviabilizou a execução do programa pelo período de 4 meses e após tratativas com os órgãos competentes, formalizadas no dia 10/12, foi dado início à possibilidade de novas análises de aquisição.

No ano de 2025, há perspectivas de realização de novos Planos de Fiscalização Operacionais nas fazendas já adquiridas com a finalidade de supervisão das ações das entidades de assistência técnica contratadas pelos beneficiários através do Plano de Fiscalização Operacional (PFO), bem como, há perspectivas de aquisições de novas fazendas.

Outra importante iniciativa foi a distribuição de kits de insumos agroflorestais para agricultores familiares. Estava prevista uma meta de 200 kits, que estaria relacionada e refletiria também no incentivo e implementação de sistemas agroflorestais nas propriedades, como ferramenta de fortalecimento da bioeconomia no campo, geração de emprego e renda, e contempla um indicador de Governo importante no âmbito do desenvolvimento agropecuário do Distrito Federal. Contudo, houve algumas questões processuais-administrativas e somente foi possível distribuir 84 kits de insumos para as famílias assentadas nos diversos assentamentos geridos pela Diretoria de Políticas Sociais Rurais, que já solicitou revisão do indicador em atendimento da política pública, direcionando-a principalmente aos assentamentos do Programa de Assentamento de Produtores Rurais - PRAT.

A indicação pela área técnica é que até 2027, um total de 200 hectare de sistemas agroflorestais seja implementado nestas áreas de assentamento, promovendo não somente uma agricultura de baixo carbono como a geração de emprego e renda para estas famílias, por meio da bioeconomia.

Neste Objetivo, destacamos a Ação não Orçamentária AN11226 - Seleção de famílias para o programa de assentamentos de produtores rurais - PRAT, que embora não existam mais áreas destinadas para a implementação de novos assentamentos, a política segue sendo executada com a entrega de CDUs às famílias assentadas. Em 2024, foram entregues Contratos de Concessão de Uso - CDUs à 28 famílias do Assentamento Santarém, pelo PRAT.



Outra importante iniciativa foi beneficiar produtores rurais por meio dos galpões comunitários. No ano de 2024, com a entrega da obra do Empório do Colorado e, através do Chamamento Público, foi selecionada uma Organização da Sociedade Civil - OSC, representativa de produtores rurais da Agricultura Familiar visando à celebração de parceria com o Distrito Federal, por intermédio da SEAGRI-DF, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante ações que fomentem a comercialização de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos. Neste Chamamento foi disponibilizado 01 (um) galpão denominado "Empório Rural do Colorado", localizado na Rodovia DF-150, km 0 (quilômetro zero) sentido sul, Sobradinho II, Brasília/DF, desocupado, medindo 747,26m² de área construída, recém edificado, tipo rústico, estrutura em alvenaria e madeira de Eucalipto tratado com cobertura em telha vibro vegetal, contendo 20 (vinte) boxes com aproximadamente 10M² cada um; possui fornecimento de água encanada pela CAESB e energia elétrica pela CEB. Até 2027, a política será ampliada superando a expectativa de contemplar, diretamente, 60 produtores familiares.

Quanto aos agricultores contemplados nos programas de Compras institucionais, em 2024 foram contemplados 2.045 agricultores familiares, superando a expectativa da área técnica, para o ano em exercício, em contemplar 1547 produtores familiares. A ampliação da política foi devida a serem contemplados/acrescentados 806 agricultores familiares do Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal, que engloba produtores rurais do Distrito Federal e Entorno/RIDE, e 79 agricultores familiares que participaram da Aquisição de Manteiga com sal e Queijo Muçarela para atendimento à Secretaria de Educação do DF, com a Chamada Pública nº 01/2024, no valor de R\$ 9.476.957,64.

Somente em 2024, foi executado por esta Secretaria, pelo Programa de Aquisições de Alimentos – PAA, instituído pela Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023, e pelo Programa de Aquisição da Produção da Agricultura Familiar (PAPA-DF), na modalidade Termo de Adesão, na ordem de R\$ 2.975.660,23 com aquisição de 717.633,15 quilos de alimentos.

Em 2024 foram beneficiadas 130.971 pessoas em situação de insegurança alimentar, por meio dos alimentos adquiridos pelas compras Institucionais. Os dados referem-se ao total de pessoas beneficiadas pelas instituições sociais cadastradas no Banco de Alimentos da Ceasa-DF e no Sesc Mesa Brasil (total de 396 entidades) por meio dos programas de compras institucionais executados pela Seagri-DF, quais sejam, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal (PAPA-DF).

No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura Familiar (PAPA-DF), além dos montantes mencionados, foram encaminhadas Chamadas para aquisição de Cestas Verdes composta por Frutas, Legumes e Verduras - FLV no valor de R\$ 900.000,00 e aquisição de Leite fluido pasteurizado integral no valor de R\$ 200.00,00.

Para os próximos anos, 2025-2027, espera-se continuar ampliando o cadastro dos produtores e captar recursos financeiros para ampliar as compras institucionais, por meio de Chamamento Público.

Programação Orçamentária não Executada

PT 20.332.6201.3092.0001 - Implantação de Agendas Ambientais - Distrito Federal - Ainda não houve definição política sobre quais tipos de políticas públicas referentes a agendas ambientais deverão ser implantadas, eis que no ano de 2024 houve grande seca no Distrito Federal com excessivo número de queimadas, causando uma reavaliação das autoridades políticas.

PT 20.606.6201.2889.0001 - (EPI) Apoio à Agricultura Familiar - Apoio a projetos de incentivo à Agricultura Familiar - Distrito Federal - Despesa autorizada, na ordem de R\$ 250.000,00, oriunda de emenda parlamentar, não foi executada por intercorrências na instrução processual e questões administrativas, principalmente a carência de servidores, a qual está sendo reforçada pelas nomeações que se iniciaram no exercício de 2024.

PT 20.606.6201.3467.0090 - (EPI) Aquisição de Equipamentos em Prol do Distrito Federal - Despesa autorizada de 25.000,00, oriunda de emenda parlamentar, tinha como objetivo a compra de um equipamento para ampliar a rede elétrica, na região de São Sebastião. Contudo



a mesma não foi executada pela falta de informações técnicas por parte da Neoenergia, responsável pela gestão do sistema de manutenção e distribuição de energia elétrica nestas áreas. A Secretaria de Agricultura não mediu esforços na busca por esta especificação, porém, o retorno tardio de informações precisas e tecnicamente viável, não permitiu a contratação do objeto.

PT 20.606.6201.3467.9666 - (EPI) Aquisição de Equipamento para a Secretaria de Agricultura do DF - Houve previsão orçamentária, na ordem de R\$ 1.000.000,00 para aquisição de Equipamentos para Secretaria de Agricultura. Contudo, esse recurso foi oriundo de emenda parlamentar, e cabe aqui destacar que foi cancelado pelo autor da proposta antes mesmo de ser autorizado, justificando assim a não execução deste recurso.

A Programação Orçamentária não Executada de 2024, principalmente quanto a Ação - Aquisição de Equipamentos, está relacionada aos encaminhamentos dos Convênios vigentes, no qual a maioria encontra-se em processo licitatório, na fase de verificação dos documentos legais, conforme descritos abaixo.

- Convênio 903224/2020, tem como objetivo a aquisição de 08 patrulhas agrícolas, com valor de recurso na ordem de R\$ 2.391.519,08 junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA. No exercício de 2024 não houve execução, e encontra-se em processo licitatório. O prazo de vigência foi prorrogada por mais 7 meses (31/07/2025), e não foi realizado depósito do valor de repasse.
- Convênio 907582/2020, tem como objetivo aquisição de máquinas e equipamentos, junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA, com total de recurso na ordem de R\$ 955.964,08. Não houve execução do convênio em 2024, estando em processo licitatório. Cabe salientar que a licitação está em fase de verificação dos requisitos legais.
- Convênio 915330/2021, tem por objetivo a aquisição Patrulha Rodoviária (01 Pá Carregadeira e 01 Caminhão Pipa), junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA, com recurso financeiro no total de R\$ 860.714,75. Em 2024 não houve execução deste convênio, estando em Processo licitatório na fase de verificação dos requisitos legais.
- Convênio 939461/2022, tem como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA, com total de recurso financeiro na ordem de R\$ R\$ 375.173,29. O Convênio encontra-se vigente e em execução, sendo que dos R\$ 340.052,44 disponibilizados foi realizado, em 2024, cerca de 89% (R\$ 305.610,00) do valor do Convênio.
- Convênio 939463/2022, objetiva aquisição de máquinas e equipamentos em apoio a atividades agropecuárias, junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA. O recurso financeiro do convênio é de na ordem de R\$ 374.952,93. Dos R\$ 343.455,53 disponibilizados foi realizado, em 2024, cerca de 90% (R\$ 311.703,33) do valor do Convênio.
- Convênio 942320/2023, visa a aquisição de máquinas e equipamentos do tipo Caminhão Caçamba Truck, tração 6x2. (Pré-Convênio 942320), junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA. O convênio conta com recurso financeiro na ordem de R\$ 815.000,00. Encontra-se em execução, no qual o processo licitatório está em fase de verificação dos requisitos legais.
- Convênio 942329/2023, visa aquisição de maquinas e equipamentos de apoio à produção (02 patrulhas agrícolas. - trator, grade, carreta e rotoencanteirador) (Pré Conv: 942329), junto ao Ministério de Agricultura, e Pecuária - MAPA. O Convênio conta com recurso financeiro na ordem de R\$ 717.000,00. Não houve execução no exercício de 2024, e está em processo licitatório na fase de verificação dos requisitos legais.
- Convênio 942465/2023, tem como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA, com valor de recurso na ordem de R\$ 803.003,00. Não houve execução em 2024, estando o processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais.
- Convênio 942466/2023, objetiva a aquisição de máquinas e equipamentos 01 Motoniveladora, 01 Pá Carregadeira Mecânica, 01 Retroescavadeira e 01 Caminhão Caçamba Basculante, toco. O Convênio foi celebrado junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA, sendo o recurso financeiro oriundo de Emenda Parlamentar, na ordem de R\$



2.151.615,00. O Convênio encontra-se vigente, em processo licitatório na fase de verificação dos requisitos legais.

- Convênio 942803/2023, tem como objetivo a aquisição de Máquinas e Equipamentos - Reativação do laboratório de análises de água e alimentos da DIPOVA / SEAGRI-GDF, junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA, sendo o recurso financeiro oriundo de Emenda Parlamentar, na ordem de R\$ 1.407.042,24. O Convênio encontra-se vigente, em processo licitatório na fase de verificação dos requisitos legais.

- Convênio 950361/2023, objetiva a aquisição de Máquinas e Equipamentos, junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária- MAPA, com total de recurso financeiro na ordem de R\$ 569.616,19. Não houve execução do Convênio em 2024, sendo solicitado a prorrogação do prazo para início do processo licitatório, tendo em vista a dificuldade de resposta dos fornecedores locais e pouca experiência na elaboração dos termos.

- Convênio 951607/2023, tem como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA, com recurso financeiro total na ordem de R\$ 2.149.160,00. Não houve execução do Convênio em 2024, contudo o mesmo encontra-se em processo licitatório na fase de verificação dos requisitos legais.

- Convênio 952542/2023, objetiva a aquisição de tratores em apoio à produção rural: 16 tratores, junto ao Ministério de Desenvolvimento Rural - MIDR, na ordem de R\$ 3.762.560,00. Encontra-se em processo licitatório, na fase de verificação dos requisitos legais.

- Convênio 953296/2023, tem como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, em apoio a atividades agropecuárias, junto ao Ministério de Desenvolvimento Rural - MIDR, com recurso financeiro total na ordem de R\$ 2.971.702,56. Encontra-se em processo licitatório, na fase de verificação dos requisitos legais. Ademais, também está em tramitação o processo de deposição de contrapartida, no valor de R\$ 45.500,00.

- Convênio 954365/2023, tem como objetivo atender ao estado de emergência zoossanitária em todo o território nacional, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária h5n1. Foi celebrado junto ao Ministério de Agricultura e Pecuária - MAPA.

- Convênio 907373/2020, tem como objetivo a implantação de melhorias sanitárias domiciliares em áreas rurais do Distrito Federal, junto a FUNASA, e encontra-se em execução, especificamente na fase de instauração de procedimentos licitatórios (fase inicial). Em 2024 dispôs da disponibilidade financeira na ordem de R\$ 797.134,02, porém não houve execução financeira no referido exercício.

PT 20.606.6201.4109.0002 - Implementação da política de utilização de terras públicas rurais - Houve previsão orçamentária, na ordem de R\$ 25.000,00 para implementação da política de utilização de terras públicas do Distrito Federal, contudo, o valor do recurso autorizado foi irrisório para desenvolvimento das atividades relacionadas à temática.

PT 20.845.6201.9107.0028 - Transferência Financeira à Entidades - Parque da Granja do Torto - Distrito Federal - Embora tenha havido previsão orçamentária na Lei, no valor de R\$ 220.000,00, não houve a autorização da despesa para tal finalidade no exercício de 2024.

PT 20.845.6201.9107.0292 - (EPI) Transferência Financeira à Entidades - Transferência de recursos à projetos - Embora tenha havido previsão orçamentária na Lei, no valor de R\$ 300.000,00, não houve a autorização da despesa para tal finalidade no exercício de 2024.

PT 20.608.6201.3041.0002 - Implantação de Polo de Instalação de Agroindústrias - Distrito Federal - Embora tenha havido previsão orçamentária na Lei, na ordem de R\$ 20.000,00 não houve a autorização da despesa no exercício de 2024.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10658 - VIGILÂNCIAS BASEADAS EM RISCOS SANITÁRIOS	UNIDADE	183,00	01/06/2024	Anual	183,00	250,00		X		X		X	SIAGRO
Justificativa: 2024 - O indicador de vigilâncias baseadas em riscos está vinculado ao Programa de Sanidade Avícola (PNSA), Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH), Programa de Vigilância Baseada em Risco (PVBR/PNEFA) e Programa de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO). Em 2024, as atividades foram executadas conforme o planejamento, alcançando e superando os valores estabelecida para o período.													



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10663 - APREENSÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE	UNIDADE	240,00	01/01/2024	Anual	240,00	397,20		X		X		X	SIAGRO
Justificativa: 2024 - Os valores para este indicador foi superado, em muito, no ano de 2024. O indicador demonstra que foi um ano bastante difícil, pois tivemos um aumento de mais de 70% no número de animais recolhidos, sem ter o respectivo aumento na quantidade de recursos disponibilizados para compra de alimentos e também para investimento em melhorias da estrutura para receber esses animais. É sem dúvidas um indicador preocupante, e que merece atenção especialmente quanto à necessidade de melhorias no local para que seja possível continuar prestando um serviço de qualidade.													
10937 - AGROINDÚSTRIAS REGISTRADAS	UNIDADE	64,00	01/05/2024	Anual	68,00	68,00		X		X		X	DICAP/SUPEA
Justificativa: 2024 - Existem 68 estabelecimentos convencionais ativos, dos quais 4 obtiveram o SID em 2024, crescimento adequado e previsto para o indicador proposto. Existem ainda 14 Agroindústrias que são Artesanais. O indicador demonstra o fortalecimento das cadeias produtivas agropecuárias do Distrito Federal, com empreendimentos em conformidades legais quanto a adequação na produção de alimentos de qualidade para a população.													
10938 - PRODUTORES RURAIS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DF (PRÓ-RURAL)	UNIDADE	50,00	01/05/2024	Anual	62,00	62,00		X		X		X	DIFUNDOS (FDR)SUGER (PRÓ-RURAL)SUPEA (DICAP)
Justificativa: 2024 - Os benefícios concedidos, pelo enquadramento do Pró-Rural, é mediante solicitação dos produtores (com atividades previstas no Decreto 21.500/00, análise técnica junto à Secretaria de Agricultura - DF e finalizados com aprovação ou não na Secretaria de Economia - DF. Em 2024, os valores estipulados para este indicador foi alcançada com êxito. Este resultado demonstra a eficiência da política pública, com reduções tributárias, à produção agropecuária do Distrito Federal e ao desenvolvimento das cadeias produtivas com potencial econômico para região.													
10940 - PRODUTORES RURAIS DIRETAMENTE BENEFICIADOS COM A TUBULAÇÃO DOS CANAIS DE IRRIGAÇÃO	UNIDADE	600,00	01/05/2024	Anual	700,00	793,00		X		X		X	SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA RURAL /SEAGRI
Justificativa: 2024 - A tubulação de canais de irrigação permite o acompanhamento do número de produtores rurais, por ano, que terão maior segurança na qualidade e disponibilidade hídrica e, assim, possibilidade de conduzir as atividades agropecuárias continuamente, garantindo a renda familiar e o desenvolvimento socioeconômico rural.Em 2024, os valores para este indicador foram alcançados além do previsto, totalizando 204 propriedades. Esse resultado positivo demonstra a gestão eficiente desta política e, mais que isso, a o impacto condições de produção e qualidades de vida para produtores e familiares, através do acesso água.													
10948 - ENDEREÇAMENTO RURAL DIGITAL	UNIDADE		01/01/2001	Anual	5000,00	4736,00		X		X		X	DIRETORIA DE CADEIAS PRODUTIVAS E PROJETOS AGROPECUÁRIOS - DICAP, NA SEAGRI
Justificativa: 2024 - Em 2024, foi realizado o cadastramento de 4.736 código de endereçamentos de estabelecimentos (propriedades) rurais, com base no banco de dados da Pasta, utilizando registros dos processos de requerimentos de regularização fundiária autuados na extinta Subsecretaria de Regularização Fundiária- SRF. Contudo, embora atingida 94,7% do valor previsto para o indicador no primeiro ano, desempenho satisfatório, a área técnica indica necessidade de investimento em infraestrutura técnica e mão obra para o alcançar a meta desejada, até 2027.													
10949 - AGRICULTORES CONTEMPLADOS NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	UNIDADE	3000,00	01/05/2024	Anual	3015,00	1547,00		X		X		X	COORDENAÇÃO DE COMPRAS INSTITUCIONAIS - CCI, DA SEAGRI/DF
Justificativa: 2024 - Os dados referem-se ao total de agricultores cadastrados nos programas de compras institucionais executados pela Seagri-DF, quais sejam, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura Familiar (PAPA-DF). Em 2024 foram acrescentados 806 agricultores familiares do Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal, que engloba produtores rurais do Distrito Federal e Entorno/RIDE, e 79 agricultores familiares que participaram da aquisição de queijo e manteiga para atendimento à Secretaria de Educação do DF. O indicador deverá ser revisado, visto a necessidade de correção e ajuste dos valores acrescidos com os novos editais (novos produtores contemplados pelas compras institucionais). Conforme lançado no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (PDSAN), os valores esperados pela área técnica é 1547 agricultores em 2024, 1672 em 2025, 1797 em 2026 e 1922 em 2027, englobando os três programas de compras institucionais: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Aquisição da Produção da Agricultura Familiar (PAPA-DF) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).													
10950 - PESSOAS EM VULNERABILIDADE ALIMENTAR/SOCIAL, BENEFICIADAS COM A DOAÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DAS COMPRAS INSTITUCIONAIS.	UNIDADE	60400,00	01/05/2024	Anual	62900,00	130971,00		X		X		X	BANCO DE ALIMENTOS DA CEASA, BEM COMO O DO MESA BRASIL.
Justificativa: 2024 - No ano de 2024 foram beneficiadas 130.971 pessoas em situação de insegurança alimentar. Os dados são referentes ao total de pessoas beneficiadas pelas instituições sociais cadastradas no Banco de Alimentos da Ceasa-DF e no Sesc Mesa Brasil (total de 396 entidades), por meio dos programas de compras institucionais executados pela Seagri-DF, quais sejam, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal (PAPA-DF). O valor do indicador refere-se ao mesmo público (pessoas atendidas), mensalmente. Vale destacar que a abertura e execução de 2 (dois) novos editais foi fundamental para ampliar o número de pessoas beneficiadas, que encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Assim, visto a ampliação das compras institucionais, este indicador passará por revisão com ajustes para os próximos exercícios, considerando o cenário atual e o impacto positivo do Governo quanto a garantia da segurança alimentar à população..													
10951 - HECTARES REFORESTADOS POR SISTEMAS AGROFLORESTAIS	HECTARE	100,00	01/05/2024	Anual	225,00	10,00		X		X		X	DIRETORIA DE POLÍTICAS SOCIAIS RURAIS - DPSR/GERÊNCIA DE AGRICULTURA FAMILIAR/ SEAGRI-DF.
Justificativa: 2024 - Foram distribuídos kits agroflorestais para os agricultores familiares no início do ano de 2024, totalizando 10 hectares. Este resultado ocorreu por questões administrativas. Nos próximos anos, a área técnica irá desenvolver esse indicador nos assentamentos do PRAT, totalizando 200 hectares, havendo, assim, necessidade de revisão deste atributo, em atendimento a esta política.													
10952 - PERCENTUAL DE ANÁLISES DE ALIMENTOS EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO	PERCENTUAL	69,00	01/05/2024	Anual	69,00	80,00		X		X		X	DIRETORIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL (DIPOVA)
Justificativa: 2024 - Foram analisadas no LACEN apenas 5 amostras coletadas em caráter excepcional, e outras 23 amostras foram analisadas pelos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA - MAPA) em cumprimento ao cronograma do Programa de Avaliação de Conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos dos produtos de origem animal (PACPOA-SISBI). Portanto, considerando o número de amostras coletadas, o percentual de conformidade das análises foi bem acima do esperado para o ano de 2024.													

Quanto ao indicador 10948 - ENDEREÇAMENTO RURAL DIGITAL, ressaltamos que consta em branco a unidade de referência por ser um indicador novo. Destaca-se, ainda, erro material no que tange ao campo APURAÇÃO, que indica o ano de 2021, dado que será reformulado na revisão do PPA.



6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	40000,0	0,00	0	0
0017 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	40000,0	0,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	40000,00	0,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

PT 20.301.6203.2619.0017 - Atenção à Saúde e Qualidade de Vida - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Distrito Federal - Embora tenha havido previsão orçamentária na ordem de R\$ 40.000,00, não houve a autorização da despesa para tal finalidade no exercício de 2024.

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1000000,0	20000,0	0	0
7123 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PROL DA COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	20000,0	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	150000,0	0,0	0	0
6585 - EFICIENTIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LUZ DE LED EM PROL DA COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	150000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	1150000,00	20000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

PT 15.752.6209.1836.7123 - (EPI) Ampliação dos pontos de iluminação pública em prol da comunidade do Distrito Federal - As despesas autorizadas não foram executadas e correspondem a valores muito baixos para realização de atividades previstas. Além disso, ressalta-se que os mesmos são pertinentes para manter esta ação orçamentária que é de grande importância para viabilizar execução de recursos financeiros de projetos futuros, sob gestão da Pasta.

PT 25.752.6209.8507.6585 - (EPI) Eficientização de iluminação pública com luz de LED em prol da comunidade do Distrito Federal - Quanto a manutenção e eficientização do sistema de iluminação pública, embora tenha tido previsão orçamentária para 2024, não foi autorizado valor algum para esta ação.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado



3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	200000,0	1623953,00	0,0	0
5607 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	200000,0	1623953,00	0,0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	200000,00	1623953,00	0,00	0,00

OBJETIVO: 0309 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA HÍDRICA PARA AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS: Promover ações e práticas que possibilitem melhor gestão dos recursos hídricos nas propriedades rurais, viabilizando recarga do lençol freático e, assim, disponibilidade hídrica para desenvolvimento das atividades agropecuárias. Através desse objetivo, tem-se, consequentemente, a geração de renda, sustentabilidade do setor agropecuário e permanência das famílias no campo. Público Beneficiário: Produtor rural.

A emissão da DCCA é contínua, enquanto for delegada à SEAGRI, pela Resolução CONAM nº 11, de 20 de dezembro de 2017. Trata-se de um documento administrativo expedido pela SEAGRI, que informa sobre o desenvolvimento de atividades agrosilvopastoris nas áreas rurais e nas áreas urbanas com características rurais do Distrito Federal, dispensadas de licenciamento ambiental, nos termos da Resolução CONAM nº 11, de 20 de dezembro de 2017, e visa promover a regularização ambiental das propriedades rurais e incentivar a produção agropecuária no estado.

A emissão da Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, que é uma alternativa simplificada de dispensa de licenciamento das atividades rurais de baixo impacto ambiental, elencadas na resolução CONAM nº 11, 20/12/17. Em 2024, foram emitidas um quantitativo total de 156 DCAAs. Ressalta-se ainda que a DCAA é uma opção ao produtor e que o alcance desse índice só foi possível devido à melhoria das orientações e certificação aos produtores por parte da equipe envolvida, visto que as emissões das DCAAs dependem de solicitação do próprio produtor.

A SEAGRI é a coordenadora e executora do Programa de Reabilitação Ambiental na Área Rural do Distrito Federal – REFLORESTAR, com execução conjunta também pela EMATER, apoiando a reabilitação ambiental das áreas rurais do DF. O Programa fornece gratuitamente aos produtores rurais mudas nativas do cerrado para recuperar e proteger os recursos hídricos e a conservação do solo. Busca sensibilizar, por meio da educação ambiental, os produtores para a adequação ambiental dos lotes rurais, com a recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e recomposição de reserva legal (RL) garantindo maior sustentabilidade das atividades agropecuárias nas propriedades.

Em 2024, foram produzidas 50.780 mudas nativas do cerrado. No total, 229 produtores rurais foram atendidos com a doação de mudas, havendo a estimativa de que 45 hectares de APP e RL tenham sido recuperados nas áreas rurais do Distrito Federal. Para possibilitar a doação das mudas, foram realizadas 97 visitas técnicas e 35 foram revisitadas, as quais implicaram na elaboração de 132 projetos de recomposição vegetal em áreas degradadas, resultado da eficiência nos trabalhos de campo realizados, mesmo com pequeno efetivo de servidores.

Além disso, 47 ações de Educação Ambiental foram atendidas com mudas e sementes de espécies nativas, em apoio às ações de Educação Ambiental com base na política de Educação Ambiental do Distrito federal – PDEA (Lei Distrital nº 3.833/2006) e 33 produtores foram cadastrados e beneficiados no Banco Comunitário de Sementes na Granja Modelo do Ipê.

Vinculado a este Objetivo, através da Meta 1651, de realizar 8 ações para garantia da disponibilidade hídrica e sustentabilidade das atividades agropecuárias, foram celebrados 4 Acordos de Cooperação Técnica – ACT, relativos a diferentes parcerias com a Seagri-DF, quais sejam:

- ACT Nº 01/2024 Adasa/Seagri/Emater/CBH São Francisco para revitalização e adequação de canais rudimentares de irrigação e a construção de tanques lonados, na Bacia Hidrográfica



do Rio Preto, no Distrito Federal, com recursos advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco;

- ACT Instituto Espinhaço – que tem por objeto estabelecer o apoio institucional da SEAGRI ao projeto Pró-Águas Distrito Federal de iniciativa da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a ser executado no Distrito Federal;
- ACT COOPAD-DF - que tem como objeto o estabelecimento de parceria entre as entidades proponentes visando a divulgação, sensibilização e disseminação de conhecimento técnico em recuperação e regeneração da vegetação nativa por meio da implantação de vitrine tecnológica a ser executada em área de Reserva Legal da COOPA-DF, de 43,9426 ha (quarenta e três hectares noventa e quatro ares e vinte e seis centiares), conforme delimitado no Cadastro Ambiental Rural - CAR e na Planta de Propriedade, cujo endereçamento é Módulo A, Lote 14, COOPA/DF, Parque Tecnológico Ivaldo Cenci – AgroBrasília, para apresentação de soluções e estratégias de recuperação de áreas alteradas e recomposição da vegetação nativa, com o objetivo de demonstrar as técnicas de reabilitação ambiental possíveis de serem utilizadas pelos produtores na adequação ambiental das propriedades rurais da região do PAD-DF e Distrito Federal;
- ACT IPE/DF - tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o IPEDF CODEPLAN e a SEAGRI-DF, para convergência e sinergia de ações na produção e compartilhamento de dados e geoinformações em geral, recursos tecnológicos e colaboração técnica visando produção, consolidação, manutenção de bases e compartilhamento de análises de dados e informações sociais, econômicas e ambientais afetos ao agronegócio, segurança hídrica, alimentar e desenvolvimento rural do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – RIDE-D.

Programação Orçamentária não Executada

PT 20.543.6210.3043.5607 - Adequação Ambiental de Áreas Rurais, não foi executada em 2024, mas encontra-se prevista nos termos do Convênio 906943/2020.

- Convênio 906943/2020, tem como objetivo promover ações de educação ambiental, diagnóstico ambiental, conservação e manejo na Região da Serrinha do Paranoá, na Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, no Distrito Federal, apresenta disponibilidade de recurso na ordem de R\$ 812.352,43 e encontra-se em execução. Recurso de repasse liberado em 27/08/2024, porém devido orientações para ajustes no Plano de trabalho não foi possível a execução em 2024 e tendo sido prorrogada a vigência do instrumento para 28/12/2025. Destacam-se as ações programadas/previstas em razão do convênio 906943/2020, será desenvolvida junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10656 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (DCAA) EMITIDA	UNIDADE	142,00	01/12/2022	Anual	140,00	143,00		X		X		X	GEAMB/DIPDR/SDR

Justificativa: 2024 - As DCAA's é uma alternativa simplificada de dispensa de licenciamento das atividades rurais de baixo impacto ambiental, previstas na Resolução do CONAMA nº 11, de 20/12/2017. O produtor passa a ter mais agilidade nos processos de obtenção de créditos para custeio e investimentos nas propriedades. Desta forma, a Governo está incentivando a política de redução no custo-agro. Em 2024, o valor estipulado para este indicador, anualmente, foi alcançado com êxito. Esta é uma atividade contínua, sob demanda dos produtores e a pasta busca a melhor prestação do serviço público, prezando sempre pela agilidade dos atendimentos solicitados.

A justificativa, bem como as descrições acerca dos comportamentos dos Indicadores de Governo, que se encontram no PPAWeb podem ser visualizadas acima.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	600000,0	605808,00	605807,25	530262,78



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0019 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	600000,0	605808,00	605807,25	530262,78
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	600000,00	605808,00	605807,25	530262,78

Programação Orçamentária Realizada

As despesas autorizadas para as ações de apoio interno e sua família foram executadas conforme o contrato de prestação de serviços de mão de obra terceirizada, como previsto.

8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100000,0	0,00	0,0	0
0066 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-- DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,00	0,0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100000,0	146240,00	74217,60	69980,13
5301 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	100000,0	146240,00	74217,60	69980,13
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	200000,0	95510,00	76330,80	76330,80
0091 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS NA I SEC. DE AGRICULTURA-DISTRITO FEDERAL	200000,0	95510,00	76330,80	76330,80
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	70943792,0	62060438,00	61676725,30	61337433,78
0004 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	70943792,0	62060438,00	61676725,30	61337433,78
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2663852,0	2606252,00	2489504,09	2480274,06
0005 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	2663852,0	2606252,00	2489504,09	2480274,06
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	10680440,0	7008324,00	6118125,53	5428608,78



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0004 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	10495440,0	7008324,00	6118125,53	5428608,78
9875 - Aquisição de mobiliário para a Secretaria de Agricultura do DF	185000,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	250000,0	275830,00	275830,0	167299,0
2487 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	250000,0	275830,00	275830,0	167299,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100000,0	250000,00	203115,25	165892,89
2566 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	100000,0	250000,00	203115,25	165892,89
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	40000,0	0,00	0	0
0011 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	40000,0	0,00	0	0
TOTAL - 8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	85078084,00	72442594,00	70913848,57	69725819,44

Programação Orçamentária Realizada

As despesas autorizadas para as ações de conservação das estruturas físicas e edificações públicas, reformas de prédios próprios, administração de pessoal, concessão de benefícios a servidores, manutenção de serviços administrativos gerais (parcial) e modernização de sistema de informação foram realizadas. Destaca-se que quanto a modernização de sistema de informação, a diferença de valores entre empenhado e liquidado é referente ao ajuste de valores contratuais.

Quanto à ação 2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, destaca-se que a divergência entre valor empenhado e liquidado se deu em razão de ajustes após a emissão do empenho por ajuste de valores contratuais.

Programação Orçamentária não Executada

PT 20.122.8201.1968.0066 - Elaboração de Projetos - Distrito Federal - Não foi liberado recurso.

PT 20.122.8201.8517.9875 - (EPI) Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Distrito Federal - Aquisição de mobiliário para a Secretaria de Agricultura do DF - Não foi liberado recurso.



PT 20.128.8201.4088.0011 - Capacitação de Servidores - Capacitação de Servidores - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Distrito Federal - Não foi liberado recurso.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. Administração Geral - Andamento de Convênios vigentes e Contratos de Repasse

No fechamento do ano de 2024, a SEAGRI-DF tinha vigente 33 Convênios celebrados.

Nº	TRANSFEREGO V	Convênio	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de Aplicação	Total dos Recursos	Situação
1	12975	837678/2016	Implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Distrito Federal e RIDE	MDA	R\$ 2.966.154,28	R\$ 329.572,70	R\$ 0,00	R\$ 3.295.726,98	Em Execução Realizado em 2024 cerca de 2% (R\$ 66.375,29) do convênio.
2	14745	851231/2017	Materiais e Insumos para revitalização de Centro de Referência em Agroecologia.	MDA	R\$ 196.888,92	R\$ 197,09	R\$ 0,00		Em Execução Sem execução em 2024, devido as várias tratativas para aprovação do Plano de Trabalho, não foi possível a execução financeira por mais de 365 dias, sendo aplicada sanções que impediram a liquidação dos itens licitados.
3	20650	903224/2020	Aquisição de patrulhas agrícolas. 08 PATRULHAS	MAPA	R\$ 2.387.500,00	R\$ 3.681,56	R\$ 3.681,56	R\$ 2.391.519,08	Em Licitação Sem execução em 2024. Prazo de vigência prorrogada por mais 7 meses (31/07/2025). Não foi feito depósito do valor de repasse.
4	20571	906943/2020	Promover ações de educação ambiental. Diagnóstico ambiental, conservação e manejo na região da serrinha do Paranoá. Na bacia hidrográfica do Rio Paranoá, no distrito Federal.	MDR	R\$ 800.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 4.352,43	R\$ 812.352,43	Em Execução Recurso de repasse liberado em 27/08/2024, porém devido as tratativas para ajustes no Plano de trabalho não houve execução em 2024 e foi prorrogada a vigência do instrumento para 28/12/2025.
5	20588	907373/2020	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em áreas rurais do Distrito Federal.	FUNASA	R\$ 797.134,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 797.134,02	Em Execução Sem execução financeira em 2024. Em fase de instauração de procedimentos licitatórios (fase inicial).
6	22833	907582/2020	Aquisição de máquinas e equipamentos.	MAPA	R\$ 955.000,00	R\$ 955,00	R\$ 9,08	R\$ 955.964,08	Em Execução Sem execução em 2024. Em fase de licitação. (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais)
7	22101	915330/2021	Aquisição Patrulha Rodoviária (01 Pá Carregadeira e 01 Caminha Pipa)	MAPA	R\$ 859.500,00	R\$ 1.200,00	R\$ 14,75	R\$ 860.714,75	Em Execução Sem execução em 2024. (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais)
8	24301	938228/2022	Realizar Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura do Distrito Federal.	MIDR	R\$ 133.625,00	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 134.025,00	Em Execução Sem execução em 2024. Prorrogado a vigência do instrumento para 30/12/2025. (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9	24383	939461/2022	Aquisição de máquinas e equipamentos	MAPA	R\$ 374.560,72	R\$ 612,57	R\$ 0,00	R\$ 375.173,29	Em Execução Dos R\$ 340.052,44 disponibilizados foi realizado em 2024 cerca de 89% (R\$ 305.610,00) do valor do Convênio.
10	24506	939463/2022	Aquisição de máquinas e equipamentos	MAPA	R\$ 374.560,72	R\$ 392,21	R\$ 0,00	R\$ 374.952,93	Em Execução Dos R\$ 343.455,53 disponibilizados foi realizado em 2024 cerca de 90% (R\$ 311.703,33) do valor do Convênio.
11	24982	942320/2023	Aquisição de Máquinas e Equipamentos. Aquisição de Veículo tipo Caminhão Caçamba Truck, tração 6x2. (Pré-Convênio 942320)	MAPA					
12	25976	942329/2023	Aquisição de máquinas e equipamentos de apoio à produção (02 patrulhas agric. - trator, grade, carreta e rotoencanteirador) (Pré Conv: 942329)	MAPA	R\$ 716.250,00	R\$ 750,00	R\$ 0,00	R\$ 717.000,00	Em Execução Sem execução em 2024. (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais)
13	25979	942465/2023	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	MAPA	R\$ 802.200,00	R\$ 803,00	R\$ 0,00	R\$ 803.003,00	Em Execução Sem execução em 2024. (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais).
14	25975	942466/2023	Aquisição de máquinas e equipamentos 01 Motoniveladora, 01 Pá Carregadeira Mecânica, 01 Retroescavadeira e 01 Caminhão Caçamba Basculante, toco. EP 39190010 - Dep Bia Kicis.	MAPA	R\$ 2.149.463,39	R\$ 2.151,61	R\$ 0,00	R\$ 2.151.615,00	Em Execução Sem execução em 2024. (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais)
15	52981	942803/2023	Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Reativação do laboratório de análises de água e alimentos da DIPOVA / SEAGRI-GDF - Deputada Federal Bia Kicis	MAPA	R\$ 1.404.842,24	R\$ 2.200,00	R\$ 0,00	R\$ 1.407.042,24	Em Execução Sem execução em 2024. (Processo licitatório em fase de elaboração de editais)
16	25973	950361/2023	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	MAPA	R\$ 569.020,90	R\$ 595,29	R\$ 0,00	R\$ 569.616,19	Em Execução Sem execução em 2024. Foi solicitada a prorrogação do prazo para início do processo licitatório, tendo em vista a dificuldade de resposta dos fornecedores locais e pouca experiência na elaboração dos termos. (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais)
17	25977	951607/2023	Aquisição de Máquinas e Equipamentos. - EP - Bia Kicis	MAPA	R\$ 2.147.009,04	R\$ 2.150,96	R\$ 0,00	R\$ 2.149.160,00	Em Execução Sem execução em 2024. (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

18	25974	952542/2023	Aquisição de tratores em apoio à produção rural: 16 tratores - Articulação Sen. Damares	MIDR	R\$ 3.758.797,44	R\$ 3.762,56	R\$ 0,00	R\$ 3.762.560,00	Em Execução Sem execução em 2024. (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais)
19	26038	953296/2023	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	MIDR	R\$ 2.926.202,56	R\$ 45.500,00	R\$ 0,00	R\$ 2.971.702,56	Em Execução Sem execução em 2024. Em processo de depósito de contrapartida (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais).
20	25970	954365/2023	Atender ao estado de emergência zoossanitária em todo o território nacional, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária h5n1.	MAPA	R\$ 2.926.202,56	R\$ 45.500,00	R\$ 0,00	R\$ 950.714,74	Em Execução Dos R\$ 753.333,39 disponibilizados foi realizado em 2024 cerca de 85% (R\$ 644.362,73) do valor do Convênio.
				TOTAL	R\$ 25.938.138,23	R\$ 549.210,29	R\$ 4.713,78	R\$ 26.492.062,30	

Contratos De Repasse

Nº	TRANSFEREGOV	Nº Contrato	Objeto	CONCEDENTE/ MANDATÁRIA	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimentos de Aplicações	Total dos Recursos	Situação
1	16751	Aquisição de Patrulha Agrícola	872166/2018	MAPA	R\$ 1.895.515,72	R\$ 1.897,41	R\$ 29,63	R\$ 1.897.442,76	Em execução Sem execução em 2024. Não depositados os recursos de repasse
2	24553	Construção de Edificação no Assentamento Oziel Alves, localizado em Planaltina/DF	940386/2022	MAPA	R\$ 1.309.152,56	R\$ 1.309.152,56	R\$ 1.370,84	R\$ 1.310.523,40	Situação de contratação: sob liminar judicial. Cláusula Suspensiva retirada em 30/11/2024 (Processo licitatório em fase de verificação dos requisitos legais)
3	26001	Implantação de infraestrutura para apoio a comercialização de produtos agrícolas -	944513/2023	MAPA	R\$ 8.595.000,00	R\$ 10.000,00		R\$ 8.605.000,00	Em atendimento de cláusula suspensiva Titularidade de Área, Projeto Básico e Licença Ambiental Prévia - até 29/05/2025.
4	26005	Construção de laboratórios de aqüicultura e berçários para alevinagem na Granja Modelo do Ipê.	944514/2023	MAPA	R\$ 2.450.633,80	R\$ 2.453,09		R\$ 2.453.086,89	Em atendimento de Cláusula Suspensiva - Titularidade de Área, Projeto Básico e Licença Ambiental Prévia - até 29/05/2025.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

5		Pavimentação de um trecho da via DF-415, entre BR-020 e a Escola Classe Bucanhão, em Brazlândia/DF.	961490/2024	MDR	R\$ 4.775.000,00	R\$ 1.600.000,00		R\$ 6.375.000,00	Em atendimento de Cláusula Suspensiva - Titularidade de Área, Projeto Básico e Licença Ambiental Prévia - até 28/08/2025
					R\$ 19.025.302,08	R\$ 1.615.721,34	R\$ 29,63	R\$ 20.641.053,05	

2. Política Econômicas Agropecuárias

Outras atividades relevantes desempenhadas pelas áreas finalísticas, que, de forma direta, também contribuem para a execução dos programas e aprimoramento do atendimento à população rural:

- Participação em conselhos, comitês e grupos de trabalho relacionados a recursos hídricos, meio ambiente, regularização fundiária, fiscalização fundiária, PDOT;
- Visitas às Associações e Cooperativas;
- Encontro Distrital da Mulher Cooperativista;
- Participação nas Reuniões dos Conselhos Rurais;
- Apoio às Atividades Culturais das Comunidades
- Dia Especial de Mecanização (setembro/2024);
- Festa do Pimentão (setembro/2024)
- Apoio e supervisão à Expoabra – Setembro/2024
- Coordenação da Câmara Técnica do Conselho de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.

3. Gestão Estratégica - Ações estratégicas realizadas pela Unidade

Algumas ações realizadas, estrategicamente, para fortalecer as atividades agropecuárias do Distrito Federal.

- Revisão do Decreto 21.500/2000 - regulamenta a Política do Pro-Rural. Em 2024 foi realizada a alteração com inclusão de atividades rurais que poderão ser contempladas em vários benefícios de incentivos, como redução de do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Ação em que demonstra a preocupação do Governo em ampliar e atender demandas do Setor;
- Revisão e Reativação do Fórum de Entidades Agrárias - Decreto Nº 46.474 de 31, de outubro de 2024;
- Revisão e Alteração do Decreto de Regimento Interno do Conselho de Política de Assentamento - CPA - Decreto 46.473, de 31 outubro de 2024;
- Portaria nº 358, de 19 DE novembro de 2024, que institui o Programa Preparo de Solo.



4. Fomento SEAGRI/DF - Feiras Agropecuárias

AGROBRASÍLIA 2024

A Feira apresenta resultados e números surpreendentes a cada nova edição. É considerada um dos maiores eventos de tecnologia e negócios do Brasil, em volume de negócios concretizados, atraindo participação de atores locais, regionais, nacionais e internacionais. Em 2024, foram 5,1 bilhões em negócios, com 592 expositores e um público de 174 mil pessoas.

O Governo do Distrito Federal através do Sistema Agricultura (SEAGRI-DF, EMATER-DF E CEASA- DF) está presente desde a primeira edição. Esta ação faz parte do programa de Governo, que é fomentar a produção agropecuária, bem como oportunizar a participação e capacitação dos produtores em feiras e eventos técnicos, além de ser um evento que oferece conhecimento e lazer à toda população do Distrito Federal.

A EXPOABRA

Em 2024, foi realizada a 32ª EXPOABRA: O Agro em Tempo de Inovação, no Parque de Exposição Granja do Torto, em Brasília/DF. Este ano a Feira destacou-se como temática principal o desenvolvimento sustentável, a inovação tecnológica e a competitividade do agronegócio na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

A vasta e ampla programação envolveu a realização de Oficinas, Seminários, Palestras, Congresso, Encontros e Fórum, Leilões, Desporto Canino e Provas Equestres de 5 diferentes raças, assim como Concurso Leiteiro e Julgamentos Morfológicos de 6 raças zebuínas oriundas de criatórios dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Bahia, e Tocantins, comprova o crescente prestígio da EXPOABRA perante a agropecuária nacional.

Em números gerais, o conteúdo técnico (congresso, palestras, seminários e oficinas) conseguiu mobilizar um público de mais de 2.615 pessoas, exposição de 794 animais equinos (Cavalo Árabe, Campolina, M. Marchador, Crioulos, entre outras), 664 bovinos (Nelore, Nelore Pintados, Tabapuã, Guzerá, Sindi, Gir, Senepol) e 88 cães. Durante a Feira, o público circulante foi de, aproximadamente, 100 mil visitantes. Destacamos a realização do Encontro Distrital de Agroindústria, com público expressivo.

O evento foi realizado em parceria do PGT com a SEAGRI, Senar e Sebrae que teve por objetivo apresentar inovações relacionadas às boas práticas, assistência técnica e legislação da cadeia produtiva do queijo, do vinho, de suínos, cerveja e ovos. Outro evento técnico que podemos destacar durante a EXPOABRA foi o "Berry Day – Cenários potenciais das frutas vermelhas no DF", realizado em parceria do PGT com a Codevasf e SEAGRI com o objetivo de apresentar as potencialidades das frutas vermelhas no DF e Entorno.

As experiências de sucesso e os avanços já alcançados estão sendo feitos com vistas à sanidade e desenvolvimento dos pomares, abertura de mercado e alternativas de agregação de valor aos produtos.

FESTFLOR 2024

A 9ª Feira Nacional da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais, a FestFlor, agitou a agenda de dezembro dos brasilienses com o objetivo de fortalecer a floricultura nacional. O evento contou com dezenas de estandes de plantas, flores, insumos, embalagens, acessórios, produtos e serviços de decoração, além de artesanato e muito mais, reunindo mais de 120 produtores/expositores. Neste ano, a Feira recebeu 15 mil visitantes e gerou R\$ 12 milhões em negócios.

PROGRAMA ROTA DA FRUTICULTURA

A Rota das Frutas é uma iniciativa do Governo Federal, liderada pela Codevasf e Embrapa Cerrados, com a parceria do Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI/DF, desde 2023.

A fruticultura é uma grande aposta para desenvolvimento da área rural do Distrito Federal, uma vez que realça aspectos econômicos positivos, como mercado consumidor e a logística, além da disponibilidade de pequenas áreas para sua produção. Seu principal objetivo é



fortalecer as cooperativas e associações de produtores familiares, promovendo o desenvolvimento sustentável e incremento econômico para comunidades rurais do Distrito Federal e Entorno.

Produção e Resultados

- Açaí: A Rota, já promoveu o plantio de 50 hectares de açaí no Distrito Federal. Até 2025, a previsão é ampliar para 100 hectares no DF, com alguns produtores iniciando a colheita da primeira safra já em 2025.
- Mirtilo: Os produtores estão plantando até 2.200 m², gerando uma renda estimada de R\$ 70 mil por ciclo produtivo. Em 2024, o DF já conta com 10 produtores apoiados pela Rota, sendo 7 financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) gerido pela Seagri-DF. A meta é alcançar 50 hectares plantados até 2025.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em conclusão, faz-se uma análise positiva da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Abastecimento Rural quanto ao desempenho das atividades, iniciativas e ações previstas para o exercício de 2024. Sem dúvida foi um ano desafiador, mas com resultados significativos para o setor e entregas relevantes para a sociedade.

As atividades foram norteadas por cinco Objetivos consolidados e distribuídos em dois Programas de Governo, 6201 - Agronegócio e Desenvolvimento Rural e 6210 - Meio Ambiente, que contempla muito bem as competências da Pasta e permite cumprimento da Missão e Visão da instituição dirimida no seu Plano Estratégico.

Contudo, algumas questões precisam ser destacadas a fim de melhorar o funcionamento do órgão e possibilitar continuidade dos resultados e melhor prestação de serviço à população do Distrito Federal. Uma das limitações ainda é com relação a força de trabalho, que apesar da nomeação de servidores em 2024, não foi suficiente para sanar lacunas que, em muito, reduz a eficiência na execução das atividades. Assim, diante do exposto, espera-se que as convocações e nomeações continuem acontecendo em 2025, conforme previsão.

Outra questão demonstrada no Quadro de Pessoal é a reduzida força de trabalho por parte dos terceirizados. Atualmente o órgão desempenha suas atividades com disponibilidade mínima dos serviços de copa e limpeza, além de outros serviços gerais de manutenções prediais. Desta forma, com base nesta análise, faz-se apontamento para mais contratações a fim de tornar mais eficiente a dinâmica do órgão e ampliar os resultados positivos do Governo perante a sociedade.

No âmbito do Programa 6201 - Agronegócio e Desenvolvimento Rural, no Objetivo de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural, observou-se muitos resultados alcançados e superados em cumprimento de Metas e Indicadores previstos para o PPA 2024-2027 (recuperação e manutenção de estradas rurais coletivas, manutenção de estradas internas à propriedade, construção de microbacias de contenção de águas pluviais, peito de pombo, manutenção e tubulação dos canais de irrigação, construção de galpões para os produtores familiares), além de outras atividades desenvolvidas pela área técnica em apoio ao desenvolvimento agropecuário do Distrito Federal. Salienta-se que 70% dos Convênios ativos em execução, correspondem à aquisição de equipamentos - maquinários e implementos, que sem dúvida irá reforçar a frota de máquinas e tratores e ampliar os atendimentos aos produtores rurais nos próximos anos.

Porém, cabe destacar algumas dificuldades enfrentadas pela Unidade quanto a execução de atividades operacionais, como a falta de pessoal especializado para o acompanhamento das obras de recuperação de canais de irrigação, escassez de caminhões para o transporte de tubos, a morosidade na manutenção dos equipamentos, somadas ao alto volume de chuvas. Além disso, houve diversas interrupções na execução do contrato de manutenção das



máquinas de terraplanagem pela mudança da empresa contratada, o que provocou redução das atividades previstas de cunho operacional.

Os avanços foram notórios e significativos quanto ao fortalecimento da Defesa Agropecuária no Distrito Federal. Entre os principais resultados, foi observada e indicada, pela área técnica, melhoria significativa nos resultados de fiscalizações, vistorias, mitigação dos riscos sanitários e sanidade vegetal, e cadastramento, por exemplo, com a nomeação de novos servidores.

Destacam-se algumas dificuldades enfrentadas pela Pasta, no âmbito da Defesa Agropecuária, como a não renovação de acordos com o LACEN o que limitou a realização das análises de alimentos (embora não tenha afetado o alcance do indicador). Para 2025, com a reativação do laboratório próprio de análises e consolidação de ações estratégicas como adesão ao SISBI-POV e modernização do SIAGRO, certamente será possível reforçar ainda mais a fiscalização dos alimentos produzidos no Distrito Federal, buscando a excelência na Defesa Agropecuária.

Apesar dos obstáculos enfrentados, o relatório demonstra avanços significativos em segurança alimentar, geração de renda e apoio ao agricultor familiar, alinhados aos objetivos de integração urbano-rural. Quanto ao apoio à agricultura familiar, no âmbito das compras institucionais, a expectativa para 2025 é introduzir frutas nativas do cerrado e berrys (mirtilo, amoras, framboesa) produzidas no Distrito Federal, na alimentação escolar (PNAE).

Para 2025, a Pasta já articulou com a área técnica quanto a estratégias para consolidar as ações em andamento, ampliar os programas de fortalecimento dos sistemas agroflorestais, visando um impacto ainda mais abrangente no desenvolvimento socioeconômico rural.

De modo geral, em 2024 as políticas estratégicas da Seagri obtiveram resultados bastante positivos, desempenhando um papel central em diversas iniciativas que integraram tecnologia, gestão eficiente e apoio direto aos produtores rurais.

Um dos destaques foi o avanço do Projeto de Endereçamento Rural Digital (ERD), com o cadastramento de mais de 4.700 porteiras por meio do PlusCode, além de apoio a eventos como o "Berry Day – Cenários potenciais das frutas vermelhas no DF", que teve como objetivo destacar as potencialidades das frutas vermelhas na região e entorno, que reforçam o compromisso da Secretaria com a diversificação da produção e a melhoria da competitividade do setor rural.

No exercício de 2024 vale destacar alguns desafios significativos enfrentado pela Unidade, como falta de infraestrutura nas instalações prediais, incluindo a carência de equipamentos tecnológicos modernos, quadro reduzido de servidores (que ainda consiste em uma das principais lacunas diagnosticadas em todas as áreas finalísticas) que limitaram a capacidade de execução de políticas que apresentavam maior alcance e, consequentemente, melhores resultados e entregas para sociedade.

Entretanto, mesmo com as dificuldades indicadas, a Seagri segue comprometida em cumprir a Missão, Visão e alcançar o Propósito institucional, contribuindo para a segurança alimentar da população do Distrito Federal.



14202 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF) é uma sociedade de economia mista integrante do complexo administrativo do GDF que tem como objetivo incrementar a produtividade no setor de distribuição de produtos hortigranjeiros, empregando novas tecnologias nos processos de reunião, manipulação, comercialização e comunicação, beneficiando produtores, distribuidores e consumidores. A CEASA-DF foi constituída nos termos da Lei nº 5.691, de 10 de agosto de 1971, criada em 11 de outubro de 1972 e modificada pela Lei nº 6.208, de 26 de maio de 1975, Entidade vinculada ao Governo do Distrito Federal foi implantada seguindo as normas do Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento - GEMAR. A CEASA-DF tem por missão atuar como centro polarizador e coordenador do abastecimento alimentar, proporcionando transparência ao mercado e promovendo a segurança alimentar e nutricional no Distrito Federal e Entorno.

Missão

"Promover a política de abastecimento, visando garantir a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal e Entorno, de forma inclusiva, transparente e com excelência operacional" A visão da instituição é ser reconhecida como empresa de referência nacional de abastecimento, promotora de segurança alimentar e nutricional, garantindo a qualidade e abrangência na distribuição de alimentos no Distrito Federal e Entorno.

Visão

"Ser reconhecida nacionalmente como instituição pública forte e sustentável, referência na execução da política de abastecimento." Após 50 anos de existência, a CEASA-DF consolida seu modelo de gestão com êxito e inicia um processo de abertura de novas formas de trabalho. Os pilares em que está apoiada demonstram solidez e com base nessa estrutura, a empresa pretende avançar, de forma gradual, porém contínua, rumo ao que se pode denominar de modelo de organização autossustentável no cenário econômico nacional. Muitos desafios foram enfrentados neste longo caminho onde a empresa vem melhorando, consideravelmente, a qualidade da sua gestão interna, a relação com os permissionários, produtores e varejistas, a relação com o mercado e com a sociedade em geral.

Objetivos

A empresa canaliza seus esforços para atingir os seguintes objetivos:

- i) Reduzir os custos de comercialização em nível de atacado;
- ii) Melhorar as condições de abastecimento, propiciando melhor concorrência e a formação de preços mais justos;
- iii) Elevar o nível de renda dos produtores agrícolas;
- iv) Criar facilidades de comercialização para os produtores;
- v) Manter um programa confiável de informação de mercado agrícola;
- vi) Interagir com o Ministério da Agricultura na instituição de normas para classificação de padronização de produtos hortifrutigranjeiros;
- vii) Formar um banco de dados que permita aos produtores elaborar o planejamento da produção e comercialização de hortifrutigranjeiros;
- viii) Ofertar infraestrutura física ao produtor rural para o escoamento da produção agrícola do Distrito Federal e RIDE por meio da comercialização no Pavilhão B-8 (Pedra);
- ix) Ofertar infraestrutura física aos comerciantes atacadistas usuários do setor permanente, fomentando a aquisição de produtos produzidos na região e em outros estados da federação, bem como a importação de frutas e hortaliças de outros países;



x) Promover, dentro do Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional - PDSAN, as políticas sociais de abastecimento, por meio do Banco de Alimentos, que atua nos programas de compras institucionais: Programa de Aquisição de alimentos - PAA e Programa de Aquisição de Produção da Agricultura do Distrito Federal - PAPA-DF, além do Programa Desperdício Zero - PDZ.

Instalações

Com uma infraestrutura adequada para a comercialização de gêneros alimentícios, produtos e insumos agropecuários, bem como outros produtos e serviços de apoio ao abastecimento, a Ceasa-DF conta com uma área de 285.119,05 m² e está localizada no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA) Trecho 10, lote 5, Brasília-DF. A área está dividida em:

12 (doze) pavilhões permanentes com 317 boxes destinados a empresas estabelecidas, com permissão de uso, para comercialização atacadista de produtos hortigranjeiros;

01 (um) Mercado Livre do Produtor (Pedra) destinado a produtores agrícolas para a comercialização em atacado da produção local;

01 (um) pavilhão permanente destinado à comercialização de insumos agropecuários;

01 (um) Complexo de armazenamento Frigorífico.

01 (um) pavilhão permanente destinado à sede administrativa e serviços de apoio (banco, farmácia, casa lotérica, etc.);

01 (uma) balança rodoviária com capacidade para pesagem de 62.000 kg;

01 (um) Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar (CCC);

01 (um) mercado destinado à comercialização em varejo de produtos orgânicos (Mercado Orgânico);

01 (um) espaço destinado ao comércio de flores e orquídeas (Central Flores);

01 (um) pavilhão sob concessão (Espaço Multi Feira).

Política De Qualidade Dos Serviços

- Promover o abastecimento e a segurança alimentar e nutricional: Desenvolver projetos e ações com o objetivo de garantir a comercialização de alimentos em quantidade suficiente, de boa qualidade e preços adequados de forma a suprir a demanda existente pela sociedade do Distrito Federal.

- Assegurar que o Regulamento de Mercado seja cumprido: Regulamentar e fiscalizar as ações que visam harmonizar a dinâmica de funcionamento da CEASA-DF,

- Promover e executar políticas sociais de abastecimento: Trabalhar com o objetivo de garantir a disponibilidade de produtos da agricultura em quantidade suficiente, boa qualidade e preços adequados de forma a suprir a demanda existente, assim como atuar no fomento da educação alimentar na sociedade.

- Promover a inclusão produtiva por meio da comercialização: Fomentar o empreendedorismo no comércio de produtos da agricultura, sempre com foco na oportunidade de inclusão social, igualdade de oportunidades e de condições.

- Ser referência em informações sobre o mercado atacadista de produtos da agricultura: Ser reconhecido pelo governo e pela sociedade como uma instituição que disponibiliza informações confiáveis e de qualidade sobre mercado de produtos da agricultura.

- Ampliar espaço e assegurar excelência e equidade nas condições de comercialização: Construir, adaptar e aprimorar os espaços de comercialização destinando aos interessados, de forma transparente, fazendo-se cumprir o Regulamento de Mercado, discutido e implantado.

- Propor e executar políticas públicas de abastecimento: Criar e auxiliar no aprimoramento de políticas públicas para o abastecimento e assistir na comunicação e execução das mesmas.

- Promover as Boas Práticas de Comercialização: Elaborar Manual de Boas Práticas de Comercialização, considerando todos os aspectos relacionados à manipulação e movimentação dos produtos, por meio, inclusive, de parcerias com instituições públicas e



privadas, de âmbito nacional, capacitando os permissionários, com vistas à segurança dos alimentos.

- Ter processos de gestão otimizados e orientados a resultados: Buscar a constante melhoria dos processos de trabalho da CEASA-DF, alinhando os mesmos ao alcance de seus objetivos estratégicos, fazer o fluxograma dos procedimentos e manuais por área.
- Desenvolver as competências dos colaboradores: Implantar o processo de gestão por competências, estimulando e aprimorando o sistema de capacitação e formação do corpo funcional. Aprimorar a comunicação interna: Melhorar a qualidade da comunicação interna entre a instituição e seus funcionários, entre os líderes e seus subordinados e entre os próprios funcionários.
- Desenvolver lideranças e promover o comprometimento com os objetivos da instituição: Desenvolver as competências gerenciais dos servidores da instituição, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento de novas lideranças e incentivar os funcionários a adotar os objetivos organizacionais como seus próprios objetivos (motivação e comprometimento).
- Ampliar e fortalecer as parcerias interinstitucionais: Buscar a ampliação e melhoria das parcerias interinstitucionais, públicas e privadas, visando ao alcance da estratégia definida, com fortalecimento dos relacionamentos e garantia de benefício mútuo, otimização dos recursos públicos e maior abrangência na atuação.
- Aprimorar a estrutura organizacional: Alinhar a estrutura organizacional da CEASA-DF às novas necessidades criadas pela estratégia.
- Fortalecer a imagem institucional: Promover as ações e o nome da instituição junto à sociedade, por meio da divulgação de seu trabalho e dos impactos gerados.
- Proporcionar ambiente de trabalho motivador: Promover clima institucional motivador, assegurar a qualidade da infraestrutura e valorizar o empregado, por meio de sua carreira e de uma gestão de recursos humanos voltados a sua formação e especialização.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	15	8	3	3	29
Comissionados sem vínculo efetivo	28	3	0	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	15	6	21
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	12	9	21
Outros - especificar	0	0	5	95	100
Subtotal	44	11	37	113	205
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	1
Total Geral	43	11	37	113	204

A força de trabalho da CEASA em 2024 somou 204 pessoas, sendo aproximadamente 49% composta por terceirizados (funcionários de empresas contratadas para prestação de serviços



de portaria, manutenção, informática, limpeza...) e o restante por pessoal empregado da CEASA, com e sem vínculo efetivo.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	318000,0	0	318000,0	212296,59
6972 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO-DISTRITO FEDERAL	318000,0	0	318000,0	212296,59
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	250000,0	0	250000,0	195701,67
6186 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DISTRITO FEDERAL	250000,0	0	250000,0	195701,67
9040 - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO REAL	2100000,0	-2000000,0	100000,0	0
0001 - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO REAL-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	2100000,0	-2000000,0	100000,0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	2668000,00	-2000000,00	668000,00	407998,26

Programação Orçamentária Realizada

Pagamento referente a servidor efetivo cedido do Departamento de Estradas de Rodagem do DF para a CEASA-DF e execuções de sentenças judiciais cumpridas em sua integralidade pela CEASA-DF.

Programação Orçamentária não Executada

PT 20.846.0001.9040.0001 - Impostos sobre o lucro real - Ceasa DF - Distrito Federal - sem execução pela ausência de lucro real no exercício.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1000000,0	0	1000000,0	39980,0
0009 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0	1000000,0	39980,0
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	1000000,00	0,00	1000000,00	39980,00



Programação Orçamentária Realizada

Executados valores em aquisição de equipamentos (compra de geladeira e bombas d'água).

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanc 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanc 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanc 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanc 4º Ano	Fonte
10740 - PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DO BANCO DE ALIMENTOS	UNIDADE	60468,00	01/12/2022	Anual	62500,00	98232,00		X		X		X	DIRETORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR CEASA/DF.
Justificativa: 2024 - Indicador alcançado com sucesso graças aos esforços da equipe do Banco de Alimentos da CEASA-DF que tem buscado otimizar os Programas de Aquisição de Alimentos - PAA e de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal - PAPA-DF, além do Programa Desperdício Zero-PDZ.													
10743 - ESPAÇOS PADRONIZADOS PARA COMERCIALIZAÇÃO (BOXES)	UNIDADE	311,00	12/2022		315,00	312,00		X		X		X	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CEASA
Justificativa 2024: Não Informado													
10751 - AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA/DF	UNIDADE	721,00	01/12/2022	Anual	725,00	734,00		X		X		X	DIRETORIA TÉCNICA OPERACIONAL
Justificativa: 2024 - Indicador alcançado. A CEASA-DF vem buscando ampliar os espaços de comercialização para atender os agricultores, e também gerar melhor distribuição das áreas para abrigar de forma mais abrangente a agricultura familiar.													
10752 - PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	97,00	98,67		X		X		X	DIRETORIA OPERACIONAL
Justificativa: 2024 - Indicador alcançado. Praticamente todos os espaços de comercialização estão ocupados. Existem apenas áreas destinadas a serviços de apoio que estão em fase de licitação.													
10755 - VOLUME TRANSACIONADO DE ALIMENTOS	TONELADA.	351571,00	01/12/2022	Anual	355000,00	338943,53		X		X		X	DIRETORIA TÉCNICO OPERACIONAL
Justificativa: 2024 - Indicador alcançado em 95%. O índice foi alcançado praticamente em sua totalidade. Valores de alta de determinados alimentos no decorrer do ano podem ter impactado a comercialização.													

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	550000,0	400000,0	950000,0	533854,23
8403 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	550000,0	400000,0	950000,0	533854,23
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	550000,00	400000,00	950000,00	533854,23

Programação Orçamentária Realizada

O valor executado refere-se aos custos com o Contrato de Prestação de Serviços junto à FUNAP/DF, no qual aproximadamente 30 (trinta) reeducandos possuem a oportunidade de aprender e desenvolver um ofício, nos mais diferentes setores da empresa, tais como: portaria, mercado, copa, banco de alimentos e até mesmo no gabinete da presidência. Desta forma, através do convívio social em conjunto com uma fonte de renda, os referidos trabalhadores têm a oportunidade de serem devidamente reintegrados à sociedade.

8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2000000,0	-1231611,0	500000,0	6671,19
0014 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA- DISTRITO FEDERAL	2000000,0	-1231611,0	500000,0	6671,19
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	6000000,0	-2000000,0	4000000,0	2186968,52



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

7903 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	6000000,0	-2000000,0	4000000,0	2186968,52
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	4051361,0	0	4051361,0	2724084,63
0001 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	4051361,0	0	4051361,0	2724084,63
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	21202367,0	2331611,0	23533978,0	20696503,96
6978 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	21202367,0	2331611,0	23533978,0	20696503,96
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	270000,0	0	270000,0	71872,03
5212 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	270000,0	0	270000,0	71872,03
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	250000,0	0	250000,0	15734,0
0013 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	250000,0	0	250000,0	15734,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	100000,0	0	100000,0	0
8755 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0	100000,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	12000000,0	0	12000000,0	10605258,21
6985 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	12000000,0	0	12000000,0	10605258,21
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1600000,0	2500000,0	4100000,0	3586139,07
6978 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1600000,0	2500000,0	4100000,0	3586139,07
TOTAL - 8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	47473728,00	1600000,00	48805339,00	39893231,61

Programação Orçamentária Realizada

Realizado melhoria e manutenção no sistema de informação da CEASA - DF.

Elaborado projetos: Revitalização do Pavilhão B-8; Ampliação e reforma dos banheiros da CEASA-DF; Revitalização e reforma do Pavilhão B-03; Implantação do pavilhão modelo da

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade



CEASA-DF; Levantamentos Cadastrais no Complexo da CEASA-DF; Projetos de construção do Banco de Alimentos.

Realizada a manutenção do órgão, remuneração e concessão de benefícios dos empregados da CEASA - DF e capacitação de 8 empregados no Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Pregoeiros.

Programação Orçamentária não Executada

20.131.8201.8505.8755 - Publicidade e propaganda institucional - CEASA DF - Distrito Federal - foi executado na ação Manutenção de Serviços Administrativos (publicações no DODF).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No decorrer do ano de 2024, a CEASA demonstrou um compromisso contínuo com a eficiência operacional, o desenvolvimento sustentável e a excelência no serviço prestado. Abaixo estão destacadas algumas das principais realizações durante esse período:

OPERACIONAL

Modernização da Infraestrutura: Houve iniciativas para modernizar e otimizar a infraestrutura, implementando tecnologias de armazenamento e transporte. Isso resultou em uma maior eficiência na manipulação e distribuição de produtos, reduzindo os custos operacionais e melhorando a qualidade dos serviços prestados aos clientes. A principal entrega do ano de 2024 foi a modernização de todo o complexo de energia, com a implantação de novos relógios medidores bem como a troca de todo o cabeamento estruturado da CEASA resultando em um melhor fornecimento de energia e uma grande economia de energia.

Aprimoramento dos Processo Logísticos: Foram desenvolvidos e implementados novos processo logísticos para agilizar a movimentação de mercadorias. Incluindo a nova sinalização das portarias e a abertura da portaria 3 e melhor identificação dos endereços na CEASA.

Inovação Tecnológica: Promovido a adoção de soluções tecnológicas inovadoras para melhorar a comunicação interna, a gestão e a interação com os clientes. Dentre as medidas adotadas, foi iniciada a implantação da adesão ao mercado livre de energia. A adesão a esse sistema trouxe uma economia de 36% na cobrança de energia.

Fomento ao Comércio Eletrônico: Em resposta às tendências do mercado, foi incentivado o crescimento do comércio eletrônico da CEASA. Foram estabelecidos projetos e parcerias com plataformas online para cadastramento de fornecedores com o intuito de criar oportunidades de negócios digitais para os produtores e comerciantes locais.

Fortalecimento de Parcerias Institucionais: Foram iniciadas novas parcerias com a EMATER e SEAGRI, principais parceiras do sistema agricultura, além de instituições privadas para o fortalecimento da marca CEASA e das atividades do órgão, no ano de 2024 foram recebidos alimentos para doação das embaixadas de Israel e dos Estados Unidos, além da participação em capacitações nas secretarias de governo e desenvolvimento social.

SEGURANÇA ALIMENTAR

PROGRAMAS QUE ABASTECEM O BANCO DE ALIMENTOS:

EIXO DE COMBATE AO DESPERDÍCIO-PROGRAMA DESPERDÍCIO ZERO- PDZ- Alimentos fora do Padrão de comercialização, muito maduros ou levemente danificados que não perderam seu valor nutricional, e geralmente são descartados. Mas com o Programa Desperdício Zero esses alimentos ganham uma destinação digna e alimentam milhares de pessoas. Eles são recolhidos pela equipe do Banco de Alimentos, selecionados e distribuídos para as instituições cadastradas. O programa recebe as doações de produtores e agricultores e empresários que comercializam na Ceasa ou fora, bem como busca doações diretamente do campo. Durante o ano de 2024, de janeiro a dezembro foram distribuídas 475.572,98 toneladas de alimentos arrecadados dentro do complexo da Ceasa, deste total foram atendidas 298 instituições com público estimado em 98.232.



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA/TA E PAA CONAB- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso a alimentação e promover a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela Agricultura familiar com dispensa de licitação, e os destina as instituições que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O volume total recebido através do PAA de 144.597 toneladas, foram direcionadas para 104 instituições cadastradas que realizam trabalhos de produção e distribuição de refeições e também instituições que realizam atendimento externo à famílias através de cestas verdes. O PAA/CONAB, com volume de 43.424,29 toneladas, foram direcionadas para 105 instituições cadastradas que realizam trabalho de produção e distribuição de refeições e também instituições que realizam atendimento externo à famílias através de cestas verdes com público estimado em 59.901.

PROGRAMA COZINHA SOLIDÁRIA- PCS- O Programa Cozinha Solidária, instituído pela Lei nº14.628/2023 e regulamentado pelo Decreto nº11.937/2024, tem por objetivo fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, preferencialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua e em insegurança alimentar e nutricional. O volume total recebido através do PAA TA Cozinha Solidária, de 51.714 toneladas, foram distribuídos para 16 instituições com público total de 6.464 pessoas.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA- PAPA/DF- O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura- PAPA/DF viabiliza a compra de alimentos e produtos artesanais diretamente da Agricultura Familiar e suas organizações sociais do setor agrícola com recursos provenientes de emendas parlamentares. Além de promover acesso a uma alimentação saudável esse programa fortalece ainda mais o campo, para comercialização de seus produtos, além de gerar emprego e renda para suas famílias. Durante a duração do Programa de outubro a dezembro de 2024, foram atendidas 29 instituições com o público estimado em 17.173.

FINANCEIRO

A CEASA/DF vem realizando ações visando a melhoria contínua dos seus recursos, tendo como foco principal a melhoria na arrecadação, foram detalhadas cada uma das ações da empresa a fim de buscar os objetivos propostos pelo Governo do Distrito Federal. A empresa passa por um momento muito singular tendo em vista a adoção de um modelo de gestão que busca a modernização administrativa, a geração de investimentos, a melhoria da infraestrutura e a profissionalização do mercado. A empresa está pronta para o desenvolvimento futuro e para a modernização que o mercado requer. A CEASA-DF qualifica-se como uma das maiores e melhores Centrais de Abastecimento do Brasil, além de contar com um fortíssimo apoio logístico por sua localização privilegiada no planalto central. Algumas das Iniciativas e desafios que marcaram a gestão da CEASA-DF e seus respectivos resultados poderão ser percebidos não apenas nos números absolutos, mas, também, nos detalhamentos que serão a seguir apresentados, dentre elas destacam-se os seguintes itens:

- Recuperação de débitos e melhor rentabilização dos investimentos;
- Licitação de novos pavilhões na Ceasa para abrigar com maior conforto os permissionários;
- Contenção de gastos;
- Busca de alternativas para continuar oferecendo serviços de qualidade nas áreas de atendimento, segurança, limpeza, parte social, de infraestrutura e tantas outras;
- Licitação para adesão ao Mercado Livre de energia, que reduziu significativamente a conta de energia elétrica na ordem de 30%.

A implementação do controle financeiro eficiente na CEASA-DF é essencial para garantir a transparência, a sustentabilidade econômica e a prestação de serviços de qualidade à sociedade. A adoção de práticas como a otimização de recursos, a redução de desperdícios e o aprimoramento dos processos de auditoria permitiu que a estatal alcançasse maior equilíbrio orçamentário e previsibilidade financeira.



Além disso, o constante monitoramento e gestão da empresa contribui para maior precisão na tomada de decisões, garantindo que os investimentos venham a ser direcionados de forma estratégica e alinhados às necessidades da população.

Dessa forma, o controle financeiro consolidado no âmbito da CEASA-DF representa não apenas um avanço na gestão interna, mas também um compromisso contínuo com a transparência e a eficiência, promovendo benefícios diretos para a sociedade e fortalecendo a atuação da estatal no cumprimento de sua missão.

Ao longo deste ano de 2024, avançamos de forma estratégica, adotando uma gestão responsável e eficiente. Com planejamento e disciplina financeira, conseguimos equilibrar nossas contas e fortalecer nossa sustentabilidade. Esses resultados refletem nosso compromisso com a solidez e o crescimento contínuo.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Importância Econômica: A CEASA desempenha um papel fundamental na comercialização de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros, não apenas no Distrito Federal, mas também na RIDE, tornando-a um centro vital para o mercado atacadista desses produtos.

Volume de Comercialização: Em 2024, a CEASA comercializou um total de 338.943,53 toneladas de hortifrutícolas, flores e pescados, representando um aumento de -6,08% em relação no ano anterior. Tais valores tiveram grande impacto nas questões climáticas, o ano de 2024 foi marcado por diversas chuvas e tragédias, principalmente na região sul do país, caso mais emblemático foram as chuvas em Porto Alegre.

Distribuição e Procedência dos Produtos: Os produtos comercializados na CEASA provêm de uma ampla gama de fontes, incluindo 6 países, 16 estados brasileiros e 180 municípios. Isso demonstra a diversidade e a extensão da rede de abastecimento que a CEASA atende.

Participação Nacional e Internacional: Cerca de 98,5% dos produtos comercializados são de origem nacional, destacando a importância da produção nacional nesse mercado. No entanto, os produtos importados também desempenham um papel significativo, com fornecedores de países como Argentina, Espanha e Chile liderando as importações.

Contribuição por Estado: O Distrito Federal é o maior contribuinte para volume total comercializado, representando 72,1% do total. Outros estados como Goiás, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Espírito Santo, também têm participação significativa.

Segmentação por Produtos: O setor de frutas é mais significativo em termos de volume de comercialização, seguido pelo setor de legumes. Isso destaca as preferências e demandas do mercado atacadista.

Em resumo, a CEASA desempenha um papel crucial na distribuição e comercialização de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros, tanto a nível nacional, quanto internacional, com impacto não apenas no Distrito Federal, mas também em outros estados brasileiros e países.



14203 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

1.1. Finalidade

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, criada pelo Decreto n.º 4.140, de 07 de abril de 1978, conforme a autorização constante da Lei n.º 6.500, de 07 de dezembro de 1977, e ratificada pelo Decreto n.º 32.716, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.

A Empresa teve o seu Estatuto vigente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), nos termos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) n.º 190 do dia 19 de outubro de 2023.

O Capítulo II do Estatuto dispõe sobre os objetivos e as diretrizes de ação da Emater-DF, conforme artigos:

Art. 7º. São objetivos da Emater-DF:

I - colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal e da Administração Federal na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural e atividades de pesquisa aplicada;

II - planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural e atividades de pesquisa aplicada, visando a inovação tecnológica e a construção de conhecimento de natureza técnica, econômica, ambiental e humano-social, para formação de pessoas, aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida no meio rural do Distrito Federal e sua região geoeconômica, de acordo com as políticas de ação do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal.

Art. 8º. Para consecução dos seus objetivos deverá a Emater-DF observar os seguintes princípios:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - fomento a processos participativos, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

III - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

IV - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;

V - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Art. 9º. Para consecução dos seus objetivos deverá a Emater-DF observar as seguintes diretrizes básicas:

I - promoção do desenvolvimento rural sustentável;

II - apoio às iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;

III - aumento da produção, da qualidade e da produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;

IV - promoção da melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;



V - assessoramento às diversas fases das atividades econômicas, à gestão de negócios, sua organização, à produção, inserção no mercado, e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;

VI - desenvolvimento das ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;

VII - construção de sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

VIII - aumento da renda do público beneficiário e agregação de valor a sua produção;

IX - apoio ao associativismo e ao cooperativismo, bem como à formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

X - promoção do desenvolvimento e da apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e à integração deste ao mercado;

XI - promoção da integração da Emater-DF, por meio de suas atividades de assistência técnica e extensão rural, atividades de pesquisa aplicada, com as instituições que desenvolvem outras dimensões de inovação, pesquisa e ensino, aproximando a produção agrícola, o espaço rural e o espaço urbano do conhecimento científico;

XII - contribuição para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro;

XIII - compatibilização dos programas de assistência técnica e extensão rural e de atividades de pesquisa aplicada, com as políticas públicas nacionais e regionais de desenvolvimento rural;

XIV - estabelecimento e manutenção de processos de relacionamento operacional com as diretrizes da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e demais órgãos e entidades ligados às atividades de desenvolvimento rural;

XV - estímulo ao desenvolvimento tecnológico, gerencial e inclusão socioprodutiva, por meio do crédito rural, programas de fomento e apoio aos organismos creditícios na aplicação dos recursos financeiros e na avaliação dos resultados;

XVI - apoio à formação e ao aperfeiçoamento do quadro de empregados para a qualificação de suas atividades profissionais, com vistas à promoção do desenvolvimento rural sustentável;

XVII - estabelecimento e manutenção de sistema de acompanhamento, avaliação de resultados e controle das atividades de assistência técnica e extensão rural e atividades de pesquisa aplicada;

XVIII - promover o desenvolvimento de produtos, serviços e processos para atender à identidade e propósitos da Empresa.

Art. 10. Para o alcance dos objetivos estatutários, a Emater-DF poderá ser contratada por órgãos e entidades públicos ou privados, mediante remuneração, para executar serviços de assistência técnica e extensão rural.

1.2. Governança

Com o advento da Lei das Estatais - Lei nº 13.303/16, promulgada em junho de 2016 e devidamente regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Nº 45.539 de 28/02/2024, a Emater-DF promoveu um processo de adequação às novas exigências legais. No tocante à Governança, foi instituída no DF a Política de Governança Pública e Compliance pelo Decreto n 39.736/2019. Em alinhamento à legislação vigente foram revisados e elaborados os seguintes documentos institucionais da Emater-DF:

- Estatuto Social;
- Regulamento de Licitações e Contratos da Emater-DF;
- Código de Conduta e Integridade dos colaboradores da Emater-DF;
- Estratégia de Longo Prazo (Planejamento Estratégico Institucional);
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa;



- Plano de Negócios Anual; Relatório de Gestão e Sustentabilidade;
- Normativo referente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Esses documentos possuem o objetivo de fortalecer a estrutura desta Estatal e promover mecanismos de controle, transparência e prestação de contas à sociedade e aos órgãos fiscalizadores, alinhadas às boas práticas de gestão pública. Os documentos referentes à Governança da Emater-DF podem ser consultados no endereço eletrônico: <https://emater.df.gov.br/governanca-corporativa/>.

1.3. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação da Emater-DF. O plano exerce papel tático dentro da organização consoante os demais norteadores estratégicos institucionais, como Plano Plurianual, Planejamento Estratégico Institucional e Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Distrito Federal. Todas as aquisições de equipamentos e serviços de Tecnologia da Informação são alvo de levantamento e priorização prévios através do PDTI. O levantamento de necessidades de T.I é realizado em todas as unidades da Emater-DF, as mesmas são compiladas e priorizadas conforme a matriz de Gravidade, Urgência e Tendência (GUT). As iniciativas priorizadas são discutidas e selecionadas em conjunto com a alta Direção da Empresa. O PDTI da Emater-DF pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <https://emater.df.gov.br/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-pdti/>.

1.4. Publicidade e Propaganda

O Plano de Publicidade e Propaganda da Emater-DF visa divulgar à sociedade os projetos e ações desenvolvidos pela Empresa nos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme determinado pela Lei Distrital n.º 3.184 de 29 de agosto de 2003. O Plano está disponível no endereço eletrônico: <https://emater.df.gov.br/plano-de-publicidade-e-propaganda-2017/>.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	9	0	93	144	246
Comissionados sem vínculo efetivo	17	0	0	0	17
Requisitados de órgãos do GDF	10	0	6	4	20
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	8	18	26
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	9	0	9
Terceirizados (FUNAP)	0	0	12	0	12
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	36	0	128	166	330
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	21	0	21
Total Geral	36	0	107	166	309



1.5. Planejamento Estratégico Institucional

Em 2024, no âmbito da Gestão Estratégica, a Emater-DF prosseguiu o monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), direcionando suas atividades para alcançar resultados significativos para a sociedade. O Mapa Estratégico da Emater-DF, que abrange o período de 2022 a 2031, estabelece a Missão, Visão e Valores Institucionais, além de delinear 14 objetivos estratégicos de longo prazo, organizados em 5 perspectivas: impacto social, clientes, processos internos, aprendizado e crescimento, sustentabilidade e finanças. O PEI completo está disponível para consulta no seguinte link: <https://emater.df.gov.br/planejamento-estrategico>.

Quadro 01. Planejamento Estratégico Institucional da Emater-DF

Planejamento Estratégico Institucional 2022 a 2031 - Emater-DF		
Missão: Promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, por meio da assistência técnica e extensão rural de excelência, em benefício da sociedade		
Visão: Ser referência em assistência técnica e extensão rural essencial ao desenvolvimento da sociedade		
Valores Institucionais: Inovação - Comprometimento - Credibilidade - Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente - Ética e transparência - Presença no meio rural do Distrito Federal.		
Objetivos Estratégicos	Impacto Social	Promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável. Ser referência em informações sobre o espaço rural
	Clientes	Assegurar assistência técnica e extensão rural com qualidade e inovação tecnológica
		Fomentar a sustentabilidade ambiental
		Fortalecer as organizações rurais e a gestão rural participativa
		Fomentar a geração de renda e a inclusão social e produtiva
		Fomentar a sucessão familiar com foco em jovens rurais
	Processos Internos	Aprimorar a comunicação interna e fortalecer a imagem institucional
		Ampliar a utilização de estratégias digitais e soluções tecnológicas em ATER
	Aprendizado e Crescimento	Desenvolver competências gerenciais e profissionais
		Aprimorar a gestão de pessoas
		Difundir a gestão estratégica e a otimização de processos
	Sustentabilidade e Finanças	Primar pela excelência e transparência na gestão dos recursos
		Aprimorar a captação de recursos orçamentários e a geração de recursos próprios

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	3000000,0	1100000,00	976059,39	976059,39
0080 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-EMATER-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	1100000,00	976059,39	976059,39
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	30000,0	50000,00	9137,47	9137,47
0004 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	30000,0	50000,00	9137,47	9137,47
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20000,0	1302,0	1111,22	1111,22



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0042 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	20000,0	1302,0	1111,22	1111,22
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	8327704,0	186119,00	86380,13	86380,13
6150 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	8327704,0	186119,00	86380,13	86380,13
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	14760000,0	6990000,00	6920425,05	6920425,05
0035 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- EMATER-DISTRITO FEDERAL	14760000,0	6990000,00	6920425,05	6920425,05
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	26137704,00	8327421,00	7993113,26	7993113,26

Programação Orçamentária Realizada

2.1. Execução de sentenças judiciais

Em 2024, a Emater-DF figurou nos polos ativos e passivos, em mediante a apresentação de pelo menos 201 manifestações em ações judiciais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, do Tribunal Superior do Trabalho, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Houve também a representação extrajudicial da Emater-DF junto a órgãos e entidades da Administração Pública e entidades privadas, mediante atuação em procedimentos junto ao Ministério Público do Trabalho, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, à Controladoria-Geral do Distrito Federal, à Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF), além de elaborar notificações extrajudiciais a pessoas físicas e jurídicas.

2.2. Programa de Desligamento Voluntário

O Programa foi concluído com o desligamento de 23 empregados em fevereiro de 2024.

Considerando o interesse de novos empregados em aderir o programa, foi solicitado à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal a reabertura das 07 (sete) vagas remanescentes para o exercício de 2025.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	365000,0	57036,00	57035,75	57035,75
0020 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-EMATER-DF ENTORNO	365000,0	57036,00	57035,75	57035,75
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	500000,0	0,0	0	0
5611 - INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO RURAL NO DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	2160000,0	1897578,00	982671,10	683578,35



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0002 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATER-DF ENTORNO	800000,0	1561158,00	654700,10	647182,35
0057 - Apoio a ações de sustentabilidade	1000000,0	0,0	0	0
0058 - IMPLANTAÇÃO DE HORTAS ESCOLARES COM CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	291575,0	0
0059 - PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	60000,0	36420,0	36396,0	36396,0
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	965000,0	873302,0	862561,75	862561,75
0008 - APOIO A CAPACITACAO E EXTENSAO RURAL NO DF	965000,0	873302,0	862561,75	862561,75
3724 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL	0	1001859,0	829538,4	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL - INFRAESTRUTURA RURAL - CANAIS DE IRRIGAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	0	1859,0	0	0
0007 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL - Implantação de infraestrutura rural para o apoio a iniciativas de sustentabilidade - DISTRITO FEDERAL	0	400000,0	388300,0	0
0008 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL - Implantação de infraestrutura rural para o apoio a iniciativas de sustentabilidade - DISTRITO FEDERAL	0	40000,0	0	0
0009 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL - Implantação de infraestrutura rural para o apoio a iniciativas de sustentabilidade - DISTRITO FEDERAL	0	560000,0	441238,4	0
3773 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	80000,0	1,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS - DISTRITO FEDERAL	80000,0	1,00	0	0
4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	55000,0	3741317,00	1592332,92	121636,01
5666 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA-DIFUSÃO E MOMENTO DE INOVAÇÕES CIENTÍFICAS-DF ENTORNO	55000,0	3741317,00	1592332,92	121636,01
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	80000,0	1,0	0	0



0001 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO - DISTRITO FEDERAL	80000,0	1,0	0	0
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	440000,0	440000,0	437987,5	96125,0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	440000,0	440000,0	437987,5	96125,0
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	0	800000,0	792706,0	792706,0
0002 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS - AQUISIÇÃO E INSUMOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS PP - DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	93836,0	93836,0
0005 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS- AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS PARA PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL.-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	498870,0	498870,0
0006 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS - DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	4645000,00	8811094,00	5554833,42	2613642,86

Programação Orçamentária Realizada

2.3. AQUICULTURA

Em 2024, a cadeia produtiva da aquicultura no Distrito Federal continuou seu crescimento impulsionado pela demanda local, mesmo com a estabilidade nos preços pagos aos produtores. O programa ALEVINAR, uma ação conjunta da Emater-DF, SEAGRI-DF e CEASA-DF, iniciou a distribuição e comercialização de alevinos geneticamente melhorados e formas jovens de peixes para os produtores do Distrito Federal (DF). O programa também tem trabalhado na inclusão de pescado nas compras institucionais, ampliando o mercado para a produção local.

O programa de Aquicultura da Emater-DF, por meio do projeto PROAQUA, que consiste em um modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada, focou na gestão eficiente da aquicultura local, com ênfase na redução de custos e aumento da produtividade. As ações incluíram a oferta de assistência técnica especializada para a gestão zootécnica e econômica da atividade, priorizando a sustentabilidade ambiental e as boas práticas agropecuárias.

No ano de 2023, a produção de pescado no Distrito Federal atingiu 2.039.660 kg, gerando um Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 25.784.090,00 (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e noventa reais). Novas alternativas de produção foram implantadas, incluindo a produção intensiva de juvenis de tilápia, destinados à criação em outros estados.

Outra iniciativa relevante foi o projeto AQUA+, voltado para o aumento da produtividade e a eficiência no uso da água. A ação incluiu visitas planejadas de assistência técnica e extensão rural, com o objetivo de orientar os produtores sobre a manutenção e aprimoramento das Unidades de Experimentação em Aquicultura, instaladas em propriedades rurais da região. Essas unidades buscam estimular a adoção de inovações tecnológicas por produtores familiares e médios, promovendo ganhos em produtividade e sustentabilidade, em consonância com os objetivos do projeto AQUA+.

Para garantir a qualidade na execução da assistência técnica e extensão rural, foram capacitados 42 técnicos extensionistas, beneficiando mais de 800 aquicultores da região do DF.

Em 2024, o projeto PROAQUA beneficiou 19 agricultores, que passaram a receber assistência técnica especializada com visitas mensais. As Unidades de Experimentação também foram



acompanhadas mensalmente, com visitas técnicas para avaliação de desempenho. Além dos métodos individuais de assistência, foram realizadas diversas ações coletivas de extensão rural, como as visitas de produtores ao Circuito Tecnológico da Aquicultura durante a AgroBrasília 2024, o Dia de Campo sobre Fazendas Inteligentes na Produção de Peixes, com a participação de 100 beneficiários capacitados, e o 18º Encontro dos Piscicultores do DF e Entorno, evento com a participação de 60 beneficiários capacitados.

Em termos de capacitação, 05 extensionistas participaram de eventos de referência na cadeia produtiva, incluindo o International Fish Congress, com 02 extensionistas, e a Feira Nacional do Camarão e os Simpósios Internacionais de Aquicultura e de Carcinicultura, com 04 extensionistas.

O programa de Aquicultura da Emater-DF concentrou as ações não apenas no aumento da produção e renda dos aquicultores, mas também buscou construir um modelo de produção mais sustentável, implementando práticas inovadoras e promovendo a capacitação contínua dos produtores. Com essas ações, o Distrito Federal se posiciona como referência em aquicultura sustentável, garantindo uma oferta de alimentos de qualidade para toda a população.

Os principais resultados do Programa de Aquicultura da Emater-DF em 2024 estão apresentados na tabela abaixo:

Tabela 01. Resultados do Programa de Aquicultura da Emater-DF em 2024 (Fonte: Ematerweb)

Indicadores	Aquicultura 2024
Atendimentos realizados	12.912
Visitas realizadas	669
Beneficiários atendidos	2.076
Produtores rurais atendidos (IPA)	636
Propriedades atendidas (IPA)	619
Unidades de Experimentação	04

2.4. AVICULTURA

No Brasil, o consumo de carne de frango foi de aproximadamente 45,1 kg por habitante, enquanto o consumo de ovos atingiu 242 unidades por habitante, de acordo com dados de 2023 da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Esses números reforçam a importância desses produtos na alimentação da população, tanto no Distrito Federal quanto em outras regiões do país. A avicultura desempenha um papel fundamental no setor agropecuário do Distrito Federal, representando uma parcela significativa do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP). Em 2023, o VBP da avicultura foi de R\$ 1.784.885.252,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil e duzentos e cinquenta e dois reais), o que corresponde a 30,07% do total da produção agropecuária da região.

A carne de frango industrial segue como o principal produto da avicultura, com uma produção de 132.845.561 kg em 2023. Dessa produção, o VBP gerado foi de R\$ 1.004.312.441,00 (um bilhão, quatro milhões, trezentos e doze mil e quatrocentos e quarenta e um reais), representando 56,26% do VBP total gerado pelo setor avícola no DF. Além da carne de frango, a produção de ovos férteis também se destaca, com um VBP de R\$ 703.862.381,00 (setecentos e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e trezentos e oitenta e um reais), correspondendo a 39,43% do VBP do setor. Outros produtos relevantes incluem o ovo comercial, a carne de ave caipira e o ovo caipira.

A avicultura no Distrito Federal é uma das cadeias produtivas mais importantes, destacando-se pelas características que tornam a atividade mais acessível e eficiente. A cadeia produtiva da avicultura permite a exploração de pequenas áreas, apresenta baixo consumo de água, ciclos produtivos curtos e exige um investimento reduzido em infraestrutura, tornando-se uma opção atrativa para muitos produtores rurais.

O grupo de trabalho responsável pelo Programa de Avicultura/Suinocultura da Emater-DF atuou em diversas frentes de desenvolvimento do setor, com foco no fortalecimento da cadeia



produtiva, capacitação e inovação tecnológica. As principais ações desenvolvidas em 2024 foram:

- O Projeto Pró-Dúzia, estimula o crescimento da avicultura de postura semi-intensiva (tipo caipira);
- A execução do Circuito de Avicultura na AgroBrasília 2024, como unidade demonstrativa;
- Realização e apoio na capacitação de produtores rurais e extensionistas.

A Emater-DF tem incentivado a produção de poedeiras e frangos de corte em sistemas semi-intensivos (tipo caipira), oferecendo apoio técnico especializado. A empresa realiza ações de assistência técnica e extensão rural, proporcionando suporte direto aos produtores e trabalhadores rurais. Em 2024, o projeto Pró-Dúzia acompanhou 13 produtores de avicultura de postura tipo caipira (criação de poedeiras), com visitas periódicas para monitoramento e apoio ao desenvolvimento da atividade (figura 1).

Figura 1. Visita a campo – Pró-Dúzia 2024



Durante a AgroBrasília 2024, o Circuito de Avicultura apresentou equipamentos além de instalações elétricas e hidráulicas essenciais para o aprimoramento da atividade. Entre os dispositivos demonstrados, destacaram-se bebedouros automáticos, comedouros tubulares, campânulas, termômetros e outros equipamentos projetados para otimizar o tempo de trabalho e melhorar as condições ambientais para as aves (figura 2).

A escolha das linhagens também foi abordada, com ênfase nas diferenças zootécnicas entre as principais linhagens utilizadas no Distrito Federal. Outro ponto relevante discutido foi a coloração dos ovos, um fator de grande importância para o mercado consumidor, que está diretamente relacionado à linhagem das aves escolhidas, influenciando as preferências dos consumidores (figura 3).

Figura 2. Orientações sobre instalações (aviários) - AgroBrasília 2024



Figura 3. Ovos de diversas linhagens - AgroBrasília 2024



Ao longo de 2024, a Emater-DF promoveu diversas capacitações para produtores e extensionistas, sendo realizadas 12 ações coletivas, incluindo cursos, palestras, oficinas e reuniões técnicas, abordando temas como qualidade do ovo, nutrição, sanidade, instalações, linhagens, manejo geral e formalização da atividade. Além disso, 02 capacitações voltadas para extensionistas abordaram temas como influenza aviária, qualidade da água, sanidade e ornitopatologia, capacitando cerca de 50 extensionistas. A seguir, são apresentados os principais resultados do Programa de Avicultura da Emater-DF em 2024:

Tabela 02. Resultados do Programa de Avicultura da Emater-DF em 2024 (Fonte: Ematerweb)

Indicador	Avicultura 2024
Atendimentos realizados	22.097
Visitas realizadas	1.877
Beneficiários atendidos	3.425
Produtores rurais atendidos (IPA)	4.498
Propriedades atendidas (IPA)	4.218

2.5. BOVINOCULTURA

A bovinocultura no Brasil é uma atividade tradicional que gera renda e empregos diretos e indiretos, tanto no campo quanto nas cidades. Ela contribui por meio da venda de carne, leite e derivados lácteos, além de movimentar outros setores da cadeia produtiva, como rações, suplementos, medicamentos e serviços de assistência técnica. No ano de 2023 a bovinocultura gerou um Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 161.616.099,95 (cento e sessenta e um milhões, seiscentos e dezesseis mil, noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).

De acordo com a publicação AgroEmater-DF, Informação Técnica N° 1/2024, o sistema de produção de leite no Distrito Federal é predominantemente composto por pequenos produtores e rebanhos (Tabela 3), que utilizam o leite para consumo próprio in natura, para a fabricação de derivados lácteos (como queijos) e para a comercialização do excedente. Além disso, o DF também conta com projetos de produção em maior escala, incluindo sistemas confinados. Conforme os dados apresentados na Tabela 4, 100 maiores produtores de leite representam 51,97% da produção total no DF, embora correspondam a apenas 5,75% dos produtores.

Tabela 03. Panorama do Rebanho Bovino Leiteiro no DF (Fonte: Ematerweb)

Ano	Rebanho (nº cabeças)	Número de produtores	Rebanho/Produtor (nº cabeças)	Matrizes/Produtor (nº cabeças)
2021	34.756	1.382	25	12
2022	33.199	1.575	21	9
2023	32.756	1.739	19	8

Tabela 04. Produção de Leite em 2023 e Ranking dos Produtores do DF (Fonte: Ematerweb)

Produtores leite	% Produtores leite	Rebanho	% Rebanho	Matriz	% Matriz	Produção	% Produção



Tabela 03. Panorama do Rebanho Bovino Leiteiro no DF (Fonte: Ematerweb)

Ano	Rebanho (nº cabeças)	Número de produtores	Rebanho/Produtor (nº cabeças)			Matrizes/Produtor (nº cabeças)	
1.739 total	100,00	32.756	100,00	12.552	100,00	36.620.778	100,00
100 maiores	5,75	10.993	33,56	5.483	43,68	19.030.735	5,97
50 maiores	2,88	8.378	25,60	4.101	14,27	16.614.435	45,37
20 maiores	1,15	5.527	16,87	2.686	3,05	14.026.585	38,30
10 maiores	0,57	4.318	13,18	1.927	0,47	12.413.650	33,90
5 maiores	0,29	3.522	10,75	1.491	0,06	10.241.900	27,96

Em 2024, conforme os custos de produção de leite divulgados pela Emater-DF, o Custo Operacional Efetivo (COE) do leite se manteve em R\$ 1,53 por litro, o mesmo valor registrado em 2023. O custo por vaca também se manteve estável, em torno de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) por vaca por ano.

Já para a pecuária de corte, onde o Distrito Federal se caracteriza principalmente por rebanhos de cria, a venda de bezerros desmamados é a principal fonte de receita da atividade. Contudo, o setor enfrentou instabilidade nos preços durante 2023, em função dos valores pagos pela arroba do boi gordo e pelo descarte de fêmeas. O DF conta atualmente com 1.169 produtores de corte, sendo que 63% estão vinculados aos sistemas semi-intensivo e intensivo de produção, com a presença de projetos maiores de confinamento e terminação de animais.

Nesse cenário, há uma crescente necessidade de capacitação, treinamentos e projetos voltados para a melhoria da atividade, aumento da renda e sustentabilidade dos empreendimentos. Essas ações são essenciais para o crescimento e o desenvolvimento sustentável da bovinocultura no Distrito Federal.

A Emater-DF tem se dedicado a qualificar seu corpo técnico e os produtores, por meio de cursos de capacitação, palestras, dias de campo, feiras rurais e atendimento especializado. As ações conjuntas com a cadeia da agroindústria visam o fortalecimento do setor, com foco na formalização das atividades, agregação de valor, e geração de renda e emprego, com integração também ao turismo rural.

Entre as principais ações realizadas em 2024:

- Feira AgroBrasília: circuito de Bovinocultura, com demonstração e exposição de tecnologias e práticas de manejo da bovinocultura de corte e leite (incluindo sistema de bezerreiro tropical);
- Projeto + Pecuária Brasil: projeto de melhoramento genético, por meio da inseminação artificial em tempo fixo (IATF). Esse acordo de cooperação técnica (ACT), entre a Emater-DF e a CONAFER, vem ao encontro do trabalho desenvolvido pela Emater-DF, possibilitando o melhoramento da genética dos rebanhos de corte e leite e o aumento da produtividade da bovinocultura no DF, com foco na especialização dos empreendimentos, melhoria da gestão das propriedades, atuando em fatores associados para o sucesso da IATF como nutrição, sanidade, instalações e manejo;
- Elaboração de projetos de crédito direcionados às necessidades dos participantes para a compra de matrizes, reprodutores, produção de silagem, formação e reforma de pastos e aquisição de máquinas e equipamentos, realizando o atendimento continuado das propriedades participantes do projeto;
- Promoção de cursos e capacitação direcionados aos produtores e/ou funcionários das propriedades atendidas;
- Atuação transversal com a agroindústria, com foco na agregação de valor, diversificação de renda e geração de empregos na cadeia da bovinocultura;
- Em 2024, tivemos o número atualizado de 858 matrizes inseminadas, 65 produtores atendidos, 486 nascimentos e 57% de taxa de prenhez que expressou um excelente índice, o qual reforça a importância das ações de seleção e atendimentos de ATER da Emater-DF, para o sucesso do projeto;
- Atendimento em ATER Continuada: seleção de propriedades com potencial para a bovinocultura de corte e leite;



• Crédito Rural: projetos focados na compra de matrizes de leite e corte, aquisição de equipamentos, custeio de lavouras para silagem e formação/manutenção de pastos;

• A sanidade animal e a saúde pública também foram priorizadas com a execução do Programa Nacional de Erradicação da Brucelose e da Tuberculose no Distrito Federal. Em 2024, a Emater-DF realizou 791 visitas para vacinação contra brucelose, imunizando 2.021 bezerras.

A Emater-DF se destaca como uma das únicas unidades da federação a oferecer esses serviços gratuitamente aos produtores rurais. Os principais resultados do Programa de Bovinocultura da Emater-DF em 2024 estão apresentados na tabela 05.

Tabela 05. Resultados do Programa de Bovinocultura da Emater-DF em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Bovinocultura 2024
Atendimentos realizados	30.384
Visitas realizadas	2.859
Beneficiários atendidos	3.847
Produtores rurais atendidos (IPA)	2.009
Propriedades atendidas (IPA)	1.912

2.6. FLORICULTURA

A cadeia produtiva da floricultura no Distrito Federal se destaca como uma atividade agrícola de significativa importância econômica e social. A região apresenta um contexto favorável para o desenvolvimento do setor, com condições climáticas ideais, proximidade com mercados consumidores de grande poder aquisitivo e uma estrutura logística bem desenvolvida. Em 2023, o valor bruto de produção (VBP) da floricultura foi de R\$ 205.829.409,54 (duzentos e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos), indicando o potencial de crescimento do setor no DF. Destaca-se, na produção local, o cultivo de grama, com 21 produtores e área plantada de 258 hectares, representando um valor bruto de produção de R\$ 27.882.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos e oitenta e dois mil reais).

A crescente demanda por flores e plantas ornamentais em eventos, decoração urbana e espaços privados, tanto no DF quanto em todo o Brasil, abre novas oportunidades para expansão da atividade. O aumento no consumo dessas plantas em festas, casamentos, decorações de interiores e paisagismo reforça a tendência de crescimento do mercado.

Oportunidades de crescimento e desafios, como investimentos em inovação tecnológica, com a adoção de técnicas de cultivo protegido (estufas) e irrigação eficiente, podem aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção. Além disso, práticas sustentáveis e certificações ambientais são um diferencial importante, pois atendem a um público crescente, que se preocupa com o impacto ambiental.

As oportunidades futuras para o setor incluem a ampliação da área de cultivo, a diversificação das espécies e o aumento do uso de tecnologias para melhorar a qualidade e a produtividade. No entanto, a floricultura também enfrenta desafios, como a necessidade de modernização tecnológica, altos custos de produção, competição com produtos importados e a escassez de mão de obra qualificada. Alguns destaques de oportunidades de diversificação são os cultivos de lúpulo e de baunilhas nativas do cerrado.

Eventos como Feiras de Produtores, Festa da Goiaba, Festa do Morango, FestFlor e outros têm se mostrado fundamentais para fortalecer a cadeia produtiva. Esses eventos promovem o encontro entre produtores, paisagistas, decoradores e o público consumidor, além de estimular a comercialização local de flores e plantas ornamentais.

De acordo com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2022-2031, a Emater-DF tem desenvolvido diversas atividades para apoiar os produtores de flores e plantas ornamentais. O objetivo é gerar, adaptar e disseminar tecnologias que promovam o fortalecimento da cadeia produtiva e o crescimento da atividade no DF.



A Emater-DF tem se empenhado em ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), oferecendo capacitação contínua para produtores. Entre as principais atividades realizadas em 2024, destacaram-se:

- Dia de campo sobre produção de lúpulo, com 35 produtores, que puderam aprender sobre as etapas de plantio, colheita e pós-colheita do cultivo (figura 4). O cultivo de lúpulo no Distrito Federal tem se mostrado como uma atividade promissora para os produtores locais, especialmente com o crescimento do mercado de cervejas artesanais no Brasil. Apesar de o lúpulo ser tradicionalmente cultivado em regiões de clima temperado, avanços em tecnologia agrícola e adaptações às condições do Cerrado têm permitido seu cultivo no DF, com excelentes resultados.

Figura 04. Dia de campo sobre a produção de lúpulo realizada no Gama



- Excursão à propriedade produtora de baunilha, com 22 produtores, para conhecer o processo de cultivo da baunilha (figura 5). O cultivo de baunilhas no Distrito Federal vem ganhando destaque como uma alternativa promissora para agricultores interessados em culturas de alto valor agregado. O cultivo da baunilha exige cuidados específicos, como polinização manual e controle de condições ambientais, porém, o produto final tem um alto valor agregado, sendo uma das especiarias mais valorizadas do mundo.

Figura 05. Excursão à propriedade produtora de baunilha realizada em São Sebastião



- Realização de 20 excursões e 31 oficinas em várias regiões do DF, com foco na melhoria das práticas produtivas.

No Espaço da Emater-DF na Feira AgroBrasília 2024, o Circuito de Floricultura destacou a produção de flores comestíveis (figura 6). Durante o evento, foi apresentada a viabilidade de produção dessas flores em pequenas áreas e as oportunidades de comercialização e seu uso, tanto em gastronomia quanto em decoração.



Figura 06. Canteiro de gravínia dianthus no circuito de floricultura da AgroBrasília 2024.



Além disso, 49 produtores participaram de eventos como a Feira da Uva de Planaltina, a Festa da Goiaba e a Festa do Morango em Brazlândia, promovendo a comercialização de suas produções em regiões estratégicas do DF e aproximando os produtores do público consumidor.

No ano de 2024, o grupo de trabalho responsável pelo Programa Prioritário da Emater-DF na cadeia produtiva de floricultura teve como principais objetivos:

- Avaliar a cadeia de produção e comercialização de flores;
- Identificar potencialidades e desafios do setor;
- Promover o incentivo à produção local de flores e plantas ornamentais.

Os extensionistas rurais da Emater-DF realizaram diversas visitas a produtores, com o objetivo de entender as dificuldades enfrentadas e articular estratégias para promover o crescimento e o desenvolvimento do setor no DF. Os principais resultados do Programa de Floricultura da Emater-DF em 2024 estão apresentados na tabela abaixo.

Tabela 06. Resultados do Programa de Floricultura da Emater-DF em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Floricultura 2024
Atendimentos realizados	14.155
Visitas realizadas	520
Beneficiários atendidos	2.032
Produtores rurais atendidos	174
Propriedades atendidas	163

2.7. FRUTICULTURA

A fruticultura no Distrito Federal tem mostrado um crescimento significativo nos últimos anos, com o setor ganhando destaque no contexto da produção agrícola nacional. Em 2023, a área plantada foi de 1.778,35 hectares, com uma produção de cerca de 38 mil toneladas de frutas e um valor bruto de produção (VBP) de R\$ 233.562.303,90 (duzentos e trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e três reais e noventa centavos), representando um aumento de 10% na área de produção e um crescimento de 50 milhões de reais no VBP em relação ao ano anterior (Gráfico 1).

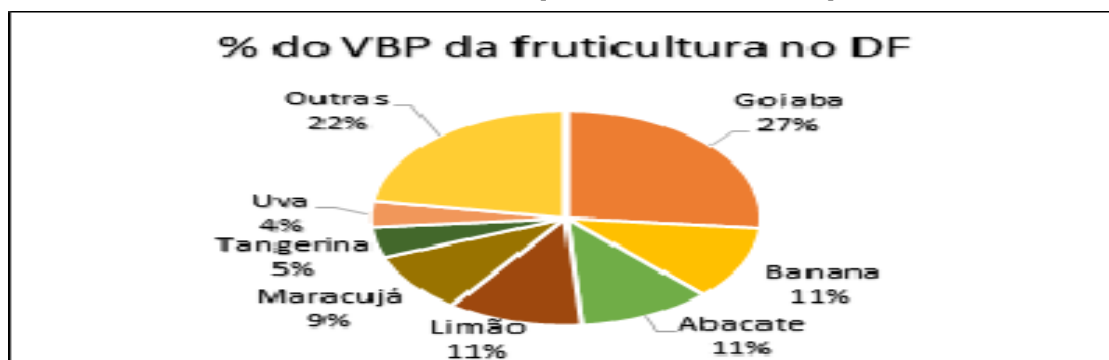
Tabela 07. Valor bruto de produção (R\$) da fruticultura do DF ao longo dos anos. (Fonte: EmaterWeb)

VBP da fruticultura no DF	
2021	R\$ 162.319.122,00
2022	R\$ 183.066.663,00
2023	R\$ 233.562.303,90



Os principais cultivos do DF incluem goiaba, banana, abacate, limão, maracujá, tangerina e uva, com destaque para o abacate, que se consolidou como a fruta mais produzida na região em 2023, com uma área de 412,78 hectares e uma produção de 7.070 toneladas. Essas frutas representam 27%, 11%, 11%, 11%, 9%, 5% e 4% do VBP total da fruticultura no DF, respectivamente (Gráfico 01). A produção de goiaba também se destaca, sendo a fruta que representa o maior VBP dentro da fruticultura do DF, com destaque para a autossuficiência da região na produção desse fruto.

Gráfico 01. Participação das frutas (%) no valor total do VBP fruticultura no DF no ano de 2023 (Fonte: EmaterWeb)



Principais avanços e inovações na fruticultura do DF em 2024:

- Crescimento do cultivo de abacate: a produção de abacate no DF tem experimentado um forte crescimento. O número de produtores saltou de 175 para 744 nos últimos cinco anos, e a área cultivada aumentou 1,88 vezes. Este aumento é impulsionado pela crescente demanda do mercado e pelo crescimento do consumo de abacate no Brasil;
- Expansão do cultivo de uva: a produção de uva, uma fruta que antes era típica dos estados mais frios do Brasil, se expandiu para o Cerrado. Em 2023, o DF contava com 54 produtores e 76 hectares plantados de uva. Já em 2024, o DF atingiu 86 produtores com 106.806 hectares plantados.
- Crescimento do cultivo de pitaya: a fruta teve um aumento significativo no DF, passando de 10 produtores para 90 em um período de cinco anos, com uma área cultivada de 25 hectares. Esse crescimento foi impulsionado pelo trabalho da Emater-DF por meio das ações de ATER, permitindo que os produtores realizassem todos os tratos culturais necessários para o bom cultivo da fruta;
- Novas possibilidades com o cultivo de açaí e mirtilo: a Emater-DF tem trabalhado no desenvolvimento da fruticultura de açaí e mirtilo no DF. Em 2024, o programa intitulado de Rota da Fruticultura do DF e Entorno contabilizou, por meio da assistência técnica e extensão rural, 58 produtores de açaí e uma área total de 50 hectares plantados. O cultivo de açaí no DF é realizado com a cultivar BRS Pai D'Égua, desenvolvida para o Cerrado, embora o plantio tenha enfrentado desafios no período seco. A Emater-DF então realizou uma oficina (figura 7) ensinando aos produtores técnicas para mitigar o efeito da seca para o cultivo do açaizeiro na região.



Figura 07. Oficina realizada em uma propriedade produtora de açaí para ensinar técnicas de mitigação ao efeito da seca no DF.



O mirtilo também vem ganhando destaque, com 14 produtores e 5,42 hectares plantados, utilizando um sistema semi-hidropônico. Em 2024, foi expandido para 25 sistemas semi-hidropônicos de cultivo de mirtilo no DF. Para isso, a Emater-DF tem oferecido assistência técnica e informações sobre custos e fornecedores de insumos. Cerca de 80 produtores compareceram aos eventos e se capacitaram nas técnicas de produção da fruta, sendo uma nova alternativa de renda ao agricultor do Distrito Federal.

Figura 08. Excursão na Ceilândia para visitar uma propriedade produtora de mirtilo no DF.



A Emater-DF tem buscado incentivar a diversificação das frutas cultivadas no Cerrado, incluindo caqui, framboesa, amora, graviola, açaí, mirtilo e outras frutas que antes não eram pensadas para o clima da região. Além disso, a adoção de técnicas sustentáveis e o uso de tecnologias avançadas têm sido pontos focais para o desenvolvimento da fruticultura no DF.

Resultados do Programa de Fruticultura da Emater-DF em 2023:

- Área plantada: 1.778,35 ha;
- Produção: 38.000 toneladas de frutas;
- Valor Bruto de Produção (VBP): R\$ 233.562.303,90 (duzentos e trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e três reais e noventa centavos);
- Crescimento de 10% na área de produção e aumento de 50 milhões no VBP comparado ao ano de 2022;
- Cultivos mais destacados: goiaba, banana, abacate, uva, pitaya, açaí e mirtilo;
- Novos sistemas de cultivo: introdução de cultivos semi-hidropônicos para mirtilo e técnicas para mitigação da seca para o açaí.

Na tabela 08 estão os números da fruticultura da Emater-DF de 2024, que evidenciam essa tendência de crescimento da atividade.



Tabela 08. Resultados do Programa de Fruticultura em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Fruticultura 2024
Atendimentos realizados	33.597
Visitas realizadas	2.237
Beneficiários atendidos	3.970
Produtores rurais atendidos (IPA)	2.283
Propriedades atendidas (IPA)	2.097

2.8. GRANDES CULTURAS

A cadeia produtiva das grandes culturas no Distrito Federal desempenha um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social da região, destacando-se pela alta tecnologia empregada pelos grandes produtores e pelo uso na alimentação básica nas pequenas propriedades. Culturas como soja, milho, feijão e café são protagonistas nesse cenário, impulsionadas pela adoção de práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto, pela utilização de insumos de alta qualidade e pela eficiência logística, proporcionada pela localização geográfica privilegiada do DF. Essa estrutura produtiva contribui para a geração de empregos, o fortalecimento do agronegócio e o abastecimento de alimentos, além de fomentar inovações que tornam o setor mais competitivo e sustentável.

A soja é a maior cultura do DF em termos de área plantada, com 85.211,99 hectares em 2024. A produção foi de 366.865 toneladas, um dos maiores volumes dos últimos anos. O DF é reconhecido pela produção de sementes de soja de alta qualidade, favorecida pelo clima regular, práticas agrícolas modernas e pelo uso de melhoramento genético. A soja é plantada de outubro a março e colhida entre março e abril.

O milho é outra cultura importante, com uma área plantada de 32.229 hectares e produção de 240.895 toneladas em 2024. O DF tem uma das maiores produtividades médias de milho, vale ressaltar também a produção de milho para silagem e milho semente.

A produção de feijão no DF também é significativa, com 10.361,46 hectares e uma colheita de 27.222 toneladas. A cultura é essencial para a alimentação regional e possui uma boa produtividade, beneficiada pelo clima favorável.

Embora com menor área plantada, com 6.148,30 hectares, o trigo é uma cultura estratégica para a diversificação agrícola, somando 28.415 toneladas de produção e agregando valor à produção de grãos no DF.

No DF, uma das culturas que vem ganhando destaque no Distrito Federal é o café. Em 2024, a área plantada de café no DF alcançou 455,91 hectares, o que representa um aumento considerável nos últimos anos. O DF é reconhecido pela produção de café de alta qualidade, especialmente o café arábica, cultivado com foco no grão cereja, considerado o mais nobre da variedade. A cafeicultura no DF é impulsionada por condições geográficas e climáticas favoráveis, além das técnicas de colheita diferenciadas adotadas pelos produtores locais. A produção de café tem se consolidado, com foco em variedades especiais, o que tem colocado o DF como um novo polo de café de qualidade no Brasil.

Na tabela 09 observa-se o número de produtores das principais grandes culturas cultivadas no Distrito Federal, além da área plantada e produção.

Tabela 09. Destaques das Grandes Culturas no DF em 2024 (Fonte: EmaterWeb/IPA)

Cultura	Área Plantada (hectares)	Produção (toneladas)	Produtores
Soja	85.211,99	366.865	735
Milho	32.229	240.895	2.128
Soja semente	11.441,8	51.978,54	42
Feijão	10.361,46	27.222	595
Sorgo	14.336,70	61.740,60	151
Trigo	6.148,30	28.415	76
Café	455,91	914,58	178



Em 2023, a produção das grandes culturas no Distrito Federal (DF) foi de 953.504 toneladas e gerou uma movimentação econômica de R\$ 1.481.614.711,41 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e um milhões, seiscentos e quatorze mil, setecentos e onze reais e quarenta e um centavos), representando 24,97% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do DF. Esse desempenho reflete a crescente importância das grandes culturas, como soja, milho, feijão e trigo, que se destacam pela alta produtividade média quando comparadas a outras regiões produtoras do Brasil.

A Emater-DF tem sido uma parceira importante no desenvolvimento das grandes culturas no DF, com destaque para sua participação em eventos coletivos de capacitação e troca de experiências entre produtores. Um exemplo significativo foi o Dia de Campo de Competição de Cultivares de Soja realizado na AgroBrasília 2024, no espaço da Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (COOPA-DF). O evento contou com a presença de mais de 500 pessoas e se destacou como uma das principais atividades da AgroBrasília, proporcionando aos produtores uma oportunidade de avaliar o potencial produtivo das cultivares de soja e a qualidade das sementes, além de promover a troca de conhecimentos e inovações agrícolas.

A Emater-DF tem dado suporte às cooperativas de grandes culturas do DF, com destaque para duas importantes entidades:

- Cooperativa Agrícola do Rio Preto (COARP), com 60 cooperados;
- Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (COOPA-DF), com 140 cooperados.

Essas cooperativas desempenham um papel fundamental no fortalecimento da produção local, na disseminação de boas práticas agrícolas e na agregação de valor à produção dos associados. A Emater-DF contribui com assistência técnica e orientações sobre inovação tecnológica, ajudando os produtores a superar desafios e a aumentar a produtividade nas culturas de soja, milho, feijão e café.

A tabela 10 apresenta os principais resultados do Programa de Grandes Culturas da Emater-DF em 2024, evidenciando o impacto e o alcance das ações da instituição:

Tabela 10. Resultados do Programa de Grandes Culturas em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Grandes Culturas 2024
Atendimentos realizados	14.941
Visitas realizadas	1.162
Beneficiários atendidos	2.340
Produtores rurais atendidos (IPA)	1.946
Propriedades atendidas (IPA)	1.986

2.9. OLERICULTURA

Em 2023, a olericultura no Distrito Federal apresentou produção de 260.962 toneladas, movimentando R\$ 1.889.802.758,98 (um bilhão, oitocentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e oito centavos) o que representou 31,85% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP). Esse desempenho demonstra a grande relevância da produção de hortaliças na economia local e sua contribuição significativa para a segurança alimentar tanto do DF quanto da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Características e Impactos da produção de hortaliças no DF no ano de 2024:

- Pessoas ocupadas: aproximadamente 3.000 empreendedores rurais se dedicam à produção de hortaliças. Além disso, toda a cadeia produtiva gera cerca de 30.000 empregos diretos e indiretos. São números que reforçam a importância social e econômica dessa atividade;
- Abastecimento local e exportação: além de atender a demanda da população do DF e da RIDE, a produção de hortaliças permite exportações para outros estados, destacando o DF como um polo produtor estratégico de alimentos frescos e de qualidade. São produzidos aqui mais de 60 espécies de hortaliças cultivadas ao longo de todo o ano. Esses dados trazem consigo um significado maior e estratégico: a segurança alimentar da população;



- Peculiaridades da cadeia produtiva: essa atividade tem características singulares: os empreendedores, em sua grande maioria, são classificados como pequenos, com maior frequência de agricultores familiares; estes atendem a um mercado que exige grandes volumes, com frequência e qualidade; a possibilidade de iniciar um empreendimento agrícola viável com investimento relativamente baixo coloca a atividade como uma das mais interessantes quando o objetivo é a inclusão produtiva.

A Emater-DF oferece assistência técnica e extensão rural continuada e multidimensional aos empreendedores dessa cadeia produtiva e esforça-se para apoiá-los de modo que seus empreendimentos se mantenham viáveis e sustentáveis mesmo diante das constantes mudanças de cenário.

Com foco na inovação tecnológica, foram oferecidas diversas capacitações pelos Escritórios Locais e pelo programa de olericultura. Destaque para os seguintes cursos realizados em parceria com o Centro de Formação Tecnológica e Desenvolvimento Profissional-CEFOP:

- Curso de Manejo de Agrotóxicos (figura 9): foco na racionalização e qualificação do uso, segurança do trabalhador e redução de impactos ambientais. Foram realizados 02 cursos com 29 participantes;
- Curso Como Ganhar Mais Dinheiro com Irrigação Eficiente: foco na otimização do uso dos recursos hídricos para a irrigação, redução do custo de produção devido à racionalização do uso da energia elétrica e adubação. Realizados 03 cursos com 45 participantes.

Figura 09. Curso Manejo de Agrotóxicos



No Espaço da Emater-DF na Feira AgroBrasília 2024, no Circuito das Hortaliças, dentre os diversos assuntos abordados, destacou-se a automatização de sistemas de irrigação. Demonstrou-se aos participantes que é investimento de retorno rápido devido à redução de custos com insumos (água, energia elétrica, fertilizantes) e de necessidade de serviços (figura 10).

Figura 10. Automatização da Irrigação no Circuito das Hortaliças no AgroBrasília 2024



Considerando que para os agricultores familiares e outros pequenos empreendedores é necessário e imprescindível investir no aumento da produtividade do trabalhador, a Emater-DF realizou os Dias Especiais de Mecanização e Automatização para a Agricultura Familiar. Eventos que demonstraram aos agricultores participantes que máquinas e equipamentos já estão disponíveis no mercado e podem ajudá-los. Esses eventos aconteceram na área rural



de Brasília, como parte da programação da Festa do Morango (figura 11), com a participação de 342 agricultores e na área rural de Planaltina, no Núcleo Rural Taquara, por ocasião da Festa do Pimentão (figura 12), onde participaram 415 pessoas.

Figura 11. Dia Especial de Mecanização e Automatização para a Agricultura Familiar em Brasília



Figura 12. Dia Especial de Mecanização e Automatização para a Agricultura Familiar em Taquara



Visando a capacitação de extensionistas para atuarem com qualidade junto aos agricultores foi oferecido o curso Automatização de Sistemas de Irrigação com a participação de 30 pessoas. A tabela 10 apresenta os principais resultados do Programa de Olericultura da Emater-DF em 2024, evidenciando o impacto e o alcance das ações da instituição (Tabela 11):

Tabela 11. Principais resultados do Programa de Olericultura da Emater-DF de 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Olericultura 2024
Atendimentos realizados	50.882
Visitas realizadas	4.053
Beneficiários atendidos	5.060
Produtores rurais atendidos (IPA)	3.314
Propriedades atendidas (IPA)	2.748

2.10. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

Os produtores rurais são assistidos pela Emater-DF, por meio da educação continuada, sobre os aspectos que envolvem todos os processos de comercialização. Entre os temas relacionados estão: classificação, padronização e diversificação de produtos, organização e logística de entrega, formalização fiscal, promoção em canais de ampla divulgação e Boas Práticas de Comercialização. A Emater-DF também apoia os agricultores e suas organizações no acesso aos diversos canais para a comercialização da produção. Em 2024 foram realizados 11.729 atendimentos coletivos e individuais envolvendo o assunto comercialização e mercado, beneficiando 3.300 produtores rurais (Tabela 12).



Tabela 12. Indicadores resultados em Comercialização e Mercado em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	11.729
Visitas realizadas	1.958
Beneficiários atendidos	3.627
Produtores rurais atendidos	3.300
Propriedades atendidas	2.581

Os circuitos curtos de comercialização, especialmente as Feiras Rurais, continuam desempenhando um papel fundamental no comércio da produção rural do Distrito Federal e na geração de renda para muitos produtores. Eles também promovem uma maior proximidade entre consumidores e produtores. O termo “Feira Rural” foi desenvolvido pela Emater-DF para facilitar o reconhecimento do produtor e da produção local pela população urbana, proporcionando acesso a uma maior diversidade de alimentos de qualidade. Além disso, essas feiras proporcionam novos mercados de vendas diretas para os produtores rurais, agroindústrias e suas organizações sociais. As Feiras Rurais são uma alternativa para o desenvolvimento local e regional.

Outros canais importantes de comercialização para a agricultura familiar são as compras governamentais, viabilizadas por meio de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA-DF). Essas iniciativas representam ferramentas estratégicas do Estado para fortalecer a agricultura familiar, aumentar a renda das famílias e expandir as opções de comercialização para os produtores. Além disso, contribuem para o desenvolvimento local e promovem a segurança alimentar e nutricional, especialmente para o público em situação de vulnerabilidade social, e apoio aos equipamentos públicos e do sócio assistencial.

No ano de 2024, a Emater-DF auxiliou os agricultores para a sua formalização fiscal junto a receita do Distrito Federal e para a emissão de nota fiscal através do aplicativo Nota Fiscal Fácil-NFF, módulo Produtor Rural-PPR, sendo 244 agricultores orientados nestes aspectos.

Feiras Rurais

As Feiras Rurais são um exemplo de dinamização das economias locais, pois visam o estabelecimento de relações mais diretas entre produtores e consumidores. Os circuitos curtos de comercialização de alimentos possibilitam maior autonomia para negociação entre produtores e os consumidores. Além disso, são significativos para a geração de trabalho, renda e oferta de alimentos saudáveis ao cidadão do Distrito Federal. No âmbito da atuação estratégica, a implantação de uma Feira Rural requer, dentre outras ações, a articulação com o Poder Público (apoio de Administrações, Secretarias, Departamentos de Trânsito, Órgãos Federais, Segurança Pública, dentre outros) que atendam a cada ação especificamente visando garantir a organização, segurança, apoio logístico e estrutural para a permanência e continuidade da feira.

Neste sentido, como exemplo, a Emater-DF fez ações em parceria com os organizadores de exposições agrícolas, com as Administrações Regionais e com os administradores do Parque da Cidade e do Zoológico, bem como com as organizações de agricultores (associações, cooperativas, entre outras) para a realização das Feiras Rurais nos respectivos eventos.

No ano de 2024, a Emater-DF organizou e coordenou 115 edições das Feiras Rurais em eventos como FloraBraz na Festa da Goiaba, no Seminário Nacional de ATER, AgroBrasília (figuras 13 e 14), na Semana do Meio Ambiente, Jardim Botânico, FloraBraz na Festa do Morango, Dia das Crianças no Zoológico, Expoabra, Expovitis (Figura 15), Boulevard Shopping (Figura 16), Ministério da Justiça (Figura 17) e Palácio do Buriti. Além disso, deu continuidade ao trabalho nas feiras de agricultores já existentes, como a Feira Rural no Parque (Parque da Cidade Sarah Kubitschek) e da Feira da Presidência da República. Outra articulação importante entre o Estado e os agricultores neste ano foram as reuniões para o novo Empório



do Colorado, onde a Emater-DF atuou diretamente mediando os debates e orientando tecnicamente.

Figura 13. Feira Rural organizada pela Emater-DF na AgroBrasília 2024



Figura 14. Feira Rural organizada pela Emater-DF na AgroBrasília 2024



Figura 15. Feira Rural organizada pela Emater-DF na Expovitis



Figura 16. Feira Rural no Boulevard Shopping organizada pela Emater-DF





Figura 17. Feira Rural no Ministério da Justiça organizada pela Emater-DF



No ano de 2024, a Emater-DF realizou 2.726 atendimentos no método de ATER de apoio à Feira, com ações de assistência técnica aos agricultores cadastrados e participantes das feiras rurais apoiadas pela Emater-DF, totalizando um público de 183 produtores rurais atendidos (Tabela 13).

Tabela 13. Principais resultados na realização de Feiras Rurais em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	2.726
Beneficiários atendidos	193
Produtores rurais atendidos	183
Propriedades atendidas	136

Compras Institucionais - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública criada com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar. Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, o PAA faz parte do conjunto de ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de garantir o acesso à alimentação adequada e de qualidade para a situação de vulnerabilidade social. O Programa recebe orçamento do Governo Federal e o Governo do Distrito Federal é um parceiro na execução da política.

Através do PAA/Termo de Adesão, firmado entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em 2024 executou-se o recurso financeiro de R\$ 2.818.632.042,10 (dois bilhões, oitocentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quarenta e dois reais e dez centavos) e oportunizou-se o acesso a 967 agricultores familiares inscritos. Este recurso possibilitou a compra de 401 toneladas de frutas, hortaliças e doces de frutas que foram distribuídos para 234 entidades socioassistenciais do DF por meio dos Bancos de Alimentos da CEASA/DF e Mesa Brasil do SESC/DF, beneficiando diretamente 106 mil pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar (Tabela 14).

Em 2024, atendendo as normas que regem o PAA dadas pela Resolução GGPAA Nº 3 de 05/09/2023, foi implementado a priorização da programação de entrega da produção pelos beneficiários fornecedores prioritários. Foi efetivada a participação de 262 agricultores identificados como prioritários, segundo critério determinado pelo marco legal, e estes comercializaram R\$ 2.185.679,91 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos).



Tabela 14. Número de Beneficiários consumidores, entidades socioassistenciais atendidas e quantidade de alimentos (t) entregue pelos agricultores familiares para o Programa Aquisição de Alimentos, modalidade compra com Doação Simultânea em 2024 pelo Termo de Adesão com o MDS. (Fonte: Emater-DF/GECOR)

Número de Agricultores familiares Inscritos	967
Beneficiários Consumidores atendidos	106.000
Entidades socioassistenciais atendidas	234
Quantidade de alimentos (tonelada)	401

Além da atuação direta com os agricultores familiares, a Emater-DF também atua na articulação com instituições públicas envolvidas na gestão e execução desta política, buscando uma execução em consonância com a realidade dos agricultores familiares do DF e suas organizações (figura 18).

Figura 18. Recepção de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos.



Entre as modalidades do PAA, a Emater-DF, por meio de seus extensionistas rurais, realizou 11.251 atendimentos aos seus beneficiários no ano de 2024 totalizando um público de 1.079 produtores atendidos (Tabela 15).

Tabela 15. Principais resultados no PAA em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	11.251
Visitas realizadas	513
Beneficiários atendidos	1.090
Produtores rurais atendidos	1.079
Propriedades atendidas	804

Compras Institucionais - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fornece alimentação e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes da educação básica pública em todas as suas etapas. O Governo Federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, repassa recursos financeiros ao Governo do Distrito Federal para complementar o programa. O PNAE garante a oferta de alimentos saudáveis, contribui para a geração de renda nas famílias rurais, promove a qualificação comercial dos agricultores e desempenha um papel importante no combate à fome e à pobreza.

As normas que regulamentam o PNAE estabelecem que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser



destinados à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar e de suas organizações. A prioridade é a aquisição de alimentos orgânicos, com base agroecológica e da sociobiodiversidade.

A aprovação da Lei 7.075, de 23 de fevereiro 2022, tornou obrigatória a inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar das unidades da rede pública do DF. O objetivo é incluir produtos orgânicos produzidos pela agricultura familiar gradualmente na alimentação escolar do DF. Em 2024, ampliou-se a aquisição de alimentos orgânicos pelo PNAE de duas para três regionais de ensino.

As ações desenvolvidas pela Emater-DF incluem o planejamento das Chamadas Públicas, o apoio aos agricultores familiares e suas organizações rurais do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE), além do acompanhamento e avaliação contínua do Programa (figura 18). O principal objetivo é aumentar a oferta de produtos e produtores habilitados, bem como promover o desenvolvimento econômico local e gerar melhor qualidade de vida para as famílias envolvidas.

Figura 19. Reunião do Grupo de Acompanhamento do PNAE com os representantes das Organizações Rurais para planejamento da chamada pública de 2024.



O PNAE é uma política pública que exige uma intersectorialidade de ações. Dessa forma, a tabela 16 refere-se aos resultados em volume financeiro após a criação do Grupo de Acompanhamento do PNAE (SEE-DF, SEAGRI-DF e Emater-DF) – GA PNAE. Os dados mostram acréscimo nos valores contratados via PNAE para a aquisição da agricultura familiar a partir de 2016, ano em que foi feito o projeto piloto, com a gestão do GA PNAE.

Tabela 16. Volume de recurso financeiro do PNAE aplicado na compra de alimentos da agricultura familiar no DF, período 2016 a 2024 (fonte: Emater-DF/GECOR)

Ano	Recurso financeiro (R\$)
2016	361.856
2017	6.141.061
2018	12.221.913
2019	18.923.494
2020	20.256.400
2021	23.898.991
2022	22.907.000
2023	23.315.773
2024	30.197.935

Em 2024 foi realizada uma Chamada Pública para aquisição de produtos convencionais e orgânicos da agricultura familiar (figura 20). Os contratos para aquisição de alimentos produzidos no sistema convencional foram no valor financeiro de R\$ 27.078.121,81 (vinte e



sete milhões, setenta e oito mil, cento e vinte e um reais e oitenta e um centavos) firmados com sete associações e seis cooperativas, oportunizando a participação de 726 agricultores familiares do DF e RIDE, fornecendo 3.759.590 kg de gêneros alimentícios. São 32 tipos diferentes de frutas e hortaliças distribuídos durante 200 dias letivos para 404.081 alunos matriculados em 684 escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Para a aquisição dos alimentos orgânicos foram contratadas, por meio de chamada pública duas associações do DF oportunizando a participação de 80 agricultores familiares no valor financeiro total de R\$ 3.119.812,91 (três milhões, cento e dezenove mil, oitocentos e doze reais e noventa e um centavos) para fornecimento de 32 tipos de frutas e hortaliças certificadas como orgânicas. São 613.852 kg de alimentos beneficiando 58.134 alunos matriculados e distribuídos nas unidades escolares da rede pública de ensino do Guará, São Sebastião e Núcleo Bandeirante.

Figura 20. Reunião do GA PNAE com o setor produtivo para lançamento e divulgação do edital da Chamada Pública de produtos convencionais e orgânicos de 2024



Em 2024 a Emater-DF realizou 504 atendimentos aos agricultores e suas organizações sociais relacionados à meta do PNAE (Tabela 17), dos quais se destacam o apoio dos Escritórios Locais às organizações rurais no Projeto Técnico de Venda e as reuniões do GA PNAE com o setor produtivo para preparação coletiva, acolhimento de sugestões de produtos orgânicos e convencionais e lançamento dos editais.

Tabela 17. Principais resultados no PNAE e PAPA-DF em 2024 (fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	504
Beneficiários atendidos	63
Produtores rurais atendidos	62
Propriedades atendidas	54

Compras Institucionais - Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA-DF)

O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA-DF) tem como objetivo garantir a compra direta de produtos agropecuários, extrativistas, in natura ou processados, além de artesanato produzidos por agricultores familiares ou suas organizações sociais, conforme a Lei Distrital 4.752, de 2012.

Para operacionalizar o PAPA-DF, a Emater-DF atua no planejamento (orientações nas demandas dos alimentos, dinamização da cadeia e divulgação dos editais); no acompanhamento (reuniões extraordinárias de avaliação e ajustes); no apoio às organizações rurais e em parceria com os órgãos de Estado demandantes, elaborando e orientando os projetos de venda e documentação e na capacitação de técnicos e agricultores.



No âmbito interinstitucional a articulação conjunta entre Emater-DF e SEAGRI-DF resultou no apoio à Secretaria de Educação do DF, por meio do Grupo de Acompanhamento do PNAE, para atender a demanda de aquisição de alimentos para a merenda escolar via PAPA-DF.

No ano de 2024, foram realizados três chamamentos públicos por órgãos do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal, sendo eles a Secretaria de Educação e SEAGRI, que contrataram o valor Financeiro de R\$ 10.576.953,54 (dez milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) para aquisição de produtos lácteos, frutas e hortaliças, oportunizando a participação de 175 agricultores familiares.

As Compras Governamentais cumprem um importante papel na inserção da agricultura familiar no poder de compra dos governos local e federal. Considerando a sua importância econômica, foram injetados aproximadamente R\$ 44 milhões de reais no ano de 2024 em contratos com os agricultores familiares e suas organizações rurais, conforme dados apresentados na tabela 18.

De acordo com Santos e Haddad (2007) para cada unidade monetária, acrescentada à renda do setor agropecuário nessa Unidade Federativa, esta se multiplica em 3,02 unidades monetárias. Isso implica dizer que o impacto econômico das Compras Públicas no DF gira em torno de 134 milhões de reais.

Tabela 18. Volume de recurso financeiro contratado por meio das Chamadas Públicas, aplicado na compra de alimentos da agricultura familiar no DF, período 2024 a 2025 (fonte: Emater-DF/GECOR)

	PAA	PNAE Convencional	PNAE Orgânico	PAPA-DF
Recurso Contratado	R\$ 3.624.078,48	R\$ 27.078.121,81	R\$ 3.119.812,91	R\$ 10.576.953,54
Produtores beneficiados	967	726	80	175
Público Beneficiado	106.000 cidadãos	404.081 alunos	58.134 alunos	502.081 cidadãos
Toneladas de Alimentos	477	3.760	613	455

2.11. ORGANIZAÇÃO RURAL

Durante os anos de atuação no Distrito Federal, a Emater-DF constatou que a gestão para o desenvolvimento local passa, necessariamente, por decisões e ações definidas em conjunto com representantes dos diversos grupos sociais envolvidos com a atividade rural. O exercício de cidadania da população rural torna as comunidades mais críticas e conscientes de seus direitos e das políticas públicas, o que eleva o controle social das atividades institucionais e assegura a equidade de conquistas sociais entre o rural e o urbano. A Emater-DF incentiva e apoia as diversas formas de organizações rurais (associações, cooperativas, conselhos rurais, condomínios/canais de uso de águas, federações, sindicatos e movimentos sociais) o que gera impacto econômico e o desenvolvimento nas comunidades.

As associações e cooperativas têm papel importante na economia do meio rural, pois estas instituições possibilitam a inserção dos produtores rurais familiares, nas compras institucionais (PAA, PNAE e PAPA-DF), além da participação dos chamamentos públicos para acesso a insumos, máquinas e implementos agrícolas, caminhões para transporte de mercadorias, entre outros. O incentivo às organizações viabiliza o fortalecimento das atividades econômicas dos trabalhadores e agricultores de base familiar, que participam efetivamente de outros mercados com melhores condições de concorrência e lucratividade, melhorando a renda e a qualidade de vida desta população.

Em 2024, a Emater-DF realizou atendimentos na Meta de Organização Rural a mais de 450 beneficiários (Tabela 19), acompanhou 130 organizações rurais, sendo 107 associações e 23 cooperativas, apoiou a criação da Cooperativa dos Cooperados do Assentamento Patrícia e Aparecida Agricultura Familiar – CDCAPAAF e da COOPEMEL-Cooperativa de Negócios Agropecuários do DF e entorno LTDA – Mel de Brasília, além do apoio na formação da Cooperativa de Apicultores do Distrito Federal e RIDE-COOAPIS, orientou agricultores com palestra para grupo com interesse em formalizar uma associação (figura 20), orientou quanto a formalização das organizações rurais, mediação de conflitos, planejamento e gestão de



organizações, além do apoio para participação em chamamentos públicos (figura 20), como exemplo o apoio à Associação dos Permissionários do Empório do Colorado-APEC.

Tabela 19. Principais resultados em Organização Rural em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	3.251
Visitas realizadas	57
Beneficiários atendidos	486
Produtores rurais atendidos	477

Foram realizadas palestras para grupos de agricultores com interesse em formalizar uma associação (Figura 21). Orientações foram promovidas quanto a formalização das organizações rurais, mediação de conflitos, planejamento e gestão de organizações, além do apoio para participação em chamamentos públicos (Figura 22), como exemplo o apoio à Associação dos Permissionários do Empório do Colorado-APEC.

Figura 21. Palestra para Grupo de Agricultores com interesse em formalizar associação



Figura 22. Palestra para Grupo de Agricultores com interesse em formalizar associação



Uma ação de extrema importância da Emater-DF foi o apoio dos seus extensionistas rurais junto aos nove Conselhos Regionais de Desenvolvimento-CRDRS e do Conselho Distrital (CDRS), participando e atuando ativamente nas reuniões mensais, cujo objetivo é debate das demandas das comunidades com o Estado, planejamento participativo e interações interinstitucionais.

Desenvolvimento Humano e Social

Com os objetivos estratégicos de promover a Segurança Alimentar e Nutricional, bem como o Desenvolvimento Rural Sustentável, a Emater-DF desenvolve ações diretamente com agricultores, trabalhadores rurais e suas famílias. Essas iniciativas visam promover o bem-estar, cuidar da saúde e oferecer assistência social, além de garantir o acesso a políticas públicas em parceria com outras instituições e entidades. Essa colaboração busca assegurar que as ações considerem a integralidade do ser humano.

Adicionalmente, a Emater-DF atua como promotora do desenvolvimento local, reconhecendo a importância do desenvolvimento humano como processo para alcançar diversas esferas de progresso, incluindo a econômica. Parte desse trabalho social é realizada por meio da



disponibilização de acesso a fomento, que viabilizam a segurança alimentar e nutricional e promovem a geração de trabalho e renda para grupos vulneráveis, orientando e acompanhando o desenvolvimento de projetos. O objetivo é construir estratégias que possibilitem a emancipação de pessoas e famílias, por meio de ações e parcerias que garantam o exercício da cidadania, priorizando direitos relacionados à educação, cultura, lazer comunitário, segurança e justiça, entre outros.

Além disso, a Emater-DF tem desempenhado um papel crucial na promoção da saúde preventiva e do saneamento rural ao longo dos anos. Com atuação voltada para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, oferecendo assistência técnica de qualidade e orientações com foco especial em ações de saneamento básico, boas práticas agropecuárias no pós-colheita e na promoção da saúde do público rural.

Desse modo, apresentamos a seguir o detalhamento das atividades realizadas, organizadas por ações estratégicas:

1) Inclusão socioprodutiva das mulheres rurais do DF

No ano de 2024 a Emater-DF promoveu o desenvolvimento econômico e social, assim como a igualdade de gênero no meio rural, que é fundamental para o fortalecimento das mulheres rurais. Para isso, foi necessário construir alternativas de geração de trabalho e renda que promovesse a inclusão social produtiva; com abordagem que proporcionou a troca de saberes, sabores e experiências, tratando as questões de gênero e cidadania com as mulheres.

Entre as iniciativas, destacaram-se as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que ofereceram suporte em áreas como Artesanato, Avicultura, Bovinocultura, Caprinocultura, Saúde, Saneamento, Habitação, Floricultura, Fruticultura, Meliponicultura, Organização Social e Econômica, Aquicultura.

Um dos pilares dessas ações foi o desenvolvimento econômico e social, com ênfase na igualdade de gênero no meio rural. Essa abordagem foi essencial para fortalecer as mulheres rurais, que desempenham um papel fundamental na agricultura e na gestão familiar. Nesse contexto, trabalhamos o projeto "Educação em Saúde – Terapia Comunitária Integrativa", para promover a saúde integral da comunidade por meio de práticas de terapia comunitária, visando o fortalecimento do vínculo social, a prevenção de doenças e a promoção do bem-estar. Foram realizadas 32 Rodas de Terapia Comunitária Integrativa em parceria com terapeutas voluntárias nas comunidades do PAD-DF (Café Sem Troco e Quebrada dos Neres); Vargem Bonita (Caub e Córrego da Onça); Jardim (Sussuarana); Núcleo Rural Tabatinga, Ceilândia (N.R. Boa Esperança) beneficiando cerca de 65 mulheres e também homens nesses espaços de escuta e saúde coletiva.

Além disso, as ações promoveram a troca de experiências, o empoderamento e a capacitação de mulheres que vivem em áreas rurais. Foram abordados temas essenciais como saúde, educação, produção rural, direitos e políticas públicas, proporcionando às participantes ferramentas para melhorar suas condições de vida e aumentar sua participação nas decisões comunitárias.

A valorização da cultura local também foi uma prioridade. Foram realizadas iniciativas para fortalecer a rede de artesãs rurais, incentivando a troca de experiências e fomentando a produção para comercialização de produtos artesanais. Essas ações não apenas promovem a cultura local, mas também geram renda e autonomia para as mulheres envolvidas. Destaque para a realização pela Emater-DF em parceria com o Sebrae, o evento Trilhas do Conhecimento que reuniu mais de 30 artesãos da área rural. Com oficinas e palestras, participantes aprenderam técnicas de fotografia e produção de vídeos para produtos autorais, processos criativos em artesanato e trabalhos manualistas, agregação de valor por meio da diferenciação e identidade cultural, marketing pessoal e investimentos em marketing digital.

Por fim, para comemorar o Dia Internacional da Mulher Rural, celebrado no dia 15 de outubro, a Emater-DF, em parceria com o Boulevard Shopping, realizou a Feira de Mulheres Empreendedoras Rurais; no evento o visitante encontrou doces, geleias, bolos, panificados, biscoitos, cafés especiais, artesanato, flores e plantas ornamentais. Foi realizado também, um "Dia Especial em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher Rural", uma iniciativa que



reuniu mulheres do meio rural para discutir questões relevantes, compartilhar experiências e fortalecer a rede de apoio entre elas. Este evento foi um espaço de celebração e reflexão sobre os desafios e conquistas das mulheres no campo.

Essas ações refletem um compromisso contínuo com o desenvolvimento das comunidades rurais, promovendo inclusão, igualdade e um futuro mais sustentável para todos.

Na tabela 20 apresentamos os principais resultados em ações de Inclusão Sócioprodutiva das Mulheres Rurais do DF em 2024.

Tabela 20. Principais resultados em ações de Inclusão Sócioprodutiva da Mulheres Rurais do DF em 2024
(Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	73.120
Visitas realizadas	6.581
Beneficiários atendidos	10.100
Produtores rurais atendidos	8.171
Propriedades atendidas	6.033

Figura 23. Oficina de Bordado com grupo do Gama



Figura 24. Evento Trilhas do Conhecimento



Figura 25. Feira de Mulheres Empreendedoras Rurais



2) Ampliação do Programa de Produção Sócioprodutiva (Fomento)

O Programa de Produção Socioprodutiva (Fomento), desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), é uma iniciativa essencial para fortalecer a produção e a autonomia das comunidades, especialmente



de mulheres rurais. Este programa não apenas promove práticas sustentáveis e colaborativas, mas também busca incluir agricultores de baixa renda nas atividades produtivas rurais.

As ações destinadas à concessão e à operacionalização dos Créditos de Instalação do Programa Nacional da Reforma Agrária-PNRA, constitui um instrumento poderoso para a construção de um futuro mais justo e sustentável, onde as comunidades possam prosperar de maneira autônoma e colaborativa. São iniciativas que não apenas beneficia os indivíduos, mas também fortalece o tecido social e econômico das comunidades, contribuindo para um país mais inclusivo e sustentável.

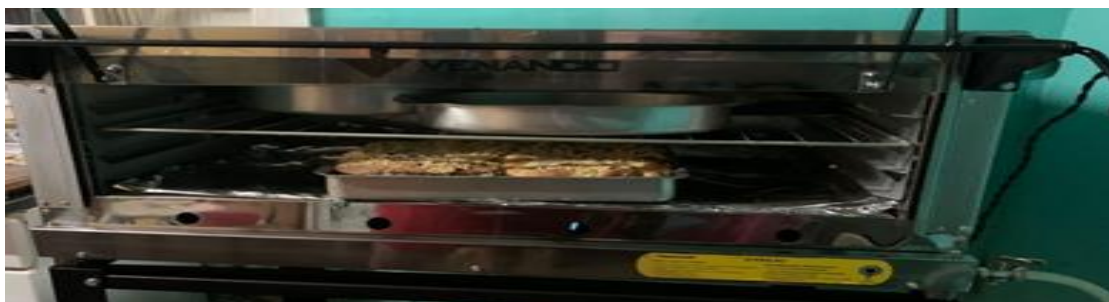
Ao facilitar o acesso a iniciativas que promovem a produção sustentável, capacitação e estímulo a práticas respeitadas com o meio ambiente, enquanto serviço de ATER contribuímos significativamente para o fortalecimento da autonomia e da resiliência das comunidades. Essa conexão não apenas melhora a qualidade de vida dos beneficiários, mas também promove um desenvolvimento rural mais sustentável e inclusivo.

Na tabela 21 apresentamos os principais resultados em ações de Produção Sócioprodutiva – Fomento em 2024:

Tabela 21. Principais resultados nas ações de Produção Sócioprodutiva - Fomento (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	529
Visitas realizadas	147
Beneficiários atendidos	132
Produtores rurais atendidos	120
Propriedades atendidas	100

Figura 26. Projeto Fomento MDS para aquisição de equipamentos fabricação de pães e biscoitos artesanais – Produtora de Tabatinga



3) Ampliação das Boas Práticas Agropecuárias (BPA)

As Boas Práticas Agropecuárias (BPAs) são fundamentais para garantir a produção sustentável, a qualidade dos alimentos, a saúde dos seres humanos e do meio ambiente. A busca pela ampliação dessas práticas é essencial para promover a eficiência na produção, a segurança alimentar e a sustentabilidade nas comunidades rurais.

Durante o ano de 2024 a Emater-DF realizou 25 reuniões técnicas, 8 oficinas, 6 palestras, 19 diagnósticos para certificação orgânica e 29 Assessorias em qualidade do alimento BPA.

A Emater-DF realizou em parceria com a Secretaria de Saúde-SES 12 Dias Especiais de Saúde do Trabalhador Rural com realização de exames toxicológicos e palestras sobre saúde, com a participação de 320 produtores.

Na tabela 22 apresentamos os principais resultados em ações de Boas Práticas Agropecuárias em 2024:



Tabela 22. Principais resultados nas ações de Boas Práticas Agropecuárias em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	29.072
Visitas realizadas	2.280
Beneficiários atendidos	3.503
Produtores rurais atendidos	3.068
Propriedades atendidas	2.724

4) Execução do Programa de Saneamento Rural da Emater-DF

A Emater-DF implementou o Programa de Saneamento Rural, uma iniciativa fundamental para promover a saúde e o bem-estar das populações que vivem no meio rural. Por meio da gestão adequada de esgoto e resíduos, bem como da educação sanitária. O programa tem contribuído para a construção de comunidades mais saudáveis e sustentáveis. A implementação está alinhada ao Marco Legal do Saneamento Básico, instituído pela Lei nº 14.026/2020, que estabelece diretrizes para a universalização e a qualificação dos serviços de saneamento no Brasil, fornecendo as bases legais e as metas que norteiam o Programa de Saneamento Rural da Empresa. Nesse contexto, foram realizadas as seguintes ações:

- Instalação de 324 sistemas de esgotamento sanitário individual: Através de captação de recursos de Emendas Parlamentares e Convênios com Instituições Governamentais.
- Execução de 48 reuniões técnicas, três oficinas e cinco palestras orientando técnicos e produtores sobre assuntos de saúde, saneamento e habitação: cuidados com lixo, funcionamento e manutenção de sistemas de esgotamento sanitário.
- Gestão de resíduos sólidos: foram realizados nove mutirões de coleta de lixo e entulho com a parceria com o SLU e quatro mutirões com a Vigilância Sanitária para eliminação de foco de mosquito transmissor da dengue, Zika e Chikungunya.

Na tabela 23 apresentamos os principais resultados em ações de Saneamento Rural em 2024:

Tabela 23. Principais resultados nas ações de Saneamento Rural em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	47.637
Visitas realizadas	4.200
Beneficiários atendidos	5.525
Produtores rurais atendidos	4.637
Propriedades atendidas	3.864

Figura 27. Instalação de sistema de esgotamento sanitário



Figura 28. Sistema de esgotamento sanitário individual





4) Atendimentos em políticas públicas sociais (cidadania, políticas públicas e benefícios sociais)

As políticas públicas sociais são essenciais para promover a cidadania e garantir o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, assistência social e segurança alimentar.

A Emater-DF desenvolveu atividades que garantiram ao público rural o acesso a benefícios por meio de articulação com diversas instituições para execução de políticas públicas. Entre as ações, destaca-se a emissão de 1.988 Cartões do Produtor Rural; 116 auxílios INSS e 125 aposentadorias.

Além disso, foram realizados 23 mutirões em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do DF (SEDES), que geraram 1.055 atendimentos com as equipes do CRAS Volante para acesso e atualização do CADÚnico, facilitando a participação de famílias em benefícios sociais e também no Programa Fomento Rural. Esses resultados demonstram o alcance da atuação com foco nos agricultores e trabalhadores rurais no ano de 2024, representados na Tabela 24.

Tabela 24. Principais resultados nas ações de cidadania, políticas públicas e benefícios sociais em 2024
(Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	34.112
Visitas realizadas	6.259
Beneficiários atendidos	9.536
Produtores rurais atendidos	7.831
Propriedades atendidas	5.876

Figura 29. CRAS Móvel/PAIF



2.12. AGROINDÚSTRIA

O processamento de alimentos é uma atividade de agregação de valor aos produtos agropecuários produzidos nas propriedades rurais. Na área rural do DF existem 418 produtores que processam alimentos, sendo que 226 processam produtos de origem animal e 192 processam produtos de origem vegetal.

São assistidas pela Emater-DF um total de 396 agroindústrias, as quais produzem diversos produtos, como laticínios, queijarias, abatedouros, fábrica de produtos cárneos, entrepostos de ovos, entreposto de mel, doces e conservas, produtos vegetais, bebidas e produtos artesanais.

A Emater-DF possui uma Equipe Especializada de Agroindústria, cujo objetivo é promover uma assistência técnica mais focada à realidade do setor e também de forma continuada aos estabelecimentos de processamento de alimentos dos produtores rurais. Este atendimento abrange a tecnologia de produção, a orientação em Boas Práticas de Fabricação, a elaboração de rótulos; projetos de construção, adequação e ampliação da estrutura; a gestão da



agroindústria e a elaboração e encaminhamento de documentos para formalização junto aos órgãos sanitários.

No ano de 2024 foram realizadas as seguintes ações em foco no desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos agroindustriais:

- Promoção e implantação, desenvolvimento e acompanhamento das agroindústrias, através de assistência continuada;
- Execução de cursos sobre "Como implantar uma Agroindústria de Pequeno Porte de Ovos" no formato EAD, assim como realização de capacitações em tecnologias de alimentos;
- Assessoramentos nos processos de formalização das agroindústrias junto aos órgãos sanitários;
- Elaboração de projetos/croquis de agroindústrias para os produtores rurais do Distrito Federal;
- Elaboração de rótulos e informação nutricional de produtos processados.

Figura 30. Encontro Distrital de Agroindústria



Figura 31. Curso processamento de Alimentos



Em Boas Práticas de Fabricação (BPF), no ano de 2024 foram realizadas as seguintes ações junto aos produtores rurais:

- Promoção das Boas Práticas de Fabricação junto aos produtores rurais, com visitas planejadas para as agroindústrias formais e informais, com objetivo de abordar as Boas Práticas concomitante com outros assuntos;
- Execução dos cursos sobre "Boas Práticas de Fabricação", no formato EAD;
- Execução do curso sobre Boas Práticas de Fabricação (BPF) de Alimentos para os produtores que participam de feiras e eventos organizados pela Gerência de Comercialização.

Na tabela 25 apresentamos os principais resultados em ações de desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos agroindustriais e Boas Práticas de Fabricação (BPF) em 2024:



Tabela 25. Principais resultados nas ações de desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos agroindustriais e Boas Práticas de Fabricação (BPF) em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	17.622
Visitas realizadas	2.053
Beneficiários atendidos	4.945
Produtores rurais atendidos	403
Propriedades atendidas	386

3. Projeto do Desenvolvimento do Queijo Artesanal no DF – Selo Arte

O objetivo principal desse projeto é desenvolver a cadeia dos queijos artesanais do Distrito Federal, divulgando a Lei do Selo Arte, trazendo renda para os produtores, desenvolvimento regional, segurança alimentar e turismo rural para a região. Em 2024, várias ações desse projeto foram realizadas, dentre elas:

- Oito reuniões dos queijeiros, onde foram tratadas diversas demandas deste setor e que teve como desdobramento a criação de um grupo de trabalho com a participação da DIPOVA e Emater-DF para a construção de uma portaria instituindo o Registro Sanitário provisório para Queijarias, que foi publicada em 22 de Julho de 2024 (Potaria nº 196);

Com o apoio e incentivo da Emater-DF, alguns destes produtores, participaram de concursos de queijo em São Paulo e Blumenau e tiveram seus queijos premiados com medalhas de ouro, prata e bronze.

- I Concurso de Queijos Artesanais do Distrito Federal, realizado em setembro de 2024, contando com a participação de 20 produtores rurais e 66 queijos inscritos nas categorias de leites de vaca, cabra, ovelha e búfala, frescos e maturados.

Figura 32. Concurso de Queijo Artesanal



2.13. TURISMO RURAL

Na área de Turismo Rural, a Emater-DF tem como objetivo integrar as cadeias produtivas e culturais do meio rural às atividades turísticas. Essa integração visa agregar renda, resgatar tradições e gerar novos postos de trabalho, melhorando, assim, as condições de vida e promovendo a inclusão produtiva da população local.

Dessa forma, as práticas de Turismo Rural e a produção associada estão em uma fase de conscientização, onde buscamos informar ao público sobre a possibilidade de vincular seus produtos à cadeia do turismo. Isso envolve a organização e adequação dos produtos para torná-los competitivos nesse segmento. Embora os resultados sejam de médio e longo prazo, eles revelam um grande potencial a ser explorado e um crescente interesse tanto por parte dos pequenos produtores (potenciais fornecedores) quanto dos empreendedores e visitantes (potenciais compradores).

A assistência técnica e extensão rural voltada para o turismo rural, no ano de 2024, incluiu ações de capacitação e treinamento, desenvolvimento de experiências e produtos turísticos, orientação em sustentabilidade, marketing e promoção, além de infraestrutura e



acessibilidade, gestão e planejamento. Essa abordagem não apenas apoia o desenvolvimento econômico local, mas também desempenha um papel fundamental na preservação da cultura e no fortalecimento das comunidades. Ao criar um ciclo positivo que beneficia tanto os anfitriões quanto os visitantes, a promoção de um turismo consciente e sustentável se torna uma prioridade essencial.

Os serviços prestados pela Emater-DF possibilitam um aumento na renda das famílias envolvidas, contribuem para a sustentabilidade e promovem a conservação ambiental local, fortalecendo parcerias com instituições do trade turístico.

No ano de 2024 foram realizadas as seguintes ações para promoção do turismo rural associado à produção:

- Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, para estruturação de produtos turísticos na área rural e/ou organização da cadeia programática para visitação;
- Desenvolvimento de parcerias para fortalecimento da cadeia produtiva do turismo;
- Integração das cadeias produtivas com atividades turísticas;
- Fortalecimento por meio da ATER, dos circuitos turísticos e eventos agropecuários nas comunidades e regiões rurais;
- Orientação à implantação e manutenção de atividades de "Colha & Pague" nas diversas cadeias produtivas como forma de incentivo ao turismo e comercialização;
- Lançamento da Rota do Queijo Artesanal do DF: em 2024, foi lançada a Rota do Queijo Artesanal do DF. Inicialmente, fazem parte da Rota oito propriedades rurais, sendo sete propriedades no DF e uma do Entorno. São pequenas queijarias artesanais que produzem queijos de leite de vaca e cabra. Algumas delas já estão recebendo visitantes na propriedade (Cabríssima, Ercoara, Vila das Cabras, Malunga e Rancharia Queijaria), as demais estão se estruturando para abrirem suas portas aos visitantes. Ainda em 2024, a própria Emater-DF, realizou o I Concurso Distrital de Queijos Artesanais – Prêmio Queijos Brasília 2024.

Na tabela 26, apresentamos os principais resultados em ações de promoção do turismo rural associado à produção em 2024.

Tabela 26. Principais resultados nas ações de promoção do turismo rural associado à produção em 2024
(Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	1.926
Visitas realizadas	106
Beneficiários atendidos	285
Produtores rurais atendidos	55
Propriedades atendidas	55

Figura 33. Lançamento Rota do Queijo Artesanal





Figura 34. Mapa da Rota do Queijo Artesanal do DF



2.14. CRÉDITO RURAL

No ano 2024, os produtores enfrentaram dificuldades quanto à disponibilidade de recursos em algumas linhas de crédito. Houve uma retração na aprovação de projetos de crédito rural por parte dos bancos, principalmente devido à necessidade da Certidão de Conformidade Ambiental do ICMBio-CCA/ICMBio, conforme Resolução 140/2022 do Banco Central do Brasil, que é uma exigência a mais, além da DCAA, já comumente utilizada no Distrito Federal. O ICMBio tem dificuldades na emissão da CCA e tem demorado muito a liberação. Foram realizadas diversas reuniões com o órgão ambiental, porém a dificuldade não foi solucionada. O que impactou na liberação de crédito rural no Distrito Federal.

Na linha de crédito do Prospera, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, o valor direcionado à área rural ficou em torno de 10% do comitê, mesmo assim o número de projetos aprovados foi um pouco maior que em 2023.

Já no Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal-FDR houve a prospecção de inserção de recursos por parte da SEAGRI-DF. Foi elaborada uma quantidade maior de projetos, principalmente no tocante à Rota da Fruticultura, também aprovada uma quantidade maior de projetos e o recurso disponibilizado aumentou, porém a recurso específico para a Rota da Fruticultura não chegou a ser disponibilizado.

Em 2024, foram feitas tratativas para que o Banco de Brasília-BRB iniciasse a operacionalização da linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos. Para tanto o banco está construindo um sistema de correspondente bancário para essa operacionalização. No caso da concretização do sistema, haverá um acréscimo no número de projetos de investimento, melhorando a condição tecnológica dos produtores rurais. Foram feitas tratativas para implementação de Acordo de Cooperação Técnica com o Sicoob/Credibrasília, o qual está em fase de análise de documentação.

Em alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional da Emater-DF (PEI), a Meta de crédito rural, Indicador 6.2, tem por objetivo aumentar em 5% o número de projetos elaborados. Em 2023 foram elaborados 306 projetos e em 2024 elaborados 347 projetos, totalizando cerca de R\$ 24.199.675,09 (vinte e quatro milhões, cento e noventa e nove reais e nove centavos) nas diversas linhas de crédito disponíveis, e aprovados 151 projetos, totalizando R\$ 9.913.116,35 (nove milhões, novecentos e treze mil, cento e dezesseis reais e trinta e cinco centavos), conforme Tabelas 28 e 29. No ano de 2024 foram executados 5.396 atendimentos diversos e atendidos 2.643 beneficiários com repetição, conforme Tabela 30.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Tabela 27. Alcances de projetos de crédito para o ano de 2024 (Fonte: GEDEC/Emater-DF)

Agentes financeiros/linhas de crédito	Projetos elaborados	Elaborados R\$	Projetos contratados	Contratados R\$
Prospera	86	2.019.587,78	53	1.265.253,89
FDR	118	10.668.531,16	38	3.171.013,68
Banco do Brasil	31	2.618.677,95	04	1.230.791,60
BRB/Pronaf	62	3.709.847,31	32	1.109.514,78
BRB/Pronamp	15	1.933.709,38	05	1.137.074,34
Sicoob/Pronaf	09	784.652,61	05	238.759,75
Sicoob/Pronamp	11	1.344.014,54	03	318.662,81
Caixa	03	199.993,55	00	0,00
Sicredi	12	1.072.058,91	11	896.045,50
Total	347	24.199.675,09	151	9.913.116,35

Tabela 28. Evolução do valor de projetos de crédito contratados e elaborados nos últimos 04 anos (Fonte: EmaterWeb)

	R\$ contratados	R\$ elaborados
2021	10.212.093,02	23.242.297,50
2022	12.576.226,86	23.745.749,57
2023	9.645.423,22	22.055.347,87
2024	9.913.116,35	24.199.675,09

Tabela 29. Evolução do número de projetos de crédito rural elaborados e contratados dos últimos 04 anos (Fonte: EmaterWeb)

	Nº contratados	Nº elaborados
2021	175	329
2022	138	281
2023	148	306
2024	151	347

Tabela 30. Alcances em atendimentos do crédito rural em 2024 (fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	5.396
Visitas realizadas	822
Beneficiários atendidos	2.643

Em 2024 foram executadas, entre CAFs físicas e jurídicas 1.112 emissões de CAF, atendendo 1.697 beneficiários. Conforme Tabela 27, foram realizados 8.118 atendimentos diversos nesta meta, atendendo a 3.367 beneficiários (Tabela 31).

Tabela 31. Alcances em atendimentos da CAF em 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Quantitativo
Atendimentos realizados	8.118
Visitas realizadas	3.182
Beneficiários atendidos	3.367

Informações Conjunturais

O VBP – Valor Bruto da Produção da Agropecuária do Distrito Federal é um indicador que demonstra o desempenho das safras agrícola e pecuária de um determinado ano. O VBP da Agropecuária de 2023 no DF foi de R\$ 5.934.080.790,44 (cinco bilhões, novecentos e trinta e quatro milhões, oitenta mil, setecentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos) e aumentou em 14,4 % o seu valor total, quando comparado a 2022, conforme tabelas 32, 33, 34 e Gráfico 02.



Tabela 32. Representação dos setores produtivos no VBP agrícola 2023 no DF (Fonte: GEDEC/Emater-DF)

Nº	Cadeia Produtiva	Área Plantada (hectares)	Produção (unidades variadas)	VBP (R\$)	% VBP Total
1	Olericultura	8.930,07	260.962	1.889.802.758,98	49,20
2	Grandes Culturas	165.514,26	953.504	1.481.614.711,41	38,57
3	Fruticultura	1.778,35	37.615	233.562.303,90	6,08
4	Floricultura	457,25	9.032.763	205.829.409,54	5,36
5	Silvicultura	1.818,55	217.375	30.435.508,50	0,79
Total		178.498,48	10.502.219	3.841.244.692,33	100,00

Tabela 33. Representação dos setores produtivos no VBP pecuária 2023 no DF (Fonte: GEDEC/Emater-DF)

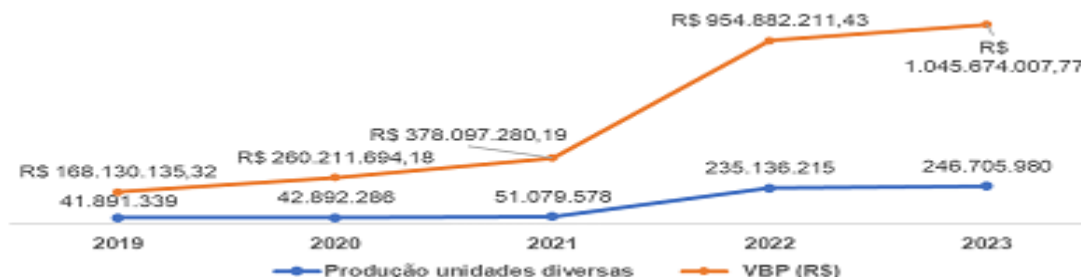
Cadeia Produtiva	Rebanho (nº cabeças)	Produção (unidades variadas)	VBP (R\$)	% VBP Total
Avicultura	63.346.801	181.147.638	1.784.885.252,20	85,29
Bovinocultura	82.914	40.812.893	161.616.099,95	7,72
Suinocultura	221.913	132.845.561	110.144.510,00	5,26
Aquicultura	1.586.546	2.039.660	25.784.090,00	1,23
Ovinocultura	24.562	224.894	4.752.452,00	0,23
Bubalinocultura	1.064	377.046	1.676.088,00	0,08
Apicultura	3.183	34.139	1.536.255,00	0,07
Caprinocultura	2.817	85.041	1.355.349,06	0,06
Coturnicultura	33.577	293.187	999.551,90	0,05
Cunicultura	1.794	2.470	86.450,00	0,00
Total	65.305.171	357.862.529	2.092.836.098,11	100,00

Tabela 34. Evolução do Valor do VBP da Agropecuária do DF dos últimos 05 anos no DF (Fonte: GEDEC/Emater-DF)

Ano	VBP (R\$)
2019	2.907.865.991
2020	3.577.979.033
2021	4.557.526.357
2022	5.181.953.189
2023	5.934.080.790

O VBP da Agroindústria do Distrito Federal avalia o cenário da agroindústria rural no ano e estima o faturamento bruto dessa atividade produtiva na propriedade. O VBP da Agroindústria / 2023-DF totalizou R\$ 1.045.674.007,77 (um bilhão, quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, sete reais e setenta e sete centavos) e é composto por 93 produtos que são distribuídos em 25 categorias. Este indicador cresceu 9,51 % de 2022 para 2023, conforme Gráfico 02.

Gráfico 02. Evolução do Valor do VBP da agroindústria do DF dos últimos 05 anos no DF (Fonte: GEDEC/Emater-DF)



O Indicador Toneladas de Alimento Produzidas/Ano no Distrito Federal é objetivo no PEI da Emater-DF, Indicador 1.2, pretende aumentar em 2% a quantidade total de alimentos produzidos no DF. Em 2022 foram produzidos 1.476.244 Toneladas e em 2023 foram



produzidos 1.471.791 Toneladas, portanto houve uma redução de cerca de 4,45 %, conforme demonstra Tabela 35.

Tabela 35. Evolução da quantidade de alimentos em toneladas produzidos nos 03 últimos anos no DF
(Fonte: GEDEC/Emater-DF)

Ano	Quantidade de alimentos (toneladas)
2021	1.225.647
2022	1.476.244
2023	1.471.791

Avanços na área de informações conjunturais 2024:

1) Criação de sistema informatizado com as seguintes funcionalidades:

A implantação dos módulos de atividades de Informativos de Produção Agropecuária (IPAs), Valores de Produção Agropecuária (VBPs) e Relatório de Informação Agropecuária (RIA) reduzirá significativamente o tempo gasto para gerar os relatórios destes assuntos, permitindo uma maior atividade de controle, supervisão e divulgação de informações conjunturais sobre as cadeias produtivas aos nossos técnicos de campo e público externo (Imprensa, Órgão Governamentais do Setor Agropecuário Distrital e Federal, Entidades de Educação e Pesquisa, outros).

2) Publicação de três edições do AgroEmater-DF:

O AgroEmater-DF tem por objetivo divulgar informações técnicas sobre a produção agropecuária do Distrito Federal, apresentar o desempenho das safras agrícolas e pecuária, e fornecer dados e análises que subsidiem as decisões dos agentes do setor como técnicos, produtores rurais e gestores de órgãos públicos e instituições privados.

Em 2024 a Emater-DF publicou três edições do AgroEmater-DF. Edições: Publicadas – Nº 1/2024 (Alface, Aquicultura e Bovinocultura Leiteira), Nº 2/2024 (Morango, Avicultura Caipira Semi-intensiva e Grama) e Nº3/2024 (Mirtilo, Milho e Flores de Corte).

3) Tabela sistematizada de cálculo da produção de toneladas de alimentos ano:

A criação da tabela informatizada de cálculo da produção em toneladas de alimentos produzidos na agropecuária, em parceria com a Gerência de Tecnologia e Informação – GETIN, com o objetivo gerar dado para o Indicador 1.2 do PEI da Emater-DF, foi uma modernização que resultou na redução do tempo de resposta para esta informação. Antes da ferramenta o cálculo era realizado de forma manual e demorada, agora a operação ficou célere, permitindo uma melhor análise conjuntural da informação.

4) Atualização do Custo de produção

A partir de 2024, o custo de produção será atualizado semestralmente e disponibilizado no site da Emater-DF. Esse processo é realizado por meio de um sistema informatizado, no qual os dados são inseridos para calcular e gerar o custo de produção revisado e atualizado.

2.15. FILHOS DESTE SOLO

O programa Filhos Deste Solo está focado na transformação do futuro das comunidades rurais, capacitando jovens para que se tornem empreendedores de sucesso e agentes de desenvolvimento local. Ao oferecer ferramentas e conhecimentos em gestão e empreendedorismo, o programa busca reverter a tendência de migração para as cidades, incentivando os jovens a permanecerem em suas comunidades e a transformarem suas ideias em negócios prósperos.

Com um olhar atento para a preservação das tradições e valores rurais, o programa alia conhecimento técnico a práticas sustentáveis, fomentando a criação de negócios inovadores que valorizam os recursos locais e geram renda para as famílias.

Os jovens beneficiados pelo programa estão adquirindo as habilidades necessárias para planejar, implementar e gerenciar seus próprios negócios, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais.



Em alinhamento com o PEI da Emater-DF, Indicador 7.1, cujo objetivo é aumentar em 5 % o número de jovens capacitados anualmente (Tabela 36), no ano de 2024 foram capacitados, sem repetição, 173 jovens conforme tabela de progressão a seguir:

Tabela 36. Evolução do número de jovens rurais capacitados nos últimos 04 anos (Fonte: GEDEC/Emater-DF)

Ano	Número de jovens capacitados nos últimos 04 anos
2021	55
2022	126
2023	163
2024	173

Ao longo de 2024 foram realizadas diversas capacitações, com parceiros como o Instituto Federal de Brasília (IFB), Secretaria de Educação do Distrito Federal, por meio da Escola Várzeas de Tabatinga e Comunidades Rurais do Distrito Federal, conforme demonstram as figuras a seguir.

Figuras 35 e 36. Curso de Empreendedorismo e Gestão de Negócios no Instituto Federal de Brasília



Figura 37 e 38. Visita à AgroBrasília com beneficiário do programa Filhos deste Solo – IFB e Centro Educacional Várzeas



Figura 39. Curso de Marketing digital e Empreendedorismo





Figura 40. Curso de Introdução ao Empreendedorismo no Núcleo Rural Várzeas - Tabatinga



Ao investir na capacitação dos jovens, o programa Filhos Deste Solo está construindo um futuro mais próspero para o campo, promovendo a geração de emprego e renda, a valorização da agricultura familiar e a preservação do meio ambiente.

2.16. EMPREENDEUR E INOVAR

O Programa Empreender e Inovar, tem por objetivo geral: aumentar a sustentabilidade e fomentar o sucesso a longo prazo do empreendimento rural por meio da capacitação dos empreendedores rurais em planejamento, gestão e técnicas de negócios a fim de maximizar os fatores de produção, capital e trabalho.

A capacitação em gestão do Negócio Rural proporciona aos empreendedores uma compreensão abrangente de áreas essenciais, como planejamento estratégico, planos de negócios, administração financeira e marketing. Essas habilidades permitem mais efetividade no processo produtivo, tomadas de decisão embasadas e por fim, maximização dos resultados do empreendimento agrícola. A compreensão e aplicação de uma gestão efetiva traz domínio sobre os processos internos de seu negócio e permite mitigar os impactos das variáveis internas e externas do ambiente de negócios.

Assim sendo, estimula-se uma postura empreendedora dos produtores do Distrito Federal, promovendo uma visão profissional do negócio, tornando os empreendimentos mais sólidos e preparados para encarar a concorrência e garantir o fortalecimento das cadeias produtivas.

A metodologia de trabalho desse Programa se baseia fundamentalmente em capacitação, instrumentalização e acompanhamento dos beneficiários e extensionistas rurais do DF e as principais atividades são cursos; teleatendimento e videoconferências, para esclarecimento de dúvidas ou problemas menores que podem ser mitigados de forma mais imediata; visitas no modelo de programa de desenvolvimento visando capacitação para operacionalização da ferramenta (planilha de controle financeiro), bem como consultorias e acompanhamento em planejamentos, técnicas de gestão e acompanhamento das atividades aprendidas nas capacitações;

Nesse ano de 2024, o programa impactou 139 beneficiários nas diversas modalidades de atendimento. Foram 68 atividades realizadas, conforme Tabela 37:

Tabela 37. Modalidades de atendimentos do Programa Empreender e Inovar (Fonte: EmaterWeb)

Cursos	Videoconferências	Reuniões técnicas	Teleatendimentos	Visitas	Atendimentos
04	10	01	06	47	871

O tradicional curso “Princípios de Gestão Rural”, que faz parte do calendário anual, em 2024 teve o seu número recorde de participantes: 40 alunos. Devido à grande aceitação e demanda, realizou-se cursos complementares, com a participação de quase 60 beneficiários. Além disso, esse ano foi realizado um curso que tinha grande demanda e expectativa por parte de nosso público beneficiário: “Presença Digital, Marketing digital e E-commerce”, com a



presença de 29 alunos. Esse curso gerou atividades extras, complementar ao curso, que foram videoconferências para desenvolvimento das ações dos participantes. Foram realizadas até a presente data oito videoconferências abertas à participação dos 29 alunos desse curso. Desses, 17 desenvolveram seus negócios na rede digital e hoje comercializam por esse meio. No total, esse ano capacitamos 139 beneficiários sem repetição e 142 com repetição, o que representa um número recorde no programa. Importante observar que nesse grupo de capacitados, onze são técnicos de Emater-DF, cumprindo também a proposta de capacitação da nossa força de trabalho.

Por fim, as visitas técnicas na forma de programa de desenvolvimento e capacitação, beneficiaram seis propriedades rurais (11 empreendedores rurais) em seus diversos graus de necessidade, conforme a fase do negócio em que se encontram. Dentre essas seis propriedades, vale destacar que temos empreendimentos que vão de assentamentos rurais a grandes culturas, demonstrando que a metodologia é efetiva independentemente do tamanho do negócio.

2.17. AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLOGIA

A conscientização da população sobre a importância de cuidar do meio ambiente e buscar soluções mais sustentáveis tem impulsionado mudanças significativas na agricultura brasileira. A crescente demanda por alimentos saudáveis e práticas agrícolas mais responsáveis destaca a agricultura orgânica e a agroecologia como soluções viáveis para esses desafios contemporâneos. O uso de bioinsumos tem se tornado cada vez mais relevante nesse contexto, atualmente 61% dos produtores brasileiros usam algum tipo de biológico no controle de pragas, e 64% usam algum bioestimulante ou biofertilizante em sua lavoura. Os números são bastante acima da média global, de 20% e 31%, respectivamente (tabelas 38 e 39).

Tabela 38. Agricultores que utilizam bioinsumos no controle de pragas e doenças (adaptado) (Fonte: McKinsey & Company, 2024, no 22º Congresso Brasileiro do Agronegócio, O Joio e o Trigo, 2024)

Localidade	Ano	
	2022	2024
Brasil	55%	61%
União Europeia	23%	25%
México	22%	22%
Mundo	15%	20%

Tabela 39. Porcentagem de agricultores que utilizam bioinsumos para nutrição, desenvolvimento ou fertilização (adaptado) (Fonte: McKinsey & Company, 2024, no 22º Congresso Brasileiro do Agronegócio, O Joio e o Trigo, 2024)

Localidade	Ano	
	2022	2024
Brasil	52%	64%
União Europeia	33%	38%
México	46%	46%
Mundo	31%	25%

Diante desse cenário, a Emater-DF tem intensificado seus esforços para incentivar os agricultores a adotarem práticas agroecológicas e orgânicas, promovendo o uso de bioinsumos como alternativa sustentável e econômica. Em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional (2022-2031) da Emater-DF, o objetivo estratégico número 4, com foco exclusivo na gerência de Agricultura Orgânica e Agroecologia, visa a ampliação da oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com foco em práticas agroecológicas, incentivando a certificação orgânica. O indicador para essa iniciativa é aumentar em 3% ao ano o número de propriedades que adotam práticas agroecológicas. Além disso, a adoção de bioinsumos e práticas agroecológicas não apenas fortalece a sustentabilidade ambiental, mas também proporciona benefícios econômicos para os agricultores.



O principal objetivo do Escritório Especializado em Agricultura Orgânica e Agroecologia-ESORG no ano de 2024 foi de aumentar o número de agricultores certificados como orgânicos. Esse objetivo está diretamente alinhado com a meta 6 do Plano Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica-PLADAPO, que tem como Iniciativa a ampliação das compras institucionais e públicas dos produtos orgânicos. Na segunda chamada pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para produtos orgânicos, o valor total destinado aos alimentos orgânicos foi de R\$ 5,261 milhões, porém apenas R\$ 3,4 milhões foram contemplados devido ao número reduzido de agricultores certificados como orgânicos.

Assim, quanto maior for o número de agricultores que realizarem a conversão para o sistema orgânico, maior será a probabilidade de atingirmos a meta de abastecimento orgânico estabelecida pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal-SEE-DF. Para alcançar esse objetivo, a Emater-DF tem envidado esforços para subsidiar essa conversão, apoiando os produtores rurais no preenchimento da documentação necessária e promovendo capacitações em práticas e técnicas viáveis para a produção orgânica. Essas ações são fundamentais para impulsionar a certificação de novos agricultores e fortalecer a cadeia de abastecimento orgânico, visando atender a demanda pública.

O número de agricultores certificados como orgânicos atingiu o maior número histórico, fechando o ano com 304 cadastros no MAPA. Um aumento de 30,4% em comparação ao início do ano, conforme demonstrado no gráfico 03.

Gráfico 03. Número de agricultores do Distrito Federal cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (Fonte: CNPO/MAPA)



Os resultados do ano de 2024 reforçam o impacto positivo das ações da Emater-DF no fortalecimento da agricultura orgânica e no abastecimento sustentável da alimentação escolar e de outros programas públicos.

Tabela 40. Evolução dos números ligados aos temas Agroecologia e Produção Orgânica (Fonte: EmaterWeb)

Indicador	Agricultura Orgânica		Agroecologia	
	2023	2024	2023	2024
Beneficiários atendidos	1.782	1.791	1.720	1.516
Propriedades rurais atendidas	1.292	1.373	1.188	1.134
Atendimentos	15.975	17.534	8.665	7.710
Visitas técnicas	803	687	665	469
Propriedades que adotam práticas agroecológicas e/ou orgânicas			2.183	2.170

No ano de 2024 destacaram-se os seguintes trabalhos realizados pelo ESORG:

Seminário Nacional de Pecuária Orgânica: realizado em Brasília-DF, entre os dias 11 e 13 de setembro de 2024, com o Tema "Uma Alternativa para a Crise Climática". O evento foi organizado pelo Instituto Federal de Brasília-IFB, em parceria com a Emater-DF e participação da Embrapa, Ministério do Meio Ambiente-MMA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e



Agricultura Familiar-MDA e Ministério do Desenvolvimento Social-MDS. O evento foi um ponto de partida essencial para reunir os agricultores de todo o país ligados ao tema, trazendo técnicas e casos de sucesso para servirem de modelo para os agricultores que queiram se converter em pecuaristas orgânicos.

Certificação Orgânica: a Emater-DF realizou diversas ações para aumentar o número de agricultores orgânicos no DF, as principais foram:

- Quatro reuniões sobre certificação de orgânicos (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica-OPAC e Organização de Controle Social-OCS);
- Cinco mutirões para preenchimento de documentos para processos de certificação ou renovação dos certificados (OPAC Cerrado e OCS's);
- Levantamento remoto de informações para preenchimento de planos de manejo para certificação orgânica;
- Criação de duas OCS's, Lua Nova (Pipiripau) e Guardiões do Clima (Paranoá).
- Apoio de forma ativa as sete OCS's existentes no DF, por meio de auxílio na produção agrícola, auxílio na produção de relatórios, treinamentos para novos integrantes e também contribui com capacitações e atendimentos rotineiros nas demais formas de certificação.

Figura 41. Dia de campo do SNPO



Figura 42. Mutirão para certificação orgânica - OCS



Oficina de poda e manejo de gliricídia: no dia 28 de outubro foi realizado na Faculdade de Agroecologia do IFB, Campus Planaltina, uma oficina para a divulgação e distribuição de material de propagação da planta Gliricídia, que têm diversos usos agropecuários dos quais destacam-se a alimentação animal, tutor vivo, adubação verde e formação de composto (Figura 43).

Figura 43. Oficina de poda e manejo de gliricídia no IFB – Campus Planaltina



Abelhas Sem Ferrão (ASF) e Plantas Atrativas: diversas atividades relacionadas a esse tema foram realizadas, incluindo oficinas, palestras e reuniões (Tabela 41), com a participação de 521 pessoas, entre agricultores, técnicos de várias regiões do Distrito Federal e moradores da zona urbana (figura 44). O objetivo dessas atividades foi promover o conhecimento sobre as abelhas sem ferrão, abordando o manejo, a produção e os benefícios de diferentes espécies, como as dos gêneros *Trigona* e *Melipona*.

Cultivo de Baunilha: foram realizadas diversas atividades em parceria com o programa de floricultura, como oficinas, palestras e reuniões (Tabela 41), voltadas para o cultivo de baunilha, nas quais 707 pessoas tiveram a oportunidade de aprender e vivenciar experiências práticas sobre o tema. O Distrito Federal está se consolidando como uma referência na produção e comercialização dessa planta.

Tabela 41. Eventos realizados nos temas
abelhas sem ferrão e baunilha no ano de 2024 (Fonte: EmaterWeb)

Método	Abelhas sem ferrão		Baunilha	
	Quantidade	Pessoas atendidas	Quantidade	Pessoas atendidas
Oficinas (4h)	22	330	12	215
Reunião técnica (4h)	02	38	15	310
Cursos (≥ 8h)	03	87	02	53
Excursão	02	21	02	25
Visitas	15	45	45	103

*Pessoas atendidas com repetição

Figura 44. Oficina sobre Abelha sem Ferrão - ASF



Figura 45. Oficina sobre Plantio direto de hortaliças - SPDH



AgroBrasília 2024: as tecnologias de Agroecologia e Produção Orgânica foram inseridas circuitos de piscicultura, olericultura, fruticultura, segurança alimentar.

Foram demonstradas diversas técnicas, como preparo de biofertilizantes (anaeróbico), uso de plantas de cobertura nas culturas do açaí e pitaya (Figura 46), cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) nos quintais produtivos.

Figura 46. Açaí em policultivo na AgroBrasília 2024



Em 2024, foram realizados diversos eventos em parceria com outras entidades ligadas ao tema Produção Orgânica e Agroecologia, incluindo a Seagri-DF, UnB, Embrapa Hortaliças e Cerrados, IFB Campus Planaltina, Fazenda Malunga, Mercado Orgânico, Sindiorgânico/OPAC Cerrado. Encontros que proporcionaram o levantamento das demandas do setor e a construção de uma agenda sinérgica. As principais ações foram:

- Participação em um curso de Manejo Racional de Agrotóxicos (CEFOP);
- Participação no evento Abril Orgânico, com apoio do Escritório Local da Emater de Planaltina, com uma palestra sobre criação de aves no sistema agroecológico, duas oficinas sobre Bioinsumos on farm e Irrigação e fertirrigação e uma excursão ao Sistema de plantio direto de hortaliças-SPDH;
- Oficina de produção de Biopeixe, adubo a base de restos de peixe na Semana do Produtor do Paranoá;
- Quatro oficinas de produção de caldas para controle de pragas e doenças nos Escritórios Locais do Gama, Brazlândia, Piripirau e Paranoá;
- Curso sobre PANC, realizado no Assentamento Renascer em Sobradinho.

Capacitação do corpo técnico: realização de treinamento em normas orgânicas para certificação (Figura 47).

Figura 47. Capacitação em Certificação Orgânica



2.18. CAPACITAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO DE ATER

No ano de 2024, a Emater-DF desenvolveu atividades de capacitação para seu público beneficiário, os quais consistem em agricultores, trabalhadores rurais e famílias, além de atender demandas de cursos para instituições públicas e sócio assistenciais.

Foram realizadas diversas atividades presenciais para capacitação do público beneficiário. Os principais métodos utilizados foram oficinas, excursões e cursos.

Em 2024 foram realizadas 369 atividades de capacitação que alcançaram 3.827 beneficiários. Essas ações de capacitação são nas áreas de tecnologias de agroindustrialização e de processamento de alimentos, nas atividades do setor agropecuário, tanto na área vegetal como na área animal, em artesanato e benefícios sociais, em gestão de negócios e ainda na área ambiental. A tabela abaixo demonstra os quantitativos de ações realizadas e número de participantes.

Na modalidade à distância foram ofertadas 3 turmas que tiveram 32 concluintes. Nesse ano, a oferta dos cursos online foi para atender o público de agroindústria com necessidade de atualização nas boas práticas de fabricação.

Tabela 42. Métodos Coletivos 2024 (Fonte: CEFOR/Emater-DF)

Métodos	Quantidade de ações	Quantidade de participantes
Cursos	69	1054
Cursos virtuais	03	34
Dias de campo	06	158
Encontros	06	42
Excursões	111	1065
Oficinas	143	1236
Palestras	31	238
Total	369	3827

Figura 48. Curso Processamento de vegetais – Molhos, antepastos e tomate seco no CEFOR – Emater-DF Sede.



Figura 49. Curso Manejo de agrotóxicos, realizado no escritório local da Ceilândia



Figura 50. Curso Mão de obra eficiente na bovinocultura leiteira realizado na área rural de Planaltina



Figura 51. Curso Iniciação a criação de abelhas com ferrão realizado na área rural de Sobradinho



Capacitações para Instituições Públicas e Entidades Sócios Assistenciais

A Emater-DF também atende a demandas de capacitação provenientes de instituições públicas vinculadas ao Governo do Distrito Federal (GDF) e de escolas de outros estados. As instituições para as quais realizamos métodos coletivos, conforme detalhado a seguir, foram:

- NOVACAP: Curso Manejo de Agrotóxicos, com 20 colaboradores capacitados;
- Escola Classe Ponte Alta do Gama: Palestras e oficina sobre alimentação saudável para 134 crianças;
- Escola Agrotécnica de Patos de Minas - MG: Recebimento da excursão com Palestra sobre a Extensão Rural para 42 alunos e professores.

2.19. MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

"Extensionista Digital" - Atendimento Via Chatbot

A Plataforma de Chatbot com Inteligência Artificial da Emater-DF, em funcionamento no site institucional e através do Whatsapp foi completamente remodelada em 2024.

Adquirida em 2022, em sua versão inicial foi programada para prestar informações básicas, relacionadas ao site institucional, contatos das unidades e informações sobre de serviços da Empresa.

A partir de janeiro de 2024, o Chatbot passou a ser treinado para responder a questionamentos e dúvidas relacionadas a diversas cadeias produtivas, como avicultura, piscicultura, bovinocultura, apicultura e agricultura. Atualmente, ele fornece informações



sobre temas como plantio, adubação, obtenção de insumos, mudas, criação de aves e muitos outros assuntos ligados à Extensão Rural. As orientações são disponibilizadas por meio de vídeos técnicos preparados pelos nossos extensionistas no canal da Emater-DF no YouTube, bem como em artigos, livros e recomendações disponíveis na biblioteca virtual da Empresa e no Portal Ater+ Digital (Embrapa).

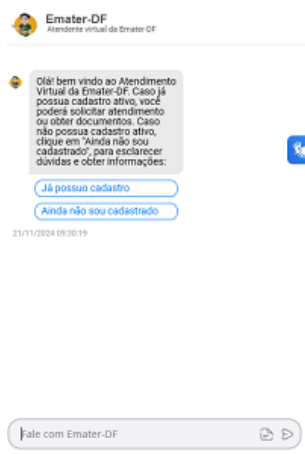
Cabe ressaltar, que no atendimento digital, caso o usuário não obtenha resposta a sua solicitação conforme os fluxos de atendimento pré-cadastrados, há possibilidade de abertura de uma Ordem de Serviço para encaminhamento ao um extensionista rural, pois a plataforma foi integrada ao nosso sistema de ATER. Tal procedimento é utilizado para o treinamento do Bot, visando a criação de um novo fluxo de atendimento para este questionamento no futuro.

Entre janeiro a novembro de 2024, o Chatbot realizou 1.200 atendimentos relacionados a demandas requisitadas por produtores.

O Chatbot da Emater-DF vem se mostrando uma ferramenta promissora e visionária nestes tempos em que a Inteligência Artificial e a automação estão cada vez mais em foco. Esta tecnologia foi objeto de curiosidade e de estudo por diversos órgãos como Embrapa, IICA, BID, IFB entre outros, que visitaram a Emater-DF em busca de informações sobre seu funcionamento.



Figura 52. Chatbot da Emater-DF



Geoprocessamento e Inteligência de dados

Tendo como um de seus objetivos estratégicos “Ser referência em informações sobre o espaço rural”, em 2024 a Emater-DF dirimiu esforços na construção de um Dashboard de Gestão, que permite a obtenção de forma rápida e simplificada de informações de diversos indicadores que estão relacionados ao Planejamento Estratégico e Operacional da Empresa, além de Painéis e Mapas Georreferenciados referentes à produção agropecuária que compõe o Atlas Digital da Emater-DF.

Figura 53. Dashboard - Principais indicadores EmaterWeb



Figura 54. Sistema EmaterWeb - georreferenciamento IPA Agrícola DF.



2.20. CANAIS DE IRRIGAÇÃO

A Emater-DF em Acordo de Cooperação nº 01/2024, conforme registrado nos autos do processo SEI Nº 00070-00005197/2022-36), em parceria com ADASA, SEAGRI-DF e outros órgãos realizou ações de revitalização de canais de irrigação e instalação de geomembranas para otimizar o uso da água. Seis canais foram revitalizados, totalizando 10,7 km de tubulação



de PEAD (polietileno de alta densidade), beneficiando diretamente cerca de 204 propriedades. Além disso, foram escavados e revestidos kits de geomembrana em 19 propriedades rurais da região de Planaltina, resultando na capacidade de armazenamento de mais de 53 milhões de litros de água na região de Planaltina, destinados à irrigação e piscicultura. Essas iniciativas visam eliminar perdas de água e promover o uso sustentável dos recursos hídricos, gerando impacto significativo na eficiência agrícola do Distrito Federal.

Figura 55. Instalação de tubulação no canal Lagoinha



Figura 56. Instalação de tubulação no trecho do canal Capão Comprido I



Figura 57. Obra de tubulação do canal Jardim II



Figura 58. Reservatório instalado na região da Lagoinha - Planaltina





2.21. PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS ENERGIAS RENOVÁVEIS

A EMATER-DF realizou em 2024 diversas ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos princípios de ESG, com o objetivo de promover o uso sustentável de recursos no espaço rural do Distrito Federal. Entre as iniciativas destacam-se:

- Implantação de sistemas fotovoltaicos para piscicultura em uma estação modelo, utilizando baterias de lítio, com autonomia de até 12 horas, garantindo segurança energética e eficiência operacional;
- Capacitação de produtores e técnicos em tecnologias de geração de energia renovável, incluindo sistemas fotovoltaicos on-grid e off-grid demonstrados durante a Agro Brasília;
- Desenvolvimento de um projeto para irrigação de 14 hectares de açaí com micro aspersão e bombeamento fotovoltaico off-grid, priorizando economia de energia e sustentabilidade hídrica;
- Captação de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para execução de projetos voltados para sistemas fotovoltaicos de biodigestores;
- Elaboração de projeto e realização de pregão eletrônico para implementação de sistema fotovoltaico e de biodigestores na Escola Rural EC Laje da Jiboia de Ceilândia.

2.22. MULHERES RURAIS

Em 2024, a EMATER-DF intensificou suas ações voltadas para mulheres rurais, promovendo inclusão social, produtiva e o fortalecimento de sua participação no desenvolvimento econômico, social e ambiental. No ano, 5.513 mulheres rurais foram atendidas, representando 40,4% do público beneficiário das políticas públicas executadas pela empresa. As ações compreendem os seguintes eixos estratégicos:

- Econômico, Social e Ambiental: 3.925 mulheres atendidas em ações econômicas, 3.831 em ações sociais e 882 em ambientais. No total, 27.644 atendimentos foram realizados com repetição, correspondendo a 40,98% do público beneficiado;
- Atividades Agropecuárias: Foram atendidas 3.640 mulheres em bovinocultura, floricultura, avicultura, olericultura, agricultura orgânica e agroecologia;
- Projetos de Crédito Rural e Fomento: 552 mulheres foram beneficiadas, com 92 projetos de crédito e 116 projetos de fomento;
- Atividades Não Agrícolas: Incluíram agroindústria, artesanato e turismo rural, beneficiando 1.797 mulheres;
- Desenvolvimento Humano e Políticas Públicas: Ações em segurança alimentar e nutricional atenderam 3.769 mulheres, enquanto 1.659 foram beneficiadas por políticas públicas como PAA e PENA.

Além disso, a empresa promoveu oficinas, feiras, cursos e encontros com foco em empreendedorismo feminino, valorização e bem-estar, fortalecendo a integração e autonomia das mulheres rurais.

2.23. AGRICULTURA URBANA

O Programa Brasília Verde de Agricultura Urbana alcançou novos avanços em 2024, consolidando seu status na Emater-DF. A aprovação da Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, ampliou o escopo de ação da Emater-DF. Com isso, o programa passou a incluir como público beneficiário o "Agricultor Urbano", permitindo a oferta de assistência técnica para aqueles que atuam em nível comercial. Ademais, foram incluídos atendimentos a agricultores familiares periurbanos em situação de insegurança alimentar, além do trabalho já realizado para promover a produção de alimentos em comunidades urbanas vulneráveis no Distrito Federal, abrangendo também produtores familiares periurbanos.

A principal atividade promovida pelo programa é o cultivo de hortas, que incluem:

- Hortas comunitárias: Mantidas por associações, unidades de assistência social ou outros coletivos comunitários;
- Hortas escolares: Mantidas por escolas e creches;
- Hortas medicinais: Mantidas por hospitais e unidades de saúde;



- Hortas terapêuticas: Mantidas por CAPS, COMP e unidades de assistência psicossocial.

Em 2024, o programa incluiu a distribuição de insumos para produção de alimentos voltada a agricultores familiares em situação de insegurança alimentar. Além de incentivar a produção de alimentos de alta qualidade, seguros, saudáveis e de baixo custo, o programa promoveu tecnologias sustentáveis, como captação de água da chuva e reaproveitamento de resíduos orgânicos por meio de biodigestão e compostagem.

Dentre as iniciativas de sustentabilidade, destaca-se a implantação de uma unidade modelo de escola sustentável, equipada com:

- Sistema de captação de água de chuva para irrigação de hortas;
- Unidade de biodigestor para tratamento de resíduos orgânicos, gerando biogás e biofertilizantes;
- Sistema de captação de energia fotovoltaica para suprir as necessidades da escola.

O programa também iniciou a instalação de sistemas fotovoltaicos de irrigação para 14 unidades familiares de um hectare cada, localizadas em assentamentos de produtores orgânicos.

Com recursos de emendas parlamentares de 2023, foram instaladas 28 unidades de captação de água da chuva em hortas escolares. Em 2024, mais três unidades foram instaladas, e outras 22 foram contratadas para 2025. Cada sistema é capaz de captar até 250 mil litros de água bruta por ano, contribuindo para a redução do consumo de água potável e funcionando como ferramenta pedagógica para alunos e suas famílias.

O Programa de Agricultura Urbana também apoia iniciativas de outros órgãos do GDF e da comunidade na implantação de hortas urbanas, oferecendo orientação técnica e distribuição de insumos. Em 2024, foram beneficiadas 85 unidades, incluindo escolas da rede pública, creches, centros de educação infantil, postos de saúde, CAPS, UBS, hospitais, CRAS, CREAS e hortas comunitárias.

Em resumo, no ano de 2024, o Programa de Agricultura Urbana da Emater-DF ampliou seu alcance, promovendo a conscientização sobre o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis e alcançando 598 unidades familiares com fomento produtivo. Essas ações reforçam o compromisso do programa com a segurança alimentar, a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas e periurbanas do Distrito Federal.

2.24. CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

As parcerias institucionais são essenciais para o fortalecimento da atuação da EMATER-DF e para a implementação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Distrito Federal. Em 2024, não foram firmados Contratos de Repasse ou Acordos de Cooperação, mas a captação de recursos por meio de convênios foi fundamental para viabilizar investimentos estratégicos na instituição. Esses recursos foram destinados à capacitação de técnicos e produtores, melhoria da infraestrutura, aquisição de veículos e equipamentos, além do suporte a projetos voltados para o desenvolvimento rural sustentável.

Os principais convênios firmados em 2024 incluem:

- Convênio 001/2023 (CAESB): Implementação de ações de saneamento ambiental no Programa Produtor de Água do Alto Rio Descoberto, visando melhoria da qualidade de vida no campo, conservação ambiental e segurança alimentar. Valor: R\$ 2.822.463,85 (dois milhões, oitocentos e oitenta e vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos);
- Convênio 951757/2023 (MDA): Capacitação de produtores familiares com aquisição de mobiliários e equipamentos para salas de treinamento e equipamentos para unidade didática de agroindústria. Valor: R\$ 199.063,58 (cento e noventa e nove mil, sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos);
- Convênio 942861/2023 (MDA): Aquisição de computadores e veículos para formação técnica de produtores familiares. Valor: R\$ 966.069,12 (novecentos e sessenta mil, sessenta e nove reais e doze centavos);



- Convênio 956158/2024 (MAPA): Aquisição de computadores e veículos para capacitação de produtores. Valor: R\$ 604.068,63 (seiscentos e quatro mil, sessenta e oito reais e sessenta e três centavos);
- Convênio 959758/2024 (MDA): Ampliação da estrutura de apoio para viabilizar a ATER aos produtores familiares. Valor: R\$ 517.450,00 (quinhentos e dezessete mil e quatrocentos e cinquenta reais);
- Convênio 969292/2024 (MDA): Aquisição de veículos utilitários para atendimento ao produtor rural. Valor: R\$ 984.876,62 (novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e dois centavos);
- Convênio 04/2024 (ADASA): Implementação de ações de conservação ambiental e saneamento básico, incluindo instalação de fossas sépticas na bacia do São Bartolomeu. Valor: R\$ 784.148,89 (setecentos e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos);
- Convênio 971483/2024 (MAPA): Apoio à execução de obras e serviços de engenharia para fomento agropecuário e agroindustrial. Valor: R\$ 2.868.000,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais);
- Convênio 971483/2024 (MAPA): Distribuição gratuita de sementes, fertilizantes e corretivos de solo para produtores periurbanos em situação de insegurança alimentar. Valor: R\$ 499.882,80 (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos);
- Convênio 966303/2024 (EMBRAPA): Diagnóstico da cadeia produtiva do café no DF e capacitação de extensionistas da EMATER-DF por meio de transferência de tecnologia. Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Esses convênios reforçam o compromisso da Emater-DF com o desenvolvimento rural sustentável, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade de vida no campo.

Programação Orçamentária não Executada

- 20.511.6201.3043.5611 - (EPI) INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO RURAL NO DISTRITO FEDERAL: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação.
- 20.606.6201.2173.0057 - (EPI) Apoio a ações de sustentabilidade: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação.
- 20.606.6201.3724.0004 - (EPI) IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL - INFRAESTRUTURA RURAL - CANAIS DE IRRIGAÇÃO - DISTRITO FEDERAL: Emenda bloqueada para alteração na programação orçamentária.
- 20.606.6201.3724.0008 - (EPI) IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL - Implantação de infraestrutura rural para o apoio a iniciativas de sustentabilidade - DISTRITO FEDERAL: Demanda atendida com recursos orçamentários dos Programas de Trabalhos 20.606.6201.3724.0007 e 20.606.6201.3724.0009.
- 20.606.6201.3773.0001 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS - DISTRITO FEDERAL: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação.
- 20.606.6201.4119.0001 - (***) MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO - DISTRITO FEDERAL: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10757 - COBERTURA DE ATENDIMENTO A PRODUTORES RURAIS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	55,00	48,00		X		X		X	SISTEMA INFORMATIZADO EMATERWEB
Justificativa: 2024 - Em 2024 o percentual de produtores atendidos (número de produtores atendidos/número total de produtores) foi de 48%, índice inferior ao desejado. O principal fator que contribuiu para esse resultado foi a redução no número de extensionistas de campo, causada pela adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) durante o ano, o que consequentemente impactou no número de produtores atendidos. Apesar dos esforços das equipes locais em atender os produtores por meio de busca ativa, o resultado ainda foi aquém do esperado.													
10758 - NÚMERO DE ATENDIMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS DA EMATER-DF	UNIDADE	166974,00	01/12/2022	Anual	170000,00	176807,00		X		X		X	SISTEMA INFORMATIZADO EMATERWEB
Justificativa: 2024 - Em 2024 o número de atendimentos realizados foi de 176.807, o que superou o índice desejado para o mesmo período. Apesar da redução do número de extensionistas de campo, por conta da adesão ao Plano de Demissão Voluntária, este resultado foi positivo por conta de implementação de novas metodologias, como o atendimento remoto/digital, além de aumento dos atendimentos nos escritórios locais, aumento na demanda de atividades como projetos de crédito e de fomentos, e atividades coletivas como cursos e reuniões técnicas.													



6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	10000,0	5000,00	0	0
0019 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - DISTRITO FEDERAL	10000,0	5000,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	10000,00	5000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

- 20.122.6203.2619.0019 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - DISTRITO FEDERAL: Projetos para a saúde e qualidade de vida em elaboração.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	1300000,0	250000,0	249925,0	182637,5
5608 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS - INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO RURAL	300000,0	0,0	0	0
5609 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS PP E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO RURAL	500000,0	0,0	0	0
5610 - INSTALAÇÃO DE SISTEMA SIMPLIFICADO DE SANEAMENTO RURAL	500000,0	250000,0	249925,0	182637,5
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	65000,0	1766,00	1765,52	1765,52
0001 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL-EMATER-DF ENTORNO	65000,0	1766,00	1765,52	1765,52
4049 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GESTÃO AMBIENTAL	70000,0	892294,00	169151,59	169151,59
0001 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GESTÃO AMBIENTAL - DF ENTORNO	70000,0	892294,00	169151,59	169151,59
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	97008,0	2481489,00	2472082,4	2472082,4
0001 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-DISTRITO FEDERAL	97008,0	2481489,00	2472082,4	2472082,4
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	1532008,00	3625549,00	2892924,51	2825637,01

Programação Orçamentária Realizada

2.24. GESTÃO AMBIENTAL



A Gestão Ambiental é uma das diretrizes da Emater-DF principalmente quanto à adequação dos imóveis rurais à legislação ambiental vigente. O objetivo das ações é minimizar os impactos ambientais resultantes dos processos de produção agropecuária das propriedades rurais no Distrito Federal.

A Emater-DF tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável como processo de extensão rural no fator de mudança às ações da ética socioambiental. Os trabalhos com a participação da Emater-DF em projetos interinstitucionais objetivam a gestão ambiental da área rural do Distrito Federal, identificados com a demanda das cadeias produtivas agropecuárias para dar os subsídios necessários ao processo de gestão ambiental do imóvel rural.

A Gestão Ambiental contribui na transformação do cenário atual e na mudança comportamental com tomada de decisão e o desenvolvimento de mecanismos, a fim de garantir a sustentabilidade nos processos produtivos e, sobretudo na consciência ambiental. Propiciar às gerações futuras um ambiente que lhes garanta qualidade de vida e perspectiva de futuro é o ponto de partida para as transformações que deixarão um ambiente mais equilibrado e harmonioso.

O cenário atual indica que tais ações devem possuir um caráter de atuação permanente tendo em vista que a própria intervenção do ser humano em seu meio é ininterrupta e ações mitigadoras são necessárias para evitar a exaustão dos recursos naturais o que naturalmente compromete a própria sobrevivência da humanidade.

Considerando que a Emater-DF tem como missão promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, por meio da assistência técnica e extensão rural de excelência, em benefício da sociedade, destaca-se que em 2024, a Gerência de Meio Ambiente da Emater-DF apresentou os seguintes resultados:

- Regularização Fundiária: 1.626 ocupantes de terras públicas rurais orientados, em parceria com a Empresa de Regularização de Terras Rurais-ETR (Tabela 33).

Tabela 33. Resultados – Regularização Fundiária – PPA 2020-2024 (fonte: EmaterWeb)

Regularização Fundiária		
Ano	Orientados	Percentual
2020	1.195	20%
2021	1.283	22%
2022	1.025	17%
2023	971	17%
2024	1.626	26,7%

Foram desenvolvidas ações de análise de proposta técnica de uso do solo, elaboração de plano de utilização, suporte em editais de chamamento público e intermediação documental junto à Empresa de Regularização de Terras Rurais-ETR.

Em 2024, também foram realizadas 2.983 orientações técnicas, por meio de campanhas educativas, com foco em recolhimento de embalagens de agrotóxicos, prevenção e combate a incêndios florestais e educação ambiental continuada.

Figura 59. Campanha de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos no Núcleo Rural Rio Preto, Planaltina – DF





Tabela 34. Resultados – Campanhas Educativas – PPA 2020-2024 (fonte: EmaterWeb)

Campanhas educativas		
Ano	Orientados	Percentual
2020	1.776	10%
2021	6.962	37%
2022	3.868	21%
2023	2.949	16%
2024	2.983	16%

No tocante a conservação de água e solo 4.854 produtores rurais receberam orientação sobre temas como controle de processos erosivos, reflorestamento de áreas de preservação permanente, recuperação de reservas legais, construção de terraços, adequação de estradas rurais, revestimento de canais de irrigação e/ou abastecimento e alocação negociada de água.

Figura 60. Medição de curva de nível - terraceamento



Figura 61. Terraço em curva nível



Em 2024, a Emater-DF realizou 4.669 orientações técnicas sobre uso de compostos orgânicos, como o composto de lixo orgânico, o lodo de esgoto e as aparas de podas vegetais. Este trabalho visa a correta destinação dos resíduos urbanos com a utilização desses compostos na agricultura, promovendo a agricultura de baixo impacto ambiental e a redução dos custos de produção.

Tabela 35. Resultados – Compostos Orgânicos – PPA 2020-2024 (fonte: EmaterWeb)

Compostos Orgânicos		
Ano	Orientados	Percentual
2020	3.556	16%
2021	4.730	21%
2022	5.219	23%
2023	4.846	21%
2024	4.669	19%

Em 2024, a Emater-DF realizou 4.049 orientações técnicas para adequação das propriedades rurais, conforme as legislações ambientais. Estas orientações objetivaram a elaboração de Projeto Individual de Propriedade (PIP) para o Programa Produtor de Água, cadastramento e retificação no Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades, auxílio nos processos de



licenciamento das atividades agropecuárias, principalmente com relação à Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária (DCAA) e Outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Figura 62. Elaboração de CAR junto ao produtor rural



Programação Orçamentária não Executada

- 20.511.6210.3043.5608 - (EPI) ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS - INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO RURAL: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação.
- 20.511.6210.3043.5609 - (EPI) ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS PP - INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO RURAL: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	340000,0	276000,00	186052,19	186052,19
0007 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-EMATER-DISTRITO FEDERAL	340000,0	276000,00	186052,19	186052,19
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	340000,00	276000,00	186052,19	186052,19

Programação Orçamentária Realizada

2.25. APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA

O Decreto nº 43.824, de 7 de outubro de 2022, instituiu o Programa Ressocializa-DF, destinado aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, revogando o Decreto nº 24.193, de 5 de novembro de 2003, que criou o programa Reintegra Cidadão. Ambos têm o propósito de promover a ressocialização e a inserção social dos apenados por meio da qualificação profissional e do oferecimento de trabalho remunerado.

Em conformidade com a legislação vigente, a Emater-DF, ao realizar atividades de manutenção predial e afins, buscou mão de obra por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP). Essa parceria resultou na contratação de profissionais que, além de contribuir para a reintegração social, geram economia aos cofres públicos, uma vez que a contratação de sentenciados apresenta vantagens orçamentárias e financeiras. Para ampliar a efetividade do programa, o número de profissionais contratados foi expandido para 12, abrangendo serviços de jardinagem, recepção, lavagem de veículos e carregamento.



8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	50000,0	1674470,00	1674469,25	1144730,99
0047 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	50000,0	1674470,00	1674469,25	1144730,99
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1010000,0	1,0	0	0
9880 - CONSTRUÇÃO DO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER DF EM SOBRADINHO.	1000000,0	0,0	0	0
0046 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER- PLANO PILOTO .	10000,0	1,0	0	0
2239 - CONCESSÃO DE BOLSA DO MENOR APRENDIZ	169000,0	169000,00	128054,44	126624,80
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA DO MENOR APRENDIZ-ÁREA FIM - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAL-DISTRITO FEDERAL	66000,0	21900,00	9162,87	9162,87
0002 - CONCESSÃO DE BOLSA DO MENOR APRENDIZ-ÁREA MEIO - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAL-DISTRITO FEDERAL	103000,0	147100,00	118891,57	117461,93
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	370000,0	493000,00	365476,81	72250,64
5338 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EMATER-DF ENTORNO	70000,0	493000,00	365476,81	72250,64
5437 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES DO PRÉDIO/BLOCO ANEXO AO ESCRITÓRIO LOCAL EMATER DF DO NÚCLEO RURAL DA TABATINGA PP, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.	300000,0	0,0	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	20000,0	2,0	0	0
0016 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ÁREA FIM - MATER-DISTRITO FEDERAL	10000,0	1,0	0	0
0017 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ÁREA MEIO - EMATER-DISTRITO FEDERAL	10000,0	1,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	195000,0	225000,00	220631,48	202435,07
0037 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	195000,0	225000,00	220631,48	202435,07
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	785000,0	770000,00	728671,07	674394,45
0002 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS--DF ENTORNO	785000,0	770000,00	728671,07	674394,45
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10000,0	1,0	0	0
9699 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	10000,0	1,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	110000,0	464000,00	448783,97	448783,97
0016 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	110000,0	464000,00	448783,97	448783,97
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	118510733,0	132028424,00	128855768,46	128855715,26
0090 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ÁREA FIM - EMATER-DISTRITO FEDERAL	71126000,0	76192231,00	75584584,66	75584584,66
0091 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ÁREA MEIO-DISTRITO FEDERAL	47384733,0	55836193,00	53271183,80	53271130,60
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	5455882,0	5293882,00	4775656,27	4775656,27
0077 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ÁREA FIM - EMATER-DISTRITO FEDERAL	3546000,0	3207000,00	2883184,92	2883184,92
0078 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ÁREA MEIO - EMATER-DISTRITO FEDERAL	1909882,0	2086882,00	1892471,35	1892471,35
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1231608,0	1933551,00	987679,47	932478,84
0093 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	1231608,0	1933551,00	987679,47	932478,84
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	434203,0	414203,00	383586,32	254050,50



2607 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	434203,0	414203,00	383586,32	254050,50
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	105000,0	115000,00	87299,07	72095,84
0003 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	105000,0	115000,00	87299,07	72095,84
TOTAL - 8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	128456426,00	143580534,00	138656076,61	137559216,63

Programação Orçamentária Realizada

2.26. PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

O Programa Jovem Aprendiz da Emater-DF visa a contratação de jovens de 14 a 24 anos para realização de atividades teóricas e práticas, sob orientação de entidade qualificada em formação técnico profissional, com realização de curso de aprendizagem profissional. Em 2024, a Empresa manteve em seu quadro 09 aprendizes em conjunto com o instituto Fecomércio, instituição responsável pela qualificação dos jovens contratados.

2.27. PROGRAMA DE ESTÁGIO

O Programa de estágio da EMATER-DF oferece oportunidades de realização de estágios curricular e extracurricular à estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino, com o objetivo de complementar os estudos por meio de prática profissional. No ano de 2024, o programa foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Economia, no qual foi possível a contratação de estagiários nas áreas de Turismo (1), Medicina Veterinária (9), Agronomia (16), Zootecnia (2), Nutrição (6), Administração (2), Gestão Pública (2), Engenharia Florestal (1), Engenharia Ambiental (1), Publicidade e Propaganda (1), Direito (1), Biblioteconomia (1), Jornalismo (1), Gestão do Agronegócio (3), Ensino Médio (7), Serviço Social (1) e Designer Gráfico (1).

2.28. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Emater-DF possui o seu próprio Plano Anual de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas (T&D). Este documento contém as ações de capacitação que foram desenvolvidas junto aos seus empregados no decorrer do ano.

Por meio das diversas ações de capacitação, a Emater-DF procura possibilitar o desenvolvimento de habilidades técnicas, operacionais e comportamentais de seus empregados para que estes entreguem os resultados esperados e assim, reflita no cumprimento da missão institucional.

As ações do Plano Anual de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas (T&D) são organizadas e desenvolvidas das seguintes formas:

- Ação presencial interna, na qual a instrutoria é feita pelo capital intelectual do próprio quadro da empresa;
- Ação presencial interna com parceria, na qual o planejamento e organização da ação são realizados com a participação de outras instituições, bem como quando há a instrutoria de pessoas de outras instituições.
- Ação presencial externa, onde toda a realização é de outra instituição, na qual a Emater-DF apenas encaminha os colaboradores para participar, seja cursos ou eventos como congressos, seminários desde que não seja cobrada a inscrição.
- Ações contratadas, são aquelas organizadas por instituições privadas e cuja adesão é por meio de contratação, sejam ações in company ou abertas ao mercado.
- Ações online gratuitas, que podem ser previstas no plano de T&D ou as que os empregados fazem por interesse durante o horário de trabalho.



Em 2024, foram realizadas ou tivemos participação em um total de 26 ações de capacitação, beneficiando 499 empregados, com repetição. A seguir, apresentamos alguns exemplos, organizados por categoria de ação:

- Ações presenciais internas: Prosa técnica: Produção de Açaí e Mirtilo e Workshop "Dificuldades na elaboração de Estudo Técnico Preliminar-ETP, Termo de Referência-TR e Instrução Processual".
- Ações presenciais interna com parceria: são as ações com planejamento e organização da Emater-DF com a participação de instrutoria de pessoas de outras instituições. Como exemplos tivemos o curso Sanidade avícola e calendário vacinal e a Formação continuada dos membros do Conselho de administração, Fiscal e Dirigentes.
- Ações presenciais externas: Curso: Gestão e fiscalização de contratos e o curso Processo Administrativo Disciplinar – PAD, ambos ofertados pela Escola de Governo do DF – EGOV.
- Ações contratadas: Seminário Excelência nas Contratações das Empresas Estatais e a Formação de Desenvolvimento de Gestores.

Figura 63. Prosa técnica sobre Açaí e Mirtilo



Figura 64. Curso Doenças e pragas na criação de apis mellífera



Figura 65. Workshop Dificuldades na elaboração de ETP, Termo de referência





Figura 66. Curso Desenvolvimento de Gestores



Programação Orçamentária não Executada

- 20.122.8201.1984.9880 - (EPI) CONSTRUÇÃO DO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER DF EM SOBRADINHO: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação
- 20.451.8201.1984.0046 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER- PLANO PILOTO: Inexistência de demandas no Programa de Trabalho
- 20.122.8201.2396.5437 - (EPI) (***) CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES DO PRÉDIO/BLOCO ANEXO AO ESCRITÓRIO LOCAL EMATER DF DO NÚCLEO RURAL DA TABATINGA PP, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI: Alteração orçamentária com cancelamento da dotação
- 20.122.8201.2422.0016 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ÁREA FIM - MATER-DISTRITO FEDERAL: Atualmente o programa de estágio da EMATER-DF é executado pelo contrato corporativo nº 052037/2024, firmado entre a Secretaria de Estado de Economia do DF e o Centro de Integração Empresa Escola.
- 20.122.8201.2422.0017 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ÁREA MEIO - EMATER-DISTRITO FEDERAL: Atualmente o programa de estágio da EMATER-DF é executado pelo contrato corporativo nº 052037/2024, firmado entre a Secretaria de Estado de Economia do DF e o Centro de Integração Empresa Escola.
- 20.122.8201.3903.9699 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL: Projetos em elaboração, para posterior reforma de prédio.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	300000,0	550000,0	393562,68	303787,68
9876 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS	300000,0	550000,0	393562,68	303787,68
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	300000,00	550000,00	393562,68	303787,68

Programação Orçamentária Realizada

O subtítulo contribuiu para as realizações relatadas no tópico AGRICULTURA URBANA, item 2.23.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

3.1. Planejamento Estratégico Institucional

Em 2024, no âmbito da Gestão Estratégica, a Emater-DF deu continuidade ao processo de implementação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), com ações voltadas para o



alcance de resultados significativos para a sociedade. Na implementação do Planejamento Estratégico adotou-se elementos-chave para assegurar uma gestão estratégica eficaz, descritos a seguir.

- **Monitoramento Quadrimestral:** A Emater-DF adotou uma forma diferenciada com o monitoramento das metas de forma quadrimestral, o que permitiu avaliações contínuas de suas ações estratégicas. Este formato de acompanhamento possibilitou ajustes rápidos e precisos em resposta às mudanças no ambiente interno e externo, garantindo eficácia nas operações. A Empresa implementou uma metodologia de acompanhamento dos objetivos estratégicos com indicadores de desempenho, incluindo metas e iniciativas estratégicas, o que permitiu uma avaliação do progresso em direção às metas estabelecidas no PEI;
- **Iniciativas Estratégicas Priorizadas:** Foram ampliadas o número de iniciativas estratégicas priorizadas em 2024, refletindo o compromisso e o esforço da Emater-DF em alcançar seus objetivos. Dentre elas destacam-se: a ampliação da boas práticas agropecuárias (BPA) e boas práticas de fabricação (BPF); implantação do programa de produção sócioprodutiva (Fomento Rural); execução do Programa de Saneamento Rural da Emater-DF; o desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos agroindustriais; aperfeiçoamento dos sistemas de gestão como o painel de resultados e EmaterWeb; a prestação de ATER continuada com uso de inovações tecnológicas para as principais cadeias produtivas do DF (olericultura, fruticultura, floricultura, avicultura, bovinocultura, aquicultura e grandes culturas); a ampliação do Programa de Agricultura Urbana da Emater-DF; ampliação da oferta de ATER com foco em práticas agroecológicas estimulando a certificação orgânica; incentivo a adoção de práticas de conservação de solo e água e adequação ambiental da propriedade; a qualificação dos profissionais da Emater-DF em Organização Social; orientação sobre direitos trabalhistas e acesso à políticas públicas (Bolsa Família, auxílio doença, previdência social); promoção do crédito rural; inclusão sócioprodutiva das mulheres rurais do DF; a promoção do turismo rural associado à produção; a promoção dos canais de comercialização; o desenvolvimento do programa de Sucessão Rural com foco em jovens; a divulgação periódica do INFORMATER; ampliação de atendimentos por meio de Assistente Virtual; desenvolvimento de novos módulos para Aplicativo Emater-DF; formação de gestores; realização do Programa de Integração; a realização de concurso público continuado; realização de Programa de Desligamento Voluntário (PDV); melhorias dos sistemas de avaliações dos empregados; implementação do Programa de Gestão por Resultados da Emater-DF; atualização e disponibilização de normativos internos; a elaboração de POP (procedimento operacional padrão) para os principais processos administrativos da Emater-DF, bem como a celebração de acordos internacionais e a atualização dos serviços e valores prestados pela Emater-DF;
- **Alinhamento com o PEDF 2019-2060:** A Emater-DF apresentou alinhamento entre seu PEI 2022-2031 e as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF) para o período de 2019 a 2060. Esse alinhamento garantiu que as metas da instituição estivessem em consonância com as políticas governamentais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável do DF e Entorno;
- **Alinhamento com o PPA 2024-2027:** A Emater-DF promoveu uma integração entre seu PEI e o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024 a 2027. O alinhamento estratégico dos compromissos indicados nos documentos supracitados contribuiu para alocação eficiente de recursos, garantindo que as metas de curto e médio prazo sigam em harmonia com as prioridades governamentais. O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Emater-DF está disponível em: <https://www.emater.df.gov.br/planejamento-estrategico/>.

3.3. Atividades de Controle Interno e Auditoria Interna

Ao longo do exercício de 2024 na EMATER-DF, foram recebidas e distribuídas Orientações e Recomendações feitas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF e Recomendações e Determinações feitas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF dirigidas à Alta Administração da EMATER-DF e às unidades organizacionais da Empresa.

Foram adotadas as seguintes medidas cabíveis para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos:



- A Emater-DF segue ampliando a implantação da gestão de riscos nas unidades da Empresa, visando garantir o alcance dos objetivos institucionais, estabelecendo os controles pertinentes para reduzir ao máximo a possibilidade de ocorrência de eventos adversos;
- A ampliação do Projeto de Gestão de Riscos e a execução do Programa de Integridade, bem como a capacitação dos empregados da Emater-DF nessas matérias, seguem sob a consultoria da CGDF;
- Foram realizadas as atividades de correção, com apoio permanente às áreas correlatas, visando ao aperfeiçoamento das práticas administrativas da Empresa;
- No que tange ao quesito “conformidade”, notadamente, em relação ao cumprimento de exigências da Lei Nacional nº 13.303 de 30 de junho de 2016, nomeada “Lei das Estatais”, foi atualizado o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC;
- Foi atualizada a norma interna que disciplina o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos contratos administrativos;
- Foram atendidas as recomendações feitas com a utilização do sistema Portal UCI da CGDF, para monitoramento e gestão de contratos, pessoal e pagamentos.

3.4. Comunicação

O objetivo central da gestão da comunicação é manter canais abertos com a mídia, fortalecer a imagem institucional, ampliar a visibilidade da Emater-DF, alinhar discursos e garantir transparência. Além disso, atua para motivar o público interno e garantir que produtores, parceiros e a sociedade reconheçam a relevância da Empresa para o desenvolvimento agropecuário do Distrito Federal.

O trabalho também visa conscientizar a opinião pública sobre a boa qualidade dos produtos e serviços da Emater-DF, disseminar informações sobre assuntos de interesse dos mais diferentes públicos, atender às necessidades de informação de clientes e usuários, fortalecer a credibilidade das informações veiculadas pela empresa, obter noticiário externo favorável, obter reconhecimento positivo e boa vontade junto aos diversos setores formadores de opinião pública, motivar o público interno, dar transparência aos atos da direção, melhorar fluxo interno de comunicação, utilizar a comunicação como ferramenta para alinhamento de discursos e ações, alinhar os discursos e ações da Emater-DF à missão e à visão da Empresa, bem como garantir que exista articulação, fluxo de informação, agilidade e comunicação institucionalizada entre os órgãos/agentes governamentais da agricultura.

A presença estratégica na mídia e nas redes sociais é essencial para:

- Informar e esclarecer a sociedade sobre o papel da Emater-DF;
- Fortalecer a imagem institucional, aproximando a empresa de seus diversos públicos;
- Influenciar e promover debates públicos sobre temas relevantes para o setor rural;
- Valorizar os resultados das ações e programas desenvolvidos em prol dos agricultores.

3.4.1. Atividades Realizadas em 2024:

- Matérias publicadas no site: 296 matérias informativas até 16 de dezembro de 2024;
- Atendimento à imprensa: 530 atendimentos, garantindo ampla divulgação de pautas relevantes;
- Emater-DF na mídia: 998 citações em veículos digitais e impressos (excluindo rádio e jornais físicos – entre 1º de janeiro e 16 de dezembro – a contagem não inclui citações em rádios e entrevistas em redes de TV como SBT, por exemplo, que não disponibilizam o link da entrevista).

3.4.2. Projetos em vídeo e áudio:

- TV Emater: A TV Emater-DF traz conteúdo explicativo sobre ações e atividades da empresa no campo. Entretanto, devido às demandas audiovisuais referentes a cursos e de outros setores da empresa, não foi possível dar continuidade ao trabalho da Assessoria de Comunicação.
- Podcast Boletim do Campo: O podcast tem 02 programas: Conversa com Extensionista e Histórias e Saberes do Campo. No exercício de 2024, devido ao excesso de demandas audiovisuais de outros setores da empresa, não foi possível dar continuidade ao programa.



3.4.3. Redes Sociais e Conteúdo Digital

As redes sociais são uma das principais ferramentas utilizadas pela Emater-DF para promover engajamento orgânico e aproximar a Emater-DF dos agricultores, parceiros e sociedade em geral.

- Instagram: Entre 1º de janeiro e 16 de dezembro de 2024, o perfil do Instagram da Emater-DF (@ematerdf) registrou um crescimento significativo em seu número de seguidores, passando de 13.753 para 16.902, o que representa um aumento de 3.149 seguidores. Durante esse período, foram realizadas mais de 500 publicações no formato de stories e 494 postagens no feed, incluindo vídeos, cards informativos e notícias com fotos. Essa atividade intensa nas redes sociais reflete o compromisso da Emater-DF em manter uma comunicação constante e informativa com seu público, ampliando o alcance de suas ações.
- Facebook: Entre 1º de janeiro e 16 de dezembro de 2024, a página do Facebook da Emater-DF registrou um crescimento de 556 seguidores, passando de 7.678 para 8.234 seguidores. Durante esse período, foram realizadas mais de 171 publicações, incluindo vídeos, notícias e cards informativos, que contribuíram para aumentar o engajamento e a visibilidade das ações da Emater-DF.
- YouTube: Saltou de 9,344 mil para 10,518 mil inscritos, com vídeos técnicos, informativos, transmissões ao vivo e materiais institucionais organizados em playlists temáticas.
- LinkedIn: Teve 5 postagens, alcançando 891 seguidores (242 novos seguidores no ano).
- X (antigo Twitter): Apesar do baixo alcance, foram feitas 133 postagens, mantendo a rede como canal de comunicação ativo. O canal possui 1.422 seguidores. Essa é a rede social com menor índice de interações, o que também comprova que o público da Emater-DF não está nesta rede social. (Lembrando que a rede ficou fora do ar por meses, devido a determinação judicial do STF).

3.4.4. Campanhas Estratégicas

No ano de 2024, atendendo ao Planejamento Estratégico da Emater-DF, a Emater-DF o colocou em prática duas ações estratégicas:

- Campanha "Aqui tem Emater-DF": Foram publicados 11 vídeos nas redes sociais com depoimentos de produtores sobre suas atividades e a importância da Emater no desenvolvimento delas. A campanha visa mostrar, por meio dos depoimentos de produtores, o quanto a empresa é essencial em suas atividades. O vídeo é divulgado 1 vez ao mês.
- Criação do Jornal Interno "Emater-DF em Foco": O Jornal Emater-DF em Foco foi criado para servir como mais um meio interno de divulgação das informações internas entre o público de empregados, assessores e colaboradores da empresa. Neste ano de 2024, foram publicadas 11 edições. O jornal é de veiculação mensal.

Outras ferramentas de comunicação interna incluem:

- Plantão Informater (e-mail);
- Envio de mensagens via WhatsApp, pelo WhatsAter (lista de transmissão);
- Publicações informativas no papel de parede institucional.

3.4.5. Produção Gráfica e Audiovisual

A Emater-DF produziu diversos materiais ao longo de 2024 para apoiar ações institucionais e técnicas:

- Artes para redes sociais: 497
- Vídeos produzidos: 54
- Banners: 66
- Folders: 40
- Apresentações (PowerPoint): 33
- Papéis de parede: 15
- Diagramações de materiais: 80
- Adesivos: 116
- Troféus personalizados: 24
- Materiais diversos (convites, placas, entre outros): 260



- Total: 1.185 peças produzidas

3.5. Ouvidoria

A Ouvidoria do Governo do Distrito Federal (GDF) é o principal elo entre os cidadãos e o Poder Executivo, promovendo transparência, participação e controle social. Através de sua rede integrada, denominada Seccionais, a Emater-DF conta com a Ouvidoria Especializada, responsável por atender demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI) e de transparência, tanto ativa quanto passiva. Essa dedicação à transparência já rendeu sete premiações consecutivas de 100% de Transparência.

Até 16 de dezembro de 2024, a Ouvidoria da Emater-DF registrou 613 manifestações, sendo 434 pelo Sistema de Ouvidoria e 179 pelo Sistema de Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), ambos disponíveis na plataforma Participa DF. Essa plataforma, que utiliza inteligência artificial por meio do Robô Iza, facilita o registro de informações, solicitações, sugestões, denúncias, reclamações e elogios.

Os registros podem ser feitos por três canais oficiais:

- Site Participa DF: oferece conforto e praticidade ao cidadão.
- Central 162: atendimento gratuito por telefone fixo ou celular, de segunda a sexta-feira (7h às 21h) e em fins de semana e feriados (8h às 18h).
- Atendimento Presencial: disponível em qualquer ouvidoria do GDF, reforçando o trabalho em rede.

Essas modalidades garantem rapidez e acessibilidade, permitindo aos cidadãos acompanhar facilmente o andamento de suas manifestações. As ações da Ouvidoria buscam aprimorar os serviços oferecidos, garantindo que os cidadãos exerçam sua participação e controle social. Além de registrar demandas como informações, reclamações e denúncias, o sistema incentiva sugestões para melhorias e permite o reconhecimento de serviços bem prestados por meio de elogios.

Um exemplo desse compromisso é o Projeto de Valorização das Virtudes dos Empregados e Empregadas da Emater-DF, desenvolvido em parceria com o Comitê de Integridade e Gestão de Riscos. O projeto destaca o trabalho dos profissionais elogiados, promovendo motivação e reconhecimento. A entrega da primeira premiação ocorreu em abril, durante o aniversário da Empresa, e o projeto segue em desenvolvimento.

Até 16 de dezembro de 2024, 78% das manifestações no Sistema de Ouvidoria referem-se a elogios.

Outro destaque é a procura crescente pelas Cartas de Serviços da Emater-DF, tanto de forma virtual, quanto física, cuja exposição física é permanente, em atenção ao Decreto 36.419/2015. São realizados dois grandes eventos anuais para a divulgação e incentivo aos interessados para a leitura das 28 (vinte e oito) Cartas vigentes. Os assuntos são variados e estão divididos em dois grandes grupos, sendo o primeiro sobre os serviços não remunerados e o segundo sobre os serviços pagos. A procura pelas Cartas de Serviços tiveram avaliação positiva, obtendo 100% do conhecimento das mesmas;

O Governo do Distrito Federal conquistou, neste exercício, o Nível Diamante na avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). A análise foi realizada no Portal da Transparência e no Portal de Dados Abertos, sob responsabilidade da Controladoria-Geral do DF (CGDF), bem como nos sites dos órgãos e entidades do GDF;

A Emater-DF recebeu o troféu Índice de Transparência Ativa e Passiva 2024;

Os registros de Elogios tiveram um aumento de 63% em relação ao ano anterior, demonstrando a satisfação do público atendido pela Empresa;

A participação do Cidadão e Cidadã, por intermédio da Ouvidoria, produz efeitos fundamentais para o conhecimento de situações pontuais e recorrentes o que permite à Direção da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural a tomada de decisão sobre os assuntos relevantes.

3.6. Concurso Público



O Edital de abertura do concurso público foi publicado em setembro de 2023 para a realização de concurso público para o provimento de vagas para os empregos de Extensionista Rural e Técnico Especializado, da Carreira Grupo Operacional de Nível Superior e Serviços Operacionais Finalísticos e para os empregos de Assistente Administrativo, da Carreira Grupo Operacional de Apoio Administrativo e Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da EMATER/DF. Em 02 de julho de 2024 o concurso foi homologado, com a publicação do resultado final do concurso no DODF e aguarda autorização para as convocações dos candidatos aprovados.

3.7. Programa de Gestão por Resultados

Foi aprovada a implantação do Programa de Gestão por Resultado na EMATER-DF e foi constituído grupo de trabalho para desenvolvimentos dos procedimentos para implantação com vistas a difundir a cultura estratégica e de gestão orientada a resultados conforme estabelecido no planejamento estratégico da empresa. A implantação do programa ocorrerá como experiência piloto no exercício de 2025. Com vistas à implantação em todas as unidades, o grupo de trabalho realizou diversas reuniões, o que culminou na definição de metas e elaboração de sistema de acompanhamento de atividades no sistema EmaterWeb.

3.8. Compras públicas

Resumo de Pregões e Processos

Pregões e Processos	Quantitativo
Pregões realizados	27
Pregões finalizados	18
Processos de sistema de Registro de Preços	06
Adesões a Atas de Registro de Preço	32
Pregões em andamento (até 17/12/2024)	02

Resumo financeiro

Indicador	Valor
Valor estimado total	R\$ 22.386.013,44
Valor homologado	R\$ 13.264.332,11
Economia	R\$ 9.121.681,33

3.8. Fundos Públicos

A Emater-DF não possui Fundos Públicos sob a sua gestão.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Emater-DF, como agente de políticas públicas, tem um papel importante na segurança alimentar e nutricional, no progresso social e econômico, assegurando a sustentabilidade ambiental e impulsionando o desenvolvimento da agricultura e pecuária no Distrito Federal, reafirmando seu empenho na modernização e melhoria da assistência técnica e extensão rural (ATER), demonstrando os resultados benéficos para os agricultores e a sociedade do Distrito Federal. Neste cenário, a estatal tem se esforçado para melhorar suas práticas de governança a fim de garantir um fornecimento de serviços públicos de alta qualidade, seguindo os princípios de transparência e controle na administração pública estabelecidos na legislação vigente.

No ano de 2024, a Emater-DF atingiu importantes conquistas por meio de 176.807 atendimentos em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI), ao Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF), ao Plano Plurianual 2024-2027 e aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Organização das Nações Unidas. A forma que a Emater-DF adotou para execução dos serviços de Ater pública, bem como execução das políticas públicas para a população do Distrito Federal, envolveu a implementação de vários programas e projetos, tais como:



- Programa de Suporte à Agricultura Urbana;
- Programa de Saneamento Rural;
- Programa de revitalização dos canais de irrigação;
- Programa de energias renováveis;
- Programas de compras institucionais;
- Programa de inclusão socioprodutiva das mulheres do campo;
- Programa de fortalecimento da agroindústria;
- Estímulo ao empreendedorismo, além da expansão da oferta de assistência técnica e extensão rural, de forma continuada, voltada para inovação tecnológica.

Essas ações realizadas de forma alinhada resultaram em conquistas estratégicas que consolidam a missão da organização. Importante salientar as relações com as demais instituições governamentais Distritais e Federais para o desenvolvimento de diversas atividades de ATER por meio da execução de Convênios e Emendas Parlamentares. As iniciativas de 2024 evidenciaram a evolução dos colaboradores da Empresa, enfatizando várias formações em capacitações internas e externas, excursões e intercâmbios técnicos com objetivo de fortalecer a prestação do serviço de Ater aos produtores do Distrito Federal.

Vale ressaltar a 3ª Edição do Balanço Social, cujos resultados indicaram um crescimento de aproximadamente 8% na relação monetária de retorno para a sociedade do Distrito Federal, em comparação com o ano anterior. Isso significa que para cada R\$ 1,00 investido na Emater-DF, pelo Governo do Distrito Federal e pelo Governo Federal, resultaram em R\$ 7,98 em benefícios para a sociedade, considerando valores de 2023.

Dentre os benefícios, destaca-se o apoio aos produtores rurais para geração de renda, melhoria da produtividade agropecuária, agregação de valor aos produtos, acesso aos diversos canais de comercialização, ampliação do acesso ao crédito rural que proporciona avanços tecnológicos e inovação no campo, além da participação dos produtores em programas de pagamento por serviços ambientais, programas de compras governamentais de alimentos, acesso à melhores condições de saneamento rural, inclusão em programas sócioprodutivos, entre outras ações executadas diariamente pelos extensionistas rurais atuantes na Empresa.

O resultado apresentado não apenas evidencia a eficácia do serviço público de assistência técnica e extensão rural prestado pela Emater-DF, mas também reforça o impacto positivo no meio rural e fortalece a sustentabilidade ambiental no sentido de promover melhor qualidade de vida para as comunidades rurais e população urbana do Distrito Federal.

No entanto, é apropriado reconhecer desafios e dificuldades. Entre as dificuldades identificadas, destacam-se questões operacionais e, em certas situações, restrições de recursos para a execução de projetos. A complexidade de algumas ações estratégicas requereu esforços extras para assegurar sua implementação eficaz. Problemas específicos, como barreiras logísticas e questões legais, influenciaram, de certa maneira, a efetividade de determinados programas. Contudo, manteve-se firme o compromisso de superar tais obstáculos, buscando soluções inovadoras e eficientes.

O objetivo para o próximo ano de 2025 é continuar apontando nas ações de fortalecimento da qualidade de vida da população do Distrito Federal e aproveitar oportunidades significativas para impulsionar e apoiar ainda mais os pilares sociais, econômicos e ambientais no meio rural. A instituição dará foco na expansão das estratégias de inovação tecnológica, soluções digitais de ATER, fomento à implementação de Hubs de Inovação Tecnológicas, aprimoramento no assistente virtual e nos painéis de monitoramento das atividades da Empresa. Conforme o Plano de Negócios de 2025, foram eleitos pela Emater-DF alguns desafios para serem alcançados em 2025, tais como:

- Iniciar a prestação de assistência técnica e extensão rural aos agricultores situados em área urbana e periurbana;
- Prestar ATER para minimizar os problemas advindos pela falta de mão de obra no campo, bem como a penosidade do modelo de trabalho rural nos moldes tradicionais, com o incentivo ao uso de máquinas e equipamentos que facilitem e maximizem o trabalho do produtor;



- Implementar o "Programa Emater-DF no Clima" com ações voltadas para adaptação às mudanças climáticas no DF;
- Qualificar a prestação de serviços em agroindústrias, incentivando a inovação de produtos e processos, gestão e formalização;
- Qualificar a gestão de recursos humanos e financeiros, com melhoria da comunicação interna, capacitações, bem como a captação e execução de recursos orçamentários.

Em resumo, o ano de 2024 foi caracterizado por realizações notáveis, obstáculos vencidos e ricas lições extraídas de bases robustas estabelecidas ao longo de vários anos pela Emater-DF, e as perspectivas para o próximo ano são de avanços no setor agropecuário rumo a sustentabilidade econômica, social e ambiental no Distrito Federal.



14903 - FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Distrital de Sanidade Animal - FDS é um instrumento indenizatório emergencial, instituído pela Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 33.785 de 13 de julho de 2012, gerido por um Conselho de Administração sob a coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, presidido pelo titular da pasta da Subsecretaria de Defesa Agropecuária – SDA, composto por representantes titulares e suplentes indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

- I. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – Seagri/DF;
- II. Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF;
- III. Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal – SFA/DF;
- IV. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater/DF;
- V. Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAP/DF;
- VI. Associação dos Produtores e Processadores de Leite do Distrito Federal – Aproleite/DF;
- VII. Associação dos Avicultores do Planalto Central – Avioplac;
- VIII. Associação dos Criadores de Ovinos do Distrito Federal – ACOB/DF;
- IX. Associação dos Criadores do Planalto – ACP.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0



A Força de Trabalho do Fundo Distrital de Sanidade Animal - FDSA encontra-se contida na força de trabalho da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI

MISSÃO

Mitigar os prejuízos financeiros causados pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário no âmbito do Distrito Federal.

OBJETIVOS

O FDS possui dois objetivos distintos. O primeiro visa indenizar, as propriedades no âmbito do Distrito Federal, pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário do Distrito Federal. O segundo objetiva suplementar recurso para atender ao desenvolvimento de ações ou à execução de serviços relativos à vigilância e à fiscalização em saúde animal e educação sanitária.

BENEFICIÁRIOS

Proprietários que possuam animais atingidos ou que sejam considerados suspeitos de contaminação por doenças infectocontagiosas, podendo representar perigo de disseminação da enfermidade, de acordo com o Código Zoosanitário Internacional e que forem abatidos ou sacrificados sanitariamente por determinação do Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal do Distrito Federal, adquiridos de acordo com as normas de trânsito vigentes e com certificados sanitários exigidos pelo serviço de defesa sanitária animal, e que estejam sendo criados ou mantidos em locais apropriados e condições adequadas de manejo, nutrição, higiene e profilaxia de doenças e de proteção ao meio ambiente e, se estiverem adimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de cadastro da propriedade, comprovados pelo órgão executor da defesa sanitária animal, bem como a débitos de tributos distritais e federais, comprovados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal e pela Receita Federal do Brasil, respectivamente.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	10000,0	10000,0	0	0
0001 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA ANIMAL--DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
9110 - INDENIZAÇÃO A PRODUTORES RURAIS	180000,0	180000,0	25000,0	25000,0
0001 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS-SACRIFÍCIO DE ANIMAIS SUSPEITOS OU DOENTES-DISTRITO FEDERAL	180000,0	180000,0	25000,0	25000,0
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	190000,00	190000,00	25000,00	25000,00

Programação Orçamentária Realizada:

No Exercício de 2024, foram pagos em indenizações R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) correspondente a 35.578 animais aquáticos reagentes positivos ao teste de diagnóstico molecular.



Quadro I – Arrecadações

TAXAS E MULTAS EFETIVAMENTE ARRECADADAS	
MÊS/ANO	2024
JANEIRO	7.335,64
FEVEREIRO	36.297,80
MARÇO	25.627,31
ABRIL	62.221,81
MAIO	47.186,40
JUNHO	15.690,58
JULHO	27.971,53
AGOSTO	31.202,24
SETEMBRO	60.427,94
OUTUBRO	28.856,87
NOVEMBRO	33.626,89
DEZEMBRO	35.449,55
TOTAL	411.894,56

O quadro I demonstra a arrecadação efetiva do Fundo.

A principal fonte de receita do Fundo provém de recolhimento de multas aplicadas aos proprietários de animais e/ou fornecedores de produtos de origem animal e vegetal, pelo descumprimento de obrigações sanitárias no âmbito da Subsecretaria de Defesa Agropecuária da SEAGRI/DF.

As multas são recolhidas aos cofres públicos, por meio de Documento de Arrecadação – DAR, repassadas pela Subsecretaria do Tesouro - SUTES ao FDS na fonte de recurso 171 - Recursos Próprios dos Fundos

Observa-se que para esta Unidade Orçamentária não há de se falar em não execução, já que depende da ocorrência de enfermidades, e que o desejado é que não ocorra nenhum caso.

Programação Orçamentária não Executada:

PT 20.605.6201.2772.0001 - Fomento à Defesa Sanitária Animal - Distrito Federal - Não houve ações no tocante a estruturar os serviços de vigilância e fiscalização em defesa agropecuária utilizando este Programa de Trabalho.

Quanto ao valor destinado que não foi executado no Programa de Trabalho Fomento à Defesa Sanitária Animal e Gestão de Recursos do FDS – Fonte 171, observa-se que os valores destinados foram irrisórios, impossibilitando o desenvolvimento das ações.

8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	10000,0	10000,0	0	0
0019 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
TOTAL - 8201 - AGRICULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	10000,00	10000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada:

PT 20.605.8201.4220.0019 - Gestão de recursos de fundos - Fundo Distrital de Sanidade Animal - Distrito Federal - Não houve ações para gerir este recurso do Fundo Distrital de Sanidade Animal do Distrito Federal.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Sem informação.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Quadro III - Histórico das Indenizações

SOLICITAÇÕES			INDENIZAÇÕES										
Data	Animais	Pagamentos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
		Data	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
27/11/2014	2	02/12/2015	3.938,89	0	0	0	0	0					3.938,89
03/08/2015	5	19/01/2018	0	0	0	11.801,12	0	0					
25/09/2015	2	11/09/2018	0	0	0	5.047,71	0	0					
25/09/2015	1	17/10/2016	0	2.236,50	0	0	0	0					
13/11/2015	1	19/01/2018	0	0	0	2.473,50	0	0					
09/12/2015	40	09/08/2017	0	0	90.538,38	0	0	0					
02/03/2016	3	17/10/2016	0	5.768,40	0	0	0	0					
07/03/2016	9	11/09/2018	0	0	0	21.640,03	0	0					
04/05/2016	1	06/10/2016	0	3.123,54	0	0	0	0					
12/12/2017	10	11/09/2018	0	0	0	18.368,97	0	0					
02/07/2020	6	09/11/2020	0	0	0	0	0	21.052,72					
03/07/2020	3	09/11/2020	0	0	0	0	0	14.766,33					
23/12/2020	1	23/03/2021	0	0	0	0	0	0	1.619,15				
23/12/2020	1	23/03/2021	0	0	0	0	0	0	894,90				
03/03/2021	1	29/12/2021	0	0	0	0	0	0	3.107,52				
19/04/2021	2	29/12/2021	0	0	0	0	0	0	6.938,49				
10/05/2021	1	29/12/2021	0	0	0	0	0	0	5.169,38				
09/09/2021	2	29/12/2021	0	0	0	0	0	0	10.474,44				
30/09/2021	1	30/06/2022	0	0	0	0	0	0	0	4.989,45			



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

05/11/2021	1	27/06/2022	0	0	0	0	0	0	0	2.561,58			
14/03/2022	1	27/06/2022	0	0	0	0	0	0	0	5.904,53			
26/04/2022	1	27/06/2022	0	0	0	0	0	0	0	3.871,50			
19/07/2022	1	14/04/2023	0	0	0	0	0	0	0	0	10.414,92		
10/08/2022	1	14/04/2023	0	0	0	0	0	0	0	0	5.151,00		
08/12/2022	1	08/05/2023	0	0	0	0	0	0	0	0	7.804,28		
19/10/2022	1	08/05/2023	0	0	0	0	0	0	0	0	17.940,40		
19/10/2022	8	26/06/2023	0	0	0	0	0	0	0	0	13.652,81		
02/11/2024	1	05/11/2024	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25.000,00	25.000,00
Totais	108		3.938,89	11.128,44	90.538,38	54.283,62	0,00	35.819,05	28.203,88	17.327,06	54.963,41	25.000,00	321.202,73

O processo de indenizações dos animais acometidos por doenças infectocontagiosas envolve várias etapas, requer cautela por partes dos Agentes da Defesa e dos Gestores do FDS, indo desde a fiscalização da propriedade, passando pelo saneamento do rebanho, abate dos animais e a indenização propriamente dita que, são realizadas de forma individual, diretamente ao beneficiário, sendo calculada com base no preço médio da arroba do animal pago na região. As indenizações somente são pagas aos proprietários que se enquadraram nas normas operacionais do FDS, ou seja, quando os animais doentes ou suspeitos são criados ou mantidos em condições adequadas de nutrição, saúde, higiene, profilaxia de doenças e seus proprietários estejam adimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de defesa e vigilância agropecuária.

Os critérios para a avaliação e indenização dos animais são disciplinados por intermédios das Resoluções: 01/2015-FDS - bovinos e bubalinos; 01/2018/FDS - equídeos; 03/2018-FDS - aves; 04/2018-FDS - suínos; e 05/2018-FDS - ovinos e caprinos.

No quadro histórico das Indenizações, observa-se que o Fundo Distrital de Sanidade Animal já indenizou o correspondente a 108 animais perfazendo um montante de R\$ 321.202,73 (trezentos e vinte e um mil duzentos e dois reais e setenta e três centavos).

Conforme citado anteriormente, a principal fonte de receita do Fundo provém de recolhimento de multas aplicadas aos proprietários de animais e/ou fornecedores de produtos de origem animal e vegetal pelo descumprimento de obrigações sanitárias no âmbito da Subsecretaria de Defesa Agropecuária da SEAGRI/DF. Neste particular, a baixa arrecadação reflete que ações do setor de Defesa Agropecuária voltadas para prevenção junto aos produtores vêm surtindo bons resultados.

Por outro lado, registra-se que o saldo financeiro positivo do FDS apurado ao final do exercício é automaticamente transferido para o Tesouro do Distrito Federal, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 925/2017, impossibilitando o acúmulo de recursos financeiros para o desenvolvimento dos Programas de Trabalho Fomento à Defesa Sanitária Animal e Gestão de Recursos do FDS.

No mesmo sentido, havendo a necessidade em honrar indenizações e não existindo saldo suficiente na conta do Fundo, as indenizações deverão ocorrer diretamente com recursos do Tesouro do GDF - Fonte 100.

Pelos motivos citados acima, é de bom alvitre que o saldo financeiro positivo do FDS apurado em balanço seja transferido para o exercício seguinte a crédito do próprio Fundo.



PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Para o exercício de 2025, considerando que o FDS é um fundo emergencial, espera-se não haver, no Distrito Federal, nenhum caso de animal suspeito ou atingido por doenças infectocontagiosas nem a necessidade de indenizações pelo abate/sacrifícios de animais acometidos por tais doenças.

Espera-se, ainda, que haja a excepcionalidade orçamentária para que o saldo financeiro positivo do FDS apurado em balanço seja transferido para o exercício seguinte a crédito do próprio Fundo.



14904 - FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FDR

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR é um instrumento financeiro, regido pela Lei nº 6.606, de 28 de maio de 2020, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 41.163, de 1º de setembro de 2020, gerido por um Conselho Administrativo e Gestor sob a presidência do Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – Seagri.

O Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri-DF, é assessorado pela Secretaria Executiva do Fundo, com atribuições definidas no regimento interno, e pelo Conselho Administrativo e Gestor do FDR.

Nesse contexto, conforme disposto na Portaria 908, de 18 de novembro de 2024, ressalta-se como atribuição da Subsecretaria de Gestão Estratégica e Relações Institucionais (SUGER) coordenar os trabalhos do Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR, do secretariado do Fundo Distrital de Sanidade Animal – FDS e das atividades relacionadas à execução e desenvolvimento desses, além de promover, em articulação com o Gabinete, o aporte de recursos para as linhas de crédito do Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	0	0	0	4
Comissionados sem vínculo efetivo	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	5	0	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	6	0	5	0	11
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	6	0	5	0	11

FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - UO: 14.904

O Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR atua em quatro modalidades distintas:

I. FDR-Social - apoia financeiramente, em caráter não reembolsável, projetos de fomento à produção agropecuária no Distrito Federal;



- II. FDR-Crédito - financia projetos de atividades rurais no Distrito Federal e na RIDE;
- III. FDR-Aval - concede garantias complementares necessárias à contratação de financiamento agropecuários, junto às instituições financeiras e,
- IV. FDR-Habitação Rural - financia as despesas de construção, reforma ou ampliação de empreendimentos habitacionais em áreas rurais no Distrito Federal.

Constituem fontes de receitas do FDR:

- I – repasses e transferências do governo federal, mediante convênios ou outros ajustes firmados;
- II – receitas decorrentes de convênios, contratos e acordos celebrados pelo Distrito Federal com instituições públicas ou privadas, tendo por objeto ações do FDR;
- III – receitas oriundas do retorno dos financiamentos concedidos, incluindo todos os encargos deles decorrentes, inclusive das aplicações financeiras;
- IV – recursos provenientes de repasses de instituições de fomento de caráter nacional e internacional, observada a legislação pertinente;
- V – recursos oriundos de emendas parlamentares;
- VI – recuperação de recursos de avais honrados;
- VII – valores decorrentes de taxas para concessão de garantias complementares;
- VIII – valores decorrentes de leilões oriundos de bens do FDR;
- IX – 50% da receita arrecadada com a taxa anual das concessões de uso, das concessões de direito real de uso e dos arrendamentos e com outras, referentes à utilização das terras públicas rurais pertencentes às pessoas jurídicas da administração indireta do Distrito Federal ou outras que venham a substituí-las;
- X – 20% da receita arrecadada com a venda dos imóveis rurais pertencentes às pessoas jurídicas da administração indireta do Distrito Federal ou outras que venham a substituí-las;
- XI – 100% da receita arrecadada com a taxa anual das concessões de uso, das concessões de direito real de uso e dos arrendamentos e com outras, referentes à utilização das terras públicas rurais pertencentes às pessoas jurídicas da administração direta do Distrito Federal;
- XII – 100% da receita arrecadada com a venda dos imóveis rurais pertencentes às pessoas jurídicas da administração direta do Distrito Federal;

MISSÃO

Promover o desenvolvimento rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade agropecuária, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no espaço rural.

OBJETIVOS

Financiar, fomentar e conceder garantias complementares à projetos de atividades rurais e habitacionais rurais, bem como, disponibilizar maquinários e implementos agrícolas às Organizações das Sociedades Cívis rurais, por intermédio de Acordos de Cooperação, com vistas as demandas coletivas de seus associados.

BENEFICIÁRIOS

Produtores que desenvolvam atividades rurais no Distrito Federal ou na RIDE/DF e suas organizações - Associações, Cooperativas e Empresas Rurais - no âmbito do Distrito Federal.

BREVE HISTÓRICO DO FDR

Obedecendo ao comando da Lei do PRO-RURAL nº 2.499/1999, em 27 de dezembro de 2000, foram editadas as Leis números 2.652 e 2.653 instituindo, respectivamente, o Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF e Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR. Posteriormente, em 27 de fevereiro de 2013, o FDR foi reformulado pela Lei nº 5.024.



Até o ano de 2015, a principal fonte de arrecadação do FDR advinha das taxas de arrendamentos das terras públicas rurais do Distrito Federal, cujos contratos eram firmados diretamente com a Seagri-DF e as taxas destinadas ao Fundo, porém, os contratos de arrendamentos passaram a ser firmados com a Terracap retirando a principal fonte de receita do Fundo.

Para que o FDR continuasse a ser viável e por entender que o setor produtivo rural carece de acesso descomplicado às políticas públicas, especialmente no que se referem as linhas de créditos, a Seagri-DF, gestora do Fundo buscou reestabelecer a principal fonte de arrecadação do Fundo e aprimorar suas normas no sentido de realinhar as políticas públicas com a atual realidade local.

Neste sentido, foram efetivadas tratativas com a Terracap e outros órgãos da Administração Pública, culminado em 28 de maio de 2020 com a aprovação Lei Nº 6.606, aglutinando o FADF e o FDR em um único fundo, denominado de Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural, herdando a sigla FDR e todos os haveres, obrigações e deveres assumidos anteriores, bem como, foram instituídas as modalidades FDR-Social, FDR-Crédito; FDR-Aval e FDR-Habitação Rural, otimizando a operacionalização do Fundo.

Com o advento da Lei Nº 6.606/2020, também foi reestabelecida a principal fonte de arrecadação do FDR, devendo os valores serem arrecadados pela Terracap e repassados ao Fundo, porém, neste particular os repasses dos valores encontram-se pendentes de regularização.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20000,0	37169,00	29661,08	29661,08
0088 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESTITUI REC PAGOS INDEVIDAMENTE AO FDR-DISTRITO FEDERAL	20000,0	37169,00	29661,08	29661,08
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	20000,00	37169,00	29661,08	29661,08

Programação Orçamentária Realizada

Consta, em relação ao Programa 0001, (Devolução de Recursos), do total de R\$ 37.169,00 (trinta e sete mil cento e sessenta e nove reais) estimados foram executados R\$ 29.661,08 (vinte e nove mil seiscentos e sessenta e um mil e oito centavos), alcançando o percentual de 79,80%.

Neste programa são feitas previsões para ressarcimento de valores que foram recolhidos indevidamente ao FDR até meados de 2017, tendo em vista a destinação das arrecadações quando da assinatura dos Contratos de Arrendamentos (CDU e CDRU), que passaram a ser firmados pela Terracap e não mais pela SEAGRI.

Os casos são verificados e quando requisitados em tempo de não ter ocorrido a prescrição temporal, são calculados para restituir ao arrendatário.

Quadro II – Detalhamento Despesa.

Indicadores/Descrição	Detalhamento Despesa		
	Descrição	Realizadas	
FDR-Crédito - Apoio Financeiro	Financiamentos	2.977.549,33	79,70%
	AGROBRASILIA	125.388,00	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

BRB-Operacionalização do FDR	Operacionalização FDR	126.207,65	57,37%
FDR-Crédito	Devolução de Recursos (0001)	29.661,08	79,80%
FDR-Social - Fomento Atividade Rural	Aquisição Equipamentos	0	0,00%
FDR-Habitação Rural	Financiamentos	0	0,00%
FDR-Aval - Garantia de Aval	Garantias - Alavancagem 10X Disponibilidades informadas	145.411,75	46,57%
	TOTAL	3.404.217,81	74,08%

No indicador FDR-Crédito – Apoio Financeiro a despesa total foi de R\$ 3.102.937,33 (três milhões, cento e dois mil novecentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos). Deste montante, foram efetivamente realizados R\$ 2.977.549,33 (dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos) em Financiamento e R\$ 125.388,00 (cento e vinte e cinco mil e trezentos e oitenta e oito reais) destinados a montagem, desmontagem e manutenção do espaço de estande institucional, visando subsidiar a participação da SEAGRI-DF na Feira de Tecnologia e Negócios AGROBRASÍLIA, ocorrida no período de 21 a 25 de maio de 2024. Esses valores representam 79,70% da despesa autorizada para o indicador.

O Quadro II resume a destinação dos recursos do FDR e sintetiza as atividades financiadas com recursos do FDR-Crédito.

Quadro III – FDR-Credito – Financiamentos de Projetos de Atividades Rurais – 2024

Nº	REGIÃO	CONTRATO	DATA	VALOR (R\$)	GARANTIA	OBJETIVO	ATIVIDADE	MÃO DE OBRA		
								FAMILIAR	CONTRATADA	TOTAL
1	Sobradinho	NCR 2024/001	25/03/2024	85.000,00	Avalista	Investimento	Construção de queijaria	2	2	4
2	Vargem Bonita	NCR 2024/002	25/03/2024	63.753,52	Avalista	Investimento	Energia fotovoltaica 16,10 kwp	2	0	2
3	Paranoá	NCR 2024/003	25/03/2024	100.000,00	FDR - Aval	Investimento	Matrizes leiteiras Girolandas	1	1	2
4	Paranoá	NCR 2024/004	25/03/2024	99.982,74	Avalista	Investimento	Energia fotovoltaica	4	0	4
5	Paranoá	NCR 2024/005	25/03/2024	99.967,86	Avalista	Custeio	1 ha de tomate	3	0	3
6	Brazlândia	NCR 2024/006	25/03/2024	80.000,00	Avalista	Investimento	Novilhas jersolanda	3	0	3
7	Paranoá	NCR 2024/007	19/07/2024	50.000,00	Avalista	Investimento	matrizes de plantas ornamentais	1	0	1
8	PAD/DF	NCR 2024/008	14/06/2024	100.095,23	Avalista	Custeio	1,7 ha de uva	1	4	5
9	Paranoá	NCR 2024/009	19/07/2024	61.800,00	Avalista	Investimento	Podadeira frontal	1	0	1
10	Brazlândia	NCR 2024/010	21/08/2024	100.540,88	Avalista	Custeio	4 ha de goiaba	3	0	3
11	São Sebastião	NCR 2024/011	14/06/2024	100.000,00	FDR - Aval	Investimento	Câmara fria	1	4	5
12	Gama	NCR 2024/012	30/07/2024	33.650,00	CDU	Investimento	Energia fotovoltaica 11,40 kwp	3	0	3
13	Paranoá	NCR 2024/013	31/10/2024	21.500,00	Avalista	Investimento	Sistema de irrigação	1	0	1
14	Planaltina	NCR 2024/014	25/11/2024	28.000,00	FDR - Aval	Investimento	Energia fotovoltaica	1	1	2
15	Planaltina	NCR 2024/015	29/07/2024	149.235,00	CDRU	Investimento	Drone de pulverização, acessórios e baterias	4	0	4
16	Planaltina	NCR 2024/016	10/10/2024	134.812,92	FDR - Aval e avalista	Investimento	Energia fotovoltaica, sistema de hidroponia, estufa e motogerador	3	2	5
17	Vargem Bonita	NCR 2024/017	19/08/2024	42.000,00	CDU	Investimento	Energia fotovoltaica 20,52 kwp	3	0	3
18	Pipiripau	NCR 2024/018	14/10/2024	68.928,80	FDR - Aval	Custeio investimento	0,3 ha de mirtilo, sistema de irrigação e telado	2	1	3
19	São Sebastião	NCR 2024/019	21/08/2024	99.500,00	FDR - Aval	Investimento	Grade de disco e enxada rotativa	2	0	2
20	Planaltina	NCR 2024/020	11/10/2024	68.928,80	FDR - Aval	Custeio investimento	0,3 ha de mirtilo, sistema de irrigação e telado	3	2	5



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

21	Paranoá	NCR 2024/021	09/10/2024	66.195,66	FDR - Aval	Custeio investimento	0,3 ha de mirtilo, sistema de irrigação e telado	2	2	4
22	Planaltina	NCR 2024/022	31/10/2024	98.205,80	FDR - Aval	Custeio investimento	0,12 ha de morango e 03 estufas	2	1	3
23	Planaltina	NCR 2024/023	31/10/2024	68.928,80	FDR - Aval	Custeio investimento	0,3 ha de mirtilo, sistema de irrigação e telado	2	0	2
24	Planaltina	NCR 2024/024	31/10/2024	20.283,14	FDR - Aval	Custeio investimento	0,25 ha limão tahiti, 0,32 tangerina pocão e sistema de irrigação	3	0	3
25	Planaltina	NCR 2024/025	31/10/2024	81.853,48	FDR - Aval	Custeio investimento	1,5 ha banana e sistema de irrigação	3	2	5
26	Sobradinho	NCR 2024/026	31/10/2024	199.022,61	FDR - Aval e avalista	Custeio investimento	0,46 ha mirtilo, equipamento de agroindústria e telado	4	2	6
27	Planaltina	NCR 2024/027	31/10/2024	184.497,94	CDU	Custeio investimento	Implantação de maracujá, irrigação e cobertura mulching	2	0	2
28	Planaltina	NCR 2024/028	31/10/2024	90.140,58	FDR - Aval	Custeio investimento	Implantação de mirtilo, sistema de irrigação e telado	1	0	1
29	Planaltina	NCR 2024/029	31/10/2024	90.102,91	FDR - Aval	Custeio investimento	Implantação de mirtilo, sistema de irrigação, telado e equipamentos	2	2	4
30	Planaltina	NCR 2024/030	30/10/2024	9.611,00	FDR - Aval	Investimento	Aquisição de equipamento de irrigação	1	1	2
31	Paranoá	NCR 2024/032	17/12/2024	50.768,55	Avalista	Custeio investimento	Implantação de mirtilo e aquisição de sistema de irrigação	2	0	2
32	Planaltina	NCR 2024/033	12/12/2024	134.691,41	Avalista	Custeio investimento	Implantação de mirtilo, sistema de irrigação, telado e rafia	1	2	3
33	PAD/DF	CRP 2024/001	11/07/2024	122.250,00	Avalista e garantia real	Investimento	Aquisição de trator e roçadeira	2	2	4
34	Planaltina	CRP 2024/002	25/10/2024	83.990,00	Avalista e garantia real	Investimento	Aquisição utilitário leve	1	0	1
35	Planaltina	CRP 2024/003	31/10/2024	89.311,70	FDR - Aval e garantia real	Investimento	Aquisição utilitário leve	5	0	5
TOTAL								77	31	108

Foram disponibilizados créditos para implantação de 35 projetos de atividades rurais, num montante de R\$ 2.977.549,33. Com esses recursos foram financiados custeios e investimentos agropecuários, bem como, tratores, implementos agrícolas, veículos utilitários para o transporte da produção, sistemas de energia fotovoltaica, sistemas de irrigação, agroindústrias artesanais e silos para o armazenamento da safra.

Em função da implantação dos projetos, destaca-se a geração de 108 postos de trabalho, sendo 77 Familiares e 31 contratados.

Observa-se, ainda, neste exercício que alguns produtores se valeram dos imóveis rurais - Contratos de Concessão de Uso Oneroso - CDU e da Concessão de Direito Real de Uso firmados com Governo, por intermédio da Terracap, como instrumentos de garantia em seus financiamentos junto ao FDR.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	25000,0	25000,00	0	0
0075 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-DISTRITO FEDERAL	25000,0	25000,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	912239,0	312239,00	0	0
0003 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS-GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS-DISTRITO FEDERAL	912239,0	312239,00	0	0
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2624036,0	4220867,00	3229081,98	3176613,29
0003 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL-REFORMA OU AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÕES EM ÁREAS RURAIS-DISTRITO FEDERAL	107671,0	107671,00	0	0
0007 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL- APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	2516365,0	4113196,00	3229081,98	3176613,29
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	3561275,00	4558106,00	3229081,98	3176613,29

Programação Orçamentária Realizada

I - PROGRAMA: 6201 – AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

O Quadro I, demonstra o valor estimado de arrecadação do FDR até dezembro de 2024 (R\$ 3.214.661,00), e o TOTAL REALIZADO (R\$ 3.314.684,49). Observa-se na Fonte 123 - Retornos dos financiamentos concedidos anteriormente, a arrecadação atingiu aproximadamente 70%. Por outro lado, na Fonte 171 – Taxas de arrendamentos houve uma arrecadação muito superior à estimada. Isto se deveu por conta da mudança nas arrecadações para a ETR – Empresa de Terra Rurais, onde houve uma demora para definição dos valores a serem cobrados, restando a emissão das cobranças de 2023 para 2024, com vencimentos em abril. Em seguida foi emitida a cobrança anual de 2025 com vencimento em dezembro. Consequentemente, a arrecadação foi realizada em dobro no ano de 2024 e com o aumento do valor por hectare cobrado, as taxas foram bem superiores as estimadas anteriormente.

Quadro I – Arrecadações Estimadas e Realizadas

ARRECADAÇÕES DE 2024

	Retorno de Financiamento (F 123) Estimado	Retorno de Financiamento (F 123) Realizado	Taxa de Arrendamentos (F 171) Estimado	Taxa de Arrendamentos (F 171) Realizado	TOTAL Estimado	TOTAL Realizado
Jan	480.172,25	225.760,23	11.294,58		491.466,83	225.760,23
Fev	113.588,54	218.604,06	11.294,58		124.883,12	218.604,06
Mar	308.676,98	84.918,18	11.294,58		319.971,56	84.918,18
Abr	264.414,58	206.850,80	11.294,58	469.471,12	275.709,16	676.321,92
Mai	391.083,08	244.546,53	11.294,58		402.377,66	244.546,53
Jun	173.350,37	148.116,93	11.294,58		184.644,95	148.116,93
Jul	465.439,46	337.938,75	11.294,58		476.734,04	337.938,75
Ago	151.892,97	146.850,11	11.294,58		163.187,55	146.850,11
Set	137.083,86	120.958,19	11.294,58	146.328,41	148.378,44	267.286,60
Out	210.236,72	119.629,73	11.294,58		221.531,30	119.629,73
Nov	334.108,11	191.743,57	11.294,58		345.402,69	191.743,57
Dez	49.079,12	32.362,96	11.294,58	620.604,92	60.373,70	647.447,87
TOTAL	3.079.126,04	2.078.280,04	135.534,96	1.236.404,45	3.214.661,00	3.309.164,48



Programação Orçamentária não Executada

QUADRO III – PROJETOS APROVADOS E NÃO EXECUTADOS

PROJETOS APROVADOS AGUARDANDO PAGAMENTO			
PROCESSO	VALOR (R\$)	OBJETO	LOCAL
00072-00002925/2024-63	99.997,61	UVA/TELA SOMBRITE	Brazlândia
TOTAL	99.997,61		

No Quadro III, registram-se os projetos solicitados e já aprovados no montante de R\$ 99.997,61 (noventa e nove mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta e um centavos).

Quadro V - REGISTRO DOS AVAIS
REGISTRO DOS AVAIS ATIVOS ATÉ 31/12/2024

Carta de Aval	Benefic	Nº Proccersso	Emissão	Valor R\$	Contrato NCR/CRP	R\$ Financ.
2013/015	FDR	070.001.249/2013	07/10/2013	5.172,56	CRP 2013/021	25.862,82
2013/016	FDR	070.001.083/2013	07/10/2013	7.445,92	CRP 2013/033	37.299,59
2013/019	FDR	070.000.938/2013	11/10/2013	12.000,00	CRP 2013/017	150.000,00
2013/021	FDR	070.001.177/2013	11/10/2013	35.700,00	NCR 2013/013	51.000,00
2013/022	FDR	070.001.262/2013	11/10/2013	29.785,55	CRP 2013/016	148.947,74
2013/036	FDR	070.001.777/2013	01/11/2013	26.520,00	CRP 2013/016	132.600,00
2013/037	FDR	070.001.776/2013	01/11/2013	45.000,00	CRP 2013/026	150.000,00
2014/002	FDR	070.000.248/2014	07/04/2014	29.960,00	CRP 2014/005	149.800,00
2014/005	FDR	070.000562/2014	28/04/2014	4.200,00	CRP 2014/004	21.000,00
2014/012	FDR	070.000.596/2014	11/06/2014	21.774,34	CRP 2014-007	108.871,71
2014/014	BRB	070.001.471/2014	28/08/2014	24.987,14	Prospera BRB	138.890,48
2014/016	BRB	070.001.461/2014	28/08/2014	24.988,57	Prospera BRB	126.128,58
2015/002	FDR	070.000.970/2015	21/07/2015	25.249,60	CRP 2015-009	126.248,00
2015/003	FDR	070.001.056/2015	21/07/2015	25.771,43	CRP 2015/005	128.857,15
2015/019	FDR	070.001.330/2015	20/12/2015	27.010,30	CRP 2015/020	135.086,49
2015/020	FDR	070.001.347/2015	03/11/2015	19.283,08	CRP 2015/014	99.103,85
2017/001	FDR	070.000.295/2017	18/11/2017	35.536,20	CRP 2017/001	199.900,00
2017/003	FDR	070-0001294/2017-09	11/12/2017	82.275,20	NCR 2017/024	200.000,00
2021/001	FDR	00072-00001041/2021-49	28/05/2021	26.446,00	CRP 2021/001	132.230,00
2021/003	FDR	00072-00002102/2021-95	19/10/2021	52.048,12	CRP 2021/008	164.048,12
2022/001	FDR	00072-00001134/2022-54	06/05/2022	20.643,00	NCR 2022/008	20.643,00
2022/002	FDR	00072-00000700/2022-19	06/05/2022	69.814,75	NCR 2022/003	69.814,75
2022/003	FDR	00072-00001339/2022-30	06/05/2022	35.608,00	NCR 2022/010	35.608,00
2022/004	FDR	00072-00001284/2022-68	06/05/2022	21.304,00	NCR 2022/009	21.304,00
2022/005	FDR	00072-00001265/2022-31	06/05/2022	38.895,00	NCR 2022/005	38.895,00
2022/006	FDR	00072-00001257/2022-95	06/05/2022	110.000,00	NCR 2022/006	110.000,00
2022/007	FDR	00072-00001222/2022-56	06/05/2022	22.803,00	NCR 2022/007	22.803,00
2022/008	FDR	00072-00001184/2022-31	06/05/2022	50.153,00	NCR 2022/004	50.153,00
2022/009	FDR	00072-00001225/2022-90	19/05/2022	31.558,00	NCR 2022/013	31.558,00
2022/010	FDR	00072-00001273/2022-88	19/08/2022	49.860,00	NCR 2022-017	49.860,00
2022/011	FDR	00072-00001954/2022-46	24/10/2022	99.834,53	NCR 2022/019	99.834,53



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2022/012	FDR	00072-00002495/2022-18	24/10/2022	63.996,50	NCR 2022/020	63.996,50
2022/013	FDR	00072-00002448/2022-74	07/11/2022	60.000,00	CRP 2022/003	200.000,00
2023/002	FDR	00072-00003683/2022-63	06/09/2023	54.433,00	NCR 2023-011	54.433,00
2023/003	FDR	00072-00004083/2022-12	06/09/2023	53.156,40	NCR 2023/012	53.156,40
2023/004	FDR	00072-00003208/2023-78	07/11/2023	21.620,00	NCR 2023/015	21.620,00
2023/005	FDR	00072-00003209/2023-12	07/11/2023	27.782,55	NCR 2023/020	27.782,55
2023/006	FDR	00072-00003222/2023-71	07/11/2023	49.000,00	NCR 2023/014	49.000,00
2023/007	FDR	00072-00003196/2023-81	07/11/2023	25.000,00	NCR 2023/018	25.000,00
2024/001	FDR	00072-00003224/2023-61	15/03/2024	100.000,00	NCR 2024/003	100.000,00
2024/002	FDR	00072-00001665/2024-17	17/05/2024	100.000,00	NCR 2024/011	100.000,00
2024/005	FDR	00072-00002135/2024-88	14/08/2024	99.500,00	NCR 2024/019	99.500,00
2024/006	FDR	00072-00001635/2024-01	19/08/2024	50.000,00	NCR 2024/010	100.450,88
2024/008	FDR	00072-00002768/2024-96	18/09/2024	68.928,80	NCR 2024/018	68.928,80
2024/009	FDR	00072-00002918/2024-61	18/09/2024	66.195,66	NCR 2024/021	66.195,66
2024/010	FDR	00072-00002765/2024-52	18/09/2024	68.928,80	NCR 2024/020	68.928,80
2024/012	FDR	00072-00001852/2024-92	07/10/2024	99.722,92	NCR 2024/016	134.812,92
2024/013	FDR	00072-00002748/2024-15	22/10/2024	90.140,58	NCR 2024/028	90.140,58
2024/014	FDR	00072-00002744/2024-37	22/10/2024	98.205,80	NCR 2024/022	98.205,80
2024/015	FDR	00072-00002804/2024-11	22/10/2024	26.793,51	CRP 2024/003	89.311,70
2024/016	FDR	00072-00002835/2024-72	31/10/2024	100.000,00	NCR 2024/026	199.022,61
2024/017	FDR	00072-00002758/2024-51	31/10/2024	68.928,80	NCR 2024/023	68.928,80
2024/018	FDR	00072-00002928/2024-63	31/10/2024	99.997,61	NCR 2024/031	99.997,61
2024/019	FDR	00072-00002717/2024-64	31/10/2024	9.611,00	NCR 2024/030	9.611,00
2024/020	FDR	00072-00002627/2024-73	31/10/2024	20.283,14	NCR 2024/024	20.283,14
2024/021	FDR	00072-00002780/2024-09	31/10/2024	81.853,48	NCR 2024/025	81.853,48
2024/022	FDR	00072-00002773/2024-07	31/10/2024	90.102,91	NCR 2024/029	90.102,91
2024/023	FDR	00072-00003205/2024-15	31/10/2024	28.000,00	NCR 2024/014	28.000,00
			TOTAL AVAL:	2.833.808,75	TOTAL FINANCIADO:	5.085.610,95

Conforme demonstrado no Quadro V, a modalidade FDR-Aval, no final do ano de 2024 constam 58 Cartas de Avais ativas num montante de garantia de R\$ 2.833.808,75. A diferença do Total de Aval para o Total financiado se dá pelo limite de R\$ 100.000,00 individualmente, sendo que o restante é garantido por avalistas ou garantia real. Em relação



ao orçamento da modalidade FDR-Aval, deverá constar no mínimo o valor de R\$ 283.381,00 como garantia de alavancagem de 10 para 01 (10%), no QDD.

Na modalidade FDR-Crédito, atualmente, os financiamentos estão limitados em R\$ 200.000,00 para produtores e empresas rurais e R\$ 250.000,00 para associações e cooperativas de produtores rurais. Em ambos os casos, os juros são de 3% ao ano, sendo concedido bônus de adimplência de 25% na taxa de juros para as prestações que forem pagas até a data de seus vencimentos.

Esclarece-se que os recursos advindos do retorno dos financiamentos retroalimentam o Fundo, ou seja, os valores oriundos dos pagamentos das parcelas dos financiamentos concedidos anteriormente voltam para o FDR possibilitando o financiamento de novos projetos.

No exercício de 2024, foram financiados 35 projetos de atividades rurais, num montante de R\$ 2.977.549,33, com destaque para os projetos voltados para a produção orgânica, energia fotovoltaica e agroindústria, contribuindo diretamente para a manutenção de 108 postos de trabalhos na área rural.

Desde o início de suas atividades, o FDR já disponibilizou mais de R\$ 37.407.218,27 em financiamentos para 487 projetos, com destaque para a adimplência superior a 95%.

Periodicamente o FDR realiza vistorias in loco e sistematicamente monitora os ressarcimentos dos financiamentos, buscando melhorar o relacionamento com os beneficiários do Fundo e manter a inadimplência em níveis aceitáveis.

Na Modalidade Social, atualmente existem 7 acordos de Cooperação vigentes. Não houve contratação de novos acordos neste período. Os bens dos acordos finalizados estão sendo preparados para serem disponibilizados em uma nova Chamada Pública.

Programação Orçamentária não Executada

PT 20.605.6201.3467.0075 - Aquisição de Equipamentos - Distrito Federal - Não houve aquisição de equipamentos para o FDR neste Programa de Trabalho;

PT 20.605.6201.9089.0003 - Garantia de Aval aos Produtores Rurais - Distrito Federal - Não houve garantias de aval em operações financeiras contratadas pelos produtores rurais utilizando este Programa de Trabalho; e

PT 20.605.6201.9109.0003 - Apoio Financeiro para o Desenvolvimento Rural - Reforma ou Ampliação de Habitações em áreas Rurais - Distrito Federal - Não houve financiamento de projetos de construção, reforma ou ampliação de habitações em áreas rurais no Distrito Federal utilizando este Programa de Trabalho.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.



Figuras 1 e 2. Entregas de mudas de mirtilo



Figura 3. Mudas de mirtilo



Figura 4. Implantação de maracujá financiada pelo FDR



Figuras 5 e 6. Produção de uva financiada pelo FDR



Figura 7. Agroindústria para produção de vinho financiada pelo FDR



Figuras 8 e 9. Aquisição e instalação de sistema de energia fotovoltaica financiada pelo FDR

Conforme registros acima, o Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR garantiu a entrega de mudas de mirtilo e açaí a produtores locais do Distrito Federal, as quais foram doados pela rota da fruticultura. Essa ação, somada a projetos de financiamento da aquisição e instalação de sistema de energia fotovoltaica; Agroindústria para produção de vinho e produção de uva e maracujá representam reforço significativo para diversificação da produção agrícola do Distrito Federal.

Salienta-se, ainda, o implemento de montante de mais de 1 (um) milhão de reais em projetos financiados pelo FDR em 2024 se comparado com o ano anterior. Esse acréscimo no volume de financiamentos reflete diretamente no aumento da produção, renda, na segurança alimentar e consequentemente na permanência do homem no campo, o que impulsiona sobremaneira a economia do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Quadro IV - Projetos Financiados - Exercícios 2004 a 2024

EXERCÍCIO	FDR - CRÉDITO		FRD-SOCIAL			TOTAL
	Projetos Financiados		Aquisições	Acordos de Cooperação		
	Quantidade	R\$	R\$	Firmados	Vigentes	R\$
2004	9	65.044,09	0	0	0	65.044,09
2005	8	66.482,58	0	0	0	66.482,58
2006	34	1.039.658,91	0	0	0	1.039.658,91
2007	14	270.614,17	0	0	0	270.614,17
2008	32	1.068.605,21	0	0	0	1.068.605,21
2009	21	850.986,89	0	0	0	850.986,89
2010	11	569.623,02	0	0	0	569.623,02
2011	18	1.295.040,73	0	0	0	1.295.040,73
2012	45	3.016.992,07	0	0	0	3.016.992,07
2013	58	5.108.208,08	0	0	0	5.108.208,08
2014	18	1.998.373,51	2.402.383,00	11	0	4.400.756,51
2015	38	3.609.374,95	0	5	0	3.609.374,95
2016	15	1.873.296,03	0	0	0	1.873.296,03
2017	21	2.717.504,32	0	1	0	2.717.504,32
2018	12	852.816,61	423.669,00	4	0	1.276.485,61
2019	15	1.420.244,92	377.125,20	11	0	1.797.370,12
2020	16	1.531.369,97	0	9	0	1.531.369,97
2021	22	2.937.810,92	0	4	0	2.937.810,92
2022	25	2.164.611,07	0	0		2.164.611,07
2023	20	1.973.010,89	0	0	15	1.973.010,89
2024	35	2.977.549,33	0	0	0	2.977.549,33
TOTAL	487	37.407.218,27	3.203.177,20	45	15	40.610.395,47



O Quadro IV demonstra a quantidade de projetos que foram financiados desde 2004 até o final do ano de 2024 e a quantidade de projetos financiados por Região. Foram disponibilizados recursos na ordem de R\$ 40.610.395,47, sendo R\$ 37.407.218,27 em financiamentos para 487 projetos de atividades rurais no Distrito Federal e na RIDE.

Apresentam-se, ainda, os valores utilizados para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, totalizando R\$ 3.203.177,20, cujos bens são disponibilizados às Entidades representativas dos produtores rurais por intermédio de Acordos de Cooperação, num total de 45, dos quais apenas 07 continuam vigentes.

PERSPECTIVAS PARA 2025

Na modalidade Crédito o foco principal é continuar a financiar projetos agropecuários com maior sustentabilidade, no sentido de diminuir os contaminantes e os resíduos físicos, químicos e biológicos na produção de alimentos agropecuários, buscando a melhoria nas condições de trabalho no espaço rural; o aumento da produção e da renda e o melhor aproveitamento do solo, tais como projetos de investimentos e custeios cujas atividades e sistemas de produções sejam realizados em espaço protegido (plasticultura), especialmente o cultivo orgânico de olericultura, floricultura, fruticultura, piscicultura e produção de mudas, bem como a implantação, ampliação e adequação de sistemas agroflorestais, inclusive a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF; as boas práticas agropecuárias - BPA; agroindustrialização e sistemas de irrigação localizada e de energias renováveis.

Na modalidade Social, considerando os Acordos de Cooperação vigentes, a previsão na Lei FDR que permite o Fundo receber aporte de recursos via Emenda Parlamentar e bens oriundos de outros convênios, espera-se que sejam suficientes para atender às demandas da coletividade rural local.

Considerando que os critérios de acesso e de ressarcimento das garantias complementares ficaram menos burocráticos, espera-se que tanto os produtores quanto as instituições operadoras de créditos rurais possam se valer da modalidade Aval para a contratação dos financiamentos no desenvolvimento de projetos agropecuários.

Por derradeiro, prevendo as retribuições anuais provenientes das CDUs e das CDRUs – Fonte 171 e dos retornos dos financiamentos concedidos anteriormente – Fonte 123, estima-se para o exercício de 2025 uma arrecadação na ordem de R\$ 3.179.452,51, destinando-se os recursos conforme quadro a seguir:

Quadro VI - Previsão de Arrecadação e Destinação de Recursos para 2025

PREVISÃO 2025	ARRECADAÇÕES			DESTINAÇÃO					
	Retorno de Financ.	Taxas de Arrenda.	TOTAL	CRÉDITO	SOCIAL	HABITAÇÃO	AVAL	BRB	TOTAL
	Fonte 123	Fonte 171						Operc. Fundo	
Janeiro	412.878,52	51.717,08	464.595,60	408.136,04	0,00	0,00	46.459,56	10.000,00	464.595,60
Fevereiro	141.228,53	51.717,08	192.945,61	163.651,05	0,00	0,00	19.294,56	10.000,00	192.945,61
Março	280.143,87	51.717,08	331.860,95	288.674,86	0,00	0,00	33.186,10	10.000,00	331.860,95
Abril	153.226,38	51.717,08	204.943,46	174.449,11	0,00	0,00	20.494,35	10.000,00	204.943,46
Maio	307.613,43	51.717,08	359.330,51	313.397,46	0,00	0,00	35.933,05	10.000,00	359.330,51
Junho	119.461,03	51.717,08	171.178,11	144.060,30	0,00	0,00	17.117,81	10.000,00	171.178,11
Julho	378.619,94	51.717,08	430.337,02	377.303,32	0,00	0,00	43.033,70	10.000,00	430.337,02
Agosto	198.281,81	51.717,08	249.998,89	214.999,00	0,00	0,00	24.999,89	10.000,00	249.998,89
Setembro	98.825,67	51.717,08	150.542,75	125.488,48	0,00	0,00	15.054,28	10.000,00	150.542,75
Outubro	178.469,80	51.717,08	230.186,88	197.168,19	0,00	0,00	23.018,69	10.000,00	230.186,88
Novembro	221.274,00	51.717,08	272.991,08	235.691,97	0,00	0,00	27.299,11	10.000,00	272.991,08
Dezembro	68.824,57	51.717,08	120.541,65	98.487,49	0,00	0,00	12.054,17	10.000,00	120.541,65
TOTAL	2.558.847,55	620.604,92	3.179.452,51	2.741.507,26	0,00	0,00	317.945,25	120.000,00	3.179.452,51

No que tange a habitação rural, a não destinação de capital em 2024 se justifica por questões operacionais, além da necessidade de revisão legislativa para sua execução.



15101 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, criada por meio do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, teve seu regimento interno aprovado por meio do Decreto nº 41.285, de 30 de setembro de 2020, tem atuação e competência nas áreas de publicidade governamental, campanhas educativas e de interesse público, constituindo-se no órgão central do sistema de comunicação social do Governo do Distrito Federal, no que concerne a relações públicas, imprensa e atividade de comunicação social.

Nos termos da legislação vigente, à Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM, órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, e órgão central do Sistema de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal, compete:

- I - Planejar, coordenar e executar a política de comunicação do Governo;
- II - Executar a publicidade governamental e campanhas educativas e de interesse público, bem como a Comunicação Corporativa da Administração Direta do Governo;
- III - subsidiar à elaboração de minutas de editais e seus anexos para a contratação de prestadores de serviços de publicidade governamental e comunicação corporativa encaminhados pelas unidades administrativas dos órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal;
- IV - Proceder ao relacionamento do Governo com os órgãos de comunicação;
- V - Realizar atividades de relações públicas do Governo.

§1º Todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal ficam obrigados, sob pena de responsabilidade, a facilitar a execução das atividades da Secretaria de Comunicação e a fornecer os elementos necessários ao exercício de suas competências.

§2º Integram o Sistema de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal, todas as assessorias de comunicação, ou unidades similares, dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

Cabe ainda à SECOM, produzir e divulgar o conteúdo informativo institucional do Governo do Distrito Federal, cumprindo a missão de fazer da comunicação um instrumento de cidadania.

Nesse sentido, tem-se como atribuições da Secretaria, promover o acesso da população às informações de todas as ações de governo, prestando contas da gestão administrativa do Governo do Distrito Federal, além de conferir excelência e garantir transparência aos atos da Administração Pública, visando contribuir para democratizar a comunicação do Distrito Federal.

Como forma de aproximar o Estado do cidadão, trazendo mais transparência e credibilidade às ações governamentais, realiza a publicação dos atos, programas, obras, serviços e ações desenvolvidas por meio dos órgãos e entidades da Administração Pública do GDF, permitindo, assim, o cumprimento de políticas públicas em diversos segmentos de atuação do Estado, como levar ao conhecimento dos cidadãos ações sobre saúde, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia, inovação, esporte, cultura, turismo, lazer, segurança, desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, desenvolvimento urbano, abastecimento, habitação, infraestrutura, transporte, trabalho, direitos humanos, cidadania, justiça, juventude e relações internacionais e institucionais.



FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	7	0	4	11
Comissionados sem vínculo efetivo	0	115	0	0	115
Requisitados de órgãos do GDF	0	7	0	0	7
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	1	1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	129	0	5	134
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	4	4
Total Geral	0	129	0	1	130

A Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal conta com 11 servidores efetivos do quadro próprio da SECOM, 7 requisitados de outros órgãos do GDF e 115 servidores sem vínculo efetivo com o GDF.

Salientamos que do total dos servidores efetivos, temos 4 cedidos. Totalizando 130 pessoas na força de trabalho.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	250000,0	250000,00	170853,99	170853,99
0015 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	250000,0	250000,00	170853,99	170853,99
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	52037,0	542037,00	190987,01	167987,01
0004 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DISTRITO FEDERAL	52037,0	542037,00	190987,01	167987,01
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000,0	1000,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0013 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	10000,0	0,00	0	0
0005 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	313037,00	793037,00	361841,00	338841,00

Programação Orçamentária Realizada

No exercício de 2024, período que compreende 01/01/2024 a 31/12/2024, foram efetuados 17 (dezessete) acertos de contas de servidores, por motivo de exoneração.

Foram pagas, mensalmente, no decorrer do ano de 2024, parcelas referentes à conversão de Licença Prêmio em pecúnia para 04 (quatro) servidores aposentados da SECOM-DF e para 01 (uma) pensionista vitalícia.

Programação Orçamentária não Executada

9093.0013 - Outros ressarcimentos, indenizações e restituições - Distrito Federal

Não houve, no exercício, servidor cedido de outra unidade/órgão, com ônus de ressarcimento para a SECOM/DF.

9127.0005 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia - Servidor Ativo - Distrito Federal

Não houve, no ano de 2024, homologação para conversão em pecúnia, de Licença Prêmio para servidor ativo da SECOM-DF.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	21877282,0	14075579,00	13974492,24	10551009,11
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- DISTRITO FEDERAL	10107077,0	3025351,00	3025350,93	2666851,86
0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL-DISTRITO FEDERAL	11770205,0	11050228,00	10949141,31	7884157,25
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	153822642,0	159762638,00	159752696,23	143514156,39
0002 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	90000000,0	90000000,00	89990149,16	77119013,64



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0004 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	63822642,0	69762638,00	69762547,07	66395142,75
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	175699924,00	173838217,00	173727188,47	154065165,50

A Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, conforme suas competências legais, é responsável pela coordenação e realização de ações publicitárias institucionais e de utilidade pública da Administração Direta do Governo do Distrito Federal - GDF. Dentro do programa institucional, tem-se as modalidades Institucional/Governamental e Institucional/Legal.

A publicidade Institucional/Governamental destina-se a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas. Nessa modalidade, em 2024, além das ações de publicidade legal, foram veiculadas 22 (vinte e duas) campanhas, quais sejam:

- Administração 24 HORAS;
- Aniversário de Brasília 2024
- Balanço Institucional 2024
- Balanço Institucional Final de Ano
- Bilhetagem Ônibus
- Carnaval 2024
- Cartão Material Escolar
- Combate à Dengue 2024 - Fase I
- Confecção do Livro "Livro Brasília 64 Anos"
- Dengue 2024 - Fase II
- Doação de Sangue
- Entrega de Medicamentos
- Inauguração de Novos Restaurantes Comunitários
- Inspira Brasília
- Morar DF
- Multivacinação 2024
- Prevenção aos Incêndios Florestais
- Temas Emergenciais de Saúde
- Temas Emergenciais de Saúde - Fase 2
- Temas Emergenciais de Saúde -Fase 3
- Terceira Faixa de Planaltina
- Tudo Explicadinho

A publicidade Institucional/Legal, destina-se a publicações de matérias em jornais de grande circulação e no Diário Oficial da União e corresponde à divulgação de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações de interesses dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, com o objetivo de atender às prescrições legais.

A Publicidade de Utilidade Pública destina-se a divulgar temas de interesse social e apresenta comando de ação objetivo, claro e de fácil entendimento, objetivando informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos.

No que concerne à pesquisa, embora não seja campanha publicitária, ela se apresenta relevante, uma vez que permite diagnosticar os hábitos de consumo de mídia, bem como as demandas e as necessidades da população do Distrito Federal, além de avaliar o grau de assertividade das campanhas veiculadas pela Secretaria de Estado de Comunicação.

Por fim, com o objetivo de normatizar e supervisionar o uso das marcas e assinaturas dos órgãos integrantes da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, a SECOM também



é responsável pela aprovação e desenvolvimentos de layouts publicitários para prestação de informações importantes à população do Distrito Federal.

Para o ano de 2024, a SECOM assumiu o compromisso de executar, pelo menos, 70% das áreas previstas no Plano Anual de Publicidade – PAP 2024, tendo superado a meta prevista no PPA/2020-2023, alcançando a execução de 76%, o que corresponde a 19 das 25 áreas previstas no PAP 2024.

Houve a contratação, por meio de licitação, no ano de 2024, de empresa prestadora de serviços de comunicação corporativa, referentes à prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de comunicação corporativa da Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, no seu relacionamento com a imprensa e na sua atuação em relações públicas no território nacional; criação e execução técnica de ações e/ou materiais de comunicação corporativa e de conteúdo multimídia, no âmbito do contrato; criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação corporativa, destinadas a expandir os efeitos da atuação da Secretaria junto à imprensa e demais públicos de interesse, em consonância com novas tecnologias, para atender a Secretaria de Comunicação do Distrito Federal-SECOM/DF.

Comunicação Digital do Governo do Distrito Federal é responsável por formular políticas, definir estratégias e estabelecer diretrizes para os produtos institucionais de comunicação digital vinculados ao Governo do Distrito Federal. A subsecretaria também produz conteúdo em áudio, vídeo, imagem e texto para as redes sociais, sites e portais do Governo do Distrito Federal, além de ser responsável pela interação com os usuários destes canais.

Por meio dos canais da rede social do Governo do Distrito Federal, tais como Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e WhatsApp, a Comunicação Digital dá visibilidade às ações do Governo do Distrito Federal e voz à população, por meio de canais diretos, de forma ágil, otimizando recursos e com acessibilidade.

No exercício de 2024, os 127 temas a seguir foram abordados por meio da comunicação digital, englobando tanto os conteúdos diários quanto as campanhas digitais realizadas:

- Aniversário de Brasília
- Nosso Natal
- Centro Interescolar de Línguas
- Zoológico de Brasília
- Exposição no Museu Nacional
- Queimadas
- Novos Cães da Polícia Militar
- Chuvas no DF
- Clima do DF
- Carteira de Identidade
- Juntos com o Rio Grande do Sul
- A maior Exposição de Artes Visuais
- Castração de Animais
- Proteja-se dos Escorpiões
- Dia do Doador de Sangue
- 64 Anos de Brasília
- Inscrições UNDF
- Combate a Dengue
- Conquista da Medalha de Prata por Caio Bonfim
- Concurso Público
- Lago Paranoá
- Sonho da Casa Própria
- DF com a Menor Taxa de Analfabetismo do País
- Escola de Saúde Pública do DF
- Programação do fim de semana
- Túnel Rei Pelé
- Nomeação de Policiais Militares



- Doação de agasalhos
- Ajuda enviada Para Resgate no Rio Tocantins
- 154 Dias sem Chuvas
- Contratação de 838 Novos Jovens Candangos
- Postos de Saúde do DF
- Entrega de Campo Sintético
- 3.442 Novos Servidores na Educação
- Show do Bruno Mars
- Combate à Dengue
- Copa do Mundo Feminina no DF
- Cartão Material Escolar
- Dia do Servidor
- Carnaval
- Nota Legal
- Doação de Sangue
- Campus Party
- Restaurante Comunitário
- Vacinação Contra a Gripe
- Rodoviária do Plano Piloto de Cara Nova
- Concurso NOVACAP
- Desfile da Independência
- Complexo Viário Saída Leste
- Retirada de Dinheiro dos Ônibus
- Reinauguração Teatro Nacional
- Cartão Creche
- Primeiro Lugar no Ranking em Qualidade de Vida
- Zebrinhas em Águas Claras
- Biblioteca Nacional
- Jogo da Seleção Brasileira
- Orquestra Sinfônica
- Programa Morar DF
- Matrículas nos Centros Olímpicos
- Atendimento Virtual (HPVEP)
- Bullying e Cyberbullying
- Volta às Aulas
- Reestruturação da Carreira de Policial Penal
- PPCUB
- Campanha Vem Brincar Comigo
- Cine Brasília
- Direito das Pessoas LGBTQIAPN+
- Programa Cesta do Trabalhador
- Programa Fábrica Social
- Morar DF
- Qualifica DF
- Voo direto de Brasília para Santiago no Chile
- DF Social
- Hospital da Criança
- Casamento Comunitário
- Vacinação de HPV
- Aprova DF
- Duplicação da pista Guará - Núcleo Bandeirante
- Cartão Prato Cheio
- Fábrica Social
- Dia da Independência
- Saúde Para Todos
- Centro Interescolar de Esportes (CIEF)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- DF Com a Menor Taxa de Analfabetismo do País
- Campanha Carnaval
- Campanha Combate a Dengue
- Campanha Doação de Leite Materno
- Campanha IPVA
- Campanha Plano Diretor de Ordenamento Territorial
- Campanha Vacinação Brucelose
- Campanha Conscientização sobre o Descarte de Lixo
- Campanha Drenar
- Campanha Inspira Brasília
- Campanha Programas de Trabalho e Renda
- Campanha Cartão Material Escolar
- Campanha Mês da Mulher
- Campanha Brasília 64 anos
- Campanha Combate ao Feminicídio
- Campanha Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
- Campanha Cultura de Paz
- Campanha Entregas GDF
- Campanha IPTU
- Campanha de Combate e prevenção de incêndios florestais
- Campanha Dose Diária de Saúde
- Campanha Transporte e Mobilidade
- Campanha Combate ao Feminicídio e a Violência Doméstica
- Campanha Doação de Leite Materno
- Campanha Morar DF
- Campanha Podcast GDF de Ponto a Ponto
- Campanha Saúde mais perto do cidadão
- Campanha Cartão Gás
- Campanha de Obra em Obra
- Campanha Infraestrutura
- Campanha Novos Portais
- Campanha Prato Cheio
- Campanha Qualidade de Vida
- Campanha Quem ama cuida
- Campanha Restaurantes Comunitários
- Campanha Sol Nascente
- Campanha Tudo Explicadinho
- Campanha UBS e UPA
- Campanha Ações do GDF para as chuvas
- Campanha Natal
- Campanha Festa de Fim de ano
- Campanha Manuais para Redes Sociais do GDF
- Campanha Retrospectiva 2024
- Campanha Teatro Nacional

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodo	Desej 1º Ano	Alcanc 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanc 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanc 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanc 4º Ano	Fonte
10583 - ALCANCE DAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS REALIZADAS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	71,00	67,69		X		X		X	RELATÓRIO DE ALCANCE CONFECCIONADO PELAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE QUE POSSUEM CONTRATOS COM A SECCOM.
Justificativa: 2024 - As campanhas publicitárias veiculadas pela Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM no ano de 2024, alcançou o índice de 95,3% da meta esperada, tendo atingido o índice de 67,69% dos 71% desejados. O resultado apresentado abaixo do índice desejado é justificado pelo não fechamento dos relatórios de novembro e dezembro, das campanhas que compõe o índice, pelas agências de publicidade, visto que as agências de publicidade têm prazo de até 60 dias, após o término da campanha para enviar os referidos relatórios.													
10584 - IMPACTO E ENTENDIMENTO DA MENSAGEM DAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS REALIZADAS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	71,00	60,36		X		X		X	RELATÓRIO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA CONTRATADOS PELAS AG. DE PUBLICIDADE CONTRATADAS PELA SECOM.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2024 - A mensuração do impacto das campanhas publicitárias realizadas pela Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM, no ano de 2024, bem como o entendimento de sua mensagem pelo público, alcançou 85% do índice desejado de 71%, o que representa o total de 60,36%. Seguindo recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, as pesquisas realizadas após a finalização das campanhas são alternadas entre qualitativas e quantitativas. São consideradas para fins de alcance do indicador, apenas as campanhas que foram analisadas por meio da pesquisa quantitativa.													

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5000,0	25000,00	17940,0	17940,0
0058 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	5000,0	25000,00	17940,0	17940,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	16203767,0	19513767,00	17897712,99	17848012,99
0011 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	16203767,0	19513767,00	17897712,99	17848012,99
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1137050,0	1137050,00	991295,86	986995,86
0008 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL	1137050,0	1137050,00	991295,86	986995,86
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	440000,0	221669,00	97339,07	92248,48
0018 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DISTRITO FEDERAL	440000,0	221669,00	97339,07	92248,48
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100000,0	107373,00	0	0
0013 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	107373,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	90000,0	90000,00	87985,67	73720,15
0006 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	90000,0	90000,00	87985,67	73720,15
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	17975817,00	21094859,00	19092273,59	19018917,48



Programação Orçamentária Realizada

No exercício de 2024, a Secretaria de Comunicação realizou várias ações importantes no âmbito do Programa de Trabalho. Uma das principais iniciativas foi a capacitação de servidores por meio da participação no XIX Fórum Brasileiro de Contratação Pública e Gestão Pública.

Além disso, a Secretaria também realizou despesas relacionadas ao pagamento de pessoal e concedeu benefícios aos servidores, incluindo auxílio-creche, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e outros.

Outra área de atuação importante foi a gestão da informação, que incluiu a contratação de soluções de serviços contínuos de impressão (outsourcing), a contratação de ferramentas especializadas em hospedagem ilimitada de publicação da Agência Brasília e a aquisição de 6 (seis) certificados digitais padrão ICP-Brasil.

A SECOM-DF, demonstrou excelência em suas atividades administrativas, adquirindo com êxito os bens e serviços necessários para o pleno funcionamento do órgão. Essa eficiência na gestão de suprimentos contribuiu significativamente para a melhoria contínua na entrega dos serviços públicos à população.

Programação Orçamentária não Executada

1471.0013 - Modernização de Sistema de Informação - Distrito Federal

Os recursos orçamentários disponíveis, foram insuficientes para a realização da despesa com a modernização de sistema de informação da SECOM-DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não houve no ano de 2024.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As ações desenvolvidas pela SECOM em 2024 procuraram cumprir a programação orçamentária e financeira estabelecida para o exercício, bem como, o Plano Anual de Publicidade de 2024 que contemplou as ações de publicidade executadas pelas agências de publicidade e propaganda que atendem o governo, reunindo as demandas das Secretarias de Estado que compõem a Administração Direta do Governo do Distrito Federal (GDF).

As perspectivas para o ano 2025 são de que a SECOM-DF possa continuar desempenhando suas atribuições com eficácia e eficiência, realizando suas atividades programadas para o exercício, tanto nas questões administrativas como orçamentárias, atendendo às demandas internas e na atividade fim, prestando contas das ações governamentais para a população do Distrito Federal, com foco na otimização dos recursos e na melhoria contínua dos serviços prestados.



16101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Sistema de Arte e Cultura - SAC-DF é composto por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta e por esferas de articulação e participação social, destinado a formulação, financiamento e gestão das políticas públicas de cultura no Distrito Federal, consoante a Lei Complementar nº 934 de 07 de dezembro de 2017, que instituiu a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal.

A instituição do SAC-DF e a formalização do Plano de Cultura do Distrito Federal ratificam a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de Cultura, que trata a Lei federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

Nesse sentido, o SAC-DF se insere no Sistema Nacional de Cultura, articulando-se com a sociedade e os demais entes federativos do Brasil e tendo como essência, a coordenação e a cooperação para fortalecimento, democratização e eficiência na gestão pública da cultura, cujos objetivos são os seguintes:

- promover a formação artístico-cultural, a capacitação profissionalizante, a ampliação das artes e da cultura inclusivos, o aperfeiçoamento e o intercâmbio entre gestores culturais, produtores, pesquisadores, artistas e outros profissionais da cultura, dando prioridade aos artistas com deficiência e aos estabelecidos no Distrito Federal;
- criar mecanismos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do SAC-DE;
- descentralizar para as regiões administrativas do Distrito Federal as ações e os recursos no campo da cultura;
- estabelecer parcerias entre os setores público e privado e as entidades sem fins lucrativos na cultura;
- viabilizar a manutenção de equipamentos culturais e o fomento à realização de sua programação, respeitando a necessidade e as especificidades da acessibilidade;
- viabilizar manutenção, conservação, restauro, promoção, valorização da memória e demais ações voltadas ao tombamento e ao registro do patrimônio material e Imaterial, histórico e artístico-cultural, bem como estimular, promover e apoiar os projetos culturais de preservação do patrimônio cultural material e Imaterial;
- promover, nacional e internacionalmente, a arte e a cultura do Distrito Federal por meio de ações de promoção, difusão e Intercâmbio;
- reconhecer, valorizar e apoiar as manifestações culturais sacro-religiosas, populares, gospel, tradicionais, indígenas e afro-brasileiras e o segmento de arte inclusive e de grupos culturais historicamente excluídos;
- ampliar o acesso da população à fruição de bens e serviços culturais, efetivando direitos culturais, especialmente para a população em situação de vulnerabilidade social;
- promover a sensibilização para a arte e a cultura;
- fortalecer as redes de organizações da sociedade civil, coletivos, grupos informais e de pessoas físicas que atuam nos diversos segmentos da cultura, priorizando aqueles residentes no Distrito Federal, inclusive a rede Cultura Viva;
- estruturar, desenvolver e fortalecer a economia criativa, incluindo o estímulo ao empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de suas cadeias, arranjos produtivos e territórios criativos;
- estimular a pesquisa, a sistematização de dados, a formulação de Indicadores, a documentação e a difusão de informações culturais;
- promover gestão pública compartilhada e participativa, potencializando as Iniciativas culturais;
- assegurar partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais das regiões administrativas;



- proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais com adaptações aos portadores com deficiências;
- promover, nacional e internacionalmente, a cultura e a arte do Distrito Federal por meio de programas, acordos e cooperações, inclusive com organismos, Estados, entidades públicas e privadas; e
- estimular, divulgar e fomentar projetos culturais ou turísticos que já tenham reconhecimento do Poder Legislativo, Instituídos em lei distrital ou federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	24	5	76	158	263
Comissionados sem vínculo efetivo	78	12	0	0	90
Requisitados de órgãos do GDF	8	2	7	2	19
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	17	23	40
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	25	7	32
Terceirizados (FUNAP)	0	0	19	0	19
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	111	19	144	190	464
(-) Cedidos para outros órgãos	12	0	0	0	12
Total Geral	99	19	144	190	452

No ano de 2024, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF remunerou 452 servidores, de acordo com o quadro cima, incluindo os efetivos, comissionados, requisitados, estagiários, menor aprendiz/projeto jovem candango e sentenciados da FUNAP.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	3000000,0	3100000,00	3084269,25	3084269,25
0124 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	3100000,00	3084269,25	3084269,25
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	1100000,0	567300,00	295842,90	255666,59



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0076 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL- SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1100000,0	567300,00	295842,90	255666,59
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10000,0	634805,00	204795,90	204795,90
0014 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - VALORES REFERENTES A SALDO DE CONVÊNIOS FEDERAIS - DISTRITO FEDERAL	10000,0	634805,00	204795,90	204795,90
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	3232979,0	0,00	0	0
0044 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	3232979,0	0,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	7342979,00	4302105,00	3584908,05	3544731,74

Programação Orçamentária Realizada:

a) Quanto à conversão da licença prêmio em pecúnia, até o dia 31 de dezembro de 2024, 65 servidores inativos foram beneficiados, recebendo seus valores em dois códigos de proventos distintos:

- PECÚNIA LICENÇA-PRÊMIO (CÓDIGO 10034): total de R\$ 2.922.266,16 (dois milhões novecentos e vinte e dois mil duzentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos);
- ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA (DECRETO 40208, CÓDIGO 10047): total de R\$ 173.814,33 (cento e setenta e três mil oitocentos e quatorze reais e trinta e três centavos).

a) Somados, os pagamentos a título de conversão de licença prêmio em pecúnia ao longo do exercício de 2024 totalizaram o montante de R\$ 3.096.080,49 (três milhões noventa e seis mil oitenta reais e quarenta e nove centavos).

b) No que se refere aos auxílios concedidos no período de janeiro a dezembro de 2024, são apresentados os seguintes dados:

MÊS	Quantidade de Servidores	Valor Mensal
Janeiro		R\$ 1.750,66
Fevereiro		R\$ 1.120,00
Março		R\$1.716,00
Abril		R\$ 1.120,00
Maio		R\$ 1.120,00
Junho		R\$ 2.047,00
Julho		R\$ 2.684,00
Agosto		R\$ 2.331,00
Setembro		R\$2.431,00
Outubro		R\$ 1.735,00
Novembro		R\$ 2.999,85
Novembro*	* Acerto de diferença de auxílio transporte (Código 20912)	R\$ 462,00
Dezembro		R\$ 3.161,40
Total	R\$ 24.677,91 (vinte e quatro mil seiscentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos)	

Auxílio-Alimentação (Código 10926): (* Acerto de diferença de auxílio transporte - Código 20912)

Mês	Quantitativo de servidores	Valor Mensal
Janeiro	342	R\$ 218.152,71



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Janeiro*	3	R\$ 1.280,00
Fevereiro	340	R\$ 216.989,07
Fevereiro*	5	R\$ 2.036,33
Março	335	R\$ 214.109,08
Abril	332	R\$ 211.898,17
Maio	331	R\$ 211.694,54
Maio *	4	R\$ 1.658,17
Junho	334	R\$ 212.654,52
Junho*	5	R\$ 2.766,52
Julho	334	R\$ 213.643,62
Julho*	2	R\$ 756,36
Agosto	337	R\$ 214.225,44
Agosto*	5	R\$ 1.629,08
Setembro	336	R\$ 214.312,71
Setembro*	1	R\$ 552,72
Outubro	335	R\$ 214.109,09
Outubro*	3	R\$ 1.396,35
Novembro	334	R\$ 213.760,00
Novembro*	2	R\$ 1.134,54
Dezembro	332	R\$ 212.480,00
Total	R\$ 854.399,94 (oitocentos e cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos)	

Auxílio-Alimentação (Código 10926) (* Acerto de diferença de auxílio alimentação - Código 20926)

Mês	Quantitativo de servidores	Valor Mensal
Janeiro	342	R\$ 218.152,71
Janeiro *	3	R\$ 1.280,00
Fevereiro	340	R\$ 216.989,07
Fevereiro *	5	R\$ 2.036,33
Março	335	R\$ 214.109,08
Abril	332	R\$ 211.898,17
Maio	331	R\$ 211.694,54
Maio *	4	R\$ 1.658,17
Junho	334	R\$ 212.654,52
Junho *	5	R\$ 2.766,52
Julho	334	R\$ 213.643,62
Julho *	2	R\$ 756,36
Agosto	337	R\$ 214.225,44
Agosto *	5	R\$ 1.629,08
Setembro	336	R\$ 214.312,71
Setembro *	1	R\$ 552,72
Outubro	335	R\$ 214.109,09
Outubro *	3	R\$ 1.396,35
Novembro	334	R\$ 213.760,00
Novembro*	2	R\$ 1.134,54
Dezembro	332	R\$ 212.480,00
Total	R\$ 854.399,94 (oitocentos e cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos)	

Auxílio-Natalidade (Código 10073):

Mês	Quantitativo de servidores	Valor Mensal
Janeiro	0	-
Fevereiro	0	-
Março	1	R\$ 964,61
Abril	0	-



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Maio	0	-
Junho	0	-
Julho	0	-
Agosto	0	-
Setembro	0	-
Outubro	0	-
Novembro	0	-
Dezembro	1	R\$ 1.022,48
Total	R\$ 1.987,09 (um mil novecentos e oitenta e sete reais e nove centavos)	

Auxílio-Creche (Código 10550):

Mês	Quantitativo de servidores	Valor Mensal
Janeiro	11	R\$ 2.118,96
Fevereiro	12	R\$ 2.295,54
Março	13	R\$ 2.472,12
Abril	12	R\$ 2.295,54
Maio	12	R\$ 2.295,54
Junho	11	R\$ 2.118,96
Julho	12	R\$ 2.472,12
Agosto	12	R\$ 2.472,12
Setembro	12	R\$ 2.472,12
Outubro	11	R\$ 2.295,54
Novembro	11	R\$ 2.295,54
Dezembro	11	R\$ 2.295,54
Total	R\$ 27.899,64 (vinte e sete mil oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos)	

Programação Orçamentária não Executada:

0044 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL
- Em conformidade com o princípio da impessoalidade e em defesa do interesse público, esta Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, roga que, em virtude do poder discricionário, não sejam deferidos pedidos de conversão de licença-prêmio em pecúnia no exercício financeiro atual, alinhando-se ao princípio do equilíbrio orçamentário, conforme recomendado no Ofício Circular Nº 25/2024 - SEPLAD/GAB (ID-SEI 134048263). Dessa forma ocorreu alteração na programação da unidade executiva com Abertura de Crédito Suplementar para atender despesas com a reestruturação da Carreira de Músico da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro do DF.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	300015,0	480015,00	480015,00	456317,05
8389 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	300015,0	480015,00	480015,00	456317,05
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	300015,00	480015,00	480015,00	456317,05

Programação Orçamentária Realizada:

No ano de 2024 a Secretaria de Estado de cultura conta com 19 Colaboradores Terceirizados, para prestação de serviços, de mão de obra por meio de convênio com a fundação de amparo ao trabalhador preso - FUNAP, sendo copeiras e serviços gerais de baixa complexidade, cujas ações estão relacionadas à reinserção do cidadão em condição de egresso no meio social,



através de bolsa de ressociação, capacitação ao mercado de trabalho e valorização da mão de obra.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	400000,0	275000,00	245769,00	239252,66
0001 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	400000,0	275000,00	245769,00	239252,66
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	500000,0	449643,00	447199,41	405776,06
0001 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO--DISTRITO FEDERAL	500000,0	449643,00	447199,41	405776,06
2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	500000,0	0,00	0	0
0001 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS--DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,00	0	0
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	500000,0	4850,00	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA--DISTRITO FEDERAL	500000,0	4850,00	0	0
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	500000,0	34600,00	0	0
0001 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA--DISTRITO FEDERAL	500000,0	34600,00	0	0
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	500000,0	0,0	0	0
0001 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	2053170,0	9413735,00	9237609,51	9062484,30
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2053170,0	9413735,00	9237609,51	9062484,30
2962 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	2100000,0	884284,00	778570,36	688652,48



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL-- DISTRITO FEDERAL	2000000,0	884284,00	778570,36	688652,48
0005 - JORNADAS DO PATRIMÔNIO	100000,0	0,0	0	0
3308 - APOIO ÀS AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA	1000000,0	119523,00	119503,28	119503,28
0001 - APOIO ÀS AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	119523,00	119503,28	119503,28
3847 - REFORMA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	18000000,0	30821776,0	30821775,38	30821775,38
0001 - REFORMA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO--DISTRITO FEDERAL	18000000,0	30821776,0	30821775,38	30821775,38
4004 - IMPLEMENTAÇÃO DA BRASÍLIA FILM COMISSION	150000,0	20450,00	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA BRASÍLIA FILM COMISSION-- DISTRITO FEDERAL	150000,0	20450,00	0	0
4012 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO HONORÍFICA	1500000,0	66220,00	0	0
0002 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PR - DISTRITO FEDERAL	1500000,0	66220,00	0	0
4023 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ARTE URBANA	1000000,0	505000,00	497500,0	497500,0
0001 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ARTE URBANA--DISTRITO FEDERAL	500000,0	205000,00	197500,0	197500,0
0003 - Edital do Hip-Hop	500000,0	300000,0	300000,0	300000,0
4085 - ESCOLA DE CULTURA	100000,0	1000,00	0	0
0001 - ESCOLA DE CULTURA - DISTRITO FEDERAL	100000,0	1000,00	0	0
4104 - APOIO AO DISTRITO JUNINO	50000,0	4800,00	0	0
0001 - APOIO AO DISTRITO JUNINO - DISTRITO FEDERAL	50000,0	4800,00	0	0
5026 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE AUDIOVISUAL	2000000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - Implantação de Projetos de Audiovisual - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE AUDIOVISUAL - RECURSOS PARA PROJETOS DE AUDIOVISUAL	1000000,0	0,0	0	0
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	77964346,0	244302895,00	195736904,00	195342430,90
0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	13429346,0	154679556,00	117703702,86	117703702,86
0006 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NO DF - DISTRITO FEDERAL	0	390000,0	389989,05	389989,05
0007 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - TRANSFERENCIA DE RECURSOS PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL - JS - DISTRITO FEDERAL	0	650000,0	650000,0	650000,0
0009 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - TRANSFERENCIA DE RECURSOS PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	0	1115000,0	1114890,03	1114890,03
0011 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - DISTRITO FEDERAL	0	498000,0	497625,0	497625,0
0264 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS--DISTRITO FEDERAL	0	850000,0	765000,0	765000,0
0333 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS DE FOMENTO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL - 2024-DISTRITO FEDERAL	650000,0	1150000,0	850000,0	850000,0
0334 - PRMOÇÃO DE EVENTOS i CULTURAIS NO DF	6000000,0	5159969,0	4659922,68	4589979,18
0335 - APOIO A REALIZACAO DE PROJETOS CULTURAIS	1000000,0	624919,0	525366,49	525366,49
0336 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	3000000,0	4099966,0	2849960,64	2557020,64



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0337 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS	1150000,0	2952747,0	2952736,2	2952736,2
0338 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	4500000,0	6445000,0	4900476,60	4900476,60
0339 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1200000,0	875333,00	866000,0	866000,0
0340 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-Apoio a Cultura em todo o DF- DISTRITO FEDERAL	2000000,0	5329980,0	4329955,40	4298365,90
0341 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INCENTIVO Á CULTURA PP - DISTRITO FEDERAL	1200000,0	1900000,0	1894010,27	1894010,27
0342 - APOIO À PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	4355000,0	4290000,0	3608075,44	3608075,44
0343 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS EM PROL DA COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	6500000,0	7317647,0	6657588,65	6657588,65
0344 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	2000000,0	4450000,0	4148694,44	4148694,44
0345 - APOIO À PROJETOS CULTURAIS	3000000,0	2855000,0	2744980,11	2744980,11
0346 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL - 2024	2000000,0	4247194,00	4247193,07	4247193,07
0347 - APOIO AS ATIVIDADES CULTURAIS NO DF	3000000,0	3230000,0	2600000,0	2600000,0
0349 - FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	2139584,0	1889564,44	1889564,44
0350 - APOIO A PROJETOS DE INCENTIVO A CULTURA NO DISTRITO FEDERAL - 2024	1500000,0	2310000,0	2309873,61	2309873,61
0351 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS DJ	5080000,0	5895000,0	4844989,46	4844989,46
0352 - APOIO A PROJETOS	3000000,0	5620000,0	4719291,41	4719291,41
0353 - Transferência de recursos para projetos	2150000,0	1870000,0	1549993,68	1549993,68
0354 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS - NO DISTRITO FEDERAL	2700000,0	4060000,0	3119871,09	3119870,99



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0355 - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM TODO DISTRITO FEDERAL	2150000,0	2150000,0	2133510,29	2133510,29
0356 - Apoio a projetos culturais no TM Distrito Federal	700000,0	700000,0	699999,99	699999,99
0357 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS EM TODO O DF	4700000,0	6448000,0	5513643,1	5513643,1
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	3100000,0	5638822,00	5638821,10	5638821,10
0001 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	500000,0	3038822,00	3038821,10	3038821,10
0005 - APOIO FINANCEIRO MANUTENÇÃO DO MEMORIAL JK - 2024-JV	700000,0	700000,0	700000,0	700000,0
0006 - APOIO A REALIZACAO DE PROJETOS DO MEMORIAL JK	700000,0	700000,0	700000,00	700000,00
0007 - MANUTENÇÃO E OUTRAS DESPESAS DO MEMORIAL JK - 2024	700000,0	700000,0	700000,0	700000,0
0008 - APOIO AO MEMORIAL JK	500000,0	500000,0	500000,0	500000,0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	111917516,00	292542598,00	243523652,04	242816196,16

Programação Orçamentária Realizada:

• RÁDIO CULTURA FM

A Rádio Cultura passou por uma Reforma completa das instalações da rádio, incluindo: 6 estúdios, copa, recepção, área administrativa, coordenação, sala de reuniões, sala do link e redação; Criação do estúdio de podcast, ampliando a capacidade de produção de conteúdos multimídia.; Renovação da identidade visual, alinhada à modernização da emissora; Regularização da outorga junto à Anatel, pendente desde 2007, e encaminhamento da liberação do link da rádio pela mesma agência.

Houve a Contemplação no edital da FAP com um investimento de R\$ 1 milhão para o projeto "Rádio Cultura: Passado, Presente e Pensando o Futuro" junto à Universidade de Brasília; Renovação do edital de voluntariado por mais um ano, garantindo a continuidade de 17 programas semanais com reprise produzidos pela sociedade civil.

Em termos de produção e vinculação de conteúdos houve: 128 notas locutadas, 207 boletins de Arte e Cultura, 62 Cultura Serviços/Cultura Informa, 10 Cultura Saúde, 123 Cultura Notícias (incluindo edições especiais e internacionais), 11 FestBrasília, 7 Pílulas FAC, 7 Pílulas LIC e 3 Pílulas Prêmio Rodrigo Melo, 11 programas, entre gravados e ao vivo, com entrevistas incluindo 4 programas diários. São eles: Corre Cutia, Beira Mundo, Madrugada na Cultura, Barracão, Cultura Reggae, Matula Cultura, Bom dia Cultura, Fim de Tarde, Realce e Cavadinha, Pipoquinha Cultura e Programações musicais que ocupam parte da programação diária. 17 programas voluntários, e parcerias com o De Rolê e Republica Blues. 17.524 divulgações de eventos, incluindo chamadas e reprises, envolvendo editais, chamamentos públicos, festivais, spots institucionais, parcerias e programas vinculados.

Houve a Criação do espaço Musiteca Clodo Ferreira, em parceria com o Espaço Renato Russo, promovendo a valorização cultural e a memória da Cultura FM. Com relação às Parcerias em



andamento citamos Clube do Blues, Clube do Violeiro, UnDF, UnBTV e IFB, fortalecendo conexões com a comunidade e instituições de ensino e cultura.

• ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO

Durante o ano de 2024, houve 83 concertos ao vivo com público superior a 40.000 pessoas; 13 concertos didáticos para estudantes de escolas públicas. Mais de 6.500 crianças atendidas; Recorde na participação de artistas convidados nacionais e estrangeiros: 18 maestros e 51 solistas, os quais destacamos: Mathias Manasi, Guido Santana, Simeon Pifonkoff, Thiago Arancam, Wagner Tiso, Valentina Lisitsa, Philip Doyle, Giovanni Pompeo, Salmon Del Real, Alessandro Tirotti, outros; 50 novos vídeos publicados no canal do youtube, 27.758 visualizações.; Realização do Brasília Orchestra Summit – BOS, evento de visibilidade internacional que congrega compositores de várias regiões do mundo, trazendo-os ao Brasil para a estreia mundial de suas composições (patrocínio privado direto); Parceria com 10 (dez) embaixadas nos concertos da temporada regular: Itália, Equador, Rep. Checa, Azerbaijão, Suíça, Bulgária, França, Coreia, México e Turquia.; Concerto em homenagem aos 45 anos de fundação da OSTNCS, com repertório do Claudio Santoro; Montagem da ópera La Boheme e Balé de Natal Tchaikovsky; Documentário dos 45 anos da OSTNCS feito pelo em parceria com a TV Brasil pelo programa "Caminhos da Reportagem; IX Iate in Concert com os cantores líricos Sara Sarres e Saulo Vasconcelos e novo recorde de doação de cestas básicas ao banco de alimentos do DF, Defesa Civil e instituições indicadas pelo clube; Reabertura do Circuito Pixinguinha, após 16 anos de interrupção, com a cantora Alaíde Costa, que esteve na primeira edição do projeto, em 1977; Concertos institucionais e fora da temporada oficial: STJ, CLDF, Parque da cidade, SESCs Gama e Taguatinga, TCDF, Natal na Esplanada, Concerto para os operários na Martins Pena, outros; Concerto de reinauguração da Sala Martins Pena com a dupla Chitãozinho e Xororó.



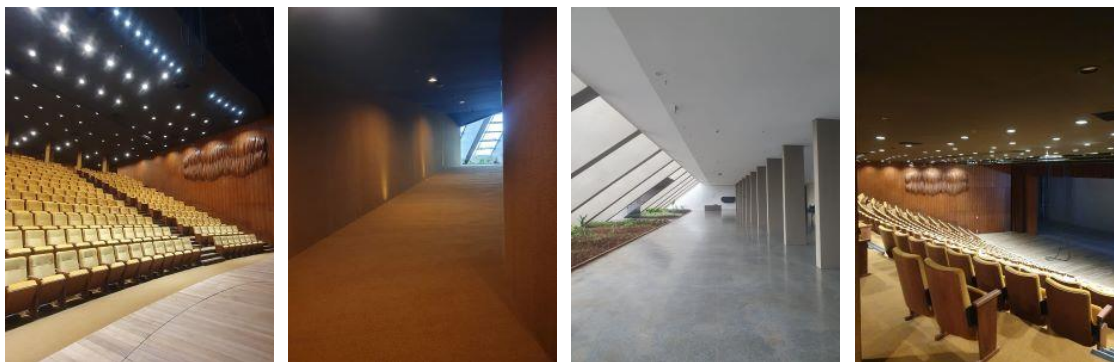
• REFORMA DO TEATRO NACIONAL CLAUDIO SANTORO

Em dezembro de 2024, inaugurou-se a Sala Martins Pena após sua reforma, compreendendo a 1ª Etapa das obras de restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro. A sala foi devolvida à sociedade após 10 anos do Fechamento do Teatro. A reabertura da Sala Martins Pena, do Teatro Nacional Claudio Santoro, após uma década de fechamento, foi um marco não apenas para o Distrito Federal, mas para toda a cultura brasileira. Considerado um dos maiores complexos culturais do Brasil, o espaço foi triplamente tombado e retorna à cena como um símbolo renovado, com capacidade ampliada para 480 lugares e se mantendo como um monumento de celebração da arte.

O evento de reabertura contou com Concerto da Orquestra Sinfônica, Show da dupla Chitãozinho & Xororó com a Orquestra Sinfônica, Show de Almir Sater, Espetáculo TelaPlana da companhia Os Melhores do Mundo, Homenagem ao rock de Brasília com a banda Plebe Rude e convidados.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental



No ano de 2024, a Secretaria de Estado de Cultura celebrou 194 Termos de Fomento, totalizando o valor global de R\$ 79.538.036,45 (setenta e nove milhões, quinhentos e trinta e oito mil, trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), que atenderam aos projetos descritos abaixo:

TERMOS DE FOMENTO	
Objeto	Valor da parceria
VI CONFERÊNCIA DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL	R\$ 300.000,00
Manutenção e Conservação do Memorial JK	R\$ 5.638.821,10
CIRCUITO DE CULTURA ITINERANTE	R\$ 499.996,00
32ª Via Sacra São Sebastião	R\$ 150.000,00
ESTRUTURAL – 20 Anos de Cultura	R\$ 249.987,00
VIA SACRA DE SOBRADINHO II	R\$ 257.214,70



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

XLVII VIA SACRA DO PARANOÁ	R\$ 179.990,91
2ª EDIÇÃO PRAÇA DA CRIANÇA 2024	R\$ 460.024,00
VEM AGORA	R\$ 250.000,00
ADOCICA 2024	R\$ 279.906,92
DIA FELIZ	R\$ 97.200,00
Brincando Cultura	R\$ 800.000,00
BRINCANDO COM ARTE	R\$ 699.990,73
ANIMA ESCOLA	R\$ 250.000,00
4º Áudio Visual Periférico	R\$ 699.815,00
VARJÃO, 21 ANOS DE CULTURA	R\$ 79.991,63
Aniversário de Sobradinho – 64 anos	R\$ 556.000,00
FEICOTUR 2024	R\$ 1.429.752,72
SÓ DE PASSAGEM	R\$ 580.000,00
Dia do Gari	R\$ 549.993,01
PROJETO GAMA CULTURAL	R\$ 700.000,00
Festival Cultural e Ambiental - Afroverde	R\$ 500.000,00
PROJETO VIVA ARTE VIVA NO GAMA - RA II	R\$ 150.000,00
FEST ROCK BRASÍLIA	R\$ 500.000,00
Soulballet	R\$ 200.000,00
FESTEJOS DA BIBLIOTECA DO BOSQUE	R\$ 150.000,00
Escola Art e Feira Artesanal	R\$ 100.000,00
FESTIVAL DE MÚSICA GOSPEL – ETAPA DE LANÇAMENTO	R\$ 150.000,00
Musicalizando grandes sonhos – Arte Jovem	R\$ 479.983,28
RIACHO FUNDO II – 29 anos de Cultura e Cidadania	R\$ 349.951,00
QUERMESSE MARIANA DE BRASÍLIA	R\$ 799.833,12
Arraiá Arroxa o Nó	R\$ 60.000,00
Arte em Engenho	R\$ 220.000,00
ARRAIÁ da SANTÍSSIMA	R\$ 200.000,00
VERÃO MONUMENTAL – RITA LEE IN CONCERT	R\$ 520.000,00
ESCOLA + CULTURA 2024	R\$ 394.126,46
Nova Era: Transformando Realidades	R\$ 99.918,99
DESFILE BELEZA NEGRA	R\$ 120.000,00
ARRAIÁ DA CASA DO CEARÁ	R\$ 50.000,00
Arraiá da CEASA	R\$ 300.000,00
ARRAIÁ TOTAL	R\$ 150.000,00
RECICLARTE - CICLO DE OFICINA ARTÍSTICA	R\$ 150.000,00
São João do Guará 2024	R\$ 80.000,00
FESTA JUNINA OFICIAL DO GUARÁ	R\$ 340.000,00
CONSTRUINDO UM SÃO JOÃO	R\$ 300.000,00
BRAZFEST – Brazlândia 91 anos	R\$ 999.989,51
NORTE SONORO	R\$ 250.000,00
CINEMA DE RUA	R\$ 199.816,30
ISSO É HIP HOP	R\$ 399.998,68
Aniversário de São Sebastião	R\$ 299.995,88
Arraiá do Rosário de Pompéia	R\$ 149.996,81
Despesas e Manutenção Anual do IHG-DF	R\$ 1.186.665,70
Dançando Juntos pela Inclusão	R\$ 130.000,00
ENCONTRO DE TEATRO LAMBE-LAMBE	R\$ 248.075,44
31º ARRAIÁ DOS CAPIRAS DO BOSQUE SÃO SEBASTIÃO	R\$ 279.983,54
Festival Brasília Orgulho	R\$ 328.000,00
Circuito Junino de São João	R\$ 630.000,00
Festa Julina de Planaltina	R\$ 249.980,11
ARRAIÁ UNIVERSITÁRIO	R\$ 499.951,14
EXPOVITIS BRASIL	R\$ 449.974,16
BRASÍLIA É UM EVENTO	R\$ 650.000,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

XVIII CONCURSO NACIONAL DE QUADRILHAS JUNINAS	R\$ 800.000,00
Taguatinga – 66 Anos de Arte e Cultura	R\$ 499.980,93
BRASÍLIA DA UTOPIA A CAPITAL	R\$ 210.000,00
Arraiá da Quadra 05	R\$ 50.000,00
Arraiá da Comunidade	R\$ 60.000,00
FESTA JUNINA DO PARK WAY	R\$ 149.996,90
4º Arraiá do Morro da Cruz	R\$ 99.991,64
ARRAIÁ DA DORINHA	R\$ 150.000,00
ANIVERSÁRIO CANÇÃO NOVA BRASÍLIA – 23 ANOS	R\$ 249.987,46
CONBRECH – CONGRESSO DE MISSÕES BRASÍLIA EM CHAMAS – 4ª EDIÇÃO	R\$ 140.000,00
ARRAIÁ SÃO JOSÉ	R\$ 180.000,00
Circuito Cultural das Paróquias do Distrito Federal	R\$ 1.320.000,00
Arte na Praça 2024	R\$ 399.999,92
Cine Funn	R\$ 736.866,20
Sem Segredos	R\$ 250.000,00
Encontro Cultural Música É Vida	R\$ 100.000,00
CIRCUITO CULTURAL	R\$ 100.000,00
ARTE INTEGRAL – CULTURA 360	R\$ 599.821,00
VIBRAR - VIVER BRASÍLIA AO AR LIVRE	R\$ 700.000,00
PROJETO CULTURAL DA REVISTA TRAÇOS	R\$ 100.000,00
Cruzada Cultural Gospel Evangelística de Planaltina	R\$ 650.000,00
Projeto Evento Musical, Literário e Corrida do Policial Civil do DF	R\$ 200.000,00
Expocar	R\$ 809.935,00
Retalhados! A Cultura Junina por trás da Costura	R\$ 100.000,00
XIII JORNADA DE PORTAS ABERTAS	R\$ 480.000,00
Orgulho Tagua	R\$ 370.000,00
FESTIVAL BRASÍLIA SOBRE RODAS	R\$ 50.000,00
INCUBADORA DE EMPREENDEDORISMO CRIATIVO	R\$ 898.840,80
Sabadão do Forró	R\$ 350.000,00
ANIVERSÁRIO ITAPOÃ 19 ANOS	R\$ 750.000,00
TEATRO VAI À ESCOLA – 2 º EDIÇÃO	R\$ 419.966,69
A ESCOLA NA ESCOLA	R\$ 150.000,00
10ª edição do Festival BOCADIM	R\$ 200.000,00
Projeto Educart Etapa 2	R\$ 149.999,42
5ª PARADA LGBTQIA + DE SÃO SEBASTIÃO	R\$ 100.000,00
LAZER CULTURAL DAS ANTIGAS	R\$ 180.000,00
Baile das Debutantes	R\$ 79.996,57
MÚSICA EM NOTAS – VICENTE PIRES	R\$ 200.000,00
MADE IN JAPAN - 2024	R\$ 699.988,85
"Candangos em Arte"	R\$ 150.000,00
"Festival Cerrado Virtual (Edições) - Salve o Bioma Cerrado"	R\$ 198.905,00
"Pôr do Sol no Parque da Cidade"	R\$ 249.950,50
"20º Aniversário da Região Administrativa do Jardim Botânico"	R\$ 299.991,38
"FESTIVAL CULTURAL"	R\$ 299.989,05
"TECENDO ARTE COM CIDADANIA"	R\$ 200.000,00
"Festival Canto a Canto"	R\$ 300.000,00
"FLORES DO CERRADO"	R\$ 230.000,00
"DIVERSIDADE CULTURAL E CIDADANIA"	R\$ 1.220.000,00
CIRCUITO DE CULTURAS POPULARES	R\$ 950.000,00
FESTIVAL DE MÚSICA GOSPEL – ETAPA DE 1ª ELIMINATÓRIA FINAL BRASÍLIA	R\$ 120.000,00
QUILOMBO NAS ESCOLAS – CONSCIÊNCIA NEGRA 15º EDIÇÃO	R\$ 220.000,00
Festa das Famílias de São Sebastião/DF	R\$ 199.959,41
A GOMEIA	R\$ 149.864,00
MISS E MISTER GARI - 2024	R\$ 99.977,00
BRASÍLIA TATTOO SHOW	R\$ 549.916,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

CARAVANA CIRCO TEATRO ARTETUDE	R\$ 150.000,00
CONCERTO NAS ESCOLAS	R\$ 150.000,00
OCTOBERWAY	R\$ 230.000,00
FEST DORPER: MÚSICA, TRADIÇÃO E RAÍZES	R\$ 925.000,00
BRASÍLIA SEM LGBTQIA+FOBIA - 6ª EDIÇÃO	R\$ 310.000,00
35º Aniversário de Samambaia	R\$ 900.000,00
VILA GASTRONÔMICA	R\$ 923.514,29
Fest Gama 2024	R\$ 1.284.997,13
Aniversário de Sobradinho II – 35 anos	R\$ 504.000,00
EMPODERADAS	R\$ 250.000,00
WORKSHOP DE INSTRUTORES DO CBMDF	R\$ 50.000,00
MUSEU DO VINIL	R\$ 149.952,00
MOSTRA AVIVA NAS ESCOLAS 6ª EDIÇÃO	R\$ 599.666,00
Tradições Brincantes	R\$ 400.000,00
Encontro de Influenciadores	R\$ 799.995,53
4 EIXOS	R\$ 229.999,94
CRIANÇA DO CERRADO FELIZ	R\$ 443.789,46
SEMINÁRIO PATRIMÔNIO, TURISMO, SUSTENTABILIDADE E A CPLP	R\$ 200.000,00
Ciranda Cultural – 2ª Edição	R\$ 1.500.000,00
Recanto 31 anos	R\$ 239.970,56
FESTIVAL REPÚBLICA BLUES - 10ª Edição	R\$ 200.000,00
COMUNICADOR DO FUTURO- 2ª EDIÇÃO	R\$ 899.865,00
FESTA DO INTERIOR DA VILA PLANALTO	R\$ 349.974,64
MOMENTO CULTURAL ITINERANTE	R\$ 300.000,00
BRASÍLIA EM GRAFITE	R\$ 250.000,00
BAILE DA TERCEIRA IDADE	R\$ 105.000,00
Paraíso Underground HIP HOP- Complexo	R\$ 150.000,00
CANTAREMOS	R\$ 100.000,00
OFICINA DAS ARTES	R\$ 200.000,00
DOMINGÃO RECREATIVO 2024	R\$ 89.760,29
Capacita Brasília	R\$ 334.000,00
FESTIVAL FYAH CULTURA BLACK	R\$ 599.995,00
1º DUELO INTRA DISTRITAL DE BATALHA DE RIMA	R\$ 120.000,00
MUSICANDO A VIDA	R\$ 260.000,00
MULHERES CRIATIVAS	R\$ 1.349.999,20
OFICINAS CULTURAIS	R\$ 199.610,00
1ª Edição do Festival MVMA Valorização	R\$ 299.873,48
TRANSFERÊNCIA – MERCADO DA CULTURA	R\$ 299.988,64
CANTA BRASÍLIA	R\$ 1.499.996,00
Brasília Mostra sua Cara e Cultura – 5ª Edição	R\$ 337.269,60
OCUPAÇÃO PLATAFORMA DO SAMBA	R\$ 149.999,95
DIA DO NORDESTINO	R\$ 200.000,00
O BAILE É NOSSO	R\$ 250.000,00
CULTURA PARA TODOS	R\$ 810.000,00
1º FEST SOLIDÁRIO - FESTIVAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E CRIATIVA DA SAUDE	R\$ 90.000,00
ANIVERSÁRIO DO PARANOÁ - 67 ANO	R\$ 250.000,00
SAMBA DA GUARIBA CONVIDA 3ª EDIÇÃO – ROCK, SAMBA E BAIÃO	R\$ 150.000,00
BAIÃO DE SEU LUI	R\$ 250.000,00
TUDO O QUE FIZERDES AO MENOR	R\$ 283.163,14
ESCOLA ART	R\$ 99.880,00
MULHER QUALIFICADA - FEIRA E EXPOSIÇÃO	R\$ 100.000,00
BRILHO COR & SOM	R\$ 200.000,00
Viva o Teatro	R\$ 1.117.813,19
CANTATAS DE NATAL 2024	R\$ 899.982,40
MARIAS	R\$ 110.000,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

ENCONTRO AUTOMOTIVO SOLIDÁRIO 4ª EDIÇÃO	R\$ 1.049.746,05
REGANDO NA PRAÇA	R\$ 100.000,00
CULTURA ITINERANTE	R\$ 800.000,00
PLATAFORMA DE CULTURA PERIFÉRICA I	R\$ 280.000,00
CULTURA PARA TODOS	R\$ 100.000,00
CERRADO ARTE	R\$ 600.000,00
DBN - DESFILE BELEZA NEGRA - 20ª EDIÇÃO - DBN Fashion Musi	R\$ 100.000,00
XXXL FESTIVAL FOLCLÓRICO DO PELLINSKY	R\$ 300.000,00
1 KG DE ROCK - A HISTÓRIA DO ROCK PARA TODOS	R\$ 100.000,00
PARQUE CULTURAL	R\$ 349.995,00
ESCOLA DE FORMAÇÃO BAILARINOS DE BRASÍLIA E FORMAÇÃO DO PRIMEIRO CORPO DE BAILE PROFISSIONAL DO DF	R\$ 497.625,00
FESTIVAL VILLA GASTRONÔMICA- EDIÇÃO TOTAL VILLE	R\$ 290.000,00
ROCK SINFÔNICO	R\$ 1.299.907,63
FALANDO DE AMOR	R\$ 120.000,00
VERÃO CULTURAL	R\$ 619.975,50
SAMAMBA ROCK+	R\$ 100.000,00
BRASÍLIA: SABORES DA RUA	R\$ 500.000,00
ESPORTE VIDA E ORIENTAÇÃO	R\$ 175.000,00
CONEXÕES DE QUEBRADA	R\$ 696.446,00
FESTAS VIVAS - 2ª EDIÇÃO	R\$ 149.513,71
CINE FUNN - ESPECIAL DE NATAL	R\$ 446.000,00
AUTOPARQUE	R\$ 566.000,00
Valor total de Termo de Fomento Celebrados em 2024	R\$ 79.538.036,45

Além disso foram firmados 11 termos de colaboração, 11 Termo de Doação, 24 Contrato Administrativos, vejamos:

TERMOS DE COLABORAÇÃO	
Objeto	Valor da Parceria
ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA - 64 ANOS	R\$ 8.500.000,00
PROGRAMAÇÃO E GESTÃO COMPARTILHADA DO CINE BRASÍLIA	R\$ 6.000.000,00
CIRCUITO DE FESTEJOS JUNINOS	R\$ 6.999.997,65
5º ENCONTRO DE GRAFFITI DO DISTRITO FEDERAL	R\$ 250.000,00
Operacionalização da Política Nacional Aldir Blanc no Distrito Federal	R\$ 1.825.000,00
REALIZAÇÃO DAS EDIÇÕES 57ª, 58ª E 59ª DO FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO - FBCB, nos anos de 2024, 2025 e 2026	R\$ 12.000.000,00
CONSCIÊNCIA NEGRA	R\$ 7.222.391,14
NATAL ENCANTADO 2024	R\$ 14.365.000,00
DF Raízes do Sertão - O Nordeste se encontra aqui!	R\$ 5.000.000,00
ANO NOVO, NOVOS SONHOS	R\$ 10.999.703,43
CIRCULA CULTURA	R\$ 6.999.996,70
valor total dos Termos de colaboração celebrados em 2024	R\$56.687.091,27

• **DF FOLIA 2024: É NA RUA QUE A ALEGRIA TRANSBORDA!**

O Carnaval de 2024 no Distrito Federal, denominado DF Folia 2024, destacou-se como uma das maiores manifestações culturais já realizadas na região. Com um público total de 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) pessoas, conforme o indicador IN10935, o evento superou amplamente as expectativas iniciais. Realizado ao longo de cinco dias, a festividade reafirmou o papel estratégico do Carnaval na valorização da cultura local, na promoção da diversidade e na geração de impactos sociais e econômicos positivos para a população. A diversidade cultural foi um dos pilares da festividade, com blocos tradicionais como Galinho de Brasília, Bloco do Amor, Pacotão e Divinas Tetas reunindo milhares de foliões em momentos de alegria, descontração e celebração da pluralidade. Cada bloco, com suas particularidades e estilos, trouxe um repertório que transitou entre o tradicional e o contemporâneo, atraindo diferentes públicos e fortalecendo a identidade cultural do Carnaval do Distrito Federal. A organização exemplar foi um dos destaques do DF Folia 2024,



garantindo a segurança e o bem-estar de todos os participantes. A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), em atuação integrada com outras forças de segurança, registrou apenas oito termos circunstanciados de ocorrência, sendo a maior parte relacionada ao uso de substâncias entorpecentes. Esse número, expressivamente baixo para um evento dessa magnitude, é resultado do planejamento preventivo e da presença ostensiva das forças de segurança. Outro ponto de relevância foi a sustentabilidade do evento. O Serviço de Limpeza Urbana (SLU), por meio de campanhas de conscientização realizadas antes e durante os festejos, conseguiu recolher 19,9 toneladas de resíduos sólidos. Embora significativo, esse volume foi controlado graças à adesão dos foliões às práticas sustentáveis incentivadas pela organização, consolidando o DF Folia 2024 como o Carnaval mais limpo da história da região. O impacto econômico e social do evento foi expressivo. Além de fortalecer a economia criativa, com a geração de empregos temporários e o aumento da circulação de renda, o Carnaval também contribuiu para o aquecimento do comércio local, beneficiando vendedores ambulantes, bares e restaurantes. A festividade mostrou-se como um importante vetor de integração social e valorização da diversidade cultural, reforçando seu papel como um espaço de inclusão e celebração coletiva. O investimento total do DF Folia 2024 foi de R\$ 6.329.999,00 (seis milhões, trezentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), aplicado em segurança, infraestrutura, limpeza, promoção cultural e logística. Esse montante garantiu a realização de um evento organizado e acessível, refletindo o compromisso da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal com a qualidade e a eficácia na gestão de recursos públicos. Em síntese, o DF Folia 2024 consolidou-se como um marco na agenda cultural do Distrito Federal, celebrando a alegria e a diversidade do Carnaval. A ampla adesão popular, a segurança garantida e o baixo impacto ambiental são resultados do planejamento eficaz e da participação ativa da comunidade. Com isso, o evento reafirma sua relevância como espaço de integração social, promoção cultural e geração de desenvolvimento para a região.



• 64º ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA

O Aniversário de Brasília de 2024 foi marcado por um recorde histórico de público, superando a expectativa inicial de 200.000 (duzentas mil) pessoas, conforme o indicador IN10680. O evento reuniu aproximadamente 500.000 (quinhentas mil) pessoas no show do DJ Alok, um dos momentos mais aguardados e de maior destaque da celebração, consolidando-se como o maior público já registrado em uma apresentação do artista. Além disso, o evento contou com as emocionantes performances da cantora Adriana Samartini e do grupo de pagode Di Propósito, que enriqueceram ainda mais a programação festiva. Uma inovação significativa foi a descentralização das celebrações, que expandiu os eventos para as Regiões Administrativas de Brazlândia, Planaltina e Santa Maria, promovendo maior integração e participação popular em diferentes localidades. Outro destaque foi a reabertura do Cine Brasília, fortalecendo o eixo cultural da cidade e oferecendo novas opções de lazer para a população.



• CIRCUITO DE FESTEJOS JUNINOS

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Seccec-DF) realizou, entre os dias 21 de junho e 28 de julho de 2024, o Circuito de Festejos Juninos do DF e Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Ride). O evento se consolidou como uma das principais iniciativas culturais do ano, reafirmando o compromisso com a valorização das tradições populares e o fortalecimento da economia criativa. Contando com um orçamento recorde de R\$ 6.999.997,65 (seis milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos), viabilizado por meio de um termo de colaboração firmado com a Organização da Sociedade Civil Instituto Acolher, o circuito alcançou resultados significativos em diversas dimensões culturais, econômicas e sociais. O Circuito promoveu 38 apresentações de quadrilhas juninas em dez Regiões Administrativas do DF, além de localidades do Entorno, com entrada totalmente gratuita. A descentralização das atividades permitiu alcançar um público expressivo e diversificado, ampliando o acesso à cultura em regiões como Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Planaltina e Taguatinga. A programação foi organizada em cinco etapas, realizadas sempre de sexta a domingo, e incluiu eventos tradicionais como o 24º Circuito de Quadrilhas Juninas e os festivais Candangão e Gonzagão, que reuniram grupos e artistas de grande renome na cena junina.





• 5º ENCONTRO DE GRAFFITI DO DISTRITO FEDERAL

Nos dias 5 e 6 de outubro de 2024, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF) promoveu o 5º Encontro de Graffiti do DF e Entorno, consolidando-se como uma das principais iniciativas para valorização da arte urbana no Distrito Federal. O evento foi realizado na Praça dos Direitos e no Centro Cultural e Desportivo, ambos localizados em Ceilândia, com base na Política de Valorização do Graffiti, instituída pelo Decreto nº 39.174/2018, que reconhece o grafite como instrumento de transformação social e de fortalecimento da identidade cultural. O edital do evento selecionou 80 artistas de grafite, incluindo 32 contratações individuais e 9 contratações de coletivos, promovendo intervenções artísticas em grande escala. A curadoria buscou destacar a diversidade e a representatividade, exigindo dos participantes a comprovação de residência no Distrito Federal ou na Região Integrada de Desenvolvimento (Entorno), além da experiência comprovada na execução de intervenções artísticas em espaços públicos, como muros, painéis, tapumes e paredes. Com um investimento total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), o 5º Encontro de Graffiti teve como objetivo principal incentivar o reconhecimento do grafite como expressão artística e cultural, proporcionando aos artistas urbanos uma plataforma de visibilidade e diálogo com a sociedade. O evento contou com um amplo público que teve a oportunidade de vivenciar a produção artística em tempo real, além de participar de ações culturais paralelas, como oficinas e rodas de conversa, que reforçaram o papel do grafite como elemento de transformação social e cidadania.

• CELEBRAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NEGRA 2024

Entre os dias 18 e 20 de novembro de 2024, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF), em parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus-DF) e com o apoio do Banco de Brasília (BRB) e da Associação de Educação, Cultura e Economia Criativa (AECEC), realizou o evento Consciência Negra 2024, nas proximidades da Torre de TV, em Brasília. O evento, que contou com um investimento total de R\$ 7.222.391,14, promoveu uma celebração ampla da cultura afro-brasileira, reunindo shows, exposições, feiras, oficinas e debates sobre a importância da valorização da herança africana na formação da identidade cultural e social do Brasil. A abertura oficial foi marcada pela assinatura do decreto que inclui o evento no calendário oficial de festividades do Governo do Distrito Federal (GDF). Durante três dias, a Torre de TV foi transformada em um espaço cultural dedicado à celebração das raízes afrodescendentes, com atividades voltadas a públicos de todas as idades. No palco principal, grandes nomes da música negra local e nacional abrilhantaram o evento, com apresentações de artistas como Nação Zumbi, Vanessa da Mata, Olodum, Seu Jorge, Raça Negra, Marcelo Falcão e Tribo da Periferia. Com estilos que passaram pelo samba, hip hop, reggae e pagode, o evento foi um verdadeiro festival a céu aberto. Além dos shows, o evento promoveu debates e reflexões sobre igualdade racial e consciência negra. Um dos momentos marcantes foi a palestra do rapper e ativista MV Bill, que abriu os diálogos abordando temas como inclusão social e valorização das populações afrodescendentes. A Feira Afro Brasília destacou a economia criativa e o empreendedorismo local, reunindo artesãos e produtores afro-brasileiros do Distrito Federal e das comunidades quilombolas do entorno, como os Quilombos Mesquita e Kalunga. Peças de moda afro, artesanato e outros produtos culturais foram expostos e comercializados, incentivando o fortalecimento econômico dessas comunidades. A exposição Tranças no Mapa, desenvolvida pela pesquisadora Layla Maryzandra, apresentou um rico registro fotográfico e narrativo sobre a



tradição das trançadeiras e trancistas, reafirmando a importância histórica dessa prática como símbolo da cultura negra no Brasil.



• NATAL 2024 – NOSSO NATAL

O evento “Nosso Natal”, realizado entre os dias 1º e 23 e de 25 a 30 de dezembro, transformou a Esplanada dos Ministérios em um verdadeiro polo de celebração natalina, atraindo um público estimado em 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) pessoas ao longo do período. A programação foi cuidadosamente elaborada para oferecer atividades gratuitas e inclusivas, atendendo a todas as faixas etárias. Entre os destaques estavam: Pista de patinação no gelo, que atraiu famílias e jovens em grande número. Roda-gigante e carrossel, que proporcionaram diversão especialmente para as crianças. Presépio e teatro infantil, com apresentações temáticas e educativas que reforçaram os valores do Natal. Decoração temática especial, que trouxe elementos típicos do período natalino, incluindo uma árvore de Natal iluminada que se tornou um ponto de visitação e fotografias. A campanha de ceia natalina promovida nos restaurantes comunitários foi um dos pontos altos do evento, servindo mais de 55.000 (cinquenta e cinco mil) refeições. Essa iniciativa reforçou os valores de solidariedade, união e cuidado com as populações mais vulneráveis.



• REVEILLON 2025 – ANO NOVO, NOVOS SONHOS



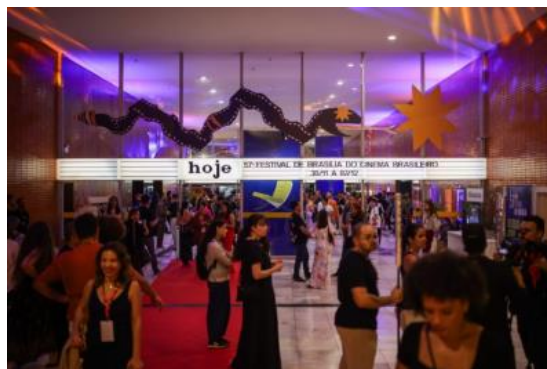
A celebração da virada do ano aconteceu simultaneamente em quatro locais estratégicos do Distrito Federal, abrangendo tanto o centro da capital quanto as regiões administrativas. O evento reuniu um público total de 270.000 (duzentas e setenta mil) pessoas, consolidando-se como uma das maiores festividades de Réveillon da história recente da região. Locais e Público Presente Esplanada dos Ministérios: Principal polo da celebração, atraindo grande parte do público. Ceilândia e Planaltina: Locais escolhidos para descentralizar a festa e ampliar o alcance para as Regiões Administrativas. Praça dos Orixás (Prainha do Lago Sul): Com programação dedicada e temática especial, agregou diversidade cultural ao evento. Mensagem de Paz e Esperança Com o tema "Ano Novo, Novos Sonhos", as celebrações transmitiram mensagens de renovação, positividade e união, características essenciais para a entrada de um novo ano.



Em 30 de agosto de 2024, firmou-se o Termo de Colaboração nº 06/2024 (149966561), para realização das Edições 57ª, 58ª e 59ª do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro 2024-2027. O objeto da parceria foi descrito como REALIZAÇÃO DAS EDIÇÕES 57ª, 58ª E 59ª DO FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO - FBCB, nos anos de 2024, 2025 e 2026, a serem realizadas em datas indicadas pelo Secretário de Cultura, entre os meses de setembro e novembro, sendo cada edição com duração de 08 (oito) dias corridos, em formato híbrido, com exibições fílmicas presenciais, e as demais ações em ambientes presenciais, virtuais e/ou canal de TV.

O 57º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro foi realizado entre os dias 30 de novembro e 07 de dezembro e foi um grande sucesso de público e de crítica. O festival foi um dos grandes legados da cultura do DF. Um evento que é reconhecido não só nacionalmente, mas também no cenário internacional. Com planejamento e transparência, a Secretaria entregou a 57ª edição com a qualidade que a sociedade e toda a comunidade cinematográfica e setor do audiovisual merecem. A 57ª edição do Festival de Brasília não foi restrita ao Plano Piloto. Como todo ano, as ações de descentralização permitiram que os filmes do festival chegassem a outras regiões administrativas do DF.





AÇÃO 2962 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - ESPAÇOS CULTURAIS SOB A GESTÃO DA SECEC

Ao longo de 2024, o Museu de Arte de Brasília e da Concha Acústica: - MAB esteve aberto ao público, realizando a atividade fim do museu de expor seu acervo, que abrange as Artes Visuais e o Design dos períodos moderno e contemporâneo no Brasil e promover exposições artísticas e eventos culturais.

Em 2024, os dois equipamentos culturais receberam vários projetos, vejamos:

Exposição: Festival BPS 2024 BPS; Exposição: Isabela Despujols Isabela Despujols; Exposição: Borboletando; Exposição e evento de abertura: DO, A Caminho da Virtude; Festival Cultural Europeu; Prêmio Engenho Mulher Engenho; Exposição e evento de abertura: África Digital; Bazar de Comida e Cultura Internacional 2024 GCCM -; Exposição e evento de abertura: O Baú da Violeta; Apresentação musical: Haydn no MAB; Exposição e evento de abertura: Voo Livre; Desfile de Moda do Sense; Evento: lançamento do projeto Turismo de Brasília ao quadrado; Exposição e evento de abertura: Espelhos D'Água; Exposição e evento de abertura: Toritos de Pucará; Museu Dinâmico de Cera - Ato II: A Semana de Arte Moderna (MDC); Exposição e evento de abertura: O Museu Imaginário; Apresentação musical: Bach no MAB; Feira Varanda BSB; Lançamento do projeto BDW Meeting IBRAEC ; Evento: Turismo de Brasília; Foster Music I; Verão Monumental 2024; Formatura Uniceplac; Evento: Brasília Fight Community; Shows - Deive Leonardo / Raphael Ghanem; V Festival Sinfônico da OFB.

Durante o ano de 2024, houve manutenções:

- Manutenção hidráulica em diversos pontos: banheiros, jardins, sala das condensadoras e demais dependências;
- Manutenção elétrica em diversos pontos: gerador, painel de controle/sistema da bomba d'água que abastece o museu, ar-condicionado em geral, bombas para drenar água da chuva, portas automáticas, substituição de lâmpadas.
- Serviço de manutenção e conserto no sistema de ar-condicionado do museu, sendo que no momento a empresa JD está acionada para regularizar o sistema geral de resfriamento do museu, que não está suprindo a demanda.
- Estabilização da placa interna de sinalização (estacionamento - vaga PCD).
- Reparos nas muretas da garagem após danos por veículos de carga.
- Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva na bilheteria, camarins e parte do piso - Fase 1 (resumo) na Concha Acústica.

No que tange ao Centro Cultural Três Poderes e Espaço Oscar Niemeyer, priorizou-se as ações que visem à preservação e à manutenção dos equipamentos culturais. Tais medidas ofereceram melhores condições de trabalho aos servidores e funcionários, bem como ao público visitante uma experiência mais condizente com a grandeza desses equipamentos, a saber: do Museu Histórico de Brasília (Museu da Cidade), Espaço Lucio Costa, Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves e Espaço Oscar Niemeyer.



Ao longo do ano de 2024, o Museu Histórico de Brasília (Museu da Cidade), Espaço Lucio Costa, Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves e Espaço Oscar Niemeyer, receberam vários projetos, vejamos:

Buraco do Jazz - Gramado do Panteão da Pátria. Festival de Jazz em homenagem ao aniversário de Brasília; Premiação da Medalha Seu Teodoro - Espaço Oscar Niemeyer; Prêmio Regina Santos de Fotografia - Espaço Oscar Niemeyer; Buraco do Jazz - Gramado do Panteão da Pátria. Festival de Jazz; Espaço Lucio Costa - Exposição Fotográfica "20 anos juntos na União Européia"; Espaço Oscar Niemeyer: Coquetel do Fórum Cidades Criativas; Panteão da Pátria: Exposição Cidades Criativas; Buraco do Jazz - Gramado do Panteão da Pátria. Festival de Jazz; Espaço Oscar Niemeyer: Exposição Continente Materno; Espaço Lucio Costa - Exposição Fotográfica "20 anos juntos na União Européia"; Panteão da Pátria: Desfile Beleza Negra; Espaço Oscar Niemeyer: Exposição "As Relações entre Brasil e Turquia em Documentos Históricos"; Panteão da Pátria - Festival Primeiro Olhar: Festival Internacional de Artes Cênicas para a Primeira Infância; Espaço Oscar Niemeyer: Exposição Metamorfose; : Espaço Oscar Niemeyer: Exposição "Ressonância - Naura Timm"; Centro Cultural Três Poderes e Espaço Oscar Niemeyer: Cidade Espetáculo - Uma aventura na Praça dos Três Poderes; : Espaço Oscar Niemeyer: Exposição Olhares e Releituras: Instituto Olga Kos; Centro Cultural Três Poderes e Espaço Oscar Niemeyer: Cidade Espetáculo - Uma aventura na Praça dos Três Poderes; Espaço Lucio Costa: Exposição: Tesouros da Caligrafia Árabe - Embaixada dos Emirados Árabes Unidos; Espaço Oscar Niemeyer: Exposição Olhares e Releituras: Instituto Olga Kos; Centro Cultural Três Poderes e Espaço Oscar Niemeyer: Cidade Espetáculo - Uma aventura na Praça dos Três Poderes; Espaço Lucio Costa: Exposição: Tesouros da Caligrafia Árabe - Embaixada dos Emirados Árabes Unidos; Espaço Oscar Niemeyer: Exposição "Dentro" - de Adriana Bittar.

O Complexo Cultural de Planaltina (CCP) realizou algumas intervenções e manutenções como por exemplo: conserto das trancas e correção do posicionamento das barras antipânico fixadas nas portas corta fogo do Cineteatro, reparo da porta rolante do Cineteatro, reparo em instalações elétricas, instalação de mais bebedouros refrigerados de galão, entre outros.

Sobre os eventos e Exposições recebidas, podemos citar: Exposição de Pinturas Autorais do Artista Local, Dimas; Desfile "Mulheres de Impacto" – Projeto Voando Alto 3.0 – Planaltina em Movimento; Lançamento do livro "Selenitas", de Gê Vitor; Tumaracá - Maracatu de Rua; Crônicas Celestiais: O Andarilho e o Nascimento do Divino; Espetáculo Naquela Estação; Poesia nas Quebradas 360º - Quebrada Hip Hop; Exposição - Um Povo Unido pela Fé; Festival Mezona; Curso de Teatro para formação de atores; Curso Capacita Cultura. Guerra Flow – Batalha de Rima – Hip Hop; Espetáculo a Fantástica Fábrica de Chocolates; Espetáculo Dom Quixote; Projeto Comunidade de Fibras Show Repentistas Cantador; Festival de teatro Cena Expandida; Guerra Flow – Batalha de Rima – Hip Hop; Cine CAPS; Tributo aos Heróis Negros; Projeto Planaltina no coração Planalto; Projeto Arte em Movimento; Trip Festival; Projeto Arte em Movimento; Espetáculo Luzes da Cidade; Mostra de Dança "Quem sou eu?"; Projeto Cerrado Circense; Projeto Raiz Candanga; Espetáculo "A Tempestade"; Projeto Segurança e Montagem; Cine CAPS; Exposição "Arte Severina"; Projeto Arte em Movimento; Espetáculo "Cássia Rejane Eller"; Espetáculo "Tarzan"; Festival Internacional de Capoeira; 4 Projeto Raiz Candanga; Sarau Colégio Adventista; 3ª Mostra de Dança de Planaltina; Exposição "As Técnicas nas Artes Visuais"; 5º Grammy Olímpico. Festival Parque Sucupira de MPB.; 75º Cometas Cenas; Oficina: O mundo em suas mãos; Cinema: A curva do vento; Projeto Somar; 3ª Mostra de Dança de Planaltina; Exposição "As Técnicas nas Artes Visuais"; 5º Grammy Olímpico; Festival Parque Sucupira de MPB. 75º Cometas Cenas; Oficina: O mundo em suas mãos; Cinema: A curva do vento; Projeto Somar; Cine do CREAS; Recital "Live Inconcert"; Projeto Mulheres em Ação (cinema para idosos); Sarau Literário; 3º Festival Motriz de Cinema; Projeto Felicidade; Espetáculo "A Rainha Alérgica"; Entardecer dos Ojás; Recital Studio Cordas e Cia; Cantata de Natal Centro Olímpico; Noite de Autógrafos; Evento Consciência Negra; Festival Internacional Malungos de Capoeira; Espetáculo "O Último Tango". Espetáculo "Coma". Vozes que cantam. Cantata de Natal Criança em Ação. Cantata de Natal Colégio Meus Amiguinhos. 57º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; Espetáculo "O Último Tango"; Espetáculo "Coma"; Vozes que



Cantam; Cantata de Natal Criança em Ação; Cantata de Natal Colégio Meus Amiguinhos; 57º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; Cantata de Natal Instituto Santa Rita; Cantata de Natal COC; Mostra de Dança Studio Vidart Cantata de Natal CEPI Piquizeiro; Cantata de Natal Colégio Geração Kids; Festival de Arte Buriti; Exposição de Arte Buriti.

O Complexo Cultural de Samambaia possui atividades fixas: Aula de Balé e Jazz; Grupo Absorver; CECAB – Oficina de Capoeira; Dança Brasília; Rodrigo Cruz Cia de Dança; Beckus; Dançart Especial; Aula de Balé Atitude Especial; Jenny Class; Gaya Cia de dança; Forró da terceira idade; As Mafiosas Cia de dança.

A Casa do Cantador, localizada em Ceilândia, realizou, no ano de 2024, algumas intervenções como: - Reparos em instalações elétricas; - Instalação de 07 (sete) refletores na arena; - limpeza na casa de máquinas do sistema de bombas; - Instalações de tampões obstrução caixa coletora de esgotos - Pequenas reformas pelo RENOVA DF: - Pinturas externas; - Reparos nos alambrados; - Demarcação de vagas de estacionamento na área interna. - Substituição do disjuntor tripolar.

As principais atividades recebidas foram: - Projeto Sabadão do Forró (anual)- - CarnaRock – Projeto Cidade Diversidade – Festejos Unindo Tribos – Cultura Popular e Urbana– Projeto Ginástica nas Quadras -- Encontro do Campeão do Repente em Brasília – Feira Otakus -- Aula Inaugural 53º Aniversário de Ceilândia – Projeto Brasília catada em Versos - Festival de Violeiros, Repentistas, Emboladores, Declamadores e Forrozeiros – Conferência Livre Transformando Saúde, Conectando Comunidade– Virada de Palco -- Exibição do Tela quente – Justiça 2– 1º de Maio – dia da Precarização do Trabalho – Projeto Serenando – São João da Quebrada – Imersão CEIVIVA - Festival de Cinema de Ceilândia – Cine Expressão – Encontro Cultural Música É Vida -- Festival de Música e Gastronomia -- Rede de Pontos de Cultura do DF 2024– Festival Canto a Canto -- Encantarias na Casa do Cantado – Projeto O Pife do Distrito Federal– Projeto Campeões do Repente- 7ª Edição- Projeto Operárias das Artes -- Projeto Viva a Casa do Cantador- Voltado para atividades culturais, gastronômicas e artesanatos. - Projeto Forrolândia - com apresentações de espetáculos musicais de artistas e atrações regionais.

O Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC) é um equipamento cultural de destaque no cenário da Capital brasileira e tem como principal acervo suas instalações arquitetônicas tombadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal em 1985. O MVMC é um espaço de registro, preservação e difusão da história da cultura candanga em Brasília, voltado para uma ampla gama de visitantes, nacionais, estrangeiros, estudantes, pesquisadores, artistas e artesãos das mais variadas áreas de atuação, profissionais do ramo etc., tendo em vista que nossa cidade é considerada patrimônio cultural da humanidade.

Os eventos/ações realizadas foram os seguintes: Exposição Poeira, lona e concreto; Exposição Cerrado de Pau de Pedro; Exposição "À importância da mulher na construção da Nova Capital"; Exposição "Cenários Desfeitos"; FAC Educativo; Abertura do ano letivo das oficinas do Projeto Saber Fazer; Abertura do ano letivo das oficinas do Projeto Saber Fazer; Oficina Cia do Lacre; Inscrição dos cursos; Dia Internacional da Mulher Dia do Artesão Workshops; Comemorações dos 34 anos do MVMC; Café com Viola 1ª edição; 3º Encontro de Ceramistas; Encontro Nacional de Folia de Reis; Acampamento de Escotismo; Café com Viola 2ª edição; Café com Viola 3ª edição; Projetos Sociais; Projeto "Bordando Brasília"; Café com Viola 4ª edição; Emissão da Carteira de Artesão - SETUR; Dia Nacional de Respeito à Pessoa Idosa; Recepção do projeto "Brasília para Todos"; 2º Seminário de Capacitação da SUPAC; Exposição "Bordando Brasília - Origens de Brasília"; Estagiários MVMC; Projeto Paisagismo da área externa do MVMC; Acampamento dos Escoteiros; Acampamento Escotismo; Apresentação Cênicas no Museu; Acampamento de Motorhome; Projeto Semeando Cidadania (MVMC).

O Centro de Dança tem como objetivo valorizar a dança em suas múltiplas formas, oferecendo espaços para pesquisas coreográficas, formações, ensaios, oficinas, espetáculos, workshops e cursos. Dentre seus eventos e ações podemos citar: HAVE DREAMS - Workshop Beneficente; Plataforma Em Expansão 9apresentaçãod e pesquisas), Oficina de Multiplicadores e Criadores em Dança Negra Contemporânea, Oficina de Dança com Edson



Beserra, Batalha de Breaking 1 vs 1 e Batalha Kids, Oficina Caravana Tribal com Dendê, Ritmo e Regeneração, Aula de Ballet Clássico para Crianças a Partir de 8 Anos (Iniciante e Básico), Dança Contemporânea, Dança do Ventre e Danças Ciganas, Danças Afro, Dança Flamenca, Danças Urbanas, Elenco POCs Crew.

Espaço Cultural Renato Russo - ECRR possui um planejamento anual de eventos, para cada mês há temáticas que envolvem tanto datas comemorativas como civis, a ver: Janeiro – período de férias (escolas do ensino regular), programação alusiva ao verão e colônias de férias infantis, com mostras e espetáculos; Fevereiro – carnaval, retorno da programação de cursos regulares; bailinhos, cortejos, workshops de fantasias e maquiagem de carnaval; Março – mês dedicado à programação de cunho feminino, Mês da Mulher, em referência do Dia Internacional da Mulher, com feiras, mostras audiovisuais, exposições, palestras, sarau; Abril – mês das comemorações do aniversário de Brasília, com exposições, espetáculos, sarau, mostras audiovisuais, solenidades; Maio – mês das mães e do trabalhador, com eventos e feiras temáticos; Junho – mês do orgulho LGBTQIA+, programação dedicada à comunidade LGBTQIA+, com palestras, feiras, mostras audiovisuais, exposições, espetáculos; Julho – encerramento do semestre de oficinas e cursos do ECRR, mostra da produção realizada durante as oficinas e cursos, com a participação dos estudantes das oficinas e artistas locais; exposições, sarau, espetáculos, aulas livres; Agosto – mês da fotografia com exposições, palestras, cursos, oficinas; Setembro – programação alusiva à chegada da primavera e ações integradas ao Setembro Amarelo; Outubro – Mês das Crianças, Folclore e Halloween. Programação alusiva dedicada a estas temáticas, com exposições, mostras audiovisuais, sarau, espetáculos; Novembro – Mês da Consciência Negra. Programação direcionada à temática artístico cultural das pessoas negras, com palestras, exposições, workshops, cursos, oficinas, espetáculos, sarau, apresentações musicais; Dezembro – festas de fim de ano, eventos, confraternização das equipes do ECRR e grupos artísticos; feiras, exposições, espetáculos, apresentações musicais; encerramento do semestre de oficinas e cursos do ECRR, mostra da produção realizada durante as oficinas e cursos, com a participação dos estudantes das oficinas e artistas locais; exposições, sarau, espetáculos, aulas livres.

Biblioteca de Artes Ethel de Oliveira Dornas / Gibiteca TT Catalão, Fanzinoteca Zenaide Lustosa Elvas Nogueira e Musiteca Clodo Ferreira - Eventos 2024: - Duas feiras de troca de livros e gibis: uma em 11 de maio e a outra feira de HQs em 28/01/24: - Edições do Projeto "O som na Biblioteca de Arte": No ano de 2024 foram três. - Saraus realizados no total de quatro ao longo do ano: - Clube de Leitura de ficção foram onze no total e acrescido de dois encontros do Clube de Leitura de Quadrinhos; - Total de doações recebidas: 5837 ; - Total de empréstimos: 1322; - Inauguração da Fanzinoteca Zenaide Lustosa Elvas Nogueira em 10 de agosto de 2024, durante a programação dos 30 anos da Gibiteca TT Catalão com oficinas de zines, palestras e exibição de filmes; - Inauguração da Musiteca Clodo Ferreira em 09/08/24 com Feira alternativa de vinhos e quadrinhos, apresentações de músicos e palestra sobre o rock em Brasília; - Atividades de celebração dos 30 anos da Gibiteca TT Catalão em 16 de agosto de 2024.

O Memorial dos Povos Indígenas contou com os seguintes eventos/ações: - Exposição "Acampamento Terra Livre 20 anos Nosso Marco é Ancestral, Sempre estivemos aqui" - Visita do Presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez e Presidente da FUNAI - Aniversário de 35 anos da COIAB - Teatro "Xingu para Crianças- "Roda de conversa com Martha de Lima organizadora, e autoras a confirmar : Oboré: quando a terra fala - II OFICINA DE AUDIOVISUAL e DE DIREITOS INDÍGENAS CINE SIN FRONTERAS - Evento "Jornada Bruno Pereira e Dom Phillips - - Palestra e FEIRA DE PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES: EMPREENDEDORISMO SEM FRONTEIRAS - Evento "Omombe`u Nhandereko - - Corrida Emirados Árabes - Evento "Na Mesa da COP - Projeto Brasília Monumental - Turismo Cívico - Aniversário de 57 anos da FUNAI.

O Museu Nacional da República Honestino Guimarães, em 2024, contou com as seguintes exposições/eventos: - Darel Centenário. - Atualização do sistema.- 35ª Bienal de São Paulo: Coreografias do impossível. - Brasília, a arte do planalto - Gisela Colón: Matéria Prima.- Aos



Ventos Que Hão De Vir - O Teatro do Terror. - Onde o Plano Encontra a Margem - Os Olhos do Xingu. - Conexão Brasília.- Lelé em Brasília. - ZIMAR - Diversos - Arte: Estrela do Silêncio - Revoluções - Guiné-Bissau, Angola e Portugal (1969-1974) - EmMeio#16.- Institutos Federais, a cara do Brasil. - Cintilâncias: Passagens entre a luz, a cor e o esplendor. - Garotão de prata e regatinha sobre rosa choque. - Nilda Neves: Do sertão à lua - Um só corpo. - 17 o Festival Latinidades. - Da Terra que Somos. - Resiliência: Habitar na Emergência Climática.

Ações de Manutenção no Museu Nacional da República em 2024, como por exemplo: manutenção hidráulica em diversos pontos: ralos e vasos dos banheiros, vazamentos em salas expositivas, e demais espaços, manutenção emergencial no sistema de esgoto, no subsolo do Museu, entre outros.

A Biblioteca Nacional de Brasília, no ano de 2024, realizou os seguintes eventos: Aulão de redação para vestibular - UnB 60+, Oficina de criação de personagens de RPG, Seção de jogo de RPG, Oficina de Introdução à animação para crianças, Clube de Leitura da BNB, Contação de histórias: A festa na savana, Cyber Open - 2 Torneio Aberto - FBDEL, Exposição Incipi: mostra da coleção de obras raras da BNB, Noite Cultural/Lançamento de livro, Lançamento de livro: Na trilha do progresso financeiro, Encontro Feminista Vulva Negra, Lançamento de livro: Lina, Oficina de Introdução à animação para crianças, Exposição Simbiose 2, Fórum dos Secretários de Estado de Cultura - CNC, Diálogos Culturais, Lançamento do livro "Sobreviver na sombra" Hosana Santos, Abertura da exposição "As mil faces da mulher em Brasília" - Exibição do Documentário Poeira e Batom, Saberes das mestras na capital, Aulão de Redação, Sarau Cultural: Pirinchinha escritora Salete Moreira, Batalha do Museu, Aulão de Língua Portuguesa, Oficina Brincar é plural e lançamento de livros, Lançamento do livro "Ai, sou apenas um livrinho", Feira de usados Geek, Aulão de matemática, Sarau Psicodélico, Circuito brasileiro de xadrez Blitz 2024, Clube de Leitura Nova Acrópole, Oficina de Hakai, Lançamento do livro: Abc do coelhinho, BNB Musical, Exposição Mil faces da mulher em Brasília, Abertura da exposição Casa dos sentidos, Lançamento de livros "Lenin e o feminismo", Ciclo de debates: inteligência artificial, Fórum dos Secretários de Cultura; Exposição Casa dos Sentidos, Clube de leitura Hábitos atômicos; Férias na BNB, Lançamento de livro Embaixada Timor Leste, Bazar Marluce com sessão de autógrafo, Trajes e tramas: palestra e desfile; Aulão CNU, II Seminário Educação em Direitos Humanos, Lançamento livro: MUFUMBAL, da escritora Rose Mary Costa Sousa, Cerimônia de Premiação do Concurso de Poema & Redação; Inglês conversação, Inglês instrumental, dentre outros.

Programação Orçamentária não Executada:

2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS - Houve a Abertura de Crédito Suplementar para atender despesas de outras unidades o GDF. Nenhuma ação orçamentária foi realizada neste programa de trabalho. Porém, a Brasília Film Commission obteve os seguintes resultados, em 2024: De janeiro a dezembro foram emitidas 102 autorizações e 1 carta de apoio: Tipos de Produções Apoio: o 5 campanhas institucionais o 9 campanhas publicitárias o 24 curtas-metragens o 11 documentários o 8 longas-metragens; 44 produções de pessoa física e 36 produções de pessoa jurídica; 25 Produções do Distrito Federal, 3 empresas do Rio de Janeiro, 7 empresas de São Paulo e 1 empresa do Paraná: As produções envolveram diretamente 978 pessoas.

2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA - O Projeto do Aniversário de Brasília foi executado em modalidade de contratação diversa da prevista inicialmente, tendo em vista que a execução ocorreu em programa de trabalho relacionado a operações especiais (Programa 13.392.6219.9075.0004 - Transferência de Recursos para Projetos Culturais) e não de contratação.

2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA - Não houve apresentação de projeto para execução.

2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA - O Projeto do Carnaval foi executado em modalidade de contratação diversa da prevista inicialmente, tendo em vista que a execução



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

ocorreu em programa de trabalho relacionado a operações especiais (Programa 13.392.6219.9075.0004) e não de contratação.

4004 - IMPLEMENTAÇÃO DA BRASÍLIA FILM COMISSION - Não houve apresentação de projeto para execução.

4012 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO HONORÍFICA - Não houve apresentação de projeto para execução.

4085 - ESCOLA DE CULTURA - Não houve apresentação de projeto para execução.

4104 - APOIO AO DISTRITO JUNINO - A modalidade de premiação, intitulada Prêmios Quadrilhas Juninas do Distrito Federal foi contemplada no Programa de Trabalho 13.392.6219.9075.0004, juntamente com o Circuito de Festejos Juninos.

5026 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE AUDIOVISUAL - Houve o Abertura de Crédito Suplementar visando ao remanejamento orçamentário para custear despesas com manutenção e conservação do Memorial JK.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10680 - PÚBLICO PRESENTE NOS EVENTOS CULTURAIS: ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	UNIDADE		01/01/2001	Anual	200000,00	500000,00		X		X		X	SUBSECRETARIA DE DIVERSIDADE E DIFUSÃO CULTURAL - SDDC
Justificativa: 2024 - O Aniversário de Brasília de 2024 superou a expectativa inicial, devido às atrações de grande destaque e as descentralizações das celebrações, que ampliou o alcance dos eventos. O evento reafirmou o papel estratégico da cultura no Distrito Federal, fortalecendo o engajamento e a participação popular em comemorações de grande relevância.													
10681 - PÚBLICO VISITANTE NOS ESPAÇOS CULTURAIS	UNIDADE		01/01/2001	Anual	350000,00	922226,00		X		X		X	SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL / GABINETE
Justificativa: 2024 - Em 2024, a visitação nos espaços culturais foi significativa. As parcerias com setores da sociedade civil e entidades privadas para a realização de diversas exposições e eventos contribuíram para esse resultado. Esse resultado reflete o comprometimento contínuo da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF em cumprir sua missão de servir à comunidade e disseminar a cultura.													
10935 - PÚBLICO PRESENTE NOS EVENTOS CULTURAIS: CARNAVAL	UNIDADE		01/01/2001	Anual	100000,00	1700000,00		X		X		X	SDDC
Justificativa: 2024 - O Carnaval de 2024 no Distrito Federal superou amplamente as expectativas iniciais. A festa foi marcada pela diversidade e pela alegria com blocos tradicionais, atraindo uma multidão durante os cinco dias de celebração. O sucesso do Carnaval reflete o planejamento eficaz e a adesão popular, reforçando o papel estratégico da cultura e do lazer no Distrito Federal													
10936 - PÚBLICO PRESENTE NOS EVENTOS CULTURAIS: FESTIVIDADES DE FIM DE ANO (NATAL E RÉVEILLON).	UNIDADE		01/01/2001	Anual	90000,00	1470000,00		X		X		X	SDDC
Justificativa: 2024 - As festividades de fim de ano (Natal e Réveillon) no Distrito Federal superaram amplamente as expectativas. No mês de dezembro, a Esplanada dos Ministérios recebeu cerca de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) pessoas para o evento "Nosso Natal". A campanha de ceia natalina nos restaurantes comunitários serviu mais de 55.000 (cinquenta e cinco) refeições, reforçando a proposta de união e solidariedade típica do período. A festa "Ano Novo, Novos Sonhos" aconteceu em quatro localidades, contribuindo para o expressivo público de 270.000 (duzentos e setenta) mil pessoas.													

Todos os eventos tiveram a presença de público maior que o esperado.

8219 - CULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100000,0	30000,00	10579,0	5180,0
0008 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - DISTRITO FEDERAL	100000,0	30000,00	10579,0	5180,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	76072577,0	71751757,00	71202307,09	70929378,03
8715 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA-DISTRITO FEDERAL	76072577,0	71751757,00	71202307,09	70929378,03
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3353060,0	2706595,00	2621417,12	2616894,14



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9551 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- SECRETARIA DE CULTURA- DISTRITO FEDERAL	3353060,0	2706595,00	2621417,12	2616894,14
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	10201883,0	9624702,00	9617355,30	8039868,01
9634 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- SECRETARIA DE CULTURA- DISTRITO FEDERAL	10201883,0	9624702,00	9617355,30	8039868,01
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	186800,0	16800,00	14298,55	3948,55
2539 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE CULTURA- DISTRITO FEDERAL	186800,0	16800,00	14298,55	3948,55
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	135013,0	115013,00	104718,96	43994,08
2625 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE CULTURA- DISTRITO FEDERAL	135013,0	115013,00	104718,96	43994,08
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000000,0	9470000,00	4957020,00	4849362,25
5284 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - SECRETARIA DE CULTURA- DISTRITO FEDERAL	10000000,0	9470000,00	4957020,00	4849362,25
TOTAL - 8219 - CULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	100049333,00	93714867,00	88527696,02	86488625,06

Programação Orçamentária Realizada:

No que tange à manutenção de serviços administrativos gerais e conservação das estruturas físicas de edificações públicas, cabe destacar:

Programa de Trabalho	Valor	Ações	Diagnósticos do desenvolvimento da unidade
13.122.8219.8517.9634 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SECEC-DF	R\$ 92.700,00	Aquisição de assinatura de acesso à ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.	Agilidade na realização das pesquisas de preços realizadas pela Gerência de Material - SECEC/SUAG/DIMPEC/GEMAT, proporcionando atendimento satisfatório às necessidades da Pasta.
13.122.8219.8517.9634 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SECEC-DF (Conservação do Patrimônio)	R\$ 4.846.079,03	Manutenção e Conservação dos Espaços Culturais sob gestão da SECEC-DF e Preservação da Memória.	Garantir condições favoráveis de uso dos Instrumentos/Espaços Culturais sob gestão da SECEC-DF, adaptações de acessibilidade, sistema de climatização, pinturas, alvenarias, ferragens, instalações hidráulica e hidrossanitárias, elétricas, telefonia, redes, elevadores, etc.
13.122.8219.8517.9634 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SECEC-DF	R\$ 266.274,59	Aquisição de materiais de consumo.	Garantir fornecimento de materiais de consumo em quantidades suficientes para atender necessidades da SECEC-DF e dos Instrumentos/Espaços Culturais sob sua gestão.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

13.122.8219.8517.9634 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SECEC- DF	R\$ 603.079,61	Aquisição de materiais permanentes.	Garantir fornecimento de materiais permanentes/equipamentos em quantidades suficientes para atender as necessidades da SECEC-DF e dos Instrumentos Culturais sob sua gestão.
13.122.8219.8517.9634 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SECEC- DF	R\$ 1.686.677,09	Serviços de fornecimento de água potável/coleta e tratamento de esgotos sanitários	Atender necessidades da SECEC-DF e dos Instrumentos Culturais sob sua gestão.
13.122.8219.8517.9634 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SECEC- DF	R\$ 5.248.973,99	Serviços de fornecimento de energia elétrica alta e baixa tensão	Atender necessidades da SECEC-DF e dos Instrumentos Culturais sob sua gestão.
13.122.8219.8517.9634 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SECEC- DF	R\$ 6.147,58	Serviços correios e telégrafos.	Garantir serviços de remessas, recebimentos de correspondências para a SECEC-DF e aos Instrumentos Culturais sob sua gestão
13.122.8219.8517.9634 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SECEC- DF	R\$ 76.997,81	Serviços de telefonia VOIP	Garantir de telefonia para atender as necessidades de comunicação da SECEC-DF e dos Instrumentos Culturais sob sua gestão.
13.392.6219.3847.0001 Reforma do Teatro Nacional Claudio Santoro (Conservação do Patrimônio)	R\$ 41.614.970,09	Reforma da Sala Martins Pena do Teatro Nacional Claudio Santoro.	Primeira etapa dos serviços de reforma/restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro, de maneira a devolver a sociedade um Espaço Cultural totalmente reformado e adaptado às normas de acessibilidade e de segurança ditadas pela (s) legislação (ões) vigente (s).
13.122.8219.8517.9634 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Secretaria de Cultura:	R\$ 92.700,00	Despesas com aquisição de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública	garantir acesso à ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pelos servidores da Secretaria de Cultura.

Quanto à modernização de sistema de informação e gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, destacam-se as seguintes realizações:

objeto	objetivo	Ação realizada	Resultados Alcançados
Contrato dos serviços de impressão - Serviço de Outsourcing de impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de equipamentos multifuncionais monocromáticos e policromáticos, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção on-site para a SECEC.	Garantir a continuidade dos serviços de impressão da SECEC	Disponibilização de impressoras/digitalizadoras (diversas especificações)	Redução de custos com manutenção de impressoras próprias, pois os equipamentos são fornecidos e gerenciados pela contratada. Agilidade nos processos internos devido à disponibilidade de equipamentos modernos e bem mantidos. Controle efetivo do volume de impressões realizadas, incluindo relatórios regulares que detalhem: quantidade de páginas impressas, utilização por setor ou usuário. Equipamentos modernos, com funcionalidades atualizadas, Atendimento rápido e eficiente para resolução de problemas técnicos ou reposição de consumíveis. Acompanhamento do executor tanto nos serviços prestados como no controle de impressões.
Certificado Digital - Contratação de empresa especializada na emissão de certificação digital, para proceder a emissão de certificado de assinatura digital, para pessoa física padrão.	Aumento da segurança e confiabilidade digital	Aquisição de certificados digitais (diversos tipos e especificações).	Segurança da Informação, Conformidade Legal e Regulatória, Redução de Custos, Eficiência Operacional, Credibilidade e Confiança.
Aquisição Nobreak - Aquisição de Nobreak por meio de solicitação de saldo de Ata de registro de preços com objetivo de atender a SECEC e os Próprios Culturais.	Material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC	Adquirir material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC	Continuidade operacional, proteção dos equipamentos, redução de perdas de dados, eficiência e controle, conformidade com as normas de segurança e redução de custos a longo prazo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Aquisição de Memória RAM, SSD E Cabo UTP - Aquisição de materiais de TIC para upgrade nos computadores e aquisição de cabos UTP para melhoria na infraestrutura de redes da SECEC.	Material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC	Adquirir material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC	Melhoria no desempenho dos computadores com a aquisição dos SSD, capacidade de executar aplicações avançadas, redução de travamentos e aumento de desempenho nos computadores, estabilidade nas conexões e aumento na velocidade.
Aquisição de materiais de TIC - SSD e adaptador SSD - A contratação tem por objetivo adquirir materiais de TI para atender as necessidades da DTIC a fim de manter o pleno funcionamento dos equipamentos que compõem os setores da estrutura organizacional da SECEC, abrangendo a sede e todos os Próprios Culturais.	Material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC	Adquirir material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC	Melhoria no Desempenho dos Equipamentos, Aumento da Produtividade, Extensão da Vida Útil dos Computadores, Maior Durabilidade e Confiabilidade, Benefícios para Ambientes de Trabalho Modernos e Impacto no Atendimento ao Usuário, resolução de reclamações relacionadas à lentidão de máquinas, melhorando a satisfação dos colaboradores e a eficiência geral.
Aquisição de HD'S - Dotar a SECEC com Hd'S com maior capacidade de armazenamento com objetivo de atender os 5 servidores (computadores).	Material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC	Adquirir material de apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TIC	Aumento da capacidade de armazenamento, melhoria na organização de dados, custo-benefício, suporte e infraestrutura existentes, confiabilidade no armazenamento, backup e redundância dos dados.
Aquisição de upgrade do Maker 3.6, sob o Token nº 3446 - Adquirir o upgrade da plataforma Maker, a fim de dotar a DTIC, que desenvolve softwares que são disponibilizados para uso da comunidade artística via web, inclusive pelos órgãos fiscalizadores, com as últimas atualizações da plataforma.	Disponibilizar ferramenta para execução dos trabalhos	Atualização de versão da plataforma Maker	Aumento na Produtividade, Redução de Custos Operacionais, Melhoria na Eficiência Operacional, Redução de Dependência Tecnológica, Maior Prontidão e Rapidez na Resposta às Demandas e Melhor Gestão de Recursos Públicos
Realizações complementares:	Troca dos Hd's por SSD's nos computadores do Espaço Clic na Biblioteca Nacional de Brasília Troca dos computadores do atendimento da Biblioteca Nacional de Brasília - Térreo, 2º e 3º andar; Interligação da Sala Plínio Marcos a Sala Fayga Ostrower do Eixo Cultural Iberoamericano; Melhoria no auditório da Biblioteca Nacional de Brasília com troca do computador para projeção, colocação da rede GDFNET; Melhoria no Espaço Infantil com a colocação do computador para projeção; Confecção e configuração e ativação da infraestrutura de rede e elétrica da Casa do Cantador; Confecção e aprovação do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; Aquisição de certificado digital para os sites da SECEC; Fornecimento de computadores para o Telecentro do Museu Vivo da Memória Candanga; Configuração dos computadores recebidos por meio de doação do TST para serem instalados no Museu Vivo da Memória Candanga; Doação de computadores completos para as Bibliotecas Públicas do Itapuã e Candangolândia. Troca dos Hd's por SSD's nos computadores antigos da SECEC visando a melhoria na velocidade tendo em vista que os mesmos ainda estão operantes atendendo a diversos locais na SECEC em projetos secundários.		

Em 2024, a área de TI apoiou todos os setores da SECEC e Espaços Culturais no desenvolvimento das atividades dependentes de TI.

Modernizou-se o parque tecnológico, garantindo maior desempenho e confiabilidade em estações de trabalho e servidores.

Houve compras de equipamentos de TI para melhorar a infraestrutura de rede e os trabalhos realizados pelos servidores.

Na área de recursos humanos, manteve-se a estrutura de 4 servidores, 2 jovens candangos e 1 estagiário.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Brasília Film Commission é responsável por apoiar e oferecer suporte aos produtores de audiovisual interessados em filmar no Distrito Federal. Ela emite autorizações para o uso de espaços públicos dentro da Política de Estímulo ao Audiovisual do Distrito Federal.

A Brasília Film Commission, em 2024, obteve os seguintes resultados: 102 autorizações e 1 carta de apoio. Tipos de Produções Apoio: 5 campanhas institucionais, 9 campanhas

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade



publicitárias, 24 curtas-metragens, 11 documentários, 8 longas-metragens, 44 produções de pessoa física e 36 produções de pessoa jurídica (25 Produções do Distrito Federal, 3 empresas do Rio de Janeiro, 7 empresas de São Paulo e 1 empresa do Paraná). As produções envolveram diretamente 978 pessoas.

Houve Produções de Apoio: 5 campanhas institucionais, 9 campanhas publicitárias, 24 curtas-metragens, 11 documentários, 8 longas-metragens, 7 séries documentais Web/TV, 7 videoclipes musicais com filmagem em vários locais como Biblioteca Nacional de Brasília, Catedral de Brasília, Cine Brasília, Complexo Cultural de Samambaia, Museu da República, Praça dos Três Poderes, Panteão da Pátria, entre outros.

No dia 27 de maio de 2024 foi firmado o Termo de Colaboração nº 02/2024, para Gestão do Cine Brasília 2024-2027. O objeto da parceria foi descrito como "executar a PROGRAMAÇÃO E GESTÃO COMPARTILHADA DO CINE BRASÍLIA, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, cujos objetivos são: disponibilização de equipes de profissionais que atendam as demandas de funcionamento do cinema; disponibilização de Programação Fílmica Comercial; exibição de estreias de filmes nacionais e/ou internacionais; exibição de Mostras Temáticas e Festivais; disponibilização de sistema de cobrança de ingressos por meio de bilheteria eletrônica; disponibilização de pautas para a realização de eventos ou programas realizados e/ou apoiados pela SECEC/DF; Propostas de sessões específicas para projetos educacionais realizados e/ou apoiados pela SECEC/DF; disponibilização de pauta para teste de projeção de filmes; realização de manutenção ordinária de equipamentos do sistema de projeção e, ainda, aquisições de equipamentos, se necessário; realização de manutenção ordinária do Cine Brasília; realização de manutenção ordinária dos equipamentos de segurança e prevenção a incêndios; realização de debates e outras atividades formativas; realização de exposições contribuindo para a democratização da acessibilidade audiovisual; gerenciamento de arquivos digitais; realização de ações de comunicação e promoção e realização de ações de preservação do patrimônio tombado.

A Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) tem procurado se reinventar a fim de atrair frequentadores, sobretudo os mais jovens. Para isso, entre outras coisas, abriu uma arena gamer neste ano, em um espaço geek do local— ambiente para os interessados em tecnologia, videogames, RPG, animes, entre outros produtos da cultura pop —, implementou aulões gratuitos voltados ao Enem e PAS no auditório, programas de acesso às universidades públicas, por exemplo. A estratégia deu certo. Anteriormente o total de usuários era de 72.157 pessoas. Com as ações implementadas, esse público cresceu para mais de 120 mil beneficiários.

Houve também a execução do projeto Aulão para o CNU. Foi um projeto voltado para os candidatos de nível médio que se inscreveram no bloco 8 do CNU. Sete professores, entre servidores e voluntários, percorreram os espaços públicos levando o conhecimento para os concurseiros das regiões administrativas. Os estudantes tiveram dicas de redação, português, gramática, políticas públicas, matemática e conhecimentos gerais.





O Ministério da Cultura (MinC) e a Secretaria de Estado de cultura e economia criativa do Distrito Federal (SECEC) formalizaram a assinatura do acordo de cooperação federativa (ACF) para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). A celebração marca a cooperação entre a Secretaria de Formação Cultural, Livro e Leitura (Sefli) com a SECEC-DF para o avanço de políticas públicas no desenvolvimento das bibliotecas no país. O Acordo de Cooperação Federativa, por meio da portaria nº 4, de 28 de junho de 2021, é o instrumento de formalização da relação e credenciamento dos Sistemas Estaduais e do Distrito Federal ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, sendo uma estratégia de formalização da relação e credenciamento dos sistemas estaduais ao SNBP. Com vigência de 30 (trinta) anos, os ACFs podem ser prorrogados e suas atividades são relacionados em plano de trabalho. O acordo é um instrumento importantíssimo para a manutenção das políticas do livro e leitura e para garantir, de forma ainda mais próxima, esse elo no compromisso mútuo.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício de 2024, a Secretaria de Estado de Cultura (SECEC) manteve-se firme em seu compromisso de promover, fomentar e apoiar projetos e atividades culturais que valorizem a diversidade e a inclusão no Distrito Federal. Por meio de uma gestão estratégica e integrada, consolidou avanços significativos na ampliação dos mecanismos de participação social e controle democrático, assegurando a formulação, execução e avaliação das políticas públicas culturais.

O Sistema de Arte e Cultura (SAC), instituído pela Lei Complementar nº 934, de 7 de dezembro de 2017, conhecida como Lei Orgânica da Cultura, permaneceu como eixo estruturante das ações culturais no Distrito Federal. Este marco regulatório estabelece diretrizes que vinculam a administração pública às responsabilidades de garantir o acesso à cultura como direito fundamental. Em consonância com a Constituição Federal e a Lei Orgânica do DF, o SAC tem servido como ferramenta essencial para fortalecer a autonomia e o protagonismo cultural da população, proporcionando uma gestão pública mais participativa e orientada ao interesse coletivo. Em meio às restrições orçamentárias e à necessidade de racionalização dos recursos, a SECEC destacou-se na promoção da intersetorialidade das políticas públicas culturais, alinhando-as às demais áreas de governo, como educação, turismo, saúde e assistência social.

Nesse contexto, priorizou-se a formação artístico-cultural, a capacitação técnico-profissional, o fortalecimento das artes inclusivas e a ampliação das oportunidades de intercâmbio entre gestores culturais, produtores, pesquisadores, artistas e outros atores da cadeia cultural. Tais iniciativas foram acompanhadas pela implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação, com foco em garantir a transparência e mensurar os resultados obtidos.

Com relação a Biblioteca Nacional, no ano de 2024 houve um considerável aumento do público motivada pela realização de atividades literárias, culturais e formativas promovidas pela sua Diretoria (Clube de Leitura da BNB; BNB Musical - Pocket Show; atividades realizadas no Espaço GEEK, tais como curso de gamers, oficinas de jogos e competições; oficinas infantis no Espaço Infantil; Aulões para o ENEM, CNU, PAS e Vestibulares UnB; I Seminário Cultura e Educação: pensando em um DF que lê, com painéis e oficinas promovidos pela SECEC/BNB e Secretaria de Educação; Feira de Troca de Livros, Mangás e HQs, em comemoração ao aniversário de 16 anos da BNB). A adoção de estratégias de divulgação das atividades com a elaboração de releases, do Boletim Informativo e da Campanha de devolução dos livros atrasados resultaram em maior engajamento nas redes sociais da BNB. A implantação da Arena Gamer conseguiu atrair o público jovem para a BNB. Os aulões para os idosos e o desenvolvimento de atividades musicais diversificaram ainda mais o público da BNB. Foram feitos investimentos na compra de acervo bibliográfico para a BNB, BPB e para o Programa Mala do Livro e também para a realização dos chamamentos públicos para a realização dos prêmios literários em 2025.



Diversos fatores específicos comprometeram o andamento eficaz das atividades e eventos promovidos pela Secretaria, sendo importante destacar as seguintes dificuldades:

- Ausência de um sistema informatizado e integrado para consolidar inscrições em projetos, premiações e termos de colaboração foi um entrave significativo, inviabilizando a gestão dos processos de participação, limitando a transparência e a organização administrativa.
- Inexistência de um sistema informatizado para a consulta ágil de preços públicos dificultou a operacionalização dos processos regidos pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).
- Execução dos processos devido ao quantitativo reduzido de servidores, não sendo possível atender às demandas da sociedade a contento.
- A designação dos servidores para acompanhar Termos de Fomento impactou negativamente na execução das atividades administrativas de alguns setores.

Ademais, durante o ano de 2024, a Secretaria enfrentou desafios estruturais que comprometeram parcialmente sua capacidade de alcançar os objetivos almejados. A insuficiência de recursos financeiros destinados à dotação orçamentária dificultou a execução de projetos culturais, reduzindo a previsibilidade e gerando atrasos na implementação de atividades planejadas. Essa limitação exigiu esforços redobrados da gestão na priorização de ações, com foco em atender às demandas mais urgentes da sociedade. Outro fator limitante foi a carência de recursos humanos adequados para atender à crescente complexidade das atividades desenvolvidas pela Subsecretaria. A equipe reduzida de servidores e colaboradores ocasionou sobrecarga de trabalho, comprometendo a eficiência administrativa e operacional. Essa condição restringiu a amplitude de atuação de suas unidades evidenciando a necessidade urgente de medidas voltadas à recomposição e ao fortalecimento do quadro funcional.

Em relação às perspectivas para 2025, almeja-se:

- Contratar parecerista especializado para analisar 24 requerimentos de reconhecimento do Patrimônio Cultural do DF;
- Lançar o edital PAC para contratação de projetos de reforma do Museu Vivo da Memória Candanga no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e do Museu do Catetinho no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais);
- Restaurar painéis de autoria de Athos Bulcão que compõem a sala Martins Pena e seu foyer;
- Aprovar os projetos de reforma do Teatro Nacional Cláudio Santoro referentes às etapas 2, 3, 4 e 5;
- Reforçar o quadro de servidores, visando melhorar o atendimento das demandas da Secretaria, para que a missão Institucional seja cumprida com primazia, executando fomentos, desenvolvendo e apoiando as ações culturais voltadas para a comunidade, a fim de atender à sociedade;
- Desenvolver e fortalecer a Economia Criativa do DF a fim de incentivar projetos culturais;
- Dar Continuidade na melhoria na infraestrutura de rede dos Próprios Culturais;
- Dar Continuidade no desenvolvimento do software para atender as etapas de cadastramento (CEAC/ID-CULTURA), inscrição, seleção, acompanhamento e análise de prestação de contas de projetos culturais apoiados com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do DF;
- Desenvolver um sistema informatizado robusto e integrado que facilite e agilize a inscrição de participantes em iniciativas culturais, como premiações, editais de colaboração e eventos públicos.
- Realizar a manutenção nos espaços culturais geridos por esta secretaria;
- Implementar Sistema de Gestão de Serviços (Help Desk) e Gerenciamento de Ativos de TI.
- Realizar os Prêmios Literários Candango e Candanguinho;
- Comprar mais Malas do Livro;
- Capacitar os agentes de leitura da Mala do Livro;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Ofertar cursos de línguas estrangeiras;
- Ampliar o número de clubes de leitura na BNB e nas bibliotecas públicas do DF;
- Implantar Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas em todas as Bibliotecas Públicas; e
- Regulamentar o Sistema de Bibliotecas Públicas do DF.



16903 - FUNDO DE APOIO À CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio à Cultura (FAC) foi instituído pela Lei Complementar nº 267, de 15/12/1999 e mantido pela Lei Complementar nº 934, de 07 de dezembro de 2017 (Lei Orgânica da Cultura -LOC). A partir de março de 2018, o FAC passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 38.933, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico de fomento à cultura no Distrito Federal.

O FAC tem por finalidade prover recursos financeiros às pessoas físicas e jurídicas domiciliadas ou estabelecidas no Distrito Federal e inscritas no Cadastro de Entes e Agentes Culturais - CEAC, para a realização de ações que tenham por finalidade a produção, promoção, manutenção ou difusão de atividades artísticas e/ou culturais, por meio de fomento a projetos selecionados em editais de chamamento público que são lançados no decorrer do ano.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Informamos que todos os servidores que atuam no Fundo de Apoio à Cultura são vinculados à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC/DF), sendo informados no Relatório de Gestão Estratégica do referido órgão. Assim, o quadro "FORÇA DE TRABALHO" não foi preenchido.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2911 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA FAC	4000000,0	6470000,0	6131464,48	4642568,40
0002 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA FAC--DISTRITO FEDERAL	4000000,0	6470000,0	6131464,48	4642568,40
4091 - APOIO A PROJETOS	73166601,0	100940778,00	84909187,75	8146532,88
0082 - APOIO A PROJETOS-PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	73165601,0	100939778,00	84909187,75	8146532,88
0083 - APOIO A PROJETOS-RA'S, EXCETO PLANO PILOTO E ÁREA CENTRAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	16501000,0	36276000,00	32220612,15	2621854,16
0092 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-TODO O DF - PESSOA JURÍDICA-DISTRITO FEDERAL	15000000,0	33000000,0	30648233,72	1577543,0
0109 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-RA'S EXCETO PLANO PILOTO E ÁREA CENTRAL - PESSOA JURÍDICA-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
0110 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-CONEXÃO CULTURA DF - PESSOA JURÍDICA-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	3275000,0	1572378,43	1044311,16
4012 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO HONORÍFICA	2000000,0	4000000,00	3468000,0	0
0001 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO HONORÍFICA--DISTRITO FEDERAL	2000000,0	4000000,00	3468000,0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	95667601,00	147686778,00	126729264,38	15410955,44

Programação Orçamentária Realizada:

O Fundo de Apoio à Cultura (FAC), no exercício de 2024, cumpriu sua finalidade de apoiar, facilitar, promover, difundir e fomentar projetos e atividades culturais, contemplando projetos inscritos em editais lançados nos anos de 2023 e 2024.

Os projetos apoiados pelo FAC não se restringiram apenas às produções culturais, foram apoiados também projetos direcionados à formação e qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal.

Em 2024, o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) realizou a liquidação de 73 projetos contemplados nos editais de seleção lançados em 2023, totalizando um investimento de R\$ 9.644.075,88.



QUADRO RESUMO - PROJETOS DE SELEÇÕES ANTERIORES LIQUIDADOS E PAGOS EM 2024		
EDITAL	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR
Edital 04/2023 FAC Brasília Multicultural I	58	R\$ 7.148.080,39
Edital 06/2023 FAC Brasília Multicultural II I	15	R\$ 2.495.995,49
Total	73	R\$ 9.644.075,88

a) Edital nº 14/2024 – FAC I - 2024:

Em abril de 2024, publicou-se o Edital nº 14/2024 – FAC I – 2024 com o objetivo de selecionar projetos culturais para recebimento de apoio financeiro do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), buscando promover a descentralização da execução dos projetos e a democratização do acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo.

O edital previu a possibilidade de convocação de proponentes suplentes para ocupar as vagas no caso de inabilitação ou desistência de agente cultural selecionados na fase de mérito. Além disso, foram implementadas ações afirmativas voltadas à população negra, destinando uma linha de apoio exclusiva para proponentes negros.

As vagas previstas para o edital foram distribuídas em 3 modalidades: Ampla Concorrência, Regionalizada e Meu Primeiro FAC, descritas a seguir:

- **AMPLA CONCORRÊNCIA:** esta modalidade destina-se a todos os agentes culturais inscritos no edital e que não se encaixam em nenhuma das outras modalidades de vagas. O agente cultural pode propor quaisquer projetos voltados à: I - criação e produção cultural, II - registro e memória, III - difusão, circulação e acessibilidade, IV - indicadores, informações, pesquisa, formação e qualificação, considerando as linhas de apoio previstas no edital.

- **REGIONALIZADA:** podem apresentar projetos nesta modalidade de vagas o agente cultural, que comprove residência em qualquer das Regiões Administrativas do Distrito Federal.

- **MEU PRIMEIRO FAC:** a modalidade de vaga Meu Primeiro FAC destina-se aos agentes culturais que não celebraram contrato com o FAC.

O Edital nº 14/2024 – FAC I – 2024 recebeu aproximadamente 1800 inscrições para concorrer as 352 vagas previstas. Entre os projetos analisados, foram convocados para a habilitação um total de 600 agentes culturais, sendo 352 entre aqueles aprovados dentro do número de vagas e 248 suplentes.

Após o fim da seleção foram contemplados, neste Edital, 509 agentes culturais e empenhados, até dezembro de 2024, o total de R\$ 64.245.392,77. Vale informar que não foi possível a realização do pagamento do exercício.

Segue abaixo o quadro com o resumo dos quantitativos e valores dos projetos selecionados bem como os valores empenhados em 2024:

CATEGORIA	TOTAL DE PROJETOS APROVADOS	VALOR DOS PROJETOS APROVADOS	VALOR EMPENHADO
Edital nº 14/2024 – FAC I - 2024	509	R\$ 64.245.392,77	R\$ 64.245.392,77
TOTAL	509	R\$ 64.245.392,77	R\$ 64.245.392,77

b) Editais FAC II-2024

Em agosto de 2024, em atendimento ao previsto no § 3º do art. 64 da Lei Complementar nº 934/2017, foi publicado o segundo bloco de editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), visando promover a descentralização da execução dos projetos e a democratização do acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo, considerando os segmentos artísticos e culturais relacionados no art. 4º do Decreto nº 38.933/2018.



No segundo bloco foram lançados 4 editais, a saber: Edital nº 33/2024 – FAC – II/2024 DEMAIS ÁREAS II, Edital nº 34/2024– FAC – II/2024 – TEATRO Edital nº 35/2024– FAC – II/2024 – AUDIOVISUAL e Edital nº 36/2024 – FAC II/2024 – DEMAIS ÁREAS I.

O edital previu a possibilidade de convocação de proponentes suplentes para ocupar as vagas no caso de inabilitação ou desistência do agente cultural selecionado na fase de mérito. Além disso, foram implementadas ações afirmativas voltadas à população negra, destinando linhas de apoio exclusivas para proponentes negros.

As vagas previstas nos editais foram distribuídas em 3 modalidades: Ampla Concorrência, Regionalizada e Meu Primeiro FAC, descritas a seguir:

- **AMPLA CONCORRÊNCIA:** esta modalidade destina-se a todos os agentes culturais inscritos no edital e que não se encaixam em nenhuma das outras modalidades de vagas. O agente cultural pode propor quaisquer projetos voltados à: I - criação e produção cultural, II - registro e memória, III - difusão, circulação e acessibilidade, IV - indicadores, informações, pesquisa, formação e qualificação, considerando as linhas de apoio previstas no edital.

- **REGIONALIZADA:** podem apresentar projetos nesta modalidade de vagas o agente cultural, que comprove residência em qualquer das Regiões Administrativas do Distrito Federal.

- **MEU PRIMEIRO FAC:** a modalidade de vaga Meu Primeiro FAC destina-se aos agentes culturais que não celebraram contrato com o FAC.

O segundo bloco de editais recebeu aproximadamente 1500 inscritos, que concorreram a uma das 175 vagas previstas para os 4 editais. Após o final da seleção foram convocados para a habilitação 166 projetos dentro do número de vagas e 146 suplentes. Ao todo foram convocados 312 agentes culturais e empenhados até dezembro de 2024 o montante de R\$ 52.726.033,50. Vale informar que, neste momento, o processo de seleção do segundo bloco de editais de 2024, ainda está em andamento.

Segue abaixo o quadro com o resumo dos quantitativos e valores dos projetos aprovados bem como os valores empenhados em 2024:

EDITAL	TOTAL DE PROJETOS APROVADOS	VALOR DOS PROJETOS APROVADOS	VALOR EMPENHADO
Edital nº 33/2024 – FAC – II - 2024 DEMAIS ÁREAS II	80	R\$ 14.142.397,09	R\$ 14.142.397,09
Edital nº 34/2024– FAC – II - 2024 – TEATRO	27	R\$ 3.800.856,71	R\$ 3.800.856,71
Edital nº 35/2024– FAC – II - 2024 – AUDIOVISUAL	89	R\$ 21.260.920,08	R\$ 21.260.920,08
Edital nº 36/2024 – FAC II - 2024 – DEMAIS ÁREAS I	116	R\$ 13.464.039,62	R\$ 13.464.039,62
TOTAL	312	R\$ 52.668.213,50	R\$ 52.668.213,50

c) Edital Permanente do Programa Conexão Cultura DF

O Edital Permanente do Programa Conexão Cultura DF é um edital com fluxo contínuo de inscrições, voltado à formação, qualificação e projeção nacional e internacional da arte e cultura do Distrito Federal, de forma a ampliar a circulação e a fruição dos agentes, bens e serviços culturais e criativos para fortalecer a identidade cultural local e a cultura enquanto vetor de desenvolvimento integrado no território.

No Edital Permanente Conexão Cultura DF são apoiados projetos na modalidade de promoção, difusão, intercâmbio cultural e capacitação, nas linhas de apoio a seguir descritas:

- Circulação Nacional, Internacional ou Mista;
- Participação Em Eventos Estratégicos Nacionais e Internacionais;
- Promoção de Plataformas;
- Intercâmbios e Residências Artísticas, Técnicas ou em Gestão Cultural e Cursos de Capacitação de Curta Duração de até 6 (seis) meses.



Em 2024, foram selecionados, por meio do Programa Conexão Cultura, 192 projetos inscritos, entre pessoas física e jurídica totalizando o montante de R\$ 7.703.842,91. Desse montante foram liquidados R\$ 5.686.879,56.

d) Edital nº 31/2024 FAC II Premiações

Em 2024, publicou-se o Edital nº 31/2024 FAC II Premiações voltado à premiação, com recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), de agentes culturais que tenham prestado relevante contribuição para o desenvolvimento artístico e cultural do Distrito Federal, realizando ações de fomento, formação e difusão das expressões culturais nas Regiões Administrativas e RIDE.

O edital abrangeu três categorias:

- **Prêmio Mestre Zezito:** categoria voltada à premiação de mestres e mestras que promovem o saber e a riqueza cultura popular e tradicional do Distrito Federal. Foram premiados 45 agentes culturais.
- **Prêmio DJ Jamaika:** categoria premiou artistas e praticantes dos cinco elementos do Hip Hop no Distrito Federal, abrangendo DJ, Danças Urbanas, Graffiti, Rap, Conhecimento, além de agentes culturais ligados às batalhas de rima. Nessa categoria 79 agentes culturais foram premiados.
- **Prêmio Dulcina de Moraes:** categoria voltada à premiação de mulheres e coletivos ou entidades que se destacam na promoção da cultura do DF, reconhecendo suas contribuições nas áreas artísticas e culturais. Foram 76 premiados, nesta categoria.

Ao todo, por meio do Edital nº 31/2024 FAC II Premiações, foram premiados 200 agentes culturais, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 3.500.000,00. Desse montante foram empenhados R\$ 3.468.000,00, mas não foi possível a realização do pagamento no exercício.

CATEGORIA	TOTAL DE PREMIADOS	VALOR DA PREMIAÇÃO	VALOR EMPENHADO
Prêmio Mestre Zezito	45	R\$ 1.350.000,00	R\$ 1.350.000,00
Prêmio DJ Jamaika	79	R\$ 1.100.000,00	R\$ 1.100.000,00
Prêmio Dulcina de Moraes	76	R\$1.038.000,00	R\$ 1.018.000,00
TOTAL	200	R\$ 3.488.000,00	R\$ 3.468.000,00

Programação Orçamentária não Executada:

Com relação aos Programas de Trabalho, "Subtítulo 0083 APOIO A PROJETOS-RA'S, EXCETO PLANO PILOTO E ÁREA CENTRAL-DISTRITO FEDERAL" e "Subtítulo 0109 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-RA'S EXCETO PLANO PILOTO E ÁREA CENTRAL - PESSOA JURÍDICA", não foram publicados Editais específicos para RA's. A SECEC entendeu não haver necessidade da publicação de edital específico para essa linha de apoio, uma vez os editais lançados em 2024 contemplam modalidade de vagas específica para as Regiões Administrativas (vagas regionalizadas). Verificou-se que a inclusão da referida modalidade nos editais do Fundo de Apoio à Cultura, garante maior alcance e melhor efetividade para o programa.

8219 - CULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	4803604,0	4803604,00	619960,0	326260,0
0011 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	4803604,0	4803604,00	619960,0	326260,0
TOTAL - 8219 - CULTURA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	4803604,00	4803604,00	619960,00	326260,00



Programação Orçamentária Realizada:

Em junho de 2024 foi publicada a reabertura do período de inscrições para o Edital de Chamamento Público nº 03/2023 para credenciamento de profissionais com conhecimento em diferentes segmentos culturais, para atuar na análise técnica e de mérito cultural dos projetos inscritos nos editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e no Programa de Incentivo Fiscal.

O processo de credenciamento aberto em 2023 recebeu aproximadamente 380 inscritos dos quais 289 foram credenciados.

Com a reabertura do período de inscrições, em junho de 2024, 248 profissionais manifestaram interesse em permanecer na lista de pareceristas credenciados no Edital nº 03/2023. Além disso, foram recebidos 160 novos pedidos de credenciamento no referido edital.

Em 2024, foram convocados 119 pareceristas para atuar na análise dos projetos inscritos nos editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) de 2024 e do Programa de Incentivo Fiscal.

No Edital nº 14/2024 – FAC I – 2024 foram contratados 32 pareceristas e o valor empenhado foi de R\$ 260.850,00. Já para atuação no segundo bloco de editais de 2024 foram contratados 62 profissionais, tendo sido empenhado o montante de R\$ 291.100,00. Para a seleção de projetos inscritos no Programa de Incentivo Fiscal foram contratados 32 pareceristas e o valor empenhado foi de R\$ 12.750,00. O valor total investido na contratação de pareceristas representou a execução de R\$ 564.700,00 de recursos do FAC em 2024.

RESUMO GERAL

6219 – CAPITAL CULTURAL

EDITAL	VALOR EMPENHADO	VALOR RESTOS A PAGAR
Edital nº 14/2024 - FAC I/2024	R\$ 64.245.392,77	R\$ 64.245.392,77
Edital nº 33/2024 – FAC – II/2024 DEMAIS ÁREAS II	R\$ 14.142.397,09	R\$ 14.142.397,09
Edital nº 34/2024– FAC – II/2024 – TEATRO	R\$ 3.800.856,71	R\$ 3.800.856,71
Edital nº 35/2024– FAC – II/2024 – AUDIOVISUAL	R\$ 21.260.920,08	R\$ 21.260.920,08
Edital nº 36/2024 – FAC II/2024 – DEMAIS ÁREAS I	R\$ 13.464.039,62	R\$ 13.464.039,62
PREMIAÇÃO HONORÍFICA	R\$ 3.468.000,00	R\$ 3.468.000,00
EDITAIS FAC – SELEÇÕES ANTERIORES A 2024	R\$ 9.644.075,88	0
TOTAL		R\$ 120.381.606,27

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Conforme já mencionado, o FAC/DF tem como finalidade fomentar projetos artísticos e culturais do Distrito Federal selecionados por meio de seleções públicas de projetos realizadas através de editais de chamamento públicos, sendo esta a melhor forma de resguardar os interesses públicos envolvidos na constituição deste Fundo, bem como responder aos anseios da sociedade civil por maior transparência na gestão dos recursos.

Realizações extraordinárias:

No ano de 2024, o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) realizou algumas ações extraordinárias, a seguir descritas:

a) Edital nº 14/2024 - FAC I/2024

Em dezembro de 2024, o Governo do Distrito Federal abriu crédito suplementar no valor de mais de R\$ 64.000.000,00 para o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), com isso foi possível suplementar o Edital nº 14/2024 - FAC I/2024 que, originalmente, previa investimento de R\$ 45.000.000,00 em 352 projetos. O recurso foi distribuído aos agentes culturais proponentes que foram habilitados na condição de suplentes em todas as linhas de apoio previstas no Edital. Ao final, 424 agentes culturais foram contemplados, considerando as modalidades de vagas previstas: Ampla Concorrência, Regionalizada e Meu Primeiro FAC.



b) Segundo bloco de Editais FAC II/2024:

No momento, ainda está andamento o processo de seleção do segundo bloco de editais de 2024, a saber: "Edital nº 33/2024 – FAC – II/2024 DEMAIS ÁREAS II, Edital nº 34/2024– FAC – II/2024 – TEATRO, Edital nº 35/2024– FAC – II/2024 – AUDIOVISUAL, Edital nº 36/2024 – FAC II/2024 – DEMAIS ÁREAS I", os quais serão pagos com recursos do exercício de 2024, conforme valores a seguir:

Editais em andamento e lançados em 2024	Valor estimado
Edital nº 33/2024 – FAC – II/2024 DEMAIS ÁREAS I	R\$ 14.142.397,09
Edital nº 34/2024– FAC – II/2024 – TEATRO	R\$ 3.800.856,71
Edital nº 35/2024– FAC – II/2024 – AUDIOVISUAL	R\$ 21.260.920,08
Edital nº 36/2024 – FAC II/2024 – DEMAIS ÁREAS I	R\$ 13.464.039,62
TOTAL	R\$ 52.668.213,50

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2024, o FAC deu continuidade à implementação de diretrizes realizando iniciativas voltadas à descentralização da execução de projetos, democratização no acesso aos recursos, garantia da diversidade de iniciativas apoiadas, promovendo o atendimento às necessidades e interesses da população do Distrito Federal e o seu desenvolvimento simbólico, econômico e cidadão, contribuindo para a formação da identidade cultural do Distrito Federal.

Apesar dos significativos avanços alcançados na Gestão do Fundo nos últimos anos, algumas dificuldades ainda são encontradas. Uma das principais dificuldades é o número reduzido de servidores ligados aos processos relacionados ao Fundo (seleção, contratação e pagamento, acompanhamento e prestação de contas), sendo este insuficiente considerando a demanda de projetos apoiados por um dos maiores fundos de fomento à cultura do país, com dotação orçamentária que está por volta de R\$ 100 milhões por ano.

Só nos processos seletivos com inscrições encerradas, em 2024, foram aproximadamente 3000 projetos inscritos, estando previsto, para 2024, a contratação e pagamento de mais de 500 projetos culturais em fase de seleção, sendo necessário estruturar os setores.

No ano de 2024, será necessário finalizar os procedimentos de seleção dos editais com inscrições encerradas, em 2024, com a publicação do resultado final de habilitação, a contratação e o pagamento de mais de 700 projetos culturais além dos projetos contemplados por meio do Programa Conexão Cultura e nos editais de Premiação Honorífica do Fundo de Apoio à Cultura (FAC).

Ha ainda a ausência de ferramenta tecnológica que permita major eficiência dos processos. O prazo entre a publicação de um edital e a entrega dos resultados tem chegado há 7 meses, o que inviabiliza, muitas vezes, a execução orçamentária prevista.

Para o próximo exercício, almeja-se reforçar o quadro de servidores e implantar uma ferramenta tecnológica com vistas à modernização do Fundo de Apoio à Cultura (FAC).



16904 - FUNDO DE POLÍTICA CULTURAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Fundo de Política Cultural do Distrito Federal - FPC, tem como finalidade captar recursos e dar suporte à execução de programas e projetos de desenvolvimento de políticas culturais, nos termos do artigo 60, da Lei no 934, de 07 de dezembro de 2017. Quanto às competências, não há informação, haja vista que o Fundo de Política Cultural ainda não foi regulamentado.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Quanto à força de trabalho, não existe servidores lotados na UO 16904, haja vista que o Fundo de Política cultural ainda não foi regulamentado.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

Não houve execução no exercício de 2024, haja vista que o Fundo de Política Cultural ainda não foi regulamentado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não há informações complementares.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Uma das maiores dificuldades encontradas pela Secretaria de Cultura para regulamentação do Fundo de Política Cultural do DF (FPC), foram os repetitivos contingenciamentos orçamentários realizados pela Secretaria de Economia do DF.

Quanto às perspectivas para 2025, ressalta-se que provavelmente não haverá mudança, haja vista que não houve alterações nos procedimentos de contingenciamento orçamentário no âmbito do Distrito Federal, o que impossibilitará a regulamentação para início das atividades do FPC, considerando que a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (Unidade orçamentária 16101), responsável pela criação do referido Fundo está com déficit orçamentário para atender às suas despesas obrigatórias para o exercício 2025.



17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Fruto do desmembramento da antiga Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh), criada pelo Decreto nº 36.832/2015, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes) é um dos órgãos de gestão da administração pública do Governo do Distrito Federal (GDF). É responsável pela execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no DF, além da avaliação e gestão da informação, fomento de parcerias e articulações de rede.

O objetivo primordial da secretaria é garantir e efetivar o direito à proteção social para a população em situação de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, a Sedes atua por meio da oferta de serviços e benefícios que contribuam para o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, com o desenvolvimento de potencialidades e da autonomia, com o empoderamento das famílias e com a ampliação de sua capacidade protetiva.

Outra área de atuação primordial é a elaboração e promoção de políticas voltadas para segmentos historicamente invisibilizados nas políticas públicas como mulheres, populações negra, indígena, romani (popularmente conhecida como ciganos), minorias étnicas, pessoas com deficiência, idosos, pessoas em situação de rua e comunidade LGBTQIAPN+. Visa-se, assim, um Distrito Federal que saiba conviver, respeitar e incluir.

Além de outros serviços, a Secretaria é responsável pelos seguintes equipamentos:

Centros Referência da Assistência Social – Cras;

Centros de Referência Especializada de Assistência Social – Creas;

Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CCFV;

Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua – Centros Pop

Gerência do Serviço Especializado em Abordagem Social – GESEAS;

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias – SAIF;

Serviço de Acolhimento Instrucional para Mulheres – SAIM;

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas – SAIP;

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA;

Unidade de Proteção Social 24 horas – UPS 24h;

Restaurantes Comunitários.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	105	80	333	1.056	1.574
Comissionados sem vínculo efetivo	92	50	0	0	163
Requisitados de órgãos do GDF	12	0	4	1	17



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	24	16	40
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	3	32	35
Terceirizados (FUNAP)	0	0	48	22	70
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	209	130	412	1.127	1.899
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	96
Total Geral	209	130	412	1.127	1.803

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	3000000,0	0,00	0	0
0051 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	3000000,0	0,00	0	0
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	3000000,0	2800000,00	2297559,95	2297559,95
0123 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	3000000,0	2800000,00	2297559,95	2297559,95
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	1254679,0	1254679,00	926180,14	703429,57
0093 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	1254679,0	1254679,00	926180,14	703429,57
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	360000,0	0,00	0	0
0048 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	360000,0	0,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	7614679,00	4054679,00	3223740,09	3000989,52



Programação Orçamentária Executada

Com relação à execução orçamentária e financeira relacionada à concessão de indenizações e licenças aos servidores ativos e inativos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES/DF, foram realizados os pagamentos de 735 licenças-prêmios e 111 indenizações de pessoal.

Programação Orçamentária Não Executada

9127.0051 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia - Servidor - Distrito Federal - A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF utilizou o crédito orçamentário disponível como fonte de cancelamento para arcar com despesas de pessoal.

9093.0048 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - Distrito Federal - A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF utilizou o crédito orçamentário disponível como fonte de cancelamento para arcar com contratos de prestadores de serviços.

6211 - DIREITOS HUMANOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	600000,0	0,0	0	0
0296 - APOIO A PROJETOS DE VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO À MULHER	600000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS	600000,00	0,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária Não Executada

9107.0296 - Transferência Financeira a Entidades - Apoio a Projetos de Valorização e Proteção à Mulher - Não houve execução orçamentária e financeira devido ao cancelamento da emenda parlamentar, visto que o objeto da emenda pertence à Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal e não à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1500000,0	2062296,00	2062296,00	1847631,07
0065 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- SEDES- PLANO PILOTO .	1500000,0	2062296,00	2062296,00	1847631,07
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	1500000,00	2062296,00	2062296,00	1847631,07

Programação Orçamentária Executada

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF promove a inclusão e reintegração social de até 111 (cento e onze) reeducandos advindos do sistema prisional, oferecendo oportunidades de melhorias em suas condições de vida mediante a inserção no mercado de trabalho. Foram 70 (setenta) reeducandos ativos no contrato firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF (Funap/DF), dos quais 48 (quarenta



e oito) colaboradores atuaram na área meio e 22 (vinte e dois) na atividade finalística do Órgão.

6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	900000,0	400000,0	391950,0	0
0016 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	500000,0	0,0	0	0
0017 - Aquisição de veículos	400000,0	400000,0	391950,0	0
9073 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	2500000,0	0,0	0	0
0029 - IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO-DIA PARA PESSOAS IDOSAS	500000,0	0,0	0	0
0030 - TRANSFERENCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL- APOIO AOS PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	200000,0	0,0	0	0
0033 - APOIO A PROJETOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL LGBTI+	400000,0	0,0	0	0
0034 - APOIO A PROTEÇÃO ESPECIAL ÀS PESSOAS NA MODALIDADE DOMICILIAR	1400000,0	0,0	0	0
9071 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	350000,0	500000,0	500000,0	150000,0
0002 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE (OCA) - DISTRITO FEDERAL - DF. - DISTRITO FEDERAL	0	350000,0	350000,0	0
0034 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- APOIO AO PROJETO SER +- GAMA	0	150000,0	150000,0	150000,0
0031 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM PROL DA COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
0033 - APOIO A PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL	150000,0	0,0	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	1450000,0	1000000,0	1000000,0	750000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0382 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- APOIO A PROJETOS SOCIAIS TM NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	250000,0
0293 - APOIO A PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DF	450000,0	150000,0	150000,0	150000,0
0295 - Transferência de recursos a projetos	1000000,0	0,0	0	0
0366 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- PROMOVER AÇÕES DE APOIO À ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	350000,0	350000,0	350000,0
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	42000000,0	40764348,0	40764347,88	40764347,88
0009 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO--DISTRITO FEDERAL	42000000,0	40764348,0	40764347,88	40764347,88
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	300000,0	300000,0	300000,0	201300,0
0015 - Programas e benefícios da proteção social básica	300000,0	300000,0	300000,0	201300,0
4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	5400000,0	1,00	0	0
0002 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA-- DISTRITO FEDERAL	5400000,0	1,00	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	50000,0	2199,00	2198,38	2198,38
0039 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	50000,0	2199,00	2198,38	2198,38
4172 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	50000,0	0,00	0	0
0002 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,00	0	0



4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	1600000,0	2057863,00	2057862,07	1956713,63
0003 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	1600000,0	2057863,00	2057862,07	1956713,63
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	178374008,0	304429008,00	304429005,11	304428863,71
0002 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS-- DISTRITO FEDERAL	178374008,0	304429008,00	304429005,11	304428863,71
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	100000000,0	91825365,00	91825361,08	79318601,24
0002 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	100000000,0	91825365,00	91825361,08	79318601,24
TOTAL - 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	332974008,00	441278784,00	441270724,52	427572024,84

Programação Orçamentária Executada

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), compreendido como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, é reconhecido como um direito humano pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Para protegê-lo e promovê-lo, o Brasil instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A LOSAN – Lei nº 11.346, de 2006 – regulamenta as políticas de promoção e acesso a alimentos saudáveis e à água, assim como de fomento à produção, à comercialização e ao consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar.

No âmbito do Governo do Distrito Federal, cabe à Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), contribuir, por meio de políticas públicas integradas e transversais, para que o DHAA seja respeitado, protegido, promovido e provido no Distrito Federal. Dentre as ações de acesso e garantia de alimentos, destaca-se:

- O acesso à alimentação adequada e saudável, por meio da rede de Restaurantes Comunitários, com 18 unidades no DF;
- Ação de distribuição de cestas de alimentos;
- Incentivo a agricultura familiar, com a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar;
- Incentivo ao consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- Fomento a processos educativos na perspectiva de estimular autonomia na escolha alimentar saudável;
- Articulação intersetorial com estímulo à participação social;
- Ampliação do acesso ao alimento às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional com o Programa Cartão Prato Cheio; e
- Fornecimento de refeições nas 73 unidades socioassistenciais da Sedes localizadas em todo o território do DF.



Restaurantes Comunitários

Os Restaurantes Comunitários são equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional que têm por finalidade o preparo e comercialização de refeições saudáveis a preço acessível, contribuindo com o acesso à alimentação adequada, respeitando as características culturais e hábitos alimentares da região, principalmente das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente, o Distrito Federal conta com 18 Restaurantes Comunitários, sendo duas unidades inauguradas em 2024: uma em Samambaia Expansão e outra no Varjão.

Desses, 11 unidades oferecem refeições nas modalidades de café da manhã, almoço e jantar, funcionando todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados. São elas: Arniqueira, Brazlândia, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Samambaia Expansão, São Sebastião, Sobradinho, Sol Nascente/Pôr do Sol e do Varjão.

As unidades de Ceilândia, Estrutural, Samambaia e Sol Nascente oferecem à população refeições do tipo café da manhã e almoço, e as unidades de Gama, Riacho Fundo II e de Santa Maria ofertam o almoço, todas as citadas funcionando de segunda a sábado.

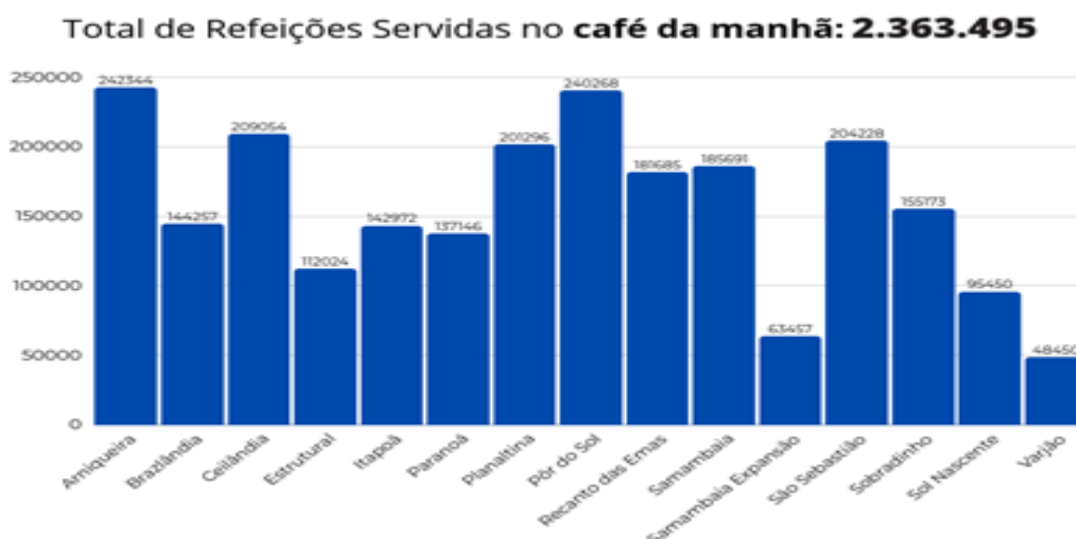
Os Restaurantes Comunitários do Distrito Federal servem refeições para o público em geral com o valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) no café da manhã e no jantar e R\$ 1,00 (um real) no almoço. A população em situação de rua tem acesso às refeições gratuitamente, conforme estabelecido no Decreto Nº 33.329, de 10 de novembro de 2011, que foi alterado em 2024 para ampliar a gratuidade, antes existente para almoço e jantar, agora também para o café da manhã.

Os resultados obtidos nos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal em 2024 destacam-se pelo expressivo alcance na oferta de refeições saudáveis a preços acessíveis à população. O comprometimento desses equipamentos com a segurança alimentar e nutricional reflete-se nos números alcançados ao longo do ano.

Em 2024, os Restaurantes Comunitários atingiram resultados notáveis, reafirmando seu compromisso com a oferta de refeições acessíveis à população.

Foram servidas 2.363.495 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco) refeições na modalidade de café da manhã. Desse total, 216.686 (duzentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e seis) cafés da manhã foram servidos gratuitamente à população em situação de rua, assegurando uma opção alimentar equilibrada e reforçando a promoção do direito à alimentação, conforme preconizado no artigo 6º da Constituição Federal.

Para maior elucidação, segue abaixo a imagem com gráfico que apresenta a quantidade total de refeições na modalidade de café da manhã, discriminadas por unidade:

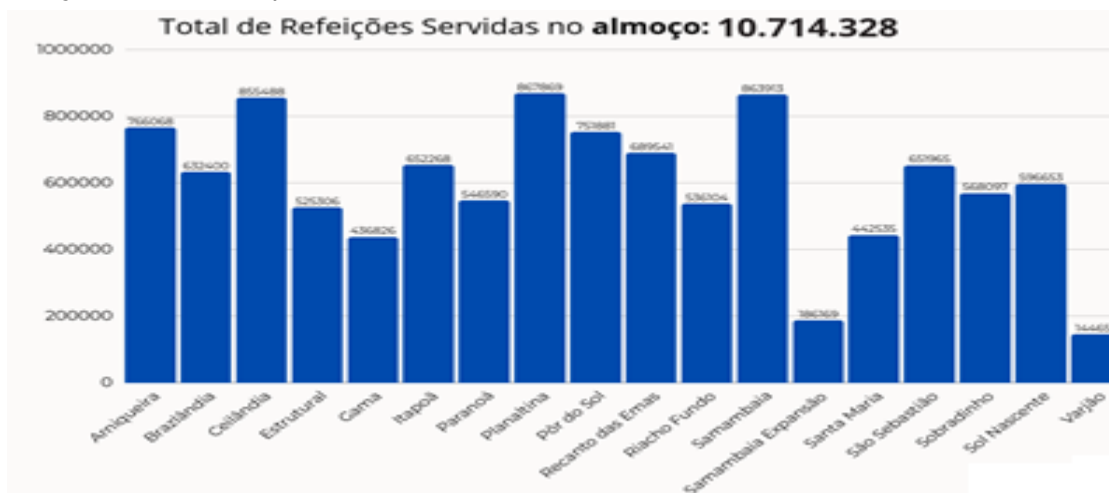




No que diz respeito aos almoços, a expressiva marca de 10.714.328 (dez milhões, setecentos e quatorze mil, trezentos e vinte e oito) refeições foi alcançada, refletindo um esforço contínuo para atender às necessidades alimentares da população.

Desse total, 766.177 (setecentos e sessenta e seis mil, cento e setenta e sete) refeições foram destinadas à população em situação de rua, ressaltando o compromisso social desses equipamentos.

Apresenta-se abaixo a imagem com o gráfico que detalha a quantidade total de refeições no almoço, distribuídas por unidade.



O jantar também desempenha um papel relevante na oferta alimentar, totalizando 1.203.877 (um milhão, duzentos e três mil, oitocentos e setenta e sete) refeições. Dentre essas, 179.915 (cento e setenta e nove mil, novecentos e quinze) foram destinadas especificamente à população em situação de rua, evidenciando a sensibilidade e responsabilidade social dos Restaurantes Comunitários.

Segue abaixo a imagem com o gráfico que detalha a quantidade total de refeições no jantar, distribuídas por unidade.



Além do comprometimento com a oferta alimentar, é digno de nota o investimento total realizado, perfazendo a cifra de R\$ 85.967.062 (oitenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e sete mil, sessenta e dois). Esse investimento demonstra a importância atribuída aos Restaurantes Comunitários como instrumentos de combate à insegurança alimentar e nutricional, contribuindo efetivamente para o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada.

Resumindo, em 2024, alcançou-se o seguinte resultado:

Número de cafés da manhã servidos: 2.363.495;



Do número de cafés da manhã servidos, 216.686 foram para a população em situação de rua;

Número de almoços servidos: 10.714.328;

Do número de almoços servidos, 766.177 foram para a população em situação de rua;

Número de jantares: 1.203.877;

Do número de jantares servidos, 179.915 foram para a população em situação de rua;

Número total de refeições servidas em 2024: 14.281.700;

Investimento total: R\$ 85.967.062 milhões.

Programa Cartão Prato Cheio

O Programa Cartão Prato Cheio, instituído pela Lei nº 7.009, de 17 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 42.783 de 29 de dezembro de 2021 e normatizado pela Portaria nº 32 de, 11 de maio de 2022, consiste no repasse de subsídio financeiro direto, por meio de cartão nominal, pessoal e intransferível, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aos usuários/famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, visando a aquisição direta de gêneros alimentícios.

Os resultados almejados referem-se à ampliação da garantia da agilidade no acesso ao alimento e próximo à moradia para mais famílias, as quais se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, oportunizar a escolha dos alimentos saudáveis e promover a economia local contribuindo com outras ações do Direito Humano à Alimentação Adequada destinado a cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade social no Distrito Federal.

Observa-se que o Programa Cartão Prato Cheio possui duas modalidades para a garantia da segurança alimentar e nutricional do público atendido. Trata-se da modalidade pecuniária, onde o usuário que atende aos critérios do Decreto nº 42.783/2021, recebe um cartão bancário com a importância de R\$ 250,00 para a compra dos seus alimentos (regra), ao passo que, para aqueles que não satisfazem os critérios legais, a segurança alimentar e nutricional é garantida por intermédio da entrega da cesta básica de alimentos (exceção).

Em 2024, o Programa em sua modalidade pecuniária atendeu 217.606 famílias, sendo, aproximadamente, 100 mil abastecimentos mensais, perfazendo um valor total de repasse de R\$ 292.425.000,00 (duzentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais).

Cestas Secas

O Programa Cartão Prato Cheio abrange, em sua modalidade excepcional, a oferta de cestas básicas emergenciais para aquelas famílias que não atendem aos critérios legais dispostos no Decreto nº 42.783 de 29 de dezembro de 2021 para o recebimento do auxílio alimentar na modalidade pecúnia.

Desta forma, a família em situação transitória de insegurança alimentar e nutricional poderá receber o aporte da cesta básica de alimentos visando atender uma necessidade emergencial e provisória até o reenquadramento social da pessoa/família em vulnerabilidade social.

O atendimento é realizado prioritariamente pelas unidades socioassistenciais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, e tem em vista prover alimentação mais adequada na indisponibilidade ou no precário acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para a subsistência da pessoa/família assistida.

No ano de 2024, foram distribuídas 7.825 cestas de alimentos, totalizando o valor investido de R\$ 1.929.240,00 (um milhão, novecentos e vinte e nove mil, duzentos e quarenta reais).

Cesta Verdes

Em complemento ao Programa Cartão Prato Cheio, a oferta de cestas verdes tem por objetivo promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, destinado às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.



Desta forma, a entrega de cestas verdes torna-se um complemento alimentar para aquelas famílias que participam do Programa Cartão Prato Cheio em sua modalidade pecuniária e na modalidade de recebimento de cestas básicas.

Além disso, pontua-se os resultados obtidos com o incentivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, quais sejam:

- Incentivo a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade e à geração de renda;
- Fortalecimento dos circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- Apoio a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- Incentivo ao consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; e
- Incentivo a hábitos alimentares saudáveis e estímulo ao cooperativismo e ao associativismo.

Em 2024, foram entregues 107.464 cestas verdes, perfazendo um valor total de R\$ 3.983.778,72 (três milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Transporte de Cestas

O serviço de entrega de cestas básicas consiste na logística de planejamento, agendamento prévio com o usuário e efetiva entrega do alimento na residência do beneficiário da assistência social que participa do Programa Cartão Prato Cheio.

Desta forma, o beneficiário que participa do Programa em sua modalidade pecuniária irá receber a cesta verde em sua residência para complementar sua alimentação adequada e saudável. Ao passo que os usuários que participam do programa na modalidade recebimento de cestas básicas de alimentos também terão os alimentos disponibilizados no endereço indicado como sua moradia.

Em 2024, foram transportadas 107.148 cestas de alimentos, perfazendo um valor total de R\$ 2.054.890,91 (dois milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais e noventa e um centavos).

Fornecimento de Refeições às Unidades Socioassistenciais do DF

O fornecimento de refeições é realizado nas 73 (setenta e três) unidades socioassistenciais da Sedes, quais sejam: Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Convivência - CECON, Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, Centros de Referência Especializados de Atendimento à População em Situação de Rua - Centros Pop, Centro da Diversidade, Central de Vagas de Acolhimento, Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias do Areal, Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres, Serviço de Acolhimento em República para Jovens, Serviço para Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e Unidade de Proteção Social 24 horas.

Dentre essas unidades, 7 oferecem 6 refeições diárias; 2 oferecem 4 refeições diárias e as demais oferecem 1 refeição diária à população atendida.

O público atendido nessas unidades se compõe de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de violação de direitos, ambos em sua maioria com insuficiência ou ausência de renda, tendo como uma das consequências o comprometimento da segurança alimentar e nutricional.

Por fim, destaca-se que o fornecimento de refeições nas unidades da Sedes é realizado por meio de cinco contratos de prestação de serviço, sendo que em 2024 foram ofertadas 1.729.102 refeições, o que representa aumento quantitativo, de aproximadamente 3,87% em relação ao ano anterior, totalizando, em investimento, o montante de R\$ 10.633.002,73 (dez milhões, seiscentos e trinta e três mil, dois reais e setenta e três centavos).



Programa Cartão Gás

Instituído pela Lei nº 6.938 de 10 de agosto de 2021, alterada pela Lei nº 7.010, de 17 de dezembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 42.376, de 10 de agosto de 2021, alterado pelo Decreto 45192 de 22/11/2023, que instituem o referido Programa. Consiste em concessão de auxílio financeiro, em parcelas sucessivas bimestrais no valor de R\$ 100,00, para aquisição do GLP 13kg. Destinado a assegurar às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo o acesso ao gás liquefeito de petróleo (GLP 13 kg) para uso doméstico.

No período de janeiro a dezembro de 2024 foram geradas 06 folhas de pagamento do Programa Cartão Gás, o que representa 79.740 famílias atendidas pelo programa; sendo pagos 419.988 benefícios/parcelas que totalizaram R\$ 41.998.800,00 (quarenta e um milhões, novecentos e noventa e oito mil e oitocentos reais) investidos.

Programa "Agentes da Cidadania"

Instituído pela Lei nº 7.008, de 17 de dezembro de 2021 e regulamentado pela Portaria nº 42, DE 20 de Dezembro de 2023. O Programa Agentes da Cidadania é destinado a mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza, residentes no Distrito Federal, a fim de fortalecer o trabalho social com indivíduos e famílias no território. O Programa visa oferecer, mediante concessão de bolsa social de R\$ 300,00 (trezentos reais), ações em favorecimento ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade social e das violações de direitos, contribuindo para a proteção social das mulheres, de suas famílias e comunidades; contribuir para a promoção de aquisições, com vistas à redução das desigualdades sociais e de gênero; promover ações voltadas ao desenvolvimento de aquisições que contribuam para a promoção da autonomia financeira e o fortalecimento da inclusão social e produtiva de mulheres dentre outros. Em 2024, participaram do programa cerca de 111 (cento e onze) mulheres por mês.

Projeto "SER +"

Transferência financeira a uma Organização da Sociedade Civil - OSC para prestação de serviço de proteção social básica que consiste no atendimento socioassistencial direcionado a 70 (setenta) crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 14 anos, em vulnerabilidade social na Região Administrativa do Gama.

Projeto "Viver o futuro agora"

Transferência financeira a uma Organização da Sociedade Civil - OSC para prestação de serviço de proteção social básica a crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade direcionados a 100 (cem) usuários, bem como suas famílias, com o propósito de prevenir situações de vulnerabilidade social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Projeto "Cuidado Especial"

Transferência financeira a uma Organização da Sociedade Civil - OSC para promover acesso a saúde psicológica usando de terapia clínica e ocupacional a (15) quinze crianças e adolescentes de acolhimento institucional com TEA - Transtorno Espectro Autista.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

Participação de membro do Consea/DF (da entidade Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida) na atividade autogestionada realizada pelo Consea Nacional cujo tema é "A erradicação da fome e a reforma da governança global: diálogos e convergências necessárias".

Programação Orçamentária não Executada

1142.0016 - Aquisição de Veículos - Não houve demanda por parte da área técnica responsável em 2024.

9073.0029 - Transferência para Proteção Social Especial - Implementação do Centro-dia para Pessoas Idosas - Emenda Parlamentar cancelada.

9073.0030 - Transferência para Proteção Social Especial - Apoio aos Projetos de Proteção Social Especial - Emenda Parlamentar cancelada.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9073.0033 - Transferência para Proteção Social Especial - Apoio a Projetos de Acolhimento Institucional LGBTI+ - Emenda Parlamentar cancelada.

9073.0034 - Transferência para Proteção Social Especial - Apoio a Proteção Especial às Pessoas na Modalidade Domiciliar - Emenda Parlamentar cancelada.

9071.0031 - Transferência Para Proteção Social Básica Em Prol Da Comunidade Do Distrito Federal - Emenda Parlamentar cancelada.

9071.0033 - Transferência Para Proteção Social Básica - Apoio a Projetos de Proteção Social - Emenda Parlamentar cancelada.

9107.0295 - Transferência Financeira a Entidades - Transferência de Recursos a Projetos - Emenda Parlamentar cancelada.

4232.0002 - Ações Complementares ao Programa de Transferência de Renda - Distrito Federal - A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF utilizou o crédito orçamentário disponível como fonte de cancelamento para arcar com despesas dos contratos de operacionalizações dos programas de assistência social.

4172.0002 - Manutenção da Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - Distrito Federal - Não houve demanda por parte da área técnica responsável em 2024.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10708 - DOMÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR	PERCENTUAL	21,60	01/12/2021	Bianual	X	X		X		X		X	PDAD (PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO), DO IPEDF (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO
Justificativa: 2024 - Indicador sem índice desejado para exercício.													
10778 - TAXA DE FAMÍLIAS DESASSISTIDAS PELA TRANSFERÊNCIA DE RENDA	PERCENTUAL	14,15	01/04/2023	Anual	12,00	25,30		X		X		X	ESPELHO DO CADASTRO ÚNICO E FOLHAS DE PAGAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA - CTRAR
Justificativa: 2024 - Taxa de famílias desassistidas pela transferência de renda é calculado a partir dos dados do Cadastro Único e das folhas de pagamento do Programa Bolsa Família (PBF), DF Social, Cartão Gás e Auxílio Gás dos Brasileiros (PAGB). O aumento percentual do indicador se justifica pois, ao longo de 2024, houve uma crescente em relação aos processos de fiscalização dos benefícios federais, em especial do Programa Bolsa Família. Por meio, principalmente, das ações de Averiguação Cadastral e povoamento automático dos dados do Cadastro Único com a renda identificada no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), o Governo Federal reduziu substancialmente a folha de pagamento dos programas de transferência de renda com a retirada das famílias que não mais atendiam aos critérios de permanência. Somado a isso, houve um aumento no número de famílias inscritas no Cadastro Único. O resultado desse processo é gerou um aumento da taxa de famílias desassistidas.													
10819 - TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO	PERCENTUAL	87,23	01/04/2023	Anual	89,25	83,04		X		X		X	ESPELHO DO CADASTRO ÚNICO - CTRAR
Justificativa: 2024 - Taxa de atualização do Cadastro Único, durante todo o ano de 2022 e início de 2023, houve um trabalho intenso desta Pasta para inclusão e atualização cadastral da demanda que estava reprimida desde 2020, momento em que o país passou pela pandemia de Covid19 e, com isso, houve um aumento exponencial das demandas da Assistência Social, entre elas, a de Cadastro Único. Dessa forma, naquela época, aumentou-se muito o número de atendimentos e o número de famílias incluídas/atualizadas no Cadastro Único. Com isso, no final de 2024 e início de 2025, essas famílias começam a ter o cadastro desatualizado, de forma que é necessária a mesma intensidade da movimentação anterior para que todos os cadastros sejam atualizados e a taxa de atualização se mantenha em crescimento.													

8228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	150000,0	160999,00	160999,00	160734,84
0171 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	150000,0	160999,00	160999,00	160734,84
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	264730000,0	284558879,00	284558556,86	282091524,58
0100 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	264730000,0	284558879,00	284558556,86	282091524,58
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	13800323,0	13800323,00	13734903,45	13677388,45



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0085 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	13800323,0	13800323,00	13734903,45	13677388,45
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	18884364,0	26172571,00	26127858,07	25762586,17
0139 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	18714364,0	26002571,00	25957877,20	25642605,17
9877 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	170000,0	170000,0	169980,87	119981,0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5050000,0	1526363,00	1526361,26	1504753,82
0076 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEDES-DISTRITO FEDERAL	5050000,0	1526363,00	1526361,26	1504753,82
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2000000,0	1692200,00	1692199,37	1535558,80
0088 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2000000,0	1692200,00	1692199,37	1535558,80
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	300000,0	600911,00	600908,73	542829,50
0075 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	300000,0	600911,00	600908,73	542829,50
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	2300000,0	2450840,00	2450838,48	2450838,48
0070 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SEDES- PLANO PILOTO .	1600000,0	2250840,00	2250838,48	2250838,48
5438 - CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DF	500000,0	0,0	0	0
5439 - Conservação estruturas físicas de edificações	200000,0	200000,0	200000,0	200000,0
TOTAL - 8228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E MANUTENÇÃO	307214687,00	330963086,00	330852625,22	327726214,64

Programação Orçamentária Executada

Manutenção e Reformas Prediais

Descrição: Prestação de serviços para manutenção e reformas no prédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF e todas as suas unidades vinculadas, de modo a possibilitar instalações acessíveis e adequadas aos usuários da política



pública de assistência social.

Resultado: Em 2024, todas as Unidades da SEDES passaram por algum tipo de reforma, reparo ou manutenção predial. Incluindo os Restaurantes Comunitários, através de contratos firmados com empresas especializadas na prestação deste tipo de serviço.

Gestão e Manutenção dos Serviços Administrativos

Execução financeira relacionada a contratos para manter o funcionamento da SEDES/DF e suas unidades vinculadas, através de contratos de aluguel de imóvel, fornecimento de água, energia elétrica, aquisição de material de expediente dentre outros.

Capacitação de Servidores Públicos

Durante o ano de 2024, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES/DF investiu na capacitação de seus servidores através da realização de cursos relacionados à área de atuação do servidor. Os cursos foram promovidos em formatos on-line e/ou presencial. Realizados em Brasília e/ou outros Estados Brasileiros. As capacitações vêm sendo aproveitadas para o crescimento e a expansão das políticas públicas de assistência social no Distrito Federal.

Tecnologia e Inovação

A SEDES/DF possui diversos contratos relacionados à tecnologia da informação para otimização dos sistemas utilizados; aquisição de equipamentos de microinformática; locação de softwares; emissão de certificados digitais entre outros.

Programação Orçamentária não Executada

2396.5438 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas - Conservação das Unidades de Assistência Social do DF - Emenda Parlamentar cancelada.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No ano de 2024, ampliamos a rede de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal com a expansão da oferta de refeições (café da manhã, almoço e jantar) nos Restaurantes Comunitários de Sobradinho, São Sebastião, Itapoã, Paranoá e Brazlândia e a inauguração de novas unidades em Samambaia Expansão e Varjão. As unidades estarão em funcionamento de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, proporcionando a disponibilização de três refeições diárias para os usuários (café da manhã, almoço e jantar) com acessibilidade econômica: R\$0,50 no café da manhã, R\$1,00 no almoço e R\$0,50 no jantar. Essa iniciativa visa garantir o acesso da população vulnerável às principais refeições diárias por um custo total de apenas R\$2,00.

Importante ressaltar que todas as refeições são planejadas por nutricionistas, garantindo que os usuários recebam refeições de alta qualidade nutricional.



Ações de Educação Alimentar e Nutricional

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) materializa um campo de conhecimento e de prática contínua, permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que objetiva a



promoção da prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, o fortalecimento de hábitos regionais, valorização de diferentes expressões da cultura alimentar, inserido no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no âmbito da Sedes devem integrar, de maneira transversal, os programas e equipamentos da rede de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como também da rede que compõe o SUAS sob responsabilidade desta secretaria.

Em 2024, foram realizadas atividades educativas com o público frequentador dos Restaurantes Comunitários abordando temáticas voltadas ao incentivo às práticas alimentares saudáveis. Essas atividades são elaboradas e acompanhadas pelas nutricionistas da Sedes e executadas mensalmente pelas empresas contratadas para prestarem o serviço de preparo e distribuição de refeições nesses equipamentos.



Além disso, foram realizadas ações de EAN com os beneficiários do Programa Cartão Prato Cheio com o envio mensal de mensagens educativas sobre alimentação adequada e saudável via SMS e WhatsApp. Em complemento, foram elaborados materiais com orientações para o melhor aproveitamento do recurso do programa e receitas saudáveis e de baixo custo.



Por fim, a Subsan também colaborou em 3 oficinas voltadas para os servidores da Sedes. Foram trabalhados os temas "Autocuidado na Vida Feminina", na Semana da Mulher; "Comer Emocional e Comer Físico"; e "Alimentação Saudável no Trabalho", na ocasião da inauguração do Espaço Sedes Colab.



Ao todo, foram realizadas 225 atividades de Educação Alimentar e Nutricional no ano de 2024.

Nosso Natal

Desde 2019, os Restaurantes Comunitários do Distrito Federal promovem, anualmente, uma Ceia de Natal Especial, numa parceria que engloba a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a Chefia Executiva de Políticas Sociais, outras secretarias de estado e as respectivas Administrações Regionais aos quais cada restaurante está localizado. A iniciativa inclui um cardápio temático, atrações musicais, a presença do Papai Noel e a entrega de presentes para as crianças, criando um ambiente de celebração e acolhida para os indivíduos e famílias frequentadoras do equipamento.

Ao longo desses anos, a ação atendeu um público crescente, consolidando-se como um momento de fortalecimento de vínculos comunitários e promoção de inclusão social durante as festividades. Desde 2019, cerca de 360 mil pessoas participaram da ceia, reforçando o compromisso do Distrito Federal com a segurança alimentar e a valorização das tradições culturais. A proposta continuará sendo realizada nos próximos anos, ampliando sua abrangência e impacto nas comunidades atendidas.



Prato Chef

Em novembro de 2024, estreou-se o projeto Prato Chef, promovido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e pela Chefia Executiva de Políticas Sociais. O projeto consiste na parceria entre chefes de cozinha renomados do DF e os Restaurantes Comunitários, com o objetivo de servir uma refeição bem elaborada e saborosa à comunidade local.

Na primeira edição o Restaurante Comunitário do Varjão recebeu um renomado Chef de cozinha do DF, que deu um toque especial no cardápio do jantar do dia, servindo macarrão à bolonhesa, tradicional receita italiana. Foram servidas 1,5 mil refeições. A intenção é que a ação continue em 2025, prestigiando outras unidades de Restaurantes Comunitários.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Programa Restaurante Comunitário

Os Restaurantes Comunitários desempenham um papel essencial na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, proporcionando refeições saudáveis a preços acessíveis e contribuindo significativamente para garantir o acesso a uma alimentação equilibrada à população em situação de vulnerabilidade social. Dada essa relevância, para o ano de 2025, planejamos fazer com que todas as unidades tenham seu serviço ampliado, de modo a oferecer café da manhã, almoço e jantar, de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, em todos os 18 Restaurantes Comunitários.

Já para janeiro de 2025 estão programadas as ampliações nas unidades do Gama e Riacho Fundo II. Em seguida, será ampliada a oferta de alimentos e os dias de funcionamento nos Restaurantes de Samambaia, Santa Maria, Ceilândia, Sol Nascente e Estrutural.

A principal dificuldade para a ampliação supracitada é a escassez de servidores para integrar as Gerências Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional dos respectivos restaurantes. Estima-se que serão necessários aproximadamente 15 servidores para tal ação.

Programa Cartão Prato Cheio

O Programa Cartão Prato Cheio consiste na garantia de provimento alimentar direto para subsidiar a família que esteja em situação de insegurança alimentar e nutricional, seja por intermédio da disponibilização de crédito bancário ou oferta de cesta de alimentos.

Desta forma, trata-se de política pública essencial para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável da população do Distrito Federal, bem como, garantia de autonomia da família assistida e fomento ao comércio e agricultura familiar em âmbito distrital.

Prezando pela continuidade da oferta do serviço público à população assistida, para o ano de 2025 mantém-se o Programa Cartão Prato Cheio com a disponibilização do crédito alimentar para 100 mil famílias por mês no valor de R\$ 250,00, bem como, continua-se a oferta de cestas básicas de alimentos.

Torna-se ainda fundamental para a garantia da alimentação saudável, a continuidade da oferta de cestas verdes para o público do Cartão Prato Cheio, prezando pelo fomento à agricultura familiar local em articulação conjunta com a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI.

Como desafios encontrados para a execução do Programa, observa-se a necessidade de ampliação do corpo técnico de servidores para que haja o aperfeiçoamento das execuções contratuais e fiscalizações necessárias. Da mesma forma que, observa-se a necessidade de melhorias tecnológicas do Sistema da Assistência Social zelando pela informação disponibilizada aos beneficiários e servidores da assistência social.

Fornecimento de Refeições às Unidades Socioassistenciais do DF

Atualmente, a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional é responsável pelo gerenciamento do fornecimento de refeições que ocorre nas 73 (setenta e três) unidades socioassistenciais da Sedes.

Importa destacar que, o fornecimento de refeições nas unidades Socioassistenciais assegura o direito ao acesso regular e contínuo à alimentação saudável e adequada à população referenciada nas unidades. Além disso, promove o fortalecimento da política de Segurança Alimentar e Nutricional e da política de Assistência Social do DF, visto que o público atendido nos referidos equipamentos é composto por indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional.



Essa ação é realizada por meio de cinco contratos de prestação de serviço firmados entre a Sedes e empresas, sendo que esses contratos possuem a finalidade de preparo e transporte de refeições em diferentes Regiões Administrativas do DF.

Em razão da complexidade e da dimensão do serviço prestado, uma das principais dificuldades enfrentadas consiste na gestão e execução dos contratos. Atualmente, a execução dos 5 (cinco) contratos de fornecimento de refeições para as 73 unidades socioassistenciais é realizada por apenas 2 (dois) servidores da Subsân. Os servidores das unidades socioassistenciais não participam diretamente da execução dos contratos, o que compromete a fiscalização adequada das refeições recebidas.

Além disso, não há um fluxo de trabalho estabelecido entre as subsecretarias envolvidas que possibilite a gestão e fiscalização integrada desses contratos. Junto a isso, a escassez de recursos humanos na Secretaria compromete a eficiência e a qualidade do serviço prestado.

Nesse sentido, a Subsân tomou medidas para aprimorar esse serviço, culminando na criação de um grupo de trabalho (GT) dedicado a essa questão.

Como produto deste GT, foi elaborado um manual que servirá como referência para implementação de um programa, visando a garantir a efetividade das ações, e consequentemente de um serviço de alimentação que atenda aos padrões de qualidade e recomendações nutricionais.

No mais, para de 2025, a partir dos estudos concluídos pelo GT de 2024, pretende-se iniciar a implementação do programa proposto, além de consolidar a reformulação dos contratos de fornecimento de refeições nas unidades socioassistenciais da Sedes, buscando modernizar, fortalecer e criar novos mecanismos de controle prezando pela melhoria da prestação do serviço nas respectivas unidades.



17902 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Assistência Social do Distrito Federal - FAS/DF foi constituído pela Lei Complementar nº 8/1995 e regulamentado pelo Decreto nº 18.366/1997. O FAS/DF é um mecanismo especial de captação de receitas vinculadas à realização de ações relevantes de Assistência social no âmbito do Distrito Federal e tem por objetivo prover recursos e meios capazes de garantir, de forma ágil, sistemática e continuada, o financiamento de benefícios, serviços, programas e projetos tal como previsto no art. 14 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

O Fundo de Assistência Social do Distrito Federal - FAS/DF está vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF - SEDES/DF e será coordenado pelo titular do órgão (SEDES/DF) ou seu representante sob supervisão e fiscalização do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF.

O orçamento do FAS/DF constará das políticas e programas anuais e plurianuais do Governo do Distrito Federal e será submetido à apreciação e à aprovação do CAS/DF.

As despesas do FAS/DF constituir-se-ão de pagamento dos auxílios natalidade e funeral, previstos no art. 14, inciso I, da LOAS; financiamento dos benefícios eventuais, serviços e programas de assistência social e projetos de enfrentamento da pobreza de que tratam os arts. 22, 23, 24, 25, e 26 da LOAS; atendimento a ações de caráter de emergência; apoio a atividades permanentes de estudos, pesquisas e capacitação de recursos humanos, conforme preceituado no art. 19, incisos IX e X da LOAS; pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito privado para a execução de programas ou projetos específicos de assistência social; aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações de assistência social; construção, reforma, ampliação ou locação de imóveis para o desenvolvimento das ações de assistência social e atendimento de despesas diversas de pronto pagamento necessárias à execução inadiável de ações emergenciais de assistência social.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0



Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

O Fundo de Assistência Social do Distrito Federal - FAS/DF é operacionalizado pela força de trabalho da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	110000,0	520348,00	25000,0	15000,0
0002 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS-- DISTRITO FEDERAL	110000,0	520348,00	25000,0	15000,0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	510000,0	1010000,00	0	0
0166 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FÓRUMS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	510000,0	1010000,00	0	0
4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	660000,0	1805485,00	382252,36	193642,29
0003 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS-- DISTRITO FEDERAL	660000,0	1805485,00	382252,36	193642,29
2914 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	726248,0	2439659,00	1828997,74	1657689,72
0005 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	210000,0	210000,0	0	0
0006 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS-DISTRITO FEDERAL	516248,0	2229659,00	1828997,74	1657689,72
2943 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	110000,0	1163712,0	0	0
0003 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL--DISTRITO FEDERAL	110000,0	1163712,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2944 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1195000,0	4696536,00	4070002,56	2008246,17
0005 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	375000,0	1423623,0	1248213,23	491965,48
0006 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS-DISTRITO FEDERAL	820000,0	3272913,00	2821789,33	1516280,69
9071 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	18760000,0	25484053,00	23412070,21	21879901,86
0007 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	15760000,0	22809068,0	20820659,32	19588490,97
0008 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	2674985,00	2591410,89	2291410,89
9072 - TRANSFERÊNCIA PARA PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3000000,0	2804700,0	0	0
0003 - TRANSFERÊNCIA PARA PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL--DISTRITO FEDERAL	3000000,0	2804700,0	0	0
9073 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	62150000,0	96375440,00	91416206,51	89854368,73
0006 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	10000000,0	18247093,0	17894357,34	17416466,14
0007 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS-DISTRITO FEDERAL	50000000,0	77928347,00	73321849,17	72437902,59
0035 - APOIO A REALIZACAO DE PROJETOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	450000,0	0,0	0	0
0036 - APOIO A PROJETOS PARA PROTEÇÃO SOCIAL DJ	1400000,0	0,0	0	0
0037 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO DISTRITO FEDERAL	300000,0	200000,0	200000,0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	630000,0	630000,00	2198,38	2198,38
0036 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	630000,0	630000,00	2198,38	2198,38
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	410000,0	1847122,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0003 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-- DISTRITO FEDERAL	410000,0	1847122,00	0	0
4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	2700000,0	4233318,00	3569886,97	3135793,24
0003 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA-IGD-DISTRITO FEDERAL	2700000,0	4233318,00	3569886,97	3135793,24
4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	310000,0	310000,00	0	0
0003 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS-SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	310000,0	310000,00	0	0
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	12222580,0	26572137,00	25458581,15	24864090,03
0008 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-PSB - BENEFÍCIOS EVENTUAIS-DISTRITO FEDERAL	7222580,0	20622403,00	19508847,15	19467021,03
0009 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-BENEFÍCIOS EXCEPCIONAIS-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	5949734,00	5949734,00	5397069,0
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	612000,0	1531362,00	24200,0	24200,0
0010 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PSB - SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO-DISTRITO FEDERAL	410000,0	458000,00	24200,0	24200,0
0011 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-BPC NA ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	12000,0	120386,0	0	0
0012 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	90000,0	952976,0	0	0
0016 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROGRAMA AGENTES DA CIDADANIA - NO DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
9074 - TRANSFERÊNCIA PARA GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA -IGD	7530372,0	8141887,00	7752570,02	7608892,72
0003 - TRANSFERÊNCIA PARA GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA -IGD-IGD-DISTRITO FEDERAL	7530372,0	8141887,00	7752570,02	7608892,72
TOTAL - 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	111636200,00	179565759,00	157941965,90	151244023,14



Programação Orçamentária Executada

Benefícios Eventuais

Descrição: Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania e dos direitos sociais humanos. No Distrito Federal os benefícios eventuais estão regulamentados pela Lei N.º 5.165, de 04 de setembro de 2013, Decreto N.º 35.191, de 21 de fevereiro de 2014 e Portaria N.º 39, de 07 de julho de 2014 e classificam-se nas seguintes modalidades:

- Auxílio-natalidade;
- Auxílio por morte;
- Auxílio em situações de vulnerabilidade temporária;
- Auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

Podendo ser concedidos via pecúnia ou bens de consumo.

Auxílio Natalidade (Pecúnia): Repasse de parcela única à mãe ou alguém que a represente legalmente, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por criança nascida ou em situação de natimorto. Destina-se ao auxílio nas despesas decorrentes do nascimento de criança em situação de vulnerabilidade social. Em 2024, foram transferidos R\$ 1.988.400,00 (um milhão, novecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos reais) a 9.942 (nove mil novecentos e quarenta e duas) famílias.

Auxílio Natalidade (Bens de Consumo): Entrega de bens de consumo (bolsa maternidade) por criança nascida. A bolsa maternidade consistem em um enxoval composto por bolsa e itens de vestuário e higiene. No ano de 2024 foram entregues 7.100 (sete mil e cem) bolsas maternidades perfazendo um total investido de R\$ 2.684.510,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil quinhentos e dez reais).

Auxílio por Morte (Pecúnia): Concedido em parcela única no valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família. Em 2024 foram concedidos 120 (cento e vinte) auxílios por morte na modalidade pecúnia, gerando um montante de R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais) às famílias que tiveram identificada alguma vulnerabilidade em decorrência da perda de ente familiar.

Auxílio por Morte (Bens de Consumo): Concessão de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, pagamento de taxas e colocação de placa de identificação, entre outros serviços inerentes que garantam dignidade e respeito à família beneficiária. Em 2024 foram prestados 1.310 (um mil trezentos e dez) auxílios nesta modalidade.

Auxílio Vulnerabilidade (Pecúnia): Repasse de parcela no valor de até R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais) com limite de 6 (seis) parcelas anuais visando minimizar situações de riscos, perdas e danos e decorrentes de contingências sociais. Em 2024 foram atendidos 30.906 (trinta mil novecentos e seis) beneficiários totalizando um repasse de R\$ 12.609.648,00 (doze milhões, seiscentos e nove mil seiscentos e quarenta e oito reais).

Auxílio-Vulnerabilidade (Bens de Consumo): Concessão de bilhete de passagem ao usuário, objetivando auxiliar a família ou o indivíduo, visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, em caráter suplementar e provisório. Em 2024 foram concedidas 2.451 (dois mil quatrocentos e cinquenta e uma) passagens para diferentes estados do Brasil.

Auxílio-Calamidade (Pecúnia): Concessão de auxílio financeiro no valor de R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais) em situações de calamidade pública e desastre, podendo ser requerido mensalmente enquanto durar o estado de calamidade. No ano de 2024, foram atendidos 502 (quinhentos e dois) requerimentos de Auxílio Calamidade gerando um montante de R\$ 204.816,00 (duzentos e quatro mil oitocentos e dezesseis reais).



Benefício Excepcional

Descrição: Prestação excepcional no âmbito da assistência social, subsidiária à Política de Habitação do Distrito Federal, decorrente da existência de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial. Trata-se de concessão de auxílio financeiro no valor de até R\$ 600,00 (seiscentos reais), conforme critérios regidos em normativa. Instituído e regulamentado nas seguintes normativas: Lei Distrital nº 5.165 de 04 de setembro de 2013, Decreto nº 35.191 de 21/02/2014 e Portaria SEDES nº 39 de 07 de julho de 2014.

Resultado: Em 2024, foram atendidas 8.995 (oito mil novecentos e noventa e cinco) solicitações do Benefício Excepcional resultando no montante transferido às famílias em situação de desabrigo temporário de R\$ 5.397.069,00 (cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil sessenta e nove reais).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Descrição: O Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários. O serviço é efetuado de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. O referido serviço possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Público: Os grupos atendidos são organizados de forma a garantir o desenvolvimento das atividades de acordo com as necessidades de cada ciclo de vida, seguindo a divisão abaixo:

- Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos;
- Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos;
- Jovens de 18 a 29 anos;
- Adultos de 30 a 59 anos;
- Pessoas idosas (a partir de 60 anos).

Resultado: Nos 16 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CECON's distribuídos em 13 territórios do Distrito Federal, temos 1.468 (um mil quatrocentos e sessenta e oito) conviventes vinculados. Na execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV por meio de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil - OSC's há o montante de 4.700 (quatro mil e setecentas) vagas, sendo:

- 4.300 (quatro mil e trezentas) vagas para o grupo com a faixa etária de 06 a 17 anos; e
- 400 vagas para pessoas idosas.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

Descrição: Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Público: Famílias em situação de vulnerabilidade social cujos vínculos familiares estão preservados.

Unidade Executora: 32 CRAS distribuídos em todo o território do Distrito Federal. Desses 32 CRAS, há o CRAS Móvel, que oferta os serviços socioassistenciais às famílias em situação de vulnerabilidade, a fim de contribuir para melhoria na qualidade de vida das pessoas que residem em áreas longínquas com precário ou nulo acesso aos serviços públicos de Assistência Social. Atua especialmente nas áreas rurais.



Resultado:

- Total de atendimentos particularizados: 333.900.

- Total de pessoas atendidas: 180.459.

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos- PAEFI

Descrição: Serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento com intuito de promover a superação ou lidar com os impactos advindos dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

Público: Famílias em situação de vulnerabilidade social.

Unidades Executoras: 14 Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS. Ressalta-se que em 2024 foram inauguradas duas unidades de CREAS, a saber: CREAS Recanto das Emas e CREAS Migrantes.

Resultado:

- Total de Atendimentos particularizados: 42.522.

- Total de Pessoas Atendidas: 16.398.

Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua

Descrição: Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Além disso, oferece acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação, de acesso à documentação civil, benefícios socioassistenciais e atendimento com agentes sociais, psicólogos, educadores e assistentes sociais.

Público: Pessoas em situação de rua em todo o Distrito Federal.

Unidades Executoras: 02 Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centros Pop.

Resultado:

- Total de atendimentos: 23.129.

- Total de pessoas atendidas: 5.944.

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias – SAIAF

Descrição: Atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência; pessoas em trânsito e sem condições de auto sustento ou situação de rua.

Público: Adultos e Famílias em situação de rua e desabrigo.

Unidade executora: 2 unidades da rede pública de assistência social governamental e por meio de 3 Organizações da Sociedade Civil - OSC's parceiras (rede pública de assistência social não-governamental) em 17 Casas de Passagem.

Resultado:

- Média mensal de adultos e famílias acolhidos nas unidades governamentais: 49 (este dado não inclui idosos e deficientes atendidos nessas unidades);

- Média mensal de adultos e famílias acolhidos nas unidades não governamentais parceiras: 941;

- Na rede pública de assistência social governamental, são ofertadas, em média, 135 vagas permanentes para acolhimento de adultos e famílias. Durante os meses de junho a agosto, períodos de onda de frio no Distrito Federal, esse quantitativo é temporariamente ampliado em 150 vagas adicionais em abrigos emergenciais.



- Na rede pública de assistência social não-governamental foram ofertadas 720 vagas para acolhimento de adultos e famílias.

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas – SAIPI

Descrição: Acolhimento para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento, independentes ou com grau de cuidados de saúde mais elevado.

Público: Pessoa Idosa que não dispõem de condições para permanecer com a família.

Unidade executora: 01 (uma) unidade de assistência social governamental e por meio de parceria com 05 (cinco) Organizações da Sociedade Civil - OSC's (rede pública de assistência social não-governamental).

Resultado:

- Média mensal de pessoas idosas acolhidas em unidade governamental: 35.
- Média mensal de pessoas idosas acolhidas nas unidades não-governamentais parceiras: 268.
- Na rede pública de assistência social governamental foram ofertadas 35 vagas para acolhimento temporário de pessoas idosas.
- Na rede pública de assistência social não-governamental foram ofertadas 268 vagas para acolhimento de pessoas idosas.

Serviço de Acolhimento em República para Jovens Egressos de Acolhimento – RJOVEM

Descrição: Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autos-sustentação.

Público: Jovens (Mulheres) egressas do serviço de acolhimento institucional.

Unidade Executora: Uma unidade de assistência social governamental denominada República Jovem (RJovem).

Resultados:

- Média mensal de jovens acolhidas na unidade de assistência social governamental: 5 jovens.

Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência

Descrição: Acolhimento de jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não dispõem condições de autocuidado e sustento.

Público: Jovens e Adultos com deficiência, na faixa etária de 18 até 59 anos.

Unidade executora: Parceria com 04 (quatro) Organizações da Sociedade Civil - OSC's (rede pública de assistência social não-governamental).

Resultado:

- Média mensal de jovens e adultos com deficiência acolhidos nas unidades não-governamentais parceiras: 213.
- Na rede pública de assistência social não-governamental foram ofertadas no total 220 vagas para acolhimento de jovens e adultos com deficiência, em 19 Residências Inclusivas.
- Informações complementares: houve a ampliação de 20 vagas (uma nova Residência Inclusiva) em OSC já parceira e 10 vagas em outra OSC também parceira.

Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS

Descrição: Trabalho social de abordagem e busca ativa com a finalidade de identificar nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, promover a inserção de pessoas em situação de rua na rede



de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos, bem como contribuir para a construção do processo de saída das ruas, possibilitando condições de acesso à rede de serviços.

Público: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

Unidade executora: Por meio de parceria com Organização da Sociedade Civil - OSC, com meta de atendimento de 3.000 pessoas. O serviço conta com 26 equipes que atuam de forma continuada e planejada nos territórios.

Resultado:

- Total de atendimentos: 29.893.
- Total de pessoas atendidas: 9.513.

Ações Socioassistenciais Complementares de Promoção da Habilitação e Reabilitação

Descrição: no âmbito da assistência social, promove o processo de desenvolvimento em diversas áreas que contribuem para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e viabiliza a participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. O atendimento inclui ações integradas com demais políticas públicas; o desenvolvimento de ações voltadas para o fortalecimento da autonomia social, apoiando o desenvolvimento de autogestão e autodefensoria, exercitando a defesa de seus direitos e garantindo a expressão de suas próprias decisões a respeito de suas vidas, reivindicando voz e espaço para expressar suas ideias, desejos, expectativas e necessidades; bem como desenvolvimento de ações complementares de suporte às famílias.

Público: famílias com pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade e risco social.

Unidades Executoras: por meio de parceria com 07 Organizações da Sociedade Civil.

Resultado: Número de vagas ofertadas: 1.260.

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA

Descrição: Acolhimento institucional provisório e excepcional de crianças e adolescentes do Distrito Federal e territórios, afastados do convívio familiar.

Público: Crianças e Adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de aplicação de Medida Protetiva de acolhimento institucional, disposta no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Resultados:

- Média mensal de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente nas unidades governamentais: 18.
- Média mensal de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente nas unidades não governamentais parceiras: 331.
- Na rede pública de assistência social governamental foram ofertadas 26 vagas para acolhimento de crianças e adolescentes até Maio de 2024, e com a junção das unidades Saica I e Saica II as vagas ofertadas na execução direta foram reduzidas para 16.
- Na rede pública de assistência social não-governamental foram ofertadas 380 vagas para acolhimento de crianças e adolescentes, sendo que as vagas foram ampliadas ao longo do ano com termos aditivos a partir das necessidades, em especial das demandas específicas de acordo com a Portaria SEDES/DF Nº91.

Programa Família Acolhedora (Bolsa)

Descrição: A política de acolhimento em família acolhedora é parte integrante da política de atendimento de assistência social do Distrito Federal e foi Instituída pela Lei nº 6.794/2021. A política tem por finalidade dar abrigo provisório a crianças e adolescentes afastados do convívio com a família de origem como medida protetiva, por determinação judicial. Consiste em subsídio financeiro mensal no valor de R\$ 456,50 (quatrocentos e cinquenta e seis reais



e cinquenta centavos) por criança acolhida repassado à família acolhedora (Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes). Configura-se como ajuda de custo para a assistência material do acolhido.

Público: Crianças e Adolescentes afastados do convívio com a família de origem.

Resultado: Foram concedidas 386 bolsas pagas para 386 beneficiários acolhidos em 49 famílias ao longo do ano de 2024, totalizando o montante de R\$ 177.122,00 (cento e setenta e sete mil cento e vinte e dois reais).

Programa Família Acolhedora (Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes)

Descrição: A política de acolhimento em família acolhedora é parte integrante da política de atendimento de assistência social do Distrito Federal e foi Instituída pela Lei nº 6.794/2021. A política tem por finalidade dar abrigo provisório a crianças e adolescentes afastados do convívio com a família de origem como medida protetiva, por determinação judicial. Consiste em subsídio financeiro mensal no valor de R\$ 456,50 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) por criança acolhida repassado à família acolhedora (Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes). Configura-se como ajuda de custo para a assistência material do acolhido.

Público: Crianças e Adolescentes afastados do convívio com a família de origem.

Resultados: Até o mês de outubro de 2024 foram ofertadas 65 vagas para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, divididas em dois termos: Termo 2018 (20 vagas) e Termo 2023 (45 vagas). Entretanto, o termo de 2018 foi encerrado para uma ampliação das vagas, que deixou de ser 45 vagas e passou a ser 59.

Programa Incentiva DF

Descrição: O Programa Incentiva DF prevê o pagamento de Bolsa Social mensal no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por período máximo de 12 meses. É destinado a jovens de 15 a 18 anos incompletos, a fim de fortalecer o trabalho social com indivíduos e famílias no território, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF, visando promover a convivência social, autonomia e protagonismo de adolescentes. Instituído pelo Decreto nº 42.872/2021, que regulamenta a Lei nº 7.008, de 17 de Dezembro de 2021, a qual institui o Plano DF Social.

Público: Jovens de 15 a 18 anos incompletos.

Unidade Executora: Inicialmente, vem sendo executado pelas seguintes unidades: Centro de Convivência - CECON localizado na Ceilândia Sul, Gama Oeste, Santa Maria e Taguatinga - Mozart Parada; além disso, temos execução pelas Organizações da Sociedade Civil: Casa Azul, Instituto Proeza, Instituto Mãos Solidárias e Madalena Caputo.

Resultado: A primeira entrada ocorreu em Dezembro de 2024, com a oferta de 200 vagas, considerando vagas tanto para os Centros de Convivência quanto para as Organizações da Sociedade Civil parceiras que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, resultando, por fim, em 162 vagas preenchidas.

Postos de Cadastramento – CADÚNICO

Descrição: Atendimento para entrevistar o responsável familiar com a finalidade de coleta de dados e preenchimento do formulário do Cadastro Único, bem como prestação de orientações e possíveis ações para manutenção de benefício de transferência de renda.

Público: Famílias de baixa renda residentes no Distrito Federal.

Unidade Executora: Termo de Colaboração entre Fundo de Assistência Social do Distrito Federal - FAS/DF e Organização da Sociedade Civil - OSC.

Resultado:

- 13 postos de cadastramento instalados e distribuídos em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal;



- Média mensal de atendimentos entre janeiro e dezembro: 14.055 famílias;
- Total de atendimentos entre janeiro e dezembro: 168.662 famílias.

Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS

Pagamento de anuidade do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social - FONSEAS.

Capacitação de Servidores

Realização de capacitação de servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES/DF para atuação na área da Assistência Social.

AÇÕES COMPLEMENTARES (SEM RECURSO ORÇAMENTÁRIO DISCRIMINADO)

Postos de Cadastramento - NA HORA

Descrição: Atendimento para entrevistar o responsável familiar com a finalidade de coleta de dados e preenchimento do formulário do Cadastro Único, bem como prestação de orientações e possíveis ações para manutenção de benefício de transferência de renda.

Público: Famílias de baixa renda residentes no Distrito Federal.

Unidade Executora: Fundo de Assistência Social do Distrito Federal - FAS/DF. Atualmente existem 5 Postos do Na Hora atuantes. A prestação de serviço de Cadastro Único no posto Na Hora de Sobradinho foi encerrada em Abril de 2024 e só houve atendimento até o dia 12/04/2024, o mesmo ocorreu no posto Na Hora do Plano Piloto, havendo atendimento somente até 03/09/2024.

Resultados: Média mensal das pessoas atendidas entre janeiro e dezembro: 2.101 (dois mil cento e uma). Total de atendimentos entre janeiro e dezembro: 25.212 (vinte e cinco mil duzentos e doze).

Projeto com Finalidade de Fortalecer a Comunidade Warao Coromoto

Descrição: o projeto tem como foco a inclusão dos refugiados indígenas da etnia Warao na rede socioassistencial e comunitária, de educação, saúde, entre outras redes, bem como garantir os direitos das famílias à construção de autonomia financeira, inserção social do grupo na sociedade brasileira, respeitada sua cultura e valores. Por meio de fomento advindo de emenda parlamentar, oferta-se às famílias do povo indígena Warao, local de moradia, alimentação, adequação deste local e uma série de ações com foco na produtividade socioeconômica da comunidade.

Público: Grupo 31 famílias, com aproximadamente 120 pessoas entre homens e mulheres, adolescentes e crianças e pessoas idosas.

Unidade executora: Por meio de parceria com uma Organização da Sociedade Civil. A vigência se iniciou em 30/08/2023 e, após prorrogação, foi encerrada em 30/11/2024.

Resultado: Média mensal de pessoas atendidas: 120 pessoas.

Ações de Proteção Social Básica Executadas por Equipe Móvel

Descrição: Equipe responsável por prestar serviços de Proteção Social Básica às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros) bem como por atuar em ações concentradas de atendimento nas unidades socioassistenciais da SEDES e demais políticas públicas. A Equipe de Proteção Social Móvel se consolidou como unidade de Cras Móvel, o qual executa o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif, descrito no respectivo quadro.

Central de Acolhimento para Adultos e Famílias – CENTRAF

Descrição: Unidade responsável por executar a regulação de vagas nos serviços de acolhimento para adultos e famílias, para pessoas com deficiência e para pessoas idosas, gerenciando o acesso a abrigos institucionais, casas de passagem, residências inclusivas e outras modalidades de atendimento.



Público: adultos e famílias, pessoas idosas e com deficiência com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento.

Resultado: 100% das vagas de serviços de acolhimento vinculados à Secretaria foram ocupadas conforme as providências/gestão da Diretoria de Serviços de Acolhimento.

Informações complementares: Registra-se que a Central de Acolhimento para Adultos e Famílias (CENTRAF) foi criada em 10 de outubro de 2024, conforme Diário Oficial nº 196 de 11/10/2024, e que atende de maneira contínua e ininterrupta às demandas de acolhimento apresentadas por usuários, pela rede de serviços socioassistenciais e por demais políticas públicas. A média mensal de requerimentos de vagas nos serviços de acolhimento: 217 homens adultos, 130 mulheres adultas, 349 pcd independentes, 214 famílias, 13 idosos dependentes, 243 idosos independentes, 31 idosas independentes, 17 pcd's dependentes. Total: 940 (levantamento de novembro de 2024).

Central de Vagas de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – CENTVAC

Descrição: Unidade responsável por realizar, de forma contínua e ininterrupta, a regulação de acesso e o encaminhamento de crianças e adolescentes aos serviços de acolhimento institucional, observando os fluxos e protocolos pactuados com o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, além de realizar o atendimento de crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar por meio do procedimento de acolhimento excepcional e de urgência, realizando estudo de caso inicial e construindo, junto ao Conselho Tutelar e à Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, um plano estratégico para atuação no período de até 24 horas.

Média mensal de crianças e adolescentes atendidas na Central de Vagas encaminhadas para o serviço de acolhimento: 60 (conforme dados do SAG 159785721).

Unidade de Proteção Social 24h - UPS 24h

Descrição: planeja e executa atendimento socioassistencial em situações emergenciais temporárias causadas por eventos imprevistos e incertos, decorrentes de calamidades públicas, emergências, risco ambiental ou climáticos estabelecidos pela Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e outros órgãos competentes, mantendo equipe de prontidão de forma ininterrupta; além de atuar de forma preventiva e protetiva em remoções de grupos populacionais que ocupam irregularmente áreas públicas, de proteção ambiental e em casos de reintegração de posse de particular no Distrito Federal, quando identificados indivíduos e famílias vulneráveis, com a realização de articulações interinstitucionais, estudos sociais prévios às ações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades socioassistenciais emergenciais verificadas.

Público: Famílias em áreas com conflitos fundiários; famílias em vulnerabilidade social em razão de calamidades e emergências.

Resultados:

- Pernoite: Foram implantados 3 pernoites: CIEFF – 907 Sul; CECON – Gama; e Coordenação Regional de Ensino - Ceilândia.

- Início: 17/06/2024.

- Término: 31/08/2024.

- Quantidade de pessoas atendidas neste período: 10.125 pessoas.

Calamidades: No ano de 2024, a UPS 24h participou de 21 ações de Calamidade, em sua maioria relacionadas a situações de desabrigo por eventos climáticos, em especial por fortes chuvas.

- A equipe da UPS 24h atuou em 373 operações em conjunto com os demais órgãos do GDF.

- Foram atendidas 1.526 famílias nas operações de levantamento socioeconômico.

- No total, foram realizados 15.475 atendimentos nesta Unidade.



Programação Orçamentária não Executada

3678.0166 - Realização de Eventos - Realização de Eventos - Fóruns, Realização de Eventos-Fóruns, Conferências e Seminários-Distrito Federal - Não houve demanda por parte da área técnica responsável em 2024.

2914.0005 - Proteção Social Básica-Orçamento Criança e Adolescente -Distrito Federal - Não houve demanda por parte da área técnica responsável em 2024.

2943.0003 - Realização de Ações do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - Distrito Federal - Não houve execução pois o programa primeira infância encontra-se em revisão pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

9072.0003 - Transferência para Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social--Distrito Federal - Não houve execução pois o programa primeira infância encontra-se em revisão pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

9073.0035 - Apoio a Realização de Projetos de Assistência Social - Emenda Parlamentar cancelada.

9073.0036 - Apoio a Projetos para Proteção Social DJ - Emenda Parlamentar cancelada.

9073.0037 - Transferência para Proteção Social Especial - no Distrito Federal - Emenda Parlamentar cancelada.

4159.0003 - Ações Complementares de Proteção Social Especial--Distrito Federal - Não houve demanda por parte da área técnica responsável em 2024.

4159.4161 - Gestão e Aprimoramento de Benefícios de Transferência de Renda - Não houve demanda por parte da área técnica responsável em 2024.

4181.0003 - Vigilância Social nos Territórios-Sistema Único de Assistência Social-Distrito Federal - Não houve demanda por parte da área técnica responsável em 2024.

4188.0011 - Ações Complementares de Proteção Social Básica-BPC na Escola-Distrito Federal - Não houve execução, pois o programa encontra-se em revisão pelo Ministério do Desenvolvimento social - MDS.

4188.0012 - Ações Complementares de Proteção Social Básica-Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho-Distrito Federal - Não houve execução, pois o programa encontra-se em revisão pelo Ministério do Desenvolvimento social - MDS.

4188.0016 - - Ações Complementares de Proteção Social Básica-Programa Agentes da Cidadania - no Distrito Federal - Em 2024, excepcionalmente, o programa agentes da cidadania foi executado na unidade orçamentária 17.101 - Sedes, por meio de emenda parlamentar.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10832 - PERCENTUAL DE EQUIPE MÍNIMA DE REFERÊNCIA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	PERCENTUAL	27,00	01/01/2023	Bianual	27,00	0,00		X		X		X	PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS - PDAD REALIZADA PELA CODEPLAN.
Justificativa: 2024 - Indicador sem índice desejado para o exercício.													
10833 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA	PERCENTUAL	15,10	01/01/2021	Anual	14,01	0,00		X		X		X	IBGE - SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, TENDO POR BASE A PNAD-C, SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS.
Justificativa: 2024 - Índice não apurado devido à necessidade de atualização do índice de referência para uma melhor reflexão da realidade. Acontece que, houve mudança no critério de medição decorrente da transição do PPC 2011 para o PPC 2017. Indicadores baseados no PPC 2011 e PPC 2017 não são diretamente comparáveis, pois utilizam parâmetros distintos. Por isso, a alteração do índice desejável é necessária para garantir que as análises reflitam a nova base metodológica, evitando interpretações incorretas. Com o PPC 2017, a linha de pobreza é redefinida para US\$ 6,85. Isso reduz a proporção da população classificada como "abaixo da linha de pobreza", não porque houve necessariamente uma melhora significativa nas condições de vida, mas porque o critério foi recalibrado para se alinhar a um novo padrão internacional. A atualização do índice desejável é essencial para manter a consistência e a relevância das metas sociais, considerando a evolução metodológica que impacta a definição da linha de pobreza. Dessa forma, as políticas públicas podem ser mais bem direcionadas para enfrentar os desafios atuais, baseando-se em parâmetros mais adequados à realidade.													



8228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	28532274,0	52591878,0	24496371,90	22124039,90
0010 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL	28532274,0	52591878,0	24496371,90	22124039,90
TOTAL - 8228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO E MANUTENÇÃO	28532274,00	52591878,00	24496371,90	22124039,90

Manutenção e Reformas Prediais

Descrição: Prestação de serviços para manutenção e reformas no prédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF e todas as suas unidades vinculadas.

Resultado: Em 2024 todas as Unidades da SEDES passaram por algum tipo de reforma, reparo ou manutenção predial. Incluindo CREAS, CRAS, Restaurantes Comunitários, CECON's, através de contratos firmados com empresas especializadas na prestação deste tipo de serviço.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Acerca das realizações extraordinárias em 2024, destacam-se:

- Foram celebrados 04 termos de fomento com objeto referente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), conforme imagem abaixo:

Organização da Sociedade Civil	Objeto	Ciclo etário	Vagas	Valor
Obras Benedita Cambiágio	Ações socioassistenciais afetas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	06 a 14 anos	70	R\$ 300.000,00
Associação dos Voluntários Pró-Vida Estruturada - Viver		06 a 15 anos	100	R\$ 500.000,00
Centro Assistencial Maria Carmen Colera - CAC		06 a 12 anos	100	R\$ 350.000,00
Associação Beneficente Luterana Cantinho do Girassol		08 a 25 anos	195	R\$ 200.000,00

- Censo Suas 2024: A Gervis coordenou o processo de atualização do CadSuaS (Cadastro Nacional do SuaS) e do Censo SuaS 2024, fornecendo orientação e suporte às unidades e coletando as informações necessárias para o preenchimento do Questionário Gestão Municipal. Além disso, realizou a atualização do cadastro de toda a força de trabalho da área de gestão da política de Assistência Social na Sede, o que inclui a Subsas e toda a área meio (Suag, Sugip, Seeds e Gabinete);



- RMA 2024: Esta Gerência sanou as pendências de envios de dados do Registro Mensal de Atendimentos - RMA dos CRAS, CREAS e Centros Pop para a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Os dados do RMA têm implicação direta no cofinanciamento federal do Suas no DF;
- Elaboração e lançamento do novo módulo Central de Vagas para permitir a automatização de parte dos processos de regulação de vagas em unidades de acolhimento pelas unidades socioassistenciais;
- Realização dos ciclos de intervenção realizados pela Diretoria de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos no primeiro semestre de 2024 com participação de servidores de todas as unidades de CREAS e Centros Pop que viabilizaram a discussão dos procedimentos de acolhida;
- Concessão do Auxílio-Natalidade na forma bens de consumo no momento do atendimento (bolsa maternidade);
- Implementou o fluxo de concessão de benefícios eventuais relacionados a situações de risco à vida;
- Instituiu o Comitê Intergestor do Programa Bolsa Família;
- Propôs alteração do decreto de gratuidade de refeição para população de rua;
- Elaborou documentação para incluir a Vigilância Socioassistencial na estrutura organizacional;
- Implementou dois novos equipamentos públicos: Creas Recanto das Emas e Creas Migrante, o primeiro do país destinado exclusivamente ao atendimento de migrantes, além da inauguração de um CRAS no Itapoã Parque e um CRAS em Santa Maria (Porto Rico).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As realizações efetivadas em 2024 foram bastante significativas para os serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial no Distrito Federal. Considerando as ampliações nos números de vagas, a implementação de novos Programas e a inauguração de novas unidades socioassistenciais, faz com que mais pessoas em situação de vulnerabilidade social sejam amparadas por todo esse equipamento efetivando, portanto, as políticas públicas de assistência social destinadas às pessoas necessitadas do oferecimento deste tipo de amparo pelo Estado. Assim, a indisponibilidade de mão de obra é um empecilho significativo para que a Vigilância Socioassistencial possa produzir regularmente indicadores a respeito de todos os níveis de proteção social e das vulnerabilidades, riscos e potencialidades nos territórios que compõem o DF. O que leva às dificuldades encontradas, a Gerência de Vigilância Socioassistencial se manifestou sobre as dificuldades, no qual relata:

Falta de pessoal: Atualmente, a gerência conta com apenas um servidor, quantidade que é insuficiente para a concretização da Vigilância Socioassistencial, que é um dos objetivos da Assistência Social, de acordo com a Lei 8.742: Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) (...)

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

De acordo com o caderno Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, publicado pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para cumprir seus objetivos, a Vigilância Socioassistencial:



- produz e sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social, que incidem sobre famílias e sobre os indivíduos nos diferentes ciclos de vida;
- monitora a incidência das situações de violência, negligência e maus tratos, abuso e exploração sexual, que afetam famílias e indivíduos, com especial atenção para aquelas em que são vítimas crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;
- identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;
- identifica a incidência de vítimas de separação social, que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- monitora os padrões de qualidade dos serviços de Assistência Social, com especial atenção para aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários;
- analisa a adequação entre as necessidades de proteção social da população e a efetiva oferta dos serviços socioassistenciais, considerando o tipo, volume, qualidade e distribuição espacial dos mesmos;
- auxilia a identificação de potencialidades dos territórios e das famílias neles residentes. Trata-se, portanto, de um conjunto complexo de atribuições que envolve todos os níveis de Proteção Social. Considerando que há, no Distrito Federal, mais de 120 equipamentos de Assistência Social geridos pela Sedes ou por Organizações da Sociedade Civil que têm parceria com a Sedes, nota-se que o volume de informações a ser coletado e sistematizado é grande e heterogêneo. A produção dos indicadores da Vigilância Socioassistencial exige uma padronização das rotinas de coleta e compartilhamento de dados, de modo que este setor precisa propor metodologias de registro e prestar contínuo suporte aos trabalhadores dos equipamentos, para garantir a qualidade dos dados.

O trabalho da Vigilância Socioassistencial também exige o uso de ferramentas de análise e visualização de dados, como software de análise estatística e de processamento de informações geográficas. Este trabalho exige competências específicas e, muitas vezes, envolve tarefas laboriosas de compilação e transformação de dados e produção de soluções automatizadas (fórmulas e macros no Excel, scripts, etc.).

Para o próximo ano segue planejamento das ações:

- Ampliar o número de unidades de execução de serviços socioassistenciais com carro e motoristas para realização de visitas domiciliares;
- Aperfeiçoar a oferta de benefícios eventuais no Distrito Federal, com a adequação das normas vigentes;
- Qualificar a oferta do auxílio por morte na forma bens de consumo;
- Revisar os processos de trabalho na oferta dos serviços de Proteção Social Básica;
- Implementar a concessão do auxílio vulnerabilidade na forma passagem intraurbana;
- Ampliar a oferta dos serviços de acolhimento, de modo que 50% das pessoas em situação de rua possam acessar os serviços;
- Constituir equipes e profissionais para o desenvolvimento da área da Vigilância Socioassistencial;
- Ampliar e aprimorar o Sistema de Informação de modo a atender os serviços;
- Normatizar o pagamento da bolsa do serviço de acolhimento em Família Acolhedora;
- Implementar avaliação da qualidade do atendimento a partir da experiência do usuário nos equipamentos públicos; e
- Ampliar o número de vagas ofertadas para pessoas idosas no Serviço de Acolhimento Institucional, saindo da oferta de 245 para 495.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Está em andamento as tratativas para a realização de uma cooperação entre a SEDES e a Secretaria de Saúde - SES, com o objetivo de propor equipamentos para o cuidado intersectorial entre as políticas de assistência e saúde.

Pretende-se também:

- Ampliar o número de vagas ofertadas para pessoas com deficiência no Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de Residência Inclusiva, saindo da oferta de 190 para 280;
- Implementar Programa de Alimentação nas unidades socioassistenciais;
- Disponibilizar ambiente acessível e em conformidade com parâmetros normativos para a realização dos atendimentos nas unidades;
- Implementar os seguintes equipamentos públicos: CRAS Paranoá Parque; Cras Estrutural (Santa Luzia); CRAS Ceilândia Norte (Privê); CRAS São Sebastião (Morro da Cruz); CRAS Planaltina II (Estância Mestre D'armas); e
- Implementar 03 programas socioassistenciais complementares: Moradia Primeiro; Habilitação e Reabilitação; Guarda Subsidiada.



17906 - FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP foi criado pela Lei nº 4.220/2008 com o objetivo de viabilizar à população do Distrito Federal o acesso a níveis dignos de vida, cujos recursos serão aplicados em ações de capacitação para o trabalho e elevação do nível educacional e em atividades socioeducativas de convivência e socialização, tendo como foco principal a inclusão produtiva e a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal.

O FCEP será gerido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF à qual compete:

- I – Formular as políticas e diretrizes gerais que orientarão as aplicações do Fundo;
- II – Propor programas e ações a serem financiados com recursos do Fundo, para apreciação e deliberação do Conselho;
- III – Elaborar as propostas orçamentárias anuais e a plurianual, a serem encaminhadas à manifestação do Conselho de Administração do Fundo, bem como suas alterações;
- IV – Apresentar os resultados da execução dos programas e das ações financiados com recursos do Fundo;
- V – Prestar apoio técnico-administrativo para o funcionamento do conselho de que trata o art. 5º;
- VII – Selecionar, por edital de chamamento público, entidades ou associações da sociedade civil para desenvolverem programas e ações a serem financiados com recursos do Fundo.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0



O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP é operacionalizado pela força de trabalho da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	130499206,0	125514206,0	125514206,0	124150175,0
0008 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO-FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA-DISTRITO FEDERAL	130499206,0	125514206,0	125514206,0	124150175,0
TOTAL - 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	130499206,00	125514206,00	125514206,00	124150175,00

Programação Orçamentária Realizada

PROGRAMA DF SOCIAL

Descrição: O Programa DF Social foi instituído pela Lei nº 7.008 de 17 de dezembro de 2021 regulamentada pelo Decreto nº 42.872 de 29 de dezembro de 2021 e visa a superação da pobreza no Distrito Federal. O Programa DF Social é um benefício de transferência direta de renda, concedendo auxílio financeiro, em parcelas sucessivas mensais, no valor mínimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) cada, a ser creditado em nome do responsável familiar definido no CadÚnico, preferencialmente mulher. Apenas 1 membro da família faz jus ao recebimento do benefício. O crédito do DF Social é intransferível. O DF Social é financiado pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP.

Público: Destinado às famílias de baixa renda residentes no Distrito Federal e inscrita no Cadastro Único - CADÚNICO.

Resultado: No período de janeiro a dezembro de 2024 foram geradas 12 folhas de pagamento do Programa DF Social. Isto representa 75.276 famílias atendidas pelo programa; sendo 820.684 (oitocentos e vinte mil seiscientos e oitenta e quatro) benefícios pagos, totalizando um valor de R\$ 124.150.175,00 (cento e vinte e quatro milhões, cento e cinquenta mil cento e setenta e cinco reais) reais investidos.
*Quantidades e Valores retirados do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Foram realizadas formas diversificadas de atendimento do Cadastro Único e além disso, foram implementados dois novos programas complementares ao DF Social, a saber, Agentes da Cidadania e Incentiva DF, ambos instituídos pela Lei nº 7.008 de 17 de dezembro de 2021 regulamentada pelo Decreto nº 42.872 de 29 de dezembro de 2021.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Analisando as realizações de 2024, foi observado o aumento de 25.366 (vinte e cinco mil trezentos e sessenta e seis) parcelas pagas, e consequente aumento no total investido em relação ao ano de 2023, totalizando R\$ 4.273.180,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

três mil cento e oitenta reais). Ademais, a dificuldade apontada pelas unidades administrativas responsáveis pela execução do programa foi a falta de pessoal.

Pretende-se em 2025 iniciar a implementação de 02 (dois) programas sócio assistenciais complementares, a saber, DF Brincar e DF Alfabetização, que estão previstas na Lei nº 7.008 de 17 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 42.872 de 29 de dezembro de 2021 e visam a superação da pobreza no Distrito Federal.



18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 2024, segundo dados do Censo Escolar do Distrito Federal, a SEEDF possuía 834 unidades escolares organizadas em 14 Coordenações Regionais de Ensino e 455.419 estudantes matriculados nas distintas etapas e modalidades da Educação Básica. Parte integrante da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, é responsável pelas políticas públicas educacionais e pela direção superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, tendo por missão proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e a permanência com êxito de todos os estudantes, no decorrer do percurso escolar.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) passou por uma série de alterações em sua estrutura administrativa ao longo de 2024. Essas alterações foram implementadas por meio de diversos decretos publicados durante o ano. Segue alguns decretos que promoveram essas mudanças: 45.505, de 20/02; 45.549, de 04/03; 45.663, 03/04; 45.768, 07/05; 45.940, de 24/06; 45.977, de 02/07; 46.092, 02/08; 46.348, de 03/10; 46.490, de 04/11; 46.653, de 18/12 e outros.

As competências das unidades organizacionais e as atribuições dos titulares dos cargos e funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno da SEEDF, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, cabe destacar que o mesmo se encontra em fase de atualização, a ser publicada em 2024. Consoante com o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da SEEDF, esta tem atuação e competência nas seguintes áreas:

- I - educação básica: etapas e modalidades;
- II - educação superior;
- III – apoio ao estudante;
- IV- formação e capacitação dos servidores.

O mesmo Regimento Interno (Art. 2º) atribui à SEEDF as seguintes competências:

- I – propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;
- II – cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da Educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;
- III – regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;
- IV – realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos, e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;
- V – propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;
- VI – manter, coordenar e supervisionar as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;
- VII – criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- VIII – ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;
- IX – implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;
- X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;
- XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;
- XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;
- XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;
- XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;
- XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;
- XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;
- XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal; e
- XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2.308	3.004	6.109	22.707	34.128
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	19.495	19.495
Requisitados de órgãos do GDF	66	0	0	0	66
Requisitados de órgãos fora do GDF	11	0	19	0	30
Estagiários	1	0	16	31	48
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2.386	3.004	6.144	42.233	53.767
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	357	259	616
Total Geral	2.386	3.004	5.787	41.974	53.151



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	64117335,0	32913921,00	32913920,72	32897875,17
0006 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO-SE-DISTRITO FEDERAL	64117335,0	32913921,00	32913920,72	32897875,17
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	848905272,0	8613635,00	8157083,71	6415102,34
0085 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SE-DISTRITO FEDERAL	848905272,0	8613635,00	8157083,71	6415102,34
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200000,0	5648,0	5648,0	5648,0
0003 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SE-DISTRITO FEDERAL	200000,0	5648,0	5648,0	5648,0
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	103807215,0	0,00	0	0
0072 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	103807215,0	0,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1017029822,00	41533204,00	41076652,43	39318625,51

Programação Orçamentária Realizada

O Programa de Operações Especiais consiste na concessão de pagamentos aos servidores da SEEDF relativos a ressarcimentos, indenizações e licenças prêmio e Indenizações, conforme descrito abaixo:

Em 2024, foram concedidos 178 ressarcimentos de servidores requisitados, 27 Indenizações de regularização funcional, 56.686 indenizações de Licença Prêmio para os servidores desta Secretaria.

Programação Orçamentária não Executada

A ação/subtítulo 9127.0072 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia - Servidor Ativo - Distrito Federal, apresentou a programação orçamentária não executada devido ao cancelamento do crédito.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	690880,0	0,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0009 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	690880,0	0,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	690880,00	0,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

O subtítulo 2619.0009 - Atenção à Saúde e Qualidade de Vida - Secretaria de Estado de Educação - Distrito Federal, apresentou a programação orçamentária não executada devido ao cancelamento do crédito.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	2890027,0	3240027,00	3205560,45	2454484,93
8424 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SE-DISTRITO FEDERAL	2890027,0	3240027,00	3205560,45	2454484,93
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	2890027,00	3240027,00	3205560,45	2454484,93

Programação Orçamentária Realizada

A FUNAP desenvolve, desde 1986, em parceria com a SEEDF, programas de inclusão na educação formal, qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho, com vistas ao aumento dos níveis de escolarização, à remissão de pena e à promoção da qualidade de vida das pessoas privadas de liberdade, bem como à reintegração social dos egressos do sistema prisional.

Entre as ações voltadas para a reintegração social das pessoas privadas de liberdade por meio do trabalho, a SEEDF e a FUNAP, através da ação orçamentária 2426 - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família, possuem parceria que oferta a esse público atividades nas instalações da SEEDF, em áreas como a administrativa e de serviços de manutenção predial escolar, entre outras. Em dezembro de 2024, esta Secretaria contava com a prestação de serviços de 148 pessoas da FUNAP/DF.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1586028,0	886933,0	0	0
2787 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	1586028,0	886933,0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	0	52124672,0	48853390,0	48476590,0
0096 - APOIO A PROJETOS-EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO (ESV)-DISTRITO FEDERAL	0	52124672,0	48853390,0	48476590,0
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	0	150000000,7	150000000,0	150000000,0
0004 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE - PLE - REDE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	0	64500000,7	64500000,0	64500000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0005 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE - PLE - OUTROS - DISTRITO FEDERAL	0	85500000,0	85500000,0	85500000,0
9068 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	234958508,0	229288291,96	216319520,65	216289520,65
0001 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	119828508,0	111320615,0	99689843,69	99689843,69
0002 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECU-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF- DISTRITO FEDERAL	0	2000000,0	2000000,0	2000000,0
0005 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - DESCENTRALIZAÇÃO PDAF - DISTRITO FEDERAL	0	979000,0	979000,0	979000,0
0007 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA ESCOLAS - DISTRITO FEDERAL	0	620000,0	620000,0	620000,0
0008 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - DISTRITO FEDERAL	0	151900,0	151900,0	151900,0
0009 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	100000,0	100000,0
0277 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA ESCOLAS- DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
0278 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF - 2024- DISTRITO FEDERAL	0	450000,0	450000,0	450000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0280 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS-DISTRITO FEDERAL	0	22000,0	22000,0	22000,0
0360 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO FINANCEIROS PARA ESCOLAS - PDAF NO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
0361 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO FINANCEIROS PARA ESCOLAS - PDAF NO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1893000,0	1813000,0	1813000,0
0362 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO FINANCEIROS PARA ESCOLAS - PDAF NO DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	300000,0	300000,0
0363 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO FINANCEIROS PARA ESCOLAS - PDAF NO DISTRITO FEDERAL	400000,0	400000,0	400000,0	400000,0
0364 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO FINANCEIROS PARA ESCOLAS - PDAF NO DISTRITO FEDERAL	600000,0	504000,0	504000,0	504000,0
0365 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO FINANCEIROS PARA ESCOLAS - PDAF NO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
0366 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS NO DF - PDAF-2024-CUSTEIO-JV	2000000,0	2000000,0	2000000,0	2000000,0
0367 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS NO DF - PDAF-2024-CAPITAL-JV	3000000,0	2500000,0	2500000,0	2500000,0
0368 - APOIO A REALIZACAO DE PROGRAMA DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF	4000000,0	4175000,0	4175000,0	4175000,0
0369 - APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - Pdaf	2460000,0	2156000,0	2155500,0	2155500,0
0370 - TRANSFERENCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS PUBLICAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF-DISTRITO FEDERAL	4000000,0	4030000,0	4030000,0	4030000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0371 - Descentralização de recursos para escolas PDAF	4000000,0	4460000,0	4430000,0	4430000,0
0372 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF	4500000,0	2670000,0	2670000,0	2670000,0
0373 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL - PDAF	1000000,0	680000,0	680000,0	680000,0
0374 - APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - PDAF PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL	15350000,0	15422199,96	15192199,96	15192199,96
0375 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PROGRAMA PDAF - 2024	7000000,0	3000000,0	3000000,0	3000000,0
0376 - TRANSFERENCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF	2000000,0	2495000,0	2495000,0	2495000,0
0377 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA UNIDADES DE ENSINO - PDAF - PP DISTRITO FEDERAL	4000000,0	2260000,0	2260000,0	2260000,0
0378 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DF - PDAF	4000000,0	5283749,0	5283749,0	5283749,0
0379 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (PDAF) EM PROL DAS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL	500000,0	250000,0	250000,0	250000,0
0380 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO DF	12000000,0	14525000,0	14235000,0	14235000,0
0381 - PROMOVER MELHORIAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF	5000000,0	6645000,0	6620000,0	6590000,0
0382 - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL	12500000,0	11286500,0	11146500,0	11146500,0
0383 - Transferência de recursos via PDAF	8000000,0	8930000,0	8727500,0	8727500,0
0384 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	3000000,0	3750000,0	3750000,0	3750000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0385 - PROMOVER A AUTONOMIA DAS ESCOLAS, CONTRIBUINDO COM A MELHORIA DO ENSINO DJ	2500000,0	0,0	0	0
0386 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS TM PARA AS ESCOLAS - PDAF Custeio-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	3022828,0	2872828,0	2872828,0
0387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS TM PARA AS ESCOLAS - PDAF Capital-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	2600000,00	2600000,00	2600000,00
0388 - TRANSFERENCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - NO DISTRITO FEDERAL	3500000,0	2500000,0	2500000,0	2500000,0
0389 - APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA -PDAF	3520000,0	2756500,0	2716500,0	2716500,0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5011939,0	9388473,0	0	0
2484 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SE-DISTRITO FEDERAL	5011939,0	9388473,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3279992,0	5829568,0	2319557,98	2285685,79
0020 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES DE ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	3279992,0	5829568,0	2319557,98	2285685,79
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	7503800,0	5553800,0	5549948,0	5049948,0
0004 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO AO PROJETO DE INCLUSÃO COM EQUOTERAPIA PARA JOVENS E CRIANÇAS NO DF - DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
0005 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS EM PROL DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	0	950000,0	950000,0	950000,0
0012 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO AO PROJETO EM UM PISCAR DE OLHOS - DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	1000000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0022 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - PROJETO EM UM PISCAR DE OLHOS - DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
0297 - APOIO À PROJETOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF	4000000,0	0,0	0	0
0299 - APOIO AO PROJETO EM UM PISCAR DE OLHOS- 2024	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
0367 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- APOIAR A REALIZAÇÃO DE PROJETOS A ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO- DISTRITO FEDERAL	0	400000,0	400000,0	400000,0
0050 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-Apoio a projetos sociais no Distrito Federal- DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	0
0300 - Apoio a projetos sociais tm no Distrito Federal	1000000,0	0,0	0	0
0298 - PROJETO DE APOIO A EDUCAÇÃO NO DF	1500000,0	0,0	0	0
0057 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO AO PROJETO CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE INCIDENTES VIOLENTOS NO AMBIENTE ESCOLAR - DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	499948,0	499948,0
0280 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES- APOIO A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE DESENVOLVEM PROJETOS EM ESCOLAS PÚBLICAS NO DF-DISTRITO FEDERAL	3800,0	3800,0	0	0
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	787309,0	832609,0	643041,21	605367,99
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA-REDE PÚBLICA - SE- DISTRITO FEDERAL	787309,0	832609,0	643041,21	605367,99
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	319744649,0	295198175,61	261914996,15	200018631,82
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	319744649,0	295198175,61	261914996,15	200018631,82
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	45384927,0	55698023,0	55698022,14	55698022,14



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	34185239,0	42177222,0	42177221,14	42177221,14
0002 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	4108500,0	5223540,0	5223540,0	5223540,0
0004 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-PRE-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	6528780,0	7567820,0	7567820,0	7567820,0
0003 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	528876,0	717521,0	717521,0	717521,0
0005 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-EDUCAÇÃO ESPECIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	33532,0	11920,0	11920,0	11920,0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	87324375,0	175211613,00	174258465,40	153089124,45
0001 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	53449309,0	132805354,00	132456720,24	118066023,98
0004 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	17350737,0	18670312,00	18469540,70	17620028,86
9316 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	7873052,0	11352838,0	11262210,71	8330701,77
9317 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	1529542,0	4794455,0	4563551,48	2227834,30
9314 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	6072777,0	6072777,0	6033779,04	5781316,79
9319 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1048958,0	1515877,0	1472663,23	1063218,75
3632 - SAÚDE ESCOLAR	396781,0	48655,00	48653,32	48653,32
0001 - SAÚDE ESCOLAR - Ensino Fundamental - DISTRITO FEDERAL	237255,0	34949,00	34948,36	34948,36
0002 - SAÚDE ESCOLAR - Ensino Médio - DISTRITO FEDERAL	85187,0	3451,00	3450,74	3450,74
0003 - SAÚDE ESCOLAR - Educação Infantil - Pré-escola - DISTRITO FEDERAL	40358,0	2618,00	2617,82	2617,82
0005 - SAÚDE ESCOLAR - Educação Infantil - Creche - DISTRITO FEDERAL	212,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0006 - SAÚDE ESCOLAR - Educação de Jovens e Adultos - DISTRITO FEDERAL	28916,0	7637,0	7636,4	7636,4
0004 - SAÚDE ESCOLAR - Educação Especial - DISTRITO FEDERAL	4853,0	0,0	0	0
4047 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE.	9995197,0	63732388,00	53044281,90	48389474,82
0002 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - ENSINO FUNDAMENTAL - DISTRITO FEDERAL	5310968,0	35429271,00	35429270,79	30922669,01
0003 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - ENSINO MÉDIO - DISTRITO FEDERAL	2063839,0	17580754,0	13295231,21	13243752,11
0001 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - DISTRITO FEDERAL	1465600,0	5968712,00	2491008,32	2397816,04
0006 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - DISTRITO FEDERAL	797550,0	658535,00	658534,32	658534,32
0005 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. - ENSINO ESPECIAL - DISTRITO FEDERAL	357240,0	4095116,00	1170237,26	1166703,34
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	121481465,0	345550205,00	343732502,16	300761130,65
0002 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	91071320,0	258480747,00	258362581,76	228666229,43
9534 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	9819212,0	26819212,00	26751940,76	21973474,84
9535 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	14778321,0	38424170,00	38336818,20	34486170,18
9533 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	2411149,0	8824613,00	7383240,31	5009503,71
9537 - TRANSPORTE DE ALUNOS-UNIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	3401463,0	13001463,00	12897921,13	10625752,49
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	59128832,0	135033767,00	113212189,40	75674861,44
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	59128832,0	135033767,00	113212189,40	75674861,44



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	11566114,0	29234681,00	25387963,98	20974945,22
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	11566114,0	29234681,00	25387963,98	20974945,22
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	50426709,0	82717232,00	69312362,61	43505290,38
0008 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - REDE PÚBLICA-SE-DISTRITO FEDERAL	1826903,0	26857469,00	20638109,60	16280807,26
4380 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	48599806,0	55859763,00	48674253,01	27224483,12
2442 - PROGRAMA DE BENEFÍCIO EDUCACIONAL-SOCIAL/PBES	70000000,0	66000000,00	65872269,95	57937724,50
0001 - PROGRAMA DE BENEFÍCIO EDUCACIONAL-SOCIAL/PBES-DISTRITO FEDERAL	70000000,0	66000000,00	65872269,95	57937724,50
9069 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL	358000000,0	331522308,86	323270663,53	323265868,38
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL-CRECHE-DISTRITO FEDERAL	312578720,0	287236657,06	284068395,41	284063606,26
0002 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	45421280,0	44285651,8	39202268,12	39202262,12
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	68853446,0	28786176,00	21987232,72	20607351,91
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	68853446,0	28786176,00	21987232,72	20607351,91
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	16569703,0	27432963,00	25649764,43	22441607,98
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	16569703,0	27432963,00	25649764,43	22441607,98
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2953998,0	2009000,0	1768577,47	851661,00
0056 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES ESCOLARES-DISTRITO FEDERAL	2953998,0	2009000,0	1768577,47	851661,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

3982 - CONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR	30903957,0	119259368,62	77961414,42	62885227,43
0001 - CONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	29903957,0	119259368,62	77961414,42	62885227,43
0041 - Construção de unidade escolar	1000000,0	0,0	0	0
3985 - AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR	4862539,0	71533808,00	67310269,59	30499104,59
0001 - AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	4862539,0	71533808,00	67310269,59	30499104,59
3990 - RECONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR	2558615,0	27540543,0	16818037,73	10084376,00
0001 - RECONSTRUCAO DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	2558615,0	27540543,0	16818037,73	10084376,00
3991 - REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR	3760835,0	10608442,51	7392341,26	7124432,78
0001 - REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR-REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	2760835,0	10608442,51	7392341,26	7124432,78
0004 - REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR DA REDE PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL - OCA	1000000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6221 - EDUCADF	1517039718,00	2321021697,26	2128325466,00	1856564601,24

Programação Orçamentária Realizada

- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) apresenta, as ações pedagógicas, os resultados alcançados e as iniciativas implementadas ao longo do ano letivo de 2024, buscando assegurar a integração e a eficácia das políticas públicas educacionais na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Em consonância com as diretrizes, destacam-se os esforços envidados para a melhoria das práticas pedagógicas, a ampliação do acesso e a promoção de equidade na oferta educacional, além de abordar os desafios enfrentados e as estratégias empregadas para superar esses desafios.

- Programa E.I Manutenção

O programa Federal E.I Manutenção busca auxiliar o DF na ampliação da oferta de Educação Infantil, por meio de apoio financeiro. O programa destina-se ao atendimento de crianças matriculadas em novas turmas de Educação Infantil em estabelecimentos educacionais públicos. Em 2024, optou-se pela aquisição de livros de literatura infantil, por meio de Sistema de Registro de Preços - (SRP), para atender as necessidades de atividades da Educação Infantil.

A pretensa aquisição visa atender as especificidades e necessidades de atividades da primeira etapa da Educação Básica, que compreende a Creche e Pré-Escola (0 e 5 anos e 11 meses), ampliando o repertório literário infantil de forma a despertar o desejo pela leitura, bem como trabalhar questões relativas aos Eixos Transversais do Currículo. Foram adquiridos 78.792 livros de literatura infantil, que foram distribuídos para as unidades escolares públicas que ofertam Educação Infantil, ou seja, cerca de 46.440 crianças de 0 e 5 anos e 11 meses foram contempladas com a sobredita aquisição.



- Projeto Plenarinha da Educação Infantil

O Projeto Plenarinha da Educação Infantil pressupõe compreender as percepções das crianças, diferentes pontos de vista, ideias e sugestões sobre o que aprender e fazer na escola, possibilitando à criança o protagonismo no processo educativo. Tal propósito deve ser incentivado, planejado e constituído como uma ação pedagógica, por meio da escuta sensível e intencional das crianças acerca de suas necessidades e interesses para que elas possam anunciar sua visão de mundo e se expressar como compreendem a realidade que as envolve.

A SEEDF, disponibilizou os Cadernos Guias da Educação Infantil/Plenarinha, os quais contemplaram experiências inspiradoras, fomentaram o protagonismo da criança no processo educativo e apresentaram uma base teórico-prática de orientação e suporte para a realização dos projetos educacionais, garantido às crianças os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como a proposição de experiências educativas a partir dos Campos de Experiência.

Em 2024, o tema "Identidade e Diversidade na Educação Infantil: Sou assim e você, como é?" trouxe proposições para o trabalho, com vistas ao fortalecimento do respeito às diferenças, valorizando a diversidade das infâncias do Distrito Federal, de modo a incentivar as unidades escolares a promoverem momentos pedagógicos a partir das diversas expressões em linguagens artísticas. A Plenarinha da Educação Infantil foi realizada em duas etapas: Etapa Regional e Etapa Distrital.

Figura 1 - Plenarinha do Recanto das Emas contou com a participação de cerca de 700 crianças de até 5 anos de idade.



Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

Durante a ação, as crianças puderam exercitar seu protagonismo por meio de apresentação oral de suas vivências e experiências desenvolvidas na unidade escolar, cada uma das 14 Coordenações Regionais de Ensino tiveram sua representatividade no palco da Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE), local de realização da XII Plenarinha Distrital.

As crianças puderam participar, também, de oficinas de mágica, contação de histórias, musicalidade, brincadeiras e atividades dentro de um estúdio de áudio e vídeo preparado para elas soltarem a voz e opinião.

Figura 2 - Alunos de diferentes unidades escolares apresentaram os trabalhos das respectivas escolas.



Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

- Programa Formação Leitura Escrita na Educação Infantil - (LEEI)

O Programa de Formação Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) tem foco na formação dos professores da Educação Infantil para que possam desenvolver, com protagonismo e qualidade, o trabalho com as linguagens oral e escrita, subsidiando a atuação pedagógica para o desenvolvimento de atividades voltadas para a formação da atitude escritora e leitora das crianças nesta etapa da Educação Básica. São disponibilizados Cursos de Aperfeiçoamento e de Extensão com eixos perpassados transversalmente que discutem temáticas relacionadas à infância, escrita e leitura; além de vídeos e textos de diferentes linguagens.

No âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), a SEEDF recebeu uma doação de 41.170 livros Literários referentes ao Programa "Leia para Uma Criança", que visa incentivar a leitura do adulto para e com a criança como uma oportunidade de fortalecimento dos vínculos e da participação ativa na educação desde a primeira infância.

Quadro 1 - Distribuição de Kits

CRE	Kits		Quantidade de livros
	Instituições Educacionais Públicas	Instituições Educacionais/Parceiras	
Brazlândia	98	55	1.530
Ceilândia	427	151	5.780
Gama	173	48	2.210
Guará	113	20	1.330
Núcleo Bandeirante	138	78	2.160
Paranoá	138	29	1.670
Planaltina	234	52	2.860
Plano Piloto	237	148	3.850
Recanto das Emas	148	83	2.310
Samambaia	197	220	4.170
Santa Maria	156	119	2.750
São Sebastião	135	17	1.520
Sobradinho	152	64	2.160



Taguatinga	261	106	3.670

Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

- Projeto o Brincar como Direito dos Bebês e das Crianças

O referido projeto visa promover os eixos integradores da primeira etapa da Educação Básica “Interações e brincadeiras”, o direito de aprendizagem e desenvolvimento ao brincar, destacando a brincadeira como atividade essencial para as crianças, corroborando a importância do brincar no processo de desenvolvimento das crianças, possibilitando-as vivenciar a brincadeira e o brinquedo como ferramenta para aprender, desenvolver e expressar-se de maneira integral.

O projeto inclui, no Calendário Escolar da SEEDF, a Semana do Brincar, de 20 a 24 de maio de 2024, instituída com fundamento na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e que, em seu art. 5º, traz o brincar como uma das áreas prioritárias para as crianças de 0 a 6 anos de idade (BRASIL, 2016a).

- Programa Superação

O Programa SuperAção, instituído por meio da Portaria nº 133/2023-CEDF, de 15 de fevereiro de 2023, tem por objetivo assegurar o atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental em situação de incompatibilidade idade/ano e reconstruir suas trajetórias escolares, levando-os ao fluxo escolar adequado com sucesso. Em 2024, foram formadas 26 turmas específicas do Programa SuperAção, sendo 2 turmas de 2º ciclo e 24 turmas de 3º ciclo, em 17 unidades escolares de 7 Coordenações Regionais de Ensino.

A implementação do Programa SuperAção conta com a colaboração do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), por meio das Trajetórias de Sucesso Escolar - (TSE), e com o convênio com a Organização da Sociedade Civil Comunidade Educativa - (Cedac).

Foram realizadas, por meio de palestras e realização de Webinários, ações formativas para professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, em atendimento às demandas das Coordenações Regionais de Ensino.

O Programa SuperAção foi apresentado no Seminário Nacional Trajetórias de Sucesso Escolar - (TSE), realizado pelo Unicef, no dia 4 de junho de 2024, em São Paulo, que teve como objetivo discutir os desafios e apresentar boas práticas para o enfrentamento do fracasso escolar nas redes públicas de ensino.

O evento contou com a presença de estudantes, educadores e gestores das 7 unidades federativas que fazem parte da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar (TSE) – Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Sergipe – além do MEC, Undime Nacional e Estaduais, Consed e outras organizações parceiras.

O Projeto Se Liga na Escola - SuperAção 2024, em parceria com o Sebrae-DF, foi destinado aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e professores do Programa SuperAção, com a participação de 20 equipes formadas por 4 estudantes e 1 professor do Programa SuperAção, totalizando 80 estudantes e 20 professores, com o objetivo de proporcionar uma experiência inspiradora com foco no protagonismo e motivação dos estudantes, bem como na valorização dos professores, com vistas à superação dos desafios enfrentados na trajetória escolar e da vida.

- Programa Escolas das Adolescências

O Programa Escola das Adolescências, instituído pelo Ministério da Educação - (MEC), é uma estratégia que visa melhorar a qualidade da oferta dos Anos Finais do Ensino Fundamental, considerando as singularidades dos jovens dessa etapa, com foco no apoio às transições escolares e nas formas de reorganizar os tempos e os espaços para instituir um currículo intencional, que promova a expansão e a articulação de diferentes experiências formativas voltadas para os letramentos e para a autonomia intelectual dos estudantes. O programa se divide em três eixos estratégicos: governança, desenvolvimento profissional e organização curricular e pedagógica. Em 2024, foi feita a adesão ao PDDE Escola das Adolescências, que disponibiliza assistência técnica e financeira do Ministério da Educação para redes de ensino



e unidades escolares, a fim de apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes dos Anos Finais, por meio de auxílio destinado aos custos de capital e gastos de custeio.

- Planejamento Educacional em Rede - (PLANER)

O Projeto Planejamento Educacional em Rede - (PLANER), iniciado no ano letivo de 2023, visa orientar e acompanhar, junto às Unidades Regionais de Educação Básica - (UNIEBS), as políticas, os programas, os projetos e as ações referentes ao Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal, bem como orientar e acompanhar, em âmbito central, os Coordenadores Intermediários com função de Apoio - (CIAs) e os Coordenadores Intermediários - (CIs), quanto ao atendimento pedagógico a essa etapa da Educação Básica. O projeto pressupõe momento para organização do trabalho pedagógico nas suas mais variadas esferas, contemplando importantes temáticas, das quais se destaca: perfil das unidades escolares do Ensino Fundamental, ações realizadas pelas Uniebs, situação das aprendizagens dos estudantes, acompanhamento da frequência, busca ativa, organização curricular, alfabetização, letramento matemático, Programa Educação com Movimento, Programa Superação e programas e projetos realizados nas unidades escolares que ofertam o Ensino Fundamental.

- Busca Ativa

A busca ativa é uma ação estratégica que visa ampliar o acesso e a permanência na escola, conforme preceitua a Constituição Federal, consolidando o compromisso com a educação inclusiva e transformadora. Nesse sentido, foi providenciada a produção de materiais para a busca ativa e divulgação das matrículas a qualquer tempo, por meio do Contrato de Prestação de Serviços nº 64/2020. Essa iniciativa resultou na impressão de 1.000 cartazes e 50.000 folders, configurando uma poderosa ferramenta para a busca ativa contínua da EJA em todo o Distrito Federal.

Esse expressivo volume de material foi encaminhado às 14 Coordenações Regionais de Ensino e às 101 unidades escolares que ofertam a Educação de Jovens e Adultos. Os números não apenas evidenciam a magnitude da ação, mas também o compromisso desta Secretaria com o fortalecimento da modalidade.

Figura 3 - Arte do material para a busca ativa da EJA.



Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

- Implementação do Novo Ensino Médio - Caderno Orientador - Avaliação para as Aprendizagens

No Distrito Federal, o NEM teve início em 2020 por meio de escolas-pilotos e foi instituído em todas as escolas a partir de 2022, de forma progressiva. Em 2024, todas as unidades escolares do Ensino Médio aderiram ao NEM.



Com o intuito de subsidiar e orientar os procedimentos pedagógicos inerentes à implementação do Novo Ensino Médio na rede pública de ensino do Distrito Federal, foi elaborado o caderno orientador. Neste ano, procederam-se estudos, escutas com a comunidade escolar e reescrita do referido documento. No ano letivo de 2024, foram implementadas, nos processos avaliativos nas unidades escolares e no Sistema EducaDF Digital, as alterações promovidas na atualização. o https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Caderno-Orientador-Avaliacao-para-as-Aprendizagens_16dez24.pdf.

Figura 4 - Avaliação para as aprendizagens



Fonte: SEEDF/SUBEB, disponível na íntegra em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Caderno-Orientador-Avaliacao-para-as-Aprendizagens_16dez24.pdf.

Figura 5 - Novo Ensino Médio - Formação



Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

- Implementação da Política Nacional do Ensino Médio - (PNAEM)

No sentido de subsidiar a implementação do Ensino Médio no DF, foi elaborado um guia, detalhando a sua estrutura curricular e organização. Destinado aos Coordenadores Intermediários, o guia tem como objetivo apoiar a formação mínima dos professores temporários alocados nessa etapa. O documento descreve os eixos estruturantes do Novo Ensino Médio e destaca a importância do Projeto de Vida nesse novo modelo. Além disso, o guia apresenta as Unidades Curriculares Eletivas e as Trilhas de Aprendizagem, que proporcionam flexibilidade e aprofundamento em temas específicos.

- Ciclo de Acompanhamento Pedagógico

O Ciclo de Acompanhamento Pedagógico é uma ação pedagógica que consiste na realização de encontros com as 14 Coordenações Regionais de Ensino, com o objetivo de apresentar a proposta do Plano de Acompanhamento das Aprendizagens e os dados de desempenho escolar levantados no Censo Escolar 2022 de cada CRE. Foi realizado o 2º ciclo de encontros nos meses de novembro e dezembro, com o objetivo de analisar os indicadores do IDEB no DF, discutir e levantar possibilidades de intervenção e monitoramento pedagógico nas unidades escolares.



- Programa Ensino Médio Mais

O Programa Ensino Médio Mais, instituído pela Portaria nº 653, de 11 de julho de 2024, visa fomentar a construção de propostas de Ensino Médio com foco na melhoria da qualidade de ensino, priorizando apoio técnico e financeiro às escolas que ofertam Ensino Médio noturno presencial. O apoio financeiro às escolas para elaboração de propostas pedagógicas voltadas aos estudantes do Ensino Médio noturno presencial será realizado por meio do repasse de recursos, via Programa Dinheiro Direto na Escola - (PDDE), previamente disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e com regras definidas em resolução específica.

- Programa Itinerários Formativos - (PIIF)

O repasse e a execução dos recursos referentes à terceira parcela do eixo de apoio técnico e financeiro do Programa Itinerários Formativos, conforme a Portaria nº 733, de 16 de setembro de 2021, foram realizados por meio do sistema PDDE Interativo, dentro das ações do eixo I do programa.

As instituições escolares elaboraram relatórios como instrumentos de registro das ações executadas, considerando as transferências financeiras realizadas pelo Ministério da Educação - (MEC), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - (PDDE), para as escolas públicas estaduais e distritais, com o objetivo de apoiar a implementação dos Itinerários Formativos. Com a finalização do programa, o preenchimento adequado desses relatórios foi essencial para assegurar a transparência das ações realizadas com os recursos públicos destinados à implementação dos Itinerários Formativos nas escolas de Ensino Médio.

- Educação Profissional

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) da rede pública de ensino do Distrito Federal, atualmente, atende a aproximadamente 12.900 estudantes, sendo ofertada gratuitamente nas instituições educacionais das Coordenações Regionais de Ensino (CREs) de Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia, Cruzeiro, Guará, Planaltina, Gama e Plano Piloto.

Quadro 2 - Oferta de vagas - Educação Profissional

Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na SEEDF	
Oferta de vagas nos Centros de Educação Profissional (CEPs)	10.197
Oferta de vagas do Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP) - Sistema S e CIEE	2.703
Total da Oferta	10.900

Fonte: i-Educar, SEEDF; 2024.

Quadro 3 - Total de Matrículas da Educação Profissional e Tecnológicas por CRE

CRE	Total de Matrículas - Dados Censo Escolar DF 2024	Total de Matrículas Dados IFTP
Brazlândia	1037	9
Ceilândia	3095	558
Gama	451	211
Guará	1156	434
Núcleo Bandeirante	0	109
Paranoá	0	145



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Planaltina	2852	387
Plano Piloto	2740	554
Recanto das Emas	0	305
Samambaia	0	256
Santa Maria	872	220
São Sebastião	0	206
Sobradinho	0	246
Taguatinga	2729	317
Total por oferta	14932	4057
Total Geral	18989	

Fonte: Censo Escolar DF 2024.

Para orientar e estruturar essas ofertas, são utilizados 3 instrumentos fundamentais: o Catálogo de Cursos de Qualificação Profissional da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação e a Resolução nº 02/CEDF, de 12 de dezembro de 2023. Esses documentos funcionam como subsídios essenciais para a implementação dos itinerários formativos, proporcionando diretrizes claras e consistentes que asseguram a qualidade e a coerência das práticas educacionais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

O ingresso dos estudantes nos Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e nos Centros de Educação Profissional ocorre por meio de processo seletivo, regulamentado pelo Edital Único publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - (DODF), conforme critérios definidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e previsto no art. 253 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Em 2024, foram oferecidas aproximadamente 6.250 vagas por semestre para o ingresso nos cursos de EPT.

Parcerias estratégicas externas, envolvendo instituições nacionais, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - (Senat) e o Centro de Integração Empresa-Escola - (CIEE), e internacionais, com as escolas técnicas CEP-ETG e CEP-ETC, fortaleceram a integração entre Educação Básica e Educação Profissional, ampliando o acesso às oportunidades formativas.

Em 2024, foi realizada a série "VI Diálogos da Educação Profissional", espaço de diálogo, colaboração e inovação voltado ao fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica - (EPT) nas unidades escolares do Distrito Federal. Por meio do intercâmbio de experiências entre professores, gestores e estudantes, abordando temas essenciais para o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação em setores estratégicos como Saúde, Tecnologia e Música, foram realizadas as oficinas de "Empreendedorismo na Saúde", "Empreendedorismo na Tecnologia" e "Empreendedorismo na Música".

A série "VI Diálogos da Educação Profissional e Tecnológica" gerou resultados significativos para o fortalecimento das práticas de educação empreendedora e para a preparação dos participantes frente aos desafios do mercado de trabalho. Entre os principais resultados, destacam-se: o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, uma vez que os participantes adquiriram conhecimentos essenciais para identificar oportunidades de negócio, elaborar planos e implementar suas ideias; o fomento à inovação, por meio do estímulo à criação de soluções inovadoras para desafios enfrentados nos setores de saúde, tecnologia e música, favorecendo o desenvolvimento de novos produtos e serviços; o fortalecimento da rede de contatos, com oportunidades valiosas de networking, conectando educadores e profissionais de diferentes áreas e incentivando colaborações futuras; e a atualização dos



conhecimentos, possibilitando acesso às últimas tendências e tecnologias do empreendedorismo aplicáveis em suas áreas.

- Educação Especial

Foram adquiridos materiais pedagógicos de artes plásticas e cênicas, para o atendimento aos estudantes com comportamento de Altas Habilidades e Superdotação - AH/SD matriculados nas Instituições Educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/SEEDF). Os materiais encontram-se em fase de distribuição do material.

As seguintes Instituições Educacionais foram contempladas com os materiais pedagógicos:

- CED 02 de Brazlândia
- Escola Classe 64 de Ceilândia
- CEF 04 do Gama
- CEF 01 do Guará
- CAIC JK do Núcleo Bandeirante
- CEM Urso Branco do Núcleo Bandeirante
- CED 02 Riacho Fundo I
- CEF 01 do Paranoá
- Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Saúde de Planaltina
- Escola Classe 113 Norte do Plano Piloto
- CEM Elefante Branco Plano Piloto
- CEF 306 do Recanto das Emas
- CAIC Helena Reis de Samambaia
- CEF 120 de Samambaia
- CAIC Santa Maria de Santa Maria
- CED São Bartolomeu de São Sebastião
- Escola 54 de Taguatinga

Aquisição de Kit de Robótica para as Salas de Recursos Específicas para Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Encontra-se em fase de conclusão de Autorização e a Instrução de Pagamento para a empresa.

Aquisição de materiais pedagógicos, para os Centros de Ensino Especial, para as Unidades Escolares que ofertam o Programa de Educação Precoce e a Educação de Jovens e Adultos Interventiva, para as Salas de Recursos Específicas de Altas Habilidades, Deficiência Visual e Deficiência Auditiva. Encontra-se em fase de análise e preparação dos procedimentos licitatórios.

Aquisição de materiais permanentes para atender aos Centros de Ensino Especial, Programa de Educação Precoce e polos de deficiência visual vinculados a rede pública de ensino. Processo em fase inicial.

- Parcerias

A SEEDF estabelece parcerias estratégicas com instituições públicas e Organizações da Sociedade Civil - (OSCs) para aprimorar a qualidade da educação pública oferecida. Essas parcerias visam fortalecer os arranjos pedagógicos, implementar programas e projetos inovadores e promover ações formativas.

Associação Centro de Treinamento de Educação Física Especial - (Cetefe) - Acordo de Cooperação nº 13/2024, que tem como objeto a oferta de atendimento educacional especializado complementar na Educação Física e profissionalização gratuita aos estudantes com deficiência matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal. Foram atendidos 457 beneficiários.

Instituto Base - Acordo de Cooperação nº 12/2024, iniciação desportiva na modalidade Basquete 3X3, que se deu não apenas pela prática do esporte por meio de torneio entre os inscritos, mas também pela capacitação virtual e presencial aos professores de Educação Física da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Associação JADF - (OSC) - Acordo de Cooperação nº 04/2022, celebrado com a SEEDF e JADF - (OSC), que tem por objeto a oferta de programas de empreendedorismo aos



estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos da rede pública de ensino do Distrito Federal, executado nas unidades escolares participantes, com foco na preparação para o mercado de trabalho, educação financeira e empreendedorismo, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. Em 2024, foram contemplados aproximadamente 21 mil estudantes.

Sebrae-DF - Termo de Cooperação nº 09/2023, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação do DF e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal - (Sebrae-DF), que tem por objeto fomentar a educação empreendedora em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica na rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio de ações direcionadas a gestores, docentes, profissionais da educação e estudantes

Alguns dos projetos e ações executados desde a formalização do Termo de Cooperação foram:

1. Segunda edição do Programa Digitvs Empreendedor 2023/2024. Foram disponibilizadas 538 vagas aos professores para o curso de especialização EaD Proficiência em Tecnologias Digitais para uma Educação Empreendedora.
2. Seminário Projeto de Vida: mobilização e capacitação dos professores.
3. Dia do Campo: interação com as Escolas do Campo e seus gestores.
4. Desafio Liga Jovem: é uma competição gratuita entre equipes de estudantes de todo o Brasil, com o desafio de resolver um problema das suas escolas e/ou comunidades, usando tecnologia.
5. Oficina Liderança Contemporânea: formação para servidores da SEEDF realizada no Sebrae Lab para 35 servidores.
6. Projeto Se Liga na Escola - SuperAção 2024: parceria com o Sebrae-DF, foi destinado aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e professores do Programa SuperAção, com a participação de 20 equipes formadas por 4 estudantes e 1 professor do Programa SuperAção, totalizando 80 estudantes e 20 professores, com o objetivo de proporcionar uma experiência inspiradora com foco no protagonismo e motivação dos estudantes, bem como na valorização dos professores, com vistas à superação dos desafios enfrentados na trajetória escolar e da vida.
7. Circuito de Ciências das Escolas Públicas do DF: produção da Landing page (www.circuitocienciasedf.com.br), produção de vídeos orientadores para os participantes do Circuito de Ciências, disponibilização de 3 oficinas, nas Etapas Regionais das 14 Coordenações Regionais de Ensino e na Etapa Distrital dentro da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - (SNCT 2024) e premiação para os projetos vencedores, comissões regionais e Unidade Regional de Educação Básica - (Unieb).
8. Projeto Núcleo de Empreendedorismo Juvenil - (NEJ): o projeto consiste na oferta do Curso Técnico de nível médio em Administração, eixo tecnológico Gestão e Negócios, ministrado de forma concomitante ao Ensino Médio.
9. XIV Fórum de Orientação Educacional: realizado em parceria com o Sebrae-DF para aproximadamente 1040 Pedagogos-Orientadores Educacionais.

Em 2024, foram realizadas palestras, oficinas, mentorias, semana e jornada pedagógicas, encontros, fóruns, gincanas, feiras, eventos, amostras que resultaram na capacitação de 215.940 estudantes e 1.297 professores da rede pública de ensino do DF, de acordo com os dados fornecidos pelo Sebrae-DF.

Senac - Termo de Cooperação nº 02/2022, que tem como objeto a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio e Qualificação Profissional, compondo o Itinerário de Formação Técnica e Profissional para estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal. Os cursos são oferecidos nas unidades do Senac por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSG).

Quadro 4 - Estudantes por Entidade parceira

Quantitativo de Estudantes do IFTP por Parceiro



Parceiro	Quantitativo de Estudantes
CEP-ETG	208
SENAI	21
SENAC	1762
CIEE	587
CEP-ESO	389
SENAT	6
CEP-ETC	540

Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

Projeto de Gestão Compartilhada - é uma parceria entre SEEDF e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF), estabelecida por meio de portaria, que tem por finalidade proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

Em 2024, foram atendidas 17 escolas no projeto e, para 2025, está prevista a inclusão de mais 8 unidades escolares, quais sejam: CEF 12 Taguatinga, CEF 16 Taguatinga, CEF 17 Taguatinga, CEF 04 Guará, CEF 103 Santa Maria, CEF 427 Samambaia, CED Mirian Ervilha e CEM 01 Riacho Fundo.

Foi realizada a 1ª edição das Olimpíadas CCMDf como ação do projeto Escola de Campeões, que tem dentre seus objetivos ampliar tempos e espaços na educação por meio de atividades esportivas, envolvendo todos os Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal (CCMDf). Os jogos ocorreram entre os meses de outubro e novembro, contando com a participação de 16 escolas em 7 modalidades esportivas (futsal, handebol, voleibol, basquete, atletismo, queimada e xadrez).

Planetário - a SEEDF, em cooperação mútua com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (Secti), desenvolve atividades técnico-pedagógicas e técnico-científicas no âmbito do Planetário de Brasília para os estudantes da Educação Básica do Distrito Federal.

A parceria firmada entre esta instituição e o Planetário do Distrito Federal proporcionou, ao longo do ano de 2024, uma rica programação de atividades técnico-pedagógicas destinadas aos estudantes da Educação Básica. As ações planejadas incluem oficinas, palestras interativas, sessões de observação astronômica e experiências imersivas que combinam ciência e tecnologia. Essas atividades têm como objetivo enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo o interesse por temas relacionados à astronomia, física, meio ambiente e inovação tecnológica. Com o intuito de conciliar a teoria com a prática, a parceria busca estimular a curiosidade científica, o pensamento crítico e o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e preparados para os desafios do futuro.

Escolas Inovadoras - as Escolas Inovadoras representam uma parceria entre a SEEDF, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Têm como objetivo geral transformar, por meio da inovação e desenvolvimento tecnológico, o cenário na educação pública do Distrito Federal, garantindo a continuidade dos estudos, por meio do desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem colaborativa, inovadora, conectada, de bem-estar e sustentável, com consequente melhoria de qualidade de vida no ambiente escolar e transformação das realidades sociais. O trabalho envolveu estudantes, professores, servidores, pais e comunidade, as ações tiveram início em 2019 e devem ser concluídas até o final do corrente ano letivo.



Programa Steam Maker - Termo de Colaboração nº 2/2023 (129851118), firmado entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - (FAPDF), a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e a Organização da Sociedade Civil - Instituto Conhecer Brasil - (ICB), cuja principal finalidade é capacitar os professores, moldar um modelo de prototipagem educacional e melhorar o desempenho educacional dos alunos do Ensino Fundamental. O programa busca transformar os ambientes sociais, promovendo habilidades transdisciplinares e competências por meio da prototipagem pedagógica e do conceito "maker". Além disso, enfatiza a importância da educação de qualidade, da participação social, da formação dos cidadãos e do preparo dos estudantes para a universidade e a vida profissional, combinando o método STEAM - ciências, tecnologia, engenharia, artes e matemática.

Papai Noel nos Correios - o Projeto Papai Noel dos Correios é uma ação realizada em parceria com os Correios. Busca incentivar, por meio de colaboração mútua, o interesse pela escrita de cartas pelas crianças e estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais em crianças de até 10 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social, tornando-se uma experiência de solidariedade e de cidadania, tendo como foco o incentivo à cultura do voluntariado, desde a produção das cartas até as adoções dos pedidos e a entrega dos presentes. Em 2024, foram distribuídos cerca de 7.000 presentes, a partir das cartas escritas pelas crianças das unidades escolares que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Figura 6 - Papai Noel dos Correios



Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

Projeto Hands Free School - a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) firmou o Acordo de Cooperação nº 05/2023 com o Instituto de Tecnologia Social Handsfree (IHF), o qual tem por objeto a implantação de Solução Educacional Assistiva, por meio do projeto Hands Free School (IHF) para crianças e adolescentes do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal. O projeto Hands Free School visa permitir o atendimento remoto de estudantes em condições de adoecimento crônico ou outras patologias com ou sem deficiência que, a partir de laudo médico, estejam impedidos de comparecer e acompanhar as atividades educacionais nas unidades escolares, viabilizando a inclusão nas situações de ensino e de aprendizagens vivenciadas presencialmente em sala de aula.

No ano letivo de 2024, o IHF concluiu a instalação de equipamentos em 4 salas de aula (pacote de internet, púlpito, alto-falante, monitor, mesa digitalizadora, projetores, quadro-branco, microfone de lapela e webcam), disponibilização de tablets e planos de internet e treinamento necessário para 4 estudantes, matriculados nos Anos Iniciais em 2 instituições educacionais, sendo 1 sala na Escola Classe 02 da Estrutural, vinculada à CRE Guarará e 3 na Escola Classe 16 de Taguatinga, vinculada à CRE Taguatinga.

Programa Embaixada de Portas Abertas (Pepa) - o Programa Embaixada de Portas Abertas (Pepa), instituído pelo Decreto nº 38.397, de 09 de agosto de 2017, é uma parceria intersetorial entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a



Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - (TCB), a Secretaria de Relações Internacionais (Serinter), as representações diplomáticas e os organismos internacionais sediados em Brasília com o intuito de construir e estreitar relações entre as representações diplomáticas e os organismos internacionais e as unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal, além de oportunizar aos estudantes a interação com o conhecimento nos componentes curriculares de História e Geografia, conhecendo a cultura e idiomas de diversos países.

Quadro 5 - Programa Embaixada de Portas Abertas

CRE	Instituição Educacional	Embaixada	Recepção na Embaixada	Recepção na unidade escolar
Brazlândia	CCMF – CED 02	Malásia	25/04/2024	11/06/2024
Núcleo Bandeirante	EC Kanegae	Bélgica	23/04/2024	12/06/2024
Paranoá	EC da Natureza	Sérvia	12/04/2024	18/12/2024
Plano Piloto	EC 206 Sul	Belarus	06/06/2024	27/06/2024
Samambaia	CEF 427 de Samambaia	Chile	03/09/2024	10/10/2024
Santa Maria	CEF 201	Botsuana	28/08/2024	22/11/2024

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Projeto Educação nos Trilhos - a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - (Metrô-DF) possuem uma parceria para o desenvolvimento do Projeto Educação nos Trilhos, a fim de promover a formação de passageiros mais conscientes, por meio de uma abordagem lúdica e educativa sobre a história do Metrô-DF e de como esse meio de transporte favorece um acesso amplo e democrático à cidade, bem como esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do sistema metroviário, destacando benefícios desse transporte, entre outros aspectos importantes do segmento mobilidade sobre trilhos.

A formalização do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2023 ocorreu no Diário Oficial do Distrito Federal - (DODF) nº 156, de 17 de agosto de 2023, vigência de 2/8/2023 a 2/8/2028.

O projeto constitui-se em um conjunto de visitas guiadas, as quais acontecem geralmente às quartas-feiras, nos turnos matutino e vespertino, em estações do metrô próximas às escolas públicas selecionadas. Os passeios são lúdicos e informativos, contam com a presença de instrutores metroviários que ensinam normas de segurança, explicam como utilizá-lo de forma consciente e incentivam a valorização desse meio de transporte.

Programa Aprender Valor - a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e o Banco Central do Brasil (BCB) possuem uma parceria para o desenvolvimento do Programa Aprender Valor, que tem como propósito levar a Educação Financeira às escolas públicas do Ensino Fundamental de forma integrada às disciplinas obrigatórias e de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC).

O Programa Aprender Valor é efetivado na sala de aula por meio da aplicação de projetos escolares que integram Educação Financeira a diferentes componentes curriculares. Esses projetos trazem sequências didáticas com atividades capazes de articular habilidades relacionadas ao planejamento do uso dos recursos, à poupança ativa e ao uso responsável do crédito com conteúdos e habilidades de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências Humanas previstas na BNCC, de modo transversal e integrado.

Até a presente data, o DF alcançou a marca de 198 unidades escolares inscritas, distribuídas nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, e um total de 3.185 profissionais cadastrados.

Neste ano, o programa Aprender Valor foi um dos apoiadores da Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira - (Olitef), organizada pelo Tesouro Nacional e pela B3. A Olitef tem



como objetivo promover a educação financeira entre os estudantes brasileiros, o que está muito alinhado com o objetivo do Aprender Valor de apoiar educadores e escolas a levar educação financeira para as salas de aula de todo o país.

Programa Eleitor do Futuro - o Programa Eleitor do Futuro - Módulo Inclusão Social desde a Infância destina-se aos estudantes de 4 a 10 anos matriculados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o Módulo Eleitor do Futuro destina-se aos estudantes de 11 a 14 anos matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental. O programa, efetivado por intermédio do Termo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - (TRE-DF), visa despertar a consciência cívica e proporcionar a inclusão social, política e econômica de crianças e jovens estudantes. Em 2024, 44 unidades escolares da rede pública de ensino do DF participaram do programa, alcançando 13.945 estudantes.

Programa Na Real - o Programa busca dialogar com adolescentes brasileiros acerca dos agravos associados ao consumo precoce e indevido de bebidas alcoólicas e escolhas que terão impacto durante toda a vida, despertando reflexões de forma lúdica e responsável. A proposta metodológica inclui a arte, o debate e a participação protagonista dos jovens. O programa foi viabilizado por meio do Acordo de Cooperação nº 01/2023 entre a SEEDF e o Instituto Aliança com o Adolescente, com duração até dezembro de 2025.

As unidades escolares que ofertam o Ensino Fundamental receberam uma Oficina Interativa, enquanto as de Ensino Médio participaram de sessões de teatro (peça debate). No ano de 2024, foram abertos 2 processos para adesão das unidades escolares, totalizando um número de 62 escolas inscritas, das quais 48 receberam o programa.

Universidade Patativa do Assaré - Programa de oferta de estágio obrigatório e/ou não-obrigatório, com concessão de bolsa, a estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal, maiores de 16 anos. O programa tem por objetivo promover o desenvolvimento profissional dos estudantes, oferecendo-lhes a oportunidade de adquirir experiência prática essencial para seu crescimento, bem como contribuir para que esses possam vivenciar a teoria na prática, adquirindo experiências valiosas para o seu crescimento profissional.

Brasil Educacional Integração Empresa e Escola LTDA. - Bred Estágios - programa para oferta de estágio obrigatório e/ou não-obrigatório, com concessão de bolsa, a estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal, maiores de 16 anos.

Tal programa tem por objetivo oferecer aos regularmente matriculados e com frequência efetiva na rede pública de ensino do Distrito Federal a oportunidade de interação com o mundo do trabalho, a troca de experiências, a participação de trabalhos em equipe, o convívio socioprofissional, o desenvolvimento de habilidades e atitudes, a construção de novos conhecimentos, o desenvolvimento de valores inerentes à cultura do trabalho, bem como a introdução à responsabilidade e capacidade de tomar decisões profissionais, com crescentes graus de autonomia intelectual, por meio da realização de estágios não curriculares em empresas conveniadas com esta agência de integração.

Projeto NaMoral - Integridade, Ética Cidadania - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - (MPDFT) / Defensoria Pública do Distrito Federal - (DPDF) - o projeto tem como objetivo agregar conteúdo relevante à formação integral de jovens estudantes, especialmente no que se refere à compreensão de valores essenciais para o exercício pleno da cidadania e para a construção de capital moral. Entre esses valores, destacam-se a ética, a integridade, a cidadania plena, o funcionamento e o papel dos serviços e agentes públicos, os deveres cívicos e outras ferramentas fundamentais para uma sociedade comprometida com a transparência e o exercício ativo da cidadania. O Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas da SEEDF inclui uma Unidade Curricular oferecida por meio dessa parceria: "Eletiva orientada na moral 01 - O jogo da integridade".

Programa DF Legal - o projeto centra-se no compromisso de detalhar a atuação da DF Legal nas cidades do Distrito Federal, promovendo maior segurança nas comunidades, conscientização sobre a ordem urbanística, melhoria das condições de acessibilidade e



preservação ambiental, além de impedir o uso ilegal de terras e espaços públicos, por meio do cumprimento das atribuições do órgão. Esses esforços refletem o compromisso com a qualidade de vida no DF. Além disso, a parceria visa sensibilizar os estudantes sobre os espaços da cidade em que vivem, promovendo uma compreensão do uso desses locais e do senso de pertencimento coletivo e individual. Dessa forma, estudantes e servidores são incentivados a participar ativamente da vida e da governança locais. Em 2024, o projeto foi adotado por 13 escolas, envolvendo a participação de 351 estudantes.

Programa Jovem Senador - o programa é destinado a estudantes regularmente matriculados, no ano de 2024, na 1ª e 2ª séries do Ensino Médio regular das escolas públicas do país. O PJM busca desenvolver competências e habilidades como domínio da linguagem, compreensão de fenômenos, resolução de situações-problema, construção de argumentos e elaboração de propostas, alinhadas às competências principais da matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio - (Enem), por meio de construção de projetos. A seleção dos estudantes é feita por meio da avaliação dos projetos e posterior campanha eleitoral, e os vencedores de cada ente federado participarão de etapa nacional e internacional em 2025. Esta edição do PJM terá como tema "A integração regional e as mudanças climáticas".

Programa DETRAN nas Escolas - os estudantes do Ensino Médio, cursistas do Cidadania no Trânsito, que iniciaram o curso em 2023, tiveram a conclusão do curso no 1º semestre de 2024. Foi realizado, pelo Detran, a cerimônia de formatura e entrega de certificado para cerca de 200 estudantes. Outros 200 estudantes continuam no Programa para instrução teórica de habilitação no segundo semestre de 2024. Já no curso Mobilidade e Trânsito, cerca de XX professores do Ensino Médio participaram da formação, orientação e apoio didático para atuarem com os estudantes, trabalhando para a vivência de uma cultura de paz no trânsito.

Documento Nacional do Estudante - (DNE) - firmou-se parceria com a Federação dos Estudantes Universitários de Brasília e Entorno - (Feube) e os Diretórios Acadêmicos de Nível Médio e Superior (Danms) para emissão de Documento Nacional do Estudante - (DNE) para os estudantes matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal.

O objetivo da ação é distribuir, gratuitamente, 50 mil carteiras de meia-entrada para estudantes de 15 a 29 anos do Distrito Federal, até dezembro de 2024, proporcionando acesso facilitado e democrático a eventos culturais, esportivos e de entretenimento, a fim de promover a inclusão social e cultural entre os jovens, buscando assegurar que estudantes de baixa renda, escolas públicas e grupos vulneráveis tenham a oportunidade de usufruir de espaços e atividades que contribuem para seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Programa Politize - a parceria firmada com o Politize! Instituto de Educação Política resultou na inclusão de 7 unidades curriculares Eletivas no Catálogo desta SEEDF, disponíveis para oferta nas instituições educacionais em 2024: "Diálogo, Debate e Negociação", "Entre o Direito e a Justiça", "Informação e Desinformação", "Inovação e Sustentabilidade", "Jornalismo, Imprensa e Democracia", "Planejamento de Iniciativas Sociais" e "Vamos falar de grana, sim!".

Instituto Histórico e Geográfico do DF - (IHG/DF) - busca a regulação de relações entre a SEEDF e o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, a fim de estimular a cooperação mútua, com o objetivo de atender aos estudantes da rede pública de ensino do DF, com base na promoção do estudo e da divulgação da História e da Geografia do Distrito Federal, bem como das Ciências e componentes curriculares afins; e aprimorar técnicas diversas, por meio do intercâmbio de saberes relacionados a tecnologias alternativas, a fim de fomentar a prática de preservação do acervo museológico, assim como o estudo da Educação Patrimonial. Nesse contexto, apresenta como público-alvo: estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, professores e servidores da SEEDF, pesquisadores, turistas e a comunidade em geral. No primeiro semestre de 2024, foram atendidos 3.366 estudantes, vinculados a 43 unidades de ensino que integram a SEEDF.

Safernet Brasil - acordo de cooperação que tem como objetivo desenvolver atividades educativas com estudantes, professores e gestores da rede pública de ensino da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - (SEEDF) para informar e conscientizar acerca do



uso seguro e responsável da Internet. Essas atividades buscam incentivar o acesso digital inclusivo, acessível e seguro em comunidades consideradas digitalmente excluídas e vulneráveis. Em 2024, foi formada uma turma do curso Segurança e Cidadania Digital em Sala de Aula, constituída de 261 professores matriculados e 45 professores concluintes. Além disso, a unidade curricular eletiva proposta foi aprovada e, atualmente, está disponível para oferta nas unidades escolares.

Universidade Católica de Brasília - UCB/Projeto Espaço Com-Vivências - Acordo de Cooperação nº 04/2019, tem por objetivo o desenvolvimento de um Programa de Atendimento Educacional Especializado nas áreas de Educação Física, Arte (Expressão Corporal e Dança) e Pedagogia para pessoas que apresentam Deficiência Física, Intelectual, Visual, Múltipla e Transtornos do Espectro do Autista, pautado em princípios filosóficos que respeitem a integridade do ser humano, visando estimular o potencial latente desses estudantes buscando sua inclusão educacional e social, a fim de melhorar sua autoestima e de sua família, além do desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações de extensão em Atendimento Educacional Especializado na área de Educação Física, Arte (Expressão Corporal e Dança), Pedagogia e Educação Inclusiva, a partir da análise dos atendimentos e seus resultados, apresentando-os em congressos e periódicos especializados, além de divulgá-los por meio de cursos, oficinas e palestras para Professores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, cujo público alvo são estudantes das escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, que apresentem Deficiência Física, Deficiência Intelectual, Deficiência Visual, Deficiência Múltipla e Transtornos do Espectro do Autismo, os quais serão atendidos nas instalações do Curso de Educação Física, no Campus I da Universidade Católica de Brasília – UCB pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. Em 2024, teve um total de 367 atendimentos.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia - (APAED) - Acordo de Cooperação Nº 05/2019, tem por objeto, oferecer Atendimento Especializado Multiprofissional no serviço de referência e apoio à habilitação e à reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, na faixa etária de 0 (zero) anos à fase adulta, com disponibilização de professores e fornecimento de alimentação escolar para 213 (duzentos e treze) estudantes, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF).

Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Distrito Federal (SESI-DR-DF) Fomento a Projetos de Robótica - Tem por objeto, fomentar até 8 equipes, que desenvolvem projetos de Robótica em Salas de Recursos, de escolas públicas, mediante a formação de professores e disponibilização de materiais necessários ao desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes e, posterior, participação no Festival Regional de Robótica. Em 2024, 80 estudantes foram atendidos.

Organização da Sociedade Civil - Instituto Cavalo Solidário - (ICS) - Acordo de Cooperação nº 03/2024, tem por objeto, ofertar atendimento gratuito em equoterapia aos estudantes/praticantes da rede pública de ensino e comunidade em geral, sendo 70% do total de vagas existentes, destinadas a estudantes/praticantes devidamente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal. Em 2024, teve 108 atendimentos.

Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais - (AMPARE) - Acordo de Cooperação Nº 05/20, tem como objetivo, o Atendimento Educacional Especializado, para até 120 (cento e vinte) assistidos com diagnósticos de deficiência intelectual, deficiência múltipla e transtorno do espectro autista. Sendo 80% das vagas ofertadas, para os estudantes com matrícula ativa e egressos da rede pública do Distrito Federal da SEE/DF, e 20% à comunidade, perfazendo um total de 100% das vagas. De forma complementar para os ativos no contraturno e suplementar para os egressos e comunidade, na perspectiva da educação ao longo da vida preconizada pela atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2024, ocorreram 98 atendimentos.

Organização da Sociedade Civil/ Associação Nacional de Equoterapia – (ANDE) - Acordo de Cooperação Nº 11/2024, tem por objeto, a equoterapia, gratuita, destinando 70%



de vagas para a SEEDF e 30% das vagas remanescentes direcionadas à comunidade, perfazendo um total de 100% de vagas ofertadas. Em 2024, teve 70 atendimentos.

Organização da Sociedade Civil Associação Pestalozzi de Brasília - (PESTALOZZI)-

Acordo de Cooperação 04/2024, tem como objetivo, ofertar gratuitamente, Atendimento Pedagógico Especializado - (APE), em período integral das 8 às 17h, para 120 assistidos adultos, a partir dos 18 anos de idade, com diagnóstico de Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla e Transtorno do Espectro Autista; oferecendo três refeições diárias, de modo articulado disponibilizar serviços socioassistenciais e terapias integrativas/complementares. Em 2024, teve 120 atendimentos.

Organização da Sociedade Civil/ Associação das Obras Pavonianas de Assistência/Centro Educacional de Audição e Linguagem - (CEAL/LP) -

Acordo de Cooperação Nº 08/2018, tem por objeto, classes de 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental 1 (BIA) aos estudantes com deficiência auditiva usuários de dispositivos auditivos - (AASI, IC e/ou PAAO), com embasamento teórico dos Métodos Fônico e Fonovisuoarticulatório em versões adaptadas; Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno da escola regular, nos segmentos Educação Infantil juntamente com Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano e, Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano juntamente com Ensino Médio aos estudantes com deficiência auditiva usuários de dispositivos auditivos - (AASI, IC ou PAAO), com embasamento teórico dos Métodos Fônico e Fonovisuoarticulatório em versões adaptadas, respeitando a temporalidade e considerando o desenvolvimento cognitivo e; Programa de Educação Precoce às crianças de 0 a 3 anos e 11 meses com deficiência auditiva usuárias de dispositivos auditivos - (AASI, IC ou PAAO) ou com indicação de uso de algum dispositivo auditivo, com embasamento teórico dos Métodos Fônico e Fonovisuoarticulatório em versões adaptadas.

Organização da Sociedade Civil/Centro de Ensino e Reabilitação (CER) -

Acordo de Cooperação 01/2019, tem como objetivo, o atendimento especializado e individualizado, em regime de mútua colaboração a crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou múltipla, na faixa etária de 0 a 18 anos, regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal, e às respectivas famílias, para habilitação, reabilitação e desenvolvimento das suas potencialidades, melhoria da qualidade de vida e inclusão na sociedade, em horário parcial e complementar ao horário escolar.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal - (APAE/DF) -

Acordo de Cooperação Nº 10/2024, tem como objetivo o atendimento Pedagógico Especializado para egressos e complementar para estudantes matriculados em Instituições Educacionais, com foco na educação especial para o trabalho, emprego e renda, que envolve formação básica, qualificação e inclusão profissional, a partir dos 14 anos de idade. Em extensão ao objetivo está o atendimento sócio-ocupacional para população com deficiência e em processo de envelhecimento. O atendimento ocorre nas quatro Unidades da APAE (Asa Norte, Sobradinho, Ceilândia e Guará), de forma que 70% das vagas são reservadas aos estudantes com matrícula ativa e egressos da rede pública do Distrito Federal da SEEDF, e as 30% restantes, destinadas à comunidade em geral.

Polícia Militar do Distrito Federal/RPMON -

Portaria Conjunta Nº 03, de 21 de maio de 2022 - Portaria Conjunta nº 03, 21/05/2022. Publicação DODF - Nº 98, 26 de maio de 2022, tem por objeto, a equoterapia, gratuita, aos estudantes com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, por meio de parceria entre a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF). Em 2024, teve um total de 304 atendimentos.

Instituto Federal de Brasília /Campus Planaltina -

Termo de Cooperação nº 05/2021, parceria com vistas ao atendimento do Programa em Ecuoterapia, de forma gratuita. Sendo 80% (oitenta por cento) das vagas destinadas aos alunos regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e 20% (vinte por cento) das vagas destinadas aos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - (IFB), perfazendo um total de 100% de vagas ofertadas. Em 2024, foram realizados 107 atendimentos.



Parceria Universidade de Brasília e Secretaria de Estado de Educação - Curso de Aperfeiçoamento Altas Habilidades/Superdotação - Parceria entre a Universidade de Brasília - (UnB), e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para a oferta de 200 vagas no curso Atendimento Educacional em Altas Habilidades/Superdotação, sob coordenação Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento. O curso tem o objetivo de promover, em nível de aperfeiçoamento, a formação continuada de professores da rede pública de educação que atuam no atendimento educacional especializado e professores/as da educação básica que atuam com o público da educação especial na perspectiva inclusiva.

Parcerias para ampliação da oferta da Educação em tempo integral

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF), desenvolveu uma série de parcerias e iniciativas ao longo do ano de 2024, com o objetivo de promover uma educação mais abrangente e integrada, alinhada aos princípios da Educação Integral e em Tempo Integral. Essas ações buscaram ampliar as oportunidades educativas, culturais, esportivas e de lazer para crianças, adolescentes e jovens, com o intuito de reduzir a evasão, reprovação e defasagem idade-ano, além de proporcionar uma formação mais completa, tanto em aspectos cognitivos quanto socioemocionais.

Entre as colaborações estabelecidas, destacam-se:

Programa Forças no Esporte (PROFESP-BABR) - Foi implementado nas instalações da Área Militar do Aeroporto Internacional de Brasília, beneficiando estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal. Para o ano letivo de 2024, foram disponibilizadas 200 vagas de atendimento.

Principais Objetivos:

- Ampliar tempos, espaços e oportunidades de ensino e aprendizagem aos estudantes da Rede Pública, por meio da oferta de atividades pedagógicas, culturais, artísticas, técnico-científicas e esportivas relacionadas às áreas de conhecimento.
- Colaborar para a saúde física e o desenvolvimento intelectual dos estudantes, por meio da alimentação saudável e da atividade física.
- Contribuir para a melhoria do desempenho escolar dos estudantes. Ações desenvolvidas: a) Esportes: Futebol; Voleibol; Vôlei de Praia; Basquete; Handebol; Tênis; Atletismo; Natação.

Figura 7 - Atividades Complementares: Atividades Lúdicas; Momento Musical; Palestras, Visitas e Atividades de Cidadania; Acompanhamento Pedagógico; Informática; Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV).



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Projeto PROFESP – Escola Superior de Defesa - Termo de Cooperação nº 06/2023, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Ministério da Defesa tem como objetivo a cooperação mútua para o desenvolvimento do Programa Forças no Esporte - (PROFESP) nas instalações da Escola Superior de Defesa - (ESD). A iniciativa atendeu 260 estudantes durante o ano letivo de 2024, promovendo a inclusão social, cultural e intelectual de crianças e adolescentes. As atividades, oferecidas cinco vezes por semana, abrangem práticas esportivas, físicas, educacionais e lúdicas, ampliando o acesso dos participantes a uma formação integral e enriquecedora.

Principais Objetivos:



- Promover aprendizagens significativas e emancipatórias que privilegiem a formação multidimensional do estudante;
- Garantir uma formação de qualidade e inclusiva, capaz de contribuir para o desenvolvimento das pessoas em todos seus aspectos, sejam eles éticos, políticos, cognitivos, afetivos, emocionais, sociais, culturais, físicos entre outros;
- Retirar os estudantes da situação de vulnerabilidade por meio da ampliação do termo de permanência na escola.

Ações desenvolvidas:

- Acompanhamento das disciplinas de português e matemática;
- Projeto formação de hábitos individuais e sociais;
- Atividades culturais e esportivas (aulas de música, atividades aquáticas, vôlei, tênis e ciclismo). A quantidade anual de atendimentos é de 260 estudantes.

Figura 8 - Projeto PROFESP – Escola Superior de Defesa



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Ao longo de 2024, foram mantidos os acordos firmados com instituições do Sistema "S" (SENAC, SEBRAE e SESI), com o objetivo de oferecer o Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP). Além disso, parcerias com outras entidades foram estabelecidas, visando à oferta de cursos de formação continuada para professores e estudantes, bem como à disponibilização de materiais didático pedagógicos.

Entre as parcerias, destacam-se:

Universidade Patativa do Assaré - Programa de oferta de estágio obrigatório ou não-obrigatório, com concessão de bolsa, a estudantes regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, maiores de 16 (dezesesseis) anos. O programa tem por objetivo promover o desenvolvimento profissional dos estudantes, oferecendo-lhes a oportunidade de adquirir experiência prática essencial para seu crescimento, bem como contribuir para que esses possam vivenciar a teoria na prática, adquirindo experiências valiosas para o seu crescimento profissional.

Programa Políticos do Futuro - Termo de Cooperação nº 04/2023, firmado entre a Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal - (SEE/DF) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF) - que tem por objeto a implantação e o desenvolvimento



do Programa de Formação de "Políticos do Futuro", que visa à formação de jovens cidadãos, via inserção nos conteúdos programáticos dos diversos níveis escolares e, consideradas as características de cada um deles, de temas específicos relacionados aos processos democráticos, ao exercício pleno da cidadania, às características da organização político administrativa do Estado brasileiro, aos diversos níveis e esferas do governo e suas competências, às características do sistema eleitoral, e ainda, ao esclarecimento quanto aos instrumentos de controle social e de fiscalização existentes, e de como podem ser exercidos.

Estágio - Programa de Aprendizagem Profissional do Centro de Integração Empresa-Escola - (CIEE) -- A parceria entre a SEEDF e o CIEE resultou em um Programa de Aprendizagem oferecido pelo CIEE, que utiliza como referência cursos técnicos de nível médio listados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - (CNCT) para o cálculo da carga horária mínima teórica. Dessa forma, os cursos possuem carga horária teórica mínima de 400 horas e máxima de 552 horas, correspondendo a 30% da carga horária total do programa de aprendizagem.

Alistamento Eleitoral - Em 2024, a SEEDF celebrou o Acordo de Cooperação Técnica n.º 01/2024 com o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, visando a criação de um programa destinado ao alistamento eleitoral dos jovens, a partir dos 15 (quinze) anos até os 18 (dezoito) anos de idade incompletos, nas unidades escolares de Ensino Médio do DF e instituições de ensino profissional, mediante a utilização de unidades volantes do Na Hora, com a finalidade de fomentar a consciência cívica e democrática e enfatizar a importância do direito ao voto. Foram desenvolvidas ações em duas Coordenações Regionais de Ensino - (CRE), ao longo dos meses de março e abril. Ao todo foram realizados 285 atendimentos, sendo 125 no CEM 404 de Santa Maria e 160 no CEM 804 do Recanto das Emas.

MCIBiotec - Em 2024, a SEEDF celebrou o Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2024 com a Universidade Católica de Brasília - (UCB), cujo intuito é a disseminação de conteúdo de biotecnologia por docentes que atuam na Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, nos componentes curriculares de química, física e biologia de quatro instituições educacionais públicas de ensino médio do Distrito Federal. A UCB oferecerá formação continuada de 240h direcionada à utilização do aplicativo MCIBiotec e a conteúdos de biotecnologia a docentes da SEEDF e a SEEDF disponibilizará professores dos componentes curriculares Biologia, Física e Química das unidades escolares participantes, para participarem da formação continuada e utilizarem o aplicativo MCIBiotec em sua prática docente, bem como os discentes dos referidos componentes para participarem do projeto durante suas aulas.

Parlamento Juvenil Mercosul - (PJM) - O Programa é destinado a estudantes regularmente matriculados, no ano de 2024, na 1ª e 2ª séries do Ensino Médio regular das escolas públicas do país. O PJM busca desenvolver competências e habilidades como domínio da linguagem, compreensão de fenômenos, resolução de situações-problema, construção de argumentos e elaboração de propostas, alinhadas às competências principais da matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por meio de construção de projetos. A seleção dos estudantes é feita por meio da avaliação dos projetos e posterior campanha eleitoral, e os vencedores de cada ente federado participarão de etapa nacional e internacional em 2025. Esta edição do PJM terá como tema "A integração regional e as mudanças climáticas".

- Jogos Escolares do Distrito Federal - (JEDF)

Os Jogos Escolares do Distrito Federal - (JEDF) consagram-se como um dos eventos escolares esportivos mais significativos do Distrito Federal e congregam estudantes das redes pública e particular de ensino em 19 modalidades esportivas. Os JEDF têm como objetivo promover a integração e o intercâmbio entre estudantes de diferentes instituições educacionais do Distrito Federal, proporcionando descoberta de novos talentos esportivos e fomentar a prática esportiva no âmbito escolar.

Os JEDF são estruturados em duas fases: Etapa Regional e Etapa Distrital, abrangendo categorias de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos, com o objetivo de promover as etapas da fase



seletiva para a competição nacional, encaminhando os estudantes-atletas da primeira categoria para os Jogos Escolares Brasileiros - (JEBs) e os da segunda categoria para os Jogos da Juventude (JJ).

Além da SEEDF, estão envolvidas nesse projeto a Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal - (SEL/DF) e a Federação de Desportos do Distrito Federal - (FEDR/DF). Essas parcerias fortalecem o compromisso conjunto de promover a educação física e a prática esportiva entre os jovens, destacando a importância do esporte no contexto educacional.

- Jogos Escolares Brasileiros - (JEBs)

As competições dos Jogos Escolares Brasileiros - (JEBs) são realizadas pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar - (CBDE) e reúnem estudantes-atletas dos 26 estados e do Distrito Federal, na faixa etária de 12 a 14 anos. Neste ano, a competição foi realizada no período de 20 de setembro a 3 de outubro de 2024, na cidade de Recife (PE).

O DF apresentou como delegação 12 oficiais, 36 técnicos e 199 atletas, competindo nas modalidades de atletismo, paratletismo, badminton, basquetebol, ciclismo, futsal, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, judô, karatê, natação, taekwondo, tênis de mesa, voleibol, vôlei de praia, wrestling e xadrez.

Figura 9 - Autoridades participaram da cerimônia de encerramento dos Jogos Escolares do DF.



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Jogos Escolares Paradesportivos do Distrito Federal - (JEPDF)

Os Jogos Escolares Paradesportivos do Distrito Federal destacam-se como uma iniciativa fundamental para fomentar o desenvolvimento paradesportivo entre as instituições educacionais. Essa competição contribui para o surgimento e o aprimoramento de talentos paralímpicos, incentivando a prática paradesportiva como elemento integrador e de intercâmbio sociocultural e desportivo entre os estudantes, ampliando as oportunidades de acesso à prática inclusiva.

Neste ano, o evento foi realizado em Brasília (DF), contando com a participação de 22 instituições educacionais inscritas e 121 estudantes, nas modalidades de atletismo, badminton, bocha, futebol de PC, futsal, goalball, tênis de mesa e tênis em cadeira de rodas.

Para sua execução, a SEEDF conta com a parceria do Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE), que une esforços para a elaboração do regulamento e sua execução.

Figura 10 - A aluna tricampeã na modalidade parabadminton



Foto: Ascom/SEEDF. Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.



Paralimpíadas e Escolares – Etapa Regional e Nacional

As Paralimpíadas Escolares, realizadas nas etapas regional e nacional, têm por finalidade estimular a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades paradesportivas de todas as instituições educacionais do território nacional, promovendo ampla mobilização. O compromisso dos parceiros envolvidos é a inclusão no esporte escolar.

Tem como objetivo difundir e fortalecer os valores da cidadania e os ideais do movimento paralímpico, direcionados para construção de um mundo acessível, inclusivo e pacífico, livre de qualquer tipo de discriminação, entendimento da diversidade humana e imbuído do espírito de compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, cultura da paz e fair-play.

Neste ano, a delegação do Distrito Federal foi composta por 119 membros, sendo 6 oficiais, 8 staffs, 20 técnicos e 85 atletas, competindo nas modalidades esportivas de atletismo, basquete, bocha, futebol, goalball, natação, parabadminton, tênis de mesa e tênis em cadeira de rodas.

No primeiro semestre, foram realizadas as seletivas para as modalidades de atletismo (28 estudantes classificados), bocha (9 estudantes classificados) e natação (12 estudantes classificados) para a etapa nacional. No segundo semestre, foram realizadas as modalidades parabadminton (8 estudantes classificados) e tênis de mesa (5 classificados), encerrando a etapa regional para o fluxo nacional das Paralimpíadas.

Jogos da Juventude - (JJ)

Os Jogos da Juventude, proporcionados pelo Comitê Olímpico do Brasil - (COB), são realizados no segundo semestre de cada ano, abrangendo jovens de 13 a 17 anos. Os jogos constituem uma competição nacional e multiesportiva. Priorizam o direcionamento dos atletas com potencial esportivo, além de contribuir para a formação integral dos jovens participantes, o intercâmbio social e esportivo, a prática e o aprimoramento técnico de várias modalidades esportivas.

O reconhecido êxito desse evento é possível graças à estreita parceria, comunicação e colaboração dos estados e do Distrito Federal com o Comitê Olímpico e Federações Desportivas do Distrito Federal durante todo o processo, abrangendo desde a organização das seletivas estaduais até a efetiva participação na competição em prol do desporto escolar.

Em 2024, o DF apresentou uma delegação composta por 13 oficiais, 28 técnicos e 167 atletas, competindo em quase todas as modalidades, com exceção da esgrima. Com as últimas conquistas, o Distrito Federal soma 12 medalhas e está em 19º lugar no ranking geral. Outras modalidades que subiram no pódio foram o ciclismo, judô, taekwondo, tiro com arco e ginástica artística.

Figura 11 - Atletas que subiram no pódio na Vila Olímpica durante os 3 dias de competições do atletismo



Foto: Ascom/SEEDF. Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.



- Jogos Escolares Noturnos do DF - Corujão

Os Jogos Escolares Noturnos do DF – Corujão integram todas as atividades esportivas intercolégiais, com o intuito de desenvolver o intercâmbio social e esportivo entre os estudantes da rede de ensino pública e particular, matriculados no Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, no turno noturno, na faixa etária acima de 16 anos.

A realização do Corujão tem a finalidade, ainda, de propagar a prática desportiva como instrumento para superação do individualismo e para a formação da personalidade e identificar novos valores no panorama desportivo do DF.

Neste ano, o evento foi realizado nas modalidades de futsal, basquetebol, voleibol, handebol, tênis de mesa e capoeira entre os meses de outubro e novembro, com a participação de 2.606 estudantes e 181 equipes.

- Aquisição de Material Pedagógico aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos - (EJA)

Por meio do Contrato nº 12/2023, no valor de R\$ 64.980,00, foi elaborado material didático-pedagógico inovador, com foco na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada à Educação Profissional e Tecnológica - (EPT). A iniciativa é um marco no cumprimento da Meta 9 do Plano Distrital de Educação, visando à ampliação da oferta e à formação integral dos estudantes, com atenção especial ao mundo do trabalho e à formação profissional, impactando positivamente a trajetória de milhares de jovens e adultos.

Essa iniciativa objetiva suprir uma necessidade premente na EJA, reconhecendo a diversidade de seu público e a importância de oferecer materiais voltados para o aprendizado de jovens, adultos e pessoas idosas.

A decisão de investir neste material, mesmo com a futura disponibilidade dos livros do PNLD EJA, demonstra o compromisso desta SEEDF, em priorizar a aquisição de material complementar que atendam às particularidades da EJA, promovendo um ensino de qualidade e inclusivo.

A entrega desse material, composto por uma valiosa coleção de 5 cadernos, representa um investimento substancial na qualificação do corpo docente e das equipes gestoras da EJA. Esses cadernos foram entregues em julho de 2024, serão lançados em fevereiro de 2025 e farão parte do Programa de Formação para Docência na EJA (ProfEJA), fortalecendo as práticas pedagógicas e fomentando a ampliação da EJA Integrada à Educação Profissional e Tecnológica

- Programa DF Alfabetizado

O Programa DF Alfabetizado, iniciado no Distrito Federal em 2012, tornou-se uma ferramenta indispensável para alcançar comunidades em diferentes tempos e espaços. Por meio do DF Alfabetizado, que já teve 5 edições, foi possível alfabetizar um total de 30 mil pessoas em todo o Distrito Federal, sendo que 78,7% dos alfabetizados conseguem escrever seus nomes completos e 65,5% são capazes de distinguir letras, números e símbolos.

A iniciativa traz esperança e oportunidade para pessoas jovens, adultas e idosas que, ainda, se encontram em situação de analfabetismo, representando o compromisso desta Secretaria em fortalecer a Educação de Jovens e Adultos - (EJA), combater o analfabetismo adulto e promover a inclusão social por meio da educação.

O Programa DF Alfabetizado alcançou resultados expressivos em 2024, demonstrando um impacto significativo na vida de pessoas jovens, adultas e idosas que buscam a alfabetização. Com uma equipe dedicada de 3 Coordenadoras Centrais, 2 Coordenadoras Pedagógicas, 13 Coordenadores Locais e 35 Alfabetizadores Voluntários, o programa conseguiu formar 46 turmas e cadastrar 644 educandos, demonstrando um alcance notável em 10 Coordenações Regionais de Ensino - (CREs).



- Implementação da EJA na modalidade Educação a Distância nos estabelecimentos penais do DF

A ampliação da oferta educacional nos ambientes privados de liberdade é uma estratégia que compõe a Meta 10 do Plano Distrital de Educação e representa o compromisso desta Secretaria de Educação, conjuntamente à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE/DF), com o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos nesses ambientes.

Após realização de estudos, visitas técnicas e compartilhamento de experiências com as demais unidades da federação, decidiu-se que a referida proposta será implementada nos estabelecimentos penais do Distrito Federal a partir do 1º semestre de 2025.

- Oferta Educacional na Penitenciária Federal em Brasília - (PFBRA)

A formalização do Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021, cujo objeto é a oferta de Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade custodiadas na Penitenciária Federal em Brasília - (PFBRA), na modalidade de Educação de Jovens e Adultos presencial, na forma de EJA Combinada para o 1º segmento, e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos a Distância - (EJA/EaD) para o 2º e 3º segmentos, por intermédio da SEEDF e a União, representada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública - (MJSP)/ Departamento Penitenciário Nacional - (DEPEN) – atualmente denominado Secretaria Nacional de Políticas Penais - (Senappen).

No ano de 2024, 6 estudantes foram matriculados nos três segmentos da EJA, sendo que 4 deles concluíram a Educação Básica. Registra-se que essa penitenciária é de segurança máxima e que o atendimento educacional é, obrigatoriamente, individualizado. Também foram realizadas 411 validações das verificações de leitura relativas às atividades da Remição de Pena pela Leitura.

Acordo de Cooperação - Educação de Jovens e Adultos - (EJA)

O Acordo de Cooperação de nº 01/2020, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e parceiro, tem por objeto a oferta de Educação de Jovens e Adultos - (EJA) para jovens, adultos e idosos em situação de rua, que são acolhidos pelo projeto para tratamento e recuperação do uso de álcool e outros entorpecentes, por meio do corpo docente do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília - (Cejaep/EaD).

O projeto acompanha o desempenho escolar de cada estudante e procura, por meio da assistência social do projeto, resolver pendências e dificuldades que surgem ao longo do percurso escolar dos seus acolhidos, atendendo, até o momento, 99 estudantes. No primeiro semestre de 2024, foram efetivadas 23 matrículas no CEJAEP/EaD e, atualmente, são 29 acolhidos instituição parceira. No 1º semestre, 1 acolhido concluiu o Ensino Fundamental e 2 acolhidos concluíram o Ensino Médio. Quinze acolhidos realizarão as provas do Encceja/2024; um foi encaminhado para uma universidade parceira do projeto para cursar administração, com bolsa 100%; e dois acolhidos foram encaminhados para o mercado de trabalho, um para uma rede de supermercados e o outro para uma rede de panificadoras.

- Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos - (EJA)

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) aderiu ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, instituído pelo Decreto Federal nº 12.048/2024. Alinhada com as ações do Pacto, a SEEDF, elaborou uma minuta de decreto distrital para estabelecer a Política Distrital para Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA, um marco para atender às especificidades educacionais de jovens, adultos e pessoas idosas do Distrito Federal.

O Comitê de Formação elaborou um Plano de Ação, com duração de 2 anos, iniciando no 1º semestre de 2025 e finalizando no 2º semestre de 2026, para a implementação da formação continuada e em serviço dos profissionais que atuam nos 1º, 2º e 3º segmentos da EJA e dos alfabetizadores do Programa DF Alfabetizado. Esse programa conta com 14 formadores



regionais, dois articuladores e uma coordenadora pedagógica, que é responsável por assegurar a formação continuada e em serviço dos profissionais da EJA e dos Educadores Populares do Programa DF Alfabetizado, um investimento essencial no aprimoramento da prática pedagógica.

Programa de Alfabetização e Letramento do DF - (ALFALETRANDO)

O Programa de Alfabetização e Letramento do Distrito Federal - (Alfaletorando), instituído pelo Decreto nº 45.495/2024 como resposta ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - (CNCA), tem como objetivo garantir que 100% das crianças, matriculadas na rede pública de ensino, estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, além de recompor as aprendizagens das crianças matriculadas nos 3º, 4º e 5º anos da rede pública de ensino do DF.

Visando desenvolver a política de alfabetização de maneira mais completa, significativa, qualitativa e democrática possível, instituiu-se o Comitê Distrital de Alfabetização e Letramento - (Codalfa), por intermédio da Portaria nº 481, de 26 de abril de 2024, e a Rede Distrital de Alfabetização - (Redalfa), a partir da publicação da Portaria nº 480, de 26 de abril de 2024.

Ao aderir ao CNCA, a SEEDF se comprometeu a executar os recursos orçamentários repassados pelo Governo Federal e promover sua gestão e prestação de contas com eficiência, eficácia e transparência, visando à efetividade das ações.

Foram impressos 60.600 materiais didáticos suplementares para os estudantes matriculados nos 1º e 2º anos e 3.306 materiais para os respectivos professores regentes, totalizando 63.906 impressões, por meio de adesão ao Plano de Ações Articuladas do FNDE, no valor de R\$ 1.376.259,51.

O Ministério da Educação - (MEC) destinou recurso financeiro para a melhoria e instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura para instituições educacionais que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Considerando todos os eixos previstos para a execução do programa, segue o quantitativo com o público envolvido e impactado:

Quadro 6 - Rede Distrital de Alfabetização - (REDALFA) - Quantidade de Articuladores	
Rede Distrital de Alfabetização - (REDALFA)	
Articuladores REDALFA	Quantidade
Distrital	2
Regional	28
Local Itinerante	97
Total	127

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Quadro 7 - Rede Distrital de Alfabetização - (REDALFA) - Quantidade de Público	
Público	Quantidade
Coordenação Regional de Ensino	14
Unidades escolares	383
Professores dos 1º e 2º anos	2.848
Estudantes dos 1º e 2º anos	56.035

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Programa Educação com Movimento

O Programa Educação com Movimento - (PECM tem como finalidade precípua a ampliação das experiências corporais das crianças da Educação Infantil e dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o professor de Atividades e o professor de Educação Física, na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo em Movimento do Distrito Federal Ensino Fundamental - Anos Iniciais/Anos Finais.



O programa atendeu a um total de 140 instituições educacionais das 14 Coordenações Regionais de Ensino - (CREs), contemplando 14.366 estudantes e evidenciando, assim, a abrangência e o impacto positivo na promoção de experiências educativas enriquecedoras, fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças, dentro da esfera da cultura corporal.

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - (PRONATEC)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - (Pronatec) é uma iniciativa fundamental para promover o acesso à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, garantindo oportunidades para que jovens e adultos se qualifiquem para o mundo do trabalho e possam melhorar suas condições de vida. O programa prevê o repasse de recursos para pagamento da bolsa-formação/remuneração de estudantes, professores e demais funções do Pronatec.

Importante destacar as adesões às linhas de fomento da Bolsa-Formação, bem como oferta de Linha de Fomento da Bolsa-Formação Ensino Médio articulado com a Educação Profissional - (EM-EPT).

- Programa Mulheres Mil

O Programa Mulheres Mil busca ofertar Cursos de Formação Inicial e Continuada para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Esse programa prevê a disponibilização de 605 vagas até 30 de junho de 2025, proporcionando um impacto significativo na vida de centenas de famílias ao longo dos próximos 2 anos, promovendo inclusão e transformação social e empoderamento feminino.

Em 2024, foram realizados os seguintes cursos: Brigadista Particular, Maquiador, Costura em Máquina Reta e Overloque, Assistente Administrativo e de Recursos Humanos, Operador de Computador, Masseur, Manicure e Pedicure, Porteiro e Vigia, Cuidador de Idosos, Copeiro, Curso Técnico em Gastronomia, Saúde Bucal, Eletrotécnica, Desenvolvimento de Sistemas, entre outros.

Os resultados alcançados, até o momento, demonstram a relevância do programa e a necessidade de sua continuidade e expansão.

Figura 12 - Cerimônia de certificação do Programa Mulheres Mil foi realizada no auditório da Eape, em Brasília



Foto: Ascom/SEEDF. Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Política de Remição de Pena pela Leitura

Por meio da Política de Remição de Pena pela Leitura nos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal, instituída pela cooperação mútua entre esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal (Portaria Conjunta nº 11/2022), foram realizados, ao longo de 2024, 29.092 atendimentos, com vistas à remição de pena.

Registra-se um aumento significativo nos atendimentos, passando de 25.300, em 2023, para 29.092, em 2024, um crescimento de quase 15%. Esse resultado expressivo não apenas



comprova a adesão da população carcerária à iniciativa, mas também o compromisso desta SEEDF em oferecer oportunidades de reintegração e transformação social.

- Atendimento Pedagógico Hospitalar

O Comitê Gestor do Atendimento Educacional Hospitalar - Classes Hospitalares realizou as visitas técnicas às unidades hospitalares, no período de 17 a 27 de setembro de 2024, para o acompanhamento pedagógico e administrativo da parceria firmada entre as Secretarias de Estado de Educação - (SEEDF) e de Saúde do Distrito Federal - (SESDF), por meio da Portaria Conjunta nº 9/2021.

O acompanhamento é realizado por intermédio de relatórios de atendimento aos estudantes e das visitas técnicas às unidades hospitalares.

Destaca-se que os gestores das unidades hospitalares manifestaram o reconhecimento pela excelência do trabalho pedagógico exercido pelas professoras que atuam nas unidades hospitalares, assim como a relevância do atendimento para o desenvolvimento dos estudantes/pacientes.

Seguem atendimentos Educacionais Hospitalares realizados no primeiro semestre de 2024, por unidade hospitalar, com base nas informações dos relatórios:

Quadro 8 - Atendimento Pedagógico Hospitalar

Unidade Hospitalar com Atendimento Educacional	Nº Leitos	Quantidade de Atendimentos no Primeiro Semestre
Hospital Regional Leste (HRL) - Paranoá	20	Não houve atendimento
Hospital Regional Sobradinho (HRS)	28	202 atendimentos
Hospital da Criança de Brasília - José de Alencar (HCB)	200	143 atendimentos
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	64	355 atendimentos
Hospital Regional de Ceilândia (HRC)	27	Não houve atendimento
Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	41	Não houve atendimento

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Programa Centro de Iniciação Desportiva - (CID)

O Programa Centro de Iniciação Desportiva - (CID) consiste no atendimento complementar, em contraturno escolar, na área desportiva com foco na apropriação do conhecimento físico, técnico e tático relacionado à prática desportiva, utilizando a competição como instrumento pedagógico.

O programa conta hoje com a atuação de 73 professores efetivos e atendimento a 4.358 estudantes, distribuídos nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, nas modalidades de atletismo, basquete, badminton, capoeira, ciclismo, futsal, ginástica acrobática, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, judô, luta olímpica, natação, tênis de mesa, voleibol e xadrez.

- Programa Centro de Iniciação Desportiva Paralímpico - (CIDP)

O Programa Centro de Iniciação Desportiva Paralímpico - (CIDP) da SEEDF é uma iniciativa que busca propiciar aos estudantes com deficiência das instituições educacionais públicas e conveniadas a aquisição de conhecimentos físicos, técnicos e táticos que fundamentam a prática desportiva, contribuindo para a formação integral dos participantes.

A oferta é utilizada como instrumento pedagógico, enfatizando aspectos lúdicos, cooperativos, competitivos e reflexivos, mantendo o equilíbrio psicomotor e a integração dos estudantes com deficiência, como primícia social e pedagógica.

No ano de 2024, o programa contou com a atuação de 9 professores e atendimento a 157 estudantes.

- Programa Escola-Comunidade Ginástica nas Quadras - (PGINQ)

O Programa Escola-Comunidade Ginástica nas Quadras - (PGINQ) é desenvolvido na comunidade escolar e tem como objetivo incentivar e apoiar a participação da comunidade; promover hábitos físico-motores favoráveis à melhoria das condições psicossomáticas dos participantes; incluir a comunidade em atividades que contribuam para melhoria na qualidade



de vida; e envolver os participantes em atividades socio integradoras, viabilizando melhoria no convívio social.

Em 2024, o programa contou com 48 professores e aproximadamente 7.000 participantes, representando um impacto positivo, uma vez que o programa contribui com a melhoria da qualidade de vida de quem o integra.

Figura 13 - Programa Escola-Comunidade Ginástica nas Quadras



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Programa Há Campo

O Programa Há Campo – (Emater), com foco em educação ambiental, baseia-se no estímulo e fortalecimento do empreendedorismo entre os jovens que vivem e estudam em zonas rurais. A SEEDF desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do projeto, oferecendo suporte básico e orientação aos professores para a implementação de hortas e agroflorestas, a instalação de sistemas de captação de água da chuva e a oferta de cursos de empreendedorismo para jovens residentes rurais matriculados na rede pública de ensino.

O programa visa promover a implementação de tecnologias sustentáveis que permitam o uso eficaz de recursos naturais, favorecendo o equilíbrio ecológico e a conservação do meio ambiente. Em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - (Emater), o Programa tem o objetivo de desenvolver competências e habilidades que permitam a sucessão familiar rural, sua permanência no campo, a inclusão socioeconômica e o desenvolvimento sustentável do campo, além de abrir novas perspectivas socioculturais.

Em 2024, 21 escolas do campo aderiram ao programa. Destas, 3 escolas foram atendidas com ações junto à unidade escolar. Além disso, 63 estudantes foram atendidas no curso de empreendedorismo do jovem morador do campo por meio do oferecimento do Programa Filhos deste solo.

- Programa Escola de Esportes

O Programa Escola de Esporte é uma parceria firmada entre a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer do Distrito Federal - (SELDF) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF), pelo período de 5 anos, visando desenvolver atividades esportivas no âmbito do esporte educacional, de participação e de rendimento, priorizando os estudantes das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Em 2024, foi realizado no Complexo Aquático Cláudio Coutinho, nas quadras externas poliesportivas e no Pavilhão do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, para atender, prioritariamente, aos estudantes das instituições educacionais desta SEEDF e, nas vagas remanescentes, à comunidade geral, incluindo estudantes das instituições educacionais privadas, idosos e pessoas com deficiência. Foram ofertadas 1975 vagas e 780 participantes matriculados.

- Projeto Onda - Adolescentes em Movimento pelos Direitos

O Projeto Onda é uma iniciativa que busca introduzir os temas relacionados aos direitos humanos, à cidadania e ao orçamento público em escolas públicas do Distrito Federal, por



meio de um acordo de cooperação firmado entre a SEEDF e o Instituto de Estudos Socioeconômicos - (Inesc).

Visando promover ações educativas voltadas à formação de adolescentes de escolas públicas, incluindo os adolescentes dos Núcleos de Ensino das Unidades Socioeducativas, no primeiro semestre de 2024, beneficiou 115 estudantes do 6º ao 9º ano, consolidando-se como ferramenta transformadora na promoção de direitos e cidadania. No segundo semestre, esse número foi ampliado, chegando ao total de 132 estudantes atendidos no projeto.

- Promoção dos Direitos Educacionais de Adolescentes em Situação Socioeducativa

A SEEDF e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - (SEJUS/DF), por meio de Portaria Conjunta, estabelecem ações e competências para a oferta, implementação, acompanhamento e avaliação da política pública de escolarização de adolescentes em cumprimento de Internação Provisória, de Medidas Socioeducativas de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto (LA e PSC) e atendidos pelo NAI.

No ano de 2024, a iniciativa beneficiou 100% dos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa, sendo 302 em Internação Restrita e 584 em Meio Aberto ou Semiliberdade.

- Programa Escola da Terra

O Programa de Formação Continuada Escola da Terra constitui uma relevante parceria interinstitucional estabelecida entre o Ministério da Educação - (MEC), a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Estado de Educação do DF - (SEEDF).

Esse programa objetiva ampliar o acesso à formação continuada em Educação do Campo para educadores que atuam nas Escolas do Campo da rede pública de ensino. A abordagem metodológica específica e o percurso formativo do programa possibilitaram a realização de 3 edições do Programa Escola da Terra, com carga horária de 180 horas, voltadas para o aprimoramento profissional de educadores no contexto da Educação do Campo.

Em 2024, a 3ª edição do curso contemplou o núcleo quilombola situado em Cavalcante - (GO), ampliando o alcance e a diversidade das ações formativas, promovendo a criação e implementação de práticas pedagógicas condizentes com o processo formativo e ampliação do diálogo sobre os Inventários da Realidade das Escolas do Campo participantes.

- IV Jornada Pedagógica da Orientação Educacional

A IV Jornada Pedagógica da Orientação Educacional é uma ação realizada em parceria com o Sebrae-DF, por meio do Programa Nacional de Educação Empreendedora, a partir da qual foram promovidas palestras em formato virtual, veiculadas pelo canal da GOE no YouTube (https://www.youtube.com/channel/UCGI-sXeP_HoQDruW81sa2vw), voltadas aos profissionais da Orientação Educacional. Considerado uma das temáticas prioritárias nas ações de Orientação Educacional nas escolas, o tema Direitos Humanos e Diversidade foi trabalhado em várias vertentes, como a definição e histórico, educação midiática e marcadores sociais da diferença.

Figura 14 - IV - Jornada Pedagógica da Orientação Educacional





Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Tear Pedagógico

O Tear Pedagógico é um projeto concebido, planejado e realizado anualmente pela GOE em articulação com a equipe da Coordenação Intermediária da Orientação Educacional, visando tecer saberes e experiências que contribuam para a organização do trabalho pedagógico dentro das frentes de ação previstas no Calendário Escolar e nas pautas relacionadas ao Currículo em Movimento da Educação Básica.

Figura 15 - Tear Pedagógico



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Tear Pedagógico com 2.400 visualizações até a presente data. Foi realizado no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=MT8qbkImTHQ>), considerando como alcançada a meta estabelecida: compartilhar a Organização do Trabalho Pedagógico da Orientação Educacional com todos os profissionais da rede.

- Tear Pedagógico com 1.800 visualizações. Realizado no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=eGmfsVCo2pM>), abordou questões importantes sobre o autocuidado, saúde mental e aumento dos afastamentos do trabalho entre os profissionais da Educação na rede pública de ensino do Distrito Federal.
- Tear Pedagógico atingindo 1.600 visualizações até o momento. Ocorreu no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=QCLR0sckLbU&t=171s>), abordando a Lei que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente como de extrema importância para atuação dos profissionais na Orientação Educacional da rede pública de ensino do Distrito Federal.
- Tear Pedagógico atingindo 1.600 visualizações até o momento. Oferecido em formato on-line no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=8jlo9XbLQmk>), trouxe a temática da inclusão, um mergulho na legislação que abarca o tema e sua intrínseca relação com a prática do Orientador Educacional.

- XIV Fórum de Orientação Educacional

Em homenagem ao dia do Pedagogo-Orientador Educacional, comemorado no dia 4 de dezembro - conforme Lei Federal nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, a qual regulamenta o exercício da profissão; foi realizado, em parceria com o Sebrae-DF, por meio do Programa Educação Empreendedora, o XIV de Orientação Educacional: Cultivando uma Educação Inclusiva e Integrada.



Figura 16 - XIV Fórum de Orientação Educacional



Fonte: SEEDF/SUBIN; 2024.

O fórum acontece anualmente e firma-se como um momento de grande importância para os Pedagogos-Orientadores Educacionais do Distrito Federal no que tange à formação continuada e celebração da jornada profissional. A temática definida coletivamente foi a Inclusão Escolar. O evento ocorreu no formato on-line, com transmissão pelo link <https://www.youtube.com/@gerenciadeorientacaoeducac8071>. Em 2024, o fórum contou com a participação de aproximadamente 720 profissionais.

- Revista Rosa dos Ventos

Neste ano, foi realizado o lançamento da segunda edição da revista. A parte de editoração foi feita em parceria com o Sebrae-DF. Essa edição trouxe o tema da inclusão, com uma perspectiva ampliada, considerando, para além das pessoas com deficiência, as questões sociais, étnico-racial, de gênero e de classe.

Figura 17 - Revista Rosa dos Ventos



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Produção de textos acadêmico-científicos, no formato de artigo ou relato de experiência, escritos por orientadores educacionais, a partir das suas vivências. Oportuno enfatizar que foi realizada a formação sobre textos acadêmico-científicos com as coordenadoras intermediárias. As autoras foram homenageadas durante o XIV Fórum de Orientação Educacional.

- Programa Nacional do Livro e do Material Didático - (PNLD)



O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de Educação Básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e, também, às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

A execução do PNLD é realizada de forma alternada e são atendidos em ciclos diferentes os quatro segmentos: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os segmentos não atendidos em um determinado ciclo recebem livros, a título de complementação, correspondentes a novas matrículas registradas ou à reposição de livros avariados ou não devolvidos.

Quadro 9 - PNLD em 2024

PNLD/Segmento	Quantidade de Livros
PNLD 2021 / Ensino Médio	146.191
PNLD 2022 / Educação Infantil	28.495
PNLD 2023 / EF - Anos Iniciais	1.277.192
PNLD 2024 / EF - Anos Finais	850.028
Total	2.301.906

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- 13º Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal

O Circuito de Ciências é um importante instrumento para a exposição e divulgação da produção científica, tecnológica e de inovação, desenvolvido no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal. Constitui-se como atividade pedagógica com potencial motivador do ensino, da aprendizagem e da compreensão da prática científica no ambiente escolar. Essa ação, mais do que recurso pedagógico para incentivo às ciências, também apresenta à comunidade escolar a produção científica das unidades escolares e coloca os estudantes em evidência, tornando-os parte ativa dos processos de ensino e de aprendizagem.

Figura 18 - Circuito de Ciências



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

O Circuito de Ciências das Escolas Públicas do DF abrange toda a Educação Básica e anualmente alcança números consideráveis de estudantes e professores. As atividades de produção científica são realizadas em 3 etapas: local, regional e distrital, tendo sua culminância na seleção dos melhores trabalhos, que participam da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - (SNCT). O Circuito contribui para inserir e despertar nos estudantes o interesse pela Ciência, possibilitando que investiguem, por meio da pesquisa científica, problemas locais, regionais e estaduais.



Na etapa local, foram registrados, na webpage oficial do circuito, cerca de 658 projetos, impactando 18.704 estudantes, alocados nas 14 Coordenações Regionais de Ensino. Foram apresentados 512 projetos, sendo 291 escolas participantes.

Na Etapa Distrital, que aconteceu durante a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, contou-se com cerca de 106 projetos, com aproximadamente 700 estudantes expositores. Foram estimados cerca de 7 mil estudantes visitantes que prestigiaram as apresentações dos trabalhos. Os projetos foram avaliados por 136 profissionais voluntários de diversas áreas do conhecimento.

Figura 19 - Premiação do 13º Circuito de Ciências reuniu estudantes de diversas Coordenações Regionais de Ensino



Foto: André Amendoeira, Ascom/SEEDF. Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Olimpíadas Científicas

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) realiza o apoio e acompanhamento de diversas olimpíadas científicas, que objetivam aproximar os estudantes de diversas áreas do conhecimento, relacionando-as com seu dia a dia. Assim, contribui para a melhoria das aprendizagens, possibilitando a descoberta de novos talentos, criando vínculos entre os estudantes e enriquecendo os valores afetivos, como autoestima e sociabilidade.

Atualmente, a SEEDF colabora com a coordenação, articulação e execução de algumas Olimpíadas Científicas, como a Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas - (OBMEP), a Olimpíada Brasileira de Robótica - (OBR), a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica - (OBA), a Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente - (OBSMA), etc. É possível verificar, ao longo do tempo, um aumento na participação dos estudantes do Distrito Federal e a consolidação dessas olimpíadas como complemento às práticas pedagógicas rotineiras.

São atendidos todos os estudantes das diversas etapas e modalidades da rede pública de ensino do Distrito Federal, professores, orientadores, coordenadores pedagógicos e outros educadores da Rede.

Seguem os dados das olimpíadas científicas:

- Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) - 220.000 estudantes na 1ª fase e 9.500 estudantes na 2ª fase.
- Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR) - 66 equipes, incluindo escolas públicas e privadas.
- Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) - 2.403 estudantes das escolas públicas.

- Rede de Inovação para Educação Híbrida - (RIEH)

A Rede de Inovação para Educação Híbrida - (RIEH), programa instituído pelo Ministério da Educação, visa promover a modernização e inovação na rede pública de ensino do Distrito Federal. A SEEDF tem como objetivo implementar estratégias de Educação Híbrida como parte do esforço para garantir uma aplicação equitativa e efetiva da Política Nacional do Ensino Médio - (PNAEM). Essa iniciativa visa alinhar as práticas pedagógicas às diretrizes da PNAEM,



promovendo inovação no ensino e ampliando as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes do Ensino Médio.

A Educação Híbrida combina práticas presenciais e remotas e é uma abordagem estratégica para potencializar o acesso e a qualidade do ensino. Por meio do uso integrado de tecnologias digitais, metodologias ativas e recursos presenciais, busca-se atender às diversidades e demandas educacionais dos estudantes, promovendo uma formação mais contextualizada, flexível e inclusiva. A implementação das estratégias envolve capacitação continuada aos professores, desenvolvimento de materiais didáticos adaptados às práticas híbridas e a criação de ambientes de aprendizagem que favoreçam a interação, a personalização e a construção do conhecimento.

Encontra-se em andamento as iniciativas para a implementação do II Núcleo de Inovação do Distrito Federal - Pólo Recanto das Emas, que será instalado no Centro de Ensino Médio 804 do Recanto das Emas.

- Programa Horizontes Digitais

O Programa Horizontes Digitais foi concebido para integrar tecnologias educacionais avançadas às práticas pedagógicas em todas as unidades escolares da rede pública de ensino, possibilitando o uso de ferramentas digitais que atendam às demandas contemporâneas, que contribuam para a formação integral dos estudantes e para o desenvolvimento de competências digitais, indispensáveis na sociedade atual. Nesse sentido, busca criar um ambiente educacional dinâmico e inclusivo. A tecnologia e a inovação são ferramentas indispensáveis para transformar a educação e preparar os estudantes para os desafios do futuro.

O programa busca integrar tecnologias avançadas e práticas pedagógicas inovadoras para melhorar a qualidade do ensino e preparar estudantes e educadores para os desafios, além de promover a inclusão digital e reduzir desigualdades educacionais.

Os resultados alcançados em 2024 são: atendimento a 4 escolas do NEM noturno: CEM 12 e CED 15 de Ceilândia, CEM 804 do Recanto e CEM 01 do Paranoá; gravação de videoaulas, vídeo cast, entrevistas, lives, dentre outros, totalizando 72 produções; além da gravação dos programas-pilotos: Série Inovação e Educação, Série Redação Nota 1000 – ENEM.

- Projeto Escolas de Gestão Compartilhada

O Projeto Escolas de Gestão Compartilhada é uma parceria entre SEEDF e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - (SSPDF), estabelecida por meio de portaria, que tem por finalidade proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

Em 2024, foram atendidas 17 escolas no projeto e para 2025 está prevista a inclusão de mais 08 unidades escolares, quais sejam: CEF 12 Taguatinga, CEF 16 Taguatinga, CEF 17 Taguatinga, CEF 04 Guará, CEF 103 Santa Maria, CEF 427 Samambaia, CED Miriam Ervilha e CEM 01 Riacho Fundo.

Foi realizada a 1ª edição das Olimpíadas CCMDf como ação do projeto Escola de Campeões que tem dentre seus objetivos ampliar tempos e espaços na educação por meio de atividades esportivas envolvendo todos os Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal - (CCMDf). Os jogos ocorreram entre os meses de outubro e novembro, contando com a participação de dezesseis escolas em sete modalidades esportivas (futsal, handebol, voleibol, basquete, atletismo, queimada e xadrez).

- Cultura de Paz nas Escolas

A SEEDF criou uma assessoria exclusivamente voltada para consolidar as ações iniciadas pela Comissão Permanente pela Paz nas Escolas, com o objetivo de ampliar e fortalecer as articulações e ações na promoção de ambientes escolares seguros e saudáveis. A mudança representou um avanço significativo na estrutura organizacional, permitindo que a nova assessoria liderasse, de forma mais abrangente, estratégias educativas, práticas intersetoriais e integradas. Entre suas principais responsabilidades, estão o planejamento, a execução e a



coordenação de ações voltadas para a convivência pacífica, com foco na construção de uma cultura de paz sustentável, promovendo a saúde emocional e a segurança nas escolas.

Foram realizadas oficinas e capacitações durante o ano letivo. Destaca-se a oficina sobre eventos com agressores ativos, realizada em parceria com o Batalhão de Policiamento Escolar - (Bpesc) e o Batalhão de Operações Especiais - (Bope). Essa formação capacitou 1.560 profissionais para gerenciar situações críticas de emergência no ambiente escolar, aumentando a capacidade de resposta a possíveis ameaças e promovendo a segurança de toda a comunidade escolar, tendo sido ofertada para as 14 Coordenações Regionais de Ensino - (CREs). Nesse viés, as oficinas "Juntos contra o Bullying e Cyberbullying" alcançaram um público de 2.900 profissionais, também distribuídos pelas 14 Coordenações Regionais de Ensino - (CREs), capacitando professores e gestores para identificar, prevenir e mediar conflitos relacionados a essas formas de violências.

- Projeto NaMoral

Destaca-se como uma inovação na área da educação ao fomentar a construção de um ecossistema de integridade no ambiente escolar. Com o uso da gamificação como ferramenta pedagógica, o projeto promoveu valores éticos e práticas de cidadania com 17.765 estudantes em 66 unidades escolares dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, incentivando reflexões críticas e escolhas responsáveis.

- Celebra NaMoral

Organização de um evento de premiação para 68 unidades escolares, pela implementação exemplar do Projeto NaMoral, reconhecendo o impacto positivo de suas práticas na comunidade escolar.

- Projeto Construindo a Cultura de Paz

Promove ações reflexivas que possibilitam a construção da Cultura de Paz por meio da arte e da literatura como meios de engajamento para enfrentar o bullying e fomentar a convivência pacífica. Suas ações irão impactar diretamente 2.400 estudantes e 120 educadores, além de beneficiar, de forma indireta, aproximadamente 5.000 pessoas da comunidade escolar. O lançamento do projeto ocorreu em novembro de 2024 e será executado em 2025.

Figura 20 - Cultura de Paz



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Saúde Escolar

Atendimento Oftalmológico e Fornecimento de Óculos

Programa criado pela então Fundação Educacional, em setembro de 1989. Tem por finalidade garantir a assistência oftalmológica aos alunos da Rede Pública de Ensino do DF. Atualmente, nos termos dos incisos II, III e VIII, do Artigo 102 do Decreto nº 38.631, de 20 de novembro



de 2017, cabe à SEEDF garantir a continuidade do Programa, cujo fornecimento de óculos é feito por empresa contratada.

A SEEDF, por meio do Contrato nº 55/2024 que tem por objeto a aquisição, entrega e distribuição de óculos prontos (armações e lentes), embalados em estojo de plástico individual com flanela de limpeza, visando contemplar os estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos – (EJA), matriculados nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que necessitem de correção visual.

Quadro 10 - Saúde Escolar

Modalidade	Nº de estudantes atendidos
Ensino Fundamental	293
Ensino Médio	29
Educação Infantil	22
Educação de Jovens e Adultos	54
Total	408

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

Além da oferta de consultas oftalmológicas e óculos prontos, a SEEDF também compartilhou ao longo do ano publicações em formato de boletim que abordaram diversos temas em saúde. Os Boletins de Saúde do Estudante podem ser acessados através do sítio oficial da Secretaria de Estado de Educação, acessando o caminho 'Central de Informações/ Boletins Informativos/ Boletim Saúde do Estudante'.

A questão da saúde mental também foi pauta desenvolvida ao longo do ano. O Projeto Ciranda do Coração ofertou oficinas para a promoção do desenvolvimento das competências socioemocionais e da saúde mental no território escolar em benefício dos estudantes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental da SEEDF. Além disso, o Projeto Acolhendo Sonhos é também desenvolvido e busca resgatar a capacidade de sonhar dos jovens através da ressignificação de suas histórias de vida. Esse projeto visa oferecer um espaço de acolhimento e escuta onde os jovens possam se descobrir e transformar seus sonhos em realidade e, também, a realidade a sua volta. O Projeto "Falando disso! - Caminhos para a prevenção da violência de gênero" fundamenta-se na educação como ferramenta de enfrentamento à violência de gênero e de transformação social, visando a equidade de gênero e a modificação de padrões socioculturais machistas e violentos entre os estudantes, por meio de oficinas interativas e rodas de conversas. O Projeto "Tecendo Redes de Cuidado: ações de posvenção para uma escola promotora de saúde mental" propõe um conjunto de ações direcionadas a minimizar os agravos psicossociais que a morte autoprovocada de um estudante pode produzir quanto ao grau de saúde mental das comunidades escolares. Por fim, o Projeto "Prevenção do Uso dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar-DEFs e do Tabaco para Escolas", que visa informar sobre a importância da prevenção do uso inicial e contínuo dos DEFs e Tabaco, além de identificar fatores de risco e proteção pessoais e sociais relacionados ao tabagismo.

Foram desenvolvidas, ainda, ações em saúde fonoaudiológica. O Projeto "Caminhos da Voz: Triagem, orientação e encaminhamento" que visa mapear a condição fonoaudiológica dos estudantes da rede pública de ensino e identificar educandos com possíveis alterações de linguagem oral e escrita e de qualidade vocal, através de atendimento fonoaudiológico e o "Projeto Fono em Cartaz", que tem como objetivo realizar palestras informativas para a promoção em saúde, através de palestras, oficinas e produção de material informativo.

Ademais, foram promovidas rodas de conversa, levando até as escolas temas relacionados à saúde física e mental do estudante pertinentes ao Programa Saúde na Escola – (PSE).

Com relação às parcerias público-privadas, cumpre citar o Projeto "Em Um Piscar de Olhos", que vai ao encontro da Política Nacional de Atenção Oftalmológica, voltado aos alunos da rede pública de ensino do DF, por meio de ações estruturadas em processos e métodos de coleta, análise e organização dos resultados adquiridos através da realização de serviços especializados de pré-avaliação ocular, consulta e fornecimento de óculos para os alunos. O



projeto supracitado foi financiado por emenda parlamentar e foi desenvolvido no ano de 2023 e 2024, realizando triagens oftalmológicas em estudantes e distribuindo óculos prontos.

- Programa Material Escolar - Lei Distrital 6.273/2019

O Cartão Material Escolar - (CME) é destinado a estudantes regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal cujos pais ou responsáveis legais sejam beneficiários do Bolsa Família ou programa similar do Governo Federal. O benefício contempla estudantes de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação especial. O Programa Material Escolar foi instituído pela Lei nº 6.273/2019. A portaria conjunta nº 03, de dezembro de 2023, estabelece as competências das secretarias de Desenvolvimento Social - (SEDES) e de Educação - (SEE) na operacionalização da concessão do auxílio financeiro.

O Cartão Material Escolar é destinado aos estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do DF, cujos pais ou responsáveis legais sejam beneficiários do Bolsa Família ou programa similar do Governo Federal. Para a educação infantil, ensino especial e ensino fundamental serão liberados R\$ 320 por estudante. Para o ensino médio serão R\$ 240 por estudante. Em 2024, ao longo do Programa, foram atendidos um total de 175.623 estudantes, investindo o valor total de R\$ 54.201.760,00 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e um mil setecentos e sessenta reais).

Quadro 11 - Valor Total Pago Disponibilizado em Todos os Lotes - CME 2024

Valor Total Pago Disponibilizado em Todos os Lotes - CME 2024			
Modalidade	Estudantes	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Educação Infantil	25.971	320,00	8.310.720,00
Ensino Fundamental	122.959	320,00	39.346.640,00
Ensino Médio	24.845	240,00	5.962.800,00
EJA 1º e 2º segmento	1.604	320,00	513.280,00
EJA 3º segmento	122	240,00	29.280,00
Especial	122	320,00	39.040,00
Total de Estudantes Beneficiados em todos os Lotes	175.623	Valor Total Investido em todos os Lotes	54.201.760,00
Total de Famílias Contempladas			143.673

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

São requisitos para recebimento do auxílio financeiro do programa:

- ser estudante com idade entre 4 e 17 anos;
- estar regularmente matriculado e frequente em escola da rede pública de ensino do DF;
- pertencer a uma unidade familiar beneficiária do Bolsa Família ou programa similar do Governo Federal;
- ser o responsável familiar beneficiário habilitado no Programa Bolsa Família ou programa similar do Governo Federal.

O Cartão Material Escolar, como um programa complementar à iniciativa Federal (Programa Bolsa Família), cria uma perspectiva nova no trato da pobreza pelos programas sociais, nesse contexto o Cartão Material Escolar vem se apresentando como um programa de sucesso do Governo do Distrito Federal.

O auxílio proporciona maior agilidade e autonomia às famílias beneficiárias, uma vez que a utilização do cartão se apresenta mais vantajosa, haja vista que a aquisição dos materiais não está atrelada ao longo período dos procedimentos licitatórios.

Programas dessa natureza se encontram em consonância com o disposto no artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal.

Para 2025, estão previstas 191.967 famílias para serem contempladas com o Benefício Programa Cartão Material Escolar em 2025.

- Uniforme Escolar aos Estudantes da Rede Pública Regular

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal fornece aos seus estudantes itens, todos unissex, que compõem o uniforme escolar, quais sejam: bermuda, calça comprida,



camiseta mangas curtas, camiseta regata e casaco unissex são padronizados conforme às especificações contidas em Portaria que trata da padronização de uniforme escolar na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Todos os estudantes das Instituições Educacionais da rede pública regular de ensino do Distrito Federal, ao longo de 2024 foram beneficiados, foram distribuídas um total de 2.908.444 peças a 415.492 estudantes, conforme tabela abaixo:

Quadro 12 - Estudantes Beneficiados - SEEDF

Total Geral de Peças a Entregar	Total Geral de Peças Entregues	Total Geral de Escolas a Receber Uniformes	Total Geral de Escolas que já Receberam Uniformes	Total Geral de Alunos a Receber Uniformes	Total Geral de Alunos que já Receberam Uniformes
2.908.444	2.908.444	648	648	415.492	415.492

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

Também foram distribuídos itens, todos unissex, que compõem o uniforme escolar das Escolas de Gestão Compartilhada/Colégios Cívico-Militares do DF quais sejam: camisetas meia-manga com gola redonda, calças com elástico, bermudas longas com elástico e casaco sem capuz.

Todos os estudantes destas Instituições Educacionais da rede pública regular de ensino do Distrito Federal, ao longo de 2024 foram distribuídas um total de 151.683 peças a 21.669 estudantes, conforme tabela abaixo:

Quadro 13 - Estudantes Beneficiados - Colégios Cívico-Militares do DF

Total Geral de Peças a Entregar	Total Geral de Peças Entregues	Total Geral de Escolas a Receber Uniformes	Total Geral de Escolas que já Receberam Uniformes	Total Geral de Alunos a Receber Uniformes	Total Geral de Alunos que já Receberam Uniformes
151.683	151.683	17	17	21.669	21.669

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

O uniforme escolar desempenha várias funções importantes. Promove um senso de igualdade entre os alunos, independentemente de suas origens socioeconômicas. Também pode contribuir para um ambiente escolar mais seguro, pois facilita a identificação dos alunos e ajuda a controlar o acesso de pessoas não autorizadas à escola.

Além disso, a aquisição das vestimentas visa cumprir as Políticas Públicas Educacionais estabelecidas pelo Estado, conforme dispõe os artigos 205 e 211 da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, pelo artigo 1, § 1º e § 2º; pelo artigo 2 e 3, incisos I, VI e XI; bem como, pela Lei nº 1.161/96, no seu artigo 1, § 1º e § 2º; e pelo Regimento da Rede Pública de Ensino do DF em seus artigos 12, inciso XXIII e no 307, incisos I e V, que dispõem sobre a padronização e uso dos uniformes escolares da rede de ensino público do Distrito Federal.

Abaixo, destacamos as principais argumentações pedagógicas em favor do uso do uniforme na rede pública de ensino do Distrito Federal:

- Os uniformes escolares diminuem os índices de criminalidade e aumentam a segurança do aluno;
- Os uniformes escolares mantêm os alunos focados em sua educação, não em suas roupas;
- Os uniformes escolares criam condições equitativas entre os alunos, reduzindo a pressão dos colegas e o bullying.



Para o ano de 2025, estão previstas para serem entregues um total de 2.927.001 Peças do uniforme escolar para atender um total de 418.143 estudantes durante a execução do Programa em 2025. Já para as escolas cívico militares, estão previstas para serem entregues um total de 164.399 peças do uniforme escolar para atender um total de 23.485 estudantes durante a execução do Programa em 2025.

- Programa de Benefício Educacional Social (PBES) - Cartão Creche

A primeira infância é um dos momentos mais importantes para o desenvolvimento humano, por isso, o Programa de Benefício Educacional-Social - (PBES) | Cartão Creche vem para ampliar as vagas ofertadas em creches pela Secretaria de Educação - (SEEDF).

O Cartão Creche é um benefício social do Distrito Federal que fornece auxílio financeiro para pagamento creches privadas para seus filhos. O programa foi lançado em 2020, e sancionado como Lei Distrital em 2022. O PBES pretende dar oportunidade de desenvolvimento às crianças nos primeiros anos de vida e oferecer serviços de qualidade aos pais, mães e responsáveis legais.

Com o programa, o DF deseja atingir a segunda parte da meta 1 do Plano Distrital de Educação – (PDE), que é ampliar a oferta de vagas em creches para atender, no mínimo, 60% das crianças de 0 a 3 anos até 2024. O benefício podia chegar a até R\$ 872,07 (Portaria nº 31/2024) por criança, a ser utilizado em todos os meses de atendimento, com pagamentos integrais, salvo exceções relacionadas às datas de matrículas dos beneficiários e casos excepcionais.

São beneficiárias do programa, as crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, devidamente inscritas e validadas em sistema próprio de gestão de vagas em creche da Secretaria de Educação e que estão validadas de acordo com a Portaria nº 451, de 21 de dezembro de 2016. Ao longo de 2024, de janeiro a novembro de 2024 foram repassados um total de 69.935 benefícios, conforme abaixo:

Quadro 14 - Resumo da disponibilização PBES

Quadro Resumo da Disponibilização do Benefício - Creche 2024	
Mês de Referência	Quantidade de Alunos Atendidos
Janeiro	2.959
Fevereiro	5.028
Março	5.971
Abril	6.075
Maio	6.395
Junho	6.559
Julho	6.896
Agosto	7.223
Setembro	7.373
Outubro	7.636
Novembro	7.820
Total	69.935
Média	6.385

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.



Conforme o Manual de Procedimentos para Atendimento à Educação Infantil – Creche (disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/05/manual-de-procedimentos-atendimento-creches-16jan24.pdf>), para a validação da inscrição é necessário que a mãe ou responsável legal compareça à UNIPLAT, localizada na Coordenação Regional de Ensino, conforme a Região/Sub-região indicada, em qualquer dia útil do mês, portando cópia e original dos documentos exigidos. Critérios para manter o(a) filho(a) no programa:

- ter frequência mínima de 75% das aulas previstas, por mês.
- realizar o pagamento mensalmente à instituição credenciada contratada
- o beneficiado deve ter até 3 anos e 11 meses

Para 2025, estão previstas para serem distribuídos em média de 94.451 benefícios para estudantes durante a execução do Programa em 2025.

- Alimentação Escolar

a) Eixo: Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal - PAE/DF

O Programa Nacional de Alimentação, no âmbito da educação, é regido pela Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009, Resolução FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020, Resolução FNDE nº 20, de 02 de dezembro de 2020 e Resolução FNDE nº 02, de 10 de março de 2023. Este programa, essencialmente complementar à educação, foca em prover alimentação escolar saudável e adequada. Inclui também iniciativas de educação alimentar e nutricional, beneficiando todos os estudantes da Educação Básica e envolvendo a comunidade no controle social desse processo.

No Distrito Federal, o Programa de Alimentação Escolar - (PAE-DF), sob a gestão da Secretaria de Estado de Educação - (SEEDF), visa promover o desenvolvimento biopsicossocial, o aprendizado, o desempenho acadêmico e hábitos alimentares saudáveis entre os alunos. A estratégia inclui a oferta de refeições que satisfazem as necessidades nutricionais dos alunos durante o ano letivo, juntamente com atividades educativas focadas na promoção da saúde por intermédio de uma alimentação saudável e adequada.

É imperioso destacar que atualmente tem-se 15 (quinze) contratos firmados com a agricultura familiar para a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e mais 25 (vinte e cinco) contratos vigentes que são provenientes dos processos licitatórios para a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis.

O ano letivo de 2024 teve início em 19 de fevereiro e o Programa de Alimentação Escolar do DF atendeu, em média, 489.667 (quatrocentos e oitenta e nove mil e seiscentos e sessenta e sete) estudantes da Educação Básica, em 684 (seiscentos e oitenta e quatro) unidades escolares, fornecendo 93.526.365 (noventa e três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e cinco) refeições, conforme descrito nos quadros a seguir.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Quadro 15 - Quantidades de escolas públicas atendidas pelo Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal em 2024

Número de Escolas por Mês - 2024												
Regionais	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junh	Julh	Agost	Setembt	Outubr	Novembr	Dezembr
Brazlândia	0	31	31	31	31	31	0	31	31	31	31	31
Ceilândia	0	97	97	97	97	97	0	97	97	97	97	97
Taguatinga	0	66	66	66	66	66	0	66	66	66	66	66
Gama	0	49	49	49	49	49	0	49	49	49	49	49
Recanto das Emas	0	29	29	29	29	29	0	29	29	29	29	29
Samambaia	0	41	41	41	41	41	0	41	41	41	41	41
Santa Maria	0	29	29	29	29	29	0	29	29	29	29	29
Guará	0	28	28	28	28	28	0	28	28	28	28	28
Núcleo Bandeirante	0	32	32	32	32	32	0	32	32	32	32	32
Plano Piloto	0	102	102	102	102	102	0	102	102	102	102	102
Sobradinho	0	46	46	46	46	46	0	46	46	46	46	46
Paranoá	0	36	36	36	36	36	0	36	36	36	36	36
Planaltina	0	65	65	65	65	65	0	65	65	65	65	65
São Sebastião	0	27	27	27	27	27	0	27	27	27	27	27
Total	0	678	678	682	682	683	0	684	684	684	684	684

*Nos meses de Janeiro e Julho não houve atendimento em função das férias escolares.

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

Quadro 16 - Dados Ação Orçamentária 2964- Alimentação Escolar: Quantidade de alunos atendidos, de acordo com o Programa de Trabalho e mês de 2024.

Ação Orçamentária 2964 - Alimentação Escolar - Quantitativo de Alunos						
Mês	Fundamental	Médio	Pré-Escola	Creche	EJA	Especial
Janeiro	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	259.012	76.901	46.783	80	15.261	4.076
Março	259.012	76.901	46.856	80	261	4.076
Abril	260.763	78.529	46.212	95	15.724	4.124
Maio	260.763	78.529	46.212	95	15.724	4.124
Junho	256.129	76.209	46.161	94	18.592	4.050
Julho	0	0	0	0	0	0
Agosto	252.352	72.453	45.748	102	13.164	4.449
Setembro	252.352	72.603	45.748	102	14.028	4.449
Outubro	252.352	72.603	45.451	102	14.028	4.449
Novembro	248.587	71.709	45.343	101	12.952	4.350
Dezembro	248.137	45.343	45.343	101	12.952	4.350
Total	(média mensal)			489.667 alunos		

*Nos meses de Janeiro e Julho não houve atendimento em função das férias escolares.

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

Quadro 17 - Dados Ação Orçamentária 2964- Alimentação Escolar

Ação Orçamentária 2964 - Alimentação Escolar - Quantitativo de refeições distribuídas						
Mês	Fundamental	Médio	Pré-Escola	Creche	EJA	Especial
Janeiro	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	3.492.020	911.750	580.820	4.000	152.610	40.760
Março	7.333.242	1.914.675	466.408	8.400	320.481	85.596
Abril	5.983.371	1.585.114	1.060.454	8.075	267.308	70.108
Maio	7.743.186	2.051.324	1.263.812	10.450	345.928	90.728



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Junho	6.558.116	1.724.288	1.094.001	8.930	353.248	76.950
Julho	0	0	0	0	0	0
Agosto	7.815.308	1.953.758	1.308.447	11.730	302.772	102.327
Setembro	7.135.716	1.793.316	1.194.669	10.710	294.588	93.429
Outubro	6.456.124	1.622.524	1.069.605	9.690	266.532	84.531
Novembro	6.071.652	1.512.018	1.017.360	9.090	233.136	78.300
Dezembro	5.052.960	1.305.015	847.800	7.575	194.280	65.250
Total				93.526.365		

*Nos meses de Janeiro e Julho não houve atendimento em função das férias escolares.

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

No ano letivo de 2024, 77 (setenta e sete) tipos de gêneros alimentícios estiveram presentes nos cardápios da alimentação escolar, sempre respeitando a sazonalidade dos alimentos e a composição nutricional dos cardápios elaborados pela equipe técnica de nutricionistas.

No exercício de 2024 foram distribuídos 3.665.090,15 Kg (três milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, noventa vírgula quinze quilogramas) de gêneros alimentícios não perecíveis, e 8.572.369,43 Kg (oito milhões, quinhentos e setenta e dois mil, trezentos e sessenta e nove vírgula quarenta e três quilogramas) de gêneros alimentícios perecíveis, totalizando 12.237.459,58 kg (doze milhões, duzentos e trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta e oito quilogramas) para execução do Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal, conforme quadro a seguir.

**Quadro 18 - Dados Ação Orçamentária 2964-
Alimentação Escolar: Quantidade de gêneros
alimentícios distribuídos em 2024.**

Ação Orçamentária 2964 - Alimentação Escolar - Quantitativo de refeições distribuídas	
Hortifrutis (Agricultura familiar)	2.019.424,73 kg
Hortifrutis	3.319.069,90 kg
Lácteos	92.495,00 kg
Carnes	2.556.172,00 kg
Pães	585.207,80 kg
Gêneros não perecíveis	3.665.090,15 kg
Total	12.237.459,58 kg

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

A Secretaria mantém contratos com duas empresas especializadas em gestão de gêneros alimentícios não perecíveis. Uma empresa é responsável pelo armazenamento, guarda, conservação e movimentação desses alimentos, enquanto a outra empresa cuida do transporte rodoviário, incluindo carregamento, distribuição e descarregamento nas unidades escolares.

b) Eixo: Ações de Educação Alimentar e Nutricional

Considerando a educação alimentar e nutricional como conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

As ações desenvolvidas no ano de 2024 foram:

- Treinamento com merendeiros

Foram realizadas duas reuniões de planejamento para o treinamento dos merendeiros. Após, houve a divulgação, por meio do Processo SEI 00080-00024980/2024-23, elaboração de material para apresentação de conteúdo do PAE-DF e acompanhamento em fevereiro e em julho de 2024. Também foi realizada uma roda de conversa sobre os desafios do Programa de Alimentação Escolar, em especial sob a ótica da supervisão técnica do Programa.



- Formação do quadro técnico de nutricionistas

Foi realizada uma reunião de alinhamento para o planejamento da formação e articulação para a realização da ação. A primeira formação ocorreu no primeiro semestre, em 24 de janeiro de 2024. A equipe de Educação Alimentar e Nutricional elaborou os slides que foram apresentados pela Diretoria referente ao planejamento de 2024, incluindo as atividades de EAN. A segunda formação ocorreu no segundo semestre, em 28 e 29 de novembro de 2024 com informações gerais acerca da execução do Programa como um todo.

- Ação em parceria com a Educação Infantil

A devolutiva do Diagnóstico Situacional às Instituições Educacionais Parceiras - Tema: Amamentação, ocorreu no dia 22 de março de 2024, na Escola Parque da 307/308 sul, aos Coordenadores das Instituições Educacionais Parceiras - IEP, Comissões Gestoras das Coordenações Regionais de Ensino que acompanham as Instituições Educacionais Parceiras - IEP e profissionais nutricionistas das IEP. O evento contou com 185 pessoas, conforme quadro a seguir.

Quadro 19 - Participantes Diagnóstico Situacional às Instituições Educacionais Parceiras - Tema: Amamentação.

CRE	Coordenadores	Nutricionistas	Comissão Gestora	Orientadores	Outros	Total
Brazlândia	2	2	1	0	0	5
Ceilândia	5	17	5	3	1	31
Gama	1	5	0	0	0	6
Guará	0	4	1	0	0	5
Núcleo Bandeirante	2	6	3	0	0	11
Paranoá	0	0	0	0	0	0
Planaltina	0	4	2	0	0	6
Plano Piloto	6	14	5	0	0	25
Recanto das Emas	2	7	3	0	0	12
Samambaia	8	24	6	0	1	39
Santa Maria	4	7	2	0	0	13
São Sebastião	1	2	2	0	0	5
Sobradinho	2	3	3	0	0	8
Taguatinga	3	8	8	0	0	19
Total	185					

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

Articulação para oportunizar os profissionais nutricionistas das Instituições Parceiras realizarem uma formação/capacitação na temática Amamentação e Introdução Alimentar.

Divulgação das Instituições Parceiras para o curso "Amamenta e alimenta Brasil: recomendações baseadas no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos", fruto da articulação com a SES/DF.

- Apresentação do PNAE e do PAE-DF

Como atribuição da equipe de EAN, esta Diretoria realizou, a convite das Instituições de Ensino Superior, apresentações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar - (PNAE) e o Programa de Alimentação Escolar do DF (PAE-DF), incluindo as ações já realizadas de Educação Alimentar e Nutricional. Neste ano, as apresentações foram realizadas nos seguintes espaços:

- Universidade Católica de Brasília (UCB): 23 de outubro de 2024
- Universidade de Brasília (UnB): 02 de setembro de 2024
- Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal (UDF): 07 de maio e 18 de outubro de 2024
- Centro Universitário de Brasília (UniCeub): 04 de setembro de 2024

- Curso Diabetes nas escolas

O Curso Diabetes nas Escolas é uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação com a Secretaria de Estado de Saúde - (SES/DF) e Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único



de Saúde - (EAPSUS). Curso EAD voltado para os profissionais em atividade na rede pública de ensino com o intuito de conhecer sobre a patologia, fisiologia, sintomas e tratamento do diabetes mellitus. As atividades propostas para 2024 foram a oferta do curso a todos os servidores das 14 Coordenações Regionais de Ensino, por meio da participação voluntária; a divulgação a toda a rede por meio de Processo SEI e no sítio eletrônico da SEEDF; e o apoio técnico aos cursistas para esclarecimento de dúvidas nos fóruns de discussão liberados na execução do curso. As datas das reuniões em 2024 com as equipes da SES/DF e SEE/DF foram em 17 de abril de 2024, 10 de agosto de 2024, 13 de agosto de 2024, 16 de setembro de 2024 e 23 de setembro de 2024.

- Programa Saúde na Escola

A SEEDF realizou o acompanhamento das ações do PSE realizadas no DF; a realização de um encontro com as representações regionais do PSE para compartilhamento de práticas realizadas durante o ano corrente e a participação no I Fórum de Práticas Exitosas do PSE. As reuniões intersetoriais aconteceram uma vez ao mês, totalizando oito encontros no ano de 2024, incluindo o I Fórum de Prática Exitosas do PSE.

- Fórum Permanente sobre Alimentação Saudável nas Escolas

Por meio do Decreto nº 36.900/2015, foi criado o Fórum permanente de acompanhamento da implementação do normativo e pela Portaria nº 253, de 26 de maio de 2021, foi aprovada o Regimento Interno do Fórum Permanente sobre Alimentação Saudável nas Escolas.

Em 2024 foram realizadas 6 reuniões ordinárias e 7 reuniões extraordinárias para o planejamento e organização do VI Seminário de Promoção de Alimentação Saudável nas Escolas do Distrito Federal, com a presença de membros titulares, suplentes e demais convidados, realizando as seguintes ações: a discussão quanto a atualização da Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013; a definição da identidade visual do Fórum e o planejamento, organização e realização do VI Seminário de Promoção de Alimentação Saudável nas Escolas do DF.

O Seminário em tela contou com a presença de aproximadamente 160 (cento e sessenta) pessoas e foram apresentadas 4 (quatro) experiências em Educação Alimentar e Nutricional selecionadas de Mostra de Experiências Exitosas em Educação Alimentar e Nutricional, também organizada pelo Fórum, sendo 2 (duas) experiências selecionadas de escolas públicas e 2 (duas) selecionadas de escolas privadas.

- Projeto "Descasque Mais, Desembale Menos"

A SEEDF auxiliou a equipe gestora da Escola Classe 61 de Ceilândia no planejamento e execução de um Projeto de Educação Alimentar e Nutricional - (EAN) na unidade escolar. A motivação para a realização do projeto veio decorrente dos hábitos alimentares dos estudantes estarem inadequados. A primeira reunião aconteceu de forma online, em maio, para alinhar a proposta e, a partir desta data, o planejamento foi sendo construído no decorrer do ano.

O Projeto foi composto por atividades lúdicas de EAN e envolveu toda a comunidade escolar com a orientação de professores, merendeiras, pais e estudantes sobre escolhas alimentares nutritivas, a elaboração de lanches saudáveis, a importância da alimentação escolar e de uma alimentação balanceada para a saúde para o bem-estar de todos, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde.

Houve um encontro com a Equipe Docente em Coletiva, nos períodos matutino e vespertino, facilitada pelos profissionais nutricionistas desta Pasta para uma abordagem dialógica sobre o PNAE, EAN e atualização na temática da alimentação e nutrição. Houve elaboração de materiais pedagógicos e didáticos para subsidiar as práticas de EAN, assim como a realização de avaliação diagnóstica ao final do projeto. Foram trabalhados os temas que tinham menos conhecimento, ressaltando a importância do consumo dos alimentos in natura em detrimento dos ultraprocessados. Os professores foram fundamentais para influenciar positivamente a relação das crianças com a alimentação, ao promover a conscientização sobre a importância de escolhas alimentares saudáveis e evitar a oferta de não saudáveis em ambiente escolar.



Houve uma reunião com a equipe de merendeiros da unidade escolar para aprimorar a oferta da alimentação escolar, focando na redução do desperdício de alimentos e no preparo adequado das refeições, no acolhimento dos alunos e convite ao consumo da alimentação escolar. Foi promovida também atividade com os estudantes, a saber:

- Cerca de 760 (setecentos e sessenta) estudantes, quase o total da unidade escolar, foram divididos em educação infantil e ensino fundamental e organizados em grupos.
- Todos os alunos participaram de um jogo de classificação dos alimentos conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira.
- Após explicação, alguns foram convidados à frente para inserir os alimentos em caixas coloridas conforme as cores do semáforo.
- Todos participavam na correção da classificação feita. A segunda atividade para a educação infantil consistiu numa contação de história do "Clodoaldo pé descalço" e para o EF, o jogo do kim.
- Vendados e utilizando os sentidos do tato, olfato e paladar, os alunos tentavam adivinhar qual alimento estava sendo apresentado a eles.

Também foi promovido encontro com os pais/responsáveis dos alunos, onde foi abordada a temática referente à qualidade dos lanches enviados nas lancheiras e a qualidade da alimentação oferecida no PAE-DF. Foram confeccionados cartazes, distribuídos panfletos online e gravado vídeo sobre ultraprocessados por uma profissional nutricionista da equipe.

O Projeto Descasque mais Desembale Menos e a Formação de professores por meio da Oficina de Educação Alimentar e Nutricional na Prática Pedagógica são exemplos de ações que são formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, objetivando estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

- Projeto "SustenChef"

A Jornada "SustenChef" é um Jogo idealizado pelo Espaço Evolução em parceria com a Universidade de Brasília e apoio desta SEEDF. O Projeto "SustenChef" foi realizado no Centro de Ensino Médio 01 do Guará com os alunos do ensino médio e teve o objetivo de fomentar habilidades para a vida, por meio da elaboração de receitas saudáveis e sustentáveis pelos alunos e venda dos alimentos produzidos à comunidade escolar. Foram trabalhados princípios do empreendedorismo, da sustentabilidade e da alimentação saudável durante o percurso do Jogo, em que quatro times competem na trilha.

No início de agosto houve apresentação da proposta aos estudantes e sensibilização para inscrição dos times. O Jogo foi iniciado em 29 de agosto de 2024 no Centro de Ensino Médio 01 do Guará e foram realizados quatro encontros presenciais com os estudantes para trabalhar os objetivos do Jogo. No processo, os estudantes também tiveram que fazer propaganda de seus produtos e desenvolver um rótulo para apresentá-los. A culminância foi com a venda dos produtos saudáveis e sustentáveis à comunidade escolar e o time vencedor, com lucro superior a 15%, foi premiado com materiais esportivos.

Das ações de EAN desenvolvidas no âmbito das Coordenações Regionais de Ensino pelos nutricionistas que compõe o quadro técnico tem-se um público-alvo total de 1.755 (mil setecentos e cinquenta e cinco) pessoas de toda comunidade escolar atingidas.

Das ações de EAN desenvolvidas em nível central por esta Diae tem-se um público-alvo total de 1.636 (mil seiscentos e trinta e seis) pessoas de toda comunidade escolar atingidas.

Sendo assim, com ações de EAN, em 2024 houve um total de 3.391 (três mil trezentos e noventa e um) pessoas de toda a comunidade escolar atingidas.

- Elaboração e publicações de materiais institucionais

Em 2024 foram elaborados, publicados, e divulgados materiais institucionais orientadores acerca da execução técnica do PAE-DF, em suas diversas esferas, no sítio eletrônico desta Secretaria, ao link <https://www.educacao.df.gov.br/nossa-rede-alimentacao-escolar/>, tais como:



- Caderno com sugestões de receitas para os cardápios da Alimentação Escolar do Distrito Federal;
- Cartilha de Abordagem Nutricional no Transtorno do Espectro Autista - da Teoria à Prática;
- E-book Planejamento de cardápios no âmbito da alimentação escolar;
- Folder orientativo "Os benefícios do cacau";
- Folder orientativo "Redução do açúcar adicionado";
- Nota Técnica nº 3/2024 - SEE/SUAPE/DIAE/GPAE, com instruções e procedimentos referentes ao planejamento de gêneros alimentícios;
- Nota Técnica nº 3/2024 - SEE/SUAPE/DIAE, sobre as diretrizes para Supervisão Técnica no âmbito do PAE-DF;
- Nota Técnica nº 3/2024 - SEE/SUAPE/DIAE/GPAE, sobre os procedimentos referentes às adaptações dos cardápios especiais;
- Portfólio do PAE-DF.

Importante esclarecer que todos os cardápios, elaborados pelo quadro técnico de nutricionistas e pela responsável técnica do Programa, também foram amplamente divulgados e publicados no site desta Pasta.

- Aplicação de testes de aceitabilidade

O Manual para aplicação dos Testes de Aceitabilidade (Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE 2.ª Edição/2017) estabelece como um dos procedimentos para o controle de qualidade da alimentação servida aos escolares do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a aplicação de testes de aceitabilidade por parte das entidades executoras.

O teste de aceitabilidade é o conjunto de procedimentos metodológicos, cientificamente reconhecidos, destinados a medir o índice de aceitabilidade da alimentação oferecida aos escolares. O teste de aceitabilidade faz parte da análise sensorial de alimentos, que evoca, mede, analisa e interpreta reações das características de alimentos e materiais como são percebidas pelos órgãos da visão, olfato, paladar, tato e audição.

Segundo o Manual, o teste de aceitabilidade deverá ser aplicado sempre que introduzir no cardápio alimentos novos ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. A aceitação de um alimento pelos estudantes é um importante fator para determinar a qualidade do serviço prestado pelas escolas em relação ao fornecimento da alimentação escolar. Além disso, evita o desperdício de recursos públicos na compra de gêneros alimentícios rejeitados.

Em 2024 foram realizados 8 (oito) testes de aceitabilidade das preparações. Importante ressaltar que todos os testes realizados que porventura não atingiram o índice mínimo de aceitabilidade (85% para a Escala Hedônica) serão realizados novamente no ano de 2025 com o fito de analisar se a preparação deve ou não permanecer no cardápio das escolas atendidas pelo PAE-DF, pois é possível que a preparação agrade os alunos e que existam pontos de melhoria.

- Visitas técnicas de supervisão das escolas

Os nutricionistas que compõe o quadro técnico desta Secretaria para execução técnica do PAE-DF e que atuam nas Coordenações Regionais de Ensino realizaram visitas às instituições educacionais com finalidades diversas relacionadas ao Programa. Foram realizadas, até o dia 13 de dezembro de 2024, 1.739 (mil setecentos e trinta e nove) visitas conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 20 - Compilado das visitas técnicas dos nutricionistas às unidades escolares em 2024.

Motivo da visita	Quantidade de visitas em 2024
Aplicação de lista de verificação de boas práticas	441
Educação Alimentar e Nutricional	48
Monitoramento de seguimento dos cardápios	19
Orientações sobre cardápios especiais	12
Antropometria	6



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ficha técnica de preparo	17
Gêneros alimentícios impróprios para consumo	438
Reuniões e treinamentos	7
Aplicação de teste de aceitabilidade	3
Verificação e orientação de boas práticas de manipulação	133
Outros motivos	615
Total	1.739

Fonte: SEEDF/SUAPE; 2024.

- Estrutura Física da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal

A SEEDF, nos últimos anos, vem investindo na expansão de sua rede física a fim de atender ao crescimento da demanda decorrente, principalmente, das novas políticas públicas educacionais preconizadas no PNE e acolhidas pelo PDE e PPA.

As atividades relacionadas à construção, reforma, reconstrução, ampliação e manutenção das instalações físicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal são desenvolvidas, predominantemente, por profissionais da área de engenharia e arquitetura, visto que atuam desde a elaboração dos projetos de arquitetura até a construção dos equipamentos públicos destinados à educação e, por conseguinte, na manutenção das edificações a fim de manter o patrimônio público.

A manutenção dos prédios desta Secretaria, que consiste basicamente na execução de serviços de reparos nas instalações elétricas, hidráulicas, águas pluviais, recuperação de esquadrias, recomposição de revestimentos de paredes e pisos, revisão de telhados, impermeabilizações, consertos de bomba de recalque, aprofundamento de poço, substituição de vidros, forros, louças e metais sanitários, dentre outros serviços de engenharia, é realizada por empresas terceirizadas.

Desse modo, a Secretaria de Educação do DF mantém, atualmente, contratos que executam a manutenção predial nas instituições de ensino e demais próprios urbanos e rurais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, bem como dos imóveis que estejam sob a sua responsabilidade. Ao longo do Exercício de 2024 foram executados diversos serviços que se revelaram de suma importância para a manutenção das edificações localizadas nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, conforme se pode apurar abaixo:

- Construção de Unidades da Educação

Tipo de Construção/Localização	Situação
Escola Classe da Quadra 203, Del Lago II, Itapoã/DF	Inaugurada
Centro de Educação da Primeira Infância, EQNP 8/12, Ceilândia/DF	Inaugurada
Centro de Educação da Primeira Infância, CL 201, Lote A-01 (CEF 201), Santa Maria/DF	Inaugurada
Centro de Educação Infantil, QN 12 A cj 09 It 01, Parque do Riacho, Riacho Fundo II/DF	Inaugurada
Escola Técnica do Paranoá, Quadra 01, Conjunto A, Área Especial 1, Paranoá/DF	Inaugurada
Muro do Centro de Ensino Fundamental 03 de Brazlândia, Quadra 46, AE 01, Vila São José, Brazlândia/DF	Concluída
Centro Educacional Mangueiral, PA 02, Lote 06, bairro Jardins Mangueiral, São Sebastião/DF	Concluída
Centro de Educação da Primeira Infância, EQ 01/02, Área Especial, Setor Norte, Gama/DF	Concluída
Centro de Educação Primeira Infância, Rua 18, Vila Telebrasil, Lote 01, Plano Piloto/DF	Concluída
Centro de Educação da Primeira Infância, Setor "J" (QNJ) Norte, Área Especial 18, Taguatinga/DF	Concluída
Centro de Educação Primeira Infância, Praça de Atividades 04 lote 02 Jardins Mangueiral, São Sebastião/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação da Primeira Infância Estrutural, Quadra 03, AE 02, Setor Leste, SCIA (Estrutural) – DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação Primeira Infância, QN 7C, Área Especial 01, Setor Habitacional Riacho Fundo II/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Centro de Educação Primeira Infância, QN 09 Área Especial 04 - Setor Habitacional Riacho Fundo I/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Ensino Fundamental Mangueiral, PA 05, Lote 02, bairro Jardins Mangueiral, São Sebastião/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação Primeira Infância, Quadra 510, conjunto 19, lotes 01/02, Recanto das Emas/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Escola Classe "Itapoã Parque", Avenida Itapoã Parque, Quadra 401, Área Especial 03, Itapoã/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2025
Centro de Educação da Primeira Infância, QNO 18, Conjunto B, lote 1, Ceilândia/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação da Primeira Infância, Setor L Norte, EQNL 9/11 Lote 1, Taguatinga/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação da Primeira Infância, QNP 11, Área Especial, Ceilândia/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação da Primeira Infância, Subcentro Oeste, Quadra 217, Lote 02, Samambaia/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação da Primeira Infância, Quadra SRIA, EQ 17/19, Lote A (CED 03), Guará/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação Primeira Infância, QN 14, Área Especial 01, Setor Habitacional Riacho Fundo II, Riacho Fundo II/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação Primeira Infância Taquari, SHTQ Trecho 01, Quadra 04, Área Especial 04, Lago Norte/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Educação da Primeira Infância, EQ 215/315, Lote B, Santa Maria/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro Educacional, Setor Habitacional Arniquireiras, Colônia Agrícola Vereda Grande, Conj. 04 AE 01, Arniquireira/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2025
Quadra poliesportiva coberta do Centro Educacional, SHIS QI 9, Lote H, - Área Especial, Lago Sul, Brasília/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Centro de Ensino Fundamental, Trecho 1, Etapa 1, Quadra 601, Área Especial 03, Setor Habitacional Sol Nascente/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2025
Centro de Educação Primeira Infância, Quadra 805, Lotes 01, 02, 03, Recanto das Emas/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2025.

- Ampliação de Unidade Escolar

Tipo de Ampliação/Localização	Situação
Salas de aula da Escola Classe 08 Guará, EQ 28/30 LOTE A, A/E, Guará II, Brasília/DF	Inaugurada
Salas de aula do Centro de Ensino Fundamental 02 da Estrutural, Qd 02 A e Conjunto 1 2, Vila Estrutural/DF	Inaugurada
Salas de aula do Centro de Ensino Médio 02 - St. Educacional - S/N, It. J e L, Brasília, DF	Inaugurada
Salas de aula do Centro de Ensino Médio 01 - St. Educacional - S/N, It. J e L, Brasília, DF	Inaugurada
Salas de aula do Centro Educacional do PAD DF, Rod DF-251 Km 7, Paranoá Rural, Paranoá/DF	Concluída
Salas de aula do Centro de Educação Infantil Jardim II, CPC Rod DF 285 Km 23, Zona Rural, Paranoá/DF	Concluída
Salas de aula da Escola Classe 29 de Taguatinga- Qd. QNJ 18, Taguatinga/DF	Concluída
Salas de aula da Escola 13 de Taguatinga, Qd QSF 5 AE 2, Taguatinga/DF	Concluída
Salas de aula da Escola Bilíngue de Taguatinga - Setor QNH 1/3, AE 2, Taguatinga/DF	Concluída
Salas de aula da Escola Classe 11 de Sobradinho, Qd 11 AE 1, Sobradinho/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2024(?)
Salas de aula da Escola Classe Córrego do Arrozal, CPC Rod BR-020 Km 13, Sobradinho/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula do Centro de Ensino Fundamental 01 Gama, Área EQ 1/2 - St Norte Gama/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2025
Salas de aula da Escola Classe Chapadinha, Rod DF-220, Brazlândia/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2024
Salas de aula da Escola Classe Córrego das Corujas, St Habit Por do Sol, Ceilândia/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Salas de aula do Centro de Ensino Fundamental 120 Samambaia, Qd. QN 122 Cj 4 1, Samambaia/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula da Escola Classe 512 Samambaia, QR 512 Cj 6 AE, Setor Sul, Samambaia/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2024
Salas de aula da Escola Parque da Natureza, AE Av Central BI 11, Núcleo Bandeirante/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula do Centro de Ensino Fundamental 15 do Gama, AE EQ 5/11, St Sul, Gama/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula do Centro de Ensino Médio 01 Gama, Qd EQ 18/19, St Leste, Gama/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula do Centro Educacional 08 Gama, Pç 4 BI A E/Qd 4/10, St Sul Gama, Gama/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula da Escola Classe 16 Gama, QD 6 AE EC 16, St Sul, Gama/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula do Centro de Ensino Fundamental Nova Betânia, CPC Rod BR-251, Km 69, São Sebastião/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula da Escola Classe 614 Samambaia, Qd QS 614 AE 1, Samambaia/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula da Escola Classe 01 Planaltina, Av Independência Qd 102 1, Planaltina/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Salas de aula da Escola Classe 108 Samambaia, Qd QS 110 1, Samambaia/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2025
Salas de aula Centro de Ensino Infantil Águas Claras, Qd QS 11 Cj R AE, Areal, Arniqueira/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2025
Salas de aula da Escola Classe 07 Planaltina, Qd 45, AE Nossa Senhora de Fátima Planaltina, Planaltina/DF -	Previsão de entrega 1º semestre 2025

Descentralização de recursos à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - (NOVACAP), visando a expansão de Escolas da Rede Pública de Ensino localizadas em: Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Planaltina, Sobradinho I, Sobradinho II, Fercal, Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, São Sebastião, Jardim Botânico, Park Way, Brazlândia, Ceilândia, Pôr do Sol/Sol Nascente, Paranoá, Varjão, Itapoã, Núcleo Bandeirante, Guará, Candangolândia e Arniqueira.

- Reconstrução de Unidade Escolar

Tipo de Reconstrução/Localização	Situação
CAIC Carlos Castello Branco, EQ 20/23, AE do Setor Oeste, Gama/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Escola Classe 59 de Ceilândia - QNN 36, Área Especial 02, Ceilândia/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Escola Classe 425 de Samambaia, QS 425, Área Especial 02, Samambaia/DF	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Escola Classe 415 - QN 417, Área Especial - Setor Norte, RA XII, Samambaia/DF	Previsão de entrega 2º semestre 2025
Quadra Esportiva na Escola Classe 62, QNQ 01, AE, Setor Q, Ceilândia Norte	Previsão de entrega 1º semestre 2025.

- Reforma de Unidade Escolar

Tipo de Reforma/Localização	Situação
Escola Pública Integral Bilíngue, SGAS 912, módulos 43 a 48, Asa Sul, Brasília/DF	Concluída
Centro de Ensino Médio (CEM) 10 de Ceilândia, QNP 30, Área Especial 01, Ceilândia/DF	Concluída
Reforma para atendimento às normas de prevenção e combate a incêndio da Escola Classe 413 Sul, SHCS SQS 413, Asa Sul	Previsão de entrega 1º semestre 2025
Reforma para atendimento às normas de prevenção e combate a incêndio no CEF 03, SQS 103, AE, Asa Sul	Previsão de entrega 1º semestre 2025

- Gestão e Conservação

No que tange à "Execução de serviços de manutenção predial nas edificações da Rede Pública de Ensino do DF nas seguintes localidades", informamos que não houve a realização dos serviços previstos. Tal situação deve-se ao fato de que os contratos de manutenção se



encontravam em processo de licitação durante o período correspondente. Ressaltamos, no entanto, que a contratação está em fase final, sendo que alguns contratos já estão em início de execução, o que permitirá atender às demandas de manutenção predial nas referidas localidades.

- Programa de Transporte Escolar

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com veículos que servem ao transporte de estudantes da educação básica pública, residentes em área rural. Também é realizado o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. Com a suplementação financeira do PNATE, a SEEDF realiza o Programa Suplementar de Oferta do Transporte Escolar da SEEDF, que atendeu, no exercício de 2024, aproximadamente, 87.924 estudantes em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, incluindo o transporte de estudantes das áreas rurais.

O Passe Livre Estudantil é um benefício que permite o acesso gratuito ao transporte público coletivo no Distrito Federal para estudantes. Em 2024, a realização de despesas com o serviço de transporte escolar, nos termos do Decreto nº 40.385, de 13 de janeiro de 2020 e pela Portaria Conjunta nº 28, de 19/12/2024 beneficiou 200.275 estudantes.

- Educador Social Voluntário - (ESV)

O Programa Educador Social Voluntário, instituído pela Portaria nº 326, de 8 de julho de 2021, destaca-se como iniciativa relevante da Secretaria de Educação. O principal objetivo do Programa é a contratação de Educador Social Voluntário destinado a promover suporte às unidades escolares da Rede Pública de Ensino, voltado a estudantes da educação integral e especial.

Dentre as ações realizadas no triênio 2021-2023, destacam-se a assistência em atividades de Educação em Tempo Integral; o suporte a estudantes com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência, incluindo Transtorno do Espectro Autista - (TEA); e a promoção da integração e do aprendizado de estudantes estrangeiros e indígenas. Nesse período, as 14 Coordenações Regionais de Ensino - (CREs) foram atendidas por esse Programa, adaptando a quantidade de ESVs às necessidades apresentadas. Ao todo, foram 4.482 ESVs em 2021; 2.667 em 2022; e 5.500 em 2023, distribuídos nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

O Programa reforça o compromisso da Secretaria de Educação em promover uma educação inclusiva e de qualidade, contando com a colaboração essencial de Educadores Sociais Voluntários para o atendimento de demandas específicas.

A Portaria nº 28, de 12 de janeiro de 2024 (https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/188e24f32446441da8166436ad54aa3e/Portaria_28_12_01_2024.html), estabelece o Programa Educador Social Voluntário no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o quantitativo de Educador Social Voluntário - (ESV) está definido conforme a disponibilidade orçamentária anual, seguindo os critérios definidos pelas áreas técnicas, de acordo com a demanda de cada Coordenação Regional de Ensino - (CRE) e Unidade Escolar - (UE), com o quantitativo de 5.500 vagas, acrescidos em mais 2.000 vagas com a Portaria nº 196, de 29 de fevereiro de 2024, como banco central de ESV, perfazendo um total de 7.500 ESVs.

Os ESVs participaram do processo seletivo e foram chamados durante o andamento do semestre e das necessidades das UE. A média anual de Educadores que atendem ao programa é de 4.241 colaboradores.

Em 2024, o programa realizou o atendimento para 51.171 estudantes, sendo 31.141 estudantes distribuídos em 200 escolas da educação básica (Fonte: SEEDF/SUBIN Jul/2024) e 20.030 estudantes com deficiência matriculados na Rede Pública Estadual Vinculada à SEEDF. Os estudantes estrangeiros não foram contabilizados por se tratar de valores residuais diante da dimensão das duas quantidades contabilizadas.



O programa realiza as atividades dentro de uma normalidade de execução em relação a quantidade de vagas disponibilizadas. A totalidade das vagas disponibilizadas em 2024 (7.500) foram suficientes devido a estabilidade de consumo dessas vagas.

- Modernização e Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Inicialmente, cabe evidenciar, que atualmente a SEEDF é responsável pela gestão do Contrato que visa a prestação de serviços de informática, implementação de fábrica de desenvolvimento e testes ágeis, mediante governança de qualidade ágil e gestão do ciclo de vida de desenvolvimento seguro de software, seguindo as melhores práticas de DEVOPS, para atender a toda necessidade da casa.

A contratação em questão possibilitou o desenvolvimento do Sistema de Gestão EducaDF Digital. Trata-se de um sistema de Planejamento de Recursos Governamentais - (GRP) projetado para atender todas as áreas da Secretaria de Educação, de modo a promover a integração entre os setores e, conseqüentemente, a centralização das informações, com maior eficiência nos processos administrativos e condições de análise estratégica mais precisa. Além de oportunizar a oferta de diferentes serviços à comunidade escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O sistema de gestão EducaDF Digital está em fase de desenvolvimento e passará por atualizações sistemáticas até que todos os módulos e funcionalidades sejam implementadas. Durante o processo de implantação do EducaDF Digital, está sendo adotada a metodologia SAFe (Scaled Agile Framework), que contempla diferentes etapas de adaptação e maturação até o alcance do pleno potencial do sistema. Esse modelo de desenvolvimento de sistemas é amplamente reconhecido e traz consigo práticas que possibilitam a construção de uma solução sólida, alinhada às demandas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. É uma estratégia que visa garantir que o sistema evolua de maneira contínua, observando e atendendo às necessidades dos usuários e proporcionando a melhoria da experiência em todas as etapas da jornada educacional.

O sistema de Gestão EducaDF Digital é composto por módulos de gestão administrativa ou educacional. Ressalta-se que os referidos módulos possuem fases de desenvolvimento e implantação diferenciados, a depender do que é requisitado, entre outros fatores, também, o nível de complexidade e o prazo de devolutiva. Em 2024, esta SEEDF está trabalhando nos seguintes módulos:

Módulo de Escrituração Escolar para Diversas Modalidades: Módulo projetado para atender à escrituração escolar de diversas modalidades de ensino, incluindo Novo Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos - (EJA) com matriz modular, Educação Precoce, Prisional, Centros Interescolares de Línguas (CIL) e outras ofertas futuras. Por ser baseado em padrões modulares, o sistema permite flexibilidade para que novas modalidades sejam configuradas conforme necessário. O módulo foi desenvolvido para garantir o cumprimento das normas educacionais e facilitar a organização curricular.

- **Gestão de Turmas, Agrupamentos e Ofertas:** Este submódulo permite a gestão de turmas e agrupamentos para todas as modalidades de ensino oferecidas pela SEEDF, oferecendo uma visão integrada da estrutura escolar, facilitando o planejamento de aulas, atividades e distribuição de alunos, de acordo com a oferta educacional.
- **Módulo de Matrícula e Enturmação em Agrupamentos:** Esse submódulo foi criado para automatizar o processo de matrícula e enturmação, facilitando o agrupamento de estudantes conforme as modalidades educacionais disponíveis na rede. Ele garante que o processo de enturmação ocorra de forma eficiente, respeitando as características e necessidades de cada modalidade de ensino.
- **Módulo de Ficha do Estudante:** Desenvolvido para fornecer uma visão completa da trajetória acadêmica do estudante, o Módulo de Ficha do Estudante armazena todas as informações relevantes durante o tempo em que o estudante estiver matriculado na rede, permitindo o acesso fácil e seguro aos dados de vida escolar, histórico, frequência e desempenho.



- Módulo de Gestão da unidade escolar: Este submódulo oferece uma ferramenta completa para a gestão administrativa e pedagógica das unidades escolares, permitindo que os gestores escolares administrem recursos, atividades, infraestrutura, turmas, docentes e alunos de forma integrada e eficiente.
- Módulo de Gestão Informatizada do PDAF: Módulo projetado para gerenciar o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), otimizando a gestão dos recursos financeiros descentralizados destinados às escolas. Ele facilita a prestação de contas e o monitoramento do uso dos recursos, promovendo transparência e eficiência na administração.
- Calendário Escolar Unificado: O Módulo de Calendário Escolar contempla a gestão de calendários diferenciados para as redes Privada, Conveniada e Pública, permitindo uma visão integrada das datas letivas, eventos e períodos escolares, além de facilitar o planejamento de atividades educacionais em todo o Distrito Federal.
- Módulo de Alimentação Escolar: Este módulo está sendo desenvolvido para gerenciar a distribuição e controle da alimentação escolar, garantindo o acompanhamento da qualidade nutricional, gestão de estoque e distribuição dos alimentos nas unidades escolares. Ele visa assegurar a correta oferta de merenda para todos os estudantes da rede pública.
- Módulo de Gestão do Livro Didático: O Módulo de Gestão do Livro Didático permite a gestão e controle de distribuição dos livros didáticos para os estudantes, facilitando o rastreamento dos materiais e garantindo que todos recebam os livros adequados de acordo com o ano letivo e as disciplinas cursadas.
- Módulo de Gestão do Uniforme Escolar: Este módulo foi criado para gerenciar a distribuição de uniformes escolares, registrando a entrega de cada item aos estudantes e monitorando o estoque de uniformes, garantindo que todos os alunos da rede recebam seus uniformes de maneira organizada e dentro do cronograma estabelecido.
- Módulo de Gestão do Processo de Concessão de Aptidão para Professores: O Módulo de Concessão de Aptidão foi projetado para gerenciar e acompanhar o processo de concessão de aptidão para professores da SEEDF, permitindo controle das avaliações e certificações necessárias para o exercício das atividades docentes.
- Módulo de Cultura de Paz nas Escolas: Este módulo implementa um sistema de alerta e notificações sobre ocorrências relacionadas à segurança nas escolas, promovendo uma cultura de paz e permitindo que as unidades escolares e a administração central monitorem e respondam a incidentes de forma rápida e eficiente.
- Módulo de Gestão do Educador Social Voluntário: Este módulo é responsável pela gestão dos Educadores Sociais Voluntários, que atuam como suporte em diversas atividades nas escolas. Ele gerencia o cadastro, alocação e acompanhamento dos voluntários, garantindo uma maior integração e apoio às atividades escolares.
- Módulo de Gestão Integrada para Infraestrutura Escolar: O Módulo de Gestão da Infraestrutura Escolar permite o controle e o monitoramento da infraestrutura física das escolas, auxiliando na gestão de obras, manutenção e reformas, além de acompanhar as condições gerais dos prédios escolares.
- Módulo de Gestão de Planos, Programas e Projetos: Este módulo foi desenvolvido para gerenciar todos os planos, programas e projetos implementados na SEEDF, permitindo o acompanhamento de cada iniciativa, com controle de metas, prazos e recursos envolvidos, assegurando a conformidade com as diretrizes estratégicas da Secretaria.
- Painel de Governança Pública da SEEDF com Dados Abertos (CKAN): O Painel de Governança Pública oferece uma visão integrada dos dados e indicadores de governança da SEEDF, incluindo funcionalidades para acesso a dados abertos por meio da plataforma CKAN, promovendo transparência e permitindo que a sociedade tenha acesso às informações relevantes sobre a educação no Distrito Federal.
- Módulo de Gestão Específica para a EJA Prisional: Este módulo foi desenvolvido especificamente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) Prisional, com foco em garantir a confidencialidade das informações dos estudantes, além de gerenciar a remição de pena por leitura e outros programas educacionais adaptados ao contexto prisional.



Sistemas Legados: A manutenção dos sistemas legados da SEEDF é essencial para garantir a continuidade operacional e a estabilidade dos processos já em funcionamento. Esses sistemas, que foram implementados ao longo dos anos, desempenham um papel importante no suporte às atividades administrativas, pedagógicas e operacionais da Secretaria. As manutenções corretiva e evolutiva incluem os sistemas:

- **i-Educar:** Sistema de escrituração escolar que abrange o Ensino Fundamental, garantindo a gestão e registro das atividades acadêmicas, notas, frequência e demais dados relacionados aos estudantes dessa etapa de ensino.
- **SIGEP:** Sistema de Gestão de Servidores Efetivos, utilizado para gerenciar o cadastro, movimentação, histórico funcional e demais informações dos servidores efetivos da SEEDF (Sistema Complementar ao SIGRH)
- **Khronos:** Sistema de Gestão de Contrato Temporário, responsável pela administração dos professores contratados temporariamente, incluindo a gestão de contratos, pagamentos e movimentações.
- **Avaliação em Destaque:** Sistema voltado para a gestão da aplicação de avaliações diagnósticas, utilizado para administrar e monitorar as avaliações realizadas com os estudantes, visando o acompanhamento do desempenho e a criação de estratégias pedagógicas.
- **CIEC:** Sistema Legado para a gestão de calendários e cadastro das redes privadas, que auxilia na administração das informações e regulamentações relacionadas às escolas privadas e conveniadas do Distrito Federal.
- **OJS:** Sistema de Periódicos Científicos utilizado pela Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, permitindo a publicação e gestão de periódicos e artigos acadêmicos.
- **Moodle:** Plataforma de ensino à distância utilizada pela Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, voltada para o oferecimento de cursos e capacitações online para os profissionais da educação.

Outros Sistemas e Plataformas: Incluindo diversas ferramentas e soluções tecnológicas que estão se tornando essenciais para a operação da SEEDF, abrangendo áreas administrativas, pedagógicas e de gestão. Esses sistemas, que vão desde plataformas de automação de processos, até sistemas de apoio à gestão orientada a dados, são fundamentais para fortalecer as atividades internas da Secretaria. A sustentação fornecida pela Fábrica de Software assegura sua manutenção corretiva e evolutiva, garantindo que permaneçam atualizados e operacionais conforme as demandas da SEEDF evoluem. Entre elas destacam-se:

- **Airflow:** O Apache Airflow é uma plataforma de código aberto para a automação e gerenciamento de fluxos de trabalho. Ele permite criar, agendar e monitorar pipelines de dados complexos, garantindo a execução de tarefas de forma sequencial e coordenada. Na SEEDF, o Airflow pode ser utilizado para otimizar processos automatizados, como ETL (Extração, Transformação e Carga de dados) e integrações entre diferentes sistemas.
- **OpenMetadata:** O OpenMetadata é uma plataforma de governança de dados que facilita a descoberta, catalogação e gerenciamento de dados, oferecendo uma visão unificada sobre as fontes de dados e suas relações. Ele permite rastrear linhagem de dados, garantir a conformidade com políticas de segurança e promover uma gestão eficiente do ciclo de vida dos dados, sendo essencial para apoiar iniciativas de governança de dados na SEEDF.
- **n8n:** O n8n é uma plataforma de automação de fluxos de trabalho de código aberto, permitindo a integração de diferentes sistemas e automação de processos sem a necessidade de programação complexa. Ele permite a criação de fluxos de automação customizados para conectar APIs e serviços, facilitando a integração entre os sistemas da SEEDF e melhorando a eficiência operacional.
- **Dify:** O Dify é uma plataforma para construção e personalização de modelos de IA, facilitando a criação de assistentes virtuais e ferramentas baseadas em inteligência artificial. Na SEEDF, o Dify pode ser utilizado para desenvolver soluções inteligentes



que melhorem a interação dos usuários com os sistemas e automatizem tarefas repetitivas, promovendo maior eficiência nos processos.

- **Pentaho:** O Pentaho é uma suíte de business intelligence (BI) e integração de dados que permite realizar análises de dados avançadas, criar relatórios e dashboards interativos. Ele é amplamente utilizado para processar grandes volumes de dados, fornecendo insights valiosos para a tomada de decisões estratégicas. Na SEEDF, o Pentaho facilita o monitoramento e análise de dados educacionais e administrativos.
- **CKAN:** O CKAN é uma plataforma de gestão e publicação de dados abertos, usada para organizar, armazenar e disponibilizar dados públicos de forma acessível. Na SEEDF, o CKAN desempenha um papel fundamental no Portal de Dados Abertos, permitindo que os dados educacionais sejam facilmente acessados e utilizados por pesquisadores, gestores e pela sociedade em geral.
- **NocoDB:** O NocoDB é uma plataforma de banco de dados sem código, que transforma planilhas e bancos de dados tradicionais em interfaces visuais interativas. Ele permite criar e gerenciar bancos de dados relacionais de forma simples e sem necessidade de programação, facilitando o controle de dados e a criação de soluções rápidas e adaptáveis na SEEDF.

O desenvolvimento do Sistema EducaDF Digital contribui para a modernização e administração efetiva dos sistemas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, de forma a garantir sua funcionalidade, segurança e eficiência, para impulsionar o crescimento e a inovação tecnológica.

Dentre as principais entregas de 2024, tem-se:

Disponibilização da nova versão do Sistema EducaDF Digital, para as unidades escolares que ofertam o Novo Ensino Médio - A implementação inicial dos módulos do Sistema de gestão EducaDF Digital marcou um significativo avanço na modernização da ferramenta. Isso possibilitou a integração efetiva entre os setores, a centralização das informações e, conseqüentemente, a melhoria da eficiência nos processos administrativos. Após um ano de uso, resultados importantes foram verificados, e valiosos aprendizados foram adquiridos. Essas experiências permitiram o ajuste contínuo dos processos e o aperfeiçoamento da experiência dos usuários.

Foram disponibilizadas as primeiras versões dos Manuais para orientação aos usuários, conforme listagem: Manual 1 - Gerenciar Oferta; Manual 2 - Grade Horária; Manual 3 - Diário de Classe; Manual 4 - Ficha do Estudante; Manual 5 - Enturmar, desenturmar, troca de turma; Manual 6 - Matrícula Regular; Manual 7 - Matrícula em Itinerário Formativo; Manual 8 - Reserva de Vaga e Transferência Interna; Manual 9 - Unidade Escolar; Manual 10 - Calendário Escolar; Manual 11 - Unidade Escolar - Espaço Físico; e Manual 12 - Diário de Classe - Professor.

E, visando ampliar as possibilidades de suporte à implementação, foi disponibilizado um contato do WhatsApp para orientações, informações e esclarecimento de dúvidas, ao longo dos meses de abril e maio.

Disponibilização da nova versão do Sistema do Cartão PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira) - Após a análise técnica do Sistema Piloto do Cartão PDAF, esta Diretoria de Modernização e Administração de Sistemas, vem procedendo a reformulação do mesmo, visando a correção dos erros, ou "bugs", bem como a implementação de melhorias para aumentar o desempenho do referido sistema.

O módulo em questão tem o objetivo de auxiliar na gestão dos recursos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) transferidos aos agentes executores, em benefício das unidades escolares e das regionais de ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de forma eficiente, transparente e com celeridade na prestação de contas, conforme o Decreto nº 42.403, de 18 de agosto de 2021.

No que diz respeito às melhorias, destacou-se a necessidade de uma abordagem centrada no usuário, visando aprimorar a usabilidade e a interface do usuário. Além disso, otimizou-se o desempenho do sistema, identificando e corrigindo possíveis falhas que afetavam a sua



eficiência. A escalabilidade também foi considerada, garantindo que o sistema lidasse adequadamente com o crescimento da quantidade de usuários, transações e dados.

Além disso, observou-se a necessidade da documentação adequada, atualmente inexistente, mapeando fluxos e regras de negócio, bem como a manutenção regular e suporte técnico, que são aspectos críticos para assegurar a estabilidade e a segurança do sistema.

Disponibilização da nova versão do Sistema ESV - (Educador Social Voluntário) - O Programa, tem como objetivo oferecer auxílio e melhorar o atendimento nas unidades escolares que fazem jus à este suporte. E, para proceder a inscrição, era utilizada uma plataforma específica, que passou a apresentar demandas frequentes de suporte, gerando insegurança para o procedimento.

O módulo em tela possibilita a inscrição de candidatos ao voluntariado, a análise por meio das unidades escolares, como também o acompanhamento pelos setores responsáveis, nos termos da Lei nº 3.506/2004, Decreto nº 37.010/2015 e Portaria nº 196/2024, possibilitando ainda o registro e acompanhamento da frequência e das atividades desempenhadas pelos voluntários.

No que tange ao suporte e infraestrutura de redes o atendimento é estruturado hierarquicamente para suporte técnico e atendimento aos servidores da SEEDF, baseando-se na complexidade do problema apresentado. Desta forma, o atendimento está organizado da seguinte forma:

- Suporte N1 - Suporte básico, para questões simples, como dúvidas de rotina ou pequenos ajustes. O problema é rapidamente identificado, priorizado e solucionado.
- Suporte N2 - Suporte intermediário, para situações que demandam análise técnica ou ações mais específicas.
- Suporte N3 - Suporte para problemas críticos que afetam operações ou exigem conhecimento especializado. É necessário acionar agentes com expertises específicas.

Em 2024, o atendimento foi realizado nos diversos níveis de suporte, a saber:

- Suporte N1: Atendimento de 26.612 chamados para todas as Unidades Administrativas e Instituições Educacionais da SEEDF.
- Suporte N2: Atendimento presencial de 1.421 chamados nas Instituições Escolares da SEEDF, nas Unidades Administrativas SEDE I, SEDE III, na Escola de Aperfeiçoamento do Profissional da Educação (EAPE) e nas Coordenações Regionais de Ensino.
- Suporte N3: Atendimento de 452 chamados para todas as Unidades Administrativas e Instituições Educacionais da SEEDF.

Destaca-se, ainda, em nível de suporte e infraestrutura de redes os seguintes serviços realizados:

- Instalação de Firewall: Implementação de firewalls em 10 Unidades Administrativa Escolares.
- Migração de e-mails: Aproximadamente 10.000 caixas de e-mail foram migradas do Exchange on-premises para o Exchange online.

Com relação ao planejamento e andamento de operações, serviços e ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação a SEEDF foram realizadas as seguintes ações:

Quadro 21 - Planejamento realizado

Nº	Contratação	Fase	Descrição
1	Aquisição de Desktops, Monitores e Notebooks	Pregão (Seleção de Fornecedores)	Aquisição de computadores e notebooks para substituição e reposição de equipamentos administrativos de nível central, intermediário e unidades escolares, além de laboratórios de informática. A substituição dos equipamentos centrais permitirá o recondicionamento e envio de máquinas para laboratórios em escolas que necessitem de equipamentos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2	Contratação de Desktop Cloud para Cursos de Educação Profissional	Gestão e Fiscalização	Utilização de desktops em nuvem inovadores para os cursos Técnico em Computação Gráfica, Técnico em Programação de Jogos Digitais, Técnico em Desenho e Construção Civil, Técnico em Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Redes de Computadores. As máquinas estarão disponíveis para os estudantes dentro e fora da sala de aula, acessíveis de qualquer dispositivo, facilitando uma jornada contínua de aprendizado e integração, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.
3	Aquisição de Chromebooks + CEU e Carrinhos de Recarga	Planejamento	Aquisição de Chromebooks e carrinhos de recarga para escolas de ensino médio, anos finais do ensino fundamental, CEJAEP e unidades prisionais, devido à gerenciabilidade proporcionada pela licença CEU.
4	Equipamentos Ativos de Rede (Conectividade SECTI)	Planejamento	Aquisição de equipamentos e ativos de rede, incluindo pontos de acesso, para disponibilizar GDFNet via WiFi em todas as salas de aula da rede.
5	Service Desk	Planejamento	Serviço de apoio e atendimento às escolas, regionais e nível central para resolver problemas e necessidades de adaptação de TIC.
6	Google Cloud for IA, Big Data e Plataforma em Nuvem	Planejamento	Plataforma de Inteligência Artificial e Big Data para processamento de informações, construção de trilhas automatizadas, alerta de possibilidade de abandono, plataforma de gestão e apresentação de dados para a gestão (BI) e sustentação em nuvem para o Moodle, permitindo até 40 mil acessos simultâneos sem risco de queda.
7	Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Planejamento	Serviços especializados de pesquisa e aconselhamento técnico e estratégico em Tecnologia da Informação (TI) e Comunicações é necessário para atender as demandas crescentes e complexas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). A necessidade desta contratação fundamenta-se em diversos fatores críticos para a melhoria contínua dos processos e para o avanço tecnológico da Secretaria.
8	Certificado Digital	Planejamento	Contratação de Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação — Emissão de Certificados Digitais, a fim de atender as demandas dos Órgãos que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal.
9	Lousas Digitais	Planejamento	Contratação de solução de tecnologia da informação para modernização dos ambientes de aprendizagem, visando atender às unidades escolares de Ensino Médio em Tempo Integral da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
10	Aquisição de Licença de Softwares (Canva e StreamYard)	Planejamento	Licenças para programas para prestação de serviços de Tecnologia da Informação (licenças do Canva e do StreamYard).
11	Registradores Eletrônicos de Pontos com reconhecimento Biométrico	Planejamento	Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de Registradores Eletrônicos de Pontos com reconhecimento Biométrico (facial ou por meio de sensores de impressões digitais) e solução para gestão do controle de frequência de entrada e saída.
12	Pretensa aquisição de Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Planejamento	Pretensa aquisição de Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) visando atender as necessidades de serviços especializados de pesquisa, aconselhamento técnico imparcial em Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), destinados a subsidiar as decisões estratégicas, táticas e operacionais dos profissionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).
13	Empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC	Planejamento	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC na modalidade qualidade de software, envolvendo qualidade e mensuração software em pontos de função, em favor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Fonte: SEEDF/SUBTIC; 2024.



- Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF

O PDAF, normatizado pela Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, norteado pela gestão democrática, sendo materializado pela autonomia na gestão escolar, se propõe a prover recursos às unidades escolares e regionais de ensino da rede pública de ensino do DF, visando à promoção da autonomia administrativa, financeira e pedagógica, a contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e ao fortalecimento da gestão democrática. Em 2024, foram atendidas 698 unidades escolares e 14 regionais de ensino, houve a publicação de Portarias com liberação de recursos financeiros oriundos de emenda parlamentar.

- Avaliação de Contexto Institucional

Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal - (SipaeDF) e Avaliação Institucional - (AvI)

Além da Resolução nº 1/2006 que estabelece as normas para a Avaliação Institucional do Sistema de Ensino do Distrito Federal, a referida avaliação tem também sua ênfase e amparo legal nos seguintes normativos: Plano Distrital de Educação - (PDE), Meta 3. Estratégia 3.1 e na Meta 7; estratégia 7.22, na Resolução nº 2/2023- CEDF, de 12 de dezembro de 2023, na Portaria nº 38, de 18 de fevereiro de 2020, que normatiza o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal - (SipaeDF) e no Decreto nº 46.032 de 17 de julho de 2024 que institui o SipaeDF.

Na Resolução nº 2/2023, a avaliação institucional, a partir do art. 140, possui natureza formativa e intenta compreender e fomentar a autoconsciência da instituição educacional, da rede de ensino ou do sistema de ensino, de forma coletiva e colaborativa.

No Plano Distrital de Educação - (PDE), Meta 3. Estratégia 3.1 – Aperfeiçoar as políticas de sistema de avaliação institucional e Meta 7; estratégia 7.22 - Constituir e implementar o sistema permanente de avaliação educacional do Distrito Federal, articulando-o com os indicadores de avaliação institucional e com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Na Portaria nº 38, de 18 de fevereiro de 2020, que normatiza o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal - (SipaeDF), a Avaliação Institucional se constitui como um dos eixos do SipaeDF. A partir do Art. 13, temos a avaliação de contexto institucional que abrange a aplicação de questionários contextuais para os estudantes, os professores e aos gestores do sistema de ensino do DF.

No Decreto nº 46.032 de 17 de julho de 2024 que institui o SipaeDF a partir do § 2º, O SipaeDF, estabelece que, deve-se promover, de modo continuado, a Avaliação Institucional interna e externa da Rede de Ensino do Distrito Federal, com vistas a oportunizar:

I - Avaliação da qualidade da Educação Básica, por meio de instrumentos avaliativos aplicados censitária e amostralmente, em larga escala, por parte da SEEDF;

II - Autoavaliação, por meio de instrumentos avaliativos elaborados e aplicados pelas próprias instituições educacionais.

- Avaliação Institucional Externa e Interna

Em junho do ano 2024 houve a aplicação dos Questionários de Contexto Institucional - (QCI), com uma maior concentração de participação dos servidores, uma vez que o questionário foi direcionado exclusivamente para as Instituições Educacionais. A simplificação do processo, com a aplicação de apenas um questionário focado nos eixos de gestão escolar, práticas pedagógicas, formação continuada, clima organizacional e infraestrutura, contribuiu para um aumento no engajamento dos servidores diretamente envolvidos com o ensino. Com essa abordagem mais específica, a avaliação conseguiu captar de forma mais detalhada as dinâmicas internas das escolas. Esse foco exclusivo nas unidades escolares possibilitou a participação massiva de 8.804 servidores da carreira Magistério e 1.285 servidores das carreiras de Políticas Públicas e Gestão Educacional, que atuam diretamente nas escolas públicas. Esse resultado reforça a eficácia de um questionário focado nas unidades escolares, uma vez que a proximidade dos servidores com a prática pedagógica e as questões administrativas locais facilita a identificação de aspectos críticos. Assim, a segunda aplicação



apresentou uma adesão proporcionalmente superior, evidenciando a importância de concentrar esforços em aspectos práticos e imediatos do cotidiano escolar, promovendo uma avaliação mais contextualizada e alinhada às realidades de cada unidade.

Para essa aplicação existiam 2 (dois) perfis de questionários:

- QCI comum aos servidores da carreira magistério que atuam há mais de 3 meses na unidade escolar: com 8804 respondentes.
- QCI comum aos servidores da carreira Políticas Públicas e Gestão Educacional que atua há mais de 3 meses na unidade escolar: 1285 respondentes.

No período de entre 14/10/2024 e 09/11/2024 foi aplicado Questionário de Contexto Institucional - (QCI) para os estudantes matriculados nos 5º, 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Quanto à avaliação institucional interna, foram realizadas no 1º semestre as visitas as Unidades Escolares que apontavam em seu Projeto Político Pedagógico - (PPP) a realização desta avaliação. Porém para o 2º semestre não foi possível dar continuidade ao planejamento sobre a autoavaliação diante da necessidade de tomadas de decisões institucionais, articuladas e alinhadas para que ocorressem efetiva e eficazmente a continuidade da realização da referida avaliação nas unidades escolares.

O quadro abaixo apresenta o ciclo avaliativo da Avaliação Institucional de 2025 a 2030.

Quadro 23 - Ciclo Avaliativo da Avaliação Institucional de 2025 a 2030.

Instrumentos	Descrição	Quantitativo nº	Periodicidade
Questionários Institucional para servidores da CRE e Sede da SEEDF.	A aplicação deverá ocorrer por meio da plataforma de apoio do Sipaedf (https://sipaedf.org/), devendo a contratada utilizar a plataforma de modo a hospedar, armazenar e gerar os questionários e seus resultados e oferecer suporte técnico aos respondentes (usuários).	A aplicação deverá ocorrer no modo on-line.	2023 - piloto 2025 2027 2029
Questionários Institucional para servidores das Unidades Escolares SEEDF.	A aplicação deverá ocorrer por meio da plataforma de apoio do Sipaedf (https://sipaedf.org/), devendo a contratada utilizar a plataforma de modo a hospedar, armazenar e gerar os questionários e seus resultados e oferecer suporte técnico aos respondentes (usuários).	A aplicação deverá ocorrer no modo on-line.	2024 - piloto 2026 2028 2030
Questionários Institucional para os estudantes.	A aplicação deverá ocorrer por meio da plataforma de apoio do Sipaedf (https://sipaedf.org/), devendo a contratada utilizar a plataforma de modo a hospedar, armazenar, gerar os questionários e seus resultados e oferecer suporte técnico aos respondentes (usuários).	A aplicação deverá ocorrer no modo on-line.	2024 - piloto 2026 2028 2030
Questionários Institucional para os pais e/ou responsáveis.	A aplicação deverá ocorrer por meio da plataforma de apoio do Sipaedf (https://sipaedf.org/), devendo a contratada utilizar a plataforma de modo a hospedar, armazenar e gerar os questionários e seus resultados e oferecer suporte técnico aos respondentes (usuários).	A aplicação deverá ocorrer no modo on-line.	2025 2027 2029

Fonte: SEEDF/SUPLAV; 2024.

- Programação Orçamentária não Executada

Os seguintes ações e subtítulos apresentaram a programação orçamentária não executada devido ao cancelamento do crédito:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- 9068.0385 - Transferência por Meio de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas /Promover a Autonomia das Escolas, Contribuindo Com a Melhoria do Ensino DJ
- 9107.0297 - Transferência Financeira a Entidades/Apoio à Projetos nas Escolas Públicas do DF
- 9107.0300 - Transferência Financeira a Entidades/Apoio a projetos sociais tm no Distrito Federal
- 9107.0298 - Transferência Financeira a Entidades/Projeto de Apoio a Educação no DF
- 3632.0005 - Saúde Escolar/Educação Infantil - Creche
- 3632.0004 - Saúde Escolar/Educação Especial
- 3982.0041 - Construção de Unidade Escolar/Construção de unidade escolar
- 3991.0004 - Reforma de Unidade Escolar/Reforma de Unidade Escolar da Rede Pública - Distrito Federal - OCA
- 2396.5296 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas/Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas - Educação Profissional – SE - Distrito Federal
- 2396.5297 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas/Conservação das Estruturas físicas de Edificações Públicas Educação Infantil-Creche SE - Distrito Federal
- 2396.5299 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas/Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas Educação de Jovens e Adultos SE - Distrito Federal

As ações e subtítulos, descritas abaixo, apresentaram a programação orçamentária não executada devido alteração na programação da unidade executiva:

- 3678.2787- Realização de Eventos/ Realização de Eventos- SE - Distrito Federal
- 1471.2484 - Modernização de Sistema de Informação/Modernização de Sistema de Informação-SE- Distrito Federal
- 9107.0280 -Transferência Financeira a Entidades/Transferência Financeira a Entidades-Apoio a Organizações Sociais que Desenvolvem Projetos em Escolas Públicas no DF-Distrito Federal

As ações e subtítulos subsequentes apresentaram a programação orçamentária não executada pois foram inscritas em restos a pagar não processados:

9107. 0280 -Transferência Financeira a Entidades/Transferência Financeira a Entidades-Apoio a Organizações Sociais que Desenvolvem Projetos em Escolas Públicas no DF-Distrito Federal

2396. 5295 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas/Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas-Ensino Médio-SE-Distrito Federal

2396. 5298 - Conservação das Estruturas físicas de Edificações Públicas Educação Infantil - Pré-Escola-SE- Distrito Federal

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10614 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA).	ÍNDICE	5,90	01/11/2021	Bianual	6,00	5,90		X		X		X	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP/MEC
Justificativa: 2024 - O Ideb das unidades escolares que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal seguiu uma tendência de aumento a partir de 2005 até 2019, com queda no índice em 2021 e sua manutenção em 2023. Isso se deu em virtude da redução da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, verificada em ambos os componentes curriculares em 2021. Já em 2023 em relação a 2021, uma leve redução foi verificada na proficiência em Língua Portuguesa e uma leve ampliação em Matemática, levando a um aumento de 0,01 na nota média padronizada do Saeb. Em relação aos dados de proficiência, em 2023 ainda se verificam impactos do período de ensino remoto durante o contexto pandêmico, evidenciando defasagens de aprendizagem, referentes aos processos de alfabetização.													
10616 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (REDE PÚBLICA)	ÍNDICE	4,90	01/11/2021	Bianual	5,30	4,60		X		X		X	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP/MEC



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanc 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanc 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanc 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanc 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2024 - O Ideb das unidades escolares que ofertam os Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal seguiu uma tendência de aumento a partir de 2013. Tal tendência também foi seguida no ano de 2021, durante o contexto pandêmico. Ao serem comparados os dados de 2021 e 2023, nota-se uma expressiva diferença em relação à taxa de aprovação dos 7º e 9º anos, o que pode ser explicado em parte pelo fluxo escolar da etapa, em virtude diminuição da reprovação motivada pelo continuum curricular orientado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A baixa taxa de aprovação na referida etapa foi um aspecto significativo para a redução do Ideb em 2023. Considerando os dados de desempenho dos estudantes matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental, há uma fragilidade significativa em relação à consolidação dos objetivos de aprendizagens considerados essenciais. Essa fragilidade ainda reflete o impacto da adoção do ensino remoto durante o contexto pandêmico, que afetou as trajetórias escolares dos estudantes da etapa do Ensino Fundamental em seu conjunto.													
10617 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) NO ENSINO MÉDIO (REDE PÚBLICA)	ÍNDICE	4,00	01/11/2021	Bianual	4,30	3,70		X		X		X	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP/MEC.
Justificativa: 2024 - O IDEB possui duas variáveis: nota de proficiência em português e matemática e taxa de aprovação. O resultado do IDEB no Ensino Médio (Rede Pública) caiu em relação ao índice de referência apurado e, consequentemente, ficou abaixo da meta projetada. A queda aconteceu em virtude da piora das notas de proficiência, tanto em português quanto matemática. Entende-se que essa queda de proficiência seja, ainda, consequência do período de pandemia do COVID -19.													
10618 - TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO DIURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL	PERCENTUAL	12,09	01/12/2021	Anual	12,40	10,60		X		X		X	CENSO ESCOLAR 2021
Justificativa: 2024 - A meta estabelecida para Taxa de Reprovação no Ensino Médio Diurno da Rede Pública foi superada. Entende-se que o resultado esteja relacionado com os critérios de avaliação estabelecidos para o Novo Ensino Médio. Dentre as mudanças, destacam-se a Progressão Continuada da 1ª série para a 2ª série e a implementação da Média Global. Os critérios de avaliação mencionados estão consolidados no documento: Caderno Orientador. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/11/Caderno-Orientador-Avaliacao-para-as-Aprendizagens_16dez24.pdf													
10619 - TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO FUNDAMENTAL COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA	PERCENTUAL	15,74	01/12/2022	Anual	9,64	3,97		X		X		X	SISTEMA I-EDUCAR
Justificativa: 2024 - O "Programa SuperAção: atendimento aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano" foi implementado a partir do ano letivo de 2023 vislumbrando a recuperação das aprendizagens dos estudantes matriculados do 3º ao 8º ano, com a finalidade de correção de fluxo e regularização das suas trajetórias escolares. Os dados do programa SuperAção indicam um índice expressivamente menor e dentro do desejado. Para o levantamento dos estudantes em situação de incompatibilidade idade-ano, devem ser desconsiderados os estudantes com necessidades educacionais específicas (ENEES), tendo em vista que já possuem atendimento diferenciado nesta rede de ensino, conforme preconiza a Estratégia de Matricula vigente. Nesse sentido, no que se refere aos estudantes atendidos pelo programa SuperAção em 2024, que abrange do 3º ao 8º ano do Ensino Fundamental, dos 236.573 estudantes matriculados nos referidos anos, 9.392 estudantes são atendidos pelo programa, indicando uma taxa relativa de 3,97% de estudante em situação de incompatibilidade idade-ano.													
10620 - PERCENTUAL DE KITS MULTIMÍDIA ADQUIRIDOS PARA REESTRUTURAR E AMPLIAR O PARQUE TECNOLÓGICO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	25,00	0,00		X		X		X	ASTIC
Justificativa: 2024 - A SEEDF conta com diversos projetos de inclusão de tecnologias no ambiente escolar, não apenas o presente, entre os demais, podemos citar os que perpassam a programação, robótica, computadores, chromebook, utilização de ferramentas online e conectividade, porém o acesso é limitado pela capacidade de acesso à estas ferramentas. Entretanto, no ano de 2024 a aquisição dos presentes kits não foi possível por razões de prioridades internas do orçamento da casa.													
10621 - TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO DIURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	PERCENTUAL	1,06	01/12/2022	Anual	1,00	3,04		X		X		X	CENSO ESCOLAR DO DF
Justificativa: 2024 - O não alcance do índice estabelecido está diretamente relacionado com o índice de referência utilizado para o seu dimensionamento. O indicador projetado (1,0) foi elaborado com base no resultado registrado em 2021, um dos anos afetados pela Pandemia do COVID 19. Durante esse período (2020/2021), as taxas de abandono reduziram significativamente em relação às médias registradas em anos anteriores. Tal redução está diretamente relacionada às orientações da SEEDF, que flexibilizou os critérios para o registro de abandono no período em questão (Circular n.º 262/2020 - SEE/SUBEB). Em 2019 a Taxa de abandono no Ensino Médio Diurno da Rede Pública de Ensino do DF registrada foi de 4,81. Entre 2011 e 2019 a média foi de 6,0.													
10622 - TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	PERCENTUAL	8,78	01/11/2021	Anual	8,72	27,37		X		X		X	CENSO ESCOLAR 2021
Justificativa: 2024 - O não alcance da meta estabelecida está diretamente relacionado com o índice de referência utilizado para o seu dimensionamento. A meta projetada (8,72) foi elaborada com base no resultado registrado em 2021, um dos anos afetados pela Pandemia do COVID 19. Durante esse período (2020/2021), as taxas de abandono reduziram significativamente em relação às médias registradas em anos anteriores. Tal redução está diretamente relacionada às orientações da SEEDF, que flexibilizou os critérios para o registro de abandono no período em questão ((Circular n.º 262/2020 - SEE/SUBEB). Em 2019 a Taxa de abandono no Ensino Médio Noturno da Rede Pública de Ensino do DF registrada foi de 24,62. Entre 2011 e 2019 a média foi de 26,77.													
10623 - QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS REALIZADAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF	UNIDADE	32958,00	01/06/2023	Anual	48000,00	49911,00		X		X		X	SEEDF
Justificativa: 2024 - Com o objetivo de assegurar o atendimento educacional e o direito à educação dos estudantes matriculados na Rede Pública de Ensino do DF, a SEEDF elaborou e executou a campanha publicitária "#volteeastudar", que tem como principais objetivos fortalecer a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ampliar o quantitativo de matrículas na EJA por meio de busca ativa, conforme preconiza a estratégia 9.20, da meta 9 do Plano Distrital de Educação (Lei nº 5.499, de 14/7/2015). Para sua realização em 2024, foi providenciada a impressão de 10.000 (dez mil) cartazes e 50.000 (cinquenta mil) folders. As ações pertinentes à campanha foram realizadas em todo o Distrito Federal com o apoio das 14 (catorze) Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e deram-se por meio de panfletagem e fixação de cartazes em locais de grande circulação de pessoas, como Terminais Rodoviários, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Hospitais Públicos, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Restaurantes Comunitários, entre outros.													
10624 - TAXA DE UNIDADES ESCOLARES QUE REALIZARAM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	30,00	0,00		X		X		X	DIRED/SIAE
Justificativa: 2024 - Não houve a realização dos serviços, uma vez que os contratos de manutenção preventiva e corretiva encontravam-se em processo de licitação durante o período correspondente. Ressaltamos, no entanto, que em dezembro de 2024 foram adjudicados 25 contratos para manutenção preventiva e corretiva das unidades escolares, os quais foram emitidos as ordens de serviços para realização de manutenção nas seguintes unidades escolares:- Escola Classe 27 de Taguatinga;- Escola Classe 50 de Ceilândia;- Jardim de Infância 108 Sul; e- Centro de Ensino Fundamental 25 de Ceilândia.													
10894 - TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	31,52	30,29		X		X		X	CENSO ESCOLAR



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2024 - A meta estabelecida para Taxa de Reprovação no Ensino Médio Noturno da Rede Pública foi superada. Entende-se que o resultado esteja relacionado com a tendência de queda observada na série histórica. Ademais, os critérios de avaliação estabelecidos para o Novo Ensino Médio noturno nas quatro escolas que iniciaram o novo modelo são os mesmos do diurno, destacando-se também a Progressão Continuada da 1ª série para a 2ª série e a implementação Média Global. Desde 2023, quatro escolas do regular noturno iniciaram a Matriz Curricular do Novo Ensino Médio com os mesmos critérios de avaliação do Ensino Médio diurno presentes no Caderno Orientador. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/11/Caderno-Orientador-Avaliacao-para-as-Aprendizagens_16dez24.pdf													

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	71824650,0	31050329,00	19540085,92	530105,92
5293 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-SE-DISTRITO FEDERAL	5508197,0	15737,00	15736,52	15736,52
5294 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	52316453,0	24999019,0	14813777,34	478797,34
5295 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	1750000,0	3000000,0	2400000,0	0
5296 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-SE-DISTRITO FEDERAL	1750000,0	0,0	0	0
5297 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-SE-DISTRITO FEDERAL	1750000,0	0,0	0	0
5298 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	5250000,0	3000000,0	2275000,0	0
5299 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	1750000,0	0,0	0	0
5300 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	1750000,0	35573,0	35572,06	35572,06



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2163900,0	414950,0	414950,00	395531,12
5882 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	2163900,0	414950,0	414950,00	395531,12
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	800742,0	353129,00	353128,33	317570,0
0048 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	800742,0	353129,00	353128,33	317570,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1640041551,0	2714362295,00	2714362283,44	2659752533,07
0036 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ADMINISTRAÇÃO GERAL - SE-DISTRITO FEDERAL	210424001,0	272422817,00	272422817,00	272422817,00
0037 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ATIVIDADES ALHEIAS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	26869839,0	59106546,00	59106534,44	57245375,45
6977 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	926904055,0	1570735349,00	1570735349,00	1517986757,62
0038 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ENSINO MÉDIO -SE-DISTRITO FEDERAL	290003323,0	425257250,00	425257250,00	425257250,00
0039 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	6618095,0	14618095,00	14618095,00	14618095,00
8842 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	7899015,0	17899015,00	17899015,00	17899015,00
8843 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	98524196,0	203524196,00	203524196,00	203524196,00
8844 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	25191451,0	51191451,00	51191451,00	51191451,00
8845 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	47607576,0	99607576,00	99607576,00	99607576,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	11718437,0	3586344,00	1606462,83	1053543,56
6980 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	11718437,0	3586344,00	1606462,83	1053543,56
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	90769013,0	52135325,00	52135323,80	43018524,79



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0036 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SE-DISTRITO FEDERAL	90606488,0	51433738,00	51433737,51	42316938,50
9691 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSELHO DE EDUCAÇÃO - SE-DISTRITO FEDERAL	162525,0	701587,00	701586,29	701586,29
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1030045,0	17696000,00	16312467,62	9728745,33
2532 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- UNIDADES ADMINISTRATIVAS - SE-DISTRITO FEDERAL	1030045,0	17696000,00	16312467,62	9728745,33
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	678020,0	882072,00	882070,48	772610,48
2576 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- UNIDADES ADMINISTRATIVAS- DISTRITO FEDERAL	678020,0	882072,00	882070,48	772610,48
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1819026358,00	2820480444,00	2805606772,42	2715569164,27

Informa-se, inicialmente, que as atividades realizadas com recursos alocados nas ações 1471, 2557, 2396, 3678 e 8517 foram devidamente lançadas no item anterior referente ao Programa 6221 - EDUCADF, a fim de proporcionar maior clareza e entendimento acerca da execução.

- Administração de Pessoal

O início do ano de é marcado pelas ações do Programa Carência Zero/ Educação Sem Carência em consonância com a Portaria nº 439, de 31 de dezembro de 2018, com os seguintes objetivos:

I – suprir carências de regência de classe nas unidades escolares – UEs, unidades escolares especializadas – UEEs e escolas de natureza especial – ENEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no início do ano letivo;

II – garantir a continuidade da oferta da Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal, matriculados e enturmados no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, mediante o suprimento das carências;

III – suprir carências de regência de classe nas UEs/UEEs/ENEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal ao longo do ano letivo.

Destaca-se que as ações realizadas no Programa Educação sem Carência objetivam o início do ano letivo com todos os professores em sala de aula, garantindo o trabalho professor/estudante desde o primeiro dia de aula, e para isso são realizadas diversas atividades pelas Unidades Regionais de Gestão de Pessoas - Unigeps, tais como: pré-modulação junto às unidades escolares, encaminhamento de professores efetivos e contratação de professores substitutos nos dias que antecedem o início das aulas.

Em 2024, cerca de 13.885 carências foram devidamente supridas.

Para o ano letivo de 2024, as ações do Programa, in loco nas Coordenações Regionais de Ensino, iniciaram-se em dezembro de 2023, com toda a preparação para a contratação de professores substitutos que se iniciou em 28 de janeiro e terminou em 18 de fevereiro.



Para o ano letivo de 2025, as ações do Programa nas CRE também começaram a ocorrer em dezembro de 2024.

Em continuidade ao planejamento do ano, o procedimento de remanejamento anual é destinado aos servidores da carreira do Magistério Público do Distrito Federal e visa proporcionar a alteração da lotação e/ou exercício para atuação.

Regido por edital e Portaria própria e realizado por meio do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEP), o Procedimento é referência no Distrito Federal, haja vista o número de servidores que compõem a Pasta e a carreira.

O Procedimento de Remanejamento é realizado em duas etapas, interna e externa, e neste ano foi regido pelo Edital nº 44 de 13 de setembro de 2024, e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 177, de segunda-feira, dia 16 de setembro de 2024. O acesso no site da Secretaria de Estado de Educação do DF se deu pelo endereço: <https://www.educacao.df.gov.br/secretaria-divulga-edital-de-remanejamento-para-servidores-do-magisterio/>.

Destaca-se que foram disponibilizadas 9.547 carências e 5.346 servidores foram contemplados com a mudança do local de trabalho, conforme demonstração de interesse.

Para a recomposição do quadro de pessoal e reforço da Educação, foram nomeados 4.427 aprovados no concurso do Edital nº 31/2022, nas carreiras de Magistério - cargos de professor de educação básica e pedagogo (orientador educacional); e de Gestor de Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPGE) várias especialidades, conforme tabela a seguir:

Quadro 23 - Nomeações realizadas

Cargo	Total de nomeações
Professor E.B. - 3104 Orientador Educacional - 80 Gestor PPGE - 258	3.442 * A maior nomeação da história da SEEDF.
Professor E.B. - 562 Orientador Educacional - 28 Gestor PPGE - 108	698
Professor E.B. - 140 Orientador Educacional - 36 Gestor PPGE - 55	231
Professor E.B. - 38 Orientador Educacional - 2 Gestor PPGE - 16	56
Professor E.B. 3.844 Orientador Educacional 146 Gestor PPGE - 437	4.427

Fonte: <https://www.educacao.df.gov.br/concursos-da-seedf/> Acesso em: 13 jan. 2025.

Ademais, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal também prorrogou o prazo de vigência do último concurso de contrato temporário para final de 2025, por meio da Portaria nº 3 de 02 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 3, de 6 de janeiro de 2025, na seção I, página 01.

Insta destacar que foram concedidas 2.019 aposentadorias para servidores da Pasta, 2.697 abonos de permanência, 276 pensões, 9.025 progressões funcionais e que foram contemplados 1.723 servidores com usufruto total de 2.828 meses de licença-prêmio. Ainda, tem-se que 44 licenças-servidor concedidas com 99 meses de usufruto total.

- Formação Profissional

O ano de 2024 consolidou-se como um período de continuidade do compromisso da SEEDF em atender à Estratégia 16.1 do Plano Distrital de Educação (PDE) 2015-2024, que visa garantir, em seu período de vigência, que todos os profissionais da Educação Básica tenham acesso à formação continuada.

Por meio de ações estratégicas, a SEEDF reafirmou sua relevância como um pilar essencial na qualificação dos profissionais da Educação Básica, atendendo às demandas crescentes da



sociedade e contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais locais. Foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

Percursos formativos

Fornecidos em formato híbrido, que possibilitam o desenvolvimento profissional e o aprimoramento das práticas pedagógicas. Neste ano, foi ofertado 172 cursos formativos, sendo 46.380 vagas ofertadas, das quais 27.456 foram preenchidas.

O curso formativo do Projeto NaMoral, em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), criado para difundir o conceito de cidadania plena e o valor da integridade, com vistas a colaborar na formação de cidadãos responsáveis, contou com 14 formadores, atendeu a 78 instituições escolares e impactou, aproximadamente, 20 mil estudantes.

Projeto Eape vai à Escola - (Evae)

O Evae foi um formato planejado para levar formação diretamente às escolas, eliminando barreiras como deslocamento e incompatibilidade de horários. Essa estratégia de formações curtas e personalizadas, de acordo com as demandas e necessidades da instituição escolar, mostrou-se muito eficaz por possibilitar a formação de muitos profissionais de maneira contextualizada. No ano de 2024, o Projeto Eape vai à Escola (Evae) atendeu a mais de 20,5 mil profissionais, em 428 visitas realizadas.

- Afastamento Remunerado para Estudos

O processo de afastamento remunerado para estudos dos profissionais da educação é realizado semestralmente. Em 2024, o quantitativo de vagas disponíveis para as carreiras Magistério Público e Políticas Públicas e Gestão Educacional está disposto a seguir nos Quadros 24 e 25, respectivamente.

Quadro 24 - Editais e quantitativo de vagas para a Carreira Magistério Público

Semestres	Mestrado	Doutorado e Pós-doutorado	Nº do edital
1º Semestre	78	33	Edital nº 2, de 9 de janeiro de 2024.
2º Semestre	83	35	Edital nº 31, de 18 de julho de 2024.

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Quadro 25 - Editais e quantitativo de vagas para a Carreira Políticas Públicas e Gestão Educacional

Semestre	Especialização (lato sensu)	Mestrado	Doutorado e Pós-doutorado	Nº do edital
1º Semestre	24	14	4	Edital nº 3, de 9 de janeiro de 2024.
2º Semestre	0	58	25	Edital nº 32, de 18 de julho de 2024.

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Neste ano, foram entregues 144 trabalhos finais, sendo 102 dissertações de mestrado e 42 teses doutorado/ trabalhos de pós-doutoramento.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

- Política Distrital de Infraestrutura Educacional e o Comitê Gestor de Infraestrutura Educacional no Âmbito da SEEDF

A Política Distrital de Infraestrutura Educacional e o Comitê Gestor de Infraestrutura Educacional (Cogin), instituídos pelo Decreto nº 46.070 de 29/07/2024, no DODF nº 144, de 30/07/2024, página 12, constitui-se como um instrumento de planejamento, de caráter técnico-administrativo, abrangendo propostas de intervenções físicas nas unidades escolares, que incluem construções, reformas, ampliações e reconstruções com caráter prioritário.



O objetivo desse trabalho é responder eficazmente às exigências por espaços educacionais adequados, com o escopo de ampliar a capacidade de atendimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em todas as etapas e modalidades da educação básica e promover a otimização, conservação e aprimoramento da infraestrutura existente.

Ações desenvolvidas:

- Análise crítica dos Planos de Obras anteriores (2015-2018 e 2019-2022), com o objetivo de identificar áreas de sucesso e pontos a serem melhorados;
- Coleta de dados abrangente por meio de: a) Planilha eletrônica distribuída às 14 CREs; b) Formulário eletrônico enviado a todas as UEs;
- Realização de reuniões técnicas com as áreas envolvidas para esclarecer dúvidas e aprimorar o procedimento de solicitações de obras;
- Mudança metodológica do planejamento de obras, o qual culminou na elaboração do Diagnóstico da Infraestrutura Física da SEEDF, contendo o levantamento completo das necessidades de infraestrutura das instituições educacionais públicas;
- Estruturação do novo Plano de Obras da SEEDF, com base no Diagnóstico da Infraestrutura Física, priorizando obras e ações de acordo com critérios técnicos, disponibilidade orçamentária e capacidade de execução;
- Instituição da Política Distrital de Infraestrutura Educacional por meio do Decreto nº 46.070/2024, visando promover ambientes educacionais adequados e seguros;
- Criação do Comitê Gestor de Infraestrutura Educacional (Cogin), como órgão colegiado para assessorar a SEEDF na implementação e execução da Política Distrital de Infraestrutura Educacional;
- Definição de competências do Cogin;
- Detalhamento dos objetivos e ações da Política Distrital de Infraestrutura Educacional por meio de instrumentos normativos próprios da SEEDF;
- Criação do Módulo de Gestão Integrada para a Infraestrutura da SEEDF (Mogin) no sistema "Educa DF Digital".

- Ações Realizadas por meio de Transferência de Recursos Federais

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), em colaboração com a União, trabalha de forma contínua para assegurar o direito de todos a uma educação pública inclusiva e de qualidade. Esse apoio se concretiza, principalmente, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), inserido no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do Ministério da Educação (MEC), e das transferências especiais e discricionárias realizadas através da plataforma Transferegov.

A SEEDF desempenha um papel essencial na formulação do Plano de Ação, pois assegura que as iniciativas educacionais estejam alinhadas às demandas reais das escolas e às diretrizes estratégicas da Secretaria, garantindo eficiência e transparência na utilização dos investimentos federais. Segue as principais ações realizadas por meio da transferência de recursos federais:

-Plano de Ações Articuladas - PAR

O PAR é uma ferramenta estratégica que promove o planejamento de políticas educacionais de médio e longo prazo em colaboração com o MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa ferramenta possibilita a continuidade das políticas educacionais e o aprimoramento dos investimentos, por meio de transferências técnicas e financeiras da União.

Em 2024, a SEEDF pactuou um Termo de Compromisso para a construção do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais, com os seguintes valores:

- Valor total do projeto: R\$ 19.374.722,88
- Empenho do FNDE: R\$ 1.000.000,00
- Contrapartida da SEEDF: R\$ 18.374.722,88

Adicionalmente, constam no Simec, 178 Termos de Compromisso para diversas aquisições e obras:



- 35 em fase de prestação de contas;
- 28 com cláusula suspensiva não prorrogados;
- 115 em andamento.

O FNDE liberou, via PAR, o total de R\$ 2.361.210,69, destinado a:

- Formação e material didático do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA): R\$ 1.298.989,41;
- Construção de escolas: R\$ 1.062.221,28.

Além disso, foram liberados R\$ 2.117.893,82 para construção de creches pelo Programa Proinfância. A SEEDF também recebeu designações parlamentares que totalizam R\$ 39.834.847,00 para aquisição de mobiliários e construção de escolas.

- Novo PAC e Transferegov

O Transferegov é uma plataforma integrada que facilita o gerenciamento e a transparência das transferências voluntárias da União. Em 2024, a SEEDF cadastrou quatro propostas para construção de instituições educacionais nos bairros Parque do Riacho, Paranoá Parque e Crixá, totalizando R\$ 36.772.984,98:

- Centro de Ensino Fundamental Parque do Riacho: R\$ 12.319.519,51;
- Escola Classe Crixá: R\$ 12.319.519,51;
- Centro de Educação de Primeira Infância Paranoá Parque: R\$ 6.066.972,98;
- Centro de Educação Infantil Paranoá Parque: R\$ 6.066.972,98.

- Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Recurso Federal, o qual é repassado diretamente às contas das instituições educacionais, não integrando o orçamento da Secretaria de Estado de Educação e a SEEDF atua com o contato direto com os gestores das unidades escolares, auxiliando e orientando nas demandas para execução dos recursos referentes ao PDDE.

Nesse sentido, conforme prevê a Resolução CD/FNDE Nº 15, de 16 de setembro de 2021, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento; a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

A mesma Resolução no Art.6º, no rol de competências da Secretária de Educação, informa como uma de suas atividades quanto à execução do PDDE, o dever de acompanhar, fiscalizar e controlar a execução dos recursos repassados às Unidades Executoras (caixas escolares de cada unidade de ensino) representativas de suas escolas;

Em 2024, 586 escolas, pelo menos, foram beneficiadas por meio de alguma ação do PDDE.

Conforme relatório abaixo, extraído da plataforma PDDE Info, no ano de 2024, até a data de 09/12/2024, foram repassados os seguintes valores referentes ao PDDE e suas ações integradas:

Quadro 26 - Repasses realizados PDDE.

Ano	Programa	Destinação	Região	UF	Rede Atendimento	Quantidade de Escola	Quantidade Alunos	Valor Total R\$
2024	PDDE	PDDE Básico - P1	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	540	30704	4.372.160,00
2024	PDDE	PDDE Básico - P2	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	536	368704	4.349.385,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2024	PDDE	PDDE Básico - Primeira Infância - P1	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	46	12514	177.815,00
2024	PDDE	PDDE Básico - Primeira Infância - P2	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	46	12514	177.815,00
2024	PDDE Estrutura	PDDE Água 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	2	146	53.000,00
2024	PDDE Estrutura	PDDE Campo - 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	7	1376	187.709,00
2024	PDDE Estrutura	PDDE Campo 2021	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	11	2999	324.827,00
2024	PDDE Estrutura	Sala de Recursos Multifuncionais- 2021	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	14	7121	292.000,00
2024	PDDE Estrutura	Sala de Recursos Multifuncionais- 2022	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	7	3991	140.000,00
2024	PDDE Estrutura	Sala de Recursos Multifuncionais 2023	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	1	844	20.000,00
2024	PDDE Estrutura	Sala de Recursos Multifuncionais- 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	33	11126	696.000,00
2024	PDDE Estrutura	Educação Conectada 2023	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	20	11.960	68.128,00
2024	PDDE Estrutura	Educação Conectada 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	374	248429	1.320.514,00
2024	PDDE Qualidade	Educação e Família 2023	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	1	515	2.500,00
2024	PDDE Qualidade	Escola e Comunidade 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	16	15378	49.500,00
2024	PDDE Qualidade	Itinerários Formativos - 2 parcela	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	2	3417	32.518,00
2024	PDDE Qualidade	Itinerários Formativos - 3 parcela	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	6	7644	157.793,31
2024	PDDE Qualidade	PDDE Compromisso- Cantinho da 2023	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	7	3579	51.870,00
2024	PDDE Qualidade	PDDE Compromisso- Cantinho da 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	24	14257	207.480,00
2024	PDDE Qualidade	Ensino Médio Noturno Mais 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	5	5234	65.435,15

Fonte: SEEDF/SUPLAV; 2024.

- Diagnóstico e Planejamento Estratégico

A SEEDF iniciou em 2024 o Ciclo de Diagnóstico e Planejamento. As etapas incluíram:



Visitas técnicas: Entre 10 de junho e 2 de julho, foram realizadas visitas às 14 Coordenações Regionais de Ensino (CREs), com escuta ativa e registro de desafios.

Formulários diagnósticos: 633 das 703 escolas da rede pública preencheram integralmente o instrumento, representando mais de 90% de adesão.

Esse diagnóstico resultará no Plano de Ação 2025-2026, incorporando dados consolidados e mapeamento dos programas já em execução para identificar gaps e fortalecer políticas educacionais.

- Atenção à Saúde e Qualidade de Vida

Programa Estações: "Janeiro Branco"

O programa busca estimular o autocuidado dos servidores a partir da campanha nacional do "Janeiro Branco". Cujo objetivo é a promoção da conscientização quanto à saúde mental e o bem-estar emocional do servidor, uma vez que, questões emocionais afetam diretamente a produtividade dos servidores, suas famílias, e são causas recorrentes de mal-estar e afastamentos.

Foram desenvolvidas as seguintes ações: Produção e divulgação à rede SEEDF de vídeo informativo sobre o Programa de Acolhimento Psicológico Individual (PAPSI) e Programa de Prevenção à Dependência Química (PRODEQ).

Semana Pedagógica - Minicurso sobre Autocuidado e Prevenção à Síndrome de Burnout em Formato Online

Realização de Minicursos, em formato online, destinados à abertura do ano letivo de 2024 com o objetivo de conscientizar os servidores sobre a importância do autoconhecimento e disseminar estratégias de prevenção à Síndrome de Burnout. Os minicursos contaram com as seguintes parcerias: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Universidade de Brasília, SEBRAE-DF, Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e o Instituto BRB.

Acolhimento Psicológico Individual - Sala da Mulher

Espaço de acolhimento e escuta ativa de servidoras da SEEDF vítimas de violência ou assédio. O objetivo do projeto é: acolher e orientar vítimas de violência ou assédio, ações de promoção de Saúde Mental para servidoras da SEEDF, ações de prevenção ao assédio e promover vivências com temas voltados à saúde integral da mulher.

Ações desenvolvidas: Acolhimento, orientação e encaminhamento (nos casos necessários) de servidoras vítimas de violência ou assédio para atendimento dentro da SEEDF, como por exemplo, mediação de conflitos, e o direcionamento para ações externas, como o acesso a atendimento médico ou psicológico nos serviços de saúde e sociais, além da orientação para formalização de denúncias junto à Delegacia da Mulher ou a solicitação de medidas protetivas.

Programa de Saúde Mental - (PROSM) - Palestras de prevenção ao adoecimento e promoção a saúde mental

Palestras que promovem a reflexão sobre o autocuidado contínuo e cuidado nas relações interpessoais; a prevenção do adoecimento mental relacionado ao trabalho; bem como o compartilhamento de conhecimentos que visam a promoção de saúde e bem-estar dos quais os objetivos são disponibilizar aos servidores efetivos e temporários da SEEDF acesso a palestras como forma de promoção de qualidade de vida no trabalho, saúde e bem-estar e prevenção ao adoecimento, ofertadas pelos psicólogos e, quando necessário, outros profissionais da saúde desta Diretoria de Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho. Parte do rol de ações do Programa de Saúde Mental (PROSM), de acordo com a Portaria nº 1.120, de 09 de setembro de 2024.

Projeto Ciclo de Qualidade de Vida no Trabalho, Bem-Estar e Saúde Integral

Projeto destinado às Coordenações Regionais de Ensino e Instituições Educacionais da SEEDF por meio de encontros os quais são oferecidas possibilidades de reflexão referente às temáticas de promoção de qualidade de vida, saúde e bem-estar no trabalho. Os encontros



compreendem momentos que abordam, a partir de uma escuta qualificada, vivências práticas e reflexivas visando a qualidade de vida, bem-estar no trabalho e saúde integral.

Programa de Saúde Mental - (PROSM) - Projeto de Acolhimento em Situação de Crise

O projeto de Acolhimento em Situação de Crise busca intervir em situações de crise nas unidades escolares e regionais de ensino da SEEDF, promovendo ações que auxiliem o servidor no enfrentamento dos eventos traumáticos relacionados às situações de: violência e luto vividas no ambiente escolar, no intuito de amenizar os efeitos negativos dessa experiência, tais como danos psíquicos, objetivando o autoconhecimento e o desenvolvimento de novas habilidades de enfrentamento voltadas para a promoção da cultura de paz, e melhoria da qualidade de vida e bem-estar.

O projeto é dividido em três etapas, a saber: a) visita técnica com a gestão; b) as rodas de conversas (podendo ser mais de um encontro, a depender do impacto da crise) - oferece ações de acolhimento psicológico com o intuito de proporcionar suporte emocional, auxiliando na redução dos impactos dessas vivências e promovendo o bem-estar mental dos servidores; e c) feedback com a equipe gestora.

Em 2024, o Projeto foi realizado nas seguintes Instituições Educacionais:

- Escola Classe 10 de Ceilândia - 20 servidores atendidos;
- CAIC Assis Chateaubriand de Planaltina - 74 servidores atendidos;
- Escola Classe 803 de Recanto das Emas - 50 servidores atendidos;
- CEF 04 do Guará - 50 servidores atendidos;
- CIL 01 de São Sebastião - 11 servidores atendidos;
- Escola Parque da Natureza Núcleo Bandeirantes - 2 servidores atendidos (visita técnica).

Programa Estações: "Março, mês das Mulheres Educadoras - Oficina Dança do Ventre e Inauguração Sala da Mulher"

Inauguração das ações no espaço "Sala da Mulher" com a apresentação de Dança do Ventre (Auditório Neuza França) com o intuito de convidar servidores à participarem das Oficinas de Dança do Ventre com o objetivo de atuar na transformação das emoções da mulher, incutindo em seu ser mais feminilidade, leveza, suavidade e beleza, ao mesmo tempo em que trabalha confiança, e segurança.

Projeto Ativação Corporal

O projeto ativação corporal visa sensibilizar e conscientização sobre a importância e os benefícios de se praticar atividades físicas e meditativas por meio da apresentação dados de adoecimento dos servidores da SEEDF e sensibilização quanto à importância da adesão às ações do Projeto Ativação Corporal para a promoção de saúde integral.

Para tanto, expõe-se sobre a importância da atividade física, controle do estresse e da ergonomia no ambiente de trabalho, proporcionando vivências com exercícios focados na postura, respiração, alongamentos e mobilidade física, subsidiando a promoção da saúde integral por meio de práticas de autocuidado, além de promover momentos de pausa e integração.

Projeto NutriSer – Escola Classe 303 - Samambaia

O NutriSER foi baseado na iniciativa de promoção da saúde, qualidade de vida, higiene do sono e bem-estar no trabalho por meio de adoção de hábitos alimentares saudáveis. Tem como objetivo oferecer reflexões, vivências e escuta qualificada, abordando temas relacionados à alimentação adequada e saudável, com ênfase no autoconhecimento e autopercepção quanto ao comportamento alimentar, de maneira a prevenir doenças relacionadas a um padrão alimentar inadequado. Participaram do projeto 20 (vinte) servidores no período matutino e 14 (catorze) servidores no período vespertino.

Programa Estações: "Março, mês das mulheres educadoras – Palestra: O Poder da decisão - Ativando mulheres"



Palestra realizada com o intuito de reunir mulheres educadoras, celebrar o Dia da Mulher e refletir sobre questões de autoconhecimento, empoderamento feminino e autocuidado. Houve a participação de 31 servidoras.

Programa Holos - Espaço da Mulher - Dança do Ventre, Acupuntura, Auriculoterapia e Reiki

O Programa Holos está fundamentado nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), que são entendidas como formas de cuidado, tendo como objetivo a promoção da saúde, enfatizando a escuta acolhedora, a construção de laços terapêuticos e a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade.

O Programa HOLOS disponibilizou aos servidores da Sede - SEEDF oficinas de Aromaterapia, Auriculoterapia, Reiki e Dança do Ventre, envolvendo a equipe da Ativação Corporal (educadores físicos e fisioterapeutas) com atividades físicas, práticas de alongamento e yoga.

NutriMeta

O Projeto Nutrimeta se propõe a disseminar técnicas de construção de hábitos saudáveis relacionados à alimentação e à prática de atividade física. Coordenado por duas nutricionistas, o projeto tem ainda a participação de dois educadores físicos.

O objetivo do Projeto é realizar encontros quinzenais, em grupo, com apresentação de metas a serem alcançadas em 4 (quatro) meses. A intenção é que os bons hábitos adquiridos façam parte da rotina do servidor para uma melhor qualidade de vida e bem-estar no ambiente de trabalho e fora dele.

O Projeto NutriMeta foi realizado no período de 11/04/2024 a 04/07/2024, totalizando 8 (oito) encontros presenciais, os quais na maioria das vezes realizados quinzenalmente no turno matutino às quintas-feiras, entre 10h e 11h. O projeto contou com uma carga horária total 15 horas, sendo 6 horas de conteúdo teórico, 6 horas destinadas à avaliação antropométrica dos participantes e 3 horas para responder exercícios propostos e consultar leituras e vídeos com conteúdos complementares às teorias trabalhadas. Foram oferecidas 30 vagas, devido ao número máximo de pessoas que a Sala da Mulher comporta com conforto, local onde o projeto foi realizado.

Programa de Educação Financeira - Projeto Ciclo de Conscientização Financeira: CRE Paranoá

Orientar os servidores da SEEDF quanto à importância da educação financeira de forma que a tomada de decisão, nesta área, possa ser consciente e equilibrada, contribuindo para a redução do grau de endividamento dos servidores da SEEDF, dos índices de adoecimento do profissional desta Secretaria e melhoria de sua qualidade de vida e bem-estar.

O objetivo do programa é discutir novas formas de pensar sobre o consumo e dinheiro, a fim de contribuir na organização de vida dos participantes, no tocante às finanças, contribuindo para a promoção da saúde e melhorando a harmonia dos relacionamentos familiares e a qualidade de vida dos servidores da SEEDF.

Ações Desenvolvidas:

- Projeto Formação de Facilitadores: Capacitação de servidores para atuarem como multiplicadores de conhecimento sobre educação financeira.
- Projeto Ciclo de Conscientização Financeira: Realização de atividades e encontros para promover a conscientização financeira entre os servidores.
- Palestra sobre Educação Financeira: Apresentação de temas voltados para a gestão financeira pessoal e coletiva.
- Roda de Conversa sobre Conscientização Financeira: Encontros interativos para discussão e troca de experiências sobre práticas financeiras saudáveis.

Formação de Facilitadores em Conscientização Financeira no Centro de Ensino Fundamental - CEF 03 - Paranoá

O projeto visa identificar e capacitar, por meio de um processo de formação prática, colaboradores que possam integrar a equipe de facilitadores do Programa de Conscientização



Financeira. A formação busca proporcionar o conhecimento necessário para que os participantes se tornem aptos a promover a educação financeira junto aos demais.

Foi realizada capacitação específica para formar facilitadores, preparando-os para atuarem no Programa de Conscientização Financeira, com foco no desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas.

Palestra de Educação Financeira no Centro Interescolar de Línguas - CIL de Sobradinho

Palestras oferecidas à Rede para que seja discutido aspectos da importância da conscientização financeira bem como incentivar a participação nos futuros Ciclos de Conscientização Financeira com o objetivo de orientar os servidores da SEEDF quanto à importância da educação financeira de forma que a tomada de decisão, nesta área, possa ser consciente e equilibrada, bem como divulgar o Projeto Ciclo de Conscientização Financeira.

Projeto Gerenciamento de Estresse para Secretários Escolares - Coordenação Regional de Ensino de Brasília e EC 39 de Ceilândia

O projeto consiste em encontros vivenciais que abordam temas diretamente relacionados ao gerenciamento do estresse, proporcionando aos participantes ferramentas e estratégias para lidar com situações estressantes no ambiente escolar. Com o intuito de proporcionar aos secretários escolares da SEEDF atividades educativas e de conscientização sobre estratégias eficazes para o gerenciamento e controle do estresse. Este projeto tem como base a crescente importância do tema, dado o impacto do estresse excessivo na saúde mental e física, sendo reconhecido como um dos principais desafios de saúde na atualidade.

Durante a implementação do projeto, foram abordados tópicos como psicoeducação sobre o estresse, a influência da alimentação na prevenção e controle do estresse, o impacto da automedicação, a importância da atividade física, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, educação financeira e a construção de um projeto de vida equilibrado.

Programa de Orientação para a Aposentadoria - (POA)

O Programa visa abordar os aspectos psicossociais do processo de aposentadoria, promovendo no indivíduo um processo de reflexão e autoconhecimento. O objetivo é facilitar a transição para a aposentadoria, estimulando o despertar para novas áreas de interesse e aprendizado que auxiliem nesse momento da vida, além de incentivar a descoberta de novas potencialidades e prevenir possíveis conflitos.

O objetivo desse programa é oferecer informações e orientações sobre os aspectos psicossociais da aposentadoria, promovendo a reflexão e o autoconhecimento, com o intuito de facilitar a transição para essa fase da vida. O programa busca despertar o interesse por novas áreas de conhecimento que apoiarão o servidor nesse processo, além de incentivar a busca por novas habilidades, prevenindo conflitos e promovendo uma melhor qualidade de vida.

O programa foi estruturado em encontros dialógicos e interativos, abordando temas psicossociais relacionados à aposentadoria, como aspectos previdenciários, educação financeira, a importância da atividade física para a qualidade de vida, cuidados com a saúde de homens e mulheres, alimentação e nutrição no envelhecimento saudável, oportunidades após a aposentadoria e elaboração de um projeto de vida.

Programa Estações - Ação Maio - Especial das Mães - Bate Papo com Mães Atípicas

Refletir sobre as transformações geradas pela maternidade e a experiência das mães de filhos com deficiência ou condições específicas (como PCDs, síndromes, doenças raras), explorando como esse processo impacta a saúde mental, emocional e física das mulheres.

O Programa Estações visa promover o autocuidado dos servidores por meio de campanhas nacionais sobre diversas temáticas de saúde ao longo do ano. A ação teve como foco a troca de experiências e a valorização das servidoras que são mães de crianças com necessidades especiais, oferecendo um espaço de acolhimento e reflexão.

Programa Estações: Vacine-se!



Em virtude das mudanças climáticas características do mês de Junho, bem como o consequente aumento dos casos de gripe, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e com o apoio da Secretaria de Estado de Saúde realizou dentro do Programa Estações, a ação Vacine-se! com vacinação facilitada contra Covid-19 e Influenza.

O Programa Estações: Vacine-se! possui como foco garantir o processo de imunização facilitada aos servidores da Sede da SEEDF, bem como a conscientização sobre a importância de adesão aos calendários de vacinação.

Ações Desenvolvidas: A ação de imunização para os servidores lotados na Sede foi realizada no Edifício Venâncio 3.000 - Shopping ID, 2º andar, Sala da Mulher, com a estimativa de atendimento de 377 profissionais.

Programa de Acolhimento Psicológico Individual (PAPSI), integrante do programa de saúde mental no trabalho (PROSM)

O Programa de Acolhimento Psicológico Individual (PAPSI) visa atender à necessidade de cuidados em saúde mental para os profissionais da educação do Distrito Federal, com foco na prevenção do sofrimento emocional. Por meio da escuta psicológica individual, o programa busca apoiar os educadores no desempenho de suas funções, reconhecendo a importância de sua saúde mental para a qualidade do ensino. A implementação do PAPSI é especialmente relevante para os professores, uma vez que o sofrimento mental impacta diretamente sua capacidade de ensinar com eficácia e de oferecer o suporte necessário aos estudantes.

O objetivo geral do PAPSI é promover a valorização, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos profissionais da educação, por meio da escuta psicológica individual, no âmbito da SEEDF. Os objetivos específicos incluem: acolher, orientar ou encaminhar os servidores aos serviços públicos de saúde mental do Distrito Federal ou às entidades conveniadas com a SEEDF, além de prevenir ou minimizar o sofrimento emocional dos servidores, de forma psicoeducativa, sem caráter psicoterapêutico.

Ações Desenvolvidas:

- Acolhimento: Realização de escuta psicológica individual para promover o autocuidado e o apoio emocional dos profissionais da educação frente ao sofrimento psíquico.
- Orientação: Orientação psicológica e sugestões de encaminhamentos, conforme as necessidades e demandas apresentadas pelo servidor.
- Encaminhamento: Encaminhamento dos servidores aos serviços públicos de saúde mental do Governo do Distrito Federal ou a entidades conveniadas, conforme o caso.

Programa de Prevenção à Dependência Química (PRODEQ), parte integrante do Programa de Saúde Mental no Trabalho - (PROSM)

O PRODEQ tem como foco oferecer apoio em saúde mental aos profissionais da educação do Distrito Federal, com ênfase na prevenção do sofrimento psicológico decorrente do uso de álcool e outras substâncias, por meio de acolhimento especializado individualizado.

Os objetivos do programa são: planejar, coordenar e executar atividades preventivas aos profissionais da educação acometidos por problemas relacionados ao uso de álcool e de outras drogas, na perspectiva de promoção à saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho, no âmbito da SEEDF.

A realização desse programa conta com a parceria da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - Programa de Atenção ao Dependente Químico (SUBSAUDE/PADQ), conforme o Decreto n.º 41.747, de 28 de janeiro de 2021 e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD).

Projeto Acolhimento em Situação de Crise do Programa de Saúde Mental - (PROSM)

O Projeto Acolhimento em Situação de Crise é estruturado em três etapas: visita técnica com a gestão, realização de rodas de conversa e feedback com a equipe gestora. Implementado conforme a demanda das Coordenações Regionais de Ensino ou das Instituições Educacionais, o projeto visa promover uma cultura de paz na Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF). Por meio de vivências e técnicas como gerenciamento do estresse e



ansiedade, mindfulness, treinamento de habilidades sociais e comunicação assertiva, escrita terapêutica e escuta especializada, busca-se prevenir e superar crises de maneira construtiva e pacífica. A proposta baseia-se em valores de tolerância, solidariedade e utiliza o diálogo, a negociação e a mediação como pilares para enfrentar os conflitos, reconhecendo que, embora as crises sejam inevitáveis, a abordagem para enfrentá-las pode ser transformada em uma oportunidade de aprendizagem e resolução saudável.

O projeto visa intervir nas situações de crise enfrentadas por servidores e pela comunidade escolar, auxiliando no enfrentamento de eventos traumáticos, como violência e luto, experienciados no ambiente escolar. Seu objetivo é mitigar os impactos negativos desses acontecimentos, como os danos psíquicos, promovendo o autoconhecimento e o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento. A ação busca fomentar uma cultura de paz, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos envolvidos, além de incentivar práticas que favoreçam a resolução pacífica dos conflitos.

Foram realizados encontros de acolhimento em situação de crise nas seguintes unidades escolares: CEF 04 do Guará: (50 servidores presentes na ação), CEF 418 de Santa Maria (48 servidores), CEF Bosque de São Sebastião (2 servidores), EC 05 de Planaltina (30 servidores), EC 07 de Planaltina (32 servidores) e Centro Educacional Stella dos Cherubins Guimarães Tróis de Planaltina (29 servidores), CEM Elefante Branco do Plano Piloto (60 servidores), Unigep de São Sebastião (13 servidores), CEF 407 de Samambaia (26 servidores), EC 16 de Planaltina (2 servidores), EC Rua do Mato de Sobradinho (15 servidores).

Palestras de prevenção ao adoecimento e promoção a saúde mental - Programa de Saúde Mental - (PROSM)

Essas ações têm como objetivo divulgar as iniciativas voltadas ao cuidado dos servidores da SEEDF, como o Acolhimento Psicológico Individual (PAPSI) e o Programa de Prevenção à Dependência Química (PRODEQ), além de promover a conscientização sobre a importância da saúde mental e comportamental. Durante as palestras, são abordados temas como autopercepção, as relações interpessoais no ambiente de trabalho e os cuidados essenciais para a manutenção do bem-estar psíquico dos servidores.

A meta é oferecer aos servidores da SEEDF, tanto efetivos quanto temporários, a oportunidade de participar de palestras e encontros voltados à promoção da qualidade de vida no trabalho, saúde e bem-estar. O programa visa a prevenção ao adoecimento mental e o fortalecimento da saúde emocional, por meio de ações conduzidas por psicólogos e, quando necessário, por outros profissionais da saúde. Resultados Alcançados: No total foram atendidos 230 servidores nas palestras do PROSM durante todo o ano (CIL 01 de Samambaia - 25 servidores atendidos; EC 431 de Samambaia - 38 servidores atendidos; EC Vila Nova - São Sebastião - 47 servidores atendidos)

Projeto Gerenciamento de Estresse para Professores da Escola Classe 21 da Ceilândia

O projeto visa apoiar os servidores na identificação, prevenção e gestão do estresse, fornecendo ferramentas para o reconhecimento de suas causas e etapas, e promovendo estratégias eficazes para lidar com essa condição, além de incentivar práticas de autocuidado relacionadas à saúde mental.

O objetivo desse trabalho é auxiliar os servidores a identificar e compreender o estresse, reconhecendo suas causas e fases, e orientá-los na adoção de estratégias para seu gerenciamento. O programa também busca promover o autocuidado, estimulando o bem-estar físico e emocional, além de proporcionar o intercâmbio de conhecimentos sobre estresse e métodos para sua gestão, integrando perspectivas de diferentes áreas.

O projeto iniciou-se em junho do corrente ano, com encontros realizados em dois turnos. Durante esses encontros, os participantes foram envolvidos em atividades de psicoeducação sobre o estresse, desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a importância da atividade física na prevenção do estresse, e discussões sobre educação financeira e construção de projetos de vida.



Projeto Ciclo de Qualidade de Vida no Trabalho, Bem-Estar e Saúde Integral

O projeto visa proporcionar aos servidores da SEEDF encontros vivenciais com atividades práticas que abordam temas essenciais sobre Qualidade de Vida no Trabalho e Saúde Integral. O objetivo é sensibilizar os participantes para a importância de mudanças comportamentais que podem ter um impacto positivo na saúde mental e no bem-estar geral, incentivando uma abordagem mais holística e preventiva.

Ofereceu-se aos servidores lotados nas Coordenações Regionais de Ensino e Instituições Educacionais experiências de reflexão e escuta qualificada, abordando questões relevantes para a promoção da qualidade de vida, do bem-estar no ambiente de trabalho e da saúde integral. O projeto busca incentivar a problematização e reflexão sobre temas que favoreçam a adoção de hábitos saudáveis e a melhoria contínua da saúde emocional e física.

O projeto foi realizado sob demanda, com implementação nas seguintes instituições: Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas (31 servidores atendidos); CEF 404 de Samambaia (30 servidores atendidos); CED 16 de Ceilândia (40 servidores atendidos); CEF Doutora Zilda Arns; (28 servidores atendidos); Escola Classe 108 sul (16 servidores atendidos).

Projeto ativação corporal

O Projeto de Ativação Corporal visa promover a saúde integral e o bem-estar dos servidores por meio de atividades físicas que incentivam um estilo de vida saudável. As práticas, incluem exercícios focados na prevenção de doenças osteomusculares e transtornos emocionais, contribuindo para a adoção de hábitos mais saudáveis, tanto no contexto profissional quanto pessoal.

O propósito foi oferecer aos servidores sessões de ativação corporal, com ênfase em alongamento, respiração, meditação, mobilidade articular e correção postural. O intuito é melhorar o bem-estar físico e emocional dos participantes, incentivando a prática regular de exercícios e promovendo uma postura mais saudável no ambiente de trabalho.

Ações Desenvolvidas:

- Sensibilização: Conscientização dos servidores sobre a importância de hábitos saudáveis e da adoção de um estilo de vida mais ativo.
- Pausas para o bem-estar: Implementação de momentos de descanso e integração, promovendo a prática de atividades físicas e meditativas durante o expediente.
- Orientações Posturais: Ensino de técnicas de correção postural, visando reduzir o impacto negativo de posturas inadequadas no desempenho laboral e na saúde física dos servidores.
- Integração e Estímulo: Promoção de atividades que estimulem a prática contínua de exercícios físicos e momentos de relaxamento, com foco no equilíbrio entre saúde mental e física.

Programa Estações - Setembro Amarelo: Divulgação do Protocolo de Posvenção do Suicídio

Alinhado à campanha Setembro Amarelo, iniciada em 2014 pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM), que visa conscientizar sobre os transtornos mentais e a prevenção do suicídio, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reforça seu compromisso com a promoção da saúde mental e a implementação de práticas de apoio aos servidores da rede pública de ensino. O programa busca fortalecer as iniciativas de prevenção e posvenção, criando um ambiente mais sensível e preparado para lidar com questões emocionais e psicológicas no contexto escolar.

O projeto visa capacitar e orientar os servidores da SEEDF sobre a posvenção do suicídio, destacando-a como uma estratégia essencial para a prevenção do suicídio. O objetivo é promover uma conscientização abrangente sobre o tema, incentivando a adoção de práticas eficazes e humanizadas no ambiente de trabalho, que contribuam para o acolhimento de indivíduos em risco e a promoção de um ambiente emocionalmente saudável.



Foi realizado um evento conjunto com a Central de Informações Toxicológicas e Atendimento Psicossocial (CEITAP) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192). Durante o evento, foram apresentados o Protocolo de Posvenção do Suicídio, a Cartilha de Prevenção do Suicídio e o Guia de Primeiros Cuidados Psicológicos, com o intuito de capacitar os servidores sobre como agir de forma responsável e eficaz diante de situações de risco, promovendo uma abordagem sensível e qualificada em momentos críticos.

Programa Estações - Feira de Saúde - Mês do Servidor, Outubro Rosa e Novembro Azul

Sensibilizar os servidores para a importância do cuidado com a saúde física e mental, por meio da divulgação de campanhas nacionais de conscientização ao longo do ano, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, e do reconhecimento da importância do Mês do Servidor Público. Essas datas celebram a união de esforços em prol da prevenção do câncer de mama e do câncer de próstata, além de promover o bem-estar dos profissionais da educação, ressaltando que ações de promoção da saúde no ambiente de trabalho são fundamentais para garantir uma vida mais saudável, produtiva e com melhor qualidade de vida.

O evento teve como objetivo central promover a valorização dos servidores da SEEDF, destacando a importância da saúde integral e mental no cotidiano do trabalho. Com uma programação diversificada e inclusiva, a Feira de Saúde visou sensibilizar os participantes sobre a importância de adotar comportamentos saudáveis e realizar a prevenção de doenças. Com estandes e atividades interativas, os servidores puderam acessar informações sobre cuidados com a saúde, experimentar práticas de bem-estar e discutir questões relacionadas à saúde física e emocional.

Ações Desenvolvidas: A 1ª Feira de Saúde para Servidores da SEEDF foi realizada nos dias 06 e 07 de novembro de 2024, nos auditórios 1 e 2 da sede da SEEDF, e contou com uma série de atividades e palestras com foco no autocuidado e na promoção da saúde. A programação incluiu:

- Orientações sobre exames preventivos e cuidados médicos.
- Aula de Pilates com aparelhos, promovendo a mobilidade e a saúde corporal.
- Bate-papo sobre Saúde Integral da Mulher: Compartilhando saberes e experiências sobre a saúde física e emocional da mulher.
- Aula de Zumba: Movimento e alegria, incentivando a prática de atividades físicas.
- Bate-papo sobre Masculinidade: Reflexão sobre a saúde mental e emocional dos homens no contexto social e no ambiente de trabalho.
- Yoga do Guerreiro: Aula de yoga para fortalecimento físico e mental, com foco no empoderamento masculino.
- Bem-Vindos à Jornada: Diálogos para Novos Servidores: Orientações e troca de experiências para promover a integração e o bem-estar dos novos servidores.
- Descomplicando Finanças: Primeiros Passos para Mudança de Comportamentos: Palestra sobre saúde financeira e como os hábitos financeiros impactam o bem-estar geral.
- Pratique Movimento: Atividades práticas que estimulam a integração do corpo e da mente no ambiente de trabalho.
- Diálogos Abertos: Experiências de PCDs e Servidores Readaptados: Compartilhamento de vivências para promover a inclusão e o bem-estar de servidores com deficiência e readaptados.
- Bate-papo sobre Saúde Pélvica: Palestra com especialista fisioterapeuta sobre cuidados com a saúde pélvica, promovendo mais qualidade de vida para homens e mulheres.

Programa HOLOS

O Programa HOLOS visa promover a saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho, integrando práticas complementares e integrativas em saúde (PICS) para os servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Por meio de terapias como Reflexologia Podal, Auriculoterapia, Aromaterapia, Uso de Óleos Essenciais e Medicina



Tradicional Chinesa (MTC), o programa proporciona aos servidores um apoio para a promoção da saúde e prevenção de doenças, além de promover o equilíbrio físico, mental e emocional.

O Programa tem como objetivo oferecer aos servidores da SEEDF, de forma gratuita, o acesso a práticas de saúde integrativas e complementares, além de atividades físicas e socioculturais, com foco na promoção de qualidade de vida, saúde e bem-estar no ambiente de trabalho. Essas atividades são oferecidas por meio do voluntariado, tanto pelos próprios servidores da instituição quanto em parcerias institucionais, com a intenção de prevenir o adoecimento e proporcionar um espaço de cuidado integral e colaborativo.

Foram desenvolvidas uma variedade de ações/atividades voltadas ao bem-estar, incluindo oficinas de Aromaterapia, Auriculoterapia, Reiki, Medicina Tradicional Chinesa (MTC) e Dança do Ventre. A equipe de Ativação Corporal, composta por educadores físicos e fisioterapeutas, também promoveu sessões de alongamento e yoga, focadas na melhoria da saúde física e na redução do estresse. As atividades foram conduzidas por servidores voluntários da própria SEEDF, além de parcerias com instituições externas, proporcionando um ambiente de cuidado integral e apoio à saúde no local de trabalho.

Semana do Bem-Estar 2024

A Semana do Bem-Estar 2024 foi uma iniciativa focada em promover momentos de pausa, relaxamento e alívio para os servidores da SEEDF. Por meio de uma parceria estratégica, foi criado um espaço acolhedor, equipado com aparelhos de massagem para o alívio de tensões e redução de dores, proporcionando alívio físico e mental. A ação teve como objetivo ajudar os servidores a recuperarem sua energia, favorecendo o bem-estar e a saúde no ambiente de trabalho.

O objetivo do trabalho é oferecer aos servidores da SEEDF um tempo de descanso e relaxamento, proporcionando massagens terapêuticas com aparelhos especializados, que atuam em áreas específicas do corpo, como lombar, pescoço, panturrilhas, pernas e articulações. O intuito é reduzir a tensão muscular e promover o equilíbrio físico e mental no contexto de trabalho.

Durante a Semana do Bem-Estar, foi montado um espaço dedicado ao relaxamento, com a disponibilização de aparelhos de massagem para os servidores da SEEDF. O objetivo era garantir uma pausa revigorante e promover o alívio das tensões corporais, criando um ambiente que favorecesse o descanso e a recuperação física dos participantes.

Workshop "O Poder da Comunicação Não Verbal: Como Transmitir Confiança e Credibilidade em Apresentações" na Semana do Bem-Estar.

O propósito do projeto é proporcionar um espaço de aprendizado e troca de experiências sobre como aprimorar a comunicação não verbal, promovendo maior autoconhecimento quanto aos posicionamentos e posturas no contexto profissional, com o objetivo de transmitir mais confiança e assertividade durante interações e apresentações.

O workshop abordou a importância da comunicação não verbal na criação de apresentações impactantes, destacando como gestos, expressões faciais e postura podem transmitir confiança, credibilidade e fortalecer a mensagem. Através dessa abordagem, os participantes aprenderam a utilizar suas próprias expressões corporais para melhorar a eficácia e a percepção de suas apresentações no ambiente de trabalho.

O workshop contou com uma palestra interativa, na qual os participantes receberam dicas práticas sobre como aprimorar sua comunicação não verbal, além de realizar exercícios de autopercepção e feedbacks sobre postura, gestos e expressões faciais no ambiente de trabalho.

A SEEDF destaca que, ao longo de 2024, as ações, projetos e programas voltados à promoção da saúde e bem-estar no ambiente de trabalho, bem como à prevenção do adoecimento, impactaram positivamente uma média de 6.947 servidores.



Quadro 27 - Resumo das Atividades - Atenção à Saúde e Qualidade de Vida

Ação, Projeto ou Programa	Participantes 2024
Programa Estações: "Janeiro Branco", Março Mês das Mulheres Educadoras	2840 visualizações
Programa Estações: "Março, Mês das Mulheres Educadoras - Apresentação Dança do Ventre e Sala da Mulher"	33
Programa Estações - Ação Maio - Especial das Mães - Bate Papo com Mães Atípicas	22
Programa Estações: Vacine-Se!	377
Programa Estações - Setembro Amarelo: Divulgação do Protocolo de Posvenção do Suicídio	165
Feira de Saúde: Dia do Servidor, Outubro Rosa, Novembro Azul	261
Acolhimento Psicológico Individual - Sala da Mulher	4
Palestras de Prevenção ao Adoecimento e Promoção a Saúde Mental - Programa de Saúde Mental - (PROSM)	230
Projeto Ciclo de Qualidade de Vida no Trabalho, Bem-Estar e Saúde Integral	265
Projeto de Acolhimento em Situação de Crise - Programa de Saúde Mental - (PROSM)	552
Projeto Ativação Corporal nas Salas de Trabalho	673
Projeto Ativação Corporal - SUGEP - Espaço da Mulher	335
Projeto Ativação Corporal - Ações Externas Pontuais - Agosto e Outubro	717
Projeto NUTRISER	34
Programa Holos - Espaço da Mulher	149
NutriMeta	28
Gerenciamento de Estresse	38
Ciclo e Conscientização Financeira - Programa de Educação Financeira	116
Formação de Facilitadores em Conscientização Financeira no Centro de Ensino Fundamental	2
Palestra de Educação Financeira no Centro Interescolar de Línguas	30
Programa de Orientação Para a Aposentadoria - POA	71
Palestra "O Poder da Comunicação Não Verbal: Como Transmitir Confiança e Credibilidade em Apresentações" Na Semana do Bem-Estar	69
Semana do Bem Estar 2024	982
Programa de Acolhimento Psicológico Individual - (PAPSI)	47
Programa de Prevenção à Dependência Química - (PRODEQ)	8
Programa de Prevenção à Dependência Química - (PRODEQ) - 1 Ciclo de Prevenção	79
Lançamentos de Readaptações e Restrições de Funções Temporárias no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (Sigrh), Publicações de Readaptações no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF	1.152
Atendimento aos Servidores Readaptados e Servidores com Deficiência	480

Fonte: SEEDF/SUGEP, 2024.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal cumpriu o conjunto das ações propostas no Programa 6221 – EducaDF do Plano Plurianual 2024 - 2027, bem como, os demais Programas complementares, em 2024.

Na Educação Infantil, enfatiza-se o encerramento do ano com 50.019 crianças na pré-escola e de 23.431 em creches das instituições parceiras, dos Centros de Educação da Primeira Infância da SEEDF e das participantes do Programa de Benefício Educacional-Social (PBES) - Cartão Creche, representando um crescimento no atendimento das creches 15,4% nas matrículas, em face de 2023, cujo quantitativo de matrículas era de 20.305 em creches. Para este público foi dada continuidade às ações realizadas por meio de programas e projetos pautados no entendimento da criança como "sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva" (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), bem como, nos eixos estruturantes das interações e das brincadeira, assegurando aos estudantes desta etapa os direitos de



aprendizagem e desenvolvimento a que fazem jus, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular.

Com relação ao Ensino Fundamental, os esforços foram centrados no acompanhamento sistemático dos processos de ensino e aprendizagem, em especial no que se refere à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, com vistas à redução da incompatibilidade idade/ano e à permanência com sucesso escolar, cumprindo o disposto na Meta 2, Estratégia 2.2 do Plano Distrital de Educação, de “implementar políticas públicas para a correção da distorção idade/série nos anos iniciais e finais do ensino fundamental” e do Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022, que instituiu a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. No caso da reconstrução das suas trajetórias escolares, destaca-se a execução do Programa SuperAção, instituído por meio da Portaria nº 133/2023-CEDF, de 15 de fevereiro de 2023, tem por objetivo assegurar o atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental em situação de incompatibilidade idade/ano e reconstruir suas trajetórias escolares, levando-os ao fluxo escolar adequado com sucesso. Em 2024, foram formadas 26 turmas específicas do Programa SuperAção, sendo 2 turmas de 2º ciclo e 24 turmas de 3º ciclo, em 17 unidades escolares de 7 Coordenações Regionais de Ensino.

No Ensino Médio, deu-se foco a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) com adesão de todas as instituições educacionais que ofertam a modalidade. Ainda, ressalta-se o Programa Ensino Médio Mais, instituído pela Portaria nº 653, de 11 de julho de 2024, que visa fomentar a construção de propostas de Ensino Médio com foco na melhoria da qualidade de ensino, priorizando apoio técnico e financeiro às escolas que ofertam Ensino Médio noturno presencial. Projetos e ações desenvolvidos, bem como, as parcerias firmadas abrangeram a maioria das instituições educacionais que ofertam o Ensino Médio, corroborando com a efetivação das aprendizagens essenciais das diversas áreas do conhecimento que compõem a Formação Geral Básica, e, também, com as relacionadas à política, à cidadania participativa, ao empreendedorismo.

Dentro da Educação Profissional a série “VI Diálogos da Educação Profissional e Tecnológica” gerou resultados significativos para o fortalecimento das práticas de educação empreendedora e para a preparação dos participantes frente aos desafios do mercado de trabalho. Bem como, a realização de parcerias estratégicas que fortaleceram a integração entre Educação Básica e Educação Profissional, ampliando o acesso às oportunidades formativas. Destacando que, em 2024, foram oferecidas aproximadamente 6.250 vagas por semestre para o ingresso nos cursos de EPT.

Quanto ao atendimento educacional na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi dada continuidade aos esforços para cumprimento da Estratégia 9.26 do Plano Distrital de Educação 2015 - 2024 de “realizar chamadas públicas contínuas para a matrícula a qualquer tempo na educação de jovens, adultos [...] promovendo-se a busca ativa com agentes colaboradores em parceria com organizações da sociedade civil”. Nesse sentido, foi elaborada e executada a campanha publicitária “#volteaestudar” por meio da produção de materiais para a divulgação das matrículas a qualquer tempo. A referida iniciativa resultou na impressão de 1.000 cartazes e 50.000 folders, configurando uma poderosa ferramenta para a busca ativa contínua da EJA em todo o Distrito Federal. Observou-se a superação, de aproximadamente 4%, no atingimento da meta do indicador (IN10623 – PPA 2024-2027) acerca do quantitativo de matrículas realizadas na EJA na rede pública de ensino do Distrito Federal na qual a meta estabelecida estimava 48.000 matrículas e finalizou-se o ano com 49.911 matrículas realizadas.

Políticas, programas, projetos e ações essenciais foram desenvolvidos para fomentar e desenvolver aspectos do conhecimento e da formação integral, tais como: o letramento científico e tecnológico; o despertar do interesse e o aprofundamento em áreas específicas como a matemática; o esclarecimento para a vida política e cidadã; a saúde física; a efetiva participação da família na vida escolar de seus filhos; o diálogo respeitoso; a alteridade; o empreendedorismo; a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade; a igualdade de gênero; a divulgação e o fomento para o exercício de direitos; a alteridade; a cultura de paz,



entre muitos outros, alcançando profissionais da educação e estudantes em todas as distintas etapas e modalidades que compõem a rede de escolas públicas.

Para garantir o pleno acesso à educação formal, com êxito, a SEEDF cuidou dos distintos aspectos que viabilizam a permanência e a continuidade dos estudos, como a oferta de transporte e alimentação escolar, a construção, ampliação e reforma de prédios escolares, consultas oftalmológicas, palestras sobre saúde visual e óculos, material escolar e uniformes, para todos os estudantes que necessitaram e buscaram esses suportes. Evidencia-se que em 2024, o programa Educador Social Voluntário realizou o atendimento para 51.171 estudantes, sendo 31.141 estudantes distribuídos em 200 escolas da educação básica e 20.030 estudantes com deficiência matriculados na Rede Pública.

Destaca-se o fomento à agricultura familiar local e da RIDE, no ano de 2024, garantido com a aquisição de frutas, vegetais, hortaliças, produtos lácteos, e alimentos não perecíveis oriundos de contratos com organizações rurais familiares. Além disso, é imperioso destacar que no exercício de 2024 foi mantida a aquisição de gêneros alimentícios orgânicos provenientes de agricultores familiares do Distrito Federal para atendimento das instituições educacionais. Também, importante ressaltar que esta SEEDF efetuou estudos técnicos para a aquisição de gêneros alimentícios para compor os cardápios do ano letivo de 2024 e 2025, com a inserção de novos gêneros alimentícios para manter a oferta de uma alimentação escolar de qualidade, saborosa e saudável.

Outra realização importante da SEEDF foram as distintas ações realizadas com vistas ao bem-estar, à qualidade de vida e à saúde no trabalho, para os profissionais da educação, envolvendo: mapeamento da realidade vivida pelos servidores em suas unidades setoriais; informação, esclarecimento e conscientização sobre bem-estar, qualidade de vida e saúde mental relacionadas ao trabalho; escuta, acolhimento, partilha de experiências, reflexão e integração dos servidores, inclusive para o enfrentamento de eventos traumáticos vividos no ambiente escolar; entre muitas outras iniciativas.

No que tange o campo da modernização e gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, o ano de 2024 foi marcado por significativos avanços na implementação do EducaDF Digital, com resultados promissores evidenciados pelos dados de eficiência das escolas. Das 90 unidades escolares analisadas, 26 já apresentam uma eficiência superior a 90% no fechamento de diários, nos prazos previstos, demonstrando o potencial do sistema quando plenamente adotado. Apesar desses sucessos, reconhecemos que ainda há desafios a serem superados. Algumas escolas apresentam taxas de fechamento de diários abaixo de 50%, indicando a necessidade de atenção especial e suporte direcionado.

Os desafios identificados estão sendo abordados de forma proativa, com estratégias personalizadas para cada regional de ensino, considerando suas particularidades e necessidades específicas. Visando dar continuidade ao desenvolvimento, e contemplar as diferentes etapas de adaptação e maturação até o alcance do pleno potencial do sistema, para o ano de 2025 está previsto a implantação ou desenvolvimento dos módulos e funcionalidades: Alimentação, Módulo Estudante, Cultura de Paz, Escrituração das Ofertas: CIL, Educação Especial, CID, EJA, Educação Profissional, Suporte/FAQ, Transporte Escolar, Uniforme escolar, Intranet, dentre outros módulos e funcionalidades que estão em fase de levantamento de requisito com as áreas responsáveis.

Diante do exposto, evidencia-se a grandeza dos serviços prestados à comunidade do Distrito Federal pela SEEDF, em 2024, seja em números, seja no aprimoramento dos fundamentos, processos e resultados de suas ações, ou ainda, na coerência entre sua missão e suas ações.



18203 - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A criação da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF, em julho de 2021, decorre de uma série de compromissos legais assumidos pelo Distrito Federal ainda na década de 1990 quanto à oferta de ensino superior público distrital.

A despeito de ser prevista na LODF como obrigação do poder público local, a institucionalização da oferta de educação superior pública distrital é marcada por uma série de discontinuidades, de modo que as atividades da primeira instituição de ensino superior - IES pública do Distrito Federal só tiveram início em 2001, com a criação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, nos termos da Lei nº 2.676, de 12 de janeiro de 2001, como entidade mantenedora da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS.

Além da ESCS, vale ressaltar, outras propostas de desenvolvimento da educação superior pública no Distrito Federal foram idealizadas ainda nos anos 2000. Inspiradas pela interação entre ensino, serviço e comunidade preconizada pela primeira IES distrital e por seu modelo educacional inovador, o Distrito Federal viu nascerem novas iniciativas de promoção desse nível de ensino, inclusive duas delas voltadas especificamente à criação de instituições universitárias: no começo da década, foi promulgada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF a Lei nº 2.919, de 16 de março de 2002, prevendo novo mecanismo autorizativo para a criação da UnAB/DF; e em 2008 intentou-se a implantação da Universidade Regional de Brasília e Entorno - URBE, tendo sido definida uma comissão própria para elaboração de seu modelo institucional (cf. Decreto nº 29.414, de 20 de agosto de 2008). Além dessas propostas, o Poder Executivo também chegou a criar a Faculdade de Educação do Distrito Federal - FEDF, por meio do Decreto nº 32.712, de 30 de dezembro de 2010, instituição voltada à formação para o magistério da educação básica.

Apesar desse esforço, o fato é que as proposições não chegaram a alcançar estágio de implantação, e a almejada expansão da educação superior pública distrital para áreas além das Ciências da Saúde só passou a ter novas perspectivas concretas anos mais tarde, em 2013, com a criação da FUNAB novamente autorizada por lei (Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013, que autoriza a criação da FUNAB, e revoga as Leis nº 403/1992 e nº 2.919/2002). Instituída como mantenedora da educação superior do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, a FUNAB teve sua atuação pautada pela finalidade institucional de ministrar educação superior, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária (art. 2º da Lei nº 5.141/2013), devendo suas atividades ocorrerem sem prejuízo das competências da FEPECS (art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 5.141/2013). Responsável pela manutenção, planejamento, coordenação e supervisionamento das atividades de educação superior pública no Distrito Federal, com papel ativo na promoção de unidades e cursos de educação nesse nível de ensino, a FUNAB atuou, em diferentes momentos, para robustecer o sistema de educação superior público local, propondo a criação de IES sob sua manutenção. As Escolas Superiores de Magistério - ESM, vinculada à Secretaria de Estado de Educação - SEEDF; de Gestão - ESG, vinculada à Secretaria de Economia do Distrito Federal - SEEC; e de Polícia Civil - ESPC, vinculada à Polícia Civil do Distrito Federal, são frutos desse direcionamento estratégico, consubstanciando a formação de uma rede de ensino superior público distrital que veio a alicerçar a criação da UnDF.

A UnDF, efetivamente instituída pelo Decreto nº 42.333, de 26 de julho de 2021, denominada "Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes" (art. 1º, parágrafo único, desse mesmo ato), tem por "finalidade ministrar educação superior pública distrital [...], desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária [...]" (art. 2º, caput, da Lei Complementar nº 987/2021), com



autonomia pedagógica, didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (cf. art 1º, § 1º), sendo estes fundamentos centrais das instituições universitárias, de acordo com o definido pela Constituição Federal em seu Art. 207.

O escopo das competências definidas para a UnDF, necessariamente sobrepostas àquelas definidas para a FUNAB, implicou a extinção da Fundação mantenedora criada em 2013, com a determinação de que deveriam ser “[...] transferidos à UnDF as competências, direitos e obrigações estabelecidas em leis gerais ou específicas, atos administrativos, contratos, convênios, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres relativos à FUNAB” (cf. art. 15, § 1º). Além disso, a ESCS passou a integrar a Universidade do Distrito Federal (cf. art. 15, § 3º), assegurando-se, nesse processo, a continuidade de todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão desde o momento da integração, bem como a utilização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, a UnDF tem suas competências definidas nos termos do art. 2º, incisos I a IX, da Lei Complementar nº 987/2021:

- I – Elaborar e executar a política de educação superior pública distrital;
- II – Manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior;
- III – Promover a implantação de unidades e cursos de educação superior pública;
- IV – Expedir normas para o desempenho de suas competências;
- V – Elaborar sua proposta orçamentária e administrar suas receitas e despesas;
- VI – Firmar convênios, termos de cooperação técnica, contratos e parcerias, especialmente com a administração pública distrital, voltados à realização dos seus objetivos, na forma da lei;
- VII – Colaborar na elaboração, planejamento e avaliação das políticas de desenvolvimento regionais, inclusive com a prestação de serviços de consultoria, assessoria e correlatos;
- VIII – Cooperar e fomentar parcerias e intercâmbios com universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e internacionais, visando garantir qualidade científica, educacional e tecnológica às ações da UnDF;
- IX – Elaborar e implementar programa de assistência estudantil, para coibir a evasão de estudantes em contexto de vulnerabilidade social, observado o disposto na legislação específica.

Além da referida Lei Complementar e do Decreto editado em conformidade a essa, a atuação da instituição também é regrada nos termos de seu Estatuto e Regimento Interno, dados, respectivamente, pela Resolução nº 03, de 12 de maio de 2022, e pela Portaria nº 04, de 22 de junho de 2022, sendo as normas que, em suma, regulamentam os aspectos comuns do funcionamento e da organização dos órgãos que compõem a UnDF.

Robustecendo a política de educação superior pública distrital protagonizada pela UnDF, outras duas normativas referentes aos pilares estratégicos de atuação da recém-criada Universidade foram editadas, ainda em 2021, são elas: a aprovação da Lei nº 6.969, de 08 de novembro de 2021, que cria a Carreira Magistério Superior do Distrito Federal e a Emenda à Lei Orgânica nº 123 de 2021, que garante recursos à Universidade via Fundo Universidade do Distrito Federal - FunDF.

Ciente de sua obrigatoriedade e empenhada em constituir o corpo docente e discente da Universidade, a UnDF atuou, em 2023, na investidura dos primeiros 80 (oitenta) docentes da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal, formalizada nos atos de nomeação do dia 31 de maio de 2023 (DODF nº 103, de 01/06/2023) e de 16 de agosto de 2023 (DODF nº 156, de 17/08/2023), compondo seu corpo docente, o qual é nesta data constituído por 69 docentes concursados e empossados da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal, para o efetivo início das atividades acadêmicas da Universidade em 31 de julho de 2023, oportunidade na qual também instituiu a composição de seu corpo discente.

Já neste ano, a UnDF realizou nova abertura do 2º semestre letivo de 2024, momento significativo para a ampliação da oferta de cursos em educação superior pública na UnDF,



refletindo o compromisso institucional com a democratização do ensino e o fortalecimento da formação acadêmica. Com a implementação de 14 (quatorze) novos cursos de graduação, nos diferentes campi da UnDF, alinhados às demandas e às necessidades regionais, a Universidade reforça seu papel estratégico no desenvolvimento social, econômico, tecnológico e cultural do DF e RIDE. Essa expansão busca não apenas atender a uma maior diversidade de interesses e vocações, mas também promover a inclusão, acessibilidade e a formação de profissionais qualificados que contribuam para o progresso sustentável e equitativo da sociedade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	8	85	93
Comissionados sem vínculo efetivo	28	0	0	0	28
Requisitados de órgãos do GDF	50	0	0	0	50
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	18	0	18
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	78	0	26	85	189
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	78	0	26	85	189

Informações obtidas pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP/UAG, por consulta ativa ao Extrator de Relatório do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) em 16/01/2025.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	150000,0	792740,0	792740,00	187660,99
0022 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP - UNDF-DISTRITO FEDERAL	150000,0	792740,0	792740,00	187660,99
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	10000,0	10000,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0137 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	35000,0	35000,00	0	0
0119 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-UNDF-DISTRITO FEDERAL	35000,0	35000,00	0	0
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10000,0	10000,00	5609,15	5609,15
0094 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-UNDF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	5609,15	5609,15
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	205000,00	847740,00	798349,15	193270,14

Programação Orçamentária Realizada

No âmbito do Programa de Operações Especiais, as ações orçamentárias que apresentaram execução foram: **9033** - Formação do Patrimônio do Servidor Público e **9093** - Outros ressarcimentos, indenizações e restituições, relativas ao recolhimento à Receita Federal do Brasil, da Contribuição Social para o PASEP, conforme dispõe o art. 2, inciso III, da Lei nº 9.715/1998 e cumprimento de decisão judicial, respectivamente.

Programação Orçamentária não Executada

Considerando que a UnDF é uma instituição recente e que a maior parte de seu quadro de pessoal ainda está em estágio probatório, atualmente não há demanda de conversão de licença prêmio em pecúnia.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	15000,0	12510,00	0	0
0087 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	15000,0	12510,00	0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	15000,00	12510,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

O programa não contou com execução orçamentária na Ação **2426** - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família. A contratação de mão de obra prisional dirigida aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, ainda em fase de estudos técnicos, conforme processo SEI 00056-00003962/2024-51.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1000,0	1000,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0043 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	320000,0	210800,0	196561,27	84991,64
0029 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DF ENTORNO	320000,0	210800,0	196561,27	84991,64
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	510000,0	878000,0	650781,02	525350,33
0119 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	510000,0	878000,0	650781,02	525350,33
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	410000,0	410000,0	165555,0	165555,0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	410000,0	410000,0	165555,0	165555,0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	280000,0	0,0	0	0
0061 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	280000,0	0,0	0	0
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	400000,0	53000,0	0	0
0005 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	400000,0	53000,0	0	0
2175 - FOMENTO À PESQUISA	500000,0	0,0	0	0
0003 - FOMENTO À PESQUISA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	350000,0	0,0	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO-UNDF-DISTRITO FEDERAL	350000,0	0,0	0	0
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	400000,0	0,0	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	400000,0	0,0	0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	500000,0	0,0	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	250000,0	200000,0	200000,0	0
0186 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	250000,0	200000,0	200000,0	0
3982 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR	40000,0	0,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0011 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR- UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL - UNDF- DISTRITO FEDERAL	40000,0	0,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	35000,0	43300,0	43275,0	43275,0
0011 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	35000,0	43300,0	43275,0	43275,0
4063 - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	630000,0	630000,00	531793,63	522524,28
0002 - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - DISTRITO FEDERAL	630000,0	630000,00	531793,63	522524,28
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	25000,0	85000,0	48614,0	48614,0
0094 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-UNDF- DISTRITO FEDERAL	25000,0	85000,0	48614,0	48614,0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	15000,0	15000,0	0	0
0019 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-UNDF- DISTRITO FEDERAL	15000,0	15000,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	80000,0	40000,0	0	0
0193 - APOIO A EVENTOS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	80000,0	40000,0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	350000,0	190,0	0	0
0093 - APOIO A PROJETOS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	350000,0	190,0	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	200000,0	200000,00	936,0	936,0
0003 - TRANSPORTE DE ALUNOS - DISTRITO FEDERAL	200000,0	100000,00	0	0
0006 - TRANSPORTE DE ALUNOS-CONCESSÃO DE TRANSPORTE AOS ALUNOS DA UNDF- PLANO PILOTO	0	100000,0	936,0	936,0
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	300000,0	0,0	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS-UNDF- DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE- COLABORADOR	150000,0	40000,0	0	0
0003 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE- COLABORADOR - DISTRITO FEDERAL	150000,0	40000,0	0	0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	400000,0	250000,0	142800,0	142800,0
0003 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	400000,0	250000,0	142800,0	142800,0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	400000,0	0,0	0	0
0015 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO- UNDF-DISTRITO FEDERAL	400000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	250000,0	40000,0	0	0
0003 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA-UNDF-DISTRITO FEDERAL	250000,0	40000,0	0	0
9131 - AUXÍLIO ESTUDANTIL	369242,0	1172002,00	1083003,74	1083003,74
0002 - AUXÍLIO ESTUDANTIL - DISTRITO FEDERAL	369242,0	772002,00	683003,74	683003,74
0003 - AUXÍLIO ESTUDANTIL-CONCESSÃO DE AUXÍLIO ESTUDANTIL DA UNDF- PLANO PILOTO	0	400000,0	400000,0	400000,0
TOTAL - 6221 - EDUCADF	7165242,00	4268292,00	3063319,66	2617049,99

Programação Orçamentária Realizada

Relativo ao Programa 6221 - EducaDF, das 10 (dez) ações orçamentárias que tiveram recursos empenhados, 8 (oito) contaram com recursos liquidados, quais sejam:

As Ações **1471** - Modernização de Sistema de Informação e **2557** - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação são destinadas para gastos com Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, visando garantir a identificação objetiva, clara e transparente dessas despesas.

Em 2024, foram realizados os seguintes investimentos na área de TIC: o contrato para o fornecimento de sistemas acadêmicos e de gestão com licenciamento e com os serviços de instalação, consultoria, implantação, treinamento e manutenção por 24 meses, a serem executados de forma contínua no âmbito da UnDF; o contrato de cessão de uso (licenciamento perpétuo, definitivo) de software personalizado utilizado no gerenciamento de bibliotecas vinculadas à UnDF; a realização de parceria com a Rede Metropolitana Comunitária de Educação e Pesquisa (Redecomep-DF GigaCandanga), que oferece uma infraestrutura de rede sólida e confiável com conexões de internet de alta velocidade, com a instalação de fibra óptica nos campi Norte e Riacho Fundo, o que possibilitou o acesso ao Sistema Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RPN; contrato para o fornecimento de licença de uso de plataforma de biblioteca virtual - Minha Biblioteca, e, por fim, a formalização de contrato para o fornecimento de licença de uso de assinaturas de base de dados de periódicos científicos e de evidências, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, englobando concessão de licença temporária para acesso e consulta à plataforma "EBSCO", a ser utilizado na Biblioteca Central e nas Bibliotecas das Escolas Superiores vinculadas à Universidade.

O contrato para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, com expertise na modelagem de espaços educacionais inovadores, sustentáveis e acessíveis, destinados à oferta de educação superior pública no campus Norte da UnDFe a aquisição de armário de aço, tipo guarda volumes Locker (2 a 16 portas), foram executados na Ação **1813** - Implantação de Unidade de Ensino.

A Ação **3983** - Contratação de Consultorias e Auditorias se deu por meio de contrato de consultoria para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Matemática, bem como revisão de material didático-pedagógico, suporte e acompanhamento da implantação do referido curso de graduação.

A Ação **4063** - Manutenção de Ensino Superior foi utilizada para o pagamento de diárias para a participação no 71º Fórum Nacional de Reitoras e Reitores da ABRUEM; participação no V Seminário Internacional CAFTe - Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias em Educação e do XV Encontro Internacional de Formação de Professores e Estágio Curricular Supervisionado - EIFORPECS e no XIX Encontro da Associação Brasileira de Literatura Comparada - ABRALIC, ainda, para algumas aquisições, como: cartucho de toner, conector, pen drive, bateria tipo alcalina, cabo UTP; apoio ergonômico para teclado; material elétrico e eletrônico; diversos materiais de consumo); 52 kits de conjuntos de robótica com microprocessador Raspberry PI 4 Modelo B 4GB RAM DD R4 Quad Core 1.5GHZ 64BIT Cortex-



A72 (Arm V8); copos e xícaras; copos descartáveis, jarra para água e suco, pratos plásticos; colher para sopa, garfo de mesa, leiteira, garrafa térmica; cadeira para professor e estudante; entre outros insumos importantes para o funcionamento da Unidade de Ensino Superior.

A Ação **4088** - Capacitação de Servidores teve recursos destinados ao apoio à participação de servidores no 8º Congresso Brasileiro Elo Consultoria de Licitações e Contratos.

A Ação **9060** - Concessão de bolsas de iniciação científica custeia o pagamento de bolsas aos alunos contemplados pela Seleção de Projetos de Pesquisa para o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC) e o Programa Institucional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIDTI), regido pelo Edital nº 01/2024 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, alicerçado pela política de fomento ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas da UnDF.

As despesas com o pagamento dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil - PAE (Permanência, Saúde Mental, Transporte e Creche) aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, que trata a Resolução nº 02 de 17 de março de 2023, são realizadas na Ação **9131** - Auxílio estudantil.

As ações que não apresentaram liquidação foram as **3678** - Realização de eventos e **4976** - Transporte de alunos, devido à formalização dos contratos administrativos para organização de eventos e serviços correlatos, relativos às Atas de Registro de Preços 0248 e 0249/2024 - SEEC/DF, ficarem para o exercício 2025, além da rescisão contratual com empresa responsável pelo serviço de transporte terrestre, destinado a atender às atividades práticas de campo (visitas técnicas, visitas a cenários de aprendizagem, visitas institucionais) da Universidade.

Programação Orçamentária não Executada

Quanto às ações de projeto, como a **3982** - Construção de Unidade Escolar e **1968** - Elaboração de Projetos, estão sendo realizados estudos com vistas a apresentação de solução de imóvel destinado a abrigar novo campus da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF). As demais ações, como 2579, 2083, 2175, 2554, 2618, 2921, 4089, 4090, 4091, 5928, 9038, 9083, 9108, estão vinculadas ao processo gradual de implantação da universidade e de ampliação da oferta de ensino superior.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10638 - INGRESSOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	UNIDADE		01/01/2001	Anual	510,00	728,00		X		X		X	UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Justificativa: 2024 - O índice alcançado corresponde ao somatório dos ingressos em 2024 nos Cursos de Graduação dos seguintes Campus: Lago Norte: 492 egressos nos cursos de letras português, letras inglês, pedagogia, matemática, engenharia de software, gestão ambiental, atuação cênica, dança, serviço social e outros); ESG: 76 egressos nos cursos de Gestão de TI e Gestão Pública e ESCS: 160 egressos nos cursos de medicina e enfermagem. O índice de novos ingressantes nos cursos da Universidade do Distrito Federal (UnDF) teve um crescimento expressivo em 2024, fruto do processo de integração da Escola Superior de Saúde (ESCS) à UnDF, conforme estabelecido pela Lei Complementar n.º 987, de 26/07/2021, o que resultou em uma ampliação significativa da nossa comunidade acadêmica.													
10640 - CONCLUINTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	UNIDADE		01/01/2001	Anual	155,00	202,00		X		X		X	UNDF
Justificativa: 2024 - O índice alcançado corresponde ao somatório dos estudantes que concluíram a Graduação em 2024, nos seguintes Campus: ESG: 46 concluintes e ESCS: 156 concluintes. O índice de concluintes nos cursos da Universidade do Distrito Federal (UnDF) apresentou um aumento em 2024. Tal crescimento é resultado da integração da Escola Superior de Saúde (ESCS) à UnDF, o que ampliou consideravelmente a nossa comunidade acadêmica.													
10642 - TAXA DE EVASÃO UNIVERSITÁRIA	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	30,00	9,07		X		X		X	UNDF
Justificativa: 2024 - O índice alcançado refere-se ao percentual de estudantes evadidos em 2024, no Campus Lago Norte. O referido percentual da Taxa de Evasão Universitária não inclui os valores de 2025, pois o período de renovação de matrículas será de 15 a 31/01/2025.													
10677 - ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE DE DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA DA UNDF	PERCENTUAL		01/01/2001	Semestral	85,00	46,00		X		X		X	UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES - UNDF
Justificativa: 2024 - A Resolutividade é um indicador que reflete a percepção do cidadão sobre a solução oferecida às suas demandas. Ele é mensurado a partir da avaliação feita pelo próprio demandante, que, após receber resposta, classifica o protocolo como "resolvido" ou "não resolvido". Essa classificação se aplica a registros de denúncias, reclamações e reclamações de serviços. É importante ressaltar que o indicador de Resolutividade é dinâmico e pode ser alterado, à medida que os cidadãos revisem suas avaliações conforme a experiência. Assim, frisa-se que índice de resolutividade de 46% no ano de 2024 representa uma melhora em relação ao ano de 2023, quando o índice estava em 42%. Cabe destacar, ainda, que houve uma melhora no índice de satisfação com o serviço de Ouvidoria 79% no ano de 2024, se comparado ao mesmo índice analisado em 2023 quando o índice era de 71%. Diante disso, acrescentamos que a Ouvidoria da UNDF tem como objetivo a melhoria contínua dos indicadores, buscando garantir um atendimento que, de fato, atenda às necessidades dos cidadãos. Isso implica oferecer um serviço mais completo e eficaz, que leve em consideração não apenas o registro da demanda, mas também sua eficácia resolutiva, promovendo, assim, maior satisfação e confiança por parte da comunidade atendida.													



8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

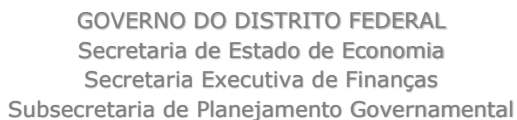
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	940000,0	40000,0	0	0
0006 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL	40000,0	40000,0	0	0
5440 - PROMOVER A MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO CAMPUS NORTE DA UnDF	900000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5765962,0	16299862,00	14991928,81	14928956,44
0120 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-UNDF-DISTRITO FEDERAL	5765962,0	16299862,00	14991928,81	14928956,44
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	307031,0	816831,00	746251,54	746251,54
0103 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-UNDF-DISTRITO FEDERAL	307031,0	816831,00	746251,54	746251,54
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	365000,0	1216000,00	864193,01	808512,02
0176 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-UNDF-DISTRITO FEDERAL	365000,0	1216000,00	864193,01	808512,02
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	120000,0	160000,00	90000,00	81711,20
0045 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - UNDF-DISTRITO FEDERAL	120000,0	160000,00	90000,00	81711,20
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	7497993,00	18532693,00	16692373,36	16565431,20

Programação Orçamentária Realizada

Dentre os programas decorrentes do Plano Plurianual 2020-2024 (Lei n.º 7.378/2023), o Programa Educação - Gestão e Manutenção (8221) se destaca por apresentar, proporcionalmente, maior valor de empenho e liquidação, possuindo apenas uma Ação sem execução orçamentária e financeira. Considerando a ampliação do quadro de pessoal da UnDF, em face a realização de concurso público para professor e tutor de Educação Superior (Edital nº 01/2022 – UNDF/REIT) e nomeações realizadas em 2023 e 2024, as Ações **8502** - Administração de Pessoal e **8504** - Concessão de Benefícios a Servidores apresentaram empenho e liquidação superiores em comparação aos registrados no exercício anterior.

Em função da atual fase de implantação da UnDF, as publicações oficiais são imprescindíveis à institucionalização da universidade, como as despesas dos serviços junto ao Diário Oficial do Distrito Federal, que são executadas na Ação **8505** - Publicidade e Propaganda.

Quanto à Ação **8517** - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais foi possível observar um aumento de recursos empenhados para manutenção da edificação do Campus Norte, unidade educacional da UnDF onde são ofertadas, diuturnamente, os 14 (quatorze) cursos de graduação em funcionamento na instituição (vide Contratos de fornecimento de energia, de serviços públicos de abastecimento de água, recepção e tratamento do esgoto, bem como para a aquisição de materiais necessários às dinâmicas de trabalho e a plena oferta das ações



Programação Orçamentária não Executada

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Novos cursos

QUADRO DE CURSOS PARA 2024					
CURSO	TURNO	LOCAL	TIPOS DE GRADUAÇÃO	PERÍODO DE DURAÇÃO MÍNIMA DO CURSO (EM SEMESTRES)	VAGAS
Psicologia	MATUTINO	CAMPUS NORTE	Graduado em Psicologia	06	40
Relações Internacionais			Graduado em Relações Internacionais	06	40
Licenciatura - Português			Licenciatura em Português	06	40
Engenharia de Software			Bacharelado em Engenharia de Software	06	40
Sistemas de Informação			Bacharelado em Sistemas de Informação	06	40
Gestão Ambiental	TARDE	CAMPUS NORTE	Graduado em Gestão Ambiental	06	40
Licenciatura - Inglês			Licenciatura em Inglês	06	40
Arquitetura e Urbanismo			Graduado em Arquitetura e Urbanismo	06	40
Design			Graduado em Design	06	40
Produção Cultural			Graduado em Produção Cultural	06	40
Licenciatura - Português	NOTURNO	CAMPUS NORTE	Licenciatura em Português	06	40
Marketing Social			Bacharelado em Marketing Social	06	40
Química de Alimentos			Bacharelado em Química de Alimentos	06	40
Gestão Pública			Graduado em Gestão Pública	06	40
Sistemas de Tecnologia da Informação			Graduado em Sistemas de Tecnologia da Informação	06	40
TOTAL DE VAGAS					620

Ensino, Pesquisa e Extensão

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade
937



R\$ 700. Já o segundo edital, oferece 4 bolsas no valor de R\$ 1.100 a professores da educação básica da rede pública de ensino do DF, que atuarão como supervisores.

Ainda no campo da pesquisa, foi lançado Edital para seleção de projetos para o Programas Institucionais de Iniciação Científica (PIC) e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIDTI), a fim de fomentar o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa no que se refere à formação de estudantes da graduação da UnDF e do Ensino Médio do Distrito Federal. Foram ofertadas 30 bolsas de iniciação científica, no valor de R\$ 700.00 mensais.

Com as atividades de extensão, a população do DF se integrou à vida universitária por meio de mais de 30 formações gratuitas. As ações desenvolvidas pelo corpo docente da UnDF, englobam projetos, cursos, serviços, oficinas, programas e eventos, abrangendo diversas áreas como educação, meio ambiente, tecnologia e produção, saúde, cultura, comunicação, trabalho e direitos humanos e justiça nas áreas de educação, meio ambiente, tecnologia, entre outras.



Novas parcerias

Em 2024, foram estabelecidas novas parcerias institucionais voltadas para ações conjuntas de pesquisa, ensino e extensão.

Destaca-se a adesão da UnDF ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente, que fortalece o compromisso em promover uma cultura de sustentabilidade em toda a universidade. Essa adesão envolve toda comunidade acadêmica em práticas que conciliam responsabilidade ambiental, eficiência na gestão e desenvolvimento institucional. Além disso, a UnDF aderiu ao Sistema Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RPN, o que proporciona acesso a uma rede de alta velocidade, suporte a projetos de pesquisa colaborativa, recursos educacionais e ferramentas tecnológicas. A participação também permite acesso a eventos e treinamentos, além de possibilitar o envolvimento em iniciativas que promovem a inovação e o avanço científico e educacional.

É importante destacar também, os Acordos de Cooperação Técnica, firmados com o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF e com o Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP).

O Acordo com o IPEDF, visa fomentar o desenvolvimento de ações estratégicas de caráter formativo para a comunidade acadêmica da Universidade. O incentivo suscitará ideias em dois eixos: apoio interinstitucional para atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; disponibilização, acesso e promoção dos espaços e serviços no Distrito Federal e RIDE-DF nos quais o IPEDF Codeplan e a UnDF atuem. E com o Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), será possível promover pesquisas científicas qualificadas, registrar diplomas de graduação do ISCP na UnDF, criar intercâmbios acadêmicos entre o corpo docente, discente e gestores das instituições e desenvolver cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, entre outras ações acadêmicas.



ESCS/UnDF

A Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs), vinculada à Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes (UnDF), divulgou edital de seleção para o preenchimento de 160 vagas nos cursos de Enfermagem e Medicina. O curso de Enfermagem é oferecido na unidade da UnDF/Escs de Samambaia, em período integral e tem duração de quatro anos. Já a graduação em Medicina é realizada no edifício da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), na Asa Norte, também em período integral e tem duração de seis anos.

Ainda, ações conjuntas para fortalecer a integração entre a UnDF e a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) evoluíram, destacando-se o apoio financeiro para o projeto de Laboratório de Simulação Realística da ESCS, estimado em cerca de R\$ 1,7 milhão, proveniente do Fundo da Universidade do Distrito Federal (FunDF), em fase de licitação.

Assistência Estudantil

Com o compromisso de assegurar a permanência dos estudantes, a Política de Assistência Estudantil (PAE), criada pela Resolução nº 02, de 17 de março de 2023, aumentou o número de vagas oferecidas para 333, conforme o Edital nº 02/2024 - UnDF/REIT. Essa ampliação inclui os auxílios permanência, transporte, creche e saúde mental, este último implementado neste ano.

Infraestrutura do campus

Com o aumento da comunidade acadêmica, o Campus Norte passou por diversas melhorias ao longo do ano. Entre as principais ações realizadas, destacam-se a adequação da sala especial para os cursos de dança/produção cultural, a disponibilização de notebooks nos laboratórios de informática; a implementação do projeto de acessibilidade, que inclui a instalação de piso tátil, totens com mapas da edificação e placas de identificação das salas, além da ampliação do acervo da Biblioteca Central, com a aquisição de livros, mapas, audiovisuais, cd-roms, livros em braille e ampliados para usuários cegos e com baixa visão.





Planejamento e regulamentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão

Em 2024, a UnDF empenhou diversos esforços na atuação coordenada e coletiva da instituição, desenvolvendo soluções colaborativas e conduzindo iniciativas interdisciplinares, por meio da participação ativa de docentes, discentes, técnicos e gestores. Neste escopo, foram elaborados, atualizados e revisados diversos documentos institucionais que subsidiam e orientam a atuação da Universidade, garantindo o alinhamento de suas práticas às diretrizes legais e normativas aplicáveis, tal como: o Guia do Estudante 2024; o Caderno Orientador da Avaliação para as Aprendizagens; o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

Para além de normativas regulamentadoras para atuação docente na UnDF como: a Instrução n.º 07 de 23/02/24, que dispõe sobre a atuação dos servidores da Carreira de Magistério Superior do DF, no âmbito da UnDF; a Instrução nº 03 de 03/01/24, que regulamenta a forma de distribuição de carga horária docente nos cursos no âmbito da UnDF; a Instrução nº 02 de 29/01/24, dispõe sobre o desempenho docente para avaliação do Estágio Probatório de tutores ou professores da carreira magistério; e a Instrução Normativa nº 06 de 20/02/2024 que dispõe sobre a atuação acadêmica dos Coordenadores Setoriais de Curso da UnDF.



Balanço 2024

A abertura do 2º semestre letivo de 2024 marca um momento significativo para a ampliação da oferta de cursos em educação superior pública na UnDF, refletindo o compromisso institucional com a democratização do ensino e o fortalecimento da formação acadêmica. Com a implementação de 14 (Quatorze) novos cursos de graduação, alinhados às demandas e às necessidades regionais, a Universidade reforça seu papel estratégico no desenvolvimento social, econômico, tecnológico e cultural do DF e RIDE. Essa expansão busca não apenas atender a uma maior diversidade de interesses e vocações, mas também promover a inclusão, acessibilidade e a formação de profissionais qualificados que contribuam para o progresso sustentável e equitativo da sociedade.





4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A criação da UnDF (Lei Complementar nº 987/2021 e Decreto nº 42.333/2021) e da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal (Lei nº 6.969, de 08 de novembro de 2021), aliada à definição do Fundo da Universidade do Distrito Federal - FunDF (Emenda à Lei Orgânica nº 123, de 17 de novembro de 2021, e Decreto nº 42.987, de 07 de fevereiro de 2022) constituem os principais marcos de institucionalização da política de educação superior público distrital.

Tais marcos regulatórios representam o motor propulsor das ações ensejadas pela Universidade no ano de 2024, possibilitando, no 2º semestre do ano, a abertura de novas 620 (seiscentas e vinte) vagas de educação superior pública nos campi da Universidade, com a expansão e qualificação da carta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

Em continuidade a abertura do primeiro semestre de 2023, alicerçada pela homologação do concurso de professores e tutores e a nomeação de mais de 123 (cento e vinte e três) docentes para atuação na UnDF ao longo de 2024, a Universidade avança para sua materialização mais clara com a investitura desses primeiros profissionais da instituição, compondo o corpo docente da instituição.

A exemplo do exercício de 2023, neste exercício, algumas iniciativas que vinham sendo executadas desde a materialização do normativo que criou a Universidade passaram a ter menor ênfase destacada ou mesmo foram descontinuadas, seja por realocação de esforços decorrentes de decisão de gestão, seja pela conclusão de todas as atividades relacionadas a um projeto. Noutra frente, novas ações identificadas como relevantes tendo em vista as necessidades de subsídio contínuo e gradual do escopo de oferta de cursos da UnDF, tais como as benfeitorias no campus Norte, a aquisição de materiais e serviços necessários ao funcionamento específico de cada curso de graduação, a participação dos docentes e discentes em eventos, fóruns, dentre outras ações que somente foram possíveis serem identificadas e empenhadas com a vivência de pleno e efetivo funcionamento da Universidade na prática diária. Tais ações levaram à reorganização do modelo de gestão interna, admitido como mais flexível em endereçar as urgências necessárias à manutenção da comunidade acadêmica, urgências estas advindas tanto da necessidade de inaugurar novas frentes de trabalho, como também de esmiuçar ações que já vinham sendo encampadas, mas apenas de forma mais generalista. É possível afirmar, portanto, que no decorrer do exercício de 2024, as realizações da UnDF ganharam consistência gradual.

A plena operacionalização da instituição e a notável expansão de sua oferta de ensino superior denotam marcos significativos nesse percurso. Diversas ações que ganharam forma durante a interação da UnDF com sua comunidade acadêmica contribuíram para uma maior organicidade, transcendendo a simples execução de sua finalidade principal – a oferta de ensino superior. Essa integração, além de aprimorar o funcionamento interno, proporcionou a expansão de programas e projetos, cujo alcance se estendeu à comunidade em geral, e não só ao corpo docente e discente da instituição. Elementos fundamentais da política de educação superior pública distrital, como a efetiva implementação de ações afirmativas, o fortalecimento do auxílio estudantil e a promoção de abordagens pedagógicas inovadoras, finalmente se consolidaram, sendo esses feitos reflexos não apenas do cumprimento de metas institucionais, mas também da concretização de compromissos com uma educação superior de qualidade e acessível a todos. Entretanto, não se pode ignorar as complexidades enfrentadas ao longo desse percurso. A sobreposição de agendas da gestão universitária com as demandas da comunidade acadêmica, em um primeiro momento de convivência institucional, gerou desafios que demandaram habilidade na conciliação de interesses. Isso resultou, por exemplo, em impasses na normatização de atividades docentes e na institucionalização de órgãos colegiados universitários. Além disso, a nomeação de novos servidores do magistério superior do Distrito Federal não atendeu à escala desejada pela



gestão universitária, levantando preocupações sobre a possível carência de docentes em semestres futuros. A chegada de novos membros à comunidade acadêmica também trouxe consigo um aumento significativo no escopo de ações administrativas, procedimentais e rotineiras. Unidades administrativas, inicialmente voltadas para o planejamento e concepção de atividades, viram-se sobrecarregadas pela necessidade de executar procedimentos mais operacionais.

Este cenário gerou encargos e evidenciou a necessidade de estratégias mais eficientes e abrangentes de gerenciamento de processos, com suas inerentes ações de transferência de conhecimento. As dificuldades não se limitaram apenas à gestão interna: a execução dos programas em 2024 foi impactada por novos interesses e necessidades acadêmicas e administrativas que surgiram com a entrada efetiva da comunidade acadêmica. Esse fenômeno demandou uma flexibilidade notável no planejamento, levando a uma readequação constante das estratégias e ações previamente delineadas, o que nem sempre é trivial dentro de uma instituição que opera com relativa autonomia orçamentária - haja vista a necessidade de articular demandas dessa natureza com outros órgãos da administração pública distrital. Olhando para o horizonte de 2025, as perspectivas são marcadas por um otimismo cauteloso. A consolidação gradual da UnDF, aliada à estabilização de rotinas internas, é vista como uma condição essencial para a expansão contínua das atividades. O objetivo é não apenas aumentar a oferta de educação superior, tanto em termos de vagas quanto de cursos de graduação, mas também consolidar a presença da UnDF como um pilar essencial na política de educação superior distrital e nas estratégias mais amplas de desenvolvimento institucional. A abordagem estratégica para o próximo ano inclui a resolução da defasagem de servidores dedicados a atividades administrativas mais processuais, com a possibilidade de criação de carreira técnico-administrativa própria da UnDF, de modo a possibilitar a ampliação da oferta multiespacial e multicampi da UnDF. O robustecimento da equipe técnico-administrativa da UnDF, para além dos cargos da estrutura administrativa da UnDF, podem permitir o melhor desempenho das funções estratégicas-gerenciais, alinhadas com os objetivos institucionais de longo prazo da UnDF. A configuração dos órgãos colegiados da UnDF e o processo eleitoral para eleição do(a) primeiro(a) reitor(a) e vice-reitor(a), também se destacam como uma meta crucial, visando uma participação mais ativa e central desses na administração universitária, juntamente com a Reitoria, Pró-Reitorias e Centros Interdisciplinares. Em última análise, o caminho traçado em 2024 sinaliza a consolidação de uma política de educação superior, em que pese recente, estruturada e em plena ampliação. O fortalecimento da UnDF não é apenas quantitativo, mas também qualitativo, refletindo uma instituição que está aprendendo a se adaptar e a crescer em harmonia com sua comunidade acadêmica e os desafios únicos que essa integração traz.



18903 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 2024, segundo dados do Censo Escolar do Distrito Federal, a SEEDF possuía 834 unidades escolares organizadas em 14 Coordenações Regionais de Ensino e 455.419 estudantes matriculados nas distintas etapas e modalidades da Educação Básica. Parte integrante da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, é responsável pelas políticas públicas educacionais e pela direção superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, tendo por missão proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e a permanência com êxito de todos os estudantes, no decorrer do percurso escolar.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) passou por uma série de alterações em sua estrutura administrativa ao longo de 2024. Essas alterações foram implementadas por meio de diversos decretos publicados durante o ano. Segue alguns decretos que promoveram essas mudanças: 45.505, de 20/02; 45.549, de 04/03; 45.663, de 03/04; 45.768, de 07/05; 45.940, de 24/06; 45.977, de 02/07; 46.092, de 02/08; 46.348, de 03/10; 46.490, de 04/11; 46.653, de 18/12 e outros.

As competências das unidades organizacionais e as atribuições dos titulares dos cargos e funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno da SEEDF, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, cabe destacar que o mesmo se encontra em fase de atualização, a ser publicada em 2024. Consoante com o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da SEEDF, esta tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - educação básica: etapas e modalidades;

II - educação superior;

III - apoio ao estudante;

IV - formação e capacitação dos servidores.

O mesmo Regimento Interno (Art. 2º) atribui à SEEDF as seguintes competências:

I - propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;

II - cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da Educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;

III - regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;

IV - realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos, e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;

V - propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;

VI - manter, coordenar e supervisionar as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;

VII - criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

VIII - ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;

IX - implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;

XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;

XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;

XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;

XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;

XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;

XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal; e

XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2.308	3.004	6.109	22.707	34.128
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	19.495	19.495
Requisitados de órgãos do GDF	66	0	0	0	66
Requisitados de órgãos fora do GDF	11	0	19	0	30
Estagiários	1	0	16	31	48
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2.386	3.004	6.144	42.233	53.767
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	357	259	616
Total Geral	2.386	3.004	5.787	41.974	53.151



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	147324521,0	192584921,00	171602087,64	168024266,39
0002 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	147324521,0	192584921,00	171602087,64	168024266,39
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	86525501,0	119288683,00	118986138,56	118640287,62
3115 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	86525501,0	119288683,00	118986138,56	118640287,62
TOTAL - 6221 - EDUCADF	233850022,00	311873604,00	290588226,20	286664554,01

Programação Orçamentária Realizada

- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) apresenta, as ações pedagógicas, os resultados alcançados e as iniciativas implementadas ao longo do ano letivo de 2024, buscando assegurar a integração e a eficácia das políticas públicas educacionais na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Em consonância com as diretrizes, destacam-se os esforços envidados para a melhoria das práticas pedagógicas, a ampliação do acesso e a promoção de equidade na oferta educacional, além de abordar os desafios enfrentados e as estratégias empregadas para superar esses desafios.

- Programa SuperAção

O Programa SuperAção, instituído por meio da Portaria nº 133/2023-CEDF, de 15 de fevereiro de 2023, tem por objetivo assegurar o atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental em situação de incompatibilidade idade/ano e reconstruir suas trajetórias escolares, levando-os ao fluxo escolar adequado com sucesso. Em 2024, foram formadas 26 turmas específicas do Programa SuperAção, sendo 2 turmas de 2º ciclo e 24 turmas de 3º ciclo, em 17 unidades escolares de 7 Coordenações Regionais de Ensino.

A implementação do Programa SuperAção conta com a colaboração do Fundo das Nações Unidas para a Infância - (Unicef), por meio das Trajetórias de Sucesso Escolar - (TSE), e com o convênio com a Organização da Sociedade Civil Comunidade Educativa - (Cedac).

Foram realizadas, por meio de palestras e realização de Webinários, ações formativas para professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, em atendimento às demandas das Coordenações Regionais de Ensino.

O Programa SuperAção foi apresentado no Seminário Nacional Trajetórias de Sucesso Escolar - (TSE), realizado pelo Unicef, no dia 4 de junho de 2024, em São Paulo, que teve como objetivo discutir os desafios e apresentar boas práticas para o enfrentamento do fracasso escolar nas redes públicas de ensino.

O evento contou com a presença de estudantes, educadores e gestores das 7 unidades federativas que fazem parte da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar - (TSE) - Acre,



Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Sergipe – além do MEC, Undime Nacional e estaduais, Consed e outras organizações parceiras.

O Projeto Se Liga na Escola - SuperAção 2024, em parceria com o Sebrae-DF, foi destinado aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e professores do Programa SuperAção, com a participação de 20 equipes formadas por 4 estudantes e 1 professor do Programa SuperAção, totalizando 80 estudantes e 20 professores, com o objetivo de proporcionar uma experiência inspiradora com foco no protagonismo e motivação dos estudantes, bem como na valorização dos professores, com vistas à superação dos desafios enfrentados na trajetória escolar e da vida.

- Programa Escolas das Adolescências

O Programa Escola das Adolescências, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), é uma estratégia que visa melhorar a qualidade da oferta dos Anos Finais do Ensino Fundamental, considerando as singularidades dos jovens dessa etapa, com foco no apoio às transições escolares e nas formas de reorganizar os tempos e os espaços para instituir um currículo intencional, que promova a expansão e a articulação de diferentes experiências formativas voltadas para os letramentos e para a autonomia intelectual dos estudantes. O programa se divide em três eixos estratégicos: governança, desenvolvimento profissional e organização curricular e pedagógica. Em 2024, foi feita a adesão ao PDDE Escola das Adolescências, que disponibiliza assistência técnica e financeira do Ministério da Educação para redes de ensino e unidades escolares, a fim de apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes dos Anos Finais, por meio de auxílio destinado aos custos de capital e gastos de custeio.

- Planejamento Educacional em Rede - (PLANER)

O Projeto Planejamento Educacional em Rede - (Planer), iniciado no ano letivo de 2023, visa orientar e acompanhar, junto às Unidades Regionais de Educação Básica (Uniebs), as políticas, os programas, os projetos e as ações referentes ao Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal, bem como orientar e acompanhar, em âmbito central, os Coordenadores Intermediários com função de Apoio (CIAs) e os Coordenadores Intermediários - (CIs), quanto ao atendimento pedagógico a essa etapa da Educação Básica. O projeto pressupõe momento para organização do trabalho pedagógico nas suas mais variadas esferas, contemplando importantes temáticas, das quais se destaca: perfil das unidades escolares do Ensino Fundamental, ações realizadas pelas Uniebs, situação das aprendizagens dos estudantes, acompanhamento da frequência, busca ativa, organização curricular, alfabetização, letramento matemático, Programa Educação com Movimento, Programa Superação e programas e projetos realizados nas unidades escolares que ofertam o Ensino Fundamental.

- Implementação do Novo Ensino Médio - Caderno Orientador - Avaliação para as Aprendizagens

No Distrito Federal, o NEM teve início em 2020 por meio de escolas-pilotos e foi instituído em todas as escolas a partir de 2022, de forma progressiva. Em 2024, todas as unidades escolares do Ensino Médio aderiram ao NEM.

Com o intuito de subsidiar e orientar os procedimentos pedagógicos inerentes à implementação do Novo Ensino Médio na rede pública de ensino do Distrito Federal, foi elaborado o caderno orientador. Neste ano, procederam-se estudos, escutas com a comunidade escolar e reescrita do referido documento. No ano letivo de 2024, foram implementadas, nos processos avaliativos nas unidades escolares e no Sistema EducaDF Digital, as alterações promovidas na atualização. o https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Caderno-Orientador-Avaliacao-para-as-Aprendizagens_16dez24.pdf.



Figura 1 - Avaliação para as aprendizagens



Fonte: SEEDF/SUBEB, disponível na íntegra em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Caderno-Orientador-Avaliacao-para-as-Aprendizagens_16dez24.pdf.

Figura 2 - Novo Ensino Médio - Formação



Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

- Implementação da Política Nacional do Ensino Médio - (PNAEM)

No sentido de subsidiar a implementação do Ensino Médio no DF, foi elaborado um guia, detalhando a sua estrutura curricular e organização. Destinado aos Coordenadores Intermediários, o guia tem como objetivo apoiar a formação mínima dos professores temporários alocados nessa etapa. O documento descreve os eixos estruturantes do Novo Ensino Médio e destaca a importância do Projeto de Vida nesse novo modelo. Além disso, o guia apresenta as Unidades Curriculares Eletivas e as Trilhas de Aprendizagem, que proporcionam flexibilidade e aprofundamento em temas específicos.

- Ciclo de Acompanhamento Pedagógico

O Ciclo de Acompanhamento Pedagógico é uma ação pedagógica que consiste na realização de encontros com as 14 Coordenações Regionais de Ensino, com o objetivo de apresentar a proposta do Plano de Acompanhamento das Aprendizagens e os dados de desempenho escolar levantados no Censo Escolar 2022 de cada CRE. Foi realizado o 2º ciclo de encontros nos meses de novembro e dezembro, com o objetivo de analisar os indicadores do Ideb no DF, discutir e levantar possibilidades de intervenção e monitoramento pedagógico nas unidades escolares.

- Programa Ensino Médio Mais

O Programa Ensino Médio Mais, instituído pela Portaria nº 653, de 11 de julho de 2024, visa fomentar a construção de propostas de Ensino Médio com foco na melhoria da qualidade de ensino, priorizando apoio técnico e financeiro às escolas que ofertam Ensino Médio noturno presencial. O apoio financeiro às escolas para elaboração de propostas pedagógicas voltadas aos estudantes do Ensino Médio noturno presencial será realizado por meio do repasse de



recursos, via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), previamente disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - (FNDE), e com regras definidas em resolução específica.

- Programa Itinerários Formativos - (PIIF)

O repasse e a execução dos recursos referentes à terceira parcela do eixo de apoio técnico e financeiro do Programa Itinerários Formativos, conforme a Portaria nº 733, de 16 de setembro de 2021, foram realizados por meio do sistema PDDE Interativo, dentro das ações do eixo I do programa.

As instituições escolares elaboraram relatórios como instrumentos de registro das ações executadas, considerando as transferências financeiras realizadas pelo Ministério da Educação - (MEC), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - (PDDE), para as escolas públicas estaduais e distritais, com o objetivo de apoiar a implementação dos Itinerários Formativos. Com a finalização do programa, o preenchimento adequado desses relatórios foi essencial para assegurar a transparência das ações realizadas com os recursos públicos destinados à implementação dos Itinerários Formativos nas escolas de Ensino Médio.

- Educação Profissional

A Educação Profissional e Tecnológica - (EPT) da rede pública de ensino do Distrito Federal, atualmente, atende a aproximadamente 12.900 estudantes, sendo ofertada gratuitamente nas instituições educacionais das Coordenações Regionais de Ensino - (CREs) de Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia, Cruzeiro, Guará, Planaltina, Gama e Plano Piloto.

Quadro 1 - Oferta de vagas - Educação Profissional

Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na SEEDF	
Oferta de vagas nos Centros de Educação Profissional (CEPs)	10.197
Oferta de vagas do Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP) - Sistema S e CIEE	2.703
Total da Oferta	10.900

Fonte: i-Educar, SEEDF; 2024.

Quadro 2 - Total de Matrículas da Educação Profissional e Tecnológicas por CRE

CRE	Total de Matrículas - Dados Censo Escolar DF 2024	Total de Matrículas Dados IFTP
Brazlândia	1037	9
Ceilândia	3095	558
Gama	451	211
Guará	1156	434
Núcleo Bandeirante	0	109
Paranoá	0	145
Planaltina	2852	387
Plano Piloto	2740	554
Recanto das Emas	0	305
Samambaia	0	256
Santa Maria	872	220
São Sebastião	0	206
Sobradinho	0	246
Taguatinga	2729	317
Total por oferta	14932	4057
Total Geral	18989	

Fonte: Censo Escolar DF 2024.

Para orientar e estruturar essas ofertas, são utilizados 3 instrumentos fundamentais: o Catálogo de Cursos de Qualificação Profissional da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação e a Resolução nº 02/CEDF, de 12 de dezembro de 2023. Esses documentos funcionam como subsídios essenciais para a implementação dos itinerários formativos, proporcionando diretrizes claras e consistentes que



asseguram a qualidade e a coerência das práticas educacionais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

O ingresso dos estudantes nos Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e nos Centros de Educação Profissional ocorre por meio de processo seletivo, regulamentado pelo Edital Único publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - (DODF), conforme critérios definidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e previsto no art. 253 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Em 2024, foram oferecidas aproximadamente 6.250 vagas por semestre para o ingresso nos cursos de EPT.

Parcerias estratégicas externas, envolvendo instituições nacionais, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), e internacionais, com as escolas técnicas CEP-ETG e CEP-ETC, fortaleceram a integração entre Educação Básica e Educação Profissional, ampliando o acesso às oportunidades formativas.

Em 2024, foi realizada a série "VI Diálogos da Educação Profissional", espaço de diálogo, colaboração e inovação voltado ao fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nas unidades escolares do Distrito Federal. Por meio do intercâmbio de experiências entre professores, gestores e estudantes, abordando temas essenciais para o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação em setores estratégicos como Saúde, Tecnologia e Música, foram realizadas as oficinas de "Empreendedorismo na Saúde", "Empreendedorismo na Tecnologia" e "Empreendedorismo na Música".

A série "VI Diálogos da Educação Profissional e Tecnológica" gerou resultados significativos para o fortalecimento das práticas de educação empreendedora e para a preparação dos participantes frente aos desafios do mercado de trabalho. Entre os principais resultados, destacam-se: o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, uma vez que os participantes adquiriram conhecimentos essenciais para identificar oportunidades de negócio, elaborar planos e implementar suas ideias; o fomento à inovação, por meio do estímulo à criação de soluções inovadoras para desafios enfrentados nos setores de saúde, tecnologia e música, favorecendo o desenvolvimento de novos produtos e serviços; o fortalecimento da rede de contatos, com oportunidades valiosas de networking, conectando educadores e profissionais de diferentes áreas e incentivando colaborações futuras; e a atualização dos conhecimentos, possibilitando acesso às últimas tendências e tecnologias do empreendedorismo aplicáveis em suas áreas.

- Educação Especial

Foram adquiridos materiais pedagógicos de artes plásticas e cênicas, para o atendimento aos estudantes com comportamento de Altas Habilidades e Superdotação - AH/SD matriculados nas Instituições Educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/SEEDF). Os materiais encontram-se em fase de distribuição do material

As seguintes Instituições Educacionais foram contempladas com os materiais pedagógicos:

- CED 02 de Brazlândia
- Escola Classe 64 de Ceilândia
- CEF 04 do Gama
- CEF 01 do Guará
- CAIC JK do Núcleo Bandeirante
- CEM Urso Branco do Núcleo Bandeirante
- CED 02 Riacho Fundo I
- CEF 01 do Paranoá
- Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Saúde de Planaltina
- Escola Classe 113 Norte do Plano Piloto
- CEM Elefante Branco Plano Piloto
- CEF 306 do Recanto das Emas
- CAIC Helena Reis de Samambaia
- CEF 120 de Samambaia



- CAIC Santa Maria de Santa Maria
- CED São Bartolomeu de São Sebastião
- Escola 54 de Taguatinga

Aquisição de Kit de Robótica para as Salas de Recursos Específicas para Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Encontra-se em fase de conclusão de Autorização e a Instrução de Pagamento para a empresa.

Aquisição de materiais pedagógicos, para os Centros de Ensino Especial, para as Unidades Escolares que ofertam o Programa de Educação Precoce e a Educação de Jovens e Adultos Interventiva, para as Salas de Recursos Específicas de Altas Habilidades, Deficiência Visual e Deficiência Auditiva. Encontra-se em fase de análise e preparação dos procedimentos licitatórios.

Aquisição de materiais permanentes para atender aos Centros de Ensino Especial, Programa de Educação Precoce e polos de deficiência visual vinculados a rede pública de ensino. Processo em fase inicial.

Parcerias

A SEEDF estabelece parcerias estratégicas com instituições públicas e Organizações da Sociedade Civil - (OSCs) para aprimorar a qualidade da educação pública oferecida. Essas parcerias visam fortalecer os arranjos pedagógicos, implementar programas e projetos inovadores e promover ações formativas.

Associação Centro de Treinamento de Educação Física Especial - (Cetefe) - Acordo de Cooperação nº 13/2024, que tem como objeto a oferta de atendimento educacional especializado complementar na Educação Física e profissionalização gratuita aos estudantes com deficiência matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal. Foram atendidos 457 beneficiários.

Instituto Base - Acordo de Cooperação nº 12/2024, iniciação desportiva na modalidade Basquete 3X3, que se deu não apenas pela prática do esporte por meio de torneio entre os inscritos, mas também pela capacitação virtual e presencial aos professores de Educação Física da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Associação JADF - (OSC) - Acordo de Cooperação nº 04/2022, celebrado com a SEEDF e JADF - (OSC), que tem por objeto a oferta de programas de empreendedorismo aos estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos da rede pública de ensino do Distrito Federal, executado nas unidades escolares participantes, com foco na preparação para o mercado de trabalho, educação financeira e empreendedorismo, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. Em 2024, foram contemplados aproximadamente 21 mil estudantes.

Sebrae-DF - Termo de Cooperação nº 09/2023, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação do DF e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal - (Sebrae-DF), que tem por objeto fomentar a educação empreendedora em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica na rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio de ações direcionadas a gestores, docentes, profissionais da educação e estudantes.

Alguns dos projetos e ações executados desde a formalização do Termo de Cooperação foram:

1. Segunda edição do Programa Digitvs Empreendedor 2023/2024. Foram disponibilizadas 538 vagas aos professores para o curso de especialização EaD Proficiência em Tecnologias Digitais para uma Educação Empreendedora.
2. Seminário Projeto de Vida: mobilização e capacitação dos professores.
3. Dia do Campo: interação com as Escolas do Campo e seus gestores.
4. Desafio Liga Jovem: é uma competição gratuita entre equipes de estudantes de todo o Brasil, com o desafio de resolver um problema das suas escolas e/ou comunidades, usando tecnologia.
5. Oficina Liderança Contemporânea: formação para servidores da SEEDF realizada no Sebrae Lab para 35 servidores.



6. Projeto Se Liga na Escola - SuperAção 2024: parceria com o Sebrae-DF, foi destinado aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e professores do Programa SuperAção, com a participação de 20 equipes formadas por 4 estudantes e 1 professor do Programa SuperAção, totalizando 80 estudantes e 20 professores, com o objetivo de proporcionar uma experiência inspiradora com foco no protagonismo e motivação dos estudantes, bem como na valorização dos professores, com vistas à superação dos desafios enfrentados na trajetória escolar e da vida.
7. Circuito de Ciências das Escolas Públicas do DF: produção da Landing page (www.circuitocienciasedf.com.br), produção de vídeos orientadores para os participantes do Circuito de Ciências, disponibilização de 3 oficinas, nas Etapas Regionais das 14 Coordenações Regionais de Ensino e na Etapa Distrital dentro da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT 2024) e premiação para os projetos vencedores, comissões regionais e Unidade Regional de Educação Básica - (Unieb).
8. Projeto Núcleo de Empreendedorismo Juvenil (NEJ): o projeto consiste na oferta do Curso Técnico de nível médio em Administração, eixo tecnológico Gestão e Negócios, ministrado de forma concomitante ao Ensino Médio
9. XIV Fórum de Orientação Educacional: realizado em parceria com o Sebrae-DF para aproximadamente 1040 Pedagogos-Orientadores Educacionais.

Em 2024, foram realizadas palestras, oficinas, mentorias, semana e jornada pedagógicas, encontros, fóruns, gincanas, feiras, eventos, amostras que resultaram na capacitação de 215.940 estudantes e 1.297 professores da rede pública de ensino do DF, de acordo com os dados fornecidos pelo Sebrae-DF.

Senac - Termo de Cooperação nº 02/2022, que tem como objeto a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio e Qualificação Profissional, compondo o Itinerário de Formação Técnica e Profissional para estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal. Os cursos são oferecidos nas unidades do Senac por meio do Programa Senac de Gratuidade - (PSG).

Quadro 3 - Estudantes por Entidade parceira

Quantitativo de Estudantes do IFTP por Parceiro	
Parceiro	Quantitativo de Estudantes
CEP-ETG	208
SENAI	21
SENAC	1762
CIEE	587
CEP-ESO	389
SENAT	6
CEP-ETC	540

Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

Projeto de Gestão Compartilhada - é uma parceria entre SEEDF e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - (SSPDF), estabelecida por meio de portaria, que tem por finalidade proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

Em 2024, foram atendidas 17 escolas no projeto e, para 2025, está prevista a inclusão de mais 8 unidades escolares, quais sejam: CEF 12 Taguatinga, CEF 16 Taguatinga, CEF 17 Taguatinga, CEF 04 Guará, CEF 103 Santa Maria, CEF 427 Samambaia, CED Mirian Ervilha e CEM 01 Riacho Fundo.

Foi realizada a 1ª edição das Olimpíadas CCMDf como ação do projeto Escola de Campeões, que tem dentre seus objetivos ampliar tempos e espaços na educação por meio de atividades esportivas, envolvendo todos os Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal - (CCMDf). Os jogos ocorreram entre os meses de outubro e novembro, contando com a participação de 16



escolas em 7 modalidades esportivas (futsal, handebol, voleibol, basquete, atletismo, queimada e xadrez).

Planetário - a SEEDF, em cooperação mútua com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação do Distrito Federal - (Secti), desenvolve atividades técnico-pedagógicas e técnico-científicas no âmbito do Planetário de Brasília para os estudantes da Educação Básica do Distrito Federal.

A parceria firmada entre esta instituição e o Planetário do Distrito Federal proporcionou, ao longo do ano de 2024, uma rica programação de atividades técnico-pedagógicas destinadas aos estudantes da Educação Básica. As ações planejadas incluem oficinas, palestras interativas, sessões de observação astronômica e experiências imersivas que combinam ciência e tecnologia. Essas atividades têm como objetivo enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo o interesse por temas relacionados à astronomia, física, meio ambiente e inovação tecnológica. Com o intuito de conciliar a teoria com a prática, a parceria busca estimular a curiosidade científica, o pensamento crítico e o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e preparados para os desafios do futuro.

Escolas Inovadoras - as Escolas Inovadoras representam uma parceria entre a SEEDF, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - (FAPDF) e Organizações da Sociedade Civil - (OSCs). Têm como objetivo geral transformar, por meio da inovação e desenvolvimento tecnológico, o cenário na educação pública do Distrito Federal, garantindo a continuidade dos estudos, por meio do desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem colaborativa, inovadora, conectada, de bem-estar e sustentável, com consequente melhoria de qualidade de vida no ambiente escolar e transformação das realidades sociais. O trabalho envolveu estudantes, professores, servidores, pais e comunidade, as ações tiveram início em 2019 e devem ser concluídas até o final do corrente ano letivo.

Programa Steam Maker - Termo de Colaboração nº 2/2023 (129851118), firmado entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - (FAPDF), a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e a Organização da Sociedade Civil - Instituto Conhecer Brasil - (ICB), cuja principal finalidade é capacitar os professores, moldar um modelo de prototipagem educacional e melhorar o desempenho educacional dos alunos do Ensino Fundamental. O programa busca transformar os ambientes sociais, promovendo habilidades transdisciplinares e competências por meio da prototipagem pedagógica e do conceito "maker". Além disso, enfatiza a importância da educação de qualidade, da participação social, da formação dos cidadãos e do preparo dos estudantes para a universidade e a vida profissional, combinando o método STEAM - ciências, tecnologia, engenharia, artes e matemática.

Papai Noel nos Correios - o Projeto Papai Noel dos Correios é uma ação realizada em parceria com os Correios. Busca incentivar, por meio de colaboração mútua, o interesse pela escrita de cartas pelas crianças e estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais em crianças de até 10 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social, tornando-se uma experiência de solidariedade e de cidadania, tendo como foco o incentivo à cultura do voluntariado, desde a produção das cartas até as adoções dos pedidos e a entrega dos presentes. Em 2024, foram distribuídos cerca de 7.000 presentes, a partir das cartas escritas pelas crianças das unidades escolares que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal.



Figura 3 - Papai Noel dos Correios



Fonte: SEEDF/SUBEB, 2024.

Projeto Hands Free School - a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) firmou o Acordo de Cooperação nº 05/2023 com o Instituto de Tecnologia Social Handsfree - (IHF), o qual tem por objeto a implantação de Solução Educacional Assistiva, por meio do projeto Hands Free School - (IHF) para crianças e adolescentes do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal. O projeto Hands Free School visa permitir o atendimento remoto de estudantes em condições de adoecimento crônico ou outras patologias com ou sem deficiência que, a partir de laudo médico, estejam impedidos de comparecer e acompanhar as atividades educacionais nas unidades escolares, viabilizando a inclusão nas situações de ensino e de aprendizagens vivenciadas presencialmente em sala de aula.

No ano letivo de 2024, o IHF concluiu a instalação de equipamentos em 4 salas de aula (pacote de internet, púlpito, alto-falante, monitor, mesa digitalizadora, projetores, quadro-branco, microfone de lapela e webcam), disponibilização de tablets e planos de internet e treinamento necessário para 4 estudantes, matriculados nos Anos Iniciais em 2 instituições educacionais, sendo 1 sala na Escola Classe 02 da Estrutural, vinculada à CRE Guará e 3 na Escola Classe 16 de Taguatinga, vinculada à CRE Taguatinga.

Programa Embaixada de Portas Abertas - (Pepa) - o Programa Pepa, instituído pelo Decreto nº 38.397, de 09 de agosto de 2017, é uma parceria intersetorial entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF), a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - (TCB), a Secretaria de Relações Internacionais - (Serinter), as representações diplomáticas e os organismos internacionais sediados em Brasília com o intuito de construir e estreitar relações entre as representações diplomáticas e os organismos internacionais e as unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal, além de oportunizar aos estudantes a interação com o conhecimento nos componentes curriculares de História e Geografia, conhecendo a cultura e idiomas de diversos países.



Quadro 4 - Programa Embaixada de Portas Abertas

CRE	Instituição Educacional	Embaixada	Recepção na Embaixada	Recepção na unidade escolar
Brazlândia	CCMF – CED 02	Malásia	25/04/2024	11/06/2024
Núcleo Bandeirante	EC Kanegae	Bélgica	23/04/2024	12/06/2024
Paranoá	EC da Natureza	Sérvia	12/04/2024	18/12/2024
Plano Piloto	EC 206 Sul	Belarus	06/06/2024	27/06/2024
Samambaia	CEF 427 de Samambaia	Chile	03/09/2024	10/10/2024
Santa Maria	CEF 201	Botsuana	28/08/2024	22/11/2024

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Projeto Educação nos Trilhos - a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - (Metrô-DF) possuem uma parceria para o desenvolvimento do Projeto Educação nos Trilhos, a fim de promover a formação de passageiros mais conscientes, por meio de uma abordagem lúdica e educativa sobre a história do Metrô-DF e de como esse meio de transporte favorece um acesso amplo e democrático à cidade, bem como esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do sistema metroviário, destacando benefícios desse transporte, entre outros aspectos importantes do segmento mobilidade sobre trilhos.

A formalização do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2023 ocorreu no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 156, de 17 de agosto de 2023, vigência de 2/8/2023 a 2/8/2028.

O projeto constitui-se em um conjunto de visitas guiadas, as quais acontecem geralmente às quartas-feiras, nos turnos matutino e vespertino, em estações do metrô próximas às escolas públicas selecionadas. Os passeios são lúdicos e informativos, contam com a presença de instrutores metroviários que ensinam normas de segurança, explicam como utilizá-lo de forma consciente e incentivam a valorização desse meio de transporte.

Programa Aprender Valor - a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e o Banco Central do Brasil - (BCB) possuem uma parceria para o desenvolvimento do Programa Aprender Valor, que tem como propósito levar a Educação Financeira às escolas públicas do Ensino Fundamental de forma integrada às disciplinas obrigatórias e de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular - (BNCC).

O programa Aprender Valor é efetivado na sala de aula por meio da aplicação de projetos escolares que integram Educação Financeira a diferentes componentes curriculares. Esses projetos trazem sequências didáticas com atividades capazes de articular habilidades relacionadas ao planejamento do uso dos recursos, à poupança ativa e ao uso responsável do crédito com conteúdos e habilidades de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências Humanas previstas na BNCC, de modo transversal e integrado.

Até a presente data, o DF alcançou a marca de 198 unidades escolares inscritas, distribuídas nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, e um total de 3.185 profissionais cadastrados.

Neste ano, o programa Aprender Valor foi um dos apoiadores da Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira - (Olitef), organizada pelo Tesouro Nacional e pela B3. A Olitef tem como objetivo promover a educação financeira entre os estudantes brasileiros, o que está muito alinhado com o objetivo do Aprender Valor de apoiar educadores e escolas a levar educação financeira para as salas de aula de todo o país.

Programa Eleitor do Futuro - o Programa Eleitor do Futuro - Módulo Inclusão Social desde a Infância destina-se aos estudantes de 4 a 10 anos matriculados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o Módulo Eleitor do Futuro destina-se aos estudantes de 11 a 14 anos matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental. O programa, efetivado por intermédio do Termo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - (TRE-DF), visa despertar a consciência cívica e proporcionar a inclusão social, política e econômica de crianças e jovens estudantes. Em 2024, 44 unidades escolares da rede pública de ensino do DF participaram do programa, alcançando 13.945 estudantes.



Programa Na Real - o programa busca dialogar com adolescentes brasileiros acerca dos agravos associados ao consumo precoce e indevido de bebidas alcoólicas e escolhas que terão impacto durante toda a vida, despertando reflexões de forma lúdica e responsável. A proposta metodológica inclui a arte, o debate e a participação protagonista dos jovens. O programa foi viabilizado por meio do Acordo de Cooperação nº 01/2023 entre a SEEDF e o Instituto Aliança com o Adolescente, com duração até dezembro de 2025.

As unidades escolares que ofertam o Ensino Fundamental receberam uma Oficina Interativa, enquanto as de Ensino Médio participaram de sessões de teatro (peça debate). No ano de 2024, foram abertos 2 processos para adesão das unidades escolares, totalizando um número de 62 escolas inscritas, das quais 48 receberam o programa.

Universidade Patativa do Assaré - Programa de oferta de estágio obrigatório e/ou não-obrigatório, com concessão de bolsa, a estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal, maiores de 16 anos. O programa tem por objetivo promover o desenvolvimento profissional dos estudantes, oferecendo-lhes a oportunidade de adquirir experiência prática essencial para seu crescimento, bem como contribuir para que esses possam vivenciar a teoria na prática, adquirindo experiências valiosas para o seu crescimento profissional.

Brasil Educacional Integração Empresa e Escola LTDA. - Bred Estágios - programa para oferta de estágio obrigatório e/ou não-obrigatório, com concessão de bolsa, a estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal, maiores de 16 anos.

Tal programa tem por objetivo oferecer aos regularmente matriculados e com frequência efetiva na rede pública de ensino do Distrito Federal a oportunidade de interação com o mundo do trabalho, a troca de experiências, a participação de trabalhos em equipe, o convívio socioprofissional, o desenvolvimento de habilidades e atitudes, a construção de novos conhecimentos, o desenvolvimento de valores inerentes à cultura do trabalho, bem como a introdução à responsabilidade e capacidade de tomar decisões profissionais, com crescentes graus de autonomia intelectual, por meio da realização de estágios não curriculares em empresas conveniadas com esta agência de integração.

Projeto NaMoral - Integridade, Ética Cidadania - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - (MPDFT)/Defensoria Pública do Distrito Federal - (DPDF) - o projeto tem como objetivo agregar conteúdo relevante à formação integral de jovens estudantes, especialmente no que se refere à compreensão de valores essenciais para o exercício pleno da cidadania e para a construção de capital moral. Entre esses valores, destacam-se a ética, a integridade, a cidadania plena, o funcionamento e o papel dos serviços e agentes públicos, os deveres cívicos e outras ferramentas fundamentais para uma sociedade comprometida com a transparência e o exercício ativo da cidadania. O Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas da SEEDF inclui uma Unidade Curricular oferecida por meio dessa parceria: "Eletiva orientada na moral 01 - O jogo da integridade".

Programa DF Legal - o projeto centra-se no compromisso de detalhar a atuação da DF Legal nas cidades do Distrito Federal, promovendo maior segurança nas comunidades, conscientização sobre a ordem urbanística, melhoria das condições de acessibilidade e preservação ambiental, além de impedir o uso ilegal de terras e espaços públicos, por meio do cumprimento das atribuições do órgão. Esses esforços refletem o compromisso com a qualidade de vida no DF. Além disso, a parceria visa sensibilizar os estudantes sobre os espaços da cidade em que vivem, promovendo uma compreensão do uso desses locais e do senso de pertencimento coletivo e individual. Dessa forma, estudantes e servidores são incentivados a participar ativamente da vida e da governança locais. Em 2024, o projeto foi adotado por 13 escolas, envolvendo a participação de 351 estudantes.

Programa Jovem Senador - o programa é destinado a estudantes regularmente matriculados, no ano de 2024, na 1ª e 2ª séries do Ensino Médio regular das escolas públicas do país. O PJM busca desenvolver competências e habilidades como domínio da linguagem, compreensão de fenômenos, resolução de situações-problema, construção de argumentos e elaboração de propostas, alinhadas às competências principais da matriz de referência do



Exame Nacional do Ensino Médio - (Enem), por meio de construção de projetos. A seleção dos estudantes é feita por meio da avaliação dos projetos e posterior campanha eleitoral, e os vencedores de cada ente federado participarão de etapa nacional e internacional em 2025. Esta edição do PJM terá como tema "A integração regional e as mudanças climáticas".

Programa DETRAN nas Escolas - os estudantes do Ensino Médio, cursistas do Cidadania no Trânsito, que iniciaram o curso em 2023, tiveram a conclusão do curso no 1º semestre de 2024. Foi realizado, pelo Detran, a cerimônia de formatura e entrega de certificado para cerca de 200 estudantes. Outros 200 estudantes continuam no Programa para instrução teórica de habilitação no segundo semestre de 2024. Já no curso Mobilidade e Trânsito, cerca de XX professores do Ensino Médio participaram da formação, orientação e apoio didático para atuarem com os estudantes, trabalhando para a vivência de uma cultura de paz no trânsito.

Documento Nacional do Estudante - (DNE) - firmou-se parceria com a Federação dos Estudantes Universitários de Brasília e Entorno (Feube) e os Diretórios Acadêmicos de Nível Médio e Superior (Danms) para emissão de Documento Nacional do Estudante (DNE) para os estudantes matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal.

O objetivo da ação é distribuir, gratuitamente, 50 mil carteiras de meia-entrada para estudantes de 15 a 29 anos do Distrito Federal, até dezembro de 2024, proporcionando acesso facilitado e democrático a eventos culturais, esportivos e de entretenimento, a fim de promover a inclusão social e cultural entre os jovens, buscando assegurar que estudantes de baixa renda, escolas públicas e grupos vulneráveis tenham a oportunidade de usufruir de espaços e atividades que contribuem para seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Programa Politize - a parceria firmada com o Politize! Instituto de Educação Política resultou na inclusão de 7 unidades curriculares Eletivas no Catálogo desta SEEDF, disponíveis para oferta nas instituições educacionais em 2024: "Diálogo, Debate e Negociação", "Entre o Direito e a Justiça", "Informação e Desinformação", "Inovação e Sustentabilidade", "Jornalismo, Imprensa e Democracia", "Planejamento de Iniciativas Sociais" e "Vamos falar de grana, sim!".

Instituto Histórico e Geográfico do DF - (IHG/DF) - busca a regulação de relações entre a SEEDF e o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, a fim de estimular a cooperação mútua, com o objetivo de atender aos estudantes da rede pública de ensino do DF, com base na promoção do estudo e da divulgação da História e da Geografia do Distrito Federal, bem como das Ciências e componentes curriculares afins; e aprimorar técnicas diversas, por meio do intercâmbio de saberes relacionados a tecnologias alternativas, a fim de fomentar a prática de preservação do acervo museológico, assim como o estudo da Educação Patrimonial. Nesse contexto, apresenta como público-alvo: estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, professores e servidores da SEEDF, pesquisadores, turistas e a comunidade em geral. No primeiro semestre de 2024, foram atendidos 3.366 estudantes, vinculados a 43 unidades de ensino que integram a SEEDF.

Safernet Brasil - acordo de cooperação que tem como objetivo desenvolver atividades educativas com estudantes, professores e gestores da rede pública de ensino da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - (SEEDF) para informar e conscientizar acerca do uso seguro e responsável da Internet. Essas atividades buscam incentivar o acesso digital inclusivo, acessível e seguro em comunidades consideradas digitalmente excluídas e vulneráveis. Em 2024, foi formada uma turma do curso Segurança e Cidadania Digital em Sala de Aula, constituída de 261 professores matriculados e 45 professores concluintes. Além disso, a unidade curricular eletiva proposta foi aprovada e, atualmente, está disponível para oferta nas unidades escolares.

Universidade Católica de Brasília - (UCB)/Projeto Espaço Com-Vivências - Acordo de Cooperação nº 04/2019, tem por objetivo o desenvolvimento de um Programa de Atendimento Educacional Especializado nas áreas de Educação Física, Arte (Expressão Corporal e Dança) e Pedagogia para pessoas que apresentam Deficiência Física, Intelectual, Visual, Múltipla e Transtornos do Espectro do Autista, pautado em princípios filosóficos que respeitem a integridade do ser humano, visando estimular o potencial latente desses



estudantes buscando sua inclusão educacional e social, a fim de melhorar sua autoestima e de sua família, além do desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações de extensão em Atendimento Educacional Especializado na área de Educação Física, Arte (Expressão Corporal e Dança), Pedagogia e Educação Inclusiva, a partir da análise dos atendimentos e seus resultados, apresentando-os em congressos e periódicos especializados, além de divulgá-los por meio de cursos, oficinas e palestras para Professores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, cujo público alvo são estudantes das escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, que apresentem Deficiência Física, Deficiência Intelectual, Deficiência Visual, Deficiência Múltipla e Transtornos do Espectro do Autismo, os quais serão atendidos nas instalações do Curso de Educação Física, no Campus I da Universidade Católica de Brasília – UCB pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. Em 2024, teve um total de 367 atendimentos.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia - (APAED) - Acordo de Cooperação Nº 05/2019, tem por objeto, oferecer Atendimento Especializado Multiprofissional no serviço de referência e apoio à habilitação e à reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, na faixa etária de 0 (zero) anos à fase adulta, com disponibilização de professores e fornecimento de alimentação escolar para 213 (duzentos e treze) estudantes, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF.

Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Distrito Federal - (SESI DR DF) - Fomento a Projetos de Robótica - Tem por objeto, fomentar até 8 equipes, que desenvolvem projetos de Robótica em Salas de Recursos, de escolas públicas, mediante a formação de professores e disponibilização de materiais necessários ao desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes e, posterior, participação no Festival Regional de Robótica. Em 2024, 80 estudantes foram atendidos.

Organização da Sociedade Civil - Instituto Cavalo Solidário - (ICS) - Acordo de Cooperação nº 03/2024, tem por objeto, ofertar atendimento gratuito em equoterapia aos estudantes/praticantes da rede pública de ensino e comunidade em geral, sendo 70% do total de vagas existentes, destinadas a estudantes/praticantes devidamente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal. Em 2024, teve 108 atendimentos.

Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais - (AMPARE) - Acordo de Cooperação Nº 05/20, tem como objetivo, o Atendimento Educacional Especializado, para até 120 (cento e vinte) assistidos com diagnósticos de deficiência intelectual, deficiência múltipla e transtorno do espectro autista. Sendo 80% das vagas ofertadas, para os estudantes com matrícula ativa e egressos da rede pública do Distrito Federal da SEE/DF, e 20% à comunidade, perfazendo um total de 100% das vagas. De forma complementar para os ativos no contraturno e suplementar para os egressos e comunidade, na perspectiva da educação ao longo da vida preconizada pela atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2024, ocorreram 98 atendimentos.

Organização da Sociedade Civil/Associação Nacional de Equoterapia - (ANDE) - Acordo de Cooperação Nº 11/2024, tem por objeto, a equoterapia, gratuita, destinando 70% de vagas para a SEEDF, e 30% das vagas remanescentes direcionadas à comunidade, perfazendo um total de 100% de vagas ofertadas. Em 2024, teve 70 atendimentos.

Organização da Sociedade Civil Associação Pestalozzi de Brasília - (PESTALOZZI) - Acordo de Cooperação 04/2024, tem como objetivo, ofertar gratuitamente, Atendimento Pedagógico Especializado - APE, em período integral das 8 às 17h, para 120 assistidos adultos, a partir dos 18 anos de idade, com diagnóstico de Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla e Transtorno do Espectro Autista; oferecendo três refeições diárias, de modo articulado disponibilizar serviços socioassistenciais e terapias integrativas/complementares. Em 2024, teve 120 atendimentos.

Organização da Sociedade Civil/Associação das Obras Pavonianas de Assistência/Centro Educacional de Audição e Linguagem - (CEAL/LP) - Acordo de Cooperação Nº 08/2018, tem por objeto, classes de 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental



1 (BIA) aos estudantes com deficiência auditiva usuários de dispositivos auditivos (AASI, IC e/ou PAAO), com embasamento teórico dos Métodos Fônico e Fonovisuoarticulatório em versões adaptadas; Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno da escola regular, nos segmentos Educação Infantil juntamente com Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano e, Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano juntamente com Ensino Médio aos estudantes com deficiência auditiva usuários de dispositivos auditivos (AASI, IC ou PAAO), com embasamento teórico dos Métodos Fônico e Fonovisuoarticulatório em versões adaptadas, respeitando a temporalidade e considerando o desenvolvimento cognitivo e; Programa de Educação Precoce às crianças de 0 a 3 anos e 11 meses com deficiência auditiva usuárias de dispositivos auditivos (AASI, IC ou PAAO) ou com indicação de uso de algum dispositivo auditivo, com embasamento teórico dos Métodos Fônico e Fonovisuoarticulatório em versões adaptadas.

Organização da Sociedade Civil/Centro de Ensino e Reabilitação - (CER) - Acordo de Cooperação 01/2019, tem como objetivo, o atendimento especializado e individualizado, em regime de mútua colaboração a crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou múltipla, na faixa etária de 0 a 18 anos, regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal, e às respectivas famílias, para habilitação, reabilitação e desenvolvimento das suas potencialidades, melhoria da qualidade de vida e inclusão na sociedade, em horário parcial e complementar ao horário escolar.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal - (APAE/DF) - Acordo de Cooperação Nº 10/2024, tem como objetivo o atendimento Pedagógico Especializado para egressos e complementar para estudantes matriculados em Instituições Educacionais, com foco na educação especial para o trabalho, emprego e renda, que envolve formação básica, qualificação e inclusão profissional, a partir dos 14 anos de idade. Em extensão ao objetivo está o atendimento sócio-ocupacional para população com deficiência e em processo de envelhecimento. O atendimento ocorre nas quatro Unidades da APAE (Asa Norte, Sobradinho, Ceilândia e Guará), de forma que 70% das vagas são reservadas aos estudantes com matrícula ativa e egressos da rede pública do Distrito Federal da SEEDF, e as 30% restantes, destinadas à comunidade em geral.

Polícia Militar do Distrito Federal/RPMON - Portaria Conjunta nº 03, de 21 de maio de 2022, publicada no DODF nº 98, de 26 de maio de 2022, tem por objeto, a equoterapia, gratuita, aos estudantes com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, por meio de parceria entre a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. Em 2024, teve um total de 304 atendimentos.

Instituto Federal de Brasília/Campus Planaltina - Termo de Cooperação nº 05/2021, parceria com vistas ao atendimento do Programa em Equoterapia, de forma gratuita. Sendo 80% (oitenta por cento) das vagas destinadas aos alunos regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e 20% (vinte por cento) das vagas destinadas aos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB, perfazendo um total de 100% de vagas ofertadas. Em 2024, foram realizados 107 atendimentos.

Parceria Universidade de Brasília e Secretaria de Estado de Educação - Curso de Aperfeiçoamento Altas Habilidades/Superdotação - Parceria entre a Universidade de Brasília - UnB, e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para a oferta de 200 vagas no curso Atendimento Educacional em Altas Habilidades/Superdotação, sob coordenação do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento. O curso tem o objetivo de promover, em nível de aperfeiçoamento, a formação continuada de professores da rede pública de educação que atuam no atendimento educacional especializado e professores/as da educação básica que atuam com o público da educação especial na perspectiva inclusiva.

Parcerias para Ampliação da oferta da Educação em Tempo Integral

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) desenvolveu uma série de parcerias e iniciativas ao longo do ano de 2024, com o objetivo de promover uma educação



mais abrangente e integrada, alinhada aos princípios da Educação Integral e em Tempo Integral. Essas ações buscaram ampliar as oportunidades educativas, culturais, esportivas e de lazer para crianças, adolescentes e jovens, com o intuito de reduzir a evasão, reprovação e defasagem idade-ano, além de proporcionar uma formação mais completa, tanto em aspectos cognitivos quanto socioemocionais.

Entre as colaborações estabelecidas, destacam-se:

Programa Forças no Esporte (PROFESP – BABR) - Foi implementado nas instalações da Área Militar do Aeroporto Internacional de Brasília, beneficiando estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal. Para o ano letivo de 2024, foram disponibilizadas 200 vagas de atendimento.

Principais Objetivos:

- Ampliar tempos, espaços e oportunidades de ensino e aprendizagem aos estudantes da Rede Pública, por meio da oferta de atividades pedagógicas, culturais, artísticas, técnico-científicas e esportivas relacionadas às áreas de conhecimento.
- Colaborar para a saúde física e o desenvolvimento intelectual dos estudantes, por meio da alimentação saudável e da atividade física
- Contribuir para a melhoria do desempenho escolar dos estudantes. Ações desenvolvidas: a) Esportes: Futebol; Voleibol; Vôlei de Praia; Basquete; Handebol; Tênis; Atletismo; Natação.

Figura 4 - Atividades Complementares: Atividades Lúdicas; Momento Musical; Palestras, Visitas e Atividades de Cidadania; Acompanhamento Pedagógico; Informática; Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV).



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Projeto PROFESP – Escola Superior de Defesa - Termo de Cooperação nº 06/2023, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Ministério da Defesa tem como objetivo a cooperação mútua para o desenvolvimento do Programa Forças no Esporte - (PROFESP) nas instalações da Escola Superior de Defesa - (ESD). A iniciativa atendeu 260 estudantes durante o ano letivo de 2024, promovendo a inclusão social, cultural e intelectual de crianças e adolescentes. As atividades, oferecidas cinco vezes por semana, abrangem práticas esportivas, físicas, educacionais e lúdicas, ampliando o acesso dos participantes a uma formação integral e enriquecedora.

Principais Objetivos:

- Promover aprendizagens significativas e emancipatórias que privilegiem a formação multidimensional do estudante;
- Garantir uma formação de qualidade e inclusiva, capaz de contribuir para o desenvolvimento das pessoas em todos seus aspectos, sejam eles éticos, políticos, cognitivos, afetivos, emocionais, sociais, culturais, físicos entre outros;
- Retirar os estudantes da situação de vulnerabilidade por meio da ampliação do termo de permanência na escola.

Ações desenvolvidas:

- Acompanhamento das disciplinas de português e matemática;
- Projeto formação de hábitos individuais e sociais;



- Atividades culturais e esportivas (aulas de música, atividades aquáticas, vôlei, tênis e ciclismo). A quantidade anual de atendimentos é de 260 estudantes.

Figura 5 - Projeto PROFESP – Escola Superior de Defesa



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Ao longo de 2024, foram mantidos os acordos firmados com instituições do Sistema "S" (SENAC, SEBRAE e SESI), com o objetivo de oferecer o Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP). Além disso, parcerias com outras entidades foram estabelecidas, visando à oferta de cursos de formação continuada para professores e estudantes, bem como à disponibilização de materiais didático pedagógicos.

Entre as parcerias, destacam-se:

Universidade Patativa do Assaré - Programa de oferta de estágio obrigatório ou não-obrigatório, com concessão de bolsa, a estudantes regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, maiores de 16 (dezesesseis) anos. O programa tem por objetivo promover o desenvolvimento profissional dos estudantes, oferecendo-lhes a oportunidade de adquirir experiência prática essencial para seu crescimento, bem como contribuir para que esses possam vivenciar a teoria na prática, adquirindo experiências valiosas para o seu crescimento profissional.

Programa Políticos do Futuro - Termo de Cooperação nº 04/2023, firmado entre a Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal - (SEE/DF) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - (TRE/DF) - que tem por objeto a implantação e o desenvolvimento do Programa de Formação de "Políticos do Futuro", que visa à formação de jovens cidadãos, via inserção nos conteúdos programáticos dos diversos níveis escolares e, consideradas as características de cada um deles, de temas específicos relacionados aos processos democráticos, ao exercício pleno da cidadania, às características da organização político administrativa do Estado brasileiro, aos diversos níveis e esferas do governo e suas competências, às características do sistema eleitoral, e ainda, ao esclarecimento quanto aos instrumentos de controle social e de fiscalização existentes, e de como podem ser exercidos.

Estágio - Programa de Aprendizagem Profissional do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE - A parceria entre a SEEDF e o CIEE resultou em um Programa de Aprendizagem oferecido pelo CIEE, que utiliza como referência cursos técnicos de nível médio listados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - (CNCT) para o cálculo da carga horária mínima teórica. Dessa forma, os cursos possuem carga horária teórica mínima de 400 horas



e máxima de 552 horas, correspondendo a 30% da carga horária total do programa de aprendizagem.

Alistamento Eleitoral - Em 2024, a SEEDF celebrou o Acordo de Cooperação Técnica n.º 01/2024 com o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, visando a criação de um programa destinado ao alistamento eleitoral dos jovens, a partir dos 15 (quinze) anos até os 18 (dezoito) anos de idade incompletos, nas unidades escolares de Ensino Médio do DF e instituições de ensino profissional, mediante a utilização de unidades volantes do Na Hora, com a finalidade de fomentar a consciência cívica e democrática e enfatizar a importância do direito ao voto. Foram desenvolvidas ações em duas Coordenações Regionais de Ensino (CRE), ao longo dos meses de março e abril. Ao todo foram realizados 285 atendimentos, sendo 125 no CEM 404 de Santa Maria e 160 no CEM 804 do Recanto das Emas.

MCIBiotec - Em 2024, a SEEDF celebrou o Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2024 com a Universidade Católica de Brasília - (UCB), cujo intuito é a disseminação de conteúdo de biotecnologia por docentes que atuam na Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, nos componentes curriculares de química, física e biologia de quatro instituições educacionais públicas de ensino médio do Distrito Federal. A UCB oferecerá formação continuada de 240h direcionada à utilização do aplicativo MCIBiotec e a conteúdos de biotecnologia a docentes da SEEDF e a SEEDF disponibilizará professores dos componentes curriculares Biologia, Física e Química das unidades escolares participantes, para participarem da formação continuada e utilizarem o aplicativo MCIBiotec em sua prática docente, bem como os discentes dos referidos componentes para participarem do projeto durante suas aulas.

Parlamento Juvenil Mercosul (PJM) - O Programa é destinado a estudantes regularmente matriculados, no ano de 2024, na 1ª e 2ª séries do Ensino Médio regular das escolas públicas do país. O PJM busca desenvolver competências e habilidades como domínio da linguagem, compreensão de fenômenos, resolução de situações-problema, construção de argumentos e elaboração de propostas, alinhadas às competências principais da matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por meio de construção de projetos. A seleção dos estudantes é feita por meio da avaliação dos projetos e posterior campanha eleitoral, e os vencedores de cada ente federado participarão de etapa nacional e internacional em 2025. Esta edição do PJM terá como tema "A integração regional e as mudanças climáticas".

- Jogos Escolares do Distrito Federal - (JEDF)

Os Jogos Escolares do Distrito Federal - (JEDF) consagram-se como um dos eventos escolares esportivos mais significativos do Distrito Federal e congregam estudantes das redes pública e particular de ensino em 19 modalidades esportivas. Os JEDF têm como objetivo promover a integração e o intercâmbio entre estudantes de diferentes instituições educacionais do Distrito Federal, proporcionar descoberta de novos talentos esportivos e fomentar a prática esportiva no âmbito escolar.

Os JEDF são estruturados em duas fases: Etapa Regional e Etapa Distrital, abrangendo categorias de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos, com o objetivo de promover as etapas da fase seletiva para a competição nacional, encaminhando os estudantes-atletas da primeira categoria para os Jogos Escolares Brasileiros - (JEBs) e os da segunda categoria para os Jogos da Juventude - (JJ).

Além da SEEDF, estão envolvidas nesse projeto a Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal - (SEL/DF) e a Federação de Desportos do Distrito Federal - (FEDR/DF). Essas parcerias fortalecem o compromisso conjunto de promover a educação física e a prática esportiva entre os jovens, destacando a importância do esporte no contexto educacional.

- Jogos Escolares Brasileiros - (JEBs)

As competições dos Jogos Escolares Brasileiros - (JEBs) são realizadas pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar - (CBDE) e reúnem estudantes-atletas dos 26 estados e do Distrito Federal, na faixa etária de 12 a 14 anos. Neste ano, a competição foi realizada no período de 20 de setembro a 3 de outubro de 2024, na cidade de Recife (PE).



O DF apresentou como delegação 12 oficiais, 36 técnicos e 199 atletas, competindo nas modalidades de atletismo, paratletismo, badminton, basquetebol, ciclismo, futsal, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, judô, karatê, natação, taekwondo, tênis de mesa, voleibol, vôlei de praia, wrestling e xadrez.

Figura 6 - Autoridades participaram da cerimônia de encerramento dos Jogos Escolares do DF.



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Jogos Escolares Paradesportivos do Distrito Federal - (JEPDF)

Os Jogos Escolares Paradesportivos do Distrito Federal destacam-se como uma iniciativa fundamental para fomentar o desenvolvimento paradesportivo entre as instituições educacionais. Essa competição contribui para o surgimento e o aprimoramento de talentos paralímpicos, incentivando a prática paradesportiva como elemento integrador e de intercâmbio sociocultural e desportivo entre os estudantes, ampliando as oportunidades de acesso à prática inclusiva.

Neste ano, o evento foi realizado em Brasília (DF), contando com a participação de 22 instituições educacionais inscritas e 121 estudantes, nas modalidades de atletismo, badminton, bocha, futebol de PC, futsal, goalball, tênis de mesa e tênis em cadeira de rodas.

Para sua execução, a SEEDF conta com a parceria do Centro de Treinamento de Educação Física Especial - (CETEFPE), que une esforços para a elaboração do regulamento e sua execução.

Figura 7 - Aluna tricampeã na modalidade parabadminton



Foto: Ascom/SEEDF. Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Paralimpíadas e Escolares – Etapa Regional e Nacional

As Paralimpíadas Escolares, realizadas nas etapas regional e nacional, têm por finalidade estimular a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades paradesportivas de todas as instituições educacionais do território nacional, promovendo ampla mobilização. O compromisso dos parceiros envolvidos é a inclusão no esporte escolar.

Tem como objetivo difundir e fortalecer os valores da cidadania e os ideais do movimento paralímpico, direcionados para construção de um mundo acessível, inclusivo e pacífico, livre



de qualquer tipo de discriminação, entendimento da diversidade humana e imbuído do espírito de compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, cultura da paz e fair-play.

Neste ano, a delegação do Distrito Federal foi composta por 119 membros, sendo 6 oficiais, 8 staffs, 20 técnicos e 85 atletas, competindo nas modalidades esportivas de atletismo, basquete, bocha, futebol, goalball, natação, parabadminton, tênis de mesa e tênis em cadeira de rodas.

No primeiro semestre, foram realizadas as seletivas para as modalidades de atletismo (28 estudantes classificados), bocha (9 estudantes classificados) e natação (12 estudantes classificados) para a etapa nacional. No segundo semestre, foram realizadas as modalidades parabadminton (8 estudantes classificados) e tênis de mesa (5 classificados), encerrando a etapa regional para o fluxo nacional das Paralimpíadas.

Jogos da Juventude - (JJ)

Os Jogos da Juventude, proporcionados pelo Comitê Olímpico do Brasil - (COB), são realizados no segundo semestre de cada ano, abrangendo jovens de 13 a 17 anos. Os jogos constituem uma competição nacional e multiesportiva. Priorizam o direcionamento dos atletas com potencial esportivo, além de contribuir para a formação integral dos jovens participantes, o intercâmbio social e esportivo, a prática e o aprimoramento técnico de várias modalidades esportivas.

O reconhecido êxito desse evento é possível graças à estreita parceria, comunicação e colaboração dos estados e do Distrito Federal com o Comitê Olímpico e Federações Desportivas do Distrito Federal durante todo o processo, abrangendo desde a organização das seletivas estaduais até a efetiva participação na competição em prol do desporto escolar.

Em 2024, o DF apresentou uma delegação composta por 13 oficiais, 28 técnicos e 167 atletas, competindo em quase todas as modalidades, com exceção da esgrima. Com as últimas conquistas, o Distrito Federal soma 12 medalhas e está em 19º lugar no ranking geral. Outras modalidades que subiram no pódio foram o ciclismo, judô, taekwondo, tiro com arco e ginástica artística.

Figura 8 - Atletas que subiram no pódio na Vila Olímpica durante os 3 dias de competições do atletismo



Foto: Ascom/SEEDF. Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Jogos Escolares Noturnos do DF - Corujão

Os Jogos Escolares Noturnos do DF – Corujão integram todas as atividades esportivas intercolégiais, com o intuito de desenvolver o intercâmbio social e esportivo entre os estudantes da rede de ensino pública e particular, matriculados no Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, no turno noturno, na faixa etária acima de 16 anos.

A realização do Corujão tem a finalidade, ainda, de propagar a prática desportiva como instrumento para superação do individualismo e para a formação da personalidade e identificar novos valores no panorama desportivo do DF.



Neste ano, o evento foi realizado nas modalidades de futsal, basquetebol, voleibol, handebol, tênis de mesa e capoeira entre os meses de outubro e novembro, com a participação de 2.606 estudantes e 181 equipes.

- Oferta Educacional na Penitenciária Federal em Brasília - (PFBRA)

A formalização do Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021, cujo objeto é a oferta de Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade custodiadas na Penitenciária Federal em Brasília - (PFBRA), na modalidade de Educação de Jovens e Adultos presencial, na forma de EJA Combinada para o 1º segmento, e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos a Distância - (EJA/EaD) para o 2º e 3º segmentos, por intermédio da SEEDF e a União, representada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)/ Departamento Penitenciário Nacional - (DEPEN) – atualmente denominado Secretaria Nacional de Políticas Penais - (Senappen).

No ano de 2024, 6 estudantes foram matriculados nos três segmentos da EJA, sendo que 4 deles concluíram a Educação Básica. Registra-se que essa penitenciária é de segurança máxima e que o atendimento educacional é, obrigatoriamente, individualizado. Também foram realizadas 411 validações das verificações de leitura relativas às atividades da Remição de Pena pela Leitura.

Acordo de Cooperação - Educação de Jovens e Adultos - (EJA)

O Acordo de Cooperação de nº 01/2020, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) e parceiro, tem por objeto a oferta de Educação de Jovens e Adultos - (EJA) para jovens, adultos e idosos em situação de rua, que são acolhidos pelo projeto para tratamento e recuperação do uso de álcool e outros entorpecentes, por meio do corpo docente do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília - (Cejaep/EaD).

O projeto acompanha o desempenho escolar de cada estudante e procura, por meio da assistência social do projeto, resolver pendências e dificuldades que surgem ao longo do percurso escolar dos seus acolhidos, atendendo, até o momento, 99 estudantes. No primeiro semestre de 2024, foram efetivadas 23 matrículas no CEJAEP/EaD e, atualmente, são 29 acolhidos instituição parceira. No 1º semestre, 1 acolhido concluiu o Ensino Fundamental e 2 acolhidos concluíram o Ensino Médio. Quinze acolhidos realizarão as provas do Encceja/2024; um foi encaminhado para uma universidade parceira do projeto para cursar administração, com bolsa 100%; e dois acolhidos foram encaminhados para o mercado de trabalho, um para uma rede de supermercados e o outro para uma rede de panificadoras.

Programa de Alfabetização e Letramento do DF - (ALFALETRANDO)

O Programa de Alfabetização e Letramento do Distrito Federal - (Alfaletorando), instituído pelo Decreto nº 45.495/2024 como resposta ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - (CNCA), tem como objetivo garantir que 100% das crianças, matriculadas na rede pública de ensino, estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, além de recompor as aprendizagens das crianças matriculadas nos 3º, 4º e 5º anos da rede pública de ensino do DF.

Visando desenvolver a política de alfabetização de maneira mais completa, significativa, qualitativa e democrática possível, instituiu-se o Comitê Distrital de Alfabetização e Letramento - (Codalfa), por intermédio da Portaria nº 481, de 26 de abril de 2024, e a Rede Distrital de Alfabetização (Redalfa), a partir da publicação da Portaria nº 480, de 26 de abril de 2024.

Ao aderir ao CNCA, a SEEDF se comprometeu a executar os recursos orçamentários repassados pelo Governo Federal e promover sua gestão e prestação de contas com eficiência, eficácia e transparência, visando à efetividade das ações.

Foram impressos 60.600 materiais didáticos suplementares para os estudantes matriculados nos 1º e 2º anos e 3.306 materiais para os respectivos professores regentes, totalizando 63.906 impressões, por meio de adesão ao Plano de Ações Articuladas do FNDE, no valor de R\$ 1.376.259,51.



O Ministério da Educação (MEC) destinou recurso financeiro para a melhoria e instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura para instituições educacionais que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Considerando todos os eixos previstos para a execução do programa, segue o quantitativo com o público envolvido e impactado:

Quadro 5 - Rede Distrital de Alfabetização - (REDALFA) - Quantidade de Articuladores

Rede Distrital de Alfabetização (REDALFA)	
Articuladores REDALFA	Quantidade
Distrital	2
Regional	28
Local Itinerante	97
Total	127

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Quadro 6 - Rede Distrital de Alfabetização - (REDALFA) - Quantidade de Público

Público	Quantidade
Coordenação Regional de Ensino	14
Unidades escolares	383
Professores dos 1º e 2º anos	2.848
Estudantes dos 1º e 2º anos	56.035

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Programa Educação com Movimento

O Programa Educação com Movimento - (PECM) tem como finalidade precípua a ampliação das experiências corporais das crianças da Educação Infantil e dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o professor de Atividades e o professor de Educação Física, na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo em Movimento do Distrito Federal Ensino Fundamental - Anos Iniciais/Anos Finais.

O programa atendeu a um total de 140 instituições educacionais das 14 Coordenações Regionais de Ensino - (CREs), contemplando 14.366 estudantes e evidenciando, assim, a abrangência e o impacto positivo na promoção de experiências educativas enriquecedoras, fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças, dentro da esfera da cultura corporal.

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - (PRONATEC)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - (Pronatec) é uma iniciativa fundamental para promover o acesso à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, garantindo oportunidades para que jovens e adultos se qualifiquem para o mundo do trabalho e possam melhorar suas condições de vida. O programa prevê o repasse de recursos para pagamento da bolsa-formação/remuneração de estudantes, professores e demais funções do Pronatec.

Importante destacar as adesões às linhas de fomento da Bolsa-Formação, bem como oferta de Linha de Fomento da Bolsa-Formação Ensino Médio articulado com a Educação Profissional - (EM-EPT).

- Programa Mulheres Mil

O Programa Mulheres Mil busca ofertar Cursos de Formação Inicial e Continuada para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Esse programa prevê a disponibilização de 605 vagas até 30 de junho de 2025, proporcionando um impacto significativo na vida de centenas de famílias ao longo dos próximos 2 anos, promovendo inclusão e transformação social e empoderamento feminino.

Em 2024, foram realizados os seguintes cursos: Brigadista Particular, Maquiador, Costura em Máquina Reta e Overlock, Assistente Administrativo e de Recursos Humanos, Operador de



Computador, Masseur, Manicure e Pedicure, Porteiro e Vigia, Cuidador de Idosos, Copeiro, Curso Técnico em Gastronomia, Saúde Bucal, Eletrotécnica, Desenvolvimento de Sistemas, entre outros.

Os resultados alcançados, até o momento, demonstram a relevância do programa e a necessidade de sua continuidade e expansão.

Figura 9 - Cerimônia de certificação do Programa Mulheres Mil foi realizada no auditório da Eape, em Brasília



Foto: Ascom/SEEDF. Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Política de Remição de Pena pela Leitura

Por meio da Política de Remição de Pena pela Leitura nos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal, instituída pela cooperação mútua entre esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal (Portaria Conjunta nº 11/2022), foram realizados, ao longo de 2024, 29.092 atendimentos, com vistas à remição de pena.

Registra-se um aumento significativo nos atendimentos, passando de 25.300, em 2023, para 29.092, em 2024, um crescimento de quase 15%. Esse resultado expressivo não apenas comprova a adesão da população carcerária à iniciativa, mas também o compromisso desta SEEDF em oferecer oportunidades de reintegração e transformação social.

- Atendimento Pedagógico Hospitalar

O Comitê Gestor do Atendimento Educacional Hospitalar - Classes Hospitalares realizou as visitas técnicas às unidades hospitalares, no período de 17 a 27 de setembro de 2024, para o acompanhamento pedagógico e administrativo da parceria firmada entre as Secretarias de Estado de Educação - (SEEDF) e de Saúde do Distrito Federal - (SESDF), por meio da Portaria Conjunta nº 9/2021.

O acompanhamento é realizado por intermédio de relatórios de atendimento aos estudantes e das visitas técnicas às unidades hospitalares.

Destaca-se que os gestores das unidades hospitalares manifestaram o reconhecimento pela excelência do trabalho pedagógico exercido pelas professoras que atuam nas unidades hospitalares, assim como a relevância do atendimento para o desenvolvimento dos estudantes/pacientes.

Seguem atendimentos Educacionais Hospitalares realizados no primeiro semestre de 2024, por unidade hospitalar, com base nas informações dos relatórios:

Quadro 7 - Atendimento Pedagógico Hospitalar

Unidade Hospitalar com Atendimento Educacional	Nº Leitos	Quantidade de Atendimentos no Primeiro Semestre
Hospital Regional Leste (HRL) - Paranoá	20	Não houve atendimento
Hospital Regional Sobradinho (HRS)	28	202 atendimentos
Hospital da Criança de Brasília - José de Alencar (HCB)	200	143 atendimentos



Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	64	355 atendimentos
Hospital Regional de Ceilândia (HRC)	27	Não houve atendimento
Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	41	Não houve atendimento

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Programa Centro de Iniciação Desportiva - (CID)

O Programa Centro de Iniciação Desportiva - (CID) consiste no atendimento complementar, em contraturno escolar, na área desportiva com foco na apropriação do conhecimento físico, técnico e tático relacionado à prática desportiva, utilizando a competição como instrumento pedagógico.

O programa conta hoje com a atuação de 73 professores efetivos e atendimento a 4.358 estudantes, distribuídos nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, nas modalidades de atletismo, basquete, badminton, capoeira, ciclismo, futsal, ginástica acrobática, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, judô, luta olímpica, natação, tênis de mesa, voleibol e xadrez.

- Programa Centro de Iniciação Desportiva Paralímpico - (CIDP)

O Programa Centro de Iniciação Desportiva Paralímpico - (CIDP) da SEEDF é uma iniciativa que busca propiciar aos estudantes com deficiência das instituições educacionais públicas e conveniadas a aquisição de conhecimentos físicos, técnicos e táticos que fundamentam a prática desportiva, contribuindo para a formação integral dos participantes.

A oferta é utilizada como instrumento pedagógico, enfatizando aspectos lúdicos, cooperativos, competitivos e reflexivos, mantendo o equilíbrio psicomotor e a integração dos estudantes com deficiência, como primícia social e pedagógica.

No ano de 2024, o programa contou com a atuação de 9 professores e atendimento a 157 estudantes.

- Programa Escola-Comunidade Ginástica nas Quadras - (PGINQ)

O Programa Escola-Comunidade Ginástica nas Quadras - (PGINQ) é desenvolvido na comunidade escolar e tem como objetivo incentivar e apoiar a participação da comunidade; promover hábitos físico-motores favoráveis à melhoria das condições psicossomáticas dos participantes; incluir a comunidade em atividades que contribuam para melhoria na qualidade de vida; e envolver os participantes em atividades sócio integradoras, viabilizando melhoria no convívio social.

Em 2024, o programa contou com 48 professores e aproximadamente 7.000 participantes, representando um impacto positivo, uma vez que o programa contribui com a melhoria da qualidade de vida de quem o integra.

Figura 10 - Programa Escola-Comunidade Ginástica nas Quadras



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.



- Programa Há Campo

O Programa Há Campo – Emater, com foco em educação ambiental, baseia-se no estímulo e fortalecimento do empreendedorismo entre os jovens que vivem e estudam em zonas rurais. A SEEDF desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do projeto, oferecendo suporte básico e orientação aos professores para a implementação de hortas e agroflorestas, a instalação de sistemas de captação de água da chuva e a oferta de cursos de empreendedorismo para jovens residentes rurais matriculados na rede pública de ensino.

O programa visa promover a implementação de tecnologias sustentáveis que permitam o uso eficaz de recursos naturais, favorecendo o equilíbrio ecológico e a conservação do meio ambiente. Em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - (Emater), o programa tem o objetivo de desenvolver competências e habilidades que permitam a sucessão familiar rural, sua permanência no campo, a inclusão socioeconômica e o desenvolvimento sustentável do campo, além de abrir novas perspectivas socioculturais.

Em 2024, 21 escolas do campo aderiram ao programa. Destas, 3 escolas foram atendidas com ações junto à unidade escolar. Além disso, 63 estudantes foram atendidas no curso de empreendedorismo do jovem morador do campo por meio do oferecimento do Programa Filhos deste solo.

- Programa Escola de Esportes

O Programa Escola de Esporte é uma parceria firmada entre a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer do Distrito Federal - (SELDF) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF), pelo período de 5 anos, visando desenvolver atividades esportivas no âmbito do esporte educacional, de participação e de rendimento, priorizando os estudantes das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Em 2024, foi realizado no Complexo Aquático Cláudio Coutinho, nas quadras externas poliesportivas e no Pavilhão do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, para atender, prioritariamente, aos estudantes das instituições educacionais desta SEEDF e, nas vagas remanescentes, à comunidade geral, incluindo estudantes das instituições educacionais privadas, idosos e pessoas com deficiência. Foram ofertadas 1975 vagas e 780 participantes matriculados.

- Projeto Onda - Adolescentes em Movimento pelos Direitos

O Projeto Onda é uma iniciativa que busca introduzir os temas relacionados aos direitos humanos, à cidadania e ao orçamento público em escolas públicas do Distrito Federal, por meio de um acordo de cooperação firmado entre a SEEDF e o Instituto de Estudos Socioeconômicos - (Inesc).

Visando promover ações educativas voltadas à formação de adolescentes de escolas públicas, incluindo os adolescentes dos Núcleos de Ensino das Unidades Socioeducativas, no primeiro semestre de 2024, beneficiou 115 estudantes do 6º ao 9º ano, consolidando-se como ferramenta transformadora na promoção de direitos e cidadania. No segundo semestre, esse número foi ampliado, chegando ao total de 132 estudantes atendidos no projeto.

- Promoção dos Direitos Educacionais de Adolescentes em Situação Socioeducativa

A SEEDF e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - (Sejus/DF), por meio de Portaria Conjunta, estabelecem ações e competências para a oferta, implementação, acompanhamento e avaliação da política pública de escolarização de adolescentes em cumprimento de Internação Provisória, de Medidas Socioeducativas de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto (LA e PSC) e atendidos pelo NAI.

No ano de 2024, a iniciativa beneficiou 100% dos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa, sendo 302 em Internação Restrita e 584 em Meio Aberto ou Semiliberdade.



- Programa Escola da Terra

O Programa de Formação Continuada Escola da Terra constitui uma relevante parceria interinstitucional estabelecida entre o Ministério da Educação - (MEC), a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Estado de Educação do DF - (SEEDF).

Esse programa objetiva ampliar o acesso à formação continuada em Educação do Campo para educadores que atuam nas Escolas do Campo da rede pública de ensino. A abordagem metodológica específica e o percurso formativo do programa possibilitaram a realização de 3 edições do Programa Escola da Terra, com carga horária de 180 horas, voltadas para o aprimoramento profissional de educadores no contexto da Educação do Campo.

Em 2024, a 3ª edição do curso contemplou o núcleo quilombola situado em Cavalcante - (GO), ampliando o alcance e a diversidade das ações formativas, promovendo a criação e implementação de práticas pedagógicas condizentes com o processo formativo e ampliação do diálogo sobre os Inventários da Realidade das Escolas do Campo participantes.

- IV Jornada Pedagógica da Orientação Educacional

A IV Jornada Pedagógica a Orientação Educacional é uma ação realizada em parceria com o Sebrae-DF, por meio do Programa Nacional de Educação Empreendedora, a partir da qual foram promovidas palestras em formato virtual, veiculadas pelo canal da GOE no YouTube (https://www.youtube.com/channel/UCGI-sXeP_HoQDruW81sa2vw), voltadas aos profissionais da Orientação Educacional. Considerado uma das temáticas prioritárias nas ações de Orientação Educacional nas escolas, o tema Direitos Humanos e Diversidade foi trabalhado em várias vertentes, como a definição e histórico, educação midiática e marcadores sociais da diferença.

Figura 11 - IV Jornada Pedagógica da Orientação Educacional



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Tear Pedagógico

O Tear Pedagógico é um projeto concebido, planejado e realizado anualmente pela GOE em articulação com a equipe da Coordenação Intermediária da Orientação Educacional, visando tecer saberes e experiências que contribuam para a organização do trabalho pedagógico dentro das frentes de ação previstas no Calendário Escolar e nas pautas relacionadas ao Currículo em Movimento da Educação Básica.

Figura 12 - Tear Pedagógico



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Tear Pedagógico com 2.400 visualizações até a presente data. Foi realizado no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=MT8qbkImTHQ>), considerando como alcançada a meta estabelecida: compartilhar a Organização do Trabalho Pedagógico da Orientação Educacional com todos os profissionais da rede.

- Tear Pedagógico com 1.800 visualizações. Realizado no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=eGmfsVCo2pM>), abordou questões importantes sobre o autocuidado, saúde mental e aumento dos afastamentos do trabalho entre os profissionais da Educação na rede pública de ensino do Distrito Federal.
- Tear Pedagógico atingindo 1.600 visualizações até o momento. Ocorreu no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=QCLR0sckLbU&t=171s>), abordando a Lei que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente como de extrema importância para atuação dos profissionais na Orientação Educacional da rede pública de ensino do Distrito Federal.
- Tear Pedagógico atingindo 1.600 visualizações até o momento. Oferecido em formato on-line no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=8jlo9XbLQmk>), trouxe a temática da inclusão, um mergulho na legislação que abarca o tema e sua intrínseca relação com a prática do Orientador Educacional.

- XIV Fórum de Orientação Educacional

Em homenagem ao dia do Pedagogo-Orientador Educacional, comemorado no dia 4 de dezembro - conforme Lei Federal nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, a qual regulamenta o exercício da profissão; foi realizado, em parceria com o Sebrae-DF, por meio do Programa Educação Empreendedora, o XIV de Orientação Educacional: Cultivando uma Educação Inclusiva e Integrada.

Figura 13 - XIV Fórum de Orientação Educacional



Fonte: SEEDF/SUBIN; 2024.

O fórum acontece anualmente e firma-se como um momento de grande importância para os Pedagogos-Orientadores Educacionais do Distrito Federal no que tange à formação continuada e celebração da jornada profissional. A temática definida coletivamente foi a Inclusão Escolar. O evento ocorreu no formato on-line, com transmissão pelo



link <https://www.youtube.com/@gerenciadeorientacaoeducac8071>. Em 2024, o fórum contou com a participação de aproximadamente 720 profissionais.

- Revista Rosa dos Ventos

Neste ano, foi realizado o lançamento da segunda edição da revista. A parte de editoração foi feita em parceria com o Sebrae-DF. Essa edição trouxe o tema da inclusão, com uma perspectiva ampliada, considerando, para além das pessoas com deficiência, as questões sociais, étnico-racial, de gênero e de classe.

Figura 14 - Revista Rosa dos Ventos



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Produção de textos acadêmico-científicos, no formato de artigo ou relato de experiência, escritos por orientadores educacionais, a partir das suas vivências. Oportuno enfatizar que foi realizada a formação sobre textos acadêmico-científicos com as coordenadoras intermediárias. As autoras foram homenageadas durante o XIV Fórum de Orientação Educacional.

- Programa Nacional do Livro e do Material Didático - (PNLD)

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de Educação Básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e, também, às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

A execução do PNLD é realizada de forma alternada e são atendidos em ciclos diferentes os quatro segmentos: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os segmentos não atendidos em um determinado ciclo recebem livros, a título de complementação, correspondentes a novas matrículas registradas ou à reposição de livros avariados ou não devolvidos.

Quadro 8 - PNLD em 2024

PNLD/Segmento	Quantidade de Livros
PNLD 2021 / Ensino Médio	146.191
PNLD 2022 / Educação Infantil	28.495
PNLD 2023 / EF - Anos Iniciais	1.277.192
PNLD 2024 / EF - Anos Finais	850.028
Total	2.301.906

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- 13º Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal

O Circuito de Ciências é um importante instrumento para a exposição e divulgação da produção científica, tecnológica e de inovação, desenvolvido no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal. Constitui-se como atividade pedagógica com potencial motivador do ensino, da aprendizagem e da compreensão da prática científica no ambiente escolar. Essa



ação, mais do que recurso pedagógico para incentivo às ciências, também apresenta à comunidade escolar a produção científica das unidades escolares e coloca os estudantes em evidência, tornando-os parte ativa dos processos de ensino e de aprendizagem.

Figura 15 - Circuito de Ciências



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

O Circuito de Ciências das Escolas Públicas do DF abrange toda a Educação Básica e anualmente alcança números consideráveis de estudantes e professores. As atividades de produção científica são realizadas em 3 etapas: local, regional e distrital, tendo sua culminância na seleção dos melhores trabalhos, que participam da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - (SNCT). O Circuito contribui para inserir e despertar nos estudantes o interesse pela Ciência, possibilitando que investiguem, por meio da pesquisa científica, problemas locais, regionais e estaduais.

Na etapa local, foram registrados, na webpage oficial do circuito, cerca de 658 projetos, impactando 18.704 estudantes, alocados nas 14 Coordenações Regionais de Ensino. Foram apresentados 512 projetos, sendo 291 escolas participantes.

Na Etapa Distrital, que aconteceu durante a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, contou-se com cerca de 106 projetos, com aproximadamente 700 estudantes expositores. Foram estimados cerca de 7 mil estudantes visitantes que prestigiaram as apresentações dos trabalhos. Os projetos foram avaliados por 136 profissionais voluntários de diversas áreas do conhecimento.

Figura 16 - Premiação do 13º Circuito de Ciências reuniu estudantes de diversas Coordenações Regionais de Ensino



Foto: André Amendoeira, Ascom/SEEDF. Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Olimpíadas Científicas

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) realiza o apoio e acompanhamento de diversas olimpíadas científicas, que objetivam aproximar os estudantes de diversas áreas do conhecimento, relacionando-as com seu dia a dia. Assim, contribui para



a melhoria das aprendizagens, possibilitando a descoberta de novos talentos, criando vínculos entre os estudantes e enriquecendo os valores afetivos, como autoestima e sociabilidade.

Atualmente, a SEEDF colabora com a coordenação, articulação e execução de algumas Olimpíadas Científicas, como a Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas - (Obmep), a Olimpíada Brasileira de Robótica - (OBR), a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica - (OBA), a Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente - (OBSMA), etc. É possível verificar, ao longo do tempo, um aumento na participação dos estudantes do Distrito Federal e a consolidação dessas olimpíadas como complemento às práticas pedagógicas rotineiras.

São atendidos todos os estudantes das diversas etapas e modalidades da rede pública de ensino do Distrito Federal, professores, orientadores, coordenadores pedagógicos e outros educadores da Rede.

Seguem os dados das olimpíadas científicas:

- Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) - 220.000 estudantes na 1ª fase e 9.500 estudantes na 2ª fase.
- Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR) - 66 equipes, incluindo escolas públicas e privadas.
- Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) - 2.403 estudantes das escolas públicas.

- Rede de Inovação para Educação Híbrida - (RIEH)

A Rede de Inovação para Educação Híbrida - (RIEH), programa instituído pelo Ministério da Educação, visa promover a modernização e inovação na rede pública de ensino do Distrito Federal. A SEEDF tem como objetivo implementar estratégias de Educação Híbrida como parte do esforço para garantir uma aplicação equitativa e efetiva da Política Nacional do Ensino Médio - (PNAEM). Essa iniciativa visa alinhar as práticas pedagógicas às diretrizes da PNAEM, promovendo inovação no ensino e ampliando as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes do Ensino Médio.

A Educação Híbrida combina práticas presenciais e remotas e é uma abordagem estratégica para potencializar o acesso e a qualidade do ensino. Por meio do uso integrado de tecnologias digitais, metodologias ativas e recursos presenciais, busca-se atender às diversidades e demandas educacionais dos estudantes, promovendo uma formação mais contextualizada, flexível e inclusiva. A implementação das estratégias envolve capacitação continuada aos professores, desenvolvimento de materiais didáticos adaptados às práticas híbridas e a criação de ambientes de aprendizagem que favoreçam a interação, a personalização e a construção do conhecimento.

Encontra-se em andamento as iniciativas para a implementação do II Núcleo de Inovação do Distrito Federal - Pólo Recanto das Emas, que será instalado no Centro de Ensino Médio 804 do Recanto das Emas.

- Programa Horizontes Digitais

O Programa Horizontes Digitais foi concebido para integrar tecnologias educacionais avançadas às práticas pedagógicas em todas as unidades escolares da rede pública de ensino, possibilitando o uso de ferramentas digitais que atendam às demandas contemporâneas, que contribuam para a formação integral dos estudantes e para o desenvolvimento de competências digitais, indispensáveis na sociedade atual. Nesse sentido, busca criar um ambiente educacional dinâmico e inclusivo. A tecnologia e a inovação são ferramentas indispensáveis para transformar a educação e preparar os estudantes para os desafios do futuro.

O programa busca integrar tecnologias avançadas e práticas pedagógicas inovadoras para melhorar a qualidade do ensino e preparar estudantes e educadores para os desafios, além de promover a inclusão digital e reduzir desigualdades educacionais.

Os resultados alcançados em 2024 são: atendimento a 4 escolas do NEM noturno: CEM 12 e CED 15 de Ceilândia, CEM 804 do Recanto e CEM 01 do Paranoá; gravação de videoaulas,



vídeo cast, entrevistas, lives, dentre outros, totalizando 72 produções; além da gravação dos programas-pilotos: Série Inovação e Educação, Série Redação Nota 1000 – ENEM.

- Projeto Escolas de Gestão Compartilhada

O Projeto Escolas de Gestão Compartilhada é uma parceria entre SEEDF e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - (SSPDF), estabelecida por meio de portaria, que tem por finalidade proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

Em 2024, foram atendidas 17 escolas no projeto e para 2025 está prevista a inclusão de mais 08 unidades escolares, quais sejam: CEF 12 Taguatinga, CEF 16 Taguatinga, CEF 17 Taguatinga, CEF 04 Guará, CEF 103 Santa Maria, CEF 427 Samambaia, CED Miriam Ervilha e CEM 01 Riacho Fundo.

Foi realizada a 1ª edição das Olimpíadas CCMDf como ação do projeto Escola de Campeões que tem dentre seus objetivos ampliar tempos e espaços na educação por meio de atividades esportivas envolvendo todos os Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal - (CCMDf). Os jogos ocorreram entre os meses de outubro e novembro, contando com a participação de dezesseis escolas em sete modalidades esportivas (futsal, handebol, voleibol, basquete, atletismo, queimada e xadrez).

- Cultura de Paz nas Escolas

A SEEDF criou uma assessoria exclusivamente voltada para consolidar as ações iniciadas pela Comissão Permanente pela Paz nas Escolas, com o objetivo de ampliar e fortalecer as articulações e ações na promoção de ambientes escolares seguros e saudáveis. A mudança representou um avanço significativo na estrutura organizacional, permitindo que a nova assessoria liderasse, de forma mais abrangente, estratégias educativas, práticas intersetoriais e integradas. Entre suas principais responsabilidades, estão o planejamento, a execução e a coordenação de ações voltadas para a convivência pacífica, com foco na construção de uma cultura de paz sustentável, promovendo a saúde emocional e a segurança nas escolas.

Foram realizadas oficinas e capacitações durante o ano letivo. Destaca-se a oficina sobre eventos com agressores ativos, realizada em parceria com o Batalhão de Policiamento Escolar - (Bpesc) e o Batalhão de Operações Especiais - (Bope). Essa formação capacitou 1.560 profissionais para gerenciar situações críticas de emergência no ambiente escolar, aumentando a capacidade de resposta a possíveis ameaças e promovendo a segurança de toda a comunidade escolar, tendo sido ofertada para as 14 Coordenações Regionais de Ensino - (CREs). Nesse viés, as oficinas "Juntos contra o Bullying e Cyberbullying" alcançaram um público de 2.900 profissionais, também distribuídos pelas 14 Coordenações Regionais de Ensino - (CREs), capacitando professores e gestores para identificar, prevenir e mediar conflitos relacionados a essas formas de violências.

- Projeto NaMoral

Destaca-se como uma inovação na área da educação ao fomentar a construção de um ecossistema de integridade no ambiente escolar. Com o uso da gamificação como ferramenta pedagógica, o projeto promoveu valores éticos e práticas de cidadania com 17.765 estudantes em 66 unidades escolares dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, incentivando reflexões críticas e escolhas responsáveis.

- Celebra NaMoral

Organização de um evento de premiação para 68 unidades escolares, pela implementação exemplar do Projeto NaMoral, reconhecendo o impacto positivo de suas práticas na comunidade escolar.

- Projeto Construindo a Cultura de Paz

Promove ações reflexivas que possibilitam a construção da Cultura de Paz por meio da arte e da literatura como meios de engajamento para enfrentar o bullying e fomentar a convivência pacífica. Suas ações irão impactar diretamente 2.400 estudantes e 120 educadores, além de



beneficiar, de forma indireta, aproximadamente 5.000 pessoas da comunidade escolar. O lançamento do projeto ocorreu em novembro de 2024 e será executado em 2025.

Figura 17 - Cultura de Paz



Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

- Avaliação de Contexto Institucional

Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SipaeDF) e Avaliação Institucional (AvI)

Além da Resolução nº 1/2006 que estabelece as normas para a Avaliação Institucional do Sistema de Ensino do Distrito Federal, a referida avaliação tem também sua ênfase e amparo legal nos seguintes normativos: Plano Distrital de Educação (PDE), Meta 3. Estratégia 3.1 e na Meta 7; estratégia 7.22, na Resolução nº 2/2023- CEDF, de 12 de dezembro de 2023, na Portaria nº 38, de 18 de fevereiro de 2020, que normatiza o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SipaeDF) e no Decreto nº 46.032 de 17 de julho de 2024 que institui o SipaeDF.

Na Resolução nº 2/2023, a avaliação institucional, a partir do art. 140, possui natureza formativa e intenta compreender e fomentar a autoconsciência da instituição educacional, da rede de ensino ou do sistema de ensino, de forma coletiva e colaborativa.

No Plano Distrital de Educação (PDE), Meta 3. Estratégia 3.1 – Aperfeiçoar as políticas de sistema de avaliação institucional e Meta 7; estratégia 7.22 - Constituir e implementar o sistema permanente de avaliação educacional do Distrito Federal, articulando-o com os indicadores de avaliação institucional e com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Na Portaria nº 38, de 18 de fevereiro de 2020, que normatiza o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SipaeDF), a Avaliação Institucional se constitui como um dos eixos do SipaeDF. A partir do Art. 13, temos a avaliação de contexto institucional que abrange a aplicação de questionários contextuais para os estudantes, os professores e aos gestores do sistema de ensino do DF.

No Decreto nº 46.032 de 17 de julho de 2024 que institui o SipaeDF a partir do § 2º, O SipaeDF, estabelece que, deve-se promover, de modo continuado, a Avaliação Institucional interna e externa da Rede de Ensino do Distrito Federal, com vistas a oportunizar:

I - Avaliação da qualidade da Educação Básica, por meio de instrumentos avaliativos aplicados censitária e amostralmente, em larga escala, por parte da SEEDF;

II - Autoavaliação, por meio de instrumentos avaliativos elaborados e aplicados pelas próprias instituições educacionais.

- Avaliação Institucional Externa e Interna

Em junho do ano 2024 houve a aplicação dos Questionários de Contexto Institucional - (QCI), com uma maior concentração de participação dos servidores, uma vez que o questionário foi direcionado exclusivamente para as Instituições Educacionais. A simplificação do processo, com a aplicação de apenas um questionário focado nos eixos de gestão escolar, práticas



pedagógicas, formação continuada, clima organizacional e infraestrutura, contribuiu para um aumento no engajamento dos servidores diretamente envolvidos com o ensino. Com essa abordagem mais específica, a avaliação conseguiu captar de forma mais detalhada as dinâmicas internas das escolas. Esse foco exclusivo nas unidades escolares possibilitou a participação massiva de 8.804 servidores da carreira Magistério e 1.285 servidores das carreiras de Políticas Públicas e Gestão Educacional, que atuam diretamente nas escolas públicas. Esse resultado reforça a eficácia de um questionário focado nas unidades escolares, uma vez que a proximidade dos servidores com a prática pedagógica e as questões administrativas locais facilita a identificação de aspectos críticos. Assim, a segunda aplicação apresentou uma adesão proporcionalmente superior, evidenciando a importância de concentrar esforços em aspectos práticos e imediatos do cotidiano escolar, promovendo uma avaliação mais contextualizada e alinhada às realidades de cada unidade.

Para essa aplicação existiam 2 (dois) perfis de questionários:

- QCI comum aos servidores da carreira magistério que atuam há mais de 3 meses na unidade escolar: com 8804 respondentes.
- QCI comum aos servidores da carreira Políticas Públicas e Gestão Educacional que atua há mais de 3 meses na unidade escolar: 1285 respondentes.

No período de entre 14/10/2024 e 09/11/2024 foi aplicado Questionário de Contexto Institucional - (QCI) para os estudantes matriculados nos 5º, 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Quanto à avaliação institucional interna foi realizada no 1º semestre as visitas as Unidades Escolares que apontavam em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) a realização desta avaliação. Porém para o 2º semestre não foi possível dar continuidade ao planejamento sobre a autoavaliação diante da necessidade de tomadas de decisões institucionais, articuladas e alinhadas para que ocorressem efetiva e eficazmente a continuidade da realização da referida avaliação nas unidades escolares.

O quadro abaixo apresenta o ciclo avaliativo da Avaliação Institucional de 2025 a 2030.

Quadro 9 - Ciclo Avaliativo da Avaliação Institucional de 2025 a 2030.

Instrumentos	Descrição	Quantitativo Nº	Periodicidade
Questionários Institucional para servidores da CRE e Sede da SEEDF.	A aplicação deverá ocorrer por meio da plataforma de apoio do Sipaedf (https://sipaedf.org/), devendo a contratada utilizar a plataforma de modo a hospedar, armazenar e gerar os questionários e seus resultados e oferecer suporte técnico aos respondentes (usuários).	A aplicação deverá ocorrer no modo on-line.	2023 - piloto 2025 2027 2029
Questionários Institucional para servidores das Unidade Escolares SEEDF.	A aplicação deverá ocorrer por meio da plataforma de apoio do Sipaedf (https://sipaedf.org/), devendo a contratada utilizar a plataforma de modo a hospedar, armazenar e gerar os questionários e seus resultados e oferecer suporte técnico aos respondentes (usuários).	A aplicação deverá ocorrer no modo on-line.	2024 - piloto 2026 2028 2030
Questionários Institucional para os estudantes.	A aplicação deverá ocorrer por meio da plataforma de apoio do Sipaedf (https://sipaedf.org/), devendo a contratada utilizar a plataforma de modo a hospedar, armazenar, gerar os questionários e seus resultados e oferecer suporte técnico aos respondentes (usuários).	A aplicação deverá ocorrer no modo on-line.	2024 - piloto 2026 2028 2030
Questionários Institucional para os pais e/ou responsáveis.	A aplicação deverá ocorrer por meio da plataforma de apoio do Sipaedf (https://sipaedf.org/), devendo a contratada utilizar a plataforma de modo a hospedar, armazenar e gerar os questionários e seus resultados e oferecer suporte técnico aos respondentes (usuários).	A aplicação deverá ocorrer no modo on-line.	2025 2027 2029



Fonte: SEEDF/SUPLAV; 2024.

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2520224977,0	2936798604,00	2936798301,68	2936798301,68
0015 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	1600058897,0	1901769641,00	1901769338,73	1901769338,73
6978 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	465179112,0	536034782,00	536034781,95	536034781,95
6979 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	16202863,0	17770035,00	17770035,00	17770035,00
8848 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	19338904,0	21209400,00	21209400,00	21209400,00
8849 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	241213661,0	264544310,00	264544310,00	264544310,00
8856 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	61675429,0	67640795,00	67640795,00	67640795,00
8857 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	116556111,0	127829641,00	127829641,00	127829641,00
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	2520224977,00	2936798604,00	2936798301,68	2936798301,68

Programação Orçamentária Realizada

- Administração de Pessoal

O início do ano de é marcado pelas ações do Programa Carência Zero/ Educação Sem Carência em consonância com a Portaria nº 439, de 31 de dezembro de 2018, com os seguintes objetivos:

I – suprir carências de regência de classe nas unidades escolares – UEs, unidades escolares especializadas – UEEs e escolas de natureza especial – ENEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no início do ano letivo;

II – garantir a continuidade da oferta da Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal, matriculados e enturmados no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, mediante o suprimento das carências;



III – suprir carências de regência de classe nas UEs/UEEs/ENEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal ao longo do ano letivo.

Destaca-se que as ações realizadas no Programa Educação sem Carência objetivam o início do ano letivo com todos os professores em sala de aula, garantindo o trabalho professor/estudante desde o primeiro dia de aula, e para isso são realizadas diversas atividades pelas Unidades Regionais de Gestão de Pessoas - Unigeps, tais como: pré-modulação junto às unidades escolares, encaminhamento de professores efetivos e contratação de professores substitutos nos dias que antecedem o início das aulas.

Em 2024, cerca de 13.885 carências foram devidamente supridas.

Para o ano letivo de 2024, as ações do Programa, in loco nas Coordenações Regionais de Ensino, iniciaram-se em dezembro de 2023, com toda a preparação para a contratação de professores substitutos que se iniciou em 28 de janeiro e terminou em 18 de fevereiro.

Para o ano letivo de 2025, as ações do Programa nas CRE também começaram a ocorrer em dezembro de 2024.

Em continuidade ao planejamento do ano, o procedimento de remanejamento anual é destinado aos servidores da carreira do Magistério Público do Distrito Federal e visa proporcionar a alteração da lotação e/ou exercício para atuação.

Regido por edital e Portaria própria e realizado por meio do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - (SIGEP), o Procedimento é referência no Distrito Federal, haja vista o número de servidores que compõem a Pasta e a carreira.

O Procedimento de Remanejamento é realizado em duas etapas, interna e externa, e neste ano foi regido pelo Edital nº 44 de 13 de setembro de 2024, e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 177, de segunda-feira, dia 16 de setembro de 2024.

O acesso no site da Secretaria de Estado de Educação do DF se deu pelo endereço: <https://www.educacao.df.gov.br/secretaria-divulga-edital-de-remanejamento-para-servidores-do-magisterio/>.

Destaca-se que foram disponibilizadas 9.547 carências e 5.346 servidores foram contemplados com a mudança do local de trabalho, conforme demonstração de interesse.

Para a recomposição do quadro de pessoal e reforço da Educação, foram nomeados 4.427 aprovados no concurso do Edital nº 31/2022, nas carreiras de Magistério - cargos de professor de educação básica e pedagogo (orientador educacional); e de Gestor de Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPGE) várias especialidades, conforme tabela a seguir:

Quadro 10 - Nomeações realizadas

Cargo	Total de nomeações
Professor E.B. – 3104 - Orientador Educacional - 80 Gestor PPGE - 258	3.442 * A maior nomeação da história da SEEDF.
Professor E.B. – 562 - Orientador Educacional - 28 Gestor PPGE - 108	698
Professor E.B. – 140 - Orientador Educacional - 36 Gestor PPGE - 55	231
Professor E.B. – 38 - Orientador Educacional - 2 Gestor PPGE - 16	56
Professor E.B. 3.844 - Orientador Educacional 146 Gestor PPGE - 437	4.427

Fonte: <https://www.educacao.df.gov.br/concursos-da-seedf/> Acesso em: 13 jan. 2025.

Ademais, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal também prorrogou o prazo de vigência do último concurso de contrato temporário para final de 2025, por meio da Portaria nº 3 de 02 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 3, de 6 de janeiro de 2025, na seção I, página 01.

Insta destacar que foram concedidas 2.019 aposentadorias para servidores da Pasta, 2.697 abonos de permanência, 276 pensões, 9.025 progressões funcionais e que foram



contemplados 1.723 servidores com usufruto total de 2.828 meses de licença-prêmio. Ainda, tem-se que 44 licenças-servidor concedidas com 99 meses de usufruto total.

- Formação Profissional

O ano de 2024 consolidou-se como um período de continuidade do compromisso da SEEDF em atender à Estratégia 16.1 do Plano Distrital de Educação (PDE) 2015-2024, que visa garantir, em seu período de vigência, que todos os profissionais da Educação Básica tenham acesso à formação continuada.

Por meio de ações estratégicas, a SEEDF reafirmou sua relevância como um pilar essencial na qualificação dos profissionais da Educação Básica, atendendo às demandas crescentes da sociedade e contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais locais. Foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

Percursos formativos

Fornecidos em formato híbrido, que possibilitam o desenvolvimento profissional e o aprimoramento das práticas pedagógicas. Neste ano, foi ofertado 172 cursos formativos, sendo 46.380 vagas ofertadas, das quais 27.456 foram preenchidas.

O curso formativo do Projeto NaMoral, em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - (MPDFT), criado para difundir o conceito de cidadania plena e o valor da integridade, com vistas a colaborar na formação de cidadãos responsáveis, contou com 14 formadores, atendeu a 78 instituições escolares e impactou, aproximadamente, 20 mil estudantes.

Projeto Eape vai à Escola (Evae)

O Evae foi um formato planejado para levar formação diretamente às escolas, eliminando barreiras como deslocamento e incompatibilidade de horários. Essa estratégia de formações curtas e personalizadas, de acordo com as demandas e necessidades da instituição escolar, mostrou-se muito eficaz por possibilitar a formação de muitos profissionais de maneira contextualizada. No ano de 2024, o Projeto Eape vai à Escola (Evae) atendeu a mais de 20,5 mil profissionais, em 428 visitas realizadas.

- Afastamento Remunerado para Estudos

O processo de afastamento remunerado para estudos dos profissionais da educação é realizado semestralmente. Em 2024, o quantitativo de vagas disponíveis para as carreiras Magistério Público e Políticas Públicas e Gestão Educacional está disposto a seguir nos Quadros 11 e 12, respectivamente.

Quadro 11 - Editais e quantitativo de vagas para a Carreira Magistério Público

Semestre	Mestrado	Doutorado e Pós-doutorado	Nº do edital
1º Semestre	78	33	Edital nº 2, de 9 de janeiro de 2024.
2º Semestre	83	35	Edital nº 31, de 18 de julho de 2024.

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Quadro 12 - Editais e quantitativo de vagas para a Carreira Políticas Públicas e Gestão Educacional

Semestre	Especialização (lato sensu)	Mestrado	Doutorado e Pós-doutorado	Nº do edital
1º Semestre	24	14	4	Edital nº 3, de 9 de janeiro de 2024.
2º Semestre	0	58	25	Edital nº 32, de 18 de julho de 2024.

Fonte: SEEDF/SUBEB; 2024.

Neste ano, foram entregues 144 trabalhos finais, sendo 102 dissertações de mestrado e 42 teses doutorado/ trabalhos de pós-doutoramento.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

- Política Distrital de Infraestrutura Educacional e o Comitê Gestor de Infraestrutura Educacional no Âmbito da SEEDF

A Política Distrital de Infraestrutura Educacional e o Comitê Gestor de Infraestrutura Educacional - (Cogin), instituídos pelo Decreto nº 46.070 de 29/07/2024, no DODF nº 144, de 30/07/2024, página 12, constitui-se como um instrumento de planejamento, de caráter técnico-administrativo, abrangendo propostas de intervenções físicas nas unidades escolares, que incluem construções, reformas, ampliações e reconstruções com caráter prioritário.

O objetivo desse trabalho é responder eficazmente às exigências por espaços educacionais adequados, com o escopo de ampliar a capacidade de atendimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em todas as etapas e modalidades da educação básica e promover a otimização, conservação e aprimoramento da infraestrutura existente.

Ações desenvolvidas:

- Análise crítica dos Planos de Obras anteriores (2015-2018 e 2019-2022), com o objetivo de identificar áreas de sucesso e pontos a serem melhorados;
- Coleta de dados abrangente por meio de: a) Planilha eletrônica distribuída às 14 CREs; b) Formulário eletrônico enviado a todas as UEs;
- Realização de reuniões técnicas com as áreas envolvidas para esclarecer dúvidas e aprimorar o procedimento de solicitações de obras;
- Mudança metodológica do planejamento de obras, o qual culminou na elaboração do Diagnóstico da Infraestrutura Física da SEEDF, contendo o levantamento completo das necessidades de infraestrutura das instituições educacionais públicas;
- Estruturação do novo Plano de Obras da SEEDF, com base no Diagnóstico da Infraestrutura Física, priorizando obras e ações de acordo com critérios técnicos, disponibilidade orçamentária e capacidade de execução;
- Instituição da Política Distrital de Infraestrutura Educacional por meio do Decreto nº 46.070/2024, visando promover ambientes educacionais adequados e seguros;
- Criação do Comitê Gestor de Infraestrutura Educacional (Cogin), como órgão colegiado para assessorar a SEEDF na implementação e execução da Política Distrital de Infraestrutura Educacional;
- Definição de competências do Cogin;
- Detalhamento dos objetivos e ações da Política Distrital de Infraestrutura Educacional por meio de instrumentos normativos próprios da SEEDF.
- Criação do Módulo de Gestão Integrada para a Infraestrutura da SEEDF - (Mogin) no sistema "Educa DF Digital".

- Ações Realizadas por meio de Transferência de Recursos Federais

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF), em colaboração com a União, trabalha de forma contínua para assegurar o direito de todos a uma educação pública inclusiva e de qualidade. Esse apoio se concretiza, principalmente, por meio do Plano de Ações Articuladas - (PAR), inserido no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - (Simec) do Ministério da Educação - (MEC), e das transferências especiais e discricionárias realizadas através da plataforma Transferegov.

A SEEDF desempenha um papel essencial na formulação do Plano de Ação, pois assegura que as iniciativas educacionais estejam alinhadas às demandas reais das escolas e às diretrizes estratégicas da Secretaria, garantindo eficiência e transparência na utilização dos investimentos federais. Segue as principais ações realizadas por meio da transferência de recursos federais:

- Plano de Ações Articuladas - (PAR)

O PAR é uma ferramenta estratégica que promove o planejamento de políticas educacionais de médio e longo prazo em colaboração com o MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento



da Educação (FNDE). Essa ferramenta possibilita a continuidade das políticas educacionais e o aprimoramento dos investimentos, por meio de transferências técnicas e financeiras da União.

Em 2024, a SEEDF pactuou um Termo de Compromisso para a construção do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais, com os seguintes valores:

- Valor total do projeto: R\$ 19.374.722,88
- Empenho do FNDE: R\$ 1.000.000,00
- Contrapartida da SEEDF: R\$ 18.374.722,88

Adicionalmente, constam no Simec, 178 Termos de Compromisso para diversas aquisições e obras:

- 35 em fase de prestação de contas;
- 28 com cláusula suspensiva não prorrogados;
- 115 em andamento.

O FNDE liberou, via PAR, o total de R\$ 2.361.210,69, destinado a:

- Formação e material didático do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - (CNCA): R\$ 1.298.989,41;
- Construção de escolas: R\$ 1.062.221,28.

Além disso, foram liberados R\$ 2.117.893,82 para construção de creches pelo Programa Proinfância. A SEEDF também recebeu designações parlamentares que totalizam R\$ 39.834.847,00 para aquisição de mobiliários e construção de escolas.

- Novo PAC e Transferegov

O Transferegov é uma plataforma integrada que facilita o gerenciamento e a transparência das transferências voluntárias da União. Em 2024, a SEEDF cadastrou quatro propostas para construção de instituições educacionais nos bairros Parque do Riacho, Paranoá Parque e Crixá, totalizando R\$ 36.772.984,98:

- Centro de Ensino Fundamental Parque do Riacho: R\$ 12.319.519,51;
- Escola Classe Crixá: R\$ 12.319.519,51;
- Centro de Educação de Primeira Infância Paranoá Parque: R\$ 6.066.972,98;
- Centro de Educação Infantil Paranoá Parque: R\$ 6.066.972,98.

- Programa Dinheiro Direto na Escola – (PDDE)

Recurso federal, o qual é repassado diretamente às contas das instituições educacionais, não integrando o orçamento da Secretaria de Estado de Educação e a SEEDF atua com o contato direto com os gestores das unidades escolares, auxiliando e orientando nas demandas para execução dos recursos referentes ao PDDE.

Nesse sentido, conforme prevê a Resolução CD/FNDE Nº 15, de 16 de setembro de 2021, o Programa Dinheiro Direto na Escola - (PDDE) possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento; a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

A mesma Resolução no Art.6º, no rol de competências da Secretária de Educação, informa como uma de suas atividades quanto à execução do PDDE, o dever de acompanhar, fiscalizar e controlar a execução dos recursos repassados às Unidades Executoras (caixas escolares de cada unidade de ensino) representativas de suas escolas;

Em 2024, 586 escolas, pelo menos, foram beneficiadas por meio de alguma ação do PDDE.

Conforme relatório abaixo, extraído da plataforma PDDE Info, no ano de 2024, até a data de 09/12/2024, foram repassados os seguintes valores referentes ao PDDE e suas ações integradas:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Quadro 13 - Repasses realizados PDDE.

Ano	Programa	Destinação	Região	UF	Rede Atendimento	Quantidade de Escola	Quantidade Alunos	Valor Total R\$
2024	PDDE	PDDE Básico - P1	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	540	30704	4.372.160,00
2024	PDDE	PDDE Básico - P2	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	536	368704	4.349.385,00
2024	PDDE	PDDE Básico - Primeira Infância - P1	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	46	12514	177.815,00
2024	PDDE	PDDE Básico - Primeira Infância - P2	Centro OesteE	DF	Administração Pública Estadual	46	12514	177.815,00
2024	PDDE Estrutura	PDDE Água 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	2	146	53.000,00
2024	PDDE Estrutura	PDDE Campo - 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	7	1376	187.709,00
2024	PDDE Estrutura	PDDE Campo 2021	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	11	2999	324.827,00
2024	PDDE Estrutura	Sala de Recursos Multifuncionais- 2021	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	14	7121	292.000,00
2024	PDDE Estrutura	Sala de Recursos Multifuncionais- 2022	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	7	3991	140.000,00
2024	PDDE Estrutura	Sala de Recursos Multifuncionais 2023	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	1	844	20.000,00
2024	PDDE Estrutura	Sala de Recursos Multifuncionais- 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	33	11126	696.000,00
2024	PDDE Qualidade	Educação Conectada 2023	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	20	11.960	68.128,00
2024	PDDE Qualidade	Educação Conectada 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	374	248429	1.320.514,00
2024	PDDE Qualidade	Educação e Família 2023	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	1	515	R\$ 2.500,00
2024	PDDE Qualidade	Escola e Comunidade 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	16	15378	49.500,00
2024	PDDE Qualidade	Itinerários Formativos - 2 parcela	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	2	3417	32.518,00
2024	PDDE Qualidade	Itinerários Formativos - 3 parcela	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	6	7644	157.793,31
2024	PDDE Qualidade	PDDE Compromisso- Cantinho da 2023	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	7	3579	51.870,00



2024	PDDE Qualidade	PDDE Compromisso- Cantinho da 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	24	14257	207.480,00
2024	PDDE Qualidade	Ensino Médio Noturno Mais 2024	Centro Oeste	DF	Administração Pública Estadual	5	5234	65.435,15

Fonte: SEEDF/SUPLAV; 2024.

- Diagnóstico e Planejamento Estratégico

A SEEDF iniciou em 2024 o Ciclo de Diagnóstico e Planejamento. As etapas incluíram:

Visitas técnicas: Entre 10 de junho e 2 de julho, foram realizadas visitas às 14 Coordenações Regionais de Ensino - (CREs), com escuta ativa e registro de desafios.

Formulários diagnósticos: 633 das 703 escolas da rede pública preencheram integralmente o instrumento, representando mais de 90% de adesão.

Esse diagnóstico resultará no Plano de Ação 2025-2026, incorporando dados consolidados e mapeamento dos programas já em execução para identificar gaps e fortalecer políticas educacionais.

- Atenção à Saúde e Qualidade de Vida

Programa Estações: "Janeiro Branco"

O programa busca estimular o autocuidado dos servidores a partir da Campanha Nacional do "Janeiro Branco". Cujo objetivo é a promoção da conscientização quanto à saúde mental e o bem-estar emocional do servidor, uma vez que, questões emocionais afetam diretamente a produtividade dos servidores, suas famílias, e são causas recorrentes de mal-estar e afastamentos.

Foram desenvolvidas as seguintes ações: Produção e divulgação à rede SEEDF de vídeo informativo sobre o Programa de Acolhimento Psicológico Individual - (PAPSI) e Programa de Prevenção à Dependência Química - (PRODEQ).

Semana Pedagógica - Minicurso sobre Autocuidado e Prevenção à Síndrome de Burnout em Formato Online

Realização de Minicursos, em formato online, destinados à abertura do ano letivo de 2024 com o objetivo de conscientizar os servidores sobre a importância do autoconhecimento e disseminar estratégias de prevenção à Síndrome de Burnout. Os minicursos contaram com as seguintes parcerias: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - (MPDFT), Universidade de Brasília, SEBRAE-DF, Polícia Militar do Distrito Federal - (PMDF) e o Instituto BRB.

Acolhimento Psicológico Individual - Sala da Mulher

Espaço de acolhimento e escuta ativa de servidoras da SEEDF vítimas de violência ou assédio. O objetivo do projeto é: acolher e orientar vítimas de violência ou assédio, ações de promoção de Saúde Mental para servidoras da SEEDF, ações de prevenção ao assédio e promover vivências com temas voltados à saúde integral da mulher.

Ações desenvolvidas: Acolhimento, orientação e encaminhamento (nos casos necessários) de servidoras vítimas de violência ou assédio para atendimento dentro da SEEDF, como por exemplo, mediação de conflitos, e o direcionamento para ações externas, como o acesso a atendimento médico ou psicológico nos serviços de saúde e sociais, além da orientação para formalização de denúncias junto à Delegacia da Mulher ou a solicitação de medidas protetivas.

Programa de Saúde Mental - (PROSM) - Palestras de prevenção ao adoecimento e promoção a saúde mental

Palestras que promovem a reflexão sobre o autocuidado contínuo e cuidado nas relações interpessoais; a prevenção do adoecimento mental relacionado ao trabalho; bem como o compartilhamento de conhecimentos que visam a promoção de saúde e bem-estar dos quais os objetivos são disponibilizar aos servidores efetivos e temporários da SEEDF acesso a



palestras como forma de promoção de qualidade de vida no trabalho, saúde e bem-estar e prevenção ao adoecimento, ofertadas pelos psicólogos e, quando necessário, outros profissionais da saúde desta Diretoria de Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho. Parte do rol de ações do Programa de Saúde Mental - (PROSM), de acordo com a Portaria nº 1.120, de 09 de setembro de 2024.

Projeto Ciclo de Qualidade de Vida no Trabalho, Bem-Estar e Saúde Integral

Projeto destinado às Coordenações Regionais de Ensino e Instituições Educacionais da SEEDF por meio de encontros os quais são oferecidas possibilidades de reflexão referente às temáticas de promoção de qualidade de vida, saúde e bem-estar no trabalho. Os encontros compreendem momentos que abordam, a partir de uma escuta qualificada, vivências práticas e reflexivas visando a qualidade de vida, bem-estar no trabalho e saúde integral.

Programa de Saúde Mental - (PROSM) - Projeto de Acolhimento em Situação de Crise

O projeto de Acolhimento em Situação de Crise busca intervir em situações de crise nas unidades escolares e regionais de ensino da SEEDF, promovendo ações que auxiliem o servidor no enfrentamento dos eventos traumáticos relacionados às situações de: violência e luto vividas no ambiente escolar, no intuito de amenizar os efeitos negativos dessa experiência, tais como danos psíquicos, objetivando o autoconhecimento e o desenvolvimento de novas habilidades de enfrentamento voltadas para a promoção da cultura de paz, e melhoria da qualidade de vida e bem-estar.

O projeto é dividido em três etapas, a saber: a) visita técnica com a gestão; b) as rodas de conversas (podendo ser mais de um encontro, a depender do impacto da crise) - oferece ações de acolhimento psicológico com o intuito de proporcionar suporte emocional, auxiliando na redução dos impactos dessas vivências e promovendo o bem-estar mental dos servidores; e c) feedback com a equipe gestora.

Em 2024, o projeto foi realizado nas seguintes Instituições Educacionais:

- Escola Classe 10 de Ceilândia - 20 servidores atendidos;
- CAIC Assis Chateaubriand de Planaltina - 74 servidores atendidos;
- Escola Classe 803 de Recanto das Emas - 50 servidores atendidos;
- CEF 04 do Guará - 50 servidores atendidos;
- CIL 01 de São Sebastião - 11 servidores atendidos;
- Escola Parque da Natureza Núcleo Bandeirantes - 2 servidores atendidos (visita técnica).

Programa Estações: "Março, mês das Mulheres Educadoras - Oficina Dança do Ventre e Inauguração Sala da Mulher"

Inauguração das ações no espaço "Sala da Mulher" com a apresentação de Dança do Ventre (Auditório Neuza França) com o intuito de convidar servidores à participarem das Oficinas de Dança do Ventre com o objetivo de atuar na transformação das emoções da mulher, incutindo em seu ser mais feminilidade, leveza, suavidade e beleza, ao mesmo tempo em que trabalha confiança, e segurança.

Projeto Ativação Corporal

O projeto ativação corporal visa sensibilizar e conscientização sobre a importância e os benefícios de se praticar atividades físicas e meditativas por meio da apresentação dados de adoecimento dos servidores da SEEDF e sensibilização quanto à importância da adesão às ações do Projeto Ativação Corporal para a promoção de saúde integral.

Para tanto, expõe-se sobre a importância da atividade física, controle do estresse e da ergonomia no ambiente de trabalho, proporcionando vivências com exercícios focados na postura, respiração, alongamentos e mobilidade física, subsidiando a promoção da saúde integral por meio de práticas de autocuidado, além de promover momentos de pausa e integração.

Projeto NutriSer – Escola Classe 303 – Samambaia



O NutriSER foi baseado na iniciativa de promoção da saúde, qualidade de vida, higiene do sono e bem-estar no trabalho por meio de adoção de hábitos alimentares saudáveis. Tem como objetivo oferecer reflexões, vivências e escuta qualificada, abordando temas relacionados à alimentação adequada e saudável, com ênfase no autoconhecimento e autopercepção quanto ao comportamento alimentar, de maneira a prevenir doenças relacionadas a um padrão alimentar inadequado. Participaram do projeto 20 (vinte) servidores no período matutino e 14 (quatorze) servidores no período vespertino.

Programa Estações: “Março, mês das mulheres educadoras – Palestra: O Poder da decisão - Ativando mulheres”

Palestra realizada com o intuito de reunir mulheres educadoras, celebrar o Dia da Mulher e refletir sobre questões de autoconhecimento, empoderamento feminino e autocuidado. Houve a participação de 31 servidoras.

Programa Holos - Espaço da Mulher - Dança do Ventre, Acupuntura, Auriculoterapia e Reiki

O Programa Holos está fundamentado nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - (PICS), que são entendidas como formas de cuidado, tendo como objetivo a promoção da saúde, enfatizando a escuta acolhedora, a construção de laços terapêuticos e a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade.

O Programa HOLOS disponibilizou aos servidores da Sede - SEEDF oficinas de Aromaterapia, Auriculoterapia, Reiki e Dança do Ventre, envolvendo a equipe da Ativação Corporal (educadores físicos e fisioterapeutas) com atividades físicas, práticas de alongamento e yoga.

NutriMeta

O Projeto Nutrimeta se propõe a disseminar técnicas de construção de hábitos saudáveis relacionados à alimentação e à prática de atividade física. Coordenado por duas nutricionistas, o projeto tem ainda a participação de dois educadores físicos.

O objetivo do Projeto é realizar encontros quinzenais, em grupo, com apresentação de metas a serem alcançadas em 4 (quatro) meses. A intenção é que os bons hábitos adquiridos façam parte da rotina do servidor para uma melhor qualidade de vida e bem-estar no ambiente de trabalho e fora dele.

O Projeto NutriMeta foi realizado no período de 11/04/2024 a 04/07/2024, totalizando 8 (oito) encontros presenciais, os quais na maioria das vezes realizados quinzenalmente no turno matutino às quintas-feiras, entre 10h e 11h. O projeto contou com uma carga horária total 15 horas, sendo 6 horas de conteúdo teórico, 6 horas destinadas à avaliação antropométrica dos participantes e 3 horas para responder exercícios propostos e consultar leituras e vídeos com conteúdos complementares às teorias trabalhadas. Foram oferecidas 30 vagas, devido ao número máximo de pessoas que a Sala da Mulher comporta com conforto, local onde o projeto foi realizado.

Programa de Educação Financeira - Projeto Ciclo de Conscientização Financeira: CRE Paranoá

Orientar os servidores da SEEDF quanto à importância da educação financeira de forma que a tomada de decisão, nesta área, possa ser consciente e equilibrada, contribuindo para a redução do grau de endividamento dos servidores da SEEDF, dos índices de adoecimento do profissional desta Secretaria e melhoria de sua qualidade de vida e bem-estar.

O objetivo do programa é discutir novas formas de pensar sobre o consumo e dinheiro, a fim de contribuir na organização de vida dos participantes, no tocante às finanças, contribuindo para a promoção da saúde e melhorando a harmonia dos relacionamentos familiares e a qualidade de vida dos servidores da SEEDF.

Ações Desenvolvidas:

- Projeto Formação de Facilitadores: Capacitação de servidores para atuarem como multiplicadores de conhecimento sobre educação financeira.



- Projeto Ciclo de Conscientização Financeira: Realização de atividades e encontros para promover a conscientização financeira entre os servidores.
- Palestra sobre Educação Financeira: Apresentação de temas voltados para a gestão financeira pessoal e coletiva.
- Roda de Conversa sobre Conscientização Financeira: Encontros interativos para discussão e troca de experiências sobre práticas financeiras saudáveis.

Formação de Facilitadores em Conscientização Financeira no Centro de Ensino Fundamental - CEF 03 - Paranoá

O projeto visa identificar e capacitar, por meio de um processo de formação prática, colaboradores que possam integrar a equipe de facilitadores do Programa de Conscientização Financeira. A formação busca proporcionar o conhecimento necessário para que os participantes se tornem aptos a promover a educação financeira junto aos demais.

Foi realizada capacitação específica para formar facilitadores, preparando-os para atuarem no Programa de Conscientização Financeira, com foco no desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas.

Palestra de Educação Financeira no Centro Interescolar de Línguas - CIL de Sobradinho

Palestras oferecidas à Rede para que seja discutido aspectos da importância da conscientização financeira bem como incentivar a participação nos futuros Ciclos de Conscientização Financeira com o objetivo de orientar os servidores da SEEDF quanto à importância da educação financeira de forma que a tomada de decisão, nesta área, possa ser consciente e equilibrada, bem como divulgar o Projeto Ciclo de Conscientização Financeira.

Projeto Gerenciamento de Estresse para Secretários Escolares - Coordenação Regional de Ensino de Brasília e EC 39 de Ceilândia

O projeto consiste em encontros vivenciais que abordam temas diretamente relacionados ao gerenciamento do estresse, proporcionando aos participantes ferramentas e estratégias para lidar com situações estressantes no ambiente escolar. Com o intuito de proporcionar aos secretários escolares da SEEDF atividades educativas e de conscientização sobre estratégias eficazes para o gerenciamento e controle do estresse. Este projeto tem como base a crescente importância do tema, dado o impacto do estresse excessivo na saúde mental e física, sendo reconhecido como um dos principais desafios de saúde na atualidade.

Durante a implementação do projeto, foram abordados tópicos como psicoeducação sobre o estresse, a influência da alimentação na prevenção e controle do estresse, o impacto da automedicação, a importância da atividade física, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, educação financeira e a construção de um projeto de vida equilibrado.

Programa de Orientação para a Aposentadoria - (POA)

O Programa visa abordar os aspectos psicossociais do processo de aposentadoria, promovendo no indivíduo um processo de reflexão e autoconhecimento. O objetivo é facilitar a transição para a aposentadoria, estimulando o despertar para novas áreas de interesse e aprendizado que auxiliem nesse momento da vida, além de incentivar a descoberta de novas potencialidades e prevenir possíveis conflitos.

O objetivo desse programa é oferecer informações e orientações sobre os aspectos psicossociais da aposentadoria, promovendo a reflexão e o autoconhecimento, com o intuito de facilitar a transição para essa fase da vida. O programa busca despertar o interesse por novas áreas de conhecimento que apoiarão o servidor nesse processo, além de incentivar a busca por novas habilidades, prevenindo conflitos e promovendo uma melhor qualidade de vida.

O programa foi estruturado em encontros dialógicos e interativos, abordando temas psicossociais relacionados à aposentadoria, como aspectos previdenciários, educação financeira, a importância da atividade física para a qualidade de vida, cuidados com a saúde de homens e mulheres, alimentação e nutrição no envelhecimento saudável, oportunidades após a aposentadoria e elaboração de um projeto de vida.



Programa Estações - Ação Maio - Especial das Mães - Bate Papo com Mães Atípicas

Refletir sobre as transformações geradas pela maternidade e a experiência das mães de filhos com deficiência ou condições específicas (como PCDs, síndromes, doenças raras), explorando como esse processo impacta a saúde mental, emocional e física das mulheres.

O Programa Estações visa promover o autocuidado dos servidores por meio de campanhas nacionais sobre diversas temáticas de saúde ao longo do ano. A ação teve como foco a troca de experiências e a valorização das servidoras que são mães de crianças com necessidades especiais, oferecendo um espaço de acolhimento e reflexão.

Programa Estações: Vacine-se!

Em virtude das mudanças climáticas características do mês de Junho, bem como o consequente aumento dos casos de gripe, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e com o apoio da Secretaria de Estado de Saúde realizou dentro do Programa Estações, a ação Vacine-se! com vacinação facilitada contra Covid-19 e Influenza.

O Programa Estações: Vacine-se! possui como foco garantir o processo de imunização facilitada aos servidores da Sede da SEEDF, bem como a conscientização sobre a importância de adesão aos calendários de vacinação.

Ações Desenvolvidas: A ação de imunização para os servidores lotados na Sede, na SEEDF, na Sala da Mulher, com a estimativa de atendimento de 377 profissionais.

Programa de Acolhimento Psicológico Individual - (PAPSI), integrante do Programa de Saúde Mental no Trabalho - (PROSM)

O Programa de Acolhimento Psicológico Individual - (PAPSI) visa atender à necessidade de cuidados em saúde mental para os profissionais da educação do Distrito Federal, com foco na prevenção do sofrimento emocional. Por meio da escuta psicológica individual, o programa busca apoiar os educadores no desempenho de suas funções, reconhecendo a importância de sua saúde mental para a qualidade do ensino. A implementação do PAPSI é especialmente relevante para os professores, uma vez que o sofrimento mental impacta diretamente sua capacidade de ensinar com eficácia e de oferecer o suporte necessário aos estudantes.

O objetivo geral do PAPSI é promover a valorização, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos profissionais da educação, por meio da escuta psicológica individual, no âmbito da SEEDF. Os objetivos específicos incluem: acolher, orientar ou encaminhar os servidores aos serviços públicos de saúde mental do Distrito Federal ou às entidades conveniadas com a SEEDF, além de prevenir ou minimizar o sofrimento emocional dos servidores, de forma psicoeducativa, sem caráter psicoterapêutico.

Ações Desenvolvidas:

- Acolhimento: Realização de escuta psicológica individual para promover o autocuidado e o apoio emocional dos profissionais da educação frente ao sofrimento psíquico.
- Orientação: Orientação psicológica e sugestões de encaminhamentos, conforme as necessidades e demandas apresentadas pelo servidor.
- Encaminhamento: Encaminhamento dos servidores aos serviços públicos de saúde mental do Governo do Distrito Federal ou a entidades conveniadas, conforme o caso.

Programa de Prevenção à Dependência Química - (PRODEQ), parte integrante do Programa de Saúde Mental no Trabalho - (PROSM)

O PRODEQ tem como foco oferecer apoio em saúde mental aos profissionais da educação do Distrito Federal, com ênfase na prevenção do sofrimento psicológico decorrente do uso de álcool e outras substâncias, por meio de acolhimento especializado individualizado.

Os objetivos do programa são: planejar, coordenar e executar atividades preventivas aos profissionais da educação acometidos por problemas relacionados ao uso de álcool e de outras drogas, na perspectiva de promoção à saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho, no âmbito da SEEDF.

A realização desse programa conta com a parceria da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - Programa de Atenção ao Dependente Químico (SUBSAUDE/PADQ),



conforme o Decreto n.º 41.747, de 28 de janeiro de 2021 e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD).

Projeto Acolhimento em Situação de Crise do Programa de Saúde Mental - (PROSM)

O Projeto Acolhimento em Situação de Crise é estruturado em três etapas: visita técnica com a gestão, realização de rodas de conversa e feedback com a equipe gestora. Implementado conforme a demanda das Coordenações Regionais de Ensino ou das Instituições Educacionais, o projeto visa promover uma cultura de paz na Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - (SEEDF). Por meio de vivências e técnicas como gerenciamento do estresse e ansiedade, mindfulness, treinamento de habilidades sociais e comunicação assertiva, escrita terapêutica e escuta especializada, busca-se prevenir e superar crises de maneira construtiva e pacífica. A proposta baseia-se em valores de tolerância, solidariedade e utiliza o diálogo, a negociação e a mediação como pilares para enfrentar os conflitos, reconhecendo que, embora as crises sejam inevitáveis, a abordagem para enfrentá-las pode ser transformada em uma oportunidade de aprendizagem e resolução saudável.

O projeto visa intervir nas situações de crise enfrentadas por servidores e pela comunidade escolar, auxiliando no enfrentamento de eventos traumáticos, como violência e luto, experienciados no ambiente escolar. Seu objetivo é mitigar os impactos negativos desses acontecimentos, como os danos psíquicos, promovendo o autoconhecimento e o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento. A ação busca fomentar uma cultura de paz, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos envolvidos, além de incentivar práticas que favoreçam a resolução pacífica dos conflitos.

Foram realizados encontros de acolhimento em situação de crise nas seguintes unidades escolares: CEF 04 do Guará: (50 servidores presentes na ação), CEF 418 de Santa Maria (48 servidores), CEF Bosque de São Sebastião (2 servidores), EC 05 de Planaltina (30 servidores), EC 07 de Planaltina (32 servidores) e Centro Educacional Stella dos Cherubins Guimarães Tróis de Planaltina (29 servidores), CEM Elefante Branco do Plano Piloto (60 servidores), Unigep de São Sebastião (13 servidores), CEF 407 de Samambaia (26 servidores), EC 16 de Planaltina (2 servidores), EC Rua do Mato de Sobradinho (15 servidores).

Palestras de prevenção ao adoecimento e promoção a saúde mental - Programa de Saúde Mental - (PROSM)

Essas ações têm como objetivo divulgar as iniciativas voltadas ao cuidado dos servidores da SEEDF, como o Acolhimento Psicológico Individual (PAPSI) e o Programa de Prevenção à Dependência Química (PRODEQ), além de promover a conscientização sobre a importância da saúde mental e comportamental. Durante as palestras, são abordados temas como autopercepção, as relações interpessoais no ambiente de trabalho e os cuidados essenciais para a manutenção do bem-estar psíquico dos servidores.

A meta é oferecer aos servidores da SEEDF, tanto efetivos quanto temporários, a oportunidade de participar de palestras e encontros voltados à promoção da qualidade de vida no trabalho, saúde e bem-estar. O programa visa a prevenção ao adoecimento mental e o fortalecimento da saúde emocional, por meio de ações conduzidas por psicólogos e, quando necessário, por outros profissionais da saúde. Resultados Alcançados: No total foram atendidos 230 servidores nas palestras do PROSM durante todo o ano (CIL 01 de Samambaia - 25 servidores atendidos; EC 431 de Samambaia - 38 servidores atendidos; EC Vila Nova - São Sebastião - 47 servidores atendidos).

Projeto Gerenciamento de Estresse para Professores da Escola Classe 21 da Ceilândia

O projeto visa apoiar os servidores na identificação, prevenção e gestão do estresse, fornecendo ferramentas para o reconhecimento de suas causas e etapas, e promovendo estratégias eficazes para lidar com essa condição, além de incentivar práticas de autocuidado relacionadas à saúde mental.

O objetivo desse trabalho é auxiliar os servidores a identificar e compreender o estresse, reconhecendo suas causas e fases, e orientá-los na adoção de estratégias para seu



gerenciamento. O programa também busca promover o autocuidado, estimulando o bem-estar físico e emocional, além de proporcionar o intercâmbio de conhecimentos sobre estresse e métodos para sua gestão, integrando perspectivas de diferentes áreas.

O projeto iniciou-se em junho do corrente ano, com encontros realizados em dois turnos. Durante esses encontros, os participantes foram envolvidos em atividades de psicoeducação sobre o estresse, desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a importância da atividade física na prevenção do estresse, e discussões sobre educação financeira e construção de projetos de vida.

Projeto Ciclo de Qualidade de Vida no Trabalho, Bem-Estar e Saúde Integral

O projeto visa proporcionar aos servidores da SEEDF encontros vivenciais com atividades práticas que abordam temas essenciais sobre Qualidade de Vida no Trabalho e Saúde Integral. O objetivo é sensibilizar os participantes para a importância de mudanças comportamentais que podem ter um impacto positivo na saúde mental e no bem-estar geral, incentivando uma abordagem mais holística e preventiva.

Ofereceu-se aos servidores lotados nas Coordenações Regionais de Ensino e Instituições Educacionais experiências de reflexão e escuta qualificada, abordando questões relevantes para a promoção da qualidade de vida, do bem-estar no ambiente de trabalho e da saúde integral. O projeto busca incentivar a problematização e reflexão sobre temas que favoreçam a adoção de hábitos saudáveis e a melhoria contínua da saúde emocional e física.

O projeto foi realizado sob demanda, com implementação nas seguintes instituições: Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas (31 servidores atendidos); CEF 404 de Samambaia (30 servidores atendidos); CED 16 de Ceilândia (40 servidores atendidos); CEF Doutora Zilda Arns; (28 servidores atendidos); Escola Classe 108 Sul (16 servidores atendidos).

Projeto ativação corporal

O Projeto de Ativação Corporal visa promover a saúde integral e o bem-estar dos servidores por meio de atividades físicas que incentivam um estilo de vida saudável. As práticas, incluem exercícios focados na prevenção de doenças osteomusculares e transtornos emocionais, contribuindo para a adoção de hábitos mais saudáveis, tanto no contexto profissional quanto pessoal.

O propósito foi oferecer aos servidores sessões de ativação corporal, com ênfase em alongamento, respiração, meditação, mobilidade articular e correção postural. O intuito é melhorar o bem-estar físico e emocional dos participantes, incentivando a prática regular de exercícios e promovendo uma postura mais saudável no ambiente de trabalho.

Ações Desenvolvidas:

- Sensibilização: Conscientização dos servidores sobre a importância de hábitos saudáveis e da adoção de um estilo de vida mais ativo.
- Pausas para o bem-estar: Implementação de momentos de descanso e integração, promovendo a prática de atividades físicas e meditativas durante o expediente.
- Orientações Posturais: Ensino de técnicas de correção postural, visando reduzir o impacto negativo de posturas inadequadas no desempenho laboral e na saúde física dos servidores.
- Integração e Estímulo: Promoção de atividades que estimulem a prática contínua de exercícios físicos e momentos de relaxamento, com foco no equilíbrio entre saúde mental e física.

Programa Estações - Setembro Amarelo: Divulgação do Protocolo de Posvenção do Suicídio

Alinhado à campanha Setembro Amarelo, iniciada em 2014 pela Associação Brasileira de Psiquiatria - (ABP) e o Conselho Federal de Medicina - (CFM), que visa conscientizar sobre os transtornos mentais e a prevenção do suicídio, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF) reforça seu compromisso com a promoção da saúde mental e a implementação de práticas de apoio aos servidores da rede pública de ensino. O programa



busca fortalecer as iniciativas de prevenção e posvenção, criando um ambiente mais sensível e preparado para lidar com questões emocionais e psicológicas no contexto escolar.

O projeto visa capacitar e orientar os servidores da SEEDF sobre a posvenção do suicídio, destacando-a como uma estratégia essencial para a prevenção do suicídio. O objetivo é promover uma conscientização abrangente sobre o tema, incentivando a adoção de práticas eficazes e humanizadas no ambiente de trabalho, que contribuam para o acolhimento de indivíduos em risco e a promoção de um ambiente emocionalmente saudável.

Foi realizado um evento conjunto com a Central de Informações Toxicológicas e Atendimento Psicossocial - (CEITAP) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - (SAMU 192). Durante o evento, foram apresentados o Protocolo de Posvenção do Suicídio, a Cartilha de Prevenção do Suicídio e o Guia de Primeiros Cuidados Psicológicos, com o intuito de capacitar os servidores sobre como agir de forma responsável e eficaz diante de situações de risco, promovendo uma abordagem sensível e qualificada em momentos críticos.

Programa Estações - Feira de Saúde - Mês do Servidor, Outubro Rosa e Novembro Azul

Sensibilizar os servidores para a importância do cuidado com a saúde física e mental, por meio da divulgação de campanhas nacionais de conscientização ao longo do ano, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, e do reconhecimento da importância do Mês do Servidor Público. Essas datas celebram a união de esforços em prol da prevenção do câncer de mama e do câncer de próstata, além de promover o bem-estar dos profissionais da educação, ressaltando que ações de promoção da saúde no ambiente de trabalho são fundamentais para garantir uma vida mais saudável, produtiva e com melhor qualidade de vida.

O evento teve como objetivo central promover a valorização dos servidores da SEEDF, destacando a importância da saúde integral e mental no cotidiano do trabalho. Com uma programação diversificada e inclusiva, a Feira de Saúde visou sensibilizar os participantes sobre a importância de adotar comportamentos saudáveis e realizar a prevenção de doenças. Com estandes e atividades interativas, os servidores puderam acessar informações sobre cuidados com a saúde, experimentar práticas de bem-estar e discutir questões relacionadas à saúde física e emocional.

Ações Desenvolvidas: A 1ª Feira de Saúde para Servidores da SEEDF foi realizada nos dias 06 e 07 de novembro de 2024, nos auditórios 1 e 2 da sede da SEEDF, e contou com uma série de atividades e palestras com foco no autocuidado e na promoção da saúde. A programação incluiu:

- Orientações sobre exames preventivos e cuidados médicos.
- Aula de Pilates com aparelhos, promovendo a mobilidade e a saúde corporal.
- Bate-papo sobre Saúde Integral da Mulher: Compartilhando saberes e experiências sobre a saúde física e emocional da mulher.
- Aula de Zumba: Movimento e alegria, incentivando a prática de atividades físicas.
- Bate-papo sobre Masculinidade: Reflexão sobre a saúde mental e emocional dos homens no contexto social e no ambiente de trabalho.
- Yoga do Guerreiro: Aula de yoga para fortalecimento físico e mental, com foco no empoderamento masculino.
- Bem-Vindos à Jornada: Diálogos para Novos Servidores: Orientações e troca de experiências para promover a integração e o bem-estar dos novos servidores.
- Descomplicando Finanças: Primeiros Passos para Mudança de Comportamentos: Palestra sobre saúde financeira e como os hábitos financeiros impactam o bem-estar geral.
- Pratique Movimento: Atividades práticas que estimulam a integração do corpo e da mente no ambiente de trabalho.
- Diálogos Abertos: Experiências de PCDs e Servidores Readaptados: Compartilhamento de vivências para promover a inclusão e o bem-estar de servidores com deficiência e readaptados.



- Bate-papo sobre Saúde Pélvica: Palestra com especialista fisioterapeuta sobre cuidados com a saúde pélvica, promovendo mais qualidade de vida para homens e mulheres.

Programa HOLOS

O Programa HOLOS visa promover a saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho, integrando Práticas Complementares e Integrativas em Saúde - (PICS) para os servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - (SEEDF). Por meio de terapias como Reflexologia Podal, Auriculoterapia, Aromaterapia, Uso de Óleos Essenciais e Medicina Tradicional Chinesa (MTC), o programa proporciona aos servidores um apoio para a promoção da saúde e prevenção de doenças, além de promover o equilíbrio físico, mental e emocional.

O Programa tem como objetivo oferecer aos servidores da SEEDF, de forma gratuita, o acesso a práticas de saúde integrativas e complementares, além de atividades físicas e socioculturais, com foco na promoção de qualidade de vida, saúde e bem-estar no ambiente de trabalho. Essas atividades são oferecidas por meio do voluntariado, tanto pelos próprios servidores da instituição quanto em parcerias institucionais, com a intenção de prevenir o adoecimento e proporcionar um espaço de cuidado integral e colaborativo.

Foram desenvolvidas uma variedade de ações/atividades voltadas ao bem-estar, incluindo oficinas de Aromaterapia, Auriculoterapia, Reiki, Medicina Tradicional Chinesa - (MTC) e Dança do Ventre. A equipe de Ativação Corporal, composta por educadores físicos e fisioterapeutas, também promoveu sessões de alongamento e yoga, focadas na melhoria da saúde física e na redução do estresse. As atividades foram conduzidas por servidores voluntários da própria SEEDF, além de parcerias com instituições externas, proporcionando um ambiente de cuidado integral e apoio à saúde no local de trabalho.

Semana do Bem Estar 2024

A Semana do Bem-Estar 2024 foi uma iniciativa focada em promover momentos de pausa, relaxamento e alívio para os servidores da SEEDF. Por meio de uma parceria estratégica, foi criado um espaço acolhedor, equipado com aparelhos de massagem para o alívio de tensões e redução de dores, proporcionando alívio físico e mental. A ação teve como objetivo ajudar os servidores a recuperarem sua energia, favorecendo o bem-estar e a saúde no ambiente de trabalho.

O objetivo do trabalho é oferecer aos servidores da SEEDF um tempo de descanso e relaxamento, proporcionando massagens terapêuticas com aparelhos especializados, que atuam em áreas específicas do corpo, como lombar, pescoço, panturrilhas, pernas e articulações. O intuito é reduzir a tensão muscular e promover o equilíbrio físico e mental no contexto de trabalho.

Durante a Semana do Bem-Estar, foi montado um espaço dedicado ao relaxamento, com a disponibilização de aparelhos de massagem para os servidores da SEEDF. O objetivo era garantir uma pausa revigorante e promover o alívio das tensões corporais, criando um ambiente que favorecesse o descanso e a recuperação física dos participantes.

Workshop "O Poder da Comunicação Não Verbal: Como Transmitir Confiança e Credibilidade em Apresentações" na Semana do Bem-Estar.

O propósito do projeto é proporcionar um espaço de aprendizado e troca de experiências sobre como aprimorar a comunicação não verbal, promovendo maior autoconhecimento quanto aos posicionamentos e posturas no contexto profissional, com o objetivo de transmitir mais confiança e assertividade durante interações e apresentações.

O workshop abordou a importância da comunicação não verbal na criação de apresentações impactantes, destacando como gestos, expressões faciais e postura podem transmitir confiança, credibilidade e fortalecer a mensagem. Através dessa abordagem, os participantes aprenderam a utilizar suas próprias expressões corporais para melhorar a eficácia e a percepção de suas apresentações no ambiente de trabalho.

O workshop contou com uma palestra interativa, na qual os participantes receberam dicas práticas sobre como aprimorar sua comunicação não verbal, além de realizar exercícios de



autopercepção e feedbacks sobre postura, gestos e expressões faciais no ambiente de trabalho.

A SEEDF destaca que, ao longo de 2024, as ações, projetos e programas voltados à promoção da saúde e bem-estar no ambiente de trabalho, bem como à prevenção do adoecimento, impactaram positivamente uma média de 6.947 servidores.

Quadro 14 - Resumo das Atividades - Atenção à Saúde e Qualidade de Vida

Ação, Projeto ou Programa	Participantes 2024
Programa Estações: "Janeiro Branco", Março Mês das Mulheres Educadoras	2840 visualizações
Programa Estações: "Março, Mês das Mulheres Educadoras - Apresentação Dança do Ventre e Sala da Mulher"	33
Programa Estações - Ação Maio - Especial das Mães - Bate Papo com Mães Atípicas	22
Programa Estações: Vacine-Se!	377
Programa Estações - Setembro Amarelo: Divulgação do Protocolo de Posvenção do Suicídio	165
Feira de Saúde: Dia do Servidor, Outubro Rosa, Novembro Azul	261
Acolhimento Psicológico Individual - Sala da Mulher	4
Palestras de Prevenção ao Adoecimento e Promoção a Saúde Mental - Programa de Saúde Mental - (PROSM)	230
Projeto Ciclo de Qualidade de Vida no Trabalho, Bem-Estar e Saúde Integral	265
Projeto de Acolhimento em Situação de Crise - Programa de Saúde Mental - (PROSM)	552
Projeto Ativação Corporal nas Salas de Trabalho	673
Projeto Ativação Corporal - SUGEP - Espaço da Mulher	335
Projeto Ativação Corporal - Ações Externas Pontuais - Agosto e Outubro	717
Projeto NutriSER	34
Programa Holos - Espaço da Mulher	149
NutriMeta	28
Gerenciamento de Estresse	38
Ciclo e Conscientização Financeira - Programa de Educação Financeira	116
Formação de Facilitadores em Conscientização Financeira no Centro de Ensino Fundamental	2
Palestra de Educação Financeira no Centro Interescolar de Línguas	30
Programa de Orientação para a Aposentadoria - POA	71
Palestra "O Poder da Comunicação Não Verbal: Como Transmitir Confiança e Credibilidade em Apresentações" Na Semana do Bem-Estar	69
Semana do Bem Estar 2024	982
Programa de Acolhimento Psicológico Individual - (PAPSI)	47
Programa de Prevenção à Dependência Química - (PRODEQ)	8
Programa de Prevenção à Dependência Química - (PRODEQ) - 1 Ciclo de Prevenção	79
Lançamentos de Readaptações e Restrições de Funções Temporárias no Sistema de Gestão de Recursos Humanos - (SIGRH), Publicações de Readaptações no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF	1.152
Atendimento aos Servidores Readaptados e Servidores com Deficiência	480

Fonte: SEEDF/SUGEP, 2024.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal cumpriu o conjunto das ações propostas no Programa 6221 - EducaDF do Plano Plurianual 2024 - 2027, bem como, os demais Programas complementares, em 2024.

Na Educação Infantil, enfatiza-se o encerramento do ano com 50.019 crianças na pré-escola e de 23.431 em creches das instituições parceiras, dos Centros de Educação da Primeira Infância da SEEDF e das participantes do Programa de Benefício Educacional-Social (PBES) - Cartão Creche, representando um crescimento no atendimento das creches 15,4% nas matrículas, em face de 2023, cujo quantitativo de matrículas era de 20.305 em creches. Para este público foi dada continuidade às ações realizadas por meio de programas e projetos



pautados no entendimento da criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva” (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), bem como, nos eixos estruturantes das interações e das brincadeiras, assegurando aos estudantes desta etapa os direitos de aprendizagem e desenvolvimento a que fazem jus, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular.

Com relação ao Ensino Fundamental, os esforços foram centrados no acompanhamento sistemático dos processos de ensino e aprendizagem, em especial no que se refere à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, com vistas à redução da incompatibilidade idade/ano e à permanência com sucesso escolar, cumprindo o disposto na Meta 2, Estratégia 2.2 do Plano Distrital de Educação, de “implementar políticas públicas para a correção da distorção idade/série nos anos iniciais e finais do ensino fundamental” e do Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022, que instituiu a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. No caso da reconstrução das suas trajetórias escolares, destaca-se a execução do Programa SuperAção, instituído por meio da Portaria nº 133/2023-CEDF, de 15 de fevereiro de 2023, tem por objetivo assegurar o atendimento aos estudantes do Ensino Fundamental em situação de incompatibilidade idade/ano e reconstruir suas trajetórias escolares, levando-os ao fluxo escolar adequado com sucesso. Em 2024, foram formadas 26 turmas específicas do Programa SuperAção, sendo 2 turmas de 2º ciclo e 24 turmas de 3º ciclo, em 17 unidades escolares de 7 Coordenações Regionais de Ensino.

No Ensino Médio, deu-se foco a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) com adesão de todas as instituições educacionais que ofertam a modalidade. Ainda, ressalta-se o Programa Ensino Médio Mais, instituído pela Portaria nº 653, de 11 de julho de 2024, que visa fomentar a construção de propostas de Ensino Médio com foco na melhoria da qualidade de ensino, priorizando apoio técnico e financeiro às escolas que ofertam Ensino Médio noturno presencial. Projetos e ações desenvolvidos, bem como, as parcerias firmadas abrangeram a maioria das instituições educacionais que ofertam o Ensino Médio, corroborando com a efetivação das aprendizagens essenciais das diversas áreas do conhecimento que compõem a Formação Geral Básica, e, também, com as relacionadas à política, à cidadania participativa, ao empreendedorismo.

Dentro da Educação Profissional a série “VI Diálogos da Educação Profissional e Tecnológica” gerou resultados significativos para o fortalecimento das práticas de educação empreendedora e para a preparação dos participantes frente aos desafios do mercado de trabalho. Bem como, a realização de parcerias estratégicas que fortaleceram a integração entre Educação Básica e Educação Profissional, ampliando o acesso às oportunidades formativas. Destacando que, em 2024, foram oferecidas aproximadamente 6.250 vagas por semestre para o ingresso nos cursos de EPT.

Políticas, programas, projetos e ações essenciais foram desenvolvidos para fomentar e desenvolver aspectos do conhecimento e da formação integral, tais como: o letramento científico e tecnológico; o despertar do interesse e o aprofundamento em áreas específicas como a matemática; o esclarecimento para a vida política e cidadã; a saúde física; a efetiva participação da família na vida escolar de seus filhos; o diálogo respeitoso; a alteridade; o empreendedorismo; a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade; a igualdade de gênero; a divulgação e o fomento para o exercício de direitos; a alteridade; a cultura de paz, entre muitos outros, alcançando profissionais da educação e estudantes em todas as distintas etapas e modalidades que compõem a rede de escolas públicas.

Destaca-se o fomento à agricultura familiar local e da RIDE, no ano de 2024, garantido com a aquisição de frutas, vegetais, hortaliças, produtos lácteos, e alimentos não perecíveis oriundos de contratos com organizações rurais familiares. Além disso, é imperioso destacar que no exercício de 2024 foi mantida a aquisição de gêneros alimentícios orgânicos provenientes de agricultores familiares do Distrito Federal para atendimento das instituições educacionais. Também, importante ressaltar que esta SEEDF efetuou estudos técnicos para a aquisição de gêneros alimentícios para compor os cardápios do ano letivo de 2024 e 2025,



com a inserção de novos gêneros alimentícios para dessa forma, manter a oferta de uma alimentação escolar de qualidade, saborosa e saudável.

Outra realização importante da SEEDF foram as distintas ações realizadas com vistas ao bem-estar, à qualidade de vida e à saúde no trabalho, para os profissionais da educação, envolvendo: mapeamento da realidade vivida pelos servidores em suas unidades setoriais; informação, esclarecimento e conscientização sobre bem-estar, qualidade de vida e saúde mental relacionadas ao trabalho; escuta, acolhimento, partilha de experiências, reflexão e integração dos servidores, inclusive para o enfrentamento de eventos traumáticos vividos no ambiente escolar; entre muitas outras iniciativas.

Diante do exposto, evidencia-se a grandeza dos serviços prestados à comunidade do Distrito Federal pela SEEDF, em 2024, seja em números, seja no aprimoramento dos fundamentos, processos e resultados de suas ações, ou ainda, na coerência entre sua missão e suas ações.



18904 - FUNDO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A criação do Fundo da Universidade do Distrito Federal - FunDF decorre da promulgação da Emenda à Lei Orgânica nº 123, de 2021, que acresce o art. 240-A* à Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF. Destinado a garantir recursos para obras necessárias à estruturação da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF, bem como suporte a projetos, pesquisas e inovação, o FunDF tem atribuído à sua composição orçamentária dotação mínima percentual da receita corrente líquida do Distrito Federal, em percentuais escalonados, conforme prevê o Art. 240-A, §§ 1º, 2º e 3º, da LODF:

Art. 240-A O Poder Executivo criará e manterá o Fundo da Universidade do Distrito Federal – FunDF, atribuindo-lhe dotação mínima percentual da receita corrente líquida do Distrito Federal.

§ 1º A dotação mínima de que trata o caput, destinada a garantir recursos para obras necessárias a sua estruturação, projetos, pesquisas e inovação, é de:

- I – 0,08% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2022;
- II – 0,15% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2023;
- III – 0,2% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2024;
- IV – 0,3% da receita corrente líquida do Distrito Federal, em 2025.

§ 2º A dotação mínima de que trata o caput, destinada a garantir recursos para projetos, pesquisas e inovação, é de 0,08% da receita corrente líquida do Distrito Federal a partir de 2026.

§ 3º Os recursos não utilizados anualmente na forma dos §§ 1º e 2º constituem superávit financeiro para utilização em exercícios subsequentes, sem qualquer dedução da parcela devida do exercício vigente.

Publicada em novembro de 2021, a norma determina ao Poder Executivo a criação e manutenção do Fundo. Por se tratar de ato privativo do chefe do Poder Executivo, foi editado o Decreto nº 42.987, de 07 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a criação do FunDF, cria o Conselho Administrativo e dá outras providências, detalhando aspectos gerais do funcionamento do Fundo e prevendo competências e representatividade dentro de seu Conselho Administrativo.

A norma em comento, em seu art. 4º, apresenta as seguintes finalidades do FunDF:

- I - Desenvolver a política de educação superior pública distrital por meio do financiamento de projetos relacionados a tal fim;
- II - Expandir a oferta de cursos da UnDF, no âmbito do Distrito Federal e Entorno;
- III - Fomentar e implementar projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura alinhados com as diretrizes de atuação da Universidade;
- IV - Contribuir com a elaboração, o planejamento e a avaliação das políticas de desenvolvimento regionais;
- V - Incentivar a formação de recursos humanos para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, inclusive em relação à formação continuada dos corpos docente e técnico administrativo da UnDF;
- VI - Financiar os programas de assistência estudantil;
- VII - Custear, integral ou parcialmente, bolsas de estudo internas e/ou voltadas ao intercâmbio de estudantes, docentes e servidores;
- VIII - Permitir a construção e manutenção de obras necessárias à infraestrutura da Universidade;



IX - Incentivar e implementar projetos voltados à inovação e ao desenvolvimento tecnológico no Distrito Federal;

X - Fazer pagamentos, firmar contratos e realizar processos licitatórios em prol de projetos necessários à implementação da UnDF;

XI - Apoiar demais programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Administrativo;

XII - Desenvolver outras atividades, desde que relacionadas ao objetivo do Fundo.

Além disso, o referido Decreto define o Conselho Administrativo como órgão de caráter colegiado e responsável pelas decisões concernentes à aplicação dos recursos do Fundo (cf. art. 5º), prevendo, no art. 11, a seguinte composição:

I - Reitor(a) da UnDF, na condição de presidente;

II - Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, na condição de vice-presidente;

III - Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento do Distrito Federal;

IV - Chefe da Unidade de Planejamento e Programação Orçamentária da UnDF;

V - Representante do corpo docente da UnDF, eleito por seus pares;

VI - Representante do corpo discente da UnDF, eleito por seus pares;

VII - Representante do corpo técnico-administrativo da UnDF, eleito por seus pares;

VIII - Representante da sociedade civil.

A recente criação e formalização do FunDF, balizada, primeiramente, pela designação formal dos membros pelo Chefe do Poder Executivo no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 103, de 01 de junho de 2023, e efetivada, por meio de cerimônia de posse, no dia 04 de agosto de 2023, adquiriu robustez e efetividade de suas ações com maior efetividade no ano de 2024. Subsidiados pelo Regimento Interno do FUnDF que disciplina e regulamenta a organização e funcionamento do Fundo, os Conselheiros se reuniram em agendas ordinárias mensais durante todo o ano de 2024, apreciando pautas relativas a seu escopo de atuação.

Os atos normativos, pautas das reuniões, atas e demais documentos relativos à atuação do Conselho Administrativo do FUnDF estão disponíveis para amplo acesso no sítio eletrônico da UnDF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0



Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

O FunDF não possui quadro próprio de servidores. Sua gestão e administração é de responsabilidade do Conselho Administrativo, órgão de caráter colegiado e responsável pelas decisões concernentes à aplicação dos recursos do Fundo, com seus membros nomeados por Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo, publicado no DODF nº 103, de 01 de junho de 2023 e DODF nº 129, de 09 de julho de 2024.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	100000,0	100000,00	0	0
0004 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,00	0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	100000,00	100000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

O programa não contou com execução financeira na **Ação 2426** - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família. A contratação de mão de obra prisional dirigida aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, ainda em fase de estudos técnicos. No entanto, será custeada pela UnDF na UO 18203.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5500000,0	3500000,00	871032,5	871032,5
0023 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	5500000,0	3500000,00	871032,5	871032,5
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2000000,0	2000000,00	0	0
0013 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	2000000,0	2000000,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	3600000,0	1900000,00	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO - DISTRITO FEDERAL	3600000,0	1900000,00	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1600000,0	1600000,00	0	0
0002 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	1600000,0	1600000,00	0	0
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	3000000,0	2000000,00	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	3000000,0	2000000,00	0	0
2175 - FOMENTO À PESQUISA	5000000,0	4000000,00	0	0
0004 - FOMENTO À PESQUISA - FOMENTO À PESQUISA - DISTRITO FEDERAL	5000000,0	4000000,00	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	3000000,0	2000000,00	0	0
0005 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	3000000,0	2000000,00	0	0
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	1200000,0	1200000,00	0	0
0003 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DISTRITO FEDERAL	1200000,0	1200000,00	0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	2700000,0	2700000,00	0	0
0003 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS - DISTRITO FEDERAL	2700000,0	2700000,00	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	600000,0	600000,00	0	0
0009 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS - REALIZAÇÃO DE EVENTOS - DISTRITO FEDERAL	600000,0	600000,00	0	0
3982 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR	6000000,0	5000000,00	0	0
0014 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES - DISTRITO FEDERAL	6000000,0	5000000,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	1100000,0	1100000,00	0	0
0012 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS - DISTRITO FEDERAL	1100000,0	1100000,00	0	0
4063 - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	5400000,0	5400000,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - DISTRITO FEDERAL	5400000,0	5400000,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	400000,0	400000,00	0	0
0012 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- DISTRITO FEDERAL	400000,0	400000,00	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	300000,0	300000,00	0	0
0004 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS - DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,00	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	200000,0	200000,00	0	0
0002 - APOIO A EVENTOS - APOIO A EVENTOS - DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,00	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	500000,0	500000,00	0	0
0008 - APOIO A PROJETOS - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	500000,0	500000,00	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	1000000,0	1000000,00	0	0
0001 - TRANSPORTE DE ALUNOS - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,00	0	0
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	1600000,0	1600000,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS - DISTRITO FEDERAL	1600000,0	1600000,00	0	0
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE- COLABORADOR	2000000,0	2000000,00	0	0
0002 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE- COLABORADOR - DISTRITO FEDERAL	2000000,0	2000000,00	0	0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	2500000,0	2500000,00	0	0
0004 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - DISTRITO FEDERAL	2500000,0	2500000,00	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	3100000,0	3100000,00	0	0
0002 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - DISTRITO FEDERAL	3100000,0	3100000,00	0	0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	800000,0	800000,00	0	0
0004 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA - DISTRITO FEDERAL	800000,0	800000,00	0	0
9131 - AUXÍLIO ESTUDANTIL	2400000,0	2400000,00	0	0
0001 - AUXÍLIO ESTUDANTIL-DF ENTORNO	2400000,0	2400000,00	0	0
TOTAL - 6221 - EDUCADF	55500000,00	47800000,00	871032,50	871032,50



Programação Orçamentária Realizada

A **Ação 1471** - Modernização de Sistema de Informação, foi utilizada para a aquisição de notebooks, juntamente com licenças de uso de Sistema Operacional Microsoft Windows 10 Pro pré-instalado, com garantia de manutenção e/ou suporte técnico on-site de 48 meses.

Programação Orçamentária não Executada

Algumas despesas já foram objetos de apreciação e aprovação pelo Conselho Administrativo do FunDF em 2024, contudo, ainda não houve execução financeira, visto que os processos ainda estão em fase de finalização. Dentre eles, está a contratação de Solução Integrada de Simulação Realística (Modelos Anatômicos de Alta Precisão) - ESCS/UnDF, que se encontra em fase de licitação (processo SEI 04030-00000263/2024-71) e a contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de organização de eventos e serviços correlatos, que está na etapa de formalização de contrato.

8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	2548050,0	2548050,00	880337,64	853915,42
0005 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL	2548050,0	2548050,00	880337,64	853915,42
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6543469,0	4743469,00	0	0
0015 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - DISTRITO FEDERAL	6543469,0	4743469,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	200000,0	200000,00	0	0
0018 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,00	0	0
TOTAL - 8221 - EDUCAÇÃO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	9291519,00	7491519,00	880337,64	853915,42

Programação Orçamentária Realizada

A despesa com o Contrato nº 19/2023 - UnDF, relativo à prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva, e serviços eventuais, por demanda, com o fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, máquinas, equipamentos, para atender às necessidades de imóvel sob a responsabilidade da UnDF, é executada na **Ação 2396** - Conservação das estruturas físicas de edificações públicas.

Programação Orçamentária não Executada

Não foi apresentada demanda ao Conselho do FunDF que onerasse as ações orçamentárias 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais e 8505 - Publicidade e Propaganda.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Realizações extraordinárias

O Conselho de Administração do Fundo da Universidade do Distrito Federal - CADFunDF tem sua organização e normas de funcionamento balizadas pelo Regimento Interno, aprovado na 3ª Reunião realizada no dia 24/11/2023.

As reuniões ordinárias do Conselho Administrativo têm frequência mensal e são conduzidas pelo(a) presidente ou conselheiro(a) suplente, conforme calendário estabelecido.

Isto posto, foram objetos de apreciação e aprovação pelo CADFunDF, contudo sem execução financeira em 2024, as seguintes despesas:

1. Contratação de Solução Integrada de Simulação Realística (Modelos Anatômicos de Alta Precisão) - ESCS/UnDF, aprovado na 8ª Reunião realizada em 09/08/2024. Em fase de licitação;
2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de organização de eventos e serviços correlatos, aprovado na 9ª Reunião realizada em 25 de outubro de 2024. Em fase de formalização de contrato;
3. Pagamento dos auxílios estudantis (permanência, creche, transporte e saúde mental), concedidos por meio do Edital de Seleção Unificada nº 02/2024 – UNDF/REIT, aprovado na 9ª Reunião realizada em 25 de outubro de 2024. Início do pagamento em 2025;
4. Pagamento de Bolsas de Iniciação Científica para o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC) e para o Programa Institucional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIDTI) da UnDF, apreciado na 10ª Reunião realizada em 20 de dezembro de 2024. Início do pagamento em 2025.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

É relevante observar que os recursos destinados ao Fundo foram executados no exercício de 2024 e aprovados para o exercício 2025, demonstrando, a partir da atuação diligente do Conselho Administrativo do Fundo, o empenho de ações e esforços para analisar, prospectar, analisar e sugerir processos e procedimentos a serem adotados com vistas a uma execução orçamentária cada vez mais aderente às suas competências e atinentes às necessidades da UnDF.

Importante pontuar que os recursos de 2024 não executados deverão compor o orçamento de 2025 do FunDF, considerando a previsão de superávit financeiro para utilização em exercícios seguintes, conforme § 3º do Art 240-A da Lei Orgânica do DF.

Para garantir o pleno cumprimento às finalidades do FunDF, as expectativas para o próximo exercício dizem respeito aos membros do Conselho Administrativo do FunDF, como responsáveis pelas decisões relacionadas à aplicação dos recursos, apropriem-se das discussões e propostas de desenvolvimento da UnDF, orientando o orçamento do Fundo a serviço da implantação do desenvolvimento da política de educação superior pública distrital.

O objetivo é, em conjunto com a gestão da universidade, direcionar a aplicação orçamentário-financeira do FunDF para iniciativas prioritárias, como aquelas delineadas no Plano de Contratações Anual - PCA para 2025.

Nesse sentido, destaca-se os recursos dotados na Lei Orçamentária Anual - LOA para UnDF, que viabilizam a realização de obras; prestação de serviços de engenharia, necessários à concepção de espaços a serem utilizados para ampliação da oferta de ensino superior público; pagamento de consultorias técnicas especializadas diversas; e compra de equipamentos e soluções eletrônicas. Dessa forma, busca-se alinhar o planejamento orçamentário da UnDF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

com aquele a ser gerido pelo FunDF, apoiando a expansão dessa política pública em torno de objetivos comuns.

Por fim, significativa prioridade também deve ser dada ao planejamento necessário à consecução de projetos de fomento ao ensino, pesquisa, extensão e cultura com recursos do FunDF, que devem se avolumar com a gradual investidura dos servidores da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal, a ampliação da oferta de vagas de graduação, pesquisa, extensão e cultura de forma a atender a população do DF e RIDE e a edificação, reforma e/ou construção de campi universitários em diferentes localidades multiespaciais.



19101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 1º de janeiro de 2019, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal passa a integrar a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, e tem sua denominação alterada para Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, por meio do Decreto 39.610. Em 20 de agosto de 2019, o Decreto nº 40.030/2019, estabelece que a então SEFP passa a ser chamada de Secretaria de Estado de Economia - SEEC.

Em 19 de janeiro de 2024, o DECRETO Nº 45.433, alterou a nomenclatura da então Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal (Seplad) para Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC).

A SEEC é responsável pela supervisão, coordenação, gestão e execução da política tributária e fiscal do Distrito Federal, abrangendo atividades como arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização. Além disso, desempenha funções relacionadas ao planejamento e orçamento, contratos corporativos, tecnologia da informação, política de gestão de pessoas, saúde do servidor, monitoramento de políticas públicas, gestão estratégica e qualificação de organizações sociais no âmbito do Distrito Federal, entre outras atribuições.

À Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC, órgão de direção superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, compete: o planejamento, a gestão e a modernização administrativa; a elaboração orçamentária; a gestão estratégica governamental e a gestão por resultados; a gestão e monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo; a captação de recursos, bem como planejamento e estruturação das operações de crédito; o relacionamento com organismos internacionais; a gestão de pessoas; a formação e capacitação do servidor público distrital; a saúde e previdência do servidor público distrital; as compras e logística no Distrito Federal; o patrimônio do Distrito Federal; a tecnologia da informação e comunicação do Distrito Federal; a avaliação de políticas públicas; a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital; a supervisão, coordenação e execução da política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização; a administração das dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal; a execução das operações de crédito do Distrito Federal; a elaboração de estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal; a supervisão das atividades do Banco de Brasília S/A - BRB; a execução de outras atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

A SEEC conta com algumas empresas e institutos vinculados:

- Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) (Lei 7.154/2022);
- Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (IPREV);
- Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS);
- Conselho de Saúde e Segurança do Trabalho;
- Conselho de Melhoria da Gestão Pública;
- DF Gestão de Ativos;
- Banco de Brasília (BRB);
- Empresas públicas dependentes do Tesouro do Distrito Federal em processo de liquidação ou extinção (Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, Proflora S.A – Florestamento e Reflorestamento e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan));

Ainda cabe à SEEC a gestão do Fundo de Melhoria da Gestão Pública (Pró-Gestão).



Com essas responsabilidades, a SEEC desempenha papel essencial na gestão econômica e fiscal do Distrito Federal, contribuindo para a eficiência administrativa e o fortalecimento das políticas públicas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	313	387	379	527	1.066
Comissionados sem vínculo efetivo	348	57	0	0	405
Requisitados de órgãos do GDF	132	20	110	21	283
Requisitados de órgãos fora do GDF	5	0	0	0	5
Estagiários	0	0	45	3	48
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	798	464	534	551	2.347
(-) Cedidos para outros órgãos	127	23	0	0	150
Total Geral	671	441	534	551	2.197

A tabela acima foi elaborada com dados fornecidos pelo Setorial de Gestão de Pessoas da SEEC e contempla o somatório da Força de Trabalho da SEEC, nos termos da manifestação de Gerencia da Cadastro (doc SEI 161298068).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	17665000,0	17584000,00	17278694,91	16300694,91
0001 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94--DISTRITO FEDERAL	17665000,0	17584000,00	17278694,91	16300694,91
9106 - AUXÍLIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	1950000,0	1699228,00	1699227,33	1684446,79



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0006 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1950000,0	1699228,00	1699227,33	1684446,79
9126 - APORTE DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PARA O GDF-SAUDE-DF	310389000,0	347590103,00	347590100,87	317589883,92
0001 - APORTE DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DO GOVERNO DO DISTR - DISTRITO FEDERAL	310389000,0	347590103,00	347590100,87	317589883,92
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	144000000,0	8358144,00	8319866,88	7376418,71
0005 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS-DISTRITO FEDERAL	144000000,0	8358144,00	8319866,88	7376418,71
9117 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6459071,0	6459071,0	0	0
0001 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO--DISTRITO FEDERAL	6459071,0	6459071,0	0	0
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	200000000,0	101360200,00	61607600,03	61607600,03
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	200000000,0	101360200,00	61607600,03	61607600,03
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	982511740,0	952012874,00	950640077,15	950640077,15
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	204768000,0	207570265,00	207302776,44	207302776,44
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	777743740,0	744442609,00	743337300,71	743337300,71
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	2481210,0	2481210,00	2417119,30	2417119,30



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	2481210,0	2481210,00	2417119,30	2417119,30
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	167496540,0	177262189,00	177262187,40	177262187,40
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	167496540,0	177262189,00	177262187,40	177262187,40
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	430092969,0	703340038,64	702243357,27	701858535,26
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- PRECATÓRIOS - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	176681969,0	434674556,0	434674555,70	434674555,70
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	100000000,0	115854459,00	115851935,63	115467113,62
0013 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- RECOMPOSIÇÃO DO FUNDO DEPÓSITO JUDICIAL- DISTRITO FEDERAL	151611000,0	151611000,0	151611000,0	151611000,0
0030 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- ANISTIADO POLÍTICO- DISTRITO FEDERAL	1200000,0	600000,00	0	0
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- OUTRAS DECISÕES - DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	600000,0	600023,64	105865,94	105865,94
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	291861800,0	278108800,00	278059132,21	254705347,88
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DISTRITO FEDERAL-DF ENTORNO	291861800,0	278108800,00	278059132,21	254705347,88
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	20000000,0	13938400,00	13938327,22	13938327,22



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0077 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	20000000,0	13938400,00	13938327,22	13938327,22
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	26000000,0	15188994,00	15187524,88	14823995,33
0077 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL-DISTRITO FEDERAL	18000000,0	9124994,00	9124817,68	9124817,68
0097 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	8000000,0	6064000,00	6062707,20	5699177,65
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60000000,0	58416957,00	58399675,97	55112051,74
0025 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-Região Administrativa de Taguatinga- DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,00	0	0
0056 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	27000000,0	29231350,00	29231349,47	27279363,52
0057 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TRIBUTOS-DISTRITO FEDERAL	32900000,0	29185607,00	29168326,50	27832688,22
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	10000000,0	0,0	0	0
0021 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	10000000,0	0,0	0	0
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	10000000,0	5655,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0038 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - ATIVO - DISTRITO FEDERAL	10000000,0	5655,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	2371307330,00	2683805863,64	2634642891,42	2575316685,64

DO TESOURO

A programação financeira tem por objetivo ajustar a execução do orçamento ao fluxo provável de ingressos e dispêndios de recursos financeiros, assegurando a execução dos programas de trabalho, com base nas diretrizes e regras estabelecidas pela legislação vigente. Tomando como parâmetro a Lei Orçamentária Anual – LOA, aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo e observando as metas de resultados fiscais dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o Poder Executivo estabelece a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso, detalhado por Unidade Orçamentária, grupo de despesa e fonte de recurso. Assim, a programação financeira do Distrito Federal adequa a velocidade de arrecadação dos recursos financeiros com a respectiva velocidade de pagamento das despesas públicas.

A Programação Financeira, parte integrante do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do Poder Executivo do Distrito Federal, visa atender a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e efetivo controle das finanças públicas foi editado o Decreto nº 45.453, de 26/01/2024, publicado no DODF nº 8-A - Edição Extra, 26/01/2024, p. 4-25., aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2024 para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de despesas classificadas nos grupos de natureza da despesa "1 - Pessoal e Encargos Sociais", "2 - Juros e Encargos da Dívida", "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos", "5 - Inversões Financeiras", e "6 - Amortização da Dívida", constantes dos Anexos II ao VII do citado decreto.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa do DF, do Tribunal de Contas do DF e da Defensoria Pública do DF foram programados no SIGGo na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2024 (Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023), em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 61 da LDO/2024 (Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Foi analisada o comportamento da arrecadação da receita e dos respectivos pagamentos no decorrer do ano de 2024 e realizados os ajustes necessários para execução da programação financeira, visando manter o equilíbrio fiscal, impedir a assunção de novos compromissos sem lastro financeiro, atender às despesas obrigatórias dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com ajuste das contas públicas com vistas ao atingimento das metas fiscais.

EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2024					
Período	Dotação Orçamentária	Limite Orçamentário Autorizado	Limite Financeiro Programado	Receita Realizada	Despesa Paga
Total em 2024	46.966,39	45.232,92	40.051,16	38.930,81	36.656,03
Janeiro	35.810,14	22.945,07	22.979,43	3.170,79	1.140,99
Fevereiro	831,61	882,52	1.431,55	3.271,45	2.474,86
Março	1.129,54	2.721,59	2.549,71	2.995,32	2.731,83
Abril	1.176,01	3.564,73	1.756,19	2.954,26	3.020,44
Maio	1.789,84	3.104,49	75,91	3.818,28	3.288,60
Junho	497,60	877,06	1.712,37	3.319,22	3.177,05
Julho	770,69	1.536,46	1.549,80	3.161,26	3.163,12
Agosto	1.382,89	3.285,93	3.123,72	3.277,07	3.181,84



EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2024					
Setembro	923,32	1.957,74	902,20	3.006,75	3.117,84
Outubro	988,97	1.570,83	1.521,69	3.150,95	3.462,18
Novembro	485,08	1.023,44	1.610,68	3.193,37	3.506,11
Dezembro	1.180,69	1.763,07	837,90	3.612,08	4.391,16

A tabela acima demonstra que a execução financeira de 2024 acompanhou a dotação orçamentária autorizada, bem como as despesas pagas foram compatíveis com a receita realizada, que também esteve dentro do limite financeiro programado; portanto, alcançando a finalidade da programação financeira e cumprindo o princípio orçamentário do equilíbrio entre receita e despesa públicas.

DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira do Estado representa o fluxo de recursos financeiros necessários à realização efetiva dos gastos dos recursos públicos para a realização dos programas de trabalho definidos.

Por meio de repasses, pagamentos e recebimentos de receitas (arrecadação, convênios, operações de crédito ou depósitos em caução) se dão as movimentações financeiras. O dispêndio de recursos (pagamentos ou repasses a outras Unidades Gestoras - UG) se dá por meio de Ordem Bancária - OB, no Sistema Integrado Governamental - SIGGo, encaminhada à rede bancária para a transferência dos recursos financeiros.

O ingresso e registro de receitas, se dá no SIGGo por meio de Guia de Recebimento - GR, procedimento de conciliação bancária ou via carga automática da receita, onde há um espelhamento das movimentações do extrato bancário no perfil razão contábil.

Além disso, efetua-se o recebimento e controle de depósitos, suprimentos, cauções, fianças, seguro-garantia, guias de tributo, taxas, reposições e outros valores de interesse do Tesouro não vinculados a código de receita.

Em conformidade com as competências estabelecidas pelo Regimento Interno, realizou, no período em questão, a supervisão e execução das atividades financeiras necessárias ao pleno funcionamento da administração pública do Distrito Federal, com ênfase na gestão eficiente e transparente dos recursos públicos. As principais atividades e resultados são destacados a seguir:

Gestão da Conta Única do Tesouro e Aplicações Financeiras - coordenação eficaz do controle da Conta Única do Tesouro do Distrito Federal, promovendo a centralização e segurança na gestão dos recursos financeiros. Foram realizadas aplicações financeiras para maximizar a rentabilidade dos recursos temporariamente ociosos, em conformidade com as normas legais e diretrizes estabelecidas, garantindo o suporte financeiro à execução orçamentária.

Execução de Pagamentos e Repasses - desempenhou papel fundamental na elaboração e controle das previsões de pagamento da administração direta, além de acompanhar e realizar os repasses de recursos às unidades gestoras da administração indireta, respeitando a programação financeira anual. Esses repasses foram operacionalizados por meio de Ordens Bancárias (OB) no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo), assegurando a transferência ágil e segura dos recursos.

Conciliação Bancária e Controle de Receitas - consolidou o controle e o registro das entradas de recursos no caixa do Tesouro, fundos, convênios e operações de crédito do Distrito Federal. Foram elaborados relatórios detalhados de conciliação bancária das contas sob a gestão do Tesouro enquanto órgão central de administração financeira, garantindo a transparência e a precisão no monitoramento financeiro. Foram efetuados também os ajustes na disponibilidade e transferência dos valores arrecadados destinados aos fundos especiais, promovendo o correto direcionamento desses recursos, contribuindo para a tomada de decisões estratégicas. Destaca-se ainda o acompanhamento das aplicações financeiras e a transferência de valores oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para a Conta Única.



Resposta a Demandas de Órgãos de Controle - prestou informações tempestivas e completas em resposta a demandas de órgãos de controle interno e externo, reafirmando o compromisso com a transparência e a accountability na gestão pública.

Resultados e Impactos - o fluxo financeiro foi gerido de forma eficiente, possibilitando a execução dos programas de governo e o cumprimento das obrigações financeiras. Garantiu o alinhamento das atividades operacionais às estratégias de gestão financeira contribuindo para a manutenção do equilíbrio financeiro do Distrito Federal.

DO FUNDO CONSTITUCIONAL

A dotação autorizada do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), no exercício de 2024, foi de R\$ 23.380.426.414,00, conforme a Lei Nº 14.822, de 22/01/2024 - Lei Orçamentária Anual da União - LOA 2024. A partir de janeiro de 2017, em face da determinação do Acórdão nº 2334/2016-TCU-Plenário, que restabeleceu a sistemática de execução orçamentário-financeira vigente até o exercício de 2014, as áreas integrantes do FCDF voltaram a executar seus orçamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A tabela abaixo demonstra, por área, grupo de natureza de despesa e outros benefícios, o que foi orçado inicialmente e o cenário atual:

ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL
SEGURANÇA	Pessoal	8.526.967.742	8.793.491.919
	Custeio	2.019.719.768	2.170.349.589
	Investimento	199.380.000,00	130.953.714,00
	SUBTOTAL	10.746.067.510	11.094.795.222
SEF E SES	Pessoal - Educação	4.600.000.000	3.693.525.623
	Pessoal - Saúde	6.300.000.000	6.100.000.000
	Custeio - Educação	900.000.000	750.000.000
	Custeio - Saúde	726.393.569	1.742.105.569
	SUBTOTAL	12.774.676.652	12.285.631.192
TOTAL FCDF		23.272.461.079	23.380.426.414

Os montantes da coluna "VALOR ATUAL" refletem os remanejamentos efetuados no decorrer do exercício entre a dotação inicial e a dotação atualizada até dezembro/2024, observando-se que houve decréscimo para alguns grupos de despesas e acréscimo em outros.

SÉRIE HISTÓRICA DE APORTES ANUAIS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO FCDF - 2003-2023					
Em R\$ 1,00					
Ano	Orçamento Autorizado FCDF	Dotação		%	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança Pública	Saúde e Educação
2003	3.356.357.953	1.700.764.243	1.655.418.629	51	49
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48	52
2005	4.449.279.076	2.143.179.975	2.306.054.076	48	52
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48	52
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49	51
2008	6.595.079.327	3.534.122.560	3.057.687.434	54	46
2009	7.604.519.609	3.931.107.687	3.672.420.618	52	48
2010	7.685.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	53	47
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53	47
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49	51
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48	52
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47	53
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51	49
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56	44
2017	13.218.604.133	7.591.232.873	5.627.371.260	57	43
2018	13.691.017.785	7.727.113.704	5.963.904.081	56	44

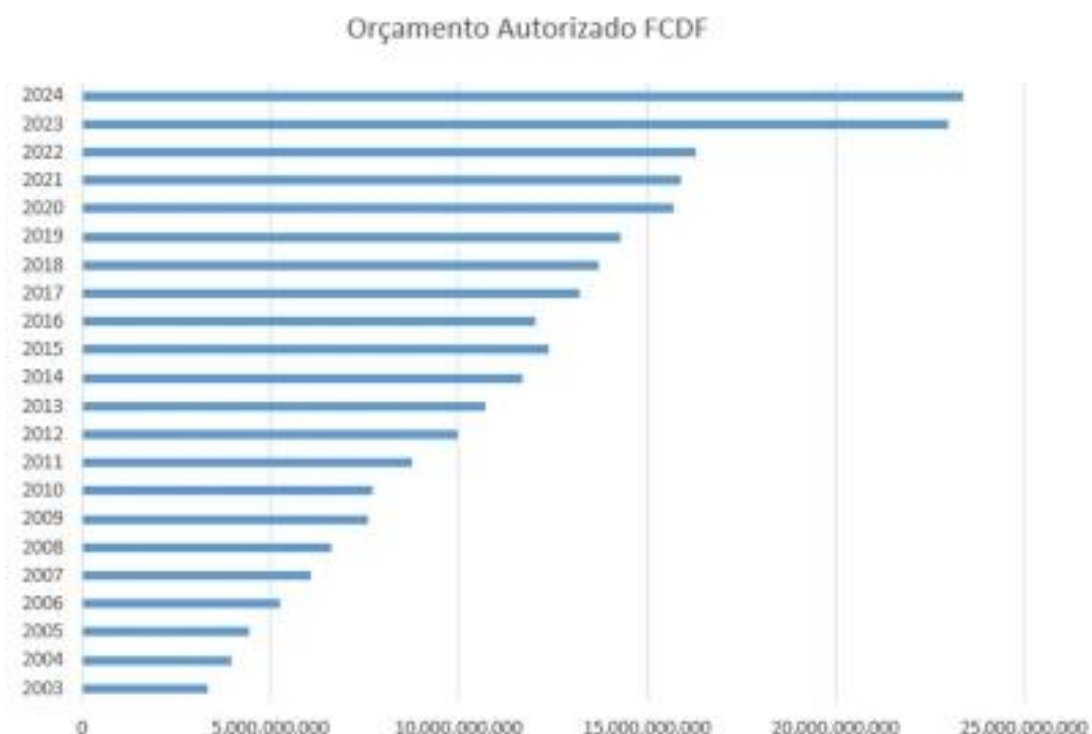


DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO FCDF - 2003-2023					
2019	14.295.475.653	8.069.955.542	6.225.520.111	56	44
2020	15.697.985.449	8.175.081.964	7.522.903.485	52	48
2021	15.889.016.699	8.537.467.625	7.351.549.074	53	47
2022	16.281.254.219	8.656.282.355	7.624.971.864	53	47
2023	23.004.589.479	9.551.098.233	13.453.491.246	42	58
2024	23.380.426.414	11.094.795.222	12.285.631.192	47	53

A série histórica do FCDF demonstra que as dotações autorizadas para as áreas de segurança pública e assistência financeira à educação e saúde vêm se comportando de forma equilibrada desde o ano de 2003. Destacando-se que as correções feitas, ao longo dos anos, no valor original do fundo (base de cálculo para 2003: R\$ 2.900.000.000,00), têm proporcionado distribuição equânime dos recursos entre as áreas, com flutuação de valores ora para mais, ora para menos, porém, sem perda da essência e finalidade a que se propõe o FCDF.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos orçamentos autorizados para o FCDF até 2024. A trajetória da curva demonstra que houve crescimento constante nos aportes anuais de recursos até 2008, com estagnação no período de 2009 a 2010, voltando a crescer no período 2011 a 2015. Houve sensível perda ou retração em 2016 e retornando seu crescimento em 2017.

Para o exercício de 2024, a evolução da despesa da segurança e o crescimento do FCDF permitiram incrementar a distribuição de recursos para as áreas de Saúde/Educação bem como para a área de Segurança Pública, resultando em uma média final de distribuição de 47 e 53%, respectivamente.



PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

O FCDF, Órgão (25915), Unidade Orçamentária (73901) e Unidade Gestora central (170392) do MF, é composto pelas seguintes Unidades Gestoras executoras (UGs): UG 170393 – PMDF; UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF; UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal da PMDF; UG 170394 – CBMDF; UG 170495 – Assistência Médica do CBMDF; UG 170395 – PCDF; UG 170397 – Secretaria de Estado de Saúde – SES e a UG 170399 – Secretaria de Estado de Educação – SEE.



Em cumprimento às atribuições legais vigentes, a Unidade de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (UFCDF) orienta e monitora a execução orçamentária e financeira, e a prestação de contas anual, em cumprimento as regras editadas pelo TCU e legislação aplicável.

Cabe destacar que a UFCDF tem como missão principal fazer a gestão do FCDF, atentando-se aos aspectos técnicos e contábeis da execução orçamentário-financeira e atendendo às recomendações dos órgãos de controle interno e externo. Acrescenta-se que, a partir do exercício de 2019, as informações referentes ao FCDF passaram a integrar o Relatório de Gestão do Ministério da Fazenda.

ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Pelos dados do quadro abaixo, verifica-se que foram expedidos 25 documentos no período de janeiro a dezembro/2024, registrados em controle interno da DICON/UFCDF.

DICON			
DOCUMENTOS RECEBIDOS/EXPEDIDOS	Quant.	DOCUMENTOS RECEBIDOS/EXPEDIDOS	Quant.
Órgãos controladores	4	Órgãos deliberativos	9
STN	1	PGDF	1
TCGDF	1	GDF - Casa Militar	0
CGU	0	SEF	0
TCU	3	IPREV	7
STF	0	Governança	0
Unidades supervisoras	3	SEEC	1
MF	3	Unidades assistidas	0
MP	0	SES - DF	0
Unidades executores	7	SEE - DF	0
PCDF	0	Processo SEI	23
PMDF	1		
CBMDF	6	TOTAL Geral	23

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e pasta de arquivos gerenciais da DICON/UFCDF.

Em relação ao sistema E-Aud/CGU, verifica-se, diariamente, a necessidade de análise e instrução processual advindos dessa ferramenta.

Com relação ao ressarcimento dos servidores cedidos das forças de segurança do Distrito Federal, a cobrança passou a ser realizada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por força do Decreto Distrital nº 39.950/19. Com a edição da Lei federal nº 13.690/2018, a cessão e o ressarcimento dos policiais civis e militares e do corpo de bombeiros militar passou a ter um novo disciplinamento a partir de 11.07.2018, que está sendo cumprido pelas forças de segurança.

Importante destacar que foram adotados procedimentos junto às UGs do FCDF visando orientá-las quanto ao correto lançamento no SIAFI e contabilização dos atos e fatos, dando cumprimento à legislação aplicável aos respectivos temas.

CONFORMIDADE DE GESTÃO E CONTÁBIL

A conformidade contábil ocorre mensalmente no SIAFI para atender ao fechamento contábil do mês, conforme calendário estabelecido pelo Governo Federal. Trata-se de verificação na consistência das informações contábeis, sintética e analítica, das Unidades Gestoras (UGs) que compõem o FCDF, especificamente, das UGs: 170392, 170393, 170394, 170395, 170397, 170399, 170484, 170485 e 170495 e do Órgão 25915.

A conformidade de registro de gestão ocorre diariamente, quando cada UG faz, individualmente, sua conferência dos lançamentos feitos no SIAFI do dia anterior. Ressalta-se que a UFCDF faz a conformidade tão somente da UG 170392. Cabe frisar que a conformidade contábil e a conformidade de gestão têm por objetivo o acompanhamento e a validação dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das UGs.



DÍVIDA PÚBLICA

O presente Relatório tem por objetivo, com base no exercício de 2024, apresentar e demonstrar a dívida pública fundada do Distrito Federal.

Inicialmente, para fins de conceitos, definições, estoque e projeções, adotou-se aqueles contidos na Lei Complementar Federal nº 101 e Lei Complementar Federal nº 148/14, bem como os indicadores constantes nos instrumentos contratuais pactuados entre o Distrito Federal e os agentes financiadores.

Dessa forma, o documento traz uma síntese geral do comportamento da dívida pública do DF, com objetivo de mensurar os indicadores de desempenho fiscais exigidos pela legislação vigente, envolvendo aspectos gerais, estoque da dívida pública consolidada, evolução e projeção dos pagamentos do serviço da dívida.

Ainda, nesse caminho, apuração dos indicadores de endividamento, recolhimento e regularização do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, além das declarações e certidões de manutenção das regularidades fiscais do Distrito Federal.

Em tempo, ressalta-se que o presente foi elaborado com base no Relatório de Gestão Fiscal e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, referentes ao mês de dezembro 2024.

A Dívida Pública Consolidada do Distrito Federal é composta de dívida contratual e precatórios vencidos e não pagos posteriores a 05/05/2000.

A dívida contratual é originária de empréstimos junto ao sistema financeiro nacional, quais sejam: Banco do Brasil S.A - BB, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Caixa Econômica Federal -CAIXA. Além disso, junto ao governo federal, há Dívida Refinanciada, com base na Lei 9.496/97, compondo o montante total de dívida interna.

Ainda relativo a dívida contratual, há os empréstimos externos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e ao FONPLATA, assim, estabelecendo o bloco de dívida externa.

Ainda em relação à dívida contratual, há o que se denomina de dívida de parcelamentos, resultante de negociações, junto aos órgãos do governo federal, referentes a tributos, contribuições previdenciárias e outras contribuições sociais.

O outro componente está relacionado aos valores dos Precatórios vencidos e não pagos posteriores a 05/05/2000 e que, a partir do exercício de 2018, se tornou o principal item da Dívida Pública Consolidada Distrital, com participação percentual, em 2024, de 45,46% da Dívida Consolidada Bruta do DF.

Esclareça-se que o indicador de precatórios não é administrado pelo Tesouro do Distrito Federal, mas sim pela Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF, órgão responsável pelas questões jurídicas do GDF. Razão disso, não há maiores informações relativas aos precatórios do DF, utilizando apenas os números registrados no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGo, instrumento oficial de registro de informações financeiras do DF, publicado por meio do Relatório de Gestão Fiscal.

Para efeitos das projeções, os valores foram corrigidos utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido no Boletim Focus, elaborado pelo Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a dívida total do DF é composta de 31 contratos de empréstimos, sendo:

- 17 junto à CAIXA;
- 3 junto ao BB;
- 3 junto ao BNDES;
- 1 junto ao governo federal, referente ao refinanciamento de dívida com base na Lei nº 9.496/97;
- 5 junto ao BID;
- 1 junto ao BIRD; e
- 1 junto ao FONPLATA.

Distribuídos conforme planilhas abaixo:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

TABELA I: Dívida Interna Refinanciada + Dívida Interna		
Contrato	Credor	Saldo em R\$ em 31/12/2024
CT0003991	B.B./STN - refinanciada	882.480.783,62
CT0358792	PNAFM/CAIXA	29.029.821,91
CT0478430	PNAFM/CAIXA	24.203.916,87
CT0600952	PNAFM/CAIXA	46.249.933,30
CT4000003	BANCO DO BRASIL	417.083.333,39
CT4000004	BANCO DO BRASIL	495.648.148,16
CT7574927	CAIXA	58.022.527,14
CT2286369	CAIXA	47.136.182,15
CT2622253	CAIXA	109.191.452,89
CT6223226	CAIXA	10.818.334,92
CT6225051	CAIXA	11.074.759,70
CT2765589	CAIXA	11.850.897,96
CT0402763	CAIXA	36.922.240,00
CT3191298	CAIXA	66.637.858,83
CT0394625	CAIXA	287.570.777,81
CT3946290	CAIXA	286.247.967,90
CT3998408	CAIXA	14.482.596,44
CT3998340	CAIXA	15.161.271,58
CT0399836	CAIXA	257.703.089,08
CT3998191	CAIXA	24.454.069,38
CT9204181	BNDES	13.497.931,73
CT1221444	BNDES	182.646.456,11
CT2220123	BNDES	125.000.000,00
CT2000007	BANCO DO BRASIL	660.140.582,41
TOTAL		4.113.254.933,28

TABELA II: DÍVIDA EXTERNA		
Contrato	Credor	Saldo em R\$ em 31/12/2024
EX0001288	BID	73.914.193,32
EX0001957	BID	424.296.273,19
EX0002957	BID	179.354.062,88
EX0003040	BID	141.488.109,70
EX0007675	BID	60.814.501,48
EX0000046	FONPLATA	Contrato assinado em 30/12/2024
EX0005648	BID	Contrato assinado em 30/12/2024
TOTAL		879.867.140,57

TABELA III: PARCELAMENTOS		
Contrato	Contas	Saldo em R\$ em 31/12/2024
REFIS (P- Contas a Pagar)	214136201	447.535,49
REFIS	224130201	329.347,46
2016PD1016672 - Parcelamento da Dívida FHDF (INSS)	224130205	12.209.052,90
TOTAL		12.985.935,85

O montante total da dívida contratual, em 2024, é de aproximadamente de R\$ 5,0 bilhões.

Além das dívidas internas e externas, há também os parcelamentos, resultantes de negociações, junto ao governo federal, sobre tributos, contribuições previdenciárias e outras contribuições sociais. Assim, totalizando um montante, em 2024, de R\$ 13,0 milhões.

Em termos de evolução da dívida consolidada bruta do DF, observa-se um decréscimo nominal de 27,1%, visto que seu valor passou de R\$ 13,6 bilhões, em 2023, para R\$ 9,9 bilhões, em 2024. Tal redução, se deve em grande parte aos precatórios, que caíram cerca de 46,9% de 2023 a 2024.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

A dívida contratual bruta se manteve nos mesmos níveis de 2023, com um pequeno decréscimo de cerca de 1,8% no período, dado que saiu de 5,1 para 5,0 bilhões.

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

Com as competências e atividades relacionadas à administração, controle e registro de contratos da dívida fundada e dos passivos contingentes, bem como a regularidade fiscal dos indicadores de desempenho elencados na legislação vigente, relativo à administração direta do Distrito Federal, no exercício de 2024, houve atuação na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, com projeções e cálculos de juros e amortizações da dívida pública fundada e do PASEP, que subsidiaram a elaboração do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da proposta orçamentária e do demonstrativo da situação do endividamento, exigido pela Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, § 7º, inciso II.

Além de acompanhar, sistematicamente, o Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias – CAUC, para subsidiar a captação de novas operações de crédito e de convênios.

No desempenho de suas competências prestou, ainda, por força legal, informações sobre a evolução da dívida pública fundada à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF, à Controladoria do Distrito Federal e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal com documentos que compuseram o processo de prestação de contas do Governador, relativo ao exercício de 2023.

Com a necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar 101/2000, elaborou quadros bimestrais e quadrimestrais sobre a dívida consolidada, bem como indicadores de endividamento, que subsidiaram a elaboração de demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, relativos à dívida consolidada do Distrito Federal.



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024			
	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2023	ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE	
DÍVIDA CONSOLIDADA-DC (I)	13.558.597.174,21	13.861.001.555,81	14.575.870.664,96	9.883.663.019,95	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	
Dívida Contratual	5.099.782.247,08	5.053.043.216,64	5.062.191.398,08	5.006.108.009,70	
Empréstimos	4.097.387.853,95	4.081.903.337,65	4.128.492.363,05	4.110.641.290,23	
Internos	3.307.610.425,42	3.269.813.509,82	3.262.845.773,16	3.230.774.149,66	
Externos	789.777.428,53	812.089.827,83	865.646.589,89	879.867.140,57	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	988.954.367,63	957.004.522,18	920.196.594,34	882.480.783,62	
Financiamentos	-	-	-	-	
Internos	100.003.853,03	102.845.081,20	104.772.805,11	81.781.786,46	
(-) Créditos a Receber Ref. a Cobertura FCVS/CEF ⁽²⁾	100.003.853,03	102.845.081,20	104.772.805,11	81.781.786,46	
Externos	-	-	-	-	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	13.440.025,50	14.135.356,81	13.502.440,69	12.985.935,85	
Dc Tributos	1.230.972,60	1.098.571,51	879.521,59	776.882,95	
Dc Contribuições Previdenciárias	12.209.052,90	13.036.785,30	12.622.919,10	12.209.052,90	
Dc Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-	
Do FGTS	-	-	-	-	
Com Instituição Não financeira	-	-	-	-	
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos ⁽³⁾	8.456.799.872,64	8.803.664.345,48	9.506.900.089,62	4.492.865.004,76	
Outras Dívidas ⁽¹⁾	2.015.054,49	4.293.993,69	6.779.177,26	384.690.005,49	
DEDUÇÕES (II)	5.928.650.000,84	7.258.910.301,92	7.357.763.028,47	5.168.981.926,05	
Disponibilidade de Caixa	5.357.805.865,43	6.662.380.174,71	6.749.952.088,12	4.325.994.993,29	
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.101.923.960,76	7.285.280.862,02	7.412.790.033,73	7.877.345.491,62	
(-) Restos a Pagar Processados (saldo a pagar) ⁽⁴⁾	1.359.135.207,57	90.549.251,93	80.606.042,93	1.442.728.056,41	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados ⁽⁵⁾	384.982.887,76	532.351.435,38	582.231.902,68	2.108.622.441,92	
Demais Haveres Financeiros	570.844.135,41	596.530.127,21	607.810.940,35	842.986.932,76	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA-DCL (III) = (I - II)	7.629.947.173,37	6.602.091.253,89	7.218.107.636,49	4.714.681.093,90	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	33.214.094.007,28	34.774.282.473,39	36.037.968.310,66	36.114.673.966,81	
(-) Transfer. Obrigat. da União relat. às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	72.340.115,61	75.424.252,35	173.858.730,92	166.895.647,68	
RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento (VI) = (IV - V)	33.141.753.891,67	34.698.858.221,04	35.864.109.579,74	35.947.778.319,13	
% da DC sobre a RCL Ajustada (I / VI)	49,91	39,95	40,64	27,49	
% da DCL sobre a RCL Ajustada (III / VI)	23,02	19,03	20,13	13,12	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL = 200% da RCL AJUSTADA	66.283.507.783,34	69.397.716.442,08	71.728.219.159,48	71.895.556.638,26	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) = 180% da RCL AJUSTADA	59.655.157.005,01	62.457.944.797,87	64.555.397.243,53	64.706.000.974,43	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

TABELA V: DEMONSTRATIVO DO RREO (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

MÊS	POSIÇÃO DO SALDO DEVEDOR EM 2024						TOTAL CONSOLIDADO
	DÍVIDA INTERNA				DÍVIDA EXTERNA		
	GOF	PARCELAMENTO TRIBUTOS FEDERAIS	REFINANCIADA	TOTAL	GOF	CAESB/GOF	
JAN	3.261.750.521,31	11.347.704,85	901.422.542,65	4.270.541.890,91	811.952.768,54	48.823.441,44	5.085.544.617,45
FEV	3.276.829.788,83	11.243.718,40	873.518.214,20	4.262.788.722,43	817.247.815,89	49.199.757,84	5.080.031.797,62
MAR	3.261.648.808,86	11.548.251,80	906.340.170,60	4.249.529.230,51	816.893.898,52	49.640.484,58	5.057.021.121,63
ABR	3.265.812.509,82	11.836.705,30	857.804.522,35	4.229.854.817,38	812.858.827,83	51.284.983,27	5.091.944.645,13
MAI	3.334.673.563,84	12.833.318,75	948.812.553,32	4.295.429.435,91	823.856.808,82	52.561.544,53	5.196.673.645,83
JUN	3.330.847.768,22	12.859.852,20	939.381.898,68	4.294.258.519,18	830.735.423,91	43.791.596,45	5.195.654.183,67
JUL	3.272.913.388,86	12.726.385,65	938.871.701,22	4.215.711.475,33	866.548.548,61	44.670.498,98	5.082.261.624,54
AGO	3.262.845.713,95	12.829.919,90	928.796.594,34	4.195.665.286,68	865.646.508,89	44.873.876,64	5.061.371.876,49
SET	3.223.884.890,65	12.519.459,55	919.238.496,83	4.147.682.852,20	830.231.580,55	43.348.815,89	4.977.834.434,78
OUT	3.247.488.896,99	12.415.988,80	901.746.608,34	4.161.649.494,33	843.974.968,45	46.196.124,38	5.095.623.559,38
NOV	3.283.644.673,22	12.712.519,45	899.253.231,89	4.187.759.494,47	894.238.773,95	48.685.552,61	5.071.581.284,43
DEZ	3.236.774.549,66	12.208.952,90	880.486.783,62	4.125.463.986,18	879.862.548,57	49.882.471,96	5.085.321.126,75

NOTA:

1 - No caso de se consolidar os saldos devedores das dívidas fundadas internas e externas, das administrações diretas e indiretas, evitar, para evitar a dupla contagem, os saldos da coluna CAESB/GOF, que refere-se ao compartilhamento dos recursos estudados do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, por meio do Contrato n.º 11.358.20.001, ajudado por dispositivos emitidos no Contrato n.º 1091/2001, 302.04 PP/GF;

2 - Saldo Devedores (GOF) é a soma das Contas Correntes de Curto e Longo Prazo (CP+LP);

GRÁFICO I: DEMONSTRATIVO DO RREO (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

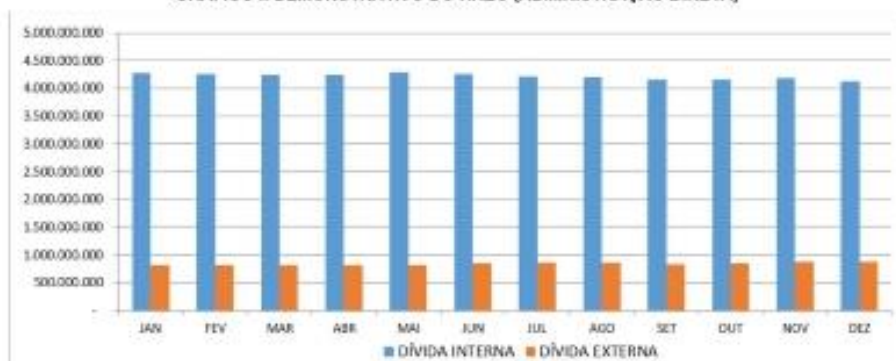
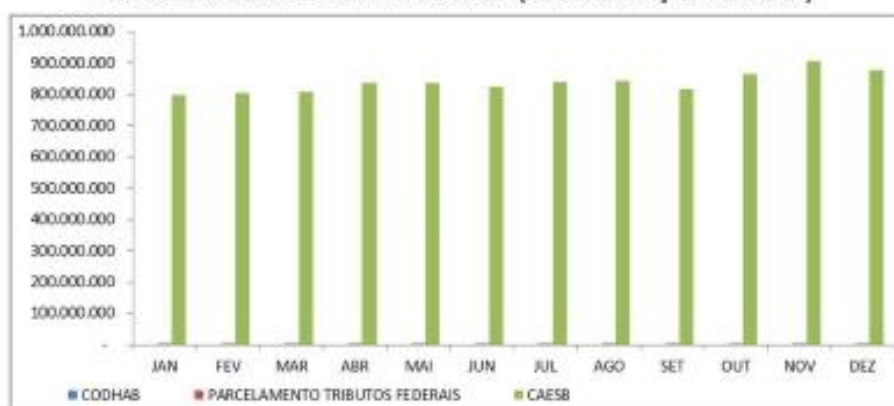


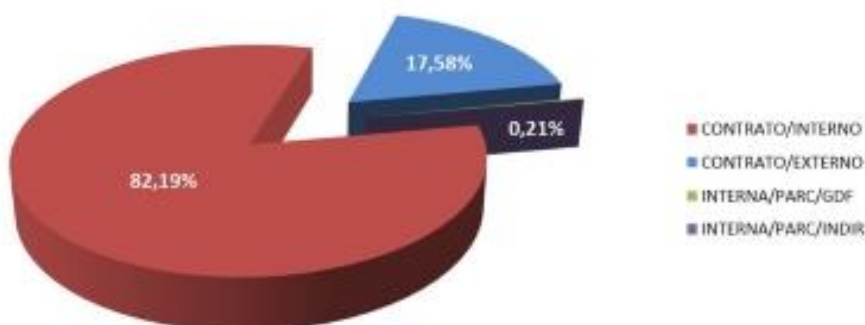
GRÁFICO II: DEMONSTRATIVO DO RREO (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DO DF



GRÁFICO III- Composição da Dívida Contratual do Distrito Federal



A Dívida Pública Contratual do DF é composta basicamente por dívida interna e externa. Sendo que a interna, incluindo os parcelamentos, corresponde à 82,19% e a externa à 17,58%, conforme Gráfico III.

A dívida interna foi contratada junto ao Sistema financeiro Nacional (Banco do Brasil, CAIXA e BNDES), além de uma parte significativa, cerca de 17,63%, refinanciada junto ao governo federal, com base na Lei 9.496/97. A dívida externa foi contratada com duas instituições (BID, BIRD e FONPLATA).

GRÁFICO IV- Composição da Dívida por Credor

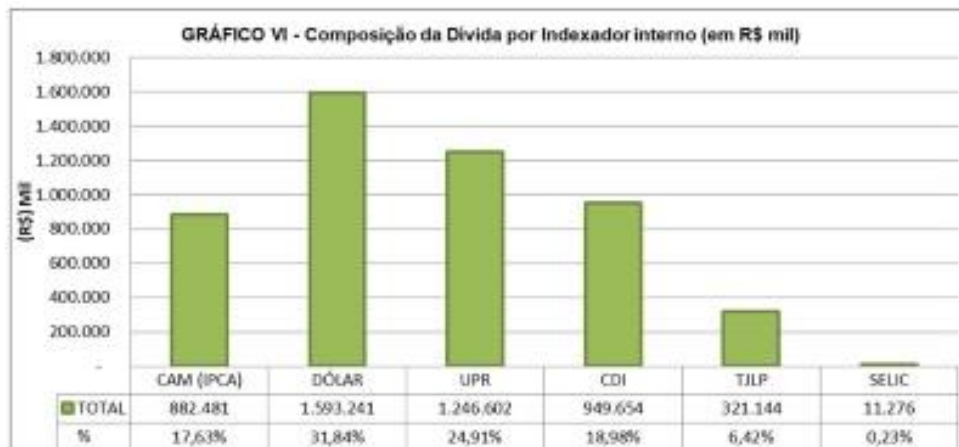


Quanto à composição por credor, pode-se observar, no Gráfico IV, que a maior dívida é com o Banco do Brasil, com 31,42%; seguidos pela CAIXA (26,71%); Governo Federal (17,63%); BID, (16,36%), BNDES (6,42%), BIRD (1,21%) e Receita Federal (0,25%).





O Gráfico V demonstra um comparativo da dívida com valores nominais e seus respectivos credores. Assim, pode-se confirmar que o maior credor individual do DF é Banco do Brasil, com cerca de R\$ 1,6 bilhão, seguido pela CAIXA (R\$ 1,3 bilhão), acompanhados pela União (R\$ 882 milhões), BID (R\$ 819 milhões), BNDES (R\$ 321 milhões) e BIRD (R\$ 61 milhões).



Quanto aos indicadores individuais de indexação da dívida do DF, de acordo com o Gráfico VI, cerca de 31,84% é indexada em dólar, seguida de UPR com 24,91%, CDI com 18,98% e IPCA com 17,63%.



Apesar de ser contratada com o Sistema Financeiro Nacional, parte da dívida interna é indexada ao dólar. O Gráfico VII demonstra que há contratos, nessa modalidade de indexação, com a CAIXA e Banco do Brasil, representando cerca de 14,25% da dívida contratual.

DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada do Distrito Federal é calculada pelo somatório da dívida contratual, parcelamentos de dívida e precatórios emitidos e não pagos, posteriores a 05/05/2000.

A Dívida Consolidada Líquida deduz da Dívida Consolidada as disponibilidades de caixa e os demais haveres financeiros.

Os gráficos a seguir, mostram a evolução de como se comportaram os dois conceitos de dívida pública fundada, utilizados como parâmetros para as demonstrações das mensurações dos indicadores fiscais, ao amparo da legislação vigente.



Gráfico VIII - Evolução da Dívida Consolidada Bruta e Líquida do Distrito Federal



Os gráficos a seguir, mostram a evolução de como se comportaram os dois conceitos de dívida pública fundada, utilizados como parâmetros para as demonstrações das mensurações dos indicadores fiscais, ao amparo da legislação vigente.

No Gráfico VIII, pode-se verificar que, no período entre 2014 e 2023, houve uma trajetória crescente da dívida consolidada bruta. Contudo, em 2024, ocorreu um decréscimo de aproximadamente 27% devido à redução do valor dos precatórios, conforme demonstrado no item II do presente relatório.

Entre outros fatores, graças ao esforço fiscal feito nos últimos anos, em que, combinado ao aumento da arrecadação e com melhor alocação de recursos, produziu-se resultados mais eficientes do ponto de vista do endividamento líquido distrital.

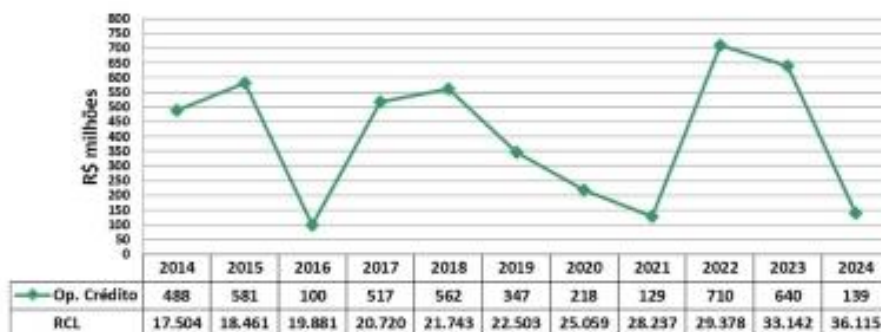


No Gráfico IX, pode-se verificar uma trajetória decrescente dos precatórios pós LRF e da dívida contratual interna, e um aumento da dívida contratual externa. Tal aumento se deu em virtude das variações cambiais nos contratos indexados ao dólar, que passou de R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024.

Por sua vez, a redução da dívida contratual interna ocorreu em virtude da posição contratual de algumas operações de créditos, nas quais houve uma maior amortização do principal em decorrência do pagamento menor de juros e encargos. Além disso, em 2024, foi realizado um montante menor de liberações de receitas de operação de crédito (R\$ 139.476.792,78) comparado ao ano de 2023 (R\$ 640.292.879,78), conforme demonstrado no gráfico abaixo.



GRÁFICO X - Evolução das Operações de Crédito (em R\$ milhões)



O Gráfico X evidência a trajetória dos ingressos de recursos de origem de operações de crédito que impactam diretamente o valor da dívida pública total. Em dezembro de 2024, houve a assinatura de dois novos contratos, porém, sem liberação de recursos no exercício. Além disso, houve o encerramento de 1 contrato junto ao Banco do Brasil, cujo valor contratado foi de R\$ 600 milhões.

GRÁFICO XI - Evolução das Operações de Crédito/RCL



O Gráfico XI demonstra, no período de 2014 a 2024, a evolução do indicador de limite de endividamento, na forma disposta Art. 7º, Inciso I, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. Por esse indicador, o montante global das operações de crédito realizado em um exercício não poderá ser superior a 16% da Receita Corrente Líquida - RCL. Em 2024, foi atingido o percentual de 0,39% da RCL, considerando um limite máximo de 16%.

GRÁFICO XII - Evolução do Serviço da Dívida/RCL



De acordo com o Art. 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, o comprometimento anual com as amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, mensurado pela média anual, de todos os exercícios financeiros em que houveram pagamentos previstos da operação pretendida não deverá exceder o limite máximo de 11,5% da Receita Corrente Líquida, sendo o limite prudencial de 10%.



Nesses termos, foi apurada a média anual para cada operação de crédito contratada, no período em discussão, e ficou evidenciado que o comprometimento das operações de crédito em relação à RCL, em todos anos ficou aquém do limite máximo de 11,5%, como demonstrado no gráfico XII.

GRÁFICO XIII - Evolução da DCL/RCL



O Gráfico XIII apresenta a evolução, no período de 2014 a 2024, do indicador de limite de endividamento, na forma do Art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001. Por esse indicador, a Dívida Consolidada Líquida não pode exceder o valor equivalente à 2 vezes da RCL.

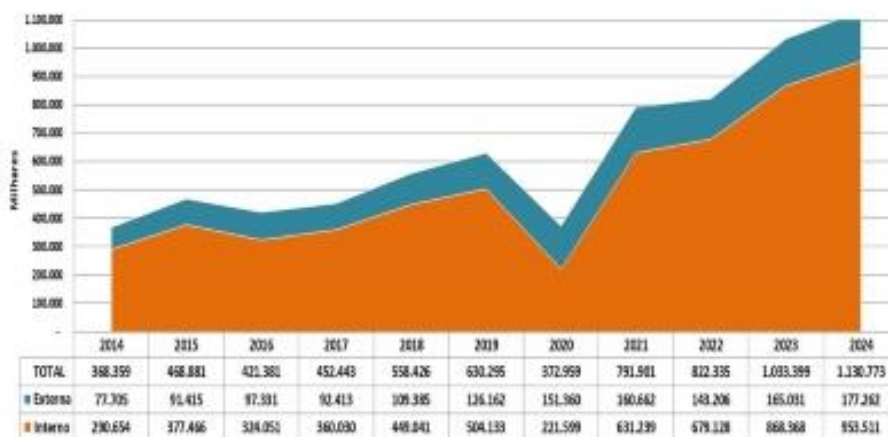
Na apuração realizada em 2024, o DF apresentou um estoque de dívida consolidada líquida inferior ao limite estabelecido pela resolução, tendo uma relação DCL/RCL abaixo dos 200% permitidos em todos os anos analisados no gráfico.

DESPESAS COM SERVIÇOS DA DÍVIDA PÚBLICA

As despesas com serviço da Dívida Pública do Distrito Federal alcançaram, em 2024, o montante de R\$ 1,13 bilhão, divididos entre dívida interna e externa. O Gráfico XIV demonstra que esses pagamentos, desde 2014, se comportaram de forma crescentes, com exceção do ano de 2020, no qual ocorreu a suspensão dos respectivos desembolsos, em função da pandemia da COVID-19 e em conformidade com a Lei Complementar nº 173/2020.

Esses incrementos são resultantes de novas contratações, as quais foram assinadas em bases de taxa de juros flexíveis, sendo, portanto, afetadas pelos diferentes indexadores pactuados.

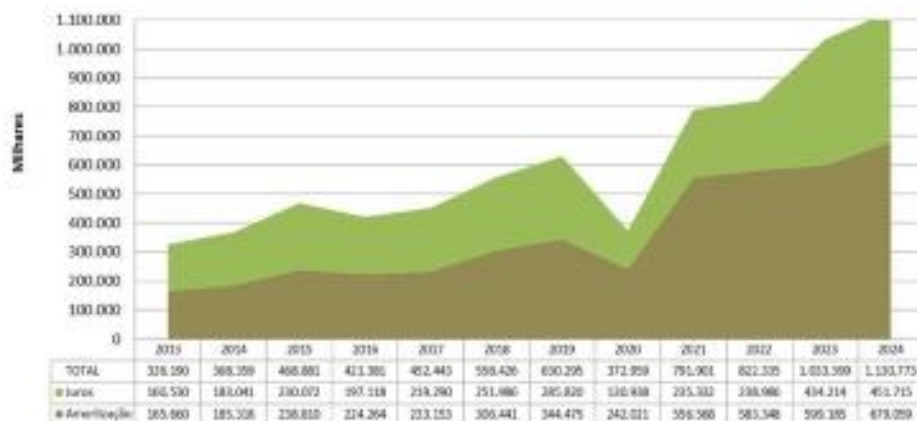
GRÁFICO XIV - Evolução dos pagamentos da dívida





Essas despesas, quando estratificadas, R\$ 679,05 milhões são amortização e R\$ 451,71 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 1,13 bilhão, conforme demonstrado no Gráfico XV, que contém a evolução do pagamento do serviço da dívida nos últimos 12 anos.

GRÁFICO XV - Evolução do Pagamento do Serviço da Dívida



Quanto aos pagamentos do serviço da dívida interna, referentes ao período de 2014 a 2024, estes, incluindo os parcelamentos, são apresentados no gráfico XVI. Assim, da mesma forma que se comportaram aos pagamentos dos serviços da dívida total, os pagamentos da dívida interna se evoluíram de forma crescente, à exceção do ano de 2020, em que houve suspensão dessas despesas em função da pandemia originária da COVID-19.

GRÁFICO XVI - Evolução do Pagamento da Dívida Interna



Em relação aos pagamentos do serviço da dívida externa, o gráfico XVII demonstra como foi sua evolução nos últimos 11 anos.



GRÁFICO XVII- Evolução do Pagamento da Dívida Externa



Os resultados apresentados, demonstraram que o DF tem cumprido rigorosamente com suas obrigações financeiras junto aos seus credores e que, mantendo o mesmo comportamento de todas as variáveis observadas, nos curto e médio prazos, deverá continuar com o adimplemento de suas obrigações contratuais assumidas.

PROJEÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

As projeções dos indicadores da dívida do DF estão baseadas nos índices apresentados pelos cenários macroeconômicos divulgados pelas instituições oficiais, bem como nos indicadores pactuados nos contratos assinados. Além disso, consideram-se todos os contratos assinados, em processos de liberações e também aqueles em fases de negociações para assinatura, conforme discriminado a seguir.

TABELA VII: PROJEÇÕES DO SERVIÇO DA DÍVIDA

CONSIDERAÇÃO DE PAGAMENTOS DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DO DISTRITO FEDERAL											
Órgão	Despesa	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
FONPLATA	Amortização	600.272.019	676.614.086	690.224.716	621.816.462	610.286.281	581.684.188	566.830.531	558.326.470	551.087.270	540.887.270
	Juros e Encargos	403.299.809	397.741.208	320.234.407	270.176.218	220.680.273	176.400.370	138.256.741	99.969.892	66.520.460	35.500.140
	SUBTOTAL	999.571.828	1.074.355.294	1.010.459.123	891.992.680	830.966.554	758.084.558	705.087.272	658.296.362	617.607.730	576.387.410
Sistema	Amortização	146.339.044	119.532.080	97.263.079	97.062.070	97.062.070	97.062.070	97.062.070	97.062.070	97.062.070	97.062.070
	Juros e Encargos	80.070.270	82.413.010	43.070.074	39.480.102	33.207.223	28.864.200	25.788.038	14.369.038	9.027.100	5.027.100
	SUBTOTAL	226.409.314	201.945.090	140.333.153	136.542.172	130.269.293	125.926.270	122.850.108	111.431.108	106.089.170	102.089.170
Fin. Outros	Amortização	1.379.118	1.223.873	1.241.086	1.241.086	1.241.086	1.241.086	1.241.086	1.241.086	1.241.086	1.241.086
	Juros e Encargos	110.014.118	111.846.118	110.014.118	110.014.118	110.014.118	110.014.118	110.014.118	110.014.118	110.014.118	110.014.118
	SUBTOTAL	111.393.236	113.070.000	111.255.204	111.255.204	111.255.204	111.255.204	111.255.204	111.255.204	111.255.204	111.255.204
TOTAL		1.327.374.378	1,389,370,384	1,261,947,480	1,139,790,056	1,072,501,041	995,066,028	939,192,584	880,002,674	824,952,104	788,731,784
Despesa											
Interiores	Amortização	147.239.001	119.532.080	97.263.079	97.062.070	97.062.070	97.062.070	97.062.070	97.062.070	97.062.070	97.062.070
	Juros e Encargos	241.801.009	108.070.762	82.413.077	80.070.070	80.070.070	80.070.070	80.070.070	80.070.070	80.070.070	80.070.070
	SUBTOTAL	389.040.010	227.602.842	179.676.156	177.132.140	177.132.140	177.132.140	177.132.140	177.132.140	177.132.140	177.132.140
Sistema	Amortização	29.070.270	19.532.080	15.070.079	15.062.070	15.062.070	15.062.070	15.062.070	15.062.070	15.062.070	15.062.070
	Juros e Encargos	80.070.270	82.413.010	43.070.074	39.480.102	33.207.223	28.864.200	25.788.038	14.369.038	9.027.100	5.027.100
	SUBTOTAL	109.140.540	101.945.090	68.140.153	64.542.172	58.269.293	53.926.270	50.840.108	39.431.108	24.089.170	10.089.170
Fin. Outros	Amortização	1.379.118	1,223,873	1,241,086	1,241,086	1,241,086	1,241,086	1,241,086	1,241,086	1,241,086	1,241,086
	Juros e Encargos	110,014,118	111,846,118	110,014,118	110,014,118	110,014,118	110,014,118	110,014,118	110,014,118	110,014,118	110,014,118
	SUBTOTAL	111,393,236	113,070,000	111,255,204	111,255,204	111,255,204	111,255,204	111,255,204	111,255,204	111,255,204	111,255,204
TOTAL		607,573,784	831,517,932	750,061,513	652,929,514	646,656,535	627,318,512	608,247,892	588,597,412	562,426,514	549,176,524

CONTRATOS ASSINADOS (VIGENTES)

Junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID:

- Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Pró-Cidades. Valor Contratado: U\$ 170.100.000,00;
- Projeto de Desenvolvimento Fazendário. Valor contratado: U\$ 50.000.000,00;
- Modernização da Gestão Fiscal do Distrito Federal - PROFISCO II. Valor contratado: U\$ 72.700.000,00;
- Programa de Saneamento Básico do DF. Valor contratado: U\$ 130.000.000,00;
- Projeto de Desenvolvimento Fazendário do DF - PRODEFAZ / PROFISC. Valor contratado: U\$ 31.997.000,00.

Junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA:

- INFRA - DF. Valor contratado: U\$ 60.000.000,00.

Junto ao Banco do Brasil:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Projeto de Investimento nas áreas de assistência social, saúde, educação, desenvolvimento institucional, saneamento básico. Valor contratado: 505.000.000,00;
- Investimentos em áreas de assistência social, saúde, educação, desenvolvimento institucional, habitação ou urbanização, saneamento básico e mobilidade social. Valor contratado: 495.000.000,00;
- Projeto de mobilidade integrada. Valor contratado: 500.000.000,00.

Junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

- Aquisição de Trens e Equipamentos do Metro. Valor Contratado: R\$ 257.304.983,30;
- Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVEST. Valor contratado: R\$ 311.152.640,60;
- Investimento em logística, mobilidade urbana, segurança pública e saúde do Distrito Federal. Valor contratado: R\$ 217.003.108,00.

Junto à Caixa Econômica Federal:

- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF. Valor contratado: R\$ 179.993.358,10;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas. Valor contratado: R\$ 40.308.604,75;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilândia. Valor contratado: 208.960.870,10;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul. Valor contratado: R\$ 72.000.000;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá – complementação. Valor contratado: R\$ 19.000.000;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste. Valor contratado: 517.477.350,00;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor de Arniqueira. Valor contratado: R\$ 47.622.498,29;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho – DF. Valor contratado: 19.381.369,37;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires – DF. Valor contratado: 397.961.363,79;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico. Valor contratado: 35.034.768,55;
- Ampliação da DF – 047 para o acesso ao aeroporto; Valor contratado: R\$ 98.000.000,00;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte. Valor contratado: 561.522.650,00;
- Pro-moradia II – obras de infraestrutura, urbanização de assentamentos precários - Arapoanga. Valor contratado: R\$ 46.524.916,57;
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do DF. Valor contratado: R\$ 12.337.571,92;
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do DF (PNAFM II). Valor contratado: R\$ 30.600.000,00;
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do DF (PNAFM III). Valor contratado: R\$ 49.000.000,00;
- Aporte de capital na companhia energética de Brasília - CEB. Valor contratado: R\$ 160.000.000,00.
- Junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD:
- Programa de Modernização da Gestão Pública do DF (SWAPP). Valor contratado: U\$ 130.000.000,00.

Junto ao Banco do Brasil/STN:

- Contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas. Valor contratado: R\$ 642.272.367,31.



CONTRATO EM PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO PARA ASSINATURA

Junto ao BNDES:

- Obras de engenharia. Valor a ser contratado: R\$ 662.996.891,50.
- Expansão do metrô. Valor a ser contratado: R\$ 400.000.000,00.

CONTRATOS ASSINADOS E EM PROCESSO DE LIBERAÇÃO

No exercício de 2024, foram liberados R\$ 139.476.792,78 em operações de crédito, para os seguintes contratos:

Junto à Caixa Econômica Federal:

- Pró-moradia Infraestrutura, Urbanização, Assentamento Sol Nascente - Ceilândia/DF. R\$ 5.389.074,12;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste. R\$ 41.818.292,73;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Arniqueira. R\$ 3.547.742,63;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires. R\$ 10.171.682,30; e
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do DF. R\$ 7.550.000,00.

Junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

- Investimento em logística, mobilidade urbana, segurança pública e saúde do Distrito Federal. R\$ 20.000.000,00;

Junto ao Banco do Brasil:

- Projeto de Investimento nas áreas de assistência social, saúde, educação, desenvolvimento institucional, saneamento básico. R\$ 51.000.000,00.

A tabela a seguir demonstra a evolução das liberações nos últimos 9 anos:

TABELA VIII: LIBERAÇÕES OCORRIDAS									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA INTERNA	80,9	493,3	483,4	273,3	81	118,48	683,78	640,29	139,47
DÍVIDA EXTERNA	19,2	23,9	78,2	74,4	120,5	10,82	26,11	0,0	0,00
TOTAL	100,1	517,2	561,6	347,7	201,5	129,3	709,89	640,29	139,47

Em valores correntes/R\$ milhões

CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/1970, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro-desemprego.

A Lei nº 9.715, de 25/11/1998, estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

Nesse sentido, a tabela abaixo demonstra as despesas de recolhimento e regularização do PASEP, no período de 2017 a 2024.



TABELA IX: DESPESAS COM RECOLHIMENTO/REGULARIZAÇÃO DO PASEP								
ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Valores pagos	127,0	140,2	167,9	179,2	215,0	218,3	236,0	254,7

Elaboração: UDIP/SUTES/SEFIN/SEEC
Em valores de milhões e centenas

CADASTRO INFORMATIVO FISCAL

O CAUC foi criado pela Instrução Normativa (IN) nº 1, de 4 de maio de 2001, sucedida pela Instrução Normativa nº 2, de 2 de fevereiro de 2012, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em que disciplina a coleta e o fornecimento de informações acerca de requisitos fiscais dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios, para a realização de transferências voluntárias.

O CAUC consiste num subsistema desenvolvido dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), disponibilizado em rede a todas as unidades, na internet, no site da Secretaria do Tesouro Nacional.

O objetivo do CAUC é simplificar a verificação, pelo gestor público, do atendimento pelos entes federativos beneficiários de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela legislação aplicável.

O CAUC consolida, num só lugar, a verificação das documentações comprobatórias exigidas no momento da formalização de um convênio, bem como para contratação de operações de créditos.

Desse modo, o acompanhamento é diário e visa identificar a inclusão do Governo do Distrito Federal como inadimplente junto à União ou entidades federais, tarefa de caráter inadiável, considerando as diversas implicações para o governo local, inclusive quanto ao impedimento de órgãos e entidades do GDF receberem transferências de recursos da União e contratar operações de crédito.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS

A RAIS é um instrumento de coleta de dados instituída pelo Decreto nº 76.900, de 1975, que tem por objetivo a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais, sendo obrigada a apresentação da RAIS para todos os estabelecimentos inscritos no CNPJ, com ou sem empregados.

No entanto, os estabelecimentos que não possuem empregados, caso do CNPJ Principal - Distrito Federal, estão obrigados a entregar a RAIS Negativa, com apresentação anual, na qual são fornecidos somente os dados cadastrais do CNPJ.

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E TRIBUTOS FEDERAIS - DCTF

É uma Declaração na qual o responsável pelo CNPJ do GDF apresenta à Receita Federal do Brasil, mensalmente, os valores recolhidos relativos à contribuição do PASEP, via certificado digital.

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

No exercício de 2024, a SEEC atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal e financeira do Distrito Federal, destacando-se o monitoramento e a apuração dos limites de aplicação mínima de recursos em saúde e educação.

Também coordenou os trabalhos referentes ao relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, apresentado quadrimestralmente em audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e apreciou diversos projetos de lei sob a ótica dos aportes de recursos do Tesouro do Distrito Federal.



Realizou, ainda, o acompanhamento do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal – PAF/DF, firmado com a União em razão do refinanciamento da dívida interna, ao amparo da Lei nº 9.496/97, bem como do espaço fiscal e da capacidade de pagamento - CAPAG.

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL

No que diz respeito ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Distrito Federal, cumpre ressaltar que a Secretaria do Tesouro Nacional avalia, anualmente, a execução do programa relativa ao ano anterior. Todas as metas pactuadas para o exercício de 2023 foram cumpridas. Para o exercício de 2024, foram pactuadas as seguintes metas:

- a. META 1 - RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) - RELAÇÃO DC/RCL (%) – menor que 53,28%
- b. META 2 - RESULTADO PRIMÁRIO - igual ou superior a - R\$ 2,4 bilhões;
- c. META 3 - DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) – inferior a 57%;
- d. META 4 - RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA - valor mínimo de R\$ 22,1 bilhões;
- e. META 5 - GESTÃO PÚBLICA - estabelecida na forma de compromissos, especialmente a divulgação em meios eletrônicos dos dados e informações relativos ao Programa;
- f. META 6 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA - disponibilidade de caixa bruta de recursos não vinculados do Poder Executivo maior ou igual às obrigações financeiras não vinculadas.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Em relação à capacidade de pagamento, a classificação do Distrito Federal em 2024 permaneceu “B”, conforme o desempenho dos indicadores apurados pela STN relativos ao exercício de 2023. Deste modo, o DF manteve a elegibilidade para contratar operações de crédito com garantia da União.

DA CONTADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Sugestão para o relatório: Preliminarmente, é importante destacar que a então Subsecretaria de Contabilidade (Sucon), atualmente vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), passou a denominar-se Contadoria-Geral do Distrito Federal (ContDF) com a edição do Decreto nº 45.927, de 19 de junho de 1994. Essa mudança proporcionou maior visibilidade às ações relacionadas à contabilidade e ao patrimônio, considerando a relevância dessas áreas no âmbito do Governo do Distrito Federal, bem como sua atuação junto a outros órgãos distritais, federais e demais poderes.

Dessa forma, foram elaborados e publicados os relatórios e demonstrativos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), referentes à execução orçamentária e financeira da Administração Direta, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Públicas dependentes do Tesouro distrital, abrangendo o período de 01/01/2024 a 31/12/2024. São eles:

- Demonstrativos bimestrais - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO):
 - Balanço Orçamentário;
 - Demonstrativo Consolidado da Execução da Despesa Por Função e Subfunção;
 - Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida;
 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
 - Demonstrativo do Resultado Primário;
 - Demonstrativo do Resultado Nominal;
 - Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão;
 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital;
 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
 - Demonstrativo das Transferências de União;
 - Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB;
 - Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde;
 - Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária; e
 - Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme Decreto nº 17.256, de 28/03/96 e Art. 241, § 2º da LODF.
- Demonstrativos quadrimestrais – Relatórios de Gestão Fiscal (RGF):



- Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo;
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- Demonstrativo das Operações de Créditos;
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (anual);
- Demonstrativo da Inscrição dos Restos a Pagar (anual);
- Demonstrativo dos Limites; e
- Lançamento de dados contidos nos demonstrativos da LRF junto ao Siconfi/STN.

Vale destacar que os dados dos demonstrativos acima, além de citados neste relatório de gestão, também são inseridos no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a fim de compor as Contas Nacionais.

Periodicamente, são efetuadas atualizações dos Demonstrativos da LRF no sítio desta Secretaria de Estado na Rede Mundial de Computadores.

Ao longo do exercício de 2024, foram elaborados relatórios gerenciais, bem como efetuadas montagens de banco de dados para atender às demandas dos poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, bem como às demandas de órgãos e poderes da União.

A Prestação de Contas Anual do Governador tem sido elaborada anualmente para dar cumprimento ao inciso XVII do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal e encaminhada à Câmara Legislativa do DF, no prazo de sessenta dias após a abertura da primeira sessão legislativa.

Foram coordenados e organizados: (i) o Processo de Prestação de Contas Anual do Governador, em observância à Instrução Normativa nº 1/2016, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme determina a Resolução nº 296/2016 – TCDF; e (ii) a elaboração do Balanço Geral do GDF, exercício 2023.

O Balanço Geral, elaborado anualmente para integrar a Prestação de Contas Anual do Governador, demonstrou as informações da execução orçamentária e financeira do GDF, trazendo em si a conjugação dos dados do SIAC/SIGGo com os dados das empresas independentes que estão no Orçamento de Investimento e Dispendio (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista).

Realizou-se o acompanhamento dos fechamentos contábeis, a fim de certificar-se da exatidão das informações que subsidiam a elaboração de demonstrativos, relatórios e banco de dados, em nível consolidado de governo.

Efetuuou-se análise qualitativa e quantitativa de contas, bem como o acompanhamento quanto aos fechamentos para fins de consolidação dos demonstrativos contábeis em vários níveis, assim compreendido: por Unidade Gestora; Unidade Orçamentária; Tipos de Administração e Consolidação.

Houve o acompanhamento das atualizações das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente no que se refere à elaboração dos Balanços na estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com a finalidade de propor e implementar atualizações de procedimentos no SIGGo, que impactam nas demonstrações contábeis, a exemplo da funcionalidade Notas Explicativas, a qual está em constante aperfeiçoamento visando aperfeiçoar as boas práticas contábeis, além de atender determinações e recomendações do TCDF.

Elaborou-se documentos de natureza técnico-contábil referente à análise de propostas de legislações e documentos que tratam de assuntos de natureza contábil e patrimonial, além de outros documentos, objetivando responder solicitações do Tribunal de Contas do DF, Controladoria-Geral do DF, Câmara Legislativa do DF, Ouvidoria e outras demandas relacionadas à Contadoria-Geral.

Promoveu-se a estruturação, organização e manutenção periódica de bancos de dados atualizados da Receita, Despesa, Ativo, Passivo e Variações Patrimoniais e demais contas



contábeis, com vistas a subsidiar a conferência da consistência das demonstrações contábeis, assim como a elaboração de relatórios gerenciais.

Foram realizadas a organização e o controle das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, agentes recebedores e pagadores dos órgãos da administração direta, incluindo os órgãos de relativa autonomia, especializados, autônomos e os fundos especiais, referentes ao exercício de 2023, as quais foram encaminhadas à Controladoria-Geral do DF em 2024, pelo Sistema e-Contas/TCDF, nos prazos legais fixados nas legislações e normativos vigentes.

Adotou-se ações de monitoramento e controle dos cadastros dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos da administração direta, incluindo os órgãos de relativa autonomia, especializados, autônomos e os fundos especiais, referentes ao exercício de 2024, que fazem parte das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, agentes recebedores e pagadores.

Realizou-se o controle e inspeção visando ao cumprimento da legalidade de atos referentes à prestação de contas de transferências voluntárias e auxílios para investimentos quanto aos seus aspectos contábeis a que os órgãos estão sujeitos.

Atuou-se efetivamente sobre os pedidos de concessão, registro e análise das prestações de contas de suprimentos de fundos das unidades gestoras da administração direta, com especial atenção para a atualização do Decreto nº 13.771, de 07 de fevereiro de 1992, mediante a edição do Decreto nº 46.420, de 21 de outubro de 2024, a fim de adequar aos ditames estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (nova lei de licitações).

Orientou-se e subsidiou-se os gestores quanto à correta execução dos registros inerentes aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais, visando a prestação de informações contábeis consistentes, coerentes e tempestivas. Para realizar tais competências foram promovidas e realizadas ações, de ordem técnico-contábil no SIAC/SIGGo, visando cumprir regras contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 10ª Edição), dentre outras ações inerente a boa gestão contábil.

Quanto aos aspectos relacionados ao controle patrimonial, houve a realização, acompanhamento dos registros patrimoniais, além de diversos procedimentos voltados ao controle dos bens móveis, imóveis e semoventes do GDF. Dentre eles cabe destacar a implementação de medidas corretivas e adaptativas nos módulos de bens móveis e de bens imóveis no Sistema Geral de Patrimônio (SisGepat).

Intensificou-se o auxílio às UGs quanto à elaboração e encaminhamento de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando ao encerramento do exercício financeiro, neste caso, do exercício de 2023.

No exercício de 2024, deu-se início à edição de Informativo mensal para divulgar as ações relevantes executadas, com especial destaque para a dedicação de técnicos, em tempo integral, no acompanhamento da implementação da Escrituração Fiscal de Retenções e Outras Informações (EFD-Reinf).

Intensificou a supervisão e monitoramento das UGs extintas, no sentido de exigir que não mais houvesse execução, fato que resultou por regularizar diversas pendências de saldos de longa data.

Outro fator positivo na regularização de pendências de conciliações contábeis ocorreu com as visitas técnicas às unidades gestoras durante o exercício de 2024. Essa aproximação direta com os servidores dos órgãos setoriais, tornou-se eficaz para a boa prática da execução contábil, cuja ação será continuada em 2025.

Houve ainda diversas análises de demonstrativos de custos governamentais, inseridos no SIAC/SIGGo, Módulo Custos, visando verificar a correta aplicação das regras de custos governamentais nos órgãos da administração direta, bem como nas entidades da administração indireta dependentes do Tesouro distrital.



Finalmente, houve o constante monitoramento dos registros contábeis para subsidiar o fechamento das informações de custos para o encerramento do exercício de 2023, dentre outras atividades.

DA COORDENAÇÃO DAS ESTATAIS E ÓRGÃOS COLEGIADOS

REALIZAÇÕES:

- Desenvolveu-se o Sistema Integrado de Governança das Estatais – SIGE. Este sistema contempla a coleta de dados e um painel de governança corporativa das empresas estatais do Distrito Federal. Atualmente, o Módulo Cadastro está sendo aprimorado, sendo responsável pelo registro e manutenção dos usuários do sistema, das finanças, gestão de pessoas, orçamento e governança das empresas estatais do DF.
- Decreto nº. 45.539, de 28 de fevereiro de 2024 que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.
- Decreto nº 45.541, de 29 de fevereiro de 2024 que altera o Decreto nº 39.415, de 30 de outubro de 2018, a qual regulamenta o art. 8º da Lei nº 4.585, de 13 de julho de 2011.
- Decreto n.º. 45.961, de 27 de junho de 2024 que altera o Decreto nº 32.819, de 29 de março de 2011, que aprova o Regimento do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, e dá outras providências.
- Decreto nº. 46.578, de 27 de novembro de 2024, que altera o Decreto nº 45.539, de 28 de fevereiro de 2024, que regulamenta a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.
- Análises de propostas de Acordos Coletivos de Trabalho – ACT das empresas estatais dependentes do Tesouro do DF, onde foram autorizados reajustes salariais de 6%, além da manutenção das cláusulas econômicas e sociais, com seus respectivos valores.
- Fortalecemos a Transparência no âmbito do Governo do Distrito Federal, implementando-se o gerenciamento contínuo dos órgãos colegiados de caráter permanente da administração direta e indireta, atualmente composto por 183 (cento e oitenta e três) unidades.
- Com o foco na Governança, desenvolvemos ações no sentido de colher informações para a elaboração de projetos normativos, objetivando fortalecer os interesses do acionista majoritário.
- Incrementou-se a distribuição de dividendos junto as empresas estatais independente. Um grande reforço para o caixa do Tesouro.
- Outro ponto foi a equalização das remunerações dos Administradores das estatais, considerando suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços. Nesse certame, buscou-se dirimir as discrepâncias nas remunerações entre as diversas estatais assemelhadas, corrigindo para valores de mercado.
- Aprovação do Programa de Desligamento Voluntário - PDV da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, aprovado por meio Sessão nº. 585, publicada no DODF nº 249, de 31.12.2024;
- Realização do 1º Encontro De Conselheiros das Empresas Estatais do GDF, realizado em 12 de dezembro de 2024 de acordo com a Lei nº. 13.303/2016, Art. 17, 4§.

NÃO REALIZAÇÕES

O Manual Técnico das Estatais do DF é um novo projeto que está sendo desenvolvido no âmbito desta Unidade, a qual terá como objetivo perspectivar as estatais do Distrito Federal, em termos de pessoal, lucros/prejuízos, orçamentos, histórico, dentre outras informações, com periodicidade anual.



Implementar o Projeto Portal dos Conselhos;

Decreto que regulamenta a participação dos empregados nos lucros e resultados das empresas estatais do Distrito Federal, e suas subsidiárias - PLR

Decreto que dispõe sobre as regras gerais dos Acordos Coletivos de Trabalho e termos aditivos a serem celebrados nas empresas estatais do Distrito Federal, inclusive suas subsidiárias - ACT

Portaria que estabelece diretrizes para os Programas de desligamento voluntários - PDV's

Diretrizes para a elaboração dos Planos de Empregos e Salários, e dos Planos de Funções das empresas estatais dependentes do Distrito Federal, inclusive suas subsidiárias - PCCS

Decreto que dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de dissolução e liquidação de empresas estatais e dá outras providências.

Dispositivo legal que altera o Decreto nº 39.415, de 30 de outubro de 2018, que regulamenta o art. 8º da Lei nº 4.585, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre regras referentes à organização e ao funcionamento dos órgãos de deliberação coletiva da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, e dá outras providências.

Decreto nº 39.353/2018 e revogação do Decreto nº 28.113/2007, que dispõe sobre os procedimentos atinentes à atuação da Procuradoria Geral do Distrito Federal na realização das assembleias gerais das sociedades empresariais de que o Distrito Federal participe ou nas quais tenha interesse, e dá outras providências.

Decreto nº 39.415, de 30 de outubro de 2018, que regulamenta o art. 8º da Lei nº 4.585, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre regras referentes à organização e ao funcionamento dos órgãos de deliberação coletiva da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, e dá outras providências.

Grupo de Trabalho criado por meio da Instrução nº 288, de 16 de agosto de 2023, com objetivo de implementar o Seguro de Vida para os empregados da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB.

Grupo de trabalho paritário, conforme previsão contida no parágrafo único da cláusula décima nona do Acordo de Trabalho 2024/2025 da EMATER-DF, cuja finalidade será a elaboração de estudos visando uniformizar os benefícios previstos em ACT, por meio do Programa de Cargos e Salários da Empresa.

Ainda sobre o aspecto da Governança, desenvolvemos ações de monitoramento das empresas estatais em liquidação, quais sejam, a PROFLORA S.A – Florestamento e Reflorestamento, a Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A (SAB), e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN).

DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Acompanhamento da disponibilidade de recursos de Transferências voluntárias da União por meio da Plataforma Transferegov.br:

- Módulo **Transferências Discricionárias e Legais**: constam 58 (cinquenta e oito) propostas cadastradas, no montante de aproximadamente R\$ 233 milhões (duzentos e trinta e três milhões), que poderão tornar-se acordos de transferências voluntárias da União (convênio ou contrato de repasse), por parte dos órgãos/entidades da Administração Pública Distrital, o que permitirá a execução de diversos objetos de políticas públicas de interesses recíprocos, durante os próximos exercícios e conforme os cronogramas físico-financeiros propostos nos planos de trabalhos de cada acordo.

- Módulo **Transferências Especiais**: disponibilizado o Programa 09032024 - do Ministério da Fazenda, valor global/empenhado de 9.741.582,00 (nove milhões e setecentos e quarenta e um mil e quinhentos e oitenta e dois reais). Até o momento, foi disponibilizado o valor parcial de 5.900.853,70 (cinco milhões novecentos mil e oitocentos e cinquenta e três reais e setenta centavos), conforme informações complementares a seguir:

- Recurso de Emenda Individual 44970005, de autoria do Deputado Federal Prof. Paulo Fernando, na modalidade Transferência Especial, destinado ao CNPJ do Distrito



Federal, proveniente do Orçamento Geral da União/2024, no valor de R\$ 1.455.790,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa reais), o recurso será executado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal (SELDF). Informamos que, até o momento, foi disponibilizado o valor parcial de R\$ 1.173.023,24 (um milhão cento e setenta e três mil vinte e três reais e vinte e quatro centavos), assunto tratado no processo: 04044-00008471/2024-78;

- Recurso de Emenda Individual 44490013, de autoria do Deputado Federal Reginaldo Veras, na modalidade Transferência Especial, destinado ao CNPJ do Distrito Federal proveniente do Orçamento Geral da União/2024, no valor R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o recurso será executado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Informamos que, até o momento, foi disponibilizado o valor parcial de R\$ 2.852.974,38 (dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil novecentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos), assunto tratado no processo: 04044-00008455/2024-85;
- Recurso de Emenda Individual 43780013, de autoria do Deputado Federal Fred Linhares, na modalidade Transferência Especial, destinado ao CNPJ do Distrito Federal proveniente do Orçamento Geral da União/2024, no valor R\$ 3.285.792,00 (três milhões duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e noventa e dois reais), o recurso será executado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF). Informamos que, até o momento, foi disponibilizado o valor parcial de R\$ 1.874.856,08 (um milhão oitocentos e setenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oito centavos), assunto tratado no processo: 04044-00008363/2024-03.

Elaboração do Caderno de Emendas Federal: Coordenou-se o processo de elaboração do Caderno de Emendas Federal – 2025, no intuito de captação dos recursos voluntários conceituado no art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000. Participaram da elaboração 34 Órgãos/Entidades, por meio do cadastramento de 364 projetos no Banco de Projetos do Sistema de Gerenciamento de Recursos- SIGER, totalizando o valor de aproximadamente 2 bilhões em projetos cadastrados. Assunto tratado no processo 04044-00006651/2024-15.

Plataforma Transferegov.br: apoio aos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, na operacionalização dos módulos do Transferegov.br, bem como orientação, cadastramento e manutenção da base de dados dos usuários da Plataforma.

Negociações e contratações de operações de crédito: Negociou e contratou as operações de crédito: Operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com garantia da União, até o valor de US\$ 72,73 milhões (R\$ 394 milhões), no âmbito do Programa de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ/PROFISCO II e a Operação de crédito junto com o FONPLATA, no valor de US\$ 75,00 milhões (aproximadamente R\$ 364 milhões) – (Drenar Taguatinga e Drenagem e Pavimentação do Pôr do Sol), conforme Lei nº 7.342 de 29/11/23.

Gestão de Desempenho da Carteira de Financiamentos: Operações de crédito contratadas e em processo de liberação de recursos até 31.12.2024 (CAIXA, BNDES) – valores desembolsados: CAIXA - R\$ 68.476.792,78, BNDES - R\$ 118.525.714,74, Banco do Brasil em execução das operações de 495 milhões e 505 milhões (desembolsados no ato da assinatura dos contratos).

Principais Investimentos em Execução:

- BNDES - Viaduto e trincheira na DF-075 EPNB; Construção do bloco anexo do Hospital Regional de Planaltina; Corredor Eixo Oeste Hélio Prates - Etapa 2; Recuperação dos Viadutos 10 e 11 e Aquisição de helicóptero aeromédico monoturbina.

- BB - Sistema de Água Potável Paranoá - Eixo Norte; Túnel de Taguatinga; Viaduto da EPIG; Sistema de Transporte de Passageiros - Eixo Oeste; Hélio Prates - Etapa 1; Pró Moradia - Construção de 420 UH no Sol Nascente; Restaurante Comunitário do Sol Nascente e escolas. e Pró-Moradia - Construção de 420 unidades habitacionais no Sol Nascente; Implantação e duplicação da rodovia DF-010; Implantação e ampliação de sistema de drenagem pluvial do Setor de Oficinas Sul - SOF SUL; Regularização de Núcleo Urbano Informal, Setor Habitacional



Sol Nascente - Lote 1 e 2 - Trecho III - RA IX - Ceilândia DF; Complementação da rede de drenagem e terraplanagem para implantação de estacionamento do Hospital Regional de Brazlândia.

Acompanhamento da regularidade – CAUC:

Resultados Alcançados:

1. Serviço Auxiliar de Informações sobre requisitos Fiscais – CAUC/STI: Em 2024, 280 pendências de órgãos da administração direta e indireta do GDF foram inscritas no CAUC, das quais 35 foram regularizadas (12,5%) e 245 permanecem inadimplentes (87,5%), sendo apenas 1 pendência da administração direta e as demais de órgãos da administração indireta.
2. Relatório da Receita Federal do Brasil - Informações de Apoio para Emissão de Certidão - Das 433 pendências de órgãos da administração direta do GDF incluídas no relatório da Receita Federal do Brasil - RFB, no ano de 2024, 416 foram regularizadas (96,1%) e 17 continuam inadimplentes (3,9%).
3. Convênios Firmados entre Órgãos do GDF e a União no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União – CGU - Dos 1.504 convênios firmados entre órgãos do GDF e a União, registrados no Portal da Transparência/CGU, em dezembro de 2024, 484 estavam ativos, sendo monitorados pela COARG com ações preventivas, evitando, assim, inadimplência no CAUC. Os outros 1.020 convênios encontravam-se inativos, não sendo necessária nenhuma ação. Ressalta-se que os 484 convênios do GDF ativos, no mês de dezembro de 2024, estavam em situação regular.
4. Validade das Certidões Monitoradas pela COARG - Das 196 Certidões Negativas, ou Positivas com Efeitos de Negativas, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União da RFB/PGFN (CND ou CPEND), dos órgãos da administração direta e indireta do GDF, 158 foram emitidas pela COARG (80,6%), em julho de 2024.

Aplicação do Instrumento de Maturidade da Governança e da Gestão - IMGG: Foi realizado o acompanhamento e orientação aos 35 órgãos do Governo do Distrito Federal que operacionalizam o Transferegov.br e adotam o Modelo de Governança e Gestão - Gestaopublica.gov.br por meio da Aplicação do Instrumento de Maturidade da Governança e da Gestão - IMGG 100 PONTOS, de modo a assisti-los em todas as etapas desse processo. O resultado da aplicação dos órgãos em 2023 foram os seguintes: 12 certificações; 18 declarações; 2 abstenções e 2 ainda em aplicação, informações divulgadas pelo portal Parceriasgov.br. Em 2024 dois órgãos aplicaram o IMGG 100 Pontos referente à 2023, dos quais um obteve a certificação de participação, outro ainda com processo em andamento. Esse tema tem suas balizas fincadas no Processo SEI nº 04033-00008535/2023-15.

Sistema de Gerenciamento de Recursos – SIGER: Foi realizada melhoria nos módulos Banco de Projetos e Transferências da União e desenvolvidos os módulos Operação de Créditos Nacional e Internacional e Carteira de Financiamentos de Operações de Crédito com as funcionalidades específicas (menus de administração, de mensageria, de gestão de usuários, etc.) no Sistema de Gerenciamento de Recursos – SIGER. Dentre as melhorias implementadas no módulo de Transferências da União estão a criação de funcionalidades para acompanhamento das Transferências Especiais e para acompanhamento de financiamentos (contratos legados) celebrados com a Caixa Econômica Federal.

Perspectivas para o exercício de 2025

Contratações de novas operações de Crédito que já estão sendo negociadas:

Contratação junto ao BNDES, no âmbito do FINEM, no valor de R\$ 663 Milhões, autorizados pela Lei nº 7.042, de 29/12/2021, destinadas ao desenvolvimento de ações estruturantes nas áreas de infraestrutura urbana e social; Projetos de segurança pública e Modernização da gestão pública;

Contratação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de até R\$ 400 milhões, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento,



denominado NOVO PAC, destinados à elaboração do projeto e execução da Expansão da Linha 1 – METRO.

Contratação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de até R\$ 700 milhões, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento, denominado NOVO PAC, destinados à elaboração do projeto e execução da intervenção em mobilidade urbana (BRT) – Eixos Norte e Sudoeste.

Em desenvolvimento o Sistema de Gerenciamento de Recursos – SIGER: Implementar os Módulos de Operações de Crédito e Carteira de Operações de Crédito e as melhorias desenvolvidas em 2024 no Sistema de Gerenciamento de Recursos – SIGER (elaboração de manuais, cadastramentos, capacitações), nos órgãos da Administração Direta e Indireta do DF.

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Programa Temático 6203 – Gestão Para Resultados do Plano Plurianual – PPA 2024-2027.

REALIZAÇÕES:

Revisão do PPA 2024-2027

Coordenou-se o processo de revisão do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, que culminou na publicação da Lei nº 7.592, de 04 de dezembro de 2024, do Decreto nº 46.298, de 24 de setembro de 2024 e do Decreto 46.611, de 05 de dezembro de 2024, que altera objetivos e atributos dos Programas Temáticos do PPA, constantes do Anexo II da Lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023.

Participação na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2025

Participação da elaboração da Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025, na formulação dos seguintes anexos, bem como na elaboração do texto da referida Lei:

Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;

Anexo de Metas e Prioridades;

Anexo dos Projetos em Andamento.

Participação na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA/2025

Participação da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2025, que culminou na Lei nº 7.650, de 30 de dezembro de 2024, na forma a seguir:

Análise e disponibilização de ações orçamentárias;

Elaboração da atualização dos seguintes Anexos:

Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;

Anexo de Metas e Prioridades e

Anexo dos Projetos em Andamento;

Análise quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA das proposições de projetos que podem ser objeto de Emendas Parlamentares Distrital e Federal;

Caderno de Emendas Parlamentares

Análise quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA das proposições de projetos constantes do Caderno de Emendas Parlamentares, trabalho em parceria com diversas áreas.

Participação na análise das proposições de alterações da Lei Orçamentária Anual - LOA/2024

Atuou na execução da LOA/2024 e nos pedidos de créditos especiais, promovendo análise quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, a partir de demandas de Unidades Orçamentárias, bem como de proposições de emendas parlamentares à Lei Orçamentária vigente (trabalho realizado em parceria).

Acompanhamento das Ações de Governo do exercício de 2024



Realizou o acompanhamento físico-financeiro das ações de governo que visa subsidiar a elaboração do Relatório de Desempenho Físico - Financeiro em cumprimento ao que dispõe o art. 153, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que determina ao Poder Executivo publicar, até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

O acompanhamento e controle das etapas das ações, realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental, SAG, tem como principal objetivo permitir o conhecimento do conjunto de ações do Governo em seus aspectos quantitativos, qualitativos, espacial e temporal, além de detectar possíveis distorções ou desvios entre o planejado e o executado.

Nesse sentido, o Relatório de Desempenho Físico-Financeiro é um importante instrumento de planejamento que possibilita aos gestores demonstrar aos Órgãos de Controle, às Unidades Orçamentárias do Governo e à sociedade os resultados alcançados durante o exercício e auxilia, ainda, na identificação, ao final do exercício, do cumprimento de metas previstas no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

As reuniões técnicas para orientações sobre o cadastramento das etapas no SAG/2024 foram realizadas no mês de fevereiro/2024, no auditório da Escola de Governo, e contaram com a participação de aproximadamente 280 servidores/Agentes de Planejamento das Unidades Orçamentárias do GDF.

Para garantir transparência e publicidade às ações governamentais, é disponibilizado no site da SEEC os relatórios de desempenho físico-financeiro e um relatório bimestral com informações estatísticas do andamento das etapas e algumas das principais realizações das Unidades Orçamentárias por bimestre. Este relatório é elaborado após o encerramento de cada bimestre disponibilizado no site da Secretaria de Economia.

Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG

As atividades de aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento físico-financeiro das ações previstas na Lei Orçamentária Anual foram continuadas por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG). Em paralelo, estão sendo implementadas inovações no Sistema, na plataforma Web, mediante o Sistema SIGGo/SAG, (Novo sistema que substituirá o SAG) visando uma melhoria de suas funcionalidades o qual será apresentado para o SAG 2025.

Elaboração do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual – PPA, ano base 2023

A Avaliação do PPA 2020-2023, referente ao exercício de 2023, foi enviada à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF em 28/06/2024, em cumprimento ao que prevê os artigos 10 a 14, da Lei nº 6.490, de 29 de janeiro de 2020.

As Unidades Orçamentárias participaram da Avaliação Anual do Plano e apresentaram os resultados do exercício de 2023 por meio do sistema PPAWEB com informações relativas às respectivas áreas de atuação, com foco na análise do alcance das Metas (quantitativa e qualitativa); índices alcançados pelos Indicadores (tanto do término do exercício anterior quanto em relação à expectativa de alcance do índice final previsto e devidas justificativas); e análise dos resultados dos Objetivos. A SUPLAN procedeu à análise das informações e consolidação em Relatório, a fim de acompanhar a implementação das políticas públicas por parte dos órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal.

Em 12 de agosto de 2024 foi realizada pela Comissão de Economia Orçamento e Finanças, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Reunião Pública sobre a Avaliação do Plano Plurianual 2020-2023 (Ano Base 2023), encerrando o ciclo de vigência do PPA 2020-2023.

Elaboração de Relatórios da área de planejamento que integram a Prestação de Contas Anual do Governador

A Prestação de Contas Anual do Governador é constituída por um conjunto de Relatórios elaborados pelos Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF e encaminhada pela Secretaria de Estado de Economia ao Gabinete do Governador, que, por sua vez, submete à apreciação do Poder Legislativo.



Compete à SEEC elaborar o Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal e o Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo com base nas informações das Unidades Orçamentárias do GDF.

O Relatório de Gestão do Governo do Distrito Federal e o Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo estão previstos nos incisos V e XVII, do artigo 1º, da Instrução Normativa nº 01/2016 – TCDF, editada em observância ao disposto nos arts. 186 e 222 da Resolução nº 296/2016-RI/TCDF; e no artigo 90, do Decreto nº 32.598/2010, de 15 de dezembro de 2010 – Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal – e são elaborados anualmente.

O Relatório de Gestão do Governo do Distrito Federal tem por objetivo demonstrar as realizações governamentais e os resultados alcançados no exercício, assim como as não realizações, como também subsidia a elaboração, pela Controladoria Geral do Distrito Federal, do Relatório de Eficiência e Eficácia da Gestão.

O Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo tem por objetivo demonstrar o comportamento anual de cada Indicador do PPA em relação ao índice desejado para o exercício avaliado. Trata-se, portanto, de um Instrumento de Planejamento que permite identificar e aferir os aspectos relacionados às políticas públicas constantes dos Objetivos dos Programas Temáticos previstos no Plano Plurianual Distrital a fim de acompanhar continuamente sua execução e permitir aos tomadores de decisão a continuidade das aludidas políticas e eventuais ajustes necessários para a melhor entrega de bens e serviços à sociedade.

Relatórios de Gestão e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador – ano base 2023

O processo de elaboração dos Relatórios com informações referentes ao ano de 2023 foi concluído em março de 2024 e devidamente encaminhado à CLDF, no prazo estabelecido no Inciso XVII, do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Esses Relatórios também foram enviados à Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Estado de Economia, para, em conjunto com os demais Relatórios, comporem a Prestação de Contas Anual do Governador, a serem remetidas àquela Casa Legislativa.

Relatórios de Gestão e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador – ano base 2024

A SEEC elaborou e disponibilizou no seu sítio eletrônico, em especial para os Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF, as Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador. Destaque-se que os Relatórios de Gestão das Unidades Orçamentárias enviados à SEEC até 20/01/2025 (com dados consolidados, fechados, até 31/12/2024), e os Relatórios finais de Governo analisados e consolidados pela SEEC serão enviados à CLDF até março de 2025.

Edição de Normas e Procedimentos e Capacitação dos Agentes de Planejamento

Durante o exercício de 2024, houve atuação nas orientações técnicas aos servidores das Unidades Orçamentárias, em especial, junto aos Agentes de Planejamento dos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Distrito Federal, quanto à elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e Prestação de Contas Anual do Governador, buscando a homogeneização e a qualidade das informações. As orientações às Unidades Orçamentárias foram realizadas por meio da elaboração de instruções, reuniões técnicas, vídeos institucionais, além de atendimentos individualizados aos Agentes de Planejamento que compareceram, além de 150 (cento e cinquenta) visitas técnicas em 95 (noventa e cinco) órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal a fim de atender as demandas específicas de cada unidade, dada a complexidade intrínseca a cada área de atuação. Foram, ainda, capacitados 110 (cento e dez) servidores em 4 (quatro) turmas do Curso de Planejamento e Orçamento Público Aplicado, promovido pela SEEC, junto à EGOV, visando o aprimoramento e melhoria dos instrumentos de planejamento e execução



orçamentária, de forma integrada que contemple o ciclo orçamentário desde o PPA, passando a LDO, LOA, execução orçamentária e no derradeiro acompanhamento.

Outas ações importantes

Participação de membros no grupo de trabalho instituído pela Portaria SEEC nº 674, de 29 de agosto de 2024, que teve como objetivo apresentar proposta de trilha de capacitação de servidores, com abordagem no ciclo de políticas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Em 2024 iniciou-se a produção de guia de orientação em políticas públicas, direcionado a agentes públicos que atuam nas diversas fases do ciclo de políticas públicas, que será finalizado e disponibilizado no 1º trimestre de 2025.

Encaminhou proposta de normativo que define diretrizes para a formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, que se encontra registrado nos autos do Processo SEI 04044-00002194/2025-71 e em tramitação no âmbito da SEEC.

Cabe mencionar que as proposições de criação de trilha de capacitação, de elaboração de guia de políticas públicas e proposição de normativo que defina diretrizes para políticas públicas no Distrito Federal foram motivados pela Decisão nº 3916/2024 proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

DO CONTROLE DE EMENDAS PARLAMENTARES

Em consonância com normativos vigentes, seguem as principais realizações e resultados obtidos:

- Desenvolvimento e disponibilização de relatórios para os usuários do Sistema de Controle Emendas Parlamentares – SISCONEP e do Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares – SisCAEP;
- Planejamento dos trabalhos de elaboração do Caderno de Sugestões de Emendas Distritais PLOA 2025, coordenação das análises empreendidas entre unidades executoras e áreas técnicas, ajustes e validação do Caderno junto ao Gabinete desta Secretaria, bem como entrega e divulgação junto aos parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Desenvolvimento do painel de resultados na plataforma Qlick Sense, com atuação como área de negócio, atualmente em processo de desenvolvimento;
- Elaboração do Plano de Capacitação Anual para os usuários dos sistemas SISCONEP E SISCAEP, em parceria com a EGOV;
- Total de 973 processos SEI geridos.
- Ações realizadas e gerenciadas no âmbito do Sistema de Controle Emendas Parlamentares – SISCONEP:

Projeto de Leis acompanhados	09
Emendas cadastradas	885
Valores geridos	R\$ 648.000.000,00
Análises de viabilidades acompanhadas	847
Ofícios cadastrados	5.197
Ofícios desbloqueados	3.065
Ofícios bloqueados	354
Valores desbloqueados	R\$ 622.617.820,97
Usuários geridos	827

- Ações realizadas e gerenciadas no âmbito do Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares – SisCAEP:

Valor captado LOA 2024	R\$ 220.496.556,00
Valor de captação proposto PLOA 2025	R\$ 1.700.111.540,12
Propostas cadastradas	838



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Propostas qualificadas	710
Unidades participantes	68
Usuários geridos	713

Perspectivas para o exercício de 2025:

Em 2025, será dada continuidade aos trabalhos empreendidos pela equipe no desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle de Emendas Parlamentares - SISCONEP e Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares - SisCAEP, além da conclusão do painel de resultados na plataforma Qlick Sense, atualmente em desenvolvimento.

No tocante ao SISCONEP, destaca-se a melhoria contínua no acompanhamento/monitoramento da execução das emendas parlamentares distritais, especialmente, no que se refere ao atendimento dos prazos e procedimentos, bem como à análise de conteúdos apresentados pelas Unidades executoras, conforme disposto no Decreto nº 43.360, de 25 de maio de 2022.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2025, em parceria com a Escola de Governo e visitas in loco, serão promovidas ações de capacitação voltadas para novos usuários dos sistemas, assim como para aqueles já atuantes que necessitem de revisão ou aprofundamento nos conteúdos.

Quanto ao SisCAEP, objetiva-se a integração desta plataforma com a ferramenta de proposição de emendas da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de modo que as informações das propostas trabalhadas e qualificadas pelo Poder Executivo, possam ser migradas para o sistema do Poder Legislativo, quando houver interesse na adesão pelos parlamentares distritais. Além desta iniciativa, será elaborado um normativo específico para o SisCAEP, considerando os aspectos técnicos, jurídicos e operacionais da ferramenta.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	4200000,0	2674476,00	2658012,39	2448149,91
0003 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	4200000,0	2674476,00	2658012,39	2448149,91
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1600000,0	1600000,00	1584913,72	1448932,30
0001 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1600000,0	1600000,00	1584913,72	1448932,30
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	1000000,0	0,00	0	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,00	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	7550000,0	17299416,00	5110783,20	4699200,64



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM--DISTRITO FEDERAL	7550000,0	17299416,00	5110783,20	4699200,64
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	75256668,0	0,0	0	0
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	75256668,0	0,0	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	10000,0	10000,00	0	0
0009 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	38442000,0	25105744,00	25105743,67	17115382,95
0002 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	38442000,0	25105744,00	25105743,67	17115382,95
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	16847566,0	32294161,00	29036568,63	23984291,38
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	16847566,0	32294161,00	29036568,63	23984291,38
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	71919000,0	106230308,00	104963598,74	94730722,15
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	71919000,0	106230308,00	104963598,74	94730722,15
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	25147000,0	21698144,00	20913530,99	18144300,63
0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET--DISTRITO FEDERAL	25147000,0	21698144,00	20913530,99	18144300,63
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1000000,0	0,00	0	0
0173 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	374000,0	91000,00	91000,0	77000,0
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	374000,0	91000,00	91000,0	77000,0
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	49428399,0	54637852,00	50191925,17	49928042,27



0001 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-ARRECADAÇÃO DE CIP-DISTRITO FEDERAL	10428399,0	10428399,00	5982472,65	5718589,75
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	39000000,0	44209453,0	44209452,52	44209452,52
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	292774633,00	261641101,00	239656076,51	212576022,23

DA VALORIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

A SEEC tem papel fundamental na construção e ampliação de políticas voltadas às relações sócio profissionais de trabalho, promovendo o bem-estar individual e coletivo, a valorização e o desenvolvimento pessoal dos servidores.

1. TEMPO DE REFLETIR

Com o objetivo de apoiar os servidores na gestão das próprias emoções, nas relações de trabalho, nos relacionamentos sociais e na promoção da saúde mental, além de criar um espaço para conhecimento e reflexão, a Secretaria promoveu o "Tempo de Refletir". Trata-se de uma ação on-line, transmitida pelo canal oficial da Secretaria de Economia no YouTube, voltada à discussão de temas variados e relevantes. A iniciativa contou com a participação de profissionais renomados, que abordaram questões profundas relacionadas aos desafios cotidianos no ambiente de trabalho. Durante o ano de 2024, foram realizadas sete lives, que ofereceram aos servidores reflexões e ferramentas para enfrentar os desafios emocionais e sociais da rotina profissional e pessoal.

2. MOMENTO DE PAZ

Com o propósito de fomentar a paz, a tranquilidade, a harmonia e a resolução de conflitos, a Secretaria transmitiu o "Momento de Paz", uma ação on-line dedicada a promover e disseminar a Cultura de Paz. A iniciativa teve como objetivo principal criar um espaço de reflexões voltadas ao bem-estar espiritual e à pacificação de crises. Durante o ano de 2024, foram realizadas oito lives, oferecendo ao público momentos de introspecção e práticas voltadas à harmonia e à serenidade.

3. VOZ DA CASA

Também foi dada continuidade ao projeto Voz da Casa, regulamentado pela Portaria nº 699, de 4 de setembro de 2024, que tem como objetivo valorizar e reconhecer os talentos dos servidores, empregados públicos, terceirizados, estagiários da administração direta e indireta do Distrito Federal, além de seus dependentes legais. A iniciativa proporciona um espaço para apresentações artísticas, como música, stand-up, teatro e outras manifestações culturais. Ao longo do ano, foram realizadas sete edições, com performances que destacaram uma diversidade de ritmos, incluindo rock, forró, MPB, piseiro, sertanejo, pop rock, entre outros.

4. 3ª EDIÇÃO DO CONCURSO "BRASÍLIA EM FOTO"

Em 2024, foi realizada a 3ª edição do concurso "Brasília em Foto", em comemoração ao 64º aniversário de Brasília. O concurso tem como objetivo envolver os servidores e empregados públicos do Distrito Federal em ações alusivas à celebração, reconhecendo o talento artístico dos participantes e incentivando a criatividade e originalidade em suas fotografias. Regulamentado pela Portaria nº 195, de 22 de março de 2024, o concurso selecionou 21 fotos por meio de uma comissão julgadora, das quais 7 (sete) foram escolhidas como vencedoras por votação popular no site da Secretaria de Economia. No total, a edição registrou mais de 193 mil votos, um recorde entre todas as edições do concurso.

5. CONCURSO DE DESENHO 2024



O Concurso de Desenho 2024 foi regulamentado pela Portaria nº 531, de 12 de julho de 2024, e incluiu a elaboração de um termo de referência e uma pesquisa de preços para a contratação de uma empresa especializada na confecção do Calendário 2025 do Distrito Federal, que apresentará os 12 desenhos premiados. O concurso tem como objetivo fortalecer os Eixos Estima e Pessoal, alinhados às políticas de qualidade de vida no trabalho, promovendo o envolvimento dos servidores e de suas famílias.

6. CUIDAR DO MEIO AMBIENTE TAMBÉM É COISA DE CRIANÇA

Com o tema “Cuidar do Meio Ambiente também é coisa de criança”, a edição contou com a participação de mais de 600 crianças. No dia 29 de outubro, a SEEC realizou a cerimônia de premiação, onde foram reconhecidos os 12 desenhos vencedores, criados por crianças de 5 a 12 anos.

7. PROGRAMA CLUBE DE DESCONTO DO SERVIDOR

Foi realizada a gestão do Programa Clube de Desconto do Servidor, instituído pelo Decreto nº 41.450, de 11 de novembro de 2020, e atualizado pelo Decreto nº 45.231, de 1º de dezembro de 2023. O programa reúne empresas que oferecem descontos de, no mínimo, 10% em produtos e serviços para servidores públicos do Distrito Federal, da Câmara Legislativa, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal Regional Eleitoral, e demais órgãos. O benefício é estendido a servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes.

Com mais de 200 empresas parceiras, o programa proporciona aos servidores a oportunidade de usufruir de benefícios exclusivos e economizar em diversos segmentos. Além disso, a Portaria nº 916, de 26 de novembro de 2024, autorizou a participação de empresas da

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) no programa, ampliando ainda mais o alcance da iniciativa.

Ao longo do ano, foram realizadas 19 edições da Feira do Clube de Desconto, com estandes de setores variados, como vestuário, calçados, papelaria, alimentos, pets, semijoias, clínicas de estética, brinquedos, entre outros.

8. PROGRAMA DF SUPERIOR

Foi realizada a gestão de parcerias do Programa DF Superior, instituído por meio do Decreto nº 46.377, de 10 de outubro de 2024, que viabiliza a concessão de descontos em matrículas e mensalidades aos servidores, empregados públicos e seus dependentes, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal em contratos educacionais de nível superior. Ademais, a Portaria nº 980, de 17 de dezembro de 2024, reforça as diretrizes do programa, regulamentando de forma clara e precisa as condições e critérios para adesão, beneficiários e execução dos descontos. Além disso, traz ajustes alinhados às alterações do novo decreto, consolidando ainda mais o Programa DF Superior como uma política pública de valorização do servidor. No total, 8 (oito) Instituições de Ensino Superior encontram-se credenciadas no momento: CEUB, Faculdade Horizonte, Faculdade JK CCI, Faculdade Laboro, Faculdade Unyleya, IESB, Universidade Católica de Brasília, UniProjeção.

9. FEIRA PET

Foram realizadas três edições da Feira Pet, com atividades voltadas para adoção, apadrinhamento, conscientização e prevenção de doenças em animais de estimação. O objetivo principal foi promover a adoção responsável e sensibilizar o público sobre a importância de cuidar e apoiar os pets. Além de adotar um animal de estimação, os servidores interessados tiveram a oportunidade de apadrinhar animais que necessitam de cuidados especiais e carinho.

10. FEIRA RURAL

Também foi realizada a primeira edição da Feira Rural, na passarela da entrada norte do Anexo do Palácio do Buriti, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF). O evento contou com a participação de agricultores do Distrito Federal e entorno, que expuseram produtos frescos e orgânicos, alimentos artesanais,



e itens variados da agroindústria, como linguças, mel, chás, temperos, plantas ornamentais e artesanatos.

11. CAMPANHAS

A SEEC participou ativamente das campanhas Agasalho Solidário, Vem Brincar Comigo e Nosso Natal, iniciativas que promoveram a arrecadação de agasalhos, cobertores e brinquedos, além de oferecerem à população carente momentos de confraternização nos 17 Restaurantes Comunitários do Distrito Federal.

Além disso, foram realizadas campanhas institucionais ao longo do ano, como janeiro Branco, Semana da Mulher, Doação de Sangue, Agosto Dourado, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul. Essas ações tiveram como foco a conscientização sobre temas relevantes, incluindo saúde mental e emocional, a importância da doação de sangue, incentivo à amamentação, prevenção ao suicídio, câncer de mama e cuidados com a saúde do homem.

12. VISITAS DE AUTORIDADES

Ao longo de 2024, diversas autoridades visitaram os projetos da SEEC, incluindo o Complexo de Qualidade de Vida, como a Presidenta da Associação Brasileira de Qualidade de Vida no Trabalho (ABQV) e representantes dos Governos da Paraíba e Espírito Santo.

13. ASSINATURA DE TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Além disso, foram assinados três Termos de Cooperação Técnica com os seguintes órgãos: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER), Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). O objetivo dessas parcerias é estabelecer os critérios e condições para que servidores e empregados desses órgãos possam usufruir dos serviços e ações oferecidos pelos Programas de Qualidade de Vida no Trabalho executados pela SEEC.

DA SAÚDE FÍSICA PARA O SERVIDOR PÚBLICO

No exercício de 2024, a Academia Buriti contou com 346 cadastros realizados e 430 alunos frequentes (com cadastro ativo) e 2116 cadastros realizados no sistema. Aproximadamente 70,8% eram mulheres e 29,2% eram homens. A Academia contou com 49 alunos na faixa etária de 18 a 29 anos, 106 alunos entre 30 e 39 anos, 106 alunos na faixa de 40 a 49 anos, 71 alunos entre 50 e 59 anos, e 18 alunos na faixa etária de 60 a 69 anos.

A Academia Buriti oferece 12 (doze) modalidades, entre artes marciais e atividades funcionais, além de diversas atividades complementares, organizadas em 22 horários distintos. Modalidades ofertadas: Alongamento e Flexibilidade, Boxe, Condicionamento Físico, Defesa Pessoal/Arnis Kali, Funcional, Jiu-Jitsu, Jiu-Jitsu sem Kimono, Karatê, Move Dance (Forró), Muay Thai, Tai Chi Chuan e Yoga.

Ao longo de 2024, foram atendidos 48 (quarenta e oito) órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF) exclusivamente no quesito de alunos matriculados. Os órgãos que possuem o maior número de alunos ativos são: Secretaria de Estado de Saúde (42), Secretaria de Estado de Economia (29), Procuradoria-Geral do Distrito Federal (20) e Casa Civil (21). Além disso, 56 terceirizados realizam uma atividade na Academia Buriti.

Ao longo do ano de 2024 foram realizados 70 (setenta) atendimentos da Blitz Academia Buriti, totalizando 41 (quarenta e um) órgãos do GDF atendidos. Os órgãos / unidades que mais solicitaram atendimentos foram: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), Berçário Buriti, Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), Na Hora de Brasília, entre outros.

A Academia Buriti realizou um total de 336 atendimentos de bioimpedância. Desse total, 227 foram realizados em mulheres e 109 em homens. Além disso, foram realizados 77 atendimentos de retorno.

Durante o ano foram adquiridos os seguintes materiais: tatames, faixas rígidas para aulas de alongamento, bolas de ginástica, halteres, faixas elásticas e 3 bicicletas ergométricas (parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer).



Foram criadas as seguintes turmas, com aulas em dias e horários específicos: Boxe: Terças e quintas, às 12h10; Karatê: Terças e quintas, às 8h30; Funcional: Terças e quintas, às 15h10; Defesa Pessoal/Arnis Kali: Segundas e quartas, às 8h; Jiu-jitsu Sem Kimono: Segundas e quartas, às 13h10.

Ainda, a Academia promoveu os seguintes eventos e ações internas:

- Aulões temáticos: foram realizados 12 aulões, incluindo temas como Dança do Ventre com Vêu, Capoeira, Samba Primeiros Passos, entre outros.
- Janeiro Branco: distribuição de lembrancinhas com dicas sobre saúde mental e emocional para alunos.
- Roda de conversa autoconhecimento e trabalho em equipe: roda de conversa sobre autoconhecimento e trabalho em equipe.
- New Clinic: procedimentos corporais realizados pela empresa parceira New Clinic.
- Dia Mundial da Poesia (21 de março): exposição de textos em mural com versos livres e rimados criados por alunos e servidores.
- Dia das Mães: sessão de autoconhecimento e técnicas de respiração e participação de acupunturista voluntária.
- Aniversário da Academia Buriti: atividades diversas, como dinâmica de auto-observação, gincanas, aulas de capoeira, boxe e dança.
- Arraiá da Academia Buriti: confraternização junina com muita diversão.
- Setembro Amarelo - Árvore da Vida: mural com mensagens de apoio e incentivo à saúde mental.
- Dia Mundial do Coração: aulões focados em exercícios cardiovasculares.
- Acompanhamento Nutricional: sessões voluntárias com a promoção de educação nutricional para alunos Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2).
- 1ª Caminhada e Corrida do Servidor: evento realizado em comemoração ao Mês do Servidor Público. A SUBATIV/SEQUALI foi parceira institucional.
- Dia de Beleza: serviços de limpeza de pele e maquiagem em alusão à campanha Outubro Rosa.
- Dia "D" no Funcional: rodas de conversa sobre prevenção do câncer de mama.
- Exames de Faixa: realizados nas modalidades de Jiu-jitsu e Karatê.

A Academia Buriti esteve presente nos seguintes eventos promovidos por órgãos do GDF:

1. Projeto Prova de Vida/Dia do Aposentado (IPREV-DF).
2. Ginástica Laboral: Evento na Sudeco; Evento no DF Legal (março e novembro); Evento "Mulheres na Comunidade" (Fercal) da SEAC; Evento 2ª Semana de Inovação da EGOV; Dia Mundial do Doador de Sangue no Hemocentro; Evento da SEAGRI.
3. VII Olimpíada de Integração das Forças de Segurança (Olinsesp).
4. Espaço Qualidade de Vida (TCDF): Inauguração com os professores da Academia.
5. Festival da Pessoa Idosa (Administração Regional do Cruzeiro): Avaliação física e dança sênior com a subsecretária.
6. Estação Saúde (TRE-DF): Ginástica laboral e avaliação física.

Houve também a participação de alguns alunos/as nos campeonatos: Brasília Golden Cup, Campeonato Pódio Brasiliense, Campeonato Mulheres que Lutam - Etapa 2, Campeonato Open Nacional de Artes Marciais 2024 e da 1ª Caminhada e Corrida do Servidor. Nessas competições, foram conquistadas 7 medalhas de ouro, 5 de prata e 4 de bronze.

DA VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Ampliação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e Valorização do Servidor

O projeto de Ampliação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e Valorização dos servidores superou as metas estabelecidas inicialmente, ampliou e diversificou suas ações, mediante a introdução de soluções inovadoras, introduzindo às atividades práticas que contaram com a realização de 7 (sete) campanhas com transmissão ao vivo (lives) pelo canal da SEEC no Youtube, de entrevistas com profissionais renomados, palestras e oficinas sobre temas relacionados à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Espaço Qualidade de Vida



Também foram realizadas atividades no Espaço Qualidade de Vida, durante o horário do almoço, gerando descontração, relaxamento e bem-estar aos servidores. Os temas abordados nessas ações enfatizaram a importância da alimentação saudável, da prática de atividade física, dos cuidados com a saúde mental e dos relacionamentos sócio profissionais como elementos fundamentais para a promoção da QVT.

Ao longo do ano de 2024 foram realizadas 21 (vinte e um) palestras em órgãos do Governo local e Federal, solicitadas à Secretaria de Economia do Distrito Federal, sobre temáticas relativas à QVT, incluindo tópicos como Comunicação Não Violenta, QVT, Saúde Mental no Trabalho, Desenvolvimento Humano e Autoconhecimento e Inteligência Emocional.

Nesse sentido, a atuação da SEEC se tornou referência não somente no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal (GDF), mas junto às forças de Segurança, aos órgãos do governo federal e até mesmo de outras unidades da federação.

É relevante destacar que as iniciativas incluíram ações relacionadas a atender o que preconiza o Decreto nº 42.375 de 09 de agosto de 2021, no que tange a instituir os princípios e as diretrizes gerais para concepção, implantação e promoção de Política e Programas de Qualidade de Vida no Trabalho aos 89 órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

Sensibilização dos dirigentes e servidores

No que se refere a execução da primeira macro etapa de sensibilização dos dirigentes e servidores foram realizadas reuniões técnicas com a alta gestão de diversos órgãos, com a presença das lideranças da SEEC, a partir da solicitação dos Agentes de QVT ou mesmo dos dirigentes dos órgãos. Ocorreram 7 (sete) visitas técnicas com a participação do Secretário Executivo de Valorização e Qualidade de Vida, da Subsecretaria de Valorização do Servidor, da Coordenadora de Ações de Qualidade de Vida e Desenvolvimento do Servidor, além da área técnica nos seguintes órgãos: Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (PREV), Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI), Brasília Ambiental (IBRAM), Administração Regional de Sobradinho (RA-V), Administração Regional de Planaltina (RA-VI) e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE).

Destacam-se, como resultados das ações de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) empreendidas pela SEEC, os seguintes números:

- 18 órgãos com rubrica orçamentária na temática;
- 40 órgãos com Comitê/Comissão ou Grupo de trabalho de qualidade de vida instituídos;
- 20 órgãos com Política de Qualidade de Vida no Trabalho instituída;
- 08 órgãos com Programa de QVT e
- 06 órgãos com unidade específica em QVT.

Suporte aos órgãos para implementação de suas Políticas e Programas de QVT

Com o fito de orientar e oferecer suporte aos órgãos para implementação de suas Políticas e Programas de QVT foram oferecidas 40 (quarenta) consultorias aos órgãos da Administração Pública distrital e Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF. Na oportunidade também foi realizada a devolutiva dos dados relativos à pesquisa realizada na construção do Plano Distrital de Qualidade de Vida no Trabalho – PDQVT, como auxílio quanto à realização do diagnóstico definido como a segunda macroetapa prevista no Decreto nº 42.375/2021.

A capacitação na temática de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) foi um investimento significativo, alinhado ao que estabelece o Decreto nº 42.375/2021, no artigo 9º, que aborda a capacitação permanente relacionada a essa temática. Como um marco, aproximadamente 346 (trezentos e quarenta e seis) servidores foram capacitados em QVT, recebendo certificação da Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV).

Prêmio Selo QualiVida

Em maio de 2024, foram realizadas as etapas para concorrer ao Prêmio Selo QualiVida, instituído pelo Decreto nº 42.375/2021, e regulamentado pela Portaria nº 253, de 20 de



setembro de 2021, destinado a estimular a implementação de ações e programas de qualidade de vida no trabalho, reconhecendo e premiando órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal que desenvolvam boas práticas de qualidade de vida e valorização do servidor ativo e aposentado. As etapas de execução integraram a elaboração e publicação do Edital e Regulamento de concessão do prêmio, bem como a atualização e capacitação dos membros do Comitê de Avaliação. No evento de premiação foi realizada palestra com tema: É possível ser feliz no Trabalho? Nesta 3ª edição, foram premiados 11 (onze) órgãos com troféu entregue aos dirigentes ou representantes das respectivas pastas vencedoras, juntamente com seus agentes de QVT.

II Encontro Anual de Qualidade de Vida no Trabalho

Em 25 de junho de 2024 foi realizado o II Encontro Anual de Qualidade de Vida no Trabalho destinado aos agentes de qualidade de vida no trabalho dos órgãos, lideranças de gestão de pessoas e demais representantes. O objetivo foi promover troca de experiências e boas práticas em QVT e também premiar com o Selo QualiVida. O evento ocorreu no auditório da Polícia Civil do Distrito Federal e contou com aproximadamente 300 (trezentos) participantes.

Expansão do programa de QVT para outras esferas governamentais

Além disso, ressalta-se que o programa de QVT tem se expandido para outras esferas governamentais incluindo órgãos do Governo Federal e de outros Estados do país. Assim foram realizadas reuniões de orientação para: Secretaria de Estado de Administração da Paraíba, Secretaria de Estado de Gestão de Recursos Humanos do Espírito Santo, Grupo de Trabalho de Gestão de Pessoas/CONSAD, Ministério do Meio Ambiente, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, Ministério da Justiça, Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, Tribunal Regional Eleitoral - TRE, Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e INFRAERO.

Atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Por oportuno, cabe destacar que a Política de Qualidade de Vida no Trabalho está em consonância com os princípios de governança (ESG) e atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do Eixo Saúde e Bem-Estar (ODS 3), do Eixo Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) e Eixo Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, posicionando o Governo do Distrito Federal em destaque no país, diante da inovação e pioneirismo neste tema, ao atuar de maneira estratégica mediante articulação intergovernamental para o cumprimento das iniciativas prioritárias do Plano Distrital de Qualidade de Vida no Trabalho (PDQVT).

Foram instituídos 2 (dois) Grupos de Trabalho (GTs), com uma constituição multiprofissional, composta por servidores de diversas Subsecretarias e Secretarias de Estado, para elaboração de políticas públicas nas temáticas solicitadas, conforme especificação abaixo:

- Grupo de Trabalho - GT para a elaboração de programa de atenção à saúde mental dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, mediante PORTARIA Nº 189, DE 21 DE MARÇO DE 2024, publicada em DODF Nº 57, de 22/03/24, pág. 25;
- Grupo de Trabalho - GT para a elaboração de programa de inclusão para os servidores com deficiência no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, mediante PORTARIA CONJUNTA Nº 08, DE 11 DE MARÇO DE 2024, publicada em DODF Nº 59, de 26/03/24, pág. 28.

Programa de Atenção Materno Infantil (PROAMIS/DF)

O Programa de Atenção Materno Infantil (PROAMIS/DF) tem por objetivo oferecer apoio à gestante, incentivo ao aleitamento materno e proteção à infância, destinado às servidoras no âmbito da administração Direta do Poder Executivo Distrital e servidoras do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF. Vale ressaltar que a capacidade máxima de atendimento no berçário é de 60 (sessenta) crianças. E até a última semana de dezembro de 2024 tinha em seu cadastro 901 servidoras inscritas, porém com 591 (quinhentos e noventa e um)



cadastros válidos, ou seja, servidoras que atendem ao público alvo do programa e elegíveis com base no Edital 01 de 02/03/2022, o qual torna público os procedimentos para inscrição, classificação e reclassificação no PROAMIS para fins de processo de matrícula para preenchimento de vagas no Berçário Institucional Buriti.

Projeto "Papo de Mãe"

No âmbito do Eixo Apoio à Gestante, o PROAMIS ampliou o escopo dos cursos ofertados em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV). Além das formações já existentes, foi implementado o projeto "Papo de Mãe", voltado para servidoras gestantes, lactantes, puérperas e tentantes. O programa oferece palestras seguidas de ciclos de conversas mediadas, com o objetivo de fortalecer as ações e ampliar conhecimentos sobre gestação, maternidade e primeira infância. Os encontros têm duração de 4 horas e ocorrem presencialmente, promovendo momentos de troca entre as participantes e humanizando o atendimento do PROAMIS, que normalmente acontece por e-mail e telefone.

Em 2024, foram realizados dois encontros: o primeiro, em 19 de setembro, abordou o tema "Amamentação e uso de fórmulas", com a participação da fonoaudióloga Gabriela Marzoni. O segundo encontro, ocorrido em 22 de novembro, teve como tema "Por que precisamos falar de afeto?", ministrado pelas psicólogas Ana Paula Vianna, Fernanda Braga e Heloísa do Abiahy. Ao todo, o projeto registrou 65 inscrições, com emissão de 65 certificados pela EGOV.

Cursos regulares

Nos cursos regulares do PROAMIS, foram contabilizados 6.650 inscritos e 4.078 concluintes ao longo do ano.

Eixo Incentivo ao Aleitamento Materno

No eixo Incentivo ao Aleitamento Materno, o PROAMIS auxiliou outros órgãos na implementação e no fortalecimento das salas douradas, reafirmando as políticas voltadas ao aleitamento materno até os 24 meses de idade do bebê. Além disso, o programa prestou consultoria a órgãos interessados em ampliar as ações de qualidade de vida para seus servidores, como o SERPRO e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que publicou a Portaria Conjunta nº 37, de 10 de dezembro de 2024, instituindo o Grupo de Trabalho para implementar o projeto.

Eixo Proteção à Infância

No eixo Proteção à Infância, em 2024 o PROAMIS publicou 12 listas classificatórias e realizou 17 chamamentos, sendo 12 ordinários (realizados quando os bebês completam 24 meses, abrindo vagas regulares) e 5 extraordinários (ocorridos em casos de desistência ou desligamento a pedido da servidora antes do bebê completar 24 meses, por motivos particulares).

Além disso, foram promovidas 7 formações técnicas no Berçário Buriti para colaboradores da empresa terceirizada, com foco no aprimoramento das práticas pedagógicas e de cuidado com os bebês.

Berçário Buriti

Ao longo do ano, o Berçário Buriti organizou 7 eventos para promover a interação entre os bebês e suas famílias, como: aniversário de 2 anos do Berçário Buriti, Festa da Família, Dia das Mães, Dia dos Avós, Dia dos Pais, Dia do Professor e Confraternização de Natal. Também foram realizadas 9 atividades internas com os bebês, incluindo a Festa da Páscoa, Dia do Índio, Festa dos Estados Brasileiros, Dia do Amigo, Independência do Brasil, Dia da Pessoa com Deficiência, Semana das Crianças, Dia do Merendeiro e outras. Ademais, ocorreram 2 reuniões com familiares para a entrega dos Relatórios Descritivos de Desenvolvimento Infantil.

Complementando as ações, o Berçário Institucional Buriti atendeu, em 2024, um total de 106 dependentes de servidoras da Administração Direta do GDF e do TCDF. Foram efetivadas 54 novas matrículas, somadas aos 52 bebês matriculados em 2023 que continuaram o atendimento em 2024. As crianças foram atendidas em jornada integral de 10 horas diárias,



com oferta de 5 refeições nutricionalmente completas, cuidados de higiene, serviço de lactário, materiais didáticos-pedagógicos e brinquedos.

Espaço Qualidade de Vida

O Espaço Qualidade de Vida (EQV), localizado no 16º andar do Anexo do Palácio do Buriti, tem como objetivo oferecer aos servidores, colaboradores, estagiários e empregados públicos uma área de convivência no próprio local de trabalho, com garantia de qualidade, conforto e praticidade, além de diversos serviços que promovam o bem-estar, satisfação, saúde e conforto, como, por exemplo, como o refeitório com capacidade de uso simultâneo para 104 usuários, sala de estudo, sala de jogos, 2 lounges para TV, sala de descompressão, sala de reunião, sala de meditação e sala de inovação.

Durante o ano de 2024, diversas ações e projetos foram implementados e executados no Espaço Qualidade de Vida - EQV com o objetivo de atender às prerrogativas da Política de Qualidade de Vida no Trabalho, como por exemplo Pesquisa de satisfação dos Usuários do EQV: 06/02 a 06/03/2024, Campanha de Doação de Livros do EQV: 09/02 a 09/03/2024, Semana da Mulher SEQUALI: 04/03 a 08/03/2024, Lançamento da 3ª Exposição Fotográfica "Brasília em Foto: 25/04/2024, Semana Qualidade de Vida SEQUALI: 24/06 a 27/06, Sorteio da Nota Legal: 27/06; 13/11, Festa dos Avós do Berçário Buriti: 26/07, Aulão de forró no EQV da Academia Buriti: 16/08, Palestras: Delegada Karen Langkammer 27/08; Nutricionista Xênia Versiani 11/09; Cine Debate "Divertidamente" 12/09, Ação Dia do Abraço: 09/09, Oficinas de Capacitação: COAQVT 12/09; 13/09; 11/10; Berçário Buriti: 14/09 e Evento da Empresa ProCorpo Fisio: 11/11 a 22/11/2024.

Sala de Inovação do Espaço Qualidade de Vida

A Sala de Inovação do Espaço Qualidade de Vida é um ambiente destinado a reuniões institucionais, palestras e capacitações dos servidores e usuários. Observou-se um aumento no número de reservas, especialmente em períodos de planejamento estratégico e desenvolvimento de novos projetos, indicando uma crescente necessidade de espaços colaborativos para fomentar a interação entre equipes. No total, foram realizadas 198 (cento e noventa e oito) reservas para diferentes secretarias, órgãos e instituições do Distrito Federal.

Atendimentos em psicologia

A SEEC disponibiliza uma sala multidisciplinar no EQV para atendimentos em psicologia. Durante o ano de 2024, 2 (dois) psicólogos realizaram os atendimentos no EQV, totalizando 452 (quatrocentos e cinquenta e duas) consultas, tanto on-line quanto presenciais.

Durante o ano de 2024, a frequência de usuários do EQV foi bastante significativa, com média mensal de 6.638 usuários.

DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

1. DAS AÇÕES REALIZADAS POR MEIO DO FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 19.902

REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações Extraordinárias

O conselho de Administração do Fundo, na DECISÃO Nº 03, DE 27 DE AGOSTO DE 2024, autorizou a distribuição entre os programas de trabalho previstos na Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2025 do FUNDAF com os seguintes valores:

- I. Modernização de Sistemas de Informação (R\$ 2.000.000,00);
- II. Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação (R\$ 9.900.000,00);
- III. Capacitação de Servidores (R\$ 5.000.000,00);



- IV. Educação Fiscal (R\$ 185.458,00);
- V. Modernização da Gestão Pública (R\$ 2.000.000,00).

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – FUNDAF – DISTRITO FEDERAL

Esta ação foi inserida no orçamento do fundo para atender as possíveis aquisições de bens para melhoria da estrutura da Secretaria de Estado de Economia do DF (SEEC) sendo que o orçamento inicial desta ação foi R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), mas com as alterações ocorridas no decorrer do ano passou para R\$ 400.002,00 (quatrocentos mil e dois reais).

Em 2024 foi empenhado R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) neste programa de trabalho, correspondendo execução de 100%.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Esta ação existe para a modernização dos sistemas de informação da SEEC, sendo que o previsto em lei no ano foi de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), mas com as alterações ocorridas no decorrer do ano passou para R\$ 1,00 (um real), assim não houve projetos e despesas para serem enquadrados neste programa.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O orçamento inicial desta ação foi R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mas com as alterações ocorridas no decorrer do ano passou para R\$ 9.001.178,00 (nove milhões, um mil cento e setenta e oito reais). O conselho de Administração do Fundo aprovou as seguintes decisões com inclusão de despesas neste programa de trabalho:

- a. DECISÃO Nº 01, DE 28 DE JUNHO DE 2024: Autorizar inclusão no plano de gastos do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa que visa atender toda a vigência do contrato 46480/2022 com a empresa CAST INFORMATICA S/A, no valor mensal de R\$ 1.209.439,32 (um milhão, duzentos e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos) - Processo SEI nº: 00040-00039080/2021-87.
- b. DECISÃO Nº 02, DE 03 DE JULHO DE 2024: Autorizar inclusão no plano de gastos do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa no valor de R\$ 1.018.217 (Um milhão, dezoito mil e duzentos e dezessete reais) referente ao Acordo de Cooperação Técnica – SEFAZ-VIRTUAL entre a Secretaria de Estado de Economia e a Secretaria de Fazenda - Rio Grande do Sul, para prestação de serviços de processamento da autorização para emissão de Documentos Fiscais Eletrônicos e aplicativo Menor Preço. (Processo SEI nº: 0040-001328/2016).
- c. DECISÃO Nº 04, DE 20 DE SETEMBRO DE 2024: Autorizar inclusão no plano de gastos de 2024 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com o pagamento de contribuições de representação institucional (anuidade) dos exercícios de 2023 e 2024 para o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda- COMSEFAZ, nos termos da Resolução COMSEFAZ nº 016, de 16 janeiro de 2023 (137019414) e Resolução COMSEFAZ nº 022, de 11 janeiro de 2024 (140384866), respectivamente, com a ressalva relativa ao exercício de 2023 que deverá ser adimplida após o devido reconhecimento de dívida e remanejamento de dotação orçamentária para natureza de despesa 33.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. (Processo SEI nº 04044-00001299/2024-21).

Em 2024 foi empenhado R\$ 8.351.948,98 (oito milhões trezentos e cinquenta e um reais, novecentos e quarenta e oito mil e noventa e oito centavos) neste programa de trabalho.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), mas com as alterações ocorridas no decorrer do ano passou para R\$ 2.428.371,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil trezentos e setenta e um reais). O Conselho de Administração do Fundo aprovou as seguintes decisões com inclusão de despesas neste programa de trabalho:

- a. DECISÃO Nº 05, DE 20 DE SETEMBRO DE 2024:



- Autorizar inclusão no plano de gastos de 2024 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa no valor de R\$ 52.400,00 (cinquenta e dois mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio de 05 vagas no Masterclass em Gestão por Competências, 20 vagas no curso completo de Capacitação em Oratória, Comunicação Eficaz e Negociação e 20 vagas no curso Speakshop em Oratória, Comunicação Eficaz e Negociação. (Processos SEI nº 04044-00013047/2024-45 e 04044-00026666/2024-08)
- Autorizar inclusão no plano de gastos de 2025 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao custeio de 20 vagas no curso Speakshop em Oratória, Comunicação Eficaz e Negociação. (Processo SEI nº 04044-00026666/2024-08)
- b. DECISÃO Nº 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024: Autorizar inclusão no plano de gastos de 2024 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa no valor total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) para o pagamento de 03 (três) inscrições para servidores lotados na Secretaria Executiva de Fazenda para participação no 16º Congresso de Cadastro Multifinalitário e Gestão Territorial – COBRAC 2024, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que este ano possui o tema central "Cadastro Territorial Multifinalitário com base para o Desenvolvimento Sustentável" (Processo SEI nº: 04044-00030177/2024-42).
- c. DECISÃO Nº 07, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024: Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2025, 2026, 2027 e 2028 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para o financiamento de 20 (vinte) bolsas de estudo para curso de Mestrado (24 meses) e 3 (três) bolsas de doutorado (36 meses), destinadas aos servidores da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal conforme processo SEI nº: 04044-00041735/2024-03.

Em 2024 foi empenhado neste programa de trabalho o valor de R\$ 2.428.370,75 (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil trezentos e setenta reais e setenta e cinco centavos).

AÇÃO 3667 – EDUCAÇÃO FISCAL

Os programas previstos nesta ação serão compostos, entre outros, por projetos elaborados anualmente pela Secretaria de Estado de Economia, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, conforme § 1º do art. 2º da LEI Nº 3.311, DE 21 DE JANEIRO DE 2004, no entanto não foi aprovado dotação orçamentária, assim não houve apresentação de projetos nem despesas para serem enquadrados neste programa.

Aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) do valor orçamentário mais alterações destinadas para o Fundo foi empenhado em 2024. A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal tem feito bom uso dos recursos alocados nos programas de trabalho do FUNDAF e com isso se modernizando e melhorando seus sistemas de informação, proporcionando a prestação de serviços mais rápida e eficiente.

As ações e projetos realizados com recursos do FUNDAF contribuíram para a melhoria de diversas unidades da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal no decorrer do ano de 2024, principalmente no que diz respeito a área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas e consequentemente na prestação de serviço ao cidadão.

2. DAS AÇÕES REALIZADAS POR MEIO DO FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - PRÓ-RECEITA - UO: 19.911

REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações Extraordinárias

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – PRO-RECEITA – DISTRITO FEDERAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 849.639,00 (oitocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.



AÇÃO 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 609.000,00 (seiscentos e nove mil reais), sendo empenhado R\$ 589.000,00 (quinhentos e oitenta e nove mil reais). O Conselho de Administração do Fundo aprovou a seguinte decisão com inclusão de despesas neste programa de trabalho:

- a. DECISÃO Nº 08, DE 09 DE ABRIL DE 2024: Autorizar a inclusão no plano de gastos do fundo PRÓ-RECEITA e consequente concessão de disponibilidade orçamentária para atender despesa com a aquisição de 4 (quatro) veículos conforme o Processo SEI nº: 04034-00001963/2024-70.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 2,00 (dois reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 12.451.431,00 (doze milhões quatrocentos e cinquenta e um mil quatrocentos e trinta e um reais), sendo empenhando R\$ 12.450.407,24 (doze milhões quatrocentos e cinquenta mil quatrocentos e sete reais e vinte e quatro centavos).

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 1.774.706,00 (um milhão setecentos e setenta e quatro mil setecentos e seis reais). O Conselho de Administração do Fundo aprovou as seguintes decisões com inclusão de despesas neste programa de trabalho:

- a. DECISÃO Nº 02, DE 19 DE JANEIRO DE 2024:
 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 e 2025 do PRÓ-RECEITA de despesa com financiamento de 25 (vinte e cinco) bolsas de estudo para curso de Mestrado destinadas aos servidores integrantes da Carreira Auditoria Tributária. (Processo SEI 04034-00001072/2024-13).
 - Ratificar as vagas de DOUTORADO remanescentes do edital 2023 aprovadas conforme a DECISÃO Nº 13, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 (doc. SEI nº 126239931) para utilização no edital de 2024.
- b. DECISÃO Nº 05, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 do fundo PRÓ-RECEITA de despesa com financiamento de 30 (trinta) vagas no Curso CAPACITAÇÃO EM AUDITORIA CONTÁBIL TRIBUTÁRIA COM FOCO NA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL para os servidores da Carreira Auditoria Tributária (Processo SEI nº: 04034-00000879/2024-39).
- c. DECISÃO Nº 06, DE 27 DE MARÇO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos do fundo PRÓ-RECEITA e consequente concessão de disponibilidade orçamentária para atender despesa com financiamento de 20 (vinte) bolsas de estudo para curso de Pós-Graduação Lato Sensu, destinadas aos servidores integrantes da Carreira Auditoria Tributária. (Processo SEI 04034-00004633/2024-36).
- d. DECISÃO Nº 09, DE 23 DE MAIO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 do fundo PRÓ-RECEITA e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com financiamento de 25 (vinte e cinco) vagas "CURSO DE AUDITORIA DIGITAL FAZENDÁRIA" com utilização da ferramenta ContÁgil Lite da Receita Federal do Brasil para os servidores da Carreira Auditoria Tributária (Processo SEI nº: 04044-00005224/2024-10).
- e. DECISÃO Nº 11, DE 24 DE JULHO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 do fundo PRÓ-RECEITA e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com financiamento de 11 (onze) vagas para servidores da Carreira Auditoria Tributária no evento Agile Trends Management 2024 (Processo SEI nº: 04044-00021274/2024-44).



- f. DECISÃO Nº 13, DE 14 DE AGOSTO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 do fundo PRÓ-RECEITA e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com financiamento de 03 (três) inscrições para servidores lotados na Gerência de Auditoria Tributária/COFIT/SUREC para participação no 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade, promovido pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), que este ano possui o tema central "Ser Contábil: Humano, Digital e Ético" (Processo SEI nº: 04044-00022412/2024-11).
- g. DECISÃO Nº 19, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2025, 2026, 2027 e 2028 do PRÓ-RECEITA e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com financiamento de 20 (vinte) bolsas de estudo para curso de Especialização, 20 (vinte) bolsas de estudo para curso de Mestrado e 10(dez) bolsas de estudo para curso de Doutorado destinadas aos servidores integrantes da Carreira Auditoria Tributária. (Processo SEI: 04044-00041735/2024-03).

Para capacitação de servidores foi empenhado em 2024 o valor de R\$ 1.731.895,96 (um milhão, setecentos e trinta e um mil oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos).

AÇÃO 9055 – TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS – DISTRITO FEDERAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada foi de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Não ocorreram encargos e comissões bancárias decorrentes das contratações autorizadas pela Lei nº 5.708/2016 para pagamento.

AÇÃO 9093 – OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

AÇÃO 2895 – INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA – DISTRITO FEDERAL.

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 90.152.704,00 (noventa milhões cento e cinquenta e dois mil setecentos e quatro reais).

Diante do atingimento das metas institucionais e individuais por parte dos servidores, foi possível executar acima de 97% (noventa e sete por cento) neste programa de trabalho, sendo empenhado no ano de 2024 R\$ 87.874.811,08 (oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e onze reais e oito centavos).

Com a alteração da Lei nº 5.594/2015, através da Lei Complementar nº 959, de 26/12/2020, e regulamentação através da Portaria nº 168, de 11/05/2020, foi possível ter uma execução acima de 85% (oitenta e cinco por cento) em relação aos recursos orçamentários mais as alterações.

Os servidores da carreira auditoria tributária tiveram oportunidades para se capacitar, tendo em vista a aprovação por parte do conselho de bolsas para cursos de extensão, mestrado e doutorado, bem como cursos diversos.

As ações e projetos no programa Gestão da Informação aprovados em exercícios anteriores estão trazendo diversas melhorias nas unidades da Subsecretaria da Receita, principalmente no que diz respeito a área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas para as fiscalizações, lançamento e cobrança administrativa.

Para 2025, a perspectiva é que seja mantido o orçamento para a realização de cursos para os servidores da Carreira Auditoria Tributária trazendo mais conhecimento e capacitação e também para a aplicação em ferramentas que tragam mais eficiência nas atividades dos servidores, o que se reverte em benefícios para a sociedade.

3. INCENTIVOS FISCAIS

Ao longo do ano de 2024, foram publicados os seguintes atos concessivos dos benefícios previstos no Decreto nº 39.803/2019:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Concessão ou ampliação de incentivos até 31/12/2024	Data de publicação	Acréscimo de empregos diretos prometidos*	Acréscimo de Investimentos prometidos*
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL 02/2024 A2B ENERGIA E INSTALAÇÕES LTDA (136291089)	DODF Nº 54, 19/03/2024	17	1.200.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL 01/2024 NOVA PAVIMENTAÇÕES INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETOS LTDA (141430815)	DODF Nº 102, 29/05/2024	68	5.372.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL 02/2024 TOPS MASSAS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA (141833114)	DODF Nº 102, 29/05/2024	40	7.200.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 03/2024 CHEMICALTECH FARMACÊUTICA LTDA (151800650)	DODF Nº 182, 23/09/2024	9	1.500.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 05/2024 PREMIUM TECH LTDA (152361317)	DODF Nº 191, 04/10/2024	82	8.090.712,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº06/2024 CIPLAN - CIMENTO PLANALTO S.A (154708908)	DODF Nº 206, 25/10/2024	850	402.400.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL 07/2024 e 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL 07/2024 PAPELLO SOLUCOES EM EMBALAGENS LTDA e EMPO SERVICOS GRÁFICOS LTDA (157249933)	DODF Nº 228, 29/11/2024	55	4.400.000,00
TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº09/2024 EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S.A. (157758274)	DODF Nº 237, 12/12/2024	0**	1.900.000,00
2º ADITIVO AO TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 06/2019 SKS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO LTDA e SKS AÇO PRONTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (130561372)	DODF Nº 03, 04/01/2024	19	-
3º ADITIVO AO TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 19/2020 EMS S/A (133828502)	DODF Nº 33, 19/02/2024	30	70.000.000,00
2º ADITIVO AO TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº 03/2020 CM HOSPITALAR S.A. (139570398)	DODF Nº 33-B, 30/04/2024	0	22.000.000,00
TOTAL		1170	524.062.712,00

* Os valores de emprego e investimento apresentados são as metas previstas para toda a tabela de metas dos Termos de Acordo de Regime Especial.

** O TERMO DE ACORDO DE REGIME ESPECIAL Nº09/2024 foi elaborado em razão da incorporação da GLOBALBEV S.A, detentora do Termo de Acordo de Regime Especial 06/2023 (118643238), pela EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S.A e manteve as metas de emprego do TARE 06/2023.

Conforme pode ser observado na tabela apresentada, os atos de concessão ou de ampliação realizados em 2024 representaram um acréscimo de 1.170 empregos diretos nas metas previstas e de R\$ 524.062.712,00 (quinhentos e vinte e quatro milhões, sessenta e dois mil setecentos e doze reais) nos investimentos previstos nas empresas beneficiárias do EMPREGA-DF.

Além desses atos concessivos, foram publicados três documentos que excluíram beneficiárias, por irregularidade fiscal ou por não atingir a pontuação mínima no acompanhamento anual.

Exclusão de beneficiárias	Data de publicação
Termo de Cassação 01/2024 (158715032) NOVO MUNDO S.A.	DODF Nº 239, 16/12/2024
Termo de Exclusão 02/2024 (159383521) N&L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	DODF Nº 245, 24/12/2024
Termo de Exclusão 03/2024 (159381780) MONTREAL - MONTADORA DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA	DODF Nº 245, 24/12/2024



Além disso, foi elaborada a Portaria Conjunta nº 25/2024 que atualizou as regras previstas na Portaria Conjunta nº 3/2019, de modo a dar maior racionalidade aos critérios de pontuação, tanto do acompanhamento anual quanto da quantificação do benefício a ser concedido.

4. EDUCAÇÃO FISCAL

O exercício da Cidadania Fiscal requer do cidadão contribuinte a compreensão da função do Estado de tributar e de aplicar de forma justa e eficiente os recursos arrecadados. Os conhecimentos acerca da Educação Fiscal proporcionam o acompanhamento da eficiência da gestão pública para atender com qualidade as necessidades do conjunto social. Assim, a Educação Fiscal cumpre com o papel indutor no protagonismo do cidadão frente à efetiva gestão do Estado, promovendo projetos que oportunizam a formação das gerações na superação do “déficit de cidadania fiscal”, empoderando o contribuinte como agente financiador das políticas e, ao mesmo tempo, receptor direto da sua contraprestação.

A Assessoria de Educação Fiscal da Secretaria Executiva de Fazenda (Asef/Sefaz) apoia o Grupo de Educação Fiscal do Distrito Federal (GEF/DF) no desenvolvimento do Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal (PEFDF) disseminando os conhecimentos sobre a fiscalidade, compreendendo dois eixos estruturantes: a função social do tributo e o controle social das políticas públicas. O GEF/DF é responsável pelo planejamento, execução e avaliação do PEFDF, sendo composto por representantes das Secretarias de Fazenda e de Educação, da Controladoria-Geral do Distrito Federal e da Receita Federal do Brasil.

O Programa está sendo implementado pelo Projeto Educação Fiscal EnCena, que é constituído de um aplicativo gamificado com diversas trilhas de aprendizagem com aporte da mecânica de jogos no formato lúdico-pedagógico, cuja proposta é relacionar a tecnologia, a produção audiovisual e o teatro como estratégias de transposição didática dos conteúdos de Educação Fiscal.

São etapas do Projeto Educação Fiscal EnCena: a) a divulgação do Projeto no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal; b) a adesão/inscrições das Unidades Escolares da Rede Pública do Distrito Federal; c) a formação dos professores – curso de 60h ministrado pelo GEF/DF na plataforma da Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) da Secretaria de Educação do DF; d) a navegação de estudantes e professores na Plataforma Gamificada; e) a Auditoria Pedagógica Cidadã realizada pelos estudantes nas Escolas; f) o Turismo Cívico/Pedagógico nos ambientes virtuais dos poderes legislativos; g) a criação e execução dos Projetos Interventivos nas comunidades escolares; h) a criação do Projeto de Lei; i) a troca de experiências – live de apresentação dos projetos; j) o período de possíveis recursos; k) as devolutivas de estudantes e professores acerca da jornada do Projeto; l) a entrega dos prêmios; m) e a Avaliação e o Relatório Final do Projeto.

O Percurso (Curso) “Educação Fiscal EnCena: um convite à Cidadania”, no formato híbrido com aulas presenciais, síncronas e assíncronas para formação dos professores e técnicos teve duração de 90 horas no período de 07/05/2024 a 15/11/2024. O curso, que ofereceu 120 vagas divididas em 4 turmas, contou com a participação de 116 inscritos. Destes, 45 foram habilitados. Dos 71 cursistas não habilitados, 22 não compareceram, 19 desistiram, 30 não realizaram as atividades dentro do percentual mínimo. Ademais, 4 cursistas reaproveitaram o certificado de percurso anterior.

O Projeto Educação Fiscal EnCena, neste ano de 2024, foi referência para um Projeto Nacional de Educação Fiscal apresentado pelo GT66 – Educação Fiscal CONFAZ/MF aos Secretário de Fazenda dos Estados na 46ª Reunião do COMSEFAZ na Semana Fazendária do Rio de Janeiro, sendo aprovado por unanimidade. Além disso, o EnCena cruzou fronteiras formando uma turma do Estado do Paraná, bem como no Estado de Goiás e do Instituto Federal de Brasília. Outro aspecto a se destacar é que o Distrito Federal, por meio da Asef/Sefaz, está na coordenação-geral do GT66 que aprovou este ano o Plano Estratégico do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) 2024-2027 e estabeleceu diversas parcerias, inclusive, com o COMSEFAZ, além da aprovação do Projeto Nacional de Educação Fiscal, acima mencionado.



O Projeto EnCena, que já contou com a participação de 700 cursistas, sendo que 474 foram considerados aptos, culminou com a premiação de 500 Smartphones para todos os professores e estudantes que concluíram com êxito o percurso e as trilhas de aprendizagem, conforme regulamento.

5. GESTÃO ESTRATÉGICA

Aos 14 de junho de 2024, foi criada, no âmbito da Subsecretaria da Receita (Surec), a Assessoria de Gestão Estratégica (Agest), cuja missão é a de promover as disciplinas de gestão estratégica visando à sinergia entre as unidades, a fim de consolidar internamente a cultura de planejamento e de gestão de projetos e processos.

Dentre os objetivos estratégicos da Agest/Surec para o horizonte de 1 ano (até maio de 2025) estão a definição de uma metodologia do planejamento estratégico; a escolha e implementação de um framework de avaliação de maturidade; a implementação do Escritório de Processos e do Escritório de Projetos; o oferecimento de treinamentos de projeto, de processos e de planejamento, além da realização de um evento de Gestão Estratégica.

O plano estratégico está com 55% de conclusão, sendo que foram executadas as seguintes iniciativas para o atingimento dos objetivos:

1. Definir uma metodologia do planejamento estratégico – 50%: foi criado um modelo inspirado no BSC para utilizar na revisão do planejamento estratégico;
2. Escolher e implementar um framework de avaliação de maturidade – 66%: foi analisado tanto o TADAT quanto o MD-GEFIS e verificado que o mais aderente para a administração tributária é o MD-GEFIS; foi feita a análise do relatório do MD-GEFIS realizado em 2021.
3. Implementar o Escritório de Processos – 80%: definida a metodologia de gestão de processos; atualizada a cadeia de valor; desenhados mais de 70 fluxos de processo de trabalho (de um total de 134); iniciada a análise e melhoria (TO-BE) de processos críticos através da metodologia.
4. Implementar o Escritório de Projetos – 75%: definida a metodologia de gestão de Projetos; definida a ferramenta de acompanhamento dos projetos (GPWEB); os projetos foram formalizados, priorizados e estão sendo acompanhados.
5. Oferecer treinamentos de projeto, de processos e de planejamento – 66%: capacitados 49 servidores (980 horas de capacitação) em gestão de projetos, processos, planejamento estratégico e contratações de TIC.
6. Realizar um evento de Gestão Estratégica – 0%.

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO ICMS

As atividades da fiscalização tributária relativas ao ICMS dividem-se nos seguintes segmentos:

- i. Monitoramento: Acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes com vistas à correção espontânea. São monitorados os contribuintes de segmentos econômicos específicos considerados relevantes, principalmente em termos de potencial de arrecadação (empresas de energia elétrica, combustível, comunicação, substitutos tributários), bem como de Regimes Especiais.
- ii. Auditorias: Realização de ações fiscais para constituição de crédito tributário em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS, inclusive Simples Nacional, identificados pela programação fiscal por meio de cruzamento de dados.
- iii. Fiscalização de mercadorias em trânsito: Verificação da regularidade fiscal das mercadorias destinadas e/ou comercializadas no Distrito Federal e constituição de crédito tributário relativo às infrações identificadas.
- iv. Demandas de órgãos internos e externos: Situações diversas a serem distribuídas aos setores da Coordenação, conforme assunto.
- v. Diligências: Alcance de elevado número de contribuintes em ações pontuais, cujo objetivo maior é ostentar a presença do fisco. A Fiscalização, como destinatária das



informações prestadas pelos contribuintes e por terceiros vinculados ao fato gerador da obrigação tributária, tem buscado, cada vez mais, dentro de suas gestões, priorizar suas ações com foco em contribuintes que apresentam indícios de erros no cumprimento da obrigação tributária. Dentre as ações empreendidas, destacam-se as diligências:

- a) Próprias, originárias de ações fiscais distribuídas, com foco em auditoria e diligências especiais; e
 - b) Programadas, resultado do refinamento da seleção programada, com execução centralizada por projetos, e destinadas a incentivar a auto regularização e o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias.
- vi. Ações específicas: Para atendimento de denúncias internas e externas, com foco em ilícitos tributários atinentes ao ICMS.
 - vii. Gestão do ECF: Especificamente neste exercício quanto aos atos atinentes ao encerramento desses equipamentos em face do advento da NFCe.
 - viii. Gestão da Central de Operações Estaduais: Desenvolvimento de diversas atividades, dentre elas: promoção de contatos com outras unidades da Secretaria ou de órgãos e entidades, com vistas a desenvolver mecanismos de cooperação e intercâmbio de informações relacionadas aos crimes contra a ordem tributária ou contra a administração pública; planejamento e execução de ações integradas com os outros Estados da Federação na área de fiscalização de mercadorias em trânsito; controle e execução de procedimentos administrativos e fiscais, visando combater a evasão de receitas e fraude fiscal; execução de atividades de inteligência fiscal na produção de base de conhecimento sobre práticas de fraudes fiscais estruturadas.
 - ix. Análise de Processos de Restituição e Ressarcimento de Tributos Indiretos: Efetua a análise de pedidos de ressarcimento de ICMS relativos à substituição tributária e de outros tributos indiretos, com registro dos documentos e termos relativos ao procedimento fiscal nos sistemas informatizados da Secretaria. Além disso, efetua também análise de retificação de declarações e de escrituração fiscal digital.
 - x. Preparo processual: Procedimento afeto aos autos de infração lavrados e demais processos, conforme regimento interno.
 - xi. Procedimentos administrativos: controle e apoio aos setores da Coordenação.

Da Auditoria Tributária

Tem como foco principal a execução de auditorias com vistas à constituição do crédito tributário, dentre outras atribuições não especificadas, conforme designação em ordem de serviço. Atua também na gestão do ECF (Emissor de Cupom Fiscal) e atendimento de demandas e denúncias internas e externas.

As ações fiscais podem ser classificadas em auditorias e diligências. As diligências/vistorias são realizadas com o objetivo primordial de ostentar a presença do fisco e alcançar, com ações pontuais, um elevado número de contribuintes. As auditorias e Auditorias Especiais Concentradas (AEC), por sua vez, são realizadas com base em indícios relevantes de descumprimentos de obrigações tributárias e visam a constituição de crédito tributário.

No decorrer de 2024, foram desenvolvidas as seguintes atividades de fiscalização:

- Realização de Auditorias: As auditorias fiscais consistem em processos detalhados de verificação das informações econômicas e tributárias declaradas pelos contribuintes, com o objetivo de identificar inconsistências, fraudes ou omissões que possam impactar a arrecadação tributária. Dentro desse contexto, as auditorias contábeis se destacam como uma etapa mais aprofundada, em que são analisados os registros e livros contábeis dos contribuintes, comparando-os com as obrigações acessórias e os documentos fiscais emitidos. Em 2024, a GEAUT priorizou auditorias em setores estratégicos, utilizando tecnologias avançadas, ferramentas de cruzamento de dados e roteiros padronizados. As auditorias contábeis foram realizadas de forma pontual, principalmente em casos que exigiam maior detalhamento na análise das operações financeiras e patrimoniais dos contribuintes. Essa abordagem permitiu a recuperação



de valores significativos para os cofres públicos, a identificação de práticas irregulares e a promoção de maior conformidade tributária, além de contribuir para a melhora nos processos declaratórios dos contribuintes auditados.

- **Atendimento de Pedidos de Verificação Fiscal:** Os Pedidos de Verificação Fiscal (PVFs) são solicitações formais, geralmente feitas por outros órgãos ou unidades da administração tributária, para análise de informações fiscais e contábeis específicas de contribuintes. Em 2024, a GEAUT atendeu um volume expressivo de PVFs, assegurando a entrega de análises precisas dentro dos prazos regulamentares. Esse trabalho contribuiu para a tomada de decisões estratégicas e operacionais em diversas frentes da administração tributária.
- **Fiscalização de cumprimento de obrigações acessórias em estabelecimentos:** A fiscalização do cumprimento de obrigações acessórias tem como objetivo garantir que os contribuintes estejam atendendo às normas tributárias relacionadas à emissão de documentos fiscais, registro de operações e envio de declarações ao fisco. Em 2024, a GEAUT realizou ações em estabelecimentos comerciais para verificar o uso correto de meios de pagamento, o cumprimento das regras de envio da Declaração de Informações de Meios de Pagamento (DIMP) e a regularidade de outras obrigações. As operações resultaram na emissão de autos de infração e na orientação de contribuintes para corrigir irregularidades.
- **Cessação de uso de ECF:** O Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) foi substituído gradativamente pela Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) como parte de um processo de modernização da fiscalização tributária. Em 2024, O trabalho incluiu a cessação de ofício desses equipamentos e a orientação dos contribuintes para se adequarem ao novo sistema. Essa atuação garantiu maior transparência fiscal e facilitou a regularização cadastral dos contribuintes.

As atividades de auditoria tributária, no ano de 2024, resultaram em 492 ações fiscais, 151 autuações e um crédito tributário constituído no valor de R\$ 100.886.057,61 (cem milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos).

Do Monitoramento e das Auditorias Especiais

A atividade de monitoramento consiste no acompanhamento constante do comportamento tributário com vistas à correção espontânea de desvios identificados. O monitoramento dos contribuintes é realizado por segmento econômico: Combustíveis, Comunicação e Energia Elétrica, diversos tipos de Regimes Especiais, dentre outros. Os contribuintes são orientados e notificados para correção de irregularidades relativas às obrigações tributárias, e, caso persistam os erros, inclusão em auditoria.

No ano de 2024, as atividades de monitoramento e as auditorias especiais resultaram em 1.392 ações fiscais concluídas, 190 documentos lavrados e um crédito tributário constituído no valor de R\$ 268.482.765,15 (duzentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos).

Da Fiscalização de Mercadorias em Trânsito

As atividades de fiscalização de mercadorias em trânsito no Distrito Federal são realizadas por equipes itinerantes, assim como por equipes fixas no controle de importação, no monitoramento eletrônico de mercadorias, no combate ostensivo à sonegação fiscal estruturada, no serviço de armazenamento e controle das mercadorias apreendidas e nas atividades de controle no atendimento e apoio à fiscalização.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ações Fiscais Concluídas em 2024	Quantidade	Crédito Tributário / ICMS Exonerado – R\$
Ordens de Serviços emitidas	518	
Missões/Fisc. Esp. Concentrada - Qtd	750	
AI/AIA	3143	908.289.506,18
DI/DSI/DUMP	830	39.409.002,30
Courrier	805	8.547.750,84
Correios	84	89.415,39
DAR/GNRE	57	1.614.044,28
TOTAL CT (R\$)		957.949.718,99
GLME – IMPORTAÇÃO (EXONERAÇÃO)	2684	1.723.320.288,83
GLME – ICMS DIFERIDO (EXONERAÇÃO)	616	67.774.925,21
GLME Total – ICMS Exonerado	3300	1.791.095.214,04
Atividades Administrativas NUDEP	3251	
Atividades Administrativas NUATE	8890	

No ano de 2024, as atividades de fiscalização de mercadorias em trânsito resultaram em 3.143 autuações que, somadas a outras ações fiscais, totalizaram um crédito tributário constituído no valor de R\$ 957.949.718,99 (novecentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezoito reais e noventa e nove centavos). Já o ICMS exonerado no decorrer do exercício de 2024 atingiu o valor de R\$ 1.791.095.214,04 (um bilhão, setecentos e noventa e um milhões, noventa e cinco mil, duzentos e quatorze reais e quatro centavos).

Do Sistema de Monitoramento de Mercadorias em Trânsito

O Sistema de Monitoramento de Mercadorias em Trânsito consiste no monitoramento e fiscalização de cargas em rodovias e em transportadoras, a fim de orientar e notificar os contribuintes para a correção de irregularidades relativas às obrigações tributárias e, em caso de persistência dos erros, inclusão em auditoria com vistas à constituição do crédito tributário. No decorrer de 2024, foram desempenhadas as seguintes atividades:

- Gestão e Fiscalização do contrato referente ao desenvolvimento e à implantação do sistema de monitoramento de mercadorias em trânsito – SEFIT.
- Acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes com vistas à correção espontânea. Foram monitoradas as transportadoras que realizam o transporte no Distrito Federal e emitem NF-e, CTE-e e o MDF-e considerados relevantes, principalmente em termos de potencial de arrecadação.
- Realização de ações fiscais para constituição de crédito tributário em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS, identificados por meio de cruzamento de dados relacionados à prestação de serviço de transporte com a obrigatoriedade do pagamento antecipado e demais operações relacionadas ao ICMS obtidas por meio da fiscalização de trânsito através das câmeras OCR e das balanças de pesagem.
- Verificação da emissão da NF-e, do MDF-e, do CTE-e, assim como da regularidade fiscal das mercadorias transportadas em confronto com os documentos emitidos e o observado pelo sistema eletrônico de fiscalização.
- Realização de diligências próprias, originárias de ações fiscais distribuídas, com foco em diligências especiais.
- Planejamento e execução de ações integradas com os outros Estados da Federação na área de fiscalização de mercadorias em trânsito; controle e execução de procedimentos administrativos e fiscais, visando combater a evasão de receitas e fraude fiscal; e execução de atividades de inteligência fiscal na produção de base de conhecimento sobre práticas de fraudes fiscais estruturadas.

Em 2024, no âmbito do Sistema de Monitoramento de Mercadorias em Trânsito, foram lavrados 24 autos de infração, resultando em um crédito constituído no valor de R\$ 1.695.945,74 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Do Controle de Processos Administrativos Fiscais



A atividade de controle de processos administrativos fiscais consiste na análise de processos de auto de infração com a declaração de revelia, quando não apresentada impugnação ou pagamento, com o devido encaminhamento para inscrição em dívida ativa; do juízo de admissibilidade da impugnação e consequente encaminhamento para julgamento quando o auto de infração foi impugnado; da declaração de extinção do crédito tributário, no caso de pagamento; e da análise de conformidade e encaminhamento para arquivo quando do parcelamento do auto.

Com vistas a aumentar a qualidade da informação, tanto qualitativa quanto quantitativa, desenvolveu-se uma ferramenta de gestão que possibilita visualizar de forma prática os dados dos processos de autos de infração em trâmite e que já tiveram o seu devido encerramento. Isso possibilita uma visão ampla do ambiente, que permite melhorar a gestão dos trabalhos e gerar economia de recursos. Além disso, implementou-se a padronização dos despachos de Preparo Processual, melhorando significativamente a qualidade da análise dos processos.

Processos Administrativos Fiscais 2024									
Mês	Analisados	Impugnados		Pagos		Parcelados		Dívida Ativa	
Jan	222	24	R\$ 16.584.494,97	44	R\$ 289.915,42	8	R\$ 49.081,59	146	R\$ 25.790.698,61
Fev	157	55	R\$ 37.409.060,49	50	R\$ 279.143,02	14	R\$ 97.558,82	38	R\$ 1.633.324,68
Mar	179	14	R\$ 12.389.101,06	60	R\$ 589.588,16	10	R\$ 4.382.394,62	95	R\$ 1.831.913,12
Abr	377	26	R\$ 88.191.106,54	112	R\$ 909.743,39	12	R\$ 128.363,48	227	R\$ 47.998.112,13
Mai	255	12	R\$ 6.741.761,59	94	R\$ 647.717,59	16	R\$ 228.244,15	133	R\$ 15.089.276,17
Jun	433	33	R\$ 69.523.403,74	130	R\$ 5.622.847,78	24	R\$ 16.606.755,39	246	R\$ 83.674.641,88
Jul	388	40	R\$ 80.415.144,64	101	R\$ 1.075.661,16	13	R\$ 2.173.884,49	234	R\$ 68.104.030,23
Ago	473	33	R\$ 40.168.871,60	88	R\$ 587.132,08	22	R\$ 1.538.333,47	330	R\$ 40.535.932,00
Set	351	73	R\$ 57.158.995,89	87	R\$ 578.622,22	14	R\$ 696.338,64	177	R\$ 56.948.624,75
Out	223	33	R\$ 32.442.273,81	51	R\$ 524.948,98	4	R\$ 48.373,94	135	R\$ 27.511.920,00
Nov	259	26	R\$ 2.031.167,52	65	R\$ 573.127,96	18	R\$ 859.990,66	150	R\$ 44.002.335,40
Dez	261	52	R\$ 53.955.486,54	59	R\$ 443.304,66	9	R\$ 1.808.933,53	141	R\$ 17.097.309,82
Total	3578	421	R\$ 497.010.868,39	941	R\$ 12.321.752,42	164	R\$ 28.614.252,78	2052	R\$ 430.218.118,79

Em síntese, no ano de 2024, as atividades de fiscalização tributária resultaram em um crédito tributário constituído no valor de R\$ 1.329.014.487,49 (um bilhão, trezentos e vinte e nove milhões, quatorze mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

Unidade	Crédito Tributário – R\$
GEAUT	100.886.057,61
GEMAE	268.482.765,15
GEFMT	957.949.718,99
GSEFIT	1.695.945,74
TOTAL	1.329.014.487,49

7. ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO ISS

As atividades desenvolvidas pela área de fiscalização tributária consistente no monitoramento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, por seguimento econômico, têm com foco principal a arrecadação espontânea, que se destina a financiar as ações do DF em atendimento às demandas da sociedade.

No decorrer do exercício fiscal de 2024, foi realizada fiscalização em 7 (sete) instituições financeiras, sendo constituído um crédito tributário no valor de R\$ 512.369.865,96 (quinhentos e doze milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos). Foram monitoradas as entregas da DES-IF e a entrega do Demonstrativo Contábil.



Os seguintes segmentos econômicos também foram fiscalizados: construção civil (19 empresas), informática (3 empresas), call center (7 empresas) e outras atividades (5 empresas), tendo sido constituído um crédito tributário no valor de R\$ 72.048.588,45 (setenta e dois milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Ademais, no âmbito da fiscalização do ISS, foram desempenhados os seguintes projetos/atividades:

- Participação na elaboração de propostas de aperfeiçoamento das normas do ISS-DF.
- Participação na análise e formulação das funcionalidades, regras de negócio e parametrizações do Sistema do ISS – ISS.net.
- Projetos de diligências objetivando vistorias in loco.
- Projetos de monitoramento sobre prestadores de serviços e sobre tomadores de serviços substitutos tributários do ISS e do IRRF.
- Extração e mineração de dados e construção de painéis QlikView.
- Atendimento ao contribuinte, ao substituto tributário do ISS e do IRRF e, fornecimento de informações a órgãos de controle e à justiça.

8. ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

As ações de atendimento ao cidadão foram implementadas com o objetivo primordial de prestar o serviço de atendimento ao público com qualidade e de forma ágil e eficaz.

Nesse sentido, trata-se de escopo permanente a busca pela excelência na prestação dos serviços de atendimento ao público por meio de instrumentos eficazes, seja no modo presencial ou por meio dos instrumentos virtuais disponibilizados ao público, tendo a missão de promover a interatividade entre o público interno e externo do DF com outras unidades da SUREC/SEF/SEFAZ prestadoras de serviços ao público, ou agentes de fiscalização.

Importante, por fim, realçar que a implementação e a ampliação dos serviços disponibilizados na internet proporcionaram ao público do DF a facilidade de acesso ao serviço público, diminuindo consideravelmente o custo de deslocamento e o tempo de espera do cidadão nas Agências da Receita, além da diminuição do tempo de resolatividade das demandas. O Portal de Serviços da SUREC/SEF/SEEC está disponível no endereço eletrônico www.receita.fazenda.df.gov.br.

Projetos relativos ao atendimento ao Cidadão

Considerando que o aprimoramento dos serviços voltados para o atendimento ao público é um projeto permanente, destacamos a seguir os principais projetos desenvolvidos e em desenvolvimento relativos ao atendimento ao Cidadão:

- O aprimoramento permanente do Portal de Serviços da SUREC/SEF/SEFAZ.
- A inclusão de novos serviços no Portal de Serviços, por meio do autoatendimento virtual, inclusive por meio de aparelhos móveis.
- A continuidade da permanente evolução do sistema de gestão de atendimento ao contribuinte-GAC.
- O desenvolvimento de análises automatizadas de atendimentos realizados por meio do GAC conferindo maior agilidade e economicidade aos atendimentos.
- A disponibilização nas Agências de Atendimento da Receita do DF de um novo sistema de senhas de atendimento.

Do modelo do serviço de atendimento ao público – Atendimento Presencial e Remoto

O modelo de atendimento ao público implementado na Receita do DF consiste no atendimento presencial realizado em 06 (seis) Agências da Receita e em 07 (sete) postos de atendimento nas unidades do Na Hora. O atendimento remoto é realizado por meio de atendimento telefônico, na Central 156, opção 3, e na internet, no Portal de Serviços, no endereço eletrônico: www.receita.fazenda.df.gov.br.

Importante ressaltar que o modelo de atendimento implementado, especialmente a disponibilização de todos os serviços prestados no Atendimento Virtual, possibilitou uma redução expressiva da quantidade de atendimentos presenciais nas datas atingidas pelas



restrições impostas pela pandemia do Corona vírus, nos anos de 2020 e 2021, período em que foi verificado um aumento considerável da quantidade de serviços realizados por meio do atendimento remoto.

A quantidade de atendimentos presenciais diminuiu significativamente no período da pandemia, entre 2020 e 2021, devido ao fechamento das unidades de atendimento, voltando a subir a partir de 2022, período de abertura normal das unidades de atendimento:

Quadro Resumido da Quantidade de Atendimentos Realizados

QUADRO RESUMIDO DA QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS REALIZADOS					
ANO	Central 156 Opção 3	Atendimento Virtual GACs (1)	Agências	Na Hora	TOTAL
2019	178.991	187.922	276.849	334.887	978.649
2020*	216.590	221.781	87.298	96.002	621.680
2021*	215.145	244.257	61.981	37.054	558.437
2022	180.938	275.710	125.901	179.696	762.245
2023	176.171	289.113	147.326	235.335	847.945
2024**	159.972	213.589	129.940	147.647	651.148
*Os anos 2020 e 2021 foram reduzidos em relação aos anos anteriores em razão dos efeitos da pandemia.					
**Dados dos atendimentos realizados até mês 11/2024.					
(1) A quantidade total de GACs inclui os atendimentos transferidos para as demais unidades da SUBEC.					

O aumento do atendimento presencial nos anos de 2022 e 2023, período pós-pandemia, não alcançaram as quantidades dos anos anteriores, possibilitando atribuir essa redução de atendimento presencial à eficiência dos meios de atendimento remoto disponibilizados.

Destaca-se que, a partir de junho de 2024, iniciou-se a análise automatizada de alguns tipos de serviços no Atendimento Virtual. Como fruto dessa iniciativa, 3.095 solicitações do Atendimento Virtual (GACs) tiveram análise prévia automatizada, reduzindo o tempo de análise e conferindo maior eficiência.

Adicionalmente, destacam-se dentre os principais serviços realizados no ano de 2024: a emissão de Nota Fiscal Avulsa e outros Documentos Fiscais Autorizados, totalizando 1.927 documentos; a realização de 4.829 vistorias fiscais; 373.561 atendimentos remotos realizados (Central 156 e GAC); e 277.587 atendimentos presenciais realizados (Agência e Na Hora).

9. ATIVIDADES DE GESTÃO DE CADASTRO, ESCRITURAÇÃO E DOCUMENTOS FISCAIS DIGITAIS

Atualmente, a gestão do Cadastro Fiscal está voltada para a integração com os órgãos de registro de pessoas jurídicas e entes tributários, objetivando manter o sincronismo dos dados cadastrais. A integração entre a Secretaria de Fazenda do DF, a Junta Comercial do DF e a Receita Federal, tendo como objetivo a simplificação da abertura, alteração e fechamento das empresas por parte do contribuinte, com entrada dos dados em única base – REDESIM, possibilita que o DF conclua os processos em 1 dia, conforme informado nas estatísticas do portal da REDESIM, através do link <https://estatistica.redesim.gov.br/tempos-abertura>. Essa evolução gera diversos benefícios para os empresários, como a diminuição de custos, transparência em cada etapa das solicitações e redução do número de procedimentos.

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro, destaca-se a constante depuração cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa dos dados cadastrais dos contribuintes. Está em finalização de processo de contratação, a base de CNPJ para alcance da integridade do dado no cadastro de pessoas jurídicas.

Em 2024, além do processamento automático integrado à REDESIM, foram realizados 22.342 atendimentos eletrônicos relacionados ao cadastro fiscal. Ademais, tivemos 75.506 novas inscrições no Cadastro Fiscal e 180.699 alterações de cadastro.



A proposta para 2025 é atualizar a legislação relacionada ao cadastro fiscal para harmonizar as situações cadastrais visando a identificação cadastral única proposta pela LC 123/2003 e em consonância com a Reforma Tributária.

No que se refere à importância dos documentos fiscais eletrônicos (DFe) e da escrituração fiscal digital (EFD ICMS IPI) para a fiscalização tributária, é realizado um trabalho contínuo de aprimoramento da gestão dessas informações para garantir a total integridade dos dados recepcionados, armazenados e processados no ambiente da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEFAZ-DF. Para isso, trabalhou-se, em 2024, na evolução dos painéis de monitoramento já implementados, visando o tratamento imediato de eventuais erros e falhas existentes.

Ademais, um marco significativo em 2024 foi a dispensa da Guia de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária (GIA-ST) a partir da competência de 01/2025, efetivada através da publicação do Decreto nº 46.456 de 29/10/2024. Esta medida representa um avanço importante na simplificação das obrigações tributárias acessórias, alinhando-se aos princípios de modernização fiscal.

No que se refere à transparência e utilidade das informações, a SEEC manteve seu compromisso disponibilizando aos contribuintes uma variedade de relatórios na área restrita do Portal da Agenci@net. Estes incluem consultas de apuração de ICMS próprio, apuração de ICMS ST e DIFAL da EC87/15, todos derivados da EFD ICMS-IPI, com dados disponíveis a partir de julho de 2019. Quando aplicável, os relatórios incluem registros detalhados de documentos de entrada/saída e a consolidação dos valores do ICMS por CFOP. Estas iniciativas visam não apenas aumentar a transparência, mas também facilitar a compreensão e utilização das informações fiscais pelos contribuintes, promovendo uma relação mais eficiente entre o fisco e os cidadãos.

Em 2025, será implementada uma nova consulta no portal da Agenci@net destinada aos contribuintes de outros estados que possuem inscrição no Distrito Federal. Esta ferramenta permitirá que esses contribuintes acessem os valores declarados na Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI (EFD ICMS IPI) de seu estado de origem, especificamente para operações relacionadas ao Distrito Federal. As informações disponibilizadas serão provenientes das Operações Interestaduais dos Contribuintes (OIEs) transmitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB) à SEFAZ-DF, proporcionando maior transparência e facilitando o cumprimento das obrigações fiscais.

Com relação aos Documentos Fiscais Eletrônicos – DF-e, em 2024, foi ampliado o uso do sistema da Nota Fiscal Fácil - NFF com novos produtos e permissão de emissão para operações interestaduais. Ademais está previsto para início em 2025 a emissão de NFC-e por meio do aplicativo da NFF, tanto para o contribuinte Microempreendedor Individual, tanto para o contribuinte enquadrado no regime do Simples Nacional nas suas operações no varejo.

Além disso, em 2025, será liberada a emissão em produção da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços de Comunicação – NFCom e será implementada a Declaração de Conteúdo eletrônica - DC-e visando a substituir a sistemática de utilização da declaração de conteúdo em papel, melhorando a visibilidade dessa declaração e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações.

Hoje o DF autoriza diariamente os seguintes DFe: a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e, Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e, Conhecimento de Transporte Eletrônico – Outros Serviços – CT-e OS, Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais– MDFe, Bilhete de Passagem Eletrônico – BP-e, Guia de Transporte de Valores Eletrônica – GTV-e, a Nota Fiscal Eletrônica de Energia Elétrica–NF3e e participa da Plataforma Eletrônica de Recebíveis– PLAC FAT-e.

Em 2024 foram autorizados e recepcionados mais de 798 milhões de Documentos Fiscais Eletrônicos, foram recebidas e processadas pelo parque computacional da SEFAZ mais 1,2 milhão de EFD ICMS-IPI e mais de 1,2 milhão de OIE (arquivos de informações geradas pelo SERPRO a partir das EFD ICMS IPI entregues pelos contribuintes domiciliados em outras



Unidades Federadas com as operações e/ou prestações em que o DF consta como origem ou destino).

Importa ressaltar que os Auditores Fiscais da Gerência de Escrituração e Documentos Fiscais Digitais participam permanentemente dos grupos nacionais de trabalho do ENCAT e COTEPE que acompanham a atualização e evolução dos DFe e da EFD ICMS IPI, inclusive as decorrentes de legislação, visando manter atualizadas as normas internas do DF, preparando o ambiente local para a nova realidade trazida pela reforma tributária advinda da EC 132/2024.

No que diz respeito ao Programa Nota Legal (PNL), ação de Cidadania Fiscal integrante do cotidiano da população brasileira que, ao recompensar o cidadão ao exercer seus direitos, ao mesmo tempo, combate a sonegação no comércio e na prestação de serviços, aumentando a arrecadação tributária, foram utilizados, em 2024, o montante de R\$ 85.171.363,14 (oitenta e cinco milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e sessenta e três reais e quatorze centavos) em créditos para abatimento de IPTU e IPVA (287.532 indicações) e o montante de R\$ 35.501.748,93 (trinta e cinco milhões, quinhentos e um mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos) em créditos para depósito em conta bancária (149.663 indicações).

Ao longo de 2024, foram realizados dois sorteios do PNL, no primeiro e segundo semestres do ano, sendo que em cada um dos sorteios foram distribuídos 12.600 prêmios no valor total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). No primeiro sorteio, realizado aos 27 de junho de 2024, foram gerados 61.528.158 bilhetes, com a participação efetiva de 979.654 consumidores habilitados. Já no segundo sorteio, realizado no dia 13 de novembro de 2024, foram gerados 64.675.372 bilhetes, com a participação efetiva de 1.021.329 consumidores.

10. ATIVIDADES DE COBRANÇA TRIBUTÁRIA

No decorrer do Exercício de 2024, as atividades de cobrança tributária resultaram no seguinte:

- Gestão e aperfeiçoamento dos sistemas informatizados disponibilizados para adesão e acompanhamento do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2023 (Lei Complementar nº 1.025/2023). O prazo máximo de adesão ao programa foi 28/12/2023, porém, a análise foi estendida até 15/05/2024, com vencimento final do Documento de Arrecadação (DAR) em 30/05/2024. O valor total negociado, atualizado até 31/12/2024, alcançou o montante de R\$ 867.968.987,26 (oitocentos e sessenta e sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos). O REFIS, além de contribuir para o incremento da arrecadação, proporcionou ao cidadão e às empresas a oportunidade de regularizar os débitos tributários ou não, com benefícios de redução de juros e multa.
- Aprimoramento do "Rito Online" que consiste na conciliação dos dados declarados em EFD-SPED e GIA-ST com o Sistema de Cobrança, efetuando os lançamentos de forma imediata no SITAF, confrontando os montantes devidos com os recolhidos tornando a cobrança mais transparente e ágil. Foram registrados 98.144 lançamentos no montante total de R\$ 8.764.500.472,11 (oito bilhões, setecentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos mil e quatrocentos e setenta e dois reais e onze centavos) dos quais cerca de 95,7% foram recolhidos espontaneamente pelos contribuintes. Em relação ao ano de 2023, nota-se considerável redução na quantidade de lançamentos gerados uma vez que o ISS, a partir da competência 03/2023, passou a ser controlado por outra Coordenação desta SEEC.
- Monitoramento e exaustivas investigações acerca de devedores contumazes, quais sejam, os que reiteradamente deixam de cumprir com suas obrigações tributárias pecuniárias, desencadeando operações conjuntas com a PCDF e MPDFT referentes a créditos tributários devidos da ordem de R\$ 715.000.000,00 (setecentos e quinze milhões de reais). Foram realizadas diligências em contadores e estabelecimentos comerciais, visando a regularização espontânea desses grandes devedores, como



também o saneamento cadastral e orientação fiscal, alcançando mais de 800 empresas ativas no DF.

- O monitoramento do comércio eletrônico de débitos em termos de DIFAL ICMS (Diferencial de alíquota – EC 87/15 – operações para não contribuintes, consumidores finais, situados no DF) e FCP, no ano de 2024, alavancou a arrecadação no montante de mais de R\$ 790 milhões, significando incremento de mais de R\$ 90 milhões, se comparado a 2023. No tocante aos entraves jurídicos, o STF decidiu pela aplicação da noventena quanto à vigência da LC n. 190/2022 (permitindo a cobrança a partir de 05/04/2022). Porém, continuam ações judiciais envolvendo o Portal da Difal (Convênio ICMS 235/2021), o Convênio ICMS 236/2021 e a inadequação da legislação do DF (e demais UF's) frente à nova LC. Foram enviados cerca de 11.300 comunicados (por e-mail e via correios) quanto ao ano de 2022. Também foram enviadas cerca de 5.000 notificações e inscritos mais de 55.000 débitos na dívida ativa quanto ao ano de 2021 (antes houve a publicação de edital de chamamento para regularização de débitos no DODF).
- Envio aos Cartórios de Notas e Protesto de 3.750 dívidas ativas, totalizando aproximadamente R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). O volume enviado foi inferior ao registrado nos exercícios anteriores, em razão de problemas na implantação da nova funcionalidade de gestão de protesto da CBRAT. Tais problemas foram solucionados ao final do exercício, o que permitirá o retorno à regularidade no protesto das Certidões de Dívida Ativa (CDAs) pela SEEC/DF. Ressaltamos que, apesar da redução no volume de envios pela CBRAT, não houve impacto negativo na arrecadação do Governo do Distrito Federal (GDF). Isso se deve à nova sistemática adotada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), que alcançou a marca de 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) CDAs protestadas. Em 2024, foram enviadas 730.000 (setecentos e trinta mil) CDAs aos cartórios pela PGDF.
- Ações diretas de cobrança, as quais visam auxiliar o contribuinte na regularização de seus débitos e prevenir ou interromper a judicialização. As principais iniciativas incluem:
 - a. Envio de aproximadamente 3.400.000 (três milhões e quatrocentos mil) mensagens diretas pelo aplicativo Economia/DF, 3.065.000 (três milhões e sessenta e cinco mil) e-mails e 150.000 (cento e cinquenta mil) comunicados via agenci@net;
 - b. Realização de cerca de 7.000 (sete mil) ligações automáticas (URA Ativa) pela Central 156; e
 - c. Envio de 52.000 mensagens por meio do WhatsApp, também através da Central 156.
- Desenvolvimento de programas automatizados para aprimoramento e agilidade na análise de processos de restituição e emissão de documentos de arrecadação, contribuindo com restituições e devoluções no valor total de R\$ 24.822.836,74 (vinte e quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos), dentre notas de empenho e anulações de receitas, além do processamento de 11.542.949 (onze milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove) documentos de arrecadação.
- Inscrição em dívida ativa de 789.272 (setecentos e oitenta e nove mil duzentos e setenta e dois) débitos de natureza tributária, no valor total de R\$ 2.468.534.011,28 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, onze reais e vinte e oito centavos), e de 3.825 (três mil, oitocentos e vinte e cinco) dívidas de origem não tributária, no montante de R\$ 51.620.256,26 (cinquenta e um milhões, seiscentos e vinte mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos).

11. ATIVIDADES DE TRIBUTAÇÃO

No exercício de 2024, a SEEC desenvolveu ações estratégicas voltadas para a modernização e eficiência da administração tributária, abrangendo a proposição de normas, a gestão do contencioso administrativo, a análise de benefícios fiscais e imunidades, e o atendimento a demandas relacionadas ao esclarecimento de normas tributárias. Essas atividades resultaram



em avanços significativos para a arrecadação tributária, a segurança jurídica e o fortalecimento das políticas fiscais no Distrito Federal.

Durante o ano, foram elaboradas 226 propostas normativas, incluindo minutas de leis, decretos, portarias e atos interpretativos, alcançando uma média de 1,14 proposta por dia útil. Essas medidas visaram aprimorar a legislação tributária, promovendo maior segurança jurídica e prevenindo litígios.

No âmbito da gestão do contencioso administrativo, houve significativos avanços na eficiência e na modernização das rotinas. Em 2024, foram recebidos 604 novos processos administrativos fiscais, representando valores em disputa de R\$ 623.468.933,65. Ao longo do ano, 446 processos foram julgados, totalizando R\$ 300.705.933,64, enquanto o estoque alcançou 953 processos a julgar, correspondendo a um total de R\$ 804.714.663,95.

O desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento do Contencioso Administrativo Fiscal (SGEJUC) continuou sendo uma prioridade estratégica para a Coordenação. Foram implementadas melhorias e novas funcionalidades no SGEJUC atual, e avançou-se significativamente no desenvolvimento do SGEJUC 2.0, que utiliza uma nova linguagem de programação e ferramentas de banco de dados modernas. O projeto, desenvolvido com base na Metodologia Ágil, foi estruturado em 16 Sprints, nos quais foram realizadas 312 tarefas abrangendo planejamento, análise de requisitos, codificação, testes e homologação. A nova versão visa proporcionar mais eficiência no gerenciamento de processos administrativos fiscais, permitindo maior agilidade, precisão e transparência na análise e julgamento.

A análise de benefícios fiscais e imunidades também se destacou, com a emissão de 1.628 documentos administrativos relacionados a imunidades tributárias, incluindo 781 atos declaratórios, 194 despachos de indeferimento, 140 notificações e 513 pareceres. No que tange aos regimes especiais, foram emitidos 753 documentos administrativos, com destaque para 514 minutas de decisão de deferimento, 156 de indeferimento e 73 notificações. Além disso, foram realizadas 2.078 autorizações e outros documentos administrativos relacionados a benefícios fiscais, com destaque para 1.192 autorizações de ICMS para pessoas com deficiência e 781 para taxistas. Por fim, houve a conclusão da primeira etapa do Sistema SISBREN, que automatiza a análise de benefícios fiscais, especialmente os relacionados ao ICMS. Essa ferramenta promoveu maior eficiência, reduzindo prazos médios de análise e otimizando os recursos disponíveis.

Em relação ao atendimento de demandas de esclarecimento de normas tributárias, foram concluídos 98 processos administrativos, dos quais resultaram 35 soluções de consulta, 31 declarações de ineficácia e 32 declarações de inadmissibilidade. Essas respostas garantiram fundamentação técnica e tempestividade, reforçando o compromisso com a segurança jurídica e a qualidade no atendimento aos contribuintes.

Para 2025, a Coordenação de Tributação prevê a ampliação de projetos de modernização tecnológica, o fortalecimento das capacidades técnicas das equipes e a promoção de maior transparência e eficiência na administração tributária, consolidando os avanços alcançados e alinhando-se aos objetivos estratégicos do Governo do Distrito Federal.

12. ATIVIDADES DE GESTÃO DOS TRIBUTOS DIRETOS

Dentre os objetivos estratégicos no âmbito da Gestão dos Tributos Diretos estão o aumento da eficiência da arrecadação e fiscalização dos tributos diretos; a celeridade no atendimento ao contribuinte; a manutenção do cadastro fiscal imobiliário atualizado; a automatização de processos; e padronização dos atendimentos; e a formalização de procedimentos.

Ao longo do exercício fiscal de 2024, foram adotados mecanismos de otimização dos procedimentos internos e externos para a redução do tempo de resposta ao contribuinte e também dos custos de administração dos tributos, com vistas a garantir a eficiência na gestão dos recursos públicos. Assim, de forma concisa, apresenta-se, a seguir, algumas das realizações promovidas no decorrer de 2024:

1. Adoção de novos processos e procedimentos com vistas a aprimorar as diversas Declarações Eletrônicas (DEITBI e DEITCD) objetivando incentivar o autolancamento



(aquele em que o sujeito passivo presta as informações, calcula o montante do tributo devido e realiza o pagamento do tributo). Nesse sentido, destaca-se a disponibilização da Declaração Eletrônica de ITCD para apuração do ITCD inter vivos decorrentes de processos de inventário. Essa nova ferramenta reduzirá em até 30% (trinta por cento) os pedidos realizados por meio do Atendimento Virtual, modalidade que requer intervenção direta de um Auditor Fiscal da Receita do DF.

- a. Criação de ferramenta WEB para otimizar os lançamentos de Ofício de ITCD decorrentes de Inventário/Divórcio realizados por Auditor Fiscal da Receita do DF por meio de integração com base de dados do SITAF e inserção de dados declarados pelo Contribuinte ou verificáveis pelo próprio Auditor Fiscal da Receita do DF.
 - b. Implementação de nova metodologia de apuração da Base de Cálculo do ITBI em conformidade com a jurisprudência atual do STJ acerca do tema bem como as melhores práticas adotadas nos principais municípios do País. Essa nova metodologia reduziu consideravelmente o contencioso tributário, contribuinte significativamente para uma maior justiça fiscal e redução do prazo de atendimento ao contribuinte.
2. No que diz respeito à Administração do Cadastro Imobiliário Fiscal do DF (CIM), foi realizado o aperfeiçoamento de transações pré-existentes e implementação de novas transações no SITAF de modo a emprestar maior agilidade nos procedimentos concernentes aos lançamentos tributários (IPTU/TLP) e dos processos correlatos a estes.
- a. Destaca-se, dentre essas, a criação de novas transações que envolvem dados em massa.
 - b. Noutra esteira, foram promovidas evoluções significativa em transações atinentes aos lançamentos do IPTU e da TLP.
 - c. Foi dado início à automatização da análise de benefícios fiscais de forma que a sua conclusão tornará o processo mais célere e demandará menos intervenção dos auditores.
 - d. Iniciou-se, ainda, o mapeamento dos processos realizados na Gerência de Tributos Imobiliários, sendo eles o lançamento anual, a análise de benefícios e a atualização cadastral, com o fim de elucidar tais processos e levantar oportunidades de melhoria.
3. No que tange à gestão do IPVA, destaca-se o significativo aprimoramento da parceria institucional com o Detran/DF, que teve como objetivo central a melhoria da comunicação e integração entre os órgãos. Esse esforço resultou na implementação de rotinas automatizadas, permitindo a melhora na atualização diária do cadastro de veículos resultado da comunicação feita pelo DETRAN-DF a esta Secretaria, o que é fundamental para a gestão eficiente do imposto.
- a. Foi iniciado o desenvolvimento de automação do serviço de análises de concessão de isenção de IPVA para veículos de propriedade de pessoas com deficiência física, visual, mental grave ou profunda, síndrome de Down ou autista. Essa automação resultará em uma análise muito mais célere destes processos, com uma consequente melhoria nos serviços prestados ao contribuinte.
 - b. Deu-se continuidade no desenvolvimento de rotinas internas com objetivo sanear o cadastro de veículos, a exemplo da adequação do SITAF às mudanças de legislação concernentes à isenção de IPVA, híbrido/elétrico, apenas para veículos adquiridos no Distrito Federal.
 - c. As ações empreendidas tiveram como finalidade a otimização dos processos e procedimentos internos, com enfoque não apenas na redução dos custos administrativos relacionados à gestão do IPVA, mas também na prevenção de eventuais insatisfações dos contribuintes, seja no âmbito administrativo, seja por meio de demandas judiciais contra a Fazenda Pública do Distrito Federal. Assim, reforçou-se o compromisso com a eficiência e a responsabilidade fiscal.



13. ATIVIDADES DE GESTÃO DA CONFORMIDADE FISCAL E DE DADOS TRIBUTÁRIOS

A Gestão do Sistema de Malha Fiscal – DF notificou aproximadamente 70.300 (setenta mil e trezentos) contribuintes distintos, produzindo cerca de 11.800 (onze mil e oitocentos) atendimentos. O ano de 2024, após as tratativas e ações ocorridas no período, resultou em incremento de mais 30.538 (trinta mil, quinhentos e trinta e oito) contribuintes com algum tipo de apontamento em Malha Fiscal. Dessa forma, ao final deste mesmo exercício, há um universo total de aproximadamente 127.000 (cento e vinte e sete mil) contribuintes com divergências de Malha Fiscal nos sistemas da SEEC. Tal volume de contribuintes resulta em um montante indiciário relacionado a cruzamentos envolvendo “base de cálculo” de, aproximadamente, R\$ 61.000.000.000,00 (sessenta e um bilhões de reais). Já cerca de R\$ 8.200.000.000,00 (oito bilhões e duzentos milhões de reais) estão relacionados a divergências que correspondem a indícios de crédito tributário não constituído. Ressalta-se, porém, que os valores financeiros apresentados não perfazem, por si só, receita passível de ser auferida, uma vez que envolvem divergências associadas, dentre outras, a base de cálculo e/ou informações de terceiros que demandam análise pormenorizada dos envolvidos e a ser carreada previamente ao lançamento.

Todos os projetos de verificação e cruzamento de informações foram realizados mediante gestão de dados e elaboração de painéis gerenciais (Qlikview/QlikSense) e seguindo as regras definidas Instrução Normativa nº 14, de 10 de agosto de 2020 (SEEC/SUREC) que dispõe sobre os parâmetros e as diretrizes a serem seguidos na operacionalização do Malha Fiscal do Distrito Federal.

14. ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO FISCAL

A SEEC busca prevenir ilícitos fiscais e combater à sonegação fiscal, suas atividades desenvolvidas e respectivos quantitativos podem ser agrupadas em quatro áreas de atuação (excluídas as atividades sensíveis), que são descritas a seguir:

- i. Vistorias IN 02/2021 – uma das atribuições da ASINF prevista na Regimento Interno, é a elaboração e a promoção de ações de pesquisa, análise e operações na área de inteligência e contra inteligência, sendo que o conceito de contra inteligência pode ser resumido de forma simplista como conjunto de ações que buscam prevenir e evitar ações lesivas. No caso específico da SUREC, podemos nos referir a tais ações como ilícitos tributários, e, neste sentido, algumas normas foram criadas buscando analisar com maior rigor a atuação de contribuintes com alto grau de risco, sendo que a mais recente destas normas é a IN 02/2021-SUREC que prevê vistorias prévias/após à concessão de inscrição no CF/DF ou alteração em suas atividades econômicas previstas na norma.
- ii. Demandas Externas – outra das atribuições da ASINF que pode ser quantificada é o atendimento a solicitações de outras unidades da Subsecretaria da Receita e demais órgãos governamentais.
- iii. Relint/Adendo/RMF – esta atividade busca registrar a elaboração do “Produto Final” (Relatórios e Adendos) de diversas outras ações desenvolvidas pela unidade, sendo seu principal destinatário o Gabinete da SUREC que após conhecimento pode encaminhar o produto ao órgão/unidade adequado(a) e ainda a RMF – Requisição de Informações sobre a Movimentação Financeira regulamentada pelo Decreto nº 41.714/21 e Portaria nº 126/2023.
- iv. Suspensão/Cancelamento/Denegação/Ação – atividades geradas em decorrência do tipo de resultado obtido em outras ações pretéritas: Suspensão ou Cancelamento de inscrição no CF/DF, Denegação ou Término de Denegação na emissão dos documentos Fiscais e Ação Fiscal, cujas terminologias são autoexplicativas.

O levantamento mensal de tais atividades, no ano de 2024, é apresentado a seguir:



QUANTITATIVO MENSAL DE ATIVIDADES EM 2024

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Vitorias IN 02/2021	310	312	332	329	332	343	326	320	307	312	321	304
Demandas Externas - Vitorias/Atendimento	28	11	20	12	17	20	22	18	16	24	21	20
Reint/Adendo/RMF	3	1	1	0	0	0	1	1	2	3	1	1
Suspensão/ Cancelamento/ Denegação/ Término/ Ação	129	114	82	85	136	73	103	92	66	76	55	45

15. ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO

A atuação da SEEC é pautada na premissa de que as decisões fazendárias devem se basear na quantificação e tratamento estatístico de dados. Assim, a ocorre a coordenação e supervisionamento das atividades relacionadas a estudos econômicos, fiscais, de desempenho da arrecadação tributária, de renúncia de receita decorrente da concessão de benefício, de estimativa de receita para fins de elaboração dos Projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO e da Lei Orçamentária Anual- PLOA.

A SEEC atua representando ou assessorando os Secretários de Estado de Economia e Executivo de Fazenda, junto a entidades da área tributária e econômica, representativas de Estados e Municípios, bem como em fóruns externos de estudos econômicos. Para isso, elabora relatórios, consolida dados e informações e coordena atividades relacionadas a proposição e homologação de convênio ICMS no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ/MF de interesse do Distrito Federal.

I. PREVISÃO DE RECEITA E DA RENÚNCIA DE RECEITA

A SEEC elabora previsões de receita para subsidiar a programação financeira do Tesouro, que implica em previsões a curto prazo, mensais e diárias de todos os tributos de competência do Distrito Federal; reestimativas a médio prazo anuais de receita em subsídio à avaliação bimestral prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal; e por fim, projeção de renúncia e previsões de receita para os projetos das leis orçamentárias (PLDO e PLOA).

Os trabalhos de previsão são elaborados a partir da organização e do tratamento dos dados de arrecadação extraídos dos sistemas da administração tributária (SIGEST e SITAF) e da contabilidade (SIGGO), com utilização de ferramentas econométricas.

II. REPRESENTAÇÃO FAZENDÁRIA

A representação fazendária do Distrito Federal atua no assessoramento aos Secretários de Estado de Economia e Executivo de Fazenda do DF junto ao CONFAZ, atua diretamente na Comissão Técnica Permanente - COTEPE, na organização e participação dos representantes do DF nos diversos grupos de trabalho.

Ademais, é também responsável pela redação das propostas de normativos do DF a serem apresentadas no Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, bem como analisar as diversas propostas de normativos e recomendações de votos. Durante as reuniões ordinárias e extraordinárias do CONFAZ, atua no assessoramento do Secretário de Fazenda.

Além do CONFAZ, a Representação Fazendária assessora o Secretário de Fazenda do Distrito Federal no Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda - COMSEFAZ, fórum dos Estados Federados.

Na esfera municipal, representa o Distrito Federal na Associação Brasileira de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal - ABRASF, além de atuar como representante do Secretário de Fazenda na plenária da ABRASF.

No exercício de 2024, houve uma intensa participação nos projetos de lei envolvendo reforma tributária do consumo, RTC. A atuação da representação fazendária promoveu um ganho de respeitabilidade nas instituições mencionadas, na medida que foram aprovados diversos projetos de interesse da política tributária distrital.



Seguem as atividades desenvolvidas durante o ano de 2024 no âmbito da SUAE:

- Elaboração e publicação da Portaria nº123, de 04 de março de 2024 - referente a designação dos representantes do Distrito Federal nos fóruns do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ; nos grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS do CONFAZ; no Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal - COMSEFAZ; na Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF; nos grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente - CTP da ABRASF; e no Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários - ENCAT, bem como dá outras providência - no DODF nº45, 06 de março de 2024.
- Elaboração e publicação da Ordem de Serviço nº 6, de 18 de junho de 2024 - referente alteração da relação de representantes do Distrito Federal prevista no Anexo Único da Portaria nº 123, de 4 de março de 2024, que designa os representantes do Distrito Federal nos fóruns do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ; nos grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS do CONFAZ; no Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal - COMSEFAZ; na Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF; nos grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente - CTP da ABRASF; e no Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários - ENCAT, no DODF nº122, 28 de junho de 2024.
- Elaboração e publicação da Ordem de Serviço nº 11, de 08 de outubro de 2024 - referente a alteração da relação de representantes do Distrito Federal prevista no Anexo Único da Portaria nº 123, de 4 de março de 2024, que designa os representantes do Distrito Federal nos fóruns do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ; nos grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS do CONFAZ; no Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal - COMSEFAZ; na Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF; nos grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente - CTP da ABRASF; e no Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários - ENCAT, no DODF nº199, 16 de outubro de 2024.
- 1º Encontro entre todos os participantes dos ABRASF, COTEPE e CONFAZ no âmbito do DF na Escola de Governo.
- 1 Termo de Confidencialidade envolvendo todos representantes ABRASF.
- Suporte para a realização do 75 Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários-ENCAT.
- 1 Ação de Cooperação Internacional Moçambique/Receita Federal do Brasil/SEEC-DF.
- Ao menos 12 reuniões, ordinárias e extraordinárias, do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Fazenda, Finanças e Tributação - COMSEFAZ.
- 3 Reuniões da assembleia geral ordinárias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - AGO/ABRASF.
- 4 Reuniões ordinárias da Comissão Técnica Permanente - CTP/ABRASF.
- 3 Reuniões extraordinárias da Comissão Técnica Permanente - CTP/ABRASF.
- 55 Reuniões de Grupos de trabalho relacionados a ABRASF.
- 2 Propostas de Normativos apresentadas no âmbito do CONFAZ, Convênio ICMS, elaboração e apresentação.
- 19 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias do Conselho Nacional de Política Fazendária -CONFAZ.
- 13 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, da Comissão Técnica Permanente do ICMS -COTEPE/CONFAZ.
- 212 reuniões de Grupos de trabalho relacionados ao CONFAZ.
- Foram analisados 1.398 itens de pauta, tendo sido aprovados nessas reuniões o total de 339 atos normativos (entre Convênios ICMS, Protocolos ICMS e Ajustes SINIEF e



Atos COTEPE), observando que nem todos os atos normativos são aplicáveis ao Distrito Federal. Como resultados da COTEPE e do CONFAZ.

- Foram lançados 363 atos normativos no sistema SISCONFAZ.
- Foram abertas 48 demandas no Sistemas de Controle de Documentos (SCD).
- Foram depositados 6 atos normativos para atualização do Portal Nacional da Transparência Tributária.
- Foram depositados 420 atos concessivos para atualização do Portal Nacional da Transparência Tributária.

III. **ESTUDOS ECONÔMICOS**

Compete à SEEC coordenar e supervisionar as atividades relativas aos estudos econômico-fiscais sobre o desempenho da arrecadação tributária, a renúncia de receita, a execução da despesa e a conjuntura econômica do Distrito Federal.

No escopo dessa competência, no ano de 2024, foram elaborados estudos econômicos, em atendimento às exigências do artigo 1º da Lei 5.422/14, para acompanhar propostas de projetos de lei e de homologação de convênios ICMS que tratassem de políticas fiscais, tributárias ou creditícias favorecidas os quais ampliassem ou concedessem incentivos ou benefícios a setores da atividade econômica. Também foram elaborados estudos econômicos preliminares, destinados a auxiliar em tomadas de decisão que impactassem a carga tributária.

Além disso, foi elaborado questionamento a respeito da Reforma Tributária, informando situação identificada no âmbito do Grupo de Trabalho de acompanhamento da regulamentação da proposta, com potencial de impactar a arrecadação tributária do Distrito federal (Processo SEI 04034-00002209/2024-57).

A apresentação dos estudos econômicos foi dividida em três grupos, o que inclui a elaboração de estudos econômicos para acompanhar propostas de decreto-legislativo, em atendimento ao art. 1º da Lei nº 5.422/14, homologação de convênios ICMS que tratem de políticas fiscais, tributárias ou creditícias favorecidas que ampliem ou concedam incentivos ou benefícios a setores da atividade econômica.

GRUPO 1: Ações iniciadas em exercícios anteriores com continuação em 2024

1. Processo SEI/GDF nº 00040-00023603/2020-92 - Referente ao Ofício 6.859/2019/TCDF (SEI/GDF 45621335), trata de desenvolvimento e implementação de metodologia de previsão do ICMS e ISS atrelada a indicadores regionais. Ação com foco em cumprir a Decisão do TCDF n 3452/2019, a qual recomenda parceria entre SEEC e CODEPLAN para implantação de metodologia de previsão de receitas para elaboração do orçamento público do DF com base em índices confiáveis e tempestivos de atividade econômica distrital. Estudo realizado em 2022, resultado apresentado em 26/05/2023 e metodologia implementada desde então, ao longo de 2024.
2. Processo SEI/GDF nº 04009-00000846/2021-17 - Convênio ICMS nº 90/22 - Projeto de lei de incentivo ao turismo criativo mediante patrocínio de contribuinte do ICMS e do ISS. Estudo elaborado em 2023. Projeto em tramitação não retornou para a SUAE/SEFAZ em 2024.
3. Processo SEI/GDF nº 00040-00016022/2021-85 - Elaboração de propostas de portaria e ordem de conjunto SEF/SEAE que designa representantes do Distrito Federal nos fóruns e grupos de trabalho do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF. As propostas foram aprovadas pela AJL/SEEC e já publicadas e divulgadas no âmbito da SEF e SEAE.
4. Processo SEI/GDF nº 00040-00021738/2021-02 - Homologação dos Convênios ICMS nº 12/1975 e nº 55/2021. Estudo elaborado em 2021. Decreto Legislativo nº 2.365/2022. Regulamentação em andamento não havendo providências a adotar no âmbito da SUAE/SEFAZ.
5. Processo SEI/GDF nº 00040-00033473/2021-87 - Alimentação do Portal Nacional da Transparência Tributária, com a inclusão dos atos normativos e concessivos de benefícios fiscais para divulgação ao público. As demais Unidades da Federação poderão consultar o portal para saber quais benefícios fiscais são concedidos pelo



Distrito Federal e quais empresas estão autorizadas a usufruir do benefício. Ação promovida entrará a partir de agora na rotina das Subsecretaria de Acompanhamento Econômico – SUAE/SEFAZ.

6. Processo SEI/GDF nº 00040-00036413/2021-16 - Convênio ICMS nº 131/2021 relativo à isenção de ICMS nas operações realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Estudo elaborado em 2023. Decreto Legislativo em tramitação na CLDF, processo não retornou a SUAE em 2024.
7. Processo SEI/GDF nº 00040-00036417/2021-02 - Convênio ICMS nº 132/21 - Alterações no Convênio 162/94, que concede isenção de medicamentos para tratar câncer. Estudo elaborado em 2023. Proposta de Decreto Legislativo em tramitação. Em dezembro de 2024, foi aprovado o Convênio 154/94 com nova alteração no Convênio 162/94.
8. Processo SEI/GDF nº 00040-00040129/2021-44 - Convênio ICMS nº 163/21: que trata de isenção de ICMS de bens e mercadorias provenientes do exterior. Estudo em 31/10/2023. Projeto de Decreto Legislativo em análise na CLDF, não retornou para a SUAE em 2024.
9. Processo SEI/GDF nº 00040-00045655/2021-09 - Segunda Etapa dos estudos de avaliação de benefícios fiscais. Projeto contratado pelo COMSEFAZ para avaliação ex-post de benefícios fiscais de 5 Unidades da Federação, entre elas o Distrito Federal. A SEAE atua no processo como equipe de contrapartida no fornecimento das informações tributárias. Relatório Final apresentado em 09/10/2023.
10. Processo SEI/GDF nº 04034-00002646/2022-17 - Convênios ICMS nº 180/2022; nº 42/2023 e Nº 92/2023 alterando Convênios ICMS nº 87/02 - isenção do ICMS medicamentos. Estudo elaborado em 2023. Proposta de Decreto Legislativo em tramitação na CLDF. Em 2024 foi elaborado estudo técnico para implementação do Convênios nº 193/2023 e nº 91/2024, tendo sido elaborada a. Proposta de Decreto Legislativo.
11. Processo SEI/GDF nº 00040-00017583/2022-82 - Convênio 32/2022 relativo à isenção de ICMS na doação de medicamentos para entidades beneficentes. Estudo realizado em 2023, proposta de internalização em fase de avaliação, tendo o processo retornado à SUAE em 2024, tendo sido incluídos nos processos os formulários I e II, em atenção ao Decreto nº 41.496/2020.
12. Processo SEI/GDF nº 00040-00019417/2022-11 - Alterações do Convênio ICMS nº 68/22: Decreto Legislativo nº 291/22, DODF 14/12/2022, Decreto 45.151/2023 (RICMS). Aguardando publicação do Decreto Executivo, sendo que o processo não retornou a SUAE em 2024.
13. Processo SEI/GDF nº 00040-00037990/2022-14 - Redução da renúncia relativa ao IPVA para veículos elétricos e híbridos. Relatórios elaborados em 2023, proposta em tramitação. O processo não retornou a SUAE em 2024.
14. Processo SEI/GDF nº 00040-00024337/2019-81 - Edição dos Atos Declaratórios nºs 2 a 4/23 -SEFAZ/SEF/SUAE/COAP/GEREN com vistas a disciplinar o preenchimento do código C Benef na emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) para permitir a aferição dos benefícios tributários usufruídos do ICMS e do ISS.
15. Processo SEI/GDF nº 04034-00001883/2023-33 - Alterações do Convênio 188/17. Redução de base de cálculo de QAV. Estudo elaborado em 2023 e Decreto 45009/2023 publicado em 2023. Proposta de portaria em tramitação.
16. Processo SEI/GDF nº 00390-00004131/2023-04 - Programa habitacional de interesse social -SEDUH com renúncia de IPTU, ITCD e Onalt (receita não tributária). Estudos preliminares realizados em 2023, estudo técnico e ajustes orçamentários realizados em 2024 e encaminhados para análise.
17. Processo SEI/GDF nº 04034-00004382/2023-17 - Convênio ICMS nº 190/2017, alteração do Decreto 39.753/19. Análise realizada em 2023. Decreto 44806/2023 publicado em 2023 e Decreto nº 45.836/2024 publicado em 23/05/2024. Tramitação encerrada na COTRI em 2024.



18. Processo SEI/GDF nº 04033-00008986/2023-52 - Espelhamento de benefício fiscal do Estado de Goiás relativo ao produto agrícola "alho". Estudo elaborado em 2023. Publicados em 2024 o Decreto 46.353/2024 e a Instrução Normativa 14/2024, havendo propostas de alteração da instrução normativa em andamento.
19. Processo SEI/GDF nº 04034-00009269/2023-10 - Convênio ICMS nº 81/2023 - Isenção importações encomendas postais. Estudo elaborado em 2023. Proposta de Decreto Legislativo em tramitação na CLDF. O processo retornou a SUAE em dezembro de 2024, para elaboração de minuta relativa à alterações constantes do Convênio nº 135/2024.
20. Processo SEI/GDF nº 04034-00011435/2023-48 - Convênio ICMS nº 105/2023 - referente isenção para produtos provenientes da Agricultura Familiar. Estudo elaborado em 2023. Proposta de Decreto Legislativo em tramitação na CLDF, não tendo retornado à SUAE em 2024.
21. Processo SEI/GDF nº 04034-00012272/2023-11 - Elaboração de nota técnica das propostas de Reforma Tributária em tramitação no Congresso Nacional. Nota técnica elaborada, processo encerrado em 2024
22. Processo SEI/GDF nº 04033-00023142/2023-31 - Convênio ICMS nº 116/2023, anistia ou remissão de débitos tributários (REFIS). Estudos realizados em 2023, Lei Complementar 1.025/2023 publicada em 2023, havendo possibilidade de alteração do programa, em razão da edição do Convênio ICMS nº 168/2023. Vetos da lei mantidos pela CLDF, conforme Mensagem nº 1638/2024 - GP, processo encerrado em 2024.

GRUPO 2: Ações do presente exercício (2024)

1. Processo SEI/GDF nº 04034-00016864/2023-10 - Avalia proposta de Convênio nº 178/2024, que trata do destaque do ICMS em operações interestaduais entre filiais de um mesmo CNPJ. Convênio publicado no DOU de 31/10/2024, aguardando implementação na legislação do DF.
2. Processo SEI/GDF nº 04034-00004539/2024-87 - Estuda implementação de regime especial para produtores de vinho no DF. Elaborada e encaminhada ao CONFAZ proposta de convênio ICMS.
3. Processo SEI/GDF nº 04044-00002059/2024-44 - Estudo referente Isenção de ICMS para portadores de visão monocular realizado em 2024 e resposta encaminhada ao demandante em 09/12/2024, processo concluído.
4. Processo SEI/GDF nº 04044-00004273/2024-35 - Convênio nº 120/2023 (Ferrovias). Estudo realizado em 2024, resposta encaminhada ao demandante em 17/06/2024, processo concluído.
5. Processo SEI/GDF nº 04044-00008468/2024-54 - Alteração aumento da alíquota do etanol hidratado combustível - EHC para 20%, proposta em análise pela SEEC/SEFAZ.
6. Processo SEI/GDF nº 04044-00009487/2024-06 - Convênio ICMS nº 56/2024, prevê isenção de ICMS sobre medicamentos para tratamento da distrofia muscular de Duchenne (DMD). Estudo técnico e ajustes nas leis orçamentárias realizados em 2024. Minuta de Decreto Legislativo encaminhada para CLDF, em tramitação.
7. Processo SEI/GDF nº 04044-00009829/2024-80 - Convênio ICMS nº 99/2023 - dispensa de pagamento de ICMS autuado em operações com sucata, apara, resíduos ou fragmentos, estudo realizado em 2024, resposta encaminhada ao demandante em 19/07/2024, processo concluído.
8. Processo SEI/GDF nº 04044-00009954/2024-90 - Convênio ICMS nº 59/2024 - mudança de prazo para recolhimento do ICMS ST para contribuintes situados no RS, em razão das enchentes de 2024. Publicado o Decreto 46.059/2024, processo concluído.
9. Processo SEI/GDF nº 04044-00013050/2024-69 - Convênio ICMS nº 70/2024 - alteração do prazo de recolhimento do ICMS-ST sobre combustíveis devido problema no SCANC. Estudo técnico e ajustes nas leis orçamentárias realizados em 2024. Minuta de Decreto Legislativo encaminhada para CLDF, em tramitação.



10. Processo SEI/GDF nº 04044-00028479/2024-51 - Estimativa do Saldo Credor de ICMS acumulado (EFD). Estudo realizado e encaminhado em 2024, processo em análise na SUREC.
11. Processo SEI/GDF nº 04044-00041075/2024-52 - Redução de Alíquota ITBI. Estudo e ajustes nas leis orçamentárias realizados em 2024, processo enviado para CLDF, Lei 7.635/2024 publicada em dezembro de 2024. Processo concluído.
12. Processo SEI/GDF nº 04044-00042989/2024-31 - Impactos do PLP 319/2016, que trata da alteração dos limites do Simples Nacional. Estudo realizado e dados encaminhados ao COMSEFAZ. Processo concluído.

GRUPO 3: Análises Econômicas

A SEEC preencheu uma lacuna existente na elaboração de análises e estudos de impacto econômico para implantação das novas políticas públicas distritais de incentivos tributários, bem como de projetos que tramitam no Congresso Nacional, em subsídio à Secretaria de Estado de Relações Institucionais do DF - SERINS, e no Conselho Nacional de Política Tributária - CONFAZ. São também realizadas instruções de projeto para operacionalização de incentivos culturais e outros, a saber:

Estudos Técnicos e outras análises de impacto econômico:

Foram elaborados 18 estudos técnicos preliminares e 12 Estudos Técnicos e 4 avaliações de impacto, distribuídos em 29 processos, conforme resumo apresentado na Tabela 1.

Incentivo Cultural

Foram realizadas análise e instrução de processos relacionados aos projetos culturais credenciados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal - SECEC, bem como a elaboração das Declarações de Capacidade de Financiamento e Despachos de Abatimento dos incentivadores culturais de que trata o Convênio ICMS 27/06 e a Lei Complementar 934/2017.

Em 2024, foram analisadas 31 solicitações de despacho de capacidade de financiamento do incentivador cultural, tendo sido identificadas 3 situações de vedação e elaboradas 28 minutas para publicação pelo Secretário Executivo da Fazenda, para o ICMS e para o ISS, bem como foram elaborados despachos de abatimento do crédito outorgado relativos a 33 eventos, cujas solicitações foram avaliadas em relação aos limites globais do programa e aos limites individuais dos incentivadores culturais.

Conjuntura Econômica

Foram elaborados relatórios gráficos de acompanhamento da conjuntura econômica do Brasil e do Distrito Federal, contendo informações sobre PIB; indicadores de emprego; preço; notas fiscais eletrônicas emitidas; atividade econômica e combustíveis. Ao todo, foram elaborados 41 documentos durante o ano de 2024.

IV. COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

A seguir, é apresentada síntese do desempenho da arrecadação tributária no ano de 2024.

No acumulado do exercício de 2024 até novembro, a arrecadação tributária somou R\$ 22.749,2 milhões em valores correntes, o que representou aumento nominal de 15,3% e real de 11%, em relação a igual período de 2023.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

DISTRITO FEDERAL: RECEITA TRIBUTÁRIA - VALORES EM R\$ MIL

Item	2024 (até novembro) (a)	2023 (até novembro) (b)	2024 pelo INPC/IBGE (c)	2023 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em 2024
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	10.666.921	9.079.730	10.844.568	9.589.986	1.587.190	17,5%	1.254.582	13,1%	46,89%
ISS	3.190.587	2.799.820	3.182.725	2.957.232	390.567	11,8%	225.493	7,6%	15,76%
IRRF	4.409.934	3.735.665	4.482.769	3.944.223	674.259	18,0%	538.546	13,7%	19,38%
IPVA	1.786.497	1.633.746	1.826.126	1.733.241	152.751	9,3%	92.884	5,4%	7,85%
IPTU	1.306.152	1.224.876	1.326.771	1.289.985	81.275	6,6%	36.788	2,9%	5,74%
ITBI	584.866	495.308	594.843	523.013	89.558	18,1%	71.830	13,7%	2,57%
ITCD	275.960	221.915	280.661	234.306	54.054	24,4%	46.356	19,8%	1,21%
TAXAS	541.305	516.916	551.372	546.132	24.389	4,7%	5.240	1,0%	2,38%
OUTROS IMPOSTOS (1)	47.177	31.671	48.019	33.449	15.505	49,0%	14.570	43,6%	0,21%
TOTAL DA ARRECAÇÃO	22.749.198	19.739.648	23.137.854	20.851.565	3.009.550	15,2%	2.286.288	11,0%	100,00%

Fonte: SIGGO, em 09/12/2024.

Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

Destaques do período de janeiro a novembro de 2024

Na comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a novembro de 2024 com a do mesmo período de 2023, os maiores incrementos reais foram do ICMS (+R\$ 1.254,6 milhões), IRRF (+R\$ 538,5 milhões), ISS (+R\$ 225,5 milhões), IPVA (+R\$ 92,9 milhões), ITBI (+R\$ 71,8 milhões) e ITCD (+R\$ 46,4 milhões). Não houve variações negativas.

ARRECAÇÃO X PREVISÃO

Na comparação da receita realizada com a prevista para LOA, programação financeira e previsão mensal de curto prazo, esta última elaborada para subsidiar o cronograma de desembolsos financeiros, apresentam-se os seguintes destaques para o período de janeiro a novembro de 2024:

LOA: Receita realizada acima da prevista em R\$ 2,791,2 milhões (+14%), decorrente sobretudo dos desvios positivos do ICMS (+R\$ 1,764,7 milhões), IRRF (+R\$ 534,7 milhões) e ISS (+R\$ 448,3 milhões).

Programação financeira: Realização acima da prevista em R\$ 1.847 milhões (+8,8%), por conta principalmente dos desvios positivos observados no ICMS (+R\$ 1.530 milhões), IRRF (+R\$ 535,8 milhões), ISS (+R\$ 349,2 milhões), ITCD (+R\$ 70,2 milhões) e ITBI (+ R\$ 30,9 milhões). Em contrapartida, foram observadas grandes reduções para o IPTU (-R\$ 494,6 milhões) e IPVA (-R\$ 181,1 milhões).

Previsão mensal: Receita realizada acima da prevista em R\$ 1.352,6 milhões (+6,3%), especialmente em razão dos desvios positivos do IRRF (+R\$ 747,5 milhões), ICMS (+R\$ 636,1 milhões) e ISS (+R\$ 331,8 milhões). Em contrapartida, foram observadas grandes reduções para o IPTU (-R\$ 207,9 milhões), TAXAS (- R\$ 125,3 milhões) e IPVA (-R\$ 109,1 milhões).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - PERÍODO DE JANEIRO A NOVEMBRO - 2024 -
VALORES EM R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	LOA (A)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	PREVISÃO MENSAL (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D - B)	(D - C)
ICMS	8.902.232	9.137.199	10.030.810	10.666.921	1.764.689	1.529.722	636.111
ISS	2.682.083	2.781.185	2.798.582	3.130.387	448.304	349.204	331.806
IRRF	3.875.248	3.874.169	3.662.388	4.409.924	534.676	535.755	747.536
IPVA	1.728.684	1.967.618	1.895.635	1.786.497	57.813	(181.121)	(109.138)
IPTU	1.408.229	1.800.748	1.514.033	1.306.152	(102.078)	(494.596)	(207.881)
ITBI	562.973	554.006	585.187	584.866	21.893	30.860	1.679
ITCD	211.713	205.788	226.703	275.969	64.256	70.181	49.266
TAXAS	559.279	549.420	666.561	541.305	(17.974)	(8.115)	(125.256)
OUTROS IMPOSTOS (1)	27.540	32.086	18.711	47.177	19.636	15.090	28.465
TOTAL DA ARRECAÇÃO	19.957.982	20.902.218	21.396.611	22.749.198	2.791.216	1.846.980	1.352.588
Fonte: SIGGO (Receita Realizada); Lei nº 7.377/2023 (LOA); Processo SEI nº 04033-000033524/2023-73 (Programação Financeira); Gerência de Previsão e Análise Fiscal/COAP/SUAE/SEFAZ (Previsão Mensal). Nota: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.							

ARRECAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS por regime de tributação tem como fonte o sistema SIGEST, enquanto a arrecadação por atividade econômica é resultado do sistema SITAF, ambos da administração tributária. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO, sistema da contabilidade pública.

ICMS por regime de tributação

Em novembro de 2024, constata-se maior participação no regime normal de tributação no total da receita do imposto (43,5%), seguida da substituição tributária fora e dentro do DF, com 23,1 % e 18,4%, respectivamente, perfazendo no conjunto 85% da receita total do imposto.

ICMS: ARRECAÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	Valores Reais em R\$ mil (1)				Variação real (em %)		Composição da arrecadação (Novembro / 2024)
	Novembro 2024	2024 (até Novembro)	Novembro 2023	2023 (até Novembro)	Novembro 2024 / Novembro 2023	2024 / 2023	
Normal	445.913	4.621.976	414.017	4.445.535	7,7%	4,0%	43,5%
ST fora do DF	236.236	2.421.899	186.672	2.063.730	26,6%	17,4%	23,1%
ST no DF	188.296	2.000.016	192.363	1.428.252	-2,1%	40,0%	18,4%
Consumidor Final – Op entre UF	75.315	804.058	67.611	708.898	8,4%	13,4%	7,2%
Simples	27.778	313.333	27.922	308.547	-0,5%	1,6%	2,7%
Importação	14.354	162.486	11.828	74.735	21,4%	117,4%	1,4%
Antecipado	5.908	65.905	6.637	71.734	-11,0%	-9,0%	0,6%
FCP (2)	9.063	90.921	9.232	102.942	-1,8%	-11,2%	0,9%
Dívida Ativa e Multas e Juros	14.808	216.706	30.754	203.187	-51,9%	6,7%	1,4%
Outros (3)	8.671	149.375	18.942	160.746	-54,2%	-7,1%	0,8%
Total da Arrecadação	1.024.339	10.846.076	965.979	9.567.646	6,0%	13,4%	100,0%
Fonte: Dados SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais							
Notas: (1) Apuração com base no INPC/IBGE.							
(2) FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.							
(3) Outros - auto de infração, LC 52/97, parcelamento, FUNDAP, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.							

Destaques do período de janeiro a novembro de 2024.

Na comparação da arrecadação acumulada até novembro de 2024 com o mesmo período do ano anterior, os aumentos reais ocorridos na Substituição Tributária fora e no DF (+R\$ 929,9 milhões), Regime Normal (+R\$ 176,4 milhões), Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 95,2 milhões) e Importação (+R\$ 87,8 milhões), sobrepujaram-se às perdas computadas em FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (-R\$ 11,4 milhões), Outros (-R\$ 11,4 milhões) e Antecipado (-R\$ 6,4 milhões).

ICMS por atividade econômica

No corte do total do ICMS pelos principais setores econômicos, os setores mais representativos em novembro de 2024 foram comércio atacadista (30,0%), comércio



varejista (16,2%), combustíveis (15,5%), indústria (11,4%), energia elétrica (10,5%), veículos (9,7%) e comunicação (4,9%).

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Item	Valores Reais em R\$ mil (1)				Variação real (em %)		Composição da arrecadação (Novembro / 2024)
	Novembro 2024	2024 (até Novembro)	Novembro 2023	2023 (até Novembro)	Novembro 2024 / Novembro 2023	2024 / 2023	
Combustíveis	144.265	1.558.324	149.808	1.471.937	-3,7%	5,9%	15,5%
Comércio Atacadista	278.969	2.780.802	243.479	2.476.925	14,6%	12,6%	30,0%
Comércio Varejista	150.781	1.771.134	144.455	1.560.845	4,4%	13,5%	16,2%
Comunicação	45.740	456.593	38.373	422.944	19,2%	8,0%	4,9%
Energia Elétrica	97.175	936.771	80.682	687.682	20,5%	36,2%	10,5%
Indústria	105.558	1.144.695	120.749	1.219.972	-12,6%	-6,2%	11,4%
Veículos	89.859	1.017.119	67.483	742.910	33,2%	36,9%	9,7%
Demais Atividades	17.435	166.641	15.626	158.897	11,6%	4,9%	1,9%
Total da Arrecadação	929.782	9.841.079	860.604	8.742.112	8,0%	12,6%	100,0%

Fonte: SITAF.
Nota: (1) Apuração com base no INPC/IBGE.

Destaques de janeiro a novembro de 2024

No confronto do acumulado de 2024 com igual período de 2023, os maiores acréscimos reais ocorreram nos segmentos do Comércio Atacadista (+R\$ 312,9 milhões), Veículos (+R\$ 274,2 milhões), Energia Elétrica (+R\$ 249,1 milhões) e Comércio Varejista (+R\$ 210,3 milhões). Continua registrando queda real o segmento Indústria (-R\$ 75,3 milhões).

ARRECADAÇÃO DO ISS

Assim como no ICMS, a receita do ISS por regime de tributação tem como fonte o sistema SIGEST, enquanto a arrecadação por atividade econômica é resultado do sistema SITAF, ambos da administração tributária. Com isso, o total da arrecadação adiante apresentado diverge daquele constante nos quadros iniciais deste relatório, cuja fonte foi o SIGGO, sistema da contabilidade pública.

ISS por regime de tributação

No mês de novembro de 2024, de acordo com as principais formas de recolhimento do ISS, as maiores participações no total da receita do imposto foram do regime normal de tributação (49,3%), seguido dos recolhimentos efetuados à título de retenção do imposto pelo setor privado - Retenção e Substituição Tributária (23,1%), do ISS Simples Nacional (12,0%), das retenções pelo setor público federal via SIGGO (8,5%), das retenções por órgãos públicos distritais via SIAFI (4,4%) e de Multas e Juros da Dívida Ativa (1,7%).

ISS: ARRECADAÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO

ITEM	Valores Reais em R\$ mil (1)				Variação real (em %)		Composição da arrecadação (Novembro / 2024)
	Novembro 2024	2024 (até Novembro)	Novembro 2023	2023 (até Novembro)	Novembro 2024 / Novembro 2023	2024 / 2023	
Normal	143.144	1.489.645	156.437	1.404.553	-8,5%	6,1%	49,3%
Retenção e ST	67.200	687.679	57.335	635.704	17,2%	8,2%	23,1%
Retenção via SIAFI	12.838	208.589	17.686	194.447	-27,4%	7,3%	4,4%
ISS - Simples Nacional	34.757	356.908	31.098	316.617	11,8%	12,7%	12,0%
Retenção via SIGGO	24.680	221.375	15.223	179.945	62,1%	23,0%	8,5%
Multas e Juros e Dívida Ativa	4.905	57.771	4.905	57.390	0,0%	0,7%	1,7%
Outros (2)	2.782	37.290	20.837	55.245	-86,6%	-32,5%	1,0%
Total da Arrecadação	290.306	3.059.257	303.520	2.843.902	-4,4%	7,6%	100,0%

Fonte: SIGEST.
Notas: (1) Apuração com base no INPC/IBGE.
(2) Outros - sociedade de profissionais, importação, autônomo, parcelamento e auto de infração.

Destaques de janeiro a novembro de 2024



Quanto ao comparativo da arrecadação acumulada nos onze meses de 2024 com período correlato em 2023, os maiores aumentos reais ocorreram no regime Normal (+R\$ 85,1 milhões), Retenção e Substituição Tributária (+R\$ 52,0 milhões), Retenção via SIGGO (+R\$ 41,4 milhões) e ISS Simples Nacional (+R\$ 40,3 milhões).

ISS por atividade econômica

Em novembro de 2024, a maior participação na arrecadação do imposto foi do segmento Instituições Financeiras e de Seguro (38,3%), Saúde e Veterinária (9,0%), seguido por Atividades de Informática (8,8%), Consultoria e Contabilidade (4,1%), Construção Civil (3,9%), Ensino (3,5%) e Atividades de Organizações e Associações (3,3%). Contudo, quando agrupados os diversos segmentos de representatividade inferior a 3,0%, a participação global do grupo alcança 30,2%, distribuídos entre 40 atividades

ISS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	Valores Reais em R\$ mil (1)				Variação real (em %)		Composição da arrecadação (Novembro / 2024)
	Novembro 2024	2024 (até Novembro)	Novembro 2023	2023 (até Novembro)	Novembro 2024 / Novembro 2023	2024 / 2023	
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGURO	98.592	1.044.585	109.146	1.022.573	-9,7%	2,1%	38,3%
SAÚDE E VETERINÁRIA	23.060	255.734	22.886	262.495	0,8%	-2,6%	9,0%
INFORMÁTICA	22.768	232.292	21.257	204.990	7,1%	13,3%	8,8%
CONSTRUÇÃO CIVIL	10.154	111.293	10.901	98.061	-6,9%	13,5%	3,9%
ENSINO	9.137	102.941	9.632	96.679	-5,1%	6,5%	3,5%
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES	8.420	80.381	6.593	67.985	27,7%	18,2%	3,3%
SERVIÇOS DE APOIO A EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS PREDIAIS	7.743	79.258	6.650	61.891	16,4%	28,1%	3,0%
DEMAIS ATIVIDADES	77.648	854.224	72.413	750.741	7,2%	13,8%	30,2%
Total da Arrecadação	257.516	2.760.508	259.478	2.565.413	-0,8%	7,6%	100,0%
Fonte: SITAF.							
Nota: (1) Apuração com base no INPC/IBGE.							

Destaques de janeiro a novembro de 2024

Quanto ao comparativo da arrecadação acumulada de 2024 com 2023, destacaram-se os acréscimos reais em Informática (+R\$ 27,3 milhões), Instituições Financeiras e de Seguro (+R\$ 21,8 milhões), Serviços de apoio a edifícios e condomínios (+R\$ 17,4 milhões), Construção Civil (+R\$ 13,2 milhões) e Demais Atividades (+R\$ 103,5 milhões).

Em relação ao grupo Demais Atividades, os maiores aumentos foram observados para Serviços de Apoio Administrativo (+R\$ 12,2 milhões), Transporte (+R\$ 11,6 milhões), Consultoria e Contabilidade (+R\$ 11,3 milhões), Manutenção e Assistência Técnica (+R\$ 10,6 milhões) e Diversões (+R\$ 9,9 milhões).

As quedas mais expressivas foram nos segmentos de Comunicação (-R\$ 14,8 milhões) e Atividades de Teletendimento (-R\$ 4,0 milhões).

16. ATIVIDADES DE CORREGEDORIA

As atividades de corregedoria visam a apurar e concluir os procedimentos disciplinares, sob a sua responsabilidade, dentro dos prazos previstos na LC 840/2011. É evidente que esse esforço dificilmente coincide com o calendário anual, objeto dos relatórios de gestão. Logo, ao final de cada ano, aquilo que está registrado como processos em apuração passa a ser registrado como estoque inicial no 1º dia do exercício seguinte.



No decorrer do ano de 2024, as atividades de corregedoria envolveram projetos de apuração de processos disciplinares e de tratamento das demandas disciplinares.

Apuração de Processos Disciplinares

- Objetiva a apuração de responsabilidade, no âmbito do Distrito Federal, para a aplicação das sanções previstas na LC 840/2011, e em outras normas aplicadas aos servidores e empregados públicos do complexo administrativo do GDF.
- No âmbito disciplinar especificamente, através das Leis Complementares nº 967, de 27/04/2020, e nº 989 de 13/10/2021, a dilatação dos prazos no período considerado impediu que processos administrativos disciplinares, instaurados antes da vigência da LC 967/2020, fossem alcançados pela prescrição intercorrente, ou seja, o prazo que o Estado tem para a conclusão de um procedimento disciplinar à partir de sua instauração formal.
- Embora, em tese, uma ação dessa natureza tenha repercussão por diversos anos, visto que esse tipo de sobrestamento pode ser determinado também pela via judicial, os resultados foram plenamente satisfatórios do ponto de vista das apurações em curso no período considerado.

Tratamento das Demandas Disciplinares

- Condução, através de procedimentos disciplinares (Processo Administrativo Disciplinar, Sindicância, Procedimento de Investigação Preliminar e Termo de Ajustamento de Conduta), das apurações objeto de representações e denúncias.
- Instauração dos processos com indícios mínimos de autoria e materialidade, dentro dos prazos legais, à luz dos princípios administrativos constitucionais, garantidos aos investigados/acusados/indiciados o contraditório e ampla defesa.
- Em Procedimentos de Investigação Preliminar, envolvendo denúncias anônimas e não havendo indícios de autoria e materialidade, é comum a conclusão do processo sem que o (a) servidor (a) tenham conhecimento de que foram objeto de denúncia e investigação.

No ano de 2024, foram realizados treinamentos para servidores lotados na Unidade de Corregedoria e na Assessoria de Tomada de Contas Especial da SEEC, através da Rede de Corregedorias da Controladoria Geral da União e do Grupo de Trabalho GT18/ICMS/COTEPE CONFAZ – Corregedores de Fazenda dos Estados e do DF.

O quadro a seguir reflete o fluxo de processos apurados no Exercício de 2024:

PROCESSOS	ESTOQUE (01/01/2024)	INSTAURAÇÕES	CONCLUSÕES	EM APURAÇÃO (31/12/2024)
PAD	-	1	-	1
PIP	4	18	15	7
TOTAL	4	19	15	8

DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

RECURSOS REGISTRADOS	2024
- Recurso Voluntário	92
- Reexame Necessário	117
- Recurso Extraordinário	72
- Reexame Necessário ao Pleno	16
- Recurso Contra a Decisão do Presidente	2
- Embargos de Declaração	52
- Recurso de Jurisdição Voluntária	132
- TOTAL	483



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

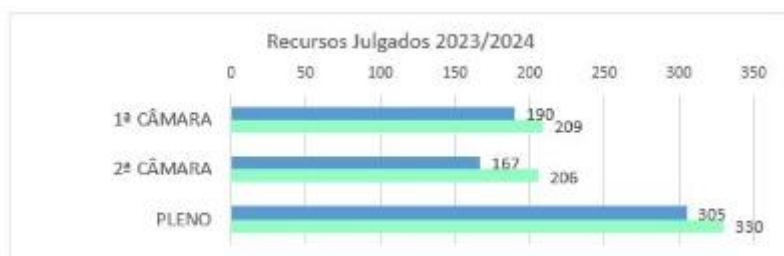


RECURSOS RECEBIDOS POR ESPÉCIE	2024
Recurso Voluntário	87
Reexame Necessário	115
Recurso Extraordinário	67
Reexame Necessário ao Pleno	16
Recurso Contra a Decisão do Presidente	2
Embargos de Declaração	52
Recurso de Jurisdição Voluntária	124
TOTAL	463





RECURSOS JULGADOS	2024
1ª CÂMARA	209
2ª CÂMARA	206
PLENO (ORDINÁRIA)	330
TOTAL	745



ACÓRDÃOS APROVADOS	2024
1ª CÂMARA	175
2ª CÂMARA	182
PLENO	329
TOTAL	686



SESSÕES REALIZADAS	2024
1ª CÂMARA	48
2ª CÂMARA	48
PLENO (ORDINÁRIA)	60
PLENO (ADMINISTRATIVA)	12
TOTAL	168

DA GESTÃO DA ESTRATÉGICA

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) destaca os avanços e ações desenvolvidas no período recente, com foco na modernização da gestão pública e na melhoria dos processos institucionais.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da SEEC/DF com a modernização da administração pública, a eficiência na gestão fiscal e a transparência na aplicação dos recursos. Destacamos a seguir os avanços alcançados e as próximas etapas previstas para a execução das políticas públicas sob responsabilidade da Secretaria:



1. Elaboração do Planejamento Estratégico Institucional – PEI da SEEC/DF – 2023/2026 e Monitoramento das Iniciativas Estratégicas:

No âmbito do Planejamento Estratégico Institucional da SEEC/DF foram monitoradas 100 iniciativas; dentre as quais 11 iniciativas pertencentes ao Planejamento Estratégico do Distrito Federal – PEDF.

PROJETOS PEDF
Implantação dos Sistemas Corporativos e Metodologia do Ciclo de Compras Governamental
Implementação do Programa de Fomento do Mercado Fornecedor Local, microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações do GDF
Implementação do Sistema de 3ª geração para Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do DF
Implantação do Novo Sistema de Gestão de Pessoas do Distrito Federal
Implantação do Programa de Bem-Estar, Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor - BESST
Implementação da versão 4.0 do SEI-GDF
Ampliação da Política de Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Servidores
Expansão e Modernização do CeTIC
Concessão de benefício fiscal de ICMS (podendo chegar a isenção) sobre querosene de aviação às companhias aéreas que atingirem metas relacionadas ao transporte de cargas estabelecidas pelo GDF
Reformulação do benefício fiscal de ICMS sobre querosene de aviação às companhias aéreas que atingirem metas relacionadas ao transporte de passageiros estabelecidas pelo GDF
Instituição do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS para a regularização e renegociação de dívidas não tributárias de pessoas físicas ou jurídicas com o GDF

2. Gestão dos Programas de Financiamento com recursos extra orçamentários contratados pelo Governo do Distrito Federal e administrados pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal:

Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM - 2ª Fase – 2ª Etapa (PNAFM III)

O Programa, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), oferece uma linha de crédito de longo prazo destinada à modernização da gestão administrativa, fiscal, financeira e patrimonial dos municípios brasileiros, promovendo a integração dos fiscos. No âmbito do Governo do Distrito Federal, o programa foi instituído pelo Decreto nº 42.842, de 21 de dezembro de 2021, cabendo ao Ministério da Economia a análise dos projetos e a autorização dos contratos de subempréstimos. Para coordenar e executar as ações, foi criada a Unidade de Execução Municipal do Distrito Federal (UEM/DF), vinculada ao SESPI/SGE/SEEC, com seus membros designados pela Portaria nº 27, de 20 de janeiro de 2022. O financiamento total do BID é de R\$ 49 milhões, com contrapartida do GDF no valor de R\$ 5.444.444,44, e conta com a Caixa Econômica Federal como agente financeiro. O programa tem vigência de 29 de dezembro de 2021 a 28 de dezembro de 2025.

OBJETIVO	VALOR R\$
Cadastro Multifinalitário Implantado e/ou Atualizado	6.900.273,71
Escritório de Projetos e UEM Implantados e/ou Modernizados	745.708,06
Parque Tecnológico Relacionado à Gestão Fiscal Modernizado	26.102.031,60
Plano de Capacitação Fiscal Implantado	474.237,30
Recadastramento Imobiliário Realizado	243.037,50
Sistemas de Arrecadação Implantados e/ou Modernizados	11.535.049,86
Sistemas Financeiros Implantados e/ou Modernizados	51.897,57
Imprevistos (a alocar)	8.392.208,84
TOTAL	54.444.444,44

No âmbito do Cadastro Multifinalitário Implantado e/ou Atualizado foram executados 84,63% dos recursos, estando em fase de contratação o último projeto.

No produto Escritório de Projetos e UEM Implantados e/ou Modernizados foram executados 84,97% dos recursos, faltando efetuar o pagamento da última parcela do contrato de um projeto.



No Parque Tecnológico Relacionado à Gestão Fiscal Modernizado, a execução é de 98,43%, estando em andamento apenas um contrato.

Os produtos Plano de Capacitação Fiscal Implantado, Recadastramento Imobiliário Realizado, Sistemas de Arrecadação Implantados e/ou Modernizados e Sistemas Financeiros Implantados e/ou Modernizados foram 100% executados.

O item denominado Imprevistos refere-se a um saldo de recursos que estavam retidos pela Caixa Econômica Federal, devido à variação cambial ocorrida no âmbito do Contrato de Subempréstimo, mas disponibilizados em dezembro/2024 para execução e alocação em novos produtos.

Assim, considerando o valor ainda não alocado, a execução do PNAFM está em 71,68%.

Programa de Apoio à Gestão Fiscal dos Municípios Brasileiros – PROFISCO II

O Programa de Apoio à Gestão Fiscal dos Municípios Brasileiros – PROFISCO II, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem como objetivo fortalecer a sustentabilidade fiscal dos estados brasileiros por meio da modernização da gestão fazendária, aprimoramento da administração tributária e melhoria da gestão do gasto público. Entre os produtos obrigatórios, destacam-se a simplificação das obrigações tributárias e a implementação de um sistema financeiro e contábil adaptado à NBCASP e integrado aos demais sistemas estruturantes do Estado. Para coordenar e executar as ações, foi instituída a Unidade de Coordenação do Programa do Distrito Federal (UCP/DF), vinculada ao SESPII/SGE/SEEC, por meio da Portaria nº 150, de 3 de maio de 2022. O financiamento total do BID é de US\$ 72,7 milhões, com contrapartida do GDF no valor de US\$ 7,3 milhões, tendo o Banco de Brasília (BRB) como agente financeiro.

Em 30 de dezembro de 2024, foi assinado o Contrato nº 8694/OC-BR entre o Governo do Distrito Federal e o BID, formalizando a execução do Projeto de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ/PROFISCO II. Para março de 2025, está prevista a Missão de Pré-Arranque do PROFISCO II, com representantes do BID, para revisão da Carteira de Projetos e das Notas Técnicas. Além disso, foi concluída a elaboração do Sistema de Execução e Gestão Financeira do programa, denominado Sistema GESTOR PROFISCO, cuja implementação está prevista para janeiro de 2025.

A carteira de projetos aprovada é a que se segue:

CARTEIRA DE PROJETOS

COMPONENTES/PRODUTOS
GESTÃO DO PROJETO
A1 – Monitoramento e Auditoria
A2 – Auditoria
CUSTOS DIRETOS
1. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL
1.1 Modelo Governança Institucional Implementado
1.2 Modelo de Gestão de Pessoas Implementado
1.3 Modelo de Gestão de TI Implementado
1.4 Modelo de Planejamento e Gestão de Compras e Contratos da SEEC Implementado
1.5 Modelo de Formação, Comunicação e Transparência com a Sociedade Implementado
2. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL
2.1 Modelo de Gestão de Política Tributária Implementado
2.2 Sistema de Simplificação Tributária Implementado
2.3 Modelo de Fiscalização Implementado
2.4 Sistema de Gestão do Contencioso Administrativo Implementado
2.5 Modelo de Gestão de Serviços ao Contribuinte Implementado
3. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO
3.1 Modelo de Planejamento e Execução Orçamentária Implementado
3.2 Sistema de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil Implementado
3.3 Modelo de Gestão de Custos e Gasto Público Implementado
3.4 Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas e Produção da Folha de Pagamento Implementado
3.5 Modelo de Eficiência Energética em Edificações Públicas da SEEC Implementado



Manual de Gestão de Riscos da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Foi elaborado o Manual de Gestão de Riscos da SEEC/DF e instituído por meio da publicação da Portaria nº 812, de 7 de outubro de 2024, que estabelece a Política de Gestão de Riscos da SEEC/DF.

Escritório de Processos

Com a criação do Escritório de Processos, deu-se início ao desenvolvimento do Modelo de Gestão Orientada por Processos com base em princípios de eficiência, eficácia e transparência, orientando-se por boas práticas de Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM). Sua elaboração envolveu a integração de diretrizes estratégicas institucionais com fundamentos técnicos extraídos de marcos normativos referenciais reconhecidos como o Gerenciamento de Processos de Negócios – Corpo Comum de Conhecimento (BPM CBOK) e o Conjunto de conhecimentos sobre a Gestão de Projetos (PMBOK).

Essa estratégia estabelece uma estrutura sólida para a gestão de processos na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, promovendo a padronização, a melhoria contínua e a entrega de valor público. Além disso, reforça a importância do alinhamento estratégico e da colaboração entre as áreas, criando condições para a inovação e a automação de processos e contribuindo para a construção de uma cultura organizacional orientada a resultados.

DA GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

A SEEC é responsável por planejar e coordenar a elaboração do Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal e apoiar a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais, além de monitorar a execução das iniciativas estratégicas inseridas no Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF 2019-2060).

Adicionalmente, a SEEC atua na coordenação e gerência da Plataforma Eletrônica Parcerias GDF MROSC, ferramenta responsável pelo processamento das Parcerias GDF MROSC, e no desenvolvimento e manutenção do Sistema Gestão-DF, ferramenta responsável pelo monitoramento dos planos estratégicos governamental e institucional de órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

Nesse contexto, em 2024, destacaram-se as seguintes ações sob a responsabilidade da Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos:

Elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais das Administrações Regionais (PEI)

O Decreto nº 39.736 de 28 de março de 2019 é a norma que dispõe sobre a política de Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal. A Governança Pública é definida como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle voltados para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução e geração de resultados nas políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

O modelo proposto, com fundamento no Decreto nº 39.736/2019, considera o Planejamento Estratégico nos órgãos do GDF como um dos mecanismos de governança e compliance. Após a elaboração dos 40 planos estratégicos institucionais dos órgãos e entidades do Distrito Federal em 2023, a SEEC promoveu, durante o ano de 2024, a continuidade da política, com o fornecimento de aporte metodológico para a confecção dos PEIs da Fundação Jardim Zoológico (FJZB) e das Administrações Regionais.

Nesse contexto, foi realizado o Curso de Elaboração de Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para as Administrações Regionais, no período de 18/06/2024 a 02/08/2024, dividido em 3 turmas. Adicionalmente, foram realizadas visitas técnicas a todas as RAs (19/08/24 a 11/09/2024) e, ao final, foram produzidos 35 planos estratégicos institucionais das administrações regionais.



Diagnóstico inicial das Administrações Regionais (PEI)

Após a conclusão dos trabalhos de capacitação para a elaboração dos PEIs e das visitas técnicas às administrações regionais, foi elaborado relatório consolidando as informações obtidas.

Trata-se de um documento que identifica as principais necessidades e dificuldades enfrentadas pelos administradores na gestão local. O documento consolida um esforço preliminar para a avaliação de possíveis medidas a serem tomadas pela alta gestão, a fim de melhorar a atuação governamental no território.

Catálogo dos Planos Estratégicos Institucionais

Ainda no esteio das ações de desdobramento da estratégia de governo, elaborado o Catálogo dos Planos Estratégicos Institucionais dos Órgãos e Entidades do Distrito Federal, divulgado por meio do Ofício nº 8311/2024 - SEEC/GAB documento SEI nº (155986084).

Trata-se de um produto inovador, que consolida os planejamentos estratégicos dos órgãos e entidades do Distrito Federal, com o objetivo de melhorar a comunicação institucional, promovendo a centralidade de informações, facilitando o exercício do controle interno e externo sobre as ações governamentais.

Elaboração do Primeiro Relatório Local Voluntário do Distrito Federal (RLV)

Outro produto pioneiro elaborado pela SEEC, o Relatório Local Voluntário do Distrito Federal consolida as principais ações que traduzem o compromisso do Governo do Distrito Federal em promover um desenvolvimento sustentável, que beneficie não só a população do Distrito Federal como toda a humanidade.

Para elaborar o RLV, foram analisadas as iniciativas do PEDF 2019-2060 que melhor se alinhavam às metas dos ODS mencionadas no documento. Além dessa fonte primária de pesquisa, foram utilizados relatórios técnicos, artigos e estudos produzidos por órgãos e entidades do Governo Federal, bem como de institutos estatísticos nacionais e internacionais. A versão final do relatório encontra-se disponível no link: Relatório Local Voluntário.

Site do RLV

O site do RLV encontra-se disponível em: <https://www.ods.df.gov.br/> e foi criado com o objetivo de dar publicidade e transparência ao progresso do Distrito Federal em relação à implementação da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Plataforma MROSC

A Plataforma Eletrônica Parcerias GDF MROSC, entrou em operação no dia 30 de janeiro de 2024 e encontra-se disponível no endereço: <https://parcerias.df.gov.br/>.

A disponibilização do sistema atendeu ao estabelecido no artigo 65 da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e nos artigos 83 e 86 do Decreto nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, além de ter sido parametrizada de acordo com as legislações acima citadas e nos modelos constantes no Manual do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Manual MROSC/DF), publicado pelo Decreto nº 39.600, de 28 de dezembro de 2018.

O impacto orçamentário direto com a contratação de empresa referente à implantação da Plataforma MROSC, no exercício de 2024, totalizou o valor de R\$ 489.760,18 (quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta reais e dezoito centavos), montante custeado pelo Programa de Trabalho 04.126.6203.2557.0007 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação – Secretaria de Fazenda.

A Plataforma Parcerias permite a adoção de procedimentos uniformes e traz, como benefícios, mais qualidade nos trabalhos, colaboração e redução de tempo e custos, além de alto desempenho em todas as fases. No entanto, também promove uma mudança significativa na forma como os órgãos do GDF processam suas parcerias, que, desde a edição do Decreto Distrital nº 37.843/2016, têm sido executadas em processos SEI. Até 31 de dezembro, 24 (vinte e quatro) órgãos solicitaram adesão à Plataforma Parcerias.

Remodelagem do Sistema Gestão-DF



Para atender à modernização administrativa e às diretrizes da Política de Governança do Distrito Federal, está em andamento a remodelagem do Sistema Gestão-DF. Trata-se de uma nova versão do Sistema Gestão-DF, com início da operação previsto para 2025.

Em 2024 foram realizadas 6 sprints do projeto, com o desenvolvimento de diversas funcionalidades, como a criação de perfis de acesso, acesso via Portal de Serviços, criação do campo Governo e Campo Perspectivas com arquitetura de menus e possibilidade de visualização dos logs do sistema, desenvolvimento de abas para o reporte de projetos e Desenvolvimento da aba EAP, com a possibilidade de reporte na EAP, desenvolvimento da aba SEGOV e Situação Obra, entre outras.

Caderno de Emendas Distritais

A SEEC atuou na análise técnica de viabilidade das propostas de emendas cadastradas no Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares (SisCAEP), que consolida e organiza as informações das emendas parlamentares distritais.

A atuação da Secretaria é desenvolvida em caráter auxiliar aos órgãos e entidades do Distrito Federal, na análise de viabilidade de execução das propostas, sob a perspectiva das diretrizes legais de aplicação dos recursos oriundos de emendas.

Diagramação do Caderno de Emendas Federais

A SEEC também realizou a diagramação do Caderno de Sugestões de Emendas Federais, instrumento que apresenta sugestões aos representantes de mandato do Congresso Nacional dos objetos de políticas públicas de anseio da população do Distrito Federal. A versão 2025 do Caderno encontra-se disponível em: <https://www.economia.df.gov.br/caderno-de-emendas-federal>.

Caderno de Responsabilidade Ativa (CadRes)

O Caderno de Responsabilidade Ativa é o conjunto de dados e indicadores que permitem a aferição do cumprimento de resultados e o desempenho de programas, projetos, planos e o acompanhamento da aplicação do orçamento, servindo de fundamento para avaliação dos resultados da gestão, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Em 2024, a coordenação das atualizações dos dados no Sistema do CadRes, foram realizadas trimestralmente.

Ressaltamos que apenas a partir do exercício de 2024 esta Secretaria foi responsável pela execução direta e específica de ação prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), com a contratação de empresa para implantação da Plataforma MROSC, cujo valor despendido foi informado no item 4, que trata da respectiva ação.

DA GOVERNANÇA, ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

DA IMPLEMENTAÇÃO DOS MECANISMOS E ATIVIDADES DA GOVERNANÇA PÚBLICA NO ÂMBITO DA SEEC

Foi prestada assessoria e apoio técnico a realização das reuniões do Comitê Interno de Governança ao longo do ano de 2024. Foram realizadas oito reuniões ao longo do ano com a presença de todos os membros do Comitê. Além da preparação e disponibilização de infraestrutura física e material, foram produzidas as atas contendo as deliberações e encaminhamentos do CIG.

Além das atividades de assessoria ao CIG, ocorreu atualização dos normativos referentes ao CIG (Portaria Nº 118, de 29/02/2024) e à implementação da gestão de riscos na Secretaria, elaborando conjuntamente com as unidades envolvidas a Política e o Manual de Gestão de Riscos da SEEC (Portaria Nº 812, de 07/10/2024).

MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL

Após anulação da Concorrência nº 01/2008-CODEPLAN e do Contrato dela decorrente, de Parceria Público-Privada (modalidade Concessão Administrativa) para construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal opinou pela manutenção das edificações do CADF, limitando-se apenas às manutenções e obras “necessárias” para deter o avanço das deteriorações das edificações.



Deparando-se com a ausência de equipe especializada para elaborar as documentações para a realização dos procedimentos licitatórios para contratação de empresas especializadas visando a manutenção do complexo, foi proposto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP a realização de um convênio para execução de obras diretas no complexo e para elaboração de projetos e contratação de empresa especializada em serviços de vistoria predial.

Sob tal contexto, a NOVACAP, no primeiro semestre do ano de 2024, realizou os trabalhos que resultaram no Laudo de Vistoria (Doc SEI nº 153474062), que avaliou manifestações patológicas na edificação que poderiam comprometer sua vida útil, sugerindo a formalização de um Acordo de Cooperação Técnica, já em tratativas no processo SEI nº 04033-00023886/2023-56, com o objetivo de viabilizar a preparação do material técnico necessário à contratação de uma empresa especializada para realizar a avaliação total do complexo.

Adicionalmente, foi iniciado processo de transferência do patrimônio do terreno do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), atualmente sob a guarda da Secretaria de Estado de Obras, para a Secretaria de Estado de Economia. Tal transferência é essencial para a viabilização do Acordo de Cooperação Técnica anteriormente citado.

DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Entrega	Programa De Trabalho
Aquisição de microcomputadores, monitores, Kits de videoconferência e notebooks. Esta contratação teve o objetivo de renovar e expandir o ambiente computacional da Secretaria (aquisição de 2.913 novos equipamentos) de modo a garantir a continuidade para de serviços administrativos essenciais prestados pela SEEC ao GDF, bem como à população distrital.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Contratação de serviço de conectividade IP dedicado à Internet, com proteção contra ataques de negação de serviços do tipo DoS (Denial of Service)/DDoS (Distributed Denial of Service). Esta contratação teve o objetivo de melhorar o desempenho da operação e funcionamento dos serviços eletrônicos do GDF, garantindo alta disponibilidade dos serviços públicos essenciais, dos serviços de acesso à internet e publicação em sites e sistemas governamentais.	5126/0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET-DISTRITO FEDERAL
Contratação de empresa especializada na implantação da plataforma Liferay Community Edion 7.3 ou superior. Esta contratação teve o objetivo de disponibilizar uma plataforma de gestão de conteúdos de portais centralizada, com redução de riscos e vulnerabilidades, capaz de dar publicidade às informações oficiais e modernização dos serviços digitais do GDF com segurança.	1471 / 0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Renovação de garantia para os Balanceadores de Carga do fabricante A10 modelo 3350S, software de gerenciamento centralizado, subscrição de licença WAF e cluster de ADC para ampliação tecnológica. Esta contratação teve o objetivo de integrar os serviços disponibilizados pelos três datacenters sustentados pela SEEC, garantindo alta disponibilidade, escalabilidade, segurança avançada, otimização de desempenho, controle de tráfego, monitoramento de análise e integração com serviços de nuvem, juntamente com compatibilidade e integração com diversos protocolos necessários aos serviços críticos ali hospedados.	2557/0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL
Aquisição de novos computadores/servidores 64bits (x86). Esta contratação teve o objetivo de expandir e modernizar a infraestrutura tecnológica que sustenta as máquinas virtuais e físicas referentes aos sistemas mantidos pela SEEC, com vistas a atender as crescentes demandas de processamento de dados decorrentes dos serviços administrativos e públicos prestados pela Secretaria.	1471 / 0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL

1. Principais Realizações – Ações Não Orçamentárias

Entrega	Quem Utiliza



Entrega do sistema e-ContratosDF versão 2.0; Implementação de melhorias no sistema de Cadastro de Pessoa com Deficiência (CADPCD); Implementação de melhorias no sistema Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos (SFCC); Painel sobre o Observatório de Violência contra a Mulher e Feminicídio (OBSERV-DF) https://www.observatoriodamulher.df.gov.br/ ; Painel de Comparativo de Impostos; Painel de Apuração Da Receita Corrente Líquida – RCL; Painel SEFIN – Monitor Fiscal.	Cidadãos e Secretaria
Integração de 112 novas Unidades de Secretarias de Estado à rede GDFNET, que atualmente conta com mais de 1900 pontos de entrega de sinais digitais, passando a atender 610 unidades conectadas por fibra ótica própria (mais de 1.400 km de fibra ótica em todo o DF) e 1.290 unidades conectadas via circuitos MPLS, possibilitando o acesso à internet e aos sistemas do GDF com qualidade em escolas, hospitais, delegacias, unidades Militares, Educacionais, Administrativas, de Segurança Pública, de Saúde entre outras.	GDF
Reformulação do Layout do Portal Cidadão Reformulação do Layout do App eGDF Matrícula Digital na Creche (Portal Cidadão e eGDF) API vacinação (Notificação para população referente a vacinação)	GDF e cidadãos
Manutenções e evoluções em diversos sistemas de interesse da população, da Secretaria e do GDF, tais como site do NOTA LEGAL, SIGRH, SIGGO, E-SOCIAL, PPAWEB, SISCONEP, SIAPMED, SIGER, E-COMPRAS, AGENDA-DF, EGOV, SISPE, RECAD, SPP, PROAMIS, E-SUPRI ETC	GDF e cidadãos

2. Não Realizações E Prioridades Para O Próximo Exercício

Entrega	Situação	Programa de Trabalho
Novo Datacenter - Contratação de uma infraestrutura de Datacenter a ser utilizada como Centro de Dados primário do GDF	NÃO ENTREGUE/PRIORITÁRIO 2025	2557/0007
Solução de Backup - Solução de Proteção de Dados e Appliance de Backup, para salvaguardar a integridade das principais Bases de dados governamentais	NÃO ENTREGUE/PRIORITÁRIO 2025	2557/0007
Solução de monitoramento de estações de trabalho e servidores (endpoints) com gerenciamento centralizado, para governança, conformidade e inspeção em segurança cibernética e segurança de dados vulneráveis, identificação de ameaças cibernéticas, análise de comportamento de usuário, e evidênciação de vazamento de dados.	NÃO ENTREGUE/PRIORITÁRIO 2025	2557/0007
Contratação de nova Fábrica de Desenvolvimento de Software para atender à crescente demanda de desenvolvimento de sistemas governamentais advindos da SEPLAD, SEFAZ e das mais diversas Secretarias do GDF	NÃO ENTREGUE/PRIORITÁRIO 2025	1471/0012
Contratação de solução tecnológica para inspeção e segurança de credenciais em rede e aplicações web	PRIORITÁRIO 2025	2557/0007
Subscrições de licenças de uso do software Microsoft Office 365 Enterprise	PRIORITÁRIO 2025	2557/0007
Wi-fi corporativo	PRIORITÁRIO 2025	5126/0001
Contratação de links de internet utilizando tecnologia Multiprotocol Label Switching (MPLS)	PRIORITÁRIO 2025	5126/0001
Contratação de serviços especializados de suporte técnico e infraestrutura (N1, N2 e N3)	PRIORITÁRIO 2025	2557/0007

3. NÃO REALIZAÇÕES INDICADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024 - JUSTIFICATIVA

Novo Datacenter – Projeto sofreu atrasos em razão de longa indefinição a respeito do local mais adequado e tecnicamente viável para a instalação da infraestrutura tecnológica que comporá o novo Datacenter primário do GDF. Definido o local, o projeto segue como prioritário para 2025;

Solução de Backup – Projeto precisou passar por diversas reavaliações e ajustes técnicos recomendados pelo TCDF para ser concluído, razão pela qual não houve tempo de finalização da contratação em 2024. Entretanto, a licitação foi marcada para o dia 07/01/2025 (Pregão Eletrônico nº 028/2021). Previsão de assinatura de contrato ainda no início de 2025;

Solução de monitoramento de estações de trabalho e servidores (endpoints) e Contratação de nova Fábrica de Desenvolvimento de Software – Complexidade técnica e logística dos projetos, além de constantes reavaliações sobre suas abrangências, comprometeram a celeridade dos mesmos, porém eles permanecem como prioritários para 2025, tendo em vista



seus potenciais impactos e benefícios aos serviços administrativos do GDF e aos serviços públicos oferecidos à população distrital.

DAS ATIVIDADES JURÍDICO LEGISLATIVO

No que se refere aos Quadros de Estatísticas extraídos do sistema SEI, no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, foi registada uma estatística de 3.088 processos tramitados referentes a organização e atualização da fiscalização e da legislação à análise de matérias fazendárias, patrimoniais e previdenciárias, com o objetivo de garantir a adequação e a conformidade das atividades envolvidas no âmbito da Secretaria. Inclui, ainda, a elaboração de notas jurídicas e/ou despachos técnicos em processos administrativos fiscais, os quais têm a finalidade de subsidiar as decisões do Secretário de Estado ou de embasar os encaminhamentos realizados pelo Gabinete da Secretaria, garantindo suporte jurídico atualizado e alinhado às normativas vigentes. A saber:

Processos com tramitação no período	
Tipo	Quantidade
Ação Judicial: Cumprimento	137
Aprovação de Projeto	2
Aquisição: Ata de Registro de Preços	2
Aquisição: Consultoria Especializada	1
Aquisição: Equipamentos e Serviços de TI	27
Aquisição: Manutenção de Elevadores	1
Aquisição: Manutenção Geral	2
Aquisição: Materiais	9
Aquisição: Material de Consumo	8
Aquisição: Material Médico Hospitalar	1
Aquisição: Material Permanente	10
Aquisição: Serviço	43
Aquisição: Serviço de Construção, Obra, Reforma	2
Aquisição: Serviço Gráfico	1
Arrecadação: Cobrança	2
Arrecadação: Encaminhamento Dívida Ativa	1
Arrecadação: Normatização Interna	2
Arrecadação: Notificação/Comunicado	1
Arrecadação: Receita	10
Arrecadação: Regularização de Indébitos	1
Arrecadação: Restituição/Compensação	1
BRB - Gestão Administrativa - Credenciamento	1
BRB - Gestão Administrativa - Participação Acionária	2
Captação de Recursos: Cadastro de Usuário - Transferegov Discricionárias e Legais	1
Captação de Recursos: Convênio/Contrato (Declarações)	3
Captação de Recursos: Financiamento	9
Captação de Recursos: Planos, Programas e Projetos de Trabalho	2
CBMDF - Serviço Administrativo Diário	3
CEB - Fornecimento de Energia / Iluminação Pública	1
CGDF - Acesso à Informação - Recurso 3ª Instância	2
CGDF - Controle Social: Planos, Programas e Projetos de Trabalho	1
CGDF - Gestão de Riscos: Serviço Consultivo	1
CGDF - Transparência: Instrumentos de Fomento	1
Comunicação Social: Campanhas de Utilidade Pública - Publicidade	4
Comunicação Social: Campanhas Institucionais. Publicidade	1
Comunicação Social: Publicidade Legal	1
Comunicação Social: Transparência Ativa	1
Contabilidade: Normatização Interna	1
Controle Interno: Ação de Controle	4
Correição - Acompanhamento	1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Emissão de Parecer Jurídico	12
Emissão de Parecer Técnico	8
Finanças: Auditoria	1
Finanças: Execução Financeira	3
Finanças: Normatização Interna	2
Finanças: Reconhecimento Dívida	1
Finanças: Suprimento de Fundos	2
Finanças: Tomada de Contas Especial	1
Finanças: Tomada de Contas Especial / Prestação de Contas	1
Finanças: Tributos	6
Formalização de Acordos Institucionais (Convênios, Cooperação Técnica, outros)	21
Gestão Administrativa: Ação Ordinária	4
Gestão Administrativa: Acompanhamento e Avaliação de Atividade	6
Gestão Administrativa: Boletim Geral	3
Gestão Administrativa: Comunicação Interna	37
Gestão Administrativa: Consultas de Informações de Órgãos Jurídicos	127
Gestão Administrativa: Consultas de Informações dos Órgãos de Controle	97
Gestão Administrativa: Consultas de Informações pelo Poder Legislativo	73
Gestão Administrativa: Consultas de Informações por Órgãos de Polícia	1
Gestão Administrativa: Contratação de Empresas ou Pessoas	63
Gestão Administrativa: Cooperação Técnica	2
Gestão Administrativa: Cumprimento Decisão	13
Gestão Administrativa: Delegação de Competência	1
Gestão Administrativa: Estrutura Organizacional	7
Gestão Administrativa: Eventos (Congresso, Seminários, Convenções, Feiras, Exposições, outros)	87
Gestão Administrativa: Formalização de Parceria Público-Privada	1
Gestão Administrativa: Gerenciamento da Rotina	4
Gestão Administrativa: Grupo de Trabalho, Comissão, Comitê, Colegiado e Conselhos	27
Gestão Administrativa: Inovação da Gestão Pública	1
Gestão Administrativa: Mandado de Segurança	19
Gestão Administrativa: Orientações e Diretrizes	177
Gestão Administrativa: Pedido de Informação Interna	26
Gestão Administrativa: Plano de Suprimentos - PLS	31
Gestão Administrativa: Planos, Programas e Projetos de Trabalho	19
Gestão Administrativa: Proposição de Decreto	149
Gestão Administrativa: Proposição de Ordem de Serviço	2
Gestão Administrativa: Proposição de Portaria	121
Gestão Administrativa: Proposição de Projeto de Lei	97
Gestão Administrativa: Proposição Instrução Normativa	3
Gestão Administrativa: Publicação no DODF	7
Gestão Administrativa: Regimento Interno	6
Gestão Administrativa: Solicitação de Manutenção e Serviço	4
Gestão Administrativa: Teletrabalho - Relatório de Atividades da Unidade	1
Gestão Administrativa: Transformação de Processos	2
Gestão da Frota: Guarda e Recolhimento de Veículos	1
Gestão da Frota: Sinistro	1
Gestão da Informação: Credenciamento de Segurança para Tratamento de Informação Sigilosa	1
Gestão de Contrato: Apuração de Irregularidade Contratual	1
Gestão de Contrato: Consultoria Especializada	1
Gestão de Contrato: Controle Interno	1
Gestão de Contrato: Equipamentos e Serviços de TI	3
Gestão de Contrato: Estágio	1
Gestão de Contrato: Fiscalização	2
Gestão de Contrato: Formalização da Demanda / Indicação de Executor Local	1
Gestão de Contrato: Manutenção Predial	1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Gestão de Contrato: Pagamentos	4
Gestão de Contrato: Repactuação	1
Gestão de Contrato: TáxiGov	1
Gestão de Documentos: Normatização	1
Gestão de Documentos: Orientação Técnica	3
Gestão de Documentos: Protocolo e Arquivo	70
Gestão de Documentos: Requerimento de Documentos e Processos	20
Gestão de Sistemas: Demanda de Sistema Informatizado	4
Gestão de Sistemas: e-Compras / SIGMa.net	2
Gestão de Sistemas: Implantação	4
Gestão de Sistemas: Informação Procedimento	15
Gestão de TIC: Acesso à Rede de Computadores	1
Gestão de TIC: Demandas de TIC	1
Gestão de TIC: Planos, Programas e Projetos de Trabalho	2
Gestão de TIC: Serviços de Data Center	1
Gestão de TIC: Serviços de Rede Corporativa	2
IBRAM - Auto de Infração Ambiental	1
IBRAM - Consulta de Informações Ambientais	1
IBRAM - Consulta de Informações Ambientais	1
INASDF - Convênio de Adesão GDF Saúde	1
Infraestrutura: Manutenção Ar Condicionado	1
Material: Alienação de Material Permanente	2
Material: Doação, Cessão ou Permuta de Material de Consumo	1
Material: Doação, Permuta de Material Permanente	17
Material: Empréstimo, Cessão de Material Permanente	1
Material: Gestão de Materiais	1
Material: Incorporação Bem Patrimonial	1
NOVACAP - Edificações: Licitação de Serviços e Obras de Engenharia	1
Orçamento: Créditos Adicionais	23
Orçamento: Liberação Recurso	1
Orçamento: Programação Orçamentária	4
Orçamento: Projeções e Análises	1
Orçamento: Proposta Orçamentária	24
Organização e Funcionamento: Proposta de Decreto	2
Organização e Funcionamento: Proposta de Lei	2
Ouvidoria: Demanda de Informação - Lei de Acesso à Informação nº 4.990/2012	16
Ouvidoria: Manifestação - Denúncia	1
Ouvidoria: Manifestação - Reclamação, Sugestão, Solicitação e Elogio	3
Patrimônio: Concessão de Uso de Imóvel	6
Patrimônio: Gestão de Bens Imóveis	1
Patrimônio: Gestão e Controle de Bens Imóveis	9
Patrimônio: Gestão e Controle de Bens Móveis	5
Patrimônio: Inventário	1
Patrimônio: Locação de Imóvel	3
Patrimônio: Ocupação de Imóvel Funcional	3
Patrimônio: Transferência de Guarda e Responsabilidade	3
PCDF - Controle de Gestão Administrativa	1
Pessoal Militar: Férias	1
Pessoal Militar: Promoção de Oficial	3
Pessoal: Abono de Permanência	2
Pessoal: Abono de Ponto	6
Pessoal: Ação/Decisão Judicial	7
Pessoal: Acumulação de Cargos	1
Pessoal: Afastamento Para Estudo, Congressos, Seminários ou Reuniões Similares	2
Pessoal: Alteração de Carga Horária	12



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Pessoal: Aposentadoria - Revisão	1
Pessoal: Apresentação de Servidor	1
Pessoal: Atualização Cadastral	2
Pessoal: Auxílio Alimentação/Refeição	1
Pessoal: Auxílio-Transporte	3
Pessoal: Avaliação de Desempenho	2
Pessoal: Cessão de Servidor	7
Pessoal: Concurso Público	19
Pessoal: Consignações	13
Pessoal: Contagem de Tempo de Serviço/Contribuição	1
Pessoal: Contratação Temporária	3
Pessoal: Contribuição para Previdência Complementar	1
Pessoal: Controle de Frequência	10
Pessoal: Conversão de Licença-Prêmio em Pecúnia	1
Pessoal: Curso Promovido pela Própria Instituição	22
Pessoal: Disposição de Servidor	1
Pessoal: Exoneração de Cargo em Comissão	7
Pessoal: Exoneração/Vacância de Cargo Efetivo	5
Pessoal: Férias	12
Pessoal: Folha de Pagamento	7
Pessoal: Folha de Pagamento Suplementar	1
Pessoal: Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho	6
Pessoal: Gratificação de Titulação	1
Pessoal: Gratificação de Titulação e Adicional de Qualificação	1
Pessoal: Gratificação por Lotação	1
Pessoal: Identificação Funcional	1
Pessoal: Imposto de Renda Retido na Fonte	1
Pessoal: Incentivos Funcionais (Prêmios, Medalhas, Diplomas, Elogios)	1
Pessoal: Indenização de Transporte	1
Pessoal: Jornada de Trabalho	6
Pessoal: Licença para Tratamento da Própria Saúde	2
Pessoal: Licença para Tratar de Interesses Particulares	1
Pessoal: Licença Paternidade	1
Pessoal: Licença Prêmio por Assiduidade	2
Pessoal: Mudança de Lotação	1
Pessoal: Negociação Sindical e Acordo Coletivo	5
Pessoal: Normatização Interna	1
Pessoal: Orientações e Diretrizes Gerais	4
Pessoal: Pagamento de Remuneração	4
Pessoal: Pagamento Exercício Anterior	1
Pessoal: Pensão Alimentícia	2
Pessoal: Processo Administrativo Disciplinar	1
Pessoal: Progressão e Promoção	3
Pessoal: Provimento por Nomeação para Cargo Efetivo	33
Pessoal: Provimento por Nomeação para Cargo em Comissão	12
Pessoal: Reestruturação de Carreiras	3
Pessoal: Regularização Funcional por Falecimento	1
Pessoal: Requisição de Servidor	8
Pessoal: Ressarcimento Salário	1
Pessoal: Substituição de Cargo	6
Pessoal: Viagem a Serviço (Diárias, Passagens e Relatório)	5
PGDF - Consulta de Débitos e/ou Emissão de Certidão de Débitos	1
PGDF - Emissão de Parecer Jurídico	1
PGDF - Pagamento de Requisição de Pequeno Valor - RPV	2
PGDF - Pedido de Informações para Atuação em Juízo	674



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Planejamento Governamental: Acompanhamento Físico-Financeira das Ações Governamentais (SAG)	1
Planejamento Governamental: Avaliação do Plano Plurianual - PPA	1
Planejamento Governamental: Revisão do Plano Plurianual - PPA	3
Processo Recebido Externamente (a classificar)	135
SEE - Apoio Educacional - Gestão dos Serviços de Transporte Escolar	1
SEE - Gestão Educacional - Orientação/Informação	1
SEEC - Convênio / Contrato de Repasse (Declarações)	1
SEEC - Convênio ICMS (Homologação)	35
SEEC - Gestão Tributária - Auto de Infração	1
SEEC - Gestão Tributária - Confaz - Conselho Fazendário	9
SEEC - Gestão Tributária - Cumprimento de Ação Judicial	2
SEEC - Gestão Tributária - Elaboração Pauta de Preços - Inclusão/Exclusão de Produtos	1
SEEC - Gestão Tributária - Pedido de Providencia Administrativa	13
SEEC - Gestão Tributária - Procedimento de Cobrança	1
SEEC - Gestão Tributária - Programa de Desenvolvimento-Concessão Incentivo Fiscal	6
SEEC - Planejamento Governamental: Cronograma de Atividades	1
SEEC - Recurso Extraordinário	1
SEFAZ - Gestão Tributária - ABRASF	1
SEFAZ - Gestão Tributária - Confaz - Conselho Fazendário	8
SEFAZ - Gestão Tributária - Consulta Tributária Interna	1
SEFAZ - Gestão Tributária - Emissão Nota Técnica	1
SEFAZ - Gestão Tributária - Exclusão de Contribuinte de Regime Especial Tributário	2
SEFAZ - Gestão Tributária - Pedido de Providencia Administrativa	9
SEFAZ - Gestão Tributária - Programa de Desenvolvimento-Concessão Incentivo Fiscal	4
SEFAZ - Gestão Tributária - Reconhecimento de Benefício Fiscal - Outros	1
SEFP - Fundo de Modernização e Reparelhamento da Administração Fazendária - FUNDAF	1
SEFP - Gestão Tributária - Auto de Infração - Providência Complementar	1
SEFP - Gestão Tributária - Compensação de Dívida com Fazenda Pública/Precatórios	1
SEFP - Gestão Tributária - Confaz - Conselho Fazendário	1
SEFP - Gestão Tributária - Consulta Tributária Interna	4
SEFP - Gestão Tributária - Cumprimento de Ação Judicial	1
SEFP - Gestão Tributária - Elaboração Pauta de Preços - Inclusão/Exclusão de Produtos	3
SEFP - Gestão Tributária - Emissão Nota Técnica	2
SEFP - Gestão Tributária - Exclusão de Contribuinte de Regime Especial Tributário	1
SEFP - Gestão Tributária - Pedido de Providencia Administrativa	5
SEFP - Gestão Tributária - Programa de Desenvolvimento-Concessão Incentivo Fiscal	1
SEFP - Gestão Tributária - Reconhecimento de Benefício Fiscal - Outros	2
Segurança Institucional: Automação de Controle Predial	1
Segurança Institucional: Controle Acesso/Garagem	1
SEMOB - Solicitações Referentes a Mobilidade	3
SSP - Operações Integradas	1
Subsaúde - Licença por Doença em Pessoa da Família	1
TERRACAP - Avaliação e Vistoria de Imóveis	1
TERRACAP - Formalização da Venda de Imóvel por Licitação	2
TERRACAP - Projeto Urbanístico	1
TERRACAP - Regularização Fundiária: Imóveis Urbanos	1
TOTAL	3.088

Destaca-se os projetos de lei de relevância que tramitaram nesta Pasta:

Nº	Nº PROJETO	EMENTA
1	PL nº 7.418/2024	Projeto de Lei nº 847/2024, que abre crédito adicional ao Orçamento Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 67.000.000,00.
2	PL nº 7.493/2024	Projeto de Lei Nº 983, de 2024, que altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Nº	Nº PROJETO	EMENTA
3	PL nº 1.033/2024	Alterar a Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023, que "Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2024" (LOA/2024) - Alterar os Anexos "IV - Detalhamento dos Créditos Orçamentários dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social" e "VIII - Detalhamento dos Créditos Orçamentários do Orçamento de Investimento".
4	PL nº 1.108/2024	PL que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 -PLDO/2025.
5	PL nº 1.294/2024	Projeto de Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2025 (PLOA/2025).
6	PL nº 1.318/2024	Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023.
7	PL nº 1.464/2024	Alterar a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências" (LDO/2024).
8	PL nº 891/2024	Abre crédito especial ao Orçamento Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais),
9	PL nº 7.479/2024	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 185.581.727,00.
10	PL nº 998/2024	Crédito suplementar ao Orçamento Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 6.177.358,00 (seis milhões, cento e setenta e sete mil trezentos e cinquenta e oito reais)
11	PL nº 989/2024	Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 206.699.527,00 e dá outras providências.
12	PL nº 953/2024	Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 185.581.727,00.
13	PL nº 1.042/2024	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 142.488.667,00.
14	PL nº 7.492/2024	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.177.358,00.
15	PL nº 1152/2024	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 84.316.507,00.
16	PL nº 1.172/2024	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 118.035.918,00.
17	PL nº 1152/2024	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 84.316.507,00.¿
18	PL nº 1.333/2024	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 162.789.342,00.
19	PL nº 1.296/2024	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 57.605.618,00.
20	PL nº 7.605/2024	Abre crédito suplementar, no valor de R\$ 15.288.107,00.
21	PL nº 7.612 /2024	Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 17.902,186,00.
22	PL nº 362/2023	Projeto de Lei nº 362/2023, criação do Fundo Distrital de Transporte Público e Mobilidade Urbana – FDTPMU
23	PL nº 7.500/2024	Projeto de Lei de Reestruturação da carreira de Enfermeiro.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Nº	Nº PROJETO	EMENTA
24	PL nº 689/2023	Institui o Programa de Descentralização Financeira para Ações de Segurança Pública – PDFASP por meio de transferência de recursos financeiros do Governo do Distrito Federal, nos termos da Lei federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.
25	PL nº 436/2023	Institui o Sistema Distrital de Ambientes de Inovação SDAI-DF e dá outras providências.
26	PL nº 1003/2024	Carreira Atividades do Meio Ambiente - Transformação de Cargos.
27	PL nº 813/2023	Alteração da Lei 4.020/2007, que autoriza a criação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, cria o Sistema de Habitação do Distrito Federal – SIHAB-DF.
28	PL nº 107/2023	Alteração da Lei nº 4.585, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre a participação de servidor, empregado público ou membro da sociedade nos órgãos de deliberação coletiva da administração direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
29	PL nº 974/2024	Reestrutura a carreira da Polícia Penal do Distrito Federal.
30	PL nº 1010/2024	Dispõe sobre a Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
31	PL nº 488/2023	Altera a Lei Nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
32	PL nº 1004/2024	Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos desse Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER), e dá outras providências.
33	PL nº 1121/2024	Alteração do vencimento básico da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde e instituição da Gratificação de Agente Comunitário de Saúde (GACS).
34	PL nº 1.081/2024	Dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal e dá outras providências.
35	PL nº 1092/24	Projeto de Lei nº 1.092, de 2024. Cria o Programa Morar DF para aquisição de unidade habitacional de interesse social na forma que especifica.
36	PL nº 1.122/2024	Criar a Gratificação de Execução de Políticas Ambientais (GEPA), a ser concedida aos servidores efetivos, lotados e em exercício, no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM).
37	PL nº 1.413/2024	Dispõe sobre a reestruturação da carreira Atividades da Fundação Hemocentro de Brasília e dá outras providências.
38	PL nº 1.425/2024	Altera a Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, que dispõe sobre a criação da carreira Socioeducativa no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências e dá outras providências.
39	PL nº 1.399/2024	Abre crédito suplementar ao Orçamento Anual do Distrito Federal (LOA/2024 - Lei nº 7.377/2023), no valor de R\$ 200.000.000,00.
40	PL nº 1461/2024	Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 199.307.756,00.

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

No período de 2024, a Pasta elaborou campanhas de divulgação interna e externa, sendo responsável por promover a imagem institucional da SEEC e a promoção dos assuntos de interesse público. Também coordenou e organizou a realização de eventos das secretarias executivas e do gabinete quando solicitado; criou identidade visual para os eventos; elaborou roteiros de cerimonial e vídeos; e realizou coberturas jornalísticas, institucionais e fotográficas.



Campanhas publicitárias internas e externas - destaca-se em 2024, campanhas como IPTU e TLP 2024, IPVA 2024, Sorteios do Programa Nota Legal, Informativos e Lives no YouTube sobre o SEI-GDF 4.0, Mês do Servidor, dentre outras.

Divulgação do processo de elaboração, aprovação e sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2025) e da Lei Orçamentária Anual (LOA 2025) - campanha consistiu na produção e distribuição de notícias para veículos e imprensa do Distrito Federal, monitoramento especial e esforço concentrado para pronta resposta aos jornalistas que demandaram questionamentos para elucidar ou desdobrar números e apontamentos das duas peças orçamentárias. Para reforçar a divulgação da LDO e da LOA, foram produzidas e divulgadas peças gráficas e realizados contatos com setoristas de economia dos principais jornais, além das divulgações nas mídias sociais e vídeos sobre o assunto no canal da Secretaria no YouTube. Clippings de notícias segmentados registraram o resultado do esforço de comunicação para dar publicidade aos projetos de lei, audiências públicas, votações, aprovações e as respectivas sanções das leis.

Destaca-se, ainda, o Boletim da Economia; o Grupo de WhatsApp dos Servidores, com conteúdo internos voltados para os servidores da Pasta; Vídeos institucionais e lives para divulgar interna e externamente, programas, assuntos importantes, como o Espaço Qualidade de Vida para os servidores e o programa Nota Legal, além da apuração, edição e publicação de diversas matérias e notas, externas e internas, a partir de pautas proativas ou geradas a partir de demandas das áreas e de publicações no Diário Oficial do Distrito Federal.

Foram elaboradas a Revista Finanças, a Calculadora Verde, o relatório local voluntário das ODS 2030, a Carta de Serviços ao Cidadão, o Manual Técnico de Orçamento do Distrito Federal (MTO), entre outros.

O relacionamento com jornalistas e com os veículos de comunicação foi intensificado com a distribuição de releases, follow-up para acompanhamento e otimização da gestão das demandas de imprensa, caracterizada pela divisão de acompanhamento, apuração e encaminhamento de respostas aos demandantes, na maioria das vezes, dentro dos prazos ofertados. O encaminhamento de matérias para a Agência Brasília, e a consequente publicação de pautas da Secretaria também foi constante.

E, como nos anos anteriores, a área de capacitação dos servidores também originou demandas e pautas. Esse assunto é fonte constante de divulgação da comunicação interna, originando materiais de endomarketing e projetos gráficos. Campanhas como Outubro Rosa, Novembro Azul, Aniversário do Berçário do Buriti, Setembro Amarelo, Janeiro Branco foram algumas das realizadas ao longo do período.

A atualização diária do site é uma atividade fundamental para garantir que as informações da Secretaria estejam sempre disponíveis e atualizadas. Essa prática não apenas atende às exigências da Lei de Acesso à Informação, mas também consolida o site como uma fonte confiável para os públicos interno e externo.

As redes sociais, por sua vez, complementam essa estratégia de comunicação ao ampliar o alcance das informações da Secretaria. O perfil oficial no Instagram (@seecgdf) e o canal no YouTube (@seecgdf) são canais que promovem a transparência, divulgam as atividades e decisões da Secretaria, e estabelecem um diálogo mais próximo com a população, os servidores e a imprensa. Essas plataformas reforçam a imagem institucional e estimulam o engajamento com os diversos públicos, seja com a população, os servidores e a imprensa.

Em números, a SEEC no ano de 2024 obteve:

- Conteúdo no site da Secretaria - Foram realizadas 423 novas publicações no site, outros 3.586 novos arquivos foram publicados no site, atendendo a demanda das áreas.
- Relacionamento com a Mídia - recebeu 317 pedidos de respostas (demandas) da imprensa e, a partir das apurações internas, respondeu 293 delas.
- Identidade Visual - 176 peças/ artes foram criadas pelo setor.
- Comunicação Interna - Campanhas publicitárias desenvolvidas para o público interno somaram 269 até 31 de dezembro de 2024.



- Cobertura fotográfica - 67 coberturas fotográficas foram realizadas (eventos e pautas produzidas).

DA OUVIDORIA

Para auxiliar o cidadão em suas demandas junto à Secretaria, o monitoramento sistemático dos atendimentos permitiu assistir o contribuinte na resolução de serviços prestados pela SEEC em 100% do prazo de resposta, e ainda, possibilitou identificar oportunidades de melhorias que visem o aperfeiçoamento dos processos de trabalho desta Pasta.

1. Plataforma PARTICIPA-DF

Em 2024, foram recepcionadas 7.885 manifestações registradas através da plataforma PARTICIPA-DF (<https://www.participa.df.gov.br>), distribuídas mensalmente conforme as tabelas abaixo:

QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES 2024					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
833	516	669	810	1.014	664
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
788	540	563	562	476	450
TOTAL - 7.885					

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES					
RECLAMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	INFORMAÇÃO	ELOGIO	SUGESTÃO	DENÚNCIA
6.556	896	115	209	36	73

POR CANAIS DE ENTRADA					
INTERNET	TELEFONE	PRESENCIAL	PROTOCOLO	OUVIDORIA INTINERANTE	MÍDIA
5.813	1.918	141	2	2	10

ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	
Agilidade de Processos	595
IPTU - Outros serviços	523
IPVA - Isenção	495
Atendimento Virtual SEF	470
Nota Legal	455
Concurso Público	442
Atendimento Perícia Médica	379
Não Emissão de Nota Fiscal	362
IPVA - Impugnação, prescrição e restituição	349
Audiência Pública - LDO	286

2. Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC

Foram solicitados 1.320 (hum mil, trezentos e vinte) pedidos de informações recebidas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (Plataforma e-SIC) e todos foram devidamente respondidos dentro do prazo.

Das providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Objetivando melhorar o índice de resolutividade deste órgão, compactuou-se com as unidades o compromisso em conceder respostas com uma estimativa de atendimento às solicitações de serviços públicos, direcionados a Secretaria. Além disso, serviços realizados posteriormente as respostas concedidas, geralmente compreendidos em cronograma, foram comunicados a Ouvidoria, visto haver a possibilidade de encaminhamento de resposta complementar ao cidadão e nova qualificação junto à pesquisa de satisfação anteriormente preenchida.

Quanto às denúncias, conforme o que preconiza a Portaria 341/2019 - CGDF, cujo relato remeta a qualquer tipo de ilicitude supostamente praticada por agentes públicos da SEEC,



são necessariamente remetidas, via sistema informatizado de ouvidoria, às Unidades de Correição ou de Controle Interno para fins de análise do mérito. Todas as manifestações registradas são avaliadas caso a caso, a fim de identificar a melhor forma de tratá-las. Em seguida são averiguadas a fundo para comprovar veracidade ou não dos fatos descritos na manifestação ou até mesmo o esclarecimento dos mesmos. E assim que identificado a quem ou quem se refere os elogios, denúncias, reclamações, sugestões ou solicitações, são tomadas as providências visando a busca de uma solução para o caso.

Das providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Objetivando melhorar o índice de resolutividade deste órgão, compactuou-se com as unidades o compromisso em conceder respostas com uma estimativa de atendimento às solicitações de serviços públicos, direcionados a Secretaria. Além disso, serviços realizados posteriormente as respostas concedidas, geralmente compreendidos em cronograma, foram comunicados a Ouvidoria, visto haver a possibilidade de encaminhamento de resposta complementar ao cidadão e nova qualificação junto à pesquisa de satisfação anteriormente preenchida.

Quanto às denúncias, conforme o que preconiza a Portaria 341/2019 - CGDF, cujo relato remeta a qualquer tipo de ilicitude supostamente praticada por agentes públicos da SEEC, são necessariamente remetidas, via sistema informatizado de ouvidoria, às Unidades de Correição ou de Controle Interno para fins de análise do mérito. Todas as manifestações registradas são avaliadas caso a caso, a fim de identificar a melhor forma de tratá-las. Em seguida são averiguadas a fundo para comprovar veracidade ou não dos fatos descritos na manifestação ou até mesmo o esclarecimento dos mesmos. E assim que identificado a quem ou quem se refere os elogios, denúncias, reclamações, sugestões ou solicitações, são tomadas as providências visando a busca de uma solução para o caso.

Outras Ações/Providências Adotadas

Além dos serviços eletrônicos é oferecido atendimento presencial e por telefone da Ouvidoria; e também pelas centrais de atendimento 156, opção 3 e 162; que são gerenciadas pela SETIC e Ouvidoria Geral do DF, respectivamente.

3. PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE

O Projeto Ouvidoria Itinerante está alinhado com as ações implementadas pela Secretaria de Estado de Economia no sentido de realizar atendimentos presenciais itinerantes. Fundamentou-se na necessidade de divulgar as ações da Ouvidoria junto aos cidadãos, servidores e empresas, fortalecendo o exercício da cidadania ao oferecer um veículo para encaminhamento de solicitações, sugestões, reclamações, informações e críticas ao trabalho da Instituição. Dessa forma, tem como propósito aperfeiçoar os serviços prestados pela Secretaria à sociedade, com respaldo no teor das demandas que são apresentadas pelos usuários.

A necessidade de implementar o Projeto decorreu da análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento das Manifestações, cujo número de demandas poderia ser mais expressivo, ficando evidenciado que grande parte da população desconhece o papel da Ouvidoria. Desta forma, é imperiosa a necessidade de divulgar os serviços que são oferecidos no âmbito das Unidades desta Secretaria.

Definida no Planejamento estratégico da Ouvidoria para o período de 2024, o Projeto se constituiu em importante avanço na promoção da cidadania.

Tais atendimentos presenciais realizados pela Equipe da Ouvidoria nas Agências de Atendimento da Receita, facilitou o acesso para os cidadãos aos canais de Ouvidoria, como também norteando e auxiliando com a devida realização das manifestações dos usuários nas Agências.

4. PROJETO OUVIDORIA PRESENTE

O Projeto Ouvidoria Presente está alinhado com as ações implementadas pela SEEC no sentido de realizar autoatendimentos para o cidadão. Fundamentou-se na necessidade de viabilizar as demandas imediatamente na Ouvidoria e no Atendimento Virtual junto aos cidadãos,



servidores e empresas, fortalecendo o exercício da cidadania ao oferecer um veículo para encaminhamento de serviços, solicitações, sugestões, reclamações, informações e críticas ao trabalho da Instituição. Dessa forma, tem como propósito aperfeiçoar os serviços prestados pela Secretaria à sociedade, com respaldo no teor das demandas que são apresentadas pelos usuários.

A necessidade de implementar o Projeto, decorreu da análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento das Manifestações, cujo número de demandas poderia ser mais expressivo, ficando evidenciado que grande parte da população desconhece as ferramentas de Atendimento Virtual e de Ouvidoria. Desta forma, é imperiosa a necessidade de divulgar os serviços que são oferecidos para facilitar a vida do cidadão.

Disponibilizou-se nas Agências de Atendimento da Receita computadores com acesso direto aos canais de atendimento de Ouvidoria existentes, facilitando o acesso para os cidadãos, evitando filas e atenuando o volume de atendimento nas Agências.

Definida no Planejamento estratégico da Ouvidoria para o período de 2023 em diante, o Projeto se constituiu em importante avanço na promoção da cidadania.

5. PROJETO OUVIDORIA PARTICIPATIVA

O presente projeto tem como escopo melhorar a prestação dos seguintes serviços: Atendimento Central 156.

O Projeto Ouvidoria Participativa está alinhado com as ações implementadas pela SEEC no sentido de buscar o aprimoramento na prestação dos serviços à população do DF.

Fundamenta-se na necessidade já identificada de melhorar os serviços de Atendimento da Central 156, fortalecendo, com isso, o exercício da cidadania e empoderando o cidadão a registrar as suas demandas de: Solicitações, Sugestões, Reclamações, Informações e Denúncias ao trabalho da Instituição.

Apesar das melhorias em nossos índices se apresentarem de forma significativa, a Ouvidoria intensificará e tornará constante as tratativas internas para manutenção da redução dos casos mais sensíveis, com o escopo de mitigar a recorrência de reclamações dessa natureza e retomaremos com mais habitualidade a iniciativa denominada CAFÉ COM O OUVIDOR, onde a unidade de ouvidoria promoverá um encontro com os principais setores da Pasta, visando alcançar resultados de forma tempestiva com eficiência.

Dessa forma, tem como objetivo, repise-se, aperfeiçoar os serviços prestados pela SEEC à sociedade, com respaldo no teor das demandas que são apresentadas pelos usuários.

Outrossim, em cumprimento à Decisão TCDF nº 700/2022, importante ressaltar que todos os projetos citados não requerem quaisquer investimentos de recursos adicionais para a efetiva implementação, não exigindo assim programação orçamentária.

DO CONTROLE INTERNO

A Unidade de Controle Interno – UCI, unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) e sob subordinação técnica e normativa da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), tem suas competências estabelecidas conforme Decreto nº 45.933, de 20 de junho de 2024.

Tem como missão setorial trabalhar em prol dos objetivos institucionais da SEEC, por meio da atuação em segunda linha do Modelo das Três Linhas do IIA, visando ao aprimoramento dos processos de trabalho, e efetividade e eficiência nas políticas e nos projetos da Secretaria.

O Controle Interno tem atuado com algumas vertentes distintas de trabalho relacionadas, em breve síntese, com as demandas de órgãos de controle, com a Lei de Acesso à Informação, com contratações em geral, com pagamentos de qualquer natureza, além do assessoramento preventivo aos gestores em assuntos diversos, contribuindo para identificação antecipada de riscos e para a adoção de medidas e estratégias da gestão voltadas à correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e atendimento do interesse público.

Das ações desempenhadas, no exercício de 2024, destacam-se os trabalhos de assessoramento em:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

1. Macroprocessos de Contratação realizados visando contribuir para o aprimoramento dos macroprocessos de contratação e de execução contratual na Seec, com foco na racionalização dos controles preventivos;
2. Processo de implementação da Lei nº 14.133/2021, visando agregar valor nos processos internos da Seec e na sua atuação como Órgão Central de licitações e contratos;
3. Aprimoramento das capacidades no atendimento às demandas de órgãos de controle, promovendo o atingimento dos objetivos propostos e a melhoria da gestão e da governança;
4. Governança em Tecnologia de Informação e Comunicação com o fim de melhoria a Governança de TIC no âmbito da competência da Seec.

Por fim, para ilustrar o trabalho realizado, apresenta-se a quantidade de processos recebidos e trabalhados na unidade (excluídos os processos remanescentes de anos anteriores que ainda demandam atuação), tramitados via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no exercício de 2024, separados por categoria do assunto, no quadro a seguir:

Quadro 1 - Quantidade de novos processos recebido por categoria de assunto -2024

CATEGORIA DO ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Auditorias (TCDF/CGDF): Outros	19	14	9	10	52
Auditorias (TCDF/CGDF): Gestão de pessoas	13	17	15	4	49
Auditorias (TCDF/CGDF): Orçamento, Finanças, Contabilidade, Planejamento	4	23	25	26	78
Auditorias (TCDF/CGDF): Licitações, contratos e congêneres	12	7	2	12	33
TCA's - Tomadas de Contas Anuais - outros órgãos	7	24	36	16	83
Contratações - Análise (Portaria 29/2021-CGDF)	3	3	1	4	11
Pagamentos - Análise (Portaria 29/2021-CGDF)	28	25	29	20	102
Assuntos administrativos	2	2	6	8	18
Outros	23	29	18	18	88
TOTAL	111	144	141	118	514

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10605 - QUANTITATIVO DE CERTIFICADOS EMITIDOS EM CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELA EGOV	UNIDADE		01/01/2001	Anual	19300,00	37647,00		X		X		X	SEPLAD/SEGEA/EGOV
Justificativa: 2024 - O crescimento das demandas institucionais, o constante aprimoramento dos processos administrativos e dos sistemas que fazem parte das ferramentas de trabalho dos vários órgãos do GDF, ocorridos no ano de 2024, foi uma das razões para o aumento substancial da capacitação de servidores. A EGOV trabalhou visando garantir a eficiência, qualidade e agilidade nos serviços prestados à população, tendo em vista que a capacitação contribui diretamente para a atualização de conhecimentos e habilidades, permitindo que os servidores estejam alinhados às melhores práticas do mercado e às mudanças normativas e operacionais. Cabe ainda ressaltar que o aumento de servidores capacitados em 2024, não se restringe apenas ao aprimoramento das competências técnicas, mas também à integração de temáticas cruciais para a atuação responsável e sustentável no serviço público. As capacitações abordaram também temas voltados à sustentabilidade, igualdade de gênero, assédio moral e sexual, ética profissional e proteção de dados, alinhando os servidores participantes aos princípios que norteiam as melhores práticas do setor público e promovem uma atuação socialmente responsável e transparente. Dessa forma, o aumento de servidores capacitados, em 2024, foi estratégico e pretendeu atender às exigências crescentes, contribuir para a modernização do setor público e garantir a entrega de resultados sustentáveis e de alto impacto social.													
10643 - DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE DATACENTER	PERCENTUAL		01/01/2001	Semestral	97,00	98,00		X		X		X	RELATÓRIO DO SEI. FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO DE DATACENTER.
Justificativa: 2024 - Investimentos na ampliação e modernização do CeTIC-DF possibilitaram o alcance de um alto nível de disponibilidade, superior à meta desejada, que permitiram a sustentação segura da disponibilidade da infraestrutura de Datacenter, e mesmo com o grande aumento de demandas de serviços hospedados no Centro de Dados, que exigiu bastante da sua capacidade de processamento e de armazenamento, não foram verificadas grandes oscilações de disponibilidade. Entre os investimentos citados, destacam-se as aquisições de equipamentos para a atualização tecnológica (tech refresh) e expansão das atuais soluções de armazenamento de dados (Storage) que compõem o Centro de Dados Corporativo do DF (Contrato nº 50.132/2023 - 128467196), e de novos computadores/servidores 64bits (Servidores x86) (Contrato nº 51174/2024 - 135671131) para processamento de grande volume de dados, além de novas contratações que se encontram em fase avançada, a exemplo da nova solução de Backup para Datacenter, cuja licitação foi marcada para o dia 07/01/2025 (Pregão Eletrônico nº 028/2021).													
10647 - PORCENTAGEM DE ÓRGÃOS ATENDIDOS POR CONSULTORIA EM QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	18,00	40,00		X		X		X	SEI, E-MAIL FUNCIONAL, RELATÓRIOS PRODUZIDOS
Justificativa: 2024 - O índice de consultorias em QVT superou as expectativas e alcançou 40 órgãos do GDF, uma expansão na realização de consultorias em QVT para 45 % do total de órgãos do GDF, sem contar com a realização de consultorias de QVT junto à 09 Instituições do Governo Federal, bem como para outras federações do País, como Paraíba e Espírito Santo, que se somadas ao trabalho junto ao GDF, aumentaria o nosso alcance para o índice de 51 órgãos ou instituições atendidas.													



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10648 - PORCENTAGEM DE ÓRGÃOS COM AGENTE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	100,00	98,00		X		X		X	PROCESSO SEI
Justificativa: 2024 - O índice esperado ficou abaixo da meta prevista devido à exoneração dos Agentes de QVT, nas Administrações Regionais do Park Way e de Samambaia, sem que novos profissionais fossem nomeados até o momento. No entanto, em 2024, 346 servidores foram capacitados em QVT, pela Escola de Governo do Distrito Federal. Esta iniciativa contribui para a implementação de uma Política e Programa de QVT, em conformidade com os princípios do Decreto 42.375/2021, que regulamenta o QVT no GDF. Esse esforço destaca o Governo do Distrito Federal como pioneiro e inovador no cuidado com os servidores públicos, consolidando-se como referência para o Governo Federal e outras Unidades da Federação.													
10649 - PORCENTAGEM DE ÓRGÃOS COM POLÍTICA E/OU PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO INSTITUÍDO	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	20,00	27,00		X		X		X	PROCESSO SEI, DODF, BOLETIM INTERNO, SELOQUALVIDA, SITE DOS ÓRGÃOS
Justificativa: 2024 - Esse índice ficou acima do esperado pois 24 órgãos publicaram política ou programa de QVT, o que corresponde a 27% de percentual atingido. Ademais, além de incentivar a publicação do Programa ou Política de QVT em todos os órgãos, dada a importância dessa ação para a execução das ações de QVT junto aos servidores, houve também realização de 07 visitas técnicas aos órgãos do GDF, bem como a realização de 17 palestras e 4 oficinas de temas correlatos à QVT, como saúde mental, comunicação não violenta, Felicidade no Trabalho e inteligência emocional no trabalho, demonstrando a diversificação e expansão dos atendimentos da COAQVT em um movimento de aproximação dos órgãos, disponibilizando atendimentos às demandas solicitadas por eles, de acordo com as necessidades percebidas e solicitadas por cada instituição.													
10716 - RESULTADO NOMINAL	REAL		01/01/2001	Anual	-107648686	2915266079		X		X		X	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
Justificativa: 2024 - O Resultado Nominal calculado pelo método "abaixo da linha" é o indicador que mede a variação da dívida consolidada líquida, sendo que, quanto maior o seu valor, melhor é a situação fiscal do Ente. Assim, considerando que, em 2024, o resultado apurado foi de R\$ 2.915.266.079,47, observa-se o atingimento da meta de - R\$ 1.076.486.860,00 estabelecida no Plano Plurianual 2024-2027 para o 1º ano de sua vigência.O aumento do Resultado Nominal se deu em virtude da redução em 38,2% da Dívida Consolidada Líquida entre os anos de 2023 e 2024, ocasionada pela diminuição dos precatórios e pelo esforço fiscal realizado que, combinado com o aumento da arrecadação e com a melhor alocação de recursos, produziram resultados mais eficientes do ponto de vista do endividamento líquido distrital.													
10717 - RESULTADO PRIMÁRIO	REAL		01/01/2001	Anual	-971089689	-749181067		X		X		X	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
Justificativa: 2024 - Nota: RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha apurado no valor negativo de R\$ 749.181.067,24, cumprindo assim a meta de resultado primário, cujo valor negativo era de R\$ 971.089.689,00 .Fonte: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO referente ao 6º bimestre de 2024, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 21, de 30/01/25.													
10718 - DÍVIDA CORRENTE LÍQUIDA (DCL) - PIB/DF	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	2,56	1,19		X		X		X	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
Justificativa: 2024 - O referido indicador se refere ao percentual da Dívida Corrente Líquida sob o montante do PIB/DF, sendo que, quanto menor o seu valor, melhor é a situação fiscal do Ente, portanto, maior é a capacidade de endividamento do Distrito Federal. Assim, considerando que, em 2024, o indicador apurado foi de 1,19%, observa-se o atingimento da meta de 2,56% estabelecida no Plano Plurianual 2024-2027 para o 1º ano de sua vigência.É importante destacar que, devido a ausência de dados oficiais apurados, foi utilizada na aplicação da fórmula a projeção do PIB/DF indicada no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao ano de 2024 (Lei nº 7.313, de 27/07/2023).A diminuição do indicador em questão se deu em virtude da redução em 38,2% da Dívida Consolidada Líquida entre os anos de 2023 e 2024, ocasionada pela redução dos precatórios e pelo esforço fiscal realizado que, combinado com o aumento da arrecadação e com a melhor alocação de recursos, produziram resultados mais eficientes do ponto de vista do endividamento líquido distrital.													
10719 - PERCENTUAL DE ORÇAMENTO EXECUTADO EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO PLANEJADO	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	95,00	113,30		X		X		X	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO
Justificativa: 2024 - A execução orçamentária do Distrito Federal, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, alcançou montante empenhado de R\$ 40.544.317.416,00 em 2024, e a dotação Prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA/2024 foi de R\$ 35.776.782.613,00.Desse modo, o "Percentual de Orçamento Executado em Relação ao Orçamento Planejado" foi de 113,3% para o exercício de 2024. Cabe frisar que os valores foram extraídos do SIGGo em 08/01/2025 e ainda podem sofrer ajustes residuais até o fechamento definitivo dos números.													
10934 - ACOMPANHAMENTO DO INCREMENTO ANUAL NA RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	REAL	1271162460,03	01/12/2023	Anual	1326162460	919399951,		X		X		X	SISTEMA SITAF
Justificativa: 2024 - Entre a recuperação prevista e o valor efetivamente realizado no ano de 2024, houve uma redução de R\$ 406.762.508,21. O ano de 2023 foi utilizado como referência para estimar o incremento na recuperação da dívida ativa, apresentando um total recuperado de R\$ 1.271.162.460,03, com uma projeção de crescimento anual de R\$ 55 milhões a partir desse montante. Contudo, é relevante destacar que, em 2023, foi implementado o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal (REFIS-DF 2023), que impulsionou significativamente a recuperação da dívida ativa. Como não houve um programa semelhante em 2024, a recuperação da dívida ativa não conseguiu manter o mesmo ritmo de crescimento.													

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9129 - CONTA GARANTIA DA CONCESSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	10000,0	28673326,0	28663325,34	28663325,34
0002 - CONTA GARANTIA DA CONCESSÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DISTRITO FEDERAL	10000,0	28673326,0	28663325,34	28663325,34
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	10000,00	28673326,00	28663325,34	28663325,34

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) tem entre suas ações programadas o pagamento da conta garantia da concessão do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, com o objetivo de assegurar a regularidade na prestação dos serviços de



iluminação pública. O produto final dessa etapa consiste na efetivação do pagamento dessa garantia, conforme previsto no contrato de concessão firmado entre a CEB Iluminação Pública e Serviços (CEB-IPES) e o Distrito Federal, representado pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (SODF) e pela então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal.

Como parte desse contrato, foi determinada a abertura de uma conta específica no Banco de Brasília S.A. (BRB), denominada "Conta Garantia", sob a titularidade da Concessionária CEB-IPES. Essa conta tem a finalidade de garantir o adimplemento das obrigações financeiras do Distrito Federal junto à Concessionária, devendo manter um saldo mínimo inicial equivalente a três parcelas da contraprestação mensal máxima estabelecida contratualmente.

Todas as informações relativas ao contrato e à operacionalização da Conta Garantia estão formalizadas no Processo SEI nº 04028-00000556/2023-99.

6216 - MOBILIDADE URBANA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	10000,0	10000,00	0	0
0007 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA	10000,00	10000,00	0,00	0,00

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) tem entre suas ações programadas a conservação de obras de arte especiais, incluindo pontes, passarelas e viadutos no Distrito Federal. Essa iniciativa visa garantir a manutenção e preservação dessas estruturas essenciais para a mobilidade urbana e a segurança da população.

No entanto, no exercício de 2024, não houve execução dessa etapa, resultando em sua classificação no estágio "Não Iniciada (NI)". A ausência do empenho da despesa autorizada levou à inexistência de registros de execução financeira para esses valores ou para o respectivo subtítulo. Dessa forma, as ações previstas para a conservação dessas obras não foram implementadas no período.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1105000,0	1105000,00	1008788,84	741620,78
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	1105000,0	1105000,00	1008788,84	741620,78
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	1105000,00	1105000,00	1008788,84	741620,78

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) executa ações voltadas à assistência e ressocialização de sentenciados, conforme estabelecido no Contrato nº 47.877/2022 com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP). Essa iniciativa tem como objetivo proporcionar oportunidades de trabalho a reeducandos do regime aberto ou semiaberto, contribuindo para sua reinserção social.

O contrato, formalizado no Processo nº 00040-00019611/2022-04, prevê a disponibilização de até 40 sentenciados, que atuam em serviços de manutenção predial, conservação, copeiragem, recepção, atividades administrativas e serviços gerais. Durante o exercício de



2024, foi registrada a assistência a uma média de 37 sentenciados, reforçando o compromisso da SEEC com a ressocialização por meio da inclusão produtiva.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	5286000,0	4612000,00	4611882,57	4080321,07
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	5286000,0	4612000,00	4611882,57	4080321,07
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	45259000,0	13608566,00	13608565,92	11294297,08
0006 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	45259000,0	13608566,00	13608565,92	11294297,08
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	56319000,0	73258453,00	73252648,92	63101397,22
0001 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	56319000,0	73258453,00	73252648,92	63101397,22
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	296125704,0	598720635,00	598643216,60	546139118,87
0004 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	7800000,0	7830000,00	7752583,51	5273705,96
0006 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-VIGILÂNCIA-DISTRITO FEDERAL	201355496,0	480905140,00	480905140,00	441413167,50
0008 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-LIMPEZA-DISTRITO FEDERAL	86970208,0	109985495,00	109985493,09	99452245,41
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	5000000,0	1,00	0	0
0001 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI- REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO- PLANO PILOTO .	5000000,0	1,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	621263694,0	681463342,00	681369547,53	661719747,53
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	621263694,0	681463342,00	681369547,53	661719747,53
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	24635527,0	24553624,00	23404029,56	22953151,64



6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	24635527,0	24553624,00	23404029,56	22953151,64
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	58102533,0	71777926,00	70453212,68	56768142,76
0013 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-Região Administrativa de Taguatinga- DISTRITO FEDERAL	4570000,0	718485,00	626200,64	286764,97
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	53532533,0	71059441,00	69827012,04	56481377,79
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	5700000,0	2182569,00	1981236,27	1981236,27
0032 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	5700000,0	2182569,00	1981236,27	1981236,27
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1117691458,00	1470177116,00	1467324340,05	1368037412,44

DA GESTÃO DOS CONTRATOS CORPORATIVOS

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em relação aos Contratos Corporativos, manteve durante o exercício de 2024 a gestão relativa aos seguintes programas de trabalho:

- Manutenção de bens imóveis do GDF: serviços de vigilância; brigada contra incêndio e pânico (bombeiros civis); e limpeza.
- Manutenção da frota oficial de veículos: locação de veículos; gerenciamento do abastecimento; gerenciamento e administração da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos; e serviço de transporte terrestre (taxigov).
- Manutenção de serviços administrativos gerais: serviços de telefonia móvel.

1. CONTRATOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL E SERVIÇOS GERAIS

Nos contratos de segurança patrimonial, brigada e limpeza são atendidas 734 (setecentos e trinta e quatro) localidades distribuídas pelos diversos órgãos do complexo administrativo do GDF, representando um aumento de aproximadamente 20%, quando comparado ao ano anterior.

Apresenta-se abaixo a tabela contendo as despesas efetivas por tipo de serviço, comparando a evolução entre o ano de 2023 x 2024:

TIPO DE SERVIÇO	2023	2024
Brigada	R\$ 22.334.882,98	R\$ 24.874.507,79
Limpeza	R\$ 93.874.681,67	R\$ 105.988.676,13
Vigilância	R\$ 369.520.826,61	R\$ 454.725.524,03
TOTAL	R\$ 485.730.391,26	R\$ 585.588.707,95

Destaca-se a seguir as principais realizações objetivando o aperfeiçoamento da gestão dos contratos corporativos:

Em 2023 e 2024, o Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos (SFCC) passou por evoluções significativas, que tiveram início entre 2016 e 2017. Essas melhorias introduziram novas ferramentas de gestão e consulta, beneficiando tanto os executores locais quanto a Comissão Central. Com isso, foi possível aprimorar a análise de correções necessárias à execução adequada dos contratos geridos pelo sistema, garantindo a prestação correta dos



serviços contratados e facilitando o acompanhamento das obrigações contratuais de maneira mais precisa e eficaz.

Em 2024, foi implementado o compartilhamento integral do módulo Conta Vinculada no SFCC, entre a Secretaria de Estado de Economia e suas fornecedoras de contratos corporativos voltados para o fornecimento de mão de obra, conforme a Lei nº 4.636/2011. Essa ação, acompanhada de diversas melhorias administrativas, resultou em maior agilidade, segurança e organização documental. As alterações implementadas contribuíram para avanços substanciais nas fiscalizações e no cumprimento das obrigações legais e contratuais, reforçando o controle e a transparência nos processos de gestão.

O sucesso do SFCC despertou o interesse de diversos órgãos da administração do GDF, o que levou à necessidade de repensar a evolução do sistema. Com isso, foi definida a continuidade das melhorias para garantir a agilidade do sistema para usuários atuais e futuros, internos e externos. As inovações planejadas contemplam a ampliação da segurança dos dados, a atualização contínua do sistema e o desenvolvimento de novas funcionalidades para atender às crescentes demandas da administração pública. Diante das limitações impostas pela linguagem de programação utilizada, iniciou-se, em 2024, o desenvolvimento de uma versão moderna do sistema, adaptada às novas exigências operacionais.

O novo projeto, denominado "e-Fiscaliza", visa aprimorar a fiscalização de contratos no âmbito do GDF, promovendo uma gestão pública mais eficiente e integrada. O sistema será desenvolvido em uma plataforma low-code, que garantirá maior responsividade, novos módulos de controle, ferramentas gerenciais e dashboards dinâmicos. Com lançamento previsto para o segundo semestre de 2025, a solução trará avanços significativos na gestão e fiscalização de contratos, além de fortalecer a transparência, a eficiência e a conformidade no cumprimento das obrigações contratuais.

2. GESTÃO DA FROTA

Os Contratos Corporativos relativos à gestão das atividades relacionadas aos serviços da frota veicular, os quais atendem aproximadamente 80 (oitenta) órgãos e entidades do complexo administrativo do GDF, estão dispostos da seguinte maneira, a saber:

- Frota Locada: Quantitativo de 816 (oitocentos e dezesseis) veículos;
- Frota Própria: Quantitativo de 2.433 (dois mil, quatrocentos e trinta e três) veículos;
- Serviços de transporte de servidores por intermédio do aplicativo denominado TáxiGov;
- Gerenciamento de combustíveis (gasolina, etanol, diesel comum, diesel s-10 e arla-32) e;
- Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota própria.

Apresenta-se abaixo tabela contendo as despesas efetivas por tipo de serviço, relacionadas à gestão da frota, comparando a evolução entre o ano de 2023 x 2024:

TIPO DE SERVIÇO	2023	2024
Manutenção da Frota Própria	R\$ 18.608.835,09	R\$ 21.279.993,19
Locação de Veículos	R\$ 23.879.666,94	R\$ 28.988.463,46
Gerenciamento do abastecimento	R\$ 15.652.847,77	R\$ 16.963.585,33
TáxiGov (transporte terrestre)	R\$ 5.972.702,06	R\$ 7.141.420,71
TOTAL	R\$ 64.114.051,86	R\$ 74.373.462,69

Em relação aos veículos inservíveis e onerosos, que não são de interesse da Administração Pública manter ou realizar a manutenção, em 18 de outubro de 2024, foi realizado o leilão de 195 (cento e noventa e cinco) veículos, além de máquinas, tanques e tratores. Também foram leiloados 01 (um) lote de pneus, 01 (um) lote de baterias e 01 (um) lote de peças.

O leilão arrecadou mais de R\$ 7,4 milhões, estabelecendo um recorde histórico, tanto em quantidade, quanto em valores arrecadados para o erário distrital. Deste montante, cerca de R\$ 5 milhões são provenientes de bens e materiais inservíveis recolhidos pela gestão de frota, evidenciando a eficácia e o alcance da operação.



Para o ano de 2025, está prevista a realização de novo leilão, com quantitativo de cerca de 100 (cem) veículos e maquinários, bem como lotes de pneus, baterias e peças que foram trocadas nas manutenções preventivas ou corretivas dos veículos da frota própria.

Está em curso a proposta de implantação da “Frota Sustentável”. A Secretaria de Estado de Economia iniciou um projeto piloto, no exercício de 2023, para aquisição de vinte (20) veículos elétricos leves. As tratativas visam interlocução junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiar a compra por meio do Programa de Apoio à Modernização da Gestão Fiscal II - PROFISCO II. O projeto está em fase final de estudos com previsão de implementação em 2025.

Ainda como parte das ações a serem implementadas, destaca-se a renovação da frota de representação e a renovação dos veículos do tipo minivan, para auxiliar nas demandas administrativas; o recolhimento de veículos onerosos da frota própria e a respectiva substituição por veículos locados.

3. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL

O serviço de telefonia móvel é executado por meio dos Contratos Corporativo desta Secretaria, englobando a prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI), Roaming Internacional e Internet Móvel, com fornecimento de equipamentos de telecomunicações.

O valor total anual do contrato é de R\$ 3.747.047,83 (três milhões, setecentos e quarenta e sete mil quarenta e sete reais e oitenta e três centavos), sendo 5.887 (Cinco mil oitocentos e oitenta e sete) linhas de voz e 1.075 (mil e setenta e cinco) linhas de modems.

Atualmente são atendidos 78 (setenta e oito) órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal com 156 (cento e cinquenta e seis) executores titulares e suplentes.

Destaca-se, ainda, que as principais realizações no ano de 2024 até o momento foram:

Fornecimento de 670 aparelhos e linhas à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para a implementação do sistema E-VISITAS.

Finalização da troca dos cinco mil aparelhos em comodato, por equipamentos com sistema operacional atualizado.

Desenvolvimento de sistema/ferramenta destinado a otimizar e modernizar o procedimento de análise de faturas, garantindo maior eficiência, precisão e agilidade no processamento das informações.

Adesão da tecnologia e-sim, junto à operadora, proporcionando maior praticidade e funcionalidade aos usuários atendidos pelo contrato.

4. PROGRAMA DE ESTÁGIO

O Programa de Estágio da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – Transforma DF), é regido pelos normativos: a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, Lei Distrital nº 3.769 de 27 de janeiro de 2006, Decreto nº 40.910 de 23 de junho de 2020, Decreto nº 43.182 de 4 de abril de 2022, Portaria nº 576 de 28 de dezembro de 2018 e, atualmente, pelo Contrato Corporativo nº 052037/2024, que tem por objeto a contratação de agente de integração para operacionalização do programa de estágio no âmbito do Governo do Distrito Federal para atendimento dos diversos Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

O Programa de Estágio da Secretaria de Economia do Distrito Federal, até a data de 15 de agosto de 2024, era operacionalizado por Agente Integrador vinculado ao sob o contrato nº 49072/2023, entretanto, após distrato, em 16 de agosto de 2024, novo Agente Integrador assumiu o Programa de Estágio da SEEC por meio do contrato nº 052037/2024.

O Programa de Estágio da Secretaria de Estado de Economia permite o ingresso de até 4.132 estudantes, sendo 2.797 de nível superior, 1.335 de nível médio e 100 de nível acadêmico (estágio obrigatório não remunerado). O programa atende, atualmente, 73 (setenta e três) órgãos e entidades do Distrito Federal com 146 (cento e quarenta e quatro) executores titulares e suplentes.



Apresentamos abaixo a evolução do quantitativo de estagiários ativos em 2024:



Principais realizações no ano de 2024:

Foi realizado o Processo Seletivo de Estágio Remunerado para estudantes do Nível Médio e Superior para Formação de cadastro Reserva edital 04/2024.

Houve a transição de um Agente Integrador para outro, a partir de 16 de agosto de 2024, o que exigiu adaptações significativas na gestão dos contratos de estágios. Essa transição, aliada aos desafios relacionados à disponibilidade de recursos humanos, colocou à prova a capacidade da equipe de manter a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

No tocante a implementação do Sistema de Gestão de Estagiários – SIGEST, que é uma plataforma que tem como objetivo a otimização da gestão do Programa de Estágio no âmbito dos órgãos e unidades do Governo do Distrito Federal aderentes ao Contrato Corporativo nº 052037/2024, cabe salientar que esta implementação foi dividida em módulos:

- No ano de 2023 foram implantados os módulos de ponto eletrônico e de solicitação de estagiários;
- Em 2024 foram implantados os módulos de Recesso, Rescisão, Relatório Analítico dos Estagiários, Atendimento SIGEST e o do Agente de Integração.

Para o ano de 2025 está programada a implantação dos módulos de Alteração de Supervisor, Remanejamento de Estagiário, Alteração de Horário e de Instituição de Ensino, Renovação de Termo de Compromisso de Estágio - TCE, e o de Relatórios de Gestão.

Além disso, foram ofertadas capacitações regulares para executores, supervisores e estagiários, com foco no pleno aproveitamento das funcionalidades do SIGEST. Essas ações garantem o uso eficiente do sistema, especialmente no controle da folha de ponto, mesmo sendo uma ferramenta bastante intuitiva.

DA GESTÃO D COMPRAS GOVERNAMENTAIS

A SEEC é responsável pela coordenação da centralização e padronização das compras e licitações do Governo do Distrito Federal, sendo uma de suas principais atribuições a modernização do atual processo de compras públicas, tendo, ainda, a missão de coordenar a gestão, de forma sistêmica, dos contratos, convênios e demais instrumentos congêneres pactuados pela Pasta.

Nesse sentido, apresenta-se as principais ações desenvolvidas para o cumprimento das atribuições relativas às Compras Governamentais, a saber:



1. AÇÕES PARA APRIMORAMENTO DO DECRETO Nº 44.330/2023 E IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES NO DISTRITO FEDERAL

Considerando a necessidade de revisar e aprimorar o Decreto nº 44.330/2023, que regulamenta a Lei de Licitações nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito Distrital, foi disponibilizada consulta pública, nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, que resultou no recebimento de 128 contribuições de diversos Órgãos Distritais. A proposta de revisão do Decreto foi dividida em três etapas. A primeira já consolidada por meio da publicação do Decreto distrital nº 46.308, de 25 de setembro de 2024 e as duas últimas etapas possuem previsão para conclusão no ano de 2025.

Ainda no campo das atividades que visam ao aprimoramento da regulamentação e à implementação da Lei 14.133/2021 no âmbito Distrital, foi instituído, por meio da Portaria nº 347, de 15 de maio de 2024, o Subcomitê de Governança das Contratações Públicas, vinculado ao Comitê Interno de Governança Pública da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, criado por meio da Portaria SEEC-DF nº 118, de 29 de fevereiro de 2024. No âmbito de suas competências, o Subcomitê de Governança das Contratações Públicas apresentou proposta de Decreto para regulamentação do processamento e da aplicação de sanções nas licitações e contratações públicas do Distrito Federal. A minuta elaborada será submetida à consulta pública por meio do Portal ComprasDF após retorno de análise jurídica solicitada à Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

2. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO DISTRITO FEDERAL (PCA):

Em consonância com a Lei nº 14.133/21, o Plano de Contratações Anual (PCA) é o instrumento que consolida todas as compras e contratações que os órgãos e entidades planejam contratar durante um ano civil, e contempla bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação. Sendo em 2024, de aplicação obrigatória à todas as contratações do Distrito Federal, salvo exceções constantes na Portaria SEEC nº 887, de 06/11/2024.

Ressalta-se, ainda, que o Plano de Contratações Anual do Distrito Federal se caracteriza como um mecanismo de governança, o qual garante a maior transparência e controle das contratações no Distrito Federal e têm como objetivos a racionalização das contratações, a economia de escala, a padronização de produtos e serviços e a redução de custos processuais.

Em 2024 foram catalogados mais de 4.000 novos itens para 78 órgãos que preencheram o PCA via Sistema de Gestão de Compras do Distrito Federal (e-ComprasDF), sob gestão da SEEC, consolidando um valor de R\$ 18.876.053.759,72 (dezoito bilhões, oitocentos e setenta e seis milhões, cinquenta e três mil setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos) em planejamento de compras para um total de 52.564 itens.

3. DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Até a presente data, foram iniciados e homologados 113 (cento e treze) processos, com um total estimado de R\$ 2.613.002.925,99 (dois bilhões, seiscentos e treze milhões, dois mil, novecentos e vinte e cinco reais e noventa e nove centavos), cujo valor homologado foi de R\$ 2.078.758.246,07 (dois bilhões, setenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e sete centavos), resultando em uma redução do valor estimado de R\$ 534.244.679,92 (quinhentos e trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos), representando uma economia de 20,45% até o final do 4º semestre, conforme o quadro abaixo:

Trimestre	Valor Estimado (R\$)	Valor Adquirido (R\$)	Redução do Valor Estimado (R\$)	Quant. Pregões e outros	Percentual (%) referente à diferença do valor estimado da contratação para o valor homologado ao final do processo licitatório
1º Trimestre	216.431.715,73	146.805.057,77	69.626.657,96	23	32,17%
2º Trimestre	72.694.247,21	67.684.966,88	5.009.280,33	21	6,89%



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

3º Trimestre	1.199.007.015,73	824.876.018,51	374.130.997,22	34	31,20%
4º Trimestre	1.124.869.947,32	1.039.392.202,92	85.477.744,40	35	7,60%
Total	2.613.002.925,99	2.078.758.246,08	534.244.679,91	113	20,45%

Dos 113 processos tramitados, estão incluídos aqueles que iniciaram em 2023 e foram homologados em 2024, divididos entre registro de preços e aqueles com dotação orçamentária.

Também foram considerados os processos suspensos pelo TCDF e/ou pelo órgão demandante, bem como aqueles que se encontram na fase interna sem publicação e na fase externa de julgamento de propostas/habilitação e recurso, conforme demonstrativo abaixo:

Processos tramitados em 2024		Estimativa (R\$) dos processos tramitados em 2024	Processos (R\$) tramitados e Homologados em 2024	Percentual (%) referente à diferença do valor estimado da contratação para o valor homologado ao final do processo licitatório
Total	113	2.613.002.925,99	2.078.758.246,07	20,45%
Finalizado SRP	92	2.473.844.522,55	1.987.813.032,11	19,65%
Finalizado DOTAÇÃO	21	139.158.403,44	90.945.213,96	34,65%.
A finalizar SRP	33	1.334.283.237,60		
A finalizar com DOTAÇÃO	18	18.244.198,36		
Susp./Órgão	1	445.097.753,02		
Susp./TCDF	3	163.606.099,47		
Susp./TJDF	0	0		
Susp.Cir/158/2022	0	0		
Fase Interna	27	183.590.120,41		
Fase Externa	19	559.943.034,22		

4. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP):

Para iniciar um processo licitatório objetivando o atendimento das necessidades dos órgãos e entidades que compõem o Complexo Administrativo do GDF, mediante Sistema de Registro de Preço, a Secretaria de Economia consolida as demandas por meio de uma Intenção de Registro de Preços do Distrito Federal (IRPDF).

Em 2024 foram gerados 75 IRPDF, totalizando uma listagem de 1.364 itens.

A fim de atender aos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa do GDF, no decorrer do ano de 2024, estiveram vigentes 358 Atas de Registro de Preços, com 1.583 itens registrados, cujo valor total dos itens registrado foi de R\$ 1.365.217.068,92 (um bilhão trezentos e sessenta e cinco milhões duzentos e dezessete mil e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Foram emitidas 7.324 autorizações de solicitações de saldo de ata, para um total de 87 Órgãos. O valor total autorizado, durante o exercício em apreço, foi na ordem de R\$ 1.071.788.997,27 (um bilhão setenta e um milhões setecentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos).

Os órgãos não participantes da Atas, considerando os saldos das Atas, podem solicitar adesão. Em 2024 foram autorizadas 86 adesões à ARP, contemplando o valor na ordem de R\$ 67.224.076,21 (sessenta e sete milhões duzentos e vinte e quatro mil setenta e seis reais e vinte e um centavos).



5. DOS CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES:

Registra-se que, atualmente, está sendo feita a gestão administrativa de 109 (cento e nove) contratos e 75 (setenta e cinco) termos congêneres, totalizando-se 184 (cento e oitenta e quatro) instrumentos vigentes no âmbito desta Pasta, perfazendo o montante de R\$ 1.442.757.478,27 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos).

No período que compreende 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram firmados 55 (cinquenta e cinco) novos instrumentos celebrados (contratos, cessões, acordos e demais congêneres). Além disso, foram formalizados no total 96 (noventa e seis) Termos Aditivos aos Contratos firmados no âmbito desta Secretaria, abrangendo prorrogações, alterações de polo, alterações qualitativas, alterações quantitativas, reajustes, repactuações, entre outros.

6. CONFORMIDADES E GESTÃO DE RISCOS:

Com objetivo de mitigar e superar os atuais contratempos, são delineadas intervenções preventivas visando subsidiar ações necessárias que resultem na racionalização dos recursos administrativos e a consequente economia de escala aos cofres públicos do Governo do Distrito Federal. Assim, são adotadas diariamente diligências no sentido de realizar atividades que contribuam para a celeridade na condução dos procedimentos que ensejam a instrução processual, com objetivo de evitar a descontinuidade dos serviços públicos.

Desse modo, para minimizar riscos, adotou-se como procedimento rotineiro a notificação das áreas demandantes, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do fim da vigência dos Contratos afetos à sua área de execução ou operacionalização.

Nesse aspecto, foram elaborados um total de 212 (duzentos e doze) Memorandos às áreas técnicas visando a manifestação expressa sobre o interesse e a necessidade de prorrogação da vigência e, em outros casos, a apresentação de relatório circunstanciado final de execução do contrato.

Em tempo, é válido consignar que o número de Memorandos de Alerta é superior ao número de contratos vigentes, tendo em vista que em diversas oportunidades, na ausência de manifestação ou devolução dos autos, a área técnica demandante é provocada mais de uma vez.

Relativo à fase interna da licitação, foram realizadas verificações de conformidade de 183 processos licitatórios para atendimento de órgão e entidades GDF, além da validação de 1.762 itens (entre bens e serviços) e a pesquisa de preços de 897 itens (entre bens e serviços).

Realizações	Métrica	Quantidade
Verificação de conformidade de instrução processual	Processo	183
Verificação de conformidade da Pesquisa de Preços	Item (bens e serviços)	1.762 itens
Elaboração de Pesquisa de Preços	Item (bens e serviços)	897 itens

7. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, no qual se estabeleceu a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade no âmbito de todas as Pessoas Jurídicas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão, parceria público-privada e qualquer outro instrumento ou forma de avença similar, inclusive decorrente de contratação direta ou emergencial, pregão eletrônico e dispensa ou inexigibilidade de licitação, com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal, com valor global igual ou superior a R\$ 6.423.194,87 (seis milhões, quatrocentos e vinte e três mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos), conforme Ofício Nº 3/2024 - CGDF/SUGOV (131853070), e por intermédio das diretrizes traçadas no cerne do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, foram autuados e instruídos 39 (trinta e nove) processos para envio à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF).



8. DAS REPACTUAÇÕES, REVISÕES, REAJUSTES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES CONTRATUAIS:

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram repactuados 24 (vinte e quatro) contratos com base nas suas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, e, conjuntamente, foram formalizadas revisões/alterações de 09 (nove) destes contratos, faltando 01 a ser formalizado, totalizando 400 (quatrocentas) planilhas de custos e formação de preços elaboradas, estando ainda em fase final de formalização mais 01 (um) instrumento de repactuação/revisões.

Quanto ao reajuste em sentido estrito, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foram reajustados até a presente data, 45 (quarenta e cinco) instrumentos, cada qual considerando sua respectiva planilha de preços, estando ainda em fase final de formalização mais 05 (cinco) reajustes. No mesmo período, foram celebrados 12 (doze) acréscimos contratuais correspondendo a uma majoração total de R\$ 19.840.183,87 (dezenove milhões, oitocentos e quarenta mil centos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), e 01 (uma) supressão contratual, correspondendo a uma redução total de R\$ 828.297,67 (oitocentos e vinte e oito mil duzentos e noventa e sete reais sessenta e sete centavos).

9. DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DOS INSTRUMENTOS:

No período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, foram confeccionados 179 (cento e setenta e nove) extratos para dar publicidade às novas contratações, aos termos aditivos e/ou rescisões celebradas.

Foram efetuados os respectivos registros dos extratos, inclusive dos Apostilamentos celebrados, no Sistema de Gestão de Contratos (e-ContratosDF), no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo) e no sistema interno de controle denominado Cronos, num quantitativo total de 272 (duzentos e setenta e dois) registros. Foi realizado ainda o controle periódico das garantias contratuais, num quantitativo de 250 (duzentas e cinquenta) garantias efetivadas.

No mesmo período, foram arquivados 45 (quarenta e cinco) contratos cuja vigência encontrava-se expirada. Insta mencionar que os encerramentos dos processos se dão após empreendidas medidas junto às áreas técnicas para elaboração do relatório final de execução e da declaração de baixa contábil, procedendo, assim, quando cumpridos os requisitos e, se for o caso, à devolução das garantias de execução contratual.

Cabe ressaltar que atualmente há 68 (sessenta e oito) contratos e ou/ instrumentos congêneres com a vigência expirada e que estão em fase de diligências para o devido encerramento processual e inativação no SIGGo, em conformidade com o disposto no art. 41, inciso II, do Decreto Distrital nº 32.598/2010 e na Lei nº 8.666/93 (ou Lei nº 14.133/2021) e demais legislações correlatas, ou, ainda, resta pendente aqueles com ausência de manifestação quanto a pendências financeiras, ou aqueles pendentes de pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

Ademais, com o compromisso de atuar sempre em consonância com as boas práticas e comunicação assertiva, informa-se que todos os instrumentos celebrados pela SEEC/DF, são encaminhados mensalmente à Assessoria de Comunicação, para inserção no Portal da Transparência, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 4.990, de 2012 e arts. 7º e 8º do Decreto Distrital nº 34.276, de 2013 e conforme estabelece a Instrução Normativa nº 02, de 8 de dezembro de 2015-CGDF e nos normativos supramencionados, visando otimizar e apoiar a transparência ativa.

Concomitante ao já exposto, foram respondidas 44 (quarenta e quatro) consultas, no que diz respeito aos contratos desta Secretaria, provenientes dos Órgãos de Controle das esferas Distrital e Federal (PGDF, UCI, Ouvidoria, CLDF).

10. ENTRAVES ENCONTRADOS NA ADEQUADA ATUAÇÃO CONTRATUAL:

Importante alertar que, por muitas vezes, a instrução processual necessita de ajustes por parte das áreas técnicas demandantes, mesmo durante o processo de aquisição, o que



delonga a conclusão das análises dos setores de licitação e gera a necessidade de ajustes pelos setores responsáveis, repercutindo na celeridade dos procedimentos que visam a celebração dos contratos, termos aditivos e instrumentos congêneres.

Assim sendo, no exercício de 2024, apesar de análises procedimentais, identificaram-se conjunturas, gargalos, em síntese:

- A demora ou a ausência de manifestação das áreas demandantes em relação aos memorandos de alerta encaminhados, os quais têm como finalidade a obtenção da declaração da comissão executora ou fiscalizadora acerca do interesse na prorrogação ou não da vigência contratual, bem como a emissão de parecer sobre a regularidade dos pagamentos dos itens passíveis de repactuação.
- Ausência de normativo que estabeleça o prazo a ser observado pelas áreas para a adequada instrução, elaboração e formalização das minutas de contratos, termos aditivos e instrumentos correlatos.
- Atraso por parte das áreas demandantes no envio de relatórios, documentos e demais requisitos indispensáveis à execução das atividades relacionadas aos procedimentos de prorrogação de vigência, outros aditamentos requeridos ou ao arquivamento dos processos.
- Demora por parte das empresas na apresentação dos documentos de habilitação e das garantias exigidas.
- A ausência de integração entre os sistemas SIGGo, E-Contratos e Cronos exige a inclusão manual dos contratos em cada sistema separadamente, o que torna o processo mais lento, suscetível a erros e menos eficiente. A integração desses sistemas permitiria maior agilidade, precisão e eficiência na gestão dos contratos.

11. AQUISIÇÕES E PROGRAMAS DE IMPACTO

11.1 DO PROGRAMA CARTÃO GÁS:

Inicialmente, registra-se que por força da Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, o Programa Cartão Gás, no âmbito do Distrito Federal, foi regulamentado pelo Decreto nº 42.376/2021, no qual ficou estabelecido uma parceria na realização do Programa entre a então SEPLAD, atual SEEC, responsável pelo cadastramento e fiscalização das empresas, e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES), responsável pela operacionalização do Programa e o cadastramento e fiscalização dos beneficiários. Frisa-se, ainda, que a operacionalização do Programa Cartão Gás também é realizada pelo Banco de Brasília S.A - BRB, nos termos dos artigos 10 e 14 do Decreto nº 42.376/2021.

Após estruturação do programa Cartão Gás, com a promoção de vasta divulgação feita pela Secretaria de Estado de Economia para cadastramento de estabelecimentos comerciais, aprimoramento do aplicativo do Programa e formalização diversos Termos de Adesão para que os revendedores pudessem aderir ao Programa do Governo, a sua Gestão foi transferida à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, por meio da Lei 7.475, de 29 de fevereiro de 2024. O referido programa esteve sob execução da SEEC de 2021 até fevereiro de 2024.

11.2 DAS GRANDES CONTRATAÇÕES

No campo das contratações de alta relevância social e elevada complexidade, destacam-se a aquisição de viaturas do tipo ambulância, realizada por meio do Pregão nº 83/2023, demandada pela Secretaria de Estado de Saúde, cujo valor homologado alcançou R\$ 17.888.530,00 (dezessete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e trinta reais); os serviços de vigilância patrimonial e monitoramento eletrônico, decorrentes do Pregão eletrônico nº 90057/2024, no valor homologado de R\$ 937.852.494,30 (novecentos e trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta centavos) e a gestão de frota e abastecimento (Pregão Eletrônico nº 082/2023), cujo valor homologado é de R\$ 31.769.567,26 (trinta e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e sessenta sete reais e vinte e seis centavos).



12. MODERNIZAÇÃO DO CICLO DE COMPRAS

12.1 SISTEMA e-CONTRATOS:

O sistema e-ContratosDF, desenvolvido em plataforma web, foi instituído pelo Decreto nº 39.211, de 5 de julho de 2018, e posteriormente alterado pelo Decreto nº 40.447, de 6 de fevereiro de 2020. Sua implementação se deu por meio da Portaria nº 314, de 6 de julho de 2018, tornando-se de uso obrigatório para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal que utilizam o Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo) em seus registros contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais.

Em 2024, foram realizadas 4 turmas de capacitação no e-ContratosDF, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV). Essas capacitações treinaram aproximadamente 90 servidores para atuarem na operacionalização do sistema, desempenhando funções como analistas de formalização, gestores e fiscais de contratos.

Para garantir a atualização dos registros cadastrados no sistema, foi implantada a situação "Vencido", que funciona como um alerta para os órgãos e entidades. Dessa forma, busca-se estimular a regularização e a manutenção da acurácia dos dados no e-ContratosDF.

Atualmente, encontram-se em fase de testes os módulos de gestão de congêneres, contratos externos (executados fora do sistema SIGGo) e contratações por empenho. A implantação desses módulos ampliará ainda mais as funcionalidades e o alcance do sistema.

Outra iniciativa em curso é o mapeamento do sistema a partir da metodologia de modelagem de processos, que tem como objetivo tornar mais ágil o entendimento das regras negociais do e-ContratosDF, bem como dos relacionamentos entre as suas diversas funcionalidades, facilitando tanto a manutenção quanto a evolução do sistema.

Além de sua função primordial na gestão de contratos, a base de dados do e-ContratosDF tem se mostrado uma ferramenta valiosa para diversos órgãos de controle. Esses órgãos utilizam as informações disponíveis para a gestão de riscos, o monitoramento das contratações públicas, o controle social dos gastos públicos, entre outras finalidades, contribuindo para a lisura e a eficiência da Administração Pública do Distrital.

Atualmente, o sistema atende 102 órgãos da administração pública direta ou indireta do Distrito Federal. Sua base conta com 14.722 contratos cadastrados, dos quais 4.082 estão ativos. O valor total aproximado desses contratos ativos é de R\$ 26,5 bilhões, o que demonstra a magnitude e a relevância do e-ContratosDF na gestão das contratações públicas do Distrito Federal.

12.2 SISTEMA e-COMPRASDF:

O e-ComprasDF é um sistema capaz de realizar o planejamento, auxiliar a fase interna da licitação, as sessões públicas de lances e a gestão automatizada das atas de registro de preços, visando à informatização e modernização, ao melhor controle e transparência nas compras públicas realizadas pelo Governo do Distrito Federal.

Encontra-se em implantação o novo módulo do Sistema e-ComprasDF, que tornará obrigatório o registro das contratações realizadas pelos órgãos da Administração Distrital. Dessa maneira, as contratações diretas, como dispensas de licitação e inexigibilidades agora poderão ser consultadas via internet, e disponibilizadas no portal da transparência do Estado.

Além disso, a funcionalidade promove a conversão dos itens licitados ao padrão do catálogo unificado do Plano de Contratações Anual, fornecendo uma importante ferramenta de rastreamento do Planejamento da Contratação até sua execução.

Ademais, o mesmo sistema poderá enviar essas contratações diretas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

12.3 PADRONIZAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS ATRAVÉS DA UNIFICAÇÃO DE SISTEMAS.

O Sistema de Gestão de Atas de Registro de Preços (SGARP) e o Sistema e-ComprasDF (o qual realiza o PCA do GDF e contém o catálogo padronizado) estão sendo unificados. Dessa



maneira, todos os procedimentos do Plano de Contratações e do Planejamento e Gestão de Atas de Registro de preços passarão a ocorrer dentro do mesmo ambiente, qual seja o sistema e-ComprasDF.

Dessa maneira, haverá um importante fortalecimento do planejamento das contratações públicas, à medida que as atas de registro de preços serão elaboradas a partir dos planos de contratações dos órgãos, oportunizando uma melhor assertividade na prospecção das necessidades dos órgãos, resultando em contratações mais assertivas, e menor risco de desabastecimento das instituições.

A integração também possibilitará maior agilidade nas tarefas executadas pela central de compras do Estado.

13. CONTROLE INFORMATIZADO DOS PRAZOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O Sistema Cronos foi implantado para o aperfeiçoamento dos procedimentos de controle e acompanhamento contratual por meio da informatização. Dessa maneira, a ferramenta comporta os instrumentos firmados pela Secretaria de Economia, emitindo alertas e outros controles para rastreamento dos instrumentos durante sua vigência.

Com a implantação do Cronos, almeja-se mitigar os riscos no âmbito das contratações, incluindo as do tipo emergencial, e aperfeiçoar os processos de trabalho dos diversos setores envolvidos na execução contratual.

Tendo em vista o sucesso da ferramenta no âmbito da Secretaria de Economia, o Cronos vem sendo expandido para outros órgãos do Distrito Federal, como é o caso da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (SEAPE-DF) e da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF). O sistema pode ser acessado respectivamente nos links: (<https://cronos.economia.df.gov.br/defen>) e (<https://cronos.economia.df.gov.br/seape>).

14. ATUALIZAÇÃO CONTÍNUA DO MAPEAMENTO DOS PROCESSOS VINCULADOS À COMPRAS PÚBLICAS.

Em 2023 foi realizado o projeto de mapeamento de processos da Central de Compras, de forma a registrar o fluxo processual dos procedimentos realizados. Na ocasião foram elaborados 38 processos com seus respectivos manuais descritivos, os quais podem ser acessados na página <https://sapscg.economia.df.gov.br/map>. Também são monitorados a evolução dos processos que irão culminar na realização de contratações e aquisições em prol da população, de maneira que, em 2024, vem empreendendo a contínua atualização do mapeamento. Esta é uma boa prática, que objetiva melhorar a eficiência dos serviços executados, uma vez que facilita a visualização do funcionamento da organização, provendo, assim, uma visão sistêmica das atividades, o que promove melhores tomadas de decisão.

De acordo com as atividades finalísticas desenvolvidas em parceria com as unidades vinculadas, apresentamos os projetos concluídos e em andamento no exercício de 2024, destacando as ações realizadas pela Secretaria de Economia do Distrito Federal em alinhamento com as diretrizes e objetivos estabelecidos:

Projeto/Produto	Status	Ações/Atividades 2024
Recadastramento 2024 - RECAD Sistema de Recadastramento dos Servidores Ativos do Distrito Federal	Concluído	Em 2024 realizou-se o recadastramento dos servidores ativos dos 98 órgãos do Distrito Federal que resultou em 92% dos cadastros ativos atualizados. Após conclusão do período de recadastramento foram realizadas ações de correção/manutenção de migração. Bem como suporte aos setores.
Demanda de Extração de dados do SIGH	Concluído	Extração e análise de dados do SIGH, apresentando tabelas conectada ao conjuntos de dados do Power BI.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Alteração do Decreto nº 28.195, de 16 de agosto de 2007 que possibilitou o credenciamento de entidades, modalidade consignatária compulsória, nos termos do Decreto nº 28.195, de 16 de agosto de 2007, com vistas a oferecer Antecipação Salarial sem a cobrança de juros.	Concluído	Possibilitar o credenciamento de empresas que possam oferecer antecipação salarial sem a cobrança de juros para servidores cuja folha de pagamento é processada o âmbito do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), com descontos consignados em folha de pagamento. Foi efetuada alteração no Decreto nº 28.195, de 16 de agosto de 2007 e, até o momento, foi credenciada a instituição PICPAY INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A (PICPAY), inscrita sob CNPJ nº 22.896.431/0001-10. conforme Termo de Compromisso nº 1/2024 - SEEC/DF (152143394). Resultado esperado: Credenciamento de empresas para oferta de antecipação salarial aos servidores do Governo do Distrito Federal sem a cobrança de juros.
Implementação da versão 4.0 do SEI-GDF: A atualização da versão do SEI-GDF foi finalizada em 29/10/2024.	Concluído	A SETIC realizou a simulação da atualização do SEI-GDF por 5 vezes, as quais precisaram ser exaustivamente testadas pela UGPEL para garantia de sucesso; Adaptação dos perfis do SEI-GDF para garantia do acesso a todas as funcionalidades por parte dos usuários; Capacitação dos Instrutores do Curso SEI Usar, dos gestores setoriais e formação de novos multiplicadores para os cursos do SEI-GDF; Realização de reuniões virtuais para orientação dos usuários e apresentação das novas funcionalidades da versão abrangendo as novidades SEI 4.0 (dividido em duas partes): Mecanismos de Gestão - Novos e Antigos e Transparência Ativa - Níveis de Acesso e Pesquisa Pública; Emissão de comunicados a todos os órgãos do GDF, aos órgãos de controle e publicados avisos nos portais institucionais; Atualização dos Manuais e Procedimentos Operacionais Padrão do SEI-GDF; Atualização dos cursos EAD do SEI-GDF em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal.
SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas no âmbito do Governo do Distrito Federal - Projeto PROFISCO II	Em andamento	Realizado o levantamento de possíveis necessidades e requisitos das unidades envolvidas nos macroprocessos de gestão de pessoas a serem contempladas por um novo sistema de gestão de pessoas, bem como tratativas para elaboração de documento de formalização de demanda de aquisição (SIGEP). Realização de eventos e artefatos preparatórios para a implantação do novo SIGEP. Assinatura do termo de Cooperação técnica 002/2024, entre DF e o Estado de Santa Catarina.
E-SOCIAL - SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED (E-SOCIAL E EFD-REINF) Plataforma informatizada de apoio às escriturações fiscal e digital das obrigações fiscais, retenções, previdenciárias e trabalhistas dos órgãos do Distrito Federal.	Em andamento	Atualmente em fase de customização e implantação do sistema que atenderá em torno 90 órgãos do Distrito Federal, apoiando as ações de escriturações fiscal e digital, das obrigações fiscais, retenções, previdenciárias e trabalhistas dos órgãos do Distrito Federal.
E-social PRO - ES Serviços de mensageria para a transmissão de dados do e-Social à Receita Federal.	Em andamento	Assinado o termo de cessão de uso dos direitos do Software e-Social PRO, incluindo os códigos fonte entre DF e o Estado de Espírito Santo - ES.
Registro Eletrônico de Frequência - SISREF - Contratação de empresa para prestação de serviço de controle de frequência eletrônica dos servidores e colaboradores da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.	Em andamento	Publicação da Portaria nº 291 de 27 de setembro de 2022, que institui Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar avaliação técnica atinente à necessidade de prestação de serviços técnicos de Controle Eletrônico de Frequência no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC, por meio de contratação de empresa especializada. Realização de estudos preliminares para a contratação de sistema de registro eletrônico de frequência.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Contratação de Censo Previdenciário. Pró-Gestão. Certificação Institucional. Regime Próprio de Previdência Social. Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF.	Em andamento	Participação de servidor para integrar Grupo de Trabalho com a finalidade de coordenar os preparativos para a contratação de empresa especializada na realização do Censo Previdenciário.
Implantação do Programa de Bem-Estar, Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor - Projeto PROFISCO II	Em andamento	Foi concluído o projeto piloto do Programa de bem-estar, saúde e segurança do trabalho (Programa BESST), na Procuradoria-Geral do Distrito Federal; elaboradas Notas e Pareceres Técnicos no âmbito de programas preventivos contra doenças infecciosas, como o MPOX; revisão de processos e fluxos para otimizar o atendimento em saúde ocupacional; Relatórios estatísticos; e exposições dialogadas acerca Assédio Moral e Programa de Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho.
Análise e fiscalização dos processos de consignação facultativa em folha de pagamento de servidores ativos e inativos do Distrito Federal, em conformidade com o Decreto nº 28.195, de 16 de agosto de 2007.	Em andamento	Ações corretivas do Sistema Único de Gestão de Pessoas (SIGRH) no cadastro de consignatárias; Estudos sobre as legislações vigentes para o melhor desempenho da equipe; Análises de normativos em âmbito nacional e distrital acerca da consignação facultativa e compulsória, com a elaboração de Minuta de Decreto para substituir o Decreto Distrital vigente, visando melhor definir, entre outras atividades, a parametrização para atualização e recadastramento das entidades consignatárias.
Desenvolvimento e aprimoramento das ferramentas das rotinas relacionadas ao cadastramentos e acompanhamento das consignatárias facultativas.	Em andamento	Ações corretivas do Sistema Único de Gestão de Pessoas (SIGRH) no cadastro de consignatárias; Estudos sobre as legislações vigentes para o melhor desempenho da equipe; Suporte aos setoriais de gestão de pessoas; Análises de normativos em âmbito nacional e distrital acerca da consignação facultativa e compulsória, com a elaboração de Minuta de Decreto para substituir o Decreto Distrital vigente, visando melhor definir, entre outras atividades, a parametrização para atualização e recadastramento das entidades consignatárias; e Manutenção e aperfeiçoamento de roteiros para conferência da documentação apresentada pelas consignatárias.
Acompanhamento do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2022, estabelecido entre esta Pasta e o Banco de Brasília S.A. (BRB), com a finalidade de viabilizar a prestação de serviços, pelo BRB, de gestão de margem consignável dos servidores do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal, que culminou na assinatura do Termo de Adesão – BRB/DIAGO/SUMOB/GEPSO/NUCBA, com a BRB Serviços S.A., responsável pelo sistema CONSIGSERV de controle de margem consignável.	Em andamento	Ações corretivas do Sistema Único de Gestão de Pessoas (SIGRH) no cadastro de consignatárias e acompanhamento do CONSIGSERV de controle de margem consignável; Estudos sobre as legislações vigentes para o melhor desempenho da equipe; Suporte aos setoriais de gestão de pessoas.
Decreto 46.102, de 07 de agosto de 2024 que regulamenta a Lei nº 7.524, de 15 de julho de 2024, a qual autoriza a instituição de assistência odontológica destinada aos servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.	Em andamento	Acompanhamento do edital de credenciamento nº 01/2024, visando o credenciamento de empresas especializadas em planos de assistência odontológica para os servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, incluindo ativos, inativos e seus dependentes. Análise documental para habilitação das empresas especializadas em planos de assistência odontológica interessadas no processo de credenciamento como consignatárias, em conformidade com os critérios estabelecidos no artigo 6º do Decreto nº 28.195/2007.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Gestão e Higienização das Rubricas do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)	Em andamento	Adequação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) para atender ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial); Análise de todo o banco de rubricas que compõem a folha de pagamento, suas regras de negócios e implementação; Identificação dos pagamentos indevidos ou em desacordo com o estabelecido, na forma da lei; Análise dos lançamentos dos atos e fatos contábeis; e Acompanhamento da legislação em consonância com o orçamento, execução financeira e contábil.
Estudo e revisão da legislação relativa às rubricas de pagamento existentes no âmbito do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) e desenvolvimento da conformidade sistêmica dos cálculos da folha de pagamento.	Em andamento	Pesquisa e organização de arquivo relativo ao arcabouço jurídico alusivo às rubricas de pagamento, para evitar pagamentos indevidos e descontos de valores em desacordo com o disposto na legislação. Ajuste do SIGRH em consonância com as regras dispostas na legislação para identificar pagamentos indevidos ou em desacordo com o estabelecido na legislação; identificação de descontos indevidos ou em desacordo com o estabelecido nas normas legais; e realização de Ajustes do sistema e acerto dos débitos lançados em desacordo com a norma (tanto a maior quanto a menor). O Sistema está integrado ao projeto de "Gestão e Higienização das Rubricas do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)", onde os ajustes sistêmicos estão sendo implementados a medida em que são identificadas inconsistências.
Desenvolvimento e implantação do módulo de acerto de contas dos servidores efetivos	Em andamento	Mitigação de erros que possam causar prejuízos ao erário ou ao servidor; Revisão do disposto na legislação; Desenvolvimento parcial do módulo; Estudo para elaboração de Manual de procedimentos, visando padronizar os procedimentos relativos ao acerto de contas servidores com vínculo de modo a evitar prejuízos ao erário ou ao servidor e proporcionar celeridade às ações desenvolvidas no âmbito das unidades de gestão de pessoas dos órgãos.
Implantação do Dimensionamento da Força de no âmbito do Distrito Federal	Em andamento	Elaboração de projeto para a criação de uma ferramenta tecnológica integrada voltada ao Dimensionamento e Gestão da Força de Trabalho no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF). Essa iniciativa está alinhada ao Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 e busca modernizar e aprimorar os processos de gestão do capital humano em órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal.
Implementação de programa de capacitação estratégica das lideranças.	Em andamento	Realizado o levantamento de possíveis necessidades e requisitos das unidades envolvidas a serem contempladas pelo programa, bem como elaboração de documento de formalização de demanda. Realização de reuniões e artefatos preparatórios para contratação.
Implementação de programa de capacitação estratégica para os membros de conselhos administrativos e fiscais dos órgãos do GDF.	Em andamento	Realizado o levantamento de possíveis necessidades e requisitos das unidades envolvidas a serem contempladas pelo programa, bem como elaboração de documento de formalização de demanda. Realização de reuniões e artefatos preparatórios para contratação.
e-Protocolo (Protocolo Eletrônico do Governo do Distrito Federal)	Em andamento	A implementação do e-Protocolo foi realizada para 17 órgãos e está em preparação para implantação em todas as secretarias a partir de 06/01/2025, nos órgãos da Administração Indireta em 20/01/2025 e nas Administrações Regionais em 10/02/2025.
Desenvolvimento e Implementação do Paineleletrônico do GDF - Projeto PROFISCO II	Em andamento	Alinhamento para início da preparação dos artefatos dos projetos incluídos no financiamento do Profisco.
Módulo Integrado de Gestão e Controle de Processos - Projeto PROFISCO II	Em andamento	Alinhamento para início da preparação dos artefatos dos projetos incluídos no financiamento do Profisco.
Modelo de Integração de Sistemas Estruturantes ao SEI-GDF - Projeto PROFISCO II	Em andamento	Alinhamento para início da preparação dos artefatos dos projetos incluídos no financiamento do Profisco.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Painel de Carreiras - Atualização e extração dos dados para o Painel GTIT/GH	Em andamento	Atualização e extração dos dados para o Painel GTIT/GH que foi desenvolvido para atender à necessidade de monitoramento detalhado dos valores pagos referentes às rubricas GTIT GH, GHAAJ e GHPP (Gratificação de Habilitação em Políticas Públicas).
Manutenção e atualização dos dados no Painel Estatístico de Pessoal	Ação contínua	Atualização e extração de dados para o Painel Estatístico de Pessoal disponível no sítio eletrônico da SEEC/DF em https://www.economia.df.gov.br/painel_estatistico_pessoal/

ATOS DE PESSOAL

No que se refere ao panorama da força de trabalho, conforme a Portaria nº 821, de 11/10/2024, desta Secretaria de Estado, publicada em cumprimento à Decisão nº 3.306/2018, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no mês de setembro/2024 contabilizou-se 3.016 servidores/empregados cedidos e colocados à disposição de órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal e 585 para outros entes, totalizando 3.601 servidores afastados. Além disso, é importante destacar que, de acordo com a mesma Portaria, o Distrito Federal possui 628 servidores requisitados de outros entes, sendo 555 destes sem cargos comissionados e 73 ocupando cargos comissionados.

Convém mencionar ainda que, durante o exercício de 2024, ocorreram nomeações de 10.732 cargos efetivos e 1.739 atos de tornar sem efeito a nomeação, totalizando 8.993 nomeações efetivas, conforme demonstrativo documento SEI nº (159792736). Foram analisados 33 processos relativos à solicitação de ampliação de carga horária.

Acrescenta-se ao exposto, informações de autarquias e empresas estatais dependentes que tramitaram nesta secretaria, ressaltando que existiram demandas que podem não ter prosseguído.

Referência	Processo	Estatal Dependente	Ementa/Autorização
Representação FENASEPE	04033-00009498/2023-62	Novacap	Reaproveitamento de empregados comissionados. Decisão TCDF nº 1081/2023 (109699135).
Hora Extra	00113-00000063/2024-83	DER	Ofício nº 1375/2024 - SEPLAD/GAB (133501248).
Reajuste Tabelas Salariais	00112-00015714/2023-87	Novacap	Aditivo Acordo Coletivo de Trabalho Novacap. Ofício nº 318/2024 - SEEC/GAB (136807168).
Reajuste Tabelas Salariais	00072-00000826/2024-47	Emater	Ofício nº 1749/2024 - SEPLAD/GAB B (134737440).
Reajuste Tabelas Salariais	00075-00000064/2024-02	SAB (Em Liquidação)	Ata CIGP (137180578).
Reajuste Tabelas Salariais	00097-00004306/2024-06 00097-00017660/2023-10 SIGILOSO	Metrô	Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025 (137671690).
Benefício (Plano de Saúde)	00392-00000194/2024-16	CODHAB	Nota Jurídica nº 201/2024 - SEEC/AJL/UNOP (143856691).
Reajuste Tabelas Salariais	00075-00000147/2023-11	SAB Em Liquidação	Ofício nº 3737/2024 - SEEC/GAB (144576191).
Reajuste Tabelas Salariais	00095-00000045/2023-12	TCB	Ofício nº 3468/2023 - SEPLAD/GAB (111546729).
Benefício (Plano de Saúde)	00095-00001026/2024-94	TCB	Reajuste no valor do Auxílio Saúde.
Majoração remuneração Conselheiros.	00020-00053977/2024-31	CODHAB	Ofício nº 7235/2024 - SEEC/GAB (153171525).
Reajuste quadro de empregados permanentes em extinção.	04031-00001786/2024-14	IPEDF – Codeplan	Reajuste salarial quadro de empregados permanentes em extinção - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF – Codeplan).
Segundo Reajuste Tabelas Salariais.	00112-00017251/2024-79	Novacap	Ofício nº 8440/2024 - SEEC/GAB (156256795).
Hora Extra	00112-00002048/2024-06	Novacap	Despacho SEEC/AJL (142815687) e Ofício nº 8543/2024 - SEEC/GAB (156554170)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Com relação aos dispositivos legais publicados no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), relativos aos temas pertinentes a unidade técnica de carreiras e remunerações, apresenta-se a seguir informações subdivididas por área.

Área de Carreiras e Remuneração Com Incremento de Despesas:

ASSUNTO	PROCESSO SEI	DIPLOMA LEGAL/DODF	EMENTA
Diversas Carreiras, com exceção da Carreira da Polícia Penal*	04033-00007841/2023-34 (00002-00002626/2023-07)	Lei nº 7.253/2023 – DODF nº 82, de 03/05/2023	Dispõe sobre o reajuste geral dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
Contratação por Tempo Determinado de Servidores Públicos Aposentados ou Militares Inativos	00001-00036984/2023-33	Decreto nº 45.460/2024 DODF nº 22, de 31/01/2024	Altera o Decreto nº 42.836, de 20 de dezembro de 2021, que regulamenta a Lei nº 6.752, de 10 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a contratação, por tempo determinado, de servidores públicos aposentados ou militares inativos para atender a necessidade de interesse público e dá outras providências.
Carreira Pública de Desenvolvimento e Assistência Social(antiga Carreira Pública de Assistência Social)	04033-00019208/2023-99	Lei nº 7.484/2024 Publicação DODF nº 21-A - Edição Extra, de 27/03/2024 Republicação DODF nº 67, de 09/04/2024	Dispõe sobre a Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
Carreira da Polícia Penal	04026-00005290/2024-16	Lei nº 7.481/2024 DODF nº 60, de 27/03/2024	Reestrutura a Carreira da Polícia Penal
Polícia Militar	00054-00068472/2023-75	Decreto nº 45.640/2024 DODF nº 60, de 27/03/2024	Altera o Decreto nº 32.539, de 02 de dezembro de 2010, que regulamenta a Prestação de Tarefa por Tempo Certo, aplicável aos militares da reserva remunerada e, excepcionalmente, aos reformados, da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.
Corpo de Bombeiros Militar	00053-00030779/2024-11 e 00053-00073234/2024-91	Decreto nº 45.723/2024 DODF nº 77, de 23/04/2024	Autoriza a redução de interstício e de tempo de serviço arregimentado para a promoção de oficiais de 21 de abril de 2024 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.
Polícia Militar	00054-00009839/2024-08	Decreto nº 45.724/2024 DODF nº 77, de 23/04/2024	Redução de interstício para as promoções de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, a serem efetivadas a contar de 22 de abril de 2024.
Carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde - Cargo Agente Comunitário de Saúde	04033-00002566/2023-62	Lei nº 7.503/2024 DODF nº 104, de 04/06/2024	Cria a Gratificação de Agente Comunitário de Saúde e altera a tabela de vencimento básico do cargo de Agente Comunitário de Saúde da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do quadro de pessoal do Distrito Federal.
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental	00391-00007379/2023-91	Lei nº 7.504/2024 DODF nº 104, de 04/06/2024	Cria a Gratificação por Execução de Políticas Ambientais – Gepa, a ser concedida aos servidores efetivos lotados e em exercício no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, e dá outras providências.
Gratificação de Movimentação - GMOV	00064-00003247/2023-56	Decreto nº 45.874/24 DODF nº 106, de 06/06/2024	Dispõe sobre a concessão da Gratificação de Movimentação, instituída pela Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992, alterada pela Lei nº 6.531, de 08 de abril de 2020.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Carreiras Policiamento e Fiscalização de Trânsito, Atividades de Trânsito e Demais Servidores em Exercício no DETRAN/DF	00055-00090596/2023-17	Decreto nº 45.896/2024 DODF nº 110, de 12/06/2024	Dispõe sobre a equiparação do auxílio alimentação entre os servidores das carreiras de Policiamento e Fiscalização de Trânsito e de Atividades de Trânsito, e demais servidores em exercício no Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF.
Polícia Militar	00054-00057275/2024-10	Decreto nº 45.912/2024 DODF nº 43-A Edição Extra, de 14/06/2024	Altera o Decreto nº 17.352, de 10 de maio de 1996, que regulamenta a designação para o serviço ativo do policial militar, prevista no art. 9º da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984.
Polícia Militar	00054-00118275/2024-95 e 00054-00076956/2024-79	Decreto nº 46.175/2024 DODF nº 54-A Edição Extra, de 23/08/2024	Redução de interstício para as promoções de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, a serem efetivadas a contar de 21 de agosto de 2024.
Corpo de Bombeiros Militar	00053-00133943/2024-32 e 00053-00134828/2024-85	Decreto nº 46.195/2024 DODF nº 165, de 28/08/2024	Autoriza a redução de interstício e de tempo de serviço arregimentado para a promoção de oficiais de 21 de agosto de 2024 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.
Carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura	00094-00003052/2022-13	Lei nº 7.564/2024 DODF nº 203, de 22/10/2024	Altera a Lei nº 6.448, de 23 de dezembro de 2019, que "dispõe sobre a carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal e altera a Lei nº 5.195, de 26 de setembro de 2013, que dispõe sobre a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal e dá outras providências", e dá outras providências.
Carreira Técnica em Enfermagem	00060-00365365/2024-49	Lei nº 7.565/2024 DODF nº 204, de 23/10/2024	Dispõe sobre a reestruturação da carreira Técnica em Enfermagem do Distrito Federal e dá outras providências.
Carreira Atividades do Hemocentro	00063-00003131/2024-26	Lei nº 7.588/2024 DODF nº 90-B - Edição Extra, de 02/12/24	Dispõe sobre a reestruturação da carreira Atividades do Hemocentro do Distrito Federal e dá outras providências.
Carreira Atividades de Trânsito	00055-00088979/2023-17	Lei nº 7.590/2024 nº 232, de 05/12/24	Institui a Gratificação por Habilitação das carreiras Atividades de Trânsito e Policiamento e Fiscalização de Trânsito do quadro de pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF e dá outras providências.
Carreira Policiamento e Fiscalização de Trânsito	00055-00088979/2023-17	Lei nº 7.590/2024 nº 232, de 05/12/24	Institui a Gratificação por Habilitação das carreiras Atividades de Trânsito e Policiamento e Fiscalização de Trânsito do quadro de pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF e dá outras providências.
Carreira Apoio às Atividades Jurídicas	00020-00063849/2024-03	Lei Complementar nº 1.043/2024 nº 95-A - Edição Extra, de 13/12/2024	Dispõe sobre a Carreira Apoio às Atividades Jurídicas do Distrito Federal e Procurador do Distrito Federal, e dá outras providências.
Carreira Procurador do Distrito Federal	00020-00063849/2024-03	Lei Complementar nº 1.043/2024 nº 95-A - Edição Extra, de 13/12/2024	Dispõe sobre a Carreira Apoio às Atividades Jurídicas do Distrito Federal e Procurador do Distrito Federal, e dá outras providências.
Carreira Apoio à Assistência Judiciária	00002-00007090/2024-99	Lei nº 7.607/2024 nº 95-A - Edição Extra, de 13/12/2024	Dispõe sobre a Carreira Apoio à Assistência Judiciária, e dá outras providências.
Carreira Socioeducativa	00400-00056678/2024-47	Lei nº 7.613/2024 nº 97-A - Edição Extra, de 17/12/2024	Lei nº 7.613/2024 nº 97-A - Edição Extra, de 17/12/2024



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Corpo de Bombeiros Militar	00053-00184524/2024-69	Decreto nº 46.644/2024 nº 97-A - Edição Extra, de 17/12/2024	Autoriza a redução de interstício e de tempo de serviço arrematado para a promoção de oficiais de 25 de dezembro de 2024 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.
Polícia Militar do Distrito Federal	00054-00087184/2024-09	Decreto nº 46.645/2024 nº 97-A - Edição Extra, de 17/12/2024	Acresce o número de cotas do Serviço Voluntário Gratificado (SVG) da Polícia Militar do Distrito Federal no exercício financeiro de 2024.
Polícia Militar do Distrito Federal - Oficiais	00054-00172232/2024-55	Decreto nº 46.655/2024 nº 98-A - Edição Extra, de 19/12/2024	Redução de interstício para as promoções de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, a serem efetivadas a contar de 26 de dezembro de 2024.
Polícia Militar do Distrito Federal - Praças	00054-00172232/2024-55	Portaria de 19 de dezembro de 2024 nº 98-A - Edição Extra, de 19/12/2024	Redução de interstício para as promoções de praças da Polícia Militar do Distrito Federal, a serem efetivadas a contar de 26 de dezembro de 2024 .
Carreira Músico	00150-00001072/2023-46	Lei nº 7.632/2024 nº 244, de 23/12/2024	Dispõe sobre a carreira Músico da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, do quadro de pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências.
Carreira Auditoria de Atividades Urbanas	00001-00049935/2023-61	Lei nº 7.634/2024 nº 99-A - Edição Extra, de 23/12/2024	Reestrutura a carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências.
Carreira Regulação de Serviços Públicos	00197-00003285/2023-76	Lei nº 7.640/2024 nº 101-A - Edição Extra	Dispõe sobre a criação da Gratificação por Habilitação em Regulação de Serviços Públicos para os servidores integrantes da Carreira Regulação de Serviços Públicos e dá outras providências.

* Enfatiza-se que a Lei nº 7.253/2023 promoveu reajuste geral para os servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, com a 2ª parcela implementada em 19/07/2024, exceto para a Carreira da Polícia Penal.

Área de Carreiras e Remuneração Sem Incremento de Despesas:

ASSUNTO	PROCESSO SEI	DIPLOMA LEGAL/DODF	EMENTA
Carreira Atividades do Hemocentro	00063-00004988/2022-00	Portaria Conjunta nº 05, de 15/01/24 DODF nº 13, de 18/01/24.	Estabelece, nos termos do Anexo I e II desta Portaria, as especialidades e respectivas atribuições dos cargos de Analista de Atividades do Hemocentro e Técnico de Atividades do Hemocentro da Carreira Atividades do Hemocentro.
Carreira Magistério Público	00080-00073133/2022-21	Portaria Conjunta nº 32, de 28/12/23 DODF nº 14, de 19/01/24.	Altera a Portaria Conjunta nº 38, de 14 de junho de 2022, que estabelece as atribuições e os requisitos de ingresso das habilitações dos cargos de Professor de Educação Básica e de Pedagogo - Orientador Educacional da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.
Carreira Magistério Público	00080-00073133/2022-21	Portaria Conjunta nº 32, de 28/12/23 DODF nº 14, de 19/01/24.	Altera a Portaria Conjunta nº 38, de 14 de junho de 2022, que estabelece as atribuições e os requisitos de ingresso das habilitações dos cargos de Professor de Educação Básica e de Pedagogo - Orientador Educacional da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.
Carreira Atividades do Hemocentro	00063-00000629/2024-37	Portaria Conjunta nº 11, de 10/04/24 DODF nº 71, de 15/04/24.	Altera a Portaria Conjunta nº 05, de 15 de janeiro de 2024, que estabelece as especialidades e respectivas atribuições dos cargos de Analista de Atividades do Hemocentro e Técnico de Atividades do Hemocentro da Carreira Atividades do Hemocentro.
Carreira Enfermeiro - Mudança de Especialidade	00060-00540507/2023-82	Lei nº 7.500/2024 DODF nº 92, de 15/05/24.	Altera a Lei nº 3.322, de 18 de fevereiro de 2004, que reestrutura a carreira de Enfermeiro, do quadro de pessoal do Distrito Federal, fixa seus vencimentos e dá outras providências".



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Carreira Gestão e Fiscalização Rodoviária	00113-00020460/2022-18	Portaria Conjunta nº 18, de 28/06/24 DODF nº 127, de 05/07/2024.	Define as especialidades e atribuições dos cargos da Carreira Gestão e Fiscalização Rodoviária do Distrito Federal.
Carreira Atividades do Meio Ambiente	00391-00011026/2023-95	Portaria Conjunta nº 30, de 17/10/2024 DODF nº 206, de 25/10/2024.	Define as especialidades e atribuições dos cargos da carreira Atividades do Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 4.302, de 27 de janeiro de 2009.
Carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura	04033-00019250/2023-18	Lei nº 7.589/2024 DODF nº 232, de 05/12/2024.	Altera a Lei nº 5.195, de 26 de setembro de 2013, que "dispõe sobre a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal e dá outras providências.
Carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura	04033-00019250/2023-18	Portaria nº 474, de 21/06/24 DODF nº 121, de 28/06/24.	Define as atribuições da Carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 6.448, de 23 de dezembro de 2019.

Informa-se, ainda, que houve publicação de atos dispositivos legais que não possuem processos tramitados na unidade técnica de carreiras e remunerações, mas que se referem a carreiras distritais:

ASSUNTO	DIPLOMA LEGAL/DODF	EMENTA
Carreira Socioeducativa	Publicação ADI Processo: 0736949-10.2023(0736949-10.2023.8.07.0000 - Res. 65 CNJ); Acórdão: 1809119 DODF nº 77, de 23/04/24.	Julgou-se a ação procedente para declarar a inconstitucionalidade formal do § 2º do artigo 1º e do parágrafo único do artigo 2º da LEI DISTRITAL Nº 6.419/2019, com efeitos ex tunc e eficácia erga omnes nos termos do voto do Relator.
Extinta Carreira Gestão de Resíduos Sólidos	Lei nº 7.088/2022 - ADI (0733486-60.2023.8.07.0000) - Julgada improcedente. DODF nº 116, de 20/06/24	Dispõe sobre a Carreira Gestão de Resíduos Sólidos, extinguindo-a.
Carreira Gestão e Assistência Pública à Saúde	Publicação ADI Processo: 0733487-45.2023 (0733487-45.2023.8.07.0000 Res. 65 CNJ); Acórdão: 1797123 DODF nº 141, de 25/07/2024	Julgou-se procedente o pedido nos termos do voto do Relator para declarar a inconstitucionalidade dos incisos I e II do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 6.903/21, com efeitos ex tunc e eficácia erga omnes. Unânime.

Por oportuno, no exercício 2024 foram analisadas 595 propostas de organização/reorganização administrativa, das quais 584 foram convertidas em decreto. Também foram analisadas 6 propostas de alteração das estruturas das empresas estatais dependentes, em apoio às atividades de Comitê Interno de Gestão de Pessoas (CIGP) de que trata a Portaria nº 41, de 21 de fevereiro de 2020.

Registra-se que cada decreto de organização/reorganização administrativa gera alterações nos dados do SIGRH, seja pela extinção, criação ou remanejamento de cargos comissionados ou unidades administrativas. Contando assim, com 11.767 alterações no SIGRH e 732 atendimentos aos setoriais de gestão de pessoas (Ticket SIGRH).

Quanto aos mandatos classistas registrou-se 17 análises de solicitações de concessão, suspensão e restabelecimento e 30 concessões, suspensões e restabelecimentos publicados.

ATOS PUBLICADOS NO DODF

Registra-se que em 2024 foram publicados os seguintes atos autorizativos no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF):

ATOS PUBLICADOS NO DODF	2024
Autorização de Cessão - Órgãos Distritais	368
Autorização de Cessão - Outros Entes	32
Autorização de Cessão - Poder Legislativo	20
Autorização de Cessão - Poder Judiciário	12
Autorização de Cessão - Órgão de Classe Profissional	4
Autorização de Cessão - TCDF	12
Autorização de Disposição - Órgãos Distritais	167
Autorização de Disposição - Outros Entes	29



Autorização de Disposição - Justiça Eleitoral	89
Autorização de Disposição - Presidência da República	17
Autorização de Disposição - Poder Legislativo	0
Autorização de Disposição - Poder Judiciário	0
Autorização de Disposição/Requisição- TCDF	10
Regularização de Cessão - Anos Anteriores	15
Regularização de Disposição - Anos Anteriores	8
Anulação de Cessão	0
Invalidação de Cessão (sem efeito)	23
Invalidação de Disposição (sem efeito)	5
Republicações	7
Retificações	10
Revogação de Cessão	10
Revogação de Disposição	42
TOTAL GERAL	880

DIMENSIONAMENTOS DA FORÇA DE TRABALHO

No ano de 2024 foi realizada o Dimensionamentos da Força de Trabalho no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), na Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (SODF) e no Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). O trabalho realizado evidencia a economia significativa gerada pela análise técnica do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) nos órgãos do Distrito Federal. Ao comparar o déficit de servidores apontado pelos órgãos sem a análise técnica e o déficit identificado após a aplicação da metodologia do DFT, é possível observar uma redução considerável no número de servidores necessários, o que resulta diretamente em economia substancial para os cofres públicos. Por exemplo, no Arquivo Público (ArPDF), o déficit inicial apontado era de 70 servidores, com um custo anual aproximado de R\$ 6.181.760,00. Após a análise técnica, o déficit real, analisado tecnicamente, é de 28 servidores, reduzindo o custo anual para R\$ 2.472.704,00, gerando uma economia de R\$ 3.709.056,00.

Na Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (SODF), o déficit apontado pelos órgãos era de 147 servidores, com um custo anual de R\$ 13.677.705,08. Com a análise técnica, o déficit foi reduzido para 43 servidores, diminuindo o custo para R\$ 4.000.961,35, resultando em uma economia de R\$ 9.676.743,73. No Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE/DF), o déficit inicial era de 161 servidores, com um custo anual de R\$ 16.880.356,40. Após a aplicação do DFT, o déficit foi ajustado para 15 servidores, com custo anual de R\$ 1.743.826,00, gerando uma economia de R\$ 15.136.530,40.

No total, considerando os três órgãos, a economia anual gerada aos cofres públicos pela análise técnica do DFT atinge R\$ 28.522.330,13, o que demonstra de forma clara a importância da metodologia aplicada para a otimização dos recursos públicos e a gestão eficiente do capital humano no Governo do Distrito Federal. A análise técnica detectou o número ideal de servidores necessários, reduzindo a quantidade de pessoal sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Esse ajuste garante não apenas a economicidade, mas também a efetividade e a sustentabilidade da administração pública.

Esses esforços reafirmam a importância de valorizar os profissionais que, com dedicação e excelência, contribuem para a eficiência e eficácia da administração pública, assegurando uma gestão estratégica alinhada às prioridades governamentais e às necessidades da sociedade.

SAÚDE DO SERVIDOR

Relacionado a Saúde do Servidor e Segurança do Trabalho dentre as ações elencadas em relação às avaliações periciais foram realizadas em média 12.789 (doze mil setecentos e oitenta e nove reais) atendimentos por mês, nos meses de janeiro a dezembro de 2024, o que perfaz 153.478 atividades periciais médicas e odontológicas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Principais Ações	Total
Horário Especial (familiar Deficiente)	640
Horário Especial (servidor Deficiente)	117
Aposentadoria - Doença Especificada em Lei	98
Aposentadoria - Doença Não especificada em Lei	239
Isenção de Imposto de Renda	2.033
Pensão Invalidez - Dependente	162
Remoção Motivo Saúde	240
Reversão de Aposentadoria	75
Revisão de Aposentadoria	185
Atendimento sem Agendamento Prévio	198
Atendimento Médico Pericial Documental	88.256
Atendimento Médico Pericial Presencial	65.222
Atendimento (Juntas de Readaptação)	976
Reversão da restrição	46
Atendimentos IFBrA	569

Em 2024, obteve-se como foco as ações educativas, de prevenção e de promoção à saúde do servidor do Distrito Federal. As ações realizadas abarcaram palestras, webnários, oficinas, rodas de conversa, elaboração de materiais psicoeducativos, além de aplicação de testes psicológicos e suporte psicológicos e psiquiátricos, visando o acompanhamento e gerenciamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Além disso, executou os programas concernentes à saúde mental, a saber: Programa de Combate ao Tabagismo, Programa de Avaliação Psicológica, Programa de Gestão de Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho, Programa de Atenção à Saúde Mental Materna, Programa de Atenção ao Dependente Químico, Programa de Educação Permanente à Saúde Mental, Programa de Orientação para Aposentadoria e Programas de Serviço Social.

Principais Ações	Total
Atendimentos (Suporte, PASMM, PADQ, Psiquiatria)	6.358
Ações psicoeducativas (Roda de Conversa/Oficinas/Palestras)	52
Junta Médica para Avaliação de Incidente de Sanidade Mental (JM-ISM)	74
Atendimentos	56
Testes psicológicos	99

As atividades que envolvem especialmente ações relacionadas às atividades do corpo de engenharia em segurança do trabalho e de enfermagem do trabalho obtiveram os seguintes resultados:

Principais Ações	Total
Emissão de LTCATs	10.256
Emissão de Pareces e Laudos PGDF	1.012
Análise de Requisitos e Pressupostos	4.061
Inspeções Gerais	5.296
Medições Ambientais com Uso de equipamentos	14
Análise Ergonômica do Trabalho (AET)	3
Assistência Técnicas Judiciais	176

Acrescente-se a isso a participação a realização de capacitações junto as Comissões de Segurança do Trabalho - CST e Comissão de Investigação de Acidentes em Serviço, confecção de Procedimento Operacional Padrão a ser adotado na elaboração do PGR, conforme nova redação da NR-01.

Com foco em ações típicas da medicina do trabalho, dentre outras, contando com corpo técnico profissional multidisciplinar, de modo que foram realizados exames médicos admissionais, de candidatos nomeados em diário oficial, para ocupar cargo efetivo, após aprovação em concurso público, aos mais diversos órgãos da administração do Distrito Federal, bem como o enquadramento de Pessoas com Deficiência, Juntas de Acidente em



Serviço, Restrições de Capacidade Laborativa, avaliações em fonoaudiologia e otorrinolaringologia, avaliações em cardiologia em caráter preventivo.

Foi concluído o projeto piloto do Programa de bem-estar, saúde e segurança do trabalho (Programa BESST), na Procuradoria-Geral do Distrito Federal; elaboradas Notas e Pareceres Técnicos no âmbito de programas preventivos contra doenças infecciosas, como o MPOX; revisão de processos e fluxos para otimizar o atendimento em saúde ocupacional; Relatórios estatísticos; e exposições dialogadas acerca Assédio Moral e Programa de Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho.

Acrescente-se ainda a realização de atualizações das informações no portal do SIAPMED (siapmed.df.gov.br), bem como na central de atendimento ao cidadão 156 e junto a Assessoria de Comunicação - ASCOM, estudo, planejamento e implantação, no âmbito da saúde e segurança do trabalho, do e-Social ao Distrito Federal. Acompanhamento de inovações do SIAPMED (Sistema de Atendimento em Perícia Médica), no intuito de adaptar o sistema à realidade de atendimento em função da pandemia e das adequações necessárias a realização dos atendimentos, registrados pelas equipes da SUBSAUDE, e do agendamento das pretensas avaliações pelos usuários.

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SERVIDOR

Quanto ao desenvolvimento e capacitação do servidor, durante o exercício de 2024, trabalhou sem medir esforços para fazer uma renovação tecnológica, ampliar a oferta de atividades, aumentar o número total de certificações realizadas, trazer inovação, criar novos projetos e, assim, impactar diretamente todos os cidadãos que utilizam os serviços públicos. Apresentando como capacitações com alta demanda a Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência; Gestão e fiscalização de contratos, Lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/2021, Relações autênticas, com base na Comunicação Não Violenta CNV - Programa virando a chave com a comunicação não violenta; SIGGO Essencial do Zero ao Avançado: Teoria e Prática, Sistema Eletrônico de Informações (SEI) Módulo: Usar; Gestão de riscos na Administração Pública; Inteligência Artificial no setor público: técnicas, riscos e aplicações; Oratória para cursos e palestras; Planejamento e orçamento público aplicado; Prático de orçamento e execução financeira; Estudo Técnico Preliminar e de Termos de Referência, conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos, com ênfase na contratação de solução de TIC conforme IN 94/2022; Inglês básico I; Inglês básico II; e Língua Brasileira de Sinais (Libras) Módulo básico I, Módulo básico II e Módulo Intermediário I.

Novos cursos de Educação à Distância - EaD, eventos realizados e consequente obteve o crescimento de certificações e órgãos atendidos, sendo eles: Boas Práticas em Língua Portuguesa e Redação; Implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/2021; Resignificar; Proteção integral às mulheres e SEI USAR 4.0.

Quando aos eventos em destaque temos a Concessão de 85 bolsas de estudo no UDF; Turma Especial - EaD de verão; Assinatura do acordo com a FAP para programa de mestrado; Início da turma semestral de Inglês; Curso: Projeto básico e termo de referência; Curso: Lei de Licitações e contratos - Lei nº 14.133/2021; I Seminário da Lei de Licitações e contratos; Programação especial no mês da mulher; Lançamento do curso EaD Lei de Licitações e contratos - Lei nº 14.133/2021; II Fórum de sustentabilidade do DF; Lançamento do projeto e do curso Resignificar; Abertura de mais de 2000 vagas em cursos presenciais; Curso: Gestão financeira e sustentabilidade fiscal; Semana de inovação da Egov; Aulão: Linguagem Simples; Concessão de 73 bolsas de estudo no UDF; Lançamento do curso SEI versão 4.0; Palestras sobre saúde materno-infantil / Programa PROAMIS; Palestra: IA na advocacia pública; Aulão: Inteligência artificial; Participação na Campanha Vem brincar comigo; Início das obras de revitalização do auditório; Formatura das turmas de Libras; Curso: Elaboração de boletins epidemiológicos; e Palestra: Como construir políticas e programas orientados pela estratégia?.

Foram ofertados 750 cursos no exercício de 2024, sendo eles: 295 cursos na modalidade EaD, 427 cursos na modalidade presencial, 4 cursos na modalidade videoconferência e 24



contratados pela SECFPG, que atenderam 108 órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

O aumento expressivo do número de certificações emitidas, de 22.072 para 36.447, demonstra o impacto significativo das ações desenvolvidas e a relevância do trabalho realizado e reafirma seu compromisso com a excelência na formação e capacitação dos servidores públicos do Governo do Distrito Federal.

Essa evolução reflete o empenho da SEEC em adaptar-se às demandas de uma administração pública moderna, ao promover programas que integram inovação, sustentabilidade e temas estratégicos como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o combate ao assédio. Essas iniciativas fortalecem não apenas a eficiência dos serviços prestados, mas também a qualidade de vida dos servidores e o compromisso com os direitos dos cidadãos.

A capacitação contínua oferecida pela Secretária tem contribuído para a construção de um governo mais preparado, ágil e ético, capaz de enfrentar os desafios de um cenário em constante transformação. Dessa forma, o investimento no desenvolvimento dos agentes públicos reflete diretamente na melhoria das políticas públicas e na prestação de serviços de qualidade à sociedade. O aumento no número de certificações é, portanto, um marco que simboliza o compromisso com a transformação da administração pública, promovendo um impacto positivo que se estende desde os servidores até o cidadão, fortalecendo a confiança e a eficiência do Estado.

GESTÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI-GDF

Apresentamos as principais ações de atendimento e gestão junto aos 116 órgãos no SEI-GDF. Em 2024 foram produzidos 2.238.700 (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil e setecentos) processos e 25.358.424 (vinte e cinco milhões, trezentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e vinte e quatro) documentos internos e externos no SEI-GDF, produção levantada até o dia 31/12/2024.

Como responsável por apresentar propostas de normativos relacionados ao SEI-GDF, tendo sido publicados em 2024:

- Decreto 46.269, de 16 de setembro de 2024: Dispõe sobre as ações a serem realizadas nas situações de indisponibilidade do Sistema Eletrônico de Informações (SEI- GDF) para os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal.
- Portaria nº 822, de 11 de outubro de 2024: Define os parâmetros para uso da funcionalidade Critérios de Controle Interno do Sistema Eletrônico de Informações (SEI- GDF) para os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal (GDF), dos serviços sociais autônomos e das organizações sociais, ambos com contrato de gestão firmado com o Governo do Distrito Federal.
- Portaria nº 827, de 14 de outubro de 2024: Altera a Portaria nº 03, de 05 de janeiro de 2022, Portaria de Uso do SEI-GDF.

Foi realizado o cadastro e mentoria referente à implantação do SEI-GDF na Secretaria Extraordinária de Proteção Animal do Distrito Federal - SEPAN.

Como responsável pelo atendimento de chamados das Unidades Setoriais de Gestão do SEI-GDF, tendo como atividades a parametrização, cadastro e correção de dados cadastrados com erros, atendimento de dúvidas, testes e direcionamento de erros técnicos para a SUTIC: 3.782 chamados atendidos em 2024.

Como responsável pela gestão dos perfis do SEI-GDF e pela concessão de perfis de Gestão Setorial e de funcionalidades de Gestão de Processos (Ordenador de árvore, Envio Externo, Acervo de Sigilosos) até dezembro de 2024.

CONCESSÃO DE PERMISSÕES												
JANEIRO	FEVREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1032	822	993	1007	700	898	845	931	702	547	417	766	9660
PERMISSÕES EXCLUÍDAS												
JANEIRO	FEVREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
238	102	106	330	355	314	297	366	251	92	67	484	3002



Monitoramento das ações das Unidades Setoriais de Gestão do SEI-GDF para o correto cadastramento de unidades e usuários. Foram acionados órgãos e instituições da instalação multiórgãos do SEI-GDF, visando a correção de cadastros indevidos ou com erros: 7641 cadastros corrigidos.

Recebimento, análise e gestão de demandas integrações com o SEI-GDF via webservice, compreendendo as novas solicitações e o acompanhamento e monitoramento de integrações implementadas.

Novas integrações solicitadas:

- Sistema SICONEP - SEEC - 04044-00006966/2024-62;
- Sistema ECO - INAS - 04001-00002211/2024-12;
- Sistema CITSmart X - SEMOB - 00090-00009272/2024-25;
- Sistema SISTARF 2.0 - 04044-00033164/2024-25;
- Sistema SGEJUC 2.0 - 04044-00033525/2024-33;
- Sistema SIAGRO - SEAGRI - 00070-00007290/2024-47;
- Sistema Protocolo-e - DETRAN - 00055-00080108/2024-36

Em virtude da implantação da versão 4.0 do SEI-GDF, foi realizada uma ampla revisão de todas as integrações. As integrações que não estavam em operação foram desativadas, restando 42 sistemas integrados, conforme Inventário em processo SEI nº (151670268). A SEEC é responsável pelo recebimento, análise e resposta a demandas de auditoria do Sistema SEI GDF, e em 2024 foram atendidas 33 solicitações de auditoria, 155 extratos de auditoria emitidos, 364 tipos de documentos cadastrados, 116 tipos de processos cadastrados e 104.261 processos enviados e recebidos via Tramita GOV.Br (Barramento).

Embora a sustentação técnica do Portal SEI-GDF (<http://www.portalsei.df.gov.br>) seja realizada pela Casa Civil, a gestão do portal é realizada pela SEEC, com a inclusão e revisão periódica de material institucional, manuais, tutoriais, notícias e demais informações sobre o SEI -GDF. Além do monitoramento e gestão do Barramento de Serviços do SEI-GDF, acompanhamento do Painel, atualização dos dados de unidades que realizam o recebimento e envio, concessão das permissões, elaboração de manuais e tutoriais, atendimento de dúvidas, direcionamento dos erros e realização de testes.

Para garantir o recebimento de documentos e a posterior gestão da documentação por meio eletrônico no âmbito dos órgãos, o Sistema de Peticionamento Eletrônico do GDF foi implantado e possui 152 formulários ativos. Em 2024 foram implantados os formulários abaixo:

- DER/DF: Desvinculação de Multas
- DER/DF: Roubo e/ou Furto de Veículo
- DER/DF: Restituição de Valores de Multas Pagas
- Formulário de Exame Admissional
- Programa de Atenção Materno Infantil - Matrícula no Berçário Institucional Buriti
- SEAGRI: Requerimento para Registro de Estabelecimento Avícola
- SEAGRI: Registro De Operadores Com Agrotóxicos De Uso Agrícola
- SEAGRI: Recadastramento Anual de Operadores Com Agrotóxicos De Uso Agrícola
- SEAGRI: Alteração de Registro de Operadores Com Agrotóxicos De Uso Agrícola
- SEAGRI: Renovação de Registro de Operadores Com Agrotóxicos De Uso Agrícola
- Localizados no DF SEAGRI: Emissão da Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária (DCAA)
- SEAGRI: Transferência de Titularidade de Cadastro de Agrotóxicos de Uso Agrícola
- SEE: Requerimento - Averbação Tempo de Serviço/Contribuição
- SEE: Requerimento - Declaração de Tempo de Contribuição para o INSS (Ativos e Aposentados)
- SEE: Requerimento - Desaverbação de Tempo de Serviço/Contribuição - Aposentado
- SEE: Requerimento - Desaverbação de Tempo de Serviço/Contribuição - Ativo
- SEE: Requerimento - Incorporação de Tempo de Serviço
- SEE: Requerimento - Revisão de Adicional por Tempo de Serviço



- SEE: Requerimento - Alteração de Endereço
- SEE: Requerimento - Alteração de Telefone, E-mail, Filiação, Data de Nascimento, Naturalidade, Tipo Sanguíneo, Raça/Cor
- SEE: Requerimento - Solicitação de Declarações Diversas
- SEE: Requerimento - Solicitação de Identidade Funcional
- SEE: Requerimento - Alteração de Nome e Estado Civil
- SEE: Requerimento - Usufruto de Licença-Prêmio por Assiduidade/Licença Servidor
- SEE: Requerimento - Progressão Funcional - Carreira Magistério Público
- SEE: Requerimento - Progressão Funcional - Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental
- SEE: Solicitação de Cópia de Processo
- SES: Comunicação de Produto Nacional Dispensado da Obrigatoriedade de Registro
- SES: Comunicação de Importação de Produto Dispensado da Obrigatoriedade de Registro em ambiente de produção
- SES: Requerimento de Licença Sanitária
- SUBSAÚDE: Homologação atestado médico dos servidores que não tem acesso ao SEI
- PCDF: Progressão Funcional
- PROCON: Formulário de Denúncia
- PROCON: Formulário para Requisição de Certidão de Violação aos Direitos do Consumidor
- PROCON: Declaração para Parcelamento de Débitos
- PROCON: Declaração para Solicitação de Emissão Guia de Recolhimento
- PROCON: Solicitação de Abertura de Reclamação PROCON: Solicitação de Consulta/Orientações

Para atendimento aos servidores do GDF, especialmente no período de emergência sanitária, foi criado os cursos SEI USAR e SEI Administrar na modalidade ensino à distância. Em novembro de 2023 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento de Eventos de Capacitação - 2024 para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) - SEI-Usar. Visando uma divulgação mais ampla sobre as funções do SEI-GDF, as capacitações de boas práticas foram disponibilizadas, com 03 turmas do Curso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) para servidores PCD com o uso de tecnologias assistivas (30 inscritos); 02 turmas de NVDA para PCD visual (10 inscritos) e 11 turmas do curso SEI ADMINISTRAR.

Visando a gestão das capacitações do SEI-GDF foram promovidas a Elaboração de apresentação para orientação dos instrutores do Curso SEI USAR; Live de Boas Práticas do SEI-GDF; Curso PAI (Programa de Ambientação e Integração) – Módulo SEI-GDF; Aulão do SEI-GDF na EGOV; Palestra Como atribuir Níveis de acesso no SEI-GDF: bases e mecanismos (03 turmas); Participação nos eventos do Manual de Comunicação Oficial do Governo do Distrito Federal no SEI-GDF; Capacitação exclusiva para gestores descentralizados da SEE; Apresentação do SEI-GDF para novos servidores da SEE; Reunião com os Protocolos para apresentar o cronograma de implantação do e-Protocolo; Reunião Gestores Barramento e Protocolo – 112 gestores; e Treinamento do e-Protocolo em 4 Blocos – 188 gestores dos Protocolos - 116 órgãos.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo do ano de 2024, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC) implementou iniciativas estratégicas que se destacaram pelo impacto significativo na modernização da gestão pública, inovação tecnológica e aprimoramento dos serviços prestados. Entre as principais realizações extraordinárias, destacam-se:

Modernização da Gestão Pública: Implantação da versão 4.0 do SEI-GDF, aprimorando a tramitação de processos administrativos de forma mais ágil e eficiente. Além disso, o Sistema de Controle de Emendas Parlamentares – SISCONEP passou por melhorias, com a migração do módulo cidadão para o Portal de Serviços do GDF, facilitando o acesso e transparência.



Avanços em Tecnologia e Segurança Digital: A adoção da plataforma Liferay Community Edition 7.3 centralizou a gestão dos portais governamentais, reduzindo riscos e fortalecendo a segurança digital. Além disso, a modernização da infraestrutura tecnológica foi impulsionada com a aquisição de novos servidores 64 bits, garantindo maior capacidade de processamento para os sistemas da SEEC.

Gestão Estratégica e Capacitação: A SEEC elaborou o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2023-2026, monitorando 100 iniciativas estratégicas voltadas para inovação e eficiência na administração pública. Também promoveu a capacitação de 110 servidores em planejamento e orçamento público, reforçando a qualificação técnica da equipe.

Bem-Estar e Qualidade de Vida no Trabalho: Foram implementadas ações voltadas para a valorização dos servidores, como o Programa de Bem-Estar, Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor (BESST). Além disso, o programa "Tempo de Refletir" realizou transmissões ao vivo abordando temas relacionados à saúde mental e gestão emocional, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da SEEC com a inovação, a eficiência e a melhoria contínua dos serviços públicos, garantindo maior transparência e qualidade na administração distrital.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, ao longo de 2024, implementou e ampliou diversos serviços com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do cidadão, aperfeiçoar os serviços prestados e proporcionar um ambiente de trabalho mais adequado para os servidores. Todas as ações foram conduzidas com base nos princípios da transparência e em conformidade com a legislação vigente. A seguir, destacam-se as principais realizações do ano de 2024:

- Modernização do Sistema de Controle de Emendas Parlamentares - SISCONEP.
- Migração do Módulo Cidadão do Sistema de Controle de Emendas Parlamentares - SISCONEP para o Portal de Serviços do GDF.
- Desenvolvimento de Web Service para Painel Qlick Sense - Painel Gestão de Ementas Parlamentares Individuais Distritais, a partir dos dados do Sistema de Controle de Emendas Parlamentares - SISCONEP.
- Desenvolvimento de Web Service entre o Sistema de Controle de Emendas Parlamentares - SISCONEP e a Plataforma Eletrônica Parcerias GDF MROSC.
- Integração do Caderno de Sugestões de Emendas Parlamentares com o Sistema de Controle de Emendas Parlamentares - SISCONEP
- Melhorias no Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas - SISCAEP.
- Caderno de Sugestões de Emendas Parlamentares – PLOA 2025
- Programa de incentivo à pós-graduação - PIPG
- Criação de Sistema de Informação Eletrônico para processamento das Requisições de Pequeno Valor
- Plano de Pagamento de Precatórios 2024
- Implantação do Sistema de Gestão de Estagiários – SIGEST. Foram implantados os módulos de Ponto eletrônico para os estagiários; Gestão de ponto eletrônico; Pedido de estagiários; Pedido de recesso de estagiário; Pedido de Rescisão de termo de contrato de estágio; e Relatório analítico de pagamento que faz parte dos Relatórios de gestão.
- Nova Contratação de Agente de Integração, para operacionalização do Programa de Estágio da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.
- Substituição dos aparelhos smartphones fornecidos em regime de comodato, a troca é realizada em duas etapas: a primeira consiste na entrega dos novos aparelhos aos



executores, e a segunda, na devolução dos aparelhos antigos. Dessa forma, não há interrupção do serviço prestado pelos usuários

- Execução de Serviços de Segurança Patrimonial e Serviços de Brigada Contra Incêndio e Pânico
- Execução de Serviços de Limpeza, Conservação e Asseio.
- Controle e Fiscalização da execução da Lei nº 4636/2011 sobre provisionamentos de encargos trabalhistas para mitigar o risco administrativo de responder subsidiariamente ou solidariamente por falhas ou descumprimentos de obrigações de contratadas, essas responsáveis por fornecimento de serviços continuados com emprego de mão-de-obra em serviços de vigilância patrimonial, combate a incêndio e pânico, bem como de limpeza e conservação de próprios do GDF sob gestão da SEEC.
- Fiscalização de rotina in loco das unidades atendidas por contratos continuados para aferir o cumprimento e manutenção das condições de entregas contraídas junto às fornecedoras, bem como aferir condições mínimas trabalho em atendimento à Lei nº 5.377/2024 e regulamentações análogas, quando assim se exigir, bem como aferir as necessidades de aumento de postos de serviços ou sua implantação em novas unidades recém-integradas ao complexo de próprios administrativos.
- Gestão da frota.
- Renovação de parte da frota de veículos locados.
- Instituição da Política de Linguagem Simples e Direito Visual no âmbito dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal.
- Sistema PPA WEB, automatizar os processos referentes ao Plano Plurianual (PPA), divididos nos módulos: elaboração, revisão, monitoramento e avaliação.
- Modernização do Sistema de Acompanhamento do Sistema Governamental – Novo SAG WEB.
- Elaboração do Painel do Plano Plurianual (PPA).
- Prestação do serviço de Plataforma PABX em Nuvem, incluindo os recursos de acesso ao STFC, ligações locais, nacionais e internacionais, com os serviços de instalação, configuração, suporte, manutenção e treinamento (Contrato de Prestação de Serviço nº 47162/2022-SEEC, nos Termos do Padrão nº 04/2002).
- Contratação de empresa especializada para reforma da cobertura do edifício anexo ao Palácio do Buriti, para sanar os problemas de infiltração.
- Sistema Integrado de Gestão das Estatais - SIGE.
- Projeto Portal dos Conselhos.
- Projeto Relatório Gerencial das Estatais do DF.
- Sistema público de escrituração digital - SPED (ESOCIAL E EFD-REINF).
- Implantação da versão 4.0 do SEI-GDF.
- Programa virando a chave com a comunicação não violenta.
- Atendimento em saúde ocupacional.
- Sistema de gestão de pessoas do Distrito Federal.
- Sistema de cadastramento, complementação e atualização de dados (RECAD).
- Dimensionamento da força de trabalho no âmbito do Distrito Federal.
- Estudo e revisão da legislação relativa às rubricas de pagamento existentes no âmbito do sistema único de gestão de recursos humanos (SIGRH).
- E-PROTOCOLO do Governo do Distrito Federal.
- Academia de instrutores EGOV.
- Assédio na administração pública.
- Língua brasileira de sinais (libras).
- Inglês no setor público.
- Elaboração de Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para os administradores regionais.
- Projeto ressignificar: proteção integral às mulheres.
- Capacitação de servidores do Distrito Federal, onde se busca desenvolver as competências técnicas e gerenciais, considerando os desafios e as perspectivas da Administração Pública Distrital.
- Segunda semana de inovação da EGOV - inovação e cuidado: propósitos que inspiram.



- Programa de bolsas de estudo junto ao centro de ensino unificado do DISTRITO FEDERAL - UDF.
- Modernização do auditório, salas de aula salas de inovação e laboratórios de informática da Escola de Governo do Distrito Federal.
- Programa de bem-estar, saúde e segurança - BESST.
- Sistema Público de Escrituração Digital - SPED (ESOCIAL E EFD-REINF).
- Atendimento em saúde ocupacional.
- Implementação de Melhorias no SIGGo-Web.
- Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025 - PLDO/2025.
- Manual Técnico do Orçamento 2025.
- Projeto de Lei de Orçamentária Anual para o exercício de 2025 - PLOA/2025.
- Serviço de conectividade dedicado à Internet, com proteção contra ataques de negação de serviços do po DoS (Denial of Service)/DDoS (Distributed Denial of Service).
- Solução de Backup para salvaguardar os dados críticos e otimizar todo o processo de proteção e recuperação de dados governamentais armazenados no Centro de Dados Corporativo do GDF - CeTIC.
- Aquisição de 2.973 microcomputadores, além de monitores, Kits de videoconferência e notebooks.
- Sumário Fiscal.
- Coordenar as atividades relacionadas à gestão de suprimentos internos, do patrimônio mobiliário e do patrimônio imobiliário, bem como a realização do leilão de inservíveis e os cuidados com a administração predial do edifício Anexo do Buriti e Vale do Rio Doce.
- Coordenar as atividades relacionadas à gestão de suprimentos internos, do patrimônio mobiliário, imobiliário, leilão de inservíveis.
- Promover uma cultura de planejamento que facilite as atividades relacionadas à gestão de suprimentos internos, do patrimônio mobiliário, imobiliário, leilão de inservíveis e administração predial.
- Desenvolvimento de novas funcionalidades e atualização da linguagem de programação do Sistema e-ContratosDF.
- Plano de Contratações Anual do Distrito Federal 2024.
- Projeto Frota Sustentável no âmbito do Governo do Distrito Federal.
- Implantação do Sistema de Gestão de Estagiários – SIGEST.
- Ampliação do Plano de Qualidade de Vida no Trabalho.
- Comunidade PROAMIS de Aprendizagem - Formação Continuada para servidoras trabalhadoras inscritas no Programa de Atenção Materno Infantil - PROAMIS/GDF.
- Academia Buriti.
- Grupo de Trabalho de Saúde Mental - Portaria Conjunta Nº 189 de 21 de março de 2024 instituiu o Grupo de Trabalho - GT, no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal para a elaboração de programa de atenção à saúde mental dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. Prorrogado por 90 dias pela Portaria Conjunta Nº 461 de 19/06/2024.
- Grupo de Trabalho de Inclusão - Portaria Nº 08 de 26 de março de 2024 instituiu o Grupo de Trabalho - GT para a elaboração de programa de inclusão para os servidores com deficiência no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. Prorrogado por 90 dias pela Portaria Conjunta Nº 17 de 20/06/2024.
- Contratação da Linha de Crédito PROFISCO II.
- Execução do PNAFM III.
- Implantação de Plataforma Eletrônica no GDF para o processamento de parcerias regidas pelo Decreto MROSC.
- Desdobramento da Estratégia - Elaboração do Catálogo de Planos Estratégicos Institucionais das Administrações Regionais.
- Projeto Ouvidoria Participativa.
- Continuação e conclusão do Projeto Ouvidoria Participativa.
- SISTEMA ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA EM TRÂNSITO – SEFIT.



- Implementação do sistema integrado de gestão dos DF-E e EFD.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS PARA O PRÓXIMO ANO (2025):

- Integração do Caderno de Sugestões de Emendas Parlamentares com a Câmara Legislativa.
- Elaboração de plano de Capacitação nos sistemas SISCONEP e SISCAEP.
- Desenvolvimento de Web Service junto à Câmara Legislativa do DF para recebimento dos dados relativos aos espelhos das emendas parlamentares distritais constantes no Projeto de Lei Orçamentária e suas alterações.
- Modelo de Gestão de Pessoas - PROFISCO II.
- Pagamento de Requisições de Pequeno Valor 2024 - Programa de Trabalho: 28.846.0001.9001.0010 - Execução de Sentenças Judiciais - Pequeno Valor. Realizar o pagamento de dívidas públicas distritais, com valores de menores ou iguais a 10 salários mínimos, decorrentes de sentenças judiciais definitivas dentro do exercício de 2024.
- Restituição de Tributos - Programa de Trabalho: 28.846.0001.9093.0057- Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - Tributos - Distrito Federal. Parcialmente Realizado. A restituição de tributos indevidamente pagos, quando não existirem créditos tributários vencidos ou inscritos em dívida ativa, inclusive ajuizados ou em fase de cobrança administrativa, poderá ser realizada por meio de compensação com outros créditos tributários vincendos, de mesma natureza, líquidos e certos, da Fazenda Pública do Distrito Federal, mediante requerimento, restituídas também por meio de estorno da receita dentro do exercício ou despesa orçamentária quando se tratar de restituição de tributos de exercícios anteriores. Cerca de 74% da despesa registrada no QDD.
- Contratação da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, com o objetivo de centralizar os contratos de fornecimento de mão de obra de reeducandos em regime aberto e semiaberto do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, atualmente dispersos. Parcialmente realizado.
- Prestação de serviços técnicos de vistoria sob demanda para assistir ou subsidiar o contrato de manutenção veicular do GDF.
- Projeto Frota Sustentável no âmbito do Governo do Distrito Federal.
- Aquisição de nova ferramenta tecnológica (novo SIGGo) destinada ao registro e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil no âmbito do GDF, a ser financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no âmbito do PROFISCO II, com o objetivo de estabelecer as orientações para a preparação do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Distrito Federal (SIAFs).
- Plano de Gestão do Conhecimento.
- Contratação de empresa especializada para a revitalização das fachadas do anexo, para renovação da parte externa do prédio como um todo.
- Contratação de empresa especializada para a reforma do auditório do Palácio do Buriti.
- Implementação do Modelo de Eficiência Energética em Edificações Públicas da SEEC.
- Sistema de Gestão de Pessoas do Distrito Federal - SIGEPE.
- Projeto de desenvolvimento e transformação digital para o SEI-GDF.
- Capacitação de servidores do Distrito Federal.
- Sistema de atendimento, 100% digital, em saúde ocupacional.
- Implementação de melhorias no processo de elaboração do PLOA.
- Gestão de Captação de Recursos.
- Aquisição de solução de rede local sem o (Wi-Fi), compreendendo o fornecimento de pontos de acesso (Access Points - AP), para atender a SEEC/DF e às necessidades das áreas administrativas e órgãos vinculados à rede GDFNet.
- Construção de um novo Data Center primário para o Governo do Distrito Federal.
- Solução de monitoramento de estações de trabalho e servidores (endpoints) com gerenciamento centralizado, para governança, conformidade e inspeção em segurança cibernética e segurança de dados vulneráveis, identificação de ameaças cibernéticas, análise de comportamento de usuário, e evidência de vazamento de dados.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Resignifica PROAMIS.
- Espaço Qualidade de Vida.
- Implantação do Plano de Qualidade de Vida no Trabalho.
- PNAFMIII.
- Execução do Contrato da Linha de Crédito PROFISCO II.
- Remodelagem do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - Gestão-DF.
- Gestão de Riscos nas Contratações.
- Continuação e conclusão do Projeto Ouvidoria Participativa.
- Desenvolvimento de integração ao portal único do comércio exterior - módulo PCCE.
- Implantação de inteligência artificial no portal da receita.



19202 - BANCO DE BRASILIA S/A - BRB

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Banco de Brasília S.A. – BRB é uma Sociedade de Economia Mista, de capital aberto, criada conforme autorização contida na Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco tem por objeto o exercício de quaisquer operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades autorizadas aos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive operações de câmbio, das quais resultem a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste e das demais áreas de sua influência.

Dentre as competências do BRB, na qualidade de agente financeiro do Distrito Federal, destacam-se:

I. Receber, a crédito do Tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes de arrecadação de tributos, subvenções, auxílios e quaisquer outras rendas;

II. Realizar os pagamentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal, consubstanciada no Orçamento aprovado e em créditos abertos, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário de Estado da Fazenda;

III. Receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal, as disponibilidades de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Distrito Federal.

IV. O BRB poderá ainda, na forma da lei, financiar empresas que realizam obras públicas do Distrito Federal, de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas, sempre, a viabilidade técnica do projeto e a segurança de retorno dos créditos concedidos, conforme normas legais e regulamentares.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1.350	595	1.025	358	3.328
Comissionados sem vínculo efetivo	10	0	0	0	10
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	110	0	146	256
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	116	0	137	253
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	1.360	821	1.025	641	3.847
(-) Cedidos para outros órgãos	16	5	0	0	21



Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Total Geral	1.344	816	1.025	641	3.826

Perfil do Quadro de Empregados

Gestão Estratégica de Pessoas: Um Pilar do Sucesso do BRB

O BRB vem consolidando seu papel como uma instituição financeira pública moderna, ágil e inovadora, comprometida em entregar resultados consistentes e sustentáveis. Alinhado ao seu Planejamento Estratégico, o Banco tem investido em iniciativas que não apenas fortalecem sua posição no mercado, mas também potencializam o impacto positivo junto às pessoas — sejam clientes, colaboradores ou a sociedade em geral.

Com um time formado por 3.359 colaboradores, o BRB alia estabilidade e experiência a uma cultura organizacional orientada para a inovação, aprendizado e resultados. A média de 14 anos de vínculo dos empregados com a instituição reflete o compromisso com o desenvolvimento de talentos e a valorização do conhecimento técnico e da dedicação. Essa base sólida de profissionais é essencial para a concretização da estratégia de oferecer aos clientes uma experiência superior, completa e personalizada.

A diversidade e a inclusão estão no centro das ações do BRB. Hoje, 39% dos colaboradores são mulheres, ocupando 40,42% dos cargos gerenciais, resultado de políticas afirmativas voltadas para a igualdade de gênero. Além disso, o Banco conta com 4,5% de pessoas com deficiência em seu quadro funcional, promovendo um ambiente acessível e inclusivo, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Com uma visão orientada ao cliente, mais de 40% do quadro funcional está alocado em áreas fim, especialmente na Rede de Atendimento, assegurando proximidade e excelência nos serviços prestados.

O compromisso do BRB com as pessoas também se reflete em sua atuação social. O Banco oferece oportunidades significativas para jovens talentos por meio de programas de estágio e aprendizagem, reconhecidos no mercado por oferecer uma das maiores bolsas de estágio do setor financeiro. Esses programas não apenas fomentam o aprendizado e o crescimento profissional, mas também contribuem para o desenvolvimento de novas competências estratégicas, alinhadas à visão de futuro do BRB.

Ao integrar pessoas, tecnologia e inovação, o BRB segue firme em sua trajetória de crescimento sólido e consistente, comprometido com a entrega de resultados perenes e com a construção de um ambiente inclusivo e orientado a resultados. Essa estratégia reforça o papel do Banco como um agente de transformação no setor financeiro e como parceiro confiável para clientes e colaboradores, promovendo impacto positivo em todas as suas esferas de atuação.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	4321630300,0	0	4321630300,0	3941933240,0
0007 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS--DISTRITO FEDERAL	4321630300,0	0	4321630300,0	3941933240,0
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	676495824,0	0	676495824,0	122058162,0



0001 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	676495824,0	0	676495824,0	122058162,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	4998126124,00	0,00	4998126124,00	4063991402,00

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2024. De acordo com o artigo 26, do Decreto 46.286 de 23 de setembro de 2024 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2025, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/24.

9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS

Neste programa, considerando a atividade fim do Banco, o destaque é a despesa de captação (custo associado ao funding do BRB).

A principal fonte de captação do BRB deriva dos depósitos à prazo (CDBs), que representam 86,6% do saldo total das captações, e que cresceram 23,2% em relação à dezembro de 2023. Os depósitos de poupança são a principal fonte de recurso para aplicação em crédito imobiliário e representam 7,4% das captações totais.

As demais captações são oriundas de Depósitos Judiciais, Letras Financeiras e repasses, além de captações diretas com outras instituições financeiras.

9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS

Na qualidade de contribuinte, o BRB recolhe mensalmente para o Governo do Distrito Federal o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que incide sobre a receita de prestação de serviços bancários.

O Banco também atua na condição de substituto tributário. O regime de Substituição e/ou Responsabilidade Tributária para o ISS foi criado pela Lei nº 294/1992 e ampliado às empresas pela Lei nº 1.355/1996 e suas alterações, e consiste na atribuição da responsabilidade pelo recolhimento do imposto a terceiros, vinculados ao fato gerador na condição de contratante, fonte pagadora ou intermediário de serviços, realizados no Distrito Federal. ¹

Além disso, todos os estabelecimentos do BRB situados no Distrito Federal pagam a Taxa de Funcionamento de Estabelecimento – TFE. A taxa tem como fato gerador o poder de polícia (atos administrativos de licenciamento, prevenção, orientação ou fiscalização) regularmente exercido pelo GDF, por meio do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, da higiene sanitária e saúde, da ordem e tranquilidade públicas e da proteção ao meio ambiente, visando disciplinar os estabelecimentos situados no Distrito Federal. O referido fato gerador ocorre na data do pedido de alvará, quando do início das atividades e em 1º de janeiro de cada exercício, para os anos subsequentes.

Nesse programa de trabalho são registradas as somas das despesas com ISS, COFINS, PIS/PASEP, IR e CSLL o acumulado até novembro/24, cerca de R\$ 122 milhões, representa 18,0% do total orçado para o ano, que é de R\$ 676,5 milhões.

¹ Fonte: Manual do Substituto/Responsável Tributário do Imposto sobre Serviços – ISS elaborado pelo Núcleo de Monitoramento do ISS-ST e IRRF. Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia – Subsecretaria da Receita Coordenação do ISS." (adaptado).



BRB			
Data	ISS/DF	IRRF/DF (1)	Taxas/DF
31/01/2024	918.421,12	172.319,15	11.200,96
28/02/2024	1.072.787,65	220.038,01	4.345,91
31/03/2024	962.964,41	204.273,10	2.401,29
30/04/2024	950.896,80	184.340,92	1.532,97
31/05/2024	930.876,43	181.550,54	43.987,82
30/06/2024	933.934,69	216.058,88	10.572,55
31/07/2024	927.047,71	193.113,26	10.354,75
31/08/2024	942.188,76	96.436,68	6.950,58
30/09/2024	918.695,05	68.823,90	13.009,24
31/10/2024	902.942,65	238.133,43	22.250,02
30/11/2024	827.027,84	104.945,53	9.917,00
31/12/2024	948.456,05	145.122,30	9.689,89
Total	11.236.239,16	2.025.155,70	146.212,98

Fonte: DIFIC/SUCOC/GETRI

6206 - ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5013 - Revitalização da Pista do Autódromo Internacional de Brasília.	139894987,0	0	139894987,0	2390267,0
0001 - Revitalização da Pista do Autódromo Internacional - de Brasília - PLANO PILOTO	139894987,0	0	139894987,0	2390267,0
TOTAL - 6206 - ESPORTE E LAZER	139894987,00	0,00	139894987,00	2390267,00

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2024. De acordo com o artigo 26, do Decreto 46.286 de 23 de setembro de 2024 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2025, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/24.

Programação Orçamentária Executada

5013 - REVITALIZAÇÃO DA PISTA DO AUTÓDROMO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

Em 12 de maio de 2022 foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 62/2022, entre o BRB Banco de Brasília S.A. e a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, transferindo a gestão do Autódromo da Terracap para o BRB, pelo período de 30 (trinta) anos, tendo como objetivo a reativação e a revitalização do equipamento público.

Com vistas a subsidiar o Plano de Trabalho do Projeto de Reativação e Revitalização do Autódromo Internacional de Brasília, foram elaborados, previamente à celebração do ACT, os seguintes estudos:

- Análise econômico-financeira: PricewaterhouseCoopers Brasil – julho/2019;
- Relatório de diagnóstico: Rígido Engenharia – junho/2021;
- Relatório de Naming Rights: Illuminus Consultoria – agosto/2021;
- Plano de Utilização: BRB e Terracap – novembro/2021;
- Avaliação de Valuation: Illuminus Consultoria – abril/2022.

De acordo com o Plano de Utilização, a área do Autódromo Internacional de Brasília funcionará como uma Arena de múltiplo uso, para recebimento de eventos esportivos e culturais. Os principais eventos esportivos serão as competições de automobilismo e motovelocidade, além



de kart, motocross, BMX, off road e bike center. No que tange os eventos culturais, é prevista a realização de shows e festivais musicais.

O BRB, conforme prevê o ACT, possui as seguintes obrigações:

- Realizar os investimentos necessários à reativação e requalificação do Autódromo;
- Promover eventos para ocupar e utilizar os espaços, gerando receitas;
- Arcar com todos os custos de manutenção; e
- Responsabilizar-se pela gestão do espaço.

Dadas as obrigações imputadas ao BRB no âmbito do ACT nº 62/2022, o Banco elaborou estudo referente às etapas e respectivos custos necessários para o atingimento dos objetivos do Projeto de Reativação e Revitalização do Autódromo Internacional de Brasília. Para tanto, foi aprovado em dezembro de 2022, o orçamento de R\$ 135 milhões (cento e trinta e cinco milhões) em investimentos.

A primeira etapa do Projeto refere-se à requalificação da pista, com a adequação do circuito, o que possibilitará o recebimento de competições esportivas nacionais e internacionais. O BRB será responsável pela aquisição de todos os insumos e pelas eventuais contratações necessárias à execução dos serviços, enquanto o Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal – DER/DF se responsabilizará pelo controle tecnológico dos serviços executados na pista e por demais serviços demandados, conforme Acordo de Cooperação Técnica, de 12 de maio de 2022, celebrado especificamente para esse fim.

No âmbito da requalificação da pista, o BRB já efetivou, até 2024, a contratação de R\$ 29.049.500,48 (vinte e nove milhões, quarenta e nove mil, quinhentos reais e quarenta e oito centavos), referentes às compras de britas, emulsões asfálticas, argila expandida, defensas metálicas, pneus para barreiras de segurança, subestação de energia, muros e guarita, PSDP e Posto Marshall, terminais de defensas metálicas, barreiras móveis, e tintas para sinalização luminosa, consultoria especializada, projetos geométrico e de iluminação do kartódromo, e fornecimento de CBUQ.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3933 - REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS	51812958,0	0	51812958,0	0
0001 - REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS-REFORMA DA SALA VILLA LOBOS DO TEATRO NACIONAL- DISTRITO FEDERAL	51812958,0	0	51812958,0	0
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	413171036,0	0	413171036,0	119586206,0
0001 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO - BANCO DE BRASÍLIA S/A - DF ENTORNO	413171036,0	0	413171036,0	119586206,0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	7046562,0	0	7046562,0	0
0004 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV-- PLANO PILOTO	7046562,0	0	7046562,0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	472030556,00	0,00	472030556,00	119586206,00

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2024. De acordo com o artigo 26, do Decreto 46.286 de 23 de Setembro de 2024 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2025, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/24.



Programação Orçamentária Realizada

3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO

MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO E EXPANSÃO FÍSICA

Para se tornar mais efetivo ainda na atuação do desenvolvimento econômico, o BRB alçou novos horizontes além Brasília, visando garantir a sustentabilidade e perenidade, o Banco, seguindo suas diretrizes estratégicas, diversificou suas fontes de receita, expandindo para novos mercados a exemplo das iniciativas nas cidades de João Pessoa, na Paraíba; com os depósitos judiciais, no DF e nos estados da Bahia e de Alagoas, além de depósito de precatórios no Ceará; e da presença nos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Paraná.

Em 2024, o BRB alcançou a marca dos 1082 pontos de atendimento, entre agências e correspondentes, seguindo o Novo Modelo de Atendimento, com presença física em 18 entes federativos. Enquanto o Banco segue aumentando a qualidade do atendimento automatizado, as agências BRB focam na experiência do cliente, oferecendo um atendimento personalizado, um ambiente acolhedor e a presença de gerentes qualificados para lidar com demandas customizadas.

Com o novo layout das agências, o banco foi reconhecido no Muse Design Awards, pelo projeto de ambientação interior das agências na categoria Silver, prêmio internacional ao implementar o conceito inovador de ambiência das agências mais sustentável e eficiente. O projeto faz parte do novo modelo de varejo do banco e tem como objetivo valorizar a experiência dos clientes em todos os canais.

Destaca-se que em 2024 foram reformadas/reposicionadas 15 unidades no Distrito Federal (PA NOVACAP, PA CBMDF, AG SIA, AG TAGUATINGA NORTE, AG COMERCIAL SUL, AG CEILÂNDIA SUL, PA EN FECOMÉRCIO, AG SANTA MARIA, AG SIG, AG SAMAMBAIA SUL, AG PMDF TAGUATINGA, PA 502 SUL (RTV Sul), AG VENÂNCIO, AG QNJ, AG PLANALTINA). Além disso, foram entregues 13 novas unidades, sendo 3 no estado de Tocantins, 1 na Bahia e 9 no DF, conforme tabela abaixo:

PONTO DE ATENDIMENTO	MUNICÍPIO	UF
PA CAPIM DOURADO	PALMAS	TO
PA EN TSE	BRASÍLIA	DF
PA EN IATE CLUBE	BRASÍLIA	DF
AG RIACHO FUNDO II	BRASÍLIA	DF
PA EN BRASÍLIA SHOPPING	BRASÍLIA	DF
PA EN TEOTÔNIO SEGURADO	PALMAS	TO
AG PALMAS JK	PALMAS	TO
PA CRUZEIRO	BRASÍLIA	DF
PA ALTA RENDA PLANO PILOTO ASA SUL	BRASÍLIA	DF
PA ALTA RENDA LAGO SUL	BRASÍLIA	DF
PA ÁGUAS CLARAS 2	BRASÍLIA	DF
PA PLATAFORMA DE ATACADO SALVADOR	SALVADOR	BA
PA ALTA RENDA LAGO NORTE	BRASÍLIA	DF

3936 – REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV

Após a parceria entre o BRB e o Governo do Distrito Federal, formalizada pelo ACT nº 02/2019, a gestão do Complexo Urbanístico da Torre de TV de Brasília foi transferida para o Banco, com o objetivo de desenvolver o projeto de revitalização do Complexo e criar o Corredor Cultural BRB.

Esse corredor é composto pela Torre de TV, a Fonte Luminosa e todo o Jardim Burle Marx, localizado na zona central de Brasília. Desde que assumiu a gestão do espaço, o BRB não apenas garantiu a manutenção de todo o Complexo Cultural BRB, mas também promoveu diversas ações de melhoria no local.

Em 2024, a Torre de TV recebeu mais de 10 mil visitantes mensais, totalizando aproximadamente 120 mil visitantes ao longo do ano. Além disso, sediou diversos eventos culturais e turísticos, promovendo a cultura local e atraindo visitantes de diferentes regiões.



O Corredor Cultural BRB passou por várias melhorias significativas no ano de 2024. Entre as principais evoluções estão:

- Reforma da Letra Caixa "Eu Amo Brasília": A estrutura da letra caixa foi completamente reformada, garantindo uma aparência renovada e atraente.
- Aumento da Carga de Energia Elétrica: A capacidade elétrica da torre foi ampliada, permitindo uma melhor iluminação e funcionamento dos equipamentos.
- Modernização da Fonte Luminosa: A fonte luminosa foi modernizada com a aquisição de um novo projetor, proporcionando aos visitantes um espetáculo visual encantador.

As melhorias implementadas ajudaram a preservar e valorizar este importante ponto turístico, reforçando sua importância como símbolo cultural de Brasília e evidenciando o compromisso do BRB com a conservação e modernização do Corredor Cultural BRB, além de demonstrar a dedicação em oferecer o melhor para a população de Brasília.

Programação Orçamentária Não Executada

3933 - REFORMA DE ESPAÇOS CULTURAIS

Não houve nenhum investimento com essa destinação em 2024.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	208355453,0	0	208355453,0	69337651,0
0060 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA BRB - DISTRITO FEDERAL	208355453,0	0	208355453,0	69337651,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	245057201,0	0	245057201,0	205677951,0
0028 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	245057201,0	0	245057201,0	205677951,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1094847007,0	0	1094847007,0	969418497,0
6997 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	1094847007,0	0	1094847007,0	969418497,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	200258069,0	0	200258069,0	137328315,0
6992 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	200258069,0	0	200258069,0	137328315,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1085568433,0	0	1085568433,0	1077699283,0
6996 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	1085568433,0	0	1085568433,0	1077699283,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	88172473,0	0	88172473,0	88172473,0



6974 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BANCO DE BRÁSILIA S/A-DISTRITO FEDERAL	88172473,0	0	88172473,0	88172473,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	2922258636,00	0,00	2922258636,00	2547634170,00

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2024. De acordo com o artigo 26, do Decreto 46.286 de 23 de setembro de 2024 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2025, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/24.

Programação Orçamentária Realizada

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Os investimentos em Tecnologia realizados pelo BRB até dezembro de 2024 totalizaram R\$ 81.3 milhões. Os investimentos em Tecnologia realizados pelo BRB em 2024 foram executados em linha com os montantes orçados e o planejamento de modernização dos sistemas de informação da Instituição.

Os principais investimentos foram direcionados para o desenvolvimento e evolução de sistemas internos do banco, visando melhorias contínuas para otimizar operações e serviços. Além disso, houve a aquisição de ativos de infraestrutura tecnológica, como a atualização da infraestrutura do ambiente de backup e a expansão do ambiente de Virtualização de Desktops - VDI. Também foram realizados investimentos no fortalecimento do arcabouço tecnológico de segurança cibernética, com soluções avançadas para proteger dados e sistemas contra ameaças cibernéticas, e na aquisição de softwares comerciais que suportam as operações comerciais e estratégicas do banco.

Dentre os investimentos realizados no exercício, destacam-se:

- Fábricas de software de alta e baixa plataforma e dispositivos móveis;
- Aquisição de storages para ambiente de backup;
- Expansão da infraestrutura do Hiperconvergente para virtualização de desktops;
- Solução de Tesouraria e Captação de Depósitos;
- Solução de Fundos;
- Switches para última milha;
- Solução de cyber segurança para perímetro e aplicações móveis;
- Software para gestão do ambiente Mainframe IBM;
- Estações de Trabalho.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As despesas de Tecnologia realizadas pelo BRB até dezembro de 2024 totalizaram R\$ 225,7 milhões. As despesas com Gestão e Sistemas de Tecnologia da Informação em 2024 foram executadas em linha com os montantes orçados e o planejamento de TI da Instituição.

Essas despesas são essenciais para assegurar a alta disponibilidade e continuidade dos serviços ofertados aos clientes internos e externos. Isso inclui serviços de terceirização para suporte a infraestrutura de TI, tais como, servidores, ativos redes, data centers e sistemas, garantindo a continuidade dos serviços mesmo em situações de falha ou manutenção programada.

Essas despesas incluem também a adoção de práticas de segurança cibernética robustas para proteger os dados dos clientes e a integridade dos sistemas. Medidas de segurança avançadas, como firewalls, sistemas de detecção de intrusões e criptografia de dados são cruciais para prevenir ataques cibernéticos e garantir a confiança dos clientes.

Dentre as despesas realizadas no exercício, destacam-se:

- Ambiente de processamento Mainframe;
- Autoatendimento - Banco24Horas;



- Suporte e manutenção do parque de Autoatendimento próprio;
- Data Centers primário e secundário, na modalidade colocation;
- Software de mobilidade e produtividade MS 365;
- Contratos de Fábrica de software;
- Contratos de Suporte Técnico de 1º, 2º e 3º nível;
- Solução de inteligência artificial conversacional;
- Contratos de Suporte ao Ambiente de Big Data;
- Solução corporativa de prevenção de ameaças de nova geração.

As despesas e os investimentos previstos no orçamento tiveram como objetivo dar sustentação às estratégias e prioridades para melhoria da experiência dos clientes no consumo dos diversos serviços disponibilizados. Nesse cenário, destaca-se o lançamento na versão SuperAPP do Nação BRB FLA, que apresenta uma interface totalmente renovada, que facilita a navegação e o acesso às funcionalidades com rapidez e eficiência.

Destaque para o investimento em atualização parque tecnológico para garantir que os sistemas sejam mais seguros, eficientes e disponíveis. Isso envolve substituir equipamentos antigos por novos, mais modernos, e atualizar softwares essenciais para o funcionamento da empresa. Com isso, conseguimos reduzir riscos de falhas, melhorar a performance e garantir que nossos serviços estejam sempre disponíveis para os clientes.

Na frente de cibersegurança foram realizadas várias melhorias, tais como Novo Onboarding Digital e a implementação de solução para proteção de aplicativos e dados, garantindo que informações sensíveis estejam protegidas contra ameaças.

Outro destaque é a hiperpersonalização com técnicas de Inteligência Artificial com o desenvolvimento de uma solução que criar campanhas de ofertas personalizadas. Isso significa que são analisados em tempo real o comportamento, as preferências e as interações dos clientes para oferecer produtos e serviços que atendem exatamente às necessidades de cada cliente, tornando a experiência mais relevante e satisfatória.

Na linha de novas soluções o sistema BRBJus foi atualizado para atender às necessidades específicas para múltiplos tribunais. Ela inclui funcionalidades como:

Gestão de Depósitos Judiciais: Facilita o gerenciamento dos depósitos feitos em processos judiciais.

Expedição de Alvarás: Automatiza a emissão de alvarás, que são documentos autorizando a liberação de valores.

Pagamentos Automatizados via PIX: Permite que pagamentos sejam feitos de forma rápida e segura utilizando o sistema de pagamentos instantâneos PIX. Este ano, foi integrado o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) ao sistema, que já incluía os tribunais da Bahia (TJBA), Distrito Federal (TJDFT) e Ceará (TJCE).

Modelos, processos e sistemas foram revistos e atualizados para atender às novas regras dispostas na Resolução CMN 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

No âmbito da agilidade de negócio, está sendo adotado um modelo de agilidade em escala chamado baseado no framework SAFe que envolve a criação de equipes trabalhando de forma coordenada para entregar valor continuamente. Este ano, foi lançado o primeiro ART (Agile Release Train) e obtendo resultados positivos, como maior eficiência e melhor colaboração entre as equipes.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

O total realizado até dezembro/24 nesse programa foi de R\$ 1,06 bilhão, dentre da dotação inicial aprovada para o exercício financeiro, conforme diretrizes aprovadas e atendendo às premissas e projetos de Gestão do programa.



Um dos Eixos de Gestão do BRB é o de Pessoas. Assim, estamos atuando continuamente na valorização e no desenvolvimento de competências.

Como pilar de valor do BRB, nossas pessoas fazem a diferença. Respeitamos as nossas equipes, valorizamos a diversidade e estimulamos a criação de um ambiente saudável e colaborativo, em que cada um produza o seu melhor.

As nossas lideranças adotam modelo de gestão que promove um ambiente de trabalho saudável e colaborativo, capaz de motivar, comprometer e engajar as pessoas. Os nossos empregados atuam com foco em resultados, inovação, ética e qualidade no atendimento.

Concursos Públicos

O Banco tem demonstrado seu comprometimento com o plano estratégico e com os acionistas ao investir continuamente na gestão de talentos por meio da realização de concursos públicos. Essa estratégia reforça o alinhamento da instituição com seus objetivos de crescimento e inovação, além de garantir a atração e retenção de pessoas qualificadas.

A realização de concursos públicos para os cargos de Escriturário e Analista de TI foi fundamental para a manutenção da melhoria operacional e para o fortalecimento da competitividade no mercado financeiro. No contexto do cargo de Escriturário, o Concurso Público 33 (CP 33) destaca-se como um marco importante nessa estratégia.

Desde sua realização, 228 novos escriturários foram convocados até o final de 2024, refletindo o compromisso do Banco em renovar sua força de trabalho e atender às demandas estratégicas em constante evolução. Essas pessoas desempenham um papel essencial no atendimento ao cliente, contribuindo diretamente para a melhoria da eficiência e a qualidade dos serviços oferecidos. Já para o cargo de Analista de TI, o Concurso Público 34 (CP 34), realizado em 2024, reforça o foco do Banco na transformação digital e na inovação tecnológica. As convocações iniciadas no mesmo ano resultaram na contratação de 40 novos analistas de TI até o final de 2024.

Essas pessoas são responsáveis por desenvolver e implementar soluções tecnológicas que impulsionam a modernização dos processos internos e a oferta de produtos e serviços digitais. Dessa forma, o Banco reafirma seu compromisso com a excelência e a sustentabilidade de suas operações, fortalecendo ainda mais sua posição no mercado e gerando valor para os acionistas.

Desenvolvimento de Pessoas - Investindo no Futuro do BRB

No BRB, acredita-se que o desenvolvimento de pessoas é mais do que uma prioridade: é um pilar estratégico para alcançar resultados excepcionais e impulsionar o crescimento sustentável. Capacitar nossas pessoas é investir na construção de uma organização preparada para enfrentar os desafios do mercado e liderar com excelência. Com a expansão e modernização dos últimos anos, o BRB ampliou os investimentos em treinamentos, garantindo pessoas capacitadas para atuar na organização.

O Valor do Desenvolvimento

As iniciativas de treinamento do BRB refletem nossa visão de que o aprendizado contínuo gera impacto direto nos resultados financeiros, aumenta o engajamento das equipes e prepara a organização para um futuro promissor. Ao investir no desenvolvimento de nossas pessoas, fortalece-se não apenas a performance do Banco, mas também a cultura organizacional e o compromisso com a sociedade.

Em 2024, as iniciativas de treinamento e desenvolvimento foram desenhadas para promover o protagonismo de cada pessoa, conectando competências individuais aos objetivos estratégicos do Banco. Foram mais de 87 mil certificados emitidos e mais de 249 mil horas de treinamento realizadas – o equivalente a uma média de 75,2 horas por pessoa – reafirmando o compromisso com a excelência.

Destaques que Transformam o BRB

Dentre as ações educacionais realizadas em 2024, três se destacam por seus aspectos sociais e pelo impacto em uma era digital, sendo elas:



Programa de Liderança Feminina

Reconhecendo a importância de fortalecer a liderança feminina, lançou-se, em parceria com o Instituto Soul, o Programa de Liderança Feminina capacita mulheres para superar barreiras e alcançar posições estratégicas. Desde seu início, em 2019, o programa já impactou 225 mulheres, capacitando-as com ferramentas como autoconhecimento, visão estratégica e técnicas de liderança. Em 2024, 50 mulheres participaram de uma formação robusta de 60 horas, consolidando o BRB como agente transformador em um mercado mais inclusivo.

Universidade Digital

Nossa plataforma de aprendizagem segue como referência em educação corporativa. Em 2024, mais de 1.800 cursos renomados, oferecidos por parceiros como Lit, Alura e UOL, foram amplamente divulgados e complementados por novas trilhas da Escola Nacional de Administração Pública - Enap e Escola de Governo - Egov. Destaca-se a Trilha de Gestão de Contratos, que trouxe uma visão de mercado abrangente, e as trilhas específicas sobre Varejo Bancário, Riscos e Educação Financeira, promovendo a conexão de competências críticas aos desafios do mercado.

Transformação Digital

Para liderar na era digital, é essencial capacitar as pessoas para essa jornada. Em 2024, garantiu-se que 74% das pessoas da Direção Geral concluíssem mais de 20 horas de capacitação em transformação digital. Essa ação fortalece a competitividade e posiciona o BRB na vanguarda do mercado.

Processos de Seleção Interna

Em um ambiente de expansão e profissionalização, as seleções internas se esforçam para expressar a missão do BRB de impactar positivamente a vida das pessoas. Elas valorizam a inovação e a atitude, fortalecendo o compromisso com os indivíduos e destacando as pessoas como protagonistas no avanço de suas trajetórias profissionais, visando alcançar resultados duradouros e excelentes para o Banco.

Com base no compromisso contínuo com o desenvolvimento e avanço na carreira das pessoas, o BRB conduziu treze processos seletivos ao longo do ano de 2024, resultando na seleção de 362 pessoas para as diversas áreas do Banco de Brasília. No final de 2024, houve o lançamento do processo seletivo por verticais de carreira para as funções de analistas júnior, pleno e sênior, o qual tem previsão de selecionar 373 pessoas para comporem o cadastro reserva dessas funções, garantindo a continuidade e a renovação dos quadros de pessoal de forma mais iterativa, flexível e ágil.

Como parte das melhorias envolvendo o processo das seleções internas no Banco, em 2024, houve o desenvolvimento e aprovação do Talent Link BRB, primeiro passo para implementação da rede social profissional interna focada em carreira, crescimento, desenvolvimento e criação de conexões profissionais no ambiente interno do BRB. A implementação do Talent Link BRB trará diversos benefícios às pessoas e gestores, como: facilitar a conexão entre pessoas de diversas áreas, permitindo a troca de experiências e oportunidades de encareiramento para nossas pessoas através de PSIs; ajudar gestores a encontrar candidatos qualificados para vagas disponíveis, além de permitir que as pessoas busquem novas oportunidades; oferecer recursos educacionais, como cursos e webinars, para o desenvolvimento contínuo dos profissionais; facilitar a disseminação de informações e conhecimentos através de artigos, postagens e discussões em grupos.

Programa de Incentivo à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Entendendo a importância de tratar as pessoas como seres integrais, além das ações voltadas ao lado profissional, o BRB também adotou ações voltadas ao campo pessoal, focadas em itens como saúde, bem-estar, qualidade de vida e diversidade.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

A gestão do PCMSO se baseia no planejamento, execução e monitoramento para proteção da saúde das pessoas e de sua integridade física, considerando os riscos ocupacionais ligados às



suas atividades e ao seu ambiente de trabalho, determinados pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Dentre as ações de gestão do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, destacam-se as seguintes:

Exame Médico Admissional

O exame admissional tem por objetivo assegurar que as capacidades, necessidades e limitações fisiológicas e psicológicas do candidato sejam compatíveis com o esforço físico e mental exigido pelo cargo. Foram realizados 133 (cento e trinta e três) exames admissionais até dezembro de 2024.

Exame Médico Periódico

O exame médico periódico visa à prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Foram realizados 1.697 (um mil seiscentos e noventa e sete) exames periódicos até dezembro de 2024.

Campanha de Vacinação Influenza + H1N1

O objetivo da campanha é prevenir doenças do aparelho respiratório e proporcionar às pessoas do Conglomerado BRB e seus dependentes uma melhor qualidade de vida. Desde 2010, a vacina administrada durante a campanha tem efeito conjugado: Influenza (gripe sazonal) + H1N1. Em 2024, das 4.494 doses aplicadas em todo o Conglomerado BRB, 2.520 foram destinadas às pessoas ativas do Banco de Brasília.

Campanha de Vacinação Contra a Dengue

Em iniciativa inédita no setor financeiro, o BRB promoveu campanha de vacinação contra a dengue durante o surto da doença, tendo aplicado gratuitamente 2.869 doses nas pessoas interessadas. A vacina Qdenga tem o esquema completo composto por duas doses, sendo que ambas foram garantidas a todas as equipes que atuam no Distrito Federal, local de maior incidência do vírus. Além da vacinação, foram divulgados informativos com dicas de prevenção e responsabilidade social voltados ao tema.

Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT

A Norma Regulamentadora NR-4 estabelece os parâmetros e os requisitos para a constituição e manutenção dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade das pessoas. Assim sendo, seguem as principais ações desenvolvidas pelo SESMT do BRB:

Segurança do Trabalho

Com o objetivo de atender à Norma Regulamentadora NR 17 (Ergonomia) e possibilitar uma adequação do trabalho às pessoas (postura adequada), foram realizadas 94 (noventa e quatro) avaliações ergonômicas do trabalho – APT.

Foram distribuídos 926 (novecentos e vinte e seis) materiais ergonômicos às pessoas.

O absenteísmo por motivo de saúde em 2024 foi de 4,32% (quatro inteiros e trinta e dois centésimos por cento).

Ações de Qualidade de Vida

A gestão de pessoas do BRB, dentre outros objetivos, visa integrar ações para a qualidade de vida e saúde (bem-estar físico, mental e social) das pessoas do BRB, proporcionando maior resistência ao estresse, estabilidade emocional, eficiência no trabalho, entre outros benefícios que qualificam o bem-estar dentro e fora do ambiente laboral. Isso ocorre por meio de ações culturais, incentivo à prática esportiva, campanhas de vacinação e doação de sangue, incentivo a hábitos e comportamentos saudáveis.

Relacionam-se a seguir as principais atividades:

Projeto Bem Gestar

Destinado às gestantes e às pessoas cujas companheiras estejam gestantes, tem como objetivo a orientação sobre cuidados com o bebê, cuidados necessários durante a gestação, além da conscientização dos cônjuges quanto à importância da participação ativa no cuidado



à criança. Para as pessoas que se tornarão pais, é emitido um certificado para prorrogação de sua licença paternidade. No ano de 2024, foram realizadas três turmas do projeto, com uma média de 10 casais por turma.

Projeto “De Volta Para o Futuro”

Voltado para a preparação das pessoas na iminência da aposentadoria, a segunda edição deste projeto, realizada em dezembro de 2024, abarcou uma série de encontros com foco em saúde, finanças e comportamento, impactando aproximadamente 20 pessoas.

Sipat

Ocorreu em maio de 2024, com atividades on-line e presenciais, tais como palestras sobre prevenção de lesões osteomusculares, saúde mental nas relações sociais de trabalho, quick massage, exame de bioimpedância, auriculoterapia, reiki e caminhada em grupo. Além da semana de eventos, no final de 2024, reforçando a atuação da CIPA no combate ao assédio, conforme a nova regulamentação trabalhista, também foi transmitida uma live temática a todo o corpo funcional.

Ressarcimento de Medicamentos

O Banco ressarcе 80% (oitenta por cento) do valor das despesas com medicamentos em tratamento extra-internação, para a pessoa com o vírus HIV e doenças crônicas especificadas no Regulamento do Plano “A-1” da Saúde BRB – Caixa de Assistência, até o valor aprovado no acordo coletivo vigente. A Saúde BRB arca com 20% (vinte por cento) do valor das despesas especificadas, de forma que 100% (cem por cento) do valor dos medicamentos são ressarcidos. Além disso, o Banco ressarcе os medicamentos para tratamento de Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho – DORT e doenças psiquiátricas, até o teto de R\$ 505,95 (quinhentos e cinco reais e noventa e cinco centavos) por mês. O investimento com o benefício nas duas categorias, até dezembro de 2024, foi de R\$ 545.998,74 (quinhentos e quarenta e cinco mil novecentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos).

Auxílio Academia

O objetivo do auxílio academia é incentivar a prática de atividade física, visando promover a redução de estresse e a prevenção de doenças. O programa consistiu em um auxílio de até R\$ 158,01 (cento e cinquenta e oito reais e um centavo), reajustado na data-base de setembro de 2024, concedido em contracheque, mediante a comprovação de frequência e pagamento, para estimular as pessoas a praticarem diversos tipos de atividade física. O valor investido, até dezembro de 2024, foi de R\$ 601.681,54 (seiscentos e um mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos). Este benefício está sendo descontinuado para ser substituído pelo BRB Move Up (Wellhub/Gympass), que contemplará ainda mais pessoas.

BRB Runners

Lançado em janeiro de 2024, o grupo de corredores do BRB conta com 70 vagas para as pessoas que desejem ser treinadas por uma assessoria especializada. Os treinos ocorrem presencialmente em pontos estratégicos do Distrito Federal, sendo também possível a modalidade remota, onde a realização das atividades é acompanhada por aplicativo. Por meio do grupo, várias pessoas já conseguiram superar suas marcas pessoais no esporte, além de usufruírem de mais saúde e bem-estar, que é o principal propósito.

Bem Nutrir

Lançado em novembro de 2024, o objetivo desse programa é disseminar, entre as pessoas, a importância dos cuidados com a alimentação do dia a dia e de todos os aspectos a ela interligados. O evento de lançamento contou com a presença do nutricionista e influenciador Daniel Cady e foi assistido por mais de duzentas pessoas. Além disso, o programa possui grupos trimestrais de apoio nutricional, mediados por nutricionistas e profissionais especializados da Clínica Saúde BRB. Neste mês, também foi lançada a campanha de engajamento “Quintas das Frutas”, na qual as pessoas foram estimuladas a trazer frutas para os lanches das suas equipes nas quintas-feiras.



AM(PARE)

Em outubro de 2024, fortalecendo o compromisso com as ações de combate à violência doméstica, o BRB lançou este programa, que visa trazer soluções no âmbito corporativo às pessoas vítimas de agressores em contexto familiar. O programa está estruturado em três pilares essenciais: integridade física, suporte psicológico e segurança financeira. Cada um deles oferece ações práticas para as mulheres que precisarem e acionarem o canal de escuta inicial. O evento de lançamento, que encheu o auditório do Centro Empresarial CNC, contou com a presença de especialistas no tema, como a Delegada da DEAM II, Mariana Araújo, a presidente do Instituto Nós Por Elas, Natalie de Castro, e a Secretária da Mulher do DF, Giselle de Oliveira. Além do evento, durante a semana de lançamento, ficou exposto para fotos nos jardins do CNC um dos símbolos dessa luta – o banco vermelho.

Pesquisa de Clima GPTW

Teve início em dezembro de 2024 mais uma edição da pesquisa de clima da consultoria GPTW. Esta é uma possibilidade para as pessoas opinarem em temas como desenvolvimento, carreira, saúde ocupacional, entre outros. Os resultados da pesquisa, a serem divulgados em janeiro de 2025, possibilitarão uma série de ações de gestão de pessoas.

Campanhas de Mobilização para o Bem-Estar e a Saúde

Janeiro Branco

Com o objetivo de reforçar a necessidade de atenção à saúde mental das pessoas, o BRB, aderindo à campanha do Janeiro Branco, realizou diversas publicações temáticas, incluindo vídeos semanais das psicólogas da Clínica Saúde BRB, dicas sobre Mindfulness e divulgação das salas de massagem. Além disso, foi transmitida a live “Como Cuidar da Saúde Mental em 2024”, com especialistas no tema, e realizada ação de engajamento para que as equipes registrassem os momentos de integração e a realização da ginástica laboral, disponível na Universidade Corporativa do BRB.

Abril Verde

A campanha Abril Verde visa dar foco à saúde e segurança no trabalho, especialmente com o intuito de reduzir acidentes e doenças ocupacionais. Em 2024, além de comunicações direcionadas, foi divulgado um quiz temático para engajar as pessoas a testarem seus conhecimentos e aprenderem mais sobre os principais tópicos da campanha.

Agosto Dourado e Outras Ações em Prol da Amamentação Saudável

O BRB finalizou o ano de 2024 com duas salas de amamentação ativas e devidamente equipadas nos dois edifícios com áreas administrativas (Centro Empresarial CNC e Ed. Brasília), tendo recebido o Selo Dourado durante cerimônia do GDF realizada no Palácio do Buriti em 11/01/2024. Durante a campanha do Agosto Dourado, houve reforço de comunicação e divulgação das iniciativas que o BRB possui nesse tema.

Setembro Amarelo

Em setembro, mês de conscientização e prevenção ao suicídio, foram realizados encontros presenciais para a campanha do Setembro Amarelo, impactando mais de 100 pessoas no total. Também foi transmitida uma live para todas as pessoas, com a presença de um palestrante da CVV (Centro de Valorização da Vida), abordando o tema “Se Precisar, Peça Ajuda”. Além de desmistificar o tema, a dinâmica de funcionamento da organização, a forma de atendimento aos usuários e as maneiras de ingresso no voluntariado também foram discutidas.

Outubro Rosa

Na tradicional campanha Outubro Rosa, o BRB divulgou informações relevantes sobre a prevenção ao câncer de mama, reforçou os benefícios existentes (como o custeio da mamografia e Papanicolau para as pessoas) e transmitiu uma mesa redonda com médicas da Clínica Saúde BRB, com participação especial de uma médica oncologista do Hospital Sírion Libanês.



Além disso, todo o corpo funcional foi engajado a arrecadar itens de higiene e mechas de cabelo para entrega na Rede Feminina de Brasília do HBDF. Foram arrecadados mais de 600kg de itens, além de 66 mechas, que certamente contribuirão para o processo de tratamento de mulheres acometidas pela doença.

Novembro Azul

Semelhante à campanha do Outubro Rosa, as redes sociais internas do Banco foram utilizadas para disseminar conteúdo informativo e relevante sobre o Novembro Azul, voltado para a prevenção do câncer de próstata, com o apoio da equipe de urologia da Clínica Saúde BRB. Em podcast temático inédito, a urologista da Clínica e um dos médicos do trabalho do BRB abordaram, sem tabus, os caminhos para a prevenção dessa doença.

Diversidade e Inclusão

Dando continuidade às iniciativas relacionadas à primeira Política de Diversidade e Inclusão do BRB, lançada em 2022 e renovada em 2024, foram realizadas diversas ações de engajamento e letramento das pessoas em temas relacionados, envolvendo datas celebrativas. Dentre elas: conscientização sobre o autismo, Dia da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, Mês do Orgulho LGBTQIAPN+, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência (PCD), Dia do Idoso, Dia do Surdo, Mês da Consciência Negra, entre outros.

Em março de 2024, dentro de diversas ações que focaram no empoderamento feminino, foi transmitida a live "Poder Feminino: Corpo e Mente em Equilíbrio", trazendo especialmente elementos do cuidado com a saúde integral feminina.

Sendo um sucesso em 2023, em junho de 2024, foram distribuídas novas cordinhas temáticas da campanha do orgulho. E, de forma inédita, em julho de 2024, foram distribuídas cordinhas de crachá com a estampa de girassol para as pessoas com deficiências ocultas, em alusão à campanha mundial que utiliza o mesmo símbolo.

No Mês da Consciência Negra (novembro de 2024), o BRB participou da construção e evento de lançamento do 2º volume do Dicionário Antirracista da Defensoria Pública do DF, trazendo visibilidade à luta contra a discriminação racial.

Ainda em novembro, complementando as ações do programa Am(pare), foram divulgados materiais de letramento e sensibilização alusivos ao Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres e aos 16 Dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero, com publicações diárias durante esse período.

Com essas e outras ações, o BRB deu destaque aos principais marcadores de diversidade e reforçou o seu compromisso com a inclusão e a equidade, continuando a valorizar e respeitar as suas pessoas.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

O total realizado até dezembro/24 nesse programa foi de R\$ 149,8 milhões.

O BRB se destaca por oferecer benefícios amplos e diferenciados, que vão além das exigências legais. Essas iniciativas refletem o compromisso em valorizar pessoas, equilibrando bem-estar, desenvolvimento e resultados estratégicos.

Auxílios - Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação

O BRB assegura a seus colaboradores a tranquilidade de contar com um benefício voltado à segurança alimentar. Atualmente, o valor mensal é de R\$ 2.308,68, reajustado anualmente, e em 2024, a instituição investiu R\$ 90,1 milhões.

Auxílio-Natalidade

Por ocasião do nascimento de filhos(as), esse benefício é realizado com um pagamento único de R\$ 1.850,37. Em 2024, foram concedidos 131 auxílios, totalizando R\$ 241,5 mil.

Auxílio-Creche/Auxílio-Creche Especial

Destinado a empregados com filhos, inclusive adotivos e enteados, até 7 anos de idade, o benefício também abrange casos de filhos com deficiência permanente, sem limite de idade, desde que demandem cuidados contínuos.



O valor mensal do benefício é de R\$ 659,67 para casos gerais, enquanto o Auxílio-Creche Especial tem um teto de R\$ 1.066,46. Em 2024, 875 colaboradores foram beneficiados, incluindo 115 no programa especial, totalizando um investimento de R\$ 7.362.360,31. Essa iniciativa reflete o compromisso do BRB com a inclusão e o bem-estar familiar.

Vale-Transporte

O Vale-Transporte, que cobre deslocamentos entre residência e local de trabalho, é benefício regulamentado pelo Acordo Coletivo de Trabalho e que prevê uma contribuição de 4% por parte dos empregados sobre o valor total.

Atualmente, cerca de 8% do quadro funcional utiliza o benefício, que demandou um investimento total de R\$ 303.722,76 em 2024, com uma média mensal de R\$ 25.310,23.

Benefícios Educacionais

O desenvolvimento contínuo é pilar estratégico do BRB. Por isso, o banco oferece benefícios educacionais que abrangem graduação, pós-graduação, especializações, mestrado e doutorado. Em 2024, 496 colaboradores foram beneficiados, totalizando um investimento de R\$ 2.358.127,43.

Essa política reforça o compromisso do BRB em promover o aprendizado, alinhando as competências do quadro funcional às necessidades institucionais e às demandas do mercado.

Auxílio-Idioma

O incentivo ao aprendizado de idiomas, como inglês e espanhol, é um diferencial competitivo do BRB. Por meio do Auxílio-Idioma, os colaboradores recebem até R\$ 300,00 mensais.

Em 2024, 207 empregados usufruíram do benefício e o BRB investiu R\$ 502.500,00.

Seguro de Vida em Grupo

O BRB oferece uma apólice coletiva de seguro de vida, com contribuições compartilhadas entre o banco e os empregados. Esse benefício garante proteção financeira em situações de invalidez ou falecimento, atendendo tanto o titular quanto seus dependentes.

Em 2024, 2.075 colaboradores foram contemplados, com um custo patronal de R\$ 1.082.324,20.

Auxílio-Funeral

O Auxílio-Funeral, com teto de R\$ 12.378,03, visa custear despesas decorrentes de decessos de colaboradores ou seus familiares. Em 2024, foram concedidos 11 auxílios, totalizando R\$ 98.692,05.

Auxílio-Academia

Com foco na saúde e bem-estar, o BRB promove o Programa Vida Ativa, que inclui o Auxílio-Academia, para incentivar a prática de exercícios físicos. Em 2024, 468 colaboradores utilizaram o benefício, que tem valor mensal de até R\$ 158,01, resultando em um investimento de R\$ 603.215,17.

Ressarcimento de Medicamentos

O benefício é fornecido em duas modalidades: Doenças Crônicas/AIDS e DORT/Transtornos Psíquicos. O BRB ressarcе até 80% das despesas com medicamentos utilizados para tratamento de doenças crônicas. O rol das doenças é taxativo e consta no Manual de Saúde e Segurança do Trabalho.

No caso de tratamento de DORT/Transtornos Psíquicos, o BRB ressarcе até o teto de R\$ 505,95 (quinhentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Em 2024, os ressarcimentos de medicamentos foram no total de R\$ 548.434,27 (quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos), sendo atendidos 109 (cento e nove) pessoas para Doenças crônicas e 204 (duzentos e quatro) para DORT.



Benefícios por Transferência

Com a dinâmica de expansão do BRB, cresce a necessidade de movimentação dos empregados nas diversas unidades no país. Visando custear as despesas ocasionadas pela mudança e apoiar os empregados transferidos, são concedidos os seguintes benefícios e vantagens: abono por transferência, ajuda de custo mudança, auxílio-moradia e incentivo por transferência.

Em 2024, 40 colaboradores foram transferidos, com um investimento total de R\$ 1.690.823,97.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

O programa se refere aos serviços que não são atividade fim do Banco, mas que são necessários para sua manutenção, os quais são realizados, na maior parte, por contratos de terceirização. A soma das despesas que compõem esse programa totalizou R\$ 979,4 milhões em 2024.

8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA

AÇÕES DE PATROCÍNIO

Em 2024, foram patrocinados 84 projetos, incluindo 21 ações de abrangência nacional, 4 internacionais, 44 no Distrito Federal e 15 em outros 8 estados brasileiros. Esses patrocínios demonstram o fortalecimento e a nacionalização da marca BRB, que continua sendo o principal fomentador do esporte e do entretenimento em Brasília.

No total, foram investidos R\$ 26,2 milhões em projetos realizados em Brasília e R\$ 60 milhões em projetos nacionais.

Entre os projetos internacionais, destaca-se o patrocínio ao piloto Gabriel Bortoleto, que se sagrou campeão da Fórmula 2 em 2024 e está confirmado na Fórmula 1 em 2025, após 7 anos sem um representante brasileiro na principal categoria do automobilismo mundial.

No total, o Banco investiu aproximadamente R\$ 107 milhões em patrocínios no ano de 2024.

As ações de patrocínio em 2024 tiveram como base o fortalecimento/ expansão nacional da marca BRB, a geração de negócios e a realização de ações de relacionamento com clientes, prospects, empregados e formadores de opinião.

Dentre as ações de patrocínio realizadas em 2024, destacamos os projetos nos segmentos: Esporte; Entretenimento; e Relacionamento.

Patrocínio Esportivo

Foram investidos aproximadamente R\$ 84 milhões em patrocínios esportivos, com destaque para:

- Clube de Regatas Flamengo - Futebol Profissional e de Base;
- Equipe de F1 Alpine;
- Piloto Gabriel Bortoleto;
- Piloto Enzo Elias;
- Piloto Pedro Cardoso;
- F4 Brasil;
- StockCar Brasil;
- Rally dos Sertões;
- Confederação Brasileira de Automobilismo;
- Confederação Brasileira de Tênis.

Patrocínio de Entretenimento

Foram investidos aproximadamente R\$ 17 milhões em entretenimento, com destaque para:

- Arena BRB Mané Garrincha;
- Aniversário de Brasília;
- Carnaval do Mané;
- Reveillon da Esplanada;
- Via Folia João Pessoa;



- Casa Cor Nacional.

Patrocínios com foco em Negócios e Relacionamento

Foram investidos aproximadamente R\$ 3,85 milhões em projetos com foco na geração de negócios e relacionamento institucional, com destaque para:

- AgroBrasília;
- ExpoVitis Brasília;
- Innova Summit 2024;
- Anajustra;
- Anastra;
- Ademi;
- Sinduscon;
- Sindilegis.

PUBLICIDADE

Ações de Publicidade e Propaganda

O BRB é um banco completo, ágil, eficiente, flexível e orientado para o desenvolvimento regional, sempre em busca de expansão e oferecendo diversas soluções ao seu público. A instituição possui um portfólio completo de varejo e atacado e também atua no suporte à gestão pública, com iniciativas como o BRB Mobilidade e os Cartões Sociais.

Um dos princípios fundamentais que orientam os processos de Comunicação e Marketing da instituição é garantir uma gestão eficiente e estratégica dessas atividades, com o objetivo de consolidar a marca e fortalecer a imagem institucional do BRB. Por meio de ações de publicidade e propaganda, busca-se fidelizar clientes, atrair novos parceiros e preservar a reputação positiva do Banco perante a sociedade.

Nesse contexto, a publicidade dos patrocínios realizados pelo BRB desempenha um papel essencial, potencializando o impacto dessas iniciativas, ampliando a visibilidade da marca e reforçando seu compromisso com o desenvolvimento cultural, esportivo e social da comunidade. Ao comunicar os projetos apoiados, a instituição não apenas demonstra seu papel ativo na transformação da sociedade, mas também fortalece a conexão emocional com clientes e parceiros, consolidando sua posição como uma marca que investe em causas de valor coletivo.

No ano de 2024, as iniciativas foram reforçadas por meio de diversas campanhas de publicidade e propaganda amplamente divulgadas nos principais meios de comunicação, como televisão, mídias impressas, internet, mídia exterior, mídia eletrônica, mídia indoor e rádio. Um exemplo foi a campanha "Banco Completo", alinhada ao planejamento estratégico da instituição, que buscou consolidar a imagem de um banco moderno, ágil e inovador, refletindo o novo posicionamento do BRB.

Nos últimos anos, o Banco firmou parcerias estratégicas com outras instituições, trazendo folhas de pagamento, conquistando novos clientes e criando inúmeras oportunidades de negócios. Além disso, ampliou seu papel como agente financeiro público, mantendo uma relação próxima com o setor produtivo e aprimorando continuamente a experiência oferecida aos clientes e à população. Esse reforço na comunicação nas praças prioritárias, por meio da publicidade, destacou a atuação do BRB nacionalmente, evidenciando-o como parceiro do setor público no fornecimento de empréstimos para investimentos, no crédito imobiliário, no agronegócio e no mercado de cartões de crédito.

Por fim, durante o exercício de 2024, o valor investido em veiculações publicitárias foi de aproximadamente R\$ 38 milhões.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Planejamento Estratégico



Em mais de 58 anos de existência, o BRB atua como protagonista no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência (RIDE). Como agente financeiro do Governo do Distrito Federal (GDF), busca sempre ser reconhecido como referência na operacionalização, execução e disseminação das políticas públicas. De forma a consolidar sua missão de banco público, foca na criação de mecanismos para atuar como peça fundamental no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência.

Ultrapassando em 2024 a marca de mais de 8 milhões de clientes e de 55 bilhões de ativos, o BRB atuou de forma a se consolidar como banco público, sólido e de destaque no cenário nacional, proporcionando aos clientes experiências únicas, completas e inovadoras. O Banco segue para 2025 avançando em seus projetos de expansão com a reorganização de seus negócios, mantendo o compromisso de ser parceiro estratégico do GDF, cada vez mais protagonista no desenvolvimento econômico, social e humano e fortalecendo sua presença no mercado.

A evolução estratégica do BRB é marcada pelo desenvolvimento contínuo, com um forte compromisso com seus clientes, sociedade, colaboradores e acionistas. Seguindo as premissas estratégicas que se fortalecem a cada ano, o processo de revisão do Planejamento Estratégico 2025-2029, aprovado em dezembro de 2024, se destacou por ser amplamente participativo e colaborativo, envolvendo o corpo funcional, os clientes e a alta administração na construção da estratégia organizacional.

O ciclo do Planejamento Estratégico 2025-2029 foi subdividido em três fases distintas, evidenciando uma abordagem sistêmica e direcionada para obtenção percepções sobre o atendimento, produtos e serviços do banco, a partir de uma visão do corpo funcional e principalmente dos clientes:

- Pesquisa com o corpo funcional: pesquisa realizada com os colaboradores para captação da percepção em relação ao posicionamento estratégico do Banco, que contou com a participação de 44% dos colaboradores do Conglomerado BRB, permitindo uma escuta ativa para a construção da visão de futuro e agenda de iniciativas para os próximos 5 anos;
- Pesquisa com os clientes: estando no centro da estratégia, foi realizada uma pesquisa abrangente com os clientes do BRB (incluindo os de outras regiões além do DF) para coletar informações e percepções sobre o atendimento e os produtos e serviços oferecidos pelo banco, a fim de subsidiar as discussões do Planejamento Estratégico. A participação ativa dos clientes garante que o planejamento estratégico do banco esteja alinhado com as necessidades e expectativas do mercado.
- Jornadas Estratégicas: A partir dos insights das pesquisas, foi constituído um grupo de trabalho multidisciplinar com representantes de cada diretoria, responsável por discutir e revisar os itens centrais da estratégia. O foco foi garantir que as propostas fossem viáveis e eficazes na prática, permitindo uma execução integrada e coesa. As jornadas contaram com a participação de Diretores e empregados de todo o Conglomerado BRB. Os principais temas apresentados nas jornadas foram: resultados alcançados, cenário econômico, tendências do setor financeiro e inovação nos serviços financeiros. Além dos debates sobre a estratégia do Banco, foram construídos os principais direcionadores do BRB para os próximos 5 anos, conforme a visão dos empregados.

Nas fases seguintes, a visão construída seguiu para discussão pela Alta Administração acerca dos desafios, objetivos, prioridades e direcionamentos estratégicos do BRB com a Alta Administração, além da compatibilização e do alinhamento das visões garantindo coerência e robustez ao Planejamento Estratégico.

Como resultado, o Planejamento Estratégico 2025-2029 manteve as diretrizes estratégicas do planejamento anterior, trazendo pontos de revisão na identidade e nos objetivos estratégicos do BRB. A Missão, Visão, os Valores e o Propósito foram revisitados, fortalecendo os princípios de ser um banco público, sólido, rentável, moderno e eficiente, que busca ser o



principal banco dos nossos clientes, com o propósito de transformar a vida das pessoas e promover desenvolvimento sustentável.

Na essência, foram mantidas as diretrizes que norteiam as ações estratégicas desenvolvidas pela Instituição, como a Orientação Geral dos Negócios (OGN), direcionamento emanado dos Acionistas de forma abrangente e de longa duração, com base nos preceitos legais, nas boas práticas de Governança Corporativa e com vistas à perenidade do Conglomerado BRB.

Além da simplificação e organização dos objetivos estratégicos fundamentados nas perspectivas Financeira e Estratégica, Clientes e Canais, Processos Internos, TI e Pessoas, o Planejamento Estratégico 2025-2029 manteve um posicionamento estratégico voltado para as linhas de negócios, de modo a estabelecer o direcionamento que os gestores e suas áreas precisam dar aos projetos e ações estratégicas, de acordo com as prioridades de cada linha de negócio do Banco.

Do ponto de vista financeiro e estratégico, o Banco busca expandir e construir resultados financeiros sustentáveis, aumentando sua competitividade através de parcerias estratégicas e ampliando sua presença no mundo digital e em novos canais de negócios. O objetivo é estabelecer um ecossistema que amplie a rentabilidade e fortaleça a marca, consolidando cada vez mais o Banco como uma instituição pública, moderna, ágil e inovadora. Além disso, o Banco se empenha em permanecer como referência em Políticas Públicas, oferecendo novas soluções, produtos e serviços governamentais.

Para os clientes e canais, o Banco tem como prioridade melhorar a experiência e o atendimento. Para isso, visa aprimorar os canais, oferecendo uma experiência omnichannel e estabelecendo uma rede adequada de canais físicos e plataformas, refletindo o novo modelo de atendimento phygital. Além disso, busca ampliar o relacionamento com os clientes, aumentando sua presença no mercado e diversificando o portfólio de produtos e serviços com o objetivo de rentabilizar e se tornar o principal banco de relacionamento dos seus clientes.

O foco na melhoria da eficiência operacional continua sendo determinante. A simplificação, digitalização e automatização de seus processos, bem como a otimização da estrutura de custos para maximizar o resultado são fatores críticos de sucesso. Além disso, o fortalecimento da segurança, da governança, dos controles internos e da gestão de riscos é essencial para assegurar a proteção dos interesses de todos os stakeholders, promovendo a confiança e a sustentabilidade do Banco. Esses pilares atuam como garantidores da integridade operacional e financeira, mitigando vulnerabilidades e prevenindo impactos adversos que possam comprometer a reputação e a continuidade do negócio, permitindo maior transparência, conformidade regulatória e agilidade, alinhando o BRB às melhores práticas de mercado e assegurando que as expectativas de acionistas, clientes, colaboradores e reguladores sejam atendidas de forma consistente e confiável.

Com relação à Tecnologia, o BRB busca acelerar a sua transformação digital e dispor de soluções tecnológicas que forneçam ao Banco um ambiente adequado aos negócios e o suporte necessário para a expansão e o crescimento planejado. Por fim, e reconhecendo as pessoas como fator-chave de sucesso, o Banco almeja promover um ambiente de trabalho colaborativo, inclusivo e saudável, de modo a desenvolver e capacitá-las de acordo com a estratégia empresarial, fortalecendo a cultura centrada no cliente e em resultados.

Com isso, o BRB inicia mais um ciclo estratégico com o objetivo de se consolidar como banco público, sólido, completo e de destaque no cenário nacional, proporcionando aos clientes experiências únicas, personalizadas e inovadoras. Alinhado ao propósito de transformar a vida das pessoas e promover o desenvolvimento sustentável.

CARTEIRA DE HABITAÇÃO

O BRB financia a aquisição de unidades residenciais e comerciais a clientes pessoas físicas e jurídicas, além de realizar o financiamento da produção de unidades residenciais e comerciais a pessoas jurídicas. O produto de maior destaque é o financiamento destinado a imóveis enquadrados no Sistema de Financiamento Habitacional – SFH, de imóveis residenciais avaliados em até R\$ 1,5 milhão, com participação de 38,63% dos produtos da Carteira.



Nos últimos anos o Banco se posicionou como líder do mercado de crédito imobiliário no Distrito Federal e atualmente detém participação de 49,62% na modalidade concedida com recursos oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos – SBPE, apresentando o maior volume de financiamentos concedidos, conforme aponta o relatório da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip, acumulado de janeiro a novembro de 2024. Com esses números, o BRB se mantém como principal agente de crédito habitacional do DF há 05 (cinco) anos consecutivos, auxiliando na redução do déficit habitacional, apoiando clientes na concretização do sonho da casa própria e na manutenção de empregos da cadeia da construção civil e apoio ao setor produtivo. Em volume de carteira, o crédito habitacional alcançou o patamar de R\$ 11,89 bilhões em dezembro de 2024, refletindo um crescimento de 30,33% nos últimos 12 meses.

A Carteira Habitacional do BRB também detém a liderança na concessão de financiamento da produção, por meio do produto Plano Empresário, com uma participação de mercado de 61,17% no DF, com recursos oriundos do SBPE conforme aponta o relatório de janeiro a novembro de 2024 da Abecip, auxiliando o setor produtivo na geração de empregos diretos e indiretos e renda no Distrito Federal e regiões de atuação.

O nosso financiamento habitacional é desburocratizado, as etapas da contratação são simplificadas, com trânsito de documentos no formato digital entre as áreas envolvidas no processo ensejando em celeridade ao processo e mais comodidade ao proponente. Possui uma média de contratação em 15 dias e pode ser contratado nas agências ou nos Correspondentes Imobiliários. Ademais, os clientes BRB possuem maior facilidade, tendo crédito pré-aprovado para realizar financiamentos imobiliários, além de contar com taxa de juros sempre competitivas.

CARTEIRA DE AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro vive um momento de grande destaque, e o BRB tem sido um importante parceiro nesse cenário. Até dezembro de 2024, o BRB concedeu mais de R\$ 1 bilhão em crédito para o setor agropecuário. Sendo os estados de Minas Gerais e Goiás nossos principais beneficiários, com uma concentração de 36,73% e 27,47% do crédito concedido respectivamente.

Quanto a finalidade do crédito, o custeio agropecuário foi o principal destaque, com aproximadamente R\$ 363,81 milhões concedidos. Os produtores de soja e milho foram os maiores beneficiados, acessando um total de R\$ 256 milhões para o custeio dessas lavouras, que abrangem 35.885,5 hectares de soja e 8.199,52 hectares de milho.

Além disso, a linha de investimento agropecuário do BRB, que financia projetos que favorecem a melhoria na atividade produtiva, concedeu mais de R\$ 252,8 milhões em crédito para a aquisição de bens e pagamento de serviços, sendo R\$ 25,18 milhões provenientes do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

O Banco também participou ativamente na fase de pós-colheita, liberando R\$ 281,2 milhões para a comercialização da produção em condições mais favoráveis de mercado.

Adicionalmente, incentivou a agregação de valor à produção rural através da linha de industrialização agropecuária, com R\$ 200 milhões em operações contratadas até dezembro de 2024.

Até novembro de 2024, a carteira de Agronegócio apresentou saldo superior a R\$ 1,8 bilhão, representando um crescimento de 41,99% em comparação ao mesmo período de 2023.

O Agro BRB manteve-se na liderança da concessão de crédito ao agronegócio no Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp). Até dezembro de 2024, foram concedidos mais de R\$ 1,07 milhão em Pronaf e 6,73 milhões em crédito de Pronamp, reafirmando o compromisso do Banco em impulsionar a economia local e contribuir para o desenvolvimento do setor agropecuário no Distrito Federal e regiões adjacentes.



CARTEIRA DE CRÉDITO DE PRODUTOS DE ATACADO (EMPRESARIAL E GOVERNO)

O BRB opera tanto com recursos de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), quanto com recursos próprios destinados ao financiamento dos setores privados e públicos. O grande objetivo da concessão do crédito nessa carteira é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, participando da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, que são essenciais para o crescimento local. A estruturação das condições de crédito, como taxas e prazos, é adaptada às necessidades dos clientes, ajustando-se aos projetos e fluxos de caixa, permitindo que as empresas realizem investimentos para o aumento de sua capacidade produtiva, gerando mais empregos e renda.

A carteira de Crédito Empresarial e Governo apresentou, em dezembro de 2023, saldo superior a R\$ 2,07 bilhões, representando um crescimento de 39% em relação ao mesmo período de 2022. Esse aumento expressivo demonstra a efetividade das ações do BRB na promoção do desenvolvimento regional. Já em dezembro de 2024, o saldo dessa carteira atingiu R\$ 2,12 bilhões, consolidando um crescimento contínuo e reforçando a solidez do banco no apoio tanto aos setores privados quanto públicos da região.

Em relação às operações de crédito para o setor público, destinadas ao financiamento de obras de infraestrutura, o volume contratado desde 2020 totaliza R\$ 2,52 bilhões. Até dezembro de 2024, foram liberados R\$ 2,08 bilhões, beneficiando 05 estados e 08 municípios. Esses recursos têm sido essenciais para viabilizar importantes projetos de infraestrutura na região, impactando positivamente o desenvolvimento urbano e rural, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Os financiamentos liberados para o setor público, especialmente para obras de infraestrutura, refletem o compromisso do BRB com o progresso da região Centro-Oeste. A continuidade das liberações e o acompanhamento próximo de cada projeto garantem que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente, impulsionando a modernização das cidades e o fortalecimento da infraestrutura essencial para o crescimento sustentável e a competitividade regional.

DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Banco BRB se consolida como uma referência nacional na gestão de depósitos judiciais, assumindo o papel de importante parceiro estratégico. Com uma carteira que ultrapassa R\$ 22 bilhões, o BRB não apenas gerencia recursos financeiros, mas também impulsiona inovações tecnológicas que modernizam o sistema judiciário, promovem agilidade e ampliam a eficiência no atendimento a magistrados, advogados e beneficiários. Essa atuação se estende a tribunais de diferentes estados, como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL), com iniciativas específicas que atendem às demandas de cada região.

A seguir, são apresentados os principais avanços e inovações desenvolvidos em cada tribunal em 2024, destacando a importância das iniciativas lideradas pelo BRB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT)

A parceria entre o BRB e o TJDFT completou 15 anos em 2024, sendo um marco no fortalecimento da modernização do sistema judiciário no Distrito Federal. Com uma carteira que soma R\$ 8,5 bilhões distribuídos em mais de 450 mil contas, essa colaboração reflete a confiança mútua e a eficiência alcançada ao longo dos anos. Em 2024, mais de 155 mil alvarás foram processados, movimentando R\$ 2,6 bilhões, dos quais 94% foram realizados via Pix Judicial. Essa crescente adesão à tecnologia de transferência instantânea tornou-se essencial para agilizar pagamentos, eliminando burocracias e reduzindo significativamente o tempo de espera para os beneficiários.

Uma das principais inovações implementadas em 2024 foi o módulo de segurança para validação automática de assinaturas digitais de magistrados, garantindo a autenticidade dos alvarás emitidos. Ademais, a integração do pagamento de boletos da Guia de Recolhimento da União (GRU) diretamente aos alvarás judiciais trouxe mais praticidade ao processo,



permitindo que taxas judiciais sejam pagas de forma ágil e descomplicada. Esses avanços posicionam o TJDFT como um modelo de eficiência operacional, sendo frequentemente citado como referência para outros tribunais.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (TJBA)

O TJBA é um dos maiores parceiros do BRB, com uma carteira que ultrapassa R\$ 10,4 bilhões. Em 2024, mais de R\$ 4 bilhões em créditos foram realizados, com 94% dos 314 mil alvarás processados pagos via Pix Judicial, movimentando R\$ 3,9 bilhões. Essa transformação foi possibilitada pela implementação de soluções tecnológicas que eliminaram a necessidade de processos manuais, como o pagamento eletrônico de alvarás do 2º grau. Antes, os usuários precisavam comparecer presencialmente aos cartórios para retirar ordens de pagamento; agora, todo o processo é feito de forma online, promovendo comodidade e eficiência.

Outro destaque foi a melhora no processo de pagamento de precatórios, que passaram a contar com relatórios gerenciais detalhados e dashboards integrados. Essas ferramentas ampliaram a transparência no uso dos recursos e facilitaram o planejamento financeiro do tribunal.

O relacionamento entre o BRB e o TJBA segue como uma parceria de sucesso, evidenciado pelo impacto positivo das inovações implementadas. Em 2024, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) formalizou uma proposta ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para uniformizar o uso do Pix Judicial em todos os tribunais do país. A presidente da OAB-BA destacou o avanço, atualmente proporcionado apenas pelo Banco BRB, que é a única instituição financeira a oferecer a funcionalidade, afirmando:

"Com a regulamentação do Pix, o sistema judiciário não apenas simplifica seus procedimentos, mas também se torna mais acessível e ágil para advogados, partes processuais e todos os cidadãos."

Essa conquista reforça o papel do BRB como pioneiro e inovador, reafirmando seu compromisso com a modernização do sistema judiciário e a excelência no atendimento às demandas de seus parceiros e beneficiários.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE)

No TJCE, o BRB tem se consolidado como um parceiro essencial para a modernização do sistema judicial cearense. Em 2024, mais de R\$ 620 milhões foram movimentados, com destaque para a emissão de alvarás de precatórios via Pix Judicial. A adesão a tecnologias como o sistema BRBJus e ferramentas de Business Intelligence (BI), como o Power BI, permitiu uma gestão mais estratégica dos recursos financeiros do tribunal, promovendo maior controle e eficiência na tomada de decisão.

Essa parceria também tem sido marcada pela excelência no atendimento, com soluções personalizadas que atendem às demandas específicas do TJCE. A utilização de relatórios gerenciais detalhados possibilitou o acompanhamento em tempo real das movimentações financeiras, contribuindo para a modernização e a transparência do sistema judicial do estado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (TJAL)

Em setembro de 2024, o BRB iniciou uma parceria com o TJAL, consolidando sua presença na região Nordeste. Após a migração de mais de R\$ 3 bilhões em recursos provenientes do Banco do Brasil, o BRB assumiu a gestão de depósitos judiciais do tribunal. A implementação do sistema BRBJus foi adaptada para atender às especificidades do TJAL, enquanto o uso de ferramentas de BI ampliou a capacidade de análise e planejamento financeiro do tribunal.

Na segunda quinzena de dezembro, mais de 1.500 alvarás foram processados, movimentando mais de R\$ 56 milhões sendo, 96,5% desse valor via Pix Judicial. Essa inovação permitiu que o TJAL realizasse, pela primeira vez, pagamentos eletrônicos de alvarás, substituindo antigos processos presenciais e burocráticos. A eficiência e a segurança trazidas pela parceria com o BRB destacam o compromisso do banco em promover soluções inovadoras que beneficiam diretamente os usuários do sistema judicial alagoano.



As parcerias entre o BRB e os tribunais de justiça do Brasil têm demonstrado como a integração entre tecnologia e gestão eficiente pode transformar o sistema judicial. As inovações implementadas, como o Pix Judicial, ferramentas de BI e a automação de processos, não apenas agilizam a entrega de recursos financeiros, mas também promovem transparência, segurança e comodidade para magistrados, advogados e beneficiários.

O impacto dessas iniciativas vai além dos números, refletindo na satisfação dos usuários e na modernização dos serviços judiciais. Ao consolidar sua presença em tribunais de diferentes estados, o BRB reafirma seu compromisso com a inovação e a excelência, construindo um legado de transformação que fortalece a relação entre o sistema bancário e o judiciário no Brasil.

GOVERNO

No ano de 2024, o BRB reforçou as ações voltadas ao desenvolvimento econômico, social e humano, promovendo melhoria à qualidade de vida de milhares de pessoas. Importa destacar que o Banco tem como compromisso ser referência como agente de Políticas Públicas e provedor de soluções governamentais, protagonista no desenvolvimento econômico e catalisador para a transformação social, por meio de soluções financeiras inovadoras e digitais.

A marca BRB fez a diferença na operacionalização de 18 programas sociais do Distrito Federal. Oferecendo uma experiência completa, atuou nos programas: DF Social, Prato Cheio, Cartão Gás, Cartão Material Escolar, Cartão Creche, Renova DF, Fábrica Social, Acolher Eles e Elas, Bolsa Atleta, Esporte Social Voluntário, Agentes da Cidadania, Família Acolhedora e Política de Assistência Estudantil – PAE/UnDF. Ademais, a população do Distrito Federal pôde contar com os benefícios de caráter eventual: Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Auxílio Vulnerabilidade, Auxílio Calamidade e Benefício Excepcional.

Destaca-se, ainda, a operacionalização do FDR – Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural e do FUNGER – Fundo para Geração de Emprego e Renda, iniciativas direcionadas ao desenvolvimento econômico das regiões de influência. Outrossim, o BRB tem desempenhado um papel fundamental em projetos de naturezas distintas, como o aperfeiçoamento dos serviços, atendimento ao cidadão, infraestrutura tecnológica e ambientes das Unidades do Na Hora, o GDF – Saúde e a Prova de Vida Digital - GDF.

Por fim, a atuação do Banco é pautada em diretrizes consolidadas no Planejamento Estratégico, voltadas ao seu fortalecimento e à geração de valor aos acionistas e à sociedade. Neste sentido, é fundamental ampliar e diversificar sua base de clientes para garantir o alcance dos resultados e a manutenção da solidez. Dessa forma, o BRB vem intensificando os esforços na alavancagem dos convênios de consignação em folha de pagamento, utilizando-os como porta de entrada na expansão para os estados brasileiros, resultando, por conseguinte, no aumento da sua base de crédito.

PROGRAMAS SOCIAIS

O BRB é a Instituição Financeira responsável pela operacionalização dos Programas Sociais do Governo do Distrito Federal, destacando-se como referência na atuação como Agente Financeiro desses benefícios na região. A instituição se tornou especialista no desenvolvimento de soluções ágeis para a execução eficiente dessas iniciativas sociais.

Como resultado, o DF foi reconhecido pelo Ministério da Cidadania como a Unidade Federativa que possui, proporcionalmente, a maior rede de proteção social do País, impactando milhares de famílias em situação de vulnerabilidade e implementando Políticas Públicas em caráter de permanência na unidade federativa.

No período compreendido entre 2019 e 2024, foram creditados mais de R\$ 2,2 bilhões de reais às famílias, por meio de 27 Programas Sociais. Foram mais de 7 milhões de benefícios creditados a 393 mil famílias.

O ano de 2024 fechou com o total de R\$ 651 milhões em valores pagos e 259.729 famílias atendidas pelos programas sociais operacionalizados pelo BRB.

Seguem as informações relacionadas aos programas operacionalizados:



DF Social

O Programa DF Social visa à bancarização e à inclusão digital dos beneficiários, que têm autonomia para abrir suas contas por meio do aplicativo BRB Mobile. Este modelo permite a realização de saques, compras na função débito, transferências, realização de Pix e pagamento de boletos, oferecendo, ainda, um onboarding digital, ágil e seguro.

Trata-se de uma inovação no modelo de operacionalização de Políticas Públicas do Distrito Federal. Além de transferir renda à população de baixa renda, o Programa permite que os beneficiários acessem digitalmente os produtos e serviços bancários do BRB.

- Valor do Benefício: R\$ 150,00/mês;
- Conta corrente social, com regras específicas de movimentação;
- Voltado às famílias de baixa renda residentes no DF, com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo.

Programa Prato Cheio

O programa é uma iniciativa voltada ao combate da insegurança alimentar e nutricional e, desde 2022, se tornou uma Política Pública permanente, com força de Lei.

Anteriormente, as famílias recebiam uma cesta básica, mas passaram a receber um cartão pré-pago, meio de pagamento moderno e customizado que garante aos beneficiários rapidez e autonomia no acesso aos alimentos, respeitando a cultura alimentar de cada família.

Além disso, o programa contribui com o fomento da economia local, já que os R\$ 25 milhões creditados aos beneficiários todos os meses são utilizados diariamente nos estabelecimentos comerciais localizados no DF.

- Valor do Benefício: R\$ 250,00/mês;
- Cartão pré-pago, com utilização restrita a estabelecimentos do ramo alimentício;
- Voltado às famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Programa Cartão Gás

O Programa Cartão Gás foi criado como um complemento ao Programa Cartão Prato Cheio, com o objetivo de mitigar os impactos da pandemia de Covid-19. Devido ao seu sucesso, tornou-se uma Política de Estado.

A iniciativa surgiu em resposta às dificuldades relatadas por muitas famílias que, mesmo recebendo alimentos através do Programa Prato Cheio, não tinham condições de cozinhar os itens adquiridos. Para atender de forma abrangente e eficaz, o Governo lançou o Cartão Gás, que, assim como o Cartão Material Escolar, também contribui para o fortalecimento da economia local, com o credenciamento de estabelecimentos especializados para o atendimento ao Programa.

- Valor do Benefício: R\$ 100,00/bimestre;
- Cartão Pré-Pago, com utilização restrita aos estabelecimentos credenciados ao Programa;
- Voltado às famílias de baixa renda residentes no DF, com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo.

Cartão Material Escolar

O Cartão Material Escolar é um programa voltado à promoção da educação de qualidade e à inclusão escolar, que inovou ao substituir a entrega de kits escolares por uma solução de pagamento moderna e personalizada. Esse meio de pagamento permite que os alunos da rede pública do Distrito Federal, beneficiários do programa, escolham e adquiram seus materiais escolares diretamente nas papelarias credenciadas.

No modelo atual, cerca de R\$ 45 milhões são utilizados por ano nas Papelarias locais credenciadas ao Programa. Os papeleiros recebem a maquineta do BRB e uma taxa de desconto diferenciada durante a vigência do Programa.

- Valor do Benefício: R\$ 320,00 para alunos da rede infantil e fundamental e R\$ 240 para alunos do ensino médio;
- Cartão pré-pago, com utilização restrita às papelarias credenciadas no Programa;



- Voltado aos estudantes da Rede Pública de ensino cujas famílias sejam contempladas pelo Bolsa Família.

Programa Cartão Creche

O Programa Cartão Creche é uma iniciativa essencial para promoção do desenvolvimento educacional saudável e integral das crianças de 4 meses a 3 anos e 11 meses.

Com as vagas em instituições de ensino disponibilizadas pelo Programa, mães que não tinham com quem deixar as crianças para buscar inserção no mercado de trabalho, passaram a ter a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal com os seus trabalhos.

- Valor do Benefício: R\$ 872,07/mês;
- Cartão Pré-Pago, com utilização restrita às creches credenciadas ao Programa;
- Voltado à promoção do desenvolvimento infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos.

Programa Renova DF

O programa Renova-DF oferece cursos de capacitação integrados às atividades de conservação do patrimônio público do Distrito Federal. Os alunos recebem capacitação com noções básicas na área de construção civil e, enquanto se qualificam, recuperam os espaços públicos da cidade, como praças, parquinhos, quadras poliesportivas, campos sintéticos de futebol e Vilas Olímpicas.

O Programa foi vencedor do 2º Prêmio de Boas Práticas do Brasil Central e foi considerado o maior programa de qualificação profissional e social do País.

Além da satisfação dos alunos ao receberem suas certificações, destaca-se também o contentamento da população com a recuperação dos equipamentos públicos, que passaram a oferecer melhores condições de uso para a comunidade.

- Valor do Benefício: Salário mínimo e auxílio transporte, durante a realização do curso;
- Cartão Pré-Pago, com a possibilidade de saque do recurso ou uso em estabelecimentos comerciais.

Programa Fábrica Social

A finalidade da Fábrica Social é promover educação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e criar oportunidades concretas aos alunos para que consigam ser inseridos no mercado de trabalho e tenham autonomia socioeconômica.

- Valor do Benefício: Salário mínimo (variável por produção) e auxílio transporte, durante a realização do curso;
- Cartão Pré-Pago, com a possibilidade de saque do recurso ou uso em estabelecimentos comerciais.

Política de Assistência Estudantil – PAE/UnDF

Concedido em três modalidades (Auxílio-Permanência, Auxílio-Transporte e Auxílio-Creche), exclusivamente aos estudantes da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF - devidamente matriculados em curso de graduação e que cumpram os demais requisitos previstos em edital.

Além do benefício regular, os alunos também podem receber bolsa de Iniciação Científica, visando o desenvolvimento e o aprimoramento da pesquisa no que se refere à formação de estudantes da graduação da UnDF e do Ensino Médio do Distrito Federal.

Trata-se de um conjunto de ações e serviços que visam a redução das desigualdades sociais e a inclusão social na educação superior.

- Valor do Benefício: variável (R\$ 225 a R\$ 660), conforme benefício, ou R\$ 700,00 para a Bolsa de Iniciação Científica;
- Cartão Pré-Pago, com a possibilidade de saque do recurso ou uso em estabelecimentos comerciais.



Acolher Eles e Elas

Iniciativa que oferece suporte financeiro e emocional a órfãos de vítimas de feminicídio. Além do auxílio financeiro mensal, os beneficiários recebem acompanhamento psicossocial com o objetivo de apoiar as famílias que precisam lidar com uma perda trágica e proporcionar um futuro melhor para as crianças afetadas.

- Valor do Benefício: Salário mínimo;
- Cartão Pré-Pago, com a possibilidade de saque do recurso ou uso em estabelecimento comercial.

Esporte Social Voluntário

O Projeto Esporte Social Voluntário é instrumento de políticas públicas voltadas ao esporte no âmbito do Distrito Federal, que promoverá o acesso da sociedade à prática esportiva, aprimorando o desempenho dos atletas com o incentivo à inclusão social. As atividades são coordenadas e implementadas por voluntários, que são ressarcidos em despesas com alimentação e transporte.

- Valor do Benefício: R\$ 37,00 por dia de prestação de serviço voluntário, podendo chegar a R\$ 740,00 (20 dias);
- Crédito em conta corrente.

Programa Bolsa Atleta

O Programa concede benefício individual aos atletas e paratletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. O programa garante condições mínimas para que os atletas se dediquem com exclusividade e tranquilidade ao treinamento, possibilitando a participação em competições locais, sul-americanas, panamericanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas.

- Valor do Benefício: variável conforme nível do atleta;
- Crédito em conta corrente.

Família Acolhedora

O Programa Família Acolhedora visa o acolhimento em residências de famílias previamente cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva.

- Valor do Benefício: R\$ 456,50 por criança acolhida;
- Depósito em conta.

Agentes da Cidadania

O Programa Agentes da Cidadania é uma ação com o objetivo principal de contribuir para o enfrentamento à pobreza, às situações de violações de direitos e à violência contra mulheres, de suas famílias e comunidades. Consiste no atendimento sistemático de mulheres pelo período de 12 meses, onde receberão apoio financeiro, socioassistencial e formativo.

- Valor do Benefício: R\$ 300,00;
- Depósito em conta.

PROGRAMAS EVENTUAIS

Os Programas Eventuais são benefícios de caráter suplementar e temporário, prestados aos cidadãos e às famílias do DF em ocasião de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade provisória e de calamidade pública. Os benefícios são geridos por unidades de atendimento vinculadas à SEDES, que são responsáveis por compilar as informações de pagamento e dados dos cidadãos assistidos pelos programas e repassar ao BRB.

O BRB recebe o recurso e repassa aos beneficiários por meio de crédito em conta ou de disponibilização de saque na rede de correspondentes bancários.

Auxílio Funeral



O Auxílio por Morte (Funeral), caracterizado como Benefício Eventual, pode ser concedido, cumulativamente, nas formas de pecúnia e bens de consumo. Tem como objetivo atender, prioritariamente, as despesas de urna funerária, velório e sepultamento, além das necessidades urgentes da família para enfrentar as vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros. O BRB atua como agente financeiro desse auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 415,00 por evento;
- Autorização de pagamento.

Auxílio Natalidade

Caracterizado como Benefício Eventual, o Auxílio Natalidade pode ser concedido nas formas de pecúnia e bens de consumo. O Auxílio Natalidade, na forma de pecúnia, somente será concedido à genitora ou ao representante legal, devidamente identificado. O BRB atua como agente financeiro deste auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 200,00 por evento;
- Autorização de pagamento.

Auxílio Vulnerabilidade

Tem como objetivo auxiliar a família ou o indivíduo, visando minimizar situações de riscos, perdas e danos decorrentes de contingências sociais. Deve integrar-se a serviços que busquem o fortalecimento dos vínculos familiares e inserção comunitária.

Pode ser concedido, cumulativamente, nas formas de pecúnia, bens de consumo e passagem intraurbana e interestadual. Será sempre concedido em caráter provisório, mediante avaliação técnica feita por especialista que atue nas unidades da SEDES. O BRB atua como agente financeiro deste auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 408,00;
- Autorização de pagamento.

Auxílio Calamidade

O auxílio é concedido às famílias e aos indivíduos vítimas de situações de desastre ou de calamidade pública, que se encontrem impossibilitados de arcar sozinhos com o estabelecimento de sua dignidade, o que deve ser demonstrado mediante avaliação técnica de especialista que atue nas unidades da SEDES, sem prejuízo de declaração de autoridade competente. O BRB atua como agente financeiro deste auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 408,00 por evento;
- Autorização de pagamento.

Benefício Excepcional

O auxílio, concedido em razão de desabrigo temporário, é uma prestação excepcional no âmbito da assistência social, subsidiária à Política de Habitação do Distrito Federal, decorrente da existência de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial. O BRB atua como agente financeiro deste auxílio em forma de pecúnia.

- Valor do Benefício: R\$ 600,00;
- Autorização de pagamento.

FDR

O Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR visa promover o desenvolvimento rural no Distrito Federal, com ações que permitam a permanência do homem no espaço rural e o aumento da produção, da renda e da segurança alimentar.

Os financiamentos são concedidos mediante apresentação de projetos elaborados pela Emater-DF ou por instituição credenciada pelo Conselho Administrativo e Gestor do FDR.

O BRB é o agente financeiro do FDR, responsável pela operacionalização e liberação dos créditos oriundos dos financiamentos de projetos de investimento e custeio da produção agropecuária e atividades afins, cujo saldo administrado é de R\$ 16.140.345,90.



O 4º trimestre de 2024 fechou com o total de 175 operações ativas, o que representa um aumento de 5,42% se comparados ao 3º trimestre de 2024. Quanto ao saldo, houve um aumento de 8,05%, o que representa um acréscimo de R\$ 1.202.281,04.

Ao comparar os números de fechamento do ano 2024 com o mesmo período de 2023, nota-se um aumento de 11,11% no montante emprestado e de 7,36% na quantidade de contratos.

FUNGER

O Fundo para Geração de Emprego e Renda tem por objetivo, o apoio e financiamento a empreendedores econômicos, urbanos e rurais, com vistas a contribuir para o incremento do nível de ocupação, emprego e renda no Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico.

O programa de microcrédito, executado pela Secretaria de Estado do Trabalho, com recursos do FUNGER/DF, compõe as políticas públicas de emprego e renda do Distrito Federal e de sua Região Integrada de Desenvolvimento e Entorno - RIDE, com apoio creditício às micro e pequenas empresas, a empreendimento informais urbanos, empreendimentos agropecuários de pequeno porte, cooperativas, associações de trabalho e a recém-formados egressos do ensino técnico e superior.

Os créditos podem ser aplicados em capital de giro ou investimento, no caso dos empreendimentos urbanos, e custeio ou investimento, para os empreendimentos rurais.

O BRB, como agente financeiro do FUNGER, é responsável por liberar os recursos para a realização de empréstimos e financiamentos, bem como por executar os serviços necessários à gestão e controle das operações.

O 4º trimestre de 2024 fechou com o total de 2.591 operações ativas, o que representa retração de 0,84% se comparados ao 3º trimestre, onde possuía 2.613 operações ativas. Quanto ao saldo, houve aumento de 0,90%, o que representa um acréscimo de R\$ 279.467,02.

Ao comparar os números de fechamento do ano 2024 com o mesmo período de 2023, observa-se um aumento de 2,37% no montante emprestado e uma retração de 4,04% na quantidade de contratos.

NA HORA

O Na Hora, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), é um serviço de atendimento integrado, instituído por meio do Decreto nº. 22.125, de 11 de maio de 2001, que reúne em um mesmo local, órgãos prestadores de serviços públicos. Proporciona a dinâmica e flexibilidade necessárias ao atendimento, com foco principal no cidadão, disponibilizando serviços essenciais em locais estratégicos, de grande circulação de pessoas, de fácil acesso e com horário de atendimento ampliado.

O Conglomerado BRB ampliou as unidades e melhorou significativamente a experiência dos cidadãos usuários dos serviços disponibilizados pelo Na Hora.

Além de fornecer mão de obra qualificada para atendimento ao público, toda a infraestrutura tecnológica das unidades foi substituída por equipamentos novos e modernos.

No que se refere à volumetria de atendimento, o Na Hora realizou uma média superior a 8.000 atendimentos diários.

Marcando a remodelagem dos ambientes, o BRB já entregou as unidades Rodoviária, Brazlândia, Sobradinho, Ceilândia, Riacho Fundo e Gama, completamente revitalizadas, proporcionando segurança e conforto aos cidadãos.

Cabe destacar, por oportuno, que o BRB está desenvolvendo o aplicativo Na Hora Digital, que proporcionará comodidade e facilidade ao cidadão, centralizando serviços e informações na palma da mão, além de ofertar produtos e serviços bancários.

PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO GDF



O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, com o auxílio do BRB - Banco de Brasília, empresas do Conglomerado e patrocinadas, viabilizaram o Plano de Assistência Suplementar à Saúde – GDF – Saúde.

O Banco de Brasília cumpre, em sua prestação de serviços, o propósito de transformar a vida das pessoas e promover o desenvolvimento econômico, social e humano. A Gestão do plano de Saúde dos servidores do GDF vai ao encontro desses anseios, melhorando a qualidade de vida daqueles que dedicam suas vidas para cuidar de outras vidas, os Servidores do GDF.

No encerramento da parceria entre BRB e o INAS no segundo semestre de 2024, o GDF – Saúde contava com mais de 89 mil vidas, agregando, neste ano, aproximadamente 8.5 mil beneficiários.

Vale destacar, por oportuno, que desde sua implantação até o agosto/2024, o Plano possibilitou a realização de mais de 7.7 milhões de exames laboratoriais, 1.5 milhão de consultas eletivas e de urgência, 332 mil tratamentos seriados e 54 mil internações clínicas ou cirúrgicas.

No que tange à rede credenciada, o GDF - Saúde conta com aproximadamente 550 unidades de prestadores cadastrados, entre hospitais, clínicas, consultórios e laboratórios, além de mais de 1.800 prestadores de serviços da AMHP/DF - Associação de médicos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e nutricionistas, que trabalham em clínicas e hospitais no Distrito Federal.

PROVA DE VIDA DIGITAL

Com a celebração do acordo de cooperação para realização da Prova de Vida no formato digital, os aposentados e pensionistas que realizavam a prova de vida apenas de forma presencial, passaram a contar com o App Prova de Vida GDF, permitindo a realização do procedimento de qualquer lugar do mundo e sem limitação de horário.

Em 2024, a realização da prova de vida por meio do app Prova de Vida GDF consolidou-se como um importante aliado do Poder Público, já que por meio de sua utilização o aposentado, beneficiário e pensionista do GDF, pagos com recurso do Iprev, têm à disposição uma ferramenta que permite, de qualquer lugar do mundo, efetuar a prova de vida.

Considerando que a eficiência operacional compõe um importante eixo do Mapa estratégico do BRB, vale destacar que a prova de vida feita por meio do App tem potencial de economizar mais de 80% do custo operacional, caso o serviço seja prestado no balcão de atendimento de uma agência. Assim, ao passo que app traz autonomia para o beneficiário, esta inovação permite que a força de trabalho do atendimento nas agências, responsável por realizar as provas de vida foque, essencialmente, em questões negociais das agências, tendo em vista a redução do comparecimento dos aposentados e pensionistas às agências.

A prestação do serviço de prova de vida nas agências não foi encerrada e funciona como alternativa àqueles beneficiários que optarem por não utilizar o APP. As agências também poderão ser utilizadas nos casos em que a prova de vida for negada, seja por divergência nas informações prestadas, seja por rejeição na validação biométrica e na captura de documentos.

Ao longo de 2024, foram realizadas mais de 21 mil provas de vida por meio digital, correspondendo a cerca de 30% do total de provas de vida realizadas ao longo do ano.

CONVÊNIOS

Convênio de consignação em folha de pagamento

O Crédito Consignado é um dos produtos de maior representatividade do Banco e fomenta a economia, por meio do acesso ao crédito e aumento do poder de compra da população.

No final do último semestre de 2024, contava com cerca de R\$ 6,2 bilhões de carteira.

Em consonância com o projeto de expansão do banco, em 2024, o banco alcançou o número de 586 convênios, sendo 267 no DF e 319 em outros estados.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS



O BRB celebrou Acordos de Cooperação Técnica com Entidades Representativas, para atendimento dos seus associados, oferecendo uma experiência completa, personalizada e ao mesmo tempo digital.

O Acordo celebrado tem como objeto criar bases de relacionamento para disponibilização de produtos e serviços em condições especiais aos associados, expandindo, assim, a base de clientes alta renda do Banco em outras regiões.

ANAPE

A Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal - ANAPE, Entidade de Classe de âmbito nacional, sem fins lucrativos que possui mais de 3.800 associados entre Procuradores e Promotores Públicos ativos e inativos da dos Estados.

ANAFE

Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais – ANAFE, pessoa jurídica de direito privado, organizada pela livre associação de pessoas com afinidade de interesses para fins não-econômicos, é uma associação civil de âmbito nacional que congrega mais de 4.500 Advogados Públicos Federais da República Federativa do Brasil.

COMPRA DE FOLHA DE PAGAMENTO

A Compra de folha de pagamentos é uma estratégia intrinsecamente associada ao processo de expansão do BRB. Ela garante uma base qualificada de clientes na região para a qual se deseja expandir, além de demonstrar uma maior confiança na marca da instituição perante a população local, proporcionando, com isso, mais segurança aos negócios da instituição.

Compra da Folha da Prefeitura Municipal de Conde e do Governo do Estado de Tocantins

A compra das folhas incrementa a base de clientes em aproximadamente 86.300 servidores trazendo novos negócios para o Banco, a previsão de início da operação de pagamento dos salários dos servidores é no 1º Semestre de 2025.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2024 seguimos com a nossa missão de ser um banco público, sólido, rentável, moderno, eficiente, protagonista do desenvolvimento sustentável, econômico, social e humano.

Comprometido com o desenvolvimento e o fortalecimento da governança corporativa, o BRB vem focando seus trabalhos na melhoria e na eficiência dos processos, como forma de consolidar o crescimento da Instituição.

Guiado pelos princípios da Governança Corporativa, como Integridade, Transparência, Equidade, Responsabilização e Sustentabilidade, o modelo de Governança do Banco de Brasília permite alinhar os objetivos estratégicos do banco aos interesses dos stakeholder, assegurando que nossas ações sejam sustentáveis, equilibrando resultados financeiros com a geração de impacto positivo à sociedade.

Dentre os instrumentos de governança que estabelecem os princípios e as diretrizes estratégicas trabalhados em 2024, destacamos a revisão da metodologia da Avaliação dos Administradores e a sua aplicação, a atualização da Política de Indicação e Sucessão dos Administradores, e a publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas.

Em conformidade com a Lei das Estatais nº 13.303/2016, a Avaliação de Desempenho Individual e Coletiva dos Administradores do BRB constitui processo fundamental para aferir a efetividade do desempenho dos órgãos colegiados e de seus membros, contribuindo para o aperfeiçoamento da governança e da prestação de contas dos órgãos estatutários.



Com vistas ao seu aprimoramento, a metodologia da Avaliação dos Administradores foi revista, tendo sido atualizadas as dimensões e os critérios avaliados e estabelecido modelo aplicado às empresas do Conglomerado BRB. Além disso, foi implementada a avaliação no âmbito do Conselho Fiscal, como uma boa prática de governança.

A nova versão da Política de Indicação e Sucessão dos Administradores estabelece, em único documento, diretrizes para a indicação e sucessão da alta administração do Banco e suas Controladas. O processo de revisão do normativo contou com a participação dos Administradores, tendo como objetivo a criação de um instrumento direcionador, atualizado e que refletisse as diretrizes de seleção de administradores alinhados com o propósito da Instituição e desenvolvimento contínuo dos dirigentes.

Divulgamos à sociedade a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa. O documento é uma prestação de contas à sociedade onde o Banco demonstra os compromissos de consecução dos objetivos de Políticas Públicas pelo Banco e pelas Empresas Subsidiárias, bem como apresenta informações sobre os seguintes temas:

- Explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;
- Consolidação das informações relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco e dados econômico-financeiros;
- Práticas de governança corporativa; e
- Descrição da composição e remuneração da administração.

Publicamos o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. O documento detalha as práticas recomendadas de governança corporativa para empresas de capital aberto no Brasil. Das 54 (cinquenta e quatro) práticas de governança referenciadas no Código, o BRB pratica 44 (quarenta e quatro), estando alinhado com a média das demais instituições financeiras. Esse quantitativo de práticas aderidas reflete o compromisso do Banco com a manutenção de boas práticas de Governança Corporativa, contribuindo para a consolidação do BRB como uma Instituição perene, transparente e sustentável.

No período, os Administradores do BRB e das Empresas Subsidiárias realizaram treinamento anual, abrangendo certificação de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e combate ao assédio, com vistas ao aprimoramento de conhecimentos relevantes para o desempenho de suas atividades. Também houve a implementação de ações com vistas ao aprimoramento do processo de tomada de decisão e de gestão e controle de segurança da informação.

Os mecanismos, práticas e instrumentos de Governança adotados pelo BRB privilegiam o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética no trato com os diversos entes públicos e privados e a sustentabilidade dos negócios.

A busca por resultados perenes é uma constante no BRB. Para 2025, o fortalecimento da governança permanecerá como um dos objetivos estratégicos da Instituição.

Inovação, Transformação e Ação - O Novo BRB

Ações de fomento ao ecossistema

Desde o lançamento de seu Programa de Inovação em 2020, o BRB tem integrado soluções criativas e tecnologia aos seus processos, impulsionando avanços significativos na instituição. Entre as iniciativas de destaque estão a parceria estratégica com a Plug and Play, a inauguração do BRBLAB e o lançamento do 1º Edital de Inovação Aberta em 2021. Além disso, o Banco implementou projetos no Vale do Silício em 2022 e 2023. Em 2024, o BRB avançou ainda mais em sua jornada ao desenvolver seu 3º projeto no Vale do Silício, focado na Personalização de Ofertas, reforçando seu compromisso com a transformação digital e a melhoria contínua da experiência dos clientes.

O ano de 2024 foi marcado pela participação ativa do Banco em prestigiados eventos de inovação, tanto no cenário nacional quanto internacional. Pela primeira vez, o BRB participou do Web Summit – um dos maiores eventos globais de inovação e tecnologia do mundo – com



um estande exclusivo. Além de proporcionar uma experiência enriquecedora para mais de 40 colaboradores, o BRB conquistou quatro prêmios no Festival Lusófono de Criatividade, realizado em Portugal, em reconhecimento à ativação da marca na edição de 2024 do evento. Entre os prêmios recebidos, destaca-se a medalha Gran Prix, a de maior prestígio. O BRB também esteve presente no Febraban Tech 2024, participando ativamente como painelistas, e no Silicon Valley Summit, um dos maiores eventos de inovação do Vale do Silício. Além disso, o Banco marcou sua presença nos principais eventos de inovação do ecossistema regional, como Inova Summit, Brasília + TI e Brasil Startups Summit.

No âmbito da promoção de inovação, o BRBLAB, alcançou marcos expressivos. Desde sua criação em 2021, o espaço tem sido palco de diversos eventos e meetups, atraindo visitantes de todo o ecossistema de inovação, tanto regional quanto nacional. Em 2024, o BRBLAB sediou mais de 400 encontros e eventos, recebendo mais de 12.000 visitantes. Além disso, o Lab promoveu 48 pitch sessions, conectando startups a investidores e impulsionando soluções inovadoras alinhadas aos objetivos estratégicos do Banco.

Outra iniciativa promovida no BRBLAB foram as jornadas – oficinas baseadas na metodologia de design thinking, que envolvem equipes multidisciplinares com foco na melhoria da experiência do cliente e na eficiência operacional. Em 2024, foram realizadas 21 jornadas, com a participação de mais de 200 funcionários, além de consultas a mais de 1.000 clientes. A contribuição dos clientes foi essencial para o desenvolvimento de soluções em diversas áreas e frentes de atuação do Banco.

Em 2024, as iniciativas de inovação promovidas pelo BRBLAB receberam amplo reconhecimento, destacando seu impacto positivo e a relevância no ecossistema de inovação. O BRBLAB conquistou dois prêmios no Brasil Startup Awards, uma premiação que celebra os agentes transformadores que estão moldando o futuro do país por meio do empreendedorismo e da inovação. As premiações foram: Melhor Espaço de Inovação – reconhecido entre hubs, coworkings e espaços de inovação que mais contribuíram para a transformação do ecossistema empreendedor do DF e RIDE, e Investidor – destacado por seu papel crucial no apoio ao crescimento de startups, acreditando no potencial das novas ideias e oferecendo suporte fundamental para o desenvolvimento de negócios inovadores.

Ao concluir 2024 com importantes conquistas, o BRB reafirma seu papel como protagonista da inovação e da transformação econômica e social. Com investimentos em tecnologia, incentivo ao empreendedorismo e fortalecimento de parcerias estratégicas, o Banco segue impulsionando o desenvolvimento sustentável e a excelência na experiência de seus clientes, consolidando-se como uma referência no ecossistema de inovação, tanto regional quanto nacional.



19204 - BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., doravante denominado Financeira BRB, é uma sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, subsidiária integral do BRB Banco de Brasília S.A., denominado BRB, sendo regida pelo seu Estatuto Social, pelas Leis nº 6.404/1976, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto Regulamentador, e demais disposições aplicáveis. A Financeira BRB tem por objetivo a realização de todas as operações e serviços facultados às sociedades de crédito, financiamento e investimentos, obedecidos os preceitos e as limitações da legislação em vigor.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Para a execução de suas atividades, a Financeira BRB conta com quadro de pessoal composto por empregados do quadro permanente do BRB, ingressados por meio de concurso público, por estagiários, jovens aprendizes e terceirizados também contratados pelo BRB, e pelo seu quadro estatutário. Os números da força de trabalho da Financeira BRB estão contidos nas informações do Banco de Brasília S.A., unidade orçamentária nº 19.202.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	24717606,0	0	24717606,0	21526225,0
7023 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-BRB CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	24717606,0	0	24717606,0	21526225,0
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	302227189,0	0	302227189,0	302227189,0
0008 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS--DISTRITO FEDERAL	302227189,0	0	302227189,0	302227189,0
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	46882975,0	0	46882975,0	46882975,0
0002 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	46882975,0	0	46882975,0	46882975,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	373827770,00	0,00	373827770,00	370636389,00

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2024. De acordo com o artigo 26, do Decreto 45.057 de 11 de outubro de 2023 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2025, impossibilitando o lançamento referente ao mês de Dez/24.

Programação Orçamentária Realizada

O item 9050 está relacionado com o acordo de ressarcimento celebrado entre a Financeira BRB e o BRB Banco de Brasília, Acionista Controlador, cujo objeto é o ressarcimento de despesas de pessoal e utilização de estruturas administrativas. O contrato visa minimizar custos para o conglomerado evitando a duplicação de estrutura e criando uma atuação com maior sinergia para ambas as instituições. Já a ação 9055 relaciona-se principalmente com os custos de captação de funding para concessão dos empréstimos. Atualmente, a Financeira capta 100% das suas necessidades de recursos junto ao controlador BRB.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13916499,0	0	13916499,0	13916499,0
0025 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	13916499,0	0	13916499,0	13916499,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3778953,0	0	3778953,0	532748,0
0014 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	3778953,0	0	3778953,0	532748,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	104349050,0	0	104349050,0	104349050,0
8679 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	104349050,0	0	104349050,0	104349050,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1531224,0	0	1531224,0	1531224,0
6975 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	1531224,0	0	1531224,0	1531224,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	123575726,00	0,00	123575726,00	120329521,00

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2024. De acordo com o artigo 26, do Decreto 45.057 de 11 de outubro de 2023 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2024, impossibilitando o lançamento referente ao mês de Dez/24.

Programação Orçamentária Realizada

A Financeira BRB demonstrou crescimento da carteira de crédito durante o exercício de 2024, tendo como destaque o crédito Consignado Público, principal produto comercializado por esta instituição financeira. As principais despesas da rubrica "Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação" estão relacionadas aos custos com os sistemas de averbações, sistema de gestão de crédito da Financeira BRB e plataforma de esteira digital para utilização pelos correspondentes da Financeira BRB para captar propostas de operações de crédito de forma online.

No tocante aos sistemas de averbação, mantidos por órgãos públicos para viabilizar o controle dos empréstimos consignados, os governos contratam empresas especializadas para a operacionalização do processamento da averbação das consignações e gestão da margem consignável dos servidores.

Devido à característica operacional da Financeira BRB, a contabilização como custo de pessoal na empresa é decorrente apenas da Diretoria e do Conselho Fiscal. O maior custo de pessoal, cerca de R\$ 1,9 milhão/mês, é contabilizado como ressarcimento (9050) devido à cessão de empregados realizada pelo controlador à Financeira BRB. Logo, na ação 8502 temos os custos da Diretoria e Conselho Fiscal da Financeira BRB.

Os gastos de R\$ 1.531.224,00 (8505) referem-se aos patrocínios listados abaixo:

Patrocínio – Show Andrea Bocelli

A Financeira BRB realizou o patrocínio à Dançar Marketing e Produções LTDA para a realização do projeto "Andrea Bocelli". A realização desse evento teve como objetivo fomentar e incentivar a cultura, aumentando a visibilidade e reforçando a marca BRB. A presença em eventos culturais permite que a empresa se conecte com um público diversificado e demonstre seu compromisso com a cultura e a comunidade. Isso é especialmente valioso ao entrar em novos mercados ou quando se deseja associar a marca a valores positivos. O patrocinar um show de Bocelli, a empresa reforça o valor da sua marca e fortalece seu posicionamento de negócio.

Patrocínio Arraiá da Astrisutra

A Financeira BRB realizou o patrocínio à Associação dos Servidores do Tribunal Superior do Trabalho – Projeto Arraiá da Astrisutra 2024. A Astrisutra realiza há mais de 30 anos a sua tradicional Festa Junina, e conta com a colaboração das associações de servidores do ST F, ST J, TSE e T RT da 10ª Região, que divulgaram amplamente em suas mídias sociais o Arraiá da Astrisutra.

Patrocínio Fire's League

A Financeira BRB realizou o patrocínio ao Clube de Bombeiros Militares do Distrito Federal - CBMDF para a execução do projeto "Fire's League". Trata-se de um evento esportivo da Copa de Futebol dos Bombeiros, ocorrido entre os meses de julho a outubro que contou com um alcance em mais de 5000 mil pessoas na sua 3ª edição.

Patrocínio Corrida do Fogo



A Financeira BRB realizou patrocínio ao Clube dos Bombeiros Militares do Distrito Federal para a realização do projeto Corrida do Fogo. O evento ocorreu no dia 28/07/24, na Esplanada dos Ministérios, e contou com a presença de mais de 10 mil pessoas. O patrocínio de eventos de cunho relacional é uma estratégia que muitas empresas adotam para promover suas marcas, estabelecer conexões com o público e gerar oportunidades de negócios

Patrocínio Capital Moto Week

A Financeira BRB realizou o patrocínio à Capital Moto Week Entretenimento Eireli para a realização do evento Capital Moto Week em 2024. O Capital Moto Week, criado em 2004, visa congregiar ideias e pessoas dotadas de um espírito despojado. Um de seus maiores objetivos é proporcionar um cenário de excelência e de bons resultados a todos os seus participantes, parceiros e investidores que acreditam, cada um à sua maneira, no sucesso e seriedade do Evento. O festival é considerado o maior evento de motociclismo da América Latina e o terceiro maior do mundo.

Patrocínio Conferência Mundial de Bioética, Ética Médica e Direito da Saúde

A Financeira BRB realizou o patrocínio ao Solution Logística e Eventos Ltda. para a realização do evento 16ª Conferência Mundial de Bioética, Ética Médica e Direito da Saúde. O evento contou com a participação de cerca de 1.000 pessoas e ocorreu entre os dias 24/07/2024 e 26/07/2024.

Patrocínio Concurso de Salto Coronel Rabelo Torneio de Hipismo Adaptado

A Financeira BRB realizou o patrocínio a Associação do Planalto de Equoterapia "Amigos do Cavalo" – APEAC para realização do evento XXXVI Concurso de Salto Coronel Rabelo Torneio de Hipismo Adaptado. O evento contou com a participação de cerca de 6.000 pessoas e aconteceu entre os dias 21/06/2024 e 23/06/2024.

Patrocínio Menos é Mais

A Financeira BRB realizou o patrocínio à Menos é Mais Produções Artísticas Ltda. para a realização do evento Temporada de Shows Menos é Mais. O evento aconteceu no dia 15/06/2024 e contou com a participação de cerca de 15 mil pessoas.

Patrocínio Prêmio Brasília de Artesanato

A Financeira BRB realizou o patrocínio ao Serviço de Apoio às micro e pequenas empresas do Distrito Federal – Sebrae para a realização do evento Prêmio Brasília de Artesanato 2024. O apoio a esse evento contribui para a preservação e promoção da cultura e tradição artesanais de Brasília.

Patrocínio Maratona João Pessoa

A Financeira BRB realizou o patrocínio ao Trcrono Comércio e Serviços Ltda. para a realização do evento 4ª Maratona Internacional de João de Pessoa. O evento foi realizado no dia 04/08/2024, e ocorreu no Centro de Convenções de João Pessoa. O patrocínio ao evento permite o alcance a público-alvo específico, composto por atletas profissionais e amadores interessados em eventos esportivos, abrangendo grande variação de renda e faixas etárias.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2024, a Financeira BRB reforçou o novo posicionamento do Conglomerado BRB, de ser cada vez mais completo, moderno e inovador com a atuação focada a resultados. A expansão do produto Consignado, a exploração da linha de negócio "Cessão de Carteira", a criação do produto Cartão Consignado, geraram aprendizados para as equipes, que precisaram construir novas jornadas com foco na experiência do cliente, firmar parcerias estratégicas e consolidar a presença da Financeira BRB no mundo digital.

Essa estratégia fortaleceu efetivamente a continuidade do crescimento, por meio do aproveitamento dos recursos tecnológicos, financeiros, estruturais, operacionais e humanos,



com foco na perenidade e no retorno ao acionista, observando o equilíbrio entre as taxas de juros praticadas e as despesas administrativas e operacionais.

A Financeira BRB adotou como uma de suas estratégias a visão de crescimento de carteiras, e também um direcionamento do seu posicionamento estratégico nas suas linhas de negócio possibilitando uma visão de curto, médio e longo prazo buscando assim garantir o desenvolvimento dos negócios e perenidade da Instituição.

Os resultados superiores são consequência de um clima organizacional favorável para a qualidade de vida de seus colaboradores e de uma cultura de aprendizado e inovação e se compromete a continuar investindo na qualificação dos empregados e das equipes de trabalho e desenvolver e reter talentos, focando na ampliação das competências e habilidades profissionais.

No que tange aos processos, a melhoria da eficiência operacional, a simplificação, racionalização, digitalização e automatização de seus processos é um fator determinante de sucesso. A construção de uma cultura ágil e colaborativa é outra frente que foi ao encontro do aperfeiçoamento dos processos organizacionais, promovendo a inovação e a transformação digital na instituição. Sem perder de vista o fortalecimento da Governança, dos controles internos e da gestão de riscos, buscando assim prover a segurança e transparência necessária na condução dos negócios.

No âmbito de tecnologia, buscou estabelecer o foco em soluções tecnológicas que forneçam à Financeira BRB o suporte necessário para a expansão e criação de novos negócios, permeando a racionalização da estrutura de custos dos sistemas e das plataformas existentes.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2024, a Financeira BRB bateu seu recorde de produção de crédito, atingindo a marca de R\$ 2,4 bilhões em empréstimos e financiamentos, no acumulado até setembro de 2024. Esse valor representa uma elevação de 81,8% em comparação ao ano anterior. Essa conquista é fruto de uma abordagem estratégica mais robusta na gestão das carteiras de crédito, visando antecipar retornos de ativos. Medidas como a cessão de direitos creditórios e a recomposição do fluxo de caixa por meio de carteiras adquiridas, maximizaram nossos resultados financeiros, e permitiram a minimização de despesas de origem, incluindo comissões de correspondentes e custos operacionais.

Expansão significativa no segmento de Crédito Consignado, alcançou uma carteira de R\$ 3,9 bilhões e ocorreu em paralelo à melhoria no indicador de inadimplência, que registrou uma redução de 0,55 ponto percentual do 3T23 para o 3T24. Este desempenho é um reflexo direto de nossos esforços contínuos para aprimorar a qualidade de nossa carteira e fortalecer a gestão de riscos.

Além disso, destacamos a conquista de indicadores financeiros expressivos, como a redução significativa de 5,84 pontos percentuais no Índice de Eficiência Operacional no mesmo período. Essa otimização operacional evidencia a eficiência de nossos processos internos e a busca constante por uma operação mais simples e eficaz.

Um aumento de 163% no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), atingindo a marca de 41,3%. Esse resultado ressalta não apenas a solidez de nossos negócios, mas também a eficácia de nossa estratégia em gerar valor para o Conglomerado BRB e a Sociedade.

Conquistas da Financeira BRB em 2024 refletem um aumento nos números, bem como a excelência de nossas práticas de gestão, inovação e compromisso com a criação de valor sustentável. Estamos confiantes de que esses resultados contribuirão para a consolidação de nossa posição no mercado e para o alcance de nossos objetivos estratégicos a longo prazo.



19205 - BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S/A., criada conforme autorização contida na Lei 6.385/76 e na Resolução CMN 1.120/86, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), seu Estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

É membro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e aderente ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento. A Empresa é aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act, acordo de cooperação intergovernamental, assinado entre Brasil e Estados Unidos, em 23 de setembro de 2014, que visa melhorar a observância de preceitos tributários internacionais.

A BRB DTVM possui como atividades principais a administração e distribuição de fundos de investimentos e, também, a intermediação de títulos e valores mobiliários, públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Regimes Próprios de Previdência Social.

A empresa busca proporcionar um ambiente completo de produtos e serviços, almejando tornar-se o agente de investimentos preferencial para os clientes do Banco BRB, complementando a jornada de relacionamento no Conglomerado. Essa estratégia visa fortalecer a posição da BRB DTVM no mercado e consolidar sua presença como parceira confiável para as necessidades de investimento dos clientes.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

A Instituição não possui empregados próprios, todos os funcionários que desempenham atividades na instituição possuem vínculo empregatício com o Banco BRB, sendo o ingresso por meio de concurso público. Atualmente sua força de trabalho conta com 22 colaboradores



advindos do quadro do controlador (BRB). A instituição conta ainda com a colaboração de 7 estagiários, também advindos do quadro do controlador.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	13044743,0	0	13044743,0	11354189,0
7024 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	13044743,0	0	13044743,0	11354189,0
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	7415896,0	0	7415896,0	6303346,0
0003 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS--DISTRITO FEDERAL	7415896,0	0	7415896,0	6303346,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	20460639,00	0,00	20460639,00	17657535,00

Os empregados lotados na BRB DTVM são funcionários do quadro de pessoal do Banco BRB, sendo que esse custo é ressarcido pela BRB DTVM, mensalmente, após as evidências devidamente comprovadas das despesas.

Programação Orçamentária Realizada

A BRB DTVM e o BRB – Banco de Brasília possuem o contrato Intercompany, cujo objeto é a prestação de atividades entre as partes com consequente ressarcimento, pelos custos e despesas decorrentes das atividades operacionais, de distribuição, da utilização da marca BRB, da infraestrutura física, tecnológica, financeira e de serviços do BRB, da mão de obra, da criação e gestão de produtos de investimentos para compor a carteira de produtos, desenvolvidas em regime de cooperação entre as empresas.

O programa 9050 - Ressarcimento, indenizações e restituições de pessoal é sensivelmente afetado por esse contrato. Destaca-se que a variação, abaixo do previsto, observada entre o autorizado e o executado se dá em virtude de o quadro ocupado ser inferior ao quadro aprovado.

O programa 9057 - Pagamento de impostos e tributos - Corresponde a impostos e tributos arrecadados de valores da prestação de serviços prestados e calculados considerando a perspectiva do resultado da empresa no exercício 2024. A execução desse programa atingiu 85% da autorização até o mês de novembro de 2024.

Os valores registrados na coluna "Executado" das tabelas são referentes à data-base 30/11/2024. De acordo com os artigos 26 do Decreto nº 46.286, de 23 de setembro de 2024, o o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2025, impossibilitando o lançamento referente ao mês de dezembro/2024.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3243523,0	0	3243523,0	2854315,0



0013 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	3243523,0	0	3243523,0	2854315,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1305143,0	0	1305143,0	1305143,0
8682 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	1305143,0	0	1305143,0	1305143,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	148131,0	0	148131,0	76942,0
0027 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	148131,0	0	148131,0	76942,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	465807,0	0	465807,0	0
6976 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-- DISTRITO FEDERAL	465807,0	0	465807,0	0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	5162604,00	0,00	5162604,00	4236400,00

Programação Orçamentária Realizada

O programa 8502 - Administração de Pessoal da BRB DTVM está relacionado aos honorários dos Diretores e ao Conselho Fiscal da instituição. Sua dotação inicial foi alinhada ao quadro estatutário aprovado, 5 Diretores e 3 Conselheiros, e sua execução representou o custo do quadro efetivo durante o período, sendo 1 Diretor Presidente, 2 Diretores Executivos e 3 Conselheiros, correspondendo a 88% do executado.

Quanto ao programa 8517 - Manutenção de serviços administrativos gerais, sua dotação inicial contemplou despesas de promoções e relações públicas; de serviço do sistema financeiro; de serviços de terceiros, como honorários advocatícios; de serviços técnicos especializados, voltados para auditoria independente e consultoria técnica; e demais despesas administrativas. A execução do programa 8517 está alinhada com o valor autorizado, tendo em vista que o percentual de execução atingiu 100% do valor autorizado, até o mês de novembro 2024.

Em relação ao programa 2557 - Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, as despesas com gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação se referem aos custos de contratos administrativos relacionados ao aluguel de software dos sistemas inerentes a administração dos fundos. A execução desse programa atingiu 52% da autorização, até o mês de novembro de 2024, considerando-se que o sistema de controladoria de ativos e passivos foi assumido pelo Controlador.

Programação Orçamentária Não Executada

O programa 8505 - Publicidade e Propaganda não teve execução da dotação autorizada, tendo em vista que as ações de propaganda e publicidade foram voltadas para o reconhecimento da nova estratégia de distribuição de investimentos na plataforma, desenvolvidas pela parceria realizada com a Genial Investimentos.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2024, a BRB DTVM continuou a expandir e inovar sua Plataforma de Investimentos, integrando-a ao Super App, tanto do BRB quanto do Nação BRB Fla. A nova versão do BRB Mobile consolidou soluções bancárias e funcionalidades de investimentos em um único aplicativo. A BRB DTVM também lançou novos produtos, como o Fundo BRB Rende Mais, que



visa facilitar o primeiro investimento, e a prateleira de produtos de previdência privada, em parceria com a BRB Seguros.

A BRB DTVM firmou parcerias estratégicas com diversas plataformas digitais, como Genial Investimentos, Mirae e XP Investimentos, para a distribuição de fundos de investimentos administrados pela BRB DTVM. Essas parcerias visam ampliar o alcance dos produtos e serviços oferecidos, fortalecendo a presença da BRB DTVM no mercado digital.

Em parceria com a Secretaria de Previdência (SPREV), a BRB DTVM ampliou os limites de aplicação e portfólio para o segmento de RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), resultando em um crescimento significativo dos ativos dos fundos de investimento administrados pela companhia.

Em 2024, a BRB DTVM alcançou marcos históricos, como a superação de R\$ 6,5 bilhões em recursos gerenciados e um crescimento expressivo no número de contas abertas na Plataforma de Investimentos, perfazendo o total de 268 mil contas (Plataforma e Cotistas), representando um crescimento de 186% em relação a dezembro de 2023. Esses resultados positivos são fruto de ações estruturantes focadas na melhoria dos serviços e produtos, além da simplificação da jornada do cliente.

Em junho de 2024, a BRB DTVM implantou a Central de Investimentos (CRBRB), um canal de suporte técnico para clientes e agências. Essa melhoria aumentou a capilaridade do atendimento e reduziu as demandas operacionais da Distribuidora.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Um ano de desafios, superação, crescimento, inovação e resultados. Essas palavras resumem o ano de 2024 para a BRB DTVM, que buscou fortalecer o novo modelo de negócios implementado, focando na comercialização de produtos, especialmente via Plataforma de Investimento.

A Companhia tem se organizado no sentido de conectar uma experiência inovadora à oferta completa de produtos e serviços aos seus clientes, atuando como agente de investimentos do BRB, complementando a jornada de relacionamento no Conglomerado, respeitando os princípios e valores éticos e adotando as melhores práticas de governança e gestão.

A integração da plataforma ao Super App BRB e o lançamento de novos produtos e serviços foram destaques de 2024. Com foco em melhorar a experiência e o atendimento aos clientes, diversificar o portfólio e personalizar a oferta de produtos, serviços e canais, houve o desenvolvimento e implantação de novas funcionalidades na Plataforma BRB Investimentos, como por exemplo, renda variável, oferta pública, subscrição, operações estruturadas, meus dados e integração da assinatura eletrônica BRB.

Entre as dificuldades enfrentadas em 2024, destacam-se os desafios relacionados à adaptação dos clientes às novas funcionalidades e à integração da plataforma de investimentos ao BRB Mobile.

O desempenho do ano fortalece o modelo de atuação e aprimora a experiência do cliente com a Plataforma de Investimentos. Isso consolida a visão de um banco completo, que oferece produtos e serviços competitivos, impulsiona a geração de negócios, fortalece a marca e sustenta resultados sólidos e consistentes.

Para 2025, a BRB DTVM planeja continuar expandindo sua base de clientes e o patrimônio líquido administrado, além de lançar novos produtos e serviços que atendam às necessidades dos investidores. A companhia também pretende fortalecer suas parcerias estratégicas e aprimorar ainda mais a experiência do cliente por meio da inovação tecnológica e da oferta de soluções financeiras integradas. A BRB DTVM está comprometida em consolidar sua presença no mercado digital e continuar promovendo a educação e a inclusão financeira em todo o território nacional.



19206 - CARTÃO BRB S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Cartão BRB S.A. ("BRBCARD" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, regida por Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Constituída em 23 de julho de 1997, é integrante do conglomerado BRB, cujo controlador é o BRB - Banco de Brasília S.A. e tem como objeto social exercer ou participar em sociedades que exerçam as seguintes atividades:

- Administração e processamento de transações de pagamento, aporte, transferência e saque de recursos de contas de pagamento, pré ou pós-pagas, em moeda nacional ou estrangeira, realizadas mediante a utilização de instrumentos de pagamento;
- Gestão de contas de pagamento pré ou pós-pagas;
- Emissão de instrumentos de pagamento;
- Execução de remessa de fundos;
- Conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciar a sua aceitação e gerir o uso de moeda eletrônica;
- Credenciamento de recebedores para a aceitação dos instrumentos de pagamento;
- Administração dos pagamentos e recebimentos da rede de credenciados por meio da captura, transmissão, processamento de dados, autorização e liquidação das transações oriundas do uso dos instrumentos de pagamento, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas eletrônicos;
- Fornecimento, aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos ou outras soluções adequadas para a captura, transmissão e processamento de dados referentes às transações correntes do uso dos instrumentos de pagamento;
- Modalidade de contact center, SAC, central de atendimento e ouvidoria, através de atendimento e teleatendimento ativo e receptivo, nas formas humana e eletrônica com integrações CTI, Computer Telephony Integration;
- Distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência complementar aos usuários finais de serviços de pagamento; e
- Gerenciamento e/ou disponibilização de programas de benefícios ou recompensas aos usuários finais de serviços de pagamento.
- A representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento.
- A administração e execução de serviço de infraestrutura tecnológica, de informática, processamento de dados, de assessoria e consultoria técnica, de gerência de projetos, de desenvolvimento e manutenção de sistemas, de tecnologia e segurança da informação, para viabilizar a execução das demais atividades da Companhia;
- A participação, majoritária ou minoritariamente, do capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor, desde que necessária à realização dos objetivos descritos nos incisos anteriores ou para utilizar-se de incentivos fiscais; e
- A instituição e administração de arranjo de pagamento de qualquer natureza, especialmente relativos às atividades de refeição-convênio, alimentação-convênio, frota, vale transporte e outros.

Além disso, a BRBCARD está presente também no segmento de Adquirência, por intermédio da subadquirente BRBPAY.



FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	6	5	11
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	11	8	19
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	4	6
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	97	121	218
Subtotal	0	0	116	138	254
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	116	138	254

As relações de trabalho entre a Companhia e seus empregados são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pelo Acordo Coletivo de Trabalho, com observância às diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Pessoas da Companhia e demais normas complementares.

A BRBCARD finalizou o exercício de 2024 com o quadro total de 254 colaboradores, incluindo estagiários e jovens aprendizes.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	150000,0	0	150000,0	0
5304 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	150000,0	0	150000,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	52138142,0	0	52138142,0	35085298,16



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

8867 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	52138142,0	0	52138142,0	35085298,16
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	20982284,0	0	20982284,0	11842060,69
9674 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	20982284,0	0	20982284,0	11842060,69
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	20772541,0	0	20772541,0	12480344,45
9748 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	20772541,0	0	20772541,0	12480344,45
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	58155452,0	0	58155452,0	50068765,20
0001 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	58155452,0	0	58155452,0	50068765,20
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	4943835,0	0	4943835,0	2857816,10
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	4943835,0	0	4943835,0	2857816,10
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2118786,0	0	2118786,0	1154358,62
8725 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-- DISTRITO FEDERAL	2118786,0	0	2118786,0	1154358,62
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	159261040,00	0,00	159261040,00	113488643,22

Programação Orçamentária Realizada

- O programa **"Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação"** ficou 20% abaixo da despesa autorizada. A realização de 2024 ficou em R\$ 53.661.972,28 (cinquenta e três milhões seiscentos e sessenta e um mil novecentos e setenta e dois reais vinte e oito centavos), com sua execução sendo influenciada pelos gastos com processamento de cartões, manutenção de sistemas e licenças de Softwares. A economia refere-se deve-se à revisão de processos com renegociação de contratos vigentes a custos menores. Devido aos trabalhos de fechamento contábil do exercício, o valor executado referente ao mês dezembro/2024 não foi inserido no sistema em tempo hábil;
- Os programas **"Administração de Pessoal"** e **"Concessão de Benefícios a Servidores"**, ficaram abaixo do esperado, com realização de R\$ 49.938.181,32 (quarenta e nove milhões novecentos e trinta e oito mil, cento e oitenta e um reais trinta e dois centavos) em 2024, em virtude da redução no quadro de pessoal e da Diretoria da empresa. Devido aos trabalhos de fechamento contábil do exercício, o valor executado referente ao mês dezembro/2024 não foi inserido no sistema em tempo hábil;
- O programa **"Manutenção de Serviços Administrativos Gerais"** ficou abaixo da despesa autorizada alcançando uma realização anual de R\$ 13.660.692,64 (treze milhões seiscentos e sessenta mil seiscentos e noventa e dois reais sessenta e quatro centavos), com sua execução sendo influenciada principalmente pela revisão dos valores contratados com consultorias e despesas com viagens. Devido aos trabalhos de fechamento contábil do exercício, o valor executado referente ao mês dezembro/2024 não foi inserido no sistema em tempo hábil;



- O programa **"Atividades de Comunicação e Marketing"** engloba despesas relacionadas a patrocínios e promoções externas, que perfizeram o montante anual de R\$ 3.018.218,98 (três milhões dezoito mil duzentos e dezoito reais noventa e oito centavos). A execução ficou 39% abaixo da despesa autorizada, com sua execução sendo influenciada principalmente pela manutenção das ações de relacionamento, sem novas campanhas. Devido aos trabalhos de fechamento contábil do exercício, o valor executado referente ao mês dezembro/2024 não foi inserido no sistema em tempo hábil;
- 1. Em relação ao programa **"Publicidade e Propaganda"**, a realização ficou abaixo do previsto, apresentando um valor executado de R\$ 1.579.595,10 (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e dez centavos). A BRBCARD detém responsabilidades significativas em relação à marca BRB, o que exigiu alinhamento estratégico e negocial com o controlador para atender às demandas de publicidade. Consequentemente, todos os eventos publicitários executados precisam receber aprovação do BRB. Devido aos trabalhos de fechamento contábil do exercício, o valor executado referente ao mês dezembro/2024 não foi inserido no sistema em tempo hábil.

Ao longo de 2024, foram mantidas as campanhas de publicidade utilizando estratégias para estimular a visibilidade dos produtos e a presença da marca. Lançamento do cartão Premmia; Lançamento do projeto Mobilidade DF; Evento Motorcapital; Evento AgroBrasília.

Programação Orçamentária não Executada

No programa **"Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Pública"** não houve realização ao longo do exercício, uma vez que não foi necessária nenhuma reforma ou reparo no imóvel localizado no Ed. Athenas, o qual encontra-se desocupado em função da transferência da sede da Companhia para o Ed. CNC.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Reorganização societária

Em junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do Banco, aprovou por unanimidade o Plano Geral de Reorganização Societária do Conglomerado BRB, visando simplificar a estrutura societária do conglomerado e viabilizar novos negócios, compreendendo 4 fases:

Fase 1: Permuta de ações entre GDF e AE BRB;

Fase 2: Tornar a BRBCard subsidiária integral do BRB. Este movimento foi concluído em 23/03/2023 com a compra pelo Banco junto ao GDF das ações com representação de 30,26% do capital social da BRBCard;

Fase 3: Em 31/07/2023, a AGE efetivou a cisão parcial da BRB Administradora e Corretora de Seguros, na qual, com base no valor equivalente à participação na BRB Serviços, transferiu parte do seu patrimônio à BRBCard;

Fase 4: Na AGE foi aprovada, também, a cisão parcial da BRBCard e a transferência das participações acionárias na Corretora BRB, BRB Serviços e BSB Participações para o BRB. A conclusão da fase 4, ocorreu em 12/01/2024 após finalização dos registros contábeis.

O processo de horizontalização das empresas teve como propósito, trazer benefícios para o Conglomerado BRB e acionistas, alinhando o Banco às melhores práticas de governança e gestão.

Resultados da Gestão:

Ao fim do ano de 2024, a BRBCARD apresentou um faturamento de R\$ 10,372 bilhões, sendo R\$ 9,821 bilhões com cartões pós-pagos e R\$ 550 milhões com cartões pré-pagos, atingindo



um crescimento de faturamento 21% superior ao mesmo período do ano anterior. Destaca-se que é o maior faturamento da história da companhia.

Ainda, no que se refere ao faturamento, destaca-se a receita de intercâmbio, que alcançou R\$ 169,2 milhões, resultado 26% acima no mesmo período ano de 2023. A elevação da receita de intercâmbio é diretamente proporcional ao aumento do faturamento, ou seja, ao consumo dos clientes.

Adquirência:

Em 2024, a BRBPAY a partir da adoção e implementação de novas parcerias, conseguiu alcançar o breakeven operacional, ou seja, as receitas geradas pela venda de produtos e serviços da BRBPAY se igualam às despesas incorridas para produzi-los e comercializá-los.

Os investimentos e melhorias realizados resultaram em um crescimento expressivo de 78% no faturamento da BRBPAY, que saltou de R\$ 34 milhões em 2023 para R\$ 619 milhões em 2024, fruto de mais de 4 milhões de transações realizadas.

Novas Parcerias Negociais e Estratégicas:

Novas parcerias negociais e estabelecidas com o objetivo de agregar valor à marca posicionada no mercado de meio eletrônico de pagamentos e de diversificar o portfólio de produtos da BRBCARD, além de alavancar a base de clientes do conglomerado BRB, buscando o aumento do faturamento e, respectivamente, das receitas advindas sobre a comercialização de produtos com as marcas parceiras.

Petrobras Premmia: Com o objetivo de proporcionar experiências excepcionais aos clientes e expandir sua gama de cartões, a BRBCARD, em parceria com a Visa, lançou o cartão BRB Visa Petrobras Premmia. O cartão permitirá que os usuários acumulem pontos no programa de relacionamento Premmia da Petrobras, incentivando o consumo nos postos Petrobras, aumento de base de clientes ativos e o fortalecimento das marcas. Destaca-se que o aplicativo exclusivo da parceria recebeu cerca de 35 mil solicitações do Cartão Petrobras Premmia nos primeiros 30 dias do seu lançamento. Desde o lançamento, o cartão registrou um desempenho significativo, com 11.832 cartões aprovadas e uma taxa de ativação de 83%, evidenciando a aceitação e a relevância do produto no mercado.

Lançamento da Tag BRB By Veloe

Em julho/24 foi lançado Tag BRB By Veloe. Este dispositivo eletrônico permite o pagamento automático em pedágios e estacionamentos em todo o Brasil, proporcionando maior comodidade e segurança aos usuários.

A Tag BRB By Veloe oferece cobertura abrangente, sendo aceita em:

100% das rodovias com pedágios;

Mais de 2.350 estacionamentos, incluindo shoppings, aeroportos e centros comerciais.

Entre os principais benefícios proporcionados pela Tag BRB, destacam-se:

Conveniência: eliminação de filas e agilidade nos pagamentos;

Controle financeiro: acompanhamento detalhado dos gastos por meio do aplicativo BRBCARD;

Segurança: redução do risco associado ao transporte de dinheiro em espécie.

A solicitação da Tag BRB pode ser realizada de forma simples e rápida pelo aplicativo BRBCARD, disponível para dispositivos iOS e Android. Após a ativação, o dispositivo estará pronto para uso em até seis horas, garantindo acesso imediato aos benefícios oferecidos.

Com esta iniciativa, o BRB reforça seu compromisso em disponibilizar soluções tecnológicas que atendam às necessidades de mobilidade e praticidade de seus clientes, consolidando-se como uma instituição financeira alinhada às tendências de mercado e focada na excelência dos serviços prestados.



Novos produtos e serviços:

Cartão PIEPE (Programa Investe Escola Pernambuco)

É um programa que compõe uma política de descentralização de recursos financeiros voltado às escolas da rede pública estadual de Pernambuco, de acordo com a Lei 17488/2021 e regulamentada pelo Decreto nº 51.900/2021, que tem como finalidade prestar assistência financeira às escolas da rede pública estadual de ensino, em caráter suplementar, contribuindo para manutenção e melhoria das infraestruturas física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar e fortalecimento da participação da comunidade e da autogestão escolar.

O programa prevê a participação de 1.059 escolas estaduais do estado de Pernambuco e emissão de 1.270 cartões, com orçamento anual estimado de R\$ 200 milhões no período do programa, previsto para 36 meses.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A companhia tem como seu principal foco de serviços a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos e o credenciamento de estabelecimentos comerciais. Abaixo destacamos as principais ações da BRBCARD:

Programas Sociais:

Cartão Material Escolar: Durante o ano, foram efetuadas mais de 144 mil cargas para uma base de mais de 79 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 54,2 milhões em benefícios.

Cartão Prato Cheio: Durante o ano, foram efetuadas mais de 1,1 milhão de cargas para uma base de mais de 260 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 292 milhões em benefícios.

Cartão Creche: Durante o ano, foram efetuadas mais de 75 mil cargas para uma base de mais de 17 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 62 milhões em benefícios.

Cartão Gás: Durante o ano, foram efetuadas mais de 419 mil cargas para uma base de mais de 88 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 42 milhões em benefícios.

Renova DF: Durante o ano, foram efetuadas mais de 42 mil cargas para uma base de mais de 30 mil beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 30,5 milhões em benefícios.

Fábrica Social: Durante o ano, foram efetuadas mais de 8 mil cargas para uma base de 1.267 beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 2,2 milhões em benefícios.

Cartão UNDF: Durante o ano, foram efetuadas 1 mil cargas para uma base de 333 beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 1,3 milhão em benefícios.

Acolher Eles e Elas: Durante o ano, foram efetuadas mais de 1 mil cargas para uma base de 159 beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 1,8 milhões em benefícios.

PDAF: Durante o ano, foram efetuadas mais de 500 cargas para uma base de 72 beneficiários, resultando na distribuição de um montante total de R\$ 1,8 milhões em benefícios.

Super App de cartões BRBCARD:

O Super App BRBCARD foi lançado em novembro/24 oferecendo uma experiência digital completa e personalizada. Com foco em praticidade e segurança, o aplicativo reúne diversas



funcionalidades financeiras e serviços em um único ambiente, permitindo que os usuários gerenciem suas contas e cartões de crédito de maneira eficiente e intuitiva.

Principais Funcionalidades:

Gestão de Cartões: Consulta de faturas, limite disponível, histórico de transações e geração de boletos para pagamento.

Cartão Virtual: Emissão de cartões virtuais para compras online com maior segurança.

Espaços Vip BRB: Validação de quantidade de acessos às Salas Vips BRB.

Reserva de Vagas: Verificação da quantidade de vagas de estacionamento no Estacionamento Exclusivo BRB no Aeroporto de Brasília.

Programa de Fidelidade Integrado: Acompanhamento de pontos acumulados no programa de recompensas, resgates de benefícios e assinatura de clube.

Notificações em Tempo Real: Alertas instantâneos de compras.

Segurança Avançada: Uso de autenticação biométrica, tokens dinâmicos e outros mecanismos para garantir a proteção dos dados.

Diferenciais do Super App BRBCARD:

Design Intuitivo: Interface amigável e fácil de usar, permitindo que clientes de diferentes perfis naveguem sem dificuldades com temas personalizados e visualização específica por cartão (ex. Flamengo, América).

Centralização de Canais: Acesso a uma gama de funcionalidades sem a necessidade de múltiplos Apps.

Evolução da avaliação do aplicativo: Antes do lançamento do SuperApp, as notas eram 2.0 na Apple Store e 2.2 na Google Play. Após o lançamento, essas avaliações subiram para 4.8 na Apple Store e 4.7 na Google Play.

O Super App BRBCARD exemplifica a modernização dos serviços financeiros e reafirma o compromisso da BRBCARD com a inovação, a experiência do cliente e a transformação.

Marketing e experiência do cliente:

Comunicação Digital: Ao longo de 2024, foram desenvolvidas, ações de comunicação, campanhas e conteúdos com o objetivo de aumentar a percepção da marca, bem como dos produtos, serviços e benefícios. O foco principal era auxiliar na venda e ativação de cartões, na adesão a novos canais e serviços, refletindo positivamente em produtividade, processos, operações e lançamentos de novos produtos. Destacam-se as campanhas realizadas para impulsionar o BRBPAY e Multibenefícios.

Patrocínio: Em 2024, a BRBCARD consolidou sua estratégia de exposição da marca por meio de ações diversificadas e relevantes, reforçando sua presença em diferentes segmentos e ampliando o impacto junto ao mercado.

Para começar, em fevereiro, foram entregues os materiais da parceria com a AABR, incluindo a renovação dos guarda-sóis do clube, destacando a presença da marca Banco BRB no espaço. Essa iniciativa reforçou o direcionamento ao público-alvo e gerou oportunidades exclusivas, promovendo um impacto positivo nas vendas e no relacionamento com os clientes. Ainda em fevereiro, foi inaugurada a academia SIX Sport Life, no bairro do Noroeste, voltada para o público ultra premium. A parceria de 24 meses incluiu contrapartidas estratégicas para promover o cartão BRB Visa DUX, com foco na captação de potenciais clientes.

Também em fevereiro, foi firmada uma parceria promocional com o Shopping Flamboyant, contribuindo para a ampliação da visibilidade da marca e potencializando o engajamento e as transações comerciais no local. No mesmo mês, em parceria com a Visa, foi lançado o cartão BRB Visa Petrobras Premmia durante o evento "Vai de Vibra", no Rio de Janeiro. No estande da BRB, os participantes puderam adquirir maquininhas BRBPAY, solicitar o novo cartão e concorrer a sorteios de brindes, consolidando a presença da marca no setor de energia.

Já no mês de abril, a instalação de sinalização turística em Pirenópolis foi concluída e o projeto de trade foi expandido para Goiânia, Rio de Janeiro e Brasília. Em maio, os materiais na



Catedral de Brasília foram revitalizados, reafirmando o compromisso com a preservação do patrimônio cultural e histórico e promovendo a valorização de espaços de grande relevância para a comunidade.

No Inova Summit, realizado em junho, a BRBCARD marcou presença com um estande interativo que ofereceu palestras inspiradoras, experiências únicas e brindes aos participantes. Essa ação resultou na captação de 240 novos leads, reforçando o compromisso com a inovação e o desenvolvimento de negócios.

Em setembro, foi formalizada a parceria entre o BRB, Visa e GDF, focada na mobilidade do Distrito Federal. A BRBCARD entregou o evento e promoveu a adesivação do espaço destinado ao grupo de trabalho. No mesmo mês, foi concretizado o patrocínio dos bares e restaurantes da Rua do Lazer, em Pirenópolis, reforçando a presença da marca em um ponto turístico estratégico e promovendo a valorização do comércio local.

Além disso, ao longo do ano, houve ativação da marca em eventos de grande visibilidade, como o São João da Dias Ferreira, AgroBrasília, o Moto Capital Week, o Art Battle All, a Festa Junina do Iate Clube, a Feira do Buriti e o Mutirão de negociação de dívidas no PROCON. Essas ações consolidaram a conexão da marca com diferentes públicos e ampliaram sua presença em eventos culturais, esportivos e de entretenimento.

Por meio de iniciativas estratégicas e diversificadas, a BRBCARD reforçou seu compromisso em conectar emocional e cognitivamente a marca com os clientes, indo além dos produtos e serviços para influenciar positivamente decisões de compra e fortalecer a lealdade dos consumidores.

Experiência do cliente: a BRBCARD adotou estratégias para promover a satisfação dos clientes com ações:

- Ações de relacionamento do Mês da Mulher, Dia dos Namorados, Aniversário de Brasília nas Salas BRB nos Aeroportos;
- Ativação na Festa Junina do Iate Clube Brasília;
- Reforma da Sala BRB VIP Club do Aeroporto de Brasília;
- Revitalização da Catedral de Brasília;

Gestão de pessoas:

Saúde, capacitação e desenvolvimento: Em 2024, a organização manteve sua contínua preocupação com a saúde e segurança de seus colaboradores. Nesse sentido, ao longo do ano, foi disponibilizada a aplicação da vacina da gripe, sem custo para os colaboradores. Além disso, foram promovidas campanhas que ofereceram outras vacinas a preços mais vantajosos. Foi realizado o exame periódico de todos os colaboradores ativos, e os benefícios oferecidos, como as plataformas Zenklub e Medipreço, foram mantidos para proporcionar serviços de bem-estar e descontos em medicamentos aos colaboradores da BRBCARD, respectivamente.

No ano de 2024, a BRBCARD conquistou, pelo 9º ano consecutivo, a certificação como uma das Melhores Empresas para Trabalhar, evidenciando o destaque da empresa em boas práticas de gestão corporativa, tendo sido premiada no ranking GPTW como uma das Melhores Empresas para se Trabalhar do Centro-Oeste.

Ainda nesse ano, a BRBCARD fez a adesão aos Princípios de Empoderamento Feminino da ONU, comprometendo-se a desenvolver ações que contribuam para a redução da desigualdade entre gêneros.



19207 - BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é uma empresa do Conglomerado BRB que atua desde 1988 no mercado securitário do Distrito Federal e demais regiões atendidas pelo BRB, tendo como objetivo a administração e/ou corretagem de seguros de todos os ramos, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta, planos privados de assistência à saúde, planos odontológicos, consórcios, títulos/planos de viagem e outros produtos coletivos.

Em 24 de junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do BRB – Banco de Brasília S/A, aprovou por unanimidade o Plano de Geral de Reorganização Societária do Conglomerado BRB. A referida Reorganização possui como principais objetivos:

- Consolidar as participações societárias atualmente detidas por AEHRB no Conglomerado BRB em participação acionária direta no BRB;
- Transformar a BRB Card em uma subsidiária integral do BRB, eliminando, assim, entraves e impedimentos de natureza regulatória para desenvolvimento de novas linhas de negócios;
- Segregar a vertical de seguros da vertical de cartões, transformando a Corretora Seguros BRB também em subsidiária integral do BRB;
- Viabilizar parcerias estratégicas independentes para as verticais de cartões e meios de pagamento, seguridade e Gestão e Administração de Recursos de Terceiros, em linha com o plano estratégico de expansão do BRB;
- Transformar a BSB Participações em uma holding direta e integralmente detida pelo BRB, que poderá ser utilizada como veículo para uma ou mais das parcerias estratégicas acima mencionadas.

A Reorganização Societária compreendeu em quatro fases:

Fase 1: Permuta de ações entre GDF e AEHRB;

Fase 2: Contribuição pelo GDF das ações da BRB Card em aumento de capital do BRB;

Fase 3: Cisão parcial da Corretora Seguros BRB e versão da participação na BRB Serviços para BRB Card;

Fase 4: Cisão parcial da BRB Card e versão das participações acionárias na Corretora Seguros BRB, BSB Participações e BRB Serviços para BRB.

A Fase 1 se deu por meio da assinatura do Contrato de Permuta de Ações e outras Avenças em 16.11.2021 entre o DF e a Associação de Empregados do BRB ("AEHRB"), em que a AEHRB, de um lado, e o DF, de outro, 1.192.795 (um milhão, cento e noventa e duas mil, setecentas e noventa e cinco) Ações Ordinárias de emissão da Cartão BRB S.A. por 30.528.156 (trinta milhões, quinhentas e vinte e oito mil, cento e cinquenta e seis) Ações Ordinárias de emissão do Banco de Brasília – BRB S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 ocorreu o fechamento da parceria estratégica firmada entre o BRB e a empresa Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz") para a comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do BRB.

Com o Fechamento da parceria, a Corretora de Seguros BRB S.A., controlada do BRB, passa a ser titular de 49,9% das ações de emissão de uma nova corretora de seguros ("BRB Seguros"), após a aquisição do controle acionário - representativo de 50,1% das ações de emissão da nova companhia - pela Wiz.

A BRB Seguros recebeu da BRB Administradora e Corretora de Seguros BRB a estrutura necessária para a execução de suas atividades, bem como, o corpo funcional da antiga Corretora.



A BRB Administradora e Corretora de Seguros BRB tornou-se uma empresa não operacional e está em andamento a aprovação do Estatuto Social da BRB Administradora e Corretora de Seguros BRB, no qual a empresa terá uma estrutura mínima legal de Administração, composta por uma Diretoria Colegiada de 3 Diretores (1 Presidente mais 2 Diretores) que acumulam cargos no BRB, além de um Conselho Fiscal.”

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	1	0	0	0	1

Em 2024 a referida unidade orçamentária tinha apenas 1 colaborador ativo. Além do colaborador citado acima, esta UO possui também 3 conselheiros ativos, os quais não tem vínculo empregatício com a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., no entanto, o pagamento da remuneração destes Conselheiros é de responsabilidade desta UO.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	815667,0	0	815667,0	517930,0
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	815667,0	0	815667,0	517930,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3681,0	0	3681,0	3681,0
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	3681,0	0	3681,0	3681,0



8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	584186,0	0	584186,0	584186,0
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	584186,0	0	584186,0	584186,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	90987,0	0	90987,0	90987,0
0026 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	90987,0	0	90987,0	90987,0
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	153987,0	0	153987,0	119474,0
0003 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	153987,0	0	153987,0	119474,0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1648508,00	0,00	1648508,00	1316258,00

OBS: O valor registrado na coluna "Executado" da tabela é referente à data-base 30/11/2024. De acordo com o artigo 26, do Decreto 46.286 de 23 de setembro de 2024 o prazo final para lançamento da execução orçamentária foi dia 10/01/2025, impossibilitando os lançamentos referentes ao mês de Dez/24.

Programação Orçamentária Realizada

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em 2024, foram executados na ação Administração de Pessoal os gastos com salários, 13º salário, férias, honorários dos conselheiros, encargos sociais e indenizações, totalizando o montante de R\$ 518,4 mil.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

No programa Concessão de Benefícios a Servidores, foram executados, em 2024, os gastos com assistência médica, seguro de vida em grupo e participações PLR, totalizando o montante de R\$ 972,4 mil.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

O programa se refere aos serviços que não são atividade fim da empresa, mas que são necessários para sua manutenção, os quais são realizados, na maior parte, por contratos de terceirização. A soma das despesas que compõem esse programa totalizou R\$ 1,3 milhão em 2024.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2024 foram realizados R\$ 108,7 mil com suporte e manutenção de sistemas.

4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Com relação à ação Realização de Atividades de Comunicação e Marketing foi realizada em 2024, apenas publicidade legal no montante de R\$ 59,7 mil.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não há realizações extraordinárias na BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Para 2025, a perspectiva é de manutenção da empresa como uma Unidade não operacional, conforme estratégia definida pela Administração.



19208 - BRB SERVIÇOS S.A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB Serviços S.A é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral do BRB Banco de Brasília S/A, constituída em 16/11/2010 e tem como objeto social a prestação de serviços a empresas e órgãos da Administração Pública e/ou empresas privadas do país ou do exterior. As principais atividades atualmente executadas são subdivididas nos seguintes grupos:

1. FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – Prestação de serviços de gestão, automação e execução das atividades referentes às rotinas de negócios “Business Process Outsourcing – BPO”, tais como: gestão administrativa e financeira, conciliação, contas a pagar, gestão de recursos humanos, folha de pagamento, gestão orçamentária, gestão contábil, gestão de cadastros de clientes e fornecedores e outras rotinas de negócio. Cessão de mão de obra.
2. CONTACT CENTER - Prestação de telesserviços incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;
3. COBRANÇA - Prestação de serviços de administração, de cobrança e de recuperação de operações de crédito e similares, títulos, multas e dívidas em geral, vencidas ou a vencer, para empresas e órgãos da Administração pública e/ou para empresas privadas do país ou do exterior. Prestação de serviços de gestão de beneficiários de assistência à saúde nos segmentos médicos e odontológicos, contemplando a atividade de cobrança judicial.
4. SUPORTE TÉCNICO – Prestação de serviços de suporte e orientação ao cliente, gerenciamento de venda e demais serviços personalizados ao consumidor por meio de infraestrutura tecnológica, inteligência artificial (chat bot) plataformas digitais, e-mail, SMS (short Mensagem Service), redes sociais e telesserviços;
5. FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS – Desenvolver, licenciar para outorga de direito de uso, integrar, instalar, produtos de informática, inteligência artificial, automação, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, projetos de propriedade intelectual, envolvendo toda a cadeia de serviços. Prestação de serviços de: sustentação e manutenção de ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); gestão, análise, programação, codificação, manutenção, implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados; gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados; inteligência de análise de dados e intercâmbio eletrônico de informações com implementação e gestão de rede de valor agregado; manuseio, guarda e gestão por meio físico e/ou eletrônico de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados; suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia; apoio logístico, gestão e execução de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos; consultoria em gestão, treinamento, recrutamento e seleção. Prestação de serviços que requeiram suporte de Tecnologia da Informação, não previstos anteriormente.
6. CORRESPONDENTE BANCÁRIO – Execução de serviços de atendimento físico e/ou digital a clientes e usuários da contratante na condição de correspondente no país.
7. GESTÃO DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS – Prestação de serviços de: sistema tecnológico e logístico de transporte; meios de pagamento; gestão de força de venda; automação de sistema de contratação de crédito, de gestão de margem consignável, dentre outros; tratamento e higienização de cadastros; sistemas antifraude; oferta de crédito e outros processos.



A BRB Serviços possui uma extensa lista de terceirização de processos – BPO, conforme as atividades apresentadas, além disso, a Companhia poderá firmar convênios, contratos administrativos ou outros instrumentos jurídicos congêneres com entes públicos e privados de atividades, podendo ainda participar em outras sociedades, ou associações, desde que necessário ao atingimento de seu objeto social.

O presente Relatório tem como objetivo principal evidenciar o cumprimento das metas e ações previstas para o exercício de 2024, com vistas a atender aos princípios da transparência e da prestação de contas (Accountability).

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	1	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	13	30	43
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	85	1.037	1.122
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	99	1.067	1.166

As relações de trabalho entre a BRB Serviços e seus empregados obedecem às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contando, em dezembro de 2024, com uma equipe de 1.166 (um mil e cento e sessenta e seis) colaboradores, conforme detalhado no quadro a acima.

Além dos colaboradores citados acima, esta UO possui também 03 (três) conselheiros(as) fiscais e 03 (três) conselheiros(as) de administração, os quais não têm vínculo empregatício com a BRB Serviços S.A., porém compõe o quadro acima já que o pagamento da remuneração deles é de responsabilidade desta UO.

Observações:

a) 01 (um) "efetivo do GDF" é empregado do BRB – Banco de Brasília S/A, cuja remuneração é responsabilidade desta UO.

b) 02 (dois) dentre "outros especificar" são diretores desta UO (Diretora-Presidente e Diretor de Controladoria, Administração e Finanças).

A remuneração dos diretores acima é de responsabilidade desta unidade orçamentária.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	24369246,0	0	24369246,0	12713674,10
0007 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS - DESPESA ORÇAMENTÁRIA - DISTRITO FEDERAL	24369246,0	0	24369246,0	12713674,10
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	24369246,00	0,00	24369246,00	12713674,10

Programação Orçamentária Realizada

O programa de trabalho de pagamentos de impostos e tributos foi executado apenas 52,2% do orçamento previsto, visto que no exercício de 2024 foram reconhecidas perdas de créditos de liquidação duvidosa das notas fiscais do contrato da SES, conforme decisão do TCDF que limitou o valor do faturamento, o que ocasionou a recuperação de créditos tributários, além disso, a empresa utilizou créditos no valor de R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil reais) da Lei nº 11.196/2005, conhecida como a Lei do bem.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	67311016,0	0	67311016,0	55218796,31
0103 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	67311016,0	0	67311016,0	55218796,31
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	28762411,0	0	28762411,0	18999735,92
0088 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	28762411,0	0	28762411,0	18999735,92
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	33024208,0	-700000,0	32324208,0	28955355,36
0143 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	33024208,0	-700000,0	32324208,0	28955355,36
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3842598,0	700000,0	4542598,0	4311576,27
0096 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	3842598,0	700000,0	4542598,0	4311576,27
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	73206,0	0	73206,0	59691,39
0004 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	73206,0	0	73206,0	59691,39
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	133013439,00	0,00	133013439,00	107545155,25



Programação Orçamentária Realizada

A dotação inicial da BRB serviços foi de R\$ 157.385.685 (cento e cinquenta e sete milhões trezentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e cinco reais) e foi executado 76,4% (setenta e seis por cento) do orçamento previsto para o ano de 2024. A BRB Serviços está crescendo e tem ampliado o seu leque de atividades, assim neste ano foram incluídos novos serviços prestados pela Companhia, fato que contribuiu no aumento de gastos, dessa forma, tornou-se necessário a abertura de créditos adicionais suplementares para o remanejamento de recursos para o programa de trabalho Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação – Distrito Federal, já que os valores projetados foram inferiores a atual realização mensal.

O programa de trabalho Administração de Pessoal, com maior peso orçamentário para companhia, engloba as ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas-extras, 13º salário, encargos sociais e treinamentos realizados. No ano de 2024, foi executado o total de R\$ 55.218.796,31 (cinquenta e cinco milhões duzentos e dezoito mil e setecentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos), resultado de pagamentos realizados para em média 1.208 colaboradores.

Após o programa supracitado, cabe destacar o programa de Manutenção de Serviços Administrativos, o qual apresentou um peso orçamentário maior em 30% (trinta por cento) quando comparado com o ano de 2023, foi executado 87,7% (oitenta e sete pontos sete por cento) do total previsto. Este tem relação direta com a gestão de pessoas, basicamente, compreende as aquisições de produtos e contratações de serviços imprescindíveis para a prestação de serviços e continuidade do negócio. Entre esses dispêndios ocorridos no exercício de 2024, destacam-se os contratos de aluguéis; o fornecimento de água e energia elétrica; os serviços de vigilância nos postos do Sistema de Bilhetagem Automática - SBA; os serviços de brigadista; os serviços de separação, transporte e entregas de medicamentos; os serviços de locação de posições de atendimento (PA); aquisição de materiais de limpeza.

Evidencia-se, ainda, o programa de trabalho Concessão de Benefícios que é composto pelos auxílios alimentação e creche, assistência médica e odontológica, vale-transporte e seguro de vida em grupo. Em 2024, a BRB Serviços disponibilizou a seus colaboradores um total de 40.241 (quarenta mil duzentos e quarenta e um) benefícios que resultou na execução de R\$ 18.999.735,92 (dezoito milhões novecentos e noventa e nove mil e setecentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Com relação ao programa de trabalho Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, foram realizados suporte, manutenção de sistemas e de licenças de software, serviços de transmissão de dados e aquisição de materiais de consumo de TI. Foi executado o total de R\$ 4.311.576,27 (quatro milhões trezentos e onze mil e quinhentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos). Destaca-se, no exercício, as despesas com tratamento de dados, Link de Dados e com Licenciamento e Manutenção de Software.

Para o grupo de Realização de Atividades de Comunicação e Marketing, foi realizada a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2023, consultoria de marketing para apresentações corporativas e, no decorrer do ano foram realizadas publicações referentes a contratos firmados e extratos de processos licitatórios.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Gestão de Pessoas

A BRB Serviços, em 2024, segue comprometida com o aprimoramento de seu capital humano, incentivando os colaboradores a participarem de diversas iniciativas de desenvolvimento e conscientização sobre temas variados. Essas ações continuam voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida dos colaboradores, promovendo, assim, um impacto positivo na produtividade e no desenvolvimento das equipes com soluções inovadoras e valiosas para o capital humano, reconhecido como o maior patrimônio da Companhia.



As ações promovidas pela gestão de pessoas, têm desempenhado um papel cada vez mais essencial no desenvolvimento e na renovação da cultura organizacional, influenciando diretamente as boas práticas de gestão de pessoas e contribuindo para o cumprimento das metas da companhia.

Com isso, foram realizadas diversas atividades, dentre as quais destacam-se:

1. Realização dos exames periódicos IN LOCO, otimizando tempo e bem-estar para os colaboradores; 2. Participação no Comitê da Reestruturação da Intranet; 3. Realização da SIPAT, com palestra sobre Ergonomia; 4. Realização de treinamento institucional para a equipe de manutenção predial conforme a NR 10; 5. Realização de curso institucional em plataforma EAD, sobre Ergonomia conforme NR 17; 6. Realização de treinamento para a equipe de serviços gerais quanto ao uso de produtos e as atividades de higienização; 7. Realização de treinamento para os novos integrantes da CIPA; 8. Divulgação de Guia com Orientações Sobre Segurança; Cartilha de Segurança voltada para a equipe de serviços gerais e Alertas de Saúde e Segurança no ambiente de trabalho; 9. Conclusão do Projeto Primeiro emprego – maio/2024; 10. Realização 20 treinamentos institucionais; 11. Criação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; 12. Realização de campanhas, entre elas, setembro Amarelo, Outubro Rosa, Dia das crianças, novembro Azul, Blitz Ergonomia, Pílulas de Ética, Assédio e Honestidade; 13. Efetuadas 20 palestras referente aos temas: Conquistando o mundo com autoconfiança e leveza, Cuidados com a pele e dicas de maquiagem; Assédio; Mulher e suas dimensões; Saúde Mental; Conscientização e Prevenção ao Suicídio; Saúde Mental no Ambiente de Atendimento e Teleatendimento; Toque Rosa; Intolerância Religiosa; 14. Ações Sociais em parceria com o Instituto BRB: Campanha de Arrecadação para Doação às Vítimas das Enchentes do Rio Grande do Sul; Campanha da Abbrace; Campanha de Arrecadação de Tampinhas Plásticas; Campanha de Arrecadação de Insumos de Higiene (Outubro Rosa); Campanha de arrecadação de alimento em virtude do Dias das Crianças; 15. Realização da Semana da Saúde em parceria com o Sesc; 16. Carreta Sesc cuidado com a Mulher – 27 e 28 de novembro; 17. Estande Novembro Azul – saúde Homem – 27 e 28 de novembro; 18. Aplicação de 820 provas técnicas para as novas vagas da BRB Serviços; 19. Publicação de 23 editais para Processo Seletivo Misto - PSM; 20. Seleção de 197 pessoas para trabalhar na BRB Serviços; 21. Participação de 197 colaboradores no Programa de Integração à BRB Serviços; 22. Promoção de 135 colaboradores por desempenho ou Processo Seletivo Misto - PSM; 23. Formação de banco de talentos com 7.512 candidatos; 24. Registro de 1.099 medidas disciplinares no ERP RM Labore; 25. Realização de 1.226 avaliações de desempenho; 26. Realização de 140 avaliações comportamentais - metodologia DISC; 27. Renovação da parceria de qualidade de vida para os colaboradores – AABR – Associação Atlética do Banco BRB; 28. Renovação do contrato GPTW – pesquisa de clima.

A união da BRB Serviços, Instituto BRB – Banco de Brasília e Heróis de Verdade proporcionou um Natal inesquecível para centenas de crianças. A emoção tomou conta do evento de entrega dos presentes, onde cada sorriso radiante e abraço apertado traduzia a gratidão e a alegria dos pequenos. Mais do que presentes, a campanha "Adote uma Cartinha" proporcionou momentos de felicidade e esperança, mostrando o poder transformador da solidariedade.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Áreas de atuação

Atualmente, a BRB Serviços conta com a Operação de Bilhetagem (BRB Mobilidade), o agendamento e distribuição de medicamentos da farmácia de alto custo em casa (SES) e a operacionalização do Na Hora/DF. Além disso, a BRB Serviços operacionaliza os serviços de Contact Center e Cobrança, tendo em suas principais frentes a Central de Relacionamento BRB e Nação BRB Fla, Central de Relacionamento CAESB, Cobrança BRB CARD, Cobrança BRB, Central de Relacionamento Corretora Seguros BRB e Service Desk, descritas abaixo:



Sistema de Bilhetagem Automática – SBA chegou à BRB Serviços S.A. por meio de acordo entre o Governo do Distrito Federal – GDF e o Banco de Brasília – BRB, e consiste em fornecer tecnologia e facilidade para o usuário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF sempre com foco na melhoria e modernização da estrutura das unidades de atendimento, qualidade de trabalho à equipe e qualidade para o usuário. Todo esse conceito é dividido em unidades de atendimento distribuídas no Distrito Federal, onde contamos atualmente com 12 pontos de atendimento divididos em 08 regiões administrativas, com 237 colaboradores, de forma a garantir que usuário do STPC/DF tenha sua demanda solucionada de imediato.

Agendamento e Entrega de Medicamentos da Farmácia de Alto Custo em Domicílio.

A entrega de medicamentos pelo Governo do Distrito Federal começou na pandemia ocasionada pelo Coronavírus, por conseguinte, surgiu a necessidade de atender os cidadãos com maior cuidado, dignidade e com o mínimo de deslocamento. O projeto tem a finalidade de findar com as filas pela busca de medicamentos de alto custo e proporcionar qualidade de vida aos usuários. Atualmente, a equipe é de 45 colaboradores, a qual é responsável pelo agendamento e dispensação, embalagem e entrega dos medicamentos. Em caso de necessidade, existem três unidades de atendimento presenciais na região da Asa Sul, Ceilândia e Gama.

Na Hora/DF o serviço tem o intuito de fornecer ao cidadão atendimento digno, rápido e qualificado em unidades modernas de atendimento. A BRB Serviços conta com equipe de 168 colaboradores para atender a população do Distrito Federal com alta eficiência, são 09 unidades de atendimento distribuídas em 06 regiões administrativas. Importante destacar que como medida de inclusão social no atendimento, contamos com intérpretes de libras e atendentes bilíngues. São ações visando o desenvolvimento da atividade e aperfeiçoamento da capacidade de fornecer serviços públicos de qualidade.

Central de Relacionamento do BRB e Nação BRB FLA consiste no oferecimento de estrutura de Contact Center para a interação com os clientes e o banco, por meio de contato ativo, receptivo e multimeios com uma plataforma de gestão moderna e integrada apoiado por uma equipe especializada, também composta pelo SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão). Além do atendimento aos clientes BRB, os clientes do Banco Nação BRB FLA tem uma central exclusiva para suporte ao APP, a abertura de contas e investimento, além de esclarecimento de dúvidas e demais atendimentos.

Central de Relacionamento - CAESB prestação de serviços de Contact Center, receptivo e ativo, nas formas de atendimento eletrônico e humano, por meio telefônico e digital, incluindo planejamento, desenvolvimento, integração, implantação e operação de plataforma de integração de multicanais e módulo de gestão de atendimento, utilizando modelo Omnichannel, destinados a Central de Relacionamento e ouvidoria da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.

Cobrança BRB CARD tem o objetivo de realizar cobrança administrativa de forma amigável de valores inadimplidos pelos clientes da Cartão BRB S.A.

Cobrança BRB compreende a prestação de serviços ao BRB – Banco de Brasília S.A. suas Controladas e/ou Coligadas, relativos à cobrança extrajudicial de créditos, de acordo com as necessidades, composto da prática de todos os atos e procedimentos pertinentes à esfera administrativa.

Cobrança BRB Saúde recuperação de ativos financeiros na esfera judicial com ações executivas, monitórias e de cobrança, bem como a condução dos processos até trânsito em julgado, utilizando-se de todos os instrumentos jurídicos existentes no âmbito cível e os esforços necessários e admitidos em direito para recuperação dos créditos, podendo ainda ser efetivada a recuperação dos ativos financeiros por meio de acordos extrajudiciais.

Corretora Seguros BRB atendimento ao SAC da Corretora BRB, com a disponibilização de todos os instrumentos necessários para o atendimento além de equipe.



Service Desk compreende a prestação de serviços de suporte ao BRB - Banco de Brasília S.A., possuindo um time de suporte remoto e presencial, com o intuito de garantir atendimento breve e com qualidade para os colaboradores do banco.

Backoffice BRB Card prestação de serviços de backoffice operacional de análise judicial, ouvidoria, eventos de alta e baixa complexidade.

Crédito Imobiliário - CI realiza análise de conformidade em processos de financiamento imobiliário e demais produtos da Carteira Imobiliária do BRB - Banco de Brasília S.A., bem como atendimento e suporte aos agentes originadores e à área gestora, no que se refira a evolução e eventuais dúvidas acerca do serviço prestado.

Correspondente Bancário - BRB projeto piloto na Feira do Guará, na Feira dos Goianos e no Riacho Fundo, sendo realizado atendimento físico ou digital a clientes e usuários do BRB, na condição de Correspondente no País, recepção e encaminhamento de proposta de abertura de contas, depósito e pagamentos pelo BRB.

Novos Negócios

Central de Relacionamento - CEB prestação de serviços de Contact Center, receptivo e ativo, nas formas de atendimento eletrônico e humano, por meio telefônico e digital, incluindo planejamento, desenvolvimento, integração, implantação e operação de plataforma de integração de multicanais e módulo de gestão de atendimento, utilizando modelo Omnichannel, destinados a Central de Relacionamento com o cliente da CEB Iluminação Pública e Serviços - CEB IPES.

Suporte de TI - 3º Nível realiza serviços especializados de suporte de TI- 3º Nível (especialidades conectividade, segurança e SOC).

Correspondente Bancário - BRB em Alagoas serviços de atendimento físico e/ou digital a clientes e usuários do BRB, na condição de Correspondente no País nas cidades: Delmiro Gouveia, Penedo, Porto Calvo, Santana do Ipanema e União dos Palmares no Estado de Alagoas - AL.

Cobrança Guardiã FIDC prestação de serviços de cobrança, recebimento, conciliação e repasse do Direitos Creditórios inadimplentes decorrentes das CCBs endossadas e que venham a ser endossadas pelo Endossante ao Fundo, e cujo pagamento seja realizado pelos Devedores ("Serviços"), recebendo dos Devedores o valor principal referente ao respectivo Direito Creditório cedido, bem como juros de mora e multa e qualquer outro encargo previsto nos Procedimentos de Cobrança.

Governança e Compliance

A Gerência de Governança e Compliance da BRB Serviços tem como missão assegurar a transparência, eficiência e integridade nas ações da Companhia, transmitindo confiabilidade e respondendo de forma eficaz às exigências de órgãos fiscalizadores e reguladores. A governança envolve avaliar cenários e resultados, alinhando políticas e planos às necessidades das partes interessadas, além de monitorar o desempenho e o cumprimento de metas. Entre as iniciativas de 2024, destacam-se:

a) O papel fundamental da alta administração ajustando a governança e o compliance ao contexto e aos objetivos organizacionais, comunicando-o adequadamente às partes interessadas.

b) Treinamentos e Capacitações: Realização de workshops e cursos para funcionários sobre ética, compliance e governança, ajudando a criar uma cultura organizacional sólida e alinhada aos valores da Companhia.

c) Código de Ética e Código de Conduta e Integridade: divulgação dos códigos estabelecendo diretrizes claras sobre comportamento esperado, ambiente corporativo ético, seguro e transparente, fundamental para a construção de uma reputação sólida e a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

d) Auditorias: Acompanhamento e suporte durante as auditorias regulares realizadas pela Suaud/BRB verificando a conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos



garantindo que a Companhia esteja operando dentro das normas e identificando áreas para melhoria.

e) Canal de Denúncias: Suporte e apoio ao Comitê de Ética e Pessoas nas análises das denúncias com total sigilo assegurando o anonimato dos colaboradores que relatam condutas inadequadas, reforçando assim a transparência e a responsabilidade.

f) Gestão de Riscos: Desenvolvimento de um framework de gestão de riscos que identifica e avalia potenciais riscos legais e de reputação, permitindo à Companhia implementar medidas proativas.

g) Relatórios de Perfil e de Conformidade: Elaboramos os relatórios periódicos sobre a situação de compliance da Companhia, que são compartilhados com stakeholders, bem como, com todos os nossos contratantes, que disponibilizam para avaliação da CGDF, aumentando assim a transparência e a confiança.

h) Engajamento com Stakeholders: Estabelecemos diálogos com partes interessadas, como investidores, clientes e fornecedores, para compreender suas expectativas em relação à governança e compliance.

i) Essas ações não apenas ajudam a garantir a conformidade com normas e regulamentos, mas também geram valor para a organização ao construir uma reputação sólida e confiável no mercado. A preservação da imagem institucional é, portanto, um resultado direto do comprometimento com práticas éticas e transparentes.

A participação dos membros da administração em programas de certificação e treinamento é fundamental para fortalecer a governança corporativa e garantir o cumprimento das legislações aplicáveis. Em 2024 os membros da administração realizaram a Certificação do IBGC, exigida pela Lei 13.303, que capacita gestores para tomar decisões bem fundamentadas e alinhadas às melhores práticas de governança; o Treinamento em Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), em conformidade com a Resolução 179 da CVM, que permite que os membros identifiquem e mitiguem riscos financeiros, e por fim, a Trilha de Combate ao Assédio, conforme a Lei 14.457, que assegura um ambiente de trabalho respeitoso e livre de assédios, promovendo segurança e bem-estar no ambiente corporativo. Os colaboradores também foram treinados por ações voltadas a governança corporativa:

a) 03-2024 - Treinamento para uso do SaeWeb Sistema para gerenciamento de riscos da CGDF.

b) 09/2024 - Treinamento presencial in loco a 12 colaboradores representantes das unidades gestoras da BRB Serviços no uso do SaeWeb Sistema para gerenciamento de riscos da CGDF.

c) 10/2024 - Treinamento no curso SEI USAR a 18 colaboradores representantes das unidades gestoras da BRB Serviços.

d) 11/2024 - Curso de curta duração com três colaboradores, focado no uso prático da ferramenta Power BI, voltado para análise de dados e criação de dashboards gerenciais. Esse treinamento trouxe benefícios diretos para a empresa, permitindo que a equipe adotasse uma abordagem mais ágil e eficiente no tratamento e análise de dados. A padronização de relatórios, aliada à automação de atualizações, proporciona maior confiabilidade nas informações, facilitando a tomada de decisões estratégicas.

Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a área de Governança e Compliance garantiu a publicação e a manutenção acessível de todos os atos institucionais, reafirmando o compromisso com a transparência e a promoção do direito à informação. Esse esforço diário assegurou que a comunidade tivesse acesso de forma rápida e clara às principais decisões e diretrizes da instituição. A constante atualização e monitoramento dos normativos institucionais, refletem o compromisso contínuo da área em garantir a transparência institucional, a conformidade regulatória e a eficiência no gerenciamento das informações críticas.

Dentre outras ações a BRB Serviços aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos, dando à Companhia o direito de uso do Selo de Empresa Limpa, e ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial instituído pela Controladoria Geral da União.



Selo Ouro - Prêmio Alto Nível - CGDF: Reconhecimento para órgãos e entidades do DF que se destacam em práticas de integridade e governança pública. O Selo Ouro é concedido a instituições que demonstram excelência em transparência, controle interno e gestão de riscos, promovendo uma administração pública ética e eficiente.

Empresa Limpa - Instituto Ethos: Iniciativa voluntária que incentiva empresas a adotarem práticas éticas e transparentes, visando fortalecer uma cultura de integridade e combater a corrupção no ambiente corporativo. As empresas signatárias se comprometem a promover um mercado justo e responsável, pautado pela ética.

Pacto Brasil pela Integridade Empresarial - CGU: Iniciativa que incentiva empresas a adotarem práticas éticas e anticorrupção, promovendo transparência e governança responsável no setor privado. O objetivo é fortalecer a confiança entre empresas e sociedade.

Conforme divulgado em Fato Relevante do Banco BRB, no dia 15.01.2024 concluiu-se o Plano Geral da Reorganização Societária do Conglomerado BRB, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do BRB de 24.06.2021. Com a conclusão de todas as fases do Plano, as empresas BRB Card, BRB Administradora e Corretora de Seguros e BRB Serviços passam a ser subsidiárias integrais vinculadas diretamente ao BRB. A Reorganização está alinhada ao Planejamento Estratégico do BRB na medida em que proporciona o fortalecimento da estrutura de capital do Banco, contribui para os projetos de expansão, modernização e potencialização dos negócios do Conglomerado BRB.

Controles Internos

As principais realizações relacionadas aos controles internos e riscos, destaca-se a avaliação contínua dos riscos associados ao negócio, reporte periódico dos resultados das avaliações à Diretoria e atuação como área consultiva e apoio as áreas de negócios da Companhia.

Na perspectiva de melhoria contínua, no 3º trimestre de 2024 a BRB Serviços realizou a transição do Programa de Integridade para Sistema de Integridade adequando-se ao Decreto nº 11.129/2022 e à nova realidade da Companhia, prezando pela implementação de ações mitigadoras de riscos de integridade e demais iniciativas para garantir a sua efetividade.

Junto a revisão dos riscos à integridade foi realizado:

- a) Adesão ao Sistema SaeWeb/CGDF – Serviços Consultivos – Gestão de Riscos – Execução e Acompanhamento para a realização da gestão dos riscos operacionais e dos riscos a integridade da BRB Serviços;
- b) Treinamento de gerenciamento de riscos no Sistema SaeWeb/CGDF – Serviços Consultivos – Gestão de Riscos – Execução e Acompanhamento;
- c) Inserção da base dos riscos operacionais na base do Sistema SaeWeb/CGDF – Serviços Consultivos – Gestão de Riscos – Execução e Acompanhamento; e
- d) Inserção da base dos riscos à Integridade na base do Sistema SaeWeb/CGDF – Serviços Consultivos – Gestão de Riscos – Execução e Acompanhamento.
- e) Apresentação dos Riscos à Integridade e dos Riscos Operacionais no Sistema SaeWeb/CGDF – Serviços Consultivos – Gestão de Riscos – Execução e Acompanhamento aos Diretores e Gestores;
- f) Treinamento aos Gerentes ou proprietários de Risco para realização dos próximos passos a serem realizados no Sistema SaeWeb/CGDF – Serviços Consultivos – Gestão de Riscos – Execução e Acompanhamento.

Transformação e Inovação tecnológica

A implementação do framework ITIL foi uma das principais inovações da área em 2024. Com foco na gestão de serviços de TI, o ITIL proporcionou maior controle sobre os contratos e a melhoria contínua dos serviços. Em julho de 2024, todos os colaboradores da área de TI foram certificados nas práticas de ITIL, e a introdução do Manual de Gestão de Mudanças trouxe um nível elevado de governança e controle sobre as modificações nos processos de TI. A melhoria nos SLA's e o fortalecimento dos processos internos foram resultados diretos dessa implantação.



Em conformidade com o objetivo estratégico - Inovar o Parque Tecnológico, adquirimos computadores, máquinas e equipamentos modernos em 2024, incluindo:

- a) Aquisição de 104 monitores FDH Led; Cluster de Hiperconvergência em 12 de julho de 2023;
- b) Aquisição de 15 discos rígidos Purple 8TB;
- c) Aquisição de 07 impressoras;
- d) Aquisição de 01 Drive Externo LTO 7;
- e) Aquisição de 02 HDs 20 TB;
- f) Aquisição de 05 sistemas de CFTV;
- g) Aquisição de 10 roteadores UPAC e,
- h) Aquisição de 02 computadores HD 20 TB SATA3.

Essas aquisições não apenas possibilitaram à BRB Serviços operar com alta disponibilidade, reduzindo drasticamente o índice de incidentes, mas também resultaram em economia e uma melhoria substancial na qualidade dos serviços prestados. A empresa também adquiriu soluções inovadoras, incluindo:

- a) Solução para Gestão de Ponto Eletrônico na modalidade SAAS;
- b) Solução de Gerenciamento e Relatórios; e,
- c) Solução de Segurança do Tipo Next Generation Firewall – NGFW.

Além disso, a empresa renovou as licenças da Microsoft Office 365, a qual proporciona um ambiente interativo para os colaboradores com a ferramenta do Teams e Outlook, praticidade no controle de tarefas por meio da ferramenta Planner e possibilitou a equipe a adotar uma abordagem mais ágil e eficiente no tratamento e análise de dados com a ferramenta do Power BI. A utilização das ferramentas do Office agiliza os processos operacionais e administrativos, auxilia na padronização de relatórios, aliada à automação de atualizações, facilitando o compartilhamento de informações com maior confiabilidade.

Gestão Administrativa e Financeira

A BRB Serviços S/A, enquanto empresa comprometida em gerar valor para clientes, colaboradores, fornecedores e sociedade, pautou algumas de suas estratégias na gestão administrativa e financeira para prestar serviços com foco na metodologia e na excelência, fornecendo mão de obra qualificada, realizando o armazenamento, distribuição e logística de materiais diversos e gerenciando a infraestrutura física de cada unidade. Essas ações tiveram como objetivo assegurar que os atendimentos aos cidadãos e a atividades desempenhadas pelos nossos colaboradores fossem realizados com conforto, qualidade e segurança.

Para ilustrar nossa atuação em números, destacamos abaixo as principais ações realizadas no ano de 2024:

- a) Atendimento de 726 chamados no edifício Sede da BRB Serviços S/A e nos postos do Sistema de Bilhetagem Automático - SBA e em média de 1.200 chamados referentes aos atendimentos nas unidades do Na Hora;
- b) Realização de Manutenção predial, conservação e limpeza através de equipe própria do edifício sede da BRB Serviços, 12 unidades de atendimento do BRB Mobilidade, 3 unidades de atendimento do Correspondente Bancário e 8 unidades de atendimento do Na Hora.
- c) Instalação de mais de 80m² de divisórias, 4 mudanças de layouts, visando a adaptação dos espaços existentes para melhorar o atendimento ao cliente e o bem-estar do colaborador;
- d) Criação de uma sala de reuniões no 1º andar para atender necessidades de contratos que estão sob a responsabilidade da GEROCC;
- e) Revitalização e impermeabilização completa da laje e telhado da unidade de atendimento do Na Hora de Sobradinho e Brazlândia;
- f) Revitalização da garagem, da rampa de acesso, do fosso de manutenção, do guarda corpo e da varanda, com a devida impermeabilização e pintura;



- g) Adequação do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA do edifício sede;
- h) Manutenção de todo o sistema de prevenção e combate a incêndio da sede e das unidades administradas da companhia;
- i) Conferência patrimonial anual, com localização física dos ativos da BRB Serviços da sede e de todas as unidades de atendimento dos diversos projetos;
- j) Adequação das instalações elétricas para migração ao mercado livre de energia;
- k) Elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle dos Sistemas de Climatização (PMOC) do edifício sede, 12 unidades de atendimento do BRB Mobilidade e 8 unidades de atendimento do Na Hora;
- l) Participação no Comitê de Compras e Contratações; e,
- m) Instalação de toda infraestrutura predial dos correspondentes bancários BRB no Estado de Alagoas.

Futuro

A BRB Serviços definiu um conjunto de parcerias e projetos estratégicos com foco em alavancar o faturamento e expandir sua atuação no mercado. Essas iniciativas foram alinhadas cuidadosamente às demandas do Conglomerado BRB e mercado e às oportunidades identificadas, projetando um crescimento significativo no faturamento ao longo do próximo quinquênio.

Importante ressaltar, que a Diretoria da BRB Serviços vem conduzindo esforços para firmar parcerias com empresas renomadas, adotando modelos de negócio como Profit Sharing, que minimizam a necessidade de grandes investimentos iniciais e ampliam o portfólio de serviços ofertados. Entre as principais estratégias, destacam-se a oferta de soluções voltadas ao conglomerado BRB, a internalização de atividades anteriormente terceirizadas e a renegociação de contratos estratégicos, como os do Nação FLA, Backoffice do Crédito Imobiliário e CAESB, promovendo maior rentabilidade e inclusão de novas atividades.

Além disso, a Companhia está avançando em projetos com forte apelo tecnológico, voltados para cibersegurança, inteligência artificial, e soluções inovadoras que atendem às maiores necessidades do BRB e abrem novas frentes de negócios. Alguns desses projetos estratégicos estão em fase de Prova de Conceito (POC), como forma de validar suas aplicações antes da implementação em larga escala.

Esses projetos, além de reforçarem o compromisso da BRB Serviços com a inovação, eficiência e sustentabilidade, também têm como objetivo consolidar a posição da empresa como referência no mercado. A expectativa é que as iniciativas contribuam significativamente para a recomposição de receitas, a melhoria dos resultados financeiros e o fortalecimento da marca no cenário nacional, alinhando-se aos pilares estratégicos da Companhia e às demandas do conglomerado BRB.



19209 - BSB PARTICIPAÇÕES S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BSB Participações S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, controlada pelo BRB - Banco de Brasília S.A., cujo objeto é a participação em sociedades mercantis, em qualquer segmento de negócios, mediante subscrição de ações e/ou quotas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

A BSB Participações S.A. utiliza os recursos humanos e de infraestrutura da Cartão BRB S.A., conforme convênio firmado entre as partes.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

Não há programas de trabalho para a BSB Participações S.A.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A empresa BSB Participações S.A. foi criada com a missão de ampliar a participação do Conglomerado BRB na intermediação de recursos e negócios financeiros, via participações acionárias em empresas sediadas no Brasil, com o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade.

A BSB Participações S/A tem três objetivos principais:



- a) ampliar e diversificar as participações acionárias do Conglomerado BRB, em segmentos estratégicos, especialmente o financeiro, para conferir maior sustentabilidade e rentabilidade aos seus negócios;
- b) reforçar a capacidade de atuação do Conglomerado BRB, como instrumento de implementação das políticas governamentais distritais, especialmente a econômica e de desenvolvimento; e
- c) instituir normas de governança, que permitam a realização de negócios, de acordo com os padrões de risco e transparência, recomendados ao BRB pela legislação em vigor e, aplicáveis igualmente à gestão e ao controle da carteira de participações.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A BSB Participações S.A. tornou-se subsidiária integral do BRB – Banco de Brasília S.A. em 31 de agosto de 2023, quando houve a cisão da BRBCARD e versão da participação na BSB Participações para o BRB no contexto da Reorganização Societária do BRB iniciada em 2020.

Até o encerramento do exercício de 2024, a BSB Participações não tinha operações. Com a conclusão da Reorganização societária, a gestão do Banco de Brasília S.A. espera torná-la operacional em cumprimento dos seus objetivos estratégicos e gerar valor ao Conglomerado BRB.



19211 - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia de planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN - empresa pública de direito privado, instituída pela lei Nº 4.545, de 10/12/1964, é constituída sob a forma de Sociedade por Ações. Integra a Administração Indireta do GDF e vincula-se à Secretaria de Economia - SEEC. Tem por finalidade estatutária:

Realizar e promover pesquisas e estudos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos, georreferenciados, urbanos e ambientais para subsidiar o Governo do Distrito Federal na formulação de políticas públicas, do planejamento governamental de programas para o desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno RIDE e de outras áreas de influência do território distrital

Disseminar o conhecimento e as informações resultantes das pesquisas e estudos realizados, atinentes à área de competência da Companhia; Analisar as políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal a fim de subsidiar os processos decisórios governamentais;

Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas e para a preparação de planos e programas de governo;

Analisar e identificar e diagnosticar os problemas estruturais, econômicos, social, urbanos ambientais do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de Influência do território distrital, fornecendo elementos técnicos visando a elaboração de medidas saneadoras pelos órgãos competentes;

Articular e promover a cooperação técnica visando o intercâmbio de informações e conhecimentos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;

Produzir e organizar as informações sociais e econômicas relativas ao território do Distrito Federal;

Participar do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLA N e oferecer subsídios e apoio ao Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal - SITU RB;

Prestar consultoria técnica a outros Órgãos e entidades da administração do Distrito Federal e da iniciativa privada e contratar com órgãos e entidades públicas ou privadas serviços e estudos, bem como: realizar concursos, respeitada a legislação pertinente.

Entretanto, a natureza jurídica da CODEPLAN representava uma dificuldade para o alcance de sustentabilidades, uma vez que há contradições entre a modelo de empresa pública que regula a CODEPLAN e sua dependência de recursos do Tesouro do Distrito Federal, gerando instabilidade Institucional. O próprio Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF vem apontando, desde 2004, a necessidade alteração da natureza jurídica da Companhia, tendo em vista o crescimento dos repasses do Tesouro Distrital, aliado a ausência de receitas operacionais.

Desta forma, a Lei No. 7.154, promulgada em 07 de junho de 2022, cria o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF CODEPLAN, pessoa jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculado a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e determinar liquidação da CODEPLAN. Já o Decreto No 54.530, de 11 de julho de 2022, repassa as atribuições, estratégicas de pesquisa, estudo e estatística da CODEPLAN ao Instituto, que poderá realiza-las de maneira mais estável, com possibilidade de criação de carreira própria e renovação de quadros.



FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	5	0	0	0	5

O Quadro da força de trabalho apresentado refere-se a dezembro de 2024, após a vinculação de empregados da CODEPLAN empresa pública, ao IP.EDF, conforme a Lei N.º 7.154, promulgada em 07 de junho de 2022 e o Decreto Nº 54.530/2022.

Até dezembro de 2024, a CODEPLAN contava com o quadro de força de trabalho de 5 empregados, assim distribuídos:

Total de Servidores CODEPLAN: 5 Comissionados sem vínculo efetivo.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	673653,0	912653,00	895834,07	895834,07
0042 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	673653,0	912653,00	895834,07	895834,07
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	111920,0	111920,00	1716,76	1716,76
0039 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	111920,0	111920,00	1716,76	1716,76



8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	888638,0	699638,00	469132,95	465457,95
0104 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	888638,0	699638,00	469132,95	465457,95
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1674211,00	1724211,00	1366683,78	1363008,78

1. Administração de Pessoal

O objetivo dessa ação é remunerar os servidores ativos mensalmente. Foram remunerados em média, no período de janeiro a dezembro, 5 empregados na CODEPLAN em Liquidação. Com a criação do Instituto de Pesquisa e Estatística do DF - IPEDF, pela Lei no 7.154/2022, a partir de agosto os empregados da CODEPLAN foram transferidos para o IPEDF, permanecendo nos quadros da CODEPLAN EM LIQUIDAÇÃO apenas 5 (cinco) empregados.

2. Concessão de Benefícios a Servidores

Não foram concedidos benefícios aos empregados ativos, devido ao encerramento da ACT e Outubro/2023.

3. Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

Com a criação do Instituto de Pesquisa e Estatística do DF - IPEDF, pela Lei no 7.154/2022, a partir de agosto de 2023 a maioria das despesas decorrentes da manutenção administrativa foram transferidas para o IPEDF.

Foi realizado pela CODEPLAN em Liquidação a remuneração dos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal; realização de contratos com serviços de Tecnologia da Informação e Auditoria Externa. Também a Publicação de Matérias no DODF, Registro na Junta Comercial do DF e Autenticações de Documentos no Cartório.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Devido a Lei nº 7154/2022 que cria o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF CODEPLAN), a qual fez com que a CODEPLAN se entra em Liquidação, as programações não têm mais continuidade.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Análise das realizações e dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Desta forma, a Lei No. 7.154, promulgada em 07 de junho de 2022, cria o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF CODEPLAN, pessoa jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculado a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e determina a liquidação da CODEPLAN. O Decreto Nº 54.530, de 11 de julho de 2022, repassa as atribuições estratégicas de pesquisa, estudo e estatística da CODEPLAN ao Instituto, que poderá realiza-las de maneira mais estável, com a possibilidade de criação de carreira própria e renovação de quadros.

O processo de liquidação da CODEPLAN Em Liquidação foi organizado em etapas simples: preparação, execução e encerramento. A etapa atual, de execução, é composta por diversos objetivos, tais como: movimentação dos bens de patrimônio da CODEPLAN para o IPEDF, levantamento e tratamento do passivo administrativo, transferência do almoxarifado, entre outras.

Nenhuma das etapas de liquidação da CODEPLAN tem impacto sobre a realização das atribuições institucionais do IPEDF, pois não houve solução de continuidade entre as duas instituições - o quadro de empregados da CODEPLAN foi cedido ao IPEDF e os estudos, pesquisas e estatísticas puderam ser mantidos.



19212 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS) é uma Autarquia em Regime Especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC).

O Instituto proporciona, sem fins lucrativos, o Plano de Assistência Suplementar à Saúde, denominado GDF SAÚDE, em regime de autogestão, aos servidores do Governo do Distrito Federal e seus dependentes.

A legislação atualizada está apresentada abaixo:

- a) Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006 – cria o INAS;
- b) Lei nº 7.152, de 2 de junho de 2022 – altera a Lei 3.831/2006;
- c) Portaria nº 262, de 9 de novembro de 2006 – aprova o Regimento Interno do INAS;
- d) Decreto nº 46.395, de 15 de outubro de 2024 – aprova o Regimento Interno do Conselho de Administração (Conad) do INAS;
- e) Decreto nº 45.838, de 23 de maio de 2024 – aprova o Regimento Interno do Conselho Fiscal (Confis) do INAS;
- f) Decreto nº 45.392, de 9 de janeiro de 2024 – altera a estrutura administrativa do INAS;
- g) Decreto nº 45.675, de 9 de abril de 2024 – altera a estrutura administrativa do INAS;
- h) Decreto nº 45.908, de 13 de junho de 2024 – altera a estrutura administrativa do INAS;
- i) Decreto nº 45.920, de 14 de junho de 2024 – altera a estrutura administrativa do INAS;
- j) Decreto nº 45.996, de 9 de julho de 2024 – altera a estrutura administrativa do INAS;
- k) Decreto nº 46.118, de 12 de agosto de 2024 – altera a estrutura administrativa do INAS;
- l) Decreto nº 46.168, de 21 de agosto de 2024 – altera a estrutura administrativa do INAS;
- m) Decreto nº 46.247, de 10 de setembro de 2024 – altera a estrutura administrativa do INAS.

Para o cumprimento de suas competências legais e a execução de suas atividades, o INAS possui a seguinte estrutura administrativa:

- 1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Conad
- 2. CONSELHO FISCAL - Confis
- 3. DIRETORIA EXECUTIVA - Diex
- 4. PRESIDÊNCIA - Presi
 - 4.1. ASSESSORIA ESPECIAL - Assesp
 - 4.2. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - Ascom
 - 4.3. UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI
 - 4.4. COORDENAÇÃO DE GOVERNANÇA E COMPLIANCE - CGCOM
 - 4.5. OUVIDORIA - Ouvidoria
 - 4.6. DIRETORIA DE PLANO DE SAÚDE – Diplas
 - 4.6.1. CHEFIA DE ATENDIMENTO AO BENEFICIÁRIO – CAT
 - 4.6.2. UNIDADE DE CONTAS MÉDICAS - UCMED
 - 4.6.3. DIRETORIA ADJUNTA DE SAÚDE - Dasau



- 4.6.3.1. UNIDADE DE REGULAÇÃO - Ureg
- 4.6.3.2. UNIDADE DE AUDITORIA - Uaud
- 4.6.4. DIRETORIA ADJUNTA DE ESTRATÉGIA E REGULAMENTAÇÃO - Daer
 - 4.6.4.1. UNIDADE DE CREDENCIAMENTO E NORMAS - UCN
- 4.7. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - Diad
 - 4.7.1. ASSESSORIA ESPECIAL - Assesp
 - 4.7.2. UNIDADE ADMINISTRATIVA - UAD
 - 4.7.2.1. COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS - Cogep
 - 4.7.2.2. GERÊNCIA DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA - GMPL
 - 4.7.2.3. GERÊNCIA DE PROTOCOLO - Geprot
 - 4.7.3. UNIDADE DE CONTRATAÇÕES - Ucon
 - 4.7.3.1. COORDENAÇÃO DE COMPRAS - CCOMP
 - 4.7.3.1.1. GERÊNCIA DE PESQUISA DE PREÇOS - GPP
 - 4.7.3.1.2. COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - Cocon
 - 4.7.3.1.2.1. GERÊNCIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - Gecon
 - 4.7.4. UNIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - Utic
- 4.8. DIRETORIA DE FINANÇAS - Difin
 - 4.8.1. ASSESSORIA ESPECIAL - Assesp
 - 4.8.2. ASSESSORIA ATUARIAL - Assat
 - 4.8.3. UNIDADE FINANCEIRA - Ufin
 - 4.8.3.1. COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - Cofin
 - 4.8.3.1.1. GERÊNCIA DE ORÇAMENTO - Georc
 - 4.8.3.1.2. GERÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO - Geliq
 - 4.8.3.1.3. GERÊNCIA DE PAGAMENTO - Gepag
 - 4.8.4. UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL E DE ARRECADAÇÃO - UCCA
 - 4.8.4.1. COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE - CCONT
 - 4.8.4.2. COORDENAÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA - Coarc
- 4.9. DIRETORIA JURÍDICA - Dijur
 - 4.9.1. ASSESSORIA DO CONTENCIOSO - Acont
 - 4.9.2. ASSESSORIA DO CONSULTIVO - Acons

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	5	2	7
Comissionados sem vínculo efetivo	79	46	0	0	125
Requisitados de órgãos do GDF	28	5	0	0	33
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	8	1	9



Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	2	0	2
Outros - especificar	0	0	5	0	5
Subtotal	107	51	20	3	181
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	107	51	20	3	181

Outros - Contrato SEEC (Limpeza/Vigilância).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	9600000,0	6600000,0	6541475,11	6266665,60
0006 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-INAS- DISTRITO FEDERAL	9600000,0	6600000,0	6541475,11	6266665,60
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	160000,0	240000,0	190945,25	190945,25
0095 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PES-INAS- DISTRITO FEDERAL	160000,0	240000,0	190945,25	190945,25
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100000,0	100000,0	30668,5	28668,5
0051 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INAS- DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	30668,5	28668,5
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	7920000,0	10920000,0	10920000,00	9504102,15
0024 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INAS- DISTRITO FEDERAL	7920000,0	10920000,0	10920000,00	9504102,15
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	17780000,00	17860000,00	17683088,86	15990381,50

9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS:

Recursos orçamentários e financeiros para despesas relativas às ações judiciais. No âmbito jurídico, as demandas apresentadas em desfavor do INAS têm como característica predominante, a judicialização de questões relacionadas à saúde, especialmente envolvendo tratamentos oncológicos, que não estão disponíveis no rol de cobertura regulamentar, quebra de carência, cirurgias, fornecimento de HomeCare, exames, terapias específicas em



quantitativo maior do que os previstos nas Diretrizes de utilização do plano GDF SAÚDE - DUT e medicações de alto custo. No ano de 2024 foram registradas 509 ações judiciais.

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para despesas de acertos de servidores exonerados no exercício de 2024.

9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES:

Recursos destinados ao pagamento de indenização por transporte aos servidores integrantes da carreira de Auditores de Controle Interno do Distrito Federal, lotados no INAS, conforme previsto no artigo 7º da Lei nº 5.175/2013.

9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para o pagamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, referente a 1% da receita mensal do INAS.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira				
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	150000,0	0,0	0	0
0081 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INAS-DISTRITO FEDERAL	150000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4630000,0	1950000,0	1949112,00	1347408,58
0092 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA-INAS- DISTRITO FEDERAL	4630000,0	1950000,0	1949112,00	1347408,58
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	47460000,0	24436000,0	24299490,26	11198436,63
0008 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-INAS- DISTRITO FEDERAL	47460000,0	24436000,0	24299490,26	11198436,63
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	695088110,0	1060515525,00	1059604283,29	1036641307,19
0007 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES-INAS-DISTRITO FEDERAL	695088110,0	1060515525,00	1059604283,29	1036641307,19
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	500000,0	442000,0	442000,00	235459,68
0040 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INAS- DISTRITO FEDERAL	500000,0	442000,0	442000,00	235459,68
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	747828110,00	1087343525,00	1086294885,55	1049422612,08

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO:

Não houve execução dos recursos orçamentários e financeiros, no entanto, os valores foram remanejados para o programa 6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES.



2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

Recursos orçamentários e financeiros aplicados na implantação do novo sistema de gestão do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, por meio da contratação de empresa especializada, MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA, para prestação de serviços continuados de apoio e gestão do Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – GDF SAÚDE sob o Contrato de Prestação de Serviços nº 06/2024.

2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA:

Ação orçamentária mapeada para viabilizar a execução orçamentária e financeira dos projetos e ações da Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), nos termos do Decreto nº 42.375, de 09/08/2021, porém não houve execução orçamentário, tendo em vista que a instrução processual de formalização dos projetos não foi finalizada no presente exercício.

3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para custear as seguintes despesas:

- Prestação de serviços de consultoria e assessoria atuarial para o Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, por meio da contratação da empresa LÓGICA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA - Contrato nº 05/2024, assinado em 21 de fevereiro de 2024.
- Organização, implantação e funcionamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde GDF SAÚDE em regime de autogestão, por meio da contratação do Banco Regional de Brasília - BRB - Contrato nº 01/2020, com vigência até 28 de outubro de 2024;
- Implantação do novo sistema de gestão do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, por meio da Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços continuados de apoio à gestão do GDF SAÚDE e de auditoria médica: auditoria concorrente, auditoria retrospectiva e perícias. As empresas contratadas são: MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA - Contrato nº 06/2024, assinado em 23 de abril de 2024 e a BENNER TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA - Contrato nº 07/2024, assinado em 25 de maio de 2024;

6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para custear o pagamento da rede credenciada do Plano GDF SAÚDE, que no ano de 2024 disponibilizou os seguintes estabelecimentos:

Prestadores Diretos - por tipo de Estabelecimento ¹	Quantidade de Termo de Credenciamentos Assinados	Quantidade de Matriz e Filial por Termo de Credenciamento Assinado	Quantidade de Unidades de Atendimento
CLÍNICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	376	394	394
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM E LABORATORIAL	53	60	299
HOSPITAL ESPECIALIZADO	27	28	28
HOSPITAL GERAL	21	21	21
SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR (Home Care)	8	8	8
ASSOCIAÇÃO MÉDICA	5	5	5
HOSPITAL DE TRANSIÇÃO	3	3	3
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	3	3	3
COOPERATIVA MÉDICA	1	1	1
TOTAL	497	523	762

¹ Credenciados por intermédio dos Editais nº 01/2020 (regular) e nº 01/2023 (home care).

Prestadores Indiretos - empresas vinculadas às Associações Médicas credenciadas	Quantidade
ASSOCIAÇÃO DO CORPO CLÍNICO DE BRASÍLIA - ACB (TC nº 0376/2021)	53



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS DO DISTRITO FEDERAL - AMHP/DF (TC nº 0005/2020)	1.986
ASSOCIAÇÃO MÉDICA E SAÚDE HUMANA - ASMEPRO (TC nº 0281/2021)	186
ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE ASSISTÊNCIA INTEGRADA - AMAI (TC nº 0326/2021)	157
TOTAL DE EMPRESAS ASSOCIADAS	2.382
TOTAL DE PRESTADORES CREDENCIADOS (Diretos + Indiretos)	3.144
Conceitos: Credenciados diretos: são aqueles que possuem vínculo direto com o INAS, mediante termo de credenciamento individual. Credenciados indiretos: são aqueles que por meio de associações credenciadas, a prestação de serviços é realizada por clínicas, profissionais ou estabelecimentos formalmente vinculados à associação credenciada. A associação atua como intermediária, garantindo que seus associados prestem atendimento aos beneficiários em conformidade com os requisitos do credenciamento firmado com o INAS. Quantidade de Termo de Credenciamentos Assinados: representa o número absoluto de Termos de Credenciamento (TC) formalizados e assinados. Cada TC corresponde a um instrumento contratual que estabelece a relação jurídica entre o credenciado e o GDF SAÚDE, independentemente de conter matriz, filial ou ambas. Quantidade de Matriz e Filial pôr Termo de Credenciamento Assinados: número relativo por TC assinado. Alguns termos de credenciamento são compostos por matriz e filial no mesmo instrumento. Quantidade de Unidades de Atendimento: indica o total absoluto de pontos de atendimento físicos que prestam serviços, incluindo estabelecimentos e unidades independentes de sua vinculação jurídica (postos de atendimento). Observações: O modelo de prestadores indiretos amplia a rede de atendimento, oferecendo maior diversidade de serviços, enquanto respeita a gestão autônoma das associações e seus associados. Recomenda-se que os beneficiários confirmem previamente a disponibilidade dos serviços diretamente com os prestadores no momento do agendamento. Essa prática garante maior precisão nas informações e reforça o compromisso da operadora em oferecer um serviço ágil e adaptado às necessidades específicas do setor de saúde suplementar, atendendo às expectativas dos usuários.	
Fonte: Diretoria de Plano de Saúde - Diplas. Processo: 04001-00001469/2022-30.	
Dados atualizados em 31/12/2024.	

No exercício de 2024, os beneficiários do GDF SAÚDE utilizaram os seguintes atendimentos:

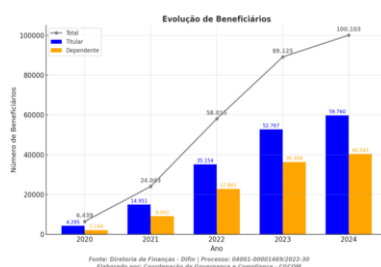
SERVIÇOS PRESTADOS	QUANTIDADE
CONSULTAS ELETIVAS	450.888
CONSULTAS DE URGÊNCIA	137.825
GUIAS SP/SADT	746.429
PARTO NORMAL	111
PARTO CESÁREA	822
TOTAL DE INTERNAÇÕES	36.756
Total de diárias de Internação	78.011
Tempo Médio de Permanência	2,12

Fonte: Diretoria de Plano de Saúde - Diplas. Processo: 04001-00006184/2024-57. Dados atualizados até 31/10/2024.

Observação: É importante destacar que o número de serviços prestados e de beneficiários sinistrados são computados no faturamento das contas médicas. Deste modo, os valores apresentados podem sofrer alterações em virtude da apresentação novos faturamentos ou da contestação de contas de glosadas.

Em 31/12/2024, o GDF SAÚDE atingiu a marca de 100.103 (cem mil, cento e três) beneficiários, sendo 59.760 (cinquenta e nove mil setecentos e sessenta) titulares e 40.343 (quarenta mil trezentos e quarenta e três) dependentes.

A evolução dos números de beneficiários pode ser observada no gráfico apresentado a seguir:





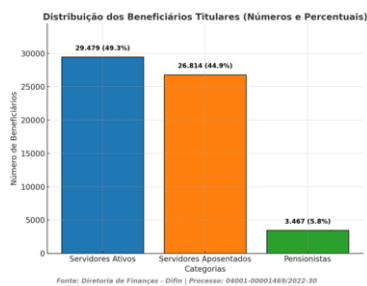
Os beneficiários titulares estão distribuídos em 87 (oitenta e sete) órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal, conforme relação abaixo:

- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRA
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO
- ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
- CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
- CASA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
- CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
- DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER
- FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP
- FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FAP
- FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS
- FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB
- FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA
- GABINETE DO GOVERNADOR
- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS
- INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL - PROCON-DF
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INATIVOS (FUNDO CAPITALIZADO)



- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INATIVOS (FUNDO FINANCEIRO)
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - IPREV/DF
- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DF - BSB AMBIENTAL
- JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA
- JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DF - JUCIS/DF
- POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
- PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DF
- SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DF
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DF
- SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - TEMPORÁRIO
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE FAMÍLIA E JUVENTUDE
- SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
- SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE PROJETOS ESPECIAIS
- SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DF - DF LEGAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
- SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
- SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL
- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DF
- SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
- SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
- SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU
- UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES
- VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL

Verifica-se ainda que a distribuição dos beneficiários titulares está em conformidade com a tabela abaixo:





8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA:

Recursos Orçamentários e financeiros utilizados para custear a prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), por meio do Contrato nº 01/2023, celebrado entre o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS) e o Distrito Federal, por intermédio da Casa Civil.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo													
Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Período	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10873 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	100,00	105,82		X		X		X	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL – SIGGO.
Justificativa: 2024 - Em virtude de crédito suplementar, no valor de R\$ 30 milhões, ter sido aprovado no final de 2024 e seus recursos financeiros efetivamente disponibilizados somente em 2025, não foi possível contar com esse montante para a execução financeira dentro do exercício de 2024. Apesar disso, iniciamos o ano de 2024 com um saldo em caixa de aproximadamente R\$ 103 milhões, o que viabilizou a quitação de despesas em valor superior às receitas arrecadadas ao final daquele exercício. Esse descompasso temporal entre a aprovação do crédito e sua disponibilidade financeira, aliado ao saldo inicial em caixa, impactou o resultado final, não sendo alcançado o índice previsto inicialmente.													

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira				
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100000,0	0,0	0	0
0002 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- INAS- DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
0056 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- INAS- DISTRITO FEDERAL	0	6000,0	5940,0	5940,0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	6000,0	5940,0	5940,0
0002 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- INAS- DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
0056 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- INAS- DISTRITO FEDERAL	0	6000,0	5940,0	5940,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	18200000,0	18200000,00	16205358,77	16007358,77
0034 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- INAS- DISTRITO FEDERAL	18200000,0	18200000,00	16205358,77	16007358,77
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1400000,0	1400000,0	1001811,03	1001811,03
0029 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INAS- DISTRITO FEDERAL	1400000,0	1400000,0	1001811,03	1001811,03
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6600000,0	5046800,00	4980975,90	4469104,70
0056 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INAS- DISTRITO FEDERAL	6600000,0	5046800,00	4980975,90	4469104,70
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	26300000,00	24652800,00	22194085,70	21484214,50

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES:

Credito cancelado, tendo em vista que o Programa de Trabalho foi cadastrado equivocadamente na esfera do orçamento "01 - fiscal".



4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES:

Recursos aplicados na capacitação de 03 servidores do Instituto, na VI Edição do Integra 2024, realizada em Salvador nos dias 17 e 18 de julho. O evento "Integra – Meeting Norte e Nordeste de Integração Fontes Pagadoras/Prestadores", teve como objetivo abordar temas de saúde suplementar, bem como efetivar a interação e o compartilhamento de boas práticas que contribuirão para o aprimoramento dos serviços prestados pelo INAS. O evento reuniu especialistas e representantes das principais entidades do setor e de outras instituições públicas de saúde suplementar.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL:

Recursos orçamentários e financeiros utilizados para cobrir as despesas com a administração de pessoal do INAS no exercício de 2024.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES:

Recursos utilizados para a concessão de benefícios (vale-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-creche) aos servidores do INAS ao longo do exercício de 2024.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS:

Recursos aplicados para custear as seguintes despesas:

- a) Manutenção de serviços administrativos gerais e na locação da sede do Instituto no Edifício Parque Cidade Corporate, torre B, 10º andar e o atendimento ao beneficiário espaço - S1, ambos localizados no Setor Comercial Sul Quadra - Asa Sul, Brasília - DF, 70308-200, por meio do contrato de locação de imóvel ao Distrito Federal nº 001/2022;
- b) Outsourcing de impressão, cópia e digitalização, por meio do contrato nº 04/2024.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Para o cumprimento da sua missão institucional "Promover assistência suplementar à saúde dos beneficiários em regime de autogestão e sem fins lucrativos" e o alcance da visão "Ser referência no Distrito Federal em plano de saúde suplementar de forma acessível e sustentável", o Instituto promoveu as seguintes realizações não orçamentárias:

Projetos:

1 - Proposta de Decreto para reajuste dos valores das mensalidades do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE.	
Documento de Referência	04001-00004229/2024-59
Objetivo	Manutenção do equilíbrio orçamentário, financeiro e atuarial do GDF SAÚDE.
Ação Desenvolvida	- Elaboração de estudos que visam a atualização da tabela das mensalidades pagas pelos beneficiários do GDF SAÚDE; - Proposição de ato normativo, visando à sua atualização.
Resultados Esperados/Obtidos	Sustentabilidade do GDF SAÚDE.
Outros Órgãos Envolvidos	Gabinete do Governador (GAG); Casa Civil (CACI); Secretaria de Estado de Economia (SEEC); Conselho de Administração do INAS (CONAD).
Observações	Decreto nº 46.472 de 31/10/2024
2 - Proposta de Decreto para regulamentação da Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006.	
Documento de Referência	04001-00000250/2025-66
Objetivo	Regulamentar a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006 e dispor os princípios e diretrizes do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE.
Ação Desenvolvida	- Elaboração de minuta de Decreto; - Proposição de ato normativo, visando à sua atualização.
Resultados Esperados/Obtidos	Sustentabilidade do GDF SAÚDE.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Outros Envolvidos	Órgãos	Gabinete do Governador (GAG); Casa Civil (CACI); Secretaria de Estado de Economia (SEEC); Conselho de Administração do INAS (CONAD).
Observações		Decreto nº 46.632 de 12/12/2024
3 - Atualização do Regulamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE.		
Documento Referência	de	04001-00002766/2023-83 04001-00002828/2023-57
Objetivo		Prestação de serviços de qualidade aos beneficiários do GDF SAÚDE, adequados às suas necessidades e amparados por uma base regulatória atualizada, transparente e comprometida com os mais altos padrões de atendimento.
Ação Desenvolvida		- Realização de estudos do regulamento vigente; - Proposição de ato normativo, visando à sua atualização.
Resultados Esperados/Obtidos		- Equilíbrio econômico-financeiro do GDF SAÚDE; - Padronização de coberturas; - Regulação de reajustes de tabelas; - Transparência na comunicação com o beneficiário e a rede credenciada.
Observações		Portaria nº 127 de 13/12/2024
4 - Novo Edital de Credenciamento para o Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE.		
Documento Referência	de	04001-00002837/2023-48
Objetivo		- Necessidade de adequação à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e ao disposto no art. 6º do Decreto nº 44.613, de 12 de junho de 2023; - Formatação de edital de credenciamento com regras específicas por tipo de estabelecimento (hospitais, clínicas e laboratórios).
Ação Desenvolvida		- Estudos visando atualização de cobertura e valores de tabelas e de pacotes; - Publicação do Edital nº 01/2024.
Resultados Esperados/Obtidos		- Melhor gestão da rede credenciada, que envolve: processo operacional de credenciamento e descredenciamento, negociações de tabelas, controle de documentos e análise de indicadores, com adequação dos contratos à legislação e aos manuais de regulação de saúde, além de atendimento das exigências da Agência Nacional de Saúde – ANS, no que couber.
Observações		Edital de Credenciamento nº 01/2024

Formalização de convênio com órgãos e instituição:

Em cumprimento ao disposto no art. 6º da lei nº 3.831/2006, foram formalizados convênios com os órgãos/entidades abaixo:

Convênio Nº	Órgão/Instituição	Objeto
01/24	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental (IBRAM)	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores do IBRAM, ativos e dependentes.
02/24	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores do IPREV, ativos e dependentes.
03/24	Fundação Hemocentro de Brasília - FHB	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores do Hemocentro, ativos e dependentes.
04/24	Universidade do Distrito Federal - UNDF	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores da UNDF, ativos e dependentes.
05/24	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores da FAPDF, ativos e dependentes.
07/24	Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZ	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores da FJZ, ativos e dependentes.
08/24	Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores do DER, ativos e dependentes.
09/24	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores da FUNAP, ativos e dependentes.
10/24	Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - PROCON/DF	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores do PROCON/DF, ativos e dependentes.
11/24	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências de Saúde - FEPECS/DF	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores do FEPECS/DF, ativos e dependentes.

Política de Governança e Compliance:

Em atendimento ao Decreto nº 39.736/2019, que dispõe sobre a política de Governança e Compliance, o Instituto implementou em 2024, o seu Programa de Integridade – IntegraINAS,



que tem como propósito desenvolver mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, que visam à aplicação do Código de Ética e Conduta, análise e mitigação dos riscos e também a adoção de medidas preventivas e corretivas necessárias ao combate da corrupção.

Além disso, o programa pretende divulgar, consolidar e proteger os valores do Instituto, contribuindo para o atendimento das exigências atuais da sociedade acerca da utilização de recursos públicos e da entrega de resultados pelos gestores, com eficiência e transparência.

Ética e Conduta:

Em atendimento ao Decreto nº 37.297/2016 e Portaria nº 24/2024, o Instituto desenvolveu as seguintes ações:

a) Publicação do seu Código de Ética e Conduta, por meio da Portaria nº 29, de 14/03/2024, e elaboração da cartilha de Ética e Conduta, com o intuito de orientar os servidores sobre conduta, legislação e procedimentos éticos.



b) Pílulas de Ética:

De forma regular, foram promovidas ações de divulgação das "Pílulas de Ética" nos canais internos do INAS. Essas iniciativas têm como objetivo fomentar a reflexão e a prática de comportamentos éticos entre os servidores, contribuindo para o fortalecimento da cultura organizacional e para a consolidação de um ambiente íntegro e colaborativo.



Foto: Imagens de divulgação das pílulas de ética.

c) Palestras sobre ética:

19/04: "Ética e conduta no âmbito do Instituto".



25/06: "Assédio moral e sexual na administração pública".

Política de Privacidade:

Por meio da Portaria nº 77, de 22/07/2024, o INAS publicou sua Política de Privacidade, com o objetivo de garantir transparência e segurança no tratamento dos dados pessoais dos usuários.

O documento detalha como as informações são coletadas, utilizadas e armazenadas, garantindo tratamento responsável e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Essa iniciativa reforça o compromisso do INAS com a privacidade e a proteção dos direitos dos titulares de dados.

Qualidade de Vida no Trabalho (QVT):

O INAS, por meio da Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho, desenvolveu as seguintes ações de Saúde e Bem-Estar:

- 13/11: Palestra "Principais doenças da próstata e seus tratamentos".
- Semana da Consciência Negra: Dicas de leitura para a construção de um pensamento antirracista.
- 25/10: Palestra "Prevenção ao câncer de mama".
- 22/10: Celebração dos 4 anos do GDF Saúde – Missa em Ação de Graças.
- 27/09: Palestra "Melhorando as relações no trabalho: o eneagrama como caminho".
- 20/09: Cine INAS.
- Semana da Saúde e Bem-Estar INAS (28/08 a 30/08):
- 28/08: Manhã com liberação miofascial e auriculoterapia.
- 30/08: Palestra sobre hipertensão, colesterol, diabetes e dicas de refeições saudáveis e práticas para o ambiente de trabalho.
- 26/08: Ginástica laboral e palestra "Como a atividade física beneficia a saúde das pessoas".
- 09/08: Dia dos Pais – Momento de Relaxamento.
- 29/07: Palestra "Saúde mental e saúde financeira".
- 03/07: Vacinação contra COVID-19 e Influenza.
- Campanha: Doação de agasalhos – "Brasília pelo Sul".
- Lanche comunitário: Celebração do Dia das Mães.
- 15/03: Mês da Mulher – Bate-papo sobre estética feminina.

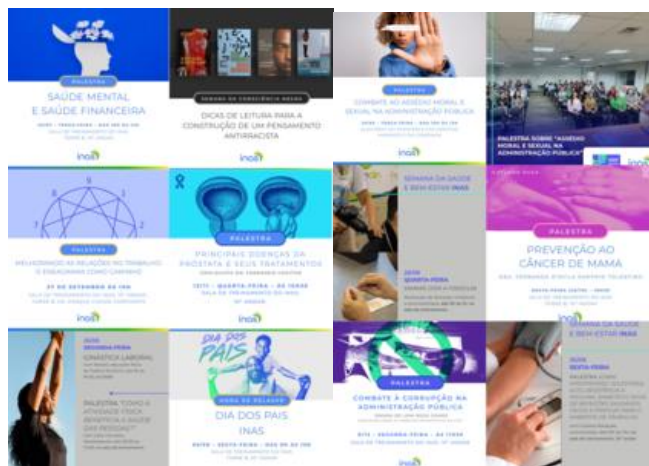


Foto: Imagens de divulgações dos eventos.

Capacitação de Servidores:

O Instituto, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV, promoveu a capacitação de 42 (quarenta e dois) servidores no curso de Gestão e Fiscalização de Contratos, realizado no período de 05 a 09 de agosto de 2024, totalizando 20 horas.

Sala de Perícia Médica:



O INAS inaugurou a sala de Perícia Médica do GDF SAÚDE, em 20 de dezembro de 2024, situada na área de atendimento ao beneficiário. O espaço foi projetado para garantir eficiência e agilidade no atendimento aos beneficiários que necessitam de avaliações periciais para procedimentos médicos.

Premiações:

O INAS, conquistou em 04 de dezembro de 2024, pelo segundo ano consecutivo, a Prêmio de Alto Nível e o Índice de Transparência Ativa, ambos na categoria Ouro, concedido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF).

Esse reconhecimento deve-se ao atendimento integral (100%) das recomendações de auditoria emitidas pela CGDF e por alcançar 100% de transparência ativa e passiva, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI).



Também foi premiado em 21 de junho de 2024, com o Selo QUALIVIDA, instituído pelo Decreto nº 42.375/2021, que atesta que o órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal adota boas práticas de governança em relação à qualidade de vida no trabalho e à valorização do servidor.





4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Análise das realizações:

Neste exercício de 2024, o Instituto priorizou por aprimorar a gestão operacional do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, a fim de manter sua sustentabilidade, bem como melhorar a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários e o relacionamento com a rede credenciada. Para isso, o Instituto promoveu as seguintes ações:

- Finalização do Contrato nº 01/2020 em 28/10/2024, cujo o objeto é a organização, implantação e funcionamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde GDF SAÚDE em regime de autogestão, celebrado com o Banco Regional de Brasília - BRB, com vigência até 28 de outubro de 2024;
- Implantação do novo sistema de gestão do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, proveniente do Pregão Eletrônico nº 23/2023, que gerou a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços continuados de apoio à gestão do GDF SAÚDE e de auditoria médica: auditoria concorrente, auditoria retrospectiva e perícias. As empresas contratadas são: MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA - Contrato nº 06/2024, assinado em 23 de abril de 2024 e a BENNER TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA - Contrato nº 07/2024, assinado em 25 de maio de 2024;
- Transição entre as empresas Banco Regional de Brasília - BRB e MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA, envolvendo migração dos dados de forma sistemática e integrada, e a substituição dos serviços, que envolvem treinamentos e construção de fluxos adequados aos regramentos existentes;
- Constituição da Comissão de Transição, formalizada por meio da Portaria nº 39 de 30 de abril de 2024, cujo o objeto é proceder com o acompanhamento dos procedimentos de migração e implementação dos contratos com as empresas especializadas para prestação de serviços continuados de apoio à gestão e operacionalização do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE;
- Constituição da Comissão de Transição, formalizada por meio da Portaria nº 58 de 05 de junho de 2024, cujo o objeto é proceder com o acompanhamento dos procedimentos de migração e implementação dos contratos com as empresas especializadas para prestação de serviços continuados de auditoria médica: auditoria concorrente, auditoria retrospectiva e perícias;
- Início da operacionalização do novo sistema Eco, em setembro de 2024;
- Treinamentos junto à rede credenciada, disponibilizando equipes de apoio presencial nas principais unidades de atendimento do GDF SAÚDE durante os primeiros dias de operação do novo sistema, garantindo um suporte mais ágil para a resolução de problemas;

Essas ações foram fundamentais para oferecer suporte ágil e resolver eventuais ajustes, garantindo que a qualidade dos serviços prestados ao beneficiário fosse preservada.

Por fim, destaca-se que o aumento significativo na quantidade de beneficiários do plano GDF SAÚDE e na expansão da rede credenciada, em 2024 demandaram esforços adicionais na gestão, refletindo o compromisso do Instituto em atender de forma eficaz às necessidades de todos os envolvidos.

Dificuldades Encontradas no Exercício de 2024:

Durante o ano de 2024, o Instituto enfrentou desafios significativos que demandaram ações estratégicas e esforços adicionais para assegurar a continuidade, sustentabilidade e qualidade dos serviços prestados pelo Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE. As principais dificuldades encontradas foram:

- A atualização do rol de cobertura do plano GDF SAÚDE. É um desafio contínuo que reflete a necessidade de acompanhar as inovações tecnológicas e científicas na área da saúde, bem



como as demandas crescentes dos beneficiários. Esse contexto pode gerar insatisfação e aumento de demandas administrativas e judiciais, impactando diretamente a eficiência operacional do plano. O Instituto reconhece a importância de modernizar o rol de cobertura e tem trabalhado para viabilizar sua atualização. Entretanto, trata-se de um processo que exige análise técnica criteriosa, planejamento financeiro e a aprovação das instâncias competentes, de modo a garantir a sustentabilidade do plano e a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

- Desatualização do Regulamento do Plano GDF SAÚDE. Dificuldade sanada, por meio da publicação da Portaria nº 127, de 13 de dezembro de 2024, atualizando as normas e alinhando o regulamento às necessidades de estabelecer uma base regulatória atualizada, transparente e comprometida com os mais altos padrões de atendimento;

- Prazos exíguos para cumprimento de determinações judiciais. Embora o Instituto reafirme seu compromisso com o cumprimento das ordens judiciais, a recorrência de prazos reduzidos estabelecidos pelos juízes para a execução dessas determinações tem representado um desafio operacional. Essa condição exige a mobilização de recursos e esforços em caráter emergencial, impactando a rotina operacional e administrativa;

- Decisões judiciais. Algumas decisões judiciais têm interpretado de forma distinta as normas do plano GDF SAÚDE, considerando aspectos específicos das demandas apresentadas. Essas decisões pontuais refletem a complexidade das situações analisadas e têm gerado desafios para o equilíbrio financeiro do plano, especialmente diante do aumento de demandas judiciais que frequentemente incluem solicitações de reparações de danos morais e honorários sucumbenciais;

- Equilíbrio econômico e financeiro. A manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas do plano GDF SAÚDE tem se mostrado um desafio contínuo, especialmente diante do aumento expressivo no número de beneficiários e da ampliação da rede credenciada. Esse cenário exige análises constantes, incluindo estudos atuariais detalhados, para assegurar a sustentabilidade financeira do plano e a capacidade de atender às demandas crescentes. As análises atuariais têm sido fundamentais para projetar cenários, prever riscos e embasar a tomada de decisões estratégicas, garantindo que o plano continue operando de forma equilibrada e alinhada às melhores práticas de gestão em saúde;

- Aumento das manifestações em Ouvidoria. O processo de migração de guias para o novo sistema de operação do plano GDF-SAÚDE, ocasionou um aumento pontual no número de registros em ouvidorias, o que demandou esforços adicionais da equipe e impactou os indicadores de resolutividade da Ouvidoria do INAS;

- Entrave na emissão de boletos. A necessidade de integração entre o sistema da Contratada com o sistema de Gestão do Plano GDF SAÚDE (Eco) ocasionou dificuldades operacionais e tecnológicas para assegurar a emissão de boletos. Essas limitações geraram atrasos no processamento dos boletos, exigindo do Instituto ações referentes à arrecadação e aos beneficiários, como a implementação de cronograma de pagamento de mensalidade e de coparticipação não cobradas;

- Incorporação das novas regras do Regulamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE pelos servidores do Instituto. A adequação às novas normas exigiu um esforço adicional de treinamento e sensibilização;

- Transição contratual. Houve a transferência de base de conhecimento e informações entre sistemas iHealth e Eco. A implantação do novo sistema Eco, representou um desafio significativo, especialmente no que se refere à migração de dados, envolvendo autorizações em andamento e módulos operacionais, exigindo esforço técnico e operacional para assegurar a consistência e a confiabilidade das informações transferidas. Além disso, foi necessário implementar ações específicas de capacitação e suporte para os usuários finais (rede credenciada, beneficiários e servidores do INAS), de forma a garantir a adaptação às novas ferramentas, bem como a continuidade dos serviços assistenciais.



Perspectivas para 2025:

O Instituto projeta para 2025 um conjunto de ações estratégicas voltadas para a modernização, eficiência operacional e melhoria contínua da gestão do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE plano GDF SAÚDE.

Entre as iniciativas previstas, destacam-se:

- Plano de carreira e concurso público para o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS), cujo objetivo é a criação do plano de carreira, cargos e remuneração do quadro de pessoal do INAS, bem como a realização de concurso público;
- Disponibilização da telemedicina no Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, cujo objetivo é fornecer a teleconsulta de pronto atendimento (telemedicina) aos beneficiários do GDF SAÚDE;
- Elaboração dos manuais da rede credenciada e de regulação, auditoria e faturamento do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, cujo objetivo é promover a eficiência operacional e a prevenção de fraudes e de irregularidades;
- Proposta para reajuste do aporte patronal do Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, conforme disciplina o art. 21 da Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, cujo objetivo é promover a revisão do custeio, a fim de manter do equilíbrio orçamentário-financeiro do GDF SAÚDE;
- Implantação de mediação de conflitos extrajudiciais para o Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, cujo objetivo é reduzir as judicializações em desfavor do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS);
- Elaboração de súmulas administrativas, cujo objetivo é consolidar e padronizar o entendimento de questões recorrentes, garantindo maior segurança jurídica e eficiência nos processos internos;
- Implantação da Política de Gestão de Riscos, cujo objetivo é aprimorar o modelo de Governança e Compliance do Instituto;
- Atualização do Regimento Interno do Instituto, cujo objetivo é atualizar competências e atribuições de acordo com a estrutura organizacional, bem como promover maior eficiência, transparência e modernização na gestão e no alinhamento estratégico.



19213 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF foi instituído como órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal por força da Lei Complementar nº 769, de 30/08/2008. Tem por objetivo captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes, por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento. Sendo responsável ainda, pelo gerenciamento e a operacionalização do RPPS/DF, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

Em 2017, foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 43, de 03/10/20 17, a Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, que estabeleceu as diretrizes de reorganização do regime de custeio do plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, com a junção dos antigos fundos previdenciários submetidos ao regime de repartição simples (Fundo Financeiro) e capitalizado (Fundo Previdenciário DFPREV), para um único Fundo Financeiro que abarcará todos os atuais servidores efetivos.

O Iprev-DF é uma autarquia em regime especial, com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A referida Lei reorganizou a Previdência do Distrito Federal transformando os dois Fundos (Financeiro e Capitalizado) em um único Fundo Financeiro, e criou um novo Fundo Capitalizado para os novos servidores que ingressaram no GDF a partir 03/2019 e que obedecem a regras distintas dos servidores antigos. O cenário anterior de entrada do servidor público, mas ambos obedeciam às mesmas regras, a LC 932/2017, na prática, era de dois fundos que possuíam como critério de diferenciação apenas a data de entrada do servidor público, mas ambos obedeciam às mesmas regras e agora no novo cenário temos como distinção entre os fundos as regras previdenciárias de fato diferentes.

A Reforma da Previdência instituída pela Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, exigiu adequações significativas para os arcabouços legais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS com intuito de proteção e manutenção sustentável dos sistemas previdenciários.

Foi necessária a criação da Lei Complementar nº 970/2020, de 08 de julho de 2020, estabelecendo a elevação das alíquotas de contribuição tanto para o servidor quanto a contribuição patronal para atender o quesito de que a alíquota não pode ser inferior às alíquotas aplicáveis pelo RPPS da União. Com isso, houve um impacto na redução do déficit atuarial de cerca de 13%, isso é demonstrado no déficit total do sistema quando comparamos a avaliação atuarial de 2020 de R\$ 350.648.662.5 13,68 para a avaliação atuarial de 2021 de R\$ 310.259.774.991,10, ano em que a supracitada Lei entrou em vigor.

BASE LEGAL

- Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
- Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX, do §3º, do art. 142, da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional n 20, de 15/12/1998, e dá outras providências.
- Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Lei Federal nº 9.717, de 27/11/1998. Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos regimes dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 1.013, de 21/07/2022. Altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho 2008, e dá outras providências, com fundamento no art. 52 da Lei Complementar nº 932, de 3 outubro de 2017.
- Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008. Reorganiza e unifica o regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 790, de 05/12/2008. Altera a Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008 que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 818, de 12/1 1/2009. Altera a Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008 que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais.
- Lei Complementar nº 899, de 30/09/2015. Modifica, temporariamente, a contribuição patronal para o Fundo Previdenciário do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 932, de 03/10/2017. Institui o Regime de Previdência Complementar do Distrito Federal, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, previsto no art. 40, §§14 a 16, da Constituição Federal, e altera a Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 970, de 08/07/2020. Estabelece regras do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	4	29	24	60
Comissionados sem vínculo efetivo	54	25	0	0	81
Requisitados de órgãos do GDF	25	25	0	0	53
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	7	4	11
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	2	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	2	0	2
Outros - especificar	0	0	0	2	2
Subtotal	83	54	38	32	212
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	83	54	38	32	212



A força de trabalho classificada como Outros são servidores da CODEPLAN cedidos por convênio.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	100000,0	0,0	0	0
0052 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1000000,0	7300000,0	7203976,07	7203976,07
0014 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO FINANCEIRO - EXECUTIVO-DISTRITO FEDERAL	700000,0	7180000,0	7083976,07	7083976,07
0015 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	20000,0	20000,0	20000,0
0016 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	20000,0	20000,0	20000,0
0017 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DA SECRETARIA DE SAÚDE DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	40000,0	40000,0	40000,0
0018 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	40000,0	40000,0	40000,0
9126 - APORTE DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PARA O GDF-SAUDE-DF	167864,0	0,0	0	0
0004 - APORTE DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DO GOVERNO DO DISTR - DISTRITO FEDERAL	167864,0	0,0	0	0
9004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL	4640386535,0	6511699278,00	5799936243,32	5739834796,10
0001 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL--FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	2480000000,0	2470500000,0	2449806602,13	2423283241,08



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0002 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA LEGISLATIVA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	188460032,0	173357610,00	162580040,87	162099528,78
0003 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	239909260,0	267701089,0	254978049,06	254978049,06
0004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	605643820,0	1353501274,00	1111774261,74	1105422544,98
0005 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	774606639,0	1881690986,00	1772204787,46	1745488930,14
0007 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	45025343,0	58206878,0	47766183,53	47766183,53
0008 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-INATIVOS E PENSIONISTAS DO NOVO FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	306741441,0	306741441,0	826318,53	796318,53
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	236000,0	236000,0	170215,54	170215,54
0005 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDO GARANTIDOR - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,0	0	0
0006 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	235000,0	235000,0	170215,54	170215,54
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	144000,0	114000,0	8072,84	8072,84
0122 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	144000,0	114000,0	8072,84	8072,84
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	3104000,0	4634000,0	2726583,99	2707583,99



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0032 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	3078,56	3078,56
0033 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	400000,0	200000,0	0	0
0034 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DA SECRETARIA DE SAÚDE DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	650000,0	1450000,0	1187639,32	1187639,32
0036 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	6583,87	6583,87
0037 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	1854000,0	2784000,0	1529282,24	1510282,24
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20000,0	20000,00	6387,39	6387,39
0045 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,00	6387,39	6387,39
9130 - RESERVA ORÇAMENTARIA DF	667498516,0	667498516,0	0	0
0001 - RESERVA ORÇAMENTARIA DF - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - DISTRITO FEDERAL	667498516,0	667498516,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	5312656915,00	7191501794,00	5810051479,15	5749931031,93

Programação Orçamentária Realizada

Ação 9001 Execução de Sentenças Judiciais, compreende cumprimento de decisões judiciais transitada em julgado. Foram pagos 814 processos, proveniente de revisão de aposentadoria e recalcule de diferença do índice de reajuste da pensão civil, RPV (Requisição de Pequeno Valor) e outros, no montante empenhado de R\$ 7.203.976,07 (sete milhões, duzentos e três mil novecentos e setenta e seis reais e sete centavos). Ressalta-se que no exercício de 2024, a despesa com pagamento nos processos de RPV teve um aumento grande com relação aos anos anteriores.

Ação 9004 Encargos Previdenciários do DF, compreende a execução de pagamento dos benefícios previdenciários do Fundo Financeiro 320203 e Capitalizado -320206 da Folha de Pagamento de Inativos e Pensionistas do Poder Executivo, Secretarias de Saúde e Educação, Defensoria Pública e Câmara Legislativa e Tribunal de Contas do DF (TCDF e CLDF). Total



empenhado R\$ 5.799.936.243,32 (cinco bilhões, setecentos e noventa e nove milhões, novecentos e trinta e seis mil duzentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos);

Ressalto que os Programas de Trabalho destinados as Secretarias de Educação, subtítulo 0005 e Secretaria de Saúde subtítulo 00054, são pagos com parte dos recursos financeiros do IPREVDF e parte dos recursos oriundos do FUNDO CONSTITUCIONAL, de acordo com a programação financeira da Subsecretaria do Tesouro do DF.

Ação 9033 Formação do Patrimônio do Servidor Publica compreende o pagamento do PASEP no percentual de 1% incidente sobre a arrecadação, no montante de R\$ 170.215,54 (cento e setenta mil duzentos e quinze reais e cinquenta e quatro centavos), tendo como base de cálculo em cima da Folha de ativos do IPREV. Em atendimento à Decisão do Tribunal Regional Federal, 1º Região, PROCESSO 1001151 10.2020.4.01.0000 PROCESSO REFERÊNCIA: 102721 conforme 54.2019.4.01.3400, onde suspende até o julgamento final por deixarem de recolher o PASEP sobre receitas advindas de contribuições previdenciárias, sejam patronais ou de servidores, aposentados e pensionistas, bem como pela dedução de transferências e repasses efetuados para o IPREV, ou quaisquer outras verbas destinadas ao custeio do RPPS do ente federado";

Ação 9050-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições compreende os gastos com pessoa físicas e jurídicas, na forma de acertos de contas, subsídios, subvenções, auxílios, devolução de Compensação Previdenciária entre Regimes, indenizações, ressarcimentos de proventos de inativos e pensionistas, encargos de dívidas, compensações financeiras, dentre outras. Foram pagos 61 processos, no montante total de R\$ 2.726.583,99 (dois milhões, setecentos e vinte e seis mil quinhentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos);

Ação 9041 Conversão Licença Premio Pecúnia compreende as despesas com pagamento de indenização de Licença-Prêmio por Assiduidade pago a Servidores Ativos do IPREVDF, foi pago o montante de R\$ 8.072,84 (oito mil setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos);

Ação 9093 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, compreende ao Processo referente ao ressarcimento de passagem aérea a Secretaria de Economia do DF, referente a uma viagem da Diretoria Presidente no exercício de 2023, conforme processo 00413-0000005132/2023-25, foi pago o montante de R\$ 6.387,39 (seis mil trezentos e oitenta e sete reais e trinta e nove centavos).

Programação Orçamentaria Não Executada

Ação 9126 Aporte da Contribuição Mensal do Governo do DF, para o GDF SAUDE-DF, a referida contribuição será custeada pela Secretaria de Economia do DF.

Ação 9127 Conversão de Licença Premio em Pecúnia, servidor Ativo, não houve demanda parte do Instituto.

Ação 9033 Formação do Patrimônio do Servidor Público FSG, substituto 0005, Ressalta-se que Pasep está sendo pago somente sobre a UG 320201 Taxa de Administração, referente a Folha de Ativo.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100000,0	100000,0	2244,2	2244,2
0004 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	2244,2	2244,2
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	100000,00	100000,00	2244,20	2244,20



Ação 2619 - Atenção à Saúde e Qualidade de Vida Compreende a execução de aquisição de material de expediente, a ser entregue aos servidores Ativo do Instituto, no dia do servidor público. R\$ 2.244,20 (dois mil duzentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos).

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	130000,0	130000,0	104266,33	51520,54
0023 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES DO DF - IPREV-DISTRITO FEDERAL	130000,0	130000,0	104266,33	51520,54
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	130000,00	130000,00	104266,33	51520,54

Ação 2619 - Atenção à Saúde e Qualidade de Vida Compreende a execução de aquisição de material de expediente, a ser entregue aos servidores Ativo do Instituto, no dia do servidor público. R\$ 2.244,20 (dois mil duzentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos).

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	388000,0	850001,0	461979,82	461979,82
0039 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	388000,0	850001,0	461979,82	461979,82
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	250000,0	250000,0	89523,99	89523,99
0026 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	250000,0	250000,0	89523,99	89523,99
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	360000,0	360000,0	7816,8	7816,8
0005 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL--DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	360000,0	360000,0	7816,8	7816,8
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	20856318,0	20726780,00	16072668,14	15564821,37
0032 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	20856318,0	20726780,00	16072668,14	15564821,37
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	7158146,0	10458146,00	9830298,85	9807898,85
0026 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1604000,0	1604000,00	996108,56	973708,56



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0027 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-LC 840/2011-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5554146,0	8854146,00	8834190,29	8834190,29
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	7392450,0	8579338,00	5975972,25	5691941,95
0053 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	6477450,0	7705756,00	5529020,57	5244990,27
0137 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BENS E IMÓVEIS DO FUNDO GARANTIDOR-DISTRITO FEDERAL	915000,0	873582,0	446951,68	446951,68
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	43000,0	44122,00	29203,92	29203,92
0037 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	43000,0	44122,00	29203,92	29203,92
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	420000,0	420000,0	359280,00	315586,72
0028 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--INSTITUTO PREVIDÊNCIA SERVIDORES DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	420000,0	420000,0	359280,00	315586,72
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	36867914,00	41688387,00	32826743,77	31968773,42

Ação 1471 Modernização de Sistema de Informação compreende na aquisição dos Computadores para os novos servidores da carreira Previdenciária, no valor de 461.979,82 (quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos);

Ação 4088 Capacitação de Servidores Compreende no pagamento de inscrição de servidores do IPREV em congressos, treinamentos, capacitação de Servidores Ativos, Conselheiros de Jetom de Administração e Fiscal, bem como ressarcimento de certificação a servidores Ativos, no montante de R\$ 89.523,99 (oitenta e nove mil quinhentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos);

Ação 6057 Realização de Atividades de Comunicação Social, fornecimentos de materiais de comunicação visual, para compor a Galeria de Fotos de Presidentes do Iprev- DF, o montante de R\$ 7.816,80 (sete mil oitocentos e dezesseis reais e oitenta centavos);

Ação 8502 Administração de Pessoal, compreende gastos com remuneração do pessoal ativo e encargos sociais. A Folha de Pagamento dos servidores e elaborada, mensalmente, por meio do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos SIGRH, incluindo os grupos de RPPS e RPPS RGPS e Capitalizado, totalizando o exercício com 187 servidores empenhado montante de R\$ 16.072.668,14 (dezesseis milhões, setenta e dois mil seiscentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos);

Ação 8504 Concessão de Benefícios a Servidores Ativos do IPREVDF Compreende gastos com pagamentos de benefícios de auxílios creche, auxílios transporte, alimentação, Funeral e outros contidos na Folha de pagamento de Ativo.

Subtítulo 0026: Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Creche, dentre outros, pagos a Servidores Ativos do IPREV-DF, no montante de R\$ 996.108,56 (novecentos e noventa e seis mil cento e oito reais e cinquenta e seis centavos).



Subtítulo 0027: Auxílio Funeral, conforme preceitua o artigo 97 da Lei Complementar Nº840/2011, foram pagos o montante de R\$ 8.834.190,29 (oito milhões, oitocentos e trinta e quatro mil cento e noventa reais e vinte e nove centavos), equivalente a 888 auxílios concedidos as famílias dos servidores aposentados.

Ação 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

Subtítulo 0053 Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, compreende despesas administrativas para Manutenção do Instituto, tais como: contratos de aluguel de imóvel, condomínio, telefonia fixa e móvel, taxas e impostos, custeio de diárias de viagem a serviço, serviços prestados por terceiros Pessoa Física e Jurídica, aquisição de material de consumo e permanente, foram empenhados o montante de R\$ 5.529.020,57 (cinco milhões, quinhentos e vinte e nove mil vinte reais e cinquenta e sete centavos)

Subtítulo 0137 Manutenção de Bens e Imóveis do Fundo Solidário Garantidor compreende a manutenção dos Imóveis de propriedade do Fundo Solidário Garantidor do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, tais como: despesas condominiais, (taxas ordinárias e extras), Limpeza dentre outros, foram empenhados o montante de R\$ 446.951,68 (quatrocentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos);

Ação 2557 Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação compreende na aquisição de material de informática, no montante de R\$ 29.203,92 (vinte e nove mil duzentos e três reais e noventa e dois centavos)

Ação 8505 Publicidade e Propaganda, compreende as despesas prestação de serviços de publicidades institucionais e matérias oficiais em Diário Oficial do Distrito Federal, junto a Subsecretaria de Atos Oficiais da Casa Civil do Distrito Federal, foram empenha dos o montante de R\$ 359.280,00 (trezentos e cinquenta e nove mil duzentos e oitenta reais).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF, por intermédio da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, propôs a execução, para o ano de 2024, de 38 (trinta e oito) projetos estratégicos de grande relevância para a organização institucional da Autarquia Previdenciária.

A execução desses Projetos Estratégicos é realizada pelas áreas técnicas com a finalidade de aprimorar a gestão previdência. Desses, 13 metas compuseram o Plano Anual de Atividades que é um contrato de gestão celebrado pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, nos termos do art. 93-A, da Lei Complementar nº 769/2008. Das metas informadas, obteve-se êxito a conclusão de 13 projetos com entrega de 100% do escopo de produto pactuado.

É importante destacar que a proposição, execução dos projetos e entrega dos objetos convencionados está intrinsecamente relacionada ao aprimoramento das melhores técnicas da gestão previdenciária, o que possibilita o auxílio ao planejamento direcionado das ações no âmbito do Iprev-DF, proporcionando celeridade, maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade e a consecução de sua missão institucional, resguardando, portanto, o interesse público, norteando-se, sempre que possíveis, pelo Manual do Pró-Gestão.

Outra ação relevante e de extrema importância para o desenvolvimento do Iprev-DF foi ter alcançado, no primeiro semestre de 2022, o Nível II do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS) e pode atuar no mercado financeiro como Investidor Qualificado RPPS. A Certificação, que possui validade de 3 (três) anos, influencia diretamente na construção do Plano Anual de Atividades que está voltado não só ao aprimoramento das práticas de gestão no âmbito do Iprev-DF, mas também no amadurecimento da Autarquia Previdenciária visando o atingimento do Nível IV.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Então, nos termos já propostos e cancelados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, no âmbito e limite de suas competências regimentais, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF, por intermédio da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, propôs a execução de 21 projetos, sendo 8 metas que comporão o Plano Anual de Atividades.



19214 - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB foi criada em 1962 como empresa pública pela, então, Prefeitura do Distrito Federal. Em 1966, foi transformada em Sociedade Anônima de Direito Privado, sendo regida pelas Leis nº 4.545/64 e 6.404/76.

De acordo com o seu Estatuto Social, a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB tem a finalidade de participar da execução de políticas de abastecimento, apoiar o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial do Distrito Federal e sua região geoeconômica, prestar serviços e fornecer gêneros alimentícios e outros produtos de sua linha de comercialização às pessoas jurídicas de direito público interno, e tem por objeto:

- I - A comercialização de gêneros alimentícios e de outros produtos e materiais determinados por demanda de mercado e/ou finalidade social;
- II - A prestação de serviços, dentro da sua área de atuação, coordenando e/ou executando programas;
- III - A industrialização de gêneros e produtos destinados à consecução de seus objetivos;
- IV - Agir como instrumento regulador de mercado, no que tange a demanda e a oferta de produtos essenciais ou em carência, assim como servir supletivamente áreas desprovidas de abastecimento ou insuficientemente atendidas pela iniciativa privada;
- V - Executar Programas, individualmente ou em parceria, estimulando, apoiando e/ou executando projetos que viabilizem a autossustentação dos pequenos produtores, buscando a melhoria da qualidade de vida no meio rural; e
- VI - Prestar assessoramento técnico ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com referência aos assuntos voltados para o abastecimento.

Em 1998, por determinação do Governo do Distrito Federal, a SAB iniciou o processo de paralisação de suas atividades comerciais. Todavia, somente em 10 de outubro de 2000 a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas deliberou pela liquidação da SAB, que passou a ser denominada SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - Em Liquidação. Inicialmente, foram adotadas as medidas previstas nos Artigos 210 e 219 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 2002, por força da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, a Câmara Legislativa autorizou o Governo do Distrito Federal a proceder à liquidação da SAB, processo que se prolongou sem êxito por 10 anos. A Lei previa a destinação dos imóveis da Empresa, por processo de transferência para patrimônio do Distrito Federal (doação aos órgãos ocupantes) e por alienação/licitação, a ser realizada pela TERRACAP com taxa de administração de 10%, revertendo o apurado ao Tesouro do Distrito Federal, após a liquidação do passivo da SAB. De igual modo, previa a destinação dos empregados da Empresa, oferecendo duas alternativas, a saber:

1. Serem aproveitados na forma da Lei nº 2.681/2001; ou
2. Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, na forma da Lei nº 2.522/2000 e do Decreto nº 21.299/2000.

Diante das dificuldades encontradas, foi editada a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, que autorizava o Governo do Distrito Federal a incorporar a SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - Em Liquidação às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF), também em Liquidação. Em 13 de setembro de 2010, a Direção da SAB e da CEASA chegaram a assinar protocolo de incorporação da primeira empresa pela segunda, o que não ocorreu, em especial por falta de interesse da CEASA em concretizar tal operação, bem como por orientação da equipe de transição do Governo à época.

Assim, decorridos mais de doze anos da paralisação das atividades comerciais, o processo de liquidação não avançou, o que comprometeu as finanças da Empresa gerando um ciclo de endividamento cada vez maior, o que ameaçava consideravelmente o seu patrimônio. Em



novembro de 2012, o Governo do Distrito Federal realizou nova mudança na gestão da SAB, com a nomeação de novo liquidante e de novos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, com o propósito de retomar o processo de liquidação da empresa. Com a aprovação do novo marco legal para o processo de liquidação, a Lei 5.137/13, foi estabelecida, de forma precisa, a destinação dos imóveis, os procedimentos para licitação e doação, a situação funcional dos empregados da SAB, dentre outros preceitos. De igual sorte, a SAB passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade do Distrito Federal, com recursos destinados ao pagamento dos salários dos seus empregados (cedidos a diversos órgãos das Administrações Direta e Indireta), assim como para o pagamento das obrigações Fiscais, Previdenciárias e demais despesas para manutenção da Empresa. Dessa forma, se encerrava o ciclo de endividamento constatado até então.

Em julho de 2015, foi nomeado novo liquidante para levar o processo de liquidação a termo. Desde então, foram tomadas diversas medidas, com alguns resultados efetivos, destacando-se a Lei nº 5.565, de 09 de dezembro de 2015, publicada no DODF nº 236, de 10 de dezembro de 2015, págs. nºs 1 e 2, que autorizava, principalmente:

- A incorporação da SAB por empresa estatal dependente pertencente ao Distrito Federal;
- A criação da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF;
- A doação dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei ao Distrito Federal, o que implica a respectiva assunção das dívidas fiscais federais de responsabilidade da SAB pelo GDF;
- A alocação dos empregados em conformidade com o seu perfil profissional prévio, ou mediante treinamento;
- A extinção do passivo tributário com a Fazenda do DF com a dação em pagamento de qualquer dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei - até o limite do débito tributário, sendo qualquer saldo remanescente revertido em favor do Distrito Federal; e
- Que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal procedesse a substituição processual da SAB nas causas judiciais em que a empresa seja autora, ré, assistente, oponente ou terceira interessada.

Em fevereiro de 2016, o passivo previdenciário da SAB foi assumido pelo Distrito Federal. Em 01 de novembro de 2016, foi publicado o Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado (PDVI), no suplemento do DODF nº 206 de, págs. nºs 1 e 2, com as principais condições:

- Do prazo para inscrições: início em 01 de novembro de 2016 e término em 30 de dezembro de 2016;
- Dos requisitos para adesão: ser ocupante de cargo de provimento efetivo da tabela de emprego permanente; estar em efetivo exercício; ter idade mínima de 50 anos; ter tempo mínimo de efetivo na empresa de 15 anos e não se encontrar em qualquer das condições impeditivas estabelecidas no PDVI/SAB;
- Dos procedimentos legais: preenchimento do Termo de Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado - PDVI; e
- Dos direitos, incentivos financeiros e incentivo social: o empregado que aderir e ratificar a adesão terá assegurado no ato da homologação do contrato de trabalho o recebimento do pagamento conforme estabelecido no PDVI/SAB.

Em 13/03/2019, publicou-se o Decreto nº 38.928, que regulamentava a incorporação da SAB junto ao Metrô/DF, com disposições a cumprir, sem que chegassem a termo. Em 03 de fevereiro de 2020, em razão da publicação do Decreto nº 40.333, que estabeleceu diretrizes para o Programa de Desligamento Voluntário - PDV no âmbito das Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e suas subsidiárias, foi elaborada proposta para Programa de Desligamento Voluntário de caráter excepcional e temporário, com a finalidade de ajustar o quadro de pessoal da empresa. Posteriormente, foi aprovada na SAB a Instrução Normativa nº 01 - PDV/SAB/2021 - SAB/LIQUIDANTE, por meio da 456ª Reunião Extraordinária, na data



de 17/11/2020 e da Reunião Ordinária, na data de 10/05/2021. Com o Programa de Desligamento Voluntário devidamente regulamentado, sessenta e quatro empregados foram desligados.

De janeiro de 2015 a outubro de 2015, a SAB ficou vinculada a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF, conforme Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, publicado no DODF nº 1, de 01/01/2015, págs. nº 1, 5 e 6. Em outubro, vinculou-se a SAB à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, por meio do Decreto nº 36.825, de 22/10/2015, publicado no DODF nº 205, de 23/10/2015, pag. nº 09.

"Art. 4º São vinculados a SEPLAG": "Parágrafo único. São igualmente vinculadas à SEPLAG as empresas públicas dependentes do Tesouro do Distrito Federal em processo de liquidação ou extinção. "

Em janeiro de 2019, conforme o Decreto 39.610 de 01/01/2019, prevaleceu a vinculação da SAB à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF. Logo em seguida, de acordo com o Decreto nº 40.030 de 20/08/2019 a Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF passou a denominar-se Secretaria de Estado de Economia do DF. Em 07/10/2022, conforme o inciso VI, Art. 6º do Decreto nº 43.826, publicado no DODF nº 73-A, de 07/10/2022, pag. nº 05, vinculou-se a SAB à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração (Seplad). Em 19 de janeiro de 2024, o Decreto nº 45.433, alterou a nomenclatura da então Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal (Seplad) para Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), mantendo-se a vinculação da SAB à SEEC.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	9	0	71	0	80
Comissionados sem vínculo efetivo	30	0	0	0	30
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	40	0	71	0	111
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	71	0	71
Total Geral	40	0	0	0	40

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	200000,0	100000,00	11627,48	11627,48
0020 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	200000,0	100000,00	11627,48	11627,48
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	20000,0	0,00	0	0
0048 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,00	0	0
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22800,0	22800,00	22535,52	22535,52
0044 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	22800,0	22800,00	22535,52	22535,52
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	242800,00	122800,00	34163,00	34163,00

Programação Orçamentária Realizada

Sem informações.

Programação Orçamentária Não Executada

Subtítulo 0048 - ressarcimentos, indenizações e restituições: não houve demanda para atender despesas com ressarcimentos, indenizações e restituições de pessoal.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3000,0	0,00	0	0
0037 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	3000,0	0,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	18245745,0	18895745,00	18831038,06	18831038,06
0051 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	18245745,0	18895745,00	18831038,06	18831038,06
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2583838,0	2583838,00	2279183,98	2279183,98
0042 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	2583838,0	2583838,00	2279183,98	2279183,98
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	35000,0	35000,00	11347,20	11347,20
0030 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-SAB-SIA	35000,0	35000,00	11347,20	11347,20
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	163445,0	278445,00	242719,53	238869,53
0078 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- SIA	163445,0	278445,00	242719,53	238869,53



TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	21031028,00	21793028,00	21364288,77	21360438,77

Programação Orçamentária Realizada

Sem informações.

Programação Orçamentária Não Executada

Subtítulo 0037 - Conservação das estruturas físicas de edificações públicas - Distrito Federal: não houve necessidade de prestação de serviços de manutenção e conservação nos imóveis pertencentes à SAB.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Nada digno de nota.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em novembro e dezembro de 2024, foi realizada a devolução do superávit financeiro do exercício de 2023 para a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, no valor de R\$ 1.541.643,44, por meio das Ordens Bancárias 2024OB00339 e 2024OB00404, conforme Processo Sei nº: 04033-00006213/2024-15.

As demandas da SAB foram cumpridas sem qualquer dificuldade.

Quanto à perspectiva para o próximo exercício, a SAB continuará sendo conduzida na forma estabelecida pelo Governo do Distrito Federal.



19219 - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF CODEPLAN

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) foi criado pela Lei distrital nº 7.154, de 07 de junho de 2022, na forma de autarquia em regime especial, como pessoa jurídica de direito público. Trata-se de uma instituição científica, tecnológica e de inovação (CTI).

Tem por competência:

I - Realizar e promover pesquisas e estudos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos, georreferenciados, urbanos e ambientais para subsidiar o Governo do Distrito Federal na formulação de políticas públicas, do planejamento governamental de programas para o desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno RIDE e de outras áreas de influência do território distrital; disseminar o conhecimento e as informações resultantes das pesquisas e estudos realizados, atinentes à área de competência da Companhia;

II - Analisar as políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal a fim de subsidiar os processos decisórios governamentais;

III - Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas e para a preparação de planos e programas de governo;

IV - Analisar e identificar e diagnosticar os problemas estruturais, econômicos, sociais, urbanos e ambientais do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de Influência do território distrital, fornecendo elementos técnicos visando à elaboração de medidas saneadoras pelos órgãos competentes;

V - Articular e promover a cooperação técnica visando o intercâmbio de informações e conhecimentos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;

VI - Produzir e organizar as informações sociais e econômicas relativas ao território do Distrito Federal;

VII - Participar do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLA N e oferecer subsídios e apoio ao Sistema de Informação Territorial e Urbano do Distrito Federal - SITU RB;

VIII - Prestar consultoria técnica a outros órgãos e entidades da administração do Distrito Federal e da iniciativa privada e contratar com órgãos e entidades públicas ou privadas serviços e estudos, bem como realizar concursos, respeitada a legislação pertinente.

Tem como Missão: Produzir e disseminar dados e informações de caráter técnico e científico, capazes de subsidiar os órgãos do Governo do Distrito Federal e demais entidades da sociedade na proposição de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento.

Visão: Tornar-se um Instituto cientificamente reconhecido por sua excelência na produção de dados e informações norteadoras, essenciais à formulação de políticas públicas pelos órgãos do Governo do Distrito Federal e demais entidades da sociedade.

Valores: Excelência técnica, isenção e imparcialidade, diversidade de visões, transparência, valorização das pessoas e sustentabilidade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	23	7	208	13	251



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Comissionados sem vínculo efetivo	69	51	0	0	120
Requisitados de órgãos do GDF	8	5	0	0	13
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	5	5	10
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	14	1	15
Subtotal	100	64	227	19	410
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	117	5	122
Total Geral	100	64	110	14	288

(*) Outros - 15 Empregados do Quadro da TEP em Extinção - Aposentados pelo INSS por Invalidez.

Atualmente para desenvolver as atividades no âmbito da estrutura administrativa do IPEDF CODEPLAN e compor a sua força de trabalho, o quadro de recursos humanos é composto por 273 agentes públicos, dos quais: 127 Empregados do Quadro da TEP em Extinção, 02 servidores efetivos (GPPGG) do IPEDF, 13 servidores efetivos com vínculos requisitados de outros órgãos, 120 servidores comissionados sem vínculo e 10 estagiários.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	10,0	10,00	0	0
0001 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS - DISTRITO FEDERAL	10,0	10,00	0	0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	100000,0	0,00	0	0
0011 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PLANO PILOTO	100000,0	0,00	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	420500,0	1150911,0	1150910,63	1030837,93
0001 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - DISTRITO FEDERAL	420500,0	1150911,0	1150910,63	1030837,93



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	17099990,0	12765140,00	12525778,71	12510904,09
0006 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL - DF ENTORNO	17099990,0	12765140,00	12525778,71	12510904,09
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,0	10,00	0	0
0001 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - DISTRITO FEDERAL	10,0	10,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	17620510,00	13916071,00	13676689,34	13541742,02

Execução Orçamentária Realizada:

- **Formação do Patrimônio do Servidor Público:** Recolhimento do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP.

- **Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal:** Indenizações e restituições de pessoal, incluindo os dispêndios orçamentários relativos ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

Execução Orçamentária não Realizadas:

9100 - Nomeações Decorrentes de Concursos Públicos

Nomeações Decorrentes de Concursos Públicos: A Secretaria de Economia em conjunto com o Instituto criou um grupo de trabalho para a criação de uma carreira própria para a Autarquia, no entanto, ainda, não foi criada. Destaca-se a previsão de realização de um Programa de Desligamento Voluntário neste Instituto para o exercício de 2024, assim, existe a possibilidade para futura criação da carreira nos próximos anos.

0011 - Execução de Sentenças Judiciais: Com a extinção da Empresa CODEPLAN foi criado por meio da Lei nº 7.154, DE 07 de Junho de 2022, o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF CODEPLAN, mudando assim o regime que regulava o órgão de Empresa Pública para Autarquia de Natureza Especial, sendo assim, todas as Ações Jurídicas passaram a ser tratadas pela Procuradoria do Distrito Federal.

9093 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições: Este programa refere-se a Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições como por exemplo o pagamento de plano de saúde, mas destaca-se que não houve execução orçamentária no exercício de 2024.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2912 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais	2450020,0	5571859,00	4898250,90	4676457,77
0011 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais-Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais-DF ENTORNO	0	225000,0	187400,00	146961,67
0013 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF ENTORNO	2450020,0	5346859,00	4710850,90	4529496,10



3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - SIEDF	1016,0	1016,00	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - SIEDF - DISTRITO FEDERAL	1016,0	1016,00	0	0
4105 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas	450020,0	0,00	0	0
0001 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Po-DF ENTORNO	450020,0	0,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	2901056,00	5572875,00	4898250,90	4676457,77

Execução orçamentária realizadas:

Principais pesquisas realizadas:

1. PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios;
2. PDAD Rural – Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílio nas Áreas Rurais;
3. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego;
4. PMAD – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios;
5. Anuário Estatístico do Distrito Federal;
6. Boletim de Conjuntura do Distrito Federal;
7. Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON;
8. Informe Econômico (CAGED, COMEX, IDECON, IPCA, PED, PMC, PMS e PNADCT);
9. Produto Interno Bruto – PIB;
10. Atlas do Distrito Federal;
11. Boletim Estatísticas Públicas; 13. Brasília em Debate;
12. Brasília em Debate;
13. Educação inclusiva no Distrito Federal;
14. Censo Distrital da População em Situação de Rua;
15. Coleta seletiva no Distrito Federal;
16. Caminhos da Restauração: Valoração de Produtos Florestais não madeireiros de Cerrado”;
17. Análise das Áreas de Proteção de Mananciais.

- **Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais:** Foi realizada a contratação de sete (7) pesquisadores (as) bolsistas por meio da (chamada Pública nº 03/2023) por três meses para desenvolvimento do estudo que buscou compreender a figura do Educador Sociais Voluntário, seus incentivos para o ingresso e permanência no programa, além dos desafios para o desempenho da função.

- **Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais-Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais-DF ENTORNO - DIPOS:** Foi realizada a contratação de treze (13) pesquisadores(as) bolsistas por meio da (Chamada Pública nº 03/2024) para o desenvolvimento do estudo que visa mapear a violência de gênero contra as/os profissionais de enfermagem no Distrito Federal, compreendendo o que as antecede, como ocorre, quem as pratica, as consequências físicas, emocionais e psicológicas para as/os profissionais de enfermagem que sofre violência e os desdobramentos dos episódios de violência, registros de denúncia e sanções disciplinares);

- **Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF ENTORNO**
- DEPAT:

- **Avaliação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) de Ações Governamentais** - No âmbito da Chamada Pública nº 02/2023, foi realizada a contratação de 2 pesquisadores bolsistas por três meses e 3 pesquisadores bolsistas por cinco meses para desenvolvimento do estudo. A contratação dos bolsistas foi



iniciada no dia 27 de outubro de 2023 e finalizada no dia 26 de abril de 2024, com entrega dos produtos ao IPEDF/CODEPLAN.

Produto 1: Síntese de evidências de planos de redução e inventários de emissão de GEE;

Produto 2: Padrão de Emissões das Diferentes áreas do DF;

Produto 3: Ferramenta de Cálculo, Apêndices: Notas Metodológicas.

- **Pesquisa: Caminhos da Restauração: Valoração de Produtos Florestais não madeireiros de Cerrado**: Projeto de pesquisa vinculado ao Convênio nº 02/2023 entre IPEDF, FUNAM e SEMA/DF. Para desenvolvimento da pesquisa, foi realizada a seleção de quatro (4) pesquisadores(as) bolsista para quatorze meses de pesquisa. As atividades foram iniciadas em novembro de 2024. *O recurso liquidado em novembro foi no valor de R\$ 8.200,00.
- **Pesquisa: "Análise das Áreas de Proteção de Mananciais"** - Projeto de pesquisa vinculado ao Convênio nº 01/2024 entre IPEDF e Caesb. Para desenvolvimento da pesquisa, foi realizada a seleção de três (3) pesquisadores (as) bolsista para 10 meses (2 bolsistas) e 6 meses (1 bolsista) de pesquisa. As atividades foram iniciadas em novembro de 2024.

- Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF ENTORNO - DIPOS:

- **Pesquisa: "Educação inclusiva no Distrito Federal"** - Foi realizada a contratação de sete (7) pesquisadores (as) bolsista por três meses para desenvolvimento do estudo que buscou compreender a figura do Educador Sociais Voluntário, seus incentivos para o ingresso e permanência no programa, além dos desafios para o desempenho da função. Os dados foram coletados por meio da realização de survey e grupos focais com educadores/as sociais voluntários/as e entrevistas com gestores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e com diretores de escolas públicas.

- Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF ENTORNO - DIEPS:

- **Pesquisa de Emprego E Desemprego (PED) no Distrito Federal e na Periferia Metropolitana De Brasília:** Realizada ao longo dos 12 meses, essa pesquisa tem como objetivo acompanhar e diagnosticar a dinâmica evolutiva do mercado de trabalho na região, mensurando e caracterizando o nível ocupacional, o desemprego e os padrões de rendimento do trabalho. A PED-DF é uma pesquisa consolidada no Distrito Federal, com periodicidade mensal, realizada desde fevereiro de 1992. Sua série estatística e boletins de resultados estão disponíveis no site do IPEDF.
- **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada – PDAD- 2024:** A PDAD- 2023 tem como objetivo fundamental oferecer insumos técnicos ao processo de planejamento e tomada de decisões governamentais, especialmente para as áreas urbanas das 35 Regiões Administrativas, para a área rural do Distrito Federal e estabelecimento da relação de promoção integrada de desenvolvimento da área urbana, povoados e vilarejos de cada um municípios goianos pesquisados, oferecendo subsídios para formulação de políticas públicas, avaliação e monitoramento das ações do governo, inclusive as descentralizadas, dada as diferentes especificidades de cada Região Administrativa e municípios goianos pesquisados.

Execução orçamentária não realizadas:

3069 - Desenvolvimento de Plataformas e Sistemas de Informações Estatísticas e Geográficas - SIEDF

- Desenvolvimento de Plataformas e Sistemas de Informações Estatísticas e Geográficas - SIEDF: Não houve execução orçamentária porque a Unidade de Ciência de Dados, Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados – UCTIS, está sendo executado com Recursos Humanos do próprio Instituto.



4105 - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Estratégicas - Estudos, Análises, Avaliação e Monitoramento de Po-DF ENTORNO: Foram realizadas pesquisas no entorno com força de trabalho própria

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10694 - QUANTIDADE DE VISUALIZAÇÕES AO CONTEÚDO DO CANAL OFICIAL DO IPEDF	UNIDADE	8800,00	01/12/2022	Anual	9680,00	8782,00		X		X		X	ESTATÍSTICAS DO CANAL NO YOUTUBE DO IPEDF
Justificativa: 2024 - O índice alcançado foi de 90,7% do índice desejado. Além do canal no YOUTUBE, em que são divulgadas matérias em vídeos, chamadas públicas, etc, o IPEDF utiliza outros canais de informação para divulgação de seus produtos, como o site oficial.													
10703 - QUANTIDADE DE ACESSOS À PLATAFORMA INFODF	UNIDADE	6573000,00	01/12/2022	Anual	7500000,00	31643,00		X		X		X	ESTATÍSTICAS DE ACESSO A PLATAFORMA
Justificativa: 2024 - O índice desejado para o exercício de 2024 apresenta um erro material, quando se lê 7.500.000, o correto seria 7.500. Faremos os ajustes necessários em data oportuna.OBS: o somatório de acessos a todas as ferramentas que compõem o SIEDF (Anuário Estatístico, Catálogo de Mapas, Info DF, Atlas do Distrito Federal, Valida Pesquisador, Conjuntura Econômica, PDAD-A, Brasília Metropolitana, Geocode, Brasília/DF em Dados, Geo Serviço, Premio IPEDF, Questionários IPEDF), incluindo o InfoDF, foi de 31.643 acessos à plataforma.													
10728 - QUANTIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS PRODUZIDOS E PUBLICADOS	UNIDADE		01/01/2001	Anual	80,00	95,00		X		X		X	IPEDF
Justificativa: 2024 - Observa-se o crescimento 18,75% no número de pesquisas o que permite a produção de conhecimento especializado e atualizado. Registra-se que a Diretoria de Pesquisas e Estatística Socioeconômicas, foi responsável por 45% das publicações, com os seguintes artefatos publicados: 3 edições do Boletim de Conjuntura do Distrito Federal; 1 Relatório do Produto Interno Bruto do Distrito Federal; 1 edição do Boletim do Comércio Exterior do Distrito Federal; 31 postagens no Blog da Conjuntura do Distrito Federal; Censo 2022 - Óbitos declarados (novembro/2024); Envelhecimento no DF - projeções para 2070 (outubro/2024); Censo 2022 - 12 anos de RIDE: Primeiros resultados populacionais (abril/2024); Censo 2022 - 12 anos: o que mudou na estrutura etária do Distrito Federal (abril/2024); Censo 2022 - População no território (março/2024).													

6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	350000,0	350000,0	341429,76	290329,76
6208 - ACESSO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ AOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO DF	350000,0	350000,0	341429,76	290329,76
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	350000,00	350000,00	341429,76	290329,76

Execução orçamentária realizada:

- **Realização de Estudos e Pesquisas:** Para a realização da pesquisa foi realizada a contratação de quatorze (14) pesquisadores(as) bolsistas para desenvolvimento do estudo que visa conhecer as percepções de estudantes, professores, gestores e outros funcionários das escolas e familiares quanto às manifestações de preconceito, discriminação e violência no ambiente escolar.

- **Território, Cidades e Comunidades Sustentáveis:** Foi realizada a contratação de serviços, sob demanda, de editoração/diagramação e impressão de produtos de pesquisa apresentados pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF.

8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	500000,0	1223722,0	1219787,5	1219787,5
0027 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - DF ENTORNO	500000,0	1223722,0	1219787,5	1219787,5
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	10,0	10,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0009 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	10,0	10,00	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	80000,0	61231,00	61225,11	61225,11
0007 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - DISTRITO FEDERAL	80000,0	61231,00	61225,11	61225,11
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	220000,0	0,0	0	0
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO - DF ENTORNO	220000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300000,0	33066,00	32997,60	23819,43
0014 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DF ENTORNO	300000,0	33066,00	32997,60	23819,43
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	169950,0	0,0	0	0
0004 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - DISTRITO FEDERAL	169950,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	78795979,0	86295979,00	86126007,60	84641219,77
0019 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - DF ENTORNO	78795979,0	86295979,00	86126007,60	84641219,77
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	10359001,0	7992226,00	7708974,19	7375820,89
0007 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - DF ENTORNO	10359001,0	7992226,00	7708974,19	7375820,89
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3078627,0	3707247,00	3646709,07	3290152,48
0020 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - PLANO PILOTO	3078627,0	3688647,00	3646709,07	3290152,48
0209 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PESQUISA DO IPE/DF- DISTRITO FEDERAL	0	18600,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	150000,0	36200,00	36170,0	35870,0
0018 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - DF ENTORNO	150000,0	36200,00	36170,0	35870,0
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	10,0	10,00	0	0
0003 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DISTRITO FEDERAL	10,0	10,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	50000,0	81000,0	80913,52	69504,00



0019 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - DF ENTORNO	50000,0	81000,0	80913,52	69504,00
TOTAL - 8203 - GESTÃO PARA RESULTADOS - GESTÃO E MANUTENÇÃO	93703577,00	99430691,00	98912784,59	96717399,18

Execução Orçamentária Realizada:

- Modernização de Sistema de Informação:

- Modernização de Sistema de Informação - DF ENTORNO: Foi realizada a aquisição de 250 computadores modelo padrão –Ultracompacto; Sistema Operacional: Windows 11 profissional,.64BIT; memória 16GB DDR4-3200 MHZ; Processador: Arquitetura X86 corporativa; armazenamento: SS. Computador modelo padrão – Armazenamento: SS - 1TB; monitor 23 - polegadas; marca: LENOVO modelo: thinkcentre E M70Q - GEN 4 THINKVISION - S24E-09 + acessórios 1TB.

Aquisição de 15 Workstation Tipo 1, com Processador de no mínimo 8 núcleos E 16 Threads, frequência mínima de 2,8 GHz, memória mínima de16GB, com tecnologia DDR4, 2933MHz, SDRAM ou superior, com 1 unidade de armazenamento do tipo SD com capacidade mínima de 512GB, com tecnologia NVMe, com fonte de alimentação interna para corrente alternada, tensões de entrada de 100 A 240VCA (+10%), 5060Hz.

- Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas

- Para manter a Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas, foram executados ao longo do ano de 2024, contratos de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, de manutenção das catracas de entrada do Instituto e de manutenção de ar condicionado.

- Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação -

- Aquisição de Armazenamento de Disco tipo SSD, com o objetivo de aprimorar o parque tecnológico do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF. O Disco de Estado Sólido (SSD) é um componente de armazenamento de dados que substitui o HDD (Hard Disk Drive) tradicional, proporcionando maior rapidez ao sistema devido às velocidades superiores de leitura e gravação.

- Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços de Outsourcing de Impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de equipamentos, com sistema de gerenciamento de impressões e bilhetagem, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e componentes, suprimentos, insumos consumíveis (toner, cilindro etc.), vigência conforme contrato

- Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação - DF ENTORNO

- Foi realizada a aquisição de 150 Disco tipo SSD, com o objetivo de aprimorar o parque tecnológico do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF. O Disco de Estado Sólido (SSD) é um componente de armazenamento de dados que substitui o HDD (Hard Disk Drive) tradicional, proporcionando maior rapidez ao sistema devido às velocidades superiores de leitura e gravação. Também realizada a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de equipamentos, com sist. de gerenciamento de impressões e bilhetagem, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

- Administração de Pessoal - DF ENTORNO - Quanto à administração de pessoal, foi realizado o pagamento da folha de pagamento, toda a Administração de Pessoal do IPEDF

- Concessão De Benefícios A Servidores - DF ENTORNO - Em se tratando de benefícios aos servidores, foram concedidos os seguintes: Vale alimentação, Vale transporte, Auxílio Creche.

- Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Plano Piloto - No que tange a manutenção de serviços administrativos gerais, foram executados pagamentos de diárias (pessoal civil), suprimento de fundos, aquisição de materiais de consumo e equipamentos,



contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva, recarga e fornecimento de sinalização e extintores de incêndio, terceirização dos serviços de limpeza e conservação do Instituto, fornecimento de energia elétrica, serviços de água e esgoto, serviços de telefonia (Fixo e Comutado) e contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos Correios.

- Capacitação de Servidores - Ocorreram:

- 12 - Inscrição - Curso "e-Social com Prática no Website do e-Social" - Brasília/DF.
- (PRIORI Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda EPP);
- 02 - Inscrições - 2º Seminário Nacional de Gestão de Pessoas para a Administração Pública - Foz do Iguaçu/PR;
- (INFOCORH Desenvolvimento Capacitação);
- 01 - Inscrição - XXIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP - UnB - Brasília/DF;
- (Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP);
- 01 Inscrição - Seminário Planejamento, Execução Contratual e Assessoria Jurídica - Engrenagens Interligadas: Mecanismo Essencial para Contratos Públicos Eficientes e Seguros - Recife/PE. (INOVE Capacitação e Eventos Ltda);
- 01 Inscrição - VII Congresso Bayesiano da América Latina (COBAL) E 17º Encontro Brasileiro de Estatística Bayesiano (EBEB), na UFMG - Minas Gerais/MG.

- Capacitação De Servidores - DF ENTORNO

- 01 participação, **XXVI Congresso Brasileiro de Ouvidores** - Brasília/DF, PG;
- 12 participantes **Curso de Capacitação presencial EFD REIF/E-Social X DCTFWEB** (Priori Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda EPP - Brasília/DF;
- 02 participantes no **Seminário Nacional de Governança em Gestão de Pessoas** para Administração Pública - Foz do Iguaçu/PR;
- 01 participante **VII Congresso Bayesiano da América Latina** (COBAL);
- XVII Encontro Brasileiro de Estatística Bayesiano (EBEB), na UFMG - Minas Gerais/MG;
- 01 participações **Seminário Planejamento, Execução Contratual e Assessoria Jurídica** - Recife/PE, XXIII;
- 01 participações **Encontro Nacional de Estados Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais** (ABEP).

- Publicidade e Propaganda - Trata-se de prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial no diário Oficial do Distrito Federal.

- Publicidade e Propaganda - DF ENTORNO - Publicações no DODF: Publicidade e propaganda realizada por meio de publicações dos extratos do IPEDF no DODF, no exercício de 2024.

Execução Orçamentária não realizada:

1968 - Elaboração de Projetos - Para a reestruturação de suas edificações, o IPEDF entrou em contato com a NOVACAP que se disponibilizou a realizar a referida elaboração dos projetos, desta forma, não foi necessário que o IPEDF contratasse o serviço.

2422 - Concessão de Bolsa Estágio - A contratação de estagiários foi realizada por meio da Secretaria de Economia.

3903 - Reforma De Prédios E Próprios - Devido à limitação orçamentária não foi possível iniciar a obra de reforma do prédio onde está instalado o Instituto.

0209 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Manutenção do Serviço de Pesquisa Do IPE/Df-Distrito Federal: Trata-se de recurso oriundo de emenda parlamentar da Diretoria de Estratégia e Qualidade (DIESQ), que não houve execução

6057 - Realização De Atividades De Comunicação Social: A não execução orçamentária se deu pelo fato do IPEDF optar por utilizar os serviços da Secretaria de Comunicação, visando reduzir custos.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Informações Complementares:

Com foco na melhoria da gestão, o Instituto de Pesquisa e Estatística - IPEDF CODEPLAN, instituiu o Comitê Interno de Governança Pública, por meio da Instrução Normativa 27, de 05 DE julho de 2023, com o objetivo de implementar e manter processos e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos no Decreto nº 39.736/2019. A Governança Pública refere-se ao conjunto de práticas, processos e estruturas que visam garantir a transparência, a prestação de contas, a eficiência e a eficácia na gestão pública. É um sistema que busca assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma responsável e que os serviços prestados à sociedade atendam às suas necessidades de forma adequada. Outras atividades relevantes: foi instituído os Comitês executivos de Gestão de Riscos, de Ética e Integridade, a Comissão de Ética Pública. A Publicação: do Código de Conduta (Instrução nº 69 de 27/09/2024); da Política de Integridade Pública (Instrução nº 2 17/01/2024); da Política de Gestão de Riscos (Instrução nº 03 de 17/01/2024), a Cartilha de Assédio no Trabalho (intranet). Outra atividade importante em desenvolvimento é a Gestão de Processos, com a capacitação dos agentes públicos em cursos da Escola de Governo - EGOV e com oficinas práticas no Instituto, nesse contexto, já foram mapeados e desenvolvidos alguns fluxos de alguns processos.

Registra-se que as informações do relatório em epígrafe são oriundas do processo, subsidiadas pelas Unidades Orgânicas.

- Ações Não Orçamentárias Desenvolvidas Pelo IPEDF:

- Artigo publicado: Um Olhar para a periferia metropolitana de Brasília diante dos dados do censo de 2022 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Vídeo: "Um olhar para o Futuro: a Transformação da Periferia Metropolitana de Brasília;
- Vídeo: "Um olhar para o futuro - Calculadora Verde;
- Análise da Transformação da Paisagem na RIDE-DF;
- Acordo de Cooperação Técnica com a FGVces - Projeto Agricultura Urbana e Periurbana;
- Análise das Áreas de Proteção de Mananciais;
- Projeto Censo Imobiliário;
- Criação do Painel Interativo de Políticas Sociais - PIPS/DF;
- Pesquisa "Coleta seletiva no Distrito Federal;
- Guia de Ações e Serviços para População em Situação de Rua no Distrito Federal;
- Pesquisa "Diagnóstico sobre novos Restaurantes Comunitários no Distrito Federal;
- Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal;
- Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-DF) 2018-2021;
- Desenvolvimento Infantil e Parentalidades no Distrito Federal: Suplemento Escolaridade dos Pais;
- Desenvolvimento Infantil e Parentalidades no Distrito Federal: Suplemento Práticas Parentais;
- Desenvolvimento Infantil e Parentalidades no Distrito Federal: Suplemento Gestação e Parto;
- Segurança Alimentar no Distrito Federal: Suplemento Raça/Cor;
- Boletim de conjuntura do Distrito Federal;
- Divulgação dos resultados mensais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Índice Nacional de ao Consumidor (INPC);
- Sistema de Contas Regionais (SCR);
- Publicações de informes sobre os principais indicadores econômicos do Distrito Federal;
- Cálculo do Produto Interno Bruto Trimestral do Distrito Federal;
- Publicação do Boletim do Comércio Exterior do Distrito Federal;



- Pesquisa Distrital por Amostra de Empresas;
- Atualização do Plano Amostral das Pesquisas 156;
- Análise das Reincidências Criminais no Distrito Federal;
- Projeções Populacionais 2020-2030.

Desde 2015 a antiga Codeplan, agora IPEDF, vem conduzindo pesquisas de opinião/percepção com a população por meio do serviço de Call Center da Central Única de Atendimento ao Cidadão. Nas chamadas Entrevistas Telefônicas Assistidas por Computador (CATI – Computer Assisted Telephone Interview), moradores de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal são consultados a respeito da prestação de serviços públicos e outras ações pontuais das Secretarias de Estado e Órgãos governamentais. Os resultados permitem constatar como a população avalia as políticas públicas locais e indicar pontos a serem aprimorados.

- O IPEDF tem realizado parcerias para aprimorar suas atividades. Entre as iniciativas:

- Convênio com a SEEC: Realização do Censo Imobiliário do DF, com conclusão prevista para 2025;
- Acordo de Cooperação Técnica com o IBGE: Estruturação de um esquema contínuo de elaboração do Sistema de Contas Regionais e do Produto Interno Bruto dos Municípios.

- No exercício 2024 o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal desempenhou as seguintes realizações:

- Lançamento de 6 estudos novos;
- Captação de recursos para 2 projetos, que iniciaram em 2024;
- Conclusão do Projeto de Avaliação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Calculadora Verde);
- Participação em eventos nacionais;
- Publicação de projeto público no do GitHub;
- Foram realizadas 3 seleções de bolsistas por meio da Portaria nº 03/2022;
- - Edital 02/2024
- - Edital 04/2024
- - Edital 05/2024
- Participação na Semana de Inovação da EGOV;
- Foi dada sequência ao projeto de capacitação interna da Equipe;
- Foram submetidos artigos para revistas e congressos;
- Adesão a Portaria de pesquisador colaborador;
- Interlocuções com diversas secretarias do GDF, para realização de projetos;
- Conclusão do ACT com a FGVces;
- 3 Editais de seleção para pesquisadores/bolsistas.
- Interlocuções com as secretarias do GDF, bem como com a Câmara Legislativa do DF (CLDF), para realização de projetos;
- Participamos de 4 de conselhos, comitês e grupos de trabalho em políticas públicas no DF;
- Lançamos 5 estudos novos;
- Finalizamos 15 produtos;
- Participamos de eventos locais e nacionais;
- Consolidação do IPEDF, com desafios relacionados à redução do quadro de servidores efetivos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As principais dificuldades encontradas ao longo do exercício de 2024 no Instituto:

- Equipe técnica reduzida;
- Necessidade de qualificação tecnológica dos empregados;
- Morosidade nos pedidos de cessões e nomeações da equipe técnica;



- Dificuldade na execução de pesquisas em virtude da resistência das secretarias do GDF em fornecer dados administrativos;
- Ausência de softwares para execução de pesquisas;
- Dificuldade na divulgação dos produtos de pesquisa pela ausência de material gráfico impresso (relatórios de pesquisa, sumários executivos)

Entre a perspectiva para o exercício de 2025, o Instituto destaca as seguintes pesquisas e ações:

- Análise das Áreas de Proteção de Mananciais - Convênio nº 01/2024 - IPEDF e Caesb;
- Censo Imobiliário;
- Atlas de Colorir - Ambiental e Territorial;
- Atlas Comemorativo do DF;
- Informes Territoriais e Ambientais;
- Calculadora Verde - Atualização;
- PDAD Rural;
- Caminhos da Restauração: Valoração de Produtos Florestais não madeireiros de Cerrado - Convênio nº 02/2023 (IPEDF/FUNAM/SEMA-DF);
- Elaboração de arquivo GTFS (IPEDF/SEMOB/FNP);
- Déficit Habitacional do DF;
- Demanda Habitacional;
- Como Anda Brasília?;
- Índice de Oportunidade Espacial para o lazer, esporte e cultura do Distrito Federal;
- Índice de Sustentabilidade Urbana do Distrito Federal - ISU/DF;
- Índice de Percepção Ambiental do Distrito Federal - IPA/DF;
- Índice de Bem-Estar Urbano do Distrito Federal - IBEU/DF;
- Estudo sobre a Área Metropolitana de Brasília - AMB (Atualização NT);
- Caracterização dos municípios da AMB;
- Caracterização do DF, das Regiões Administrativas (RAs) e Unidades de Planejamento Territorial (UPT).
- Censo Distrital da População em Situação de Rua - 2ª edição
- Panorama da violência contra a mulher no Distrito Federal
- Preconceito, discriminação e violência no ambiente escolar
- Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal - Suplemento sobre consumo de cultura no DF
- Publicação do Painel Interativo de Políticas Sociais - PIPS/DF
- Diagnóstico dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no Distrito Federal sob a perspectiva dos acolhidos
- Acolhimento para perfil de famílias cujos bebês tenham de 0 a 3 anos
- Racismo institucional
- Violência religiosa no Distrito Federal
- Felicidade no Distrito Federal
- Perfil do apostador do Distrito Federal
- Trabalho Infantil no Distrito Federal
- Conselho Tutelar no Distrito Federal
- Retratos do Distrito Federal (com dados da PDAD 2023).
- Celebração de novo contrato para continuidade da PED-DF.
- Divulgação dos boletins de resultados da PDAD-A 2023.
- Conclusão da etapa de coleta de dados do Censo Imobiliário.
- Celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) para acesso a dados e elaboração de pesquisas (SEBRAE, Secretaria de Saúde e Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal).



19902 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O FUNDAP instituído pela Lei nº. 3.311, de 21/01/2004, alterada pelas Leis nºs 3.809, de 08/02/2006; 3.982, de 25/04/2007; 5.099, de 29/04/2013; e regulamentado pelo Decreto nº 26.246, de 29/09/2005, alterado pelo Decreto nº 34.867, de 21/11/2013, Decreto nº 43.183, de 04/04/2022 e Decreto nº 44.385, de 30/03/2023, tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAP:

- I – modernização e reaparelhamento das instalações da Secretaria de Estado de Economia;
- II – implementação de programas de educação fiscal;
- III – qualificação profissional dos servidores da SEEC;
- IV – execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;
- V – desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;
- VI – Aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio, licitação e compras;
- VII – Realização de outras atividades que contribuam para o aumento da eficiência, efetividade, economicidade e eficácia da administração fazendária.

Constitui recursos do FUNDAP:

- I – 20% (vinte por cento) do produto total das multas tributárias aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Economia;
- II – 60% (sessenta por cento) da contrapartida mensal instituída pelo art. 6º, parágrafo único, III, b, da Lei n.º 3.152, de 6 de maio de 2003, devida pelos optantes pelo regime de tributação previsto na Lei n.º 3.152, de 6 de maio de 2003;”
- III – aqueles resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
- IV – doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- V – receita advinda da aplicação dos recursos do FUNDAP;
- VII – receita advinda de licitação de bens apreendidos pela fiscalização tributária, exceto a relativa a impostos;
- VIII – outras contribuições financeiras destinadas ao programa de que trata a Lei nº 2.594, de 21 de setembro de 2000, devidas por optantes por regimes tributários especiais ou sujeitos a benefícios ou incentivos fiscais;
- IX - outras receitas que lhe forem atribuídas pela legislação.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	0	1	0	3



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	0	1	0	3
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	0	1	0	3

Sem observações.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	5000000,0	440002,00	400000,0	400000,0
0003 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-FUNDAF-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	440002,00	400000,0	400000,0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5000000,0	1,00	0	0
5832 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEF-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	1,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14000000,0	9001178,00	8351948,98	7434116,35
5216 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	14000000,0	9001178,00	8351948,98	7434116,35
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5000000,0	2428371,00	2428370,75	2325730,41
2415 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	5000000,0	2428371,00	2428370,75	2325730,41
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	289823,0	0,00	0	0



0002 - EDUCAÇÃO FISCAL--DISTRITO FEDERAL	289823,0	0,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	29289823,00	11869552,00	11180319,73	10159846,76

Programação Orçamentária Realizada:

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – FUNDAF – DISTRITO FEDERAL

Esta ação foi inserida no orçamento do fundo para atender as possíveis aquisições de bens para melhoria da estrutura da Secretaria de Estado de Economia do DF (SEEC) sendo que o orçamento inicial desta ação foi R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), mas com as alterações ocorridas no decorrer do ano passou para R\$ 400.002,00 (quatrocentos mil e dois reais).

Em 2024 foi empenhado R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) neste programa de trabalho, correspondendo execução de 100%.

SAG Etapa: 0002 - Incrementar a arrecadação tributária do DF e dotar o Fisco de maior eficiência. **Quantitativo físico executado:** set: 1,00; out: 1,00; nov: 1,00; dez: 2,00.

Detalhamento: ND. **Processos:** 00040-00017283/2020-31, 04044-00001299/2024-21.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O orçamento inicial desta ação foi R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mas com as alterações ocorridas no decorrer do ano passou para R\$ 9.001.178,00 (nove milhões um mil cento e setenta e oito reais). O conselho de Administração do Fundo aprovou as seguintes decisões com inclusão de despesas neste programa de trabalho: DECISÃO Nº 01, DE 28 DE JUNHO DE 2024: Autorizar inclusão no plano de gastos do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa que visa atender toda a vigência do contrato 46480/2022 com a empresa CAST INFORMATICA S/A, no valor mensal de R\$ 1.209.439,32 (um milhão, duzentos e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos) - Processo SEI nº: 00040-00039080/2021-87.

DECISÃO Nº 02, DE 03 DE JULHO DE 2024: Autorizar inclusão no plano de gastos do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa no valor de R\$ 1.018.217 (Um milhão, dezoito mil e duzentos e dezessete reais) referente ao Acordo de Cooperação Técnica – SEFAZ-VIRTUAL entre a Secretaria de Estado de Economia e a Secretaria de Fazenda - Rio Grande do Sul, para prestação de serviços de processamento da autorização para emissão de Documentos Fiscais Eletrônicos e aplicativo Menor Preço. (Processo SEI nº:0040-001328/2016).

DECISÃO Nº 04, DE 20 DE SETEMBRO DE 2024: Autorizar inclusão no plano de gastos de 2024 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com o pagamento de contribuições de representação institucional (anuidade) dos exercícios de 2023 e 2024 para o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda- COMSEFAZ, nos termos da Resolução COMSEFAZ nº 016, de 16 janeiro de 2023 (137019414) e Resolução COMSEFAZ nº 022, de 11 janeiro de 2024 (140384866), respectivamente, com a ressalva relativa ao exercício de 2023 que deverá ser adimplida após o devido reconhecimento de dívida e remanejamento de dotação orçamentária para natureza de despesa 33.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. (Processo SEI nº 04044-00001299/2024-21).

Em 2024 foi empenhado R\$ 8.351.948,98 (oito milhões trezentos e cinquenta e um reais novecentos e quarenta e oito mil e noventa e oito centavos) neste programa de trabalho.

SAG Etapa: 0005 - Manter e gerenciar a informação, como como integrar os sistemas de TI, para melhorar a qualidade e experimentar a utilização dos sistemas da Secretaria de Estado de Economia do DF. **Quantitativo físico executado:** mar: 1,00; abr: 1,00; mai: 1,00; jun: 1,00; jul: 1,00; ago: 3,00; set: 3,00; out: 3,00; nov: 3,00; dez: 3,00. **Detalhamento:** Pagamento de despesas com convênios de TI. **Processos:** diversos.



AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), mas com as alterações ocorridas no decorrer do ano passou para R\$ 2.428.371,00 (dois milhões quatrocentos e vinte e oito mil trezentos e setenta e um reais).

O Conselho de Administração do Fundo aprovou as seguintes decisões com inclusão de despesas neste programa de trabalho:

DECISÃO Nº 05, DE 20 DE SETEMBRO DE 2024:

- a. Autorizar inclusão no plano de gastos de 2024 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa no valor de R\$ 52.400,00 (cinquenta e dois mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio de 05 vagas no Masterclass em Gestão por Competências, 20 vagas no curso completo de Capacitação em Oratória, Comunicação Eficaz e Negociação e 20 vagas no curso Speakshop em Oratória, Comunicação Eficaz e Negociação. (Processos SEI nº 04044-00013047/2024-45 e 04044-00026666/2024-08)
- b. Autorizar inclusão no plano de gastos de 2025 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa no valor de de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao custeio de 20 vagas no curso Speakshop em Oratória, Comunicação Eficaz e Negociação. (Processo SEI nº 04044-00026666/2024-08).

DECISÃO Nº 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024: Autorizar inclusão no plano de gastos de 2024 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para despesa no valor total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) para o pagamento de 03 (três) inscrições para servidores lotados na Secretaria Executiva de Fazenda para participação no 16º Congresso de Cadastro Multifinalitário e Gestão Territorial – COBRAC 2024, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que este ano possui o tema central "Cadastro Territorial Multifinalitário com base para o Desenvolvimento Sustentável" (Processo SEI nº: 04044-00030177/2024-42).

DECISÃO Nº 07, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024: Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2025, 2026, 2027 e 2028 do FUNDAF e consequente disponibilidade orçamentária para o financiamento de 20 (vinte) bolsas de estudo para curso de Mestrado (24 meses) e 3 (três) bolsas de doutorado (36 meses), destinadas aos servidores da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal conforme processo SEI nº: 04044-00041735/2024-03.

Em 2024 foi empenhado neste programa de trabalho o valor de R\$ 2.428.370,75 (dois milhões quatrocentos e vinte e oito mil trezentos e setenta reais e setenta e cinco centavos).

SAG Etapa: 0001 - Aperfeiçoar os servidores de carreira no âmbito da Secretaria de Estado de Economia, com vistas ao melhor atendimento ao público e desenvolvimento das atividades afins. **Quantitativo físico executado:** jan: 68,00; fev: 68,00; mar: 68,00; abr: 68,00; mai: 56,00; jun: 62,00; jul: 47,00; ago: 49,00; set: 58,00; out: 54,00; nov: 47,00; dez: 59,00. **Detalhamento:** Pagamento de bolsas de estudo. **Processos:** 04033-00003595/2022-61.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Não houve projetos e despesas para serem enquadrados neste programa.

AÇÃO 3667 – EDUCAÇÃO FISCAL

Os programas previstos nesta ação serão compostos, entre outros, por projetos elaborados anualmente pela Secretaria de Estado de Economia, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, conforme § 1º do art. 2º da LEI Nº 3.311, DE 21 DE JANEIRO DE 2004, no entanto, não houve apresentação de projetos nem despesas para serem enquadrados neste programa.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Sem informação.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) do valor orçamentário mais alterações destinadas para o Fundo foi empenhado em 2024. A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal tem feito bom uso dos recursos alocados nos programas de trabalho do FUNDAF e com isso se modernizando e melhorando seus sistemas de informação, proporcionando a prestação de serviços mais rápida e eficiente. As ações e projetos realizados com recursos do FUNDAF contribuíram para a melhoria de diversas unidades da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal no decorrer do ano de 2024, principalmente no que diz respeito a área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas e consequentemente na prestação de serviço ao cidadão.



19905 - FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Legislação atualizada e síntese das competências

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO, instituído pela Lei nº 2.958, de 26 de abril de 2002, alterado pela Lei nº 6.745, de 10 de dezembro de 2020, e regulamentado pelo Decreto nº 38.014, de 16 de fevereiro de 2017, tem por finalidade a melhoria da gestão pública e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de agentes públicos, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, das carreiras civis ou militares do governo do Distrito Federal. Compreendendo as seguintes ações:

- I – Qualificação profissional dos agentes públicos dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal, das carreiras civis ou militares, por meio de treinamento, especialização ou formação específica;
- II - Desenvolvimento de programas e/ou projetos firmados com entidades públicas ou particulares de âmbito nacional ou internacional, com vistas à busca de novas tecnologias e metodologias, voltadas para a modernização administrativa;
- III - Prestar suporte didático-pedagógico de estudos, na elaboração e implantação dos programas e ações de desenvolvimento institucional e de pessoas, com vistas à permanente melhoria da prestação dos serviços e profissionalização da gestão pública;
- IV - Implantação de programas voltados para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e das condições de vida e do trabalho dos servidores;
- V – Modernização administrativa;
- VI – Programas de desburocratização administrativa e de aperfeiçoamento tecnológico;
- VII – Aparelhamento das unidades voltadas para a gestão pública;
- VIII – Custeio de implementação de projetos-piloto de fomento ao desenvolvimento da administração pública, centros de pesquisas e de inovações tecnológicas e centro de excelência em administração pública;
- IX – Custeio de concursos, com fins intelectuais, técnicos e científicos, que visem à estimulação de ideias, projetos e boas práticas para modernizar a gestão administrativa;
- X – Realização de outras atividades relacionadas à gestão pública.

§ 1º Os cursos ofertados diretamente pela Escola de Governo do Distrito Federal, mediante a utilização de recursos do PRÓ-GESTÃO, são gratuitos para os servidores, militares e empregados da administração pública direta e indireta do Distrito Federal.

§ 2º Os cursos referidos no § 1º podem ter seu acesso franqueado também aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário do Distrito Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, assim como aos servidores dos órgãos da administração pública federal alocados no Distrito Federal, desde que devidamente justificado o interesse público, para o Distrito Federal, na participação daqueles servidores nos referidos cursos e mediante autorização do secretário de Estado de economia do Distrito Federal.

Constituem recursos financeiros do Fundo PRÓ-GESTÃO o produto de arrecadação das seguintes receitas:

- I - Transferência do saldo orçamentário do FUNDO-IDR, nos termos do Decreto nº 21.598, de 5 de outubro de 2000;
- II - Recursos consignados no orçamento do Distrito Federal e destinados ao Fundo PRÓ-GESTÃO;



III - Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

IV- Recursos provenientes da celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes;

V – provenientes de cobrança de consignações facultativas em folha de pagamento da administração direta e indireta integrantes do orçamento do Distrito Federal, subsidiadas ou não com recursos do tesouro distrital, quando for o caso;

VI - Recursos provenientes de no mínimo 20% da arrecadação global de taxas de inscrição para realização de concursos públicos da administração direta e indireta do Distrito Federal;

VII - Decorrentes de outros recursos que lhe sejam destinados;

VIII - Receitas provenientes de cobrança de taxas de inscrição em cursos realizados pelo Governo do Distrito Federal, na forma da Lei nº 8.666/93;

IX - Valores advindos da aplicação dos recursos do fundo;

X - Outros recursos eventuais.

Art. 6º O PRÓ-GESTÃO será administrado por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros:

I – Secretário de Estado de Economia;

II – Secretário Executivo de Gestão Administrativa;

III – Secretário Adjunto de Orçamento;

IV – Secretário Executivo da Fazenda;

V – Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento;

VI – Secretário Executivo de Assuntos Econômicos;

VII – Diretor da Escola de Governo;

VIII – Subsecretário de Gestão de Pessoas;

IX – 1 Representante dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

§ 1º A presidência do Conselho de que trata o caput cabe ao titular da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

O Conselho de Administração do Fundo PRÓ-GESTÃO compreende: Plenário; Secretaria - Executiva. E, seu Regimento Interno, é estabelecido por meio do Decreto nº 38.014/2017.

Compete ao Conselho de Administração do Fundo PRÓ-GESTÃO:

I – Definir as normas operacionais do Fundo;

II – Estabelecer critérios e prioridades de aplicação de recursos;

III – Aprovar proposta anual de orçamento do PRÓ-GESTÃO;

IV – Alocar os recursos em projetos e programas, observando a viabilidade econômico-financeira e os recursos disponíveis;

V – Acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações do PRÓ-GESTÃO, sem prejuízo do controle interno e externo pelos órgãos competentes;

VI – Dirigir a administração do Fundo, visando à continuidade das ações e programas que, iniciados em um governo, tenham a garantia de seu prosseguimento no governo subsequente;

VII – Manter atualizados e organizados os demonstrativos de contabilidade e de escrituração fiscal;

VIII - Manter arquivo, com informações claras e específicas, de ações, programas e projetos desenvolvidos, conservando em boa guarda os documentos correspondentes;

IX - Elaborar o regimento interno.



Art. 8º O Conselho de Administração, ao final de cada exercício financeiro, submeterá as informações representativas da situação do Fundo ao exame da autoridade competente, nos termos da legislação em vigor, por meio dos seguintes documentos:

- I - Relatório com a descrição sumária dos bens integrantes do patrimônio do Fundo;
 - II - Especificações das ações, programas e projetos desenvolvidos;
 - III - Balanço do Fundo, elaborado segundo os padrões de contabilidade e escrituração fiscal.
- Parágrafo único. No exame realizado pela autoridade competente, deverão ser verificados, entre outros aspectos:
- I - a solvabilidade do Fundo;
 - II - a regularidade de suas contas;
 - III - o fiel cumprimento dos fins estatutários;
 - IV - o desempenho de seus programas e projetos;
 - V - a aplicação dos recursos e outros.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	0	1	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	2	0	0	2
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	2	0	0	2

No exercício de 2024, o Fundo Pró-Gestão na intenção de garantir o cumprimento das legislações que norteiam o funcionamento do Fundo e a regularização formal dos atos praticados pelo Ordenador de Despesas, solicitou a recomposição da equipe técnica, pois a reduzida estrutura administrativa e a pouca quantidade de servidores existentes prejudicam a missão institucional.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	943933,0	943933,0	0	0
0006 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-- DISTRITO FEDERAL	943933,0	943933,0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	60000,0	60000,0	0	0
0002 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS - DISTRITO FEDERAL	60000,0	60000,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	8867712,0	7136574,00	3602586,95	3602586,95
0025 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAS-PRO GESTÃO-DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	8867712,0	7136574,00	3602586,95	3602586,95
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	9871645,00	8140507,00	3602586,95	3602586,95

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – DISTRITO FEDERAL

Esta ação foi inserida no orçamento do Fundo visando promover investimentos para equipar, reaparelhar e modernizar as instalações das unidades administrativas do Governo do Distrito Federal.

O valor previsto em Lei foi no montante de R\$ 943.933,00 (novecentos e quarenta três mil, novecentos e trinta e três reais), contudo as unidades do complexo administrativo do Governo Distrital não submeteram Projetos ao Fundo, portanto, não houve execução no Programa de Trabalho: 04.122.6203.3046.0006 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – DISTRITO FEDERAL.

AÇÃO 4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

Esta ação foi inserida no Orçamento do Fundo com vistas a viabilizar as despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do Fundo.

O valor previsto em Lei foi na ordem de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), contudo, não houve execução no Programa de Trabalho: 04.122.6203.4220.0002 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Esta ação reflete a política de Capacitação do Servidor, onde se busca desenvolver as competências técnicas e gerenciais, considerando os desafios e as perspectivas da Administração Pública Distrital. Esses cursos têm o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados à sociedade e possibilitar que os servidores públicos atuem como agentes de mudança e aprimoramento da gestão pública.

Essa estratégia visa desenvolver formuladores de políticas públicas, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços prestados, sendo, sem dúvida, um compromisso desta gestão. As capacitações são tratadas como internas, aquelas oferecidas pela Escola de Governo do Distrito Federal e Escola Superior de Gestão – ESG, da Universidade do Distrito Federal - UnDF, mediante o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso/GEEC e as externas, àquelas contratadas no mercado, pela Lei nº 14.133/2021.

Na execução orçamentária no Programa de Trabalho – 04.128.6203.4088.0025 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES – QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – PRÓ-GESTÃO – DISTRITO FEDERAL, o valor previsto em Lei foi no montante de R\$ 8.867.712,00 (oito milhões oitocentos e sessenta sete mil, setecentos e doze reais), sendo que deste valor foi autorizado R\$ 7.136.574,00 (sete milhões cento e trinta e seis mil quinhentos e setenta e



quatro reais), e empenhado R\$ 3.602.586,95 (Três milhões, seiscentos e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos), o que representa 50,48% de execução.

Programa de Trabalho 04.128.6203.4088.0025 Capacitação de Servidores Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas	Lei (R\$)	Autorizado(R\$)	Empenhado(R\$)
	8.867.712,00	7.136.574,00	3.602.586,95



Com base nos dados mencionados e no valor total autorizado, observa-se que o investimento na Instrutoria Interna foi de R\$ 1.876.810,86 (um milhão, oitocentos e setenta e seis mil, oitocentos e dez reais e oitenta e seis centavos), com a capacitação de 7.659 (sete mil seiscentos e cinquenta e nove) servidores. Já na Instrutoria Externa, o valor investido foi de R\$ 1.725.776,09 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e seis reais e nove centavos), com a capacitação de 944 (novecentos e quarenta e quatro) servidores. Dessa forma, o valor total aplicado foi de R\$ 3.602.586,95 (três milhões, seiscentos e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos), abrangendo a capacitação de 8.603 (oito mil seiscentos e três) servidores. No exercício de 2024, o valor médio por servidor capacitado é de aproximadamente R\$ 418,75 (quatrocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Capacitação Servidores 2024	Nº servidores	Valor(R\$)
Instrutoria Interna	7.659	1.876.810,86
Instrutoria Externa	944	1.725.776,09
TOTAL	8.603	3.602.586,95





3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

ARRECADAÇÃO:

No exercício de 2024, a arrecadação totalizou R\$ 5.731.241,99 (cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e nove centavos), sendo composta por: R\$ 4.982.743,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta dois mil, setecentos e quarenta três reais), provenientes de Serviços Administrativos, R\$ 533.945,50 (quinhentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta cinco reais e cinquenta centavos) oriundos de Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos; e, por fim, R\$ 214.553,49 (duzentos e catorze mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e nove centavos) relativos à Remuneração de Depósitos Bancários.

Arrecadação 2024	
Serviços Administrativos (R\$)	4.982.743,00
Tarifas Inscrição em Concursos e Processos Seletivos (R\$)	533.945,50
Remuneração de Depósitos Bancários (R\$)	214.553,49
Total (R\$)	5.731.241,99



REALIZAÇÕES:

Como realização extraordinária, destaca-se a oferta dos cursos de Superior de Tecnologia em Gestão Pública – CSTGP, e Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação – CSTGTI da Escola Superior de Gestão – ESG, da Universidade do Distrito Federal Jorge Amaury (UnDF). A ESG é uma instituição pública vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2023. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento regional do Distrito Federal, promovendo cursos superiores que atendam às exigências dos sistemas burocráticos modernos.

Os recursos do Fundo viabilizaram por meio da Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), em destaque:

a) A capacitação de 99 (noventa e nove) servidores no curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Módulo Básico I, Módulo Intermediário I e Módulo Básico II. Com essa disponibilização, além de humanizar o atendimento à população do Distrito Federal, esse projeto visa atender ao Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a Portaria Conjunta nº 31, de 10 de maio de 2018, que estabelece termos e condições gerais de colaboração entre as partes (SEE/DF, por meio da EAPE, e SEPLAG/DF, atual SEPLAD, por meio da EGOV/DF);

b) A capacitação de 733 (setecentos e trinta e três) servidores no curso da nova Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021, Pregão Eletrônico e Dispensa de Licitação no Compras.gov.br conforme Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021 e Processo



Administrativo – infrações e sanções administrativas na visão da Lei nº 14.133/2021. Com essa disponibilização, além de capacitar os servidores para a gestão em todo o processo licitatório, possibilita a atualização na legislação e nos procedimentos que regem os processos de contratação bem como aprimorar os instrumentos que nortearão a condução das licitações e a posterior execução contratual, do Governo do Distrito Federal;

c) Nos cursos com a temática voltada para a área de Planejamento, Orçamento e Execução Financeira, foram capacitados 311 (trezentos e onze) servidores. Com essa disponibilização, além de capacitar os servidores para utilizar rotinas, ferramentas e módulos dos sistemas SIGGO, SIGGO-WEB, SAG, PPA-WEB, RAT e SISCONEP, os servidores também são capazes de elaborar propostas orçamentárias, solicitações de alterações orçamentárias e execução financeira da despesa pública;

d) Nos cursos de Desenvolvimento, Ambientação, Gestão de Atendimento e produção em OUVIDORIA, foram alcançados 282 (duzentos e oitenta e dois) servidores. Com essa disponibilização, além de aperfeiçoar conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores e empregados públicos e dos militares do GDF, que atuam no âmbito do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal (SIGO-DF), cria a oportunidade para que o cursista vivencie as mais diferenciadas situações de atendimento, de modo a desenvolver suas habilidades intelectuais, críticas, teórica e práticas bem como sua postura ética e moral e a capacidade de relacionamento interpessoal e interdisciplinar;

e) Nos cursos de Relações Autênticas, com base na COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV), foram alcançados 258 (duzentos e cinquenta e oito) servidores. Além de ser um método de comunicação de resolução pacífica de conflitos, técnica de escuta qualificada, eficaz e empática os servidores passam a utilizar a Comunicação Não Violenta (CNV) nos relacionamentos pessoais e profissionais, especialmente em situações de mediação de conflitos.

f) Por fim, os recursos do Fundo viabilizaram também por meio da Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), a capacitação de 540 (quinhentos e quarenta) servidores em cursos, aulões e palestras sobre a temática de Inteligência Artificial. Capacitar os servidores do GDF no uso de ferramentas de Inteligência Artificial, visando a otimizar processos, melhorar a análise de dados e aprimorar a tomada de decisões, com o aumento da produtividade e da diminuição dos recursos, em cumprimento ao princípio da eficiência exigido da Administração Pública, e também orientar quanto à segurança da nova tecnologia, demonstrando os riscos e as medidas que devem ser tomadas para garantir a segurança da informação.

Os recursos do Fundo viabilizaram várias Capacitações Externas, em destaque:

a) A capacitação de 15 (quinze) servidores no curso de Pós-Graduação lato sensu em Big Data Analytics. Com essa formação, os servidores têm a oportunidade de aprimorar os modelos decisórios por meio da integração de sistemas de informação, além de ampliar a capacidade de interpretação de dados e informações. Também poderá dominar tecnologias de softwares livres (como Pentaho, RKWard, Anaconda, R, PostgreSQL, entre outros), evitando assim os altos investimentos necessários para a aquisição de sistemas de informações, além de adquirir conhecimentos em técnicas matemáticas e estatísticas para treinamento, análise.

b) A capacitação de 100 (cem) servidores no curso de Contratação Direta na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). Este curso permitiu que os participantes aprofundassem seu conhecimento sobre a legislação recente e suas implicações nas contratações públicas. Foram abordados temas essenciais como a elaboração de editais, gestão de riscos e equilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de compreender e aplicar os aspectos fundamentais da contratação direta conforme a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), proporcionando uma visão abrangente e atualizada sobre os procedimentos, requisitos e boas práticas envolvidas nesse processo.

c) A capacitação de 140 (cento e quarenta) servidores no curso de II Congresso Nacional de Gestão Pública – Regulação, Tributação e Desenvolvimento na Administração Pública Contemporânea, o evento abordou o tema da modernização da Administração Pública, a



eficiência na gestão de receitas e despesas, a reforma tributária e a adoção de tecnologias, como governo digital, ciência de dados e inteligência artificial. Além disso, discutiu questões relacionadas à fiscalização dos gastos públicos e à importância de uma administração transparente e eficiente.

d) A participação de 120 (cento e vinte) servidores na palestra "Inovação e cuidado: propósitos que inspiram", realizada durante a 2ª Semana de Inovação EGOV. Os servidores participaram de uma palestra que abordou de forma transversal o tema "Inovação e Cuidado", destacando sua importância em diversos aspectos, como fornecer informações e insights relevantes para os gestores públicos. Foram discutidos temas como criatividade, inovação, flow, abertura para mudanças, reinvenção, desafios enfrentados e conquistas alcançadas. Além disso, a palestra proporcionou momentos de compartilhamento de histórias inspiradoras, destacando realizações em diversas áreas da administração. Desempenhou, ainda, um papel crucial na execução de políticas públicas, ajudando os governos a enfrentar desafios complexos, envolver os cidadãos, adaptar-se a mudanças e aproveitar ao máximo os recursos disponíveis.

e) A capacitação de 120 (cento e vinte) servidores no XIII Congresso CONSAD de Gestão Pública. O congresso tratou de tópicos cruciais, como inovações na gestão de recursos humanos e financeiros, inteligência artificial na administração pública e gestão fiscal modernizada. A participação no evento forneceu aos servidores conhecimentos essenciais para uma administração mais eficiente e eficaz, alinhada às demandas contemporâneas e futuras de gestão, além de facilitar o networking com especialistas e líderes na área.

f) A capacitação de 195 (cento e noventa e cinco) servidores na palestra "Discursos que inspiram: como grandes líderes conquistaram seus ouvintes". O público-alvo foi composto por agentes da Rede de QVT do Distrito Federal, órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional, além de lideranças de Gestão de Pessoas. Indiretamente, todos os servidores públicos do governo serão impactados, pois a construção de políticas públicas de qualidade de vida no trabalho se baseia na criação de ambientes de trabalho seguros e saudáveis. Isso não só promove o bem-estar dos servidores, mas também contribui para o aumento da produtividade, criatividade e inovação no serviço público do Distrito Federal.

g) Por fim, os recursos do Fundo também permitiram a capacitação de 22 (vinte e dois) servidores no curso "Inteligência artificial aplicada às contratações públicas". O objetivo foi otimizar os processos de planejamento e execução de contratações públicas, garantindo que as ferramentas tecnológicas já adotadas possam ser plenamente exploradas e expandidas, isto porque o grupo de elegíveis para curso formam um grupo significativo de servidores das principais áreas envolvidas nas contratações no âmbito da Administração Pública. Considerando a importância do aprimoramento das ferramentas tecnológicas utilizadas na elaboração do Plano Anual de Contratações - PAC. Em especial, a Unidade de Avaliação e Logística - UALOG utiliza um chatbot com Inteligência Artificial (IA) para apoiar a classificação de itens no PAC, o que demanda uma qualificação técnica mais especializada dos servidores envolvidos que dominem as competências necessárias a uma completa utilização dessa ferramenta nas diversas fases de planejamento, execução e fiscalização das contratações apontadas no plano de aquisições para o ano de 2025.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em relação a Legislação do Fundo, tendo em vista a competência do Conselho de Administração Art. 7º, inciso IX, e deliberações realizadas pelo Conselho, este Fundo autuou o processo: 00410-00012121/2018-19, visando alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo de Melhoria da Gestão Pública PRÓ-GESTÃO.

Em 2024, em análise as atividades desenvolvidas podemos ressaltar a realização de 10 (dez) reuniões do Conselho de Administração do Fundo Pró-Gestão, a fim de deliberar e estabelecer critérios e prioridades de aplicação de recursos, referente aos processos de capacitação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

As ações e Projetos realizados com recursos do Fundo Pró-Gestão contribuíram com a melhoria de capacitação de diversos servidores no decorrer de 2024, proporcionando uma melhoria na prestação de serviço ao cidadão. Como perspectiva para o próximo exercício espera-se aumentar em 12% o número total de servidores capacitados com os recursos do Fundo.

Quanto as dificuldades encontradas, podemos citar:

- a) no que tange à execução orçamentária de recursos, a Unidade do Fundo Pró-Gestão conta hoje, com 1 (um) servidor de carreira, 1(um) servidor comissionado sem vínculo, com atribuição de gerir os recursos provenientes do repasse de valores previstos nas hipóteses definidas pelos incisos elencados no art. 3º da Lei nº 2.958 de 26 de abril de 2002.
- b) a necessidade de criação de uma estrutura prática de planejamento, aquisição, execução e prestação de contas e cobrança, contando com mais servidores para poder acelerar os procedimentos e burocracias normativas.



19911 - FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O PRÓ-RECEITA foi instituído pela Lei nº. 5.594, de 28/12/2015 alterada pela Lei Complementar nº 959, de 26/12/2019 tem por finalidade o aparelhamento, a modernização, o incentivo e o gerenciamento das atividades de fiscalização, lançamento e cobrança administrativa.

São objetivos do PRÓ-RECEITA:

I - aperfeiçoamento, desenvolvimento E manutenção da infraestrutura física e tecnológica de uso da Subsecretaria da Receita - SUREC;

II - Aquisição de bens e serviços;

III - qualificação profissional dos servidores da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal;

IV - aperfeiçoamento dos processos de trabalho e da gestão dos recursos físicos e humanos;

V - realização de outras atividades relacionadas aos objetivos do Fundo;

VI - pagamento de incentivos financeiros, na forma de parcela remuneratória, condicionada ao atingimento de metas institucionais definidas em ato do secretário de estado de economia do Distrito Federal, aos servidores ativos, aposentados e pensionistas da carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal, podendo, em relação aos ativos, ser fixadas metas individuais.

Constitui recursos do PRÓ-RECEITA:

I - os encargos de que trata o § 1º, em relação aos créditos cobrados de acordo com os incisos I e II do caput, observado disposto no § 2º, todos do art. 42 da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994;

II - as contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

III - as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados nacionais ou internacionais, além de outros recursos;

IV - os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros; ajustes;

V - os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;

VI - pagamento de incentivos financeiros, na forma de parcela remuneratória, condicionada ao atingimento de metas institucionais definidas em ato do secretário de estado de economia do Distrito Federal, aos servidores ativos, aposentados e pensionistas da carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal, podendo, em relação aos ativos, ser fixadas metas individuais.

Constitui recursos do PRÓ-RECEITA:

VI - as contribuições, as subvenções e outros valores destinados a propiciar o aperfeiçoamento da administração tributária;

VII - os recursos de que trata o art. 2º da Lei nº 2.594, de 21 de setembro de 2000, após a dedução do recurso constante no art. 3º, I, da Lei nº 3.311, de 21 de janeiro de 2004;

VIII - os recursos de que trata o art. 2º, § 3º, da Lei Complementar nº 833, de 27 de maio de 2011;

IX - outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei. Parágrafo único. Para fins do disposto no art. 2º, VI, são utilizados 80% das receitas de que tratam os incisos I, V, VII, VIII e IX, incluindo outras fontes de receita que venham a ser instituídas para essa finalidade.



FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	0	1	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	0	1	0	3
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	0	1	0	3

Sem observações.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	20000,0	0,00	0	0
0003 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-- DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,00	0	0
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	300000,0	50000,00	972,81	972,81
0061 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - DISTRITO FEDERAL	300000,0	50000,00	972,81	972,81
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	320000,00	50000,00	972,81	972,81



Programação Orçamentária Realizada:

**AÇÃO 9093 – OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--
DISTRITO FEDERAL**

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo empenhado R\$ 972,81 (novecentos e setenta e dois reais e oitenta e um centavos).

SAG Etapa: 0008 - Efetivação de créditos indevidos referentes a receitas indevidas recebidas no fundo PRO-RECEITA. **Quantitativo Físico executado:** mar: 1,00; abr: 1,00; mai: 1,00; jun: 1,00; ago: 1,00; set: 1,00; out: 1,00; nov: 1,00; dez: 1,00. **Detalhamento:** Restituição ao Fundo PRO-RECEITA dos valores ingressos indevidamente na conta do respectivo Fundo.

Processo: 00020-00053688/2022-70

AÇÃO 9055 – TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS – DISTRITO FEDERAL

Não ocorreram encargos e comissões bancárias decorrentes das contratações autorizadas pela lei 5.708/2016 para pagamento.

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	10611301,0	849639,00	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	10611301,0	849639,00	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	20000,0	609000,00	589000,0	589000,0
0001 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	20000,0	609000,00	589000,0	589000,0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4000000,0	2,00	0	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	4000000,0	2,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7000000,0	12451431,00	12450407,24	4751581,56
0003 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	7000000,0	12451431,00	12450407,24	4751581,56
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	4000000,0	1740111,00	1731895,96	1676697,77
0001 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	4000000,0	1740111,00	1731895,96	1676697,77
2895 - INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA	103805206,0	90152704,00	87874811,08	87664921,08
0001 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMIISTRATIVA--DISTRITO FEDERAL	103805206,0	90152704,00	87874811,08	87664921,08



TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	129436507,00	105802887,00	102646114,28	94682200,41

Programação Orçamentária Realizada:

AÇÃO 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 609.000,00 (seiscentos e nove mil reais), sendo empenhado R\$ 589.000,00 (quinhentos e oitenta e nove mil reais).

O Conselho de Administração do Fundo aprovou a seguinte decisão com inclusão de despesas neste programa de trabalho:

DECISÃO Nº 08, DE 09 DE ABRIL DE 2024: Autorizar a inclusão no plano de gastos do fundo PRÓ-RECEITA e consequente concessão de disponibilidade orçamentária para atender despesa com a aquisição de 4 (quatro) veículos conforme o Processo SEI nº: 04034-00001963/2024-70.

SAG Etapa: 0005 - Realizar despesas para a administração do fundo. Quantitativo físico executado: out: 1,00; nov: 1,00; dez: 1,00. Detalhamento: Pagamento de equipamentos e material permanente. Processo: 04034-00001963/2024-70.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 12.451.431,00 (doze milhões quatrocentos e cinquenta e um mil quatrocentos e trinta e um reais), sendo empenhando R\$ 12.450.407,24 (doze milhões quatrocentos e cinquenta mil quatrocentos e sete reais e vinte e quatro centavos).

SAG Etapa 0001 - Mater e coordenaras informações, bem como integrar os sites de TI, afim de melhorar a qualidade e acompanhar os serviços da Subsecretaria de Receita da Secretaria de Estado de Economia do DF. **Quantitativo físico executado:** jan: 2,00; fev: 2,00; mar: 2,00; abr: 2,00; mai: 2,00; jun: 2,00; jul: 2,00; ago: 2,00; set: 2,00; out: 2,00; nov: 2,00; dez: 2,00. **Detalhamento:** Pagamento pela prestação de serviços. **Processo:** 00040-22239080/2021-87.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 1.774.706,00 (um milhão setecentos e setenta e quatro mil setecentos e seis reais). O Conselho de Administração do Fundo aprovou as seguintes decisões com inclusão de despesas neste programa de trabalho:

DECISÃO Nº 02, DE 19 DE JANEIRO DE 2024:
a) Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 e 2025 do PRÓ-RECEITA de despesa com financiamento de 25 (vinte e cinco) bolsas de estudo para curso de Mestrado destinadas aos servidores integrantes da Carreira Auditoria Tributária. (Processo SEI 04034-00001072/2024-13).

b) Ratificar as vagas de DOUTORADO remanescentes do edital 2023 aprovadas conforme a DECISÃO Nº 13, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 (doc. SEI nº 126239931) para utilização no edital de 2024.

DECISÃO Nº 05, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 do fundo PRÓ-RECEITA de despesa com financiamento de 30 (trinta) vagas no Curso CAPACITAÇÃO EM AUDITORIA CONTÁBIL TRIBUTÁRIACOM FOCO NA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL para os servidores da Carreira Auditoria Tributária (Processo SEI nº: 04034-00000879/2024-39).

DECISÃO Nº 06, DE 27 DE MARÇO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos do fundo PRÓ-RECEITA e consequente concessão de disponibilidade orçamentária para atender despesa com financiamento de 20 (vinte) bolsas de estudo para curso de Pós-Graduação Lato Sensu, destinadas aos servidores integrantes da Carreira Auditoria Tributária. (Processo SEI 04034-00004633/2024-36).



DECISÃO Nº 09, DE 23 DE MAIO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 do fundo PRÓ-RECEITA e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com financiamento de 25 (vinte e cinco) vagas "CURSO DE AUDITORIA DIGITAL FAZENDÁRIA" com utilização da ferramenta ContÁgil Lite da Receita Federal do Brasil para os servidores da Carreira Auditoria Tributária (Processo SEI nº: 04044-00005224/2024-10).

DECISÃO Nº 11, DE 24 DE JULHO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 do fundo PRÓ-RECEITA e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com financiamento de 11 (onze) vagas para servidores da Carreira Auditoria Tributária no evento Agile Trends Management 2024 (Processo SEI nº: 04044-00021274/2024-44).

DECISÃO Nº 13, DE 14 DE AGOSTO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2024 do fundo PRÓ-RECEITA e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com financiamento de 03 (três) inscrições para servidores lotados na Gerência de Auditoria Tributária/COFIT/SUREC para participação no 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade, promovido pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), que este ano possui o tema central "Ser Contábil: Humano, Digital e Ético" (Processo SEI nº: 04044-00022412/2024-11).

DECISÃO Nº 19, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2024 - Autorizar a inclusão no plano de gastos de 2025, 2026, 2027 e 2028 do PRÓ-RECEITA e consequente disponibilidade orçamentária para despesa com financiamento de 20 (vinte) bolsas de estudo para curso de Especialização, 20 (vinte) bolsas de estudo para curso de Mestrado e 10(dez) bolsas de estudo para curso de Doutorado destinadas aos servidores integrantes da Carreira Auditoria Tributária. (Processo SEI: 04044-00041735/2024-03).

Para capacitação de servidores foi empenhado em 2024 o valor de R\$ 1.731.895.96 (um milhão setecentos e trinta e um mil oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos).

SAG Etapa 0002 - Aperfeiçoar os servidores da carreira de Auditoria Tributária, com vista ao melhor atendimento ao público e desenvolvimento das atividades afim.

AÇÃO 2895 – Incentivo as Atividades de Fiscalização, Lançamento e Cobrança Administrativa – Distrito Federal.

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada juntamente com as alterações autorizadas foi de R\$ 90.152.704,00 (noventa milhões cento e cinquenta e dois mil setecentos e quatro reais).

Diante do atingimento das metas institucionais e individuais por parte dos servidores, foi possível executar acima de 97 % (noventa e sete por cento) neste programa de trabalho, sendo empenhado no ano de 2024 R\$ 87.874.811,08 (oitenta e sete milhões oitocentos e setenta e quatro mil oitocentos e onze reais e oito centavos).

SAG Etapa 0003 - Incentivo às atividades de fiscalização e arrecadação tributária. **AÇÃO 3046 – Modernização da Gestão Pública – Pro-Receita – Distrito Federal**

Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.

AÇÃO 1471 – Modernização do Sistema de Informação

Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Sem informações.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com a alteração da LEI 5594/2015 através da Lei Complementar 959 de 26/12/2020 e regulamentação através da Portaria 168 de 11/05/2020 foi possível ter uma execução acima de 85% (oitenta e cinco por cento) em relação aos recursos orçamentários mais as alterações. Os servidores da carreira auditoria tributária tiveram oportunidades para se capacitar, tendo em vista a aprovação por parte do conselho de bolsas para cursos de extensão, mestrado e doutorado, bem como cursos diversos. As ações e projetos no programa Gestão da Informação aprovados em exercícios anteriores estão trazendo diversas melhorias nas unidades da Subsecretaria da Receita, principalmente no que diz respeito a área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas para as fiscalizações, lançamento e cobrança administrativa. Para 2025 a perspectiva é que seja mantido o orçamento para a realização de cursos para os servidores da Carreira Auditoria Tributária trazendo mais conhecimento e capacitação e também para a aplicação em ferramentas que tragam mais eficiência nas atividades dos servidores, o que se reverte em benefícios para a sociedade.



19912 - FUNDO DE APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controlle Interno foi instituído pela Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, a qual foi alterada pela Lei Complementar nº 1002, de 21 de março de 2022.

A Resolução nº 1 de 29 de setembro de 2022, publicada no DODF nº 194 de 14/10/2022 p. 5, aprovou o Regimento Interno do Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – PRÓ-CONTROLE INTERNO.

O Pró-Controlle Interno tem por finalidade:

I – aperfeiçoar, desenvolver, manter e modernizar a infraestrutura física e tecnológica de uso da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e da Controladoria-Geral do Distrito Federal relacionadas às atividades de controle interno, nos termos dos arts. 77 e 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF e do art. 74 da Constituição Federal.

II – qualificar profissionalmente os servidores da carreira de Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal;

III – desenvolver e fomentar atividades relacionadas a gestão e auditoria na administração pública;

IV – desenvolver outras atividades, desde que relacionadas aos objetivos do Fundo.

V – pagamento de incentivos financeiros, na forma de parcela remuneratória, condicionada ao atingimento de metas institucionais definidas em ato conjunto do secretário de Estado de Economia do Distrito Federal e do secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal, aos servidores ativos, aposentados e pensionistas da carreira Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal, podendo, em relação aos ativos, ser fixadas metas individuais.

Constituem receitas do Pró-Controlle Interno:

I – doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados nacionais ou internacionais;

II – recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;

III – valores advindos da aplicação dos recursos do Fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;

IV – contribuições, subvenções e outros valores destinados a propiciar aperfeiçoamento e modernização da infraestrutura física e tecnológica das atividades do controle interno;

V – recursos provenientes do tesouro distrital;

VI – outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

VI – 15% do produto total da arrecadação de preço público;

VII – outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

Parágrafo único. É vedado o contingenciamento ou o remanejamento dos recursos para atender a despesas que não sejam relacionadas diretamente às finalidades do Fundo.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Sem observações.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	539350,0	0,00	0	0
0003 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS - DISTRITO FEDERAL	539350,0	0,00	0	0
4062 - INCENTIVO E APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO	91689539,0	83502396,00	81781452,85	80861452,85
0001 - INCENTIVO E APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTRO - DISTRITO FEDERAL	91689539,0	83502396,00	81781452,85	80861452,85
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	15641157,0	1290217,00	1126703,57	1114492,17
0007 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- DISTRITO FEDERAL	15641157,0	1290217,00	1126703,57	1114492,17
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	107870046,00	84792613,00	82908156,42	81975945,02

Programação Orçamentária Realizada:

ACÇÃO 4062 - INCENTIVO E APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO



A programação orçamentária realizada nesta ação foi no valor de R\$ 80.861.452,85 (oitenta milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), ante aos R\$ 83.502.396,00 (oitenta e três milhões, quinhentos e dois mil, trezentos e noventa e seis reais) com força trabalho de 1.151 beneficiários do incentivo, autorizados para tal finalidade.

Em face das metas institucionais e individuais alcançadas pelos servidores da carreira de controle interno viabilizou-se a execução, até a presente data, de aproximadamente 98% do valor disponível para a ação em análise.

SAG Etapa: 0001 - Pagar incentivo a servidores para o aprimoramento das atividades de controle interno do Governo do Distrito Federal.

AÇÃO 4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - DISTRITO FEDERAL

A ação de capacitação de servidores perfaz o valor de R\$ 1.290.217,00 (um milhão, duzentos e noventa mil, duzentos e dezessete reais), após aprovação da dotação orçamentária, incluídas as alterações posteriores.

Até o presente momento foram liquidados R\$ 1.114.492,17, ou seja, 7,13% da despesa autorizada para a presente ação.

SAG Etapa: 0002 - Capacitar servidores pertencentes à Carreira de Auditoria de Controle Interno do Governo do Distrito Federal. Servidores capacitados: pagamento de despesas com reembolsos referentes às taxas de matrículas e mensalidades para atender aos bolsistas integrantes da Carreira Auditoria de Controle Interno selecionados para participar do Programa de Incentivo à Pós-graduação da SEEC-DF - PIPG/SEF-DF (Portaria nº 264/2020).

Processo: 04033-00014018/2023-85 e outros.

AÇÃO 4220.0003 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDO

A Ação Gestão de Recursos de Fundo foi prevista para arcar com o conjunto de despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do Fundo. A dotação autorizada para o referido programa não foi utilizada, pois não houve autorização de projetos com esse teor. O recurso foi remanejado para suprir outras unidades.

Parte expressiva do valor não executado no exercício de 2024 refere-se a recursos descentralizados para o CGDF e que não foram liquidados em sua totalidade.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não houve realização extraordinária.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As despesas autorizadas para o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal - PRÓ-CONTROLE INTERNO foram de R\$ 84.792.613,00. Desse valor foram liquidadas R\$ 81.975.945,02, ou seja, 96,68% da dotação orçamentária disponibilizada foi executada.

Ao longo da análise do Quadro de Detalhamento da Despesa observou-se que 100% da despesa liquidada se refere ao programa de incentivo e aprimoramento das atividades de controle interno, o qual retrata o reconhecimento das metas institucionais e individuais alcançadas pelos servidores da carreira de controle interno.

Perspectivas para o próximo exercício:

A criação de uma estrutura formal para a operacionalização do fundo;

Possível aquisição de ferramentas que permitam melhor desempenho nos serviços prestados pelos servidores da carreira de auditoria de controle interno à sociedade.



20201 - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, empresa pública de direito privado, foi criada pela Lei Federal nº 5.861 de 12 de dezembro de 1972, tem como finalidade executar as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, por meio de utilização, aquisição, administração, aluguéis, concessão de direito real de uso, concessão de uso oneroso, parcelamento do solo, cessão de uso, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, mediante contraprestação do serviço assim como realizar, diretamente, obras e serviços de infraestrutura, de urbanização, edificação, viárias e outras atividades correlatas no Distrito Federal, ou indiretamente, mediante convênios, contratos ou outros instrumentos.

É regida pela supracitada Lei, pela Lei Distrital nº 4.586, de 13 de julho de 2011, pela Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, e subsidiariamente pela legislação aplicável às sociedades por ações, e seu capital social é dividido entre o Distrito Federal, detentor de 51%, e a União, com 49%.

Sem prejuízo das atribuições da Lei que a criou, a Lei Distrital nº 4.586 de 13 de julho de 2011 definiu novas atribuições para a Empresa, que passou a ter também, a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, por intermédio de proposição, operacionalização e implementação de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social de interesse do Distrito Federal.

Na qualidade de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, compete a Terracap operacionalizar atividades imobiliárias, de modo a gerar recursos para o investimento em infraestrutura econômica e social, além de assegurar a sustentabilidade de longo prazo de suas receitas; realizar a promoção direta ou indireta, inclusive por meio de subvenção econômica, de investimentos em parcelamentos do solo, regularização, infraestrutura e edificações, nas áreas de programas e projetos de: expansão urbana e habitacional; desenvolvimento econômico, social, industrial e rural; desenvolvimento do setor de serviços; desenvolvimento tecnológico e de estímulo à inovação; construção, manutenção e adequação básica e operacional de bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos; estabelecer Parcerias Público-Privadas (PPP), constituir Sociedades de Propósito Específico (SPE), Subsidiárias Integrais e promover operações urbanas consorciadas para implantação e desenvolvimento de empreendimentos considerados estratégicos; promover estudos e pesquisas, além de realizar levantamento, consolidação e divulgação de dados, com periodicidade regular, relacionados ao ordenamento urbano, o provimento habitacional e o mercado imobiliário no Distrito Federal; e, quando a Terracap atuar como Agência de Desenvolvimento em programas e projetos de desenvolvimento econômico e social de interesse do Distrito Federal, para atuação em áreas públicas e bens imóveis destinados à prestação de serviços públicos, será oferecida à Novacap a preferência conferida pelo art. 1º, Inc. II, alínea "e" da Lei Distrital nº 4.586/2011, com a redação dada pela Lei nº 5.538, de 08 de setembro de 2015.

Assim, além de ser uma das executoras da política de ordenamento territorial do Governo, a Terracap é também uma das executoras das políticas de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, atuando não apenas no financiamento de investimentos para parcelamento do solo, mas, também, na expansão urbana e habitacional, no desenvolvimento econômico, social, industrial e agrícola, no desenvolvimento do setor de serviços e da área de tecnologia e no estímulo à inovação.

Em 2018, a Lei Distrital nº 6.140, de 03 de maio de 2018, determinou à Terracap a administração, a implantação, o desenvolvimento e a operação do Parque Tecnológico de Brasília. Desta forma, foi criada a BIOTIC S/A, subsidiária integral da Terracap, para exercer este importante papel que tem o objetivo de realizar a gestão, controle e estruturação do empreendimento. A viabilização deste novo negócio envolve desde operações financeiras e



imobiliárias de ocupação do espaço à realização de prospecção de novos negócios que sejam condizentes com a finalidade do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

Em 2023, visando a regularização de imóveis rurais, foi criada a Empresa de Regularização de Terras Rurais – ETR S.A, empresa subsidiária integral da Terracap, tendo por objeto social a promoção da gestão e a regularização fundiária das terras públicas rurais do Distrito Federal, da Terracap e/ou daquelas transferidas pela União, por força de lei, ou incorporadas, por quaisquer meios legais, ao patrimônio da controladora, limitadas àquelas propriedades cuja gestão tenha sido confiada à ETR S.A. por decisão da Terracap.

Comprometida a trabalhar em coerência com os objetivos estratégicos e observância dos princípios do Governo do Distrito Federal, a Terracap consolidou a sua participação nas políticas de desenvolvimento econômico e social, fundiária, habitacional e de implantação de infraestrutura básica local.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	86	74	169	166	495
Comissionados sem vínculo efetivo	71	83	0	0	154
Requisitados de órgãos do GDF	15	8	0	0	23
Requisitados de órgãos fora do GDF	3	2	0	0	5
Estagiários	0	0	33	49	82
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	10	5	15
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	344	34	378
Subtotal	175	167	556	254	1.152
(-) Cedidos para outros órgãos	6	8	3	5	22
Total Geral	169	159	553	249	1.130

*Outros - especificar: composto por brigadistas, vigilantes, copeiras, agentes de portaria, empregados dos serviços gerais e da manutenção predial (por meio de empresas contratadas) e empregados especiais da Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	25200000,0	-22103460,0	3096540,0	1032509,31



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

6191 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	25200000,0	-22103460,0	3096540,0	1032509,31
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	10000,0	26489980,0	26499980,0	8008045,97
0003 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	10000,0	26489980,0	26499980,0	8008045,97
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	16000000,0	-4584662,0	11415338,0	8388787,18
7163 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	16000000,0	-4584662,0	11415338,0	8388787,18
9057 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS	173371209,0	-48984923,0	124386286,0	99004614,25
0005 - PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TRIBUTOS - TERRACAP - DISTRITO FEDERAL	173371209,0	-48984923,0	124386286,0	99004614,25
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	61721679,0	10941720,0	72663399,0	64769922,97
0001 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA--DISTRITO FEDERAL	61721679,0	10941720,0	72663399,0	64769922,97
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2769850,0	14108409,0	16878259,0	12080209,89
0073 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	2769850,0	14108409,0	16878259,0	12080209,89
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	279072738,00	-24132936,00	254939802,00	193284089,57

Programação Orçamentária Realizada

- Inerente a qualquer atividade empresarial, seja pública ou privada, a Terracap está sujeita aos riscos provenientes de sentenças judiciais em caso de sucumbência. Assim, em 2024, as execuções quanto às sentenças cíveis em desfavor da Terracap somaram 41 (quarenta e um) enquanto as trabalhistas somaram 34 (trinta e quatro), totalizando uma execução de um pouco mais de R\$ 1 milhão de reais.
- Quanto à programação orçamentária de Amortização e Encargos da Dívida Pública Contratada Interna, com a constituição de crédito no exercício foram efetuados pagamentos de juros e taxas vinculadas à operação de crédito no exercício totalizando R\$ 8 milhões.
- Em relação a execução do programa Pagamento de Impostos e Tributos, 80,19% destes gastos foram com o pagamento de impostos Federais PIS/COFINS/CSLL, totalizando R\$ 99 milhões.
- No âmbito da Ação de Ressarcimentos, Indenizações e Restituições Pessoal estão classificadas as despesas de servidores requisitados, do Programa de Desligamento Incentivado (PDI), das rescisões contratuais e acertos de contas. Assim, os valores executados nesta ação correspondem ao ressarcimento de 28 empregados/servidores requisitados (em média) que mantiveram vínculo ao longo de 2024, ao pagamento de parcelas de indenização a 10 empregados que aderiram ao último ao PDI realizado na empresa, bem como 15 rescisões contratuais e ou acerto de contas ocorridos no exercício, totalizando R\$ 8,3 milhões.



- Quanto a Participação Acionária, foram gastos R\$ 64,7 milhões com a quitação de obrigações contratuais das empresas subsidiárias integrais, visando o aumento de capital social da controladora Terracap frente a BIOTIC e a ETR.
- Dentro da Ação Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições foram pagas despesas referentes às devoluções administrativas decorrentes de distratos, pagamentos em duplicidade ou indevidos totalizando R\$ 12 milhões.

6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	1000000,0	-500000,0	500000,0	0
0001 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	-500000,0	500000,0	0
TOTAL - 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	1000000,00	-500000,00	500000,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

PT 23.692.6201.3144.0001 - Realização de Parcelamento Rural - Terracap - Distrito Federal - A contratação de estudos ambientais para regularização rural será feita pela ETR. A contratação de Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais foi cancelada no ano de 2024.

6202 - SAÚDE EM AÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	1000,0	0,0	1000,0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - TERRACAP - ARNIQUEIRA	1000,0	0,0	1000,0	0
TOTAL - 6202 - SAÚDE EM AÇÃO	1000,00	0,00	1000,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

PT 10.301.6202.3135.0001 - Construção de Unidades Básicas de Saúde - Terracap - Arniqueira - Quanto a construção de unidade básica de saúde no Setor Habitacional Arniqueira, a obra não foi contratada no exercício de 2024, aguardando definição da Diretoria Técnica.

6206 - ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	500000,0	2068000,0	2568000,0	2244300,03
9494 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	500000,0	2068000,0	2568000,0	2244300,03
4091 - APOIO A PROJETOS	10000,0	-10000,0	0,0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

5826 - APOIO A PROJETOS-ESPORTIVOS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	10000,0	-10000,0	0,0	0
TOTAL - 6206 - ESPORTE E LAZER	510000,00	2058000,00	2568000,00	2244300,03

Programação Orçamentária Realizada

No Programa 6206 - Esporte e Lazer, em relação a construção de praças públicas e parques, foi implantado o centro de atividades, módulo de apoio e obras complementares do parque no Parque Sul em Águas Claras, e concluído, com Termo de Recebimento Provisório em 18/01/2024;

- É relativo a Construção do Parque Internacional da Paz, até o momento foram executados 20,25m² de pavimento asfáltico, 420m² de pavimento intertravado, 1510,08m² de calçadas, 3002m² de piso em pedra portuguesa, 93,20m³ de jardineira com parede de concreto;
- A Complementação de Iluminação Pública no Anel Viário do Parque Burle Marx e no Parque Sul de Águas Claras teve o Contrato nº 0136/2024 celebrado em 14/10/2024, porém nenhuma medição foi realizada.

Programação Orçamentária não Executada

PT 23.811.6206.4091.5826 - Apoio a Projetos Esportivos - Terracap - Distrito Federal - não houve demanda para apoio/patrocínio esportivo em 2024.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	3000000,0	0	3000000,0	0
6189 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	0	3000000,0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3000000,00	0,00	3000000,00	0,00

Programação Orçamentária Realizada

No Programa 6207 - Desenvolvimento Econômico, em relação a realização de estudos e pesquisas, está sendo estruturada uma nova contratação para a realização do Estudo de Demanda para o Metrô.

6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	480000,0	0	480000,0	259500,0
0003 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	480000,0	0	480000,0	259500,0
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	1825000,0	-350000,0	1475000,0	834512,25
0001 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA- PLANO PILOTO	1825000,0	-350000,0	1475000,0	834512,25
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2200000,0	3000000,0	5200000,0	1960535,59



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0003 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - TERRACAP - DISTRITO FEDERAL	2200000,0	3000000,0	5200000,0	1960535,59
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	11000000,0	-9250000,0	1750000,0	168118,05
0001 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS - TERRACAP - DISTRITO FEDERAL	11000000,0	-9250000,0	1750000,0	168118,05
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	70540000,0	0	70540000,0	7772963,06
0005 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	70540000,0	0	70540000,0	7772963,06
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	86045000,00	-6600000,00	79445000,00	10995628,95

Programação Orçamentária Realizada

Em relação ao Programa 6208 - Território, Cidades e Comunidades Sustentáveis, a Terracap realizou as seguintes ações:

- Realização do mapeamento remoto do território do DF:

A licença da plataforma Secure Whatch foi renovada e paga.

- Implantação de reserva indígena:

Foram edificadas 4 unidades habitacionais, 1 centro de convivência e 1 ambiente escolar na Reserva Indígena Funiô.

- Elaboração de projetos, foram executadas as ações abaixo, as quais finalizaram em andamento normal e terão continuidade no exercício 2025:

Centro Metropolitano de Taguatinga: Contrato nº 0030/2023. Produtos pagos: Relatório de Impacto Complementar, Audiência Pública e Relatório, Estudos Geológicos Geotécnicos;

Setor Habitacional Meirelles: Contrato nº 0012/2023. Produtos pagos: EIA/RIMA, Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - RAIPA, Macrossimulação Cenários 01, 02 e 03 e Audiência Pública do EIA e Relatório, Produto Ambiental;

Arine Sucupira: Contrato nº 0050/2023. Produtos pagos: Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - PAIPA; EIA/RIMA - Diagnóstico; Sondagens a Trado e Estudos Geotécnicos - Lotes 1 e 2;

Centro Urbano Tororó: Contrato nº 0048/2023. Produtos pagos: Estudo Preliminar e - Estudo Geotécnico do Quadrante Q1 - Lote 01 e 02; Estudos Geológico-Geotécnicos - Ensaio no Quadrante Q1 Lote 3; 1ª Campanha de Fauna e Relatório Final; 2ª Campanha de Fauna e Relatório Final; Estudos de Interferências e Apontamentos Preliminares e Estudos Geotécnicos Complementares e parte do Subproduto 4.2 - EIA/RIMA.

- Regularização de parcelamentos urbanos:

Estudos em contratação: Serviços ambientais de regularização; Arine Mansões Paraíso; Serviços Ambientais de Regularização; PCA, PRADA e PBA para o Setor Habitacional Jardim Botânico Etapas III e IV;

Setor Habitacional Bernardo Sayão: Execução parcial;

Arine Porto Seguro: Foi finalizado o projeto básico pela DITEC e a contratação deve ocorrer até julho de 2025;

Taxas de Licenciamento Ambiental de Regularização: Pagas as taxas de ASV do SHVP; de LP de Regularização da Arine Privê Lago Norte; de LA de Vicente Pires trechos 2 e 4; LI do SH Arniqueira;

- Aquisição e recuperação de imóveis:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Foram realizados 06 (seis) autorizações de pagamentos vinculados a desapropriações de imóveis;

Relativamente a ressarcimento de distratos realizados no âmbito administrativo com retorno do imóvel relativo a exercícios anteriores, foi realizado o pagamento de distrato, no valor de R\$ 418.195,55 (quatrocentos e dezoito mil, cento e noventa e cinco reais, e cinquenta e cinco centavos).

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10870 - REGULARIZAÇÃO URBANA	UNIDADE		01/01/2001	Anual	1000,00	1173,00		X		X		X	SISTEMAS INTERNOS DA TERRACAP, TAIS COMO GAI E GIU.
Justificativa: 2024 - Com base nas informações apresentadas, a Gerência de Venda Direta superou a meta estabelecida para 2024, que era de disponibilizar 1.000 imóveis. A meta foi ultrapassada, com a disponibilização de 1.173 imóveis para comercialização por venda direta. Além disso, a Gerência também disponibilizou 13.573 imóveis para cadastramento, permitindo que os interessados possam solicitar contrato de concessão onerosa de uso para esses imóveis.													

Com base nas informações apresentadas, a Terracap superou a meta estabelecida para 2024, que era de disponibilizar 1.000 imóveis. A meta foi ultrapassada, com a disponibilização de 1.173 imóveis para comercialização por venda direta. Além disso, também disponibilizou 13.573 imóveis para cadastramento, permitindo que os interessados possam solicitar contrato de concessão onerosa de uso para esses imóveis.

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2500000,0	-1150000,0	1350000,0	528988,03
9883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	2500000,0	-1150000,0	1350000,0	528988,03
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	110000000,0	12699000,0	122699000,0	99267105,29
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF - TERRACAP - PLANO PILOTO	110000000,0	12699000,0	122699000,0	99267105,29
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2000000,0	1050000,0	3050000,0	991964,62
3194 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	1050000,0	3050000,0	991964,62
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	170651631,0	-5269000,0	165382631,0	101005329,21
2917 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	170651631,0	-5269000,0	165382631,0	101005329,21
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	285151631,00	7330000,00	292481631,00	201793387,15

Programação Orçamentária Realizada

Em relação ao Programa 6209 - Infraestrutura, a Terracap realizou as seguintes ações:

- Execução de obras de urbanização:

Polo 1 do Lago Norte: Foram executados 5.265,25m² de ciclovias, remoção de fossa existente e 170m² de piso drenante;



Implantação de calçadas nas áreas comerciais da Avenida Bela Vista e ajuste de calçada na Avenida das Paineiras no Jardim Botânico, sendo que até o momento foram executados 2.188m² de calçadas.

- Implantação do programa DRENAR/DF:

Programa Águas do DF, Faixas 1 e 2 Norte - Lote 01: até o momento foram executados 4.899,65m³ de escavação de tunnel liner, 575,27m de tunnel liner, bacia de retenção com dispositivos de entrada e de saída e plantio de 10.615,85m² de grama nos taludes da bacia;

Programa Águas do DF, Faixas 1 e 2 Norte - Lote 02: até o momento foram executados 967,24m de tunnel liner, 5.370m² de revestimento em concreto e 9.928,83m³ de escavação de tunnel liner;

Programa Águas do DF, Faixas 1 e 2 Norte - Lote 03: até o momento foram executados 1.750,19m de tunnel liner, 12.163,25m² de revestimento de concreto e 10.295,05m³ de escavação mecânica;

Programa Águas do DF, Faixas 1 e 2 Norte - Lote 04: até o momento foram executados 1.538,79m de tunnel liner, 11.356,54m² de revestimento de concreto e 8.498,78m³ de escavação de tunnel liner;

Programa Águas do DF, Faixas 1 e 2 Norte - Lote 05: até o momento foram executados 2.633,73m de tunnel liner, 12.447,01m² de revestimento de concreto e 8653,17m³ de escavação para o tunnel liner.

- Elaboração de Projetos:

Projetos viários de interseções e obras de arte para acesso ao setor Noroeste, sendo um viaduto na interseção com a DF-003 (EPIA) e outro na DF-010 (EPAA): concluído o projeto executivo do viaduto de acesso pela EPIA. Aguardando o DER realizar nova contratação para o segundo viaduto, o qual será objeto de novo convênio;

Projetos Executivos para contenção de encostas de córregos do Setor Habitacional Arniqueira: foram executados serviços de sondagens e estudos geológicos-geotécnicos, diagnóstico de obras e elaboração de projetos executivos de contenção de encostas;

Projetos executivos de drenagem de águas pluviais e recomposição de pavimentos a serem demolidos para o Setor Habitacional Jardim Botânico (Etapa I, II e IV) e para o Setor Habitacional São Bartolomeu Trecho I: foram realizados estudos geológicos-geotécnicos, ensaios e sondagens;

Projetos de drenagem e pavimentação para o Setor Habitacional São Bartolomeu: foram executados os serviços de elaboração de projeto básico (geométrico, pavimentação e drenagem);

Projeto executivo para implantação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas no Aldeias do Cerrado: projeto concluído;

Projeto executivo de drenagem, PCA, PRAD para a área próxima à cabeceira 32 da pista de pouso e decolagem do Aeródromo de Brasília: serviços de sondagem a percussão e topográficos concluídos. 50% dos serviços de elaboração de projeto executivo de drenagem;

Projeto de drenagem e pavimentação para o Setor Habitacional Jôquei Clube: entregue produto 3 - volumes 6 e 7 - projetos executivos de pavimentação e terraplenagem - aprovado pela NOVACAP.

- Execução de infraestrutura em parcelamentos:

Recuperação de pavimento da DF-095: ao total foram executados 66.794m³ de pavimento de concreto, e foram realizados os serviços de concretagem de baias e regularização de bordo, sinalização e administração local;

Quadras 07 e 08 do Residencial Tamanduá: até o momento foram executados 1.474,16m de rede de drenagem e 15.763m² de pavimento asfáltico, assentamento de 271,91m de tubo de concreto, 3.443,80m² de escoramento de vala;



Rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na SQNW 102: foram executadas a construção e montagem eletromecânica de 2 estações transformadoras, construção de 1.004m rede de dutos, instalados 2.945m de circuitos trifásicos, 24m de alta tensão, 71,6m de cabo de baixa tensão nas 2 estações transformadoras e 3.003m de cabeamento;

Rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na SQNW 302: foram executadas a construção e montagem eletromecânica de 2 estações transformadora, construção de 1.343,81m rede de dutos, instalados 3.187m de circuitos trifásicos e 1.452m de cabeamento;

Rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na SQNW 103: obra concluída, sendo executadas a construção e montagem eletromecânica de 2 estações transformadoras, construção de 1.099m rede de dutos e instalados 1.847m de circuitos trifásicos;

Drenagem pluvial complementar às do centro e subcentro urbano do Recanto das Emas: concluídos os serviços de gabião e dissipadores, bem como foram executados 1.902,01m² de alambrado e 199m de rede de drenagem;

Rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na SQNW 104: obra concluída, foram executadas a construção e montagem eletromecânica de 2 estações transformadoras, construção de 1.402m rede de dutos e instalados 2.660m de circuitos trifásicos;

Rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na SQNW 304: obra concluída, foram executadas a construção e montagem eletromecânica de 2 estações transformadoras, construção de 903m rede de dutos e instalados 2.309m de circuitos trifásicos;

Rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na SQNW 106: obra concluída, foram executadas a construção e montagem eletromecânica de 2 estações transformadoras, construção de 1.274m rede de dutos e instalados 4.121m de circuitos trifásicos;

Implantação de calçadas ao longo da Avenida W3 Sul: até o momento foram executados os serviços de assentamento de 4.645m de meios-fios, 6.453m² de calçadas, 45.074,40m² de pavimento em concreto e 10.662,87m² de pavimento asfáltico;

Pavimentação da rodovia DF-220: até o momento foram executados 237.024,62m² de pavimento asfáltico;

Implantação de infraestrutura complementar de drenagem e pavimentação para as Quadras QE 38, 44, 48, 50, 52, 54, 56, 58, da expansão do Guará II: foram executados 68.528,93m² de pavimento asfáltico, 18.834,80m de meios-fios, 15.194m² de estacionamentos em piso intertravado e 1.219m rede de drenagem;

Complementação da iluminação pública do Setor Noroeste: até o momento foram instalados 87 postes de iluminação pública;

Restauração do pavimento asfáltico da rodovia distritais DF-180 (Trecho BR-080 a BR-070): até o momento foram executados 91.553,7m² de pavimento asfáltico;

Serviços de pavimentação e drenagem / urbanização para fins de regularização, nos lotes 01, 02, 03, 04 e 05 no Setor Habitacional Bernardo Sayão: até o momento foram executados os serviços de limpeza de 8.610 m² de camada vegetal para implantação de bacia de detenção;

Implantação de sistema de esgotamento sanitário para fins de regularização, para a quadra 10 no Setor Habitacional Arniqueira: foram executados 29.409,78m de rede de esgoto;

Readequação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Subcentro 400/600 do Recanto das Emas: foram executados 3.837m de rede de esgoto e 3.586m de rede de água;

Implantação de fossas sépticas e sumidouros para os lotes das Quadras 7 e 8 do Residencial Tamanduá: ao total foram executadas 200 fossas sépticas com sumidouros circulares;

Complementação dos sistemas de drenagem pluvial e viário do Setor Noroeste: foram executados 2.982,5m de rede de drenagem, 34.703m² de pavimento asfáltico e 23.775,36m² de pavimento intertravado;

Implantação das redes de água e esgoto na QI 07 Lotes E, H, I, J, K, L e M do Lago Sul: foram executados 562,50m de rede de água e 198,06m de rede de esgoto;



Infraestrutura Aldeias do Cerrado: até o momento foram construídos 2.149m de muro de alvenaria; instalada caixa d'água de 80.000l;

Drenagem e pavimentação do Aldeias do Cerrado: até o momento foram executados 440,37m de rede de drenagem;

Implantação do sistema de iluminação pública na quadra 01 do Jardim Botânico - 3ª Etapa: até o momento foram instalados 41 postes ou braços com luminárias;

Execução de infraestrutura de drenagem e pavimentação para os lotes 01 e 02 do centro comercial da QI 28 do Lago Sul: até o momento foram executados 1.801,67m de rede de drenagem, 8.785m² de pavimento asfáltico e 5.329m² de estacionamento em pavimento intertravado;

Rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na SQNW 303: obra concluída, foram executadas a construção e montagem eletromecânica de 2 estações transformadoras, construção de 1316m rede de dutos e instalados 7.604m de circuitos trifásicos;

Complementação de infraestrutura de energia elétrica em rede de distribuição aérea no Setor Noroeste: até o momento foram realizadas extensões de rede aérea de distribuição de energia elétrica para atendimento a 20 imóveis;

Complementação dos sistemas de drenagem pluvial e viário do Setor Noroeste: até o momento foram executados 5.825,46m² de estacionamentos em pavimento intertravado, 854m de rede de drenagem e 7.218,33m² de pavimento asfáltico;

Complementação de infraestrutura de energia elétrica no DF, nas quadras SMLN MI 08 do Lago Norte; QS 503 e QS 606 de Samambaia e conjuntos E/F da QN 116 do Recanto das Emas: até o momento foram executados 64m de rede de distribuição de energia elétrica.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	10000000,0	-2780000,0	7220000,0	6062248,67
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX-TERRACAP- PLANO PILOTO	10000000,0	-2780000,0	7220000,0	6062248,67
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	12000000,0	4500000,0	16500000,0	4565872,20
0003 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	12000000,0	4500000,0	16500000,0	4565872,20
4146 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	4688540,0	-1248733,0	3439807,0	715873,36
0002 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	4688540,0	-1248733,0	3439807,0	715873,36
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	26688540,00	471267,00	27159807,00	11343994,23

Programação Orçamentária Realizada

Em relação ao Programa 6210 - Meio Ambiente, a Terracap realizou as seguintes ações:

- Implantação do Parque Burle Marx:

Foram executados 14.295,48m² de pavimento asfáltico, 7.495,12m² de estacionamentos em piso intertravado e 18.123,67m² de ciclovia, referentes ao anel viário do parque Burle Marx.

- Realização da fiscalização das terras públicas:



Dentro de suas atribuições legais de fiscalização de patrimônio público, a Terracap realizou 7.531 fiscalizações em imóveis rurais e urbanos de sua propriedade, valendo para tanto, de seu corpo funcional, ferramentas de tecnologia.

- Realização da política ambiental para parcelamento do solo:

Foram executados 166,15m² de limpeza de camada vegetal, 791,58m² de alambrado em Parques sob demanda do IBRAM/DF;

Parque Nacional de Brasília: foram executados 5000m² de limpeza de camada vegetal e 3.791m de barreira simples de concreto;

Cercamento de parques no Trecho I do SHVP: contrato assinado em 31/12/2024;

Reforma nas salas técnicas do Museu de Geociência da UNB - obtenção do endosso institucional referente aos estudos integrados do Tororó realizada, com piso, paredes e teto da sala técnica do Museu de Geociência da UNB reformados;

Parque Ecológico Bernardo Sayão: realizados os serviços de impermeabilização de platibanda, e banheiros, execução de contra-piso, revestimento de parede interna e amassamento da fachada e instalação de portas e bancadas de granito nos banheiros;

Ressarcimento de endossos institucionais – estudos arqueológicos: PAIPA Setor Econômico de Santa Maria: R\$ 6.000,00; PAIPA Quadras 100-300 do Recanto das Emas: R\$ 6.000,00; Projeto de Prospecção CMT: R\$ 6.000,00; Endosso Institucional para estudo arqueológico na QE 60 do Guarará: R\$ 6.000,00; Endosso Setor Comercial do Jardim Botânico: R\$ 3.000,00; Endosso Expansão Econômica de Sobradinho: R\$ 6.000,00; Endosso Centro Metropolitano de Taguatinga: R\$ 9.000,00;

Estudo Arqueológico – QE 60 Guarará: pagamento do PAIPA no valor de R\$ 9.496,52;

Plano de trabalho de afugentamento de Fauna da QE 60 do Guarará entregue;

Relatório de delimitação do Sítio Monte da Oração – CMT;

Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA): Setor Econômico de Santa Maria; Quadras 100-300 Recanto das Emas; Centro Metropolitano de Taguatinga - área complementar;

Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA): Setor Econômico de Santa Maria; Quadras 100-300 do Recanto das Emas; Centro Metropolitano de Taguatinga; Setor Expansão Econômica de Sobradinho; Setor Comercial do Jardim Botânico;

Plano de Afugentamento de Fauna das Quadras 100 ímpares de Samambaia e Relatório da 1ª Campanha Sazonal entregues do Córrego Gatumé;

Projeto de Prospecção Complementar Monte Oração (CMT);

Setor Habitacional Taquari: 4ª campanha e relatório do levantamento da fauna entregue;

EIA/RIMA - Aeródromo do Planalto Central: audiência pública realizada e 2ª campanha de fauna entregue;

- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD - Varjão e CA 06: projeto executivo, no valor de R\$ 40.757,55;

- Pagamento de taxa de ASV para o Setor Habitacional Jóquei Clube;

- Pagamento das taxas de licença de instalação do SMA do Gama, licença prévia do Parque Empresarial de Taguatinga e Ponte-Barragem, licença de operação do Setor Habitacional Jardim Botânico Etapa III, ASV do Subcentro Urbano do Recanto das Emas e GRU do Residencial Sobradinho;

- Pagamento da taxa de licença de instalação do Parque Tecnológico - Biotic; taxa de licença de instalação do Centro Urbano do Recanto das Emas e taxa de licença de instalação do Subcentro Urbano do Recanto das Emas;

- Pagamento da taxa de licença de Instalação do Polo 06 e 08; taxa de licença Prévia da Via NM 3 de Ceilândia;

- Pagamento da taxa de emissão de LI da QE 60 do Guarará no valor de R\$ 9.055,62;



- Pago a compensação ambiental do TCCA nº 100.000.006/2013 - Noroeste relativo ao cercamento do PNB;
- Pago o CCAI de compensação florestal da QE 44, conjunto X do Guará e do anel viário do Parque Burle Marx no valor de R\$ 1.857,60;
- Pagamento da multa relativa ao auto de infração do Setor Habitacional Riacho Fundo II; do Setor Habitacional São Bartolomeu Trecho I; da Vila Estrutural; da ARIE Cruls; do SOF Norte; do CA 11 do Lago Norte e da Vila Estrutural;
- Foi realizado o pagamento de multa do Polo 6, 7 e 8.

6216 - MOBILIDADE URBANA

Execução Orçamentária e Financeira				
Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	20000000,0	3550000,0	23550000,0	11442285,12
7785 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	20000000,0	3550000,0	23550000,0	11442285,12
5032 - REFORMA DO AEROPORTO DO PLANALTO CENTRAL	7500000,0	-7500000,0	0,0	0
0001 - REFORMA DO AEROPORTO DO PLANALTO CENTRAL - TERRACAP - SÃO SEBASTIÃO	7500000,0	-7500000,0	0,0	0
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	777000,0	-306988,0	470012,0	470011,25
0002 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF - TERRACAP - DISTRITO FEDERAL	777000,0	-306988,0	470012,0	470011,25
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA	28277000,00	-4256988,00	24020012,00	11912296,37

Programação Orçamentária Realizada

Em relação ao Programa 6216 - Mobilidade Urbana, a Terracap realizou as seguintes ações:

- Construção de viaduto:

Viaduto na DF-001 no Jardim Botânico (Balão da ESAF): até o momento foram executados 16.827m² de pavimento asfáltico, 309m de rede de drenagem, bem como execução parcial de infraestrutura e mesoestruturas do viaduto; os serviços de administração local; 59.700m de tunnel liner; fundações; 288,28m de defensas metálicas; 240m² de tapume com telha metálica; 127,29m de defesa semi-maleável; serviços de instalação de canteiro de obra e 4845,20m² de limpeza de camada vegetal;

Viaduto do Noroeste: foram executados os seguintes serviços: 5.277,64 m³ de compactação de aterro, 20.513 m² de imprimação asfáltica, 9.761,33 m² de regularização de subleito e 7.575,87 m² de pintura de ligação; administração local; 332m de meios-fios; 1310m² de limpeza; 2178m² de escoramento de vala; 1418m² de limpeza de camada vegetal; 7243m² escavação; 68,20m de rede.

- Manutenção de Bens Imóveis do GDF:

Aeroporto do Planalto Central: prestação de serviços especializados executados até setembro de 2024, momento a partir do qual não houve mais execução. Links de conexão, internet e redes para o aeroporto com execução até agosto, momento a partir do qual não houve mais execução.

Programação Orçamentária não Executada

PT 26.781.6216.5032.0001 - Reforma do Aeroporto do Planalto Central - Terracap - São Sebastião - reforma não contratada e ação cancelada.



6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
4091 - APOIO A PROJETOS	10000,0	-10000,0	0,0	0
5825 - APOIO A PROJETOS-CULTURAIS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	10000,0	-10000,0	0,0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	10000,00	-10000,00	0,00	0,00

Programação Orçamentária não Executada

PT 23.392.6219.4091.5825 - Apoio a projetos culturais - Terracap - Distrito Federal - não houve demandada para apoio/patrocínio cultural em 2024.

6221 - EDUCADF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	16000000,0	0,0	16000000,0	8788460,63
9330 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	16000000,0	0,0	16000000,0	8788460,63
TOTAL - 6221 - EDUCADF	16000000,00	0,00	16000000,00	8788460,63

Programação Orçamentária Realizada

Em relação ao Programa 6221 - EducaDF, a Terracap realizou as seguintes ações:

- Construção de unidades do ensino fundamental:

Escola em Arniqueira: executado canteiro de obras e iniciados os serviços de fundações e estruturas; executados os serviços de concretagem das vigas baldramas; concretagem dos pilares do prédio principal em execução;

Escola Classe da Quadra 203 do Itapoã, da Escola Classe da Quadra 304 no Recanto das Emas e da Escola Classe 425 em Samambaia: executados 597,89m² de estacionamento, instalados 15 postes de iluminação pública, bem como serviços parciais de telhamento, piso e pintura;

Escola Classe 425 em Samambaia: executados os serviços de instalação da estrutura metálica e construção de paredes; executados serviços de construção e revestimento de paredes e revestimento de piso; executados serviços de revestimento de piso e parede e de instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas.

8208 - DESENVOLVIMENTO URBANO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8442045,0	1200000,0	9642045,0	3960651,23
5897 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	8442045,0	1200000,0	9642045,0	3960651,23



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500000,0	-200000,0	300000,0	119692,33
9778 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	500000,0	-200000,0	300000,0	119692,33
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1051075,0	132000,0	1183075,0	711646,91
9578 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1051075,0	132000,0	1183075,0	711646,91
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	11750524,0	3562143,0	15312667,0	13107840,23
3873 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	11750524,0	3562143,0	15312667,0	13107840,23
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	260000000,0	19985977,0	279985977,0	264460757,99
8881 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	260000000,0	19985977,0	279985977,0	264460757,99
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	35000000,0	2696523,0	37696523,0	36022119,90
9687 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	35000000,0	2696523,0	37696523,0	36022119,90
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	35580778,0	-1384575,0	34196203,0	26014411,88
9763 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	35580778,0	-1384575,0	34196203,0	26014411,88
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11529838,0	-188941,0	11340897,0	8045423,25
5183 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	11529838,0	-188941,0	11340897,0	8045423,25
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	12802500,0	-226313,0	12576187,0	10895100,72
8740 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	12302000,0	-1088,0	12300912,0	10812045,41
8741 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	500500,0	-225225,0	275275,0	83055,31
4091 - APOIO A PROJETOS	80000,0	20000,0	100000,0	100000,0
0017 - APOIO A PROJETOS-DIVERSOS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	80000,0	20000,0	100000,0	100000,0
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	350000,0	43843,0	393843,0	245374,12



0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	350000,0	43843,0	393843,0	245374,12
TOTAL - 8208 - DESENVOLVIMENTO URBANO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	377086760,00	25640657,00	402727417,00	363683018,56

Programação Orçamentária Realizada

Em relação ao Programa 8208 - Desenvolvimento Urbano - Gestão e Manutenção, a Terracap realizou as seguintes ações:

Em 2024, a Terracap executou R\$ 363 milhões de reais nas 11 ações pertencentes ao Programa de Desenvolvimento Urbano – Gestão e Manutenção, constante o PPA 2024/2027, que acumula as ações realizadas de forma contínua e necessária à manutenção da unidade administrativa, realização das atividades meio, fim e operações especiais.

Dentre as despesas com atividades de custeio, destacam-se a de Administração de Pessoal com R\$ 264 milhões; Manutenção de Serviços Administrativos Gerais com R\$ 26 milhões, sendo que 70,12% deste dispêndio foram relativos a gastos com IPTU/ITBI/ITCD/TLP/ITR que corresponderam a R\$ 18 milhões; Concessão de Benefícios com R\$ 36 milhões; Manutenção de Bens Imóveis no total de R\$ 13 milhões; e, Publicidade e Propaganda com R\$ 10 milhões.

Dentro das ações que compõe o programa de trabalho, a maioria manteve a execução inferior ao previsto. As ações de Modernização de Sistema de Informação, Aquisição de Equipamentos, Manutenção de Bens Imóveis do GDF, Administração de Pessoal, Concessão de Benefícios a Servidores, Apoio a Projetos, e Realização de atividades de Comunicação e Marketing tiveram suplementação no exercício.

A atividade de Comunicação e Marketing, teve execução de R\$ 456 mil. Além disso, em Modernização de Sistema da Informação, foram realizadas 59 melhorias de sistema. Com relação a ação de Reforma de Prédio e Próprios foram realizadas despesas no valor de R\$ 119 mil, relativas à execução das obras de reforma do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, existente no edifício sede da TERRACAP. Quanto a ação Aquisição de Equipamentos, foram gastos R\$ 711 mil na aquisição de equipamentos para uso em atividades do cotidiano das áreas meio e fim da empresa como:

- 27 aparelhos smartphones tipo barra touch, 1 aparelho detector multigás de leitura direta, 1 dosímetro de ruído, 1 termo higro anemômetro, 1 termômetro, 1 luxímetro digital portátil, 1 monitor de áudio, 1 microfone sem fio UHF, 1 alto falante, 1 medusa 12 vias, 1 compressor de ar, 1 impressora de mesa (rotulador eletrônico) e 50 cartuchos de fita para código e barras e etiquetas, 3 cortadores de grama, 2 lavadoras de alta pressão, 1 soprador e aspirador de folhas, 1 aparador de grama elétrico, 1 roçadeira, 1 aparador de cerca viva, 22 televisores Smart TV, 2 refrigeradores, 3 fornos micro-ondas, 3 chaleiras elétricas, 2 contêineres de lixo, 2 carrocerias em aço antiderrapante, tipo carga seca, para veículos, 2 drones com RTK, 14 baterias de voo Inteligente, 2 estações de carregamento de bateria inteligente, 1 câmera RGB, 1 sensor laser scanner portátil, 4 drones com câmera RGB, módulo RTK, 1 fogão, 10 circuladores de ar portáteis, 6 fragmentadoras de papel e 4 bebedouros de água tipo garrafão, para atender as necessidades da empresa e suas subsidiárias.

Em relação a ação Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação a realização da despesa se concentrou na manutenção de sistemas, onde por meio de empresas terceirizadas, foram realizados 22 serviços especializados em manutenções corretivas e adaptativas dos sistemas informatizados: sistemas Internet, GPE_WEB, CCT, GFO, GLI, GFOv2, GCC, Portal ETR, GAC_GEATE, GLA, além do atendimento de tecnologia da informação de infraestrutura de redes de dados, banco de dados, segurança da informação e suporte ao usuário.

A Terracap realizou a manutenção de seus 124 imóveis próprios, edifício sede e anexos, valendo-se de seu corpo funcional e do auxílio de 363 empregados terceirizados, sendo eles



30 para atividades de fiscalização, 22 brigadistas, 150 vigilantes e 161 destinados a serviços de limpeza e conservação, recepção, copa, portaria e manutenção predial, tendo os dispêndios registrados por meio das ações de Manutenção de Bens Imóveis e Manutenção de Serviços Administrativos Gerais.

A empresa também realizou despesas relativas à Administração de Pessoal, remunerando seus 655 empregados (média), além de conceder benefícios aos mesmos por meio de ação específica de Concessão de Benefícios.

Quanto a ação Publicidade e Propaganda, na esfera Institucional foram efetuados pagamentos referentes a campanhas institucionais, de editais de vendas de imóveis no total de 14, campanhas de venda direta, Renegociação de Dívidas, Aldeias do Cerrado, Igreja Legal, bem como despesas relativas a publicação de matéria legal no DOU e no DODF.

No âmbito da ação Apoio a Projetos Diversos, foi realizado o dispêndio de R\$ 75 mil, com relação ao patrocínio a 2 eventos: "Congresso CONAMP MULHER 2024", promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; e EXPORIDE - programa de desenvolvimento regional e integração das cadeias produtivas dos municípios da RIDE-DF, promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal.

Por fim, em 2024 com relação à atividade de Comunicação e Marketing, a empresa promoveu a realização/suporte de vários eventos como: os eventos de transmissão e suporte on-line das licitações de venda de imóveis, Entregas de Escrituras CDU com a ETR, Palestra "Café Conecta Presi", suporte à audiência pública do CNT, Dia da Mulher, Dia das Mães, CIPAT, divulgação Aldeias do Cerrado, evento sobre Código de Ética, Audiência Pública sobre Impacto Ambiental, 14º Seminário sobre Comunidade Planejada, Encontro sobre Sustentabilidade e Missa de Natal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Prêmio ITA (Índice de Transparência Ativa)

Pelo oitavo ano seguido a Terracap, atingiu o índice de 100% de transparência ativa apurado pelo Prêmio ITA. O Prêmio ITA (Índice de Transparência Ativa), entregue a órgãos e entidades do GDF desde 2016, é uma forma de reconhecer e incentivar a transparência e a conformidade com as normas de acesso à informação. A avaliação do ITA considera diversos fatores, como a publicação de ações, programas, convênios, licitações e contratos. Em 2023, o prêmio também passou a considerar a transparência passiva, ou seja, o cumprimento da Lei de Acesso à Informação quando um cidadão solicita informações ao governo.

A Terracap também recebeu o selo ouro do Prêmio Alto Nível, reconhecimento da Subcontroladoria de Controle Interno. A premiação iniciada em 2023, é entregue para órgãos e entidades do GDF que cumpriram recomendações de auditorias da CGDF. As recomendações são orientações e direcionamentos dados pelos auditores de controle interno com o objetivo de evitar erros e melhorar processos de trabalho, diminuindo, assim, as chances de algum desvio ou uso indevido de recursos públicos.

Renegociação de Dívidas

No mês 12/2024 a Terracap, lançou a campanha de renegociação de dívidas dos clientes com débitos em atraso, alcançando toda a carteira de vendas e concessão imobiliária com alguma pendência, com até 100% de descontos sobre multas e juros de mora. A adesão à campanha pode ser feita até 17 de fevereiro, via requerimento físico, no edifício-sede da Terracap, ou requerimento digital, no portal: www.terracap.df.gov.br, observando os vencimentos anteriores a 12 de dezembro de 2024.

Os clientes com parcelas em atraso junto à Terracap podem obter até 100% de descontos sobre os valores atualizados de multas e juros de mora – a depender do percentual mínimo de entrada, mantendo a correção monetária da dívida principal. Para fazer jus ao desconto nas penalidades, o mutuário terá que retomar os pagamentos do financiamento.



A fim de dar condições de pagamento e de tornar o cliente adimplente, a Terracap permite o refinanciamento das parcelas vencidas no saldo devedor pelo restante do prazo do contrato. Também poderão aderir à campanha aqueles que regularizaram seus imóveis por meio dos programas de venda direta, incluindo as vendas diretas feitas a entidades religiosas e de assistência social que também estão em atraso, vendas no âmbito dos programas de desenvolvimento Proin-DF, Prodecon-DF, Pades-DF, Pró-DF e Pró-DF II.

Também poderá haver a migração de juros nas renegociações dos contratos antigos. Neste caso, os clientes cujos contratos tenham taxas de juros de 1% a.m. ou 0,8% a.m. poderão reduzir a taxa de juros para 0,5%. A adesão fica condicionada à alienação fiduciária devidamente registrada para os contratos que não possuem garantia.

DRENAR – DF

A obra foi dividida em cinco contratos, que iniciaram as escavações em datas diferentes. Ao todo, são 7,68 km de túneis, com 107 poços de visita (PVs) previstos. Com modelo de pouco impacto urbano, chamado Tunnel Liner, onde as obras são efetuadas de forma subterrânea em sua maioria, evitando grandes impactos a população de Brasília. A cada 46 cm de solo escavado, chapas de aço corrugado são montadas para sustentar o túnel aberto. As placas, com espessuras que variam de 2,2 mm a 6,5 mm, são parafusadas umas às outras. O interior dos túneis é revestido com uma camada de concreto de 10 cm de espessura, o que facilita o escoamento da água e adiciona mais uma camada de proteção para os anéis de aço corrugado que estruturam esses túneis.

Um dos desafios na realização da obra foi a existência de solo mais rígido do que o previsto nos estudos iniciais das escavações, o que implicou na alteração do método de escavação manual, utilizado em quase todo o sistema de drenagem, para a utilização de equipamentos especializados para romper este tipo de solo.

A nova galeria, passa paralela às quadras 902 (perto do Colégio Militar), 702, 302, 102, 202 e 402, cruzando a W3 Norte e o Eixo Rodoviário Norte (Eixão), além da via L2 Norte, chegando à L4 Norte, próximo ao Setor de Embaixadas Norte onde está sendo construído o reservatório de qualificação de água pluvial, com dupla função. A bacia de detenção, munida de dissipadores na sua entrada e vertedores na saída, vai reduzir a pressão da água que chega ao Paranoá. Além disso, a sujeira trazida pela chuva vai decantar no fundo da lagoa, resultando na melhoria da qualidade da água lançada no Lago.

Com aproximadamente 92% das obras concluídas, no exercício de 2024 foram executados 7.465,22m de infraestrutura na asa norte, realizados da seguinte forma: LOTE 01 - 575,27m, LOTE 02 - 967,24m, LOTE 03 - 1.750,19m, LOTE 04 - 1.538,79m e LOTE 05 - 2.633,73m.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício de 2024, para enfrentar o cenário econômico inflacionário, desenhado principalmente com a alta da cotação do dólar e indefinições políticas, o Comitê Monetário Nacional iniciou o ciclo de aumento da Taxa SELIC, o que por consequência elevou os juros de empréstimos e financiamentos, influenciando nas projeções e demandas do mercado imobiliário do Distrito Federal.

Foi com esta perspectiva que a TERRACAP trabalhou para manter seus níveis de arrecadação com vendas de imóveis, suprimindo a necessidade dos consumidores/licitantes, e garantindo a continuação da realização de investimentos no desenvolvimento das cidades do Distrito Federal.

Os recursos das vendas de terrenos da TERRACAP são utilizados para prover a manutenção administrativa e operacional da Empresa, desenvolver e implantar projetos de parcelamentos, incluindo as obras de infraestrutura exigidas pela Lei nº 9.785 de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Loteador), assim como investir em obras urbanas e viárias de interesse do Governo, em conformidade com a Lei n.º 4.586, de 13 de julho de 2011.



Neste sentido, e executando seu caráter de Agência de Desenvolvimento a Terracap aplicou seus recursos para promover várias obras visando melhorias em todo o Distrito Federal, dentre as quais podem ser citadas, como na área de lazer, as obras de implantação do Parque Burle Marx visando a conservação ambiental, o bem estar e atividades de recreação da população do Distrito Federal; na área da educação continuação das obras de Construção da Escola Classe 203 do Itapoã, da Escola Classe 425 em Samambaia; em infraestrutura dentre as várias implementadas pela empresa, o destaque para a conclusão da implantação da rede de distribuição subterrânea de energia elétrica nas quadras SQNW 102, 103, 104, 106, 302 e 304; conclusão da recuperação da pavimentação da via DF-095 (EPCL) - Via Estrutural; infraestrutura na expansão do Guará II e no Setor Habitacional Arniqueiras; e o avanço de aproximadamente 92% de conclusão das obras do Programa Drenar DF, que visa solucionar os problemas de alagamentos na Asa Norte.

Na venda de terrenos e regularização, os grandes destaques foram: as vendas dos lotes do Residencial Jacarandás, pertencente ao Complexo Aldeias do Cerrado; as regularizações de Templos e Igrejas; e a regularização de 961 lotes nas seguintes regiões do Distrito Federal: Jardim Botânico, Vicente Pires, Arniqueira, Estrutural Setor Habitacional Grande Colorado e Riacho Fundo I – Sucupira.

Na gestão interna, já em período de estabilização quanto ao módulo de gestão de Recursos Humanos, o Sistema de Gestão Integrado – ERP que tem como objetivo a unificação das informações dos softwares administrativos da empresa com segurança e qualidade, avançou durante o exercício em vários módulos, como o de gestão de contratos, orçamento público e financeiro.

As execuções de ações da TERRACAP, relativas a condenações judiciais nas esferas civil e trabalhista, sofreram uma queda no exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023, somando um montante de aproximadamente R\$ 1,6 milhões com a seguinte composição:

- R\$ 674 mil pagos na esfera de Investimento relativos às Execuções Cíveis referente à Aquisição e Recuperação de Imóveis (com contrapartida patrimonial à Terracap);
- R\$ 621 mil pagos na esfera de Dispendio relativos às Execuções Cíveis diversas (sem contrapartida patrimonial à Terracap);
- R\$ 410 mil pagos na esfera de Dispendio referentes às Condenações Trabalhistas.

Quanto ao exercício de 2025, a perspectiva é de que mesmo com cenários de austeridade econômica, a TERRACAP mantenha seus índices de vendas satisfatórios, e simultaneamente com a execução de novos projetos, seja possível a obtenção de mais recursos que proporcionem a realização de grandes investimentos no desenvolvimento Distrito Federal, beneficiando assim sua população.



20203 - BIOTIC S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A integração que o Distrito Federal proporciona entre as três esferas nacionais de governo, universidades, empresas e representações diplomáticas, fazem com que as ações de políticas públicas para desenvolvimento de um ecossistema de inovação transformem o Distrito Federal em um ambiente qualificado para desenvolver empreendimentos inovadores que possibilitam iniciativas promissoras em um contexto nacional e internacional. O Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC atua como promotor de oportunidades para empresas que visam o desenvolvimento tecnológico, inclusive com circunstâncias imprevisíveis, como no combate ao coronavírus e suas repercussões, além de investir em outras empresas com potencial tecnológico e inovador, universidades e laboratórios avançados que possam alavancar a matriz socioeconômica da região.

Localizado na interseção entre o Plano Piloto, Patrimônio Mundial da UNESCO, e o Parque Nacional de Brasília, o Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC visa criar uma área urbana dinâmica e imersa na natureza, promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social. A viabilização do Parque Tecnológico de Brasília envolve desde operações financeiras e imobiliárias de ocupação do espaço à realização de prospecção de novos negócios condizentes com a finalidade do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Para tanto, o BIOTIC foi projetado para estabelecer um bairro vibrante - com escritórios, universidades, comércios, residências, praças e parques harmonizados com a riqueza da paisagem circundante e o meio ambiente.

A BIOTIC S.A é uma subsidiária integral da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP, criada para cuidar da gestão, controle e estruturação do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, que tem a finalidade de promover mudanças na estrutura econômica do Distrito Federal, com desenvolvimento de atividades econômicas de alta qualificação e fomento à política de inovação tecnológica nacional. A criação e a atuação no desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, se baseia na Lei Complementar Distrital nº 679, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Distrital nº 923, de 10 janeiro de 2017, que cria a área para instalação do Parque, em zona urbana de uso controlado. Com mais de 121 hectares e mais de 10.000 m² de construção já concluída, conta, atualmente, com mais de 20 empresas residentes em suas instalações.

Além disso, a área destinada ao Parque Tecnológico BIOTIC é considerada zona urbana controlada e, também, ao mesmo tempo que está a 25 minutos do aeroporto de Brasília, fica em uma área fora do tráfego intenso da cidade urbana, tornando-se um ambiente propício para testes, como de carros autônomos, uso de iluminação pública integrada inteligente, monitoramento climático, proporcionando ao BIOTIC a oportunidade de se tornar uma espécie de Vitrine Viva de Negócios, onde os interessados poderão testar e conhecer as tecnologias e soluções desenvolvidas no âmbito do Parque, promovendo a marca do BIOTIC tanto nacionalmente como internacionalmente.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	2	0	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	11	8	0	0	19
Requisitados de órgãos do GDF	4	0	0	0	4



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	2	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	16	0	16
Subtotal	16	10	16	2	44
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	16	10	16	2	44

A BIOTIC S.A. encerrou 2024 com uma força de trabalho (considerando custos para a Empresa) de 44 colaboradores, dentre Comissionados sem vínculo, Requisitados de outros órgãos, Empregados Efetivos da Terracap, Terceirizados (não fazem parte da FUNAP), Estagiários, além de Conselheiros Fiscais e Conselheiros de Administração. Na categoria "Outros" têm-se 6 (seis) terceirizados (limpeza, recepcionistas e copeiras), 5 (cinco) Conselheiros de Administração e 5 (cinco) Conselheiros Fiscais. Importante frisar que a BIOTIC conta ainda com 2 (dois) Diretores da área meio (Diretor-Presidente e Diretor de Administração e Finanças) e 2 (dois) Diretores da área fim (Diretor de Negócios, Ciência, Tecnologia e Inovação e Diretor de Engenharia), assim como funcionários da Controladora Terracap que não ocupam cargos em comissão na BIOTIC (cinco no total). Uma vez que Diretores e funcionários da Terracap que não ocupam cargos em comissão da BIOTIC S.A. não incorrem em custos para a Empresa, pois são 100% custeados pela controladora Terracap, estes não foram relacionados no quadro da força de trabalho, mas caso fossem somados o total seria de 53 colaboradores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	583000,0	7000,0	590000,0	566272,22
0072 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- PLANO PILOTO .	583000,0	7000,0	590000,0	566272,22
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	1200000,0	800000,0	2000000,0	1200000,0
0004 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-DISTRITO FEDERAL	1200000,0	800000,0	2000000,0	1200000,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1783000,00	807000,00	2590000,00	1766272,22



Esse Programa contempla ressarcimentos de despesas administrativas (água, esgoto e energia elétrica) realizadas pela FAP-DF para manutenção do Edifício de Governança do Parque Tecnológico de Brasília (Ação 9093), além da participação acionária da BIOTIC S.A. em outras empresas (Ação 9090).

Programação Orçamentária Executada

O ressarcimento foi realizado em dezembro de 2024 sendo considerados a proporção conforme a área em m2 ocupados pela FAPDF e BIOTICSA, sendo 41,3% e 58,7% respectivamente. O pagamento aproximado de R\$ 566 mil considerou o período de julho de 2023 a outubro de 2024. Importante salientar que a BIOTIC S.A. efetua os ressarcimentos com a arrecadação de condomínio dos residentes sob sua gestão, na fração ideal atual de 58,7% do Edifício de Governança, acordado junto à FAP/DF que assume os 41,3% restantes. O período para ressarcimento de novembro de 2024 em diante ficou para 2025, uma vez que a BIOTIC S.A. não recebeu os cálculos da FAP/DF antes do encerramento do exercício 2024.

Quanto à ação 9090 (Participação Acionária), foi executado 100% do Orçamento Autorizado de R\$ 2 milhões com aportes financeiros no Fundo de Investimento Imobiliário - FII BIOTIC. Por motivos técnicos não foi possível lançar R\$ 800 mil autorizados e executados no Sistema SIGGo.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira				
Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	6566000,0	0	6566000,0	1515396,62
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO - BIOTIC-- PLANO PILOTO .	6566000,0	0	6566000,0	1515396,62
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	2000000,0	0,0	2000000,0	711046,24
0065 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES--DISTRITO FEDERAL	2000000,0	0,0	2000000,0	711046,24
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	8566000,00	0,00	8566000,00	2226442,86

Programação Orçamentária Executada

A ação "Implantação do Parque Tecnológico - BIOTIC" é a atividade fim da BIOTIC S.A. Dessa forma, diversos projetos e atividades foram desenvolvidos para implantação do Parque Tecnológico (detalhamento na seção 3 "Informações Complementares"). Em relação à execução da ação de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, estão contemplados: pagamentos da taxa de administração do FII BIOTIC, taxas da CVM do FII BIOTIC, laudo de avaliação do Lote 1 do Parque Tecnológico de Brasília e referente ao encerramento da oferta da 1ª emissão de cotas do FII BIOTIC.

A ação "Transferência Financeira a Entidades", no âmbito do Programa Centelha DF, realizou 74% acima do exercício anterior, R\$ 464 mil contra R\$ 267 mil em 2023. A BIOTIC S.A. também promoveu um Convênio com a FIBRA e SEBRAE objetivado um Hub da Indústria, no qual empresas foram aceleradas e a BIOTIC contribuiu com aproximadamente R\$ 247 mil.

Fundo de Investimento Imobiliário - FII BIOTIC

Denominado de Distrito de Inovação BIOTIC, o Parque amplia os seus usos para se tornar um bairro multifuncional no conceito de "smart cities", mais integrado à malha urbana e à natureza ao seu redor, com o objetivo de se criar um ambiente de inovação de padrão internacional. Além disso, servirá de referência para o desenvolvimento do Distrito Federal nos moldes de Cidades Humanas Inteligentes Sustentáveis e Criativas – CHISC, de acordo com o disposto na Lei nº 6.620, de 10 de Junho de 2020. O masterplan desenvolvido



estabeleceu um bairro vibrante, no conceito “work, live and play”, conectado à natureza, com residências, escritórios, praças e parques, trazendo a herança modernista da cidade, mas de maneira mais centrada no ser humano.

A estratégia de financiamento do Distrito de Inovação BIOTIC consiste na utilização da modalidade de estruturação financeira de Project Finance, associada ao uso de fundo de investimento imobiliário (FII) e de fundo de investimento em participações (FIP) como fontes de recursos para o empreendimento. Essa estratégia está respaldada no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, na legislação brasileira de mercado de capitais e na Lei das Estatais. Em 2021, a BIOTIC S.A. em conjunto com INTEGRAL BREI, BRB e TERRACAP realizaram grandes avanços no detalhamento do projeto, no atendimento de exigências urbanísticas e ambientais, no fortalecimento do ecossistema de inovação e na estruturação do principal veículo de investimento, o Fundo de Investimento Imobiliário – FII BIOTIC.

Conectado com o futuro do mercado, o FII BIOTIC foi criado seguindo princípios internacionais de responsabilidade ambiental, social e de governança (ASG). A adoção de políticas ASG é um atrativo importante e necessário para a captação de recursos no mercado financeiro internacional. O FII BIOTIC possui o potencial de se tornar o maior fundo ASG imobiliário do País. O Fundo tem por objetivo o desenvolvimento do Distrito de Inovação BIOTIC, com o aporte, desenvolvimento imobiliário e rentabilização do Lote 1 do Parque Tecnológico de Brasília, de 1 milhão de metros quadrados, avaliado em R\$ 990 milhões, com a captação de investidores para as 5 fases do projeto. O fundo captará R\$ 1,1 bilhão na primeira fase, de um total previsto para o projeto de mais de R\$ 6 Bilhões.

Essa operação não se trata de uma alienação pura de imóvel. Aproxima-se a uma permuta de bens (imóveis) por valores mobiliários (cotas do FII), com exata equivalência de valor monetário. Assim sendo, não há desfazimento de patrimônio público, com entrega do equivalente em pecúnia, mas sim, alteração de sua natureza, com a alocação de parte do patrimônio imobiliário no FII, em troca de cotas representativas dos bens aportados. É importante salientar a preocupação constante na estruturação do FII BIOTIC em garantir a preservação do interesse público de implantação do Parque Tecnológico de Brasília, instrumento da política de CT&I, sem criar condições estranhas ao mercado financeiro, o que prejudicaria a captação de investimentos e, conseqüentemente, o sucesso do empreendimento público-privado.

O FII BIOTIC foi registrado na CVM em setembro de 2021, quando ocorreu o seu lançamento oficial em São Paulo no dia 22 do mesmo mês. Conforme exigência da CVM, o Fundo encontra-se em período de silêncio e na preparação de sua primeira Oferta, com vistas à integralização de cotas por parte da BIOTIC S.A. com o aporte do Lote 1 em janeiro de 2022. O FII BIOTIC iniciou a etapa de roadshow para captação de recursos no mercado financeiro e de prospecção comercial de parceiros imobiliários e potenciais ocupantes dos empreendimentos da primeira fase, com chamadas de capitais para investidores restritos (Oferta 476). Foram desenvolvidos os projetos de infraestrutura, bem como a obtenção de licenças e contratações necessárias para se iniciar as obras de implantação da primeira fase do Distrito de Inovação BIOTIC.

Em 2023 foram concluídos os estudos de viabilidade, autorização por parte do Conselho do World Trade Center (WTC) para a instalação do empreendimento em Brasília, assim como o evento de assinatura do pré-contrato de instalação do WTC no BIOTIC.

Em 2024 foram realizadas subscrições de R\$ 2 milhões destinados ao atendimento de demandas prioritárias do Parque Tecnológico de Brasília (BIOTIC), incluindo especialmente a abertura de matrículas e a cobertura de despesas.

Por fim, pretende-se avançar com a criação da política de atração e desenvolvimento de empresas de base tecnológica para o BIOTIC. Será desenvolvida uma proposta de benefícios fiscais e creditícios aos seus ocupantes, alinhada com os demais ambientes de inovação do Brasil e do Mundo. Foi estruturado o fundo de investimento em participações dedicado ao empreendimento (FIP BIOTIC de Inovação), com o objetivo de promover a atração de empresas para o BIOTIC, o fortalecimento do ecossistema de inovação e o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal.



8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4500000,0	2685000,0	7185000,0	6974768,36
0025 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- PLANO PILOTO .	4500000,0	2685000,0	7185000,0	6974768,36
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4259000,0	1961000,0	6220000,0	6207050,26
0043 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- PLANO PILOTO .	4259000,0	1961000,0	6220000,0	6207050,26
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	1200000,0	-807000,0	393000,0	219487,14
0005 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING-- PLANO PILOTO .	1200000,0	-807000,0	393000,0	219487,14
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	9959000,00	3839000,00	13798000,00	13401305,76

Programação Orçamentária Executada

Por ser uma empresa subsidiária integral da Terracap, a BIOTIC S.A. conta com o apoio orçamentário e financeiro de sua controladora no que diz respeito à realização de algumas despesas da Empresa. No programa de gestão, manutenção e serviços, a Terracap possui importante participação auxiliando sua controlada em seus primeiros anos de vida. Por força do Contrato nº 53/2020, a BIOTIC registrou, em seu próprio orçamento, as despesas diretamente efetuadas pela Terracap quer seja no Programa "Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais" quer seja no programa "Administração de Pessoal" devendo a controladora registrar tais despesas em seu Programa de Trabalho "Participação Acionária", a fim de evitar a duplicidade de informações.

No entanto, a BIOTIC S.A. em 2024 teve importante participação nessas despesas, de forma direta e por meio de convênios firmados com outros órgãos. A exemplo da ação "Manutenção dos Serviços administrativos Gerais" que registrou uma execução de R\$ 6,2 milhões, sendo que a BIOTIC S.A. com seus recursos próprios e com o convênio de "Facilities" com a FAP/DF executou mais de 63% desse montante.

Já na ação de "Realização de Atividades de Comunicação e Marketing" a despesa deve-se sobretudo à BIOTIC S.A. que investiu 99,5% da execução registrada, isto é, aproximadamente R\$ 218 mil, sendo apenas 0,5% efetuado diretamente pela Terracap.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A BIOTIC S.A. tem o compromisso de impulsionar o ecossistema de inovação no Distrito Federal, promovendo setores de alta tecnologia e biotecnologia, alinhados às demandas atuais de sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico. A viabilização da BIOTIC S.A. envolve operações financeiras e imobiliárias que visam a ocupação do espaço e a prospecção de novos negócios, todos alinhados com a meta de promover o desenvolvimento sustentável no Distrito Federal. Entre as melhorias e benefícios gerados pela atuação da BIOTIC, destacam-se:

- Desenvolvimento Urbano e Imobiliário do BIOTIC: Com uma área de mais de 121 hectares, o Parque Tecnológico de Brasília foi criado para abrigar um ambiente urbano de uso



controlado, com aproximadamente 10.000 m² de construção já concluída e diversos ocupantes instalados. A área é respaldada por estudos robustos de urbanismo, sustentabilidade e regulamentação jurídica. Em apoio a essa estrutura, foi constituído o Fundo de Investimentos Imobiliários – FII BIOTIC, cuja finalidade é captar recursos privados e oferecer uma blindagem jurídica à operação. Estima-se que o FII BIOTIC possa atrair mais de R\$ 7 bilhões em investimentos, com previsão para o início das obras de infraestrutura em 2025. Embora o cenário econômico global apresente desafios, especialmente para atrair investidores internacionais em fases iniciais, a estratégia do FII BIOTIC se concentra na captação de empresas âncoras, que facilitarão a implantação do empreendimento e garantirão o sucesso do Distrito de Inovação BIOTIC.

- **Articulação Institucional, Parcerias e Atração de Investimentos:** O BIOTIC promove diversas iniciativas que consolidam o ecossistema de inovação no Distrito Federal. Por meio de editais, programas de apoio ao empreendedorismo e eventos, o parque fomenta a colaboração entre diferentes atores. Entre os projetos de destaque, estão o Programa Centelha, com 27 projetos em andamento, e o Edital ASG, realizado em parceria com a ABDI, que entregou cinco Provas de Conceito (POCs) para os governos local e federal, abordando desde acessibilidade digital até monitoramento da qualidade da água em tempo real. Além disso, o BIOTIC foi o primeiro local do Brasil a contar com ambiente 5G, e abriga salas de aula inteligentes e laboratórios de robótica e inovação. A BIOTIC S.A. também desenvolveu parcerias estratégicas: com Hub da Indústria e o SEBRAE para a realização de programas de aceleração; com a CAESB; assim como com o Sinfor para o Programa InovaTI e com o SERPRO; com o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) para o Summer Job; além da Reag Investimentos e do Instituto de Pesquisa MackGrappe; assim como Sebrae/DF com a execução do LabDay, ações facilitadoras de networking e que aproxima empresas tradicionais de startups de base tecnológica. Ao longo dos anos, o BIOTIC recebeu delegações internacionais de países como África do Sul, República Tcheca, Singapura, Togo, Israel e China. Esse intercâmbio facilita a introdução de novas tecnologias no Brasil e proporciona oportunidades de internacionalização para startups nacionais.

- **Aprendizado e Crescimento:** Desde sua fundação, o BIOTIC tem atraído crescente visibilidade em veículos de comunicação locais, nacionais e internacionais, tendo sido mencionado em mais de 150 publicações. Essa exposição, junto à realização de eventos de promoção de inovação, fortalece o papel do parque como um agente de transformação digital no Distrito Federal. O BIOTIC desempenha um papel fundamental no fortalecimento do ecossistema de inovação, impactando positivamente o mercado local e a sociedade, e se consolidando cada vez mais como uma referência em tecnologia e desenvolvimento sustentável. Desde a criação da Coordenação de Relações Institucionais e de Comunicação Social (CORIC) da BIOTIC S.A., em julho de 2023 a CORIC tem gerido de forma integrada a comunicação e as relações institucionais, fortalecendo a imagem do parque como um polo de inovação. Com uma estratégia focada em divulgação e parcerias, tem promovido o ecossistema de inovação do BIOTIC, ampliando seu reconhecimento e atraindo investidores. Nos primeiros meses de atuação, implementou um plano de comunicação que resultou em mais de 170 matérias na imprensa e 641 publicações nas redes sociais até outubro de 2024. O perfil da BIOTIC S.A. no Instagram cresceu de 1.100 para 3.809 seguidores, alcançando mais de 33.832 contatos de agosto a outubro. Um sistema de monitoramento foi implementado para coletar dados sobre as atividades das empresas residentes e o bem-estar no parque, aprimorando o suporte oferecido. Em 2024, a CORIC expandiu suas ações com eventos focados em bem-estar, empreendedorismo e inovação, além de iniciativas de saúde e qualidade de vida, incluindo ginástica laboral, palestras sobre saúde mental e campanhas de vacinação e doação de sangue. No âmbito empreendedor, o evento StartPlay incentivou a criação de startups com workshops e uma competição de pitches. Apoiou eventos como o WTC, oficinas práticas, jornadas de inovação, entre outros. O parque ainda sediou o Nau Fest Brasília, um evento internacional que recebeu mais de 1.400 alunos da rede pública para explorar temas como inteligência artificial e sustentabilidade, com o apoio de empresas como Google, Sebrae e Nestlé. No campo das relações institucionais, a CORIC organizou visitas ao BIOTIC, recebendo



delegações do Parque Tecnológico de Viçosa, instituições educacionais como o Senac e a Universidade Católica de Brasília, e delegações internacionais de países como África do Sul, República Tcheca, Togo e Singapura. Essas visitas fortaleceram laços institucionais e ajudaram a consolidar o BIOTIC como um centro global de inovação. Dessa forma, a CORIC tem sido fundamental para promover o crescimento e a visibilidade do BIOTIC no cenário de inovação nacional e internacional, com um compromisso contínuo com a saúde, bem-estar e empreendedorismo.

A BIOTIC S.A., com o foco de garantir o uso das melhores práticas de governança corporativa, sempre em busca do respeito às competências regimentais de cada unidade, previu, em seu Regimento Interno, a criação da Coordenação de Governança – Cgove, que conta com o apoio de duas divisões: a Divisão de Compliance e Gestão de Riscos (Dicor) e a Divisão de acompanhamento de Governança (Digov). Nos últimos anos, a empresa elaborou documentos importantes, como a Carta Anual de Governança Anual, o Plano de Negócios Anual, o Plano Estratégico Quinquenal, o Programa de Integridade e seu respectivo Plano de ações, além da Política de Compliance, Política de Gestão de Riscos, Política de Divulgação de Informações, Política de Transação com Partes Relacionadas e a Norma de Compliance. Salienta-se adesão à Política de Gestão de Pessoas e à Política de Porta-vozes da Terracap, bem como ao Código de Conduta e Integridade da Terracap, até a confecção de seus próprios documentos.

A BIOTIC S.A. também se vale do Comitê de Ética, do Canal de Reporte e dos sistemas de transparência da folha de pagamentos e agenda dos Diretores nos moldes de sua controladora. Salienta-se que essas práticas, atualmente compartilhadas com a Terracap, serão progressivamente incorporadas de forma independente pela BIOTIC, conforme o Plano de Ação para 2025. A fase operacional do Projeto BIOTIC terá início apenas após o efetivo funcionamento do fundo de investimento. A expectativa recai sobre qual será o primeiro imóvel locável no Parque Tecnológico de Brasília, distinto do prédio de governança da BIOTIC, que atua como gestora das etapas iniciais do projeto. Somente após esse marco, a BIOTIC dará início à constituição das primeiras áreas geradoras de receita, conforme descrito no Master Plan.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2025 há uma fixação de despesas superior à 2024, com uma receita própria da BIOTIC praticamente igual (preço público, taxa condominial e garagens), menor captação prevista via convênios, e maior previsão orçamentária de Aumento Futuro de Capital Social (AFAC) da Terracap com a BIOTIC. De uma forma geral:

Tipo de Receita 2025	Orçamento (R\$)
Receita com Preço Público	302.000
Receita com Condomínio	870.000
Receita Garagens	12.000
Convênio Facilities	3.136.000
AFAC - Terracap	17.105.000
Empréstimos Bancos Nacionais	15.000.000
Empréstimos Bancos Internacionais	15.000.000
TOTAL 2025	51.425.000

A BIOTIC S.A., independentemente de sua controladora, tem a previsão de arrecadar com os preços públicos, taxas condominiais e cessões de garagem, por volta de R\$ 1,2 milhão. O convênio de “Facilities”, que prevê a gestão dos serviços e instalações prediais do Complexo de Governança do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, possui uma expectativa de entrada de R\$ 3,1 milhões. Do total da AFAC que será por volta de R\$ 17,1 milhões, aproximadamente R\$ 11,6 milhões serão destinados à Folha Salarial, Terceirizados, Serviços de Manutenção, Comunicação e Marketing e Participação Acionária em outras empresas, restando R\$ 5,5 milhões para os investimentos da BIOTIC em 2025, como recursos para



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

aceleradoras, equipamentos e materiais permanentes, envelopamento do edifício de governança, licenciamento ambiental e urbanístico e outros. Por fim, têm-se a previsão de aporte financeiro para investimento na infraestrutura do Parque Tecnológico BIOTIC na ordem de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).



20204 - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Junta Comercial do Distrito Federal foi criada pela Lei Distrital nº 314, de 21 de setembro de 1992, contudo sua eficácia foi suspensa em novembro de 1992 devido à propositura de incidente de arguição de inconstitucionalidade.

Em 2018, houve a transferência das atividades de Registro Público de Empresas Mercantis para o âmbito distrital. Em 4 de dezembro de 2018, editou-se a Medida Provisória nº 861, sendo convertida em Lei Federal nº 13.833/2019, em 4 de julho de 2019.

Com base na referida medida, o Governo do Distrito Federal incorporou a Junta Comercial à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, conforme o Decreto nº 39.699, de 28 de fevereiro de 2019. A receita gerada pelos serviços de registro de empresas mercantis passou a ser responsabilidade do Distrito Federal, até que uma lei específica a instituisse como autarquia distrital.

A Lei nº 6.315, de 27 de junho de 2019, criou a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal (JUCIS-DF), a qual assumiu a responsabilidade pela execução e administração dos serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins no Distrito Federal.

A JUCIS-DF é uma autarquia com personalidade jurídica de direito público, caracterizada por sua independência administrativa e autonomia financeira. Sua principal finalidade é fomentar, facilitar, simplificar e integrar o registro de empresas e negócios, alinhando-se às políticas de desenvolvimento social e econômico. O objetivo é promover a geração de riqueza e oportunidades de trabalho no Distrito Federal.

As competências da JUCIS-DF estão dispostas no artigo 4º da Lei nº 6.315/2019. De forma resumida, as atribuições da JUCIS-DF são as seguintes:

1. Executar os serviços de registro de empresário individual, Eireli, sociedade empresária e cooperativa, incluindo arquivamento e autenticação de documentos e emissão de certidões.
2. Elaborar a tabela de preços de seus serviços, conforme instruções do Dreí.
3. Processar habilitação, matrícula e cancelamento de agentes auxiliares do comércio, como tradutores e leiloeiros.
4. Elaborar seu regimento interno e resoluções administrativas.
5. Expedir carteiras de exercício profissional.
6. Proceder ao assentamento dos usos e práticas mercantis.
7. Prestar informações ao DREI sobre o Cadastro Nacional das Empresas Mercantis.
8. Organizar e atualizar o Cadastro Estadual de Empresas Mercantis.
9. Atuar como Integrador Estadual da Redesim.
10. Simplificar e desburocratizar processos de registro e legalização de pessoas jurídicas.
11. Promover a entrada única de dados cadastrais.
12. Integrar processos de registro entre órgãos e entes envolvidos.
13. Recolher valores de preços públicos devidos por seus serviços.
14. Exercer outras atividades correlatas e implícitas em sua competência.

O artigo 8º da Lei 6.315/2019 estabeleceu a estrutura básica da JUCIS-DF, criando diversos cargos comissionados. Inicialmente, foram criados 94 cargos. No entanto, dois desses cargos foram extintos, resultando em 92 cargos, e mais um foi remanejado, totalizando 91 cargos. Assim, os órgãos e unidades que compunham a estrutura administrativa da JUCIS-DF autorizada por lei naquela época eram:



- I - Presidência, como órgão estratégico e representativo;
- II - Vice-Presidência, como órgão representativo e de correição;
- III - Plenário, como órgão deliberativo superior;
- IV - Turmas, como órgãos deliberativos de grau inferior;
- V - Secretaria Geral, como órgão administrativo;
- VI - Chefia de Gabinete, como órgão de coordenação;
- VII - Diretoria, como órgão diretivo; VIII - Assessoria Especial, como órgão de assessoramento especial; IX Assessoria Jurídico-Legislativa, como órgão de assessoramento jurídico e legislativo; X - Ouvidoria, como órgão de apoio estratégico; XI - Auditoria, como órgão de controle interno; XII - Gerência, como órgão gerencial.

Em 8 de março de 2023, a JUCIS-DF passou por uma reestruturação administrativa. Posteriormente, em 24 de outubro de 2023, outra reestruturação ocorreu, reduzindo a equipe para 72 servidores comissionados, dos quais 4 eram servidores efetivos cedidos, 67 não possuíam vínculo efetivo com a administração pública, e 1 servidora estava à disposição sem ônus para a autarquia.

Em seguida, por meio do Decreto de 22 de fevereiro de 2024, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 37, de 23 de fevereiro de 2024, foi nomeada uma nova gestão para a JUCIS-DF.

Após a posse da nova gestão, em agosto de 2024, a JUCIS-DF foi realocada para sua nova sede. Antes disso, a autarquia funcionava em um prédio localizado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Lote 1A, Asa Sul, Brasília/DF, onde dividia o espaço com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) até o ano de 2022. Com o fim da cessão de uso do imóvel pelo INPI e a intenção da União de instalar outros órgãos no mesmo local, tornou-se necessário encontrar um novo espaço que atendesse às demandas da autarquia. Atualmente, a JUCIS-DF está sediada no SCN, Quadra CN2, Lote B, Loja nº 120, Asa Norte, Brasília/DF.

No contexto das medidas de reestruturação da JUCIS-DF, foi feito um levantamento das necessidades de pessoal para fortalecer a equipe. Inicialmente, a autarquia analisou as demandas do quadro efetivo de servidores e verificou que as atribuições dos cargos na carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental estavam alinhadas com os requisitos dos diversos postos na JUCIS-DF, em função das competências necessárias às suas funções. Com a realização do concurso público para essa carreira, ocorreu a cessão de 3 (três) servidores a esta autarquia.

Em seguida, as ações de reforço da força de trabalho levaram à incorporação de estagiários, funcionários da FUNAP e a admissão de servidores com cargos comissionados. Em resumo, a estrutura administrativa da JUCIS-DF a nível estratégico, atualmente, tem a seguinte composição: 1.Presidência;1.1. Vice-presidência; 1.2. Chefia de Gabinete; 1.3. Diretoria de Apoio ao Colegiado; 1.4. Assessoria Jurídico-Legislativa; 1.5. Auditoria; 1.6. Ouvidoria; 1.7. Unidade de Gestão Estratégica e de Projetos; 1.7.1 Gerência de Inovação, Projetos e Parcerias; 1.7.2 Gerência de Apoio à Redesim; 1.8. Assessoria de Comunicação; 1.9. Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação; 1.9.1 Diretoria de Infraestrutura Tecnológica; 1.9.2 Diretoria de Soluções Sistêmicas e Banco de Dados; 1.10. Secretaria Geral; 1.10.1. Diretoria de Gestão Documental; 1.10.2. Unidade de Licitação; 1.10.3. Coordenação de Registro Empresarial; 1.10.3.1. Diretoria de Registro Empresarial; 1.10.3.1.1. Gerência de Análise I-V; 1.10.3.2. Diretoria de Atendimento ao Usuário; 1.10.3.3. Diretoria de Viabilidade e Pré-Análise; 1.10.3.3.1 Gerência de Viabilidade e Pré-Análise I-II; 1.10.3.4. Diretoria de Cadastro, Arquivo e Digitalização; 1.10.3.4.1. Gerência de Cadastro, Arquivo e Digitalização I-II; 1.10.3.5. Diretoria de Agentes Auxiliares e Autenticação de Instrumentos Contábeis; 1.10.4. Unidade de Planejamento, Orçamento e Finanças; 1.10.4.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças; 1.10.4.2 Diretoria de Planejamento e Orçamento; 1.10.5. Unidade Administrativa.

Plenário



A Diretoria de Apoio ao Colegiado é encarregada de acompanhar e fornecer suporte ao Plenário, o órgão deliberativo superior da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal (JUCIS-DF), conforme estabelecido pela Lei 8.934/94.

O Plenário tem a competência de julgar processos em grau de recurso, de acordo com o Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996. A Lei atribui ao Plenário as seguintes funções:

1. Julgar recursos interpostos das decisões definitivas, singulares ou colegiadas;
2. Deliberar sobre a tabela de preços dos serviços da Junta Comercial, submetendo-a, quando necessário, à autoridade superior;
3. Deliberar sobre o assentamento dos usos e práticas empresariais (Redação dada pelo Decreto nº 10.173, de 2019);
4. Aprovar o Regimento Interno e suas alterações, submetendo-o, quando necessário, à autoridade superior;
5. Decidir sobre matérias de relevância, conforme previsto no Regimento Interno;
6. Deliberar, por proposta do Presidente, sobre a criação de Delegacias;
7. Deliberar sobre as proposições de perda de mandato de Vogal ou suplente;
8. Manifestar-se sobre propostas de alteração do número de Vogais e respectivos suplentes;
9. Exercer as demais atribuições e praticar os atos que estiverem implícitos em sua competência, ou que vierem a ser atribuídos por leis ou outras normas federais ou estaduais.

Os vogais e seus suplentes são nomeados pelo Governador do Distrito Federal, exceto o vogal representante da União e seu suplente, que são nomeados pelo Ministro de Estado da Economia, conforme a Lei 6.315/93. O art. 9º da Lei 8.934/94 discorre sobre a estrutura básica das juntas comerciais, que será integrada pelos seguintes órgãos:

1. A Presidência, como órgão diretivo e representativo;
2. O Plenário, como órgão deliberativo superior;
3. As Turmas, como órgãos deliberativos inferiores;
4. A Secretaria-Geral, como órgão administrativo;
5. A Procuradoria, como órgão de fiscalização e consulta jurídica.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	3	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	39	52	0	0	91
Requisitados de órgãos do GDF	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	4	2	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	5	0	5
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	44	52	12	2	110



Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	44	52	12	2	110

Acerca desse ponto, a análise do quadro de força de trabalho da JUCIS-DF revela que a instituição conta com um total de 110 colaboradores, incluindo terceirizados, estagiários, requisitados do GDF, comissionados sem vínculos e efetivos do GDF. Entre eles, destacam-se 3 servidores efetivos da Carreira PPGG, 91 comissionados sem vínculos e 5 efetivos requisitados de outros órgãos do GDF, totalizando 99 servidores, o restante é composto por estagiários e terceirizados FUNAP. Sendo assim, a força de trabalho está distribuída, com 50,91% alocados para a área meio e 49,09% para a área fim.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	50000,0	50000,0	0	0
0002 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	167464,0	167464,0	64202,76	64202,76
0034 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	167464,0	167464,0	64202,76	64202,76
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	200000,0	200000,0	61209,96	21209,96
0021 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-JUCIS- DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,0	61209,96	21209,96
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	539293,0	539293,0	140283,03	120283,03
0100 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PES-JUCIS- DISTRITO FEDERAL	539293,0	539293,0	140283,03	120283,03
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100000,0	100000,0	59,4	59,4
0079 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	59,4	59,4
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1056757,00	1056757,00	265755,15	205755,15

Programação Orçamentária Realizada:

A análise dos programas orçamentários inicia-se com as operações especiais, que, embora não gerem produtos ou serviços diretos para a população, são essenciais para o cumprimento de obrigações legais ou contratuais. O quadro acima ilustra a execução orçamentária e financeira do PROGRAMA OPERAÇÕES ESPECIAIS, detalhando as despesas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, com uma dotação inicial total de R\$ 1.056.757,00. Os recursos foram alocados nas seguintes ações orçamentárias:



Ação **9001** - Execução de Sentenças Judiciais: R\$ 167.464,00 - dotação disponibilizada no orçamento para custeio de despesas com requisição de pequeno valor - RPV. Ação **9033** - Formação do Patrimônio do Servidor Público: R\$ 200.000,00 - dotação disponibilizada no orçamento para custeio de despesas com pagamento do PIS/PASEP, registro de recolhimento de contribuições mensais do PASEP sobre a receita líquida da JUCIS-DF. Ação **9050** - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal: R\$ 539.293,00 - dotação disponibilizada para rescisões e acertos financeiros de servidores desligados durante o exercício 2024. Ação **9093** - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições: R\$ 100.000,00 - dotação disponibilizada para outros ressarcimentos com reembolso de plano odontológico dos servidores e outras despesas de ressarcimentos, durante o exercício 2024.

De modo geral, a programação alcançou os objetivos previstos para a execução das despesas relacionadas às atividades de operações especiais. A análise revela que 25,15% dos recursos alocados foram empenhados, sendo que 19,47% foram efetivamente liquidados. Os montantes desembolsados foram direcionados para o pagamento de requisições de pequeno valor judicial, PASEP, indenizações, restituições trabalhistas e reembolsos.

Programação Orçamentária Não Executada:

Ação Orçamentária - 9041 Devido à ausência de demanda, a programação orçamentária referente à ação 9041 Conversão de Licença-Prêmio em Pecúnia – Servidor Inativo não foi executada durante o exercício financeiro.

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira				
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8200000,0	1700000,0	1285649,99	1285649,99
0055 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - EMPREENDEDOR DIGITAL - DISTRITO FEDERAL	8200000,0	1700000,0	1285649,99	1285649,99
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	1221721,0	1221721,0	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO - DISTRITO FEDERAL	1221721,0	1221721,0	0	0
2952 - SERVIÇOS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS	700000,0	700000,0	0	0
0001 - SERVIÇOS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS - DISTRITO FEDERAL	700000,0	700000,0	0	0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10121721,00	3621721,00	1285649,99	1285649,99

Programação Orçamentária Realizada:

O quadro acima refere-se aos programas temáticos da JUCIS-DF, que estão diretamente relacionados às ações finalísticas deste órgão. Seu objetivo é auxiliar o Governo do Distrito Federal na captação de investimentos para o Distrito Federal, sendo composto pelas seguintes metas atribuídas a JUCIS-DF:

M1538 - IMPLANTAR O SISTEMA ÚNICO DE LICENCIAMENTO - implantar o sistema único de licenciamento, que será utilizado pelos órgãos licenciadores, de forma integrada e compartilhada para as empresas, para o produtor rural e licenciamento eventual, possibilitando o gerenciamento e controle do licenciamento de baixo, médio e alto risco.



M1292 - MODERNIZAR O SISTEMA DE REGISTRO MERCANTIL - celebrar ajustes, por meio de convênio de cooperação técnica e financeira, objetivando desenvolver evoluções nas plataformas para modernizar o sistema de registro empresarial da JUCIS-DF, mediante cooperação técnica com outras juntas comerciais, em conjunto com órgãos e entidades federais e/ou distritais.

M1189 - PROMOVER, ANUALMENTE, A ABERTURA DE 80.000 NOVAS EMPRESAS NO DISTRITO FEDERAL- promover anualmente, a abertura de 80.000 novas empresas no distrito federal - buscar soluções públicas de integração dos órgãos de viabilidade e licenciamento do distrito federal para agilidade no registro de empresas, por meio de soluções tecnológicas com interface ao sistema integrador estadual para cumprir a lei distrital nº 5.547/2015, tornando o ambiente de negócios mais atrativo, aumentando a quantidade de empresas abertas, anualmente, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico do DF.

Para o exercício de 2024, foi disponibilizado para o Programa Desenvolvimento Econômico uma dotação orçamentária de R\$ 10.121.721,00. Os recursos foram distribuídos entre as seguintes ações orçamentárias:

1471 - Modernização de Sistema de Informação - a dotação de R\$ 8.200.000,00 foi disponibilizada no orçamento para custeio das despesas destinadas a financiar ações com o objetivo de modernizar o sistema de registro mercantil, promover, anualmente, a abertura de 80.000 novas empresas no distrito federal, implantar o sistema único de licenciamento.

2668 - Desenvolvimento de Ações para os Segmentos do Empreendedorismo - a dotação de R\$ 1.221.721,00 foi disponibilizada no orçamento para custeio das despesas destinadas a financiar ações com o objetivo de modernizar o sistema de registro mercantil, promover, anualmente, a abertura de 80.000 novas empresas no distrito federal, implantar o sistema único de licenciamento.

2952 - Serviços de Registro e Legalização de Empresas - a dotação de R\$ 700.000,00 foi disponibilizada no orçamento para custeio das despesas destinadas a financiar ações com o objetivo de modernizar o sistema de registro mercantil, modernizar o sistema de registro mercantil, promover, anualmente, a abertura de 80.000 novas empresas no distrito federal.

De modo geral, a execução orçamentária financeira do Programa Desenvolvimento Econômico atingiu os objetivos esperados para a efetivação das despesas da ação orçamentária 1471 - Modernização de Sistema de Informação. A análise mostra que do montante de R\$ 10.121.721,00, 35,50% dos recursos fixados foram empenhados, sendo 35,5% liquidados, destinados ao pagamento com o convênio 19/2024 - PROJETO REDESIM CONECTADA - DESENVOLVE MPE.

Acompanhamento da Execução Física e Financeira da Ação 1471

Conforme o Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), a ação 1471 foi registrada na Etapa 0022 com o objetivo de modernizar o sistema de informação empreendedor da JUCIS/DF. Esta ação visa abrigar as atividades do Convênio 19/2024 - PROJETO REDESIM CONECTADA - DESENVOLVE MPE, que se concentra no desenvolvimento de soluções, sistemas e serviços para apoiar a manutenção e o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, além de intensificar a simplificação do ambiente de negócios.

O projeto tem como objetivo conceber, estruturar, desenvolver, implantar, operacionalizar, manter e implementar soluções tecnológicas, sistemas, serviços, estudos, ações, treinamentos e capacitações para apoiar as Micro e Pequenas Empresas e simplificar o ambiente de negócios, conforme consta no Processo SEI 04019-00001221/2024-88.

Em relação ao acompanhamento da execução física e financeira da ação 1471, conforme o Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), esta ação foi registrada na Etapa 0022, com o objetivo de modernizar o sistema de informação empreendedor da JUCIS/DF. para abrigar as ações do Convênio 19/2024 - PROJETO REDESIM CONECTADA - DESENVOLVE MPE -desenvolvendo soluções, sistemas e serviços para apoiar na manutenção e desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e intensificar a simplificação do ambiente de negócios, cujo objetivo é conceber, estruturar, desenvolver, implantar, operacionalizar, manter e



implementar soluções tecnológicas, sistemas, serviços, estudos, ações, treinamentos e capacitações para apoiar na manutenção e desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e intensificar a simplificação do ambiente de negócios.

Programação Orçamentária Não Executada:

2668 - Desenvolvimento de Ações para os Segmentos do Empreendedorismo:

Não houve execução uma vez que a JUCIS, ainda, está em processo de amadurecimento e construção de seus processos internos.

2952 - Serviços de Registro e Legalização de Empresas:

Não houve execução uma vez que a JUCIS, ainda, está em processo de amadurecimento e construção de seus processos internos.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10881 - RANKING DO TEMPO MÉDIO NECESSÁRIO PARA ABERTURA DE EMPRESAS	RANKING	12,00	01/12/2022	Anual	8,00	5,00		X		X		X	RANKING PUBLICADO MAPA DE EMPRESAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

Justificativa: 2024 - A evolução do índice está dentro do esperado, mostrando crescimento na redução do tempo de registro. Isso, consequentemente, reflete a expectativa de melhoria na posição do ranking, considerando a inovação de novos processos de abertura de empresas pelo WhatsApp e o avanço nas ações de integração com as Administrações Regionais os quais deverão melhorar o tempo total de abertura considerando o processo de viabilidade.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	200000,0	200000,0	19169,41	19169,41
0068 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,0	19169,41	19169,41
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	200000,00	200000,00	19169,41	19169,41

Programação Orçamentária Realizada:

As despesas previstas para o exercício contavam com uma dotação inicial total de R\$ 200.000,00, destinadas à implementação da ação **2426** - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família. Em geral, a programação alcançou os objetivos esperados, que incluem a efetivação das despesas voltadas para o processo de ressocialização e inserção social dos sentenciados do sistema penitenciário do DF. Estes objetivos foram atingidos por meio do aprendizado de novas práticas profissionais e da oferta de trabalho remunerado.

A análise indica que 9,58% dos recursos previstos foram empenhados, com o mesmo percentual sendo liquidado. Esses valores foram destinados ao pagamento dos sentenciados do Sistema Penitenciário.

8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	200000,0	0,0	0	0
0007 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA JUCIS/DF - DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	400000,0	1000000,0	581652,0	581652,0
0090 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	400000,0	1000000,0	581652,0	581652,0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	400000,0	400000,0	0	0
0078 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES-JUCIS-DISTRITO FEDERAL	400000,0	400000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300000,0	200000,0	0	0
0002 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	300000,0	200000,0	0	0
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	100000,0	0,0	0	0
0003 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS - VEÍCULOS DA JUCIS/DF - DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200000,0	200000,0	104445,0	104445,0
0084 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--JUCIS - DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,0	104445,0	104445,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7795000,0	7795000,0	6906917,63	6872717,63
0106 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JUCIS- DISTRITO FEDERAL	7795000,0	7795000,0	6906917,63	6872717,63
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	730656,0	730656,0	595165,15	592165,15
0091 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-- JUCIS - DISTRITO FEDERAL	730656,0	730656,0	595165,15	592165,15
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6630000,0	6530000,0	3462293,85	3177298,58
0146 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JUCIS-DISTRITO FEDERAL	6630000,0	6530000,0	3462293,85	3177298,58
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	350000,0	250000,0	0	0
0005 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - DISTRITO FEDERAL	350000,0	250000,0	0	0
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS	1519344,0	1519344,0	0	0
0004 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS - JUCIS/DF - DISTRITO FEDERAL	1519344,0	1519344,0	0	0
TOTAL - 8207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	18625000,00	18625000,00	11650473,63	11328278,36



Programação Orçamentária Realizada:

As ações do Programa 8207 - Desenvolvimento Econômico - Gestão e Manutenção têm como objetivo apoiar e sustentar o funcionamento eficiente da JUCIS-DF. Para o exercício financeiro de 2024, foi destinada uma dotação orçamentária de R\$ 18.625.000,00 ao programa. Estes recursos foram distribuídos entre diversas ações orçamentárias específicas, visando atingir os objetivos estabelecidos pelo programa, que inclui as seguintes ações:

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - Dotação Inicial de R\$ 730.656,00 - Finalidade: conceder benefícios aos servidores da JUCIS-DF, tais como auxílio alimentação, auxílio creche e vale transporte. **8517** - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - Dotação Inicial de R\$ 6.630.000,00 - Finalidade programa cobre serviços gerais, como viagens, material de consumo e comunicações administrativas, além da manutenção de imóveis governamentais, que inclui aluguéis, segurança, limpeza, serviços públicos essenciais como água, luz e gás, e a aquisição de materiais permanentes. **8502** - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - Dotação Inicial R\$ 7.795.000,00 - Finalidade: remunerar os servidores ativo mensalmente. **1471** - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - Dotação Inicial: R\$ 400.000,00 - Finalidade: Finalidade programa visa modernizar e aperfeiçoar a informação através da implantação de sistemas de tecnologia de informação e desenvolvimento de software, incluindo aquisição de hardwares, infraestrutura de centros de dados, governança de serviços de TIC e contratação de consultorias. **4088** - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - Dotação Inicial - R\$ 200.000,00 - Finalidade: capacitar os servidores da JUCIS-DF.

Acompanhamento da Execução Física e Financeira da Ação 1471

Pela leitura dos dados o Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), destaca-se a execução física e financeira das seguintes ações: 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores, 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, 8502 - Administração de Pessoal, 1471 - Modernização de Sistema de Informação e 4088 Capacitação de Servidores, teve andamento normal e alcançou resultados satisfatórios.

A ação orçamentária **1471** merece destaque pela aquisição de 100 estações de trabalho com monitores, o que aprimorou o ambiente computacional da JUCIS e beneficiou todos os servidores. Além disso, a ação 4088 promoveu treinamentos importantes, como o "4º Seminário Nacional de Processo Administrativo Disciplinar" e o "Curso presencial de curta duração sobre EFD-REINF/E-SOCIAL X DCTFWEB X PER/DCOMP WEB DARF e GRFGTS – Teoria e prática administração pública", que aprimoraram as habilidades e conhecimentos dos servidores de apoio operacional da JUCIS.

Quanto à efetividade das despesas realizadas:

A ação **1471** - Modernização de Sistema de Informação teve uma execução de 58,17%, com recursos destinados à aquisição das 100 estações de trabalho completas, incluindo softwares e serviços de instalação. A ação **8502** - Administração de Pessoal executou 88,61% da dotação consignada, destinada ao pagamento dos servidores da JUCIS/DF. A ação **4088** - Capacitação de Servidores teve uma execução de 52,22%, com foco em treinamentos e no novo Planejamento Estratégico da JUCIS. A ação **8504** - Concessão de Benefícios a Servidores executou 81,46% da dotação prevista, cobrindo 99 benefícios mensais como vale transporte e auxílio alimentação. A ação **8517** - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais utilizou 53,02% da dotação fixada, cobrindo despesas de manutenção como Jeton para conselheiros, serviços públicos, administrativos, diárias, suprimento de fundos e aquisição de materiais permanentes.

Programação Orçamentária Não Executada:

1142 - Aquisição de Veículos

Dotação Inicial: R\$ 200.000,00

Finalidade: Adquirir veículos leves e pesados.

2396 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas



Dotação Inicial: R\$ 400.000,00

Finalidade: Manter e conservar as estruturas físicas de edificações públicas.

2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Dotação Inicial: R\$ 300.000,00

Finalidade: Manter e gerir a informação e integrar os sistemas de TI para melhorar a qualidade e efetividade, incluindo manutenções preventivas e corretivas, seguros, suporte técnico, e serviços de impressão e help-desk. 2984 - Manutenção da Frota Oficial de Veículos

Dotação Inicial: R\$ 100.000,00

Finalidade: Contratar prestadores terceirizados para manutenção, manter a frota de veículos oficiais.

8505 - Publicidade e Propaganda

Dotação Inicial: R\$ 350.000,00

Finalidade: Difundir informações sobre objetivos, diretrizes e metas do governo e estimular a participação pública, executando publicidade por agências de propaganda.

Justificativa da Não Execução Orçamentária:

A JUCIS-DF, criada pela Lei nº 6.315/2019, ainda está em processo de amadurecimento e construção dos seus processos internos. A Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 considerou a aquisição e manutenção de veículos, a manutenção dos sistemas de TI (ação 2557), e a difusão da imagem da JUCIS-DF (ação 8505). Contudo, essas cinco ações orçamentárias deixaram de ser prioridade no exercício de 2024 e foram redirecionadas para a contratação de uma empresa especializada em móveis planejados, devido à mudança da sede administrativa. Assim, parte das dotações foram remanejadas para a ação 0146 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PRÊMIOS RECEBIDOS PELA JUCIS-DF EM 2024

Em 2024, a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal (JUCIS-DF) foi agraciada com dois prêmios importantes: **o Prêmio ITA - Índice de Transparência Ativa e o Nível Ouro do Prêmio Alto Nível de Auditoria.**

Prêmio ITA - Índice de Transparência Ativa

A Auditoria, atuando como Autoridade de Monitoramento, em parceria com a Assessoria de Comunicação, atualizou a aba referente à Lei de Acesso à Informação (LAI) no site da JUCIS-DF. Este esforço resultou na conquista do Prêmio ITA, que reconhece órgãos e entidades públicas que se destacam no cumprimento da LAI, especialmente aqueles que atingem 100% de transparência ativa.

Nível Ouro do Prêmio Alto Nível de Auditoria

A JUCIS-DF também foi reconhecida com o Nível Ouro do Prêmio Alto Nível de Auditoria, devido à colaboração da Auditoria no cumprimento das recomendações emitidas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF). Este prêmio prestigia unidades do Governo do Distrito Federal que demonstram excelência e comprometimento nas auditorias.

PROJETO REDESIM CONECTADA – DESENVOLVE MPE

O Projeto REDESIM Conectada – Projeto Desenvolve MPE, estabelecido pelo Convênio de Cooperação Técnica e

Financeira - CONVÊNIO Nº 19/2024, é uma colaboração entre várias Juntas Comerciais (Ceará, Amazonas, Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Roraima), Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Ele visa desenvolver e implementar soluções



tecnológicas, sistemas, serviços, estudos, ações, treinamentos e capacitações para apoiar a manutenção e o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, além de simplificar o ambiente de negócios. Isso inclui conceber, estruturar, implantar, operacionalizar e manter essas soluções de forma contínua.

1. Contribuição Financeira:

O SEBRAE contribui com R\$ 25.208.494,05, correspondendo a 37,43% do valor total do projeto.

As Juntas Comerciais contribuem com R\$ 42.144.755,95, representando 62,57% do valor total do projeto.

2. Distribuição de Recursos:

A maior parte dos recursos (62,57%) é aportada pelas Juntas Comerciais, enquanto o SEBRAE contribui com uma parcela menor, mas significativa (37,43%).

A contribuição das Juntas Comerciais é essencial para a execução do projeto, visto que elas aportam uma porcentagem maior dos recursos necessários.

O SEBRAE, embora com uma participação percentual menor, ainda desempenha um papel crucial, fornecendo mais de um terço do financiamento total.

Realizações em 2024 - PROJETO REDESIM CONECTADA - DESENVOLVE MPE:

Matrícula de armazém geral e nomeação de preposto

Sócio administrador estrangeiro e alterações cadastrais de leiloeiro

Indicação, substituição, dispensa e renúncia de preposto de leiloeiro

Pedido de reconsideração e consulta de documentos assinados no Portal de Serviços - esse já tinha sido instituído no ano anterior

Aperfeiçoamento na gestão de processos e emissão de carteira de exercício profissional

Solicitação de viabilidade conforme a lei de liberdade econômica e envio de processos sem assinatura

Abertura de empresas via WhatsApp: A abertura de empresas pelo WhatsApp trouxe diversas vantagens tanto para a Junta Comercial quanto para o cidadão usuário, tornando o processo mais ágil, acessível e eficiente.

Para a Junta Comercial: 1. Agilidade no Atendimento: O uso do WhatsApp permite a automatização de respostas e o atendimento em tempo real, reduzindo filas e tempo de espera. 2. Maior Alcance: O WhatsApp é uma ferramenta amplamente utilizada, permitindo que a Junta alcance um público maior, incluindo empreendedores que têm dificuldade em acessar outros meios digitais. 3. Facilidade de Comunicação: A plataforma permite o envio de documentos, notificações e atualizações de forma rápida e segura. 4. Monitoramento e Feedback: Com as interações registradas, a Junta pode avaliar a qualidade do atendimento e identificar pontos de melhoria.

Para o Cidadão Usuário: 1. Facilidade de Acesso: O WhatsApp é uma ferramenta de uso cotidiano, permitindo que o cidadão abra sua empresa de forma simples e intuitiva, sem necessidade de deslocamento. 2. Rapidez no Processo: A abertura de empresas se torna mais ágil, com respostas instantâneas e orientações claras sobre cada etapa do procedimento. 3. Menos Burocracia: O uso da plataforma possibilita uma comunicação mais direta e objetiva, eliminando etapas burocráticas desnecessárias. 4. Disponibilidade 24/7: O cidadão pode iniciar o processo a qualquer hora, sem depender do horário de funcionamento dos órgãos públicos. 5. Acompanhamento em Tempo Real: O empreendedor pode consultar o status da sua solicitação rapidamente, recebendo atualizações diretamente no celular.

Ao adotar o WhatsApp como canal para abertura de empresas, a Junta Comercial melhora a experiência do usuário, impulsiona a digitalização de serviços públicos e contribui para um ambiente de negócios mais moderno e acessível.



CRIAÇÃO DA ESCOLA JUCIS-DF

A Escola da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal (Escola JUCIS-DF) foi criada por meio da

Resolução nº 02, de 02 de outubro de 2024. Esta resolução foi aprovada por unanimidade no plenário de vogais da JUCIS-DF e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 234, de 09 de dezembro de 2024, registrada nos autos nº 04019-00003778/2024-53.

Objetivos da Escola JUCIS-DF incluem:

1. Treinamento e Capacitação: Capacitar servidores, colaboradores e público externo da JUCIS-DF e REDESIM em diversas áreas, através de modalidades presenciais, híbridas e Ensino à Distância (EAD).

2. Suporte Técnico-Científico e Ações Educacionais: Assessorar na identificação de necessidades de treinamento e propor ações educacionais aos órgãos de registro, administrações tributárias e outras entidades envolvidas no registro e legalização de empresas.

3. Cursos e Programas de Treinamento: Coordenar cursos e programas de treinamento pela Escola JUCIS-DF ou por agentes externos, através de convênios e parcerias, disponibilizando infraestrutura física e recursos didático-pedagógicos.

4. Integração e Certificação: Promover a integração com instituições de ensino para aprimorar o quadro de profissionais, certificar concluintes de cursos de capacitação e informar ao órgão responsável para registro nas fichas funcionais.

5. Pesquisa, Desenvolvimento e Reconhecimento: Desenvolver projetos de pesquisa em áreas jurídicas, contábeis, tecnológicas, administrativas e tributárias, visando a padronização, transparência e redução de custos, e zelar pelo reconhecimento e valorização da JUCIS-DF como órgão essencial para garantir a segurança jurídica e autenticidade dos atos jurídicos.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

- Formalização do acordo de cooperação técnica nº 01/2024 entre a Junta comercial, industrial e serviços do distrito federal e o Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- Formalização do acordo de cooperação técnica entre a Junta Comercial, industrial e serviços do distrito federal e o serviço de apoio às micro e pequenas empresas no distrito federal.
- Tratativas para a formalização do acordo de cooperação técnica entre a Junta comercial, industrial e serviços do distrito federal e a controladoria-geral do distrito federal.
- Tratativas para a formalização do acordo de cooperação técnica entre a Junta comercial, industrial e serviços do distrito federal e a polícia civil do distrito federal.

REDESIM - REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS NO DISTRITO FEDERAL

A REDESIM é uma rede criada por meio da Lei 11.598/2007, com o objetivo de simplificar e integrar os processos de registro, alteração, baixa e legalização de empresas. No Distrito Federal, o DECRETO Nº 40.178, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019, instituiu o Subcomitê Gestor da REDESIM-DF, que tem por finalidade estimular e desenvolver ações para implementar a REDESIM, sendo presidido pela Junta Comercial, Industrial e de Serviços (JUCIS/DF).

A gestão da REDESIM no Distrito Federal envolve a promoção de articulação e entendimento entre todos os órgãos e entidades envolvidos na abertura, alteração, extinção e licenciamento de empresas. Além disso, inclui atividades e ações para a implantação de novas tecnologias voltadas a ambientes inovadores, expansão de produtos e serviços para o cidadão e ações de inovação, beneficiando os usuários do Sistema de Registro Mercantil (SRM), gerenciado pela JUCIS-DF. O objetivo é promover o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e incentivar novos projetos e parcerias.



Avanços dos Resultados das Ações da REDESIM em 2024:

- **INTEGRAÇÃO E PROXIMIDADE:** Realização de visitas às Administrações Regionais para apresentar o projeto integrando o DF e promover a integração de todos os órgãos da REDESIM.
- **TREINAMENTOS:** Viabilização de treinamentos para as administrações regionais e órgãos licenciadores, além do 1º WORKSHOP para contadores.
- **RENOVAÇÃO E SUPORTE:** Renovação do convênio REDESIM CONECTADA - DESENVOLVE MPE e oferta de suporte técnico.
- **PARCERIAS E COOPERAÇÃO:** execução de ações em parceria com o SEBRAE-DF e participação em reuniões com órgãos licenciadores para integração no sistema REDESIM-DF.
- **CAPACITAÇÃO E NORMATIZAÇÃO:** desenvolvimento de minutas de resolução e capacitação interna dos servidores sobre o SISTEMA SRM E REDESIM-DF, além da criação de normas para atividades de baixo risco.
- **GOVERNANÇA E MELHORIA:** participação em reuniões do comitê interno de governança e promoção de reuniões do subcomitê da REDESIM-DF para tratar de melhorias na JUCIS-DF.

INOVAÇÕES E PROGRESSOS ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS DA JUCIS-DF EM 2024

- FERRAMENTAS E SISTEMAS HESK E CHAT MAX BOAT

Em 2024, a JUCIS-DF implementou melhorias significativas que reduziram o tempo de formalização de empresas por meio do registro automático e da autenticação de livros com assinaturas avançadas. O sistema HESK foi aperfeiçoado, permitindo aos cidadãos enviar demandas de forma célere e setorizada, com respostas personalizadas e fundamentadas em menos de 5 dias úteis. O CHAT MAX BOAT trouxe agilidade na resolução de dúvidas e no atendimento ao público, com tópicos e vídeos instrutivos sobre o portal de serviços. Essas inovações melhoraram a eficiência dos procedimentos de registro, permitindo uma análise e formalização mais rápidas. Metas diárias e a distribuição uniforme do trabalho resultaram em maior produtividade e serviços mais rápidos. As estatísticas de 2024 destacam a eficiência das ações implementadas, promovendo um ambiente de negócios mais dinâmico e acessível, e garantindo a satisfação dos usuários.

- AVANÇOS NA EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO DOS SERVIÇOS DA JUCIS-DF EM 2024

Diretoria de Viabilidade e Pré-Análise: As ações implementadas permitiram reduzir significativamente o tempo de análise e aprovação de viabilidades e pré-análises. Foram analisadas 70.151 viabilidades de nome e pré-analisados 100.053 processos, com uma média mensal de 8.338 pré-análises. Diretoria de Registro Empresarial: As melhorias nos processos de registro resultaram em um aumento da eficiência e na redução do tempo de formalização de empresas. A diretoria analisou um total de 125.776 processos, com uma média de 4 horas e 30 minutos por processo. Dados Adicionais da Diretoria de Registro Empresarial de 2024: Empresas constituídas: 21.014, Alterações contratuais: 46.945, Empresas extintas: 12.326, Empresas ativas sem MEI: 347.946, Empresas ativas com MEI: 672.070. Diretoria de Cadastro, Arquivo e Digitalização: Investimentos em tecnologia e automação otimizaram a digitalização de documentos e o gerenciamento de arquivos, garantindo maior segurança e acessibilidade. No total, foram realizadas 115.327 atividades de cadastro, arquivos e digitalização. Diretoria de Agentes Auxiliares e Autenticação de Instrumentos Contábeis: Novas funcionalidades no sistema SRM, incluindo recadastramento e certificação de leiloeiros, melhoraram o gerenciamento dos agentes auxiliares. A implementação de assinaturas digitais avançadas agilizou o processo de autenticação, oferecendo maior celeridade e economia para os usuários. Foram realizadas 6.620 atividades de livros contábeis analisados, certidões emitidas e outros serviços. Diretoria de Atendimento ao Usuário: O atendimento da JUCIS-DF em 2024 foi realizado através do CHAT interativo do MAX BOAT, HESK, Perguntas Frequentes e agendamentos. Atendimentos telefônicos também foram realizados para orientar sobre os canais de atendimento. O uso das plataformas MAX BOAT, FAC e HESK tornou o atendimento mais interativo e eficiente, proporcionando respostas mais rápidas e



precisas às demandas dos cidadãos. Foram realizados 33.614 atendimentos pelo HESK e 15.034 pelo MAX BOAT.

Em resumo, as inovações e progressos implementados pela JUCIS-DF em 2024 foram cruciais para otimizar os procedimentos de registro, reduzir o tempo de análise dos processos e formalização de empresas, e proporcionar uma visão clara da produtividade ao longo do ano, tornando a JUCIS-DF uma referência para outras Juntas Comerciais do Brasil. Dentro deste contexto ache um subtítulo para este progresso.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

AÇÕES COLABORATIVAS E RELEVANTES:

- **Coordenação de Registro Empresarial:** Em 2024, a JUCIS-DF implementou metas diárias para os servidores, aprimorando a distribuição do trabalho e reduzindo o tempo de análise do registro digital. O atendimento ao público tornou-se mais interativo e ágil com as ferramentas MAX BOAT, FAC e HESK, resultando em uma maior eficiência nos processos de registro e atendimento. As melhorias nas Diretorias de Viabilidade e Pré-análise, Registro Empresarial, Cadastro, Arquivo e Digitalização, Agentes Auxiliares, Autenticação de Instrumentos Contábeis e Atendimento ao Usuário foram notórias, com destaque para a inclusão de novas funcionalidades no sistema SRM e a criação da opção "Gerir Certificado Agente Auxiliar". Essas ações tornaram a JUCIS-DF uma referência nacional, culminando na fundação de 1.520 empresas pelo programa AGILIZA EMPRESA EM MINUTOS.
- **Ouvidoria:** A Ouvidoria da JUCIS-DF desempenhou um papel essencial na promoção da transparência, governança e eficiência institucional. Em 2024, foram atualizadas informações cruciais no site da autarquia, alinhadas com a Lei Distrital de Acesso à Informação (LAI), utilizando o Sistema Participa - DF, Sistema de Ouvidoria - OUV-DF e o Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC. A elaboração de relatórios de gestão e a publicação das Portarias nº 234 e nº 197, que instituíram políticas de Gestão de Riscos e Integridade Pública, foram marcos importantes. A colaboração estreita com áreas técnicas aumentou a resolutividade das demandas, resultando em indicadores positivos de desempenho e fortalecendo a eficiência operacional da JUCIS-DF.
- **Auditoria:** A Auditoria da JUCIS-DF teve um papel fundamental em 2024, com a publicação das Portarias nº 234, que institui a Política de Gestão de Riscos, e nº 197, que estabelece a Política de Integridade Pública. Com o apoio consultivo dos Auditores de Controle Interno da CGDF, a implementação da Gestão de Riscos e do Programa de Integridade está em andamento. Esses esforços refletem a dedicação da JUCIS-DF à melhoria contínua da governança, transparência e eficiência das operações.
- **Impactos e Reconhecimentos:** Os resultados de 2024 demonstram a melhoria contínua da governança, o fortalecimento da transparência e a eficiência das operações da JUCIS-DF. As conquistas, como os prêmios recebidos, refletem a dedicação institucional no cumprimento das normativas legais e boas práticas administrativas. As ações colaborativas entre as diferentes diretorias e a implementação de novas ferramentas e processos foram cruciais para otimizar o atendimento e a gestão financeira, tornando a JUCIS-DF um modelo para outras Juntas Comerciais no Brasil.

RESULTADOS DAS MEDIDAS ESTRUTURANTES IMPLEMENTADAS PELA JUCIS-DF EM 2024

Realizações e Benefícios da Expansão do Contingente de Servidores na Produtividade da JUCIS-DF

Em decorrência do Decreto nº 44.101, de 1º de janeiro de 2023, a estrutura administrativa da JUCIS-DF foi significativamente alterada. Inicialmente, o contingente de servidores de cargos comissionados e funções de confiança foi reduzido de 91 para 72 servidores. No



entanto, uma reavaliação das necessidades institucionais levou à ampliação do quadro, que passou a contar com 96 servidores, somando-se a três servidores efetivos nomeados nesta Autarquia, decorrentes da carreira de PPGG, nos termos do Edital de abertura nº 01/2022 - PPGG, publicado no DODF nº 170, de 09 de setembro de 2022, com resultado final do cargo Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental homologado pelo Edital nº 08/2023 - PPGG, publicado no DODF nº 41-A, de 02 de maio de 2023, e o resultado final do cargo Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental homologado pelo Edital nº 10/2023 - PPGG, publicado no DODF nº 142, de 28 de julho de 2023, totalizando 99 servidores.

Essa expansão do contingente teve um impacto positivo no desenvolvimento das atividades da JUCIS-DF. Com um maior número de servidores, a produtividade aumentou, permitindo uma melhor distribuição das tarefas e uma redução significativa no tempo de análise e processamento de registros. A equipe reforçada possibilitou a implementação de melhorias nos sistemas e processos internos, resultando em um atendimento mais ágil e eficiente aos cidadãos.

Adicionalmente, a força de trabalho da JUCIS-DF, composta por 110 colaboradores, incluindo terceirizados, estagiários, requisitados do GDF, comissionados sem vínculos e efetivos do GDF, está igualmente distribuída entre as áreas meio e fim. Essa distribuição equitativa garantiu que tanto os processos administrativos quanto as atividades finalísticas fossem executados de forma otimizada, contribuindo para a eficácia geral da instituição.

Em resumo, o aumento do contingente de servidores comissionados de 72 para 96 resultou em melhorias significativas na produtividade e na qualidade dos serviços prestados pela JUCIS-DF, consolidando a instituição como referência no registro de empresas e na facilitação do ambiente de negócios no Distrito Federal.

Soma-se a isto, a substituição dos computadores da Junta Comercial por equipamentos novos com duas telas ofereceu diversas vantagens tanto para a instituição quanto para seus usuários, promovendo maior eficiência, produtividade e qualidade nos serviços prestados.

Vantagens para a Junta Comercial: 1. Aumento da Produtividade: Com duas telas, os servidores podem visualizar e comparar documentos simultaneamente, agilizando processos como análise de registros, conferências e emissão de certidões. Redução do tempo gasto na alternância entre janelas e sistemas, permitindo uma execução mais eficiente das tarefas. 2. Melhoria na Qualidade do Atendimento: A agilidade no processamento de informações reflete em um atendimento mais rápido e eficaz aos usuários, reduzindo o tempo de espera e aumentando a satisfação. Maior precisão nas análises, diminuindo erros e retrabalho. 3. Modernização dos Processos: A renovação dos equipamentos permite a utilização de softwares mais avançados e compatíveis com novas tecnologias, contribuindo para a digitalização e automação dos serviços. Equipamentos mais potentes garantem melhor desempenho, evitando travamentos e atrasos no processamento de dados. 4. Redução de Custos Operacionais: Computadores modernos são mais eficientes em termos de consumo de energia, contribuindo para a economia de recursos. Menos falhas e necessidade de manutenção, reduzindo custos com suporte técnico e tempo de inatividade. 5. Segurança e Conformidade: Equipamentos atualizados possuem melhores recursos de segurança, protegendo os dados sensíveis da Junta Comercial e garantindo conformidade com as normas de proteção de dados.

Vantagens para os Usuários: 1. Agilidade no Atendimento: Com servidores mais eficientes e bem equipados, os usuários podem obter respostas e serviços de forma mais rápida, como abertura de empresas, alterações contratuais e emissão de documentos. 2. Maior Precisão nas Informações: O uso de duas telas permite que os atendentes visualizem e validem dados com mais precisão, reduzindo erros que poderiam causar atrasos ou exigências desnecessárias. 3. Experiência Melhorada: Processos mais rápidos e eficazes proporcionam uma experiência mais satisfatória para o usuário, reduzindo o tempo necessário para resolver demandas e evitando idas desnecessárias ao órgão. 4. Ampliação da Capacidade de Atendimento: A modernização dos equipamentos permite que a Junta Comercial atenda um volume maior de solicitações sem comprometer a qualidade do serviço prestado. 5. Facilidade na Acompanhamento de Processos: O ganho de eficiência permite que as atualizações e



consultas sejam processadas mais rapidamente, dando ao usuário um retorno mais ágil sobre o andamento de sua solicitação. A modernização dos computadores da Junta Comercial, com a inclusão de duas telas, representa um avanço significativo para a eficiência interna do órgão e para a satisfação dos cidadãos, contribuindo para um ambiente de negócios mais ágil e competitivo.

MUDANÇAS E RESULTADOS OBTIDOS PELA JUCIS-DF COM A NOVA SEDE

Em agosto de 2024, a JUCIS-DF foi transferida para uma nova sede na Asa Norte, Brasília/DF, conforme o Contrato de Locação nº 01/2024. Antes disso, a Autarquia funcionava no Setor de Autarquias Sul, compartilhando espaço com o INPI até 2022, o que gerou a necessidade de um novo local. A mudança permitiu a integração das Unidades Administrativas, centralizando operações e melhorando a eficiência. A nova sede oferece segurança elétrica e de instalações aprimoradas, e o gerenciamento proativo em tempo real reduziu o tempo de resolução de problemas. Além disso, a centralização resultou na redução de custos com infraestrutura e despesas de deslocamento, enquanto a adoção de novas tecnologias aumentou a produtividade e melhorou o desempenho dos sistemas. Com a integração total de recursos, a JUCIS-DF reduziu os riscos de interrupção, tornando-se mais ágil, segura e eficiente.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA JUCIS-DF EM 2024

- Prêmios e Reconhecimentos: Em 2024, a JUCIS-DF recebeu importantes prêmios, como o Prêmio ITA - Índice de Transparência Ativa, e o Nível Ouro do Prêmio Alto Nível de Auditoria, destacando-se pela transparência e excelência no cumprimento das recomendações da CGDF.
- Projeto REDESIM Conectada – Desenvolve MPE: O projeto, em parceria com várias Juntas Comerciais e SEBRAE, promoveu o desenvolvimento de soluções tecnológicas e capacitações para apoiar Micro e Pequenas Empresas, simplificando o ambiente de negócios.
- Criação da Escola JUCIS-DF: A Escola foi criada para capacitar servidores e colaboradores, oferecendo treinamentos, suporte técnico-científico, e promovendo ações educacionais e programas de pesquisa para melhorar a eficiência e qualidade dos serviços.
- Ações da REDESIM-DF: A REDESIM-DF avançou na simplificação dos processos de registro e legalização de empresas, com iniciativas de integração, treinamentos e parcerias, além de renovação do convênio REDESIM Conectada e suporte técnico.
- Inovações nos Serviços: Implementação dos sistemas HESK e CHAT MAX BOAT melhorou significativamente o atendimento e reduziu o tempo de formalização de empresas. A Diretoria de Viabilidade e Pré-Análise e a Diretoria de Registro Empresarial aumentaram a eficiência, analisando um grande volume de processos em menor tempo.

Em 2024, a JUCIS-DF alcançou significativos avanços em transparência, eficiência, e qualidade dos serviços prestados. As iniciativas de inovação, capacitação, e integração contribuíram para um ambiente de negócios mais dinâmico e acessível, beneficiando tanto os usuários internos quanto externos.

DIFICULDADES ENCONTRADAS:

Em 2024, a JUCIS-DF enfrentou diversos desafios no desenvolvimento de suas atividades. A burocracia, a falta de integração entre sistemas internos e externos, e a necessidade contínua de capacitação dos servidores foram os principais obstáculos. A Ouvidoria também enfrentou dificuldades, como a ausência de atendimento presencial, que foram superadas com a mudança para a nova sede em agosto. A falta de uma Assessoria de Comunicação na estrutura administrativa impactou negativamente a expansão de programas como de construção de imagem e fomentar relações da JUCIS - DF, sendo resolvida apenas com a nomeação de uma Chefe de ASCOM. Para 2025, a JUCIS-DF tem como perspectivas melhorar a governança, obter reconhecimentos importantes e aumentar a eficiência de suas



operações. Contudo, a escassez de servidores e a falta de familiaridade com a nova legislação continuam sendo desafios significativos a serem enfrentados.

Principais Problemas Identificados:

- **Burocracia:** Processos com etapas burocráticas que atrasam o andamento e aumentam o tempo de resposta.
- **Falta de Integração entre Sistemas:** Dificuldades na integração entre sistemas internos e externos, resultando em erros de processamento e dificuldades de acesso a informações.
- **Capacitação Contínua:** Necessidade constante de capacitar servidores para lidar com novas tecnologias e regulamentações.
- **Ausência de Atendimento Presencial na Ouvidoria:** Necessidade de agendamento para atendimento, afetando o acesso dos cidadãos.
- **Falta de Assessoria de Comunicação:** Impacto negativo na execução dos programas até a nomeação de uma Chefe de ASCOM.
- **Escassez de Servidores:** Insuficiência de pessoal para atender às demandas e atividades da unidade.
- **Familiaridade com a Nova Legislação:** Desafios na adaptação e cumprimento das exigências legais, especialmente a Lei 14.133.

PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO SETOR em 2025

Em 2025, a JUCIS-DF busca avanços significativos no desenvolvimento de suas atividades através de várias iniciativas. A implementação de inteligência artificial visa otimizar a análise de processos e reduzir erros. Fortalecer as plataformas digitais e investir na capacitação contínua dos servidores são prioridades. Projetos como o "Integrando o DF", iniciado em dezembro de 2023, têm como objetivo desburocratizar e melhorar a transparência no ambiente de negócios. Visitas técnicas nas Regiões Administrativas e nos órgãos licenciadores, além de reuniões do Subcomitê da REDESIM-DF, são previstas para promover articulação e entendimento entre os envolvidos. A criação da Escola JUCIS-DF permitirá a realização de mais eventos de capacitação e promoção de conhecimento. A integração com órgãos licenciadores e a regulamentação das atividades de baixo risco (CNAEs) são outras metas importantes para 2025, visando melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela JUCIS-DF.

Principais Iniciativas para 2025:

- **Implementação de Inteligência Artificial:** Otimizar a análise de processos e reduzir erros.
- **Fortalecimento das Plataformas Digitais:** Ampliar os serviços online e melhorar o atendimento digital.
- **Capacitação Contínua:** Investir na formação dos servidores para lidar com novas tecnologias e regulamentações.
- **Continuidade do Projeto de Workshop** para contadores, promovendo o estreitamento da relação com a classe contabilista, bem como a capacitação, com a discussão de temas relacionados ao ambiente de negócios no Distrito Federal.
- **Projeto Integrando o DF:** Desburocratizar e melhorar a transparência no ambiente de negócios do DF.
- **Visitas Técnicas:** Realizar visitas nas Regiões Administrativas e órgãos licenciadores para promover articulação e entendimento.
- **Reuniões do Subcomitê da REDESIM-DF:** Promover encontros periódicos para integração e melhorias nos processos.
- **Integração com Órgãos Licenciadores:** Ampliar a integração com o DF Legal e a DIVISA.
- **Capacitações e Treinamentos pela Escola JUCIS-DF:** Realizar eventos de promoção de conhecimento para diferentes públicos.
- **Ações de Inovação para o Sistema de Registro Mercantil-SRM:** Visitas técnicas às Juntas Comerciais de outras unidades federativas.
- **Regulamentação dos CNAEs de Baixo Risco:** Publicação da normativa referente às atividades de baixo risco.



20205 - EMPRESA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS RURAIS-ETR S.A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A ETR S.A., subsidiária integral da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP), foi instituída em maio de 2023 com o propósito de fortalecer a gestão e a regularização fundiária das terras rurais pertencentes ao Distrito Federal. Desde sua criação, a ETR vem promovendo uma nova dinâmica na gestão territorial, com foco na eficiência, transparência e sustentabilidade.

Principais Responsabilidades:

- Gestão estratégica das terras rurais: Planejar, coordenar e executar a regularização de ocupações em imóveis rurais, respeitando o ordenamento territorial do Distrito Federal, por meio de instrumentos técnicos e jurídicos adequados.
- Parcelamento do solo: Coordenar todas as fases de elaboração e implementação de projetos de parcelamento rural, visando garantir a regularização fundiária de forma integrada.
- Eficiência operacional: Promover a manutenção da ETR, assegurando suas necessidades técnico-operacionais com uma estrutura enxuta e otimizada, seja diretamente ou por meio de terceiros.
- Parcerias estratégicas: Celebrar convênios e contratos com entidades públicas, privadas, pessoas físicas ou jurídicas, alinhando os projetos aos objetivos sociais da empresa.
- Alienação responsável: Realizar a alienação de imóveis rurais, sempre de forma planejada e submetida à aprovação do Conselho de Administração.

Destaques em Resultados:

Atualmente, a ETR está empenhada na regularização de aproximadamente 170 mil hectares de terras rurais, abrangendo importantes regiões administrativas, como Planaltina, Sobradinho, Ceilândia, Taguatinga e São Sebastião. Esse esforço contribui diretamente para o fortalecimento da vocação rural, combate ao parcelamento irregular e maior segurança jurídica para os ocupantes dessas áreas. No ano de 2024 a ETR regularizou 14.500 hectares.

Base Legal:

A atuação da ETR está fundamentada em um sólido arcabouço normativo, que inclui:

- Lei nº 5.803/2017: Estabelece a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à TERRACAP.
- Lei nº 13.303/2016: Define o estatuto jurídico da empresa pública e suas subsidiárias.
- Estatuto Social e Regimento Interno da ETR S.A.: Regulam as ações internas e externas da empresa.
- DECRETO Nº 43.154, DE 29 DE MARÇO DE 2022: Regulamenta a Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e dá outras providências.
- DECRETO Nº 41.654, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020: Regulamenta os arts. 81 e 82 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, no que concerne ao desenvolvimento de atividades primárias, secundárias e terciárias em Macrozona Rural, e altera o Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017 e o Decreto nº 36.948, de 04 de dezembro de 2015, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 39.720, DE 19 DE MARÇO DE 2019: Institui a Central de Regularização com o objetivo de agilizar e otimizar o processo de regularização de terras públicas rurais no Distrito Federal pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal e à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP.



- RESOLUÇÃO Nº 01/2023 – ETR: Dispõe sobre os procedimentos de regularização a serem adotados pela Empresa de Regularização de Terras Rurais – ETR S.A, quando da regularização das ocupações existentes em imóveis rurais pertencentes à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e ao Distrito Federal que estiverem sob a gestão da Empresa, localizados na macrozona rural, conforme estabelecido no Estatuto Social desta Empresa Pública, na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO Nº 02/2023 – ETR: Dispõe sobre os procedimentos de individualização de matrículas, regularização ambiental e análise de uso do solo a serem adotados pela Empresa de Regularização de Terras Rurais – ETR S.A, quando da regularização das ocupações existentes em imóveis rurais pertencentes à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e ao Distrito Federal que estiverem sob a gestão da Empresa, localizados na macrozona rural, conforme estabelecido no Estatuto Social desta Empresa Pública, na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO Nº 248 – TERRACAP: Dispõe sobre os critérios e a uniformização dos procedimentos legais para Concessão De Uso oneroso – CDU e de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU de imóveis rurais de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, com ou sem opção de compra, diretamente ou por meio de Licitação Pública, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 12.024/2009, Lei Distrital nº 5.803/2017, Decreto Distrital nº 38.125/2017 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Orgânica do Distrito Federal, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009), do Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, do Decreto nº 26.196, de 9 de setembro de 2005 e do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).
- Norma Organizacional Nº FIN 03/2023 – ETR S.A.: Estabelecer critérios para concessão e prestação de contas de Suprimento de Fundos por meio de adiantamento, em observância ao disposto nos arts. 8º, inciso XXXVIII, e 135º, § 9º e §10º, da Resolução 273/2023 CONAD que dispõe sobre o Regulamento Interno de Licitações e Contratações – RILC da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, aprovada pela Decisão nº 10 de 11 de maio de 2023.
- Norma Organizacional Nº GPE 31/2023 – ETR S.A.: Regulamentar, no âmbito da ETR S.A., o teletrabalho para seus empregados e estagiários, a partir da aprovação desta Norma, em caráter excepcional e provisório.
- Norma Organizacional Nº GPE 15/2023 – ETR S.A.: Dispõe sobre o horário de funcionamento da ETR S.A., da jornada de trabalho e do acompanhamento da frequência dos empregados, com vigência a partir da data de aprovação desta Norma.
- Norma Organizacional Nº NOA 01/2023 – ETR S.A.: Dispõe sobre a definição das datas de vencimento para o pagamento da Retribuição Anual.
- PORTARIA Nº 52, DE 13 DE JULHO DE 2022: Dispõe sobre os quesitos de comprovação do Art. 7º, III da Lei 5.803/2017.
- PORTARIA Nº 62, DE 12 DE JULHO DE 2019: Estabelece procedimentos administrativos simplificados para elaboração, apresentação e análise do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU e do Parecer Técnico no âmbito da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap, de que trata a Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, e dá outras providências.
- PORTARIA Nº 64, DE 19 DE AGOSTO DE 2022: Estabelece procedimentos administrativos simplificados para elaboração, apresentação e análise do Plano de Utilização da Unidade de Cooperativa e Associação – PU Cooperativa, no âmbito da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap, de que trata a Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, e dá outras providências.



Estrutura Operacional:

A ETR conta com uma força de trabalho composta por 50 profissionais, entre servidores comissionados e requisitados, além de estagiários, que desempenham suas funções de forma integrada, promovendo a eficiência administrativa. Com uma estrutura reduzida, a empresa investe fortemente em inovação tecnológica para superar desafios operacionais e alcançar os resultados esperados.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	14	7	0	0	21
Requisitados de órgãos do GDF	10	8	2	3	23
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	3	3	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	24	15	5	6	50
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	24	15	5	6	50

Embora a força de trabalho da ETR S.A. seja classificada em atividades de meio e fim, é importante destacar que as atividades tradicionalmente identificadas como meio no âmbito da empresa possuem características que as tornam essenciais ao cumprimento de sua finalidade. Isso se deve à complexidade intrínseca do processo de regularização fundiária, que exige uma integração entre atividades técnicas e operacionais ao longo de todas as etapas. Grande parte do rito de regularização ocorre nas atividades definidas como meio, as quais desempenham papel estratégico para a conclusão dos processos e a celebração dos contratos de concessão. Essas atividades incluem análises administrativas, suporte jurídico, gestão documental e articulação institucional, entre outras, sendo indispensáveis para garantir a fluidez e a conformidade do processo. Portanto, até a formalização dos contratos de concessão, cada unidade da ETR S.A. contribui com atividades de extrema relevância, reforçando a importância de uma visão integrada das funções desempenhadas na empresa.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

Embora a Empresa de Regularização de Terras Rurais (ETR S.A.) tenha sido criada em maio de 2023, já está plenamente integrada ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, no âmbito do Programa 6201 - Agronegócio e Desenvolvimento Rural. Suas atividades estão alinhadas ao Objetivo 0252 - Regularização e Fiscalização Fundiária Rural, reforçando seu papel estratégico na gestão territorial.



Essa sinergia entre as ações da ETR, o programa e os objetivos estabelecidos evidencia sua relevância na promoção da regularização fundiária rural e no fortalecimento do desenvolvimento econômico sustentável. A conexão é clara: as funções da ETR convergem perfeitamente com a Meta M1518, que busca regularizar 130.000 hectares de terras públicas rurais do patrimônio do Distrito Federal e da TERRACAP. Durante 2024, a ETR alcançou um marco significativo, regularizando 14.500 hectares, avançando no cumprimento dessa meta.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Período	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
10876 - Contratos de Direitos de Uso do Solo Ficalizados	Unidade	175,00	31/12/2022	Anual	228,00	0,00	297,00		387,00		502,00		SRF

A Empresa de Regularização de Terras Rurais - ETR S.A., criada em maio de 2023, trouxe uma nova abordagem para a regularização fundiária das terras rurais da Terracap. Com a reformulação de processos, a ETR instituiu um rito inovador, no qual todas as etapas de regularização são conduzidas pela empresa. Após a conclusão, é realizado um chamamento público para que os ocupantes tomem ciência do relatório gerado e formalizem contratos de CDU ou CDRU. A ETR S.A. é responsável pelo monitoramento do uso e ocupação das áreas objeto de contrato, e não pela fiscalização direta. Embora o indicador tenha sido atribuído à ETR, o foco está em acompanhar o uso das áreas para garantir a conformidade com as diretrizes contratuais e promover a regularidade fundiária. Para alcançar resultados expressivos com recursos limitados, a ETR adotou tecnologias inovadoras, como o geoprocessamento, otimizando o processo de regularização fundiária. Diante da necessidade de monitoramento eficiente das áreas com contratos, foi desenvolvida uma metodologia baseada em imagens de satélite, permitindo verificar alterações no uso do solo em relação ao estabelecido nos contratos. Essa solução é segura, ágil e necessária, considerando as restrições de pessoal, veículos e infraestrutura para vistorias presenciais. Após desafios, a equipe técnica finalizou um laudo de sensoriamento remoto, que será submetido à aprovação da Diretoria Executiva. O projeto ganhou destaque ao ser aprovado para apresentação no XXI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, consolidando-se como uma proposta inovadora para análise do uso do solo. Com a aplicação dessa metodologia, a ETR está pronta para iniciar as análises das áreas contratadas. No entanto, é essencial destacar que as metas inicialmente atribuídas à ETR necessitam de reavaliação para alinhar-se com o real escopo de atuação da empresa, garantindo maior precisão e resultados ainda mais consistentes.

Este percentual reflete a elaboração de metodologia de monitoramento dos contratos, por meio de geoprocessamento e a análise por imagens de satélite. Essa solução reduz custos e supera desafios como a falta de pessoal e infraestrutura para vistorias presenciais. Além disso, a metodologia foi aprovada para apresentação no XXI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.

- **Meta M1518:** Regularizar 130.000 hectares
 - Realizado em 2024: **14.500 hectares**

A ETR S.A., desde sua criação, vem transformando a regularização fundiária das terras rurais sob gestão da TERRACAP. Por meio de uma reformulação completa nos processos, a ETR estabeleceu um rito inovador, no qual todas as etapas de regularização são realizadas internamente pela empresa. Após a conclusão, é promovido um chamamento público para que os ocupantes conheçam os relatórios gerados e formalizem contratos de CDU ou CDRU.

Entre os avanços mais notáveis está o desenvolvimento da Metodologia do Plano de Utilização Geral, que realiza uma análise integrada das fazendas, considerando todas as unidades dentro de cada matrícula. Essa abordagem garante eficiência e agilidade na ampliação de contratos, promovendo a vocação rural das áreas e combatendo o parcelamento irregular.

Além disso, a ETR adotou tecnologias inovadoras, como o geoprocessamento e a análise por imagens de satélite, para monitorar as áreas contratadas. Essa solução reduz custos e supera desafios como a falta de pessoal e infraestrutura para vistorias presenciais. O desenvolvimento de um laudo de sensoriamento remoto, aprovado para apresentação no XXI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, consolida a ETR como referência em inovação fundiária.

Embora os avanços sejam notáveis, as metas atribuídas à ETR ainda requerem reavaliação para alinhar-se ao escopo real de atuação da empresa, garantindo maior precisão e eficácia em seus resultados. A empresa segue focada em superar desafios e consolidar sua posição como um pilar estratégico na administração de terras públicas rurais.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A regularização rural no Distrito Federal passou por uma transformação significativa com a implantação de uma nova metodologia que rompe com a passividade histórica do Estado. Antes, o processo dependia exclusivamente do interesse do ocupante em procurar o governo para formalizar a situação das áreas ocupadas. Agora, com a nova proposta de regularização,



o Estado assume uma postura ativa, promovendo uma abordagem mais eficiente, transparente e estratégica.

Nesta nova dinâmica, o Estado se antecipa e toma a iniciativa de identificar os ocupantes das terras públicas rurais, chamando-os diretamente para apresentar as condições de adesão à regularização. Essa mudança não apenas acelera o processo de regularização, mas também proporciona ao governo um conhecimento detalhado sobre o perfil dos ocupantes e o estoque real de terras públicas rurais. Essa estratégia fortalece o controle territorial e amplia a capacidade de planejamento e gestão das áreas rurais.

- **Plano de Utilização Geral: Uma Abordagem Proativa**

O Plano de Utilização Geral foi projetado para oferecer uma análise integrada das áreas rurais, abrangendo todas as unidades dentro de uma mesma matrícula. Essa metodologia permite ao Estado apresentar de forma clara as condições contratuais, como os direitos e deveres do ocupante, além de oferecer maior segurança jurídica às partes envolvidas. Ao substituir a abordagem passiva pelo protagonismo estatal, a regularização rural torna-se mais acessível, eficiente e alinhada às necessidades do desenvolvimento sustentável.

- **Inovação com Sensoriamento Remoto**

Além da abordagem ativa, a nova metodologia também se destaca pelo uso de tecnologia, como o sensoriamento remoto, para a elaboração do Plano de Utilização.

Além disso, o monitoramento contínuo das áreas contratadas também se dará por meio de sensoriamento remoto. Essa ferramenta utiliza imagens de satélite para verificar possíveis alterações no uso e ocupação do solo, permitindo ao Estado identificar irregularidades de forma mais ágil e precisa.

Com o sensoriamento remoto, é possível monitorar mais áreas, reduzir a necessidade de vistorias presenciais – muitas vezes inviáveis devido a restrições de recursos – e garantir maior segurança e eficiência ao processo. Essa tecnologia também contribui para a preservação ambiental, ao assegurar que as áreas contratadas estejam sendo utilizadas conforme os objetivos previamente estabelecidos.

- **Impactos e Benefícios**

Essa nova metodologia representa um marco na gestão fundiária do Distrito Federal. Ao agir de forma proativa, o Estado reforça sua capacidade de planejar e gerir as terras públicas rurais, ao mesmo tempo em que promove a inclusão dos ocupantes no processo de regularização, fortalecendo o vínculo entre sociedade e governo. O uso de tecnologia como o sensoriamento remoto coloca o Distrito Federal na vanguarda da administração territorial, demonstrando um compromisso com a inovação, a sustentabilidade e a transparência.

Essa abordagem transformadora coloca o Distrito Federal como referência nacional no processo de transformação da regularização rural, garantindo não apenas a ocupação ordenada das terras públicas, mas também um desenvolvimento rural equilibrado e alinhado às necessidades contemporâneas.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Atualmente, um dos principais desafios na celebração de contratos de concessão de CDU/CDRU com os ocupantes das terras públicas é a existência de pendências junto ao Governo do Distrito Federal por parte de muitos interessados. Apesar de todo o trabalho técnico e administrativo realizado até a elaboração do contrato, essas pendências acabam inviabilizando a assinatura, atrasando o processo de regularização e comprometendo os resultados esperados.

Outro obstáculo significativo está relacionado à morosidade no processo de acerto fundiário das fazendas, que impacta diretamente a regularização das concessões sob Contratos de Direito Real de Uso. Entre os principais entraves identificados estão: escassez



de pessoal para levantamentos em campo, além da necessidade de mais especialistas em certificação fundiária e registro público. Esses fatores tornam o processo lento e exigem ações coordenadas para superá-los.

Com o objetivo de enfrentar esses desafios, a ETR S.A. tem implementado uma série de soluções estratégicas que visam otimizar os processos e ampliar a capacidade operacional da empresa:

- **Adição de Metodologias Modernas:** A chegada de novos profissionais qualificados possibilitou a implementação de metodologias atualizadas e mais eficazes para o georreferenciamento de parcelamentos, garantindo maior precisão e agilidade nos processos técnicos.
- **Contratação de Serviços Especializados:** Foi recentemente concluído um pregão para a contratação de uma empresa especializada no georreferenciamento de 10 fazendas. Esse contrato prevê a execução de serviços essenciais de engenharia, demarcação e certificação, que irão acelerar os processos e assegurar conformidade técnica e legal.

Essas medidas refletem o compromisso da ETR em buscar soluções inovadoras e práticas para os desafios enfrentados, promovendo maior eficiência e eficácia no manejo e regularização das fazendas e terras rurais sob sua responsabilidade. A superação desses entraves não apenas permitirá avanços significativos no cumprimento das metas, mas também reforçará a posição da ETR como um agente estratégico na gestão fundiária do Distrito Federal.

- **Para potencializar os resultados e superar os desafios existentes, destacam-se as seguintes recomendações:**
 - **Aprimorar a Integração entre as Áreas Envolvidas:** Fomentar a colaboração e a comunicação entre as equipes da Terracap, ETR S.A., SIGEF e cartórios pode acelerar a submissão e validação de dados, além de melhorar a coordenação geral e minimizar possíveis falhas de comunicação.
 - **Adequação do Decreto 43.154/2024:** Revisar e atualizar o decreto para garantir que ele esteja alinhado com as demandas atuais do processo de regularização, proporcionando maior clareza e agilidade nos procedimentos.
 - **Implementação de Sistemas Digitais:** Adotar tecnologias digitais para facilitar o fluxo de informações e agilizar os processos internos e externos. Sistemas integrados podem otimizar a tramitação de documentos, reduzir o tempo de análise e promover maior transparência nas etapas de regularização.



20902 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEFE) foi criado pelo Decreto Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966 e ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, tendo por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, por meio de apoio financeiro a empreendimentos produtivos, com projetos aprovados no âmbito dos programas de governo de desenvolvimento econômico e social, ambos em vigor.

O FUNDEFE encontra-se regulamentado nos seguintes normativos (principais):

- Decreto Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras disposições;
- Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, ratifica e mantém o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal FUNDEFE, e dá outras providências;
- Decreto nº 39.610, de 10 de janeiro de 2019, dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal (transferência do FUNDEFE da SEFAZ para a antiga SDE, artigo 27, § 2º);
- Decreto nº 4.906 de 16 de novembro de 1979, regula o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, previsto nos artigos 209 a 212 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966 e dá outras disposições;
- Decreto nº 24.594 de 14 de maio de 2004, regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal FUNDEFE, instituído pelo artigo 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, disciplina os benefícios creditícios e o benefício especial para o desenvolvimento, previstos na Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências;
- Instrução normativa nº 01, de 15 de maio de 2019, disciplina os procedimentos de apuração da renúncia do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal para o exercício de 2019 e posteriores.

No Decreto nº 24.594, de 14 de maio de 2004, que Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal FUNDEFE e disciplina os benefícios creditícios e o benefício especial para o desenvolvimento, previstos na Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, em seu artigo 5º assim designa a gestão do Fundo:

Art. 5º A gestão do FUNDEFE compete à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

§ 1º O compromisso, a liquidação e a previsão de pagamento, bem como o controle dos recursos aplicados sob a égide do FUNDEFE serão executados pela própria unidade do FUNDEFE.

§ 2º Na gestão do FUNDEFE serão observadas as normas gerais sobre execução orçamentária e financeira, inclusive as relativas ao controle e à prestação de contas.

§ 3º Cabe ao FUNDEFE assumir os riscos operacionais decorrentes dos financiamentos.

Art. 6º O Banco de Brasília S/A BRB é o agente financeiro do FUNDEFE, nas operações de financiamentos ou empréstimos ao setor privado.

Parágrafo único. Compete ao BRB, nos termos deste artigo:

I - Manter registros especiais das operações por ele realizadas e da entrega dos recursos do FUNDEFE;

II - Elaborar demonstrativo mensal da posição do FUNDEFE, incluindo os extratos das contas vinculadas, com o detalhamento necessário a esse tipo de informação gerencial, remetendo-se à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;

III exige, quando necessário, para análise e avaliação, a apresentação de projeto de investimento, não qual se demonstre as opções técnicas, econômicas e financeiras do empreendimento a ser financiado com recursos do FUNDEFE.



Art. 7º Os projetos objeto de aplicação do FUNDEFE serão sujeitos à previsão dos seguintes órgãos:

I - Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo-COPEP/DF, nos casos de que trata o art. 4º, I, letras "a" e "b";

II Conselho Diretor do Programa de Desenvolvimento do Polo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal - CONCIVI/DF, no caso de que trata o art. 4º, eu, "c";

III - Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, no caso de que trata o art. 4º, eu, "d". Parágrafo único. A aprovação de projetos fica condicionada, em qualquer hipótese, ao montante das dotações orçamentárias consignadas em favor da modalidade de aplicação de recursos do FUNDEFE não qual se enquadrem.

A gestão do Fundo, que até dezembro de 2014 concorreu à Secretaria de Estado de Fazenda, foi necessária para então Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável SDE, pelo Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, conforme disposição contida no § 4º do artigo 22:

Art. 22 A Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável tem atuação e competência nas seguintes áreas:

§ 4º Cabe à Secretaria de que trata este artigo a gestão do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal FUNDEFE.

Considerando a Portaria nº 39, de 28 de março de 2023 (114844123), assim estipulada a delegação de competências relativas ao FUNDEFE:

Art. 1º Delegar competência ao titular da Subsecretaria de Administração Geral para atuar como ordenador de despesas do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE.

Parágrafo único. Fica o ordenador de despesas incumbido de operar as ações necessárias ao desempenho das atividades do Fundo junto ao agente financeiro do Distrito Federal.

Art. 2º Delegar competência ao titular da Coordenação de Projetos e Operações de Crédito e de COOP, da Subsecretaria de Apoio às Áreas de Desenvolvimento Econômico SAADE, da SEDET, pelas ações administrativas necessárias à execução do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal FUNDEFE no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal.

Art. 3º Fica a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira de Fundos, da Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Coordenação Orçamentária e Financeira e Contábil da Subsecretaria de Administração Geral, responsável pela gestão orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE.

O Decreto nº 44.100, de 1º de janeiro de 2023, dispõe sobre a fusão da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, e dá outras providências:

Art. 2º A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

Parágrafo único. Cabe à Secretaria de que trata este artigo a gestão dos Fundos:

III - Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE.

Delegação de Competências:

Conforme a PORTARIA Nº 39, de 28 de março de 2023, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal, delega competência ao titular da Coordenação de Projetos e Operações de Crédito e de Incentivos Fiscais – SAADE/SEDET/COOP, pelas ações administrativas necessárias à execução do FUNDEFE e à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira de Fundos – SEDET/SUAG/COFIN/DIORF/GEOFF, responsável pela gestão orçamentária, financeira e contábil do Fundo.



FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Os servidores lotados nas áreas finalísticas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (SEDET) que exercem as funções do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEFÉ).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira				
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9132 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS	9538743,0	22050468,0	16699079,0	4308409,0
0002 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS DO FUNDEFÉ	5202486,0	17714211,0	12362822,0	0
0003 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS DO FUNDEFÉ	4336257,0	4336257,0	4336257,0	4308409,0
TOTAL - 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	9538743,00	22050468,00	16699079,00	4308409,00

PROGRAMA 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação 9132.0002 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS - Não havia orçamento disponível, sendo liberado e empenhado somente no final do mês de dezembro. Para a instrução dos processos de pagamento das parcelas do FUNDEFÉ-IDEAS, é necessário o envio de documentos e certidões pelas empresas, como requisito para a liberação dos pagamentos, os quais estão previstos para serem realizados em janeiro de 2025.

Ação 9132.0003 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS - Foram realizadas ações administrativas nos processos das empresas relacionadas abaixo, com o intuito de regularizar a liquidação e o pagamento dos pedidos de liberação de parcelas do programa FUNDEFÉ-IDEAS, referentes ao mês de junho, julho, agosto e setembro de 2019 para as seguintes empresas.



- Processos: 00370-00002928/2019-57, 00370-00003384/2019-41, 00370-00003831/2019-61 e 00370-00004387/2019-00 - empresa BALL BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S/A, CNPJ: 29.506.474/0025-69
- Processos: 00370-00002978/2019-34, 00370-00003362/2019-81, 00370-00003849/2019-63 e 00370-00004343/2019-71 - empresa ESPAÇO E FORMA MOVEIS E DIVISÓRIAS LTDA CNPJ: 37.977.691/0007-83
- Processos: 00370-00002935/2019-59, 00370-00003455/2019-13, 00370-00003877/2019-81 e 00370-00004397/2019-37 - empresa E.M.S/CNPJ 57.507.378/0006-08
- Processos: 00370-00003075/2019-71, 00370-00003420/2019-76, 00370-00003943/2019-12 e 00370-00004480/2019-14 - empresa BRASAL CNPJ 01.612.795/0001-51
- Processos: 00370-00003112/2019-41, 00370-00003565/2019-77, 00370-00003960/2019-50 e 00370-00004529/2019-21 - empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA CNPJ: 60.665.981/0007-03
- Processos: 00370-00002841/2019-80, 00370-00003253/2019-63, 00370-00003739/2019-00 e 00370-00004258/2019-11 - empresa GRAVIA CNPJ: 26.487.744/0001-76

Os processos descritos acima foram instruídos com valores empenhados no Programa de Trabalho 04.661.**6207.9132.0003** para cobrir as parcelas do programa FUNDEFIDE-IDEAS, referentes aos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2019. No entanto, devido à necessidade de trâmites adicionais na SUAG/SEDET, os pagamentos relativos aos dois últimos meses ainda não foram realizados.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Foi realizado no dia 08/02/2024, um seminário no auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal, com equipe desta SEDET, Banco Regional de Brasília- BRB os empresários, representantes legais e equipes de contabilidade das empresas que possuam débitos vinculados ao FUNDEFIDE. Cujos objetos foram apresentar a proposta de realização de oferta pública (leilão) para liquidação antecipada dos contratos de financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – FUNDEFIDE, nos termos da LEI Nº 4.276, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008, regulamentada pelo DECRETO Nº 30.092, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

Publicações na Mídia:

1. <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2024/02/19/fundo-de-desenvolvimento-do-df-realiza-leilao-com-descontos-de-ate-90/>
2. <https://jornaldebrasilia.com.br/brasilia/fundo-de-desenvolvimento-do-df-realiza-leilao-com-descontos-de-ate-90/>
3. <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2024/02/05/seminario-debate-desconto-em-contratos-do-fundefe/>
4. <https://blogolhardigital.com.br/fundo-de-desenvolvimento-do-df-realiza-leilao-com-descontos-de-ate-90/>

Como resultado da ação, o Agente Financeiro do programa (Banco BRB) informou o resultado final dos lotes arrematados, totalizando o valor arrecadado de R\$ 1.790.710,02 (um milhão, setecentos e noventa mil setecentos e dez reais e dois centavos), que reforçaram as dotações financeiras do FUNDO.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício

PROBLEMAS:

Falta de orçamento: Conforme evidenciado no processo 04035-00004919/2023-11, o FUNDEFE vem sofrendo com a ausência de recursos orçamentários suficientes para cobertura do seu passivo. Tal situação foi amplamente analisada e exposta no corpo da Nota Técnica 1 (130880637), onde foram apresentados os valores até então conhecidos de passivo registrado, totalizando naquele momento R\$ 257.089.823,90 (duzentos e cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil oitocentos e vinte e três reais e noventa centavos), frente a uma disponibilidade orçamentária aprovada na LOA 2024 de apenas R\$ 9.538.743,00 (nove milhões, quinhentos e trinta e oito mil setecentos e quarenta e três reais).

Atualmente, a COOP/SAADE/SEDET FUNDEFE trabalha com a gestão do passivo de parcelas de financiamento de ICMS de empresas beneficiárias dos programas programa IDEAS INDUSTRIAL, instituído pela Lei nº 5.017, de 18 de janeiro de 2013, o programa FIDE, Incentivo Creditício e demais programas instituídos pela Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, que criou o PRÓ-DF II, cujos requerimentos foram encaminhados ao FUNDO. Entretanto, algumas parcelas não foram quitadas devido à falta de recursos orçamentários suficientes.

DESAFIOS:

Diante ao exposto, faz-se necessária uma discussão contando com equipes multidisciplinares, objetivando identificar soluções para a solução do passivo do fundo com os programas de incentivos fiscais das empresas beneficiárias.

RESULTADOS ESPERADOS:

Liquidação do passivo registrado, possibilitando um ambiente de segurança jurídica para os contribuintes que foram beneficiados com os programas de incentivo que contavam com os recursos do FUNDEFE, bem como possibilitar ao Gestor do Fundo a realização de novas ações.



21101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

I. Histórico e Competências

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (SEMA/DF) e a Secretaria Extraordinária de Proteção Animal (SEPAN/DF) têm competências definidas pela Lei nº 41/1989 e pelo Decreto nº 39.610/2019. Suas atribuições incluem a definição de políticas e a execução de ações nas áreas de resíduos sólidos, recursos hídricos, biodiversidade, gestão territorial, qualidade ambiental, educação ambiental e áreas protegidas, promovendo o desenvolvimento sustentável do DF.

Desde 2018, a SEMA implementa o Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA), alinhado à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e à Política Distrital de Educação Ambiental (Lei nº 3.833/2006), com metas até 2030, para fomentar práticas sustentáveis e inclusivas.

Estrutura Administrativa

A estrutura da SEMA inclui:

- Gabinete do Secretário;
- Secretaria Executiva;
- Subsecretarias de: Administração Geral, de Gestão Ambiental e Territorial, da Pesca e Aquicultura, de Gestão de Águas e Resíduos Sólidos, e de Assuntos Estratégicos.

A SEPAN, por sua vez, conta com:

- Gabinete do Secretário;
- Subsecretaria de Bem-Estar Animal.

Órgãos vinculados à SEMA-DF:

Administração Indireta:

- Jardim Botânico de Brasília (JBB);
- Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal (ADASA);
- Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU);
- Fundação Jardim Zoológico de Brasília (Zoo);
- Instituto Brasília Ambiental.

Órgãos Colegiados:

- Conselhos Gestores de Parques;
- Conselho Gestor da APA Gama e Cabeça de Veado;
- Conselhos das APAs das Bacias do Gama e Cabeça de Veado;
- Conselho de Administração do Fundo Único de Meio Ambiente (CAF);
- Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM);
- Comitê de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CRH-DF).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	17	7	11	4	39
Comissionados sem vínculo efetivo	41	58	0	0	99
Requisitados de órgãos do GDF	12	6	1	0	19



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	1	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	8	1	9
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	0	3
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	70	71	25	6	172
(-) Cedidos para outros órgãos	9	0	2	0	11
Total Geral	61	71	23	6	161

Alterações na estrutura da SEMA/DF.

Subsecretaria de Administração Geral/SEMA:

Criação da Coordenação de Gestão de Pessoas, com as unidades vinculadas: Diretoria de Registros Funcionais, Gerência de Capacitação e Atenção ao Servidor e Gerência de Cadastro e Benefícios; Diretoria de Registros Financeiros, através do Decreto nº 46.357, de 07 de outubro de 2024, publicado no DODF nº 149, de 08 de agosto de 2023.

Criação da Coordenação de Gestão Interna, com as unidades vinculadas: Diretoria de Logística, Gerência de Compras, Gerência de Patrimônio, Gerência de Documentação e Arquivo, Gerência de Contratos e Convênios; Diretoria de Tecnologia, Gerência de Suporte, através do Decreto nº 46.357, de 07 de outubro de 2024, publicado na Edição Extra do DODF nº 73-A.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	186000,0	247000,00	234595,39	234595,39
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	186000,0	247000,00	234595,39	234595,39
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	480000,0	480000,00	437322,52	396460,24
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	480000,0	480000,00	437322,52	396460,24
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	50000,0	0,0	0	0
0054 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0



TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	716000,00	727000,00	671917,91	631055,63

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO

Conversão de licença-prêmio em pecúnia, em favor dos servidores que se aposentaram, com a devida instrução, na forma do artigo 142, da Lei Complementar nº 840/2011 e do Decreto nº 40.208, de 30/10/2019.

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL

Ressarcimentos de folha de pessoal referentes a servidores cedidos, com atuação em esfera diversa que o GDF; acertos de contas, incluindo indenização de férias, alimentação, décimo terceiro salário e demais despesas indenizatórias; Restituições trabalhistas, com despesas orçamentárias de natureza remuneratória, resultantes do pagamento efetuado a servidores.

9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO

Insuficiência de recursos para pagamentos de despesas relativas à conversão da licença-prêmio em pecúnia, no exercício financeiro de 2024.

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3773 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	1500000,0	0,0	0	0
0004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PROJETOS DE ENERGIA FOTOVOLTAICA EM PRÉDIOS PÚBLICOS OCUPADOS NO DF	1500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	1500000,00	0,00	0,00	0,00

O referido projeto foi executado por meio de ação financiada pelo GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente, conforme detalhado nas informações complementares. Dessa forma, não houve a utilização de recursos orçamentários para sua execução.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	151000,0	936322,00	36150,0	36150,0
0001 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	936322,00	36150,0	36150,0
3899 - INDICADORES AMBIENTAIS	150000,0	0,0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1000,0	172,00	0	0
0006 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	231000,0	3000172,00	0	0
0003 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	3000172,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9667 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	230000,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2000,0	5303384,00	1856485,87	1764873,37
0065 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - AMBIENTAL TERRITORIAL - DISTRITO FEDERAL	2000,0	5303384,00	1856485,87	1764873,37
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	1000,0	172,00	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	11001700,0	0	0
0032 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	0	11001700,0	0	0
2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA	1000,0	172,00	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	1000,0	172,00	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	200000,0	3067400,00	0	0
0002 - GESTÃO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	200000,0	3067400,00	0	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DF NOS PARQUES	1000,0	172,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	1000,0	300172,00	0	0
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.-E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES-DISTRITO FEDERAL	1000,0	300172,00	0	0
2930 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	1000,0	172,00	0	0
0001 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	11000,0	2269886,00	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL- SIA	11000,0	2269886,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO SEMANA DO CERRADO	1000,0	172,00	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL - PARQUES-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3116 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO	1000,0	172,00	0	0
0002 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	1000,0	172,00	0	0
0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1000,0	172,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	2000,0	344,00	0	0
0002 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF--DISTRITO FEDERAL	2000,0	344,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	1000,0	172,00	0	0
0007 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1000,0	172,00	0	0
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	11110000,0	9610000,0	6009031,61	1159031,61
0049 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	250000,0	0
0301 - APOIO A REALIZACAO DE PROJETOS AMBIENTAIS	1000000,0	0,0	0	0
0302 - APOIO AO PROJETO AMBIENTAL AVALIAÇÃO SANITÁRIA DE CARNÍVOROS DO CERRADO	560000,0	560000,0	560000,0	560000,0
0303 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO O DF	6000000,0	4400000,0	3799864,8	399864,8
0305 - CASTRAÇÃO DE ANIMAIS - 2024	2000000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0306 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO DF	300000,0	300000,0	300000,0	0
0308 - APOIO A PROJETOS DE MEIO AMBIENTE	250000,0	0,0	0	0
0368 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO À PROJETOS RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	3000000,0	0	0
0404 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO AO PROJETO AMBIENTAL RECICLO-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	0
0411 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO A PROJETOS -DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	199166,81	199166,81
0304 - APOIO A PROJETOS, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE DOS ANIMAIS NO DF.	1000000,0	700000,0	700000,0	0
9121 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS (EP)	0	1300000,0	1297251,3	1297251,3
0014 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS-SEMANA DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	0	1300000,0	1297251,3	1297251,3
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	1001000,0	1692000,00	1505014,87	1465872,98
0023 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-CASTRACÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS -DISTRITO FEDERAL	1000,0	1192000,00	1005014,92	965873,03
0024 - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CAES E GATOS	1000000,0	500000,0	499999,95	499999,95
3122 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO	1000,0	172,00	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	3501000,0	7570069,00	7569896,86	7569896,86
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP -DISTRITO FEDERAL	1000,0	7570069,00	7569896,86	7569896,86
0020 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - HVEP	3500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	16223000,00	46053685,00	18273830,51	13293076,12

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REALIZADA
EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL



• **EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL – INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS – DISTRITO FEDERAL**

Programa de Trabalho 13.542.6210.3210.0001 – Execução da Política Ambiental – Indicadores Ambientais do Sistema de Informações Ambientais do Distrito Federal. A Regulamentação do artigo 45, da Lei Distrital nº 6.269/2019, dispõe que uma Resolução da Comissão Distrital do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (CDZEE-DF) deve estabelecer os indicadores de monitoramento da implementação do ZEE-DF, seus critérios de aplicação e, sempre que possível, as respectivas metas, tendo como referência os indicadores e metas adotados para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). O Painel de Indicadores possibilitará esse monitoramento da implementação do ZEE-DF, devendo se tornar público a cada dois anos. Para o cumprimento desta ação, foi elaborada, em 2023, uma cesta com 74 indicadores para a constituição do Painel de Indicadores do ZEE-DF. Tal produto foi realizado mediante contratação de consultoria com recursos não-orçamentários do Financiamento GEF (Global Environmental Facility), no âmbito do Projeto CITInova, no montante de R\$ 227.805,00. Contudo, em virtude da indisponibilidade orçamentária, para a contratação de consultoria técnica especializada e da não formalização da cooperação técnica entre a SEMA e o Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF), a implantação do Painel de Indicadores não foi viabilizada, no ano de 2024.

MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL TERRITORIAL

- **Modernização e Ampliação do Monitoramento Ambiental do Distrito Federal - Programa de Trabalho 18.541.6210.2534.0001**
- **Modernização de Sistema de Informação Ambiental Territorial do Distrito Federal - Programa de Trabalho 18.126.6210.1471.0065**

O cumprimento desta ação contempla a manutenção e a modernização da Biblioteca de Dados e do respectivo Portal de Dados Abertos, do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA) (www.sisdia.df.gov.br), nos termos dos incisos I, II, IV e V, do artigo 43, da Lei Distrital nº 6.269/2019. Trata-se de uma plataforma de inteligência ambiental-territorial que disponibiliza dados espaciais do DF, para o Governo do Distrito Federal e para a sociedade, assim como confere suporte ao planejamento ambiental-territorial e a gestão ambiental, particularmente para o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização.

A Fase 1, do SISDIA, implementada em 2021, com recursos não-orçamentários do Financiamento GEF (Global Environmental Facility), no âmbito do Projeto CITInova, no montante de R\$ 1.314.280,00, teve foco na consolidação de um banco comum de dados espaciais ambientais do DF aplicados ao planejamento e gestão territorial. Na Fase 2, do SISDIA, iniciada em setembro de 2021, foi contratado o desenvolvimento dos três primeiros módulos especialistas: Módulo Especialista de Sustentabilidade Ambiental em Projetos (MESAP); Módulo Especialista e-Normas (especialização de legislação); e o Módulo Especialista Big-Data, reforçando o conceito de ecossistema. A referida contratação também foi realizada com recursos não-orçamentários do Financiamento GEF (Global Environmental Facility), no âmbito do Projeto CITInova, no montante de R\$ 825.000,00, cuja conclusão se deu em julho de 2023.

No ano de 2024, o enfoque consistiu no aprimoramento e na ampliação das licenças de geoprocessamento e inteligência espacial para o SISDIA, fundamentais para a renovação do referido sistema, tendo sido realizada a contratação, no montante de R\$ 2.270.615,36, da renovação e ampliação do conjunto de licenças ESRI/ArcGis, além de horas técnicas para o desenvolvimento de soluções específicas e para o suporte às parcerias que envolvem questões ambientais, a exemplo do Módulo Especialista de Monitoramento e Controle do Território (MEMC). Essa estrutura de suporte e licenciamento assegura que o SISDIA esteja equipado com as ferramentas necessárias para efetivamente monitorar, gerir e responder às complexidades ambientais do Distrito Federal.

PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

- **PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS - SEMA-DF.**



Termo de Fomento (MROSC) nº 10/2023. Parque Educador Digital - Objetiva elaborar conteúdo digital (23 vídeos pedagógicos, 2 documentários e 1 vídeo institucional) sobre a Educação Ambiental e sua importância a fim de disseminar práticas pedagógicas através de vídeos pedagógicos, institucionais e lúdicos. O público a ser atingido são estudantes e professores.

Recursos: Emenda parlamentar no valor de R\$ 399.009,42 e executado pela SEMA/DF, por meio do Termo de Fomento nº 10/2023.



TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES

- **APOIO AO PROJETO AMBIENTAL - AVALIAÇÃO SANITÁRIA DE CARNÍVOROS DO CERRADO - Termo de Fomento - (MROSC) nº 2/2024 - Monitoramento e Avaliação Sanitária de Carnívoros Silvestres das Unidades de Conservação do Distrito Federal para divulgação à sociedade.**

O projeto tem como objetivo a realização de pesquisa para descrever agentes causadores de doenças infecciosas, inclusive de caráter zoonótico, como as bactérias da ordem das Rickettsiales e os protozoários das ordens Piroplasmida e Trypanosomatidae em carnívoros.

- **Agenda 2030 Lago Norte** - Associação Civil Alternativa Terrazul.- O projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável na Região Administrativa do Lago Norte, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030. A região foi escolhida por sua biodiversidade, nascentes preservadas, Cerrado nativo e potencial para atividades de baixo carbono, como ecoturismo. A iniciativa envolve o diagnóstico do cumprimento dos ODS na área, visitas de campo e diálogos com a comunidade local, incluindo empreendimentos, escolas e associações. Os dados coletados serão disponibilizados publicamente para apoiar políticas públicas, projetos e pesquisas futuras, fortalecendo a preservação ambiental. A parceria foi firmada entre Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal e a OSC Associação Civil Alternativa Terrazul, tendo a OSC Associação para Conservação da Biodiversidade atuando em rede, conforme Termo de Acordo de atuação em Rede.

GESTÃO DA FAUNA

- **Termo de Fomento - (MROSC) nº 2/2024.** Monitoramento e Avaliação Sanitária de Carnívoros Silvestres das Unidades de Conservação do Distrito Federal, para divulgação à sociedade. O projeto tem como objetivo a realização de pesquisa para descrever agentes causadores de doenças infecciosas, inclusive de caráter zoonótico, como as bactérias da ordem das Rickettsiales e os protozoários das ordens Piroplasmida e Trypanosomatidae, em carnívoros.

SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA

- Programa Trabalho: 18.541.6210.9107.0305 - (EPI) CASTRAÇÃO DE ANIMAIS - 2024;
- Programa Trabalho: 18.542.6210.2536.0023 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS - DISTRITO FEDERAL;
- Programa Trabalho: 18.542.6210.2536.0024 - (EPI) CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Programa Trabalho: 18.542.6210.9107.0304 - (EPI) APOIO A PROJETOS, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE DOS ANIMAIS NO DF e
- Programa Trabalho: 20.605.6201.9107.0395 - (OCA) TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS EM DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, EM PROL DAS COMUNIDADES RURAIS DO-DISTRITO FEDERAL.

Ação/Subtítulo	Lei	Despesas	Empenhado	Liquidado
0305: (EPI) CASTRAÇÃO DE ANIMAIS - 2024	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0023 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS - DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1.085.914,30	1.085.828,60	751.825,86
0024 - (EPI) CASTRAÇÃO GRATUITA DE CAES E GATOS;	1.000.000,00	500.000,00	499.999,95	499.999,95
0304 - (EPI) APOIO A PROJETOS, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE DOS ANIMAIS NO DF	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0395 - (OCA) TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS EM DEFESA SANITÁRIA ANIMAL EM PROL DAS COMUNIDADES RURAIS DO-DISTRITO FEDERAL.	0,00	0,00	0,00	0,00

A SEPAN tem por objeto a prestação de serviços de castração de caninos e felinos (ováriosalpingo-histerectomia e orquiectomia), atualmente são credenciadas três clínicas veterinárias para a execução do serviço supracitado. A sanidade e o controle populacional de animais domésticos são temas de extrema importância, considerando que tais fatores interferem diretamente no meio em que vivemos e na saúde pública. O impacto da invasão de espécies domésticas/invasoras é considerado a terceira maior ameaça às espécies nativas, depois da superexploração e da destruição do habitat. Algumas estimativas afirmam que o Brasil tinha cerca de 30 milhões de cães domésticos em 2012, o terceiro no ranking mundial. A superpopulação de cães e gatos domésticos gera problemas para os seres humanos, onde ninhadas indesejadas frequentemente abandonadas acabam em situação não domiciliada ou semi-domiciliada, com acesso às ruas, estando sujeitos a maus tratos, envolvendo-se em acidentes de trânsito, mordeduras e participando da cadeia de transmissão de zoonoses. A castração adiciona qualidade de vida para os animais em vários aspectos como:

- 1) Diminuição de neoplasias, uma vez que existem evidências que demonstram a influência dos hormônios sexuais no desenvolvimento de hiperplasia e neoplasias mamárias em cadelas e gatas, e do trato reprodutivo de cachorros e gatos;
- 2) Restrição do comportamento reprodutivo indesejável, como agressividade, aumento da expectativa de vida, pois o animal não está propenso à fugas, brigas e atropelamentos, em virtude da procura por parceiros sexuais;
- 3) Redução de doenças infectocontagiosas, com ênfase nas doenças transmitidas sexualmente entre os animais, como por exemplo, o tumor venéreo transmissível, uma patologia comum, em cães errantes não castrados;
- 4) Eliminação de cruzamentos inadequados entre animais consanguíneos que podem gerar filhotes com alterações físicas, fisiológicas ou comportamentais, como exemplo a hidrocefalia congênita, quadro que aumenta as chances de abandono desses animais;
- 5) Supressão do uso das injeções anti-cio, em cadelas e gatas, que cursam em patologias do trato reprodutivo e mamas.

Outrossim, com advento do Decreto Distrital nº 44.375/2023, foi alterada a estrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal e do Instituto Brasília Ambiental, de modo que a SEMA passou a ter as atribuições concernentes à política de bem-estar de cães e gatos. Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 46.233/2024, criou-se a Secretaria Extraordinária de Proteção Animal do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

CASTRAÇÕES REALIZADAS EM 2024					
MÊS	CACHORRO	CADELA	GATA	GATO	TOTAL DE CASTRAÇÕES
JANEIRO	37	51	33	30	151
FEVEREIRO	257	320	245	243	1.065
MARÇO	275	323	310	269	1.177
ABRIL	346	421	363	318	1.448
MAIO	282	366	313	293	1.254
JUNHO	288	326	349	320	1.283
JULHO	274	373	336	298	1.281
AGOSTO	336	415	355	330	1.436
SETEMBRO	215	260	281	223	979
OUTUBRO	254	279	261	253	1.047
TOTAL	2.564	3.134	2.846	2.577	11.121

HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO

- Programa Trabalho: 18.542.6210.3122.0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL;
- Programa Trabalho: 18.542.6210.9088.0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP - DISTRITO FEDERAL e
- Programa Trabalho: 18.542.6210.9088.0020 - (EPI) MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - HVEP.

Ação/Subtítulo	Lei	Despesas	Empenhado	Liquidado
0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL	1.000,00	86,30	0,00	0,00
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP -DISTRITO FEDERAL	1.000,00	7.569.983,30	7.569.896,86	7.569.896,86
0020 - (EPI) MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - HVEP.	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00

A SEPAN, por meio da Organizações da Sociedade Civil (OSC) com a Anclivepa-SP, operacionaliza o Hospital Veterinário Público (HVEP), cujo escopo da parceria envolve recepção e triagem, atendimento clínico (incluindo emergenciais), atendimento cirúrgico, realização de exames laboratoriais e de imagem, acompanhamento dos tratamentos, gestão dos medicamentos e gestão de prontuários para a prestação de serviços veterinários, em cães e gatos.

Os serviços serão prestados, de forma gratuita à população, em imóvel localizado no Parque Lago do Cortado – Taguatinga/DF e por meio da Unidade Móvel. Cabe destacar, que animais domésticos são tutelados pelo Estado e sua proteção é assegurada pelo artigo 225, da Constituição Federal, que assim dispõe: 'VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade'. Assim como o art. 32 da Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) que dispõe que é crime praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. No Distrito Federal, a Lei nº 4.060/2007, art. 3º, inciso XXVIII, considera maus-tratos deixar de prestar assistência veterinária ao animal doente, ferido, extenuado ou mutilado.

Logo, a disponibilidade de serviços públicos veterinários se faz essencial. Vejamos abaixo, a planilha de atendimentos e procedimentos realizados no ano de 2024:

ATENDIMENTOS E PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM 2024			
MÊS	Tutores Atendidos	Animais Atendidos	Procedimentos Veterinários Realizados
JANEIRO	1.092	1.779	39.377
FEVEREIRO	915	1.473	32.793
MARÇO	909	1.423	29.042
ABRIL	977	1.621	31.413



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

MAIO	1.009	1.563	28.945
JUNHO	870	1.345	26.675
JULHO	1.001	1.594	30.406
AGOSTO	913	1.424	26.610
SETEMBRO	827	1.371	31.374
OUTUBRO	812	1.331	31.472
NOVEMBRO	817	1.317	27.182
TOTAL	10.142	16.241	335.289

É importante frisar que, no decorrer do ano de 2024, a quantidade de serviços prestados pelo HVEP apresentou uma redução em relação ao ano de 2023. Essa diminuição está diretamente associada às limitações orçamentárias enfrentadas pela instituição. Em 2024, o orçamento disponível foi significativamente menor, o que impactou diretamente a capacidade de manutenção das atividades em níveis semelhantes aos do ano anterior. Essa restrição de recursos financeiros afetou principalmente a expansão de projetos que poderiam ampliar ou manter os atendimentos na mesma proporção de 2023. O hospital buscou adotar medidas de otimização para mitigar os impactos, como a priorização de serviços essenciais.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO EXECUTADA:

- **Os subtítulos a seguir tiveram recursos financeiros disponibilizados e estão em andamento na Unidade. Contudo, os projetos não foram realizados, devido a questões técnicas.**

0003 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - DISTRITO FEDERAL.

0032 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES - DISTRITO FEDERAL.

0002 - GESTÃO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL.

0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES - DISTRITO FEDERAL.

0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL- SAI.

0049 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL.

0306 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO DF.

0404 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO AO PROJETO AMBIENTAL RECICLO-DISTRITO FEDERAL.

0304 - APOIO A PROJETOS, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE DOS ANIMAIS NO DF.

- **Os subtítulos, a seguir, não contaram com recursos orçamentários, mas foram executados por outros meios ou encontram-se em andamento na Unidade.**

0006 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL.

9667 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL.

0001 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA - DISTRITO FEDERAL.

0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL.

0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL.

0001 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA-DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL - PARQUES - DISTRITO FEDERAL.

0002 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO - DISTRITO FEDERAL.

0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL - SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL.

0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL.

0002 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF-- DISTRITO FEDERAL.

0007 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS - SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL.

2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS - SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL.

0301 - APOIO A REALIZACAO DE PROJETOS AMBIENTAIS.

0305 - CASTRAÇÃO DE ANIMAIS – 2024.

0308 - APOIO A PROJETOS DE MEIO AMBIENTE.

0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL.

0020 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO – HVEP.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10763 - ACESSOS ÀS INFORMAÇÕES DO SISTEMA DISTRITAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS (SISDIA)	UNIDADE		01/01/2001	Anual	72000,00	85000,00		X		X		X	BASE DE DADOS SISDIA
Justificativa: 2024 - O índice foi aferido por meio da contagem de acessos ao Sistema Distrital de Informações Ambientais.													
10776 - ATENDIMENTOS REALIZADOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO	UNIDADE		01/01/2001	Anual	20000,00	17528,00		X		X		X	SUPAN
Justificativa: 2024 - No exercício de 2024, o indicador de atendimentos do serviço veterinário público foi afetado por limitações orçamentárias. A insuficiência no teto previsto na LOA ocasionou atrasos nos repasses financeiros, tornando necessária a solicitação de suplementações orçamentárias para viabilizar a continuidade das atividades. No intervalo entre a solicitação e a liberação das suplementações, houve redução temporária no serviço prestado, resultando em uma diminuição do número de atendimentos realizados. Dessa forma, o total de atendimentos atingiu 17.528, ficando abaixo da meta projetada de 20 mil para o ano.													
10824 - ÓRGÃOS DO GDF COM COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA IMPLANTADA	UNIDADE	20,00	01/12/2022	Anual	30,00	0,00		X		X		X	SEMA SUGARS
Justificativa: 2024 - A Sema deu continuidade ao acompanhamento e apoio à implantação da coleta seletiva na Administração Pública do Distrito Federal, convidando os servidores que compõem a Comissão Gestora da Coleta Seletiva Solidária das instituições do GDF a participarem da Capacitação em Coleta Seletiva Solidária realizada no dia 4 de dezembro de 2024, com participação de, aproximadamente, 100 servidores. Em cada semestre de 2024, foi disponibilizado às instituições o link para o preenchimento do Relatório de Coleta Seletiva Solidária. Esse instrumento tem como objetivo monitorar o progresso das iniciativas de coleta seletiva em andamento e incentivar a implantação da Coleta Seletiva Solidária nas instituições participantes. Atualmente, o relatório consolidado referente ao ano de 2024 encontra-se em fase de elaboração.													
10879 - ÁREAS PRIORITÁRIAS DO CERRADO PLANTADAS, EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO	HECTARE	12000,00	01/12/2019	Anual	12040,00	12211,39		X		X		X	MAPA DE COBERTURA VEGETAL DO SOLO PUBLICADO PELA SEMA/DF
Justificativa: 2024 - Áreas plantadas e entregues, em 2024:* 40,39 hectares (Lago Norte, em 21 polígonos);* 42 hectares (Parque Ecológico do Paranoá);* 23 hectares (ARIE do Paranoá);* 13 hectares (Parque de Múltiplos Usos da Asa Sul);* 93 hectares (ARIE do Riacho Fundo).Total = 211,39 hectares.													
10957 - ÁREAS RECUPERADAS DE CERRADO	HECTARE		01/01/2001	Anual	6000,00	10000,00		X		X		X	ESTUDOS TÉCNICOS DA SEMA
Justificativa: 2024 - Mudanças plantadas no movimento "Dia de Plantar" - Decreto 44.606/23.													
10961 - FORMALIZAÇÃO DE ACORDOS/TERMOS DE COMPROMISSO DE LOGÍSTICA REVERSA	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	1,00	1,00		X		X		X	SUGARS
Justificativa: 2024 - No âmbito da logística reversa, cuja coordenação é de responsabilidade desta Secretaria, foram realizadas importantes ações. Foi renovado o Termo de Cooperação com a cadeia de logística reversa de resíduos eletroeletrônicos, representada pela Associação Brasileira de Eletroeletrônicos (ABREE), com prorrogação por mais dois anos. Esse termo consolida a logística reversa para esses resíduos, oferecendo Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) distribuídos por todas as regiões do Distrito Federal, além do serviço de retirada domiciliar para resíduos com peso superior a 30 kg.													
10965 - NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS DO PROGRAMA ANUAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS (APM)	UNIDADE		01/01/2001	Anual	2,00	3,00		X		X		X	SUGARS
Justificativa: 2024 - Em 2024, o Programa Anual de Gestão e Monitoramento das APMs publicou a Portaria Conjunta nº 02' para a regularização fundiária, avançou na integração de dados ambientais pelo SISDIA e iniciou pesquisas com a CAESB e o IPEDF, para avaliar os impactos das APMs. Além disso, promoveu fóruns, reuniões técnicas e audiências públicas para conscientizar a sociedade e buscar investimentos para projetos focados nas metas de revitalização de áreas degradadas em APMs.													
10970 - NÚMERO DE ATENDIMENTOS A ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF NO PROGRAMA PARQUE EDUCADOR	UNIDADE		01/01/2001	Anual	5000,00	4101,00		X		X		X	SECEX



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2024 - O atendimento previsto de, no mínimo, 5.000 estudantes da rede pública de ensino do DF não foi alcançado em razão da variação do número de alunos, por turma. Esperava-se, em média, 40 alunos por turma, o que não foi atingido.													

PLANTIO DE MUDAS, POR ANO, VISANDO A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS DO CERRADO, LOCALIZADAS DENTRO E FORA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, DE ACORDO COM OS LEVANTAMENTOS TÉCNICOS DE ÁREAS DEGRADADAS.

MUDAS PLANTADAS NO MOVIMENTO "DIA DE PLANTAR" DECRETO - 44.606/2023.

Objetivo alcançado no ano de 2024, com o quantitativo disponível de 10.000 mudas.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	120000,0	71602,00	68846,22	60991,02
8542 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	120000,0	71602,00	68846,22	60991,02
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	120000,00	71602,00	68846,22	60991,02

No âmbito do programa 6217 - Segurança para Todos, instituído em conformidade com o Decreto nº 24.193, de 05 de novembro de 2003, foi criado o Programa Reinteg Cidadão, direcionado aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. O objetivo do programa é oferecer oportunidades de ressocialização e reinserção social, por meio do aprendizado de novas técnicas profissionais e da prestação de trabalho remunerado. Para atender às necessidades da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/DF), na execução de serviços, a SEMA conta com o apoio de três reeducandas participantes do Programa, ressocializadas do sistema prisional, que desempenham atividades de copeiragem.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1000,0	172,00	0	0
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	15454143,0	19027856,00	18722719,88	18659737,88
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	15454143,0	19027856,00	18722719,88	18659737,88
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	711431,0	834931,00	827609,82	821709,82
9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	711431,0	834931,00	827609,82	821709,82



8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2394030,0	2692820,00	2270723,06	1446660,45
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	2394030,0	2692820,00	2270723,06	1446660,45
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80000,0	42359,00	29333,32	25478,00
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	80000,0	42359,00	29333,32	25478,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1000,0	172,00	0	0
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	18641604,00	22598310,00	21850386,08	20953586,15

2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

O serviço é centralizado na SEEC e foi previsto para a nova sede da SEMA, cuja obra está em andamento e o projeto será executado no próximo exercício.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

A previsão inicial contemplava ações relacionadas com a alteração da estrutura administrativa do órgão, com criação de cargos, bem como nomeação de novos servidores, os quais foram frustrados por falta da ocupação dessas vagas e pessoas que não tomaram posse.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

Devido ao que ocorreu no item anterior, a falta de ocupação de cargos para concessão dos benefícios, em especial o de auxílio alimentação, resultou na frustração da previsão de utilização dos recursos.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Nesse programa ocorreram obstáculos na utilização dos recursos para atender as necessidades de manutenção administrativa, tais como: concessão de diárias e passagem, aquisição de material de consumo, contratação de serviços, aquisição de material permanente. Nesse contexto, houve previsões de viagens que não se concretizaram, atrasos na obra para início do novo contrato de locação, frustração das contratações de bens de consumo e permanente planejadas, causando dificuldades para o alcance das metas previstas e transportando essas necessidades para o exercício seguinte.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O recurso desse programa resultou do encerramento do contrato de prestação de serviços de impressão (Outsourcing), o qual não foi possível realizar remanejamento em tempo hábil, ao encerramento do exercício.

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Os recursos desse Programa foram insuficientes para contratações de capacitação, o que está sendo planejado e desenvolvido para o exercício de 2025.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PROJETO SISTEMA DE USINAS FOTOVOLTAICAS DO DISTRITO FEDERAL

(Ação não orçamentária, financiamento GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente | valor total: R\$ 4.341.722,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e um mil, setecentos e vinte e dois s reais).

Objetivo: Fruição de créditos de energia em faturas de energia provenientes da geração de energia solar fotovoltaica gerada em sistema de geração localizado em quatro unidades de conservação - Parque Ecológico de Águas Claras (716 kWp), Parque Ecológico Ezechias Heringer (22,5 kWp), Parque Ecológico do Cortado (57 kWp) e Monumento Natural Dom Bosco (17,1 kWp), para abastecimento de prédios públicos do GDF, além da manutenção de duas unidades de carregamento de veículos elétricos, instaladas no Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) e no Jardim Botânico de Brasília (JBB), são de propriedade da SEMA.

Ação Desenvolvida: Arranjo com 5 instituições do GDF para a assinatura de Convênio, inauguração do Sistema em Águas Claras e instrumentalização dos artefatos para contratação de manutenção e seguro patrimonial das usinas.
Status da Realização: 100% realizada.

Observações: As usinas já estão implantadas e em funcionamento nas unidades de conservação do Distrito Federal e a etapa agora é para finalizar as exigências da Neonergia para a fruição dos créditos aos partícipes, bem como a conclusão da instrução dos artefatos de contratação para manutenção das unidades e contratação de seguro patrimonial, ainda aguardando a indicação de todos os partícipes para o estabelecimento da Comitê Gestor das Usinas.

Resultados Esperados/Obtidos: Economia e abatimento das contas de energia de até 80 prédios públicos.

Outros Órgãos Envolvidos: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Instituto Brasília Ambiental, Fundação Jardim Zoológico de Brasília e Fundação Jardim Botânico de Brasília.

Informações Financeiras: Ação não orçamentária financiada pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (da sigla em inglês GEF), por meio do projeto CITInova. Custou 4,3 milhões de reais.

A SEMA, como executora do Projeto CITInova no Distrito Federal, contratou por meio do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) a instalação de 4 (quatro) unidades de geração de energia solar fotovoltaica para atender prédios públicos do GDF, promovendo a diversificação da matriz energética e economia de recursos públicos. Os sistemas de energia fotovoltaica são de propriedade da Sema e foram instalados em quatro Unidades de Conservação geridas pelo Instituto Brasília Ambiental: Parque Ecológico de Águas Claras, Parque Ecológico do Cortado, Parque Ecológico Ezechias Heringer e Monumento Natural Dom Bosco. As três últimas citadas são estações instaladas em telhados e a unidade instalada no Parque Ecológico de Águas Claras é uma estação de solo.

O sistema tem potência total instalada de 812,6 kWp, sendo que a energia gerada é variável dependendo de fatores como insolação, quantidade de nuvens, limpeza e idade dos equipamentos, com pico de geração mensal de 109,77 MWh. O Sistema abastecerá 80 prédios públicos, incluindo todas as unidades de conservação do Distrito Federal, as sedes da Sema e do Brasília Ambiental, além dos prédios do Jardim Botânico de Brasília (JBB), Jardim Zoológico (JZB) e mais 10 escolas da rede de ensino público do Distrito Federal. Para ratear os custos com a operação, a Sema está firmando Convênio com a Secretaria de Estado de Educação (SEE), Brasília Ambiental, JBB, JZB.

Como parte da estratégia de mobilização e sensibilização da sociedade, foi adquirida uma maquete física interativa com sistemas sensoriais e audiovisuais, que foi instalada no Parque Ecológico de Águas Claras. A maquete é um instrumento eficiente na representação visual no



processo didático em razão de múltiplos estímulos estarem associados a um conteúdo elaborado com foco nas orientações sobre o processo de geração de energia fotovoltaica e distribuição, oferecendo mais facilidade para compreensão do tema. Sua aplicação é sinestésica, contando com apresentações que se utilizam da gamificação associada à visão, a audição e o tato para diferentes sensações percebidas com foco em três propósitos: conhecimento, acessibilidade e inclusão.

Além disso, foi adquirido e instalado um contêiner, estrutura modular, para a lotação dos vigilantes durante os respectivos turnos de trabalho, bem como posto de observação/guarita para o monitoramento estático da usina fotovoltaica do Parque Ecológico de Águas Claras.

COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

• COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA - DISTRITO FEDERAL

Programa da Coleta Seletiva Solidária (CSS), instituído no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF) por meio da Lei no 4.792/2012, regulamentada pelo Decreto no 38.246/2017, que estabelecem a obrigatoriedade de que os resíduos recicláveis gerados pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal sejam destinados às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Em cumprimento do Art. 4º do Decreto 38.246/2017 no que tange às competências desta Secretaria para a mobilização, sensibilização e orientação para a Coleta Seletiva Solidária, o estímulo à implantação da A3P, seu monitoramento e a avaliação das atividades, o Governo de Brasília, tem aplicado especiais esforços para que a Coleta Seletiva Solidária, seja implementada plenamente em todo o Distrito Federal. A Sema deu continuidade ao acompanhamento e apoio à implantação da coleta seletiva na Administração Pública do Distrito Federal, convidando os servidores que compõem a Comissão Gestora da Coleta Seletiva Solidária das instituições do GDF a participarem da Capacitação em Coleta Seletiva Solidária que será realizada no dia 4 de dezembro de 2024 com previsão de 120 participantes.

Até o presente momento, foi encaminhado em cada semestre, o link para o preenchimento do Relatório de Coleta Seletiva Solidária, instrumento preenchido por todas as instituições que tenham iniciativas de Coleta Seletiva em andamento, compondo o acompanhamento do progresso dessas iniciativas assim como o estímulo à implantação da Coleta Seletiva Solidária.

A Sema também refaz a cada evento, o convite a toda instituição que ainda não tenha iniciado a implantação da coleta seletiva, solicitando designar uma comissão de servidores que será responsável pelo planejamento, implantação e acompanhamento do programa no órgão. Todas essas instituições solicitam o apoio da SEMA para implantação do programa.

CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

• CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - DISTRITO FEDERAL - SIA

A SEMA-DF, inaugurou o Complexo Integrado de Reciclagem – CIR, em novembro de 2020, tendo sua operação iniciado imediatamente e atuando com cooperativas contratadas pelo SLU-DF para prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos. Atualmente, o SLU possui 42 contratos com 31 cooperativas/associações de catadores, sendo 21 de coleta seletiva inclusiva e 20 de triagem, que somam cerca de 354 catadores, no Complexo, trabalhando no CIR, em horários intercalados, na triagem dos materiais e sua comercialização. No CIR, cerca de 354 catadores trabalham em horários intercalados, realizando a triagem dos materiais e sua comercialização. De acordo com o Relatório de Atividades do SLU referente ao período de janeiro a setembro de 2024, o CIR recebeu um total de 9.824,43 toneladas de resíduos. Nesse intervalo, foram realizadas 6.240 viagens para a entrega de resíduos seletivos. Gestão Compartilhada do Complexo Integrado de Reciclagem.

Em 2020 foi celebrado o Acordo de Cooperação 01/2020 - SEMA/SLU/CENTCOOP, firmado entre esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU e a Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – CENTCOOP, para cooperação técnica administrativa e financeira com vistas à contratação de



assessoria técnica, capacitação e à gestão dos Centros de Triagem de Materiais Recicláveis e da Central de Comercialização. No âmbito do ACT 01/2020, a Sema deu continuidade às ações que visam o aprimoramento da gestão, produção, logística e comercialização das cooperativas bem como da Central de Comercialização. O referido ACT, foi renovado neste exercício com vigência de 48 (quarenta e oito) meses.

Execução do Contrato de Colaboração Financeira entre o BNDES e o GDF
Projeto - Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.0402.1, assinado pelo Governo do Distrito Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em execução pela Sema. A Sema/DF é responsável pela execução do contrato de colaboração financeira entre o GDF e o BNDES, celebrado em 2013, que prevê investimentos na construção das centrais de triagem, aquisição de equipamentos, assessoria técnica e capacitação.

Atualmente, o contrato entre GDF e BNDES encontra-se vigente, foi prorrogado até 07/2024, conforme a quarta prorrogação que ocorreu em 07/2025 (aditivado por 12 meses). Há tratativas para a celebração de Cooperação Técnica, Administrativa e Financeira entre os participantes SEMA/DF, SLU e CENTCOOP, com vistas a aquisição de maquinários/equipamentos para o Complexo Integrado de Reciclagem do Distrito Federal - CIR.

PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL

. PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL – SEMA – DF - DISTRITO FEDERAL

Programa de Trabalho 18.541.6210.3220.0003 – Publicação do Atlas Ambiental do Distrito Federal.

No tocante ao Atlas Ambiental do Distrito Federal, foi publicada uma versão digital no portal eletrônico do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA) em 2021. Contudo, não houve recurso orçamentário em 2024 para contratar a elaboração de conteúdo e produção da publicação impressa e em meio digital, em observância à Lei Distrital nº 3.944/2007, nas versões: (i) para sistema educacional e (ii) edição bilingue (português e inglês).

IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

. IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO – SEMA – DF - DISTRITO FEDERAL

No tocante à implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), foi elaborado um parecer técnico com proposta de planejamento para a regulamentação dos diversos dispositivos da Lei Distrital nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019, em convergência às metas previstas no Plano Estratégico Distrito Federal 2060, revisado em 2023. Em 2024 não foram realizadas Reuniões Ordinárias da Comissão Distrital do ZEE-DF. Devido ao baixo quórum e à baixa adesão nas reuniões de 2023, foram feitas diligências processuais via SEI junto aos entes do Governo do Distrito Federal para a recomposição das representações da referida comissão.

IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

. IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - DISTRITO FEDERAL

A SEMA realizou ações no que concerne a implementação da Política de Resíduos Sólidos e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal a partir de diversas frentes. Com a continuidade da operação do Complexo Integrado de Reciclagem, com os catadores de materiais recicláveis associados à Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP). Além disso, compete à SEMA a Coordenação do Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal – CORC/DF, criado pela Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011 e instituído pelo Decreto nº 33.825, de 8 de agosto de 2012. O Comitê é composto de 13 membros, sete representantes do Poder Executivo, dois representantes da sociedade civil organizada e quatro representantes dos geradores, transportadores e recicladores, com sua última atualização de composição publicada na Portaria nº 14, de 24



de abril de 2023. O Regimento Interno é instituído pelo Decreto nº 35.142, de 06 de fevereiro de 2014.

Durante o ano de 2024, o CORC realizou 6 (seis) reuniões, que debateram diversos temas na pauta de resíduos sólidos de construção civil. Por meio desse Comitê, foi apreciado o Decreto que visa regulamentar a obrigatoriedade da utilização de materiais reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras públicas no Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital 6.982, de 29 de novembro de 2021 e dá outras providências. A proposta visa definir mercado para os reciclados da construção civil em obras no Distrito Federal, de forma a permitir a instalação de unidades de triagem e tratamento de RCC's pela iniciativa privada, possibilitando assim o encerramento definitivo do Aterro Controlado do Jóquei. Foi criada Câmara Técnica para promover estudos, análises e levantamentos de arcabouço técnico e legal para regulamentar a Lei Distrital no 6.312, de 27 de junho de 2019 – que dispõe sobre a priorização do uso de agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil em obras e serviços de pavimentação no Distrito Federal, que um parecer contendo os estudos realizados.

Firmado Acordo de Cooperação entre o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, e o Instituto Gestão Brasil, para a cessão da Plataforma PGRS Digital Gestão Pública visando modernizar a gestão dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS. Dessa forma, o Decreto nº 46.520, de 13 de novembro de 2024, instituiu o Sistema Eletrônico de Registro e Controle dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS Digital no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

Através do Convênio nº 000013/2020 entre o Ministério do Meio Ambiente -MMA e SEMA, foram realizados os processos licitatórios e a entrega dos equipamentos para instalação de maquinário para a implantação do Sistema de Moagem, Lavagem, Secagem e Extrusão para PEAD-PP, Sistema de Trituração de vidro e equipamentos para tratamento de efluentes, para a melhoria dos processos de triagem e o beneficiamento de resíduos plásticos e vítreos processados. Dessa forma, ampliar operacionalmente a capacidade do CIR por via das cooperativas associadas em oferecer recicláveis em condições mais avançadas para sua comercialização, agregando valor aos produtos resultantes e potencial aumento da renda dos catadores.

Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica 02/2024, entre SEMA, Centcoop e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil que tem como objeto o estabelecimento de condições de cooperação mútua visando a elaboração de projetos e outras peças técnicas de arquitetura e engenharia, inclusive planilha estimativa orçamentária, todos, preparatórios da pretensa licitação, a qual visa viabilizar a instalação de equipamentos de beneficiamento de resíduos sólidos no CIR.

Participação ativa na Comissão Técnica responsável por acompanhar, subsidiar e avaliar os produtos entregues para a revisão e atualização dos Planos PDGIRS e PDSB, vinculada ao Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal (CONSAB). As atividades incluíram a participação em reuniões convocadas pela Secretaria de Obras do Distrito Federal, a apresentação de pautas relacionadas à gestão integrada de resíduos sólidos e a representação da SEMA nas sessões plenárias realizadas em 2024.

No âmbito da logística reversa, cuja coordenação é de responsabilidade desta Secretaria, foram realizadas importantes ações. Foi renovado o Termo de Cooperação com a cadeia de logística reversa de resíduos eletroeletrônicos, representada pela Associação Brasileira de Eletroeletrônicos (ABREE), com prorrogação por mais dois anos. Esse termo consolida a logística reversa para esses resíduos, oferecendo Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) distribuídos por todas as regiões do Distrito Federal, além do serviço de retirada domiciliar para resíduos com peso superior a 30 kg. Adicionalmente, estão em andamento tratativas para a assinatura do Termo de Compromisso relacionado à logística reversa de embalagens plásticas de óleos lubrificantes, que prevê a implantação de pontos de recolhimento e a emissão de certificados de destinação adequada. Também está em negociação a assinatura do Termo de Compromisso referente à logística



reversa de medicamentos, com a proposta de estabelecer pontos de recolhimento específicos para esse tipo de resíduo.

FORTELECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF

• FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF - DISTRITO FEDERAL

Comitê de Gestão e Monitoramento de Áreas de Proteção de Manancial
Publicação PORTARIA CONJUNTA Nº 02, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024
As Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) foram criadas para assegurar a disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, destinada ao abastecimento público, preservando o equilíbrio ecossistêmico por meio de ações de conservação e promoção do uso sustentável. Essas medidas são implementadas sem prejuízo das atividades realizadas pela concessionária de serviço público responsável pela captação e distribuição de água.

A criação do Comitê de Gestão e Monitoramento das Áreas de Proteção de Mananciais (APMs), por meio da Portaria Conjunta nº 04/2020, tem como objetivo subsidiar os trabalhos da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), conforme disposto no art. 99 do PDOT/DF.

Com vistas a agilizar o processo de regularização fundiária nas Áreas de Proteção de Mananciais, a Portaria Conjunta nº 02, de 21 de fevereiro de 2024, regulamenta a regularização de terras públicas rurais nessas áreas. A execução, conduzida pela ETR S.A. em parceria com a SEAGRI, exige anuência prévia dos órgãos gestores e cumprimento de critérios como registro no CAR, observância ao PDOT, adoção de práticas sustentáveis e saneamento rural adequado.

A fiscalização e o monitoramento são assegurados por meio de sistemas de acompanhamento e reuniões periódicas que envolvem os órgãos responsáveis e o Comitê de Gestão das APMs, garantindo a eficiência e a conformidade das ações com os objetivos de preservação e sustentabilidade.

Regulação e Gestão dos Recursos Hídricos

Publicação Resolução nº 03, de 19 de junho de 2024

A Resolução nº 03/2024 do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no DF, em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) e a Política Distrital de Recursos Hídricos (Lei nº 2.725/2001). O principal objetivo da medida é promover a racionalização do uso da água, reconhecer seu valor econômico e assegurar recursos financeiros para a implementação dos Planos de Recursos Hídricos e revitalização das bacias.

O documento define termos técnicos como "carga de lançamento de efluentes medida" e "volume medido", além de detalhar os mecanismos e valores de cobrança, que variam conforme o volume de água utilizado e a carga de efluentes lançada. Entre os objetivos principais estão o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos e a execução de ações voltadas à conservação e recuperação das bacias hidrográficas do Distrito Federal.

A resolução também prevê isenção para usos considerados insignificantes e estabelece diretrizes claras para a definição dos valores a serem cobrados. Além disso, determina o reajuste anual dos valores com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e a revisão periódica a cada cinco anos, garantindo a atualização contínua das condições de cobrança e gestão.

REALIZAÇÃO DO PROJETO SEMANA DO CERRADO

• Realização do projeto virada do Cerrado - Distrito Federal - Parques - Distrito Federal.

As comemorações do Dia do Cerrado, anualmente em 11 de setembro. A Lei Distrital 4.939/2012 institui a Semana do Cerrado no DF que ocorre contemplando de setembro. Busca promover a conscientização e valorização deste bioma único, considerado a savana mais rica em biodiversidade do mundo. A programação conta com atividades educativas, culturais e



interativas, todas voltadas para engajar a população na proteção e preservação do Cerrado, destacando sua importância para o equilíbrio ecológico e para as comunidades que dependem dele. Entre as atividades promovidas, destacou-se a ação educativa voltada para a conscientização de 700 crianças, do 1º ao 9º ano, sobre os incêndios florestais, um tema de extrema relevância para a preservação do bioma. Outra ação foi a mostra audiovisual do Programa Parque Educador Digital, que oferece atividades de educação ambiental e patrimonial para a garotada em celebração à Semana do Cerrado, cerca de 150 crianças e adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal participaram de uma programação voltada à preservação do maior bioma do Brasil, o Cerrado, no Parque Ecológico de Águas Claras. A SEMA em parceria com a SEEDF e o Instituto Amazônia no Cerrado, promoveu evento de lançamento do I Concurso de Redação "Amazônia e Cerrado na Ponta do Lápis". A iniciativa visa despertar nos jovens o interesse por temas como meio ambiente, sustentabilidade e mudanças climáticas no contexto dos dois biomas. Recursos financeiros por conta do Instituto Amazônia no Cerrado, apoio logístico e operacional da SEMA/DF e da SEEDF. No Dia Nacional do Cerrado os servidores da Assessoria em Educação Ambiental e Cidadania participaram do 6º Fórum Permanente de Educação Ambiental, o evento, que teve como tema principal 'Tecnologias e Inteligência Artificial para a Sustentabilidade', reuniu especialistas e professores para discutir novas abordagens pedagógicas e práticas sustentáveis.

• **Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA/DF**

Prevista na Lei distrital nº 3.833/2006 e regulamentada pelo Decreto nº 31.129/2009, a CIEA/DF é um grupo de trabalho de caráter democrático, consultivo e deliberativo, que tem por finalidade promover a discussão, a gestão, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação, bem como a implementação das atividades de educação ambiental no Distrito Federal. A Secretaria Executiva da CIEA/DF está vinculada ao Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), órgão executor da política ambiental do Distrito Federal. Em agosto de 2024 ocorreu a formação MonitoraEA, o objetivo é socializar as reflexões e aprendizados do encontro presencial junto aos outros representantes da CIEA/DF.

DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

- Representação da Sema nos colegiados atuantes a respeito das unidades de conservação:

a) Reserva da Biosfera do Cerrado no DF - O Programa consiste em atribuir a porções representativas dos diversos ecossistemas o título de Reservas da Biosfera. Estas são áreas de ambientes marinhos ou terrestres, representativos, reconhecidos internacionalmente pelo seu valor para a conservação ambiental e para o provimento do conhecimento científico, da experiência e dos valores humanos com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável. As reservas devem cumprir três funções básicas: a conservação da biodiversidade, das paisagens e da cultura; o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental; e o apoio logístico à pesquisa, ao monitoramento e às ações em prol do desenvolvimento.

b) ARIE Granja do Ipê - O projeto tem como objetivo fomentar os esportes e a recreação em trilhas ecológicas; Promover a conectividade entre a ARIE Granja do Ipê e a região através dos Caminhos Candangos; Valorizar aspectos ambientais, culturais e históricos da região; Criar espaços para a educação ambiental; Incentivar o turismo solidário e o desenvolvimento sustentável, além da criação de duas trilhas específicas na ARIE Granja do Ipê.

c) Parque Ecológico Burle Marx - O Parque Ecológico Burle Marx funcionará como um elemento contribuidor para as trocas gênicas, já que possui ecótonos ativos, bem como, para a disseminação de conhecimento ambiental por meio de atividades de educação e conscientização, logo confluindo para a preservação, de forma indireta, do Parque Nacional de Brasília, influenciando no tamponamento necessário.

d) Integrado APA Descoberto – FLONA Brasília - a APA Bacia do Rio Descoberto tem como objetivo principal, proporcionar o bem-estar futuro das populações do Distrito Federal e de parte do Estado de Goiás, bem como assegurar condições ecológicas satisfatórias às represas



da região. Neste contexto, o objetivo principal da APA Bacia do Rio Descoberto é a proteção do lago do Descoberto e dos mananciais hídricos que o formam.

- Representação da Sema nas Comissões de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMAS
O principal objetivo é promover a participação da sociedade civil organizada junto às Administrações Regionais (RAs) nos processos de planejamento, controle e fiscalização do uso racional dos recursos ambientais locais, visando a preservação e a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Atua no fortalecimento das ações de controle ambiental, por exemplo, promovendo campanhas de conscientização e educação ambiental para a população, orientando sobre práticas sustentáveis, incentivando a denúncia de infrações ambientais e estimulando a adoção de medidas preventivas. A comissão também auxilia na elaboração e revisão de normas e regulamentos locais relacionados à proteção ambiental, visando a melhoria contínua das políticas públicas voltadas para a preservação dos recursos naturais. A criação da comissão contribui para o fortalecimento da fiscalização e do controle ambiental nas regiões de Ceilândia, Estrutural, Candangolândia, Riacho Fundo 1, Jardim Botânico e Sudoeste resultando na proteção dos recursos naturais, na prevenção de danos ambientais e na promoção da sustentabilidade local.
- Representação da Sema em comissões junto ao Ministério do Meio Ambiente:
 - a) Cadastro Ambiental Rural – Programa de Regularização Ambiental da Propriedade Rural – CAR-PRA - Representação da SEMA DF no Cadastramento Ambiental Rural. O cadastro serve para promover a regularização ambiental dos imóveis rurais que permitirá a identificação, o controle, o monitoramento da vegetação nativa e em recuperação, além do planejamento ambiental e econômico de propriedades rurais. Seu objetivo é integrar as informações ambientais das propriedades rurais, entre elas áreas de preservação permanente (APPs), reserva legal e remanescentes de vegetação nativa.
 - b) ABEMA – Prevenção e Combate ao Desmatamento, Biodiversidade - Representação da SEMA DF na Prevenção e Combate ao Desmatamento e Biodiversidade. A ABEMA tem como objetivo principal o fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH). Além disso, promove a participação da sociedade nos mecanismos de Gestão Ambiental e na articulação com os demais setores para viabilizar programas e projetos que contemplem o desenvolvimento sustentável. Promover a incorporação da variável ambiental nas estratégias de crescimento do país e no conjunto das políticas setoriais, buscando sempre um modelo de desenvolvimento equitativo e equilibrado.
 - c) CONAREED - Representação da SEMA DF na CONAREED. A comissão irá gerir a implementação do mecanismo REDD+, sigla em inglês para Redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal. Coordenar, acompanhar, monitorar e revisar a Estratégia Nacional para REDD+, além de gerir a elaboração dos requisitos para o acesso ao pagamento por resultados.
 - d) Monitoramento da Qualidade do Ar - A qualidade do ar está intimamente ligada ao clima e ecossistemas, tornando o controle da poluição atmosférica em um dever para a manutenção da vida na terra. Diante da vulnerabilidade da população Brasileira, ações claras são essenciais para a gestão da qualidade do ar, utilizando estratégias transversais, em escalas municipal, estadual e nacional. Neste sentido, em 2024, foi instituída a Política Nacional de Qualidade do Ar, com intuito de realizar a elaboração anual do "Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar", ficando a cargo do MMA a compilação das informações disponibilizadas pelos órgãos ambientais estaduais e distrital. O relatório apresenta o número de estações de monitoramento da qualidade do ar no Brasil, sua distribuição e abrangência espacial, tipos de poluentes analisados, população e usos do solo cobertos pelo monitoramento.

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DF NOS PARQUES

• IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DF NOS PARQUES-DISTRITO



O Programa DF nos Parques foi instituído pelo Decreto nº 44.608 de 07 de junho de 2023, e tem como finalidade aprimorar e ampliar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal. Além disso, possui os seguintes objetivos específicos:

- Promover o uso público sustentável dos parques e demais unidades de conservação do Distrito Federal;
- Incentivar serviços e atividades públicas voltados à sustentabilidade ambiental, à saúde, à educação, ao esporte, ao turismo, à cultura, ao trabalho e à assistência social, dentre outros, a fim de melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Federal;
- Realizar parcerias entre o Governo do Distrito Federal, organizações da sociedade civil e do setor produtivo para a realização de cursos, palestras, seminários, oficinas, atividades esportivas, culturais, ambientais, dentre outras, nos parques e demais unidades de conservação do Distrito Federal;
- Estimular a população do Distrito Federal e, principalmente, os residentes no entorno dos parques e unidades de conservação a frequentar estes espaços, bem como aumentar a assiduidade de seus usuários, a fim de que cooperem com sua proteção e uso sustentável.

Projeto de Manutenção e Monitoramento de Áreas de Plantio no Cerrado. O Edital de Chamamento Público 001/2024 visa contratação de Organização da Sociedade Civil (OSC) para manutenção e monitoramento de áreas plantadas em unidades de conservação do Distrito Federal e em seu entorno próximo, áreas de influência para o abastecimento do Lago Paranoá e áreas de preservação permanente (APPs) da Orla Norte e Sul do Lago Paranoá, utilizando recursos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal. O processo está em fase de seleção.

• **Raízes do Amanhã: Espécies Nativas de Valor Econômico**

O projeto tem como objetivo promover o uso sustentável das espécies nativas da flora brasileira com valor econômico atual ou potencial, destacando nesta edição as espécies características do Centro-Oeste. O objetivo é identificar e priorizar essas espécies para que possam ser utilizadas tanto por pequenos agricultores, como novas opções de cultivo, quanto pelo setor empresarial, como oportunidades de investimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região. O foco será nas espécies nativas do Centro-Oeste, que apresentam grande potencial para uso em diversas áreas, como alimentação, medicina, cosmética, ornamentação e outros segmentos de mercado.

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA

• **Projeto Manutenção e enriquecimento de áreas em processo de recomposição da flora nativa na Orla do Lago Paranoá, Brasília, (DF)**

Projeto executado pelo Instituto Perene. (Financiamento privado não orçamentária: R\$ 1.000.000,00 - um milhão de reais).

Objetivo: Realizar ações de manutenção, enriquecimento de áreas em processo de recomposição da flora nativa na Orla do Lago Paranoá, Brasília/DF e novos plantios em 286 hectares de áreas em processo de recuperação na Orla do Lago Paranoá, abrangendo a continuidade dos 75 hectares implantados com recursos do Fundo Único do Meio Ambiente entre 2019 e 2022 e o acréscimos de 211 hectares em novas áreas, incluindo os 40 hectares da Orla Norte implantados pelo Instituto Espinhaço e mais 171 implantados em unidades de conservação - Parque Ecológico Paranoá, Arie do Paranoá, Arie Riacho Fundo e o Parque de Múltiplos usos da Asa Sul.

Ação Desenvolvida: Preparação do solo, enriquecimento das áreas com plantio de mudas e sementes, manutenção, monitoramento e ações de educação ambiental.
Status da Realização: Totalmente Realizado, encerrada em junho de 2024.
Resultados Esperados/Obtidos: Áreas mantidas, monitoradas e em processo de recuperação.
Outros Órgãos Envolvidos: Instituto Brasília Ambiental e Novacap.
Informações Financeiras: Ação não orçamentária financiada pela empresa Cargill.
Observações: Foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2022 entre o Distrito



Federal, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), o Instituto Brasília Ambiental e a Organização da Sociedade Civil, Instituto Perene. O objetivo da parceria é promover a continuidade da manutenção das áreas em processo de recuperação. A parceria não envolve recursos públicos - financiada pela Cargill - e a execução física é monitorada pela Sema e pelo Brasília Ambiental. O plano de trabalho envolveu ações de enriquecimento nas áreas dos 286 hectares com sementeira direta e replantio de mudas, além de ações de mobilização e educação ambiental. O primeiro produto da parceria foi o diagnóstico e avaliação da situação de 75 hectares de áreas alteradas em processo de recuperação, contando com a caracterização física e ambiental, avaliação dos avanços na recuperação e situação atual dos plantios feitos para a proposição das medidas de manutenção e enriquecimento das áreas plantadas, a partir de consórcios sementeira, adubação verde e mudas nativas. Essas áreas foram implantadas entre 2020-2022 com recursos do Fundo Único do Meio Ambiente - Funam.

Em junho de 2023 foi assinado o Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação nº 01/2022, que estendeu o prazo da vigência da parceria até junho de 2024. Na proposta o Instituto Perene incluiu no Plano de Trabalho do aditivo a continuidade das ações de manutenção nos 75 hectares na Orla Sul e nos 40 hectares da Orla Norte (após conclusão dos trabalhos do Instituto Espinhaço) e o acréscimo de novas áreas para plantio de 171 hectares, totalizando 286 hectares distribuídas entre as Orlas Sul (75), Norte (40), ARIE Paranoá (23), Parque Ecológico do Paranoá (42), ARIE Riacho Fundo (93) e Parque da Asa Sul (13).

Foram plantadas cerca de 42 mil mudas e cerca de 550 mil sementes (10 sementes por cova) em todos os 286 hectares de áreas abrangidas pelo projeto. Além dos plantios, o Instituto promoveu duas atividades de educação ambiental em 2024: a primeira atividade com estudantes ocorreu dia 22/03/2024, no Parque Ecológico do Paranoá com estudantes do 5º ano (de 10 a 11 anos) da Escola Classe Aspalha, uma escolinha rural localizada nas proximidades da Serrinha do Paranoá. As atividades tiveram início com a contação de histórias do "Seu Cachu", histórias que buscam ensinar sobre a proteção da flora e fauna do Cerrado e dos recursos hídricos, após isso houve uma breve explicação teórica de como eram preparados o terreno e os berços para plantio e como deveriam ser plantadas as mudas e sementes, após a explicação teórica, os representantes do Instituto Perene, representantes da Sema - DF, alunos e professores, partiram para a prática onde aprenderam sobre todo o processo e praticaram o plantio da muda.

INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO

Projeto Recupera Cerrado – Recuperação das APPs da Orla Norte | Financiamento via Fundação Banco do Brasil

Projeto executado pelo Instituto Espinhaço. (Ação não orçamentária | Valor Total: R\$ 1.388.412,91 - um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e doze reais e noventa e um centavos).

Objetivo: Ações de plantio e manutenção de mudas nativas do cerrado visando a recuperação de áreas desastadas na Orla Norte do Lago Paranoá na área de preservação permanente (APPs) e unidades de conservação.

Ação Desenvolvida: Plantio de mudas do cerrado em 21 polígonos selecionados na nas APPs Orla Norte em 40,39 hectares.

Status da Realização: Totalmente Realizado, encerrada em março de 2024. Observações: Desde 2020 a Sema, por meio da Suest, vem acompanhando a execução do projeto Recupera Cerrado. Através da parceria firmada pelo Acordo de Cooperação assinado entre o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Fundação Banco do Brasil (FBB), Instituto Brasília Ambiental e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Proteção Animal (Sema), o Instituto Espinhaço realizou ações de recuperação em 40 hectares ao longo das APPs da Orla Norte.

Sob a coordenação do Brasília Ambiental, com a participação da Sema e da FBB no acompanhamento da execução, o projeto é uma continuidade ao projeto de recuperação de danos nas Áreas de Proteção Permanente (APP) iniciado na orla sul do Lago Paranoá.



Os projetos de recuperação na orla do Lago Paraná atendem parte da demanda da Ação Civil Pública nº 2005.01.1.090580-7 que imputou ao Governo do Distrito Federal a recuperação das APPs ao longo da orla do Lago Paranoá. Em 2021 foi feita a indicação das áreas a serem selecionadas para o plantio, com base no Diagnóstico da Orla Norte fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente – desenvolvido em parceria com o Instituto Rede Terra e financiado pelo Funam. Em 2023 o projeto deu continuidade aos plantios iniciados em 2022. A previsão de finalização do projeto era para junho de 2023, porém houve aditivo de prazo até março de 2024. As ações de plantio foram finalizadas totalizando 14.746 mudas do Cerrado plantadas em 40,39 hectares em 23 polígonos ao longo da Orla Norte. Além das ações de planejamento, preparação do solo, plantio e manutenção, foram realizadas ações de educação ambiental, incluindo também a confecção de placas informativas e educativas.

As ações envolviam a conscientização da população sobre o uso correto e seguro das APPs da orla norte do Lago Paranoá e demais áreas protegidas, indicando seus usos múltiplos, além da publicação nas redes sociais e imprensa das ações do projeto. As ações, foram realizadas com instituições parceiras (Fundação Banco do Brasil, Administração Regional do Lago Norte), além de moradores do entorno das áreas atendidas pelo Projeto e alunos do Centro de Ensino do Lago Norte (CELAN) da Rede Pública indicada pela Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do GDF.

Foram realizados 3 plantios voluntários para mobilizar população e os voluntários do Branco do Brasil ao longo da execução, envolvendo no total, em torno de 700 pessoas. Além disso, foram realizadas 4 ações com alunos da escola CELAN do Lago Norte, apresentando-lhes todo o processo de plantio, incluindo oficina de sementeira, oficina de transplante de mudas, oficina de plantio na Orla e palestras. Resultados Esperados/Obtidos: Áreas implantadas e em processo de recuperação. Outros Órgãos Envolvidos: Instituto Brasília Ambiental e Fundação Banco do Brasil (FBB). Informações Financeiras: Ação não orçamentária com recursos oriundos de parceria com a Fundação Banco do Brasil - ação não orçamentária | Valor Total: R\$ 1.388.412,91 - um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e doze reais e noventa e um centavos).

Projeto Proposta criação da Medalha Ezequias Heringer (Decreto)

A instituição da Medalha Mérito Ambiental Professor Ezechias Heringer visa prestigiar pessoas físicas e/ou jurídicas comprometidas com a causa ambiental geral e no Distrito Federal e que tenham dado relevante contribuição ao fortalecimento do Distrito Federal, enquanto ente federativo. O objetivo é valorizar pessoas, empresas e organizações da sociedade civil ativas e mobilizadas na proteção ambiental, de forma a valorizar o empenho desses agentes sociais na promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e no fortalecimento dos atributos naturais próprios do Distrito Federal, com fulcro no art. 278 da Lei Orgânica do DF.

Resultados Esperados/ Obtidos: A outorga da premiação destinada a empoderar os protetores ambientais, a nível distrital, bem como os envolvidos com a causa geral do meio ambiente, estimula a participação de múltiplos atores sociais em projetos sustentáveis locais ou não, visando à condecoração de trabalhos que primam pela melhoria da sustentabilidade social, econômica e ambiental do território do Distrito Federal e do país. A proposta visa condecorar até 100 pessoas físicas e/ou jurídicas por ano com a Medalha Ezequias Heringer.

Outros Órgãos Envolvidos: Casa Civil e Secretaria de Economia. Informações Financeiras: Estima-se um custo anual com a aquisição das medalhas da ordem de R\$ 7.944,00 (sete mil novecentos e quarenta e quatro reais).

GESTÃO DA FAUNA

- **Editais de Chamamento publicados no Diário Oficial do Distrito Federal nº 136, em 18 de julho de 2024**

Tem como objeto chamamento público de organizações da sociedade civil (OSC) para, em parceria com o Brasília Ambiental e Secretaria de Saúde, a realizar estudo de monitoramento e proposta de manejo de capivaras e carrapatos associados a ações



de educação ambiental e em saúde no território do Distrito Federal pelo período de 36 meses.

- **Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para gestão compartilhada do Centro de Triagem de Animais - CETAS/DF**

Gestão compartilhada do Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama no Distrito Federal (Cetas/DF), por meio de apoio técnico e operacional, incluindo atividades de capacitação e educação ambiental. Parceria com Ibama, Brasília Ambiental e FJZB. Público alvo: população do DF. O projeto está em andamento, não há fonte de recursos financeiros.

PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

- **Acordo de Cooperação Técnica da SEMA com Universidade do Distrito Federal (UnDF)**

A Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal assinou o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024, que formalizou uma parceria entre diversas instituições públicas e privadas para a implementação do Projeto Produtor de Água no Descoberto, com foco na bacia hidrográfica do Alto Rio Descoberto, abrangendo tanto o Distrito Federal quanto o estado de Goiás.

A área de abrangência do projeto contempla toda a bacia hidrográfica, com 452 km², sendo 70% localizada no Distrito Federal (Brazlândia e Ceilândia) e 30% em Goiás (Padre Bernardo e Águas Lindas).

O principal objetivo do acordo é promover a proteção dos mananciais, a recuperação ambiental e a sustentabilidade das propriedades rurais, por meio de práticas como conservação de água e solo, recuperação florestal, saneamento rural e incentivos financeiros aos produtores que aderirem voluntariamente ao projeto.

Nesse contexto, o Programa Produtor de Água (PPA) visa incentivar a conservação dos recursos hídricos, assegurando a qualidade e quantidade de água para múltiplos usos. O diferencial da iniciativa está em sua adesão voluntária, em que os produtores contratados adotam práticas e manejos conservacionistas, utilizando técnicas mecânicas e vegetativas para a conservação do solo e da água.

No dia 22 de março de 2024, foi lançado um Edital de Chamamento Público para a contratação de produtores(as) rurais, com o objetivo de implementar ações de conservação de água e solo na bacia hidrográfica, reforçando os objetivos do Projeto Produtor de Água no Descoberto.

- **I Concurso de Redação - Mudança Climática e suas consequências nos Biomas Amazônia e Cerrado**

O Concurso de Redação, visa selecionar e premiar as três melhores redações elaboradas por estudantes do 9º ano das Escolas Públicas do DF. Busca despertar nos estudantes o interesse pelo Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas no contexto dos Biomas Amazônia e Cerrado. Recursos financeiros por conta do Instituto Amazônia no Cerrado, apoio logístico e operacional da SEMA/DF e da SEEDF.

- **Parque Educador**

É uma cooperação entre a SEMA/DF, a Secretaria de Educação (SEE/DF) e o Instituto Brasília Ambiental, com o objetivo de promover atividades pedagógicas com estudantes da rede pública nas Unidades de Conservação, pautadas na Educação Ambiental e Patrimonial. Os recursos provêm da Secretaria de Educação, do Brasília Ambiental e de emendas parlamentares executadas pela SEMA/DF. Já atendeu mais de 17 mil estudantes de 300 escolas públicas. Acordo firmado até 2029. O Programa atendeu um total de 4.101 estudantes de 136 escolas da rede pública em 21 Regiões Administrativas do DF no ano de 2024.

- **Projeto de Educação Ambiental no Rio Melchior submetido ao EDITAL Nº 01/2024 PROGRAMA DESAFIO-DF - 2024.**

A proposta visa realizar pesquisas e sensibilizar os cidadãos sobre a situação do Rio Melchior, considerando a importância de suas comunidades circunvizinhas para construírem



conhecimentos, atitudes, habilidades e interesse ativo nas questões relacionadas à sustentabilidade. O projeto foi submetido à FAPDF por esta SEMA/DF e encontra-se em análise.

- **I encontro presencial dos membros da Câmara Técnica de Educação Ambiental da Abema (CT Educa)**

A CT está trabalhando em um planejamento de atividades para o cumprimento dos indicadores supramencionados com previsão para início em 2025. O intuito é cumprir a legislação, seguindo a recomendação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para uma educação ambiental contínua e permanente buscando a estruturação das Políticas Públicas de Educação Ambiental nos estados. No encontro os representantes dos estados apresentaram seus projetos e ações de Educação Ambiental desenvolvidos em seus respectivos órgãos no ano de 2024.

FÓRUM - PROTEGENDO O CERRADO

No dia 04/06/2024, foi realizado o I Fórum Integrado sobre Meio Ambiente, com o tema "Protegendo o Cerrado". O evento aconteceu das 8h30 às 12h30, no Auditório do UniCeub, na Asa Norte, e teve como objetivo discutir e promover a proteção do Cerrado, um dos biomas mais importantes e ameaçados do Brasil. A iniciativa buscou envolver a comunidade, aumentar a conscientização e incentivar mudanças de comportamento em relação à preservação ambiental. O público-alvo incluiu estudantes, professores, pesquisadores, ambientalistas, gestores públicos, empresários, ONGs e demais interessados em contribuir para a proteção do meio ambiente e a promoção da sustentabilidade no Distrito Federal.

PUBLICAÇÃO DO PLANO ESTRUTURANTE DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE APM E O DIAGNÓSTICO DAS APMs DO DF

(<https://www.sema.df.gov.br/areas-de-protecao-de-mananciais-apm-plano-e-diagnostico/>)

PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

- **REALIZAÇÃO DO FÓRUM DO SISTEMA DISTRITAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS**

Conforme o Decreto 37.549, de 15 de agosto de 2016, é de competência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/DF: A Coordenação Geral do Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, as articulações necessárias ao treinamento do pessoal envolvido com as ações do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) e o secretariado do PPCIF. Além de consolidar em um relatório global as informações constantes nos "relatórios sobre registros e ocorrências de incêndios, atividades preventivas e de combate aos incêndios desenvolvidas" pelas administrações das Unidades de Conservação e demais órgãos executores do Plano.

A intenção da realização do Fórum, em conformidade com o Parágrafo único do Art. 19. do Decreto nº 37.549, de 15 de agosto de 2016, era de democratizar e compartilhar informações e discussões sobre as ações dos órgãos integrantes do Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no DF. Eventos como esse visam consolidar informações e promover debates junto à comunidade e instituições afetas à questão, com a finalidade de debater e avançar no tema, cujas conclusões servirão de subsídios à elaboração do programa de trabalho para o ano subsequente. No ano de 2024, o Fórum foi realizado no dia 28/11 na Escola de Governo do Distrito Federal.



Coordenar o Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - SDPCIF/DF

O sistema instituído por meio do Decreto nº 37.549, de 15/08/2016, tem como objetivo promover a articulação interinstitucional visando à otimização dos recursos humanos e materiais para execução do Plano de Ação de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal, doravante denominado PPCIF. Como coordenadora do Sistema, cabe à SEMA/DF:

1. a coordenação geral do Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;
2. as articulações necessárias ao treinamento de pessoal envolvido com as ações do PPCIF, e
3. o secretariado do PPCIF.

Dentro desse contexto, no ano de 2024 foram executadas as seguintes atividades pelos órgãos executores e colaboradores na execução do PPCIF:

- Aceiros Mecânico UCs da APA Gama e Cabeça de Veado
- APA Gama e Cabeça de Veado
- Aceiros Negros

Curso de Capacitação aos servidores e brigadistas dos órgãos que executam o PPCIF

No ano de 2024 foram realizados 2 cursos de Sistema de Comando de Incidentes (SCI), sendo um Básico e um Intermediário e 1 curso de motosserras realizados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e 2 Cursos de Manejo e Resgate de Fauna em Incêndios Florestais, realizados em parceria com o Jardim Zoológico de Brasília.

COMISSÃO DO DIA DE PLANTAR UMA MUDA NATIVA DO CERRADO

Criado pelo Decreto 44.606/23, o Dia de Plantar tem como objetivo a conscientização e o engajamento da população na proteção e conservação do cerrado através do plantio de mudas nativas do bioma. Mobilização da sociedade para plantar 10.000 mudas nativas do cerrado no primeiro domingo de dezembro de 2024. A ação se realiza todos os anos e busca a interiorização da cultura de plantio de mudas pela população do Distrito Federal. Diversas ações distribuídas em vários pontos do DF contribuíram com a execução e sucesso da proposta.



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA SEMA COM A UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (UnDF)

Tem como objetivo estabelecer condições de cooperação mútua entre a SEMA e UnDF no desenvolvimento de ações estratégicas no contexto da Política Pública Ambiental do DF e sua relação com ensino, pesquisa e extensão. Algumas das ações promovidas pela SEMA para cooperação da parceria, foi a visita técnica dos estudantes de Gestão Ambiental à Usina Fotovoltaica de solo, instalada no Parque Ecológico de Águas Claras, a atividade proporcionou aos alunos uma visão prática sobre os benefícios, tecnologia e acesso à energia solar, além de eficiência energética e sustentabilidade. Membros da UnDF também participaram do II Seminário Dia de Plantar, e do Fórum de Prevenção e Combate à Incêndios Florestais. Acordo iniciado em junho de 2024.



CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL - CONAM

O CONAM/DF é órgão, consultivo, deliberativo e normativo sobre as questões relacionadas ao meio ambiente do Distrito Federal, é gerido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF, e presidido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente do DF. O Conselho possui Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. Em sua estrutura administrativa de pessoal, dispõe de uma Diretora de Colegiados e de um assessor técnico para auxiliar nas tarefas da DICOL, que é responsável pela secretaria executiva do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF.

Para o pleno funcionamento do CONAM/DF a DICOL desenvolve as atividades de secretaria executiva do Conselho e da Câmara Julgadora de Autos de Infração, CJA/CONAM/DF, com competência para julgar, em terceira e última instância recursal, os recursos impetrados contra a decisão de segunda instância nos autos de infração ambiental, e também das Câmaras Técnicas - CT e dos Grupos de Trabalho - GT do CONAM/DF, cumprindo e fazendo cumprir seu regimento. Entre as competências da secretaria executiva estão as de instruir



processos e encaminhar ao Presidente e ao Plenário do Conselho, instruir as deliberações da CT e GTs; publicando no Diário Oficial do Distrito Federal as deliberações do Conselho: resoluções, decisões, moções e as atas, e da Câmara Julgadora de Autos de Infração: julgamentos e notificações. A DICOL também é responsável pela preparação dos expedientes das reuniões do Pleno, da CJAÍ e das CTs, organizando a pauta das reuniões para aprovação do Presidente; enviando as convocações de reuniões e a pauta aos conselheiros e coordenando as reuniões Plenárias, com a guarda dos arquivos, publicação das deliberações no Diário Oficial e disponibilização de informações no sítio eletrônico da SEMA/DF.

O CONAM/DF é um órgão normativo, consultivo e deliberativo, de 2ª grau, composto, paritariamente, por 40 instituições do Poder Público e da Sociedade Civil. Em 2024 realizou seis (6) Reuniões Ordinárias do Pleno e quatro (4) Reuniões Extraordinárias, das quais resultaram vinte e oito (28) Decisões e uma (1) Resolução. Destacam-se entre as deliberações do CONAM/DF em 2024:

- Aprovou a Resolução que padroniza o Licenciamento Ambiental de coprocessamento em fornos clínquer no Distrito Federal.
- Aprovou o prosseguimento pelo Brasília Ambiental, do rito de licenciamento ambiental do parcelamento do solo urbano denominado Reserva do Parque.
- Aprovou o prosseguimento pelo Brasília Ambiental, do rito de licenciamento ambiental do parcelamento do solo urbano denominado Residencial Tamanduá.
- Constituiu Grupo de Trabalho para estudo e modernização do arcabouço legal do uso e ocupação do solo.
- Deliberou sobre os Julgamentos CJAÍ, em acordo com o artigo 18 do Decreto 38.001/2017.
- Deliberou sobre a importação de resíduos de outras unidades da federação para coprocessamento em fornos de clínquer no DF.
- Deliberou sobre o prosseguimento do licenciamento ambiental de mineradoras no DF.

PROJETO CITInova| Financiamento via Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês)

O Projeto CITInova - Planejamento Integrado e Tecnologias para cidades Sustentáveis foi um projeto multilateral realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). No Distrito Federal foi executado pela Sema e gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), com duas frentes de ação: Planejamento Urbano Integrado e Investimento em Tecnologias.

Os objetivos principais foram: desenvolver soluções tecnológicas inovadoras e oferecer metodologias e ferramentas de planejamento urbano integrado para apoiar gestores públicos, incentivar a participação social e promover cidades mais justas e sustentáveis. As ações do Projeto CITInova foram executadas de outubro de 2018 até outubro de 2023, entre elas, medidas voltadas para implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA); implantação de uma governança climática; diagnóstico da contaminação e remediação do Lixão da Estrutural; implantação de boas práticas, pesquisas e inovação nas bacias do Descoberto e Paranoá; recuperação ambiental nas bacias hidrográficas do Descoberto e Paranoá; e, ações para promoção de energia solar no Distrito Federal.

A Subsecretaria de Assuntos Estratégicos é responsável pela Coordenação Executiva do projeto no âmbito da Sema e do Governo do Distrito Federal e em 2024 deu continuidade as ações pós-projeto envolvendo: Organização de apresentação dos resultados para avaliadores independentes contratados pelo PNUMA que vieram até a Sema para entender como foi a execução do projeto, desafios, oportunidades e principais resultados.

A ação envolveu:

- Articulação com outros órgãos do GDF que participaram da implementação do Projeto CITInova para participarem da etapa de pesquisa qualitativa com os avaliadores na Sema;
- Articulação de todas as áreas finalísticas da Sema para apresentarem os principais resultados das suas agendas durante a avaliação;



- Visita técnica em áreas de plantio de Sistemas Agroflorestais e de preservação de nascentes, no CAUBI e Serrinha do Paranoá.
- Apresentação da Usina Solar Fotovoltaica implantada no Parque Ecológico de Águas Claras, com apresentação da maquete do sistema localizada no mesmo parque e do arranjo que envolveu a implantação da usina, bem como dos estudos da estratégia climática do GDF.

Incorporação dos Bens adquiridos no Projeto CITInova no patrimônio da Sema: Durante a vigência do projeto foram adquiridos alguns bens permanentes pelo Projeto CITInova, dentre eles alguns mobiliários, notebooks, computadores, kits para curso de meliponicultura, 55 kits para manutenção de áreas de plantios. Em meados de outubro de 2024 o PNUMA autorizou a transferência definitiva desses bens permanentes para a Sema. Todo o trabalho de mapeamento, localização, catalogação dos mesmos, tem sido realizado pela equipe da Suest, com o acompanhamento da SUAG/Sema, são 482 itens no total. Articulação com Emater e Seagri para dispor o material do curso de meliponicultura e os 55 kits de manutenção para produtores rurais contemplados do DF. Os kits foram adquiridos no final da vigência do projeto e devido a necessidade de incorporação no patrimônio do GDF, aguardam a finalização desse procedimento para serem disponibilizados ao uso de produtores do DF. A ideia é firmar um Acordo de Cooperação Técnica entre a Sema, a Seagri e a Emater para validar a lista dos produtores que serão contemplados com esses kits.

CAMINHOS DA RESTAURAÇÃO - Convênio entre a Sema e Funam, com financiamento do Funam

O "Caminhos da Restauração: valoração de produtos florestais não madeireiros do Cerrado" é um projeto que vem sendo executado através da transferência de recursos do Fundo Único do Meio Ambiente – FUNAM para o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan e pretende investigar a cadeia econômica das atividades ligadas à restauração do Cerrado, de modo a indicar caminhos para o fomento dessas atividades ligadas à agenda da bioeconomia, em especial a valoração de produtos florestais não madeireiros da região do Bioma Cerrado. Seu objetivo é compreender o potencial econômico dos produtos florestais não madeireiros das espécies do Cerrado, como plantas medicinais, óleos essenciais, frutos, sementes e outras matérias-primas valiosas para as indústrias de alimentos, cosméticos, farmacêuticas e consumidores finais.

A parceria se deu por meio da assinatura do CONVÊNIO Nº 02/2023/GDF/SEMA/FUNAM/IPEDF-CODEPLAN e está em vias de assinatura de um termo aditivo tendo em vista a necessidade de ajustes nas responsabilidades de cada partícipe, bem como aumento da vigência. Até o momento o IPEDF procedeu a publicação de três editais para a contratação de bolsistas e a perspectiva é iniciar a etapa de campo no início de 2025.

Informações Financeiras: R\$409.230,00 (Quatrocentos e nove mil duzentos e trinta reais). Foi repassado ao IPEDF o valor da 1ª parcela R\$ 217.430,00 (duzentos e dezete mil, quatrocentos e trinta reais).

CONVÊNIO CAR/BRASÍLIA AMBIENTAL - Projeto Fomento da Análise e Validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Também com financiamento pelo Funam, a execução foi firmada por meio do Convênio Nº 01/2023/GDF/SEMA/FUNAM/IBRAM e tem por objetivo impulsionar as análises de Cadastros Ambientais Rurais no âmbito do Distrito Federal e normatizar os procedimentos de análise, validação e assinatura de Termos de Compromisso visando aprovar as informações ambientais declaradas para implementação do Programa de Regularização Ambiental - PRA/DF.

Recentemente foi firmado um Termo Aditivo de prazo com vistas a ampliar o período da vigência para que a contratação possa ser viabilizada no início de 2025. Informações Financeiras R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Foi repassado ao Brasília Ambiental o valor da 1ª parcela de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).



PLANO ABC+DF

Disponível na Página da Sema: **Um Marco para a Agropecuária Sustentável no Distrito Federal**

O Plano de Agricultura de Baixo Carbono do Distrito Federal (ABC+DF), documento estratégico que visa adaptar a agropecuária local às mudanças climáticas e reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE), está agora disponível na página oficial da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema-DF). O plano é uma ação integrada que reafirma o compromisso do Distrito Federal com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável do setor agropecuário, alinhando-se às metas do Plano Carbono Neutro.

Desenvolvido em colaboração com a Secretaria da Agricultura do Distrito Federal (SEAGRI-DF), a Emater-DF, o Ministério da Agricultura por meio da Superintendência Federal da Agricultura (SFA-DF), e consultorias especializadas, o ABC+DF é resultado de uma Portaria Conjunta assinada em setembro de 2022. Essa parceria fortalece políticas públicas, assistência técnica, pesquisa e transferência de tecnologia, essenciais para impulsionar práticas agrícolas modernas e sustentáveis.

A agropecuária do Distrito Federal, que tem desempenhado um papel histórico e econômico crucial desde a transferência da capital para Brasília, alcança com o ABC+DF um novo patamar. Com foco em Sistemas de Produção Sustentáveis de Agricultura de Baixo Carbono (SPSABC), o plano busca otimizar o uso de recursos naturais, reduzir a emissão de GEE, aumentar a produtividade e garantir a resiliência climática dos sistemas produtivos.

As metas do plano para o período de 2020-2030 incluem a implementação de oito SPSABC, cada um voltado para práticas inovadoras, como manejo sustentável de pastagens, integração lavoura-pecuária-floresta, e sistemas agroflorestais. Esses esforços reforçam o alinhamento com as estratégias nacionais de adaptação climática e eficiência produtiva, ampliando o impacto positivo no território.

O Plano ABC+ está disponível online, para compreenderem como transformar a agropecuária do Distrito Federal em um modelo de sustentabilidade e inovação. O Plano ABC+DF é mais do que um compromisso com o presente; é um investimento no futuro da agropecuária, do meio ambiente e das próximas gerações.

Coordenação da 5ª Conferência Distrital do Meio Ambiente;

Elaboração do Plano de Prevenção e Enfrentamento a Desastres causados por Eventos Climáticos – Eixo 2 “Temas Relacionados ao Meio Ambiente”;

Elaboração do Plano de Prevenção e Enfrentamento a Desastres causados por Eventos Climáticos – Eixo 4 “Formação e capacitação”;

Participação, com servidora Conselheira Suplente, na Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases do Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques Florestais, Manejo Sustentável e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - CONAREDD+;

Participação no Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;

Participação na Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente.

REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS

1.1 Reunião na SEAGRI com EMATER e Piscicultores

Participantes: SEAGRI, EMATER, Câmara Setorial da Aquicultura e piscicultores/produtores.

Objetivo: Alinha demandas do setor e fortalece ações integradas em prol da aquicultura e piscicultura no DF.

1.2 Visita Técnica à Empresa Olimpo (Gama/DF)

Objetivo: Acompanha o processo de produção de tilápia:

Criação: Observa o ciclo da tilápia, desde o alevino até o estágio de comercialização.

Infraestrutura: Analisa os tipos de tanques, processo de separação e transporte.

Resultado: Estreita a relação com produtores locais e compreende as etapas da produção.



1.3 Participação no Circuito Goiano de Pesca Esportiva

Local: Três Ranchos (GO)

Representantes: Subsecretário Edson Pereira Buscacio Junior e Gerente de Projetos Sr. Gilson.

Objetivo: Fortalece o intercâmbio técnico e promove eventos de pesca esportiva, contribuindo para o desenvolvimento turístico e econômico.

1.4 Reunião com o IBRAM

Tema: Regula a pesca no Lago Paranoá.

Resultados: Discute a formação de um Grupo de Trabalho (GT) entre a SEMA e demais entes estaduais.

Alinha estratégias para conservação e manejo sustentável da pesca na região.

1.5 Visita à Granja do Ipê

Participantes: Equipe completa da SUPESQ, recepcionada por: Bióloga Glenda

Gerente de Produção Madalena (SEAGRI-DF)

Pontos Abordados:

Questiona a finalidade da SUPESQ:

Sugere atuação voltada à conservação ambiental no contexto da aquicultura e piscicultura.

Problemas Identificados:

Espécies invasoras africanas no Gama consomem espécies nativas e se reproduzem rapidamente.

Falha no Programa Alevinar:

Falta controle do retorno de beneficiários.

Não compartilha dados pela EMATER.

Necessita de incentivos fiscais para novos produtores e ampliação dos existentes.

Recomendação: Realiza diagnóstico situacional pela empresa Sudeco para mapear a produção e identificar gargalos estatísticos.

1.6 Reunião no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Local: Ministério da Pesca e Aquicultura

Participantes:

MPA: Ministro André de Paula, Assessor Especial Carlos Melo, Secretário Nacional da Aquicultura Paulo Faria, Diretora Geral da Secretaria de Pesca Artesanal Maria Martilene

SEMA/SUPESQ: Secretário Gutemberg Gomes, Subsecretário Renato Santana, Subsecretário Edson Buscacio, Assessor Especial Carlos Eduardo

Pautas da Reunião: Apresenta a SUPESQ ao Ministro, com entrega de relatório anexo.

Convida o MPA para compor o Grupo de Trabalho (GT) destinado à regulamentação da Lei 7.399/2024.

Solicita cooperação entre as esferas Federal e Distrital, buscando integração e apoio técnico para fortalecer a pesca e aquicultura no DF.

Grupo de Trabalho (GT) - Regulamentação da Lei 7.399/2024

Autoria: Deputado Distrital Pr. Daniel de Castro.

Processo SEI: nº 04039-00001898/2024-41.

Objetivo: Regulamenta a Lei Distrital 7.399/2024.

Status Atual:

Encontra-se na fase de indicação dos membros do GT.

Realiza reuniões preparatórias com órgãos convidados.



Participantes Convidados: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI); Instituto Brasília Ambiental (IBRAM); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Agência Reguladora de Águas e Saneamento (ADASA); Companhia de Saneamento Ambiental (CAESB); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES:

- Atividades de articulação institucional de caráter técnico entre o DF, outras Unidades Federativas e a União, são definidoras de avanços na garantia da entrega de políticas públicas inovadoras e eficientes à população.
- Embora o planejamento para o ano de 2024 tenha se concentrado, prioritariamente, na execução de recursos não orçamentários, a equipe técnica, mesmo com uma estrutura limitada, manteve as agendas ativas. Houve avanços significativos, tanto nas normativas relacionadas à gestão integrada de resíduos sólidos, quanto na gestão de recursos hídricos. No caso dos resíduos sólidos, as instituições atuantes na área estabeleceram uma relação produtiva e contínua em temas de alta complexidade, como coleta seletiva e logística reversa.
- A SEPAN vem desenvolvendo políticas públicas, estratégias, programas relacionados aos Direitos dos Animais e ao bem-estar animal.
- A execução do planejamento da SUGAT, no ano de 2024, ateu-se prioritariamente à contratação da modernização e ampliação do ferramental tecnológico que garante a continuidade dos trabalhos afetos ao desenvolvimento e à manutenção do Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA, bem como de seus módulos especialistas.
- Consolidação do diálogo entre SEAGRI, EMATER e produtores.
- Escuta ativa das demandas do setor, promovendo um ambiente de colaboração.
- Necessidade de transformar as discussões em ações práticas e políticas públicas efetivas.
- Ausência de dados consolidados sobre as necessidades específicas dos piscicultores.
- Criação de programas integrados entre SEAGRI, EMATER e SEMA/SUPESQ, para assistência técnica e extensão rural.
- Estabelecimento de um calendário regular de reuniões, para monitoramento de resultados.

DIFICULDADES ENCONTRADAS:

- A falta de servidores efetivos é um obstáculo à manutenção da cultura corporativa e estabelecimento de metas de longo prazo.
- Déficit de servidores de carreira/comissionados, comprometendo a celeridade na execução das atividades.
- Infraestrutura para a equipe da SEPAN, tendo em vista o aumento do número de servidores.
- Acúmulo e concentração indevidos, de competências complexas para execução dos instrumentos, em especial no que tange os aspectos administrativos, muito especializados.
- Estrutura mínima de servidores capacitados para a execução dos trabalhos de regulamentação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) e de implementação do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA), bem como para atendimento das demandas diárias de Informações e Pareceres Técnicos, tanto dos órgãos do GDF, como de órgãos de controle internos e externos ao GDF;



- Indisponibilidade orçamentária para a execução dos trabalhos afetos à implementação do ZEE-DF, especificamente no que concerne à implantação do Painel de Indicadores previsto no art. 45, da Lei Distrital nº 6.269/2019.
- As dificuldades encontradas evidenciam a necessidade de fortalecimento institucional, melhor articulação interinstitucional, além de investimentos em programas de monitoramento, incentivo fiscal e sustentabilidade ambiental.

PERSPECTIVA PARA O PRÓXIMO ANO:

- Contratação de Pessoal de Apoio Administrativo;
- Melhorias nas instalações Físicas;
- Aquisições de mobiliários;
- Projeto: Ampliação do Sistema de Usinas Fotovoltaicas do GDF, para atender prédios da Secretaria de Segurança Pública;
- Plano Setorial de Mobilidade Urbana;
- Acordo de Cooperação Técnica entre a Sema, Seagri e Emater;
- Contratação dos Serviços de Seguro e Manutenção do Sistema de Usinas Fotovoltaicas do GDF;
- Projeto: Projeto de Manutenção e Monitoramento de Áreas de Plantio no Cerrado;
- Dar continuidade aos processos de elaboração dos decretos que visam regulamentar os resíduos sólidos orgânicos e, a obrigatoriedade da utilização de materiais reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras públicas no DF;
- Ampliar os resultados globais da coleta seletiva pelas redes de catadores;
- Ampliar os resultados da logística reversa de embalagens no DF;
- Difundir o Programa de Coleta Seletiva Solidária para os órgãos da Administração Pública do Distrito Federal;
- Dar maior celeridade à implantação de logística reversa das diversas cadeias previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Revisar e Implementar o Programa Anual de Monitoramento de APMs;
- Elaborar um Plano de Ação e Metas Intermediárias, para o alcance dos objetivos de enquadramento dos corpos hídricos do Distrito Federal;
- Revisar e atualizar a base hidrográfica do Distrito Federal, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Recursos Hídricos (CRH);
- Reestruturação da SEMA para o aumento da equipe de servidores, bem como a adequação da estrutura de cargos na SUGAT/SEMA;
- Convocação de novos concursados da carreira PPGG, para lotação na SEMA, conforme processo SEI 0039300000090/2022-11;
- Contratações de consultorias técnicas e estudos específicos, para a viabilidade da regulamentação de dispositivos legais do ZEE-DF, previstos na Lei Distrital nº 6.269/2019;
- Formalização de Cooperação Técnica com o IPEDF, para o desenvolvimento do Painel de Indicadores do ZEE-DF e do Atlas;
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Módulos Especialistas do SISDIA: Módulo Especialista de Sustentabilidade Ambiental em Projetos (MESAP); Módulo Especialista e-Normas (especialização de legislação); Módulo Especialista de Monitoramento e Controle do Território (MEMC); Módulo Especialista para Gestão da Disponibilidade Hídrica do DF, bem como do BIG DATA, dentre outros componentes. Serão necessárias contratações de serviços de consultoria, aquisições de equipamentos e infraestrutura de T.I. compreendendo computadores desktop para desenvolvimento e geoprocessamento de dados; e a renovação e ampliação de softwares;
- Atualização dos portais eletrônicos do ZEE-DF e SISDIA;
- Concluir o processo de regulamentação da Lei nº 7.399/2024 e transformá-la em um marco para o setor de pesca e aquicultura no DF.
- Lançamento de um plano de comunicação para apresentar à sociedade e aos órgãos públicos, o escopo e missão da SUPESQ, focando em conservação ambiental, políticas de fomento e desenvolvimento sustentável.



- Realização de parcerias técnicas e acadêmicas com instituições, universidades e órgãos federais para apoiar pesquisas e ações.
- Implementação de um plano de trabalho anual, com metas claras e mensuráveis, incluindo atividades de regulamentação, fiscalização e apoio ao setor produtivo.

Colegiados para 2025, a perspectiva é:

- A realização de seis reuniões ordinárias do pleno do CONAM/DF (além das extraordinárias) com assistência da DICOL e assessores em 100% das reuniões;
- Doze reuniões anuais da CJAI (ordinárias e extraordinárias);
- Cumprimento dos objetivos dos GTs constituídos no âmbito do CONAM/DF e de suas CTs;
- Reativar a Câmara Técnica de Clima e torná-la permanente, no âmbito do CONAM/DF, que tem as suas competências descritas no Decreto nº 43.413, de 07 de junho 2022;
- Realizar quatro reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, do Fundo Único do Meio Ambiente, com assistência da equipe da Suest em 100% das reuniões.
- Revisar a Legislação do Funam (Decreto e Resolução Manual de Aplicação de Recursos) e submeter a Casa Civil.

SEPAN (Secretaria Extraordinária de Proteção Animal).

- Abrigo Público para cães e gatos, vítimas de maus-tratos;
- Prestação de serviços de Castração Gratuita de caninos e felinos;
- Credenciamento de novas clínicas veterinárias no Programa de Castração;
- Contratação de empresa que desenvolva um sistema para gestão do Programa de Castração;
- Desenvolvimento de ações educacionais voltadas para proteção animal;
- Operacionalização e Manutenção do Serviço Veterinário Público do Distrito Federal (HVEP);
- Construção da 2ª Unidade do (HVEP).



21106 - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Jardim Botânico de Brasília - JBB é um órgão relativamente autônomo da Administração Direta, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, de acordo com a Lei 528/1993. Foi instituído em decorrência do espírito empreendedor de seus criadores, comprometidos com o desenvolvimento de diversas áreas de atividades para a consolidação do DF. Sua constituição resultou da aspiração natural de uma sociedade interessada na preservação do meio ambiente, assim como no juízo da conveniência e oportunidade de dominar e disseminar conhecimentos sobre o bioma Cerrado. Naturalmente, os primeiros passos para alcançar os objetivos enfrentaram dificuldades de uma cidade que ainda se encontrava em processo de fundação. O projeto contou com a participação da bióloga Cilúlia Maury que, na condição de integrante dos quadros da Fundação Zoobotânica do DF, orientou os princípios para a concepção de um jardim botânico. De igual importância, foi a assessoria prestada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no esforço de instituir uma unidade de conservação em Brasília, no atendimento a uma das últimas obras projetadas no Plano Piloto pelo arquiteto Lúcio Costa. Em 08/03/1985, foi criado o Jardim Botânico de Brasília. No evento de inauguração, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou o selo comemorativo, representado por um ramo de pequi, árvore símbolo do JBB. Entre suas atividades, constituem-se a manutenção de coleções de plantas, desenvolvimento de pesquisas, educação ambiental e lazer orientados, funcionando também como instrumento cultural capaz de aproximar a sociedade da relação com a natureza e as ricas fauna e flora, características do Cerrado. A área de visitação instalada em 500 hectares recebe 30 mil visitantes por mês e conta com restaurantes, área de piquenique, orquidário, viveiro, jardins e lagos temáticos, espaços de contemplação, parque infantil, loja de souvenir, quiosques, trilhas, espaço ciência, anfiteatro e estufas.

Com a criação da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - EEJBB, estabelecida no Dec. 14.442/1995, a área de gestão do JBB foi ampliada em mais 4.518 hectares. Considerando tratar-se de Unidade de Conservação de Proteção Integral, a área é proibida à visitação. Instalada em área urbana, abriga grande diversidade de plantas e animais, além de mananciais que abastecem 25% das regiões do Lago Sul e Jardim Botânico.

O Plano Diretor de 2009 assim definiu as competências do Jardim Botânico de Brasília: Desenvolver pesquisas e tecnologia; promover a educação ambiental e lazer orientado para a conservação e preservação do Bioma Cerrado. Na conquista do ofício, o JBB estruturou-se de forma a envolver as áreas técnicas nas atividades de educação. Inicialmente, estas atividades tiveram caráter não formal e natureza de integração de saberes, na interface entre ciência e prática, através da convivência com o Cerrado.

O Decreto nº 38.289/2017 aprovou o Regimento Interno do JBB e definiu suas competências:

I - Desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, preservação, pesquisa, educação e lazer orientado, relacionados ao meio ambiente;

II - Proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção, em âmbito local e regional, resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes, para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - Assistir à Secretaria do Meio Ambiente na formulação de diretrizes para a implementação da política de meio ambiente, nas atividades que visam o aproveitamento sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, e contribuindo para a implementação da Economia Verde com foco na erradicação da pobreza;

IV - Manter bancos de germoplasmas para conservação de espécies ex situ e preservar reservas genéticas in situ;



V - Promover a articulação e integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas, em parceria com os gestores de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI - Atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais do Cerrado;

VII - Promover o intercâmbio científico, técnico e cultural, com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VIII - Promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental, na perspectiva de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

IX - Promover ações, no sentido de captar recursos financeiros junto a organismos governamentais e não governamentais, empresas da sociedade civil, entre outras fontes de recursos, com o intuito de desenvolver as políticas, planos, programas, projetos e atividades de sua responsabilidade e atribuição, bem como a programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

X - Incentivar, junto à sociedade civil, a ampla difusão das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, despertando o interesse coletivo para a causa ambiental e o valor dos conhecimentos tradicionais das populações do Cerrado;

XI - Apoiar os demais Órgãos do Governo do Distrito Federal, no tocante a projetos governamentais de caráter socioambientais, educacionais, turísticos, econômicos e outros temas afins; e

XII - Administrar a EEJBB e fiscalizar a aplicação e implantação do seu Plano de Manejo e do Plano Diretor do JBB.

Para a consecução de sua finalidade, o JBB poderá:

I - Estabelecer relações de parceria mediante assinatura de convênios, contratos, acordos e outros ajustes, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, nacionais e internacionais, em áreas de sua competência e de sua missão institucional;

II - Promover e participar da articulação com os órgãos públicos, instituições financeiras, organizações não governamentais, instituições de ensino e com a iniciativa privada, para a concretização de suas atribuições, planos, programas, projetos e atividades estabelecidos;

III - Propor formas de cooperação entre os órgãos públicos, privados e sociedade civil, para a realização dos objetivos da gestão da EEJBB;

IV - Promover a articulação com as administrações regionais circunvizinhas, cujas atividades possam interferir nos objetivos de preservação e conservação do JBB e EEJBB, e nos recursos naturais existentes, com o propósito de compatibilizar as diretrizes, planos e programas, com as devidas necessidades de conservação e,

V - Integrar grupos de trabalho interinstitucionais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	0	4	0	6
Comissionados sem vínculo efetivo	19	38	0	0	57
Requisitados de órgãos do GDF	5	1	0	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	3	0	0	0	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	1	0	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	28	0	0	0	28
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	58	40	4	0	102
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	1
Total Geral	57	40	4	0	101

O Jardim Botânico de Brasília teve sua estrutura administrativa alterada através do Decreto nº 45.149, de 08 de novembro de 2023, publicado no DODF nº 210, de 09 de novembro de 2023, página 2. O quantitativo de servidores passou de 59, para 69, entre efetivos do GDF, comissionados sem vínculo, requisitados de outros Órgãos do GDF/ou de fora.

O JBB firmou o Contrato nº 04/2023, com a Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP), que tem por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes ao fornecimento de mão de obra de até 30 (trinta) sentenciados presos e egressos, para exercer serviços de manutenção, conservação e produção, para manter o pleno funcionamento deste Jardim Botânico de Brasília.

A contratação é benéfica para ambas as partes, considerando que os reeducandos recebem bolsa ressociação pelas atividades laborais exercidas, colaborando assim, com a reinserção dos indivíduos na sociedade, além de garantir pleno funcionamento das atividades e mantendo a qualidade dos serviços disponíveis à comunidade científica, acadêmica e ao público em geral.

O órgão, ainda, incrementa sua força de trabalho com estagiários e menores aprendizes.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	63000,0	63000,00	6583,71	4083,71
0018 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	63000,0	63000,00	6583,71	4083,71
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	67000,0	67000,00	55243,00	50243,00
7221 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	67000,0	67000,00	55243,00	50243,00
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	20000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0064 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	150000,00	130000,00	61826,71	54326,71

O Decreto nº 40.208, de 30 de outubro de 2019, que estabelece normas regulamentares para a concessão dos benefícios de licença-servidor, determina que, após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a três meses de licença-servidor, sem prejuízo de sua remuneração ou subsídio, inclusive da retribuição do cargo em comissão ou da função gratificada, que eventualmente ocupe.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REALIZADA

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - JBB

Processo SEI nº 00195-00001180/2024-10

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL

Programa de trabalho 288460001.9050.7221 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal - No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2024 foi liquidado o valor total de R\$ 50.243,00 (cinquenta mil, duzentos e quarenta e três reais). Processo SEI nº 00195-00000809/2023-23. Tais como: licença-prêmio em pecúnia, auxílio transporte, auxílio alimentação, acerto de contas, abono de permanência, entre outros.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO EXECUTADA

9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO

0064 - CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL - O valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), não ocorreu o desbloqueio do orçamento.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	30000,0	0,0	0	0
0001 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO-ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	30000,0	0,0	0	0
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	10000,0	0,0	0	0
0001 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO-- LAGO SUL	10000,0	0,0	0	0
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	30000,0	0,0	0	0
0003 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-- LAGO SUL	30000,0	0,0	0	0
3000 - IMPLEMENTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	50000,0	17840,0	3090,0	3090,0
0001 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO-- LAGO SUL	50000,0	17840,0	3090,0	3090,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

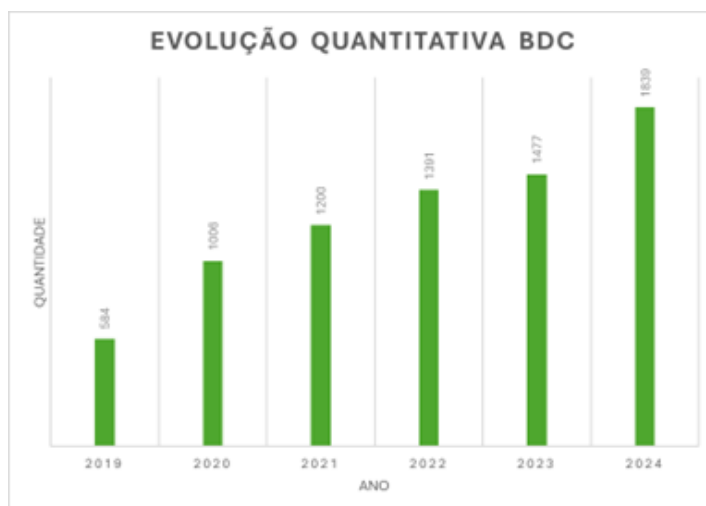
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1500000,0	500000,0	376639,84	98013,0
9668 - Aquisição de equipamentos para o Jardim Botânico de Brasília	1500000,0	500000,0	376639,84	98013,0
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	40000,0	0,0	0	0
3445 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS- ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	40000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	1660000,00	517840,00	379729,84	101103,00

Programação Orçamentária Realizada

3000 – IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO

0001 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO - LAGO SUL - O Valor de R\$ 3.090,00 (três mil e noventa reais), ocorreu por liquidações de despesas com hospedagem da Revista Heringeriana e filiação à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). O Valor de R\$ 32.160,00 (trinta e dois mil, cento e sessenta reais), remanejado conforme Nota de Crédito Adicional 2024NA00014.

Em 2024, a Biblioteca Digital do Cerrado (BDC) alcançou um acervo de 1.839 documentos distribuídos em seis coleções temáticas, fortalecendo sua posição como uma plataforma relevante de informações sobre o bioma Cerrado. Criada em 2019, pelo projeto "Saberes do Cerrado", fruto de uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o Jardim Botânico de Brasília, a BDC utiliza o software livre DSPACE e segue o padrão de metadados Dublin Core, assegurando a interoperabilidade e a qualidade na organização dos registros. O acervo da BDC apresentou um crescimento expressivo desde sua criação, quando contava com 584 documentos, e continuou a expandir-se de forma contínua, refletindo esforços direcionados à curadoria e ampliação de conteúdos relevantes sobre o Cerrado. Outro destaque foi a continuidade da inclusão de registros do meio biótico realizados por visitantes do Jardim Botânico de Brasília, por meio do projeto "Observatório JBB", uma iniciativa de ciência cidadã que incentiva a colaboração pública na documentação da biodiversidade do Cerrado. Essas ações têm contribuído significativamente para o destaque da coleção Meio Biótico, que permanece como a maior e mais acessada do repositório. Com o encerramento, em 2025, do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o IBICT, será necessário contratar um novo sistema para a hospedagem, manutenção e gerenciamento da BDC. Essa ação é fundamental para garantir a continuidade das operações do repositório, mantendo a acessibilidade e a preservação digital de conteúdos estratégicos para a pesquisa, a gestão ambiental e a valorização cultural do bioma Cerrado. Além disso, será feito um esforço para o enriquecimento das demais coleções temáticas, buscando equilibrar o acervo e atender de forma mais abrangente às demandas de pesquisa e informação sobre o Cerrado.



3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

9668 - Aquisição de equipamentos para o Jardim Botânico de Brasília. Foi liquidado o valor de R\$ 98.013,00 (noventa e oito mil e treze reais), com a aquisição de vários equipamentos conforme os processos SEI - GDF, a seguir: 00195-00000630/2024-57 - 00195-00000217/2024-92 - 00195-00000332/2024-67 - 00195-00000811/2024-83, NE 2024NE00135/171/262/317. O restante foi remanejado pela equipe gestora da Emenda Parlamentar.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO EXECUTADA

4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO

0001 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO - ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA.

A produção de mudas da flora do cerrado destinadas ao reflorestamento da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília não se efetivou por decisão interna, resultando em alteração da programação da Unidade Executiva. O valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) foi bloqueado para suplementação orçamentária, do Programa de Trabalho de Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Jardim Botânico de Brasília. Conforme processo SEI: 00195 00000583/2024-41.

2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO

0001 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO - LAGO SUL - O Valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cancelamento de dotação — remanejado conforme Nota de Crédito Adicional 2024NA00007.

2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

0003 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - LAGO. No tocante à preservação das áreas da EEJBB e do JBB, cabe ressaltar que o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), foi remanejado conforme Notas de Crédito Adicionais 2024NA00007 e 2024NA00014.

3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

3445 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA SUL - A execução orçamentária para a recuperação de áreas degradadas não se realizou por decisão interna, resultando em alteração do planejamento da Unidade Executiva. O Valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) foi remanejado, conforme Nota de Crédito Adicional 2024NA00014.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodo	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10641 - ÁREA QUEIMADA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA E DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	HECTARE	27,00	01/12/2022	Anual	50,00	11,00		X		X		X	SUTEC/JBB
Justificativa: 2024 - O Jardim Botânico de Brasília conseguiu atingir um controle eficaz sobre os incêndios florestais ocorridos em 2024 devido à implementação de medidas estratégicas e integradas, planejadas pela Gerência de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (GEPREC), em conformidade com o Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal (PPCIF). Essas ações foram fundamentais em um ano designado pelo Decreto 45.705, que declarou Estado de Emergência Ambiental no Distrito Federal.													
10857 - ACESSOS À REVISTA HERINGERIANA	UNIDADE	9000,00	01/12/2022	Anual	10000,00	22311,00		X		X		X	JBB
Justificativa: 2024 - Em 2024, a Revista Heringeriana atingiu 22.311 acessos em seus artigos e 11.321 downloads de PDFs, devido ao maior número de submissões, desde 2019, que ampliou a oferta de artigos disponíveis, aliado a estratégias como a intensificação de publicações no Instagram e a mobilização dos editores de seção, para divulgar os conteúdos, consolidando a Heringeriana como referência em divulgação científica sobre biodiversidade.													

Gerência de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Como é de conhecimento público, por meio do Decreto nº 45.705, do dia 16 de abril de 2024, foi declarado o Estado de Emergência Ambiental no Distrito Federal. No período da seca, aumenta a probabilidade de ocorrências de incêndios florestais em todo o DF e nas áreas do Jardim Botânico de Brasília. O Jardim Botânico de Brasília (JBB) integra o grupo responsável pelo Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do Distrito Federal - PPCIF e procedeu, com apoio de seus membros, medidas de prevenção aos incêndios florestais. Desta forma, já foram tomadas as seguintes medidas de prevenção aos incêndios florestais no interior do JBB e da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília (EEJBB), no ano de 2024:

1. Planejamento de roçagem em pontos de maior risco e incidência. Medida necessária para impedir o avanço de incêndios, manejando o combustível a fim de facilitar o combate das chamas pelos brigadistas, antes que elas se alastrem. Informa-se que no ano passado contamos com o apoio da NOVACAP, solicitado pelo PPCIF, para a APA Gama - Cabeça de Veado. Para o ano de 2024, a previsão era dar continuidade ao mesmo protocolo.
2. A execução do aceiro com uso do fogo, em torno da DF-001, estava prevista para a primeira quinzena de julho de 2024. Esse trabalho diminui o material combustível nas bordas da EEJBB que tem acesso à rodovia DF-001, impedindo que as chamas se alastrem rapidamente, facilitando o primeiro combate ao incêndio.
3. Manutenção/Abastecimento da caixa d'água de 45.000 l, localizada em um ponto estratégico da EEJBB, para reabastecimento das viaturas de combate.
4. Manutenção de todos os equipamentos do JBB disponíveis para o combate aos incêndios florestais. Os equipamentos serão disponibilizados nas viaturas que compõem a brigada e no depósito da brigada de incêndios florestais do JBB. Informa-se, também, que as chaves da brigada e do depósito, encontram-se com o vigilante responsável da SUCON.
5. Aumento na frequência das rondas periódicas, no interior da EEJBB e da APA Gama - cabeça de veado, identificando focos de incêndio.
6. Instrução aos vigilantes do Centro de Excelência do Cerrado, para identificação de fumaças e pontos de calor e a comunicação com os responsáveis da brigada de incêndio.
7. Comunicação com a população ao redor das áreas do JBB, através das redes sociais para identificação dos focos de fumaça, aumentando a área de vigilância do JBB e da EEJBB.
8. Treinamento com os funcionários do Jardim Botânico de Brasília para normatização de procedimentos, em caso de incêndios florestais/emergências ambientais, repasse de conhecimento do Plano de Ação de Incidente do PAI - JBB.
9. Treinamento/Programa Educativo em parceria com o CBMDF, com alunos da Escola Classe Jardim Botânico de Brasília, informando sobre o estado de emergência ambiental e adoção de medidas do plano de abandono da Escola Classe JBB. Processo Sei nº 00195-00000318/2023-82.
10. Interlocução, com todos os órgãos ambientais responsáveis pela Prevenção e Combate aos incêndios Florestais, facilitando a comunicação, principalmente dos gestores das Unidades de Conservação, que compõem o Mosaico APA Gama - Cabeça de Veado.
11. Reunião do PPCIF, junto com representantes das Unidades de Conservação Distritais e Federais, realizada no dia 21/02/2024, a fim do planejamento das ações de prevenção e combate 2024.
12. Cadastramento junto ao aplicativo SUINDARA. A ferramenta traz agilidade e eficácia, pois envia mensagens de alerta diretamente para os gestores da área e atores envolvidos, com um mapa indicando o local da queimada, possibilitando a



navegação e ação in loco. A região cadastrada abrange o JBB e a região da APA GAMA CABEÇA DE VEADO. 13. Envio do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do JBB, processo Sei nº 04039-00000557/2024-59, para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal. 14. Manutenção de estradas na EEJBB, visando o deslocamento de veículos pesados em uma situação de emergência ambiental. 15. Instalação de cerca, na divisa com o Parque Garça Branca. O objetivo é controlar entrada de pessoas e veículos não autorizados. 16. Reunião do PPCIF, referente ao planejamento das Blitzes educativas, dia 13/03/2024. Ao todo, serão executadas 04 Blitzes (PNB, FLONA, ESECAE e JBB). A Blitz do JBB foi realizada no dia 05/06/2024.

Revista Heringeriana

Em 2024, a Revista Heringeriana registrou avanços significativos, com o maior número de submissões, desde 2019 e uma taxa de aceitação recorde de 73%, indicando maior aderência aos critérios editoriais. Foram publicados no volume 18,5 artigos científicos originais e 4 notas científicas, totalizando 9 publicações totais. Em 2024, a Revista Heringeriana alcançou seu melhor desempenho, desde 2019, com 11.321 downloads de PDFs e 22.311 visualizações de resumos, refletindo o sucesso de estratégias como a intensificação das publicações no Instagram e a mobilização dos editores de seção para divulgar os artigos. Desde 2019, os acessos à revista cresceram significativamente, totalizando 45.416 downloads e 56.552 visualizações, consolidando a Heringeriana como referência em divulgação científica sobre biodiversidade. Porém, até o momento, a revista possui apenas 1.130 citações no Google Scholar, desde 2005, sendo 71 em 2024, evidenciando algum progresso, mas principalmente a necessidade de melhorar a qualidade dos artigos publicados, para aumentar o impacto e a quantidade de citações. A eficiência editorial também melhorou, com o tempo médio para a primeira decisão reduzido para 18 dias, e a implementação da formatação dos artigos em LaTeX trouxe maior profissionalismo ao processo e ao visual das publicações. O crescimento de 13% no número de avaliadores (396) e o aumento de leitores (365) refletem maior impacto na comunidade científica. O aumento da taxa de submissão foi impulsionado pela Edição Especial de Myrtaceae, prevista para 2025, que estimulou um pico de submissões. Recomenda-se ampliar edições temáticas e estratégias de divulgação, bem como otimizar os processos de avaliação e publicação. O volume da revista, publicada em 2024, assim como todos os outros, desde 2007, podem ser acessados em: <https://revistas.jardimbotanicodf.org/index.php/heringeriana>.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	400000,0	564942,0	564942,00	506293,71
0083 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-Jardim Botânico de Brasília-DISTRITO FEDERAL	400000,0	564942,0	564942,00	506293,71
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	400000,00	564942,00	564942,00	506293,71

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REALIZADA

2426 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA.

0083 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- Jardim Botânico de Brasília-DISTRITO FEDERAL

O programa de FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA, tem o objetivo de assistir e ressocializar sentenciados à disposição do Jardim Botânico de Brasília, conforme contrato com a FUNAP. Processo SEI nº 00195-00000279/2024-02. Suplementação de recursos, conforme Notas de Crédito Adicionais 2024NA00014, 2024NA00018 e 2024NA00030.



8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	56412,0	4835,00	0	0
5305 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	56412,0	4835,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	81156,0	0,0	0	0
2579 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	81156,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5004533,0	6364519,00	6332028,19	6324285,61
8743 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	5004533,0	6364519,00	6332028,19	6324285,61
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	562446,0	549256,00	520495,95	520495,95
9567 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	562446,0	549256,00	520495,95	520495,95
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	465000,0	1602224,00	988001,73	530147,26
9658 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	465000,0	1602224,00	988001,73	530147,26
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100000,0	0,0	0	0
0067 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TI - DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	858,00	0	0
0015 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	858,00	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100000,0	0,0	0	0
9676 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	6379547,00	8521692,00	7840525,87	7374928,82

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REALIZADA

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - A folha de pagamento dos servidores do JBB encontra-se disponível, para consulta, no Processo SEI nº 00195-00000197/2024-50, referente ao Programa de Trabalho 18.122.8210.8502.8743.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - Programa de Trabalho 18.122.8210.8504.9567. Concessão de Benefícios a servidores do Jardim Botânico de Brasília,



referente ao pagamento do auxílio alimentação e do auxílio transporte para os servidores ativos do JBB. Processo SEI 00195-00000197/2024-50.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - Referente aos pagamentos dos seguintes contratos: NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA/SA, COMPANHIA SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, CAESB, entre outros, conforme processos SEI: 00195-00001103/2024-60, 00195-00001232/2024-58, 00195-00000127/2024-00 e 00195-00000305/2024-94. Houve remanejamento de recursos, conforme Notas de Crédito Adicional 2024NA00024, 2024NA00027 e 2024NA00029.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO EXECUTADA

2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - JBB 5305. Por ordem interna, os valores foram remanejados, conforme Notas de Crédito adicional 2024NA00014 e 2024NA00024, para suplementar o Programa de Trabalho de Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Jardim Botânico de Brasília, conforme processos SEI: 00195-00000974/2024-66 e 00195-00001103/2024-60.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - valores remanejados para suplementar o Programa de Trabalho de Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Jardim Botânico de Brasília, conforme processos SEI: 00195-00000583/2024-41 e 00195-00000974/2024-66. Houve remanejamento de recursos, conforme Notas de crédito adicional 2024NA00007 e 2024NA00014.

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TI. Programa de Trabalho 18.126.6210.1471.0018 - Houve remanejamento de recursos foi remanejado, conforme Notas de Crédito Adicional 2024NA00007, 2024NA00009 e 2024NA00014.

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

0015 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - JBB. Por deliberação interna, os valores destinados à capacitação de servidores foram remanejados, tendo em vista a possibilidade de execução de tais capacitações, através da plataforma de treinamento, disponibilizada pelo GDF. Tal remanejamento serviu para suplementar o Programa de Trabalho de Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Jardim Botânico de Brasília, conforme processos SEI: 00195-00000974/2024-66 e 00195-00001103/2024-60. Valores remanejados de acordo com as Notas de Crédito Adicional 2024NA00014 e 2024NA00024.

3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - JBB

9676 - Remanejamento não solicitado pelo JBB.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

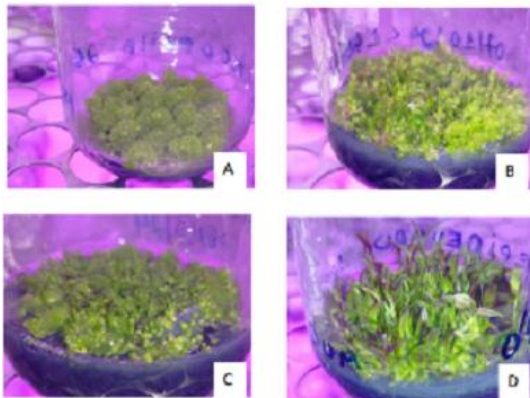
O Jardim Botânico de Brasília desenvolveu outras ações durante o ano de 2024, descritas abaixo:

Universidade do Distrito Federal, no JBB - SEI - 04030-00000153/2024-17. Parceria entre UnDF e JBB, com a finalidade de utilizar o espaço do JBB para as aulas das turmas de Gestão Ambiental da UnDF e construção de uma edificação para abrigar os cursos da área ambiental, da referida Universidade. Ao longo do ano de 2024, o Herbário Ezechias Paulo Heringer (HEPH) obteve crescimento, tanto em número de amostras, quanto em diversidade de táxons colecionados. Este aumento é proveniente de coletas da equipe, doações e permutas recebidas de outras instituições. A coleção do HEPH aumentou em 373 amostras, neste período. Em dezembro de 2023, havia 38.530 exsicatas (amostras de plantas herborizadas) e, em dezembro de 2024, este número aumentou para 38.903. O acervo passou a ter 73 espécies a mais da flora brasileira ao final de 2024.

Atualmente, o acervo do Laboratório do JBB contém 2.141 frascos (Figura X). Após passar por todas as fases de desenvolvimento e aclimação, o laboratório tem potencial para gerar cerca de 40 mil plântulas ao longo de 2 anos. Durante o ano de 2024, foi concluída a análise



da situação, mapeamento e medição dos indivíduos, elaboração e registro do inventário florestal e cadastro do plantio, visando a retirada/supressão da floresta plantada de espécies exóticas *Pinus* sp. na área de visitação do JBB. Foram registrados 655 indivíduos em uma área total de 3,83 hectares, no Centro de Visitantes do Jardim Botânico de Brasília.



Conservação da Flora do Cerrado - Plano de Ação Nacional Bacia do Alto Tocantins: Expedições realizadas em Niquelândia, Pirenópolis e São João d'Aliança resultaram na coleta de 280 espécimes e incorporação de 18 novas plantas às coleções do JBB. Identificação de espécies ameaçadas e contribuição para a META 4, da Convenção sobre Diversidade Biológica. Utilização do JBB, para aulas práticas de Gestão Ambiental e desenvolvimento de projeto de pesquisa sobre a Chamaecrista.

Gestão de Unidades de Conservação - Estudo Estratégico das UCs do DF: Avaliação positiva da Estação Ecológica do JBB (EEJBB), como única UC Distrital, na Lista Verde da IUCN. Desafios: falta de recursos para cercamento, sinalização e fiscalização.

Revisão do Plano de Manejo da EEJBB: Apresentado no Ciclo de Palestras do IBRAM, destacando o trabalho interno do JBB, na elaboração de documentos complexos.

Monitoramento e Manejo da Fauna e Flora - Inventário para Retirada de *Pinus*: Conclusão do mapeamento e inventário para remoção de 655 indivíduos de *Pinus* sp. Monitoramento de Vertebrados e Borboletas: Registros de 75 espécies de vertebrados e monitoramento de borboletas como bioindicadoras ambientais.



Gestão de Resíduos Sólidos - Monitoramento e Manejo: Coleta de resíduos descartados irregularmente e elaboração de um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS).

Eventos – Participações do JBB.

- 5ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação – CNCTI.

- 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia: Exposição "Lendas e Saberes do Cerrado" com grande participação do público e ênfase na educação ambiental. Avaliação de Metodologias para Recuperação do Cerrado: Projeto aprovado pelo FUNAM, para remoção de espécies invasoras e recuperação do bioma.

- Congresso Nacional de Botânica: Participação ativa na organização, reforçando a liderança do JBB, em pesquisas botânicas. Programa PELD: Estudos sobre os impactos do fogo antrópico e uso do solo no Cerrado, liderados por parcerias com UnB e Embrapa.



- Observatório JBB e Produção Científica da Semana do Cerrado: Projetos de ciência cidadã com 7.221 observações de 1.368 espécies registradas no iNaturalist. Criação do Guia de Aves do JBB no formato digital, a partir dos avistamentos do projeto de ciência cidadã "Observatório JBB", que destaca a contribuição significativa do JBB, para a conservação do Cerrado, a educação ambiental e o avanço científico.

Eventos no JBB

5/3 - 10/3 - 39º Aniversário do JBB

6/3 - Trilha de Imersão no Cerrado com participação da comunidade

11/5 e 12/5 - Brasília Zen: Palestras focadas na mente, saúde do corpo e movimento

4/6 - Plantio em homenagem ao Meio Ambiente conjunto ao Exército Brasileiro

30/6 - Visita do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, para conhecer o Bioma Cerrado

5, 6 e 7/7 - Feira das Orquídeas

21/7 - Corrida pela Vida no JBB

10 a 15/9 - Semana do Cerrado no JBB

5/10 - Ecofeira, Teatro e Feira de Troca de Brinquedos Usados

12/10 - Programação Dia das Crianças: 3º Festival Casa de Fita no JBB

30/10 - Palestras sobre Outubro Rosa: Prevenção ao Câncer de Mama e no colo do útero.

Diagramação e impressão do livro: "Flora do Jardim Botânico de Brasília - Ervas e Arbustos - Guia de Campo" Processo SEI: 00391-00006869/2024-51. Fonte do recurso: Compensação florestal Impressão do livro "Guide to Brazilian Plant Generic Names" Processo SEI nº 00195-00001026/2024-48. Aquisição de Scanner Planetário - Processo SEI nº 00195-00000217/2024-92. Em 2024, foi adquirido um scanner planetário de tecnologia avançada para a Biblioteca do Cerrado, com o objetivo de modernizar a gestão documental e apoiar projetos de pesquisa.

Educação Ambiental - Visitas pedagógicas. Em 2024, o programa de Educação Ambiental do JBB ofereceu vivências concretas e integrativas no ambiente natural, promovendo uma educação ambiental lúdica e enriquecedora com foco na interpretação do Cerrado. As visitas pedagógicas foram realizadas em duas modalidades: atendimento, com atividades guiadas por educadores ambientais, e acolhimento, permitindo a exploração autônoma dos espaços pelos grupos. Essas experiências reforçaram a conexão dos participantes com o bioma Cerrado, abrangendo suas fisionomias, aromas e texturas. Ao longo do ano, o programa atendeu 23.004 pessoas, incluindo 15.754 crianças, 6.165 adolescentes e 1.085 adultos, jovens e idosos. O segundo semestre registrou o maior volume de atendimentos, com setembro alcançando o pico de 5.063 visitantes. A maior parte das visitas foi independente (69,9%), enquanto 30,1% foram orientadas, com destaque para instituições públicas (235 atendimentos), seguidas por privadas (112) e comunitárias (8). Geograficamente, os visitantes vieram principalmente do Plano Piloto, São Sebastião e Paranoá, com aumento significativo de participação do Gama e Planaltina, ampliando o alcance das atividades.



Atendimentos regulares de estudantes da ECAI - Desde 2021, a equipe de Educação Ambiental (EA) do Jardim Botânico de Brasília (JBB) realiza atendimentos regulares com a Escola Classe Alto Interlagos (ECAI), sendo este o único projeto de longo prazo da EA no JBB, com duração prevista de 60 meses. As atividades ocorrem semanalmente, às sextas-feiras, envolvendo alunos do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, em grupos de cerca de 30 alunos, no contraturno escolar. Em 2024, foram realizadas atividades variadas, como jogos cooperativos, trilhas, oficinas de pintura com barro, experimentos de plantio, contação de histórias, confecção de origamis e atividades de observação e registro da natureza (Figura 9). Avaliações semestrais com alunos e professores indicaram impactos positivos no aprendizado e no comportamento, destacando o engajamento em ações sustentáveis e a valorização do Cerrado. Os professores avaliaram a equipe de EA com uma média geral de 4,87 (em uma escala de 1 a 5), destacando domínio do conteúdo, empatia e flexibilidade. Sugestões incluíram ampliar espaços para plantio e realizar mais trilhas. Lembrancinhas foram entregues ao final de cada semestre, incluindo certificados de "Guardiões do Cerrado" para os alunos do 5º ano e um livro com desenhos e pinturas criados pelos alunos. A parceria continuará em 2025, em processo de renovação do ACT com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, mantendo o mesmo formato e público atendido. Em 2024, a equipe de Educação Ambiental do JBB promoveu capacitações para servidores, com o objetivo de aprimorar o acolhimento aos visitantes, além de realizar atividades de limpeza e remanejamento de espaços estratégicos. A equipe também participou de eventos importantes, como o 74º Congresso Nacional de Botânica e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Outras iniciativas de destaque incluíram a Blitz Educativa e a 1ª Conferência Distrital de Unidades de Conservação, além de projetos de inclusão para pessoas com deficiência visual, apoio a pesquisas acadêmicas e a organização de atividades comemorativas, como o aniversário do JBB e a Semana do Cerrado. Essas ações reforçam o papel do JBB como referência em educação ambiental e conservação do Cerrado.



Biblioteca do Cerrado (física) - Em 2024, a Biblioteca do Cerrado continuou a crescer e se destacar como um importante centro de conhecimento sobre o bioma Cerrado. Seu acervo passou de 3.334 exemplares, em 2023, para 4.027 exemplares, um aumento de 35,91% (Figura 16). A visitação também aumentou, com 111 visitantes registrados entre setembro e dezembro, sendo a maior parte externos. A biblioteca viu um pico de consultas ao acervo, com destaque para janeiro e julho. No entanto, desafios como a falta de aterramento elétrico, equipamentos danificados e um vazamento nas estantes comprometem a conservação do acervo. Em 2024, foram adquiridos dois desumidificadores de alta capacidade para a Biblioteca do Cerrado, visando reforçar o controle da umidade no ambiente, essencial para a preservação do acervo.



Biblioteca da Natureza (infantil) - A Biblioteca da Natureza, localizada no Centro de Visitantes do Jardim Botânico de Brasília (JBB), desempenha um papel essencial na promoção da educação ambiental, com foco especial no público infantil. Ao longo de 2024, o acervo da biblioteca se expandiu para 1.113 exemplares, com coleções organizadas para diferentes faixas etárias e temáticas. A maior parte do acervo é dedicada ao público de 10 a 14 anos (452 exemplares), seguida pela coleção voltada para crianças de 5 a 9 anos (271 exemplares). Além disso, a biblioteca incorporou, entre 2023 e 2024, uma nova coleção de Educação Ambiental, com 238 exemplares, fortalecendo seu compromisso com a conscientização sobre a preservação dos recursos naturais.



Pesquisa em Botânica - Lista Vermelha Preliminar de Plantas do Distrito Federal.

Desde 2021, o Projeto Lista Vermelha Preliminar de Plantas do Distrito Federal tem como objetivo avaliar o risco de extinção de mais de 3 mil espécies, visando subsidiar uma futura lista vermelha oficial pela SEMA e IBRAM. Coordenado pela DIGEC, em parceria com DIVEG, CNCFlora, UnB, Embrapa e SEMA, o projeto já atingiu 70% de conclusão, com atividades como análise de dados, confecção de mapas e escrita do texto, enfrentando como principal desafio o tempo necessário para finalizar as análises e o documento final. Em 2024, o destaque foi a apresentação deste trabalho na mesa-redonda "Estratégias integradas para conservação de plantas ameaçadas no Brasil" durante o 74º Congresso Nacional de Botânica, em Brasília. A palestra intitulada "A caminho da primeira lista vermelha de plantas do Distrito Federal" reafirmou a relevância do projeto para a conservação de plantas ameaçadas

Produção de Mudas – A produção mensal de mudas realizada pelo Viveiro Jorge Pelles ao longo do ano de 2024. O total acumulado no período foi de 56.891 mudas, um resultado que reflete o compromisso da equipe em atingir as metas previamente estabelecidas e a eficiência dos processos adotados ao longo do ano.

Apoio Técnico Operacional - realizando diversas atividades essenciais para a manutenção e melhoria das instalações e infraestrutura do Jardim Botânico. Entre os principais serviços, destacam-se: Finalização das obras no Jardim da Finlândia, Gabão. Limpeza e manutenção do Jardim Japonês, muros e paredes do Lago Evolutivo. Reforma da Fonte do Orquidário, incluindo pintura e revitalização. Colocação de placas de sinalização de velocidade, promovendo maior segurança no espaço. Revitalização do Jardim Evolutivo e pintura da portaria privativa. Pintura e revitalização da Fonte do Jardim da Espanha, realização da divisão do quiosque do Centro de Visitantes, instalação da antena para rádios comunicadores, garantindo melhoria na comunicação operacional, instalação de bombas hidráulicas e reforço no sistema elétrico de proteções para os espaços dos Jardins Japonês e Evolutivo, bem como do poço do Centro de Visitante. Revitalização da praça das águas e cobertura da estufa de cactos e suculentos. Além disso, foram realizadas importantes intervenções relacionadas aos sistemas de irrigação, como a reativação da irrigação no Jardim Japonês, implantação de novo sistema à Portaria Principal. Revitalização da placa de entrada do Jardim Botânico, construção de calçadas nos quiosques do Centro de Visitantes, Jardim Japonês e Sensorial, visando melhorar a acessibilidade dos usuários. Por último, mas não menos importante, revitalização do lago da Finlândia, assegurando que o espaço se mantivesse funcional e visualmente atrativo para os visitantes. Essas atividades refletem o comprometimento da gerência com preservação, modernização e eficiência na gestão dos espaços físicos do Jardim Botânico.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Jardim Botânico de Brasília, em 2024, consolidou diversas ações e alcançou importantes metas previamente estabelecidas no planejamento estratégico do Órgão. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- **Melhorias estruturais e paisagísticas:** Ações voltadas para atender às demandas administrativas e de uso do local, promovendo um ambiente mais funcional e agradável.
- **Jardins (Equador, Gabão e Finlândia):** Revitalizações realizadas em parceria com as embaixadas, fortalecendo os laços institucionais e contribuindo para a conservação de áreas verdes compartilhadas.
- **Retirada de pinheiros e tocos no estacionamento:** Remoção de cinco pinheiros e tocos para aprimorar a segurança e otimizar o uso do espaço.



- **Manutenção na estrada do Cerratenses:** Intervenções no acesso e condições viárias, garantindo mais segurança e conforto aos visitantes.
- **Portarias (principal e privativa):** Melhorias na vegetação e infraestrutura de acesso, proporcionando um acolhimento mais eficiente e harmonioso.
- **Canteiros do restaurante Cura e do PC's:** Reformulação paisagística para criar ambientes mais acolhedores e funcionais.
- **Jardim de Cheiro:** Reestruturação do espaço com o foco em plantas aromáticas e ornamentais, enriquecendo a experiência sensorial dos visitantes.
- **Lagos:** Revitalização do lago do Jardim da Finlândia, na Alameda das Nações e intervenções no lago do Jardim Evolutivo, com o objetivo de reequilibrar ecologicamente essas áreas.
- **Centro de Visitantes:** Reformas paisagísticas e estruturais, para melhorar a experiência dos visitantes e a funcionalidade do espaço.
- **Revitalização da rede elétrica:** A iniciativa promoveu melhorias estruturais, garantindo um ambiente apropriado para os visitantes e para as atividades desenvolvidas no local.
- **Perfuração de poços profundos:** iniciativa destinada a ampliar a disponibilidade hídrica, garantindo o suporte necessário para a manutenção dos jardins, do Jardim Botânico de Brasília (JBB).

Podem também ser destacados os avanços significativos relacionados ao Decreto nº 39.736/2019, com especial atenção aos 13 pilares da governança, conforme descrito a seguir:

- **Mecanismos de Liderança (Comitê Interno de Governança):** Implantado por meio da Portaria nº 22, de 13/11/2024, o comitê foi formalmente estabelecido para fortalecer a governança interna.
- **Área/Agente de Governança:** A ASPLAN e os agentes de governança foram designados pela mesma Portaria nº 22, de 13/11/2024, assegurando o suporte técnico necessário.
- **Planejamento Estratégico:** Foi elaborado e implementado o Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período de 2024-2027, reforçando o compromisso com a visão de longo prazo.
- **Gestão de Riscos:** Em processo de implantação, com apoio consultivo da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), foi publicada a Política de Riscos do Jardim Botânico de Brasília.
- **Programa de Integridade das Empresas Contratadas:** As contratações passaram a ser realizadas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, adaptada às normas distritais pela Lei nº 6.112/2018.
- **Transparência:** Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 4.990/12), o JBB disponibiliza informações no site oficial, incluindo despesas, contratos, convênios, licitações e a agenda pública do Diretor-Presidente, conforme a Resolução CGOV nº 1, de 19/07/2021.
- **Ouvidoria:** A ouvidoria foi devidamente implantada, garantindo maior interação com o público e o atendimento às demandas.
- **Governança de Pessoas:** Publicado o Plano de Capacitação dos Servidores do JBB, conforme Portaria nº 59/2024, de 04/10/2024, promovendo o desenvolvimento contínuo dos colaboradores.

Em 2024, o Jardim Botânico de Brasília demonstrou grande comprometimento com o planejamento estratégico e com a governança institucional, alcançando resultados significativos e promovendo ações de grande impacto para a comunidade e o meio ambiente. As melhorias evidenciam a busca constante pela excelência na gestão e conservação ambiental. Além disso, os avanços na implementação dos princípios da governança pública, reafirmam o compromisso com a transparência, eficiência e sustentabilidade.

Principais dificuldades:



Em 2024, o Jardim Botânico de Brasília (JBB) enfrentou desafios significativos, especialmente devido à implementação da Lei nº 14.133/2021, que trouxe novas diretrizes para licitações e contratos na administração pública. A transição para este marco legal demandou ajustes internos, incluindo a capacitação dos servidores, que já são em número reduzido, para lidar com as mudanças nos processos licitatórios e contratuais.

A complexidade das novas normas impactou diretamente a condução das licitações, exigindo constantes readequações que resultaram em atrasos na contratação de serviços essenciais para a manutenção e o desenvolvimento das atividades do Jardim Botânico.

Além das questões administrativas, o JBB também enfrentou desafios operacionais, como a necessidade de modernização de infraestruturas e a implementação de sistemas mais eficientes para atender ao público visitante. A adaptação às exigências da nova lei, aliada à busca por melhorias contínuas, exigiu esforços adicionais da equipe gestora para equilibrar as demandas legais com as necessidades práticas de conservação e atendimento ao público.

Apesar dessas dificuldades, o Jardim Botânico de Brasília manteve seu compromisso com a preservação do Cerrado e a promoção de atividades educativas, buscando soluções para superar os obstáculos impostos pelas alterações nas normas legais e pelos desafios operacionais.

Perspectivas para 2025:

Para o ano de 2025, estão previstas diversas iniciativas voltadas para a modernização e melhoria do Jardim Botânico de Brasília, visando oferecer mais conforto, acessibilidade e serviços aos visitantes. Entre as principais ações planejadas, destacam-se:

- Realização do processo de concessão de espaços para novas atividades comerciais, considerando o término da vigência dos contratos atuais.
- Construção de novos banheiros e revitalização dos existentes, com foco em acessibilidade e comodidade para os visitantes.
- Revitalização das estruturas de madeira, como pontes, pergolados e decks, trazendo mais segurança e beleza ao espaço do Jardim Botânico.
- Pavimentação da via que conecta o Centro de Visitantes ao Cerradenses, com o objetivo de proporcionar maior comodidade aos visitantes e facilitar o acesso à biblioteca e ao auditório.
- Construção de um lago na Alameda das Nações, agregando valor paisagístico e criando um novo atrativo para os visitantes.
- Implementação de infraestrutura de link de internet com rede cabeada e wi-fi no Centro de Visitantes, garantindo a conectividade necessária para atender aos visitantes e aprimorar os serviços prestados.
- Aquisição de novos computadores e software de arrecadação, com o objetivo de modernizar os sistemas administrativos e melhorar a experiência dos visitantes no uso de serviços tecnológicos e nas operações financeiras.
- Instalação de estufas modernas para fortalecer os projetos de pesquisa, conservação e educação ambiental.
- Aquisição de playgrounds voltados para o público infantil, promovendo maior interação das crianças com a natureza em um ambiente seguro e educativo.

Essas medidas reforçam o compromisso do Jardim Botânico de Brasília com a preservação ambiental, a educação ecológica e a experiência do público em geral.



21206 - AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 16 de junho de 2004, a Lei nº 3.365 criou a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal, autarquia em regime especial com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, sede e foro em Brasília/DF, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal.

A Lei nº 4.285/2008 reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou suas competências e alterou sua denominação, passando, assim, a denominar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – Adasa. Nos termos dessa Lei, o regime especial conferido à Adasa é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica. Em 2020, por meio da Lei nº 6.567, a Agência passou por uma nova reestruturação, passando, assim, a contar com 5 (cinco) diretores.

Ressalta-se que o Distrito Federal tem atribuições de Estado e de Município. Nessa esteira, a Adasa é a única Agência Reguladora do Brasil que atua na regulação simultânea do bem natural da água (atribuição do Estado) e dos serviços de saneamento básico (atribuição do município), sendo, portanto, uma Agência de competência híbrida. A Adasa acompanha, regula e fiscaliza o ciclo completo do uso da água, com especial atenção na sua retirada e na devolução ao corpo hídrico e aos serviços públicos de saneamento básico.

De acordo com a Lei nº 4.285/2008, são áreas de competência da Agência: I – recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água; II – saneamento básico, entendido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; III – gás canalizado; IV – as de competência originária federal em: a) serviços e instalações de energia elétrica; b) petróleo e seus derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes, bem como outras áreas de competência, que poderão ser delegadas à Adasa, na forma da lei.

A missão da Adasa é regular e promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, a qualidade e universalização dos serviços públicos de saneamento básico, em benefício da sociedade do Distrito Federal.

A visão é consolidar-se como uma instituição essencial para a garantia da segurança hídrica no DF e da qualidade dos serviços públicos regulados.

Os valores organizacionais da Adasa são: Integridade; Transparência; Equidade; Tolerância; Imparcialidade; Diálogo; Cultura de resultados; e, Cooperação.

A proposta de valor consiste em: qualidade e universalização dos serviços públicos regulados; equilíbrio econômico-financeiro e modicidade tarifária; direito de uso de recursos hídricos; autonomia e transparência das ações regulatórias; efetividade na atuação; informação e conhecimento; articulação institucional; e, participação e controle social.

Compete à Adasa, no que diz respeito a recursos hídricos de domínio do Distrito Federal, disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política de recursos hídricos; outorgar o direito de uso de recursos hídricos, observado o disposto na legislação e nos planos distritais de recursos hídricos; regulamentar, fiscalizar e controlar com poder de polícia, o uso qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos; declarar previamente a reserva de disponibilidade hídrica nos processos de



concessão e autorização federais de uso do potencial de energia hidráulica; e, acompanhar e prestar apoio à elaboração dos planos de recursos hídricos de suas bacias hidrográficas, entre outras.

No que diz respeito ao saneamento básico, no âmbito do Distrito Federal, compete à Adasa disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da política de saneamento básico do Distrito Federal; acompanhar e contribuir para a elaboração dos planos de saneamento básico do Distrito Federal e do Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB; realizar ou promover a elaboração de estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Distrito Federal, em obras e serviços de controle de poluição hídrica; contribuir para a elaboração da política pública de saneamento básico do Distrito Federal; e, adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água; entre outras.

Compete à Adasa, no que concerne aos serviços locais de gás canalizado, por delegação de competência originária do Distrito Federal, nos termos do art. 25, § 2º, da Constituição Federal e da Lei nº 4.285/2008, regular todas as etapas desses serviços, sejam prestados diretamente, sejam por concessão, dentro do Distrito Federal, e especialmente, exercer a regulamentação, fiscalização, ouvidoria, solução de conflitos e sanção administrativa na prestação dos serviços, com amplo e irrestrito acesso aos dados e informações técnicas, econômicas, contábeis, financeiras e quaisquer outras relativas à distribuição de gás canalizado; celebrar e rescindir contratos de concessão de serviços de distribuição de gás canalizado; elaborar e aplicar metodologias que proporcionem a modicidade das tarifas de distribuição de gás canalizado; e, estabelecer e controlar as tarifas e acompanhar preços dos serviços de distribuição de gás canalizado, entre outras.

As atribuições específicas da Adasa, no que diz respeito às áreas de competência federal, serão aquelas constantes dos respectivos contratos e convênios de delegação de atividades a serem celebrados diretamente com as competentes agências, autarquias e órgãos federais, nos termos da legislação federal aplicável a cada caso.

Entre os objetivos fundamentais da Adasa estão preservar os objetivos da Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 2.725/2001; estimular a eficiência econômica dos serviços e assegurar a modicidade tarifária para os usuários ou consumidores, com equidade social; buscar a universalização, a sustentabilidade técnico-econômica dos serviços e sua continuidade, para atender eventuais queixas dos usuários, consumidores ou prestadores de serviços e dirimir conflitos entre esses e deles com a própria Agência; estimular a inovação, a padronização tecnológica e a compatibilização dos equipamentos; estimular a operação eficiente e a alocação eficaz de investimentos; minimizar os custos de intervenção regulatória com a máxima transparência das decisões tomadas; zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes prestadores dos serviços públicos; promover a participação do cidadão no processo decisório da Agência.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	15	16	27	37	95
Comissionados sem vínculo efetivo	21	4	0	0	25
Requisitados de órgãos do GDF	5	1	0	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	0	15	20	35
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	0	3
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	42	21	45	57	165
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	4	3	7
Total Geral	42	21	41	54	158

A Adasa busca garantir a integridade, transparência, equidade, tolerância, imparcialidade, o diálogo e a cooperação com demais órgãos do governo, agentes regulados e sociedade como um todo. Assim, a Agência Reguladora investe constantemente em sua força de trabalho, buscando atender de maneira mais eficiente e eficaz, as atividades de regulação e a fiscalização das áreas de sua competência.

A autarquia é dirigida por uma Diretoria Colegiada composta de cinco diretores, os quais possuem responsabilidade solidária, sendo um deles o diretor presidente. Os diretores são nomeados pelo Governador do DF, com mandatos não coincidentes de cinco anos, após sua arguição pública e aprovação pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Além disso, a Agência tem um Ouvidor, que também é indicado pelo Governador, atuando junto da Diretoria Colegiada, sem subordinação hierárquica e exerce as suas atribuições sem acumulação com outras funções, com mandato de três anos (alterado pela Lei nº 6.567, de 04 de maio de 2020).

Atualmente, a Agência conta em seu quadro de pessoal, com 127 (cento e vinte sete) servidores, sendo 5 (cinco) Diretores, 1 (um) Diretor Ouvidor, 95 (noventa e cinco) servidores da Carreira Regulação de Serviços Públicos, 7 (seis) servidores requisitados e 25 (vinte e cinco) servidores comissionados sem vínculo com a Administração. Ressalta-se que 7 (sete) servidores da Carreira Regulação de Serviços Públicos estão cedidos, sendo 2 (dois) à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás, 3 (três) ao Tribunal Superior Eleitoral e 2 (dois) à Secretaria de Economia.

A Agência tem como prioridade o bem-estar dos seus servidores e colaboradores, por meio do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da Adasa – PQVT. Neste sentido, destacam-se as ações no âmbito do projeto + SAÚDE ADASA: Campanha de vacinação contra a gripe H1N1, Campanha de sensibilização sobre a doação de sangue no Hemocentro de Brasília, continuidade das atividades de Ginástica Laboral para todos os servidores e colaboradores, sendo este em todas as unidades da Adasa, Campanha do Dia das Crianças e Campanha de Natal.

Foram concedidos, ao longo do ano de 2024, os seguintes benefícios aos servidores: auxílio-creche, auxílio-saúde, vale alimentação/refeição, além de auxílio natalidade. Além disso, recentemente, houve a implantação da sala de amamentação para atender às mães que se encontram em fase de amamentação de seus filhos, sendo a Adasa contemplada com selo Dourado.

A respeito da capacitação de servidores, a Adasa se preocupa em ampliar os conhecimentos e a qualificação de seu quadro de servidores, que se torna cada dia mais especializado e dotado de competências, habilidades e atitudes para o desempenho das atividades da Agência. Durante o ano de 2024, no que se refere a capacitações custeadas pelo orçamento



da Adasa, 82 (oitenta e dois) servidores da Adasa participaram de eventos de capacitação externas, em variados eixos de conhecimento e representando diversos setores da Adasa.

No que se refere ao Programa de Estágio Curricular, regulamentado pela Resolução ADASA nº 07, de 21 de janeiro de 2011, houve a disponibilização de 52 (cinquenta e duas) bolsas de complementação educacional, sendo 45 (quarenta e cinco) para estágios de nível superior e 07 (sete) para estágios de nível médio. No ano de 2024, houve ocupação de 35 (trinta e cinco) vagas, atuando nas diversas áreas da Agência, sendo 20 (vinte) na área fim e 15 (quinze) na área meio.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	150000,0	150000,0	16794,25	16794,25
6197 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	150000,0	150000,0	16794,25	16794,25
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	1278360,0	1278360,0	1059097,79	949097,79
9549 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP - ADASA-DISTRITO FEDERAL	1278360,0	1278360,0	1059097,79	949097,79
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	680000,0	680000,0	597990,11	557990,11
7034 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADASA-DISTRITO FEDERAL	680000,0	680000,0	597990,11	557990,11
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3000000,0	3260000,0	2323778,40	2323778,40
0030 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	3000000,0	3260000,0	2323778,40	2323778,40
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	1573139,0	0,0	0	0
0047 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO--DISTRITO FEDERAL	1573139,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	6681499,00	5368360,00	3997660,55	3847660,55



Programação Orçamentária Realizada

Projeto/Atividade	Ação/Subtítulo	Objetivo	Resultados Alcançados
EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	28.846.0001.9001.6197	Pagar sentenças judiciais	Requisição de Pequeno Valor referente ao pagamento de gratificação e ressarcimento de custas processuais.
FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	28.846.0001.9033.9549	Recolher contribuição para o PIS/ PASEP	Propicia aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.
RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES PESSOAL	28.846.0001.9050.7034	Efetuar ressarcimentos em relação à requisição de servidores da Adasa	Pagamento de servidores requisitados de outros órgãos.
OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.846.0001.9093.0030	Efetuar outros ressarcimentos aos servidores da Adasa	Ressarcimento de auxílio saúde.

Programação Orçamentária não Executada

Projeto/ Atividade	Ação/Subtítulo	Objetivo	Resultados Alcançados
CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	28.846.0001.9127.0047	Converter licença-prêmio em pecúnia	Impedimento do pagamento de licença-prêmio devido à falta de autorização do Órgão Central.

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/1970, tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos Federal, Estadual, Municipal e das Fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições anuais. A Adasa recebeu, até dezembro de 2024, o montante de R\$ 101.837.011,07 (cento e um milhões, oitocentos e trinta e sete mil, onze reais e sete centavos) de recursos financeiros, provenientes das suas fontes próprias TFS (Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) e TFU (Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos). Deste valor, foi descontado o total de R\$ 30.551.103,32 (trinta milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, cento e três reais e trinta e dois centavos), correspondente a 30% da DREM, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 132/2023, restando a executar R\$ 71.285.907,75 (setenta e um milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sete reais e setenta e cinco centavos). Sobre este valor, a ADASA recolhe 1% ao fundo do PASEP. No exercício financeiro de 2024, a despesa autorizada para o PASEP foi de R\$ 1.278.360,00 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e sessenta reais), tendo sido empenhado até dezembro/2024, o valor de R\$ 1.059.097,79 (um milhão, cinquenta e nove mil, noventa e sete reais e setenta e nove centavos), representando 82,84% de execução.



6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	50000,0	50000,0	10118,4	10118,4
0020 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	10118,4	10118,4
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	50000,00	50000,00	10118,40	10118,40

Programação Orçamentária Realizada

Projeto/ Atividade	Ação/Subtítulo	Objetivo	Resultados Alcançados
ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	04.301.6203.2619.0020	Realizar ações de melhoria na saúde e qualidade de vida dos servidores	Aquisição de vacina quadrivalente contra influenza para vacinação de servidores e terceirizados

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	7861520,0	7861520,00	7861520,0	7861520,0
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA - ADASA/SLU - DISTRITO FEDERAL	7861520,0	7861520,00	7861520,0	7861520,0
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	7861520,00	7861520,00	7861520,00	7861520,00

Programação Orçamentária não Executada

Projeto/ Atividade	Ação/Subtítulo	Objetivo	Resultados Alcançados
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	17.512.6210.2079.6119	Apoiar o SLU nas suas atividades de manutenção de limpeza pública	Há impedimento para uso destes recursos devido à decisão do TCDF que determinou que esta Agência se abstivesse de empregar recursos provenientes da Taxa de Limpeza Pública do DF fora da destinação que lhe é própria (Serviços de Limpeza Pública), uma vez que a Adasa não exerce este serviço. Assim, houve descentralização destes recursos para a SLU.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5047 - IMPLANTAÇÃO DO MEMORIAL INTERNACIONAL DA ÁGUA - MINA (EP)	200000,0	200000,0	56718,24	56718,24
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORIAL INTERNACIONAL DA ÁGUA - MINA	200000,0	200000,0	56718,24	56718,24
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	900000,0	876000,0	830904,87	830904,87
6036 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	900000,0	876000,0	830904,87	830904,87



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	2035262,0	2721262,00	1038385,47	1032784,03
0005 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - DRENAGEM E GÁS CANALIZADO - DISTRITO FEDERAL	450000,0	1066000,00	122254,22	116652,78
0006 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - RESÍDUOS SÓLIDOS - DISTRITO FEDERAL	80000,0	0,0	0	0
0007 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DISTRITO FEDERAL	110000,0	760000,0	700037,5	700037,5
0008 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ECONÔMICO FINANCEIRO - DISTRITO FEDERAL	1395262,0	895262,0	216093,75	216093,75
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	670000,0	544000,0	146161,0	146161,0
0001 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ADASA-DISTRITO FEDERAL	670000,0	544000,0	146161,0	146161,0
1670 - GESTÃO DE PROJETOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	400000,0	1225196,00	93946,63	93946,63
0002 - GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	400000,0	1225196,00	93946,63	93946,63
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	1512369,0	8200674,00	1141113,77	1117765,86
0002 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS - DISTRITO FEDERAL	1512369,0	8200674,00	1141113,77	1117765,86
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3250000,0	3250000,0	3031682,32	3001040,40
0039 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DF ENTORNO	250000,0	250000,0	250000,00	219358,08
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - ADASA DF-DF ENTORNO	2200000,0	2200000,0	2054246,74	2054246,74
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - ADASA DF-DF ENTORNO	800000,0	800000,0	727435,58	727435,58
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	5150000,0	2566886,0	1447156,69	1447156,69
0063 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-Adasa-DISTRITO FEDERAL	5150000,0	2566886,0	1447156,69	1447156,69
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	14117631,00	19584018,00	7786068,99	7726477,72

Programação Orçamentária Realizada

Projeto/Atividade	Ação/Subtítulo	Objetivo	Resultados Alcançados
IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORIAL INTERNACIONAL DA ÁGUA - MINA	04.122.6210.5047.0001	Implementar o Memorial Internacional da Água	Confecção da Maquete para divulgação e captação de recursos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

REALIZAÇÃO DE EVENTOS	04.131.6210.3678.6036	Realizar e apoiar eventos em Brasília/DF	Foram programados ao menos 10 eventos a serem realizados/apoiados. Entretanto, houve a superação dessa previsão.
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - DRENAGEM E GÁS CANALIZADO	17.125.6210.2695.0005	Realizar estudos e elaborar normas	Prestação de serviço mensal de análises em amostras de águas residuárias provenientes da rede de drenagem urbana, conforme programado.
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	17.125.6210.2695.0007	Realizar estudos e elaborar normas voltadas para a temática de Abastecimento de Água e Esgoto	Realização de pesquisa de satisfação do serviços de Água e Esgoto.
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ECONÔMICO FINANCEIRO	17.125.6210.2695.0008	Realizar estudos e elaborar normas voltadas para a temática econômico-financeiro	Consultoria para validação do Laudo da BAR, da Caesb, para 4º Revisão Tarifária Periódica. Consultoria para apoio à Elaboração de Manual de Controle Patrimonial da Caesb.
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	18.541.6210.4235.0001	Realizar ações de educação ambiental no DF e Entorno	Aquisição de material para o programa Adasa na Escola
GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	18.544.6210.1670.0002	Realizar ações preventivas, corretivas e de manutenção da integridade visando à conservação ambiental.	Pagamentos por serviços ambientais aos produtores rurais que aderiram ao projeto Produtor de Água no Pipiripau.
REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS	18.544.6210.2683.0002	Desenvolver estudos técnicos necessários à implantação de atos normativos relativos à conservação e gestão de recursos hídricos.	Prestação de serviço mensal de análises em amostras de águas bruta, superficial e subterrânea, no âmbito do DF e entorno. Atualização do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do DF.
PUBLICIDADE PROPAGANDA	24.131.6210.8505.0039	Encaminhar publicações para o DODF	Publicações enviadas ao DODF
PUBLICIDADE PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA	24.131.6210.8505.8691	Realizar ações e campanhas de cunho educativo e orientativo referentes às competências da Adasa.	Publicação e veiculação de campanhas publicitárias de utilidade pública, como Dia Mundial da água, Dia do Gari, período de estiagem, entre outros.
PUBLICIDADE PROPAGANDA INSTITUCIONAL	24.131.6210.8505.8703	Realizar ações e campanhas sobre o papel do agente regulador da Adasa.	Publicação e veiculação de campanhas publicitárias institucionais, audiências públicas, avisos de licitação, entre outros.
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA ENTIDADES	28.846.6210.9107.0063	Realizar transferência financeira a entidades do GDF.	Repasse para a ABHA que exerce atividade de apoio administrativo aos Comitês de Bacia.

Programação Orçamentária não Executada

Projeto/ Atividade	Ação/Subtítulo	Objetivo	Resultados Alcançados
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - RESÍDUOS SÓLIDOS	17.512.6210.2079.6119	Elaborar normas voltadas para a temática resíduos sólidos	O planejamento da LOA/2024 disponibilizou saldo orçamentário diminuto, pois não havia previsão de despesas com assuntos relacionados à resíduos sólidos, em 2024.



As atividades finalísticas da Adasa estão inseridas no eixo temático Meio Ambiente, do Plano Estratégico do DF, do Programa Temático 6210 - Meio Ambiente, do PPA 2024-2027. Para cada Eixo do Plano Estratégico, foram definidos um ou mais programas temáticos que refletem as estratégias e ações do governo para o período do Plano. O eixo temático Meio Ambiente tem como objetivos chaves: garantir o saneamento sustentável no Distrito Federal; ser referência em conservação e qualidade ambiental; ser modelo de eficiência no licenciamento ambiental; ser referência nacional na gestão da água; e consolidar a matriz de energia limpa como base do futuro do Distrito Federal.

Assim, todas as atividades e projetos desenvolvidos pelas áreas finalísticas da Adasa estão orientados no atingimento desses objetivos macros, ou seja, o órgão atua tecnicamente no seu escopo, contribuindo de maneira efetiva para o cumprimento do plano plurianual e, consequentemente, no plano estratégico do Governo do Distrito Federal. A Adasa, ao longo do ano de 2024, realizou 8 estudos técnicos nas suas áreas de competência, que são extremamente necessários para o melhor cumprimento das suas atribuições e relevante para uma melhor prestação de serviços para a sociedade, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Números de Estudo e Resoluções

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água e Esgoto	Drenagem Urbana	Econômico e Financeiro	Total
Nº de estudos	1	2	5	0	0	8
Resoluções	4	1	1	1	1	8

Dentre os diversos estudos realizados pela Agência destacam-se os seguintes:

1. Atualização do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal (PGIRH/DF): O Distrito Federal (DF) elaborou o seu PGIRH em 2006 e o revisou em 2012. Passados dez anos de vigência desde a sua revisão, faz-se necessária a sua atualização. O PGIRH/DF é um estudo abrangente, que envolve as oito bacias hidrográficas do Distrito Federal e seu entorno, totalizando uma área de 8.763 km². Em 2020, o DF passou a contar também com o primeiro Plano de Recursos Hídricos elaborado por bacia hidrográfica. Trata-se do Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes Distritais do Rio Paranaíba no Distrito Federal (PRH Paranaíba – DF), que estudou uma área correspondente a 64% do Distrito Federal (PRH Paranaíba - DF).

2. Resolução com Metas de Universalização: Está em desenvolvimento uma proposta de resolução que define diretrizes e indicadores para alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto no DF, em alinhamento com o Marco Legal do Saneamento Básico e a Norma de Referência ANA nº 8/2024. As metas incluem 99% de cobertura de água e 90% de esgoto até 2033.

3. Guia de Conservação de Água em Edificações: Elaborado com base na Resolução nº 005/2022, o guia incentiva práticas de reúso e conservação de água em edificações. Aborda manutenção preventiva para evitar vazamentos e promover a eficiência hídrica, destacando a captação e o uso da água da chuva em atividades como irrigação e lavagem. A adoção dessas práticas contribui para a sustentabilidade das edificações e para a preservação dos recursos hídricos, reduzindo impactos ambientais.

Dentre as Resoluções publicadas ao longo de 2024, merecem destaque, devido ao seu impacto na sociedade, as seguintes:

1. Resolução nº 39, de 04 de julho de 2024: Estabelece curvas de referência para o acompanhamento do volume útil dos reservatórios do Descoberto e do Santa Maria, no período de julho a dezembro de 2024 e dá outras providências.

2. Resolução nº 37, de 06 de junho de 2024: Estabelece os critérios técnicos para emissão de outorga, para fins de lançamento de efluentes em corpos hídricos de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União.



3. Resolução nº 44, de 22 de novembro de 2024: Estabelece os níveis altimétricos a serem observados, visando assegurar a sustentabilidade quantitativa e qualitativa dos usos múltiplos, dos recursos hídricos, no reservatório do Lago Paranoá, no ano de 2025, institui o Grupo de Acompanhamento e dá outras providências.

4. Resolução nº 41, de 24 de outubro de 2024: Estabelece, no Distrito Federal, as metas progressivas de universalização de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, indicadores de acesso e sistema de avaliação, em adoção à Norma de Referência nº 8/2024, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

5. Resolução nº 48, de 23 de dezembro de 2024: Estabelece diretrizes e procedimentos para a execução das atividades realizadas por caminhões limpa-fossa no Distrito Federal e dá outras providências.

FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS

A fiscalização na Agência é planejada anualmente e tem como diretriz um dos objetivos estratégicos da Adasa: “zelar pela qualidade e melhoria da prestação dos serviços públicos regulados”. Entretanto, existem as necessidades que surgem e que não foram planejadas, devendo, pois, receberem a mesma atenção e zelo daquelas que foram planejadas. Essas são as fiscalizações não programadas, mas que dependem igualmente do esforço das equipes técnicas para serem realizadas. Em 2024, a Adasa realizou ao longo do ano 540 (quinhentos e quarenta) ações de fiscalizações programadas e 270 (duzentos e setenta) ações de fiscalizações não-programadas, totalizando 810 (oitocentos e dez) fiscalizações.

Tabela 2: Número de Fiscalizações Programadas e Não Programadas

ÁREA	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PROGRAMADAS	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADAS
SRH	263	138
SRS	90	10
SAE	46	73
SDU	108	15
SEF	33	34
TOTAL	540	270

O planejamento das ações de fiscalização para os serviços públicos regulados para 2024 prosseguiu na linha de uma atuação estratégica, monitorando as ações da concessionária voltadas ao reforço e às melhorias do sistema de saneamento básico. Assim, a Adasa realizou fiscalização da prestação de contas do Conselho de Consumidores da Caesb, em relação aos gastos realizados em 2023, referentes aos recursos disponibilizados na tarifa dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Também realizou as ações de fiscalização norteadas pelo princípio da disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado, e tem como objetivos, entre outros, zelar pela qualidade e melhoria contínua dos serviços públicos regulados e contribuir para a elaboração, a implementação e o aperfeiçoamento de políticas públicas. Cabe registrar, que as ações de fiscalização geram relatórios ou documento equivalente, contendo a descrição dos fatos, de modo que possibilite conhecer a situação da prestação do serviço público de manejo de águas pluviais e drenagem urbana no DF, bem como demandar à Novacap, para que atue no sentido de corrigir possíveis irregularidades ou que melhore a prestação do serviço.

A Agência realizou as ações de fiscalização visando assegurar a qualidade dos serviços regulamentados, avaliando o estado das instalações e a qualidade dos serviços prestados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU, em conformidade com os padrões estabelecidos em normativos regulatórios. Isso pode ser alcançado por meio de inspeções diretas, realizadas pessoalmente, ou de forma remota e indireta. Esses procedimentos desempenham um papel fundamental na promoção da melhoria contínua em termos de segurança e qualidade dos serviços oferecidos aos usuários de limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos no DF. É importante observar que as inspeções diretas resultam na elaboração de relatórios que documentam as constatações obtidas no campo. Isso possibilita



que a Superintendência questione o SLU sobre práticas que não estão em conformidade com as regulamentações da Adasa, emitindo ofícios contendo recomendações ao prestador de serviços, bem como Termos de Notificação que estabelecem ações a serem tomadas. Essas medidas visam principalmente corrigir procedimentos inadequados e aprimorar a qualidade da prestação de serviços.

Dentre as ações de fiscalização programadas da Adasa, destacamos as áreas:

SRS: A Coordenação de Fiscalização de Resíduos Sólidos - COFR realiza fiscalizações dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos executados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU. Seu principal objetivo é verificar a conformidade dos serviços prestados com os aspectos técnicos e ambientais estabelecidos nas normas legais e regulamentares. Além disso, a COFR busca garantir a qualidade dos serviços, observando critérios como regularidade, segurança, continuidade, eficiência, cortesia, agilidade, inovação tecnológica e universalidade, aspectos essenciais para a proteção da saúde pública. Durante as ações fiscalizatórias, que podem ser diretas (inspeções realizadas nas instalações) ou indiretas (análise remota de documentos fornecidos pelo prestador de serviços), os fiscais coletam evidências e informações relevantes para avaliar as condições de execução do serviço. Essas ações ocorrem de forma programada, ao atender o Plano Anual de Fiscalização - PAF, da Superintendência de Resíduos Sólidos, como também realizando fiscalizações não programadas, sempre que fatos fortuitos acontecerem. Em 2024, foram emitidos 16 (dezesseis) Termos de Notificação, instrumentos utilizados para comunicar ao prestador de serviços as não conformidades identificadas durante as inspeções realizadas. Além disso, houve a aplicação de 1 (um) Auto de Infração e a aprovação de 1 (um) Termo de Ajuste de Conduta - TAC, o qual substituiu o pagamento da multa pecuniária referente ao Auto de Infração aplicado.

SAE: Foram fiscalizados os sistemas de abastecimento de água nos programas de produção de água, distribuição de água e manutenção operacional. Os sistemas de esgotamento sanitário foram fiscalizados nos programas de coleta, tratamento e manutenção operacional. Além dessas, existem as fiscalizações eventuais, decorrentes de denúncias e reclamações.

SEF: Realizou fiscalizações financeiras e contábeis mensais, como a apuração dos valores de Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – TFS e da Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos – TFU, cobradas pela Adasa.

SDU: Foram realizadas 123 fiscalizações ao longo do ano 2024, sendo 108 ações programadas e 15 ações não programadas. Nas fiscalizações programadas, foram realizadas 69 ações diretas e 39 ações indiretas. Importante esclarecer, que as fiscalizações indiretas contemplaram: locais de alagamentos, nas 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal, solicitações e acompanhamentos de contratos da Novacap e obras civis do Drenar DF e verificações de não conformidades nos sistemas de drenagem urbana, na bacia hidrográfica do rio Melchior.

As ações de fiscalização não programadas da autarquia, em 2024, constituem-se majoritariamente, da análise de Processos de Reclamação e de Recursos de Revisão. Os Processos de Reclamação referem-se à análise de reclamações de usuários sobre falha nos serviços prestados pela Caesb e os Recursos de Revisão à análise de recursos interpostos por usuários que sofreram alguma punição da Caesb. Outras ações não programadas foram voltadas às fiscalizações efetuadas em virtude de denúncia ou reclamação de usuários e ao fornecimento de dados e informações referentes à prestação dos serviços de água e esgoto.

ATIVIDADES DAS ÁREAS FINALÍSTICAS EM 2024

I. RESÍDUOS SÓLIDOS

1. Análise das Realizações:

a) Revisão da Resolução nº 21/2016

Após a publicação da Resolução nº 21/2016, houve alterações no marco regulatório de saneamento básico, ocasionadas pela Lei nº 14.026/2020; e a publicação de Norma de



Referência nº 07/2024, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), sobre as condições gerais para a prestação direta, ou mediante concessão, dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. Assim, a revisão da Resolução nº 21/2016 contribuirá para a atualidade regulatória da norma, elevando seus resultados e adequando seu texto às inovações legais, tecnológicas e procedimentais, ocorrida ao longo de sua vigência, de modo a estimular a melhoria contínua da qualidade da prestação dos serviços e otimizar a atividade de fiscalização da Adasa.

Foi realizado o estudo da Norma de Referência nº 07/2024, da ANA e de outras normas nacionais e internacionais, sobre prestação e utilização dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

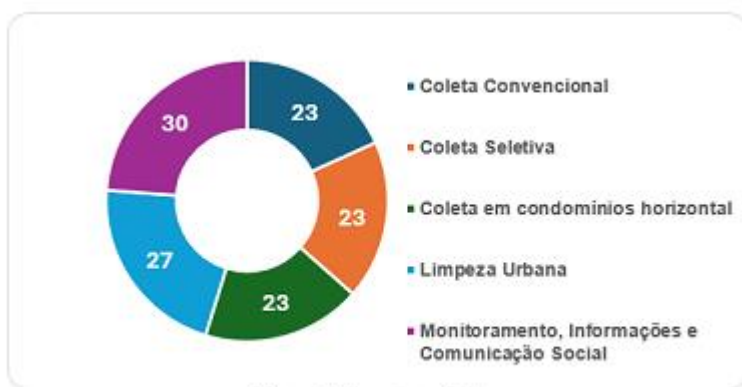
Foi concluída a etapa de tomada de subsídios, que se deu por meio da disponibilização de um formulário eletrônico para ser respondido pelas partes interessadas e da realização, no período de 25/04/2024 a 23/05/2024, de um total de 05 (cinco) workshops presenciais, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Datas e temas dos workshops realizados

Data	Tema
25/04/2024	1. Coleta convencional
30/04/2024	2. Coleta Seletiva
06/05/2024	3. Coleta em condomínios horizontais
16/05/2024	4. Limpeza urbana
23/05/2024	5. Monitoramento e informações sobre os serviços e Comunicação social e atendimento ao usuário

O formulário eletrônico teve 29 (vinte e nove) respondentes e os workshops contaram com um total de 126 (cento e vinte e seis) participações. A Tomada de Subsídios privilegia a participação social na fase inicial dos estudos para subsidiar a elaboração das propostas de alterações da Resolução nº 21/2016. Os resultados da tomada de subsídios foram documentados em relatório e foram divulgados no sítio da Adasa. A figura a seguir apresenta a distribuição das participações nos workshops realizados:

Figura 1 - Nº de participantes nos workshops realizados



Fonte: Elaboração própria.

Por meio da Tomada de Subsídios, a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) obteve informações da sociedade e dos agentes regulados, sobre:

a) principais problemas relacionados aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no DF;



b) alternativas de intervenções regulatórias que poderiam ser utilizadas para sanar ou minimizar determinados problemas; e

c) avaliação da efetividade ou pertinência de alguns dispositivos vigentes da Resolução nº 21/2016.

O relatório desse processo de participação social está disponível no site da Adasa e pode ser acessado clicando no link [Relatório da Tomada de Subsídios para a Revisão da Resolução nº 21/2016](#).

Atualmente, a SRS está elaborando, com base nos subsídios coletados e estudos realizados, a proposta de alteração ou complementação dos dispositivos da Resolução nº 21/2016, visando atender às necessidades atuais do Distrito Federal e às legislações vigentes.

b) Revisão da Resolução Nº 14/2016 – Preços Públicos

Em 2024, foi realizada a revisão da Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos do Distrito Federal.

O projeto foi realizado por meio do trabalho conjunto entre a Superintendência de Resíduos Sólidos - SRS e a Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira - SEF. Coube a SRS, a responsabilidade de revisar e propor melhorias aos capítulos da resolução que dispõe sobre os aspectos técnicos e operacionais.

A minuta de resolução foi objeto de discussão na Audiência Pública nº 10/2024, realizada no dia 14/11/2024. Durante o processo de consulta e audiência pública, a Adasa recebeu diversas contribuições apresentadas pelos atores interessados. Essas contribuições foram analisadas e, quando pertinentes, incorporadas ao texto da minuta de resolução em discussão.

A minuta final da resolução foi submetida à deliberação da Diretoria Colegiada, a qual se manifestou por sua aprovação, resultando na publicação da Resolução nº 43, de 27 de novembro de 2024, que altera a Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal, na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil e dá outras providências.

Entre as inovações, está a inclusão dos resíduos recicláveis, como madeira, no conceito de resíduos segregados. Atualmente, o SLU só considera como resíduos segregados, materiais como concreto, tijolos e solo. A partir da alteração, será possível valorizar uma diversidade maior de materiais que ingressam na Unidade de Recebimento de Entulho - URE, aumentando, portanto, o índice de reciclagem. A medida busca estimular a correta separação de outros materiais, por parte dos geradores de grandes volumes de resíduos da construção civil, como empresas do setor e cidadãos que necessitam alugar contêineres, para descarte de entulho.

Outra mudança significativa é a implementação de um preço público para cargas mistas, que ocorrerá quando o veículo transportar, simultaneamente, uma caçamba com resíduos segregados e outra com resíduos não segregados.

Além disso, a resolução fortalece a responsabilidade ambiental do prestador de serviços, exigindo investimentos em infraestrutura nas unidades de destinação de resíduos sólidos. O objetivo é garantir que, sempre que possível, os materiais sejam reciclados, diminuindo a demanda por novos recursos naturais e incentivando a economia circular. Os produtos reciclados poderão ser comercializados pelo prestador de serviços, gerando novas receitas para o SLU, que serão revertidas em melhorias contínuas dos serviços prestados.

Essas alterações trarão impactos positivos ao garantir uma cobrança de preços públicos mais justos e ao promover benefícios ambientais e à saúde pública. O aumento dos índices de reciclagem, a redução do volume de resíduos enviados para aterros e o prolongamento da vida útil desses aterros, são alguns dos ganhos esperados.



Com essas medidas, o Distrito Federal dá um passo importante rumo ao atendimento das diretrizes da política nacional de resíduos sólidos, demonstrando seu compromisso com a preservação ambiental e com a gestão adequada dos resíduos sólidos.

c) Projeto Acertar Resíduos Sólidos

A Agenda Regulatória 2023-2024, da Adasa, definiu como uma das ações do eixo resíduos sólidos, a elaboração de resolução de auditoria e certificação de informações dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, Projeto Acertar Resíduos Sólidos.

O Projeto Acertar Resíduos Sólidos do Distrito Federal define a metodologia de auditoria e certificação de informações fornecidas pelo Serviços de Limpeza Urbana – SLU, as quais são utilizadas pela Adasa no cálculo dos indicadores estabelecidos no Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS.

O projeto visa estabelecer o nível de confiança e avaliação da exatidão dos dados relacionados aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, identificando os riscos que podem comprometer a qualidade das informações que compõem os indicadores do PDGIRS, garantindo assim, a qualidade e a integridade das informações utilizadas pela agência reguladora no cálculo dos indicadores do Plano.

O Projeto Acertar Resíduos Sólidos foi realizado em etapas estruturadas que incluíram consultas públicas, auditorias, treinamentos e discussões com especialistas e a sociedade, de modo a criarmos uma metodologia robusta e aplicável ao Distrito Federal, de modo a dar transparência e permitir a participação social ao longo de todo o processo.

Em novembro de 2024, a Agência formalizou a aplicação da metodologia, por meio da Resolução nº 43, de 22 de novembro de 2024, https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3262811d29fc4ecabc3c66dab0c73cb3/Resolu_o_43_22_11_2024.html, tornando o Distrito Federal, a primeira Unidade da Federação a adotar um sistema estruturado de certificação para resíduos sólidos.

Também, em novembro de 2024, foi disponibilizado no site da Adasa, o Manual Acertar Resíduos

Sólidos, [https://www.adasa.df.gov.br/images/storage/legislacao/resolucoes_adasa/2024/M anual%20De%20Auditoria%20e%20Certifica%C3%A7%C3%A3o%20Das%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20De%20Limpeza%20Urbana%20\(1\).pdf](https://www.adasa.df.gov.br/images/storage/legislacao/resolucoes_adasa/2024/M anual%20De%20Auditoria%20e%20Certifica%C3%A7%C3%A3o%20Das%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20De%20Limpeza%20Urbana%20(1).pdf), um guia completo para a implementação de auditorias e certificações no setor. Ele detalha critérios de avaliação, procedimentos de coleta de dados, testes de controle e indicadores de desempenho, estabelecendo padrões inéditos para o setor de resíduos sólidos.

A Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR e o então Ministério das Cidades desenvolveram metodologia de auditoria e certificação de informações apenas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, enviadas para o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), conforme Portaria nº 719, de 12 de dezembro de 2018, do referido Ministério. Diante da inexistência de metodologia a ser aplicada às informações do setor dos resíduos sólidos urbanos e da necessidade de melhorias das informações utilizadas para o cálculo dos indicadores do PDGIRS, a Adasa desenvolveu o Projeto Acertar Resíduos Sólidos do Distrito Federal, pioneiro no país, para o setor.

Sabendo que a confiança das informações fornecidas pelo prestador de serviços é essencial para medir a eficiência e a qualidade das atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, com a publicação deste Manual, a Adasa reafirma seu compromisso com a transparência e reforça a missão de promover a regulação e fiscalização eficiente dos serviços públicos ofertados à população, contribuindo para uma gestão pública mais efetiva. Ao promover a implementação do Projeto Acertar, a Agência demonstra, ainda, seu pioneirismo e proatividade no setor de resíduos, na busca por maior eficiência, transparência e sustentabilidade na gestão de resíduos no Distrito Federal.



d) Elaboração de Resolução sobre Diretrizes Regulatórias para o Tratamento de Resíduos Sólidos domiciliares

Os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são constituídos pelas etapas de coleta, transbordo, transporte, triagem e tratamento, bem como da etapa de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos em aterro. Atualmente, apesar de a Adasa já ter publicado resoluções para regular diversas dessas etapas, ainda não dispõe de instrumentos regulatórios que versem sobre as etapas de triagem e tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

O tratamento dos resíduos sólidos é uma exigência da Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), para possibilitar que sejam encaminhados para os aterros apenas os rejeitos, ou seja, resíduos cujo reúso, reciclagem e tratamento biológico ou térmico se mostrem inviáveis. Cabe destacar que, no Distrito Federal, apenas parte dos resíduos coletados pelo prestador de serviços passam por processo de tratamento. Dessa forma, faz-se necessária a realização de estudos para elaboração de diretrizes e padrões de qualidade da prestação desse serviço, para induzir o prestador de serviços a aumentar o índice de tratamento sólido urbano e para que suas operações sejam adequadas, de modo a oferecer mais eficiência técnica, econômica e ambiental no tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

Foi realizado em 2024:

- Estudo das alternativas possíveis para atender a demanda de contratação de consultoria especializada;
- Definição dos produtos a serem contratados;
- Pesquisa de mercado com empresas do ramo;
- Definição de preço de referência para a futura contratação;
- Estudo de análise de riscos do projeto;
- Estudo técnico preliminar, nos moldes exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021; e
- Elaboração de Termo de Referência para licitação, para contratação de empresa para apoiar a Adasa na elaboração dos estudos que subsidiarão a proposta de resolução.

e) Elaboração de Resolução sobre Diretrizes Regulatórias para o Tratamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil, podas e galhadas e volumosos

Em 2023, foi realizada a contratação de consultoria especializada, por meio do Prodoc/Unesco, que resultou no recebimento de 2 produtos: Produto 1 - Documento técnico contendo levantamento bibliográfico e identificação de boas práticas relacionadas ao gerenciamento de resíduos de entulhos, de podas, de volumosos e da construção civil, e o Produto 2 - Documento técnico contendo diagnóstico do gerenciamento de resíduos de entulho, de podas, de volumosos e da construção civil, realizado pelo SLU.

Durante os estudos para elaboração do Produto 2, foi realizada a análise gravimétrica dos resíduos recebidos na Unidade de Recebimento de Entulhos - URE, operada pelo SLU. Esses dados são essenciais para o desenvolvimento dos demais estudos do projeto e foram utilizados pelo SLU para elaboração do projeto da nova URE.

Em janeiro de 2024, o consultor contratado solicitou a rescisão contratual. Após o fim dos trâmites administrativos, para oficializar a rescisão, a SRS procedeu a elaboração de novo Termo de Referência para contratação de consultor a fim de dar prosseguimento nos estudos para propor soluções e diretrizes regulatórias que tenham como objetivo aumentar os índices de valorização dos resíduos de entulhos, de podas, de volumosos e da construção civil, nas unidades operadas pelo poder público do Distrito Federal.

Nesse sentido, em agosto de 2024, no âmbito do Projeto 914BRZ2010, foi publicado o Edital nº 006/2024, para contratação de consultoria. Contudo, após a análise dos currículos recebidos, constatou-se que não havia três candidatos qualificados, conforme exigido pela UNESCO. Desta forma, foi necessário ajustar o Termo de Referência, diminuindo as restrições de qualificação, para ampliar a participação de um maior número de candidatos.



O novo edital (Edital nº 007/2024) foi publicado em novembro de 2024 e o resultado da avaliação foi enviado à Unidade de Gestão do PRODOC/UNESCO, para contratação da consultoria que será responsável pela conclusão dos estudos que subsidiarão à SRS, na elaboração da norma de regulação pretendida.

f) Elaboração do Relatório Avaliação das Metas e Indicadores do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, Ano Base 2023.

A elaboração do relatório de avaliação do PDGIRS possibilita uma análise comparativa do progresso na implementação de ações, projetos e serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em relação às metas estabelecidas no Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS), ao longo dos anos. O relatório fornece informações sobre o cumprimento das metas quantitativas e qualitativas, indicadores de desempenho, ações realizadas e outros aspectos relevantes da gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal.

O processo de elaboração do PDGIRS começou com a solicitação, ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU), de informações sobre a prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O objetivo era de calcular e verificar o cumprimento das metas do plano, referentes ao ano base de 2023. Após o recebimento e análise dos dados quantitativos e qualitativos, foram realizados apontamentos sobre a necessidade de ajustes e/ou confirmações junto ao SLU.

De posse das informações revisadas, foi elaborado o Relatório Final de Avaliação do PDGIRS - Ano Base 2023, que foi disponibilizado ao SLU e aos demais Órgãos interessados para conhecimento, além de ser publicizado através do endereço: https://www.adasa.df.gov.br/images/storage/area_de_atuacao/residuos_solidos_gas_energia/PDGIRS/RelatorioAvaliacao03_2024.pdf. Os resultados diagramados podem ser visualizados no Painel de Informações de Resíduos Sólidos.

g) Termo de Ajustamento de Conduta com o SLU - Adequação de Pontos de Entregas Voluntárias - PEVs

A Adasa realizou, nos anos de 2022 e 2023, fiscalizações nos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), conhecidos como Papa-Entulhos, em Regiões Administrativas do DF. As fiscalizações identificaram irregularidades, resultando na emissão de um Termo de Notificação com prazo para adequações das não conformidades encontradas. Após o término do prazo e atendimentos parciais das determinações, foi concedido ao Serviço de Limpeza Urbana (SLU) prorrogação do prazo para adequação das irregularidades. Uma nova fiscalização constatou a persistência das irregularidades, algumas agravadas. Então, a Adasa recomendou a aplicação de um Auto de Infração ao SLU, devido ao descumprimento das determinações.

O SLU apresentou recurso administrativo, solicitando reconsideração ou a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A Diretoria Colegiada analisou o recurso e autorizou, na 21ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18/12/2024, a celebração do TAC, com prazo de 28 meses para adequação das instalações às normativas da Adasa.

No TAC, foram definidos os seguintes compromissos, a serem cumpridos pelo SLU, para a realização das ações destinadas a adequar a estrutura e logística operacional dos 12 Pontos de Entrega Voluntária, objeto do Termo:

Enviar o plano de trabalho, com a descrição das ações a serem adotadas e respectivos prazos para atendimento das providências determinadas nesta cláusula, indicando a ordem dos PEVs a terem suas obras finalizadas.

Ajustar a logística e frequência de retirada dos resíduos recebidos nos PEVs, objeto deste TAC, conforme a demanda de cada Unidade, evitando acúmulo de resíduos e garantindo a limpeza, conservação e segurança nas Unidades.

Criar mecanismos de registro e controle, de forma a garantir o cumprimento das normas e disposições relativas ao recebimento de resíduos nos PEVs, limitando as cargas ao volume diário de até 1m³ (um metro cúbico) por gerador, conforme previsto na Lei nº 4.704/2011 e no art. 75, da Resolução Adasa nº 21/2016.



Realizar as obras e manutenções necessárias dos PEVs, constantes da Tabelas 1 e 2, desta subcláusula, para adequação das estruturas físicas das Unidades e segurança na operação, executando as seguintes ações:

- a) restaurar a pavimentação das vias de acesso e de trânsito interno dos PEVs e implantar procedimentos, para garantir a conservação das vias;
- b) implantar e manter mecanismos de segurança nas instalações do PEVs, tais como sinalização, iluminação suficiente, barreiras protetoras nas rampas e platôs;
- c) realizar obras para adequar as áreas de manobra no PEV, garantindo espaço suficiente para a circulação segura e manobra eficiente de veículos, durante as operações de descarregamento de resíduos por usuários e retirada de resíduos, pelo SLU;
- d) realizar manutenção ou reforma das estruturas administrativas dos PEVs, conforme necessidade de cada instalação.

A ação demonstra a importância da fiscalização, no tocante ao cumprimento das normas que dizem respeito ao manejo de resíduos sólidos urbanos. O cumprimento do TAC terá um impacto significativo na melhoria da gestão dos PEVs (Papa-entulhos), no Distrito Federal.

h) Ações de Fiscalização Direta e Indireta

A Adasa realiza fiscalizações dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos executados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU. Seu principal objetivo é verificar a conformidade dos serviços prestados com os aspectos técnicos e ambientais estabelecidos nas normas legais e regulamentares. Além disso, a COFR busca garantir a qualidade dos serviços, observando critérios como regularidade, segurança, continuidade, eficiência, cortesia, agilidade, inovação tecnológica e universalidade, aspectos essenciais para a proteção da saúde pública.

Durante as ações fiscalizatórias, que podem ser diretas (inspeções realizadas nas instalações) ou indiretas (análise remota de documentos fornecidos pelo prestador de serviços), os fiscais coletam evidências e informações relevantes, para avaliar as condições de execução do serviço. Essas ações ocorrem de forma programada, ao atender o Plano Anual de Fiscalização - PAF, da Superintendência de Resíduos Sólidos, como também realizando fiscalizações não programadas, sempre que fatos fortuitos acontecerem.

Em 2024, foram emitidos 16 (dezesseis) Termos de Notificação, instrumentos utilizados para comunicar ao prestador de serviços a(s) não conformidade(s) identificada(s) durante as inspeções realizadas. Além disso, houve a aplicação de 1 (um) Auto de Infração e a aprovação de 1 (um) Termo de Ajuste de Conduta - TAC, o qual substituiu o pagamento da multa pecuniária, referente ao Auto de Infração aplicado.

II. ESTUDOS ECONÔMICOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

1. Reajuste Tarifário Anual – RTA/2023 e 4ª Revisão Tarifária Periódica – RTP dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

Anualmente, as tarifas cobradas pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb são reajustadas, porém, a cada 4 anos ocorre uma revisão completa da estrutura de custos, do mercado e dos ativos da Companhia. Em 2024, foram realizados, conjuntamente, o RTA referente a 2023 e a 4ª RTP.

O processo da 4ª RTP foi iniciado, ainda, em outubro de 2023, com a fiscalização da Base de Ativos Regulatória – BAR. O valor da BAR corresponde aos investimentos prudentes, realizados pela Caesb, para prestar os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Esses investimentos são avaliados a preço médio de mercado e ajustados, por meio de índices de aproveitamento. A correta valoração é fundamental para a definição da remuneração adequada para a prestadora e para o estabelecimento de tarifas módicas, para os usuários dos serviços.

A metodologia completa utilizada na 4ª RTP está estabelecida na Resolução nº 31, de 20 de dezembro de 2023, que institui o Manual de Revisão Tarifária - MRT.



Em 15 de abril de 2024, foi realizada a Audiência Pública nº 002/2024, com o objetivo de obter contribuições em relação à minuta de resolução, contendo a proposta de resultados conjuntos do Reajuste Tarifário Anual de 2023 e da 4ª RTP.

Após a análise das contribuições recebidas, o processo foi encaminhado à Diretoria Colegiada da Adasa, que decidiu pela publicação da Resolução nº 36, de 26 de abril de 2024, com vigência das novas tarifas, a partir de 1º de junho, do mesmo ano.

2. Homologação dos preços dos “Outros Serviços Prestados” pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb:

A Resolução nº 14/2011, que estabelece as condições gerais da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, pela Caesb, autoriza a Caesb a cobrar por serviços complementares ou adicionais, por ela realizados, que guardem alguma relação com os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O Módulo XII, do Manual de Revisão Tarifária, dispõe sobre a metodologia de cálculo dos preços, que deve ser utilizada pela Caesb e os resultados devem ser analisados e homologados pela Adasa.

Assim, a Adasa abriu consulta pública no período entre 24 de abril e 16 de maio de 2024, para que os usuários e interessados pudessem colaborar com a minuta de resolução. Após análise das manifestações e decisão da Diretoria Colegiada da Adasa, foi publicada a Resolução nº 38, em 06 de junho de 2024.

3. Adequação das normas referentes à Tarifa Social, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

A Tarifa Social para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário foi instituída pela Adasa, em 2011. Em 2020, houve um ajuste nos critérios, a fim de alcançar um público maior, considerando as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e os condomínios do Programa Morar Bem – Faixa I e, em junho/2024, foi publicada a Lei Federal nº 14.898, que institui diretrizes para a Tarifa Social, em âmbito nacional.

Os critérios estabelecidos pela referida lei, para a concessão da Tarifa Social são: pertencer a família de baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, ou pertencer a família que tenha, entre seus membros, pessoa com deficiência ou idosa (65 anos ou mais) que comprove não possuir meios para sua manutenção e que receba Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Assim, surgiu a necessidade de adequação da Resolução nº 14, de 27 de outubro de 2011, especificamente quanto aos itens que tratam da Tarifa Social.

Em 24 de outubro de 2024, foi realizada a Audiência Pública nº 009/2024, para receber contribuições dos usuários e interessados. Após análise de todas as manifestações, a minuta de resolução foi examinada pela Diretoria Colegiada da Adasa, que decidiu pela publicação da Resolução nº 42, de 08 de novembro de 2024.

4. Revisão dos Preços Públicos cobrados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU:

A Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo SLU, na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos e da construção civil. Tais preços são reajustados anualmente, porém a cada 4 anos passam por revisão, considerando os custos do prestador e a remuneração dos investimentos realizados. Esta revisão foi realizada em 2024.

A Audiência Pública, para receber manifestações à minuta da resolução, foi realizada em 14 de novembro de 2024. Após a análise das contribuições, o processo foi encaminhado à Diretoria Colegiada da Adasa que, após análise e decisão, publicou a Resolução nº 45, de 27 de novembro de 2024, que estabelece os novos preços públicos a vigorarem a partir de 1º de janeiro de 2025.

Concomitante às ações da SEF, a Superintendência de Resíduos Sólidos – SRS realizou revisão de assuntos técnicos, alterados também pela Resolução nº 45/2024.



5. Análise da Prestação Anual de Contas – PAC/2023 da Caesb:

Uma das competências da Agência é analisar a Prestação Anual de Contas da Caesb, referente ao exercício anterior. Assim, em 2024, a SEF analisou a prestação de contas de 2023 - PAC-2023, encaminhada pela Caesb.

A análise foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras, Pareceres dos Auditores e do Conselho Fiscal, decisão do Conselho de Administração sobre as contas, Demonstrativo das Mutações do Ativo Imobilizado e Quadro Demonstrativo dos Empréstimos e Financiamentos, de Curto e Longo Prazos.

Esta atividade é fundamental para o acompanhamento econômico-financeiro da prestação dos serviços.

6. Análise dos Investimentos realizados pelo SLU:

Conforme estabelece a Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU deve destinar, pelo menos, 48% da receita anual obtida pela cobrança do preço público, referente aos serviços de disposição final de resíduos da construção civil não segregados, para investimentos nas instalações operacionais e na realização de estudos técnicos e tecnológicos, que objetivem a melhoria da prestação dos serviços.

Em 2024, a SEF analisou os valores investidos pelo SLU, em 2023, conforme consta da prestação de contas encaminhada pelo prestador.

A análise considerou relatórios originados do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e demais informações encaminhadas pelo SLU.

A atividade é fundamental para verificar o cumprimento da Resolução nº 14/2016.

7. Elaboração de Resolução contendo os procedimentos gerais de fiscalização:

A Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira - SEF participou da elaboração da Resolução nº 35, publicada em 18 de abril de 2024, que estabelece procedimentos gerais para a fiscalização e apuração de infrações dos prestadores dos serviços públicos de saneamento básico, regulados pela Adasa. Foram iniciados os trabalhos para elaboração do Manual de Fiscalização da Adasa.

8. Fiscalizações:

Em 2024, a SEF realizou fiscalizações financeiras e contábeis mensais, como a apuração dos valores de Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – TFS e da Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos – TFU, cobradas pela Adasa.

9. Demais atividades:

Outras atividades fiscalizatórias foram desenvolvidas pela SEF, em 2024:

- Análise de informações para fins de anuência prévia para alienação de ativos e terrenos da concessão;
- Análise da prestação de contas da Caesb, quanto aos recursos investidos no Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PDI;
- Análise da prestação de contas da Caesb, quanto à execução financeira do Plano de Exploração;
- Análise da Prestação de Contas do Conselho de Consumidores de 2023;
- Proposta de valores de multa para a NOVACAP; e
- Atendimento de demandas da Ouvidoria-Adasa.

III. DRENAGEM URBANA

1. Ações Concluídas

a) Revisão do Manual de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do DF: A presente versão do Manual foi necessária para incorporar as mudanças advindas do novo



marco regulatório nacional dos serviços públicos de saneamento básico, introduzida pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, e de outros instrumentos legais, destacando-se o Contrato de Concessão nº 01, de 07 de junho de 2023, entre a Adasa e a Novacap, para a prestação de serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas do Distrito Federal e da Resolução Adasa nº 26, de 17 de agosto de 2023. A revisão do Manual implantou padrões de controle, buscando uma visão de desenvolvimento sustentável no ambiente urbano, incorporando conceitos de sustentabilidade técnica, social, econômica e ambiental, nas ações propostas. Esse conjunto de medidas visa minimizar o desequilíbrio estrutural, do rápido e intenso processo de urbanização e apontar as principais iniciativas, para transformar o manejo de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas do Distrito Federal, fundamentado em soluções baseadas na natureza. Para além disso, o Manual foi estruturado de tal forma que possa também ser utilizado como um texto informativo, por não especialistas do setor e, assim, propiciar a participação dos cidadãos na busca de soluções para os problemas de drenagem urbana, visando à melhoria da qualidade de vida de todos os municípios. Este Manual foi finalizado em março de 2024, na comemoração do Dia Mundial da Água.

b) Resolução nº 40, de 18/07/2024 - Condições Gerais da prestação e utilização de serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no Distrito Federal: Este instrumento legal visa estabelecer disposições gerais relativas à prestação e utilização dos serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, a serem observadas pelo prestador de serviços e usuários, e disciplinar o relacionamento entre estes e, também, entre a Adasa e o prestador de serviços.

c) Acordo de Cooperação Técnica - ACT nº 02/2021, entre Adasa e Novacap: Apoio institucional mútuo no desenvolvimento de projeto da Adasa intitulado “digitalização de cadastro e georreferenciamento do sistema de drenagem urbana do Distrito Federal”, com vistas ao desenvolvimento de sistema de informações geográficas aplicado ao sistema de gestão, do sistema de drenagem de águas pluviais no DF. Todas as obrigações da Adasa foram cumpridas e aguarda-se, pela Novacap, a divulgação do Cadastro Técnico Virtual de Drenagem Urbana do DF.

d) Fiscalizações: Foram realizadas 123 fiscalizações ao longo do ano de 2024, sendo 108 ações programadas e 15 ações não programadas. Nas fiscalizações programadas, foram realizadas 69 ações diretas e 39 ações indiretas. Importante esclarecer que as fiscalizações indiretas contemplaram: locais de alagamentos nas 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal, solicitações e acompanhamentos de contratos da Novacap e obras civis do Drenar DF e verificações de não conformidades, nos sistemas de drenagem urbana, na bacia hidrográfica do rio Melchior.

2. Ações em Andamento em 2025

a) SIMCURB: A rede de monitoramento operada e mantida pela SDU é composta por 40 estações pluviométricas, instaladas de modo a abranger todas as regiões administrativas do DF. Os dados dessas estações são transmitidos, periodicamente, ao SIMCURB. A plataforma foi lançada em 19 de abril de 2023 e pode ser acessada no site da Adasa <Microsoft Power BI>. A concepção do sistema é obter dados de chuvas, transformando-os em informações úteis, para as atividades de planejamento, de projetos, de regulação, e de fiscalização de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas no DF. A partir da plataforma disponível é possível aos usuários acessarem desde informações básicas, como as precipitações diárias captadas pelas estações disponíveis, as informações técnicas, como precipitações mais intensas e período de retorno, parâmetros importantes para avaliação da prestação do serviço. Atualmente, a equipe da SDU realiza manutenção nas referidas estações, como limpeza, ajustes e calibração, e trabalha em parceria com o Serviços de Tecnologia de Informação - STI, para melhorar a interface e a qualidade de disponibilização dos dados recebidos. Este sistema é complementado com 22 pluviógrafos, operados pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB, Universidade de Brasília - UnB e Instituto Brasília Ambiental - IBRAM e ADASA (SRH), objeto do Acordo de Cooperação Técnica 01/2021. A Adasa está em processo de aquisição de 42 conjuntos de pluviógrafos, 30 antenas e 42 placas



de datalogger, a fim de aprimorar e ampliar sua rede em todas as Regiões Administrativas do DF, com foco especial nas áreas mais suscetíveis a alagamentos.

b) Monitoramento de Águas Urbanas: A operação da rede de monitoramento de águas urbanas do Distrito Federal, cujo objetivos são o controle da poluição das águas, a partir da caracterização dos lançamentos de águas pluviais nos corpos receptores, durante o período chuvoso, e a identificação e caracterização de lançamentos irregulares de esgotos sanitários ou outros efluentes, por meio do sistema de drenagem urbana, em período de estiagem. O Plano de Monitoramento de Qualidade de Águas Pluviais está sendo executado por empresa contratada, com periodicidade mensal. Os valores pagos pela Adasa incluem as atividades de coleta de amostras de água, conservação, transporte, análises laboratoriais, emissão de laudos e trâmites administrativos e financeiros.

c) Minuta de Resolução para Diretrizes e para Implantação de Sistema de Recarga Artificial de Aquíferos no Distrito Federal: Estabelece diretrizes para a implantação de sistemas de recarga artificial dos aquíferos, utilizando águas de chuva captadas nas coberturas dos bens imóveis do Distrito Federal. Esta minuta de resolução visa melhorar a disponibilidade da água e fortalecer a gestão dos recursos hídricos, promovendo vantagens ambientais significativas. Com essa iniciativa, a Adasa busca não apenas otimizar o uso desse recurso, mas também garantir que as práticas de manejo hídrico sejam sustentáveis e seguras para o meio ambiente e para a população. Atualmente, está em análise, as contribuições recebidas em audiência pública realizada para posterior apreciação da Diretoria Colegiada da Adasa.

d) Minuta de Resolução para tipificação de infrações para notificações e sanções na prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: A aplicação de sanções é um dos recursos disponíveis para o cumprimento das regras e procedimentos para a adequada prestação do serviço público de drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Assim, compete à Adasa, no âmbito de suas atribuições de fiscalização das instalações e serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais, a apuração de infrações e a aplicação de penalidades. O objetivo desta resolução é regulamentar os procedimentos e a aplicação de penalidades às infrações cometidas contra os regulamentos e contrato de gestão dos serviços públicos de drenagem urbana e manejo de águas pluviais, indicando as obrigações de caráter informativo, de organização dos serviços, de prestação dos serviços, de atendimento aos usuários e, ainda, de caráter regulatório. Atualmente, está em elaboração o texto fundamental para posterior apreciação pela Diretoria Colegiada da Adasa.

3. Ações Propostas para 2025

a) Elaboração de estudos técnicos para desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento da qualidade da água de drenagem e posterior proposição de enquadramento: A temática busca compreender o histórico de dados de águas urbanas, realizado pela Adasa/SDU, observando o padrão de qualidade de águas pluviais provenientes de distintos núcleos urbanos e criar indicadores que possam determinar possíveis contaminações, por exemplo, a presença de esgotos sanitários. O objetivo é melhorar a gestão da qualidade da água de drenagem no Distrito Federal, assegurando que a água destinada a drenagem não contenha contaminantes perigosos e esteja em conformidade com as normas ambientais, diferenciando-a claramente da água de esgoto.

b) Interface entre os serviços de manejo de resíduos sólidos, realizados pelo SLU, e o manejo de águas pluviais, responsabilidade da Novacap, no Distrito Federal: A problemática envolve situações em que não há definição exata de responsabilidades dos prestadores, como, por exemplo, a fronteira entre as funções do SLU e da Novacap, para limpar as margens do lago Paranoá, com resíduos provenientes do escoamento superficial. O objetivo do estudo é identificar e regulamentar as responsabilidades e ações conjuntas necessárias dos prestadores, quando do aporte de resíduos sólidos provenientes do escoamento superficial de áreas urbanas e em corpos hídricos receptores (córregos, rios e lagos).



c) Acompanhamento das ações necessárias previstas na Matriz de Execução anexa ao Contrato de Concessão nº 01/2023, entre Adasa e Novacap: As atividades previstas incluem elaboração de plano de ação, com especificação de ente responsável, prazo e riscos previsíveis e seus pontos de alertas.

IV. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

1. Análise das Realizações:

a) Guia de Conservação de Água em Edificações

Elaborado com base na Resolução nº 005/2022, o guia incentiva práticas de reúso e conservação de água, em edificações. Aborda manutenção preventiva para evitar vazamentos e promover a eficiência hídrica, destacando a captação e o uso da água da chuva em atividades, como irrigação e lavagem. A adoção dessas práticas contribui para a sustentabilidade das edificações e para a preservação dos recursos hídricos, reduzindo impactos ambientais. O guia visa sensibilizar a população e promover mudanças efetivas.

b) Análise de Resultado Regulatório (ARR) sobre Hidrometração Individualizada

A ARR, da Resolução nº 15/2011, sobre hidrometração individualizada, visa avaliar a efetividade dessa norma em condomínios residenciais e mistos. A análise segue cinco etapas: contextualização da regulação, identificação de objetivos, definição do tipo de ARR, análise de dados e discussão dos resultados. A coleta de subsídios envolve concessionárias, entidades representativas e empresas especializadas, permitindo uma revisão detalhada das práticas regulatórias.

c) Projetos de PDI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação):

Três projetos aprovados visam melhorar o tratamento de água e esgoto, monitorar o Lago Paranoá e reduzir perdas hídricas por telemetria. Investimento total de R\$ 3,4 milhões, com conclusão em 2027.

2. Resoluções publicadas:

a) Resolução nº 41/2024: A resolução estabelece diretrizes e indicadores para universalização dos serviços de água e esgoto no Distrito Federal, alinhando-se à Norma ANA nº 8/2024. As metas são 99% de atendimento, com água potável e 90%, com esgotamento sanitário, até 2033. Quatro indicadores (IAA, ICA, IAE e ICE) monitorarão o progresso, considerando áreas urbanas e rurais. Adasa e Titular fiscalizarão o cumprimento das metas, garantindo que o prestador siga o Plano de Saneamento Básico e os contratos.

b) Resolução nº 48/2024: A resolução define diretrizes e procedimentos para a atuação dos caminhões limpa-fossa no DF. Estabelece diretrizes e procedimentos para a execução das atividades realizadas por caminhões limpa-fossa no Distrito Federal e dá outras providências. Entre as principais determinações da norma, destaca-se a criação de um cadastro de empresas, que permitirá o controle do descarte do lodo séptico em locais adequados, além do georreferenciamento dos veículos, ação que contribuirá para prevenir o descarte irregular dos rejeitos no DF. Outra novidade é o aumento de 8 para 10 estações de tratamento autorizadas a receber o lodo de esgoto, além da ampliação do horário de funcionamento das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) Sul e Norte, que passarão a operar das 7h às 19h, para atender à demanda dos transportadores.

3. Projetos Especiais:

a) Visitas técnicas aos sistemas prediais não potáveis: A instalação de sistema de aproveitamento de água pluvial (AAP) e o reúso de águas cinza (RAC) em edificações residenciais foram disciplinados, inicialmente, por meio da Resolução nº 03/2019 e, posteriormente, pela Resolução nº 05/2022, que estabelece diretrizes para o aproveitamento ou reúso de água não potável, em edificações, no Distrito Federal. Visando monitorar a implantação da Resolução, a SAE empreende visitas técnicas em estabelecimentos que possuem sistemas prediais não potáveis.

b) Premiação "Guardião da Água": A partir da vistoria realizada nos sistemas prediais não potáveis, foram selecionados quatro estabelecimentos que se destacaram no atendimento às



diretrizes para utilização destes sistemas, estabelecidos pela Resolução Adasa nº 005/2022, para receberem o prêmio "Guardião da Água", que é concedido pela Adasa desde 2010, a instituições que se destacam na preservação dos recursos hídricos. Desde o ano passado, a premiação é voltada também para sistemas prediais não potáveis em edificações do Distrito Federal, que fazem uso de aproveitamento de água da chuva ou reúso.

Premiados:

Parkshopping; categoria Comercial; uso de águas residuais para uso em torres de resfriamento e jardinagem.

Atacadão Sobradinho; categoria Comercial; uso de água da chuva para descarga sanitária.

Residencial Península, Águas Claras; categoria Residencial; uso de água da chuva para irrigação e lavagem de pisos.

Dataprev, Setor de Autarquias Sul; categoria Pública; uso de água da chuva para descarga sanitária.

4. Relatórios de Fiscalização

Foram produzidos 36 relatórios de fiscalização técnica, emitidos 7 Termos de Notificação e 1 Auto de Infração. Foram fiscalizados os sistemas de abastecimento de água nos programas de produção de água, distribuição de água e manutenção operacional. Os sistemas de esgotamento sanitário foram fiscalizados nos programas de coleta, tratamento e manutenção operacional. Além dessas, existem as fiscalizações eventuais, decorrentes de denúncias e reclamações.

Dentre os relatórios, destacamos:

a) Relatório de monitoramento da qualidade da água: A Adasa realiza o monitoramento do trabalho da Caesb, relativo ao controle da qualidade da água distribuída à população do DF, avaliando a conformidade nos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Como parte deste monitoramento, emitimos um relatório de fiscalização anual, com dados da qualidade da água, nos sistemas de distribuição das RAs.

b) Relatório de monitoramento da eficiência do tratamento das Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs: Este relatório de monitoramento regular objetiva apresentar uma análise dos dados referentes à eficiência de tratamento das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) do Distrito Federal no ano de 2024. Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- calcular a eficiência de remoção mensal e anual do parâmetro DBO, de cada ETE;
- analisar as concentrações médias mensais do parâmetro DBO, das ETEs, de acordo com a literatura;
- calcular a eficiência de remoção mensal e anual, e analisar as concentrações médias mensais dos parâmetros Nitrogênio e Fósforo, nas ETEs, Brasília Norte e Brasília Sul.

c) Qualidade do atendimento

Os Recursos de Revisão chegam à SAE oriundos da Caesb, para tratamento em terceira e última instância administrativa pela Adasa, cuja manifestação técnica envolve os mais variados assuntos. Após analisados, os processos seguem para a apreciação da Diretoria Colegiada da Adasa, que poderá ratificar ou modificar as recomendações da Superintendência. No gráfico abaixo, temos um panorama geral dos processos que chegaram na SAE, até setembro/2024. São 111 processos, desse total 63 (57%) já foram enviados para a apreciação da Diretoria Colegiada e 48 (43%) encontram-se em análise técnica.

V. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A rede de monitoramento fluviométrico e pluviométrico da Adasa é constituída por 55 estações distribuídas no território do Distrito Federal. Essa rede de monitoramento vem sendo estruturada e modernizada, para garantir os usos múltiplos previstos na Política de Recursos Hídricos (Lei nº 2.725/2001), dando continuidade à parceria estabelecida entre a Adasa e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, firmada desde 2018. Em 2021, foi assinado um segundo



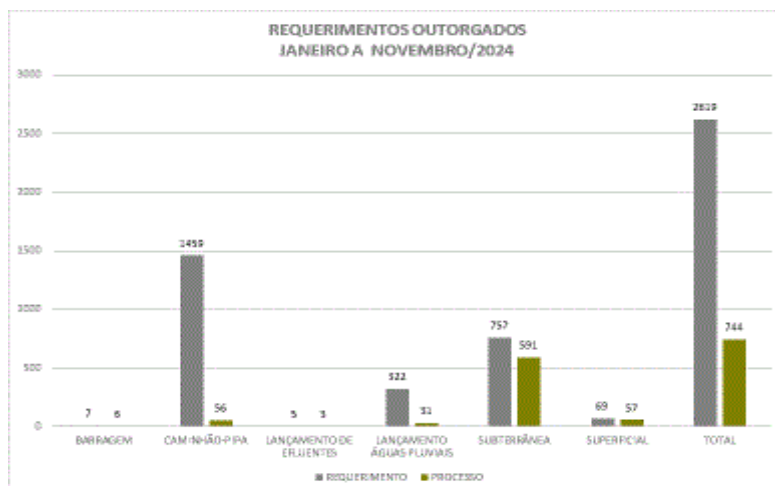
convênio, o qual teve sua vigência até o mês de junho/2023, cujo objeto foi o aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do DF, por meio do monitoramento hidrogeológico e hidrológico e do mapeamento hidrogeológico Distrital. Destaca-se que a CPRM é uma empresa pública de notório saber, atuando há mais de 40 anos na área de hidrologia, com ampla experiência na realização de pesquisas hidrológicas e hidrogeológicas, sendo ainda responsável pela manutenção da rede hidrológica nacional, sob tutela da Agência Nacional de Águas - ANA.

Apesar da experiência exitosa e a expertise do corpo técnico da CPRM, além do interesse na manutenção da parceria, em razão de limitações orçamentárias e de quadro e pessoal, a CPRM viu-se impossibilitada de renovar a parceria com a Adasa, em 2024, nos mesmos moldes pactuados anteriormente. Dessa forma, a SRH elaborou termo de referência para contratação de empresa privada para operação desta rede.

A rede de monitoramento das águas superficiais da Adasa conta com equipamentos que realizam a transmissão de dados em tempo real, o que permite o acompanhamento da variabilidade e da distribuição pluviométrica temporal, no Distrito Federal. Alinhado ao compromisso de modernização da rede de monitoramento para garantir os usos múltiplos previstos na legislação que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Adasa adquiriu novos equipamentos com tecnologia de transmissão aperfeiçoada e manteve a execução do contrato com a empresa responsável pela prestação dos serviços de transmissão dos dados para grande parte das estações telemétricas que compõem a rede da Adasa.

O Distrito Federal vem apresentando também contínuos avanços no monitoramento qualitativo dos seus corpos d'água. O estabelecimento do enquadramento dos corpos hídricos em classes de qualidade segundo os usos preponderantes e a operação de uma rede estruturada de monitoramento da qualidade da água são exemplos dessa busca contínua de aprimoramento. Em 2024, a rede de monitoramento da qualidade da água da Adasa segue sendo operada por empresa especializada. Com isso, os dados e os indicadores da qualidade da água apurados (Índice da Qualidade da Água – IQA, Índice de Estado Trófico – IET e Índice de Conformidade ao Enquadramento – ICE) são constantemente atualizados no SIRH-DF. Atualmente, a rede de monitoramento da qualidade das águas superficiais da Adasa é composta por 80 pontos em ambientes lóticos (córregos e rios), 15 em ambientes lênticos (reservatórios Descoberto, Santa Maria e Paranoá), cuja operação é realizada trimestralmente.

A rede de monitoramento das águas subterrâneas, foi estruturada para abranger a maior parte dos sistemas e subsistemas que compõem a hidrogeologia do Distrito Federal, sendo composta por 42 estações. Cada estação contém um par de poços: um no domínio poroso, com profundidade aproximada de 30 m, e outro no domínio fraturado, com profundidade aproximada de 150 m. Os dados desta rede são analisados e tratados por uma profissional especializada, geóloga, do quadro de servidores da Agência.





Realizações Extraordinárias

A fim de assegurar o acesso à água de qualidade e quantidade adequadas a seus múltiplos usos, de modo a favorecer o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida da população e a proteção e o uso sustentável dos recursos hídricos, a Adasa monitora, por meio de equipamentos de última geração, com transmissão de dados por satélites e equipamentos automatizados em pontos estratégicos, estações hidrometeorológicas de monitoramento de água superficial e subterrâneo, em operação adequada, conforme critérios estabelecidos. Trata-se de um total de 318 pontos, dos quais 179 monitoram a qualidade e 139 monitoram a quantidade de água.

Desde o término do período chuvoso, a Adasa realizou simulações para previsão do comportamento dos reservatórios, com o objetivo de estabelecer as curvas de referência para o ano de 2024. As curvas de referência para o acompanhamento do volume útil dos reservatórios são instrumentos de apoio à gestão de recursos hídricos no Distrito Federal e resultam de estudos hidrológicos baseados na simulação do balanço hídrico dos reservatórios. Essas projeções se baseiam em cenários de afluência, retiradas para captação, evaporação e precipitação direta sobre o espelho do lago. A Resolução nº 39/2024 estabeleceu as curvas de referência para o período de julho a dezembro de 2024, em articulação com o Grupo de Acompanhamento, constituído pela Caesb, Emater, SEAGRI, SEMA, UnB e o Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH Paranaíba-DF. Como nos anos anteriores, as curvas foram projetadas de forma que o volume útil dos reservatórios, ao final de cada mês, assegure a gestão sustentável dos recursos hídricos no Distrito Federal. Asas curvas de referência também consideram o aporte do Sistema Produtor Corumbá IV, tendo a Caesb a obrigatoriedade de operá-lo de forma integrada com os sistemas de captação Descoberto e Santa Maria. Além disso, foram estabelecidas as previsões dos volumes úteis para os reservatórios nos meses de janeiro, março e maio de 2025 (Figura 3). Apesar das incertezas inerentes às simulações realizadas para o início de um novo ano hidrológico (período chuvoso), a inserção dessas previsões na resolução incorpora mais um instrumento de gestão para a garantia da segurança hídrica do DF, oferecendo à população expectativas da recuperação dos reservatórios no próximo ano. Esclarece-se que as previsões para o ano seguinte foram fundamentadas em dados históricos de monitoramento de chuva média, nível e vazão registrados nas estações localizadas nas bacias do Descoberto e Santa Maria. Como as previsões foram fundamentadas na ocorrência de chuvas médias, na resolução há a possibilidade de revisão dos valores de referência para o ano de 2025, caso as previsões para os meses de janeiro, março e maio de 2025 não se confirmem, desde que ouvidos os membros do Grupo de Acompanhamento e deliberação da Diretoria Colegiada da Adasa. Logo, as curvas de acompanhamento do volume útil dos reservatórios são um instrumento de gestão dinâmico, tecnicamente fundamentado e transparente, tendo a sociedade, a oportunidade de se engajar, não somente no uso racional da água em seu cotidiano, mas também, no acompanhamento diário das metas mensais estabelecidas para os reservatórios. Deste modo, a Adasa garante transparência à sociedade sobre a operação dos reservatórios e o controle social, na gestão dos recursos hídricos, no Distrito Federal.

Em dezembro de 2023, foi publicada a Resolução Adasa nº 32/2023, que definiu os níveis de água que devem ser mantidos para assegurar a sustentabilidade quantitativa e qualitativa para os usos múltiplos do Lago Paranoá, em 2024. Segundo o texto, a cota mínima a ser praticada durante o 2024 corresponde a 999,8 metros. O ato normativo autoriza oscilações de no máximo três centímetros abaixo dos níveis previstos para cada dia do ano, desde que a recuperação ocorra em até quatro dias após a data do registro. Caso o volume da água represada suba a patamares acima do estipulado, a CEB Geração pode controlar o nível do lago, seja por meio da abertura das comportas da barragem ou acionando as turbinas de geração de energia. O monitoramento dos níveis e vazões remanescentes do Lago Paranoá é de competência da Adasa e da Companhia Energética de Brasília (CEB Geração S/A). O acompanhamento é feito com base nas informações das estações telemétricas das duas instituições, e na leitura dos níveis registrados na barragem. Ao final do período chuvoso, do segundo semestre do ano, as entidades que compõe o Grupo de Acompanhamento dos Níveis Altimétricos do Lago Paranoá analisam o comportamento do reservatório para definir os níveis



do ano subsequente. O grupo, coordenado pela Adasa, é composto pela Caesb; CEB Geração S/A; Comitê dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF (CBH Paranaíba-DF); Diretoria de Vigilância Ambiental em Saúde (Dival); Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF (Ibram); Marinha do Brasil; Secretaria de Turismo (Setur), Secretaria de Meio Ambiente (Sema); Federação Náutica de Brasília (FNB); Universidade de Brasília (UnB) e Defesa Civil. Com a inclusão, para o ano de 2025, da participação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap.

Por fim, segundo a Lei nº 4.285/2020, compete à Adasa organizar, implantar e gerir o Sistema de Informação de Recursos Hídricos do Distrito Federal – SIRH-DF, integrando-o ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. As informações do SIRH-DF são divulgadas em painéis interativos que permitem, por exemplo, realizar a comparação de séries históricas de chuva e de nível; a emissão de alertas de descumprimento das curvas de referência estabelecidas e o monitoramento dos pontos críticos. No SIRH-DF, os dados e informações sobre os recursos hídricos são divulgados em painéis interativos, atualizados diariamente, mensalmente, trimestralmente e anualmente, a depender do respectivo programa de monitoramento. Dentre os dados e informações publicados, destaca-se o acompanhamento em tempo real da situação dos reservatórios do Distrito Federal (Descoberto, Santa Maria e Paranoá) e de outros mananciais, com atualização diária. Além disso, o SIRH-DF apresenta o acompanhamento da variabilidade e da distribuição temporal e espacial da chuva no território do DF, por meio dos mapas de chuva gerados mensalmente com ferramentas de geoprocessamento.

O SIRH-DF está em constante aprimoramento e seus painéis são continuamente atualizados, elucidando o contínuo compromisso da Adasa com a transparência e o controle social.

VI. PROGRAMAS ESPECIAIS

Programa Adasa na Escola

O Programa Adasa na Escola tem por objetivo sensibilizar alunos e professores quanto ao uso racional da água e quanto à destinação correta dos resíduos sólidos. Proporciona, assim, educação ambiental hídrica e sanitária dos alunos das escolas do Distrito Federal, por meio da apresentação e utilização de recursos didáticos e pedagógicos. Em 2024, o Programa atendeu 28.308 alunos e 1.314 professores, em 79 visitas a escolas, atendendo a meta estipulada no Termo de Cooperação Nº 01/2022 (82901606), entre a Adasa e a Secretaria de Educação do Distrito Federal. A Adasa participou de 12 eventos, sendo dois promovidos pela própria agência: "Caminhada Pelas Águas" realizada no Paque da Cidade, e a "Semana Lago limpo", que ocorreu no Deck Sul do Lago Paranoá. Assim, ao longo de todo o ano de 2024, o Programa Adasa na Escola atendeu mais de 30 mil pessoas, entre visitas a escolas e eventos. Em 2024, o PAE avançou consideravelmente na aquisição de novos materiais para as palestras (projektor, caixa de som, mesa de som, microfones) e para as dinâmicas que desenvolvemos nos eventos (piscina, banners e outros). Também adquirimos copos ecológicos e cadernos de atividades para entrega como brindes, nos eventos e visitas escolares.

Projeto Produtor de Água no Pipiripau

No mês de agosto, do ano de 2024, aconteceu a publicação do Edital de Contratação nº 01/2024/Adasa, o qual trata sobre a contratação de Produtores Rurais visando o Pagamento por Serviços de Proteção de Recursos Hídricos (PPRH), que foi possível pela assinatura do Acordo de Repasse entre a Adasa e a Caesb, durante 5 anos, para o PPRH na Bacia do Ribeirão Pipiripau.

Durante o exercício de 2024, o Projeto contava com 15 (quinze) contratos ativos (assinados em 2022, com vigência de 5 anos). A partir da publicação do referido Edital, ocorreu a assinatura de 26 (vinte e seis) novos contratos com Produtores Rurais da bacia do Ribeirão Pipiripau, totalizando o número de 236 (duzentos e trinta e seis) contratos assinados durante os 12 anos de atuação do Projeto na bacia, garantindo a continuidade das ações do Projeto. Para o próximo ano, estima-se a assinatura de mais 50 (cinquenta) novos contratos.



No mês de novembro/2024, aconteceu a 4ª edição da ação Produtor de Água Mirim. Diferente dos anos anteriores, a ação foi uma parceria entre os Projetos Produtor de Água no Pipiripau e Produtor de Água no Descoberto, e totalizou 800 (oitocentas) mudas de árvores nativas do cerrado plantadas nas propriedades rurais participantes dos Projetos. Durante os 8 (oito) dias de ação, aproximadamente 150 (cento e cinquenta) estudantes de escolas públicas e particulares foram sensibilizados ambientalmente.

Projeto Produtor de Água no Descoberto

O Projeto Produtor de Água no Descoberto foi oficializado em 2019, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, porém ganhou forças nos últimos anos, com maior engajamento dos parceiros. Durante o mês de março ocorreu evento para divulgação do novo edital de contratação do Projeto Produtor de Água no Descoberto, onde ocorreu a assinatura do primeiro contrato de prestação de serviços de proteção aos recursos hídricos na Bacia do Alto Descoberto. Por meio do apoio do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Paranaíba Federal, o Projeto no Descoberto está contanto com uma consultoria para a elaboração dos Projetos Individuais de Propriedade (PIPs), instrumento fundamental para a assinatura dos contratos com os produtores rurais.

Bosque dos Constituintes

Em 2024, realizou-se uma reunião de planejamento e concretização, das seguintes ações: atividade de educação ambiental, com escolas públicas do DF, realização de visita ao Congresso Nacional e, ainda, foi realizado o plantio de mudas nativas do cerrado com alunos de escolas públicas, no Bosque dos Constituintes.

Comitês de Bacias Hidrográficas do DF - CBHs

A Adasa presta apoio administrativo aos CBHs Distritais, por meio da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos (ABHA Gestão de Bacias) e apoio logístico com transporte, salas e afins, para que estes colegiados possam desenvolver seu papel na gestão de recursos hídricos. De forma geral, os Comitês cumpriram suas agendas de 2024, definidas por meio de deliberações que tratam sobre os planos de trabalho de 2024 - plenárias, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas. Neste ano, o DF sediou o 1º Encontro Regional de Comitês de Bacias Hidrográficas do Centro Oeste e os Comitês Distritais e Adasa participaram na organização, nas palestras e com participação de membros no evento. Para o próximo ano, tem-se a perspectiva de uma nova eleição das Diretorias dos três CBHs e o planejamento da implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10599 - PERCENTUAL DE UNIDADES HIDROGRÁFICAS QUE ATENDEM AOS PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE ESTABELECIDOS PELAS RESOLUÇÕES CRH-DF Nº 1 E 2/2014	PERCENTUAL	100,00	01/12/2022	Trimestral	100,00	100,00		X		X		X	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS DA ADASA - SIRH
Justificativa: 2024 - O indicador atendeu a meta estipulada, apesar de influenciado por condições climáticas e pontuais, o trabalho de fiscalização e regulação da Adasa corroboraram para o atendimento da meta. Manutenção da execução das atividades previstas no contrato com a empresa Conágua Ambiental para operação da rede de monitoramento da qualidade da água (Processo SEI nº 0197-0001608/2021-25).													
10600 - TOTAL DE PONTOS ESTRATÉGICOS DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA QUANTIDADE DA ÁGUA, SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS, EM OPERAÇÃO ADEQUADA	UNIDADE	324,00	01/12/2022	Trimestral	320,00	263,00		X		X		X	SISTEMA DE MONITORAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SIRH
Justificativa: 2024 - Execução integral do contrato de monitoramento da qualidade da água (179 pontos) assinado com a empresa Conágua Ambiental (Processo SEI nº 0197-00001608/2021-25). Em fase de tratativas a contratação de empresa e/ou a formalização de parceria com o Serviço Geológico do Brasil - CPRM para operação da rede de monitoramento de quantidade de águas superficiais e subterrâneas.													

Em relação ao indicador 10600 - TOTAL DE PONTOS ESTRATÉGICOS DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA QUANTIDADE DA ÁGUA, SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS, EM OPERAÇÃO ADEQUADA, informamos que, devido a problemas envolvendo furtos e avarias em 6 estações de monitoramento, o índice de referência é de 318 pontos, em operação adequada, e não 324 (a ser atualizado neste ano, no sistema PPA web).



6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	215477,0	215477,0	119112,51	119112,51
8394 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNAP/ADASA-DISTRITO FEDERAL	215477,0	215477,0	119112,51	119112,51
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	215477,00	215477,00	119112,51	119112,51

Programação Orçamentária Realizada

Projeto/Atividade	Ação/Subtítulo	Objetivo	Resultados Alcançados
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	06.421.6217.2426.8394	Assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Adasa, conforme contrato com a FUNAP.	Possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, o contrato celebrado pela Adasa, com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP DF, visa a contratação de reeducandos do sistema prisional para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro, operador de máquina de reprografia, dentre outros. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a ressocialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social. O contrato nº 13/2019 - FUNAP/ADASA prevê a contratação de até 10 (dez) reeducandos. Até o mês de outubro de 2024, o contrato contou com 05 (cinco) reeducandos, exercendo atividades de Auxiliar de Serviços Gerais e Auxiliar Administrativo, porém no mês de dezembro a quantidade foi reduzida para 03 (três) reeducandos.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2300000,0	3000000,0	1758582,32	1758582,32
0048 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	2300000,0	3000000,0	1758582,32	1758582,32
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	366109,0	366109,0	176074,68	171836,67
5360 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	366109,0	366109,0	176074,68	171836,67
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	715743,0	715743,0	424128,15	424128,15
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-BOLSA FINANCEIRA A ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR - ADASA-DISTRITO FEDERAL	715743,0	715743,0	424128,15	424128,15
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3050000,0	3050000,0	2641193,62	2641193,62



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA-DISTRITO FEDERAL	3050000,0	3050000,0	2641193,62	2641193,62
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	23542762,0	19793671,00	17981643,08	17621159,65
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	23542762,0	19793671,00	17981643,08	17621159,65
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2050000,0	2274900,0	1577501,00	954462,73
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS-DISTRITO FEDERAL	2050000,0	2274900,0	1577501,00	954462,73
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1640000,0	1415100,0	1323756,10	1309735,58
2606 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1640000,0	1415100,0	1323756,10	1309735,58
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	566573,0	566573,0	193529,59	193529,59
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SERVIDORES CAPACITADOS/ADASA-DISTRITO FEDERAL	566573,0	566573,0	193529,59	193529,59
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	42327050,0	37844140,0	34958089,63	34903902,83
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADASA-DISTRITO FEDERAL	42327050,0	37844140,0	34958089,63	34903902,83
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	76558237,00	69026236,00	61034498,17	59978531,14

Programação Orçamentária Realizada

Projeto/Atividade	Ação/Subtítulo	Objetivo	Resultados Alcançados
CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DISTRITO FEDERAL	04.122.8210.1984.0048	Realizar ações de construção da sede da Adasa	
CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	04.122.8210.2396.5360	Realizar ações para manutenção e recuperação de prédios próprios	
CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO - BOLSA FINANCEIRA A ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR	04.122.8210.2422.9632	Conceder bolsa estágio a estudantes de nível médio e superior	
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	04.122.8210.8504.9560	Conceder benefícios a servidores da Adasa	
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	04.122.8210.8517.9649	Manter os serviços administrativos da Adasa	
MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS	04.126.8210.1471.0017	Modernizar o sistema de informações da Adasa	



GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	04.126.8210.2557.2606	Gerir a informação e os sistemas de TI da Adasa	
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - SERVIDORES CAPACITADOS	04.128.8210.4088.0014	Capacitar servidores da Adasa	
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	18.122.8210.8502.8730	Remunerar servidores ativos da Adasa	

Em relação à manutenção do Órgão, foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, copeiragem, emissão de passagens aéreas, locação de veículos com motoristas, telefonia, postagem, serviços técnicos de apoio administrativo, manutenção das instalações prediais, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos condicionadores de ar, dentre outros, além da aquisição de materiais permanentes e de consumo necessário ao funcionamento da Agência.

No que concerne ao Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação, a Adasa anunciou o lançamento do aplicativo móvel Adasa.Digital, uma ferramenta inovadora que promete transformar a prestação de serviços públicos no Distrito Federal. Nos últimos anos, a transformação digital tem sido um dos principais motores de inovação e eficiência nos serviços públicos. O Adasa.Digital centraliza diversos serviços em uma única plataforma, acessível através da credencial do gov.br, facilitando o acesso dos cidadãos a informações e serviços essenciais. Principais Funcionalidades do Adasa.Digital: a) Redução da Burocracia: Processos, como a entrega de documentos e requerimentos de outorga prévia subterrânea e cadastramento de perfuradores de poços, podem ser realizados de forma rápida e eficiente; b) Acessibilidade: Disponível 24 horas por dia, sete dias por semana; o aplicativo torna os serviços públicos acessíveis a todos, independentemente da localização geográfica; c) Interatividade: Os usuários podem simular sua conta de água, acessar níveis de reservatórios em tempo real, obter dados sobre chuvas e identificar perfuradores de poços cadastrados; d) Transparência: Notificações push mantêm os cidadãos informados sobre atualizações e novidades, promovendo uma gestão pública mais transparente. Dessa forma, o Adasa.Digital representa um passo significativo na modernização dos serviços públicos, aproximando a Adasa dos cidadãos e tornando a administração pública mais eficiente e acessível. A digitalização dos serviços públicos não é apenas uma tendência, mas uma necessidade para construir uma sociedade mais conectada e informada.

Além disso, o Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação lançou o Sistema de Taxa de Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos por grandes usuários e de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas, com o objetivo de: a) Gerar um banco de dados referente a usuários de recursos hídricos sujeitos a taxa; b) Calcular o valor a ser cobrado; c) Gerar e emitir boletos de pagamento; d) Controlar a arrecadação dos valores pagos.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AGENDA REGULATÓRIA - AR

A Agenda Regulatória consiste em um instrumento de gestão que indica os temas prioritários que podem alterar a relação com o setor regulado ou com os usuários, buscando efetividade no cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos da Agência. Dessa forma, matérias que possam resultar em normativos ou revisão do estoque regulatório (conjunto de normas expedidas) devem integrar a Agenda Regulatória. Isso não significa, entretanto, que apenas matérias que resultarão em uma regulamentação devem ser temas da Agenda, pois os estudos podem indicar outras ações regulatórias que não a normatização. Um conjunto dos assuntos prioritários a serem regulamentados pela Adasa, com um ciclo de vigência de dois anos, tem seus resultados monitorados com o objetivo de aprimorar o marco regulatório na gestão dos recursos hídricos e na qualidade dos serviços públicos regulados, promovendo a transparência e a previsibilidade, tanto para os setores envolvidos, quanto para os cidadãos.



A Agenda Regulatória da Adasa está estruturada em Eixos, Temas e Ações Regulatórias. Conta também com seções destinadas a informar a área técnica responsável pela intervenção e o potencial benefício advindo da ação para o regulado e para a sociedade.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ADASA - PEA

Todo Planejamento Estratégico visa alavancar o alcance de resultados futuros, e foi em 2012, que a Agência deu os primeiros passos rumo ao desafiador Planejamento Estratégico da Adasa - PEA-2012-2020. Seguindo o ciclo de monitoramento e gestão, a Agência realizou a primeira revisão e atualização em 2017, gerando a 2ª versão do seu PEA, redefinindo o horizonte estratégico para 2018-2025. Em 2023, a Adasa iniciou o processo de revisão do PEA, com horizonte estratégico 2025-2032. Desse modo, a Agência busca sempre, com foco no futuro, estabelecer objetivos desafiadores se posicionando adequadamente frente a mudanças dos cenários externo e interno.

O objetivo principal do PEA é dar direcionamento às ações de gestão de Recursos Hídricos visando a qualidade dos serviços públicos regulados. Este configura-se por meio de um Mapa Estratégico e se desdobra em Objetivos Estratégicos e, por sua vez, são medidos por uma carteira de indicadores de desempenho, metas e planos de ação de metas. A mensuração dos resultados alcançados ocorre por meio da avaliação constante desses indicadores e suas respectivas metas e, em consequência, pela verificação do cumprimento da missão institucional e alcance da sua visão de futuro, alinhadas e permeadas pelos valores institucionais e propostas de valor.

O desempenho institucional definido pelo alcance dos resultados planejados ocorre por meio de iniciativas estratégicas que contemplam projetos, ações e processos apontados na Cadeia de Valor da Adasa e no Plano de Gerenciamento Interno – PGI, de cada Unidade Setorial. Desse modo, buscando definir prioridades e metas estratégicas a serem alcançadas, a Adasa vem se empenhando em monitorar constantemente o Planejamento Estratégico, bem como implementar melhorias para que atinja os objetivos estabelecidos.

OUVIDORIA DA ADASA

Reporta-se à Ouvidoria Geral do Distrito Federal e configura informações fundamentais da prestação de contas desta Agência Reguladora. A Ouvidoria atua diretamente com a sociedade, permitindo maior controle social. Desempenha um papel de construção e manutenção do conhecimento e confiança da sociedade sobre os serviços regulados e/ou prestados pela instituição. Procurar ouvir, por seu caráter intrínseco, e responder ao cidadão, estreitando e fortalecendo as relações existentes entre usuários e prestadores. A Ouvidoria da Adasa ainda atua na busca de solucionar os conflitos setoriais e na instrução dos processos que demandem posicionamento final da Diretoria Colegiada. As atividades desenvolvidas pela Ouvidoria podem ser detalhadas em: Recepção da manifestação dos usuários, por meio dos canais de atendimento (presencial, telefônico e eletrônico), sempre procurando atender os usuários da melhor forma, gerando acolhimento e confiança pelo serviço oferecido; Triagem e reclassificação, apenas para fins internos, de manifestação; Requisição de informações aos prestadores de serviços; Verificação e instauração do processo de análise de conflitos setoriais, para garantir o contraditório e a ampla defesa das partes envolvidas, e para se chegar a uma solução justa decorrente da aplicação das normas expedidas pela agência e legislação superior; Consulta às áreas técnicas; e, Realização, divulgação e recepcionamento das contribuições referentes às Audiências e Consultas Públicas realizadas pela Adasa.

Em setembro de 2024, o novo Ouvidor tomou posse para exercer o mandato pelo período de três anos. Ao longo do ano, a unidade finalizou 3.014 atendimentos aos cidadãos, por diversos canais, incluindo sistema, e-mail, telefone e atendimentos presenciais. As manifestações dos cidadãos foram recebidas, prioritariamente, pela plataforma Participa-DF, através dos módulos de Ouvidoria e de Lei de Acesso à Informação. Por meio dessa plataforma, os cidadãos obtiveram respostas finais em um prazo médio de 12 dias. Além disso, a Adasa realizou diversos atendimentos que foram resolvidos de forma imediata, com a entrega direta de informações ao cidadão. Entre as demandas atendidas, 445 foram relacionadas à solução de conflitos entre usuários e prestadores de serviços regulados, sendo a maioria referente



aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A análise desses conflitos pela Ouvidoria ocorre em um processo rigoroso que garante a isonomia no tratamento das partes, o exercício da ampla defesa e do contraditório, bem como o cumprimento das leis protetivas aos usuários e das normas expedidas pela Adasa. Foram registradas 197 denúncias, das quais mais de 90% referem-se ao uso irregular de recursos hídricos. Essas denúncias, recebidas pela SRH, podem ser imediatamente apuradas ou planejadas, garantindo maior eficiência na atuação da equipe de campo. Em 2024, os usuários enviaram 19 elogios, demonstrando satisfação com a atuação da agência e de seus colaboradores. No âmbito do controle social, a Ouvidoria apoiou as unidades técnicas em mais de 19 eventos, incluindo 10 Audiências Públicas e 9 Consultas Públicas.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE DA ADASA

a) Evento Conexão Brasília Museu Aberto: No dia 12 de março de 2024, a Adasa apresentou o projeto do Memorial Internacional da Água - MINA, durante o evento Conexão Brasília Museu Aberto, realizado na Embaixada de Portugal. Os detalhes do complexo arquitetônico, que colocará Brasília na vanguarda das discussões globais sobre os recursos hídricos, foram expostos.

b) Evento alusivo ao Dia Mundial da Água na Adasa: No dia 26 de março, a Adasa celebrou o Dia Mundial da Água com um evento especial em sua sede, onde reconheceu e premiou iniciativas exitosas de escolas que promovem o uso responsável dos recursos hídricos, bem como projetos de reutilização de água em edifícios do Distrito Federal. A escola Classe Sonhém de Cima, localizada na região de Sobradinho, foi a primeira entidade a receber o prestigioso prêmio "Guardião da Água", por seu projeto inovador que envolveu não apenas os estudantes, mas também a comunidade local, em atividades de conscientização e práticas de conservação da água. Em seguida, a Adasa também premiou prédios locais que se destacaram na preservação dos recursos hídricos por meio da prática de reúso de água cinza – proveniente de chuveiros, pias, máquina de lavar e outros processos domésticos – e aproveitamento de água da chuva. Os agraciados foram o DataPrev, o Parkshopping, o edifício Península e o Atacadão Sobradinho. Desde 2010, a Adasa vem homenageando projetos que contribuem para a educação ambiental e a gestão sustentável dos recursos hídricos. Além das premiações, a Superintendência de Drenagem Urbana (SDU) lançou, durante o evento, nova versão do Manual de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do DF, publicação que inclui mudanças decorrentes do novo marco regulatório nacional dos serviços públicos de saneamento básico e agrega conhecimentos técnicos produzidos pela Agência no aprimoramento da gestão da drenagem urbana na região. Por fim, celebrou-se o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Adasa e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF (Brasília Ambiental), visando colaboração mútua para o desenvolvimento de ações na Estação Ecológica de Águas Emendadas - ESEC-AE e seu entorno.

c) Caminhada da Água 2024: No dia 30 de março, a Adasa, em parceria com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), reuniu cerca de 1500 pessoas no Parque da Cidade, para a realização da Caminhada da Água. O evento, que marcou o encerramento das celebrações oficiais, em alusão ao Dia Mundial da Água na capital, teve como objetivo conscientizar a população sobre a preservação e o uso da água e promover uma reflexão sobre os hábitos de consumo dos recursos hídricos. Além da caminhada de 4km, o evento contou com aula de zumba e fit dance; performance teatral do SLU sobre a importância do descarte adequado do lixo; Jogos de tabuleiro e apresentação de uma mini estação de tratamento de água, pela Caesb; contação de histórias narradas por contador de histórias e regulador da Agência, e passatempos como pescaria de lixos, para a destinação correta. O evento contou, ainda, com a presença do 45º Grupamento Bombeiro Militar do Sudoeste, que expôs uma viatura de salvamento e, com a entrega de artigos esportivos doados pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, para projetos esportivos comunitários que participaram da ação. O evento foi realizado com o apoio de várias instituições, incluindo o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), a Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal (SELDF), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (Sema-DF), o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do



Distrito Federal (Brasília Ambiental), o Departamento de Trânsito (Detran-DF) e a Administração Regional do Plano Piloto.

d) Adasa apresenta o projeto MINA, no 10º Fórum Mundial da Água: De 19 a 24 de maio de 2024, Diretores e Superintendentes da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) participaram do 10º Fórum Mundial da Água, realizado em Bali/Indonésia. O evento reuniu mais de 140 países, proporcionando uma plataforma para a troca de experiências, parcerias e acordos de cooperação, que buscam fortalecer a gestão dos recursos hídricos globalmente. No dia 20 de maio, a Adasa apresentou o projeto do Memorial Internacional da Água (MINA), no Pavilhão Latino-Americano, contando com a presença da vice-governadora Celina Leão, representando o Governo do Distrito Federal (GDF).

e) Campanha Dia Mundial da Água: Entre os dias 20 e 31 de março de 2024, a Adasa realizou campanha publicitária, em alusão ao Dia Mundial da Água. Com o tema “De olho nas águas, da fonte até você” a ação, alinhada com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6, da ONU, promoveu práticas de uso sustentável da água entre cidadãos e empresas, incentivando a adoção de comportamentos que contribuam para a conservação dos recursos hídricos e a redução do desperdício, gerando fortalecimento da marca Adasa perante o público geral do Distrito Federal. Os meios de comunicação usados foram redes sociais, TV aberta, rádios e portais regionais.

f) Campanha Aniversário de Brasília: No dia 21 de abril de 2024, foi celebrado o aniversário de 64 anos da Capital Federal, praça de atuação da Agência Reguladora das Águas e do Saneamento Básico. Para tal data, foram veiculadas mídias com o objetivo principal de parabenizar a cidade e destacar a Adasa como peça fundamental no funcionamento eficiente da cidade, no que tange às águas e ao saneamento básico. A campanha foi difundida nas redes sociais da Agência, em blogs Distritais e na Rodoviária do Plano Piloto.

g) Campanha estiagem: Com o objetivo de alertar a população sobre os impactos do desperdício da água e incentivar que o cidadão denuncie irregularidades relacionadas ao uso da água no DF, a Adasa veiculou, entre os dias 10 de junho e 26 de julho de 2024, campanha, que comunicou tais questões de forma impactante para diferentes públicos. Os meios de comunicação utilizados foram redes sociais, TV Aberta, Painéis na Rodoviária do Plano Piloto, blogs Distritais, rádios, telas lotéricas e outdoor

h) Campanha reúso da água: “Um pinga de consciência economiza litros” foi o mote da campanha veiculada pela Adasa, no período de 16 de outubro a 5 de novembro de 2024. O objetivo da ação foi engajar a população do Distrito Federal sobre a importância da adoção de sistemas de reutilização de águas cinzas e promover o uso eficiente dos recursos hídricos. A campanha teve como objetivo, incentivar a implementação de sistemas de tratamento e reúso de águas residuais em grandes edificações, como prédios residenciais e comerciais, além de shoppings e mercados. Os meios de comunicação utilizados foram redes sociais, mídia na Rodoviária, rádios, blogs Distritais e frontlight.

i) Campanha Grandes Usuários de Recursos Hídricos: Diante da necessidade de informar grandes usuários de recursos hídricos, sobre a implantação da Taxa de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos - TFU, para não prestadores de serviços públicos no Distrito Federal e sobre o início da arrecadação, pelo uso de recursos hídricos nas bacias hidrográficas do DF, a Adasa veiculou, entre os dias 14 e 24 de novembro de 2024, a campanha “Eu uso, eu contribuo”. Os meios de comunicação utilizados foram redes sociais, rádio, blogs Distritais e outdoor.

j) Semana Lago Limpo: Nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 2024, a Adasa coordenou as atividades da 12ª Semana Lago Limpo, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA), o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (Funap-DF), a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), a Associação Brasileira de Esportes e Pesca Subaquáticos (DFSUB), o Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal (PMDF Ambiental), a Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade (SEMOB), a Administração



Regional do Plano Piloto (RA-PP) e a Associação de Pesca Esportiva, Subaquática e Conscientização Ambiental do Distrito Federal (ASPSSHARK-DF). O grande evento contou com cerca de 100 voluntários, entre reeducandos, mergulhadores das citadas associações e estudantes da UDF, que retiraram, aproximadamente, 1,6 toneladas de lixo do Lago Paranoá. Também foram realizadas atividades educativas e recreativas promovidas pelo programa Adasa na Escola.

k) XVI Fórum Iberoamericano de Regulação - FIAR 2024: Nos dias 25 e 26 de novembro de 2024, a Adasa, como patrocinadora Ouro do Fórum, participou ativamente do evento, contribuindo com seis painéis técnicos e apresentando o projeto do Memorial Internacional da Água (MINA) e o Guia de Conservação e Gestão da Água a representantes de delegações de 19 países. O evento reuniu especialistas e autoridades internacionais para debater temas relacionados à regulação e à sustentabilidade nos setores de saneamento e recursos hídricos.

l) Adasa sediou as reuniões das Câmaras Técnicas da ABAR: De 27 a 29 de novembro de 2024, a Adasa sediou as reuniões das Câmaras Técnicas (CTs), da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR), para debates e troca de experiências voltadas para o aprimoramento e o futuro da regulação de serviços públicos delegados no Brasil. O evento, dirigido a servidores de agências filiadas à ABAR, contou também com transmissão e participações online. As CTs se reúnem periodicamente e, com o apoio de agências reguladoras associadas à ABAR, localizadas em diferentes cidades do país, consegue abranger um público diverso. Durante o intervalo das reuniões dos grupos técnicos da ABAR, membros da Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto (SAE) da Adasa lançaram o "Guia de Conservação e Gestão da Água em Edificações". Composto por dois volumes, o material enfatiza a importância do uso racional da água como vetor fundamental para a conservação dos recursos hídricos.

m) Ações de Comunicação: A Agência utiliza seus canais de comunicação como ferramentas essenciais para a disseminação de informações públicas e institucionais. As ações de comunicação, veiculadas no site e nas redes sociais da Adasa, são realizadas ao longo do ano e estão diretamente ligadas à produção da Agência, além de dependerem do andamento de programas e projetos que envolvem sua atuação. Além dessas iniciativas, a Agência realiza campanhas publicitárias de utilidade pública e institucionais, organiza eventos técnicos e de conscientização sobre temas regulados, atende às demandas da mídia e envia releases à imprensa. Entre janeiro e julho de 2024, foram realizadas 986 ações de divulgação, com foco no conceito de regulação, no papel e na atuação da Adasa perante o público externo.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As demandas da Adasa têm aumentado a cada ano. Em 2024, em razão do resultado de uma auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, além das ações já previstas, foram incluídos na agenda regulatória outros projetos de normatização determinados pelo TCDF. Com o aumento da demanda, torna-se necessário ampliar a força de trabalho da autarquia.

PERSPECTIVAS PARA 2025:

Para 2025, a Adasa espera cumprir as Políticas, Programas, Projetos e Ações planejadas, no âmbito das novas normas de referência da ANA, do PDGIRS, da Agenda Regulatória Adasa 2025-2026, do Planejamento Estratégico Adasa 2018-2025, do Plano de Gerenciamento Interno (PGI) Adasa 2025; bem como, atingir os objetivos e as metas constantes do Plano Plurianual (PPA) DF 2024-2027, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) DF 2025 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) DF 2025.

Esperamos, ainda, propor diretrizes a serem observadas pelo prestador de serviços públicos, quando da elaboração do Plano de Exploração dos Serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal.



21207 - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB, instituída nos termos da Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei nº 1.996, de 02 de Julho de 1998, a qual cria a estrutura organizacional e de cargos na Fundação, alterada sua denominação por força do art. 6º, inciso VI, do decreto nº 27.591, de 1º de janeiro de 2007, entidade da Administração Indireta, de que trata o art. 7º, inciso I, alínea "f", do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, alterada sua estrutura administrativa, por meio do Decreto nº 37.359, de 24 de maio de 2016, possui Regimento Interno, por meio da Instrução nº 39, de 15 de abril de 2009, aprovado através da Resolução nº 08/2009, do Conselho Deliberativo da entidade. Rege-se pelo Estatuto alterado pela Instrução nº 57, de 13 de setembro de 2016, e pelas disposições legais pertinentes.

De acordo com o artigos 3º e 4º, da Lei nº 1.813/1997, a síntese das competências desta Unidade estão descritas na forma de metas e finalidades, como segue: Tem-se por metas:

I - contribuir para a conservação do patrimônio de biodiversidade do Distrito Federal, por meio da manutenção de programas de conservação e pesquisa in situ e ex situ, em especial nas áreas de cerrado do Distrito Federal e Entorno;

II - produzir, sistematizar e disseminar informações, pesquisas, análises, estudos e projetos de preservação do meio ambiente, em particular sobre a fauna e a flora, para a melhoria do complexo ecológico sob sua guarda;

III - promover a conscientização ecológica dos visitantes, por meio da manutenção de programas interativos de educação ambiental, que permitam o envolvimento e a participação do usuário nas atividades, programas e projetos do Pólo Ecológico de Brasília;

IV - investir na criação e na manutenção de calendário de atividades de lazer destinadas à valorização da cultura e à preservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Tem-se por finalidades:

I - contribuir, pela excelência de seus programas e projetos de conservação, pesquisa, educação e lazer, para o credenciamento de Brasília, como um dos maiores e mais promissores centros de desenvolvimento sustentado do País;

II - alcançar a autosuficiência econômica pela eficiente administração dos recursos materiais do seu patrimônio e pela captação e arrecadação de recursos financeiros a serem utilizados no cumprimento de suas finalidades e objetivos;

III - criar condições objetivas para a sustentabilidade do Polo Ecológico de Brasília, mediante a implementação de política de gestão ambiental moderna, compartilhada e participativa, ancorada no respeito aos princípios éticos e morais que regem a convivência harmoniosa entre o ser humano e a natureza;

IV - contribuir e participar de programas de conservação e pesquisa nacionais e internacionais, estabelecendo convênios e parcerias com prestigiosas instituições científicas e ambientais do Brasil e do exterior;

V - manter intercâmbio com órgãos governamentais incumbidos institucionalmente das questões ambientais, promovendo, sempre que necessário, atos de mútua cooperação;

VI - assegurar o bem-estar dos animais mantidos em cativeiro, bem como da fauna visitante, proporcionando-lhes conforto e cuidado adequado;

VII - incentivar a visitação pública com a oferta de atrações e espaços de qualidade a preços acessíveis a todos os segmentos sociais;



VIII - pesquisar, desenvolver e difundir novas tecnologias e metodologias de manejo e reprodução de animais silvestres em cativeiro e de proteção de seus habitats.

IX. Pesquisar, desenvolver e difundir novas metodologias voltadas à educação ambiental em seus diversos aspectos; e

X. Realizar outras atividades compatíveis com a sua missão.

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília/FJZB é uma instituição socioambiental. Inaugurada no dia 06 de dezembro de 1957, antes mesmo da Capital Federal, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) desenvolve ações com foco na educação ambiental, conservação e preservação da fauna brasileira. Tem o privilégio de ser a primeira instituição ambientalista criada no Distrito Federal. É um órgão da administração indireta vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF (SEMA).

Realiza ações relevantes para o meio ambiente, com foco no trabalho de conservação da fauna e pesquisa, o que contribui para preservação de animais ameaçados de extinção. Quanto ao desenvolvimento científico, o Zoo Brasília trabalha em parceria com entidades renomadas como a Universidade de Brasília (UnB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Instituto Federal de Educação Teológica (IFTB), entre outras.

O Zoológico de Brasília também é palco de grandes atrações, o que o torna mais atrativo durante os finais de semana e feriados, tendo um público visitante de 579.667, no ano de 2023, entre turistas brasileiros e estrangeiros de todas as idades. Nossa missão é manter a FJZB como um centro de excelência voltado para a conservação, pesquisa, educação e lazer.

Possui uma área de 139,75 hectares, que apresenta infraestrutura com prédios administrativos, recintos de animais, hospital veterinário, com uma parte para produção de alimentos dos animais, Museu de Ciências Naturais, Borboletário, área para camping e piquenique, playground, lagos artificiais, áreas arborizadas para passeio e churrasqueira, amplo estacionamento e lanchonetes.

Atualmente, o Zoo Brasília tem um total de 600 animais, sob os seus cuidados, distribuídos entre espécies de aves, répteis e mamíferos. Também pertence ao Zoo uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), conhecido como Santuário de Vida Silvestre, somando 440 hectares, limitando-se ao Aeroporto Internacional JK e a Vila Telebrasília. A FJZB é a responsável pela gestão de todo o complexo ecológico formado pelas áreas citadas.

MISSÃO

Promover o bem-estar animal, a conservação da fauna silvestre e conectar pessoas com a natureza.

VISÃO

Tornar-se referência nacional, no bem-estar animal e na conservação da biodiversidade.

VALORES

Respeito à vida, Consciência socioambiental, Empatia pelos animais, Preservação do Meio Ambiente.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	11	1	13	7	32
Comissionados sem vínculo efetivo	32	11	0	0	43
Requisitados de órgãos do GDF	5	1	0	0	6



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	2	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	13	0	13
Outros - especificar	7	0	168	64	231
Subtotal	55	13	195	73	328
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	2	0	2
Total Geral	55	13	193	73	326

De acordo com a tabela da força de trabalho desta Fundação, seguem as especificações das categorias de trabalho dos 326 (trezentos e vinte e seis) colaboradores em 31/12/2024.

1 - Outros - especificar: (vide observações)

1.1 - 07 (sete) Conselheiros, sendo 04 (quatro) membros titulares dos Conselhos Deliberativo e 3 (três) membros titulares do Conselho Fiscal.

1.2 - 09 (nove) Colaboradores que compõem a Força de trabalho terceirizado, no suporte logístico e manutenção, das demandas meio e fim.

1.3 - 10 (dez) Colaboradores que compõem a Força de trabalho terceirizado no suporte das atividades administrativas, das demandas meio das Unidades Operativas.

1.4. - 09 (nove) Colaboradores que compõem a Força de trabalho terceirizado no suporte das atividades Administrativas, das demandas meio das Unidades Operativas.

1.5. - 01 (um) Colaborador que compõe a Força de trabalho terceirizado no suporte das atividades Administrativas, das demandas no almoxarifado.

1.6. - 48 (quarenta e oito) Colaboradores que compõem a Força de trabalho terceirizado no suporte da limpeza, conservação do extenso Parque Zoológico, nas atividades meio e fim dos cuidados dos próprios e das áreas de visitas públicas.

1.7. - 63 (sessenta e três) Colaboradores que compõem a Força de trabalho terceirizado no suporte de manejo de fauna e de educação ambiental, das atividades fins dos cuidados dos animais abrigados no Parque Zoológico.

1.8. - 68 (sessenta e oito) Colaboradores terceirizados da área de Vigilância, referente a prestação de serviços especializados de segurança patrimonial de vigilância ostensiva, armada e desarmada, diurno e noturno, para atender os próprios desta Fundação, cuja gestão do Contrato é da Secretaria de Estado de Economia, do Poder Executivo Local.

1.9. - 14 (quatorze) Colaboradores terceirizados da área especializada em serviços de brigada contra incêndio e pânico, com alocação de bombeiros civis, além de líder e mestre, em postos diurnos, com fornecimento de materiais, equipamentos e acessórios, para atender a demanda desta Fundação, contratados por intermédio da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF.

1.10 - 09 (nove) Colaboradores terceirizados nas áreas de serviços contínuos de administração, manutenção preventiva, corretiva e serviços eventuais por demanda, nas edificações, áreas abertas, recintos, instalações, equipamentos urbanos e mobiliários, com o



fornecimento de mão-de-obra, materiais, ferramentas, máquinas, equipamentos e transporte de seus funcionários.

1.11 - 01 (um) Servidor afastado, por licença médica.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	309422,0	309422,00	93451,05	93451,05
0001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
6177 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-JARDIM ZOOLOGICO-DISTRITO FEDERAL	299422,0	299422,00	93451,05	93451,05
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	75000,0	86000,0	75000,00	73595,16
9554 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	75000,0	86000,0	75000,00	73595,16
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	350000,0	350000,0	350000,00	230789,90
0019 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	350000,0	350000,0	350000,00	230789,90
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	350000,0	350200,00	228470,64	228470,64
7042 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	350000,0	350200,00	228470,64	228470,64
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20000,0	20000,00	1208,57	1208,57
0023 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FJZB-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,00	1208,57	1208,57
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	300000,0	0,00	0	0
0063 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO--DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	1404422,00	1115622,00	748130,26	627515,32

Programação Orçamentária Realizada

As despesas realizadas com a Ação Orçamentária 6177- EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS – REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – RPV, foram viabilizados pagamentos de execução de sentenças judiciais por meio de Requisição de Pequeno Valor – RPV, movidas em processo judicial pelas Vara de Trabalho de Brasília e Juizado Especial da Fazenda Pública do



DF, referente a reclamações trabalhistas de empresas terceirizadas anteriormente contratadas pela FJZB, no qual foi responsável subsidiariamente e de pagamento de diferenças de licença-prêmio indenizada à servidores aposentados.

Quanto a Ação de FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília, recolheu mensalmente as contribuições tributárias, por meio do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), mais conhecido pela sigla PIS/PASEP.

Na ação orçamentária 9041 de CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA, possibilitou o pagamento da conversão de licença-prêmio em pecúnia a 05 (cinco) servidores pertencentes ao quadro de pessoal desta Fundação, que optaram pelo benefício da aposentadoria no decorrer do exercício de 2024.

A ação de ressarcimentos, indenizações e restituições de pessoal possuem ligação direta com a folha de pagamento dos servidores da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, onde foram destinadas ao pagamento, em especial, de Indenizações Trabalhistas, decorrentes de exonerações/demissões efetuados em: mar: 4,00; abr: 4,00; mai: 12,00; jun: 6,00; jul: 12,00; ago: 6,00; set: 5,00; out: 1,00; nov: 2,00; dez: 2,00.

No que se refere a Ação Orçamentária OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES, foi destinada ao pagamento da multa aplicada na edificação do Museu de Ciências Naturais, da Fundação Zoológico de Brasília, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF e ressarcimento aos servidores que aderiram ao plano odontológico GDF.

Programação Orçamentária não executada

Em relação a Ação Orçamentária 0001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS, não houve demanda de pagamento de execução de sentenças judiciais, considerando necessidade de determinação judicial.

No que tange a CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO, restou pendente de execução, considerando a insuficiência de recursos para pagamentos de despesas relativas à conversão da licença-prêmio em pecúnia, no exercício financeiro de 2024, conforme Ofício Circular nº 25/2024 - SEPLAD/GAB, de 20 de fevereiro de 2024.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	312000,0	312000,00	224887,20	155619,35
0001 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DA FJZB-DISTRITO FEDERAL	312000,0	312000,00	224887,20	155619,35
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	50000,0	50000,00	11755,0	11755,0
8729 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA-FJZB-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,00	11755,0	11755,0
1766 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS - CANDANGOLÂNDIA	1000,0	1000,00	0	0
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	100000,0	100000,00	18426,4	18426,4



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0002 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL-- CANDANGOLÂNDIA	100000,0	100000,00	18426,4	18426,4
2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA	1000,0	41000,00	0	0
0002 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA-DISTRITO FEDERAL	1000,0	41000,00	0	0
2580 - CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1000,0	1000,00	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1000,0	1000,00	0	0
2940 - CONSERVAÇÃO DA FAUNA	20000,0	80000,00	10135,34	10135,34
0001 - CONSERVAÇÃO DA FAUNA-DA FJZB-CANDANGOLÂNDIA	20000,0	80000,00	10135,34	10135,34
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	1200000,0	2876666,00	2864976,74	2864976,74
2583 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	200000,0	2126666,00	2114976,74	2114976,74
2584 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	1000000,0	750000,0	750000,0	750000,0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	190000,0	0,0	0	0
9669 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	190000,0	0,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	100000,0	100000,00	0	0
0160 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FJZB-CANDANGOLÂNDIA	100000,0	100000,00	0	0
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	8650233,0	10729008,00	8029588,09	7302528,69
0002 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	8650233,0	10729008,00	8029588,09	7302528,69
5713 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	1000,0	1000,00	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA - CANDANGOLÂNDIA	1000,0	1000,00	0	0
9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	1000000,0	0,0	0	0
0021 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - FJZB	1000000,0	0,0	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	0	90000,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0048 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETOS DESTINADOS A FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA - FJZB. - DISTRITO FEDERAL	0	90000,0	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	11626233,00	14381674,00	11159768,77	10363441,52

Programação Orçamentária Realizada

A Ação Orçamentária MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO da FJZB, em cumprimento a Instrução nº 88, de 18 de junho de 2008 (Estatuto da FJZB), Instrução nº 39, de 15 de abril de 2009 (Regimento Interno da FJZB), e em conformidade com a Lei nº 4.585, de 13/07/2011, mantém o funcionamento dos Conselhos: Deliberativo e Fiscal, remunerando o quantitativo de 08 (oito) conselheiros através de Jeton, durante o exercício de 2024.

Na Ação Orçamentária Publicidade e Propaganda, de utilidade pública, foram adquiridos materiais de brindes personalizados, em homenagem a comemoração dos 67 anos, da FJZB.

Quanto ao Projeto ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, que tem como objetivo desenvolver a conscientização e sensibilizar sobre a proteção à biodiversidade, como atitudes de cuidado com os biomas nacionais e oferecer entretenimento de qualidade ao público visitante, adquiriu-se material para distribuição no projeto educacional da "Colônia de Feras".

Em relação a CONSERVAÇÃO DA FAUNA, foram realizados pagamentos de anuidade de programas, junto a Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZAB) e pagamento de anuidade da Associação Latino-Americana de Parques Zoológicos e Aquários (ALPZA).

Os recursos da ação ASSISTÊNCIA A ANIMAIS tem como finalidade manter e conservar os animais do plantel da FJZB, por meio da garantia da execução da política pública para conservação, proteção, defesa e bem-estar da fauna silvestre nativa e exótica, mantida sob cuidados humanos. Em média, 574 animais foram assistidos, por meio do contrato de prestação de serviços de suporte de manejo de fauna e de educação ambiental (tratador, Supervisor de Manejo de Fauna, Supervisor de Enriquecimento Ambiental, Supervisor de Educação Ambiental e Supervisor de Condicionamento Animal), com o fornecimento de equipamentos e insumos.

Ocorreram celebrações de contratos de aquisição de bens de gênero alimentícios, além da aquisição de material de consumo, aquisição de medicamentos veterinários; contratação de empresa especializada na realização de análises clínicas e bilhetes de passagens aéreas.

Foram realizadas concessões de suprimentos de fundos para realização da aquisição de medicamentos veterinários, exames laboratoriais, para custear as despesas com o transporte aéreo Brasília - São Paulo, de um exemplar de Babuíno Sagrado (Papio hamadryas), para o Projeto GAP - Santuário de Grandes Primatas de Sorocaba.

As despesas com ação de REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS, que visa a manutenção dos recintos e melhorias para o bem-estar dos animais, foram realizadas através do contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva, e serviços eventuais, por demanda, nas edificações, áreas abertas, recintos, instalações, equipamentos urbanos e mobiliários pertencentes à Fundação Zoológico de Brasília- FJZB, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais, ferramentas, máquinas, equipamentos e transporte de seus funcionários, reformulando e revitalizando os recintos.

A dotação orçamentária destinada a EPI - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS, por meio de Emenda Parlamentar (EP), foi executada por meio de empresa especializada de manutenção preventiva, corretiva, e serviços eventuais por demanda nas edificações, áreas abertas, recintos, instalações, equipamentos urbanos e mobiliários da FJZB, tendo o recurso sido utilizado em sua totalidade.



Programação Orçamentária não executada

Considerando a inexistência de demanda para utilização das Ações Orçamentárias 2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA; 2580 - CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, 5713 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA e 3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS, o orçamento não foi executado no programa do meio ambiente.

O orçamento foi insuficiente para executar a Ação Orçamentária 1766 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS. Não houve demanda, para utilização.

Com relação a Ação Orçamentária TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES, a suplementação da Ação, por meio de Projeto de Lei nº 7.630, de 20 de dezembro de 2024, publicado no DODF nº 244, de 23/12/2024, teve prazo intempestivo de execução.

A Emenda Parlamentar para MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO foi cancelada através da EC nº 57 e da EC nº 59, ao PL 1172/2024, por solicitação de Deputado Distrital.

Visando atender a emenda nº 46, ao PL 1172/2024, a dotação orçamentária de Emenda Parlamentar, para a Ação Orçamentária Aquisição de Equipamentos, foi cancelada.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10575 - VISITAÇÃO ESPONTÂNEA AO ZOO BRASÍLIA	MIL UNIDADES	545,73	01/12/2019	Anual	600,00	512,27		X		X		X	SUAFI/FJZB
Justificativa: 2024 - Durante o exercício de 2024, a Fundação Jardim Zoológicos de Brasília suspendeu o acesso em determinados recintos em virtude de reformas estruturantes, nos espaços destinados a micos, onças, ariranhas e cervídeos. Não menos importante, observamos redução de visitantes nos períodos de seca severa e chuvas torrenciais no Distrito Federal.													
10576 - PÚBLICO ATENDIDO POR PROJETOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ZOO BRASÍLIA.	MIL UNIDADES	100,00	01/12/2019	Anual	120,00	58,33		X		X		X	SUEUP/FJZB
Justificativa: 2024 - Os Projetos Zoo Noturno, Zoo Camping, Zoo Sonho e de visitas ao Museu de Ciências Naturais, tiveram as suas respectivas atividades suspensas durante o exercício de 2024, em virtude de obras nos recintos dos animais, limitações contratuais de monitores terceirizados e suspensões de visitas eventuais por fenômenos naturais de seca severa e chuvas no Distrito Federal.													

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	176850,0	156390,00	156389,48	156388,49
8399 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	176850,0	156390,00	156389,48	156388,49
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	176850,00	156390,00	156389,48	156388,49

Programação Orçamentária Realizada

As despesas com a Ação Orçamentária FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA, tem como objetivo proporcionar oportunidades aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, no seu processo de ressocialização e inserção social, pelo aprendizado de novas práticas profissionais e oferecimento de trabalho remunerado, de prestação de serviços junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, com o objetivo de assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, exercendo atividades de manutenção, conservação, preservação e recuperação de áreas do Parque Zoológico, manutenção mecânica, lavagem e higienização de veículos e máquinas agrícolas.



8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	300000,0	874800,00	808133,19	808133,19
5314 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	300000,0	874800,00	808133,19	808133,19
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	320000,0	320000,00	173537,07	156776,99
0009 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CAPACITAÇÃO DE SERVIDOR DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA/FJZB-DISTRITO FEDERAL	320000,0	320000,00	173537,07	156776,99
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7846814,0	9869814,00	9828821,94	9811574,30
8750 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	7846814,0	9869814,00	9828821,94	9811574,30
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	507389,0	552389,00	543455,83	542466,73
9573 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	507389,0	552389,00	543455,83	542466,73
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4270698,0	7999827,00	7977562,85	7397906,41
0038 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	300000,0	298970,8
9662 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	4270698,0	7699827,00	7677562,85	7098935,61
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	200000,0	86482,00	79100,76	79100,76
5840 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	200000,0	86482,00	79100,76	79100,76
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	50000,0	75200,00	66192,00	56066,78
5171 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	50000,0	75200,00	66192,00	56066,78
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	120000,0	120000,00	77263,68	70654,88



8728 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL - FJZB-DISTRITO FEDERAL	120000,0	120000,00	77263,68	70654,88
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	13614901,00	19898512,00	19554067,32	18922680,04

Programação Orçamentária Realizada

Os recursos orçamentários da Ação Orçamentária CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS foi realizada com aquisição de material de consumo (elétrico, eletrônico, limpeza, higienização, manutenção de bens imóveis), sendo a maioria adquiridos através de Ata de Registro de Preços, da Subsecretaria de Compras Governamentais/SEEC, bem como executou, por meio do contrato de prestação de serviços de empresa especializada de manutenção preventiva, corretiva, e serviços eventuais, por demanda, nas edificações, áreas abertas, recintos, instalações, equipamentos urbanos e mobiliários da FJZB, com melhorias nos espaços, modernização/adequação das instalações.

A Ação Orçamentária CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES teve recursos destinados ao programa de pós-graduação stricto sensu - Mestrado Profissional em Políticas Públicas/MPPP, para 04 (quatro), em conformidade com a Instrução Normativa FJZB nº 276, de 15/12/2022. Houve a capacitação de servidores no 19º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação, inscrições para 47º Congresso da Associação de Zoológicos Aquários do Brasil (AZAB); realização de congresso, cursos e boas práticas de gestão ao Animália Park - SP; Congresso AZAB - PR; e curso em biotecnologia embrionária - MS.

A dotação orçamentária destinada a ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL da Fundação, conta com um quadro de pessoal de 79 (setenta e nove) servidores efetivos e comissionados, considerando as novas nomeações realizadas no decorrer do exercício, associado às reposições salariais dos servidores, em 2024, o que justificou o aumento das despesas orçamentárias.

Com relação a concessão de benefícios aos servidores da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, que consiste em vale transporte, auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio funeral, entre outros, onde também restou o acréscimo das despesas, tendo em vista as nomeações de pessoal (concursado) no exercício de 2024.

As despesas de MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS, englobam gastos com contratação de serviços terceirizados (jardinagem e limpeza, manutenção, transporte e apoio administrativo), serviços de combustível, Neoenergia, Caesb, Correios, locação de cofre inteligente, aquisição de material de consumo: água; expediente, material permanente: ar condicionado e manutenção, por meio de empresa especializada de manutenção preventiva, corretiva, e serviços eventuais por demanda nas edificações, áreas abertas, recintos, instalações, equipamentos urbanos e mobiliários da FJZB.

A dotação orçamentária destinada a MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS, por meio de Emenda Parlamentar (EP), foi executada através do Contrato de Prestação de Serviços de empresa especializada de manutenção preventiva, corretiva e serviços eventuais, por demanda, nas edificações, áreas abertas, recintos, instalações, equipamentos urbanos e mobiliários da FJZB, no qual realizou melhorias em diversos locais do parque.

Na Ação Orçamentária MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, foram adquiridos materiais de informática, de consumo e permanente, para melhorar eficiência dos serviços oferecidos aos usuários da FJZB.

O orçamento disponibilizado para Ação Orçamentária GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO foi executado com as despesas de serviços de locação de impressoras e equipamentos correlatos, e Manutenções preventivas e corretivas referentes à Modernização dos Sistemas de Informação.

A Ação Orçamentária PUBLICIDADE E PROPAGANDA – institucional, viabiliza despesas por intermédio da Casa Civil, para prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PROGRAMAS DE CONSERVAÇÃO E PESQUISA

Durante o último ano de gestão, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília celebrou o nascimento de diversas espécies, além de receber animais de outras instituições, fortalecendo seu compromisso com a conservação e pesquisa. Cada novo nascimento representa um avanço importante para a preservação de espécies ameaçadas, reforçando os esforços do zoológico em proteger a biodiversidade. A chegada de novos animais, em parceria com outros centros de conservação, permite não só a diversificação genética, mas também novas oportunidades de pesquisa e estudo do comportamento e necessidades das espécies.

A FJZB desempenha um papel crucial na conservação de diversas espécies ameaçadas de extinção, participando ativamente de programas de conservação coordenados pela Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZAB) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio dos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas. Esses programas foram construídos para proteger as espécies em seu próprio habitat e, também, garantir que estejam em boas Instituições, comprometidas com a conservação e o bem-estar de cada indivíduo.

ATENDIMENTOS E ASSISTÊNCIA AOS ANIMAIS

Em um ano de gestão, o Hospital Veterinário da FJZB ampliou significativamente seus atendimentos, oferecendo assistência veterinária diária, internações e tratamentos especializados para animais do próprio zoológico e para aqueles apreendidos ou recolhidos pelo Batalhão de Polícia Ambiental e outros órgãos ambientais, bem como pelos Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) do IBRAM e do IBAMA. Com uma equipe altamente qualificada, o hospital tem se destacado pelo atendimento clínico, cirúrgico, laboratorial e de emergência, prestando serviços especializados e eficientes que asseguram o cuidado e recuperação dos animais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A FJZB ampliou significativamente o número de atendimentos em seus projetos de educação ambiental, reforçando um de seus pilares fundamentais. Essas iniciativas são essenciais para conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação e conservação da biodiversidade, promovendo o respeito à fauna e ao meio ambiente. Por meio desses projetos, o zoológico se tornou um espaço de aprendizado e sensibilização para todas as idades.

CURSOS E CAPACITAÇÕES

A FJZB oferece cursos de capacitação na área de manejo, identificação, contenção e resgate de manejo e fauna, para as Polícias Militar, Ambiental, Bombeiros do Distrito Federal, SEMA e outros a fim de contribuir com a capacitação e instrução de agentes ambientais nas suas rotinas de trabalho, visando a proteção e conservação de animais silvestres que pertencem ao nosso cerrado. Está em curso a implementação do Plano de Segurança focado na conservação da biodiversidade e bem-estar animal, seguindo parâmetros estabelecidos pela Associação Mundial de Zoológicos e Aquários (WAZA). Isto implica em ter um Plano de Emergência vigente e ativo, que seja eficiente e que garanta a qualidade e a segurança do trabalho realizado pela instituição.

NOMEAÇÕES

Por muitos anos, a FJZB de Brasília enfrentou desafios significativos, devido à ausência de novas nomeações de servidores, o que deixou o quadro de pessoal defasado e com dificuldades para atender às demandas crescentes. Essa lacuna resultou em sobrecarga para os servidores e comprometeu o desenvolvimento de ações essenciais para o bem-estar dos animais e para a conservação ambiental. Com as novas nomeações realizadas em um ano de gestão, a FJZB finalmente pôde recompor sua equipe, aumentando a capacidade de resposta e aprimorando a qualidade dos serviços prestados.



ESTAGIÁRIOS E VOLUNTÁRIOS

Os voluntários e estagiários desempenham um papel crucial na FJZB, contribuindo para a manutenção do bem-estar dos animais e para a educação ambiental. Através do apoio nas atividades diárias, esses colaboradores ajudam os profissionais do zoológico em tarefas como alimentação, limpeza dos recintos, monitoramento de saúde e assistência em programas de enriquecimento ambiental, que promovem o estímulo físico e mental dos animais. Além disso, esses participantes têm a oportunidade de adquirir experiência prática e conhecimento técnico em manejo e conservação da fauna, ao mesmo tempo em que fortalecem a conexão da comunidade com a preservação da biodiversidade.

FINANCEIRO

A gestão financeira da FJZB sofria com processos antiquados e recursos limitados, dificultando investimentos em infraestrutura e melhorias na experiência do visitante. A nova gestão, atenta a essas necessidades, implementou uma série de avanços para modernizar a administração financeira, priorizando a transparência e a eficiência no uso dos recursos. As iniciativas não apenas tornaram o zoológico mais atrativo e acessível para o público, mas também aumentaram a captação de recursos e possibilitaram maior reinvestimento em ações de conservação e bem-estar animal, beneficiando tanto a instituição quanto seus visitantes.

CONVÊNIOS, ACORDOS E PARCERIAS

Ao longo do último ano de gestão, a FJZB firmou diversos convênios e acordos com universidades, centros de pesquisa e organizações ambientais, fortalecendo sua rede de colaboração. Essas parcerias foram fundamentais para receber estagiários e voluntários, que contribuíram diretamente nas áreas de manejo animal, pesquisa e educação ambiental. Além disso, os acordos ampliaram o alcance dos projetos científicos desenvolvidos no zoológico. Essas colaborações são essenciais para o crescimento institucional, enriquecendo as iniciativas de preservação e promoção da biodiversidade, ao mesmo tempo em que proporcionam uma importante formação prática para os envolvidos.

MENÇÕES NA MÍDIA

O crescimento das menções ao Zoológico de Brasília na imprensa, ao longo do último ano de gestão, destacando picos significativos em períodos de inauguração de novos recintos, chegada de animais e ações de conservação. Esse aumento de visibilidade na imprensa foi fundamental para fortalecer a imagem da instituição, ressaltando suas iniciativas de conservação ambiental e educação, além de atrair mais visitantes e potenciais parceiros. O reconhecimento midiático contribuiu diretamente para a credibilidade do zoológico, reforçando seu papel como referência em bem-estar animal e conservação da fauna.

REDES SOCIAIS

O Instagram da FJZB, ao longo do último ano de gestão, revelou um crescimento significativo em seguidores (191 mil), engajamento e alcance das publicações (2.983.706 milhões). Esse aumento é crucial para a ampliação da presença digital da instituição, permitindo que suas ações, como melhorias estruturais, projetos de conservação e eventos educativos, alcancem um público ainda maior.

REFORMAS E REVITALIZAÇÕES

Ao longo do último ano de gestão, a FJZB realizou diversas reformas e revitalizações focadas, tanto no bem-estar dos animais, quanto na experiência dos visitantes. Os recintos de várias espécies foram reformulados para oferecer ambientes mais adequados, com novas áreas que favorecem o comportamento natural dos animais. Nos espaços comuns, a revitalização incluiu melhorias nas áreas de descanso, pintura e paisagismo do parque, e acessibilidade, tornando o zoológico mais acolhedor e confortável para o público.

1. Construção do novo micário;
2. Revitalização das placas de identificação de recinto;
3. Ativação do tanque das onças-pintadas;
4. Revitalização do recinto das onças-pardas;



5. Revitalização do recinto do cervo-do-pantanal;
6. Reformas e revitalizações;
7. Revitalização do recinto do jacaré-do-pantanal;
8. Pintura do parque;
9. Revitalização da portaria;
10. Faixas de pedestre;
11. Reforma do auditório;
12. Aviário de imersão;
13. Reforma do Museu de Ciências Naturais; e
14. Planejamento estratégico.

TRANSPARÊNCIA

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília foi premiada em 2024, por atingir 100% de Transparência Ativa (ITA). É uma entidade mais acessível, transparente e comprometida com a Lei de Acesso à informação, pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal.



EVIDÊNCIAS DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2024

Animais resgatados das queimadas e recebidos, na FJZB, para tratamento.





Construção do novo micário

ANTES



DEPOIS



Revitalização das placas de identificação de recinto

ANTES





Ativação do tanque das onças-pintadas



Revitalização do recinto das onças-pardas

ANTES



DEPOIS



Revitalização do recinto do cervo-do-pantanal

ANTES



DEPOIS





Revitalização do recinto das ariranhas



Revitalização do recinto do jacaré-do-pantanal



Pintura do parque

ANTES



DEPOIS



Revitalização da portaria

ANTES



DEPOIS





Novas Faixas de pedestre



DIA DAS CRIANÇAS



PROJETOS EDUCACIONAIS



CURSOS MINISTRADOS





4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2024, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília passou por um ano transformador, marcado por importantes avanços e conquistas em diversas áreas. As melhorias estruturais no parque foram uma das prioridades, com manutenções significativas nos recintos dos animais, proporcionando ambientes mais adequados e confortáveis para as espécies. Além disso, as áreas comuns do Jardim Zoológico, como os espaços de lazer e descanso, também foram revitalizadas, oferecendo aos visitantes uma experiência mais agradável e imersiva no contato com a fauna e a natureza.

Um dos marcos da gestão foi a produção de projetos para a construção de novos recintos, visando ampliar a capacidade de acolhimento e bem-estar de espécies de diferentes regiões do mundo. Animais recém-chegados à Fundação Jardim Zoológico, fruto de colaborações com outras instituições, agora contam com instalações modernas e adaptadas às suas necessidades específicas. Esse esforço contínuo reforça o compromisso do Jardim Zoológico de Brasília com a conservação e o cuidado da fauna, além de oferecer uma experiência enriquecedora para os visitantes.

Por meio de parcerias com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Brasília Ambiental e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Jardim Zoológico de Brasília teve atuação destacada na assistência aos animais resgatados e vítimas de atropelamentos, incêndios florestais ou outros crimes ambientais. Após receberem tratamento pelas equipes técnicas e serem submetidos a exames e tratamento, os animais passaram por reabilitação e reintrodução ao habitat natural, quando é possível. Atualmente, há em torno de 30 animais, que não fazem parte do plantel da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, sendo tratados em nosso Hospital Veterinário.

Através dos programas de visitação ao Museu de Ciências Naturais, Colônia de Feras, Zoo Escolar, Zoo Noturno, Zoo Experiência, Zoo em Ação, Zoo Com Vivência, Zoo Acadêmico, Zoo Capacitação e Zoo Ando, levamos um modelo educacional a crianças, jovens, adultos e idosos, inserindo valores de cooperação e cidadania em suas vidas, colaborando com a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento da sociedade.

A presença digital da Fundação Jardim Zoológico de Brasília também se consolidou como uma ferramenta estratégica para ampliar a visibilidade de suas ações e interação com a comunidade do Distrito Federal. O aumento do engajamento nas redes sociais, aliado ao reconhecimento na imprensa, permitiu uma maior disseminação das atividades de conservação, educação ambiental e campanhas de conscientização. Com essa visibilidade, a Fundação Jardim Zoológico fortaleceu sua imagem como uma instituição comprometida com a preservação da biodiversidade, o que resultou em maior apoio e reconhecimento social. Em 2024, alcançamos um aumento significativo de seguidores no Instagram (191 mil), bem como recorde de impressões (2.983.706 milhões), refletindo o impacto positivo do trabalho da Assessoria de Comunicação, na ampliação do alcance digital e na promoção da nossa missão institucional. Já nas mídias tradicionais, foram registradas 235 menções em portais de notícias e emissoras de televisão, entre janeiro e dezembro. Os resultados alcançados demonstram o sucesso das ações implementadas e reafirmam a importância de uma comunicação eficaz e inovadora.

Encerramos o exercício de 2024, com a certeza de que cada conquista foi essencial para consolidar o papel do Jardim Zoológico de Brasília, como um centro de referência em conservação e educação ambiental. A ampliação de parcerias com universidades e organizações de preservação ambiental, aliada à captação de recursos, possibilitou o desenvolvimento de novos projetos e ampliou nossa capacidade de atuação. Seguimos motivados para enfrentar os desafios que estão por vir no exercício de 2025, certos de que o



compromisso com o bem-estar animal, a educação ambiental e a preservação da fauna seguirão norteando nossas ações. É TEMPO DE AÇÃO!

PLANO DE INVESTIMENTOS 2025

Estamos empenhados em fortalecer o papel fundamental da Fundação Jardim Zoológico de Brasília em nossa sociedade. Com esse objetivo, aprimoramos nossos programas existentes e introduzimos novas iniciativas, que representam nosso compromisso em oferecer experiências enriquecedoras aos nossos visitantes, nos próximos anos. O plano de investimentos inclui todas as possíveis adequações, ampliações, reformas e construções de novos espaços e recintos. Foi elaborado para transformar a FJZB em um modelo que priorize o bem-estar, conforto e qualidade de vida dos animais, assim como a experiência dos visitantes.

1. REFORMAR/READEQUAR OS RECINTOS DA GALERIA ÁFRICA;
2. NOVAS FAIXAS DE PEDESTRES;
3. REFORMAR/READEQUAR AS CALÇADAS EXISTENTES PARA ACESSIBILIDADE;
4. CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE GRANDES FELINOS PARA QUE SEJA POSSÍVEL RECEBER NOVOS ANIMAIS;
5. CONSTRUIR ESPAÇO ONDE OS VISITANTES PODERÃO TER UM PASSEIO DE IMERSÃO;
6. REFORMA DOS BANHEIROS EXISTENTES E CONSTRUÇÃO DE NOVOS COM ACESSIBILIDADE;
7. CONSTRUIR NOVO ESPAÇO ONDE SERÃO FEITOS OS EXAMES DOS ANIMAIS DO PLANTEL E DOS QUE SÃO TRAZIDOS PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS PARA TRATAMENTO;
8. CONSTRUIR O ESPAÇO ONDE SÃO PREPARADAS AS DIETAS DOS ANIMAIS;
9. CONTRUIR UM ESPAÇO ADEQUADO PARA QUE O ZOOLOGICO POSSA MANTER ANIMAIS NA QUARENTENA ANTES DE INCLUIR NO PLANTEL;
10. CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA NA ENTRADA DO ZOOLOGICO, CONTANTO COM BANHEIROS, RESTAURANTES E LOJAS, PROPORCIONANDO COMODIDADE E FACILIDADES AOS VISITANTES DURANTE O PASSEIO;
11. CONSTRUÇÃO DO RECINTO DO RECINTO DO RINOCERONTE PARA ADEQUAR O ESPAÇO E PROPORCIONAR MAIOR QUALIDADE DE VIDA AO ANIMAL;
12. CONSTRUÇÃO DO RECINTO DOS BABUÍNOS, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE MAIS ENRIQUECEDOR E ADEQUADO ÀS NECESSIDADES NATURAIS DESSES PRIMATAS;
13. RESTAURAÇÃO DA PORTARIA CENTRAL, MELHORANDO O FLUXO DOS VISITANTES, COM AMPLIAÇÃO DE GUICHÊS E POSSIBILIDADE DE AUTOMATIZAÇÃO;
14. REFORMA DA SEDE ADMINISTRATIVA PARA MELHORAR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS. A INICIATIVA VISA MODERNIZAR AS INSTALAÇÕES, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE DE TRABALHO MAIS FUNCIONAL E ADEQUADO ÀS NECESSIDADES DOS FUNCIONÁRIOS, O QUE, POR SUA VEZ, CONTRIBUIRÁ PARA A MELHORIA DOS CUIDADOS COM OS ANIMAIS E DAS EXPERIÊNCIAS OFERECIDAS AOS VISITANTES;
15. AQUISIÇÃO DE, MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS, CONTRIBUINDO PARA SUA SAÚDE E BEMESTAR NO AMBIENTE LABORAL;
16. LIMPEZA DOS LAGOS, DESASSOREAMENTO E CRIAÇÃO DE SISTEMA HIDROSSANITÁRIO DOS RECINTOS. ESSES PROJETOS SERÃO ELABORADOS EM CONJUNTO, UMA VEZ QUE ESTÃO INTERLIGADOS;
17. AMPLIAÇÃO DO MUSEU E ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO COM O INTUITO DE MELHORAR O FLUXO DOS VISITANTES E AUMENTAR O NÚMERO DE ANIMAIS EXPOSTOS;



18. CERCAMENTO DOS LAGOS, APRIMORANDO A SEGURANÇA E A CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL DOS ANIMAIS;
19. CONSTRUÇÃO DO RECINTO DOS CANÍDEOS;
20. CONSTRUÇÃO DO RECINTO DOS PEQUENOS FELINOS;
21. REFORMA DO ESPAÇO ÁGUA;
22. REFORMA DO AVIÁRIO;
23. REFORMA DO RECINTO DOS HERBÍVOROS;
24. REFORMA DO MICÁRIO;
25. REFORMA DO RECINTO DOS CATETOS;
26. CONSTRUÇÃO DO RECINTO DOS RÉPTEIS E ANFÍBIOS;
27. MANUTENÇÃO DA CERCA EXTERNA;
28. MANUTENÇÃO DA CASA DE CRIAÇÃO;
29. MANUTENÇÃO DO BORBOLETÁRIO;
30. MANUTENÇÃO DO RECINTO DO JACARÉ;
31. AUTOMATIZAÇÃO DA BILHETERIA;
32. REALIZAÇÃO DO 48º CONGRESSO DA AZAB – ASSOCIAÇÃO DE ZOOLOGICOS E AQUÁRIOS DO BRASIL, QUE VISA CONGREGAR ESPECIALISTAS, PESQUISADORES E INTERESSADOS EM CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE, PROPORCIONANDO UM ESPAÇO VITAL PARA A DISSEMINAÇÃO DE IDEIAS, DEBATES SOBRE AS MELHORES PRÁTICAS DE MANEJO ANIMAL, CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS E DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE;
33. REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL. ESTA MEDIDA BUSCA TORNAR O PLANO SALARIAL MAIS COMPETITIVO, APROXIMANDO-SE OU EQUIPARANDO-SE AO QUADRO REMUNERATÓRIO DA INICIATIVA PRIVADA. NOS ÚLTIMOS MESES, PERDEMOS ALGUNS FUNCIONÁRIOS ALTAMENTE QUALIFICADOS, DEVIDO A REMUNERAÇÃO RELATIVAMENTE BAIXA OFERECIDA PELA FUNDAÇÃO. ESSES PROFISSIONAIS ERAM RECONHECIDOS NACIONALMENTE EM SUAS RESPECTIVAS ÁREAS DE FORMAÇÃO. COM O PASSAR DOS ANOS, A FJZB TEM ENFRENTADO UMA CRESCENTE PERDA DE CARGOS, E AO COMPARAR AS NOMENCLATURAS E VALORES DE SALÁRIOS COM OUTROS ÓRGÃOS, IDENTIFICAMOS UMA DEFASAGEM SIGNIFICATIVA.



21208 - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental foi criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, publicada no DODF em 30 de maio de 2007. A atual estrutura do Brasília Ambiental foi estabelecida pelo Decreto nº 41.602, de 15 de dezembro de 2020. O Decreto nº 39.558, de 20 de dezembro de 2018, que revogou o Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007, aprovou o Regimento Interno do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

O Instituto Brasília Ambiental é uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, que tem por finalidades executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal e controlar e fiscalizar, com poder de polícia, o manejo dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal, bem como toda e qualquer atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos, de acordo com o disposto no artigo 2º, de sua Lei de criação.

Para alcançar suas finalidades, o artigo 3º, da Lei nº 3.984/2007, estabeleceu as seguintes competências:

- I - Propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;
- II - Definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais;
- III - Propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;
- IV - Propor a definição e executar o controle do zoneamento ambiental e do zoneamento ecológico e econômico;
 - Proceder à avaliação de impactos ambientais;
 - Promover o licenciamento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados, efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;
 - Propor a criação e promover a gestão das unidades de conservação, parques e outras áreas protegidas;
 - Implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de recursos hídricos;
 - Fiscalizar e aplicar penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou à correção da degradação ambiental;
 - Planejar e desenvolver programas de educação ambiental;
 - Promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético de representatividade ecológica do Distrito Federal;
 - Disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, bem como o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;
 - Regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização e utilização de substâncias químicas em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;
- Promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas e ao extrativismo;
- Aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;
- Monitorar, prevenir e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;
- Julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;
- Fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente;
- Promover e executar atividades afins e correlatas, necessárias à plena consecução de sua finalidade.

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	35	59	89	155	338
Comissionados sem vínculo efetivo	76	0	0	0	76
Requisitados de órgãos do GDF	3	0	5	5	13
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	72	72
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	10	12	0	0	22
Outros - especificar	0	0	8	20	28
Subtotal	124	71	102	252	549
(-) Cedidos para outros órgãos	9	15	0	0	24
Total Geral	115	56	102	252	525

A força de trabalho apresentada demonstra um aumento de 11% em relação ao ano de 2023. No entanto, a variação revelada corresponde apenas à ampliação no quantitativo de estagiários e na mão de obra terceirizada para apoio operacional, contratada para o período. A quantidade de comissionados sem vínculo permaneceu estável, enquanto o montante de servidores efetivos sofreu uma queda de 3%.

A contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra de apoio operacional foi de grande valia, porém, não supriu a necessidade de ampliação do quadro de servidores efetivos, dada a exigência de que a força de trabalho tenha a qualificação devida para o desempenho das atribuições institucionais. Nesse sentido, permanecem as queixas de boa parte das unidades orgânicas acerca da necessidade de incremento no quadro de servidores. Ainda assim, destaca-se que foi realizado o concurso para provimento de vagas para o cargo



de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas - Controle Ambiental e a expectativa é que 50 aprovados entrem em exercício já no início de 2025. Dessa forma, permanece indispensável a realização de novos concursos para as demais carreiras - Atividades do Meio Ambiente e Planejamento Urbano e Infraestrutura.

Por fim, destaca-se que, como nos demais anos, houve a contratação simplificada de 150 brigadistas florestais temporários para atuação na prevenção e no combate aos incêndios florestais nas unidades de conservação. Todavia, tal informação não compôs a tabela da força de trabalho, uma vez que os contratos expiraram em 30/11/2024.

*Na tabela, na coluna Outros especificar corresponde a: apoio operacional terceirizado.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	30000,0	55000,0	21538,88	21538,88
0008 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	30000,0	55000,0	21538,88	21538,88
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	960894,0	1435894,0	1435894,00	1145762,77
9556 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	960894,0	1435894,0	1435894,00	1145762,77
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	799988,0	527567,00	507231,16	507231,16
0020 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	799988,0	527567,00	507231,16	507231,16
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	700000,0	838402,00	643076,20	610965,89
7043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	700000,0	838402,00	643076,20	610965,89
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3615000,0	2532351,00	2427058,16	2088958,16
0021 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	3615000,0	2532351,00	2427058,16	2088958,16
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	6105882,00	5389214,00	5034798,40	4374456,86

Programação Orçamentária Executada

Execução de Sentença Judicial

O Brasília Ambiental emitiu um total de 190 Manifestações e Pareceres, em resposta às consultas jurídicas encaminhadas pelas unidades deste Instituto. No mesmo período, foi expedido um total de 978 ofícios, em atendimento aos pedidos de informações e providências formulados pelos órgãos de controle e provenientes do Poder Judiciário, na forma abaixo especificada:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Tabela 1: Atendimento aos pedidos de informações e providências formulados pelos órgãos de controle e provenientes do Poder Judiciário.

Mês	PGDF	TJs	MPDFT	MPF	MPT	Outros	Total
jan	22	06	38	7	02	02	77
fev	24	08	50	04	02	07	95
mar	29	12	45	06	0	10	102
abr	20	07	22	01	0	07	57
mai	42	11	73	06	0	12	144
jun	27	05	60	02	0	04	98
jul	38	09	55	0	0	01	103
ago	26	08	68	0	0	08	110
set	29	08	48	03	0	04	92
out	24	07	0	0	01	05	37
nov	20	08	01	0	0	02	31
dez	23	08	0	0	0	01	32
total	324	97	460	29	05	63	978

No exercício 2024, no Programa Operações Especiais, por meio das ações/subtítulos 9033.9556, 9041.0020, 9060.7043 e 9093.0021, foram realizadas despesas com conversão de licença-prêmio, ressarcimentos, indenizações de pessoal, bem como, outros ressarcimentos, indenizações e restituições.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	10714,0	10714,0	10714,0
0189 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	0	10714,0	10714,0	10714,0
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	145000,0	190258,00	184052,83	183217,39
0001 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- DF ENTORNO	145000,0	190258,00	184052,83	183217,39
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	2914000,0	1879980,00	1653981,80	1485807,49
0001 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	2914000,0	1879980,00	1653981,80	1485807,49
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	650000,0	184140,00	184139,97	184139,97



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	500000,0	184140,00	184139,97	184139,97
2264 - PARQUE EDUCADOR	150000,0	0,0	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	750000,0	500000,0	500000,0	300000,0
0309 - Apoio a projetos sociais ambientais no Distrito Federal	750000,0	500000,0	500000,0	300000,0
9121 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS (EP)	0	150000,0	150000,0	30000,0
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,0	30000,0
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	215002,0	0,0	0	0
0002 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	215002,0	0,0	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	800000,0	389155,00	10633,49	10633,49
0002 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	800000,0	389155,00	10633,49	10633,49
2535 - GESTÃO DA FAUNA	50000,0	37660,0	37659,30	37659,30
0001 - GESTÃO DA FAUNA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	50000,0	37660,0	37659,30	37659,30
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	349000,0	0,0	0	0
0025 - PROMOVER SERVIÇO MÉDICO VETERINÁRIO DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS	349000,0	0,0	0	0
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	300000,0	23502,0	23501,13	23501,13
0002 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	300000,0	23502,0	23501,13	23501,13
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	15000,0	327553,00	67552,18	67552,18
0002 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	15000,0	327553,00	67552,18	67552,18
9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	2200000,0	2200000,0	2200000,00	2200000,00
0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	2200000,0	2200000,0	2200000,00	2200000,00



2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS	12000,0	46543,0	0	0
0001 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	12000,0	46543,0	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	8400002,00	5939505,00	5022234,70	4533224,95

Programação Orçamentária Executada:

REALIZAÇÃO DE EVENTOS

Durante o exercício houve a contratação de serviços de buffet para os eventos internos diversos que estavam programados (Semana da Saúde, curso e outros.), promovendo a integração e a comunicação institucional, tanto com a realização de ações voltadas aos servidores, quanto a outras instituições e à comunidade.

PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

No ano de 2024, houve a contratação simplificada de 150 brigadistas florestais temporários, para atuação na prevenção e no combate aos incêndios florestais, nas unidades de conservação. Aquisição de equipamentos, para combate a incêndios florestais (100 mochilas flexíveis anti-incêndios; 20 mochilas rígidas anti-incêndios; 26 sopradores anti-incêndios; 16 calças de proteção frontal, para motosserristas; 16 capacetes de proteção, com viseira e protetor auricular, para motosserristas). Encaminhamento do PL para a contratação de brigada ao longo do ano, de forma prolongada, por dois anos ou mais. Levantamento e análise das áreas queimadas, no âmbito do Programa de Monitoramento de áreas Queimadas nos Parques e Unidades de Conservação do IBRAM – PROMAQ. Em 2024, foram levantadas no PROMAQ, um total de 583 (quinhentos e oitenta e três) ocorrências de incêndios florestais, correspondentes a área queimada de 2.754,49 ha, em 58 (cinquenta e oito) Parques e UC's.

MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Durante o ano de 2024, foram atendidas as demandas por manutenção nas Unidades de Conservação, incluindo reparos nas redes hidráulicas, elétricas e intervenções diversas nas edificações e equipamentos de uso público. Além dessas medidas rotineiras, destacam-se as seguintes ações:

- Revitalização e manutenção no Parque Ecológico Riacho Fundo, Parque Ecológico Águas Claras e Parque Ecológico Saburo Onoyama, no âmbito do Projeto Reviva Parques;
- Mutirão de limpeza/poda, com o apoio de agentes de Unidades de Conservação, voluntários e brigadistas nos seguintes parques: Parque Distrital das Copaíbas, Parque Ecológico Península Sul e Anfiteatro Natural do Lago Sul, Parque Ecológico Ezequias Heringer, Parque Ecológico Veredinha, Parque Ecológico Burle Marx, Parque Ecológico Sucupira, Parque Ecológico Lago Norte, Parque Ecológico Tororó e Parque Distrital Salto do Tororó, Parque Distrital Pequizeiros, Parque Distrital Boca da Mata, Parque Distrital Bernardo Sayão;
- Aquisição de 13 nobreaks para as UCs e rede da GDFnet;
- Aquisição de microondas, gerador de energia, bebedouros, ferramentas e demais itens para os parques;
- Recebimento de R\$ 70.231,39, convertidos em diversos bens, por conta das medidas alternativas;
- Recebimento de 78 prestadores de medidas alternativas;
- Recebimento de poços artesianos, com caixas d'água para os parques do Areal e Olhos d'água;
- Cercamento das seguintes unidades de conservação: Parque Distrital Bernardo Sayão, Parque Ecológico do Gama (iniciado), Parque Ecológico Veredinha (iniciado), Parque Ecológico Saburo Onoyama (iniciado), Parque Ecológico Lago Norte;
- Parque Bernardo Sayão - sede e guarita em fase de finalização;



- Parque Ecológico Burle Marx - Iluminação das ilhas em estágio final.



Ações cujo impacto foi refletido diretamente na sociedade, seja na apresentação de resultados ou na busca da melhora contínua da gestão das Unidades de Conservação, geridas pelo Brasília Ambiental:

- Criação do Monumento Natural da Pedra Fundamental;
- Publicação do Plano de Manejo da ARIE do Córrego Mato Grande;
- Publicação da revisão do zoneamento ambiental do Parque Ecológico Burle Marx;
- Publicação da poligonal do Parque Ecológico Jequitibás;
- Decreto que regulamenta a criação de RPPNs e servidão ambiental na APA do São Bartolomeu;
- Hospital da Fauna Silvestre;
- Rede de monitoramento da qualidade da água em unidades de conservação;
- Cercamentos de Unidades de Conservação: Parque Distrital Bernardo Sayão, Parque Ecológico do Gama (iniciado), Parque Ecológico Veredinha (iniciado), Parque Ecológico Saburo Onoyama e Parque Ecológico Lago Norte;
- Realização da 1ª Conferência Distrital de Unidades de Conservação (estimativa de 340 participantes, destes 250 presenciais);
- 5 apresentações de temas relacionados à gestão de Unidades de Conservação e biodiversidade na ação "Compartilhando Saberes";
- Seminário em comemoração ao dia nacional das RPPNs;
- Reunião aberta em Samambaia para tratar dos usos do Parque Ecológico Três Meninas;



- Cursos de capacitação do projeto Reconexão Cerrado de plantas medicinais e dendrologia do Cerrado;
- Consulta Pública da IN de Animais Exóticos e Regulamentação da Criação de Fauna Exótica em andamento;
- Lançamento do livro "Ezechias Heringer";
- Curso Socioambiental para medidas alternativas do MPDFT.

Normatizações:

- Instrução Normativa 23, de 09 de setembro de 2024 - Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão dos planos de manejo integrado do fogo de Unidades de Conservação, geridas pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - BRASÍLIA AMBIENTAL, e dá outras providências;
- Memorando Circular Nº 9/2024 - IBRAM/PRESI/SUCON - Regulamentação do fluxo interno das propostas de compensações ambiental e florestal;
- Instrução Normativa Nº 25, de 18 de setembro de 2024 - Aprova Roteiro Metodológico a ser utilizado para a elaboração de Estudo Técnico, para a Consolidação de limites das Unidades de Conservação do Distrito Federal;
- Instrução Normativa Nº 26, de 30 de setembro de 2024 - Estabelece as diretrizes de acessibilidade em Unidades de Conservação geridas pelo Instituto Brasília Ambiental e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 22, de 17 de julho de 2024 - Dispõe sobre o planejamento das Unidades de Conservação geridas pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto nº 46.365, de 8 de outubro de 2024 - Regulamenta o artigo 13, da Lei Distrital nº 5.344, de 19 de maio de 2014, que dispõe sobre o Rezzoneamento Ambiental e o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu e dá outras providências;
- Atualização da Nota Técnica com orientações aos proprietários interessados na criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN;
- Instrução Normativa 8, de 15 de fevereiro de 2024 - Estabelece os procedimentos administrativos para aquisição de bens permanentes e materiais de consumo e prestação de serviços através de parceria com a Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas - CEMA/MPDFT, TJDFT e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

Publicações:

- IN do Planejamento de Manejo Integrado do Fogo;
- IN com metodologia do planejamento interno da Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água;
- IN do Roteiro Metodológico a ser utilizado para a elaboração de Estudo Técnico para a Consolidação de limites das Unidades de Conservação do Distrito Federal;
- IN de diretrizes de acessibilidade em Unidades de Conservação geridas pelo Instituto Brasília Ambiental;
- IN que estabelece procedimentos para a aquisição de bens através da parceria com MPDFT;
- Consulta Pública da IN de Animais Exóticos e Regulamentação da Criação de Fauna Exótica em andamento;
- Nota técnica de diretrizes para criação de RPPN;
- Guia de plantas da área de estudo para criação do Parque Distrital Pedra dos amigos no "field guide museum" - <https://fieldguides.fieldmuseum.org/pt-br/guias/guia/1716>.

PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

O Instituto Brasília Ambiental realizou, ao longo de 2024, diversas ações e deu continuidade aos seus programas na área de educação ambiental, visando levar conhecimento à população



sobre as questões ambientais e sensibilizando os cidadãos do DF sobre o seu papel na conservação e preservação do Meio Ambiente. Neste contexto, destacamos o atendimento de 4.101 estudantes pelo Programa Parque Educador, que nos seus 6 anos de realização já contribui na formação de 19.424 estudantes da rede pública de ensino, de 336 escolas diferentes distribuídas por todas as RA's do DF. Além disso, foram analisados 110 processos, relacionados a projetos de educação ambiental - PEA, como condicionante do licenciamento ambiental, que busca minimizar os impactos ambientais da instalação dos diversos empreendimentos no DF. Na produção de materiais eco informativos, o Programa Eu Amo o Cerrado, distribuiu mais de 10 mil publicações, sendo grande parte, como apoio a ações de educação ambiental, contribuindo para a divulgação do Bioma Cerrado.

No combate e prevenção de incêndios, foram realizadas 5 blitzes ambientais, junto com as demais instituições que compõem o PPCIF, tendo sido abordados mais de 2500 veículos. Já no Centro de Práticas Sustentáveis - CPS, foram realizadas 316 atividades de cunho ambiental, o que dá uma média de 26 por mês, tendo atendido um público de 20.665 pessoas, por meio de 66 projetos e subprojetos, distribuídos em 11 programas. Este espaço, que é administrado pelo Brasília Ambiental, em uma parceria via MROSC com o Movimento Comunitário do Jardim Botânico - MCJB, também gerou, de forma direta, 392 postos de trabalho.





TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES e TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS (EP)

Como pode ser verificado na planilha, em 2024, o Brasília Ambiental firmou parcerias com transferência de recursos a entidades, para projetos ambientais.

Tabela 2: Transferência de recursos a entidades, para projetos ambientais.

Valor	Instrumento	Processo SEI	Participe	Objeto
R\$500.000	Termo de fomento nº 01/2024	00391.00004727/2024-59	Organização da Sociedade Civil, Movimento Comunitário do Jardim Botânico (MCJB)	Desenvolvimento de ações relativas ao Projeto Execução do Projeto OIKOS 2024 Horta e Cozinha Natural
R\$120.000	Termo de fomento nº 02/2024	00391.00009800/2024-89	Organização da Sociedade Civil Ação Social Renascer	Desenvolvimento e a implantação de um Sistema Agroflorestal, que propiciem o desenvolvimento de atividades educativas voltadas para a conscientização ambiental

REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

O Brasília Ambiental tem se empenhado cada vez mais na fiscalização ambiental, a fim de proteger o ecossistema e garantir a preservação dos recursos naturais.

Tabela 3: Julgamentos de autos de Infração.

Autos Jugados	793
Decisões Interlocutórias (desembargo/desinterdição)	56

Tabela 4: Processos de LAI/OUVI e Órgãos de Controle/MP.

Órgãos de Controle e MP	565
LAI e OUVI	255

Tabela 5: Processos de autos lavrados e Memorandos criados.

Autos de Infração	1022
MEMOS de plantão	44

Tabela 6: Planejamento e coordenação da operação contra Incêndios.

Notificações	357
	464

Tabela 7: Fiscalização de poluição sonora.

Autos de infração lavrados	507
Atendimento a órgãos de controle e MP	119
Atendimento a LAI	887
Licenças para eventos	887
OUVI recebidas	4844
Fiscalizações realizadas sem autuação	1600

Tabela 8: Auditoria e fiscalização nas áreas de preservação permanente – APP.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Autos de infração lavrados	184
RAF - Relatório de Audit e Fiscalização c/Infração	161
RAF - Relatório de Auditoria e Fiscalização s/ infração	294
Manifestações	89
Atendimento a órgãos de controle e MP	141
Atendimento a LAI	06
OUVI recebidas	96
Processos tramitados na Diretoria no período	1785

Tabela 9: Desocupações e desobstruções - Operações realizadas em Unidades de Conservação.

Unidades de Conservação com ações de desocupação antrópica	17
Quantidade de operações realizadas em 2024	33
Edificações de alvenaria demolidas	11
Edificações de madeira demolidas	85
Edificações de lona removidas	11
Total de edificações desconstituídas	107
Entulho e inservíveis removidos das desocupações (toneladas)	374,6
Cerca de arame farpado removido (metros)	1.652
Cerca de arame liso removido (metros)	850
Muro de alvenaria (metros)	100
Número de indivíduos arbóreos exóticos retirados (Leucena sp.)	164

Tabela 10: Fiscalização de fauna envolvendo maus tratos, SISPASS e SISFAUNA, além das atividades licenciáveis que envolvam animais, como granja e abatedouro.

Autos de infração lavrados	171
Fiscalizações realizadas	618

Tabela 11: Fiscalizações de atos autorizativos emitidos pelo Brasília Ambiental, verificação de poluição hídrica e do solo, supressão de vegetação, danos ambientais associados a parcelamentos de solo, entre outras atribuições.

Autos de infração lavrados	160
RAF - Relatório de Auditoria e Fiscalização c/ Infração	166
RAF - Relatório de Auditoria e Fiscalização s/ infração	560
Manifestações	140
Atendimento a Órgãos de Controle e MP	263
OUVI recebidas	193
Atendimento a LAI	16

MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL



Dentre as ações relacionadas às atividades de monitoramento ambiental, destaca-se: a parceria firmada com Organização da Sociedade Civil: Instituto PERENE através de um Acordo de Cooperação, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF, sem a transferência de recursos públicos. O Brasília Ambiental integrou a Comissão de Monitoramento do acordo, acompanhando todas as ações. Ao todo, foram realizadas ações em 40ha da orla norte e 72ha de áreas em recuperação na orla do Lago. Além disso, o Instituto ampliou a área em recuperação nas proximidades do Lago, realizando o plantio por semeadura, em covas, em mais 174ha localizados nas seguintes unidades de conservação: Parque Ecológico do Paranoá, Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Paranoá Sul; Arie do Riacho Fundo (Módulo 1 – contíguo ao Zoológico – entre o Park Way e o Núcleo Bandeirante) e Parque de Usos Múltiplos da Asa Sul. Assim, totalizaram-se 286 hectares de áreas em processo de recuperação com a parceria.

Ainda em 2023, o Brasília Ambiental iniciou o monitoramento Ambiental da qualidade das águas em 38 pontos. O monitoramento teve continuidade em 2024, com a realização de 4 campanhas trimestrais em 38 pontos de monitoramento, nos meses de março, junho, setembro e dezembro. Em setembro, cinco desses pontos estavam secos, impossibilitando a coleta e análise de água, nesses locais. Ao longo do ano de 2024, foram emitidos 152 laudos. Paralelamente, é realizado quinzenalmente o monitoramento da balneabilidade das cachoeiras do Salto Tororó, no Parque Distrital Salto Tororó, e do Vale Perdido, no Parque Ecológico dos Pequizeiros. Nesse monitoramento, são avaliados os seguintes parâmetros: pH, Escherichia coli e coliformes totais. Em 2024, foram emitidos 45 laudos de balneabilidade, sendo 22 da cachoeira do Parque dos Pequizeiros e 23 da cachoeira do Salto Tororó. Em 15 de abril de 2024, foi iniciado o monitoramento da balneabilidade no Parque Ecológico das Garças e no Parque Distrital das Copaíbas, também realizado de forma quinzenal. Ao longo do ano, foram emitidos 36 laudos de balneabilidade, sendo 18 para cada um dos novos parques monitorados.

Ainda em 2024, foi Instalado a infraestrutura de pesquisa e monitoramento de biodiversidade na Estação Ecológica de Águas Emendadas - ESECAE, uma parceria entre Instituto Brasília Ambiental, ADASA, EMBRAPA, contando com o apoio do Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica (INCT-CENBAM) e o Programa de Pesquisas em Biodiversidade (PPBio), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), responsáveis pela coordenação do método de monitoramento RAPELD, utilizado na Amazônia e em outros biomas brasileiros. O projeto é financiado com recursos de compensação ambiental, conforme deliberações nº 004/2020 e nº 014/2022, da CCAF, gerando o Termo de Compromisso de Compensação Florestal (TCCF) nº 34/2020, firmado entre o Brasília Ambiental e a Cimento Planalto S.A. (CIPLAN).

Participação ativa das reuniões e grupos de trabalho, dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos Distrital e Federal, com membros titulares e suplentes indicados para os seguintes colegiados:

- Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranaíba DF, incluindo participação na Plenária, na Câmara Técnica e nos respectivos Grupos de Trabalho: GT Melchior, GT Sobradinho. Apesar de não compor oficialmente o GT Educação Ambiental, a equipe também tem acompanhado as reuniões do grupo. Participação, também, na Comissão para Acompanhamento da Situação Hídrica da Bacia do Descoberto*;
- Comitê de Bacia Hidrográfica do Preto DF, incluindo participação na Plenária e na Câmara Técnica;
- Comitê de Bacia Hidrográfica do Maranhão DF, fazendo parte da Diretoria do Comitê, no cargo de Secretária Geral, e incluindo participação na Plenária e na Câmara Técnica. Apesar de não compor oficialmente o GT Educação Ambiental, a equipe também tem acompanhado as reuniões do grupo;
- Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranaíba, na esfera Federal;
- O Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal inclui, além da Plenária, a Câmara Técnica do Conselho - CTPA (Vice-presidente), o GT de monitoramento da Qualidade da água (coordenação) e o GT PGIRH*;



- Em 2024, foi incluída a participação nos seguintes novos grupos: GT PGIRH (GT para acompanhamento da atualização do PGIRH, no âmbito da CTPA) e Comissão para Acompanhamento da Situação Hídrica da Bacia do Descoberto (no âmbito do CBH Paranaíba-DF). Nas demais instâncias colegiadas citadas acima, foi dada continuidade às atividades já realizadas nos anos anteriores.

Participação no Programa Produtor de Água no Pípiripau, o Brasília Ambiental, contribuindo tecnicamente com a elaboração de 8 Relatórios/Laudo de Avaliação, para fins de pagamento por proteção de recursos hídricos no grupo de trabalho de pagamento por serviços ambientais. Também analisou e validou 25 Projetos Individuais de Propriedade - PIP, no grupo de trabalho de validação de PIPs. Além disso, participou ativamente de todas as reuniões da Unidade Gestora do Projeto - UGP. Os servidores do Brasília Ambiental também participaram de mutirão, em 8 de fevereiro, para o plantio de aproximadamente 500 mudas de espécies nativas do Cerrado, em uma das primeiras propriedades, cuja responsável legal, assinou contrato com o projeto Pípiripau. O Brasília Ambiental também sediou o evento de assinatura de novos contratos do Programa no Parque Distrital dos Pequizeiros.



Monitoramento dos médios e grandes mamíferos do Distrito Federal.

Em 2024, foram envidados esforços para garantir um monitoramento sistemático na Estação Ecológica de Águas Emendadas - ESEC-AE e ampliação do programa com a aquisição de 14 armadilhas fotográficas. As novas áreas contempladas no projeto, com monitoramento sistemático, foram Parque Distrital dos Pequizeiros, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Cafuringa, Estação de Rádio da Marinha (Apa da Bacias do Gama e Cabeça do Veado), além das atividades rotineiras na ESEC-AE executadas desde 2014. Ademais, em 2024, ocorreram ações pontuais solicitadas por interessados, como em áreas periurbanas de Sobradinho. A aquisição de armadilhas fotográficas pelo Instituto Brasília Ambiental traz consigo uma série de resultados esperados, que são fundamentais para o sucesso do programa de monitoramento de médios e grandes mamíferos. Essa iniciativa está alinhada com a proposta



de parceria, via acordo de cooperação com a organização da sociedade civil JAGUARACAMBÊ, que visa auxiliar no monitoramento e ampliar as ações do Instituto, na temática.

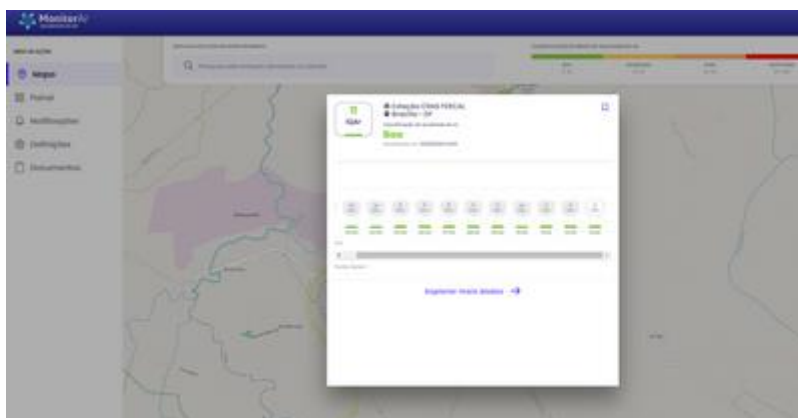
Monitoramento das capivaras na orla do lago Paranoá, com a percepção da necessidade da continuidade do monitoramento, formou-se um grupo interdisciplinar contando com servidores do Brasília Ambiental, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - Sema/DF e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF.

Com relação ao gerenciamento de áreas contaminadas e o atendimento à emergências ambientais com produtos perigosos, o Brasília Ambiental, por meio de seus representantes, teve atuação junto à Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CD-P2R2), onde também faz parte da Secretaria Executiva da Comissão, realizando no decorrer do ano, os seguinte eventos:

- Simulado de Vazamento de gás amônia, foi realizado para os representantes da Comissão e organizado pela DIREM, juntamente com o CBMDF (GPRAM) e o SAMU, em conjunto com a empresa AMBIPAR, com o objetivo de aprimorar a preparação e resposta a eventos com produtos perigosos, com o intuito de testar a eficácia dos planos de contingência, a interoperabilidade das equipes e a efetividade das medidas adotadas, em casos de acidentes envolvendo produtos perigosos.
- 1ª Capacitação em Técnicas e Protocolos de reconhecimento e intervenção em Ambiente Perigoso - Nível Operações. Essa foi a primeira capacitação promovida pela Comissão aberta para todos os servidores das instituições participantes da Comissão. 4 servidores do Instituto Brasília Ambiental participaram desse treinamento, sendo 3 da SULAM e 1 da SUFAM;
- Semana Nacional do Meio Ambiente, promovido pela Polícia Rodoviária Federal - PRF; onde, por meio da Diretoria de Emergência Ambientais (DIREM), foi convidada a fazer parte da programação com a exposição sobre a Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CD-P2R2);
- Operação conjunta para verificação do transporte rodoviário de produtos perigosos nas vias do Distrito Federal. Essa operação teve por objetivo de avaliar a movimentação e, assim, inibir a ocorrência de acidentes com produtos químicos, tornando mais eficaz e efetivo o sistema de preparação e resposta a emergências no Distrito Federal.

Para as ações de monitoramento da qualidade do ar, tempo e clima, o Instituto Brasília Ambiental realizou, em 05/03/2024, a inauguração das estações automáticas de monitoramento da qualidade do ar. A cerimônia foi realizada no Centro de Ensino Fundamental Queima Lençol, na Fercal, que abriga um dos novos equipamentos, e o outro está instalado junto ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras), da região. As novas estações resultam de condicionantes de processo de licenciamento ambiental. A estação localizada junto ao Cras foi estruturada por meio de uma parceria das empresas cimenteiras Votorantim e Ciplan, e a do CEF Queima Lençol, de responsabilidade da Ciplan.

Tal medida visa atender aos requisitos e compromissos ambientais estipulados, proporcionando assim, um controle efetivo e contínuo da qualidade do ar para a população daquela região administrativa. O lançamento dos novos equipamentos é um feito para o Distrito Federal, pois até então contava somente com estações que realizavam o monitoramento de forma manual. E com leitura feita a cada seis dias. Essas estações revolucionam, por possibilitarem saber de forma online, a cada hora, a qualidade do ar, na região. Os dados obtidos serão compartilhados com o Instituto e acessíveis a toda população. Além dos equipamentos modernos recém-lançados, o DF conta, também, com outros pontos de monitoramento de qualidade do ar, localizados no Zoológico, Rodoviária do Plano Piloto, no Instituto Federal de Brasília – Campus Samambaia, e no Instituto Federal de Brasília – Campus Estrutural.



GESTÃO DA FAUNA

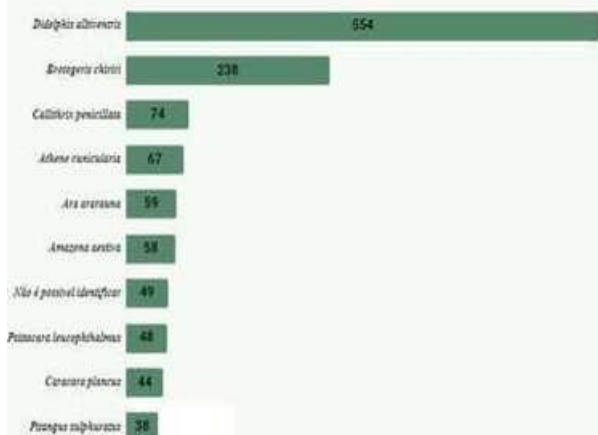
Hospital e Centro de Reabilitação da Fauna Silvestre – HFAUS/DF

O HFAUS/DF iniciou o recebimento de animais silvestres em fevereiro/2024, em local situado no setor hoteleiro de Taguatinga, com capacidade para atendimento/acondicionamento de até 110 animais/mês. O local funciona 24 horas, durante os 7 dias da semana, ou seja, funcionamento durante as noites/madrugadas, finais de semana e feriados. De fevereiro a dezembro/2024, foram atendidos 1.954 animais, dos quais 60% aves, 37% mamíferos e 3% répteis. O tempo médio de permanência no Hfaus, de uma ave, foi de 10 dias, de mamíferos, 08 dias e de répteis, 9 dias.

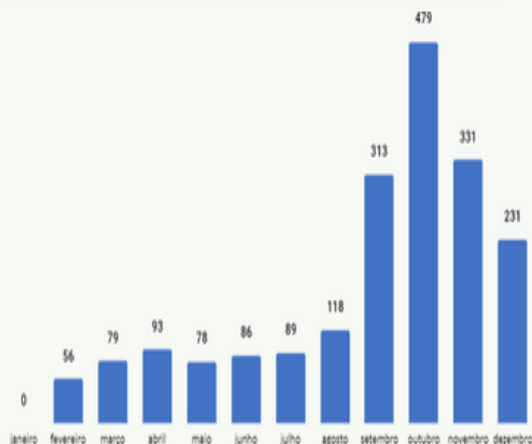
No que concerne a procedência dos animais, em 2024, a região administrativa com maior quantidade de animais resgatados e levados ao Hfaus foram, respectivamente: Lago Sul, Asa Sul, Lago Norte, Candangolândia e Asa Norte. A despeito das espécies mais atendidas no ano, o gambá-de-orelha-branca ou saruê (*Didelphis albiventris*) foi a mais recepcionada, seguida do periquito-de-encontro-amarelo (*Brotogeris chiriri*), sagui-de-tufo-preto (*Callithrix penicillata*) e a coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*). Os meses de outubro e novembro de 2024, foram aqueles com maior quantidade de animais atendidos, 479 e 331, respectivamente. Por fim, a principal causa de entrada no hospital, foi para cuidados neonatais (assistência a filhotes e jovens), seguido do atendimento a lesões ou fraturas.



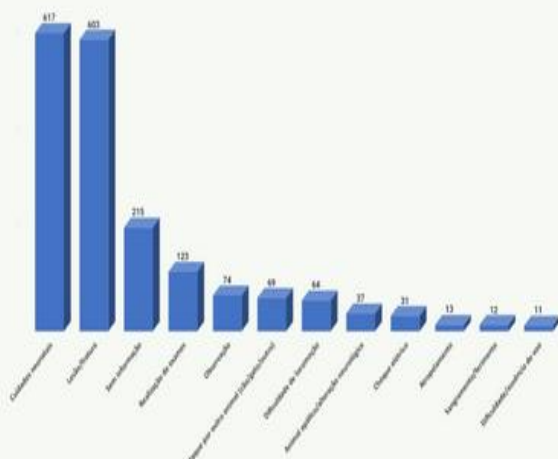
Espécies Mais Atendidas



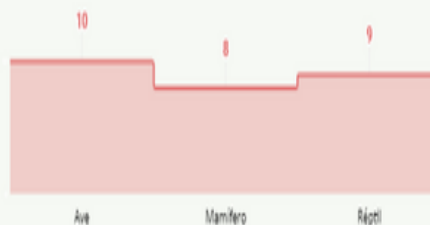
Quantidade de Animais Atendidos por Mês



Motivo de entrada no Hfaus



(D) Tempo Médio de Permanência



Criação de Passeriformes Silvestres

Em 2024, o Brasília Ambiental realizou 90 solicitações de boletos para o serviço de homologação, no Sistema Informatizado de Gestão de Criação de Passeriformes Silvestres - SisPass, expedindo 85 pareceres técnicos, com análises para homologação no sistema de controle, dos quais 09 foram desfavoráveis e 76 deferidos, com os interessados homologados no SisPass. A licença anual dos criadores amadores de passeriformes inicia-se em junho de um ano e termina em agosto do próximo ano. Dessa forma, de janeiro a maio de 2024, foram solicitados 36 boletos para temporada 2023/2024, dos criadores amadores remanescentes. Em junho de 2024, iniciou-se a renovação de licença para a temporada 2024/2025. De junho até dezembro/2024, foram recebidas 1.299 solicitações e desse total, 1.281 foram atendidas e os boletos solicitados ao setor financeiro, e 18 solicitações não foram atendidas, devido a falta de documentação do interessado. Dos processos com solicitação de boleto atendido, 1.122 realizaram o pagamento e foram regularizados. 159 não foram confirmados os pagamentos dos boletos, e os interessados ainda se encontram com a licença pendente. Cabe destacar, ainda, que os 1.122 boletos gerados e pagos representam uma arrecadação de R\$ 253.370,04, para o Instituto. Além disso, em 2024, foram realizadas 1.870 alterações de licença (regularizações, cancelamentos, retiradas de suspensão), lembrando que um



criador pode ter mais de uma licença alterada; 61 inclusões de aves oriundas de criador comercial, 29 exclusões de anilhas do estoque, 552 exclusões de aves do plantel, uma reversão de exclusão de passeriformes, 29 autorizações de transferência e um cancelamento de transporte/transferência.

Destaca-se que, em 2024, a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI/DF, em função da preocupação com a infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1, de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres, publicou a Portaria nº 54, de 21/02/2024, determinando que o Serviço Veterinário Distrital possa autorizar a realização de eventos com a participação exclusiva de passeriformes, mediante procedimentos próprios. Dessa forma, no que se refere aos torneios envolvendo passeriformes silvestres nativos, foram autorizados dois torneios, com 43 eventos no Distrito Federal, com a condicionante de acompanhamento obrigatório da Autorização do Serviço Veterinário Distrital. Referente ao SisPass, segue abaixo comparativo entre os anos de 2022, 2023 e 2024.

Tabela 12: Comparativo entre 2022, 2023 e 2024, dos serviços prestados na gestão da criação amadora de passeriformes silvestres.

Serviços prestados	2022	2023	2024
Boletos solicitados para o serviço de homologação	123	28	90
Pareceres técnicos com análises para homologação	123	41	85
Análises de homologação indeferidas	05	07	09
Análises de homologação deferidas	118	34	76
Valor arrecadado com boletos pagos para o serviço de homologação*	R\$ 23.000,00	R\$ 6.088,60	R\$ 19.194,70
Solicitações de renovação anual de licença	1.533	1.456	1.299
Boletos solicitados para serviço de renovação de licença	1,507	1.418	1.281
Solicitações de renovação indeferidas	47	38	18
Licenças regularizadas após pagamento do boleto	1,284	1.127	1.122
Boletos de renovação de licença sem confirmação de pagamento	211	255	159
Valor arrecadado com boletos pagos para o serviço de renovação de licença*	R\$ 263.476,80	R\$ 245.066,15	R\$ 253.370,04
Atendimentos presenciais (dias)	24	25	25
Torneios autorizados	2	0	2
Processos referentes a apuração de infração ambiental pela fiscalização	14	41	71

Tabela 13: Operações realizadas no Sispass, por operadores do setor de fauna.

Alterações de licença no Sispass	2.105	1.490	1.870
Inclusão de aves oriundas de criador comercial	120	77	61
Exclusões de anilhas do estoque	125	32	29
Exclusões de aves do plantel	355	366	552
Reversões de fuga de passeriforme	37	7	1
Autorização de transferência de passeriformes	0	11	29
Cancelar transporte/transferência	0	0	1

* Os valores cobrados pelos serviços de gestão de fauna foram reajustados, conforme Instrução Normativa nº 02, de 08/01/2024.

Acordo de Cooperação com a Organização da Sociedade Civil JAGUARACAMBÊ.

A Cooperação técnica científica entre Brasília Ambiental e a OSC, visa o intercâmbio científico, didático, educacional e cultural relativos a projetos de pesquisa de monitoramento, diagnóstico, prognóstico, manejo e avaliação sanitária de animais silvestres e espécies exóticas no Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). O Acordo de Cooperação não prevê repasse de recursos entre as partes. Esta parceria tem como premissa identificar e monitorar os mamíferos de médio e grande porte, que circulam pelas unidades de conservação (UCs) presentes na região do Distrito Federal (DF), em acordo com os partícipes da proposta, que comungam objetivos que visam preservar a biodiversidade. Além dos dados de ocorrência previstos na pesquisa, o trabalho também



pretende abordar a incidência de patógenos infectantes de mamíferos circulantes em UCs do DF, com o objetivo de gerar informações relevantes para que os órgãos responsáveis pela política distrital de proteção ambiental possam tomar decisões fundamentadas cientificamente e estabeleçam medidas preventivas e estratégias adequadas para a conservação de espécies.

Acordo de Cooperação Técnica com o Batalhão da Polícia Militar Ambiental.

Com a criação do Hospital e Centro de Reabilitação da Fauna Silvestre - Hfaus/DF houve uma confluência de interesse natural com o trabalho de resgate de fauna realizado pelo Polícia Militar do Distrito Federal, por meio de seu Batalhão de Polícia Militar Ambiental - BPMA/DF, na região do Distrito Federal e no entorno. Considerando que as interfaces interativas entre os órgãos convergem em diversos pontos, como proteção de áreas ambientalmente protegidas, por exemplo, foi idealizada a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes, baseado na troca de informações, intercâmbio de conhecimento, doação de materiais e equipamentos, cursos e treinamentos na área de manejo e reabilitação de fauna silvestre.

SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA

Cabe destacar que, em 2023, com advento do Decreto nº 44.375/2023, foi alterada a estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal e do Brasília Ambiental, ao passo que a SEMA passou a ter a responsabilidade das ações dessa pauta. A sub-rogação dos contratos de prestação de serviço de castração de cães e gatos e do Termo de Colaboração de Atendimento Médico Veterinário (HveP) ocorreu em julho/2023, dessa forma, o acompanhamento e gestão das ações, não mais foram realizados pelo setor de fauna do Brasília Ambiental.

REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O procedimento de licenciamento ambiental é premissa para a garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preconiza o artigo 225, da Constituição Federal. Por ser um dos pilares do desenvolvimento urbano e rural, o licenciamento ambiental é importante ferramenta de gestão ambiental e, em 2024, o Brasília Ambiental alcançou os seguintes resultados:

- Agilização e simplificação do processo de licenciamento ambiental, com a redução do tempo de tramitação dos processos;
- Aumento da transparência e acessibilidade, com maior facilidade para os interessados acessarem informações e acompanharem seus processos, bem como a disponibilização online de Termos de Referência e outros documentos relevantes;
- Melhoria na qualidade técnica das análises, com a capacitação contínua da equipe técnica, resultando em avaliações mais precisas e fundamentadas, além da utilização de tecnologias avançadas para apoiar as análises ambientais;
- Incremento da segurança jurídica, com a atualização e aperfeiçoamento do arcabouço legal e normativo, com a padronização de procedimentos e critérios de avaliação;
- Otimização da gestão da informação, com a implementação de um sistema informatizado integrado para o licenciamento ambiental e a criação e expansão de bancos de dados geoespaciais, para suporte à tomada de decisão e ao acesso às informações;
- Melhoria na experiência do usuário com a implementação do peticionamento eletrônico, facilitando a submissão de documentos e requerimentos, com a criação de canais de comunicação mais eficientes, entre o órgão ambiental e os requerentes.

No ano, houve a participação e publicação dos seguintes Normativos:

- Resolução CONAM DF nº 01, de 09 de abril de 2024, a qual padroniza o processo de licenciamento ambiental de coprocessamento em fornos de clínquer no Distrito Federal, bem como, disciplina as ações voltadas ao controle e monitoramento da atividade. O Brasília Ambiental participou da elaboração desta norma junto ao Conselho, garantindo que as melhores práticas do licenciamento ambiental ficassem consignadas no texto regulador.



- Instrução Normativa nº 01, de 05 de janeiro de 2024, a qual institui o sistema de peticionamento eletrônico denominado "HARPIA", no Instituto Brasília Ambiental.
- Instrução Normativa nº 04, de 24 de janeiro de 2024 - Altera a Instrução Normativa nº 32, de 30 de setembro de 2020, que estabelece os ritos processuais para Autorização de Supressão de Vegetação, Compensação Florestal e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 6, de 24 de janeiro de 2024, que estabelece os procedimentos para a gestão e fiscalização do Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor), no Instituto Brasília Ambiental.
- Instrução Normativa nº 20, de 23 de maio de 2024, a qual estabelece, pelo Brasília Ambiental, os procedimentos, critérios e restrições para a emissão de Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC para atividades rurais.
- Instrução Normativa nº 11, de 11 de junho de 2024, que regulamenta os procedimentos das audiências públicas dos processos de licenciamento ambiental conduzidos pelo Brasília Ambiental, e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 21, de 05 de agosto de 2024, a qual estabelece os procedimentos, critérios e restrições para a emissão de Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC pelo Brasília Ambiental.
- O Brasília Ambiental, também, elaborou a proposta de Decreto que prorroga prazo para homologação das informações do CAR. O prazo para o Instituto Brasília Ambiental homologar as informações ambientais, registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), foi prorrogado para 1º de julho de 2026. A medida resulta do Decreto nº 46.236, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal no dia 5 de setembro de 2024.
- Além dessas ações, O Brasília Ambiental teve atuação junto às Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, dentro do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM) e do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CRH), com destaque para a relatoria do grupo de trabalho, visando a importação de resíduos de outros estados, para coprocessamento em fornos de clínquer e a coordenação, em andamento, do grupo de trabalho para monitoramento de agrotóxicos em corpos hídricos.

Dentre os atos autorizativos mais importantes do ano de 2024, destacam-se:

1- LICENÇAS AMBIENTAIS SIMPLIFICADAS (LAS):

- LAS 02/2024: Usina de Asfalto (Fercal);
- LAS 03/2024: Área de Parcelamento Futuro (APF) - Paranoá Parque;
- LAS 05/2024: Complementação do sistema de drenagem pluvial e recuperação da voçoroca do Polo JK 1ª e 2ª etapa (Santa Maria);
- LAS 08/2024: Pavimentação da via de acesso à Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro (DF-345);
- LAS 10/2024: Pavimentação da rodovia DF-205;
- LAS 11/2024: Implantação de ponte sobre o rio Melchior, na rodovia DF-180, km-19,5;
- LAS 14/2024: Projeto de Assentamento Santarém;
- LAS 18/2024: Restauração do pavimento da rodovia DF-180.
- Retificações:
- LAS-Retificação 01/2024: DER/DF - Melhorias no sistema viário da DF-001/DF-035/DF-027;
- LAS-Retificação 06/2024: Implantação de 3ª faixa na BR-020/DF (Trecho: EPIA - Av. Independência - Planaltina, 22 km).

2 - LICENÇAS DE INSTALAÇÃO (LI):

- LI 11/2024: Quadras ímpares da QR 103 a 105, 121 a 127 e Sub Centro Oeste de Samambaia;
- LI 12/2024: Quadras QE 60 (Guará - RA X);
- LI 23/2024: Parque Tecnológico Capital Digital/BIOTIC - Zona Industrial (Brasília/DF);



- LI 24/2024: Adequação da capacidade, duplicação e melhorias de segurança da BR-080 (40,3 Km);
- LI 27/2024: Setor Habitacional Tororó (SHTO);
- LI 30/2024: Melhorias do sistema de drenagem pluvial das Faixas 1 e 2 norte (Asa Norte);
- LI 32/2024: Renovação LI - Setor Habitacional Vicente Pires (Trecho 2);
- Licenças de Instalação Corretivas:
- LI-Corretiva 06/2024: TERRACAP - Parcelamento de Solo Urbano Setor Habitacional Arniqueira;
- LI-Corretiva 09/2024: CODHAB - Regularização fundiária do Núcleo Urbano de São Sebastião (URB 114/2009).
- Prorrogações:
- LI-Prorrogação 02/2024: Implantação da EEB 007 (Sistema de Esgotamento SMPW QD 1 A 5).

3 - LICENÇAS DE OPERAÇÃO (LO)

- LO 15/2024: Usina de Asfalto (Fercal);
- LO 24/2024: Terminal de Brasília (SIA) - Transporte dutoviário de derivados de petróleo;
- LO 32/2024: Campo da Esperança Serviços LTDA - Crematório de Brasília;
- LO 37/2024: Exploração mineral de calcário (Fercal);
- LO 61/2024: Sistema de Esgotamento Sanitário do Condomínio Santa Mônica (4.000 habitantes);
- LO 78/2024: CEB Geração - Renovação LO da Usina Hidrelétrica do Paranoá.

4 - LICENÇA PRÉVIA (LP):

- LP 20/2024: CODHAB - Parcelamento de solo Área adjacente ao Alto Manguelral (São Sebastião);
- PL da Área de Desenvolvimento Econômico (ADE) de Sobradinho.

5- AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS:

A - Supressão Vegetal (ASV):

- Ampliação da ETE Riacho Fundo (20 árvores);
- Implantação da 3ª Faixa BR-020;
- Pavimentação do acesso à Escola Classe Sítio das Araucárias (2,92km da VC-257);
- Remanejamento da Adutora AAT.JBT.030 (Jardim Botânico);
- Inframerica - Implantação de Galpão de Logística;
- BR-080/DF Lote C (40,3 km);
- Pavimentação acesso Escola Classe Almícegas;
- Pavimentação DF-326 e Acesso Escola Classe Lobeiral (9,6 km);
- Pavimentação trecho DF-290 e Escola Ponte Alta de Cima (6,5 km).

B - Autorizações Ambientais Diversas:

- AA 03/2024: Revitalização do Canal de irrigação do córrego Rodeador (Brazlândia);
- AA 04/2024: Implantação do Polimento Final ETes Melchior e Samambaia;
- AA 12/2024: PRAD para parcelamento no Setor Habitacional São Bartolomeu;
- AA 19/2024: Implantação AAT.LSL.131 e SAT.LSL.132 (Lago Sul);
- AA 31/2024: Construção de OAE sobre o Ribeirão Ponte Alta;
- AA 44/2024: PRADA Voçoroca C (Parque Ecológico Riacho Fundo).
- Prorrogações:
- AA-Prorrogação 02/2024: SEAGRI - Revitalização de 5 canais de distribuição de água (Brazlândia e Planaltina).

6 - TERMOS DE COMPROMISSO AMBIENTAL (TCA):

- TCA 06/2024: IBRAM e SLU - Gerenciamento da Área Contaminada do Antigo Lixão da Estrutural;
- TCA 04/2023: IBRAM e SLU - Regularização ambiental da UTM Asa Sul.



7 - AUTORIZAÇÕES DE CORTE DE ÁRVORE ISOLADA (CAI):

- CAI EPIG Trecho 02 (km 0 até km 1,4 da DF-011);
- CAI EPIG (km 2,70 até km 4,3 da DF-011);
- CAI Passarela EPIA SUL.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA

Termo de Cooperação entre Brasília Ambiental e Universidade Católica de Brasília - Monitoramento de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e carrapatos-estrela (*Amblyomma* sp.) no DF.

Com a percepção da necessidade da continuidade do monitoramento das capivaras e carrapatos-estrela, na região da orla do lago Paranoá e do envolvimento de equipes multidisciplinares da área ambiental e da saúde, tornou-se necessária a formação de um grupo interdisciplinar, contando com servidores do Brasília Ambiental, Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema/DF e Secretaria de Saúde SES/DF. Em julho, foi lançado o edital de chamamento público. O resultado final da seleção, foi a celebração de parceria com a União Brasileira de Educação Católica - UCB. As ações da parceria englobam estudos para controle dos carrapatos, estudos de alternativas de manejo para capivaras, na região (ou manejo de habitat), estudos para proposição de alternativas que impeçam que as capivaras acessem determinadas vias dos Lagos Sul e Norte, e estudos de soroprevalência dos mamíferos que habitam a orla do lago Paranoá. Além dessas linhas de atuação, a proposta é ampliar e abarcar outras vertentes de pesquisa, como Estudo de Variabilidade Genética, cujo objetivo será inferir sobre a proporção da variação genética devida às diferenças entre grupos e dentro de cada grupo de capivara, bem como verificar as relações de parentesco entre os indivíduos. O objetivo é avaliar se as populações são geneticamente diferenciadas, com fluxo gênico limitado entre as microbacias hidrográficas da região. A resposta a essa pergunta permitirá avaliar se inclusive é possível realizar o manejo de populações na orla do lago Paranoá, ou seja, se retirar indivíduos do local é uma estratégia viável. A educação ambiental também fará parte do escopo do projeto. O foco das ações desse eixo deve ser a conservação de fauna silvestre, a convivência pacífica com capivaras, zoonoses, medidas de controle de carrapatos, manejo ambiental, bem como medidas preventivas individuais, calcadas nos termos da abordagem integrativa de Saúde Única, que envolve a conexão entre a saúde humana, animal e do meio ambiente.

ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS

Com ação contínua de renovação do licenciamento do software para a disponibilização do acervo e informações técnicas afetas ao Brasília Ambiental, de forma on-line, foram mantidas as bases necessárias para a adequada organização e disponibilização do referido acervo.

Programação Orçamentária não Executada:

Ação 2536, subtítulo 0025: não ocorreu execução, com advento do Decreto nº 44.375/2023, a estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal e do Brasília Ambiental foi alterada, ao passo que a SEMA passou a ter a responsabilidade das ações dessa pauta, com a sub-rogação dos contratos de prestação de serviço de castração de cães e gatos e do termo de Colaboração de atendimento médico veterinário (HveP). O Recurso proveniente de Emenda Parlamentar foi transferido à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA.

Ação 1999, subtítulo 0002: não ocorreu execução, o planejamento para esta etapa, era a realização do II Seminário de Integração da Fiscalização Ambiental, o que aconteceu na data de 06/11/2024. O evento foi realizado sem a necessidade de recursos financeiros. Assim, não houve realização de despesa.

Ação 2661, subtítulo 0001: não ocorreu execução, devido a mudança de prioridade, por decisão interna.

Ação 4094, subtítulo 2264: não ocorreu execução, em virtude de despesa não autorizada e mudança de prioridade, por decisão interna.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10702 - AÇÕES FISCAIS RELACIONADAS A MAUS-TRATOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS	UNIDADE		01/01/2001	Anual	39,00	618,00		X		X		X	SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Justificativa: 2024 - Em 2024, o Brasília Ambiental realizou 618 fiscalizações sobre a temática da fauna.													
10766 - ATOS AUTORIZATIVOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL EMITIDOS	UNIDADE	359,00	01/12/2022	Anual	363,00	320,00		X		X		X	INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - SISTEMA URUTAU
Justificativa: 2024 - No ano de 2024, o Brasília Ambiental emitiu 320 atos autorizativos de licenciamento. Mesmo sendo autuados mais de 400 processos de licenciamento, por meio do sistema de peticionamento eletrônico Harpia, não depende apenas do Brasília Ambiental a emissão dos atos autorizativos, mas também do interessado protocolar a documentação correta e pagar as devidas taxas, para que assim, sejam feitas as análises e, por fim, seja emitido o ato autorizativo. Por esse motivo, em 2024, não foram emitidos os 363 atos autorizativos desejados, mas somente 320.													
10772 - QUANTIDADE DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL EMITIDOS	UNIDADE	3000,00	01/05/2023	Anual	3030,00	3774,00		X		X		X	INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - SEI
Justificativa: 2024 - No ano de 2024, o Brasília Ambiental emitiu 3.774 documentos técnicos de licenciamento ambiental.													
10844 - ÁREA DE VEGETAÇÃO QUEIMADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	HECTARE	2877,02	01/12/2022	Anual	2870,00	2754,49		X		X		X	INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM
Justificativa: 2024 - No ano de 2024, 2.754,49 ha de área de vegetação queimada, em unidades de conservação.													
10845 - FOCOS DE INCÊNDIOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	UNIDADE	735,00	01/12/2022	Anual	730,00	583,00		X		X		X	INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM
Justificativa: 2024 - No ano de 2024, foram registrados 583 ocorrências de incêndios em unidades de conservação.													
10846 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS) IMPACTADAS POR INCÊNDIO	UNIDADE	62,00	01/12/2022	Anual	60,00	58,00		X		X		X	INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM
Justificativa: 2024 - No ano de 2024, 58 unidades de conservação foram impactadas por incêndio.													
10847 - ÍNDICE DE EFETIVIDADE DE GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ÍNDICE		01/01/2001	Anual	30,00	0,00		X		X		X	INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM
Justificativa: 2024 - Serão necessárias adequações, para que seja possível a apuração do índice. Durante o ano de 2024, o Brasília Ambiental elaborou a metodologia de planejamento para gestão das Unidades de Conservação do Distrito Federal. Essa metodologia inclui a definição de indicadores, conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 22, de 17 de julho de 2024. Com base na metodologia definida, foi realizado o Diagnóstico Participativo do Planejamento, com o objetivo de estabelecer as diretrizes para o planejamento das Unidades de Conservação geridas pelo Instituto Brasília Ambiental. O diagnóstico incluiu a avaliação das 81 Unidades de Conservação, classificadas de acordo com os níveis de consolidação: Consolidada, Estruturada, Semi-estruturada e Não-estruturada. Para o horizonte de 4 (quatro) anos, foi estabelecida a meta de alcançar 09 Unidades de Conservação (UCs) na classe estruturada, 41 na classe semi-estruturada e reduzir para 31, o número de UCs não estruturadas. Em virtude desse planejamento, o Brasília Ambiental irá solicitar a atualização da metodologia de cálculo (sistema de análise e monitoramento de gestão - SAMGE) concebida pelo instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, para metodologia própria, com ano 1, correspondente à taxa de 5,3%, na classe estruturada (T zero), aumentando o indicador em 2% ao ano, ampliando em 6%, em 4 anos (total estimado de 11,1%).													
10860 - EVOLUÇÃO DO CADASTRO NO PROGRAMA "ADOTE UMA NASCENTE"	UNIDADE	303,00	01/05/2023	Anual	308,00	330,00		X		X		X	INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - PROGRAMA ADOTE UMA NASCENTE
Justificativa: 2024 - No ano de 2024, o Brasília Ambiental, através de uma parceria com mutirão de cadastramento, alcançou 330 nascentes cadastradas, de acordo com a metodologia do programa Adote uma Nascente.													
10880 - ATENDIMENTOS DO PROGRAMA PARQUE EDUCADOR	UNIDADE	144,00	01/06/2023	Anual	144,00	148,00		X		X		X	UNIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL
Justificativa: 2024 - No exercício de 2024, o Brasília Ambiental atendeu 148 turmas pelo Programa Parque Educador, alcançando o índice de referência, com êxito.													
10882 - PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS DO CERRADO	UNIDADE		01/01/2001	Anual	2000,00	0,00		X		X		X	INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL
Justificativa: 2024 - No ano de 2024, o Brasília Ambiental não produziu mudas nativas do cerrado, apesar de existir uma estrutura de viveiro, o mesmo ainda não está operante para essa atividade. Cabe destacar, a participação do Brasília Ambiental na organização de seminário de mobilização para o dia de plantar com participação da sociedade civil, representantes das administrações regionais, Movimento Tempo de Plantar, Sema/DF. Além disso, também participou da organização e realização das ações no dia de plantar, ocorrido em 01 de dezembro de 2024, com o plantio de 10 mil mudas em diversas Regiões Administrativas do DF.													

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	660000,0	647628,00	631045,68	631045,68
8398 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	660000,0	647628,00	631045,68	631045,68



TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	660000,00	647628,00	631045,68	631045,68

Programação Orçamentária Executada:

O Brasília Ambiental dispõe de um contrato celebrado junto à Fundação de Apoio ao Trabalhador Preso, tendo chegado ao final do ano de 2024, com 22 pessoas ativas. Internamente, eles trabalham em atividades de apoio, como copeiragem e auxílio nas rotinas de administração predial e, externamente, nas Unidades de Conservação, como no Programa Reviva Parques.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	160000,0	123679,00	122878,54	122878,54
5351 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	160000,0	123679,00	122878,54	122878,54
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	87815124,0	97786785,00	96516356,02	96414703,54
8744 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	87815124,0	97786785,00	96516356,02	96414703,54
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3634873,0	3376903,00	3237598,68	3215574,71
9569 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	3634873,0	3376903,00	3237598,68	3215574,71
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	7456100,0	8153981,00	7984086,45	7016304,59
9659 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	7456100,0	8153981,00	7984086,45	7016304,59
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30000,0	1216345,0	1216344,8	1216344,8
0069 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	30000,0	1216345,0	1216344,8	1216344,8
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6890439,0	3424233,0	3145727,39	2969066,53



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

2583 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	6890439,0	3424233,0	3145727,39	2969066,53
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200000,0	228656,0	228655,1	228655,1
0068 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	200000,0	228656,0	228655,1	228655,1
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	300000,0	285601,00	285600,00	255430,96
8699 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	300000,0	285601,00	285600,00	255430,96
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	106486536,00	114596183,00	112737246,98	111438958,77

Programação Orçamentária Executada:

CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Durante o ano de 2024, manteve-se a estratégia de realização de manutenções corretivas das edificações públicas, a partir das requisições formalizadas pelas diversas unidades internas. No entanto, por meio de recursos originários de compensação ambiental, contratou-se uma empresa que realizou o mapeamento e diagnóstico de 14 Unidades de Conservação, e elaborou um plano de manutenção das edificações e equipamentos públicos a ser utilizado a partir de 2025. Isso possibilitará a realização de manutenções preventivas, aumentando a eficiência das ações das equipes envolvidas.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL e CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

Em relação a esse Programa, observa-se que a maior despesa é relativa a administração de pessoal, com remuneração e pagamentos de benefícios aos servidores. Apesar do número de servidores, sem vínculo, ter se mantido estável e o de servidores de carreira ter reduzido 3%, em relação a 2023, o aumento nos gastos em 2024 se justifica pela implementação da 2ª parcela do reajuste de salários de grande parte das categorias, e ainda, em razão da implantação da gratificação pela execução das Políticas Ambientais, devida a todos os servidores de carreira, lotados no Brasília Ambiental.

MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

O ano de 2024 foi marcado pelo início da prestação de serviços terceirizados de apoio operacional, serviço que havia sido contratado em dezembro de 2023. Os 28 profissionais, objetos da contratação, realizaram atividades de atendimento, apoio, recepção e manutenção, sendo de grande valia para o Brasília Ambiental, na melhoria do atendimento às demandas de fiscalização, manutenções em UCs e auxílio às atividades internas. Além disso, houve o aumento na frota de veículos, com a chegada de 4 carros 0Km, do tipo minivans, sem impacto financeiro direto para o Instituto, uma vez que são objeto de contrato de locação administrado pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Isso possibilitou o rearranjo da distribuição dos veículos do tipo camionete, que já compunham a frota, para as diversas Unidades de Conservação, sobretudo para as atividades realizadas



pela brigada de prevenção e combate aos incêndios florestais. Destaca-se, ainda, a viabilização financeira e logística para que 66 servidores viajassem para participação em eventos e visitas técnicas diversas intrinsecamente ligadas às atribuições e à missão do Brasília Ambiental.

MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

No ano de 2024 foram implementadas melhorias no Ambiente Computacional da Plataforma ONDA (Observatório da Natureza e Desempenho Ambiental), que possibilita à população do DF, o acesso a informações em tempo real, da execução das políticas públicas ligadas às temáticas conservação, licenciamento e fiscalização ambiental. A melhoria traz maior agilidade nas análises processuais de demandas advindas da população, bem como a estabilidade a serviços online, como a Comunicação de Corte de Árvores Isoladas - CCAI. Além de propiciar o compartilhamento de geoinformação com as demais autarquias e empresas públicas do DF, conferindo maior agilidade no atendimento a demandas da população de Brasília.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No primeiro bimestre de 2024 foi lançado o Harpia, sistema de peticionamento eletrônico. A implementação do sistema HARPIA visa trazer mais facilidade e agilidade no atendimento à população do DF. A solução tem por objetivo a disponibilização online, via internet, de um sistema eletrônico de peticionamento onde, por meio de login, utilizando GOV.BR, o cidadão terá acesso a uma gama de serviços que poderão ser solicitados online, com acompanhamento em tempo real e sendo ainda possível a entrega de alguns documentos e informações, sem a necessidade de se deslocar até a sede do Brasília Ambiental. Além disso, a modernização da plataforma do Observatório da Natureza e Desempenho Ambiental (ONDA) trouxe avanços significativos no georreferenciamento de informações ambientais e na formação de um banco de dados robusto sobre as atividades desenvolvidas. A iniciativa ampliou o acesso às informações, promovendo transparência e facilitando a gestão ambiental, fortalecendo o compromisso institucional com a sustentabilidade e a participação cidadã.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Durante o ano de 2024, o Brasília Ambiental, além dos inúmeros cursos gratuitos, viabilizou o pagamento de 85 inscrições em cursos, congressos e seminários, contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas para o cumprimento das atribuições legais da Autarquia.

Visando a Capacitação Avançada dos servidores, foi instituído o Programa de Pós-Graduação, por meio da Instrução nº 204, de 29 de julho de 2016, alterada pela IN nº 01, de 20/01/2021, que regulamenta o Manual do Afastamento para participar de Programa de Pós-Graduação - PPG. O Afastamento para participar de Programa de Pós-Graduação - PPG constitui-se de incentivo aos servidores mediante concessão de afastamento, previsto no art. 161 da Lei Complementar nº 840/2011, para que o servidor frequente o curso, nos casos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os editais nº 01, de 05 de janeiro de 2024 – CPG/BRASÍLIA AMBIENTAL, e Edital nº 4, de 1º de julho de 2024 – CPG/BRASÍLIA AMBIENTAL divulgaram normas e condições para inscrição e seleção de candidatos interessados em participar do Afastamento para participar de Programa de Pós-Graduação PPG.

Projeto Ciclo de Palestras – Compartilhando Saberes, conta com apoio de uma comissão composta por servidores das diversas superintendências. Refere-se à realização de palestras de servidores do Brasília Ambiental acerca do trabalho final de cursos de mestrado e doutorado, assim como de pós-graduação lato sensu, trabalhos técnicos, artigos, e de convidados que apresentam temas de relevância e interesse às áreas de atuação do órgão. No ano de 2024 foram realizadas 07 (sete) palestras neste projeto, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube do Brasília Ambiental e todas permanecem disponíveis ao público em geral.



PUBLICIDADE E PROPAGANDA

No ano de 2024, o Brasília Ambiental realizou indicação orçamentária para cobrir despesas com a prestação de serviços de publicação de atos oficiais e demais matérias de interesse deste Instituto, no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF). Foram realizadas 842 publicações no DODF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAL

No referido período, o Brasília Ambiental realizou 5 reuniões da Câmara de Compensação ambiental e Florestal do Distrito Federal (CCAF), sendo 4 ordinárias e 1 extraordinária, nas quais foram aprovadas 16 Deliberações, que resultaram em destinações de recursos compensatórios para o custeio da implantação e manutenção de Unidades de Conservação (UCs), ações de educação ambiental e aquisição de materiais e equipamentos vinculados à gestão das UCs. No total, foram destinados R\$ 10.702.532,77 (dez milhões, setecentos e dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos) para o custeio de ações, como a construção de guaritas e pátios, aquisição de contadores de visitantes e sonômetros, dos serviços de transporte para programa Parque Educador, além de outras, integralmente listadas no quadro abaixo.

Tabela 14: Destinações de Recursos de Compensações Ambientais e Florestais, em 2024.

Nº	Ações Contempladas	Unidade de Conservação Beneficiada	Região Administrativa	Valor Destinado
1	Aquisição de equipamento de contagem de visitantes	Parque Ecológico de Águas Claras	Águas Claras	R\$ 257.200,00
2	Obras e serviços e serviços de revitalização	Parque Ecológico Saburo Onoyama	Taguatinga	R\$ 3.589.008,18
3	Implantação de guaritas e pátios	Refúgio de Vida Silvestre do Gatumé e Parque Ecológico Paranoá	Samambaia e Paranoá	R\$ 1.106.878,67
4	Publicação de guia de campo - Ervas e Arbustos	n/a	n/a	R\$ 126.210,00
5	Custeio de evento	n/a	n/a	R\$ 43.285,95
6	Custeio de serviço de transporte do Programa Parque Educador	n/a	n/a	R\$ 498.625,92
7	Aquisição de sonômetros	n/a	n/a	R\$ 444.500,00
8	Ações de conservação programadas	Reserva Biológica da Contagem	Sobradinho	R\$ 165.864,67
9	Aquisição de equipamentos para resgate de fauna	n/a	n/a	R\$ 206.000,00
10	Aquisição de carrinho plataforma para carga	Parque Ecológico dos Jequitibás Parque Ecológico da Asa Sul Parque Ecológico Olhos D'Água Parque Ecológico Águas Claras Parque Ecológico Três Meninas Parque Ecológico Lago Cortado Parque Ecológico do Lago Norte Parque Distrital do Gama Parque Ecológico Riacho Fundo Parque Ecológico Areal Parque Ecológico Ezechias Heringer Parque Ecológico Saburo Onoyama Monumento Natural Dom Bosco	Planaltina Plano Piloto Águas Claras Samambaia Taguatinga Lago Norte Gama Riacho Fundo Areal Guará Lago Sul	R\$ 14.204,07
11	Aquisição de equipamento de contagem de visitantes	Parque Ecológico do Tororó Parque Ecológico Olhos d'Água Monumento Natural Dom Bosco Parque Ecológico Saburo Onoyama	Jardim Botânico Plano Piloto Lago Sul Taguatinga	R\$ 512.000,00



12	Aquisição de material para campanha educativa relacionada a incêndios florestais	n/a	n/a	R\$ 259.424,50
13	Instalação de cercamento	Parque Distrital do Recanto das Emas	Recanto das Emas	R\$ 1.049.211,21
14	Instalação de cercamento	Parque Ecológico Três Meninas	Samambaia	R\$ 371.315,38
15	Instalação de cercamento	Parque Ecológico do Tororó	Jardim Botânico	R\$ 1.916.207,39
16	Instalação de cercamento	Parque Ecológico da Asa Sul	Plano Piloto	R\$ 142.596,83
				R\$ 10.702.532,77

ATENDIMENTOS AO CIDADÃO

O Brasília Ambiental gerou os seguintes números no exercício:

- 3.415 - Processos gerados;
- 10.508 - Processos tramitados;
- 2.583 - Documentos gerados;
- 32.616 - Documentos externos protocolizados.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2024, o Brasília Ambiental alcançou importantes resultados que reforçam o compromisso do Instituto com a transparência, a comunicação estratégica e a interação com a sociedade. No total, foram produzidas 251 matérias jornalísticas, abrangendo releases para a imprensa, coberturas de eventos institucionais e divulgações sobre conquistas do Instituto e de seus servidores. Essas ações contribuíram para fortalecer a imagem do Instituto e ampliar sua visibilidade junto à sociedade e aos veículos de comunicação.

Além disso, por meio da gestão estratégica de conteúdos, publicações e atendimento às dúvidas dos cidadãos, via Instagram, o perfil oficial do Instituto conquistou 2.400 novos seguidores de forma orgânica ao longo do ano. Já no YouTube, alcançamos 351 novos inscritos, que totalizaram 1640, atualmente. Esse resultado reflete o impacto positivo das ações voltadas para o engajamento digital e a oferta de informações relevantes, consolidando a presença do Instituto nas redes sociais e promovendo maior interação com a comunidade.

No mesmo período, foi finalizado o atendimento de 500 demandas de imprensa sobre diversos temas institucionais. Esse trabalho reafirmou o compromisso com a transparência e possibilitou a construção de um relacionamento sólido e eficiente com os veículos de comunicação, fortalecendo a credibilidade e a boa imagem do Instituto. Para além da comunicação externa, reforçamos através de documentos normativos a correta aplicação e utilização da logomarca e da imagem do instituto como um todo, procedimentos a serem adotados para contato com a imprensa e a normatização da sinalização vertical das unidades de conservação.

CORREGEDORIA

O Brasília Ambiental criou, em 13 de maio do corrente ano, a Unidade de Corregedoria, com a principal atribuição de exercer e supervisionar os procedimentos de correção e zelar pela legalidade das atividades funcionais e de conduta dos servidores do Brasília Ambiental; receber e analisar representações e denúncias contra servidores do Brasília Ambiental; recomendar a instauração de processos de sindicância, processos disciplinares, investigação preliminar; bem como elaborar minutas de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), nos moldes das normativas da Controladoria-Geral do Distrito Federal, e encaminhá-lo para homologação. O quadro abaixo apresenta o resumo das atividades realizadas ao longo de 2024.

Tabela 15: Atividades realizadas em 2024.

Atividade	Quantidade
Ata Deliberativa	51
Certidão	13
Citação	4



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Decisão	15
Depoimento	28
Mandado de Citação	11
Mandado de Intimação	69
Manifestação	13
Memorando	79
Notificação	17
Ofício	7
Parecer	1
Relatório	14
Relatório de Atividades	3
Termo de Compromisso Ajustamento de Conduta TAC	1
Total	326

*Dados disponíveis no Sei CPS/PAD.

PARCERIAS

Como pode ser verificado na planilha, o Brasília Ambiental firmou as seguintes parcerias:

Tabela 16: Parcerias firmadas em 2024.

Valor	Instrumento	Participe	Processo	Objeto
R\$ 500.000	Termo de Fomento nº 01/2024	Organização da Sociedade Civil, Movimento Comunitário do Jardim Botânico (MCJB)	00391-00004727/2024-59	Desenvolvimento de ações relativas ao Projeto Execução do Projeto OIKOS 2024 Horta e Cozinha Natural
R\$ 120.000	Termo de Fomento nº 02/2024	Organização da Sociedade Civil Ação Social Renascer	00391-00009800/2024-89	desenvolvimento e a implantação de um Sistema Agroflorestal, que propiciem o desenvolvimento de atividades educativas voltadas para a conscientização ambiental
R\$ 0	Acordo de Cooperação nº 02/2021 Aditativação de prazo de vigência em: 19/02/2024	Organização da Sociedade Civil, Movimento Comunitário do Jardim Botânico (MCJB)	00391-00005706/2020-27	executar atividades e ações que fomentem a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Centro de Práticas Sustentáveis - CPS
R\$ 0	Acordo de Cooperação nº 01/2023 Aditativação de prazo de vigência em: 26/01/2024	Organização da Sociedade Civil, Instituto Cerrados	00391-00008384/2022-30	apoiar a criação de Unidades de Conservação privadas, denominadas Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN
R\$ 0	Acordo de Cooperação nº 01/2024	Organização da Sociedade Civil, Associação para a Conservação da Biodiversidade - JAGUARACAMBÊ	00391-00000571/2022-75	cooperação técnico-científica entre as partes, visando os intercâmbio científico, didático, educacional e cultural, relativos a projetos de pesquisa de monitoramento, diagnóstico, prognóstico, manejo e avaliação sanitária de animais silvestres e espécies exóticas
R\$ 0	ACT/1-2024	IBAMA-CETAS	00393-00000770/2022-27 E 00393-00001179/2020-25	Gestão compartilhada do Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama no Distrito Federal (Cetas/DF), por meio de apoio técnico e operacional ao referido centro, incluindo a realização de atividades de capacitação e educação ambiental
R\$ 0	ACT/2-2024	ADASA	00197-00002033/2021-68	Desenvolvimento de instrumentos e metodologias para a implementação de atividades relacionadas ao Plano de Manejo da Estação Ecológica de Águas Emendadas e outras atividades ambientalmente sustentáveis.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

R\$ 0	Convênio de Adesão nº 01/2024	INAS-DF	04001-00000086/2023-25	Prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores do IBRAM
R\$ 480.000,00	CONVÊNIO Nº 01/2024 (numeração SEMA)	SEMA, SEEDF, FJZB, JBB	00391-00008288/2023-72	Gestão do sistema de geração de energia solar fotovoltaica e compartilhamento dos créditos para compensação em faturas de energia elétrica das instituições partícipes do GDF.
R\$ 480.000,00	CONVÊNIO Nº 01/2023 1º Termo Aditivo	FUNAM (SEMA)	00393-00000717/2023-15	Contratação de serviços técnicos especializados para atuar nas análises e validações das informações ambientais declaradas no Cadastro Ambiental Rural - CAR.
R\$ 682.000,00	Convenio 58728/2023 1º Termo Aditivo	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA - MMA	00391-00009666/2023-35	Produzir o Inventário de emissão de poluentes atmosféricos do Distrito Federal, para levantamento da rede de monitoramento.

SEMANA DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Em 2024, foi realizada a XII edição da Semana da Saúde, uma ação condizente com o que preconiza a Política de Gestão de Pessoas do Governo do Distrito Federal – Decreto nº 29.814, de 10/12/2008, a qual estabelece, dentre outras diretrizes, a humanização da relação administração pública - servidor, para a melhoria dos serviços públicos prestados, e ainda, com o Decreto nº 39.587, de 28/12/2018, que instituiu as diretrizes gerais para concepção, implantação e promoção de Política e Programas de Qualidade de Vida no Trabalho para os servidores públicos do GDF.

No Brasília Ambiental, a semana da saúde foi institucionalizada pela IN nº 394/2018, com a finalidade de conscientizar os servidores sobre a busca contínua de hábitos saudáveis, e está prevista no Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, Projeto Trabalhando com Saúde. Destaca-se que a ação foi contemplada por 2 anos consecutivos (2022 e 2023) com o “Selo Qualivida”, premiação do GDF que tem o objetivo de incentivar a implantação e promoção de políticas e programas de QVT e premiar órgãos que desenvolvem boas práticas de qualidade de vida e valorização do servidor.

No ano de 2024, foram realizadas 6 palestras com transmissão ao vivo pelo YouTube. A Feira da Saúde, que aconteceu na sede da autarquia, com estandes de parceiros – oferta de serviços relacionados à saúde, como aferição de pressão, glicemia, testes rápidos de pressão e visão; oficina de automassagem e massagens expressas diversas, que contou com a presença de cerca de 100 servidores, e, por fim, a Caminhada pela Saúde, que aconteceu no Monumento Natural Dom Bosco, com a participação de 140 servidores.

Tabela 17: Palestras realizadas.

Data	Título da Palestra	Palestrante	Visualização no YouTube até 21/11
21.10	Abertura da Semana + palestra: Aspectos Psicossociais do preparo para a aposentadoria.	Jacqueline Ferraz - Psicóloga da saúde	152
21.10	Aposentadoria "IPREV no seu Órgão"	Liliana Duarte e Paulo Ferreira - Servidores IPREV DF	338
22.10	O corpo fala e você, escuta? uma abordagem Psicossomática do corpo e da mente	Lúcia Alencastro - Conselho espiritual	239
22.10	Plantas medicinais	Josefa Ataides - Agricultora Familiar	467
24.10	Ambiente e saúde: Ergonomia no trabalho	Ana Paula Amaral - Engenheira de Segurança do Trabalho	139
24.10	Alimentação Saudável	Gláucia Cristina da Silva - Nutricionista	144



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental



Abelhas nativas sem ferrão é tema do Ciclo de Palestras



A edição do Ciclo de palestras do mês de maio contou com a apresentação dos resultados preliminares dos trabalhos realizados em Unidades de Conservação (UCs) do Distrito Federal, pelo meliponicultor Roberto Montenegro e pela bióloga, Débora Pires Paula. O foco dos estudos são as abelhas nativas de ferrão atrofiado, que popularmente são chamadas de abelhas sem ferrão (ASF).

Clique [aqui](#) para ler a matéria completa.

24 de maio de 2024

Plano de Manejo do Jardim Botânico é tema de Ciclo de Palestras



A edição do Ciclo de palestras - Compartilhando Saberes do mês de abril contou com a apresentação do trabalho *Revisão do Plano de Manejo da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília*, com a convidada Priscila Rosa, diretora de Vegetação e Flora do Jardim Botânico de Brasília (JBB). Durante a exposição, a bióloga fez um apanhado geral do histórico do Jardim Botânico, sua formação, o levantamento de vegetação até a inauguração da instituição em 8 de março de 1985. Clique [aqui](#) e leia a

matéria completa.

26 de abril de 2024

AGENDA AMBIENTAL A3P

Durante o ano de 2024, também foi iniciado o trabalho de diagnóstico da coleta seletiva do Brasília Ambiental e o processo de capacitação dos agentes da conservação e limpeza, além de outras ações, como o apoio na realização da semana da saúde. Além dessas ações, foram realizadas visitas (Visita Técnica à Unidade de Tratamento do SLU, no P-Sul, Visita ao Sítio Escola de Permacultura Nós na Teia Jardim Botânico - DF, Visita ao Aterro Sanitário de Brasília e Visita ao Sítio Escola de Permacultura Geraniun), ao longo do ano, em locais de grande importância para sustentabilidade do Distrito Federal, dado o sucesso das visitas, as mesmas foram abertas para participação dos servidores do Brasília Ambiental, como um todo.





PARTICIPAÇÃO NA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO DIA DE PLANTAR MUDAS NATIVAS DO CERRADO

A comissão participou da organização de seminário de mobilização para o dia de plantar com participação da sociedade civil, de representantes das administrações regionais, do Movimento Tempo de Plantar, Brasília Ambiental, Sema/DF e da Novacap. Cabe destacar que, em tal seminário, foi divulgado o Plano de Plantio de Mudanças Nativas do Cerrado, ciclo 2023/2024, elaborado pela comissão e finalizado em 2024. Além disso, também participou da organização e realização das ações no Dia de Plantar, ocorrido no dia 01 de dezembro de 2024, tendo o Parque Ecológico do Riacho Fundo, como vitrine para a imprensa. Ao total, foram plantadas 10 mil mudas no dia do evento, em diversas Regiões Administrativas do DF. Cabe, ainda, destacar que a Comissão se reuniu, semanalmente, desde outubro de 2023.



PROJETO RECONEXÃO CERRADO

No ano de 2024, foi executada boa parte das ações previstas no projeto, constantes no TR (93217152) e ações de incentivo às atividades voluntárias, na Unidades de Conservação do Brasília Ambiental, fortificando atividades já consolidadas, como o Benzimento, e incentivando a inclusão de outras novas ações.

Capacitações realizadas:

- Curso de saberes tradicionais em plantas medicinais, Turma 1, com um total de 45 alunos certificados;
- Curso de Identificação Botânica e de Sementes do Cerrado, com um total de 20 alunos certificados;



- Curso de saberes tradicionais em plantas medicinais, Turma 2, com um total de 45 alunos certificados.





4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2024 foi marcado pelo fortalecimento das atividades, refletindo o compromisso com a eficiência e a preservação ambiental. O desempenho apresentado neste relatório reforça a capacidade do Instituto Brasília Ambiental em atender às demandas crescentes da sociedade, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida no Distrito Federal.

Considerando a Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023, que disponibilizou ao Brasília Ambiental a dotação inicial de R\$ 121.652.420,00 (cento e vinte um milhões seiscientos e cinquenta e dois mil quatrocentos e vinte reais), podemos observar nas tabelas a seguir a execução orçamentaria do Brasília Ambiental:

Tabela 18: Distribuição dos recursos por fonte de receita

Fonte	Categoria Econômica	Valor (R\$)
Fonte 100	Recursos do Tesouro: representam a maior parcela da alocação dos recursos orçamentários;	97.070.665
Fonte 157	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	15.914.182
Fonte 220	Arrecadação própria (receitas diretamente arrecadadas)	6.021.541
Fonte 287	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA)	2.646.032
		121.652.420

Tabela 19 Distribuição dos recursos por fonte de receita

Fonte	Valor (R\$)
Fonte 100	97.070.665
Fonte 157	15.914.182
Fonte 220	6.021.541
Fonte 287	2.646.032
Total	121.652.420



Tabela:20 Distribuição dos recursos por grupo de despesa

GND	Valor (R\$)
Categoria 3.1 (folha)	89.315.112
Categoria 3.3 (custeio)	27.642.306
Categoria 4.4 (investimento)	4.695.002
Total	121.652.420

Tabela 21: Demonstrativo sintético da execução orçamentária e as respectivas movimentações.

Distribuição	Atividade Meio	Atividade Meio	Folha	Total
Dotação Inicial	9.766.994,00	15.320.441,00	96.564.985,00	121.652.420,00
Alteração	1.390.596,00	-4.601.072,00	8.497.023,00	5.286.547,00
Movimentação	111.164,80	-	-	111.164,80
Bloqueado	-216.437,00	-150.000,00	-	-366.437,00
Despesa Autorizada	11.052.317,80	10.569.369,00	105.062.008,00	126.683.694,80
Valores Empenhados	10.830.191,20	9.373.592,89	103.331.320,22	123.535.104,31
Execução	98%	89%	98%	98%

Considerando o valor apresentado, a título de despesa autorizada e o que fora efetivamente empenhado no exercício, observa-se uma execução de 98% do orçamento disponível em 2024.

Entende-se como bastante positivo o resultado apresentado, uma vez que é patente a limitação das diversas unidades internas, quando da instrução de processos para compras e contratações, dado o quadro restrito de servidores. Além disso, houve uma evolução em relação à execução ocorrida em 2023, que na ocasião registrou 96% do orçamento disponível.

Com relação ao objeto da execução orçamentária, observa-se também uma evolução, quando comparado o ano de 2023, com o de 2024:

Atividade meio: de 88% para 98%;

Atividade fim: de 80% para 89%;

Folha dos servidores: de 97% para 98%.

A não execução integral do orçamento disponível se deu, sobretudo:

- Dificuldade na instrução de parte dos processos de aquisição e contratação, dada a limitação, no quantitativo de servidores das Unidades;
- Pela indicação orçamentária necessária à realização de certames licitatórios que, no entanto, não foram deflagrados até o final do ano;
- Pelo fato de que alguns fornecedores não entregaram seus produtos, ainda, em 2024, obrigando que notas de empenho fossem canceladas; e,
- Pela não nomeação dos Auditores Fiscais aprovados em concurso público no prazo necessário, a incluí-los na folha de pagamento dos servidores, dentro daquele exercício.

Gráfico 1

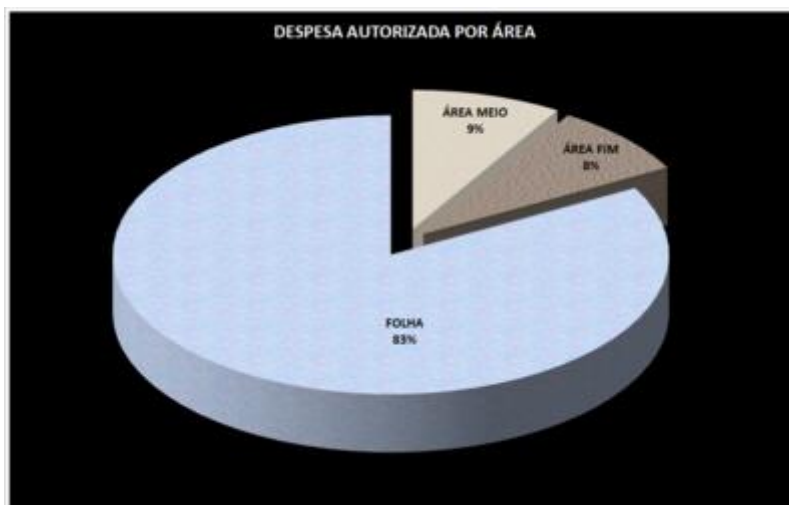
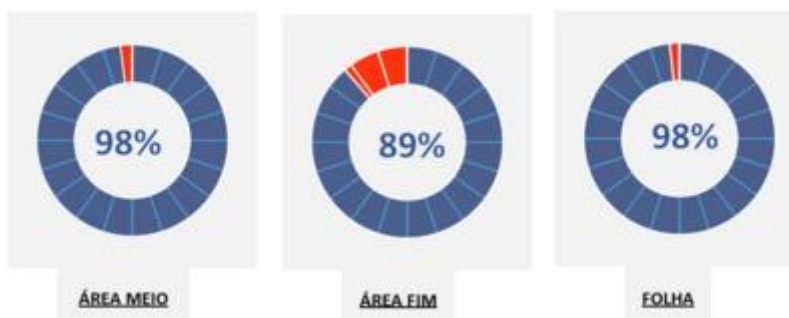


Gráfico 2



Destaca-se a arrecadação própria que alcançou o montante de R\$ 15.282.601, sendo R\$ 11.315.781 correspondentes à Fonte 220 e R\$ 3.966.820 à Fonte 287. No entanto, há um fato relevante em relação aos valores arrecadados referentes às multas por danos ao meio ambiente (Fonte 220) é que o aumento significativo do montante registrado, refere-se ao recebimento de valores arrecadados diretamente pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em exercícios anteriores e repassados ao Brasília Ambiental, apenas em 2024.

Nesse sentido, retirando-se os efeitos desse valor, tem-se um aumento real de 26% na arrecadação da Fonte 220, em relação ao ano de 2023, bem como de 41%, na Fonte 287.

Além disso, destaca-se a apuração da Fonte 157, proveniente de Transferências Correntes efetuadas ao Distrito Federal e geridas pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que totalizou R\$ 18.310.758, correspondendo a um aumento de 16,7%, em relação a 2023.

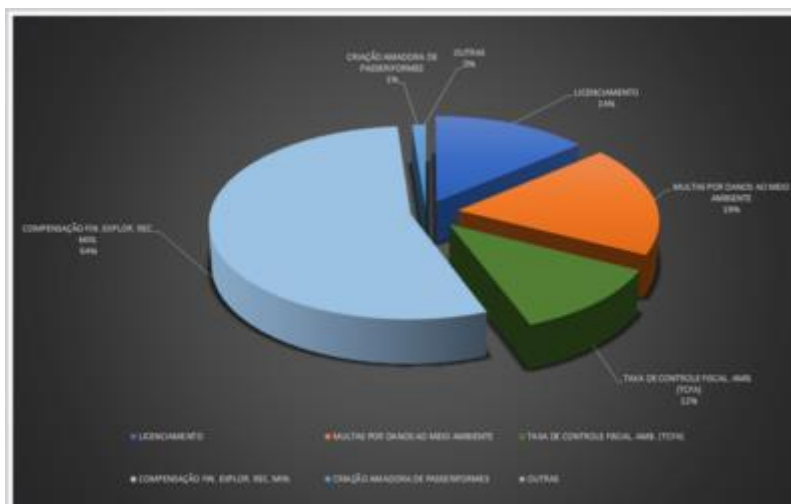
Tabela 22: A seguir são indicadas as origens dos valores arrecadados durante o exercício de 2024.

Receita	Valor (R\$)	%
Licenciamento	4.645.162	13,8%
Multas por dano ao meio ambiente	6.249.598	18,6%
Criação amadora de passeriforme	377.870	1,1%
Outras	43.151	0,1%
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	3.966.820	11,9%
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	18.310.758	54,5%



Total	33.593.359	100%

Gráfico 3



Ainda no decorrer do ano, ocorreram entregas importantes e um crescimento da produtividade em diversas áreas, destacando-se:

A contratação simplificada de 150 brigadistas florestais temporários, para atuação na prevenção e no combate aos incêndios florestais, nas Unidades de Conservação;

Implantação do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PCD) 2024, instrumento de planejamento das ações de capacitação dos servidores do Instituto Brasília Ambiental, norteador pela Política de Capacitação e Desenvolvimento do Governo do Distrito Federal;

Comparado a 2023, tanto em quantidade quanto em qualidade do trabalho. Esse ano também foi finalizado o Manual de Fiscalização com o detalhamento das possíveis infrações ambientais e as penalidades a serem aplicadas. O julgamento dos autos de infração está mais ágil e acontecem em até 60 dias, prazo nunca antes alcançado. O percentual de autos anulados também foi reduzido, devido ao aperfeiçoamento do preenchimento dos autos e da publicidade dada ao Manual de Fiscalização;

A atualização do arcabouço legal e normativo, em especial da legislação ambiental do DF, como a atualização das Resoluções do CONAM DF, que tratam do enquadramento de atividades e empreendimentos no rito de licenciamento ambiental;

O aperfeiçoamento da gestão da informação e implementação do sistema informatizado de licenciamento ambiental, com a implementação de um sistema eletrônico integrado para submissão, análise e acompanhamento de licenças ambientais;

O Termo de Compromisso Ambiental, com a Empresa de Regularização de Terras Rurais (ETR), visando à viabilização ambiental do parcelamento e da individualização das matrículas da fazenda Gama, localizada no Caub e em Vargem Bonita;

A Realização de 19 audiências públicas, tendo como destaque as audiências dos empreendimentos: Centro Urbano do Tororó e Aeródromo do Planalto Central, ambos da TERRACAP, e Santa Maria II, da Número 1, Participação Empresarial LTDA.

Por fim, O Brasília Ambiental desempenhou um papel fundamental na gestão ambiental, conforme demonstra o panorama de atos autorizativos emitidos, garantindo que os diversos empreendimentos e atividades no DF, sejam desenvolvidos em conformidade com as normas ambientais e com as melhores práticas de sustentabilidade.

Para 2025, espera-se que seja viabilizada a realização dos concursos para as carreiras de Atividades do Meio Ambiente e Planejamento Urbano e Infraestrutura, de forma a possibilitar a ampliação contínua do nível de qualidade das ações desempenhadas pelo Brasília Ambiental.



21901 - FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam/DF) foi criado pelo Art. 73, da Lei Distrital nº 41, de 13/09/1989. Vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema/DF), é um Órgão de natureza contábil e seus recursos são aplicados em atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, de apoio editorial, de educação ambiental e em despesas de capital relativos à execução da política ambiental do Distrito Federal, em conformidade com os artigos 73 a 78, da referida Lei Distrital.

É administrado pelo Conselho de Administração do Funam (CAF), Órgão deliberativo e administrativo do Fundo, cabendo sua supervisão ao Titular da Sema/DF. Da mesma forma, compete à Subsecretaria de Assuntos Estratégicos (Suest) da Sema/DF, as atividades de secretariado, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Fundo.

As normas legais que regem o funcionamento do Funam e do CAF são:

- Lei nº 3.984, de 28/05/2007, que criou o Instituto Brasília Ambiental e, em seu artigo 13, criou o Conselho de Administração do Funam (CAF).
- Lei Complementar nº 925, de 28/06/2017, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal, do superávit financeiro de Órgãos e Entidades das Administrações Direta e indireta, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal, inclusive de Fundos Especiais.
- Lei Complementar nº 957, de 20/12/2019, revoga o Art. 7º, da Lei Complementar nº 925/2017, e desobriga a reversão ao Tesouro dos recursos depositados no Funam, no exercício anterior, quando estes forem provenientes de ações judiciais. Além disso, alterou a Lei 41/1989, levando para aquele diploma a obrigação de devolução dos recursos de superávit para o Tesouro exceto os de ações judiciais.
- Decreto nº 43.752, de 12/09/2022, publicado no DODF nº 172, de 13/09/2022, que dispõe sobre o Fundo Único de Meio Ambiente e dá outras providências - vigorando como decreto regulamentador do Funam - norma que atualiza e revoga o Decreto nº 28.292, de 19/09/2007, que aprova o Regimento Interno do Funam (que, segundo a Secretaria de Economia, não deve ter Regimento Interno, e sim, diretriz que oriente sua regulação - Nota Técnica nº 409/2022 - SEEC/SEGEA/SUGEP/UMP).
- Resolução nº 01/Sema/CAF, de 17/04/2009, publicada no DODF nº 79, de 24/04/2009, que aprovou o Manual de Aplicação de Recursos, do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal.
- Resolução nº 03/Sema/CAF, de 24/10/2022, publicada no DODF nº 202, de 26/10/2022, aprova o Regimento Interno, do Conselho de Administração, do Funam (CAF).
- Resolução nº 04/Sema/Funam, de 16/12/2022, publicada no DODF nº 234, de 20/12/2022, aprova as diretrizes das gestões orçamentária, contábil e financeira, que disciplinam e orientam as ações e rotinas financeira e orçamentária do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam).
- Resolução nº 01/Sema/Funam, de 01/12/2023, publicada no DODF nº 228, de 07/12/2023, aprova as diretrizes para manutenção do mandato de Conselheiro, no Conselho de Administração, do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal (CAF/FUNAM).
- Portaria nº 54/Sema, de 30/09/2019, publicada no DODF nº 187, de 01/10/2019, delega a competência ao Subsecretário de Assuntos Estratégicos, para praticar atos de controle orçamentário relacionados ao Funam-DF.
- Portaria nº 55/Sema/CAF, de 20/12/2021, publicada no DODF nº 237, de 21/12/2021, ato normativo setorial que disciplina a aplicação prática do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MRO SC) no âmbito do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

constituindo o ato de que trata o inciso XIV, do caput, do art. 2º, do Decreto Distrital nº 37.843, de 13/12/2016, e dá outras providências.

- Portaria nº 76/Sema/Funam, de 22/12/2022, publicada no DODF nº 237, de 23/12/2022, aprova o Plano de Priorização de Aplicação de Recursos, do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam) – 2022/2023.

- Portaria nº 75/Sema/Funam, de 02/10/2024, publicada no DODF nº 191, de 04/10/2024, aprova o Plano de Priorização de Aplicação de Recursos, do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam) – 2024/2025.

De acordo com o Art. 2º, do Decreto nº 43.752/2022, são objetivos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal:

1. apoiar programas e projetos voltados à execução da política ambiental do Distrito Federal;
2. promover a participação da sociedade civil, na solução dos problemas ambientais do Distrito Federal;
3. desenvolver projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental, no sentido de elevar a qualidade de vida da população do Distrito Federal;
4. apoiar programas de conservação e revegetação de áreas protegidas do Distrito Federal;
5. apoiar a execução do Plano Diretor de Arborização Urbana;
6. valorizar o desenvolvimento ambiental e ecologicamente equilibrado do Distrito Federal, a partir de práticas de proteção e conservação ambiental.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

O Funam conta com três servidores do Quadro de Pessoal da Sema, sendo um efetivo e dois comissionados, todos remunerados pela Sema/DF: Um CNE 06 - Coordenação de Colegiados e Fundos, um CPE 07 - Diretoria de Apoio ao Fundo Único do Meio Ambiente e um CNE 8



- Assessor Especial, da Diretoria de Apoio ao Funam. À Diretoria e à sua Assessoria, competem as atribuições do cargo de Secretário Executivo do Fundo, a saber: Secretaria as atividades do Conselho de Administração do Fundo, assuntos de natureza técnica e administrativa, além das competências financeira e contábil. A Coordenação de Colegiados e Fundos exerce atividades, tanto relacionadas ao Funam, quanto à Sema.

No que diz respeito ao Ordenador de Despesa do Funam, o Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, através da Portaria nº 54, de 30/09/2019, delegou a competência para o Titular da Subsecretaria de Assuntos Estratégicos, para praticar os atos de gestão do Funam, relativos ao planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	3411413,0	3263241,0	737932,12	737932,12
0001 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	3411413,0	3263241,0	737932,12	737932,12
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	3411413,00	3263241,00	737932,12	737932,12

Programação Orçamentária Realizada.

Em 2024, o Funam teve o Programa de Trabalho 18.541.6210.9039.0001 - Financiamentos vinculados à política ambiental. O programa tem por objetivo apoiar projetos ligados à política ambiental no Distrito Federal.

No final de 2023, foram assinados dois convênios, cujos primeiros pagamentos ocorreram em 2024. São eles:

1. O Convênio nº 01/2023 - GDF/SEMA/FUNAM/IBRAM, cujo primeiro pagamento foi em 2024, referente à primeira parcela, no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

a. Objetivo: contratação de especialistas para validação e homologação de Cadastros Ambientais Rurais (CAR), com valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

b. O convênio teve um Aditivo de prazo, assinado em 28 de novembro de 2024, e a vigência passou de 12, para 24 meses.

2. O Convênio nº 02/2023 - GDF/SEMA/FUNAM/IPEDF- CODEPLAN, cujo primeiro pagamento foi em 2024, no valor de R\$ 217.430,00 (duzentos e dezessete mil, quatrocentos e trinta reais).

a. Objetivo: realização da pesquisa "Caminhos da Restauração: valoração de produtos florestais não madeireiros do Cerrado" que pretende investigar a cadeia econômica das atividades ligadas à restauração do Cerrado, de modo a indicar caminhos para o fomento dessas atividades ligadas à agenda da bioeconomia, em especial a valoração de produtos florestais não madeireiros da região do Bioma Cerrado, com valor de R\$ 409.230,00 (quatrocentos e nove mil, duzentos e trinta reais).

b. O convênio com IPEDF teve solicitação de aditivo de prazo, que ainda não foi assinado. Alterará a vigência de 24, para 36 meses.

3. Em 2024, foi assinado o Convênio nº 02/2024 - GDF/SEMA/FUNAM/JBB, entre a Sema e o Jardim Botânico de Brasília, para a execução do projeto aprovado no CAF "Avaliação de Metodologias para Recuperação do Cerrado", que prevê, dentre outras ações, a retirada de espécies invasoras (pinus e eucaliptos), de uma área de 41 hectares, no JBB, recuperação da



área manejada por meio do uso de diferentes metodologias de plantios de espécies do cerrado, além de ações de educação ambiental. Valor R\$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais), com vigência de 60 (sessenta) meses. Sendo a primeira parcela de R\$ 236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil reais).

4. Restituição de valor pago à Rozana Baracat Ajub, a título de reparação de dano por crime contra o meio ambiente, conforme Decisão Judicial da 4ª Vara Criminal de Brasília – TJDF, processo nº 0058113-31.2007.8.07.0001, no valor de R\$ 24.502,12 (vinte e quatro mil e quinhentos e dois reais e doze centavos).

Resumo:

Convênio nº 01/2023 - GDF/SEMA/FUNAM/IBRAM

Programa de trabalho: 18.541.6210.9039.0001 - Financiamentos vinculados à política ambiental: Empenho, pagamento e liquidação - 1ª Parcela Convênio CAR - R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

Convênio nº 02/2023 GDF/SEMA/FUNAM/IPEDF-CODEPLAN

Programa de trabalho: 18.541.6210.9039.0001 - Financiamentos vinculados à política ambiental: Empenho, pagamento e liquidação - 1ª Parcela - R\$ 217.430,00 (duzentos e dezessete mil e quatrocentos e trinta reais).

Convênio nº 02/2024 - GDF/SEMA/FUNAM/JBB

Programa de trabalho: 18.541.6210.9039.0001 - Financiamentos vinculados à política ambiental: Empenho, pagamento e liquidação - 1ª Parcela - R\$ 236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil reais).

Decisão Judicial da 4ª Vara Criminal de Brasília – TJDF, processo nº 0058113-31.2007.8.07.0001, no valor de R\$ 24.502,12 (vinte e quatro mil e quinhentos e dois reais e doze centavos).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

ANO	ARRECADAÇÃO R\$	PROJETOS FINANCIADOS R\$
2024	2.977.192,33	737.932,12

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

1.1 Análise das Realizações

1.1.1 Reuniões do Conselho de Administração do Funam (CAF)

Em 2024, o Conselho de Administração do Funam (CAF) realizou duas (2) Reuniões Ordinárias – RO e quatro (4) Reuniões Extraordinárias – RE, nas quais, de forma resumida, foram deliberados e discutidos os seguintes assuntos:

· 23ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Funam (CAF-DF), realizada em 27/06/2024, com votação e aprovação da ata da 42ª RE; apresentação da receitas e aplicações dos recursos do Funam; apresentação da Portaria nº 46, de 18 de junho de 2024, com os nomes dos novos Conselheiros do CAF, representantes do Jardim Botânico de Brasília (JBB), como representantes da área técnica ambiental do Distrito Federal; Apresentação do Formulário de Apresentação de Projeto (FAP) – Projeto de Manutenção e monitoramento de áreas de plantio no Cerrado e distribuição para relatoria do IESB; Apresentação do Parecer da relatora do projeto Avaliação de Metodologias para Recuperação do Cerrado, relatora Roberta Lima (Iesb). Apresentação do parecer da relatora do projeto Restauração do Espaço Ciência no Jardim Botânico de Brasília, relatora Morgana Bruno (UCB). O FAP Avaliação de



Metodologias para Recuperação do Cerrado, no JBB, foi aprovado por unanimidade. O FAP Restauração do Espaço Ciência foi retirado de pauta para ajustes no seu cronograma físico-financeiro.

· 43ª Reunião Extraordinária do CAF-DF, realizada em 28/08/2024, com votação e aprovação da Ata da 23ª RO; Apresentação do parecer do relator sobre o FAP – Projeto de manutenção das áreas de plantio no Cerrado – Secex/Sema, que foi aprovado por unanimidade pelo Conselho; Apresentação do projeto SEMFOGO-DF - Secex/Sema e distribuição para a relatoria do Brasília Ambiental; Distribuição da prestação de contas do Projeto Capivaras, para relatoria do JBB.

· 24ª Reunião Ordinária do CAF-DF, realizada em 26/09/2024, com a votação e aprovação da Ata da 43ª RE; Apreciação da perda de mandato dos Conselheiros representantes da Sociedade Civil, Oca do Sol e Instituto Avaliação, em conformidade com o Artigo 1º, da Resolução nº 01, de 1º de dezembro de 2023; Apresentação de proposta de Resolução, para manutenção do mandato de representante do segmento ambiental da sociedade, com atuação no Distrito Federal, no Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal, tema fora de pauta, porém aprovada a leitura e discussão; Aprovação do Plano de Priorização de Aplicação de Recursos do FUNAM – 2024/2025, para publicação no DODF.

· 44ª Reunião Extraordinária do CAF-DF, realizada em 09/10/2024, votação e aprovação da ata da 24ª RO; Apresentação e discussões do parecer do relator Estevão Nascimento (JBB), da prestação de contas do “Projeto de Identificação e Monitoramento da População de Capivaras na Orla do Lago Paranoá”; Votação do parecer da prestação de contas do “Projeto de Identificação e Monitoramento da População de Capivaras na Orla do Lago Paranoá”, pelo CAF, aprovado com ressalvas; Apresentação e discussões sobre parecer da relatora Roberta Lima (IESB), a respeito do projeto “Manutenção das Áreas de Plantio no Cerrado”; Votação do parecer do projeto “Manutenção das Áreas de Plantio no Cerrado” pelo CAF, aprovação do projeto; Apresentação e discussões sobre parecer do relator Valterson Silva (IBRAM), a respeito do projeto “SEM FOGO”; Votação do parecer do projeto “Sem Fogo”, pelo CAF, não foi aprovado pelo relator, tendo os conselheiros presentes acompanhado o voto do relator.

· 45ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal – (CAF-DF), realizada em 14/11/2024, leitura, votação e aprovação da Ata da 44ª RE; Apresentação do Formulário de Apresentação de Projeto (FAP) SEMFOGO II – ampliação das áreas de abrangência – Coordenação de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (CPCIF/SECEX-SEMA) e distribuição, para relatoria do Brasília Ambiental; Apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho da Sema, para a Revisão e Atualização do Regramento do Funam-DF.

· 46ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal – (CAF-DF), realizada em 12/12/2024, leitura, votação e aprovação da Ata da 45ª RE; Apresentação e discussões do parecer do Relator do FAP SEMFOGO II – ampliação das áreas de abrangência, parecer favorável e aprovado, por unanimidade, pelo CAF; Apresentação do Quadro Demonstrativo de Arrecadação e Despesas do Funam, em 2024; Retirada de pauta da apreciação e votação do Relatório Final do GT, da Sema, de Revisão do Regramento do Funam-DF - Decreto e Resolução Manual de Aplicação de Recursos, adiado para próxima reunião, por não haver quórum; Informes sobre o Edital 1/2024. Demanda Induzida Funam - Manutenção e Monitoramento de Áreas de Plantio no Cerrado.

Atualização da base legal do Funam

QUADRO RESUMO - ATUALIZAÇÃO		
Publicação	DODF	Assunto
Portaria nº 46/2024	20/06/2024	Designa novos membros no CAF; Conselheiro Titular da Sema; Vice-presidência; Conselheiro Titular e Suplente, do Jardim Botânico de Brasília.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Portaria nº 75/2024	04/10/2024	Aprova o Plano de Priorização de Aplicação de Recursos do Funam 2024/2025, aprovado na 24º RO do CAF, realizada em 26/09/2024.
Portaria nº 78/2024	29/10/2024	Designar novos Conselheiros no CAF, representando o segmento ambiental.

Projetos apreciados pelo Conselho de Administração do Funam, em 2024:

Em 2024, foram aprovados os seguintes projetos, no Conselho de Administração do Funam:

	DESCRIÇÃO DO PROJETO	VALOR	DEMANDANTE	STATUS
1	Projeto Avaliação de Metodologias para Recuperação do Cerrado no Jardim Botânico de Brasília	R\$ 745.000,00	Sema	Apresentado pelo GAB/Sema, foi aprovado e o Convênio foi assinado, com pagamento da primeira parcela.
2	Projeto restauração do Espaço Ciência no Jardim Botânico de Brasília	R\$ 775.000,00	Sema	Apresentado pelo GAB/Sema, foi retirado de pauta para ajustes e correções no cronograma físico-financeiro.
3	Manutenção e Monitoramento de áreas de plantio no Cerrado (218,35 hectares)	R\$ 3.100.000,00	Sema	Apresentado pela Secex/Sema, foi aprovado e teve o Edital de Chamamento Público para seleção de OSC lançado na praça. O certame deu fracassado e será relançado em 2025.
4	Projeto SEM FOGO - Monitoramento Inteligente de Incêndios Florestais do Cerrado Brasiliense (expansão para ESECAE)	R\$ 670.238,00	Sema	Apresentado pela CPCIF/SECEX/SEMA, foi reprovado no CAF.
5	Projeto SEM FOGO II - Monitoramento Inteligente de Incêndios Florestais do Cerrado Brasiliense (expansão para ESECAE, JBB e Shopping JK)	R\$ 2.021.676,40	Sema	Apresentado pela CPCIF/SECEX/SEMA, foi aprovado no CAF e será lançado edital em 2025.

Ainda, em 2024, foi aprovado no âmbito do CAF e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal o "Plano de Priorização de Recursos do Funam 2024-2025" que atualizou o Plano de Priorização de Recursos do Funam 2023-2024, conforme tabela a seguir:

PROJETO	PREVISÃO DE RECURSOS (R\$)
Fomento da análise e validação do CAR no DF (Brasília Ambiental).	R\$ 480.000,00 Convênio assinado em dez/2023. Pago a 1ª parcela em 2024, recebeu aditivo de prazo por mais 12 meses.
Caminhos da Restauração: valoração de produtos florestais não madeireiros do Cerrado. (Instituto de Pesquisas e Estatística do Distrito Federal - IPEDF CODEPLAN).	R\$ 409.230,00 Convênio assinado em dez/2023. Pago a 1ª parcela em 2024.
Projeto JBB - Avaliação de Metodologias para Recuperação do Cerrado (retirada das espécies exóticas - Pinus).	R\$ 745.000,00 Convênio assinado em dez/2024 e pago 1ª parcela em 2024.
O projeto SEMFOGO-DF tem como objetivo desenvolver uma solução dentro do contexto de Cidades Inteligentes, ao aplicar algoritmos de Inteligência Artificial (IA) e Visão Computacional (VC) para identificar incêndios.	R\$ 670.238,20 Apresentado em 28/08/2024
Manutenção e recuperação da vegetação do Cerrado em Unidades de Conservação e APPs da orla do Lago Paranoá, priorizando braços de rios/córregos e corredores ecológicos, em até 286 hectares e piloto de recuperação de trecho de orla com erosão (Sema).	R\$ 3.100.000,00 Apresentado em 28/08/2024



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Projeto JBB - Reforma do Espaço Ciência.	R\$ 790.000,00 Será reapresentado.
Elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial do Lago Paranoá (Brasília Ambiental/Sema)	R\$ 1.000.000,00 Em elaboração
Fomento da formação de jovens para proteção e recuperação da vegetação, como atividade de educação ambiental em escolas (parceria Sema/SEEDF) (previsão aproximada de R\$ 35 mil x 30 escolas).	R\$ 1.000.050,00 Em elaboração
Contratação de assistência técnica para apoiar a recomposição da vegetação nativa, em pequenas propriedades e posses rurais.	R\$ 500.000,00 A ser elaborado
Diagnóstico para elaboração do Plano Diretor de Arborização Urbana do DF (PDAU) – (consultor sênior + diagnóstico amostral em 33 RAs).	R\$ 750.000,00 A ser elaborado
Desenvolvimento de ações de mobilização e educação ambiental de valorização do Cerrado. O projeto deve promover eventos sazonais como A Semana da Água, A Semana do Meio Ambiente, A Semana do Cerrado, Dia da Árvore (mas não exclusivamente), abrangendo atividades presenciais com comunidades, escolas e seminários virtuais, em temas afetos à conservação do cerrado – um ano. (Sema).	R\$ 300.000,00 Suspensão A ser reapresentado
TOTAL	9.744.518,20

1.2 Dificuldades Encontradas

1. A chegada de mais um servidor para apoiar as ações do Funam no fim do ano, já auxilia, mas ainda é uma realidade, que a disposição de poucos servidores para atuar diretamente com o Fundo impactem no melhor planejamento, acompanhamento e execução das ações.

2. Tanto para contratação, pela Lei nº 14.133/2021, quanto pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) (Decreto nº 37.843/2017, Lei nº 13.019/2014) há a exigência da segregação de funções para as diferentes etapas do planejamento e execução, bem como, no caso da MROSC, a exigência de servidores efetivos para participação das comissões - Comissão de Gestão da Parceria e Comissão de Monitoramento e Avaliação.

3. Adequações decorrentes da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 – ACT TCDF, Câmara e GDF que, dentre outras recomendações e mudanças, enfatiza a segregação de funções e novas etapas que antecedem ao lançamento de editais de contratações, incluindo a elaboração do Plano Anual de Contratações, que deverá refletir (inicialmente) o Plano de Priorização de Aplicação de Recursos do Funam 2024-2025.

4. O Funam não tem dotação orçamentária própria pelo Tesouro e os recursos arrecadados são de natureza vinculada – recursos de ação judicial e de compensação florestal. No exercício, 94,03% dos recursos arrecadados foram de compensação florestal que, de acordo com o art. 24, do Decreto nº 39.469/2018, tem natureza de receita vinculada e só podem ser utilizados para as finalidades previstas no §5º, do citado artigo, conforme disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei Federal Complementar nº 101/2000. Significa dizer que a aplicação dos recursos arrecadados deve ser para:

- recomposição da vegetação nativa (conforme critérios legais),
- aquisição de imóveis para áreas de muito alta, ou alta prioridade, para a conservação e recomposição do Cerrado,
- ações e aquisição de equipamentos destinados à prevenção e combate a incêndios florestais,
- planejamento e estudos para desenvolvimento da política florestal e gestão florestal do DF,
- execução do Plano Diretor de Arborização Urbana - PDAU.

5. A legislação dificulta a execução dos projetos nos dois primeiros meses do início do exercício financeiro, já que todo o financeiro é recolhido ao Tesouro do GDF. Projetos que contribuam de forma mais efetiva com a política ambiental do GDF têm duração superior a um ano. Essa dificuldade já foi exposta de diferentes formas aos órgãos competentes da



Secretaria da Economia, mas até a presente data o Funam não obteve êxito quanto às mudanças na legislação.

6. A edição da Lei Complementar 957/2019 excepcionaliza o Funam da reversão ao Tesouro dos recursos oriundos de ações judiciais. Essa norma alterou a Lei nº 41/1989 (Política ambiental no DF) e não resolve a questão para o Funam. Além de permanecer o recolhimento da maior parte da arrecadação (que é de compensação florestal), caso haja revogação da LC 925/2017, que trata de outros fundos especiais do GDF, o Funam continua obrigado a reverter o seu superávit ao Tesouro.

1.3 Perspectivas para 2025

1. Atividades de rotina realizadas dentro prazo, com qualidade técnica:

Continuidade das atividades de rotina do Funam: gestão e monitoramento de correspondências, providências e monitoramento de publicações no DODF, de atos relacionados ao Fundo; gestão de documentos referentes aos depósitos feitos no Funam (em especial de corte de árvores e compensações florestal e ambiental, incluindo emissão de Declaração do pagamento de Compensação Florestal), gestão de contas bancárias do Funam; prestação de informações sobre ações do Funam (pedidos de informação, via ouvidoria, controladoria, auditorias, Quadro de Receitas e Despesas, apresentado ao CAF e publicado no DODF). Acompanhamento e gestão de processos no SEI, relacionados ao Funam e seus projetos.

2. Acompanhamento e gestão das ações financeiras dos Projetos aprovados, no âmbito do CAF, com previsão de execução em 2025 (empenho, liquidação e pagamento).

3. Acompanhamento e gestão das atividades do Conselho de Administração do CAF. Atividades de rotina: Organização de agenda de reuniões do Conselho de Administração do Funam (CAF), minuta de pauta e convocação das reuniões do CAF (incluindo geração de link e gravação das reuniões), minuta de atas e resumos de reuniões.

4. Mínimo de quatro (4) reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas com assistência da equipe da Suest, em 100% das reuniões e colaboração nos Grupos de Trabalho.

5. Apresentação ao CAF, dos resultados parciais dos Convênios que receberam financiamento do Funam e estão vigentes.

6. Atualização da composição do CAF – saída do Instituto Avaliação e designação de um novo representante do segmento ambiental do DF.

7. Elaboração do Plano de Contratações Anual, conforme exigido pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 (art.12, inciso VII) e regulamentado pelo Decreto nº 10.947, de 25/01/2022.

8. Elaboração, publicação e acompanhamento do lançamento de pelo menos 2 editais de projetos aprovados no âmbito do CAF, em 2025.

9. Aprovação da proposta de revisão do Decreto que dispõe sobre o Funam e do Manual de Aplicação de Recursos do Funam e atualização do Decreto que dispõe sobre o Funam.